ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 71 Brasília - DF, sexta-feira, 16 de abril de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 12
Ministério das Comunicações 16
Ministério da Defesa 17
Ministério do Desenvolvimento Regional 18
Ministério da Economia 18
Ministério da Educação 57
Ministério da Infraestrutura 64
Ministério da Justiça e Segurança Pública 73
Ministério do Meio Ambiente 79
Ministério de Minas e Energia 80
Ministério da Saúde 240
Ministério do Turismo 242
Ministério Público da União 244
Poder Legislativo 246
Poder Judiciário 246
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 247

..... Esta edição completa do DOU é composta de 248 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.586 **(1)**

ORIGEM : 6586 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : WALBER DE MOURA AGRA (00757/PE)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que julgava parcialmente procedente a ação direta, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, *d*, da Lei nº 13.979/2020, de maneira a estabelecer que: (I) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas, (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (II) tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Walber de Moura Agra; pelo interessado Presidente da República, o Ministro José Levi Mello do Amaral Júnior, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 16.12.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação direta, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, *d*, da Lei nº 13.979/2020, nos termos do voto do Relator e da seguinte tese de julgamento: "(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, porquanto facultada sempre a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas, (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (II) tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência". Vencido, em parte, o Ministro Nunes Marques. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 17.12.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Ementa: AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. VACINAÇÃO COMPULSÓRIA CONTRA A COVID-19 PREVISTA NA LEI 13.979/2020. PRETENSÃO DE ALCANÇAR A IMUNIDADE DE REBANHO. PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE, EM ESPECIAL DOS MAIS VULNERÁVEIS. DIREITO SOCIAL À SAÚDE. PROIBIÇÃO DE VACINAÇÃO FORÇADA. EXIGÊNCIA DE PRÉVIO CONSENTIMENTO INFORMADO DO USUÁRIO. INTANGIBILIDADE DO CORPO HUMANO. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. INVIOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA, LIBERDADE, SEGURANÇA, PROPRIEDADE, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA. VEDAÇÃO DA TORTURA E DO TRATAMENTO DESUMANO OU DEGRADANTE. COMPULSORIEDADE DA IMUNIZAÇÃO A SER ALÇANÇADA MEDIANTE RESTRIÇÕES INDIRETAS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E ANÁLISES DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SEGURANÇA E EFICÁCIA DAS VACINAS. LIMITES À OBRIGATORIEDADE DA IMUNIZAÇÃO CONSISTENTES NA ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA CUIDAR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA. ADIS CONHECIDAS E JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

I - A vacinação em massa da população constitui medida adotada pelas autoridades de saúde pública, com caráter preventivo, apta a reduzir a morbimortalidade de doenças infeciosas transmissíveis e a provocar imunidade de rebanho, com vistas a proteger toda a coletividade, em especial os mais vulneráveis.

II - A obrigatoriedade da vacinação a que se refere a legislação sanitária brasileira não pode contemplar quaisquer medidas invasivas, aflitivas ou coativas, em decorrência direta do direito à intangibilidade, inviolabilidade e integridade do corpo humano, afigurando-se flagrantemente inconstitucional toda determinação legal, regulamentar ou administrativa no sentido de implementar a vacinação sem o expresso consentimento informado das pessoas.

III - A previsão de vacinação obrigatória, excluída a imposição de vacinação forçada, afigura-se legítima, desde que as medidas às quais se sujeitam os refratários observem os critérios constantes da própria Lei 13.979/2020, especificamente nos incisos I, II, e III do § 2º do art. 3º, a saber, o direito à informação, à assistência familiar, ao tratamento gratuito e, ainda, ao "pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas", bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma a não ameaçar a integridade física e moral dos recalcitrantes.

IV - A competência do Ministério da Saúde para coordenar o Programa Nacional de Imunizações e definir as vacinas integrantes do calendário nacional de imunização não exclui a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para estabelecer medidas profiláticas e terapêuticas destinadas a enfrentar a pandemia decorrente do novo coronavírus, em âmbito regional ou local, no exercício do poder-dever de "cuidar da saúde e assistência pública" que lhes é cometido pelo art. 23, II, da Constituição Federal.

V - ADIs conhecidas e julgadas parcialmente procedentes para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, **d**, da Lei 13.979/2020, de maneira a estabelecer que: (A) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (B) tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.587 **(2)**

ORIGEM : 6587 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA (28328/DF, 137677/RJ)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que julgava parcialmente procedente a ação direta, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, *d*, da Lei nº 13.979/2020, de maneira a estabelecer que: (I) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas, (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (II) tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, o Dr. Luiz Gustavo Pereira da Cunha**;** pelo interessado Presidente da República, o Ministro José Levi Mello do Amaral Júnior, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 16.12.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação direta, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, *d*, da Lei nº 13.979/2020, nos termos do voto do Relator e da seguinte tese de julgamento: "(I) A vacinação compulsória não significa vacinação forçada, porquanto facultada sempre a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas, (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (II) tais medidas, com as limitações acima expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência". Vencido, em parte, o Ministro Nunes Marques. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 17.12.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AVISO

Foi publicada em 15/4/2021 a edição extra nº 70-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ementa: AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. VACINAÇÃO COMPULSÓRIA CONTRA A COVID-19 PREVISTA NA LEI 13.979/2020. PRETENSÃO DE ALCANÇAR A IMUNIDADE DE REBANHO. PROTEÇÃO DA COLETIVIDADE, EM ESPECIAL DOS MAIS VULNERÁVEIS. DIREITO SOCIAL À SAÚDE. PROIBIÇÃO DE VACINAÇÃO FORÇADA. EXIGÊNCIA DE PRÉVIO CONSENTIMENTO INFORMADO DO USUÁRIO. INTANGIBILIDADE DO CORPO HUMANO. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. INVIOLABILIDADE DO DIREITO À VIDA, LIBERDADE, SEGURANÇA, PROPRIEDADE, INTIMIDADE E VIDA PRIVADA. VEDAÇÃO DA TORTURA E DO TRATAMENTO DESUMANO OU DEGRADANTE. COMPULSORIEDADE DA IMUNIZAÇÃO A SER ALÇANÇADA MEDIANTE RESTRIÇÕES INDIRETAS. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E ANÁLISES DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SEGURANÇA E EFICÁCIA DAS VACINAS. LIMITES À OBRIGATORIEDADE DA IMUNIZAÇÃO CONSISTENTES NA ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA CUIDAR DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA PÚBLICA. ADIS CONHECIDAS E JULGADAS PARCIALMENTE PROCEDENTES.

I - A vacinação em massa da população constitui medida adotada pelas autoridades de saúde pública, com caráter preventivo, apta a reduzir a morbimortalidade de doenças infeciosas transmissíveis e a provocar imunidade de rebanho, com vistas a proteger toda a coletividade, em especial os mais vulneráveis.

II - A obrigatoriedade da vacinação a que se refere a legislação sanitária brasileira não pode contemplar quaisquer medidas invasivas, aflitivas ou coativas, em decorrência direta do direito à intangibilidade, inviolabilidade e integridade do corpo humano, afigurando-se flagrantemente inconstitucional toda determinação legal, regulamentar ou administrativa no sentido de implementar a vacinação sem o expresso consentimento informado das pessoas.

III - A previsão de vacinação obrigatória, excluída a imposição de vacinação forçada, afigura-se legítima, desde que as medidas às quais se sujeitam os refratários observem os critérios constantes da própria Lei 13.979/2020, especificamente nos incisos I, II, e III do § 2º do art. 3º, a saber, o direito à informação, à assistência familiar, ao tratamento gratuito e, ainda, ao "pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas", bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, de forma a não ameaçar a integridade física e moral dos recalcitrantes.

IV - A competência do Ministério da Saúde para coordenar o Programa Nacional de Imunizações e definir as vacinas integrantes do calendário nacional de imunização não exclui a dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para estabelecer medidas profiláticas e terapêuticas destinadas a enfrentar a pandemia decorrente do novo coronavírus, em âmbito regional ou local, no exercício do poder-dever de "cuidar da saúde e assistência pública" que lhes é cometido pelo art. 23, II, da Constituição Federal.

V - ADIs conhecidas e julgadas parcialmente procedentes para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 3º, III, **d**, da Lei 13.979/2020, de maneira a estabelecer que: (A) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente; e (B) tais medidas, com as limitações expostas, podem ser implementadas tanto pela União como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitadas as respectivas esferas de competência.

Secretaria Judiciária
MARCELO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR
Secretário Substituto

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 136, de 15 de abril de 2021. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor OTÁVIO BRANDELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR BUDGET CONSULTORIA EMPRESARIAL. Processo n° 00100.000772/2021-56.

DEFIRO o credenciamento da AR BRACERT CERTIFICADO DIGITAL. Processo n° 00100.000483/2021-57.

DEFIRO o credenciamento da AR IFTEC. Processo n° 00100.000757/2021-16.

DEFIRO o credenciamento da AR CMR SERVIÇOS E CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo n° 00100.000334/2021-98.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL

PORTARIA Nº 51, DE 15 ABRIL DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA AMAZÔNIA LEGAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 8º do Decreto n° 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, combinado com a Portaria nº 48, de 17 de abril de 2020, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 1 (um) ano o prazo de duração das seguintes Subcomissões do Conselho Nacional da Amazônia Legal;

I - Subcomissão de Articulação Institucional;

II - Subcomissão de Cooperação Internacional;

III - Subcomissão de Integração de Sistemas; e

IV - Subcomissão de Saúde e Cidadania.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO HAMILTON MARTINS MOURÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE Nº 602, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Aprova Norma Operacional, que dispõe sobre as normas de segurança para acesso às instalações dos edifícios sede e anexo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em Brasília.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa MARE nº 5, de 17 de julho de 1998, no Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e o que consta no Processo SEI nº 21000.042402/2016-27, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Norma Operacional, que disciplina as normas de segurança para acesso às instalações dos edifícios sede e anexo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, em Brasília, e estabelece os parâmetros inerentes a implementação das políticas e práticas de segurança física e patrimonial nas Unidades do MAPA, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 07 (sete) dias após a data de sua publicação.

MARCOS MONTES

ANEXO

CAPÍTULO I
DOS CONCEITOS

Art. 1º Para os fins desta Portaria considera-se:

I - acesso especial: é a entrada de servidores, empregados públicos, colaboradores e veículos, devidamente autorizados, fora dos dias úteis ou do horário normal de expediente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, ou das respectivas jornadas de trabalho;

II - acesso normal: é a entrada e/ou o ingresso de pessoas e veículos às instalações do MAPA realizados conforme jornada de trabalho estabelecida;

III - ativo: qualquer coisa que tenha valor para a organização [Norma ISO 27002], podendo ser classificado nos seguintes tipos:

a) ativo de informação, como: bases de dados e arquivos, contratos e acordos, certidões, resultados de pesquisas, instruções técnicas, material de treinamento, planos de continuidade do negócio, procedimentos de recuperação de dados, trilhas de auditoria e informações armazenadas;

b) ativos de software: aplicativos, sistemas, ferramentas de desenvolvimento e utilitários;

c) ativos físicos: equipamentos computacionais, equipamentos de telecomunicação, veículos oficiais, equipamentos de vigilância e controle de acesso, mobiliário, infraestrutura e mídias removíveis;

d) serviços: serviços de computação e comunicações, facilidades gerais, como: telefonia, iluminação, eletricidade, limpeza, climatização, transportes; e

e) intangíveis, como a reputação e a imagem do MAPA, Secretaria e do Estado.

IV - atribuições legítimas: são todas aquelas derivadas do Regimento Interno, das ordens de serviço, dos contratos de prestação de serviço, dos convênios, dos termos de cooperação e de outros instrumentos do MAPA;

V - crítico: de grande importância para a continuidade do negócio do MAPA;

VI - diretrizes: conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio;

VII - dispositivos e equipamentos móveis: são bens portáteis que garantem a sua fácil mobilidade. Exemplos: telefones celulares, smartphones, modems, portáteis, rádio de comunicação, iPads, tablets, pendrive, notebooks, câmeras fotográficas digitais, televisores portáteis;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

VIII - gestão de risco: processo que visa reduzir a probabilidade de concretização de eventos adversos e de seus impactos sobre a missão, os serviços institucionais, as pessoas, a imagem, reputação e os resultados do MAPA e do Governo;

IX - incidentes de segurança: qualquer evento ou conjunto de eventos indesejados ou inesperados, confirmados ou sob suspeita, e que tenham uma grande probabilidade de comprometer a regularidade do serviço público e ameaçar a segurança institucional;

X - risco: "Combinação da probabilidade de um evento e de suas consequências" [ISO/IEC Guia 73];

XI - segurança Institucional: medidas integradas à estratégia do MAPA, a fim de garantir a prevenção e obstrução de ações adversas de qualquer natureza contra pessoas, instalações, patrimônio e informações sob a guarda e proteção, bem como a imagem e reputação institucional;

XII - segurança física e patrimonial: atividade exercida com a finalidade de assegurar as condições necessárias à prevenção de incidentes que possam afetar o patrimônio do MAPA seus servidores, empregados públicos e colaboradores no exercício de suas atribuições;

XIII - Unidade Administrativa do MAPA: unidade operacional onde são realizadas as atividades institucionais do MAPA, através de seus servidores, empregados públicos e colaboradores. As Unidades podem exercer suas competências em estabelecimentos fixos, estabelecimentos conveniados, em frentes de trabalho e em áreas de trabalho móvel e temporária;

XIV - SVIG: Seção de Vigilância do MAPA;

XV - visitantes: pessoas externas ao Órgão;

XVI - atividades de segurança: consistem no atendimento, informação, orientação, controle e fiscalização por ocasião do acesso, permanência e saída de pessoas e bens nas dependências do MAPA;

XVII - serviço continuado: é todo aquele prestado por colaboradores residentes; e

XVIII - serviço eventual: é todo aquele prestado por colaboradores que atuam sob demanda.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI/DA/SE, por intermédio do Serviço de Vigilância - SVIG, a gestão da segurança física e patrimonial, realizada de modo presencial ou eletrônica, junto às Unidades Administrativas do MAPA.

Art. 3º Compete aos gestores, servidores, empregados públicos e demais colaboradores, sob pena de responsabilidade administrativa, o cumprimento das normas vigentes relacionadas à segurança física e patrimonial do MAPA.

Art. 4º Compete à SVIG manter em funcionamento, diuturnamente, sistema de comunicação com o representante da empresa prestadora de serviços na área de segurança patrimonial, além do contato com o supervisor de segurança na sede do MAPA, para que sejam acionados em casos de incidentes ou para resolução imediata de situações não tratadas por esta Norma ou que requeiram tomada de decisão em relação a temas que possam comprometer as atividades do MAPA, mantendo divulgação constante dos referidos contatos junto aos gestores.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE DE ACESSO E DA SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES E DEPENDÊNCIAS

Art. 5º A entrada, a permanência, a circulação e a saída de servidores, empregados públicos, colaboradores e visitantes nas dependências internas do MAPA serão registradas por um sistema informatizado com a finalidade de gerir o controle de acesso, sendo obrigatória a passagem pelo pórtico de detector de metais.

Parágrafo único. Fica condicionada a inspeção por Raio-X, a entrada de bolsas e mochilas de todos visitantes, servidores, empregados públicos e colaboradores às dependências internas do MAPA.

Art. 6º O acesso de visitantes às dependências dos edifícios sede e anexo do MAPA somente será autorizado após o prévio cadastramento dos dados pessoais no Sistema de Controle de Acesso.

Parágrafo único. O cadastro de que trata o caput será efetuado mediante verificação de documentos oficiais de identificação, sendo que, no caso dos servidores, empregados públicos e colaboradores do MAPA, os dados serão previamente fornecidos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e pelas empresas que prestam os serviços com mão-de-obra exclusiva.

Art. 7º O cadastro, a entrada, a permanência, a circulação e a saída de visitantes, servidores, empregados públicos e colaboradores nas instalações dos edifícios sede e anexo serão monitorados e controlados pela área de vigilância, através do sistema de "controle de acesso" e, ainda, por circuito fechado de TV.

Art. 8º O acesso às dependências do MAPA contará com sistema de segurança, que ensejará a utilização de pórtico detector de metais, sistema de inspeção por Raio-X, câmeras e outros equipamentos que visem garantir a segurança das pessoas e instalações.

Parágrafo único. Caberá a área de segurança do MAPA orientar os agentes de vigilância quanto a forma de abordagem aos servidores, empregados públicos, colaboradores e visitantes.

Art. 9º As imagens registradas nos circuitos fechados de gravação de imagens deverão ser periodicamente verificadas e arquivadas para futuras consultas. A captura das imagens produzidas por meio de câmeras de vídeo e a utilização destas imagens têm como objetivo a garantia de proteção de vidas e dos ativos de propriedade ou de responsabilidade do MAPA, bem como dar suporte na gestão do atendimento e do trânsito, sem violação da intimidade, da honra e da dignidade das pessoas.

Parágrafo único. As imagens gravadas são de caráter reservado, podendo ser cedidas mediante autorização do Secretário-Executivo, e o acesso à sala de controle será restrito aos operadores e agentes da área de segurança devidamente autorizados.

Art. 10. Será responsabilidade da SVIG manter a disponibilidade dos recursos para acesso as imagens produzidas por meio de câmeras de vídeo, conforme autorização de acesso fornecida pelo Secretário-Executivo, bem como o suporte necessário de serviços de tecnologia para operação 24x7.

Art. 11. A SVIG deverá garantir a qualidade das imagens produzidas por meio de câmeras de vídeo, considerando as funcionalidades e objetivos de que tratam o art. 10 desta Norma.

Parágrafo único. Caberá à SVIG manter um procedimento regular para avaliação, por amostragem, da qualidade das imagens armazenadas e da instalação e posicionamento nos locais programados e autorizados pela autoridade.

Art. 12. As imagens produzidas por meio de câmera de vídeo somente serão disponibilizadas com autorização do Secretário-Executivo, sem prejuízo da formalização do Termo de Responsabilidade de Utilização de Imagens, observadas às disposições legais aplicáveis para a(s) Unidade(s) Administrativa(s), as autoridades ou servidores, empregados públicos, colaboradores e visitantes, bem como os representantes das instituições públicas ou entes de Governo abaixo, por meio de solicitação, determinação ou requisição formal:

I - corregedoria, para fins de investigação ou apuração de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar;

II - autoridade Policial, para fins de instrução processual de inquérito Policial, mediante requisição e autorização do Secretário-Executivo;

III - Ministério Público, por meio de requisição de seus representantes institucionais, mediante autorização do Secretário-Executivo;

IV - Poder Judiciário, por decisão ou determinação judicial mediante autorização do Secretário-Executivo, a depender do grau de jurisdição do magistrado; e

V - outros agentes ou autoridades, desde que avaliadas as circunstâncias que justificam o pedido, mediante autorização do Secretário-Executivo.

Art. 13. Compete à SVIG determinar o posicionamento e direcionamento das câmeras de vídeo, sempre no intuito de preservar a segurança dos ambientes e das pessoas, devendo ainda avaliar constantemente a necessidade de aquisição de novos equipamentos para substituição dos danificados ou quando verificada a insuficiência do quantitativo disponível.

CAPÍTULO IV

DOS ACESSOS E PERMANÊNCIA DE PESSOAS

Art. 14. Para acesso às dependências dos edifícios sede e anexo do MAPA será obrigatória:

I - passagem pelos equipamentos tipo "catraca" e pórtico detector de metais, para entrada e saída dos referidos edifícios; e

II - passagem dos veículos, pelas cancelas eletrônicas, presentes nas entradas das garagens dos edifícios sede e anexo;

§ 1º Não será permitida a entrada e saída de servidores, empregados públicos, colaboradores e visitantes a pé pelas 5 (cinco) entradas das garagens, assim como a permanência de pessoas alheias ao serviço de transporte nas entradas das referidas dependências.

§ 2º É vedado o acesso à garagem a quaisquer veículos não oficiais ou não autorizados.

§ 3º Os visitantes autorizados a acessar as garagens, além dos servidores, empregados públicos e colaboradores que fizerem uso dos bicicletários, ao acessarem as dependências do MAPA, deverão, obrigatoriamente, passar por processo de verificação mediante uso de detector de metais manual, tanto na entrada quanto na saída da garagem.

§ 4º Os veículos, quando do ingresso ou saída das garagens do MAPA, em casos de suspeição, poderão ser vistoriados a critério da SVIG.

§ 5º Será vedado o acesso às dependências do MAPA:

I - pessoa usando trajes incompatíveis com o ambiente do Ministério;

II - pessoa que apresente traço de embriaguez, como também suspeita de uso de entorpecentes;

III - pessoa que pratique atividade comercial, vendas ambulantes;

IV - menor desacompanhado; e

V - animal de qualquer espécie, salvo cães-guia.

§ 6º Em caso de realização de evento nas dependências do MAPA que cause um fluxo anormal de acesso nas portarias, como por exemplo posse de autoridades, seminários, palestras e premiações, a Unidade responsável pelo evento deve informar à Coordenação-Geral de Logística Institucional com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a fim de que se providencie reforço às atividades de segurança.

Art. 15. As áreas de acesso restrito serão determinadas pelas autoridades competentes e serão devidamente sinalizadas.

Art. 16. O acesso de qualquer bem particular somente será permitido após sua prévia e devida identificação pela equipe da segurança, sendo a sua saída dependente desta identificação ou apresentação de qualquer outro documento comprobatório de propriedade.

Parágrafo único. A pessoa que estiver portando mala, maleta ou bolsa de viagem, deverá identificá-las, observando o estabelecido no caput, e guardá-las, preferencialmente, nos guarda volumes instalados nas portarias principais dos edifícios sede e anexo do MAPA.

Art. 17. Será proibida a entrada de pessoas portando qualquer tipo de arma, salvo os colaboradores da área de segurança em atividade de serviço, devendo para nesta hipótese, ser efetuado cadastramento prévio correspondente.

Art. 18. O acesso de portadores de necessidades especiais deverá ser assegurado e facilitado, em conformidade com as Normas de Acessibilidade em vigor.

CAPÍTULO V

DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS

Art. 19. O acesso dos servidores e empregados públicos às dependências MAPA dar-se-á com o uso do crachá funcional.

Parágrafo único. O crachá funcional de que trata o caput será fornecido pela SVIG.

Art. 20. A não utilização de crachá funcional nas dependências poderá caracterizar infração administrativa, a ser apurada nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. O crachá funcional será dispensado no caso de autoridades ocupantes de cargo DAS ou FCPE 101.4 e 101.5, superior ou equivalente, e ainda a ocupantes da carreira da Advocacia Geral da União, portando identificação funcional.

Art. 21. O servidor ou empregado público que não portar o crachá funcional deverá se identificar para o registro da ocorrência e consequente notificação à chefia imediata, na forma a seguir:

I - em caso de perda, furto ou extravio do crachá funcional deverá ser comunicado imediatamente à SVIG, que fará o respectivo bloqueio no sistema de controle de crachás;

II - o valor do custo de emissão da segunda via do crachá funcional, no caso de perda ou extravio por parte do servidor ou empregado público, será descontado em folha de pagamento ou cobrado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, ficando a critério do interessado a forma de cobrança; e

III - fica dispensado o pagamento da segunda via no caso de furto ou roubo do crachá funcional, mediante apresentação de ocorrência policial.

Art. 22. O crachá funcional deverá ser restituído à SVIG nos casos de exoneração, demissão, retorno ao órgão de origem, aposentadoria ou falecimento.

Art. 23. Excepcionalmente, quando da necessidade de continuidade dos trabalhos e consequente permanência de servidor ou empregado público no local de trabalho além do expediente, o respectivo gestor imediato deverá solicitar autorização de permanência do servidor à SVIG, sem prejuízo do indeferimento do pleito, caso haja risco ao Patrimônio Público ou Pessoal.

§ 1º A autorização poderá ser indeferida em razão de fatores restritivos, como a realização de manutenção nos sistemas elétricos e lógicos, dedetização, obras e reformas.

§ 2º Compete ao gestor requisitante avaliar se o vínculo funcional permite a permanência do respectivo servidor ou empregado público além do seu horário de expediente, sob pena de responsabilização de quem autorizou a permanência indevida.

CAPÍTULO VI

DOS COLABORADORES E DOS ENTREGADORES DE ENCOMENDAS PARTICULARES

Art. 24. Os colaboradores das empresas contratadas que prestarem serviços e atividades nas Unidades do MAPA deverão portar crachá de identificação compatível com o sistema de controle de acesso, a fim de que sejam habilitados para circulação nos edifícios sede e anexo.

Art. 25. O acesso e a atividade de prestador de serviço eventual deverão ter o acompanhamento integral por servidor ou empregado público indicado como responsável pela Unidade demandante.

Art. 26. A entrada de prestadores de serviços eventuais no MAPA, fora do horário de expediente, somente será liberada pelo vigilante mediante prévia autorização de acesso e presença do servidor ou empregado público designado pela área demandante para acompanhar os serviços.

Art. 27. Não será permitido o acesso de pessoas ao interior das Unidades do MAPA para comércio, entrega de encomendas, medicamentos, lanches para plantonistas, ou quaisquer outros acessos desta natureza.

§ 1º Os servidores, empregados públicos e colaboradores que necessitarem deste tipo de serviço deverão informar previamente sobre a entrega à recepção, informando seu nome completo, local onde trabalha e ramal, visto que as entregas de encomendas no MAPA serão realizadas apenas na recepção do edifício sede ou do anexo, devendo o solicitante demandante se deslocar a este local para recebimento.

§ 2º Não será permitido o deslocamento de vigilantes ou recepcionistas dos postos de segurança para entrega de encomendas nas Unidades do MAPA.

Art. 28. Será proibida a entrada de entregadores nas garagens do MAPA.

CAPÍTULO VII

DOS VISITANTES

Art. 29. Ao se cadastrar junto ao Sistema de Controle de Acesso, em seu acesso de uso exclusivo, o usuário externo receberá um crachá de proximidade com a palavra "Visitante", que deverá ser colocado em local visível.

Parágrafo único: Caso haja alteração da tecnologia, os critérios de acesso obedecerão a tal mudança, que deverá ser conduzida pela CGLI.

CAPÍTULO VIII

DO USO OBRIGATÓRIO DO CRACHÁ DE IDENTIFICAÇÃO

Art. 30. Os servidores, empregados públicos e colaboradores para acesso às entradas dos edifícios sede e anexo do MAPA deverão utilizar o crachá funcional nas catracas, sendo vedada a utilização das cancelas manuais, de uso exclusivo de portadores de necessidades especiais e para a passagem de cargas e grandes volumes, exceto em casos de defeito da catraca ou casos fortuitos.

Art. 31. O uso do crachá de identificação é obrigatório para todos os servidores, empregados públicos e colaboradores, desde a sua entrada em qualquer Unidade do MAPA, devendo ser usado de modo visível, tanto do MAPA, quanto da respectiva empresa prestadora de serviço, durante todo o tempo de permanência nas dependências do Órgão, conforme normativo específico.

§ 1º Será proibido o uso de crachás de identificação em carteiras, bolsas ou de outras formas em que não estejam visíveis, que prejudiquem a identificação, gerem riscos de danos aos crachás ou aos equipamentos de controle de acesso.

§ 2º Os agentes responsáveis pela vigilância poderão abordar os servidores, empregados públicos e colaboradores que não estiverem portando o crachá de identificação, conforme procedimento estabelecido.

Art. 32. O crachá de identificação é de uso pessoal e intransferível, ressalvadas as emergências.

Parágrafo único. O uso indevido do crachá de identificação representa riscos à segurança institucional, podendo os envolvidos sofrer responsabilização nas esferas administrativa e penal.

Art. 33. Fora das dependências do MAPA, o crachá de identificação deverá ser utilizado apenas em deslocamentos, visitas, eventos e diligências a trabalho, ressalvados os casos de operações reservadas, sendo vedado seu uso fora dessas situações.

Art. 34. Caberá a cada gestor cobrar o cumprimento das normas de uso do crachá de identificação pelos servidores, empregados públicos ou visitantes da Unidade sob sua gestão.

Art. 35. Caberá às empresas prestadoras de serviços fornecerem crachás de identificação para os seus empregados, nos padrões e tecnologia definidos pelo MAPA.

CAPÍTULO IX

DO DEFEITO, PERDA, ROUBO, FURTO OU EXTRAVIO

Art. 36. Quando for constatado defeito em seu crachá o servidor ou empregado público deverá solicitar à SVIG a emissão de um novo, mediante preenchimento de requerimento padrão e devolução do crachá defeituoso.

§ 1º A substituição de crachás defeituosos ou desgastados em decorrência do uso normal, não acarretará nenhum custo para o servidor ou empregado público.

§ 2º No caso de prestadores de serviços, compete às respectivas empresas contratadas efetuar a substituição ou reposição dos crachás, em qualquer situação.

Art. 37. Em caso de perda, furto ou roubo do crachá, o servidor ou empregado público deverá registrar Boletim de Ocorrência e entrar em contato imediatamente com a SVIG, solicitando o bloqueio do crachá, a fim de evitar seu uso indevido, requerendo ainda o fornecimento de crachá provisório para acesso às dependências dos edifícios sede e anexo do MAPA, até a emissão de novo crachá.

Parágrafo único. Caso o crachá seja localizado, o servidor/empregado público deverá entrar em contato com a SVIG e proceder a solicitação do seu desbloqueio, mediante devolução do crachá provisório e cancelamento do pedido de novo crachá, se ainda não tiver sido confeccionado.

Art. 38. No caso da necessidade de substituição do crachá devido à perda ou mau uso, o custo de emissão de um novo deverá ser pago pelo respectivo servidor ou empregado público, conforme Termo de Responsabilidade assinado no ato do recebimento do crachá.

§ 1º O recolhimento do valor do crachá aos cofres públicos será exigido inclusive, se o servidor ou empregado público localizar o original após o processamento do pedido de confecção.

§ 2º O valor a ser recolhido pelo servidor ou empregado público corresponderá ao custo de emissão de segunda via da carteira de identidade em Brasília-DF, salvo se o custo ultrapassar este valor, ocasião em que será cobrado os preços despendidos pelo MAPA com a aquisição dos materiais sendo atualizados conforme aquisições efetuadas ou preço do mercado.

CAPÍTULO X

DO BLOQUEIO E DEVOLUÇÃO

Art. 39. A devolução do crachá será obrigatória nas seguintes situações:

I - demissões e desligamentos definitivos;

II - cessão para exercício em outro órgão;

III - exoneração em fase de estágio probatório;

IV - exoneração de cargos comissionados;

V - término ou rescisão de contrato;

VI - licenças por mais de seis meses; e

VII - outras situações previstas pela legislação ou a critério do MAPA.

Art. 40. Compete à Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - COGEP disponibilizar as informações atualizadas sobre os eventos descritos no art. 39 desta Norma à SVIG, quando se tratar de servidores e empregados públicos.

Art. 41. Excluem-se das hipóteses de devolução previstas no art. 39 desta Norma, os servidores ou empregados públicos afastados para exercício na presidência de entidades classistas de servidores do MAPA, devidamente homologados pela COGEP.

Parágrafo único. Os servidores ou empregados públicos na situação funcional de que trata o caput sofrerão restrição nos níveis de acesso a áreas de circulação controlada, considerando que não estarão no exercício de funções regimentais do MAPA.

CAPÍTULO XI

DA MOVIMENTAÇÃO E GUARDA DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO

Art. 42. A movimentação de bens permanentes será autorizada exclusivamente pela área de patrimônio.

Art. 43. A entrada ou retirada de qualquer bem patrimoniado ou material somente será permitida após sua prévia e devida identificação pela equipe de Patrimônio, além do fornecimento da autorização expressa para este fim. O material ou volume a ser despachado para fora dos edifícios sede e anexo do MAPA deverá ser vistoriado pela vigilância e solicitada a autorização de saída previamente, mesmo que seja despachado via protocolo geral.

Art. 44. A movimentação de materiais de consumo será autorizada exclusivamente pela área de segurança, salvo nos casos de remessa de material das Unidades para eventos específicos.

Art. 45. Toda e qualquer saída de materiais de consumo e permanentes dos respectivos depósitos ou das Unidades do MAPA deverá ser acompanhada pelos documentos específicos.

Parágrafo único. O vigilante deverá reter uma via da autorização de movimentação de bens patrimoniais, efetuando a conferência quanto à compatibilidade do bem transportado com o constante na autorização.

Art. 46. Será obrigatória, além da assinatura, aposição do carimbo funcional ou, na sua ausência, a aposição do nome por extenso e CPF do servidor ou empregado público nos documentos utilizados para resguardar a movimentação de materiais permanentes ou de consumo do MAPA.

Art. 47. Compete aos gestores das Unidades do MAPA manterem o controle da carga e do uso de materiais de consumo e permanentes disponibilizados para a sua Unidade, devendo efetuar sistematicamente a conferência dos estoques e dos bens patrimoniais sob sua responsabilidade, evitando estoques desnecessários e que possam causar prejuízos por vencimento de prazos de validade, extravios ou incidentes de segurança.

CAPÍTULO XII

DA NOTIFICAÇÃO DE INCIDENTES OU IRREGULARIDADES DE SEGURANÇA

Art. 48. Constitui-se dever de todos os servidores, empregados públicos e colaboradores do MAPA, em especial dos gestores, a gestão da segurança física e patrimonial (móveis e imóveis) em sua Unidade Administrativa, adotando ações preventivas, garantindo o zelo com a coisa pública ou notificando e registrando ocorrência de qualquer suspeita, indício, incidente ou irregularidade de segurança patrimonial com a maior brevidade possível.

Parágrafo único. As notificações de incidentes de segurança patrimonial deverão ser comunicadas à SVIG via e-mail, pelos telefones disponíveis ou ainda por processo acostado no SEI.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão dirimidos pela Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI/DA/SE.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 37, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar sob o n° 65/2021 o(a) Médico(a) Veterinário(a) EDUARDO CEZAR GUTTER, registrado(a) junto ao CRMV-ES sob o n° 3261, para colheita de material e envio de amostras para diagnóstico do Mormo, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 4, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.027166/2021-86, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de ROSA-DO-DESERTO [*Adenium obesum* (Forssk.) Roem. et Schult.], os descritores mínimos definidos na forma do Anexo.

O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/ornamentais.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE ROSA-DO-DESERTO [*Adenium obesum* (Forssk.) Roem. et Schult.]

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de Rosa do Deserto [*Adenium obesum* (Forssk.) Roem. et Schult.].

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a disponibilizar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), no mínimo, 24 plantas, capazes de mostrarem todas as suas características no primeiro ano de avaliação.

2. As plantas devem estar vigorosas e em boas condições fitossanitárias.

3. As plantas deverão estar isentas de qualquer tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais, que devem ser devidamente justificados. Em caso de tratamento já realizado, o mesmo deverá ser descrito detalhadamente.

4. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção e precisará ser fornecida pelo solicitante sempre que, durante a análise do pedido, for necessária a sua apresentação para confirmação de informações.

5. As amostram devem ser mantidas no Brasil.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, um ciclo de cultivo. Caso a distinguibilidade, a homogeneidade e a estabilidade não possam ser comprovadas, os testes deverão ser estendidos por mais um ciclo de crescimento.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em apenas um local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional e isso deverá ser informado.

3. Os ensaios deverão ser conduzidos em ambiente protegido, sob condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas e a expressão de suas características.

4. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que as plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as análises que venham a ser feitas até o final do ciclo vegetativo. Cada teste deve incluir no mínimo 20 plantas úteis.

5. As observações deverão ser feitas em 10 plantas ou parte de 10 plantas.

6. Todas as observações devem ser realizadas na planta adulta, a partir da segunda floração (no auge da floração), com folhas e flores completamente desenvolvidas.

7. Os métodos recomendados de observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de Características, de acordo com a legenda abaixo:

MG: Mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

MI: Mensurações de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente.

VG: Avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

VI: Avaliações visuais em plantas ou parte dessas plantas, individualmente.

8. As cores das estruturas observadas devem ser referenciadas com base no Catálogo de Cores da *Royal Horticultural Society* (Catálogo de cores RHS).

9. Devido à variação da intensidade da luz ao longo do dia, as determinações de cores deverão ser feitas, de preferência, em recinto com iluminação artificial ou no meio do dia, sem incidência de luz solar direta. A fonte luminosa do recinto deverá estar em conformidade com o Padrão da Comissão Internacional de Iluminação (CIE) de Luminosidade Preferencial D 6.500 e deverá estar dentro dos níveis de tolerância especificados pelo Padrão Inglês 950, Parte I. Essas cores deverão ser definidas contrapondo-se a parte da planta a um fundo branco.

10. As avaliações para descrição da cultivar deverão ser realizadas apenas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

11. Para a avaliação de homogeneidade devem ser levadas em consideração todas as plantas do ensaio. Deve-se aplicar a população padrão de 1% e a probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. Para uma amostra de 20 plantas, será permitido, no máximo, 1 planta atípica.

12. É necessário anexar, ao formulário, fotografias representativas de partes da planta em pleno florescimento e das estruturas mais relevantes utilizadas na caracterização da cultivar. No caso de uma cultivar introduzida no Brasil apresentar alterações em suas características devido às condições ambientais diferentes, sempre que as mesmas possam ser demonstradas por fotografias, estas devem ser anexadas.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Deve-se utilizar características agrupadoras para a escolha das cultivares mais similares a serem plantadas no ensaio de DHE.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

(a) Folha: ondulação na margem (característica 9);
(b) Folha: variegação (característica 19).
(c) Folha: pelos na face superior (característica 23).
(d) Folha: pelos na face inferior (característica 24).
(e) Lóbulo da corola: variegação (característica 41).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

(+) e (a): Ver explanações relativas a características específicas, item IX "OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
MG, MI, VG: ver item III, 7;
QL: Característica qualitativa;
QN: Característica quantitativa; e
PQ: Característica pseudoqualitativa.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de 12 meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de 6 anos.

2. Conforme estabelecido pelo artigo 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir da data de concessão do Certificado Provisório de Proteção.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção da cultivar o interessado deverá apresentar, além deste formulário, os demais formulários disponibilizados no CultivarWeb e na página do SNPC na internet.

3. Todas as páginas deste formulário deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE ROSA DO DESERTO [*Adenium obesum* (Forssk.) Roem. et Schult.].

Nome proposto para a cultivar:

Característica	Identificação da característica	Código de cada descrição
1. Planta: altura QN MI	baixa média alta	3 5 7
2. Planta: largura QN MI	estreita média larga	3 5 7
3. Caule: diâmetro do caudex QN MI	fino médio grosso	3 5 7
4. Caule: coloração PQ VG	cinza verde acinzentado verde	1 2 3
5. Folha: forma PQ VG (a) (+)	linear lanceolada ovalada elíptica obovada oblanceolada	1 2 3 4 5 6
6. Folha: formato do ápice PQ VG (a) (+)	agudo obtuso arredondado emarginado cuspidado truncado	1 2 3 4 5 6
7. Folha: formato da base PQ VG (a) (+)	cuneiforme agudo obtuso	1 2 3
8. Folha: posição de inserção no ramo QN VG (a)	para cima horizontal para baixo	1 2 3
9. Folha: ondulação na margem QL VG (a) (+)	ausente presente	1 2
10. Folha: torção QL VG (a) (+)	ausente presente	1 2
11. Folha: curvatura QL VG (a) (+)	ausente presente	1 2
12. Folha: largura QN MI (a) (+)	estreita média larga	3 5 7
13. Folha: comprimento QN MI (a) (+)	curto médio longo	3 5 7
14. Folha: espessura QN VG/MI (a)	fina média grossa	3 5 7
15. Folha: coloração da face superior PQ VG (a)	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
16. Folha: coloração da face inferior PQ VG (a)	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
17. Folha: curvatura da margem QN VG (a) (+)	encurvada plana recurvada	1 2 3
18. Folha: coloração da margem PQ VG (a)	branca verde vermelha	1 2 3
19. Folha: variegação QL VG (a)	ausente presente	1 2
20. Somente para cultivares com variegação: Folha: padrão da variegação PQ VG (a) (+)	pintado salpicado centralizado marginado	1 2 3 4
21. Somente para cultivares com variegação: Folha: coloração da variegação PQ VG (a)	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
22. Folha: brilho QL VG (a)	ausente presente	1 2
23. Folha: pelos na face superior QL VG (a)	ausente presente	1 2
24. Folha: pelos na face inferior QL VG (a)	ausente presente	1 2
25. Flor: diâmetro QN MI (+)	pequeno médio grande	3 5 7
26. Flor: quantidade QN MI	poucas média muitas	3 5 7
27. Lóbulo da corola: formato PQ VG (+)	linear elíptico ovalado obovado arredondado	1 2 3 4 5
28. Lóbulo da corola: formato do ápice PQ VG (+)	agudo obtuso arredondado emarginado cuspidado truncado	1 2 3 4 5 6
29. Lóbulo da corola: sobreposição QN VG	não sobresposto parcialmente sobreposto sobreposto	1 2 3
30. Lóbulo da corola: curvatura QN VG (+)	encurvada plana recurvada	1 2 3
31. Lóbulo da corola: ondulação QL VG (+)	ausente presente	1 2
32. Somente para cultivares com ondulação no lóbulo da corola: Lóbulo da corola: grau de ondulação QN VG	fraco médio forte	3 5 7
33. Lóbulo da corola: torção QL VG (+)	ausente presente	1 2
34. Somente para cultivares com torção no lóbulo da corola: Lóbulo da corola: grau de torção QN VG (+)	fraco médio forte	3 5 7
35. Lóbulo da corola: serrilhamento na borda QL VG (+)	ausente presente	1 2
36. Somente para cultivares com serrilhamento na borda: Lóbulo da corola: grau de serrilhamento QN VG (+)	superficial médio profundo	3 5 7
37. Lóbulo da corola: comprimento QN MI (+)	curto médio longo	3 5 7
38. Lóbulo da corola: largura QN MI (+)	estreita média larga	3 5 7
39. Lóbulo da corola: coloração da superfície interna PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
40. Lóbulo da corola: coloração da superfície externa (se diferente da interna) PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
41. Lóbulo da corola: variegação QL VG	ausente presente	1 2
42. Somente para cultivares com variegação. Lóbulo da corola: padrão de variegação PQ VG (+)	listrado gradativo pintado centralizado marginado estreito marginado largo	1 2 3 4 5 6
43. Somente para cultivares com variegação: Lóbulo da corola: coloração da variegação PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
44. Tubo da corola: comprimento QN VG/MI (+)	curto médio longo	3 5 7
45. Tubo da corola: coloração da superfície externa PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
46. Tubo da corola: pelo na superfície externa QL VG	ausente presente	1 2
47. Tubo da corola: coloração da superfície interna PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
48. Tubo da corola: listras na superfície interna QL VG (+)	ausentes presentes	1 2
49. Somente para cultivares com listras na superfície interna: Tubo da corola: coloração da listra PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
50. Tubo da corola: Somente para cultivares com listra na superfície interna: número de listras PQ VG/MI (+)	1 3 5	1 2 3
51. Tubo da corola: pubescência QL VG	ausente presente	1 2

52. Antera: comprimento QN VG/MI	curto médio longo	3 5 7
53. Antera: coloração PQ VG	branca rosa clara vermelha vermelha escura	1 2 3 4
54. Antera: pubescência QL VG	ausente presente	1 2
55. Antera: posição QN VG (+)	escondida dentro do tubo da corola na abertura do tubo da corola projetada para fora do tubo da corola	1 2 3
56. Lóbulo do cálice: comprimento QN MI (+)	curto médio longo	3 5 7
57. Lóbulo do cálice: largura QN MI (+)	estreita média larga	3 5 7
58. Lóbulo do cálice: intensidade da coloração verde QN VG	verde clara verde média verde escura	1 2 3
59. Pedicelo: comprimento QN VG/MI (+)	curto médio longo	3 5 7
60. Pedicelo: intensidade de coloração verde QN VG	verde clara verde média verde escura	1 2 3
61. Pedicelo: espessura QN VG/MI (+)	fina média grossa	3 5 7
62. Estilete: comprimento QN VG/MI	curto médio longo	3 5 7
63. Estilete: coloração PQ VG	Catálogo de Cores RHS (indicar o número de referência)	
64. Ciclo até o florescimento QN VG/MI	precoce médio tardio	3 5 7

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

(i) Explanações relativas a várias características

As características com as codificações abaixo na primeira coluna da Tabela de Características, deverão ser examinadas como indicado a seguir:

(a) Folhas: todas as observações foliares devem ser feitas nas folhas maiores e maduras, na porção mediana da folha, do terço médio da planta.

(ii) Explanações relativas a características específicas

1. Ver formulário na internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS MENSURADAS DA CULTIVAR CANDIDATA E DAS MAIS PARECIDAS

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar ____	Cultivar ____
1. Planta: altura	____ cm	____ cm	____ cm
2. Planta: largura	____ cm	____ cm	____ cm
3. Caule: diâmetro do caudex	____ cm	____ cm	____ cm
12. Folha: largura	____ cm	____ cm	____ cm
13. Folha: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
14. Folha: espessura	____ mm	____ mm	____ mm
25. Flor: diâmetro	____ cm	____ cm	____ cm
26. Flor: quantidade	Nº ____	Nº ____	Nº ____
37. Lóbulo da corola: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
38. Lóbulo da corola: largura	____ mm	____ mm	____ mm
44. Tubo da corola: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
52. Antera: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
56. Lóbulo do cálice: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
57. Lóbulo do cálice: largura	____ mm	____ mm	____ mm
59. Pedicelo: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
61. Pedicelo: espessura	____ mm	____ mm	____ mm
62. Estilete: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
64. Ciclo até o florescimento	____ dias	____ dias	____ dias

XI. BIBLIOGRAFIA

1. http://www.cpvo.europa.eu/main/es/

2.http://www.hinsyu.maff.go.jp/info/sinsakijun/botanical_taxon_e.html

3.http://www.sanbi.org/sites/default/files/documents/documents/sabonet-report-no-36-growing-rare-plants.pdf

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA SPA/MAPA Nº 18, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento do benefício Garantia-Safra aos agricultores que aderiram, na safra 2019/2020, nos municípios constantes do Anexo desta Portaria.

§1º O pagamento integral do benefício Garantia-Safra será realizado em parcela única, em decorrência das medidas de enfrentamento da propagação da pandemia do coronavírus (COVID-19).

§2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de abril de 2021, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º Notificar os agricultores aderidos ao Programa Garantia-Safra que tiveram a concessão do benefício bloqueado nos municípios constante no anexo, conforme disposto na Portaria SPA Nº 25, de 08 de julho de 2020.

§ 1º Cabe ao agricultor familiar, para ciência da notificação de bloqueio da concessão do Benefício Garantia-Safra de que trata o caput, consultar o seu cadastro de inscrição no sistema informatizado de gerenciamento do Garantia-Safra, disponibilizado no site do MAPA na internet.

§ 2º A consulta de que trata o § 1º deste artigo deverá ser realizada pelo agricultor familiar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do ato de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR HALUM

ANEXO I

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS FOLHA ABRIL 2021
(Safra 2019/2020)

UF	Município	IBGE
AL	Canapi	2701605
AL	Girau do Ponciano	2702900
AL	Olho D'Água das Flores	2705705
AL	Ouro Branco	2706109
AL	Piranhas	2707107
AL	Jacaré dos Homens	2703403
AL	Palestina	2706208
BA	Ibiassucê	2912004
BA	Pindaí	2924504
CE	Itatira	2306603
CE	Marco	2307809
CE	Massapê	2308005
CE	Moraújo	2308807
MG	Itacambira	3132008
PB	Araruna	2501005
PB	Cacimba de Dentro	2503506
PE	Betânia	2601805
PE	Petrolândia	2611002
PE	Itaíba	2607505
PE	Lajedo	2608800
PE	Manari	2609154
PE	Serra Talhada	2613909
SE	Aquidabã	2800209
SE	Gararu	2802403
SE	Itabi	2803104
SE	Poço Redondo	2805406
SE	Porto da Folha	2805604

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria nº 46, de 14 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 15 de abril de 2021, seção 1, pág. 220-234 que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para o cultivo dos citros em regiões de clima ameno no Estado do Rio de Janeiro, no item 5.8: IMPLANTAÇÃO DO POMAR NO GRUPO IV, onde se lê:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR NO GRUPO IV								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abdon Batista	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Abelardo Luz	26 a 4	25	24	26 a 4	25	24	26 a 4	25	24
Agrolândia	25 a 4	5 a 6	23 a 24	25 a 4	5 a 6	23 a 24	25 a 4	5 a 6	23 a 24
Agronômica	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8
Água Doce	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Águas De Chapecó	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Águas Frias	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7
Águas Mornas	22 a 9	20 a 21 + 10 a 11	12 a 19	22 a 9	20 a 21 + 10 a 11	12 a 19	22 a 9	20 a 21 + 10 a 11	12 a 19
Alfredo Wagner	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8
Alto Bela Vista	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Anchieta	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Angelina	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10 a 12	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10 a 12	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10 a 12
Anita Garibaldi	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Anitápolis	25 a 5	23 a 24 + 6	22 + 7 a 8	25 a 5	23 a 24 + 6	22 + 7 a 8	25 a 5	23 a 24 + 6	22 + 7 a 8
Antônio Carlos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Apiúna	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Arabutã	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Araquari	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Araranguá	23 a 5	6	7 + 22	23 a 5	6	7 + 22	23 a 5	6	7 + 22
Armazém	23 a 7	22 + 8	9	23 a 7	22 + 8	9	23 a 7	22 + 8	9
Arroio Trinta	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Arvoredo	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Ascurra	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Atalanta	25 a 4	5	6 + 24	25 a 4	5	6 + 24	25 a 4	5	6 + 24
Aurora	25 a 4	24 + 5 a 6	23 + 7	25 a 4	24 + 5 a 6	23 + 7	25 a 4	24 + 5 a 6	23 + 7
Balneário Arroio Do Silva	23 a 6		7 a 8 + 22	23 a 6		7 a 8 + 22	23 a 6		7 a 8 + 22
Balneário Barra Do Sul	16 a 12	13 a 15		1 a 36			1 a 36		
Balneário Camboriú	20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19	
Balneário Gaivota	23 a 6	22 + 7 a 8	21	23 a 6	22 + 7 a 8	21	23 a 6	22 + 7 a 8	21

Balneário Piçarras	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Balneário Rincão	24 a 5	23 + 6	22 + 7	24 a 5	23 + 6	22 + 7	24 a 5	23 + 6	22 + 7
Bandeirante	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Barra Bonita	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Barra Velha	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bela Vista Do Toldo	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4
Belmonte	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Benedito Novo	21 a 9	17 a 20 + 10 a 12	13 a 16	21 a 9	17 a 20 + 10 a 12	13 a 16	21 a 9	17 a 20 + 10 a 12	13 a 16
Biguaçu	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Blumenau	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Bocaina Do Sul	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Bom Jesus	26 a 4	25	24 + 5 a 6	26 a 4	25	24 + 5 a 6	26 a 4	25	24 + 5 a 6
Bom Jesus Do Oeste	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Bom Retiro	27 a 3	26 + 4	25	27 a 3	26 + 4	25	27 a 3	26 + 4	25
Bombinhas	20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19	
Botuverá	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Braço Do Norte	23 a 6		7 a 8 + 22	23 a 6		7 a 8 + 22	23 a 6		7 a 8 + 22
Braço Do Trombudo	25 a 4	5 a 6	24	25 a 4	5 a 6	24	25 a 4	5 a 6	24
Brunópolis	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Brusque	20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19	
Caçador	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Caibi	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6		25 a 4	23 a 24 + 5 a 6		25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	
Calmon	26 a 1	2	3 + 25	26 a 1	2	3 + 25	26 a 1	2	3 + 25
Camboriú	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Campo Alegre	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9
Campo Belo Do Sul	27 a 1	26 + 2	25 + 3	27 a 1	26 + 2	25 + 3	27 a 1	26 + 2	25 + 3
Campo Erê	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Campos Novos	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Canelinha	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Canoinhas	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4
Capão Alto	27 a 1	26 + 2	3	27 a 1	26 + 2	3	27 a 1	26 + 2	3
Capinzal	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Capivari De Baixo	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8
Catanduvas	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Caxambu Do Sul	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22
Celso Ramos	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Cerro Negro	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Chapadão Do Lageado	24 a 6	22 a 23 + 7 a 8	9	24 a 6	22 a 23 + 7 a 8	9	24 a 6	22 a 23 + 7 a 8	9
Chapecó	25 a 4		5 + 23 a 24	25 a 4		5 + 23 a 24	25 a 4		5 + 23 a 24
Cocal Do Sul	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22
Concórdia	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Cordilheira Alta	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Coronel Freitas	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7
Coronel Martins	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Correia Pinto	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Corupá	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Criciúma	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22
Cunha Porã	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Cunhataí	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Curitibanos	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Descanso	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Dionísio Cerqueira	26 a 4	25	24 + 5 a 6	26 a 4	25	24 + 5 a 6	26 a 4	25	24 + 5 a 6
Dona Emma	22 a 6	21 + 7 a 8	20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	20 + 9
Doutor Pedrinho	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9
Entre Rios	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7
Ermo	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8
Erval Velho	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Faxinal Dos Guedes	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Flor Do Sertão	24 a 5	23 + 6	22 + 7	24 a 5	23 + 6	22 + 7	24 a 5	23 + 6	22 + 7
Florianópolis	21 a 10	17 a 20 + 11 a 13	14 a 16	21 a 10	17 a 20 + 11 a 13	14 a 16	21 a 10	17 a 20 + 11 a 13	14 a 16
Formosa Do Sul	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Forquilhinha	23 a 4	5 a 6	7 + 22	23 a 4	5 a 6	7 + 22	23 a 4	5 a 6	7 + 22
Fraiburgo	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Frei Rogério	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Galvão	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Garopaba	20 a 11	12 a 19		20 a 11	12 a 19		20 a 11	12 a 19	
Garuva	16 a 12	13 a 15		1 a 36			1 a 36		
Gaspar	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Governador Celso Ramos	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Grão Pará	23 a 5	6	7 + 22	23 a 5	6	7 + 22	23 a 5	6	7 + 22
Gravatal	24 a 6	23	22 + 7 a 8	24 a 6	23	22 + 7 a 8	24 a 6	23	22 + 7 a 8
Guabiruba	18 a 12	13 a 17		18 a 12	13 a 17		18 a 12	13 a 17	
Guaraciaba	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Guaramirim	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Guarujá Do Sul	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Guatambú	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Herval D'Oeste	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Ibiam	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Ibicaré	26 a 3	25 + 4		26 a 3	25 + 4		26 a 3	25 + 4	
Ibirama	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Içara	24 a 5	23 + 6	22	24 a 5	23 + 6	22	24 a 5	23 + 6	22
Ilhota	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Imaruí	23 a 8	22 + 9	20 a 21 + 10 a 11	23 a 8	22 + 9	20 a 21 + 10 a 11	23 a 8	22 + 9	20 a 21 + 10 a 11
Imbituba	22 a 9	10 a 21		22 a 9	10 a 21		22 a 9	10 a 21	
Imbuia	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Indaial	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Iomerê	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Ipira	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Iporã Do Oeste	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Ipuaçu	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Ipumirim	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Iraceminha	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Irani	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Irati	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Irineópolis	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4
Itá	24 a 5	22 a 23 + 6	7	24 a 5	22 a 23 + 6	7	24 a 5	22 a 23 + 6	7
Itaiópolis	25 a 4	23 a 24 + 5	22 + 6 a 7	25 a 4	23 a 24 + 5	22 + 6 a 7	25 a 4	23 a 24 + 5	22 + 6 a 7
Itajaí	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Itapema	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Itapiranga	26 a 4	23 a 25 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22 + 7
Itapoá	17 a 11	12 a 16		17 a 11	12 a 16		17 a 11	12 a 16	
Ituporanga	24 a 6	23 + 7	22 + 8	24 a 6	23 + 7	22 + 8	24 a 6	23 + 7	22 + 8
Jaborá	26 a 3	25 + 4		26 a 3	25 + 4		26 a 3	25 + 4	
Jacinto Machado	23 a 6	22 + 7	21 + 8	23 a 6	22 + 7	21 + 8	23 a 6	22 + 7	21 + 8
Jaguaruna	24 a 6	23	22 + 7	24 a 6	23	22 + 7	24 a 6	23	22 + 7
Jaraguá Do Sul	1 a 36			1 a 36			1 a 36		

Jardinópolis	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Joaçaba	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Joinville	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
José Boiteux	22 a 7	21 + 8 a 9	17 a 20 + 10 a 12	22 a 7	21 + 8 a 9	17 a 20 + 10 a 12	22 a 7	21 + 8 a 9	17 a 20 + 10 a 12
Jupiá	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Lacerdópolis	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Lages	27 a 1	26 + 2 a 3	25	27 a 1	26 + 2 a 3	25	27 a 1	26 + 2 a 3	25
Laguna	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8
Lajeado Grande	26 a 4	25	23 a 24 + 5 a 6	26 a 4	25	23 a 24 + 5 a 6	26 a 4	25	23 a 24 + 5 a 6
Laurentino	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8
Lauro Muller	23 a 4	5 a 6	22	23 a 4	5 a 6	22	23 a 4	5 a 6	22
Lebon Régis	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Leoberto Leal	23 a 7	22 + 8	21 + 9	23 a 7	22 + 8	21 + 9	23 a 7	22 + 8	21 + 9
Lindóia Do Sul	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Lontras	22 a 8	21 + 9	18 a 20 + 10 a 12	22 a 8	21 + 9	18 a 20 + 10 a 12	22 a 8	21 + 9	18 a 20 + 10 a 12
Luiz Alves	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Luzerna	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Macieira	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Mafra	24 a 3	23 + 4	22 + 5 a 6	24 a 3	23 + 4	22 + 5 a 6	24 a 3	23 + 4	22 + 5 a 6
Major Gercino	22 a 9	18 a 21 + 10 a 12	13 a 17	22 a 9	18 a 21 + 10 a 12	13 a 17	22 a 9	18 a 21 + 10 a 12	13 a 17
Major Vieira	25 a 3		4 + 24	25 a 3		4 + 24	25 a 3		4 + 24
Maracajá	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22
Maravilha	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Marema	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Massaranduba	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Matos Costa	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Meleiro	23 a 4	5 a 6	22	23 a 4	5 a 6	22	23 a 4	5 a 6	22
Mirim Doce	25 a 4	5	6 + 24	25 a 4	5	6 + 24	25 a 4	5	6 + 24
Modelo	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Mondaí	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Monte Carlo	26 a 1	2 a 3	25	26 a 1	2 a 3	25	26 a 1	2 a 3	25
Monte Castelo	25 a 3	4	24	25 a 3	4	24	25 a 3	4	24
Morro Da Fumaça	24 a 5	23 + 6	22	24 a 5	23 + 6	22	24 a 5	23 + 6	22
Morro Grande	23 a 5	22 + 6	7	23 a 5	22 + 6	7	23 a 5	22 + 6	7
Navegantes	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Nova Erechim	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Nova Itaberaba	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22
Nova Trento	21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20		21 a 9	10 a 20	
Nova Veneza	23 a 5	22 + 6	7	23 a 5	22 + 6	7	23 a 5	22 + 6	7
Novo Horizonte	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Orleans	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22	24 a 4	23 + 5 a 6	22
Otacílio Costa	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Ouro	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Ouro Verde	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Paial	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Palhoça	17 a 13	14 a 16		17 a 13	14 a 16		17 a 13	14 a 16	
Palma Sola	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Palmeira	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Palmitos	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Papanduva	25 a 3	24 + 4	23 + 5 a 6	25 a 3	24 + 4	23 + 5 a 6	25 a 3	24 + 4	23 + 5 a 6
Paraíso	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23
Passo De Torres	23 a 7	22 + 8	21 + 9	23 a 7	22 + 8	21 + 9	23 a 7	22 + 8	21 + 9
Passos Maia	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Paulo Lopes	21 a 10	11 a 20		21 a 10	11 a 20		21 a 10	11 a 20	
Pedras Grandes	26 a 3	24 a 25 + 4	23 + 5 a 6	26 a 3	24 a 25 + 4	23 + 5 a 6	26 a 3	24 a 25 + 4	23 + 5 a 6
Penha	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Peritiba	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Pescaria Brava	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8
Petrolândia	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7
Pinhalzinho	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Pinheiro Preto	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Piratuba	26 a 3	25 + 4	24 + 5	26 a 3	25 + 4	24 + 5	26 a 3	25 + 4	24 + 5
Planalto Alegre	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Pomerode	20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19	
Ponte Alta	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Ponte Alta Do Norte	26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3		26 a 2	25 + 3	
Ponte Serrada	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Porto Belo	20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19		20 a 10	11 a 19	
Porto União	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4
Pouso Redondo	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7 a 8	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7 a 8	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7 a 8
Praia Grande	22 a 8	20 a 21 + 9 a 10	11 a 19	22 a 8	20 a 21 + 9 a 10	11 a 19	22 a 8	20 a 21 + 9 a 10	11 a 19
Presidente Castello Branco	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24	26 a 3	25 + 4	24
Presidente Getúlio	22 a 7	21 + 8 a 9	18 a 20 + 10	22 a 7	21 + 8 a 9	18 a 20 + 10	22 a 7	21 + 8 a 9	18 a 20 + 10
Presidente Nereu	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10 a 12	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10 a 12	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10 a 12

Princesa	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Quilombo	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22
Rancho Queimado	23 a 6	22 + 7	21 + 8	23 a 6	22 + 7	21 + 8	23 a 6	22 + 7	21 + 8
Rio Das Antas	26 a 3	25		26 a 3	25		26 a 3	25	
Rio Do Campo	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Rio Do Oeste	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8	25 a 5	23 a 24 + 6 a 7	22 + 8
Rio Do Sul	24 a 6	22 a 23 + 7	8	24 a 6	22 a 23 + 7	8	24 a 6	22 a 23 + 7	8
Rio Dos Cedros	22 a 8	20 a 21 + 9	10 a 19	22 a 8	20 a 21 + 9	10 a 19	22 a 8	20 a 21 + 9	10 a 19
Rio Fortuna	24 a 6	23	22 + 7 a 8	24 a 6	23	22 + 7 a 8	24 a 6	23	22 + 7 a 8
Rio Negrinho	24 a 4	22 a 23 + 5 a 6	21 + 7	24 a 4	22 a 23 + 5 a 6	21 + 7	24 a 4	22 a 23 + 5 a 6	21 + 7
Rio Rufino	27 a 3	26	25 + 4	27 a 3	26	25 + 4	27 a 3	26	25 + 4
Riqueza	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Rodeio	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Romelândia	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
Salete	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24	25 a 4		5 a 6 + 24
Saltinho	26 a 4	25	24 + 5 a 6	26 a 4	25	24 + 5 a 6	26 a 4	25	24 + 5 a 6
Salto Veloso	26 a 3	25		26 a 3	25		26 a 3	25	
Sangão	24 a 5	23 + 6	22 + 7	24 a 5	23 + 6	22 + 7	24 a 5	23 + 6	22 + 7
Santa Cecília	26 a 3	25		26 a 3	25		26 a 3	25	
Santa Helena	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Santa Rosa De Lima	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8	23 a 6	22 + 7	8
Santa Rosa Do Sul	23 a 7	22 + 8	21 + 9	23 a 7	22 + 8	21 + 9	23 a 7	22 + 8	21 + 9
Santa Terezinha	24 a 4	22 a 23 + 5 a 6	7	24 a 4	22 a 23 + 5 a 6	7	24 a 4	22 a 23 + 5 a 6	7
Santa Terezinha Do Progresso	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23	25 a 4	24 + 5 a 6	23

Santiago Do Sul	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Santo Amaro Da Imperatriz	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
São Bento Do Sul	23 a 5	22 + 6 a 7	20 a 21 + 8	23 a 5	22 + 6 a 7	20 a 21 + 8	23 a 5	22 + 6 a 7	20 a 21 + 8
São Bernardino	25 a 4	5	6 + 23 a 24	25 a 4	5	6 + 23 a 24	25 a 4	5	6 + 23 a 24
São Bonifácio	23 a 6	22 + 7 a 8	21 + 9	23 a 6	22 + 7 a 8	21 + 9	23 a 6	22 + 7 a 8	21 + 9
São Carlos	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22
São Cristovão Do Sul	27 a 1	26 + 2	25 + 3	27 a 1	26 + 2	25 + 3	27 a 1	26 + 2	25 + 3
São Domingos	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
São Francisco Do Sul	18 a 9	10 a 17		18 a 9	10 a 17		18 a 9	10 a 17	
São João Batista	17 a 12	13 a 16		17 a 12	13 a 16		17 a 12	13 a 16	
São João Do Itaperiú	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São João Do Oeste	26 a 4	24 a 25 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
São João Do Sul	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10	22 a 8	21 + 9	19 a 20 + 10
São José	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
São José Do Cedro	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22	25 a 4	23 a 24 + 5 a 6	22
São José Do Cerrito	26 a 1	2 a 3	25	26 a 1	2 a 3	25	26 a 1	2 a 3	25
São Lourenço Do Oeste	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
São Ludgero	24 a 5	23 + 6	22	24 a 5	23 + 6	22	24 a 5	23 + 6	22
São Martinho	23 a 7	22 + 8 a 9	21	23 a 7	22 + 8 a 9	21	23 a 7	22 + 8 a 9	21
São Miguel Da Boa Vista	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7	24 a 4	23 + 5 a 6	22 + 7
São Miguel Do Oeste	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
São Pedro De Alcântara	21 a 10	11 a 20		21 a 10	11 a 20		21 a 10	11 a 20	
Saudades	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Schroeder	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Seara	25 a 4	24	23 + 5 a 6	25 a 4	24	23 + 5 a 6	25 a 4	24	23 + 5 a 6
Serra Alta	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Siderópolis	23 a 5	6	7 + 22	23 a 5	6	7 + 22	23 a 5	6	7 + 22
Sombrio	23 a 6	22 + 7	21 + 8	23 a 6	22 + 7	21 + 8	23 a 6	22 + 7	21 + 8
Sul Brasil	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Taió	25 a 4	24 + 5 a 6	22 a 23 + 7	25 a 4	24 + 5 a 6	22 a 23 + 7	25 a 4	24 + 5 a 6	22 a 23 + 7
Tangará	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Tigrinhos	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Tijucas	19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18		19 a 12	13 a 18	
Timbé Do Sul	23 a 5	22 + 6	7	23 a 5	22 + 6	7	23 a 5	22 + 6	7
Timbó	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Timbó Grande	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4	26 a 3	25	24 + 4
Três Barras	25 a 3		4 + 23 a 24	25 a 3		4 + 23 a 24	25 a 3		4 + 23 a 24
Treviso	23 a 4	5 a 6	22	23 a 4	5 a 6	22	23 a 4	5 a 6	22
Treze De Maio	25 a 4	23 a 24 + 5	6	25 a 4	23 a 24 + 5	6	25 a 4	23 a 24 + 5	6
Treze Tílias	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Trombudo Central	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7 a 8	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7 a 8	25 a 5	24 + 6	22 a 23 + 7 a 8
Tubarão	23 a 6		7 a 8 + 22	23 a 6		7 a 8 + 22	23 a 6		7 a 8 + 22
Tunápolis	26 a 4	24 a 25 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Turvo	23 a 6	22	7 a 8	23 a 6	22	7 a 8	23 a 6	22	7 a 8
União Do Oeste	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6	25 a 4	24 + 5	23 + 6
Urussanga	26 a 4	24 a 25 + 5	23 + 6	26 a 4	24 a 25 + 5	23 + 6	26 a 4	24 a 25 + 5	23 + 6
Vargeão	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Vargem	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Vargem Bonita	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25
Vidal Ramos	23 a 7	22 + 8	20 a 21 + 9	23 a 7	22 + 8	20 a 21 + 9	23 a 7	22 + 8	20 a 21 + 9
Videira	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4	26 a 3	25	4
Vitor Meireles	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9	22 a 6	21 + 7 a 8	19 a 20 + 9
Witmarsum	23 a 5	22 + 6 a 7	21 + 8	23 a 5	22 + 6 a 7	21 + 8	23 a 5	22 + 6 a 7	21 + 8
Xanxerê	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Xavantina	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Xaxim	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5	26 a 4	25	24 + 5
Zortéa	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25	26 a 2	3	25

leia-se:

MUNICÍPIOS	PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DO POMAR NO GRUPO IV								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Angra Dos Reis	26 a 6	25 + 7 a 8 + 18	9 + 17	26 a 8	25 + 9 + 17 a 18	24 + 10 a 11 + 19 a 20	26 a 9	25 + 10 a 12 + 17 a 18	24 + 13 a 16 + 19 a 20
Aperibé	29 + 33 a 36	28 + 30 a 32 + 1 a 2	27 + 3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	29 a 6	28 + 7 a 8	27 + 9
Araruama	16 a 12	13 a 15		1 a 36			1 a 36		
Areal	28 a 4	27 + 5 a 7	26 + 8	27 a 8	9	10 + 26	27 a 10	11	12 + 26
Armação Dos Búzios	17 + 23 a 8	9 a 16 + 18 a 22		1 a 36			16 a 12	13 a 15	
Arraial Do Cabo	1 a 36			1 a 36			1 a 36		
Barra Do Piraí	27 a 6	7	8 + 26	27 a 8	26 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 9	26 + 10 a 12	25 + 18
Barra Mansa	27 a 6	26 + 7	25 + 8	27 a 8	26 + 9 a 10	25 + 11 + 18	27 a 11	26 + 12	25 + 17 a 18
Belford Roxo	26 a 7	25 + 8 a 9 + 18 a 19	24 + 10 + 17 + 20	26 a 8	25 + 9 a 11 + 17 a 18	24 + 12 + 19 a 20	26 a 11	24 a 25 + 12 + 17 a 18	13 a 16 + 19 a 20
Bom Jardim	28 a 4	27 + 5 a 6	25 a 26 + 7	28 a 7	27 + 8	25 a 26 + 9	28 a 9	26 a 27 + 10	25 + 11
Bom Jesus Do Itabapoana	29 + 34 a 36	28 + 30 a 33 + 1 a 5	27 + 6	28 a 6	7	8 + 27	28 a 8	27 + 9	
Cabo Frio	17 a 11	12 a 16		1 a 36			1 a 36		
Cachoeiras De Macacu	26 a 8	24 a 25 + 9 + 17 a 19	20 a 23 + 10 a 12 + 16	25 a 11	24 + 17 a 20	21 a 23 + 12 a 16	25 a 11	24 + 12 a 20	21 a 23
Cambuci	29 + 34 a 36	28 + 30 a 33 + 1 a 2	3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	29 a 6	28 + 7 a 8	27 + 9
Cantagalo	28 a 36	1 a 2	3 a 6 + 27	28 a 5	6 a 7	8 + 27	28 a 8		9 + 27
Carmo	28 a 1	2 a 4	5 a 6 + 27	28 a 6	7	8 + 27	28 a 8	27 + 9	10
Casimiro De Abreu	26 a 6	24 a 25 + 7 a 8 + 17 a 19	20 a 23 + 9 a 12 + 16	25 a 8	24 + 9 a 10 + 17 a 19	20 a 23 + 11 a 16	25 a 10	24 + 11 a 12 + 16 a 20	21 a 23 + 13 a 15
Comendador Levy Gasparian	28 a 2	27 + 3 a 6	7	28 a 6	27 + 7 a 8	26 + 9	28 a 9	27 + 10	26 + 11
Conceição De Macabu	28 a 29 + 33 a 36	30 a 32 + 1 a 5	6 + 27	28 a 5	6 a 7	8 + 26 a 27	28 a 7	27 + 8 a 9	26 + 10
Cordeiro	28 a 2	27 + 3 a 4	5 a 6	28 a 6	7	8 + 27	28 a 8	27 + 9	10
Duas Barras	28 a 2	27 + 3 a 6		28 a 6	27 + 7 a 8	9	28 a 8	27 + 9 a 10	26 + 11
Duque De Caxias	26 a 7	25 + 8 a 9 + 18 a 19	24 + 10 + 17 + 20	26 a 9	25 + 10 a 11 + 17 a 18	24 + 12 + 19 a 20	26 a 11	25 + 12 + 17 a 18	24 + 13 a 16 + 19 a 20
Engenheiro Paulo De Frontin	28 a 6	27 + 7	25 a 26 + 8 + 18	28 a 8	26 a 27 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 9	26 + 10 a 11	25 + 12 + 17 a 18
Guapimirim	26 a 8	24 a 25 + 9 a 10 + 17 a 19	11 a 12 + 16 + 20	25 a 11	24 + 12 a 13 + 17 a 20	21 a 23 + 14 a 16	25 a 12	24 + 13 a 20	21 a 23
Iguaba Grande	16 a 12	13 a 15		1 a 36			1 a 36		
Itaboraí	17 a 19 + 24 a 10	16 + 20 a 23 + 11 a 12	13 a 15	17 a 20 + 24 a 13	14 a 16 + 21 a 23		24 a 20	21 a 23	
Itaguaí	27 a 7	25 a 26 + 8 + 18 a 19	24 + 9 a 10 + 17 + 20	26 a 8	25 + 9 a 11 + 17 a 18	19 a 24 + 12	26 a 11	25 + 12 + 17 a 19	24 + 13 a 16 + 20
Itaocara	29 a 36	28 + 1 a 2	27 + 3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	29 a 6	28 + 7 a 8	27 + 9

Itaperuna	29 + 34 a 36	28 + 30 a 33 + 1 a 4	27 + 5	28 a 5	6 a 7	27	28 a 7	8	9 + 27
Itatiaia	27 a 6	26	25 + 7 a 8	27 a 8	26 + 9	25 + 10 a 11 + 18 a 19	27 a 11	26	25 + 12 a 13 + 18 a 19
Japeri	27 a 6	26 + 7	25 + 8 a 9 + 18	28 a 8	25 a 27 + 9	10 a 11 + 17 a 18	27 a 10	25 a 26 + 11	12 + 17 a 18
Laje Do Muriaé	29 + 33 a 36	28 + 30 a 32 + 1 a 2	27 + 3 a 5	29 a 3	28 + 4 a 6	27 + 7	28 a 6	7 a 8	9 + 27
Macaé	28 a 4	26 a 27 + 5 a 6	25 + 7 a 8	28 a 6	25 a 27 + 7 a 8	24 + 9 a 10 + 18	28 a 8	25 a 27 + 9 a 10	24 + 11 + 17 a 20
Macuco	28 a 2	3 a 4	5 a 6 + 27	28 a 5	6 a 7	8 + 27	28 a 8	27 + 9	10
Magé	26 a 7	25 + 8 a 9 + 17 a 19	24 + 10 + 20	25 a 9	10 a 11 + 17 a 20	12 a 16 + 24	26 a 12	24 a 25 + 13 a 19	20
Mangaratiba	26 a 6	25 + 7 a 8 + 18	24 + 9 a 10 + 17 + 19	26 a 8	25 + 9 a 11 + 17 a 18	24 + 19 a 20	26 a 10	25 + 11 a 12 + 17 a 18	24 + 13 a 16 + 19 a 20
Maricá	17 a 12	13 a 16		1 a 36			1 a 36		
Mendes	27 a 6	7	8 + 18 + 25 a 26	28 a 8	26 a 27 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 10	26 + 11	25 + 12 + 17 a 18
Mesquita	26 a 7	25 + 8 a 9 + 18 a 19	24 + 10 + 17 + 20	25 a 9	10 a 11 + 17 a 20	12 + 16 + 21 a 24	26 a 11	24 a 25 + 12 + 16 a 19	13 a 15 + 20
Miguel Pereira	27 a 6	26 + 7	25 + 8 a 9 + 18	28 a 8	26 a 27 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 9	26 + 10 a 12	25 + 17 a 18
Miracema	29 + 33 a 36	28 + 30 a 32 + 1 a 2	27 + 3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	28 a 6	7 a 8	9 + 27
Natividade	29 + 34 a 1	28 + 30 a 33 + 2 a 4	27 + 5	28 a 5	6 a 7	27	28 a 7	8	9 + 27
Nilópolis	26 a 7	25 + 8 a 9 + 17 a 19	24 + 10 a 11 + 20	25 a 9	24 + 10 a 11 + 17 a 20	21 a 23 + 12 + 16	25 a 11	24 + 12 + 16 a 20	21 a 23 + 13 a 15
Niterói	17 a 20 + 24 a 11	16 + 21 a 23 + 12	13 a 15	1 a 36			24 a 20	21 a 23	
Nova Friburgo	27 a 6	26 + 7 a 8	25 + 9 + 17 a 18	28 a 8	25 a 27 + 9	24 + 10 a 11 + 17 a 19	27 a 10	25 a 26 + 11	24 + 12 + 16 a 20
Nova Iguaçu	27 a 7	25 a 26 + 8 + 18	24 + 9 a 10 + 17 + 19	26 a 8	25 + 9 a 11 + 17 a 18	24 + 12 + 19 a 20	27 a 10	25 a 26 + 11 a 12 + 17 a 18	24 + 13 a 16 + 19 a 20
Paracambi	27 a 6	26 + 7	25 + 8 a 9 + 18	28 a 8	26 a 27 + 9	25 + 10 a 11 + 17 a 18	27 a 10	26 + 11 a 12	25 + 17 a 18
Paraíba Do Sul	28 a 6	27 + 7	26 + 8	27 a 8	9	10 + 26	27 a 10	11	12 + 26
Paraty	25 a 6	7 a 8 + 17 a 19	9 a 11 + 24	25 a 8	9 a 11 + 17 a 19	12 + 16 + 20 a 24	25 a 11	24 + 12 + 17 a 19	20 a 23 + 13 a 16
Paty Do Alferes	27 a 6	7	8 + 25 a 26	27 a 8	26 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 10	26 + 11 a 12	25 + 17 a 18
Petrópolis	27 a 6	26 + 7	25 + 8 a 9 + 17 a 18	27 a 8	25 a 26 + 9	10 a 11 + 17 a 18	27 a 10	25 a 26 + 11	12 + 17 a 18
Pinheiral	27 a 6	7	8 + 26	28 a 8	26 a 27 + 9	25 + 10 + 18	27 a 9	26 + 10 a 12	25 + 18
Piraí	27 a 6	26 + 7	25 + 8 a 9 + 18	28 a 8	25 a 27 + 9	10 a 11 + 17 a 18	27 a 10	25 a 26 + 11 a 12	17 a 18
Porciúncula	29 + 33 a 1	28 + 30 a 32 + 2 a 5	27 + 6	28 a 6	27 + 7	8	28 a 8	27	9
Porto Real	27 a 6	26 + 7	25 + 8	27 a 8	26 + 9 a 10	25 + 11 + 18 a 19	27 a 11	26 + 12	25 + 17 a 18
Quatis	27 a 6	26 + 7	25 + 8	27 a 8	26 + 9 a 10	25 + 11 + 18	27 a 11	26 + 12	25 + 17 a 18
Queimados	27 a 7	25 a 26 + 8 + 18	9 + 17 + 19	26 a 8	25 + 9 a 11 + 18	17 + 19 a 20	27 a 10	25 a 26 + 11 a 12 + 18	24 + 16 a 17 + 19 a 20
Resende	27 a 6	26	25 + 7 a 8 + 18	27 a 8	26 + 9 a 10	25 + 11 + 18 a 19	27 a 11	25 a 26 + 12	13 + 17 a 19
Rio Bonito	17 a 11	12 a 16		1 a 36			1 a 36		
Rio Claro	27 a 6	26 + 7	25 + 8 + 18	27 a 8	25 a 26 + 9	10 a 11 + 17 a 18	26 a 9	25 + 10 a 12	17 a 18
Rio Das Flores	28 a 5	27 + 6 a 7	26 + 8	27 a 8	9	10 + 26	27 a 9	10 a 11	12 + 26
Rio Das Ostras	28 a 4	25 a 27 + 5 a 8	24 + 9 + 17 a 20	28 a 6	24 a 27 + 7 a 9	10 a 12 + 16 a 20	28 a 8	24 a 27 + 9 a 10 + 16 a 20	21 a 23 + 11 a 15
Rio De Janeiro	18 a 19 + 25 a 8	17 + 20 + 24 + 9 a 12	13 a 16 + 21 a 23	17 a 20 + 25 a 11	12 a 16 + 21 a 24		16 a 20 + 24 a 12	13 a 15 + 21 a 23	
Santa Maria Madalena	29 a 36	28 + 1 a 4	27 + 5 a 6	28 a 5	6 a 7	27	28 a 7	8	9 a 10 + 27
Santo Antônio De Pádua	29 a 36	28 + 1 a 2	27 + 3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	29 a 6	28 + 7 a 8	27 + 9
São Fidélis	29 + 35	28 + 30 a 34 + 36 a 2	27 + 3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	29 a 6	28 + 7 a 8	27 + 9
São Gonçalo	17 a 19 + 24 a 10	16 + 20 a 23 + 11 a 12	13 a 15	17 a 20 + 24 a 13	14 a 16 + 21 a 23		24 a 20	21 a 23	
São José De Ubá	29 + 35 a 36	28 + 30 a 34 + 1 a 2	27 + 3 a 5	29 a 5	28 + 6	27 + 7	28 a 6	7 a 8	9 + 27
São José Do Vale Do Rio Preto	28 a 4	27 + 5 a 6	26 + 7 a 8	28 a 8	27	26 + 9	28 a 9	27 + 10 a 11	26
São Pedro Da Aldeia	16 a 12	13 a 15		1 a 36			1 a 36		
São Sebastião Do Alto	29 a 36	28 + 1 a 2	27 + 3 a 6	28 a 5	6	7 + 27	28 a 7	8	9 + 27
Sapucaia	28 a 2	27 + 3 a 6	7	28 a 6	27 + 7 a 8	9	28 a 9	27 + 10	26 + 11
Saquarema	16 a 12	13 a 15		1 a 36			1 a 36		
Seropédica	27 a 7	25 a 26 + 8 + 18	9 a 10 + 17 + 19	28 a 8	25 a 27 + 9 a 11 + 18	24 + 17 + 19 a 20	26 a 10	25 + 11 a 12 + 17 a 18	24 + 13 a 16 + 19 a 20
Silva Jardim	18 a 19 + 24 a 8	16 a 17 + 20 + 9 a 12	21 a 23	17 + 24 a 11	12 a 16 + 18 a 23		16 a 20 + 24 a 12	13 a 15 + 21 a 23	
Sumidouro	28 a 4	27 + 5 a 6	26 + 7	28 a 7	27 + 8	26 + 9	28 a 9	27 + 10	26 + 11
Tanguá	17 a 11	12 a 16		1 a 36			1 a 36		
Teresópolis	27 a 4	26 + 5 a 7	25 + 8 + 17 a 18	27 a 8	26 + 9	25 + 10 + 18	27 a 10	26 + 11	25 + 12 + 17 a 18
Trajano De Moraes	28 a 2	27 + 3 a 6	26	28 a 6	7 a 8	9 + 25 a 27	28 a 8	27 + 9	25 a 26 + 10 a 11
Três Rios	28 a 4	27 + 5 a 6	7	28 a 7	27 + 8	26 + 9	28 a 9	27 + 10 a 11	26
Valença	27 a 6	26 + 7	25 + 8	27 a 8	26 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 9	26 + 10 a 12	25
Varre-Sai	29 + 33 a 4	28 + 30 a 32 + 5	27 + 6	28 a 6	27 + 7	8	28 a 8	27 + 9	10
Vassouras	28 a 6	27 + 7	26 + 8	27 a 8	26 + 9	25 + 10 + 18	27 a 9	26 + 10 a 11	25 + 12 + 18
Volta Redonda	27 a 6	7	8 + 25 a 26	27 a 8	26 + 9	25 + 10 a 11 + 18	27 a 9	26 + 10 a 12	25 + 18

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 507, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Realoca cargo de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 16 e 17 do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar cargo de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA.

Art. 2º Fica realocado da Divisão de Administração de Títulos da Dívida Agrária e Arrecadação - DOF-3, da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças, da Diretoria de Gestão Operacional, para a Divisão de Serviços Gerais - DOA-2, da Coordenação Geral de Administração e Serviços Gerais, da Diretoria de Gestão Operacional, uma Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE-102.1, de Assistente Técnico.

Art. 3º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-24/PI Nº 39 de 19 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União n.° 249, na data de 28 de dezembro do ano 2000, na Seção 1, página 44, que criou o Projeto de Assentamento PA RIACHO DO MATO, no município de Esperantina, código SIPRA PI0162000, onde se lê: PA RIACHO DO MATO, com área de 1.060,6720 ha (mil e sessenta hectares, sessenta e sete ares e vinte centiares), leia-se: PA LAGOA DOS MACACOS, com área registrada de 1.060,6720 ha (mil e sessenta hectares,sessenta e sete ares e vinte centiares) e área medida de 1.081,0417 ha (mil e oitenta e um hectares, quatro ares e dezessete centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR(10) Nº 09, de 16 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 200 em 18 de outubro de 2017 e que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Comuna Amarildo de Souza, código Sipra SC0388000, localizado no município de Águas Mornas(SC), onde se lê "capacidade para 08 (oito) famílias" , leia-se "capacidade para 10 (dez) famílias".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA N.º 34, de 04 de Maio de 1996, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 06/05/1996, Seção 1, pg. 7752, que criou o projeto de assentamento denominado PA JACIRA II, localizado no município de Água Azul do Norte, no Estado do Pará, Código SIPRA MB0069000, onde se lê: "localizado no município de Água Azul do Norte, Estado do Pará, leia-se: "localizado no município de Bannach..." e onde se lê: "...com área de 1.141,6856 ha (Um mil e quarenta e um hectares, sessenta e oito ares e cinquenta e seis centiares)... leia-se: "...com área de 1.283,1862 ha (Um mil, duzentos e oitenta e três hectares, dezoito ares e sessenta e dois centiares).

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MC Nº 627, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021, e

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) e sua classificação mundial como pandemia, e as medidas adotadas no âmbito de estados, municípios e do Distrito Federal para prevenir a disseminação do vírus;

CONSIDERANDO as recomendações de distanciamento entre as pessoas e de evitar aglomerações para evitar a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a instituição do auxílio emergencial pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020 e pela Portaria nº 351, de 7 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania;

CONSIDERANDO a instituição do auxílio emergencial residual pela Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.488, de 16 de setembro de 2020 e pela Portaria nº 491, de 16 de setembro de 2020, do Ministério da Cidadania;

CONSIDERANDO a instituição do auxílio emergencial 2021 pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021 e pela Portaria nº 620, de 26 de março de 2021, do Ministério da Cidadania;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Programa Bolsa Família, existem 14,2 milhões de famílias, com mais de 40 milhões de beneficiados e o calendário de pagamento do Programa Bolsa é realizado nos 10 últimos dias úteis de cada mês;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do pagamento das novas parcelas do auxílio emergencial 2021 de modo a contribuir para a observância às medidas de proteção à saúde da população e de segurança no sentido de evitar a propagação do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a necessidade de evitar aglomerações, seguir as melhores práticas para evitar a propagação, proteger a saúde da população e assim minimizar o risco de propagação do coronavírus (Covid-19); e

CONSIDERANDO que o auxílio emergencial visa permitir que as pessoas adquiram bens necessários para sua sobrevivência, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do Auxílio Emergencial 2021, instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

Art. 2º Atendidas as condições legais, o pagamento ao público do Auxílio Emergencial 2021 dar-se-á da seguinte forma:

I - o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial 2021 será feito em poupança social digital aberta em nome do beneficiário, conforme calendário constante do Anexo I.

II - o crédito da segunda parcela do auxílio emergencial 2021 será feito em poupança social digital aberta em nome do beneficiário, conforme calendário constante do Anexo III.

III - o crédito da terceira parcela do auxílio emergencial 2021 será feito em poupança social digital aberta em nome do beneficiário, conforme calendário constante do Anexo V.

IV - o crédito da quarta parcela do auxílio emergencial 2021 será feito em poupança social digital aberta em nome do beneficiário, conforme calendário constante do Anexo VII.

§ 1º Nas datas indicadas no Anexo I - Crédito Poupança Social Digital, os recursos estarão disponíveis apenas para o pagamento de contas, de boletos e para realização de compras por meio de cartão de débito virtual ou QR Code.

§ 2º Para o público do inciso I do Art. 2º, que tenha recebido o crédito da primeira parcela nas datas indicadas no Anexo I - Crédito em Poupança Social Digital, os recursos poderão ser utilizados também para realização de transações por meio do Pix (exceto para contas de mesma titularidade do beneficiário) a partir do dia 30 de abril de 2021.

§ 3º Nas datas indicadas nos Anexos III, V e VII - Crédito em Poupança Social Digital, os recursos estarão disponíveis apenas para o pagamento de contas, de boletos, para realização de compras por meio de cartão de débito virtual ou QR Code e realização de transações por meio do Pix (exceto transações por meio do Pix para contas de mesma titularidade do beneficiário).

Art. 3º Para fins de organização do fluxo de pessoas em agências bancárias e evitar aglomeração, os recursos disponibilizados na forma do art. 2º estarão disponíveis para saques e transferências bancárias (exceto transações por meio do Pix para contas de mesma titularidade do beneficiário), conforme calendários constantes dos Anexos II, IV, VI e VIII - Saque em Dinheiro.

Art. 4º Fica revogada a Portaria MC nº 622, de 31 de março de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

ANEXO I

CICLO 1 - CRÉDITO EM POUPANÇA SOCIAL DIGITAL

06/ABR (TER)	09/ABR (SEX)	11/ABR (DOM)	13/ABR (TER)	15/ABR (QUI)	18/ABR (DOM)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

20/ABR (TER)	22/ABR (QUI)	25/ABR (DOM)	27/ABR (TER)	28/ABR (QUA)	29/ABR(QUI)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO II

CICLO 1 - SAQUE EM DINHEIRO

30/ABR (SEX)	03/MAI (SEG)	04/MAI (TER)	05/MAI (QUA)	06/MAI (QUI)	07/MAI(SEX)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

10/MAI	11/MAI (TER)	12/MAI (QUA)	13/MAI (QUI)	14/MAI (SEX)	17/MAI (SEG)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO III

CICLO 2 - CRÉDITO EM POUPANÇA SOCIAL DIGITAL

16/MAI (DOM)	19/MAI (QUA)	23/MAI (DOM)	26/MAI (QUA)	28/MAI (SEX)	30/MAI (DOM)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

02/JUN (QUA)	06/JUN (DOM)	09/JUN (QUA)	11/JUN (SEX)	13/JUN (DOM)	16/JUN (QUA)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO IV

CICLO 2 - SAQUE EM DINHEIRO

08/JUN (TER)	10/JUN (QUI)	15/JUN (TER)	17/JUN (QUI)	18/JUN (SEX)	22/JUN (TER)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

24/JUN (QUI)	29/JUN (TER)	01/JUL (QUI)	02/JUL (SEX)	05/JUL (SEG)	08/JUL (QUI)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO V

CICLO 3 - CRÉDITO EM POUPANÇA SOCIAL DIGITAL

20/JUN (DOM)	23/JUN (QUA)	25/JUN (SEX)	27/JUN (DOM)	30/JUN (QUA)	04/JUL (DOM)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

06/JUL (TER)	09/JUL (SEX)	11/JUL (DOM)	14/JUL (QUA)	18/JUL (DOM)	21/JUL (QUA)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO VI

CICLO 3 - SAQUE EM DINHEIRO

13/JUL (TER)	15/JUL (QUI)	16/JUL (SEX)	20/JUL (TER)	22/JUL (QUI)	27/JUL (TER)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

29/JUL (QUI)	30/JUL (SEX)	04/AGO (QUA)	06/AGO (SEX)	10/AGO (TER)	12/AGO (QUI)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO VII

CICLO 4 - CRÉDITO EM POUPANÇA SOCIAL DIGITAL

23/JUL (SEX)	25/JUL (DOM)	28/JUL (QUA)	01/AGO (DOM)	03/AGO (TER)	05/AGO (QUI)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

08/AGO (DOM)	11/AGO (QUA)	15/AGO (DOM)	18/AGO (QUA)	20/AGO (SEX)	22/AGO (DOM)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

ANEXO VIII

CICLO 4 - SAQUE EM DINHEIRO

13/AGO (SEX)	17/AGO (TER)	19/AGO (QUI)	23/AGO (SEG)	25/AGO (QUA)	27/AGO (SEX)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO

30/AGO (SEG)	01/SET (QUA)	03/SET (SEX)	06/SET (SEG)	08/SET (QUA)	10/SET (SEX)
NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.	NASC.
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM Nº 4.666, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Institui a Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa MCTI - PNIPE MCTI.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES SUBSTITUTO, no uso das competências previstas no art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 26-A, incisos I e III, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, bem como o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa MCTI - PNIPE MCTI, como uma ferramenta digital que tem por finalidade mapear e reunir, de maneira sistemática, informações sobre a infraestrutura de pesquisa nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) do País

Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos, nos termos do art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

II - infraestrutura de pesquisa: instalação, física ou virtual, capaz de fornecer à comunidade científica insumos, equipamentos e serviços para realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento experimental (P&D) e fomentar a inovação, envolvendo os seguintes elementos:

a) instalação física e seus equipamentos e instrumentos utilizados nas atividades de P&D;

b) recursos baseados em conhecimento, como coleções, arquivos e base de dados, utilizados em pesquisas científicas;

c) recursos de tecnologias da informação e comunicação, como grids, redes de alto desempenho e softwares específicos; e

d) qualquer outra infraestrutura de natureza singular utilizada em atividades de P&D.

Parágrafo único. As infraestruturas de pesquisa poderão ter localização única ou distribuída, ou ainda serem plataformas virtuais, podendo fazer parte de uma rede regional, nacional ou internacional.

Art. 3º São objetivos da PNIPE MCTI:

I - fornecer, à comunidade científica e tecnológica, o acesso a informações sobre as infraestruturas de pesquisa existentes, sua localização, possibilidades e condições de uso;

II - fomentar o potencial de inovação das infraestruturas de pesquisa, dando visibilidade junto às empresas das oportunidades oferecidas para melhorar seus produtos e desenvolver novas tecnologias em cooperação;

III - incentivar o uso compartilhado de recursos e a colaboração entre grupos de pesquisa de diferentes áreas, instituições e regiões, fortalecendo a colaboração entre eles; e

IV - otimizar:

a) o uso de instalações laboratoriais e equipamentos de pesquisa científica, evitando a fragmentação e a duplicação de esforços; e

b) o investimento de recursos públicos na manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas existentes, bem como na construção de novas instalações e aquisição de novos equipamentos.

Art. 4º A operacionalização, o funcionamento e a governança da PNIPE MCTI caberá a um Comitê Gestor, de natureza deliberativa, a quem compete:

I - planejar, avaliar e deliberar sobre estratégias e metas relacionadas à evolução da PNIPE MCTI;

II - deliberar sobre a política de dados da plataforma;

III - definir estratégias de sensibilização e mobilização de ICT para utilização da PNIPE MCTI;

IV - promover a divulgação da plataforma;

V - Contribuir com informações para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas sobre infraestrutura de pesquisa;

VI - propor cooperações e parcerias nacionais e internacionais, com ferramentas que possuam objetivos estratégicos semelhantes ou complementares à PNIPE MCTI; e

VII - contribuir com informações sobre infraestrutura de pesquisa, quando lhes forem solicitadas, para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Art. 5º O Comitê Gestor da PNIPE MCTI será composto:

I - pelo Secretário da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica, que o coordenará; e

II - por representantes dos seguintes órgãos:

a) Departamento de Ciências da Vida e Desenvolvimento Humano e Social, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

c) Financiadora de Estudos e Projetos; e

d) Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

§ 1º Cada membro do colegiado terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros de que trata o inciso II do caput serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos e entidades representadas e designados por meio de portaria do Secretário da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica.

Art. 6º O Comitê Gestor se reunirá, em caráter ordinário, pelo menos uma vez por semestre e, em caráter extraordinário, sempre que necessário. As reuniões do Comitê Gestor acontecerão por convocação da coordenação do Comitê, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo seu Coordenador, por meio de correspondência eletrônica oficial.

§ 2º O quórum de reunião é de pelo menos três membros e o quórum de deliberação é por maioria simples dos presentes.

§ 3º Em caso de empate na votação, o coordenador do Comitê Gestor, além do voto ordinário, terá o voto de qualidade.

§ 4º O Comitê Gestor poderá convidar representantes de outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, de entidades privadas, de organizações da sociedade civil e de organismos internacionais, para participar de reuniões, sem direito a voto, com o propósito de contribuir para a execução dos trabalhos.

§ 5º A participação de membro do Comitê, ou convidado, que estiver em diferente unidade da federação dos demais ocorrerá por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico idôneo.

§ 6º Todos os documentos discutidos e aprovados durante as reuniões do Comitê, bem como aqueles produzidos na preparação das reuniões, poderão ser produzidos e tramitados em meio eletrônico.

Art. 7º A Coordenação-Geral de Infraestrutura e Formação em Pesquisa, da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica, prestará o apoio administrativo ao Comitê Gestor da PNIPE MCTI.

Art. 8º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor no dia 03 de maio de 2021.

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JÚNIOR

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.432/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Requerente: Helix Sementes e Mudas.
CQB: 283/09
Processo SEI nº: 01245.003158/2021-64
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7554/2021 publicado em 12/03/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Oficio 007/2021 de 12 de fevereiro de 2021, nomeando Isabela Moraes Ascencio e Izabel Costa Silva Neta, para compor a CIBio local e excluindo Roberto Carlos Soares.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.433/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Requerente: Boehringer Ingelheim Animal Health do Brasil Ltda.
CQB: 048/98
Processo SEI nº: 01245.003511/2021-14
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio:7553/2021 publicado em 12/03/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, solicitando a exclusão de Helena Ortega da CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.434/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Requerente: DuPont do Brasil S.A.
CQB: 013/97
Processo SEI nº: 01245.004173/2021-20
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7552/2021 publicado em 12/03/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta Pio Reg 059/2021, nomeando Leandro Nogueira Ramos, para compor a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.436/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:

Requerente: Bio4 Soluções Biotecnológicas Ltda.
CQB: 303/10
Processo SEI nº: 01245.002467/2021-17
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7503/2021 publicado em 11/03/2021
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, nomeando Marcelo Calide Barga (Presidente), Everton Henrique da Silva Pereira, Nadia Bono Gonçalves, para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.438/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 240ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 08 de abril de 2021, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processos: 01200.001755/2016-11; 01250.006423/2016-20; 01250.059591/2017-07

Requerente: Suzano S.A

CQB: 325/11

Assunto: alteração de liberação planejada do meio ambiente

A CTNBio, após análise do pedido de alteração de liberação planejada no meio ambiente de eucalipto geneticamente modificado para uso de herbicidas alternativos, deliberou pelo DEFERIMENTO conforme esse parecer técnico.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato prévio não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A CTNBio informa que o público terá trinta dias para se manifestar sobre o presente pleito, a partir da data de sua publicação. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico https://esic.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

PARECER Nº 17, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002202/2013-25 (150)

CNPJ: 22.075.444/0001-29 - MATRIZ

Razão Social: FUNDACAO EDUCACIONAL DE LAVRAS .

Nome da Instituição: FELA

Endereço da Instituição: Rua Padre José Poggel, 506 -Centenário, CEP. 37.200-000, Lavras/MG

Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 02.0108.2021

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 17/2021/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

PARECER Nº 18, DE 9 DE ABRIL DE 2021

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01245.004717/2021-53 (692)

CNPJ: 78.243.599/0001-81 - MATRIZ

Razão Social: COLEGIO MATER DEI LTDA

Nome da Instituição: ********

Endereço da Instituição: Rua Mato Grosso, nº 200, Baixada, CEP 85.501-200, Pato Branco/PR

Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0639.2021

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 18/2021/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI Nº 4.639, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.052431/2019-91, de 14 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Global Eletronics - Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 13.156.619/0001-31, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 13.156.619/0001-31, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Aparelho para leitura, sem contato, de dados em barramentos com transmissão para computador de bordo de veículos automotores;

II - Terminal portátil para entrada e saída de dados para uso em veículos automotores (interface homem-máquina), baseado em técnica digital;

III - Terminal para entrada e saída de dados para uso em veículos automotores (interface homem-máquina), baseado em técnica digital; e

IV - Aparelho para detecção de acionamento de limpador de parabrisa, para veículos automotores, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.052431/2019-91, de 14 de outubro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.657, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.059096/2019-51, de 19 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica HTM Indústria de Equipamentos Eletro-Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 03.271.206/0001-44, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 03.271.206/0001-44, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Aplicador de criolipólise para aparelho eletromédico baseado em técnica digital;

II - Aplicador de luz intensa pulsada para aparelho eletromédico baseado em técnica digital; e

III - Caneta, Cluster, Máscara e Aplicador laser/LED para aparelho eletro médico baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.059096/2019-51, de 19 de novembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.660, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro .de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.006714/2019-61, de 12 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Sense Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 47.922.042/0001-43, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 47.922.042/0001-43, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Transmissor de temperatura.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.006714/2019-61, de 12 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.661, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.002038/2019-56, de 15 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica AGTechnologies Produtos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.135.153/0001-95, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.135.153/0001-95, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Equipamento para transmissão de dados digitais, com tecnologia sem fio (wireless).

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.002038/2019-56, de 15 de janeiro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.662, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.008180/2019-15, de 19 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Teracom Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 02.820.966/0001-09, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 02.820.966/0001-09, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Módulo de Ventilação.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.008180/2019-15, de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.663, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro .de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.008949/2019-97, de 22 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Inova Sistemas Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 01.842.082/0001-84, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 01.842.082/0001-84, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Placa de Circuito Impresso para Controlador Digital de Temperatura com Temporizador.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.008949/2019-97, de 22 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.664, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Cancelamento de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º e o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013760/2020-29, de 18 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da pessoa jurídica interessada, a habilitação à fruição dos incentivos fiscais de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, de titularidade da empresa BALLUFF CONTROLES ELETRICOS LIMITADA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 52.702.990/0001-03, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 113, de 7 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 de 10 de março de 2008:

Parágrafo único. O cancelamento não desobriga a pessoa jurídica interessada quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas na legislação até a data em que se manteve habilitada aos incentivos.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 113, de 7 de março de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 199, DE 13 DE ABRIL DE 2021 (*)

Credenciamento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), unidade Centro de Energias Alternativas e Renováveis - CEAR como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.013650/2020-67, de 17 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), unidade Centro de Energias Alternativas e Renováveis - CEAR, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

(*)Republicada por ter saído com incorreção no original, publicada no DOU nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1, pág. 481

RESOLUÇÃO Nº 200, DE 13 DE ABRIL DE 2021 (*)

Credenciamento do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), unidade Departamento de Computação (Campus Monte Castelo) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.000151/2021-91, de 5 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), unidade Departamento de Computação (Campus Monte Castelo), CNPJ nº 10.735.145/0019-13, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

(*)Republicada por ter saído com incorreção no original, publicada no DOU nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1, pág. 481

RESOLUÇÃO Nº 201, DE 13 DE ABRIL DE 2021 (*)

Credenciamento do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), unidade Coordenação de Informática como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.000713/2021-04, de 12 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Federal de Alagoas (IFAL), unidade Coordenação de Informática, CNPJ nº 10.825.373/0001-55, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir de 01 de Outubro de 2020.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, publicada no DOU nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1, pág. 481

RESOLUÇÃO Nº 202, DE 13 DE ABRIL DE 2021 (*)

Credenciamento do Centro de Pesquisa, Tecnologia e Inovação Digital da Fundação IMED (CETID) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTI n° 01245.000383/2020-68, de 30 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Credenciar o Centro de Pesquisa, Tecnologia e Inovação Digital da Fundação IMED (CETID), CNPJ nº 08.027.218/0001-41, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução tem a validade de 2 anos e entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM
Secretário Executivo do Comitê

(*) Republicada por ter saído com incorreção no original, publicada no DOU nº 70, de 15 de abril de 2021, Seção 1, pág. 481

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 14 DE ABRIL DE 2021

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 3ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - MARÇO/2021 - LEI 8.010/1990

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	934.615,73
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	8,00
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	144.655,39
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	214.176,44
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	400.171,31
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	6.217,48
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	125.263,34
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	62.289,08
0018/1990	Fundação Universidade de Brasília	45.000,00
0019/1990	Universidade Federal do Rio Grande	7.357,78
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	66.135,00
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	3.566,70
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	30.581,49
0037/1990	Fundação Zerbini	169.013,20
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	94.891,60
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	36.188,92
0059/1990	Universidade Federal de Itajubá	7.522,33
0066/1990	Fund. da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	23.318,58
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	391.731,85
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	2.939,13
0093/1990	Comissão Nacional de Energia Nuclear - SP	4.000,00
0101/1990	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein	42.406,07
0103/1990	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de PE	5.442,22
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	33.226,79
0120/1990	Universidade Federal de Goiás	175.849,33
0135/1990	Fundação Butantan	6.767.460,97
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	43.202,00
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	5.295,00
0158/1990	Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Extensão	40.970,00
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	34.155,07
0206/1991	Universidade Federal de Pelotas	30.670,00
0207/1991	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	242.900,00
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	11.587,45
0247/1991	Universidade do Vale do Itajaí	11.672,75
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	1.157,00
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	74.496,60
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	23.737,25
0360/1992	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA	202.595,68
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	9.768,01
0468/1993	Universidade Federal de Alfenas	6.556,00
0469/1993	Inst. Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	34.998,00
0523/1993	Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria	1.636,75
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	689.960,62
0568/1994	Centro Infantil de Investig. Hematológicas Dr Domingos A. Boldrini	7.672,00
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	173.506,22
0585/1994	CNEN/Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	394,32
0589/1994	USP/Instituto de Física de São Carlos	2.896,38
0590/1994	USP/Instituto de Química de São Carlos	8.460,00
0625/1995	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	142.886,26
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	12.352,51
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	64.594,64
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	23.377,40
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	1.702.093,23
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenolvimento	48.840,00
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	187.562,71
0740/1998	Fund. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	6.540,00
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	49.046,58
0750/1998	Faculdades Católicas/PUC-Rio	113.097,62
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	869.195,98
0762/1999	Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento	135.370,30
0769/1999	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento	10.756,00
0772/2000	Fundação Espírito Santense de Tecnologia	11.452,38
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	681.208,83
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	6.550,00
0798/2000	Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande	6.415,00
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	80.284,66
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	271.913,91
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	23.990,00
0831/2001	SENAI - Departamento Regional do Rio Grande do Norte	14.660,85
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	112.707,45
0901/2003	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	132.421,12
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	1.795.329,17
0932/2005	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	398.237,50
0981/2006	Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa, Ensino e Extensão	18.614,84
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	101.761,86
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	739.466,33
1057/2008	Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil	86.370,34
1080/2009	Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - SP	1.243,00
1089/2009	Fundação Pio XII/Hospital de Câncer de Barretos	19.520,00
1094/2009	SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina	98.445,00
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	114.631,32
1123/2010	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	8.333,41
1264/2017	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	28.570,00
1279/2018	Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil	7.521,78
1300/2020	Instituição Científica e de Inovação Tecnológica Brasil	4.224,87
8010/1990	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	33.577,75
9200/2004	Ciência Importa Fácil - Pessoa Física	2.789,17

FABIO EDUARDO MADIOLI

DESPACHO DE 14 DE ABRIL DE 2021

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 1ª RELAÇÃO DE CANCELAMENTO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/1990

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	-11.000,00

FABIO EDUARDO MADIOLI

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 2.484, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53512.000151/2021-97. Expede autorização à WINGS SERVICOS AERONAUTICOS LTDA, CNPJ nº 38350613000121, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 1.961, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53504.007687/2020-51 - Decretar extinta, por renúncia, a autorização outorgada à NESHER SECURITY SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, CNPJ n° 36.638.825/0061-83, FISTEL n° 50433930179, para explorar o Serviço Limitado Privado - submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, bem como extingui autorização para uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.369, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) ao MUNICÍPIO DE CUBATÃO, CNPJ nº 47.492.806/0001-08, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.482, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Processo N° 53504.000241/2021-87 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à MARIA CECÍLIA LOPES SGAVIOLI, CPF nº ***.641.118-**, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado,sendo o uso das radiofreqüências não exclusivo, em caráter precário e secundário.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 14 DE ABRIL DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 2.499 - Processo nº 53504.001087/2021-61 - Felipe de Paulo Marcolino da Silva, CPF nº ***.536.068.**;

Nº 2.505- Processo nº 53504.001105/2021-12 - Alex Lopez Dias, CPF nº ***.494.748-**;

Nº 2.517 - Processo nº 53504.001022/2021-15 - TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 01.452.651/0003-47;
Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário à(ao):

Nº 2.513 - Processo nº 53504.000639/2021-13 - SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 10, CNPJ 60.553.286/0001-64;

Nº 2.516 - Processo nº 53504.000769/2021-56 - URBITEC CONSTRUÇÕES LTDA , CNPJ 67.522.904/0001-58.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 8 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.360 - Extinguir, por renúncia, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para do serviço Rádio do Cidadão e do serviço de Interesse Restrito, da entidade JOSE ADAILTON SALES SOUSA, CPF nº ***.075.415-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização.

Nº 2.392 - Extinguir, por renúncia, a outorga do serviço de Interesse Restrito, de forma a extinguir a autorização para do serviço Rádio do Cidadão e do serviço de Interesse Restrito, da entidade GILSON FULGENCIO DE ALMEIDA, CPF nº ***.248.465-**, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATOS DE 12 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.454. Processo nº 53548.000204/2021-62. Expede autorização ao GERSON OSMARI, CPF nº ***.598.971-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.455. Processo nº 53548.000227/2021-77. Expede autorização ao ROGERIO VICENTE STRAGLIOTTO, CPF nº ***.434.011-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 13 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.490. Processo nº 53548.000228/2021-11. Expede autorização ao RODOLFO CRIVELLARO, CPF nº ***.484.141-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.491. Processo nº 53548.000256/2021-39. Expede autorização à GALA - IBB INDUSTRIA BRASILEIRA DE BRINQUEDOS E EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 05.861.238/0001-25, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 2.520, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Expedir autorização a Aviação Agrícola Alagoana Limitada, CNPJ: 12.373.429/0001-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

ATO Nº 2.521, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Expedir autorização a Eduardo Vitória, CPF: XXX.064.246-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.275, DE 6 DE ABRIL DE 2021

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão. Proc. 53500.008599/2021-98. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 30 DE MARÇO DE 2021

Nº 2.138 Processo nº 53500.019705/2021-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ULTRA FM LTDA, CNPJ 03.736.466/0001-48, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São João da Barra/RJ.

Nº 2.139 Processo nº 53500.012050/2021-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EMISSORA BATOVI LTDA, CNPJ 87.744.470/0001-48, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de São Gabriel/RS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 2 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.215 Processo nº 53500.019785/2021-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO RIO BONITO LTDA, CNPJ 37.580.404/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmas/TO.

Nº 2.216 Processo nº 53500.019865/2021-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EDUCADORA DE SAO JOAO DA URTIGA LTDA, CNPJ 92.469.782/0001-20, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São João da Urtiga/RS.

Nº 2.217 Processo nº 53500.020280/2021-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GOVERNO DO ESTADO DO MARANHAO GABINETE MILITAR, CNPJ 05.733.936/0001-45, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de São Luís/MA.

Nº 2.218 Processo nº 53500.020878/2021-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE GERAIS DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 22.238.711/0001-31, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Coromandel/MG.

Nº 2.219 Processo nº 53500.020902/2021-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOM DA ILHA COMERCIO E PRODUCOES LTDA - ME, CNPJ 04.391.521/0001-78, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vista Alegre do Alto/SP.

Nº 2.220 Processo nº 53500.021055/2021-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ALTAMAR LTDA, CNPJ 01.769.087/0001-29, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio do Sul/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.221, DE 3 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 53500.016932/2021-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND. NAC. DA CULT. NEGRA E MISCIGENACOES BRASILEIRAS, CNPJ 63.888.168/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Capanema/PA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 15 DE ABRIL DE 2021

Nº 2.561 Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Londrina/PR, no período de 23/04/2021 a 25/04/2021.

Nº 2.562 Autoriza FORTEL FORTALEZA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 06.809.941/0001-57, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, nas cidades de Aracati/CE e Fortaleza/CE, no período de 30/04/2021 a 28/06/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 75/GC4, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre as competências dos Agentes da Administração responsáveis pelo planejamento, gestão e acompanhamento orçamentários das Ações constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) e respectivos Planos Orçamentários (PO), sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica (COMAER).

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, XIV e o § 1º do art. 23 do anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, e considerando o disposto no art. 5º do referido Decreto, na Portaria SOF nº 103, de 19 de outubro de 2012, e o que consta do Processo nº 67050.003568/2021-09, resolve:

Art. 1º O planejamento, a gestão e o acompanhamento orçamentários, para as Ações constantes da programação das Leis Orçamentárias Anuais (LOA), vinculadas ao Comando da Aeronáutica (COMAER), serão conduzidos por Agentes Responsáveis e Agentes Auxiliares, sob orientação, coordenação e controle do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)

Art. 2º Compete ao EMAER, como Órgão do COMAER responsável pela interação com o Sistema de Planejamento e Orçamento Federal:

I - estabelecer, por ato próprio, os cargos que exercerão a função de Agentes Responsáveis pelas Ações e Planos Orçamentários (PO) vinculados ao COMAER;

II - cadastrar os Agentes da Administração do COMAER no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP); e

III - coordenar o preenchimento e o envio, por meio do SIOP, das informações relativas ao acompanhamento orçamentário das Ações e dos PO.

Parágrafo único. O Agente Responsável por Ação e PO vinculados à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe) será regido por planejamento próprio.

Art. 3º Agente Responsável é o Agente da Administração ocupante dos cargos definidos de acordo com o inciso I do art. 2º, com a função de conduzir o planejamento, a gestão e o acompanhamento orçamentários da respectiva Ação ou PO vinculados.

Parágrafo único. A função de Agente Responsável tem início e término, respectivamente, nas datas de recebimento e passagem do cargo ao qual estiver vinculada a Ação ou PO.

Art. 4º Agente Auxiliar é o Agente da Administração com a função de prover suporte administrativo e assessoramento técnico ao Agente Responsável.

Parágrafo único. O Agente Responsável deverá designar, em ato publicado em boletim interno, no mínimo, dois Agentes Auxiliares, oficiais ou civis assemelhados, preferencialmente com conhecimento na área de orçamento público.

Art. 5º Compete ao Agente Responsável por Ação ou PO:

I - prever as despesas necessárias à realização da Ação ou PO sob sua responsabilidade, com fulcro no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), no Plano Diretor e nos Planos Setoriais dos ODSA aos quais estiver subordinado, apresentando ao EMAER a demanda de recursos orçamentários para inclusão na proposta de orçamento anual do COMAER do exercício subsequente;

II - enviar, ao EMAER, o planejamento elaborado para alcançar os produtos esperados, incluindo a metodologia de cálculo e a previsão das necessidades de recursos orçamentários para o ano subsequente;

III - adequar as despesas inicialmente planejadas, necessárias à realização da Ação ou PO sob sua responsabilidade, aos valores efetivamente aprovados na LOA, bem como aos limites de movimentação de empenho e pagamento;

IV - gerenciar a execução orçamentária, física e financeira da Ação ou PO sob sua responsabilidade, identificando e avaliando os fatores que obstem o alcance dos produtos e metas físicas planejadas, e informar ao respectivo ODSA os arranjos de gestão necessários à readequação do Plano Setorial;

V - submeter a prévia autorização do EMAER, via ODSA, qualquer alteração, inclusão ou exclusão na Ação ou PO sob sua responsabilidade, com as devidas justificativas;

VI - coordenar a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços vinculados à Ação ou PO sob sua responsabilidade, quando couber;

VII - coordenar a criação e a implementação de indicadores com o objetivo de diagnosticar, elaborar, implementar, monitorar e avaliar o modelo de gestão e a execução da Ação ou PO sob sua responsabilidade;

VIII - prestar contas da execução orçamentária, física e financeira dos recursos alocados à Ação ou PO sob sua responsabilidade, inclusive daqueles provenientes de emendas parlamentares;

IX - registrar no SIOP, segundo a programação e instruções expedidas pelo EMAER, as informações relativas ao acompanhamento orçamentário, físico e financeiro da Ação ou PO sob sua responsabilidade, cujos subtítulos possuam produtos e metas físicas associados, em conformidade com os Manuais Técnicos do Sistema;

X - promover o aprimoramento da qualidade e do controle relativo às tarefas desenvolvidas e às informações prestadas ao longo do planejamento, gestão e acompanhamento orçamentários da Ação ou PO sob sua responsabilidade;

XI - zelar pela fidedignidade das informações geradas e prestadas ao EMAER e demais órgãos competentes, para que elas reflitam a materialização das realizações, bem como os registros contidos em documentação comprobatória;

XII - providenciar, durante o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA), as informações necessárias ao planejamento, consubstanciadas no PEMAER e no Plano Setorial, encaminhando ao EMAER proposta com as previsões de despesa, para inclusão no referido Plano; e

XIII - manter registro atualizado, com documentação comprobatória sobre as atividades inerentes à Ação ou PO sob sua responsabilidade, de modo a prestar informações precisas e tempestivas quando solicitado.

Art. 6º Caso a Ação possua PO vinculados, compete ainda ao Agente Responsável pela Ação:

I - acompanhar e controlar a execução orçamentária, física e financeira dos PO vinculados à Ação sob sua responsabilidade, de modo a dar mais eficiência e eficácia no resultado geral da Ação, visando à racionalização e à economicidade na aplicação dos recursos alocados; e

II - acompanhar as informações geradas sobre o resultado da execução orçamentária, física e financeira dos PO vinculados à Ação sob sua responsabilidade, de modo a assegurar a coerência e a consistência das informações geradas e registradas em relatórios e no SIOP.

Art. 7º Compete aos Agentes Auxiliares:

I - zelar pela fidedignidade e guarda das informações registradas no SIOP ou prestadas ao EMAER e aos demais órgãos competentes, as quais deverão refletir os dados contidos na documentação comprobatória previamente aprovada pelo respectivo Agente Responsável;

II - comunicar de imediato, ao EMAER, a substituição do Agente Responsável, informando o boletim de publicação da assunção do cargo e os dados pessoais do substituto;

III - comunicar de imediato, ao EMAER, a designação ou a substituição dos Agentes Auxiliares, informando o boletim de publicação e os dados pessoais;

IV - solicitar, ao EMAER, o cadastramento do Agente Responsável e dos Agentes Auxiliares no SIOP, diligenciando para manter os registros atualizados.

Art. 8º As informações e os dados relativos à execução orçamentária, física e financeira das Ações e PO servirão de subsídio para a elaboração dos seguintes documentos oficiais:

I - Mensagem Presidencial, que inaugura a sessão legislativa do Congresso Nacional;

II - Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR), a cargo da Controladoria Geral da União (CGU); e

III - Prestação de Contas do COMAER, em atendimento ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Art. 9º O EMAER estabelecerá critérios para a edição de normas complementares, pelos ODSA e Agentes Responsáveis, que sejam necessárias ao desempenho das competências gerais estabelecidas na presente Portaria e em instruções específicas correlatas, estruturando, organizando e controlando a atuação dos Agentes Responsáveis e dos Agentes Auxiliares.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, o EMAER poderá solicitar assessoramento técnico-especializado dos ODSA.

Art. 10. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Art. 11. Esta Portaria entrará em vigor no dia 3 de maio de 2021.

Art. 12. Revoga-se a Portaria nº 714/GC4, de 1º de julho de 2020, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 135, de 16 de julho de 2020, e no BCA nº 122, de 13 de julho de 2020.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

COMANDO DA MARINHA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

3º DISTRITO NAVAL

HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA N° 52/HNRE, DE 5 DE ARBIL DE 2021

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II, do art. 16 do Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2020, e o inciso IV, do art. 3° da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve:

Art. 1° Alterar a designação de Pregoeios e componentes da Equipe de Apoio, deste Hospital, para realização de Licitações, na modalidade Pregão, que passa a ter a seguinte composição:

Pregoeiros:
CT (S) JANAÍNA BARTIRA FERRAZ SILVA;
CT (S) TARCIANA MARIA PEREIRA DE LIMA;
CT (CD) BRUNO JOSÉ CARVALHO MACÊDO NERES;
CT (RM2-S) LUCIANA CRUZ DANTAS MARINHO;
1ºTen (RM2-S) GRACE KELLY CORDEIRO DA SILVA;
1ºTen (CD) DANIELLA LIRA DO NASCIMENTO CORREIA;
1ºTen (RM2-S) PAULO ALEXANDRE NUNES NETO;
SO-EF 86.9192.70ANDRÉ LUIS FERREIRA;
1ºSG-PC 00.1179.78 LUCIMAR FERREIRA MACHADO; e
3ºSG-EF 06.0291.08 JAILSON AMARO DA SILVA.
Equipe de Apoio:
CC (CD) MÁRIO WILSON SATHLER
CT (AA) ALEX SANDRO CRISTIANO CARVALHO SILVA;
SO-MR 86.5828.28 EDNILTON GOMES DA SILVA;
2ºSG-AD 01.0374.98 ADOLPHO NIESS DE MELLO NETO;
CB-RM2-HD 19.1444.31 LILIANE JÓYS DA SILVA; e
MN-RM2 17.0461.65 VICTOR SOBRAL DE OLIVEIRA.
Art. 2° Esta Protaria entra em vigor em 5 de abril de 2021; e
Art. 3° Altera-se a Portaria n° 136, de 31 de agosto de 2020.

Capitão de Mar e Guerra (Md) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS

PORTARIA N° 50/HNRE, DE 5 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 6º, inciso XVI e § 4º do Art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Alterar a designação da Comissão Permanente de Licitação deste Hospital, passando a ter a seguinte composição:

Presidente:
CF (T) MARCELO BARBOSA DA SILVA.
Membros:
CC (IM) LUCIANA NÉO REBOUÇAS PAIVA;
CT (CD) MÁRIO WILSON SATHLER;
CT (AA) ALEX SANDRO CRISTIANO CARVALHO SILVA;
CT (T) ANGELA MARIA GOMES DA SILVA;
1º Ten (RM2-CD) PATRICIA FERNANDES CASSIMIRO DA SILVA;
SO-MR 86.5828.28 EDNILTON GOMES DA SILVA; e
2ºSG-AD 01.0374.98 ADOLPHO NIESS DE MELLO NETO.
Assessora Técnica:
1º Ten (RM2-T) KARINE DE ANDRADE LIMA ABREU.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na presente data.
Art. 3° Altera-se a Portaria nº 188, de 25 de novembro de 2020.

Capitão de Mar e Guerra (Md) CÁSSIO DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 690, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Divulga o resultado do processo de seleção de propostas de operação de crédito do Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia, operado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exercício 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das competências que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995, o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, e o art. 1º do Anexo I do Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 40, de 20 de dezembro de 2001, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e na Resolução n. 43, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ambas do Senado Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 469, de 8 de março de 2005, que altera o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia, e na Resolução n. 702, de 4 de outubro de 2012, e alterações, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS e dá outras providências, todas do Conselho Curador FGTS;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional, que define o limite de exposição e limite global anual de crédito aos órgãos e entidades do setor público, e na Resolução n. 4.891, de 26 de fevereiro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, que define o limite global anual de crédito aos órgãos e entidades do setor público em 2021;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n. 984, de 3 de novembro de 2020, do Conselho Curador do FGTS, que aprova os Orçamentos Financeiro, Operacional e Econômico do FGTS, para o exercício de 2021;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n. 44, de 21 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que dispõe sobre o orçamento referente à área de Habitação Popular para o exercício de 2021; e

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n. 9, de 19 de maio de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta o Pró-Moradia, resolve:

Art. 1º Divulgar, nos termos do Anexo desta Portaria, o resultado do processo de seleção de propostas de operação de crédito submetidas ao Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia, operado com recursos do FGTS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO

PROPOSTAS SELECIONADAS
MODALIDADE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Proponente	Município Beneficiado	Protocolo	Tipologia	Intervenção	Agente Financeiro	Valor Financiamento R$
Município de Curitiba	Curitiba-PR	000046.1.62/2020-23	Urbanização Parcial	Vila Cajuru 5B Q16	CAIXA	1.733.705,38
Município de Campo Largo	Campo Largo-PR	000049.1.62/2020-23	Urbanização Parcial	Jardim Melyane	CAIXA	5.422.846,25
Município de Campo Largo	Campo Largo-PR	000070.1.62/2020-24	Urbanização Parcial	Jardim Novo Horizonte	CAIXA	3.501.800,00

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 687, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 781, de 31 de março de 2020, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Sabará - MG, para ações de Defesa Civil, para até 31/07/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 696, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SP	Itaberá	Doenças Infecciosas Virais - 1.5.1.1.0 (COVID-19)	5.162	08/04/2021	59051.011449/2021-83

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 697, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Andorinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	106	18/03/2021	59051.011452/2021-05
BA	Campo Alegre de Lourdes	Estiagem - 1.4.1.1.0	79	17/02/2021	59051.011436/2021-12
BA	Itatim	Estiagem - 1.4.1.1.0	156	17/03/2021	59051.011416/2021-33
BA	Quijingue	Estiagem - 1.4.1.1.0	134	22/03/2021	59051.011423/2021-35
BA	Utinga	Estiagem - 1.4.1.1.0	26	03/03/2021	59051.011472/2021-78
SE	Monte Alegre de Sergipe	Estiagem - 1.4.1.1.0	1.111	05/04/2021	59051.011474/2021-67

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATO Nº 644, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8 de maio de 2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 819ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de abril de 2021, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30 de outubro de 2017, resolve:

Revogar a outorga emitida a Terracal Alimentos e Bioenergia - Unidade Piauí S.A., por meio da Resolução ANA nº 434, de 13 de março de 2017, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ATO Nº 645, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/05/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 819 ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 12 de abril de 2021, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução nº 1.938, de 30/10/2017, resolve:

Emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A, Baía de Marajó, Município de Barcarena/PA, indústria, alteração.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 4.131, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Altera os valores da Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior, administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, e na decisão do Supremo Tribunal Federal constante do RE 1.258.934/SC em repercussão geral (Tema 1.085), resolve:

Art. 1º A Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), instituída pelo art. 3º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998, fica alterada para:

I - R$ 115,67 (cento e quinze reais e sessenta e sete centavos), devida por Declaração de Importação (DI); e

II - R$ 38,56 (trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), devida em relação a cada adição de mercadorias às DI, observados os limites fixados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

Parágrafo único. A alteração promovida no caput abrange a correção monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) para o período de dezembro de 1998 a fevereiro de 2021.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 257, de 20 de maio de 2011, do extinto Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021.

PAULO GUEDES

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 187, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a apreciação dos pedidos de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 134, de 23 de dezembro de 2020.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO, tendo em vista a deliberação de sua 4ª Reunião Extraordinária de 2021, realizada no dia 29 de março de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração objeto do processo nº 19971.100027/2021-85, apresentado pela Sasol South Africa Ltd (Sasol) em face da Resolução Gecex nº 134, de 23 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2020, que prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de Resina de polipropileno (PP), comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República da África do Sul e da República da Índia, nos termos do Parecer nº 01157/2020/PGFN/AGU, e tendo como razões de motivação os fundamentos da Nota Técnica SEI da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (documento nº 14459185).

Art. 2º Indeferir o pedido de reconsideração objeto do processo nº 19971.100025/2021-96, apresentado pela Braskem S.A. em face da Resolução Gecex nº 134, de 2020, que prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de Resina de polipropileno(PP), comumente classificadas nos itens 3902.10.20 e 3902.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República da África do Sul e da República da Índia, nos termos do Parecer nº 01157/2020/PGFN/AGU, e tendo como razões de motivação os fundamentos da Nota Técnica SEI da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (documento nº 14459250).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA SEDGG/SGD/DREI Nº 4.321, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.100447/2021-31, resolve:

Art. 1º Fica a sociedade CH ACADEMY - GESTÃO DE CAPITAL HUMANO, LDA., com sede no Parque Empresarial de Eiras, Lote 22, 3020-430, Coimbra, Portugal, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social CH ACADEMY - GESTÃO DE CAPITAL HUMANO, LDA., tendo sido destacado o capital de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá no desenvolvimento integrado de projetos de treinamento, gestão de recursos humanos e consultoria organizacional e de gestão, nos termos da Ata nº 19, de 4 de março de 2021, e Declaração da sociedade, de 2 de abril de 2021.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a CH ACADEMY - GESTÃO DE CAPITAL HUMANO, LDA., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Ratifica o Convênio ICMS 66/21 aprovado na 180ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 08.04.2021 e publicado no DOU em 12.04.21.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5° e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho,

CONSIDERANDO a urgência requerida pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que, após consulta realizada por meio do Ofício Circular SEI nº 1355/2021/ME, as Unidades Federadas aprovaram, por unanimidade, a ratificação antecipada, declara ratificado o convênio ICMS a seguir identificado, celebrado na 180ª Reunião Ordinária do CONFAZ:

Convênio ICMS 66/21 - Dispõe sobre a adesão do Estado do Mato Grosso à cláusula oitava e altera o Convênio ICMS 79/20, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais, mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, inclusive os decorrentes da situação de emergência em saúde pública causada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) na forma que especifica.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 17, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS 02/20, que divulga relação de contribuintes remetentes, destinatários e prestadores de serviço de transporte de gás natural que operam por meio do gasoduto credenciados pelas unidades federadas.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no § 3º da cláusula primeira do Ajuste SINIEF nº 03/18, de 3 abril de 2018, bem como no art. 2º do Ato COTEPE/ICMS nº 57/19, de 29 de outubro de 2019,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de Sergipe, no dia 06 de abril de 2021, na forma do inciso I do art. 2º do Ato COTEPE/ICMS 57/19, registrada no Processo SEI nº 12004.101386/2019-33, torna público:

Art. 1º O item 5 fica acrescido no campo referente ao Estado de Sergipe do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 02/20, de 03 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

"

Unidade Federada: SERGIPE				
ITEM	UF	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
5	SE	07.035.044/0001-04	27.147.988-4	BORETS DO BRASIL SERVIÇOS

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 18, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício nº 605/CDI-SE/2482, de 21 de agosto de 2019, e a manifestação recebida daquele Comando no dia 14 de abril de 2021, registradas no processo SEI nº 12004.100942/2019-54; e

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria de Economia do Distrito Federal no dia 12 de abril de 2021, registrada no processo SEI nº 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1º O item 6 fica incluído no Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 67/19, de 03 de dezembro de 2019, no campo referente ao Distrito Federal, com a seguinte redação:

"

DISTRITO FEDERAL	
6.	TOPOCART TOPOGRAFIA ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA CNPJ: 26.994.285/0001-17 IE: 07.310.862/001-30

".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 19, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera o Ato COTEPE/ICMS 67/19, que divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira-B do Convênio ICMS 75/91, de 5 de dezembro de 1991,

CONSIDERANDO a relação encaminhada pelo Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa por meio do Ofício nº 41/CDI-SE/420, de 4 de março de 2021;

CONSIDERANDO as manifestações das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.100942/2019-54, torna público:

Art. 1º Os itens a seguir indicados do Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 67/19, de 3 de dezembro de 2019, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o item 7 no campo referente ao Estado da Bahia:

"

BAHIA	
7.	AIRMONT MONTAGEM, MANUTENÇÃO E COMÉRCIO DE PARTES E PEÇAS DE AERONAVES EIRELI CNPJ: 33.205.805/0001-20 IE: 156.858.007 ME

";

II - os itens 33, 177 e 266 no campo referente ao Estado de São Paulo:

"

SÃO PAULO	
33.	AEROQUALITY COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 08.403.769/0001-62 IE: 392.364.140.115
177.	EXCLUSIVE IMPORT COMÉRCIO DE AERONAVES LTDA CNPJ: 07.385.534/0001-22 IE: 669.673.914.111
266.	4 WIND ASSESSORIA AERONÁUTICA LTDA CNPJ: 11.919.655/0001-84 IE: 144.134.731.112

".

Art. 2º os itens relacionados no Anexo Único deste ato ficam incluídos no Anexo Único do Ato COTEPE/ICMS 67/19.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO ÚNICO

GOIÁS	
63.	CKL AVIAÇÃO LTDA CNPJ: 38.594.703/0001-68 IE: 10.807.983-0
64.	QCK AERO EIRELI CNPJ: 28.222.338/0001-07 IE: 10.699.669-0

MATO GROSSO	
23.	AERO SIAQ ADMINISTRADORA AEROPORTUARIA LTDA CNPJ: 21.598.894/0001-33 IE: 13.575.345-7

MINAS GERAIS	
69.	APOLLO EXPRESS TÁXI AEREO S/A CNPJ: 38.406.200/0002-00 IE: 003912019.00-42
70.	UNITEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ABRASIVOS LTDA CNPJ: 61.742.037/0002-60 IE: 003678312.00-74

RIO DE JANEIRO	
102.	AEROMASTER TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: 74.385.485/0002-04 IE: 11.797.270
103.	BLUE SKY TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: 20.130.965/0001-06 IE: 11.591.914
104.	HAEGLER REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA CNPJ: 33.215.740/0001-02 IE: 81.281.343

RIO GRANDE DO SUL	
53.	FLIGHTPARTS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AVIÕES EIRELI CNPJ: 32.997.995/0001-01 IE: 096/3782932
54.	SKYDRONES TECNOLOGIA AVIÔNICA S/A CNPJ: 12.044.164/0001-08 IE: 096/3465210

SANTA CATARINA	
53.	FLORIJET PRODUTOS E SERVICOS DE AVIACAO EIRELI CNPJ: 01.295.129/0001-37 IE: 253346746

SÃO PAULO	
572.	ACNIS DO BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA CNPJ: 09.429.367/0001-08 IE: 669.606.180.113
573.	AGTECH ACADEMY TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 37.895.805/0001-50 IE: 228.042.154.111
574.	ALBATROSS INDÚSTRIA AERONÁUTICA LTDA CNPJ: 30.898.800/0001-32 IE: 125.009.642.112
575.	ALPHAJETS TÁXI AÉREO LTDA CNPJ: 33.776.546/0001-98 IE: 407.793.560.116
576.	APOLLO EXPRESS TÁXI AÉREO S/A CNPJ: 38.406.200/0001-11 IE: 129.661.103.119
577.	ATLAS ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 29.843.148/0001-70 IE: 645.899.684.116
578.	BIS AVIATION MANUTENÇÃO & COMÉRCIO AERONÁUTICO LTDA CNPJ: 31.743.088/0001-65 IE: 123.176.560.110
579.	BRASIL MANUTENÇÃO DE HÉLICES LTDA CNPJ: 08.846.989/0001-60 IE: 177.401.126.110
580.	COELHO SOLUÇÕES E COMÉRCIO LTDA CNPJ: 02.411.435/0001-54 IE: 392.366.621.110
581.	GLOBAL PARTS LTDA CNPJ: 03.912.010/0005-15 IE: 415.188.779.113
582.	LEONARDO DO BRASIL LTDA CNPJ: 03.216.069/0007-30 IE: 373.264.924.111
583.	MARCELO AUGUSTUS FURTADO MONTEZUMA AEROMOTORES EIRELI CNPJ: 19.426.450/0001-79 IE: 225.159.060.119
584.	ROHDE & SCHWARZ DO BRASIL LTDA CNPJ: 02.957.511/0001-21 IE: 115.527.580.119
585.	SAAB AERONÁUTICA MONTAGENS S.A CNPJ: 23.100.444/0002-85 IE: 787.010.871.119
586.	WF ESTRUTURAS E SISTEMAS LTDA CNPJ: 12.775.368/0001-00 IE: 224.082.987.112

DESPACHO Nº 25, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publica Protocolos celebrados entre os Estados e o Distrito Federal.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma,

CONSIDERANDO as manifestações favoráveis das unidades federadas registradas no processo SEI nº 12004.101084/2020-07, e nos demais processos correlatos, faz publicar os seguintes Protocolos ICMS celebrados entre as Secretarias de Fazenda, Economia, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, que receberam manifestação favorável na 183ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS, realizada nos dias 22, 23, 25 e 26 de março de 2021:

PROTOCOLO ICMS 13/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 93/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 93/09, de 23 de julho de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - o § 1º da cláusula segunda:

"§ 1º Na hipótese prevista no inciso III, não se aplica também às operações destinadas a estabelecimento industrial localizado no Estado de São Paulo que seja fabricante de mercadoria constante no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

IV - na cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

b) no § 1º:

1. o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

2. o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 93/09 ficam revogados:

I - os §§ 1º e 3º da cláusula sétima;

II - o Anexo Único.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 14/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 197/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto no arts. 6º ao 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 197/09, 11 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - na cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

b) no § 1º:

1. o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

2. o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 197/09 ficam revogados:

I - os §§ 1º e 3º da cláusula sexta;

II - o Anexo Único.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Parágrafo único. Para o Estado do Paraná este protocolo entra em vigor em data a ser definida por ato específico publicado pelo poder executivo da referida unidade federada.

Amapá - Josenildo Santos Abrantes; Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim; Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa; Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior; Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês; Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso.

PROTOCOLO ICMS 15/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 105/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados de Alagoas e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 105/08, de 16 de novembro de 2008, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados de Alagoas e São Paulo fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - no § 1º da cláusula segunda:

a) o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

b) o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

Cláusula segunda Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 105/08 ficam revogados:

I - o § 1º da cláusula primeira;

II - o Anexo Único.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Alagoas - George André Palermo Santoro; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 16/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 111/13, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.

Os Estados de Paraná e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 111/13, de 11 de outubro de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas ao Estado do Paraná fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - o inciso III da cláusula segunda:

"III - às operações que destinem mercadorias a sujeito passivo por substituição, que seja fabricante da mesma mercadoria ou de outra relacionada no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

IV - na cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produtos mencionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

b) no § 1º:

1. o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produtos mencionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

2. o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

V - a cláusula sexta:

"Cláusula sexta O disposto neste protocolo fica condicionado a que as operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, estejam submetidas à substituição tributária pela legislação da unidade federada de destino, observando as mesmas regras de definição de base de cálculo.".

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 111/13 fica revogado.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Parágrafo único. Para o Estado do Paraná este protocolo entra em vigor em data a ser definida por ato específico publicado pelo poder executivo da referida unidade federada.

Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 17/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 58/11, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados de Amapá e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 58/11, de 11 de agosto de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados de Amapá fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - o inciso III da cláusula segunda:

"III - às operações que destinem mercadorias a sujeito passivo por substituição, que seja fabricante da mesma mercadoria ou de outra relacionada no no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

IV - no § 1º da cláusula terceira:

a) o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

b) o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

V - a cláusula sétima:

"Cláusula sétima O disposto neste protocolo fica condicionado a que as operações internas com as mercadorias mencionadas no no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, estejam submetidas à substituição tributária pela legislação da unidade federada de destino, observando as mesmas regras de definição de base de cálculo.".

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 58/11 fica revogado.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Amapá - Josenildo Santos Abrantes; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 18/21, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 33/09, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 33/09, de 05 de junho de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados de Minas Gerais e São Paulo fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - o § 1º da cláusula segunda:

"§ 1º Na hipótese prevista no inciso III, não se aplica também às operações destinadas a estabelecimento industrial localizado no Estado de São Paulo que seja fabricante de mercadoria constante no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

IV - na cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

b) no § 1º:

1. o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

2. o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 33/09 fica revogado.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 19/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 28/14, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com material de limpeza.

Os Estados de Espírito Santo e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 28/14, de 27 de junho de 2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas ao Estado do Espírito Santo fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - na cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

b) no § 1º:

1. o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

2. o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

IV - a cláusula sexta:

"Cláusula sexta O disposto neste protocolo fica condicionado a que as operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, estejam submetidas à substituição tributária pela legislação da unidade federada de destino, observando as mesmas regras de definição de base de cálculo.";

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 28/14 fica revogado.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 20/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 23/14, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.

Os Estados de Pernambuco e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 23/14, de 23 de abril de 2014, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados de Pernambuco e São Paulo fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.";

III - o inciso III da cláusula segunda:

"III - às operações que destinem mercadorias a sujeito passivo por substituição, que seja fabricante da mesma mercadoria ou de outra relacionada no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

IV - na cláusula terceira:

a) o caput:

"Cláusula terceira A base de cálculo do imposto, para os fins de substituição tributária, será o valor correspondente ao preço a consumidor constante na legislação do Estado de destino da mercadoria para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.";

b) no § 1º:

1. o inciso I:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18;";

2. o inciso III:

"III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituto da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18.".

V - a cláusula sétima:

"Cláusula sétima O disposto neste protocolo fica condicionado a que as operações internas com as mercadorias mencionadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, estejam submetidas à substituição tributária pela legislação da unidade federada de destino, observando as mesmas regras de definição de base de cálculo.";

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 23/14 fica revogado.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 21/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 12/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.

Os Estados de Mato Grosso e de São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 6º ao 10º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Protocolo ICMS 12/08, de 05 de março de 2008, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - a ementa:

"Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza relacionados no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes.";

II - o caput da cláusula primeira:

"Cláusula primeira Nas operações interestaduais com as mercadorias listadas no Anexo XII do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, destinadas aos Estados de Mato Grosso e São Paulo fica atribuída ao estabelecimento remetente, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, a responsabilidade pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - relativo às operações subsequentes.".

Cláusula segunda O Anexo Único do Protocolo ICMS 12/08 fica revogado.

Cláusula terceira Os procedimentos adotados, em conformidade com o disposto neste protocolo, no período de 1º de março de 2021 até o início da sua produção de efeitos ficam convalidados.

Cláusula quarta Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 22/21, DE 26 MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação.

Os Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira Fica acrescido o estabelecimento a seguir indicado ao Anexo Único do Protocolo ICMS 64/15, de 18 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

"

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
FPSO Pioneiro de Libra	19.233.194/0002-84	87.394.018

".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho; Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim; Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 23/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Prorroga as disposições do Protocolo ICMS 76/11, que dispõe sobre as operações realizadas por estabelecimentos industriais localizados na Zona Franca de Manaus por meio de armazém geral localizado no Município de Ipojuca - PE.

Os Estados do Amazonas e de Pernambuco, neste ato representados por seus Secretários de Fazenda, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira As disposições contidas no Protocolo ICMS 76/11, de 30 de setembro de 2011, ficam prorrogadas até 30 de setembro de 2026.

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Amazonas - Alex Del Giglio; Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz

PROTOCOLO ICMS 24/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 07/20 que dispõe sobre a remessa de etanol carburante do Estado de Goiás para armazenagem no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Estado da Economia e da Fazenda, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) , resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira A cláusula primeira do Protocolo ICMS 07/20, de 07 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Os Estados signatários acordam em adotar os procedimentos previstos neste protocolo ICMS na operação com etanol carburante realizada pelas empresas relacionadas no Anexo Único, estabelecidas no Estado de Goiás para armazenagem em estabelecimento da empresa CERRADINHO LOGÍSTICA LTDA, CNPJ nº 09.457.708/0001-40, IE/MS nº 28.426.693-0, situada no Município de Chapadão do Sul (MS), Rodovia MS 306, Km 120, Fazenda São Pedro, Zona Rural, as quais doravante passam a ser denominadas, respectivamente, DEPOSITANTE e DEPOSITÁRIO.".

Cláusula segunda Os itens 3 e 4 ficam acrescidos ao Anexo Único do Protocolo ICMS 07/20 com a seguinte redação:

"

ITEM	NOME DA EMPRESA	CNPJ/ME E CCE/GO	ENDEREÇO
3	BRENCO Companhia Brasileira de Energia Renovável	08.070.566/0012-54 10.432.191-1	Rodovia GO 341, Km 67, Direita 13K, S/N, Zona Rural, Município Mineiros (GO)
4	BRENCO Companhia Brasileira de Energia Renovável	08.070.566/0011-73 10.504.403-2	Rodovia BR 364, Km 256, S/N, Zona Rural, Município Perolândia (GO)

".

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt; Mato Grosso do Sul - Felipe Mattos de Lima Ribeiro

PROTOCOLO ICMS 25/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 11/91, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cerveja, refrigerantes, água mineral ou potável e gelo.

Os Estados e o Distrito Federal, neste ato representados por seus Secretários de Economia, Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, tendo em vista o disposto nos arts. 6º ao 10 da Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O § 4º da cláusula quarta do Protocolo ICMS 11/91, de 21 de maio de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Nas operações destinadas aos Estados do Acre, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a MVA-ST a ser aplicada é a prevista na sua legislação interna para os produtos mencionados neste protocolo.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2021.

Acre - Rômulo Antônio de Oliveira Grandidier; Alagoas - George André Palermo Santoro; Amapá - Josenildo Santos Abrantes; Amazonas - Alex Del Giglio; Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho; Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba; Distrito Federal - André Clemente Lara de Oliveira; Espírito Santo - Rogelio Pegoretti Caetano Amorim; Goiás - Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt; Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves; Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo; Mato Grosso do Sul - Felipe Mattos de Lima Ribeiro; Minas Gerais - Gustavo de Oliveira Barbosa; Pará - René de Oliveira e Sousa Júnior; Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho; Paraná - Renê de Oliveira Garcia Junior; Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz; Piauí - Rafael Tajra Fonteles; Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês; Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier; Rio Grande do Sul - Marco Aurelio Santos Cardoso; Rondônia - Luis Fernando Pereira da Silva; Roraima - Marcos Jorge de Lima; Santa Catarina - Paulo Eli; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles; Sergipe - Marco Antônio Queiroz; Tocantins - Sandro Henrique Armando.

PROTOCOLO ICMS 26/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 18/17, que concede tratamento diferenciado para o escoamento, por meio do Sistema Integrado de Escoamento - SIE, do gás natural não processado, produzido em águas jurisdicionais confrontantes aos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os Estados de Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O § 3º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 18/17, de 22 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Exclusivamente em relação ao Estado do Rio de Janeiro, será admitida a possibilidade de centralização dos registros da produção em uma única Inscrição Estadual, salvo a existência de eventuais tratamentos tributários diferenciados ou regimes especiais concedidos para os contribuintes nesse sentido.".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Rio de Janeiro - Guilherme Macedo Reis Mercês; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 27/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 49/18, que estabelece procedimentos diferenciados para a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) relativo à prestação de serviço de transporte ferroviário de produtos destinados à exportação pelo Porto Organizado de Santos, na hipótese que especifica.

Os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo, neste ato representados pelos respectivos Secretários de Fazenda, e considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO

Cláusula primeira O inciso II do § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 49/18, de 03 de julho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - emissão do CT-e pelo prestador de serviço de transporte ferroviário descrito no caput desta cláusula quando da chegada da composição ao Porto de Santos, no prazo máximo de 168 (cento e sessenta e oito) horas contado do momento de início da prestação de serviço ferroviário, inclusive quando essa prestação tiver início em estabelecimento de terceiro; ".

Cláusula segunda Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da sua publicação.

Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo; Mato Grosso do Sul - Felipe Mattos de Lima Ribeiro; São Paulo - Henrique de Campos Meirelles.

PROTOCOLO ICMS 28/21, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera o Protocolo ICMS 53/17, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios relacionados no Anexo XVII do Convênio ICMS 142/18, que dispõe sobre os regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e de Comunicação (ICMS) com encerramento de tributação, relativos ao imposto devido pelas operações subsequentes e revoga o Protocolo ICMS 11/21.

Os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, Receita ou Tributação, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, resolvem celebrar o seguinte

P R O T O C O L O

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Protocolo ICMS 53/17, de 29 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, nos termos deste protocolo e do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com bens e mercadorias, classificados nos Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST 17.031.01, 17.047.01, 17.048.00, 17.049.02 a 17.053.02, 17.056.00, 17.056.02 a 17.064.00, relacionados no Anexo XVII do referido convênio.".

Cláusula segunda Fica revogado o Protocolo ICMS 11/21, de 15 de março de 2021.

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Alagoas - George André Palermo Santoro; Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho; Ceará - Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba; Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho; Pernambuco - Décio José Padilha da Cruz; Piauí - Rafael Tajra Fonteles; Rio Grande do Norte - Carlos Eduardo Xavier; Sergipe - Marco Antônio Queiroz.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 26, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Torna publica a aprovação e a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100302/2021-69, torna público que foi aprovado e emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0004/2021, DE 5 DE ABRIL DE 2021

GERTEC - Termo de Verificação Funcional nº 0004/2021.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: GERTEC
1.1.2. Modelo: GerSAT
1.1.3. Versão do software básico: 03.00.13
1.2. Número do Termo: 004/2021
1.3. Data de emissão: 05/04/2021
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.27.05)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.16.03)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT094-021
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: GERTEC
2.2. Razão social: GERTEC Brasil Ltda
2.3. CNPJ: 03.654.119/0001-76
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.052.619.494 (BA)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_24022021_gersat.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows 7, 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): A234DFA9A2D8D05C2EEECFCB002FEA9C
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP) - Agente Fiscal de Rendas - UF SP
Rodrigo Umbelino Alves Rolim (RG: 5979608/SSP-PE) - Agente Fiscal de Rendas - UF SP

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

DESPACHO Nº 27, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Torna publica a aprovação e a emissão de Termo de Verificação Funcional pela SEFAZ/SP.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto no item 2.2.2, f, f.4 do Manual de Registro de Modelo de Equipamento SAT, divulgado pelo Ato COTEPE/ICMS 06/12, de 13 de março de 2012, e alterações,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ/SP - registrada no processo SEI nº 12004.100303/2021-11, torna público que foi aprovado e emitido pelos representantes do Fisco no referido Estado o seguinte:

TERMO DE VERIFICAÇÃO FUNCIONAL DE MODELO DE EQUIPAMENTO SAT Nº 0005/2021, DE 5 DE ABRIL DE 2021

GERTEC - Termo de Verificação Funcional nº 0005/2021.

1. Dados do Termo
1.1. Identificação do equipamento SAT
1.1.1. Marca: GERTEC
1.1.2. Modelo: GerSAT-W
1.1.3. Versão do software básico: 03.00.13
1.2. Número do Termo: 005/2021
1.3. Data de emissão: 05/04/2021
1.4. Finalidade: Registro de versão de software básico de SAT
1.5. Legislação aplicável:
1.5.1. Especificação Técnica de Requisitos do SAT (ER 2.27.05)
1.5.2. Roteiro de Análise do SAT (RA v. 1.16.03)
1.6. Laudo da análise técnica
1.6.1. Número: SAT095-021
1.6.2. Órgão técnico responsável
1.6.2.1. Razão social: Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações - FINATEL
1.6.2.2. CNPJ: 24.492.886/0001-04
2. Identificação do fabricante/importador do SAT
2.1. Fabricante ou Importador: GERTEC
2.2. Razão social: GERTEC Brasil Ltda
2.3. CNPJ: 03.654.119/0001-76
2.4. Inscrição estadual / UF: 000.052.619.494 (BA)
3. Informações do modelo registrado
3.1. Drivers de comunicação: arquivo "3_24022021_gersat.dll".
3.1.1. Sistema operacional: Windows 7, 10
3.1.2. Hash code/algoritmo (MD5): A234DFA9A2D8D05C2EEECFCB002FEA9C
André Carballo Diaz (RG:25.617.929-3/SP) - Agente Fiscal de Rendas - UF SP
Rodrigo Umbelino Alves Rolim (RG: 5979608/SSP-PE) - Agente Fiscal de Rendas - UF SP

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na ementa do Convênio ICMS 41/21, de 08 de abril de 2021, publicado no DOU de 12 de abril de 2021, Seção 1, página 47, onde se lê: "...com oxigênio medicinal destinadas ao Estado do Maranhão.", leia-se: "... com oxigênio medicinal destinadas às unidades federadas mencionadas.".

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 462, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do § 11 do art. 3º e do art. 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, dos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, e considerando a disposição do art. 2º da Resolução CCFCVS nº 449, de 20 de dezembro de 2019, em sua 119ª reunião ordinária, realizada em 14 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º Esta resolução modifica o Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO/FCVS, para definir a metodologia para ressarcimento à União pelas instituições que receberem títulos representativos da novação da dívida do FCVS, relativo a contrato que, posteriormente, foi classificado como irregular no CADMUT, devido à existência de outro financiamento concedido ao mesmo mutuário por instituição diversa daquela que concedeu o financiamento classificado como irregular.

Art. 2º O subitem 8.3 do MNPO/FCVS passa a vigorar com a seguinte redação:

8.3 Devolução de recursos ao FCVS motivada por irregularidade no CADMUT

As instituições que receberem títulos representativos da novação da dívida do FCVS, relativos a contrato que, posteriormente, for classificado como irregular no CADMUT, devido à existência de outro financiamento concedido ao mesmo mutuário por instituição diversa daquela que concedeu o financiamento classificado como irregular, deverão ressarcir a União mediante:

I - pagamento, perante o Tesouro Nacional, em títulos da mesma espécie, representativos da novação de dívida do FCVS; e

II - pagamento em espécie, por meio de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional.

8.3.1 Terminologias adotadas e determinação da irregularidade do contrato de financiamento:

Para todos os efeitos dos subitens 8.3, 8.4, 8.5 e 8.6 deste Manual, serão considerados:

I - instituição devedora, a instituição que realizou a novação dos créditos de que trata o subitem 8.3;

II - instituição cedente, a instituição que, eventualmente, cedeu créditos à instituição devedora; e

III - títulos CVS, os títulos representativos da novação da dívida do FCVS.

8.3.1.1 Determinação da irregularidade do contrato de financiamento no CADMUT

Para fins do disposto no § 11 do artigo 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, é irregular no CADMUT:

a) contrato de financiamento habitacional assinado até 5 de dezembro de 1990, inclusive, quando firmado com mutuário que, na data da contratação, era proprietário, promitente comprador ou cessionário de imóvel residencial localizado no mesmo município e tenha permanecido nesta condição após 180 dias da contratação do financiamento; e

b) contrato de financiamento habitacional assinado a partir de 6 de dezembro de 1990, inclusive, quando firmado com mutuário que:

b.1) na data da contratação, era proprietário, promitente comprador ou cessionário de imóvel residencial localizado no mesmo município e tenha permanecido nesta condição após 180 dias da contratação do financiamento ou alienado o imóvel com geração de responsabilidade para o FCVS; ou

b.2) possua financiamento anterior ativo com previsão de cobertura do FCVS em qualquer parte do território nacional.

8.3.2 Metodologia de apuração dos valores a serem ressarcidos à União

8.3.2.1 Para apuração dos valores a serem ressarcidos à União em virtude de contratos que foram novados e que, posteriormente, apresentaram irregularidade no CADMUT, deverá ser identificado o valor do crédito recebido pela instituição devedora na data base da novação, que deverá ser atualizado até a data de efetivo ressarcimento utilizando-se os seguintes índices:

I - Unidade Fiscal de Referência - UFIR, para o período de 1º janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000;

II - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA - E, para o período de 1º de janeiro de 2001 até 29 de junho de 2009;

III - Taxa Referencial - TR, para o período de 30 junho de 2009 até 31 de dezembro de 2013;

IV - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA - E, para o período de 1º janeiro de 2014 em diante.

8.3.2.2 Se os valores apurados na forma do subitem 8.3.2.1 forem ressarcidos pela instituição devedora utilizando Títulos CVS, deverão ser observados os valores de precificação de títulos para o mercado secundário obtidos junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, conforme subitem 8.4.4.

8.3.2.3 Nos casos de inação das instituições devedoras e, quando for o caso, intervenientes, o índice de atualização do montante a ser ressarcido à União será a Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC a partir da data em que deveria ter sido realizado o ressarcimento, definida de acordo com a alínea a do subitem 8.4.4.

Art. 3º Incluir no MNPO/FCVS os subitens 8.4, 8.5 e 8.6, com a seguinte redação:

8.4. Procedimentos para ressarcimento à União relativos aos contratos que se encontrem com irregularidade marcada no CADMUT no processamento de 1º de janeiro de 2022

8.4.1 Comunicação à instituição devedora

A Administradora do FCVS deverá, até 28 de fevereiro de 2022, encaminhar o relatório descrito no subitem 8.6 à instituição devedora contendo:

a) relação dos contratos objeto de novação que se encontrem no processamento do SICVS de 1º de janeiro de 2022 com irregularidade marcada no CADMUT cujos prazos para apresentação do pedido de reanálise pela instituição devedora tenham expirado em 31 de outubro de 2020, segregados por matrícula, e o indicativo da data do pedido de reanálise, se houver;

b) o mês em que a instituição deverá realizar o ressarcimento à União, dentre aqueles do subitem 8.4.4; e

c) endereço eletrônico da Administradora do FCVS que deverá ser utilizado pela instituição devedora nos procedimentos necessários ao ressarcimento à União.

8.4.2 Comunicação ao cedente do crédito

Nos casos em que o agente cedente tiver participado do respectivo contrato de novação dos créditos de que trata a alínea a do subitem 8.4.1 na qualidade de interveniente, a Administradora do FCVS deverá remeter ao agente cedente cópia do relatório de que trata o subitem 8.4.1.

8.4.3 Manifestação da instituição devedora

As instituições devedoras:

a) até 31 de março de 2022, poderão apresentar à Administradora do FCVS cópia dos pedidos de reabertura de análise protocolados até 31 de outubro de 2019 e que não possuam indicativo de reanálise no relatório de que trata a alínea "a" do subitem 8.4.1, para fins de exclusão da relação a ser ressarcida pela instituição devedora na forma do subitem 8.4 mediante manifestação de concordância da Administradora do FCVS, por meio eletrônico, até 31 de maio de 2022, sem prejuízo de posterior ressarcimento com base nos procedimentos definidos no subitem 8.5;

b) até 30 de junho de 2022, deverão manifestar concordância com os procedimentos para ressarcimento à União, na forma do ANEXO XI deste Manual, assinado pelos seus representantes, do qual constará:

b.1) relação dos contratos que estão sendo objeto de ressarcimento à União; e

b.2) indicação do meio de pagamento a ser utilizado para ressarcimento à União, com a composição do percentual entre as formas previstas nos incisos I e II do subitem 8.3.

8.4.4 Efetivação do ressarcimento à União

O ressarcimento à União será realizado nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2022, sempre no 10º (décimo) dia útil, observados os seguintes procedimentos:

a) a Administradora definirá as instituições devedoras que estarão contidas em cada mês, distribuindo-as proporcionalmente, observando o critério de antiguidade da primeira novação da instituição, dando ciência a cada instituição por mensagem eletrônica;

b) a STN encaminhará à Administradora, por meio de mensagem eletrônica, até o 5º (quinto) dia útil do mês do ressarcimento, a projeção do Preço Unitário - PU dos títulos CVS, observado no mercado secundário de títulos públicos, precificados para data do ressarcimento e o número da conta de custódia da União junto à central de custódia [B]3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para qual serão transferidos os referidos títulos;

c) no dia útil anterior ao ressarcimento, a STN encaminhará à Administradora, via mensagem eletrônica, o PU efetivo dos títulos, observado no mercado secundário de títulos públicos, para ser utilizado no cálculo das quantidades de CVS que serão utilizadas no ressarcimento por cada instituição devedora;

d) a Administradora informará às instituições devedoras, por meio de mensagem eletrônica, até o 6º (sexto) dia útil do mês do efetivo ressarcimento à União, o montante atualizado para ressarcimento, que deverá ocorrer sempre no 10º (décimo) dia útil do mês constante do relatório de que trata o subitem 8.4.1, bem como a projeção do PU dos títulos CVS de que trata a alínea "b" deste subitem;

e) a Administradora comunicará, no dia útil anterior à data da operação, por mensagem eletrônica, o valor do PU, informado pela STN, para que a referida instituição possa calcular a quantidade de CVS que irá utilizar para o ressarcimento, e também o número da conta de custódia da União junto a [B]3;

f) no dia do ressarcimento, 10º (décimo) dia útil, a instituição devedora deverá solicitar, até as 13 horas (horário de Brasília), a transferência dos títulos à entidade custodiante destes, junto à central de custódia [B]3, com cópia da comunicação à Administradora e à STN, oportunidade em que indicará:

f.1) os títulos CVS e suas quantidades que serão objetos de transferência;

f.2) a conta de custódia, de onde serão transferidos os títulos CVS;

f.3) a conta de custódia para transferência dos títulos CVS à União, indicada na comunicação da Administradora; e

f.4) os nomes, números de telefone e endereço eletrônico dos servidores que serão responsáveis pela operação de transferência dos títulos.

g) os títulos CVS, entregues pela instituição devedora, serão recebidos ao PU observado no mercado secundário de títulos públicos, calculado pela STN, na data anterior ao efetivo ressarcimento à União, e transferidos para conta de custódia do Tesouro Nacional, junto à [B]3, na mesma data, para posterior cancelamento pela STN;

h) no caso de pagamento integral em títulos, as quantidades desses serão as resultantes da divisão do montante do ressarcimento devido, apurado conforme subitem 8.3.2, pelo PU dos respectivos títulos, atualizados até a data do pagamento, sendo desprezadas as casas decimais do resultado, dada a impossibilidade de cancelamento de quantidades fracionárias de títulos;

i) o resíduo, caso ocorra, resultante do cálculo contido na alínea "h" deste subitem, deverá ser transferido à Conta Única do Tesouro Nacional, na mesma data da transferência dos títulos;

j) no caso de o ressarcimento vir a ser efetivado, total ou parcialmente, por meio de recolhimento em espécie à Conta Única de Tesouro Nacional, a instituição devedora deverá remeter à Administradora do FCVS a comprovação do efetivo recolhimento, por meio de mensagem eletrônica direcionada ao endereço de que trata a alínea "c" do subitem 8.4.1;

j.1) a instituição financeira devedora deverá enviar ao Tesouro Nacional mensagem financeira do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, denominada TES0034, observando as instruções a seguir:

I - Código de Recolhimento TES: 18856 (5 posições);

II - Código da Unidade Gestora e Gestão: 17038100001 (11 posições);

III - Número Referência GRU: (número a ser informado pela Administradora do FCVS).

k) não poderão ser objeto de transferência, para fins de ressarcimento, títulos que tenham sido caucionados ao Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS por força do previsto no art. 7º da Lei nº 10.150, de 2000.

8.4.5 Inação das Instituições Devedoras

Caso as instituições devedoras não realizem o ressarcimento à União nos termos do subitem 8.4.4, a Administradora do FCVS deverá adotar os procedimentos descritos nos subitens 8.4.5.1 a 8.4.5.3, conforme o caso.

8.4.5.1 Casos em que a instituição devedora é instituição financeira detentora de conta de reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil - BACEN

Nos casos em que as instituições devedoras possuam reserva bancária e não realizem o ressarcimento à União nos termos do subitem 8.4.4, a Administradora do FCVS deverá remeter ao BACEN, até 31 de janeiro de 2023, os processos para que sejam realizados os ressarcimentos por meio de débito em reserva bancária, nos termos do inciso III do § 11 do art. 3º da Lei nº 10.150, de 2000, que deverá ser instruído com as seguintes informações:

a) a relação de contratos classificados como irregulares no CADMUT que sejam de titularidade da instituição devedora;

b) documentação que comprove a novação dos contratos de que trata a alínea "a" deste subitem;

c) histórico de comunicações relacionadas entre Administradora e instituição devedora, que deverá incluir a indicação de realização de eventuais reanálises solicitadas pela instituição, bem como as tentativas de obtenção de ressarcimento junto à instituição devedora; e

d) o montante apurado para débito em reserva bancária da instituição de que trata a alínea "a" deste subitem, com indicativo da data da posição e observando o disposto no subitem 8.3.2.3, bem como endereço eletrônico por meio do qual o BACEN poderá obter a atualização do montante a ser debitado.

8.4.5.1.1 A Administradora do FCVS dará conhecimento à instituição devedora do envio do processo ao BACEN, na data de envio.

8.4.5.2 Casos em que a instituição devedora não é detentora de reserva bancária e houve interveniência do agente cedente

Nos casos em que as instituições devedoras não realizem o ressarcimento à União nos termos do subitem 8.4.4 e tenha havido a comunicação ao agente cedente interveniente no contrato de novação de que trata o subitem 8.4.2, a Administradora do FCVS solicitará ao cedente que proceda à manifestação de que trata o subitem 8.4.3 até a data de 30 de novembro de 2022 e que proceda à efetivação do ressarcimento, na forma do subitem 8.4.4, no 10º (décimo) dia útil de dezembro de 2022.

8.4.5.2.1 Inação do cedente interveniente

Caso não haja ressarcimento à União por parte da instituição devedora ou do agente cedente, a Administradora do FCVS deverá remeter ao BACEN, até 31 de janeiro de 2023, os processos para que sejam realizados os ressarcimentos por meio de débito em reserva bancária, nos termos do inciso III do § 11 do art. 3º da Lei nº 10.150, de 2000, que deverá ser instruído com as seguintes informações:

a) indicação da instituição em que deverá ocorrer o débito em reserva bancária;

b) a relação de contratos classificados como irregulares no CADMUT que sejam de titularidade da instituição devedora;

c) documentação que comprove a interveniência do agente cedente na novação dos contratos de que trata a alínea "b" deste subitem;

d) histórico de comunicações relacionadas entre Administradora e instituição devedora, que deverá incluir a indicação de realização de eventuais reanálises solicitadas pela instituição, bem como as tentativas de obtenção de ressarcimento junto à instituição devedora e ao agente cedente; e

e) o montante apurado para débito em reserva bancária da instituição de que trata a alínea "a" deste subitem, com indicativo da data da posição e observando o disposto no subitem 8.3.2.3, bem como endereço eletrônico por meio do qual o BACEN poderá obter a atualização do montante a ser debitado.

8.4.5.2.1.1 A Administradora do FCVS dará conhecimento à instituição de que trata a alínea "a" do subitem 8.4.5.2.1 do envio do processo ao BACEN, na data de envio.

8.4.5.3 Casos em que a instituição devedora não é detentora de reserva bancária e não houve interveniência de instituição financeira

A Administradora do FCVS providenciará a remessa do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em Dívida Ativa da União da instituição devedora, observando os ritos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e dando conhecimento da remessa do processo à instituição devedora.

8.4.6 Quitação às Instituições Devedoras

Efetivado o ressarcimento à União, a Administradora do FCVS providenciará a remessa à instituição devedora, e agente cedente interveniente, se for o caso, de termo de quitação, no qual deverá constar a relação de contratos classificados como irregulares no CADMUT que foram objetos de ressarcimento à União, bem como extrato indicativo do montante pago em volume de recursos e correspondente em títulos, na posição do efetivo ressarcimento, em meio físico e em arquivos de banco de dados com correspondente Compact Disc (CD-ROM).

8.5 Procedimentos para ressarcimento à União relativos aos contratos que se encontrem com irregularidade marcada no CADMUT após o processamento de 1º de janeiro de 2022

8.5.1 Comunicação à instituição devedora

A partir do processamento do SIFCVS na posição de 1º de fevereiro de 2022, inclusive, a Administradora do FCVS deverá comunicar ao agente financeiro os contratos objeto de novação para os quais consta registrado indício de irregularidade no CADMUT e que não constem do relatório de que trata o subitem 8.4.1, mediante relatório com periodicidade mensal.

8.5.1.1 Conteúdo do relatório

O relatório de contratos com apontamento no CADMUT é acumulativo e aponta os indícios e caracterizações de multiplicidade e/ou sinistro e descaracterizações ocorridas no período.

8.5.1.2 Comunicação ao cedente do crédito

Nos casos em que o agente cedente tiver participado do respectivo contrato de novação dos créditos de que trata o subitem 8.5.1 na qualidade de interveniente, a Administradora do FCVS deverá remeter ao agente cedente cópia do relatório de que trata aquele subitem.

8.5.2 Procedimentos operacionais adotados em decorrência da comunicação de indício de irregularidade apontada no CADMUT

8.5.2.1 Por parte da instituição credora

Até o último dia útil do oitavo mês subsequente ao do posicionamento do relatório, o Agente Financeiro poderá apresentar à Administradora do FCVS pedido de reanálise para contestação da irregularidade apontada pelo CADMUT, acompanhada da devida documentação comprobatória para sua descaracterização.

8.5.2.2 Por parte da Administradora do FCVS

Até o último dia útil do oitavo mês subsequente ao término do prazo de que trata o subitem 8.5.2.1, a Administradora do FCVS analisará o pedido de reanálise contestando a irregularidade apontada pelo CADMUT para o contrato, comunicando, dentro desse prazo, ao Agente Financeiro o resultado da análise, nos casos de deferimento ou de indeferimento do pedido apresentado, bem como nos casos de perda do prazo para entrega dos documentos.

8.5.3 Rotina para ressarcimento dos valores relativos aos contratos caracterizados como irregulares no CADMUT

Anualmente, a partir do exercício de 2023, a Administradora do FCVS encaminhará às instituições devedoras relatório contendo as informações definidas nos subitens 8.4.1 e 8.6, entre 1º e 15 de junho.

8.5.3.1 Comunicação ao cedente do crédito

Nos casos em que o agente cedente tiver participado do respectivo contrato de novação dos créditos na qualidade de interveniente, a Administradora do FCVS deverá remeter ao agente cedente cópia do relatório de que trata o subitem 8.5.3.

8.5.4 Manifestação da instituição devedora

As instituições devedoras:

a) até o dia 31 de julho de cada exercício, poderão apresentar à Administradora do FCVS cópia dos pedidos de reabertura de análise protocolados de acordo com o prazo de trata o subitem 8.5.2.1 e que não possuam indicativo de reanálise no relatório de que trata o subitem 8.5.3, para fins de exclusão da relação a ser ressarcida pela instituição devedora na forma do subitem 8.5 mediante manifestação de concordância da Administradora do FCVS, por meio eletrônico, até o dia 15 de agosto do exercício, sem prejuízo de posterior ressarcimento, quando cabível;

b) até o dia 31 de agosto de cada exercício, deverão manifestar concordância com os procedimentos para ressarcimento à União, na forma do ANEXO XI deste Manual, assinado pelos seus representantes, do qual constará:

b.1) relação dos contratos que estão sendo objeto de ressarcimento à União; e

b.2) indicação do meio de pagamento a ser utilizado para ressarcimento à União, com a composição do percentual entre as formas previstas nos incisos I e II do subitem 8.3.

8.5.5 Efetivação do ressarcimento à União

O ressarcimento à União será realizado nos meses de setembro e outubro de cada exercício, sempre no 10º (décimo) dia útil, com início no ano de 2023, seguindo os mesmos procedimentos contidos no subitem 8.4.4 desta Resolução.

8.5.6 Inação das Instituições Devedoras

Caso as instituições devedoras não realizem o ressarcimento à União nos termos do subitem 8.5.5, a Administradora do FCVS deverá adotar os procedimentos descritos no subitem 8.4.5, utilizando-se dos seguintes prazos:

a) em relação aos subitens 8.4.5.1 e 8.4.5.2.1, último dia útil de dezembro para as remessas de processos ao BACEN, com vistas a ressarcimento por débito em reserva bancária; e

b) em relação ao subitem 8.4.5.2, último dia útil de outubro como prazo limite para que o agente cedente interveniente proceda à manifestação de que trata o subitem 8.5.4, e 10º (décimo) dia útil de novembro como data para que o agente cedente interveniente que proceda à efetivação do ressarcimento, observando-se os procedimentos do subitem 8.5.5.

8.5.7 Quitação às Instituições Devedoras

Efetivado o ressarcimento à União, a Administradora do FCVS providenciará a remessa à instituição devedora, e agente cedente interveniente, se for o caso, de termo de quitação, no qual deverá constar a relação de contratos classificados como irregulares no CADMUT que foram objetos de ressarcimento à União, bem como extrato indicativo do montante pago em volume de recursos e correspondente em títulos, na posição do efetivo ressarcimento, em meio físico e em arquivos de banco de dados com correspondente Compact Disc (CD-ROM).

8.6 Conteúdo do relatório emitido para as instituições devedoras

O relatório de que tratam os subitens 8.4.1 e 8.5.3 deverá conter as seguintes informações:

a) Número da Matrícula do Originador do Crédito;
b) Número da Matrícula do Cessionário;
c) Número da Matrícula do Cedente;
d) Número do Contrato;
e) Hipoteca;
f) Origem do Recurso do Contrato (OR-CO);
g) Data de Assinatura do Contrato;
h) Data do Evento Motivador da Participação do FCVS;
i) Município cadastrado no CADMUT;
j) Percentual de cobertura;
k) Situação de Multiplicidade e Sinistro;
l) Data de posicionamento do VAF1/VAF2 considerado para novação;
m) Valor do Saldo VAF1/VA2 Vencido na data de posicionamento da novação;
n) Valor Saldo VAF1/VAF2 Vincendo na data de posicionamento da novação;
o) Data de Posicionamento do VAF3 considerado para novação;
p) Valor do Saldo VAF3 na data de posicionamento da novação;
q) Data de Posicionamento do VAF4 considerado para novação;
r) Valor do Saldo VAF4 na data de posicionamento da novação;
s) Valor de VAF1/VAF2 Vencido posicionado no dia 1º do mês de emissão do relatório;
t) Valor de VAF1/VAF2 Vincendo posicionado no dia 1º do mês de emissão do relatório;
u) Valor do Saldo VAF3 posicionado no dia 1º do mês de emissão do relatório;
v) Valor do Saldo VAF4 posicionado no dia 1º do mês de emissão do relatório;
w) Data da apresentação da Contestação;
x) Prazo Final da Contestação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor no dia 3 de maio de 2021.

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Presidente do Conselho

MNPO - ANEXO XI

Manifestação da instituição devedora
À
Administradora do FCVS - CAIXA
Prezados Senhores,

O (nome da instituição devedora), sede em (cidade/UF), sito à (endereço), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº (número do CNPJ), neste ato representado pelos (representantes legais devidamente identificados e qualificados), vem manifestar sua intenção de efetuar o ressarcimento à União dos valores relativos aos contratos que foram apurados pela Administradora do FCVS - CAIXA como abrangidos pelas disposições do parágrafo 11, do artigo 3º, da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, no montante de R$ ( ), relacionados em anexo, a serem pagos da seguinte forma:

( ) Título CVS
( ) Espécie
(cidade, data)
Assinatura do representante legal

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 14 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020; em cumprimento ao disposto na NOTA Nº 00664/2021/PGFN/AGU (14805080) - NUP: 00745.004420/2021-94 (REF. 00410.040594/2017-16), e na NOTA TÉCNICA SEI Nº 17045/2021/ME (15020039), resolve: CANCELAR o Registro Sindical (RES) do STTR DE CONCÓRDIA DO PARÁ - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Concórdia do Pará, Processo de Registro Sindical nº 46222.012495/2011-77 - SC12512, CNPJ: 14.146.179/0001-02 (15020045), nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 15 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17131/2021/ME (SEI 15028817), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.021012/2016-49, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE SAIRE, CNPJ 10.122.232/0001-76, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Sairé, no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12746/2021/ME (14462288), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46226.000394/2019-71, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE LAGOA DA CONFUSÃO-TO, CNPJ 28.906.561/0001-73, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, até dois módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Lagoa da Confusão, no Estado de Tocantins, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16821/2021/ME (SEI 14991467), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.104494/2021-73, de interesse do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Amazonas - SATEAM, CNPJ n.º 38.093.518/0001-90, nos termos do Art. 22, inciso I e II da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 17020/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária do Sindicato dos Servidores Municipais de Bernardino Batista, CNPJ 11.672.138/0001-53, Processo 08015.003298/2019-71, nos termos do art. 22, I e XI, c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16972/2021/ME (15007978), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº 46253.002486/2016-15, SC18310, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Araraquara e Matão/SP, CNPJ nº 21.604.232/0001-29, nos termos do art. 22, incisos VI e XI, c/c o art. 47 da Portaria SEPRT/ME nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16974/2021/ME (15008233), resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária n.º 19964.104895/2021-23 (SA05431), de interesse da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ 92.963.974/0001-99, nos termos do inciso V do art. 22 da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17255/2021/ME (15045756), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº 46240.000123/2017-75, SC18836, de interesse do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vestuário de Muriaé, CNPJ nº 26.445.552/0001-05, nos termos do art. 22, incisos VI e XI, c/c o art. 47 da Portaria SEPRT/ME nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17331/2021/ME (15056064), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO RURAL DE ALAGOA NOVA, CNPJ 08.307.118/0001-79, Processo 46224.002342/2016-14, para representar a Categoria Econômica das atividades rurais circunscritas à agropecuária, ao extrativismo rural, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Alagoa Nova e Matinhas, Estado da Paraíba, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13037/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.102008/2021-82, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de PIO IX - SINDSERM - PIO IX, CNPJ n.º 03.796.510/0001-05, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13872/2021/ME resolve: DEFERIR o registro sindical ao METROSIN - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, CNPJ 33.414.127/0001-06, Processo 08015.000754/2019-21 para representar a Categoria Econômica das Empresas de Transporte Metropolitano de Passageiros, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, no Estado do Paraná, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguintes entidade: A) SETRANSP - SIND EMP TRANSP URB E MET PASSAG CURITIBA E REG METROPOL, CNPJ 76.613.769/0001-47, Processo 46000.000148/00-64; excluindo a categoria das Empresas de Transporte Metropolitano de Passageiros, nos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, no Estado do Paraná; B) SINFRETIBA - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Por Fretamento de Curitiba e Municípios do Paraná, CNPJ 81.051.997/0001-00, Processo 24000.003047/91-95; excluindo a categoria das Empresas de Transporte Metropolitano de Passageiros, nos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, no Estado do Paraná, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13825/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.102155/2021-52, de interesse do SINDICATO DOS TERAPEUTAS DO DISTRITO FEDERAL - SINDTE-DF, CNPJ n.º 32.072.060/0001-06 , nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 17340/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES DE PEDRO OSÓRIO E CERRITO-RS, CNPJ 92.184.365/0001-31, Processo 46218.003028/2018-91, para representar a categoria profissional dos trabalhadores agricultores familiares, proprietários ou não, que exercem suas atividades no meio rural, individualmente ou economia familiar, em áreas de até (02) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei n° 1.166/1971, ativos e aposentados, com abrangência intermunicipal e base territorial no Município de Pedro Osório e Município de Cerrito, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12977/2021/ME , resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.102147/2021-14, de interesse do SINDIFICIOS - SIND. DOS EMPREG. EM COND. E EDIF. COM. E RES. DE GUARU E REGIAO, CNPJ n.º 03.656.259/0001-83, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16834/2021/ME (SEI 14992411), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 14021.141052/2021-34, de interesse do SINTETCON - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros, Urbanos, Intermunicipais, Interestaduais, Fretamento e Turismo de Contagem - MG , CNPJ n.º 20.903.729/0001-85, nos termos do Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17371/2021/ME (SEI 15059898) , resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46214.004823/2015-94, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE BAIXA GRANDE DO RIBEIRO/PI , CNPJ 22.159.033/0001-11, nos termos do §2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na NT 17382/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Encantado e Região, CNPJ 88.300.264/0001-01, Processo 46218.014971/2017-49, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas de: bebidas, sucos e concentrados, água mineral; balas, chocolates, mandolates; beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos; de beneficiamento de frutas e legumes; de refinação e moagem de sal; de óleos vegetais, soja, arroz, canola, girassol, milho; de moinhos; de rações de todos os tipos; de engenho de arroz e seus beneficiamentos; de aviários e criação de aves; de panificações, confeitaria, biscoitos e massas; de torrefação e moagem de café; de beneficiamento de erva mate; de pesca e seus derivados; de laticínios e seus derivados; de trigo, centeio; de carnes - suínos, bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e seus derivados, de aves e seus derivados; de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares; de mel, adoçantes; de sorvetes, gelos; de doces e conservas alimentícias; de beneficiamento de sementes; de extratos alimentícios; de beneficiamento e secagem de grãos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos Municípios de Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Ilópolis, Muçum, Nova Bréscia, Putinga e Relvado, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A)SINDICATO TRABALHADORES IND ALIMENTACAO SERAFINA CORREA. CNPJ: 88.674.452/0001-08. Processo L074 P039 A1972; excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas de: bebidas, sucos e concentrados, água mineral; balas, chocolates, mandolates; beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos; de beneficiamento de frutas e legumes; de refinação e moagem de sal; de óleos vegetais, soja, arroz, canola, girassol, milho; de moinhos; de rações de todos os tipos; de engenho de arroz e seus beneficiamentos; de aviários e criação de aves; de panificações, confeitaria, biscoitos e massas; de torrefação e moagem de café; de beneficiamento de erva mate; de pesca e seus derivados; de laticínios e seus derivados; de trigo, centeio; de carnes - suínos, bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e seus derivados, de aves e seus derivados; de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares; de mel, adoçantes; de sorvetes, gelos; de doces e conservas alimentícias; de beneficiamento de sementes; de extratos alimentícios; de beneficiamento e secagem de grãos; no municípios de Arvorezinha, do Estado do Rio Grande do Sul.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17385/2021/ME (SEI 15060495) , resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46218.007963/2016-65, de interesse do Sindicato dos Servidores Municipais da Educação de Cruzeiro do Sul - SISMECS, CNPJ 09.118.838/0001-59, nos termos do §2º do art. 21 c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020..

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17372/2021/ME (15059916), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105112/2021-29 (SC20975), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Luisburgo/MG, CNPJ 06.135.327/0001-57, nos termos do inciso I do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17410/2021/ME (15061969), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.105180/2021-98 (SC20968), de interesse do SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Propriá, CNPJ 07.135.559/0001-78, nos termos do inciso I do art. 22 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 15 DE ABRIL DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 15309/2021/ME (SEI 14791909), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINTRAMFEIRA - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Feira de Santana (BA) (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46204.002137/2017-60, CNPJ: 26.702.568/0001-48; e SINTRAM - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL NO ESTADO DA BAHIA (impugnante), CNPJ nº 15.235.773/0001-24, Impugnação nº 19964.102935/2021-01 (SEI 13920973); para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17033/2021/ME (15018439), resolve, Arquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 47546.000109/2010-23 (SC08706), CNPJ: 11.753.247/0001-03, de interesse do SIND EDUCA SINDICATO DOS PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ (impugnado), nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 49138/2020/ME (11569979), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical n. 46214.008161/2014-41, SC16483, CNPJ:20.409.359/0001-24, de interesse do SIMTEP - Sindicato Municipal dos Trabalhadores da Educação de Pio IX (impugnado), nos termos do art. 22, VI, da Portaria n. 17.593/20.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17030/2021/ME (15017912), resolve, ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46242.002422/2014-81, CNPJ: 21.084.700/0001-81, de interesse do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústria de Abate de Animais Comestíveis e de Carnes e de seus Derivados de Uberaba e de outros Municípios (impugnado), nos termos do art. 22, VI, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 16487/2021/ME (14950569), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDSERVBG - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE BARRA DE GUABIRABA (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.100462/2021-07 (SC20809, CNPJ: 35.381.239/0001-33; SINDUPROM / PE - Sindicato Único dos Profissionais do Magistério Público das Redes Municipais de Ensino no Estado de Pernambuco, CNPJ: 10.569.456/0001-20, impugnação 19964.103639/2021-19; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 16757/2021/ME (14982253), resolve: Arquivar o Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 46211.001178/2016-69, CNPJ: 11.168.294/0001-81 (SA 03282), de interesse do SINDCAM - Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas de Timóteo e Região (impugnado), nos termos do art. 22, X, Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, na Nota Técnica SEI nº 16493/2021/ME (14951204): 1) ARQUIVAR a impugnação nº 46000.008320/2017-65 de interesse do SINACSCE TO - SINDICATO DOS AGENTES COM. DE SAUDE E DE COMB. AS ENDEMIAS NO EST. DO TOCANTINS, CNPJ: 09.070.025/0001-36, nos termos do art. 18, inciso I, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, e 2) DEFERIR o Registro Sindical (RES) ao SINDICATO DOS PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E DOS AGENTES DE COMBATES AS ENDEMIAS NO ESTADO DO TOCANTINS - SINDACEN-TO (impugnado), Processo nº 46226.004942/2015-16 (SC17451), CNPJ: 22.995.762/0001-08, para representar a categoria profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates as Endemias, de abrangência Estadual e base territorial no Estado do Tocantins, nos termos do art. 21, inciso II, da Portaria nº 17.593.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 4.232, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Estabelece o Processo Produtivo Básico - PPB para EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO DE CARGAS E BAGAGENS POR EMISSÃO DE RAIOS-X, ATRAVÉS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL, industrializado no País.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 52000.100343/2019-95, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO DE CARGAS E BAGAGENS POR EMISSÃO DE RAIOS-X, ATRAVÉS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL, industrializado no País, o Processo Produtivo Básico composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 68 (sessenta e oito) pontos por ano-calendário.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para os produtos que atendam às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação, a que se refere a etapa II do Anexo, deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização do produto a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	Pontos Totais
I	Projeto e desenvolvimento no país - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	6
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a um máximo de 10 pontos.	10
III	Desenvolvimento do software de processamento de imagens e sinais.	5
IV	Estampagem e usinagem dos roletes, esteira e cortina plumbífera.	4
V	Montagem e conexões dos geradores de alta tensão que alimentam o tubo de Raios-X no conjunto Gantry.	4
VI	Montagem e conexões do tubo de Raios-X no conjunto Gantry.	4
VII	Montagem e conexões do colimador no conjunto Gantry.	3
VIII	Laminação, furação e teste elétrico das placas (nuas) de circuito impresso principal da unidade de processamento digital.	5
IX	Laminação, furação e teste elétrico das demais placas (nuas) de circuito impresso principal da fonte de alimentação.	4
X	Montagem e soldagem de todos os componentes na(s) placa(s) de circuito impresso que implemente(m) a função de controle e acionamento de raios X	10
XI	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de controle e detecção de raios X.	10
XII	Estampagem do gabinete de computadores (rack metálico).	2
XIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de unidade de processamento digital.	7
XIV	Enrolamento da bobina e montagem dos transformadores.	4
XV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de fonte de alimentação.	5
XVI	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem as funções de interface de rede.	2
XVII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do monitor de visualização de imagem.	3
XVIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de inversor de frequência.	2
XIX	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de controle de alimentação ininterrupta de energia ("*No Break*").	3
XX	Montagem dos gabinetes mecânicos a partir de seus componentes, partes e peças.	4
XXI	Montagem do quadro elétrico a partir de seus componentes, partes e peças.	2
XXII	Montagem do teclado de operação a partir de seus componentes, partes e peças.	2
XXIII	Montagem do sistema de rotação a partir de seus componentes, partes e peças.	5
XXIV	Montagem do sistema de controle elétrico a partir de seus componentes, partes e peças.	4
XXV	Montagem do sistema de detector a partir de seus componentes, partes e peças.	4
XXVI	Montagem do sistema de transferência a partir de seus componentes, partes e peças	2
XXVII	Montagem do dispositivo de proteção contra radiação a partir de seus componentes, partes e peças.	5
XXVIII	Instalação dos programas de computador para configuração e operação do equipamento.	6
XXIX	Testes funcionais dos módulos, calibração e testes finais do equipamento.	1
	TOTAL:	128
	META:	68

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 4.235, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Altera o Processo Produtivo Básico - PPB para EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO DE CARGAS E BAGAGENS POR EMISSÃO DE RAIOS-X, ATRAVÉS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL, industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, art. 4º e nos arts. 11 a 18 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e considerando o que consta no processo nº 52000.100343/2019-95, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto EQUIPAMENTO DE INSPEÇÃO DE CARGAS E BAGAGENS POR EMISSÃO DE RAIOS-X, ATRAVÉS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL, industrializado na Zona Franca de Manaus, o Processo Produtivo Básico composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 68 (sessenta e oito) pontos por ano-calendário.

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	Pontos Totais
I	Projeto e desenvolvimento no país - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	6
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a um máximo de 10 pontos.	10
III	Desenvolvimento do software de processamento de imagens e sinais.	5
IV	Estampagem e usinagem dos roletes, esteira e cortina plumbífera.	4
V	Montagem e conexões dos geradores de alta tensão que alimentam o tubo de Raios-X no conjunto Gantry.	4
VI	Montagem e conexões do tubo de Raios-X no conjunto Gantry.	4
VII	Montagem e conexões do colimador no conjunto Gantry.	3
VIII	Laminação, furação e teste elétrico das placas (nuas) de circuito impresso principal da unidade de processamento digital.	5
IX	Laminação, furação e teste elétrico das demais placas (nuas) de circuito impresso principal da fonte de alimentação.	4
X	Montagem e soldagem de todos os componentes na(s) placa(s) de circuito impresso que implemente(m) a função de controle e acionamento de raios X	10
XI	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de controle e detecção de raios X.	10
XII	Estampagem do gabinete de computadores (rack metálico).	2
XIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de unidade de processamento digital.	7
XIV	Enrolamento da bobina e montagem dos transformadores.	4
XV	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de fonte de alimentação.	5
XVI	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem as funções de interface de rede.	2
XVII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso do monitor de visualização de imagem.	3

XVIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso que implementem a função de inversor de frequência.	2
XIX	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de controle de alimentação ininterrupta de energia ("*No Break*").	3
XX	Montagem dos gabinetes mecânicos a partir de seus componentes, partes e peças.	4
XXI	Montagem do quadro elétrico a partir de seus componentes, partes e peças.	2
XXII	Montagem do teclado de operação a partir de seus componentes, partes e peças.	2
XXIII	Montagem do sistema de rotação a partir de seus componentes, partes e peças.	5
XXIV	Montagem do sistema de controle elétrico a partir de seus componentes, partes e peças.	4
XXV	Montagem do sistema de detector a partir de seus componentes, partes e peças.	4
XXVI	Montagem do sistema de transferência a partir de seus componentes, partes e peças	2
XXVII	Montagem do dispositivo de proteção contra radiação a partir de seus componentes, partes e peças.	5
XXVIII	Instalação dos programas de computador para configuração e operação do equipamento.	6
XXIX	Testes funcionais dos módulos, calibração e testes finais do equipamento.	1
	TOTAL:	128
	META:	68

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 4.237, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), produzido no País.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.106318/2020-10 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1° O Processo Produtivo Básico para UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD -Solid State Drive), produzido no País, estabelecido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 62, de 2 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o art. 4º da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 46, de 9 de outubro de 2019, será dispensada se a realização da etapa de integração final não for aplicável em função do projeto, design ou aplicação do produto, desde que realizada integralmente a etapa prevista no inciso VIII do art. 1º.

§2º A etapa descrita no inciso IX do art. 1º, quando não realizada, não será pontuada." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego
e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 4.238, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo nº 19687.106318/2020-10 do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI n° 63, de 2 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o art. 4º da Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTIC nº 47, de 9 de outubro de 2019, será dispensada se a realização da etapa de integração final não for aplicável em função do projeto, design ou aplicação do produto, desde que realizada integralmente a etapa prevista no inciso VIII do art. 1º.

§2º A etapa descrita no inciso IX do art. 1º, quando não realizada, não será pontuada.

§ 3º As etapas produtivas constantes dos incisos VIII a X do art. 1º deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego
e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 4.244, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Estabelece Processo Produtivo Básico para "MOTOCOMPRESSOR HERMÉTICO, ROTATIVO, INCLUSIVE DE TECNOLOGIA INVERTER, COM CAPACIDADE DE ATÉ 18.200 BTU/HORA, DESTINADO A CONDICIONADORES DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM E CONDICIONADORES DE AR DE JANELA OU DE PAREDE DE CORPO ÚNICO", industrializado na Zona Franca de Manaus.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020 (publicada no DOU de 09.12.2020, Seção 1, pág. 220), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo nº 19687.100657/2020-84, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto "MOTOCOMPRESSOR HERMÉTICO, ROTATIVO, INCLUSIVE DE TECNOLOGIA INVERTER, COM CAPACIDADE DE ATÉ 18.200 BTU/HORA, DESTINADO A CONDICIONADORES DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM E CONDICIONADORES DE AR DE JANELA OU DE PAREDE DE CORPO ÚNICO", industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - fundição ou sinterização, usinagem, retífica, brunimento e/ou brochamento, quando aplicável, dos seguintes componentes: "bloco do cilindro", mancal externo, rolete, palheta (vane), eixo, mancal principal e contrapeso;

II - estampagem, quando aplicável, das seguintes peças: carcaça, tampa inferior e tampa superior, suporte de montagem e acumulador de sucção;

III - produção do motor elétrico do motocompressor por meio das seguintes etapas:

a) estampagem e tratamento térmico das lâminas do estator e do rotor;

b) bobinagem em fios de cobre e/ou de alumínio; e

c) montagem dos cabos de conexão elétrica.

IV - montagem do kit mecânico: bloco do cilindro, rolete, palheta (vane), mancal externo, mancal principal, mufla de descarga e eixo;

V - soldagem das tampas superior e inferior e do tanque de sucção à carcaça do compressor;

VI - pintura da carcaça do compressor; e

VII - testes finais.

Parágrafo único. As etapas do Processo Produtivo Básico previstas nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser realizadas em outras regiões do País e as atividades ou operações inerentes a essas etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, enquanto as etapas previstas nos incisos IV, V, VI e VII do caput deste artigo deverão ser realizadas obrigatoriamente na Zona Franca de Manaus e não poderão ser objeto de terceirização.

Art. 2º As etapas do Processo Produtivo Básico estabelecidas nos incisos I, II e III do art. 1º serão dispensadas até:

I - 30 de junho de 2022, no caso do inciso I;

II - 31 de dezembro de 2021, no caso do inciso II; e

III - 30 de junho de 2021, no caso do inciso III.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA
Secretário Especial de Produtividade, Emprego
e Competitividade do Ministério da Economia

LEONIDAS DE ARAÚJO MEDEIROS JUNIOR
Secretário Executivo do Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 20, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "JOIAS DE METAIS PRECIOSOS E ARTIGOS DE JOALHERIA DE METAIS COMUNS REVESTIDOS DE METAIS PRECIOSOS, COM OU SEM PEDRAS PRECIOSAS, SEMIPRECIOSAS OU SINTÉTICAS E COM OU SEM MATERIAL EXTRATIVO VEGETAL".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTA Nº 026/20 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA JOIAS DE METAIS PRECIOSOS E ARTIGOS DE JOALHERIA DE METAIS COMUNS REVESTIDOS DE METAIS PRECIOSOS, COM OU SEM PEDRAS PRECIOSAS, SEMIPRECIOSAS OU SINTÉTICAS E COM OU SEM MATERIAL EXTRATIVO VEGETAL, ESTABELECIDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTI Nº 6, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

1) Alteração do § 3º do art. 1º

DE:

§ 3º Ficam dispensadas, para o fecho de mola de metal precioso e fecho de mola de metal comum, as etapas constantes nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

PARA:

§ 3º Ficam dispensadas para o fecho de mola de metal precioso e fecho de mola de metal comum, tarraxa para brincos de metal precioso e tarraxa para brincos de metal comum, as etapas constantes nos incisos I, II, III e IV deste artigo.

2) Inclusão de novo parágrafo ao Art. 1º:

§ 4º- Ficam dispensadas para a Corrente, Malha e/ou Trama de Metal Precioso e Corrente, Malha e/ou Trama de Metal Comum, as etapas constantes nos incisos I, II, III e IV deste artigo, na quantidade de 5kg, em peso, por ano calendário.

CONSULTA PÚBLICA Nº 21, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, MONITOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, CONTADOR DIGITAL DE ENERGIA ELÉTRICA E CONCENTRADOR DE SISTEMAS DE MEDIÇÃO CENTRALIZADA".

O texto completo está disponível no sítio da Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2021

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

JORGE LUIZ DE LIMA

ANEXO

PROPOSTAS Nº 015/2020 E 033/20 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE TEMPERATURA, INDICADOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, MONITOR DIGITAL DE GRANDEZAS ELÉTRICAS, CONTADOR DIGITAL DE ENERGIA ELÉTRICA E CONCENTRADOR DE SISTEMAS DE MEDIÇÃO CENTRALIZADA, ESTABELECIDO PELAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS MDIC/MCTIC Nº 5 E 6, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

OBS.: A consulta está em forma de Portaria na versão da Lei de Informática, mas também vale para a versão da Zona Franca de Manaus.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para PRODUTOS INDICADORES E CONTROLADORES DIGITAIS, constantes do Anexo II desta Portaria, industrializados no País, passa a ser composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo I desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, de acordo com o disposto no Anexo I, sendo que a empresa deverá acumular a pontuação mínima por ano calendário, dependendo do grupo em que o produto se enquadre, conforme abaixo:

I - para o grupo A: 79 pontos;

II - para o grupo B: 84 pontos; e

III - para o grupo C: 95 pontos.

§ 2º Entende-se como módulos de comunicação, a que se referem os incisos VII , as placas montadas cuja funcionalidade principal (de comunicação) não esteja integrada à placa de processamento principal, podendo ser apresentadas fisicamente por meio de uma ou duas placas e serem protegidas, ou não, fisicamente por meio de invólucro metálico ou outras formas de encapsulamento.

§ 3º As pontuações referentes às etapas descritas nos incisos VII do Anexo I somente serão consideradas quando os módulos de comunicação atenderem às condições estabelecidas no §2º deste artigo.

§ 4º O contador digital de eletricidade citado no grupo B do Anexo II abrangem os contadores de energia elétrica dos tipos: monofásicos, bifásicos e trifásicos.

§ 5º A unidade remota para coleta e comunicação de dados de contadores de eletricidade citado no Grupo C do Anexo II contempla os elementos de sistemas de medição de energia elétrica centralizada, sendo estes os elementos responsáveis pela concentração dos dados e comunicação às concessionárias de energia elétrica.

§ 6º O aparelho para medida de grandezas elétricas para monitoramento de redes de distribuição, com capacidade de transmissão de dados em rede sem fio, baseado em técnica digital, citado no Grupo C do Anexo II possui como principal função a detecção de ausência e/ou presença de tensão em redes elétricas.

§ 7º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para os produtos que atendam às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização, dos produtos a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 6, de 10.01.2018.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

		PRODUTOS		
	Etapas	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
I	Projeto e desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018.	14	14	14
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 3 pontos para cada 1% investido adicionalmente, limitado a um máximo de 9 pontos.	9	9	9
III	Desenvolvimento do software embarcado de baixo nível (firmware) da placa de circuito impresso responsável pelo processamento central ou das placas/módulos de comunicação.	5	5	5
IV	Injeção, moldagem, impressão 3D, ou outro processo de conformação plástica ou corte, dobra, estampagem ou outro processo de conformação metálica do corpo e tampas do gabinete.	35	32	28
V	Laminação, furação e teste elétrico das placas de circuito impresso que implementem a função de processamento central.	18	18	22
VI	Laminação, furação e teste elétrico das placas de circuito impresso que implementem as funções de controle e comunicação.	8	4	13
VII	Montagem e soldagem, ou processo equivalente, de todos os componentes nas placas que implementem a função de processamento central.	24	28	17
VIII	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas ou módulos que implementem a função de controle e comunicação, quando não integrada aos circuitos impressos da placa de processamento central.	6	4	7
IX	Montagem e soldagem de todos os componentes nas placas que implementem a função de fonte de alimentação de energia ou módulo de bateria.	1	1	5
X	Integração da placa de processamento central, subconjuntos e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.	8	6	6
XI	Testes metrológicos conforme regulamentação local de homologação como instrumento de medição e ou comunicação além de testes funcionais do produto final para averiguação de funcionalidades.	2	8	8
	TOTAL	130	129	134
	META	79	84	95

ANEXO II

PRODUTOS
GRUPO A
Controlador digital de temperatura
Indicador digital de temperatura
Controlador digital de pressão
Termômetro industrial microprocessado
GRUPO B
Contador digital de eletricidade
GRUPO C
Concentrador de dados de sistemas de medição de energia elétrica centralizada ou unidade remota para coleta e comunicação de dados de contadores de eletricidade
Aparelho para medida de grandezas elétricas para monitoramento de redes de distribuição, com capacidade de transmissão de dados em rede sem fio, baseado em técnica digital

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF01 Nº 26, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Concede Regime Especial de Emissão de Documentos e Escrituração de Livros Fiscais à empresa que menciona.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FECERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 85, de outubro de 2001, DECLARA:

Art. 1º Fica a HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA., de CNPJ 54.305.743/0011-70, estabelecida à QUADRA 05, 07, 07A S/N, DIMIC, Catalão - GO, autorizada a promover saídas e entradas de veículos de sua fabricação ou importados, bem como peças e equipamentos, para fins de testes de qualidade e engenharia acobertas pelo documento denominado "Termo de Acordo de Regime Especial nº 001-1282-2020-GSE" e a respectiva nota fiscal eletrônica, que será capaz de acobertar várias entradas e saídas das dependências da requerente para o mesmo veículo.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo encontra-se de acordo com o Parecer favorável exarado pela Secretaria da Economia do Estado de Goiás, conforme cópia do processo nº 202000004016169 anexada aos autos do Processo Administrativo nº 10166.736469/2021-84.

Art. 3º Inclui-se no presente benefício tão somente o estabelecimento indicado no artigo 1º.

Art. 4º A requerente, a fim de gozar do Regime Especial, emitirá uma única nota fiscal eletrônica para o mesmo veículo, em operações cujos testes ocorram no Estado de Goiás, durante o período de 120 dias, sem perda da validade, devendo, nos deslocamentos, ser acompanhada de cópia do Termo de Acordo de que trata o artigo 1º.

§ 1º A nota fiscal eletrônica deverá ser emitida conforme instruções que constam no Manual de Orientação de Preenchimento da NF-e e deverá constar no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES a observação de que refere-se à emissão de nota fiscal para acobertar a remessa de veículo para testes e provas de engenharia em campo, com a não incidência do ICMS conforme preconiza o Art. 79, Inciso I, Alínea "s", item 2 do RCTE/GO, bem como conter a seguinte expressão: "AUTORIZADO PELO TARE Nº 001-1282/2020-GSE".

§ 2º A requerente emitirá a Nota Fiscal com o CFOP 5.949 - Outras saídas, em operação interna, tendo como destinatário a própria empresa.

§ 3º A requerente deverá observar as regras para a correta escrituração das notas fiscais na Escrituração Fiscal Digital (EFD).

Art. 5º Conforme disposto na Resolução nº 793/94 emitida pelo Contran, que dispõe sobre o uso da placa de fabricantes (Placa Verde), a placa de fabricante será fixada em cada veículo que sair para testes e provas de engenharia.

Art. 6º A requerente compromete-se a fazer controles em Sistemas Informatizados próprios, dos quais consegue extrair relatórios das movimentações realizadas referente aos testes dos veículos, contendo o nome do condutor, placa verde utilizada no veículo a ser testado, chassi, data e hora da saída, bem como data e hora do retorno, além da quilometragem percorrida pelos veículos objetos dos testes, os quais deverão ser fornecidos à Fiscalização sempre que solicitados.

Art. 7º O Regime Especial é concedido por tempo indeterminado, podendo ser alterado, revogado ou suspendido no interesse da Administração Fazendária e no caso em que a requerente tiver débito inscrito em dívida ativa ou sua inscrição suspensa no Cadastro de Contribuintes do Estado.

Art. 8º A Receita Federal, por sua iniciativa, ou atendendo à sugestão do fisco estadual, poderá alterar, suspender ou cassar, a qualquer tempo, o Regime Especial concedido, ou estabelecer novas obrigações.

Art. 9º O servidor da Receita Federal ou do fisco estadual ou qualquer outra pessoa que verificar o descumprimento de condição constante do regime concedido, deverá comunicar o fato à unidade da Receita Federal da jurisdição do estabelecimento.

Art. 10 A concessão do Regime Especial não desobriga a Requerente das demais obrigações fiscais, quer de natureza principal ou acessória, no que lhe couber, previstas na legislação do ICMS e do IPI em vigor, devendo ainda serem observadas pela requerente as modificações da legislação tributária que ocorrerem posteriormente à entrada em vigor deste Regime Especial.

Art. 11 A concessão do Regime Especial não poderá resultar qualquer prejuízo ao interesse da Fazenda Nacional, e nem dispensa da emissão ou escrituração de documentos fiscais.

Art. 12 Sob nenhuma hipótese será admitida a concessão de Regime Especial que possa implicar em prorrogação do prazo de recolhimento do IPI ou o deslocamento do momento de ocorrência do seu fato gerador.

Art. 13 Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROSANE FARIA DE OLIVEIRA ESTEVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III, do artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME n.º 284, de 27 de julho de 2020 e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 533, de 20 de outubro de 2020, a Portaria SPE nº 95, de 23 de março de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 10265.007822/2021-05, resolve:

Art. 1°. Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: TECMON MONTAGENS TECNICAS INDUSTRIAIS LTDA.

CNPJ: 01.848.287/0001-77.

PROJETO: Reforços nas Subestações Tucuruí e Ribeirão Gonçalves (Resolução Autorizativa ANEEL 8.542, de 21 de janeiro de 2020), aprovado pela Portaria SPE n° 95, de 23 de março de 2020.

SETOR FAVORECIDO: Energia Elétrica.

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO: 24/01/2020 a 24/01/2022;

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 533, de 20 de outubro de 2020, e o que consta do processo administrativo n° 10265.073179/2021-08, DECLARA:

Art. 1º Fica concedida HABILITAÇÃO DEFINITIVA a empresa LATICINIOS BELA VISTA LTDA, CNPJ: 02.089.969/0001-06, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, com período de execução de 01/02/2021 a 31/01/2024.

Art. 2º Como corolário da presente concessão, fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNO Nº 2, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Aplica a pena de perdimento de mercadorias, moeda e veículos dos processos que especifica.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MUNDO NOVO-MS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, no art. 65 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, nos arts. 700, 774 e 777 a 780 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e o que consta nos processos administrativos relacionados no Anexo Único, DECLARA:

Art. 1º A revelia dos interessados nos processos relacionados no Anexo Único, que não apresentaram impugnação no prazo legal.

Art. 2º O perdimento das mercadorias, dos valores e dos veículos tratados nos processos relacionados no Anexo Único, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO ANDRÉ HERING

ANEXO ÚNICO

Sequência	Processo
1	10142.721288/2020-41
2	10142.721824/2020-16
3	10142.722075/2020-36
4	10142.722166/2020-71
5	10142.722231/2020-69
6	10142.722268/2020-97
7	10142.722300/2020-34
8	10142.722337/2020-62
9	10142.722338/2020-15
10	10142.722339/2020-51
11	10142.722340/2020-86
12	10142.722345/2020-17
13	10142.722392/2020-52
14	10142.722397/2020-85
15	10142.722399/2020-74
16	10142.722400/2020-61
17	10142.722406/2020-38
18	10142.722455/2020-71
19	10142.722459/2020-59
20	10142.722463/2020-17
21	10142.722473/2020-52
22	10142.722461/2020-28
23	10142.722227/2020-09
24	10142.722225/2020-10
25	10142.722255/2020-18
26	10142.721482/2020-26
27	10142.722031/2020-14
28	10142.721580/2020-63
29	10142.721579/2020-39
30	10142.721370/2020-75
31	10142.721778/2020-47
32	10142.721420/2020-14
33	10142.722197/2020-22
34	10142.721837/2020-87
35	10142.721834/2020-43
36	10142.722018/2020-57
37	10142.722077/2020-25
38	10142.721411/2020-23
39	10142.721849/2020-10
40	10142.721973/2020-77
41	10142.721968/2020-64
42	10142.721928/2020-12
43	10142.721942/2020-16
44	10142.721943/2020-61
45	10142.721831/2020-18
46	10142.721829/2020-31
47	10142.721828/2020-96
48	10142.721926/2020-23
49	10142.721920/2020-56
50	10142.721918/2020-87
51	10142.722335/2020-73
52	10142.721871/2020-51
53	10142.721548/2020-88
54	10142.721718/2020-24
55	10142.721766/2020-12
56	10142.721642/2020-37
57	10142.721961/2020-42
58	10142.721944/2020-13
59	10142.721965/2020-21
60	10142.721989/2020-80
61	10142.722187/2020-97
62	10142.722309/2020-45
63	10142.722226/2020-56
64	10142.722431/2020-11
65	10142.720332/2020-03
66	10142.720672/2020-26
67	10142.720723/2020-10
68	10142.721563/2020-26
69	10142.721971/2020-88
70	10142.721972/2020-22
71	10142.722199/2020-11
72	10142.722419/2020-15
73	10142.722418/2020-62
74	10142.720160/2021-41
75	10142.720164/2021-29
76	10142.721423/2020-58
77	10142.721484/2020-15
78	10142.721872/2020-04
79	10142.722198/2020-77
80	10142.722353/2020-55
81	10142.722298/2020-01
82	10142.722294/2020-15
83	10142.720014/2018-10
84	10142.720064/2021-01
85	10142.720091/2021-75
86	10142.720092/2021-10
87	10142.720113/2018-00
88	10142.720124/2021-87
89	10142.720477/2020-04
90	10142.720652/2021-36
91	10142.721013/2020-15
92	10142.721129/2020-46
93	10142.721283/2020-18
94	10142.721325/2020-11
95	10142.722384/2020-14
96	10142.722411/2020-41
97	10142.722413/2020-30
98	10142.722475/2020-41
99	10142.722477/2020-31
100	10142.722189/2020-86
101	10142.722270/2020-66
102	10142.722496/2020-67

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FOR/CE Nº 21, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Declara o cancelamento da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 290 - atividades de arrecadação e controle fiscal - e art. 364, VI, ambos do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27.07.2020, seção 1-B, página 1, tendo, ainda, em vista o art. 15, c/c o art. 14,

I ambos da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Art.1º Declarar CANCELADA a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros Nº 000382021-88888412, emitida no dia 22/02/2021, tendo em vista que a mesma fora emitida indevidamente a favor da pessoa jurídica FERNANDA FABÍOLA PINHEIRO COSTA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.122.672/0001-47, por não constar documento oficial que comprove a área do imóvel objeto de regularização, conforme documentos acostados ao dossiê Nº 10271.079923/2021-91.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de emissão da referida Certidão.

Ar. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e cientifique-se o interessado.

CLAUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Cancela a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007, quanto a Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, da pessoa jurídica que menciona. Tem-se, ainda, que nos termos do §6º, do artigo 588, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, o cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, com base nos fundamentos consubstanciados no Parecer/Despacho Decisório constante dos autos e no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, como também o que consta do processo nº 10166.764404/2020-48, DECLARA:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) Nº 07, de 18 de setembro de 2018 (DOU de 09/10/2018, seção 1, página 60). emitido, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, a favor da empresa ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 10 S.A., CNPJ Nº 29.325.687/0001-17, titular do projeto UFV SÃO GONÇALO 10, aprovado, conforme seu Anexo I, referente a Portaria MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Enérgico, de enquadramento deste projeto no REIDI, nº 168, de 15 de maio de 2018 (DOU de 18/05/2018, seção 1, página 83), haja vista o interessado ter finalizado as obras referentes ao citado projeto. Ficam, igualmente, cancelada as eventuais co-habilitações vinculadas a esse projeto, consoante dispõe o art. 588, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019; sem prejuízo da observância, se for o caso, do disposto no art. 9º, § único do Decreto nº6.144, de 03 de julho de 2007.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo, referidos efeitos, se for o caso, à pessoa jurídica eventualmente co-habilitada e vinculada ao supracitado projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Cancela a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007, quanto a Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, da pessoa jurídica que menciona. Tem-se, ainda, que nos termos do §6º, do artigo 588, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, o cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, com base nos fundamentos consubstanciados no Parecer/Despacho Decisório constante dos autos e no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 166, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, como também o que consta do processo nº 10166.764454/2020-25, DECLARA:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) Nº 39, de 17 de dezembro de 2018 (DOU de 19/12/2018, seção 1, página 93/94). emitido, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, a favor da empresa ENEL GREEN POWER SÃO GONÇALO 21 S.A., CNPJ Nº 29.325.940/0001-32, titular do projeto UFV SÃO GONÇALO 21, aprovado, conforme seu Anexo I, referente a Portaria MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Enérgico, de enquadramento deste projeto no REIDI, nº 166, de 14 de maio de 2018 (DOU de 17/05/2018, seção 1, página 55), haja vista o interessado ter finalizado as obras referentes ao citado projeto. Ficam, igualmente, cancelada as eventuais co-habilitações vinculadas a esse projeto, consoante dispõe o art. 588, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019; sem prejuízo da observância, se for o caso, do disposto no art. 9º, § único do Decreto nº6.144, de 03 de julho de 2007.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo, referidos efeitos, se for o caso, à pessoa jurídica eventualmente co-habilitada e vinculada ao supracitado projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Cancela a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007, quanto a Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, da pessoa jurídica que menciona. Tem-se, ainda, que nos termos do §6º, do artigo 588, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, o cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, com base nos fundamentos consubstanciados no Parecer/Despacho Decisório constante dos autos e no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 166, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, como também o que consta do processo nº 10166.764508/2020-52, DECLARA:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) Nº 22, de 11 de outubro de 2018 (DOU de 25/10/2018, seção 1, página 44). emitido, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, a favor da empresa ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ÂNGELA 4 S.A., CNPJ Nº 25.289.246/0001-56, titular do projeto EOL VENTOS DE SANTA ÂNGELA 4, aprovado, conforme seu Anexo I, referente a Portaria MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Enérgico, de enquadramento deste projeto no REIDI, nº 228, de 11 de junho de 2018 (DOU de 13/06/2018, seção 1, página 52), haja vista o interessado ter finalizado as obras referentes ao citado projeto. Ficam, igualmente, cancelada as eventuais co-habilitações vinculadas a esse projeto, consoante dispõe o art. 588, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019; sem prejuízo da observância, se for o caso, do disposto no art. 9º, § único do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo, referidos efeitos, se for o caso, à pessoa jurídica eventualmente co-habilitada e vinculada ao supracitado projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Cancela a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007, quanto a Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, da pessoa jurídica que menciona. Tem-se, ainda, que nos termos do §6º, do artigo 588, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, o cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, com base nos fundamentos consubstanciados no Parecer/Despacho Decisório constante dos autos e no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 166, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o disposto no artigo 588, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019, como também o que consta do processo nº 10166.764522/2020-56, DECLARA:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) Nº 19, de 10 de outubro de 2018 (DOU de 25/10/2018, seção 1, página 44). emitido, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina-PI, a favor da empresa ENEL GREEN POWER VENTOS DE SANTA ÂNGELA 1 S.A., CNPJ Nº 25.174.579/0001-30, titular do projeto EOL VENTOS DE SANTA ÂNGELA 1, aprovado, conforme seu Anexo I, referente a Portaria MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Enérgico, de enquadramento deste projeto no REIDI, nº 232, de 11 de junho de 2018 (DOU de 13/06/2018, seção 1, página 56), haja vista o interessado ter finalizado as obras referentes ao citado projeto. Ficam, igualmente, cancelada as eventuais co-habilitações vinculadas a esse projeto, consoante dispõe o art. 588, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019; sem prejuízo da observância, se for o caso, do disposto no art. 9º, § único do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo, referidos efeitos, se for o caso, à pessoa jurídica eventualmente co-habilitada e vinculada ao supracitado projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

ANDRÉ LUIZ DA SILVA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 75, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.750860/2020-19, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 126/SPE, de 20/04/2020, publicada no DOU em 23/04/2020 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Oitis 21 Energia Renovável S.A, CNPJ nº 34.211.419/0001-04.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ nº : 03.092.799/0001-81

Nome do Projeto: EOL OITIS 21

Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.003.28905/67

Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica

Prazo Estimado de Execução: 01/09/2021 a 31/12/2022.

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 76, DE 09 DE ABRIL DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.751108/2020-87, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 127/SPE, de 20/04/2020, publicada no DOU em 23/04/2020 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Oitis 22 Energia Renovável S.A., CNPJ nº 34.211.180/0001-72.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
Nome do Projeto: EOL OITIS 22
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.003.28906/69
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 01/09/2021 a 31/12/2022.

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 78, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.735157/2021-53, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 467/SPE, de 12/01/2021, publicada no DOU em 14/01/2021 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A., CNPJ nº 35.402.592/0001-52.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
Nome do Projeto: EOL Ventos de São Vitor 04
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.005.39328/78
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 05/01/2021 a 20/12/2022.

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/SRRF04 Nº 79, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona CO-HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10166.750735/2020-09, resolve:

Art. 1º. Co-habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 118/SPE, de 17/04/2020, publicada no DOU em 22/04/2020 e nos termos do contrato firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Oitis 3 Energia Renovável S.A, CNPJ nº 34.238.239/0001-16.

Pessoa Jurídica Co-Habilitada: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ nº : 03.092.799/0001-81
Nome do Projeto: EOL Oitis 3
Cadastro Nac. de Obras/CEI: 90.003.28873/66
Setor de Infraestrutura: Geração de Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução: 01/09/2021 a 31/12/2022.

Art. 2º. Durante o período estipulado acima, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019..

Art. 4º. A Co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 5º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA N° 48, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, regulamentado pelo Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015 e pela Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto n° 8.533, 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10271.101483/2020-84, DECLARA:

Art. 1° HABILITADA definitivamente, no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Santa Bárbara Indústria e Comércio de Bens do Laticínio Eireli, CNPJ n° 07.629.404/0001-98, titular de projeto de investimento aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/04/2020 a 31/03/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo n° 21054.000001/2020-51.

Art. 2° A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7° do Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VITOR SILVANY RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 30, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 28, publicado no Diário Oficial, de 22 de agosto de 2017, e demais documentos integrantes dos Processos nº 10660.722179/2017-96, 10660.720411/2018-32 e 10660.723977/2019-05, APROVA:

Art. 1o O fornecimento de 84.000 (oitenta e quatro mil) selos de controle, tipo uisque, cor amarela, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área C, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKEY JAMESON	5.600 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica 40%.	67.200
WHISkEY JAMESON CASKMATES IPA	1.400 caixas de 12 garrafas de 750ml, graduação alcoólica 40%	16.800

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/VAR/MG Nº 29, de 8 de abril de 2021, publicado no DOU de 14 de abril de 2021.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas, marca comercial Vermute Cinzano.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no artigo 51, inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 42, publicado no Diário Oficial em 19 de outubro de 2018 e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.723320/2018-59, APROVA:

Art. 1º - O fornecimento de 53.040 (cinquenta e três mil e quarenta) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, ao estabelecimento importador CAMPARI DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 50.706.019/0018-74, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área B4, Bairro dos Pires, na cidade de Extrema, MG,

inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/166, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
VERMUTE CINZANO ROSSO	4.420 caixas de 12 garrafas de 1.000ml.	53.040

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e, tendo em vista o disposto nos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 35, publicado no Diário Oficial de 9 de julho de 2020, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.190536/2020-44, APROVA:

Art. 1o O fornecimento de 92.160 (noventa e dois mil, cento e sessenta) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº 01.135.153/0009-66, localizada na Rua Projetada PS, nº 333, Bairro Aeroporto, CEP 37031-090, cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/179, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKY BALLANTINES FINEST 12X1000ML NOVA EMBALAGEM NI 2019	7.680 caixas de 12 garrafas de 1000ml, graduação alcoólica de 40%	92.160

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MICHEL LOPES TEODORO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 8, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de Fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12 Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de Novembro de 2011, DECLARA:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
PAULO JORGE CESARIO	025.930.827-71	10715.720084/2021-31

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTONIO PEREIRA THIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 9, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de Fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12 Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de Novembro de 2011, DECLARA:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
SUELENO NASCIMENTO SANTOS	174.758.527-09	10715.721973/2020-35

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTONIO PEREIRA THIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 10, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de Fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12 Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de Novembro de 2011, DECLARA:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
DIOGO BASTOS NUNES	107.886.697-02	10715.722029/2020-03

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTONIO PEREIRA THIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 34, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.232902/2021-21, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso I, artigo 5º e artigo 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas nas planilhas anexadas às fls. 08 a 19, do referido processo digital, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 22 de 11 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 19 de março de 2021.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.232902/2021-21
CAMPOS DEVOLVIDOS (1)

CAMPOS DEVOLVIDOS, MAS, AINDA, SEM TERMO DE RESILIÇÃO ASSINADO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL (2)	DATA DE DEVOLUÇÃO (3)
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ALTO ALEGRE	Rodada 0	48000.003783/97-33	03/05/2001	03/05/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ÁREA DO CES-66	ÁREA DO CES-066	48000.003904/97-56	03/05/2001	03/05/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	RIACHO ALAZÃO	Rodada 0	48000.003820/97-68	24/08/2001	24/08/2001
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	SÃO MANOEL	Rodada 0	48000.003826/97-44	24/08/2001	24/08/2001
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	ÁREA DO ALS-32	ÁREA DO ALS-032	48000.003917/97-06	10/10/2002	10/10/2002
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ARRAIA	Rodada 0	48000.003877/97-85	11/11/2002	11/11/2002
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ÁREA DO BAS-104	ÁREA DO BAS-104	48000.003876/97-12	27/06/2003	27/06/2003
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ILHA DA CAÇUMBA	Rodada 0	48000.003774/97-42	06/12/2005	06/12/2005
Bacia Sedimentar do Recôncavo	BEIJA-FLOR	BREC-11	48000.003514/97-21	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	DIAS D'ÁVILA	Rodada 0	48000.003643/97-74	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	FAZENDA GAMELEIRA	Rodada 0	48000.003882/97-15	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	MIRANGA LESTE	Rodada 0	48000.003675/97-61	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	VALE DO QUIRICÓ	Rodada 0	48000.003701/97-79	08/11/2006	08/11/2006
Bacia Sedimentar do Recôncavo	FAZENDA SORI	Rodada 0	48000.003884/97-41	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Recôncavo	LAGOA VERDE	Rodada 0	48000.003663/97-81	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Recôncavo	PARAMIRIM DO VENCIMENTO	Rodada 0	48000.003888/97-00	25/04/2008	25/04/2008

Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO DOCE	Rodada 0	48000.003764/97-99	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO IBIRIBAS	Rodada 0	48000.003749/97-03	25/04/2008	25/04/2008
Bacia Sedimentar do Paraná	BARRA BONITA	Rodada 0	48000.003923/97-09	10/02/2012	10/02/2012
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	NOROESTE DO MORRO ROSADO	Rodada 0	48000.003812/97-30	24/05/2013	24/05/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	GUAJÁ	BPOT-100A	48000.003481/97-74	03/06/2013	03/06/2013
Bacia Sedimentar do Recôncavo	IRAÍ	Rodada 0	48000.003892/97-79	19/11/2013	19/11/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	BIQUARA	ÁREA DO RNS-134	48000.003909/97-70	23/12/2013	23/12/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	DENTÃO	ÁREA DO RNS-093	48000.003907/97-44	23/12/2013	23/12/2013
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	CAÇÃO	Rodada 0	48000.003735/97-91	17/03/2014	17/03/2014
Bacia Sedimentar do Recôncavo	POJUCA NORTE	Rodada 0	48000.003680/97-09	28/03/2014	28/03/2014
Bacia Sedimentar de Campos	MORÉIA	Rodada 0	48000.003725/97-37	24/04/2014	24/04/2014
Bacia Sedimentar de Santos	CARAVELA	Rodada 0	48000.003865/97-04	03/06/2014	03/06/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	LAGOA PARDA SUL	Rodada 0	48000.003753/97-72	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO MARIRICU	Rodada 0	48000.003768/97-40	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	SALGO	Rodada 0	48000.003841/97-38	02/12/2014	02/12/2014
Bacia Sedimentar do Recôncavo	ITAPARICA	Rodada 0	48000.003659/97-12	05/06/2015	05/06/2015
Bacia Sedimentar do Recôncavo	CAMAÇARI	Rodada 0	48000.003881/97-52	26/06/2015	26/06/2015
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	SALEMA BRANCA	BPOT-100A	48000.003481/97-74	29/07/2015	29/07/2015
Bacia Sedimentar de Campos	NORDESTE DE NAMORADO	Rodada 0	48000.003729/97-98	07/08/2015	07/08/2015
Bacia Sedimentar de Campos	CATUÁ	BC-60	48000.003560/97-49	26/11/2015	26/11/2015
Bacia Sedimentar do Recôncavo	RIO JOANES	Rodada 0	48000.003890/97-43	02/06/2016	02/06/2016
Bacia Sedimentar do Recôncavo	SARDINHA (ÁREA BAS-097)	Rodada 0	48000003875/97-50	12/12/2016	12/12/2016
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	MOSQUITO	Rodada 0	48000.003541/97-02	05/01/2017	05/01/2017
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	ACAUÃ LESTE	BT-POT-4	48610.003901/2000	10/06/2013	10/06/2013
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	TIZIU	BT-POT-8	48610.009225/2002	16/02/2016	16/02/2016
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	IRAÚNA	POT-T-520	48610.008001/2004	14/10/2014	14/10/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	CORRUIRA	ES-T-454	48610.009173/2005-54	22/11/2013	22/11/2013
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	RIO MARIRICU SUL	ES-T-383	48610.009188/2005-12	03/09/2014	03/09/2014
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	MOSQUITO NORTE	ES-T-418	48610.009188/2005-12	04/11/2014	04/11/2014

(1) Todos os campos desta seção foram devolvidos à ANP. Como, até agora, não foi assinado o Termo de Resilição, a Petrobras teria, ainda, compromissos relativos a essas áreas, sobretudo, no que concerne ao abandono de poços e descomissionamento. Assim, eles permanecem nesta lista.

(2) As datas da coluna "Termo Final" indicam qual seria a vigência desses contratos, caso não tivesse ocorrido a devolução antecipada.

(3) As datas da coluna "Data de devolução" indicam a data de devolução para a ANP.

BLOCOS EXPLORATÓRIOS

BLOCOS EM EXPLORAÇÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-4	BM-SEAL-4	48610.003894/2000	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Campos	BC-400	BC-400	48000.003566/97-25	AJUIZAMENTO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-3(PAD 1-PAS-27)	BM-PAMA-3	48610.010709/2001	15/12/2020
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-1(PAD 1-MAS-36)	BM-BAR-1	48610.010730/2001	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-24	1-BRSA-559A-RJS	48610.010733/2001	27/02/2021
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-5	BM-CAL-5	48610.010718/2001	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-3(PAD 1-DEV-14A-MAS)	BM-BAR-3	48610.009212/2002	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-9	BM-SEAL-9	48610.009222/2002	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-4	BAR-M-377	48610.009502/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-3	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-5	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-63	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-115	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-4	J-M-165	48610.009496/2003	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Barreirinhas	BM-BAR-5(1-MAS-36)	BAR-M-175	48610.007966/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-9	CAL-M-188	48610.007969/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-3	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-58	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-10	CAL-M-60	48610.007970/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-11	CAL-M-248	48610.007971/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	BM-CAL-12	CAL-M-372	48610.007972/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-8	PAMA-M-192	48610.007989/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pará - Maranhão	BM-PAMA-8	PAMA-M-194	48610.007989/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-5	J-M-59	48610.007988/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Jequitinhonha	BM-J-5	J-M-61	48610.007988/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1269	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1271	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1351	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pelotas	BM-P-2	P-M-1353	48610.007990/2004	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-21	ES-M-414	48610.007977/2004	31/12/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-22A	ES-M-527	48610.007978/2004A	06/02/2022
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-23	ES-M-525	48610.007979/2004	15/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-347	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-424	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-10	SEAL-M-499	48610.008022/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-349	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-426	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-497	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	BM-SEAL-11	SEAL-M-569	48610.008023/2004	01/12/2020
Bacia Sedimentar de Campos	BM-C-35	C-M-535	48610.009209/2005-16	08/09/2021
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-50	S-M-623	48610.009180/2005-56	31/10/2018
Bacia Sedimentar de Santos	BM-S-51	S-M-619	48610.009181/2005-17	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-1(1-CES-157ARARAÚNA	POT-M-663	48610.009148/2005-71	29/11/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-16(1-CES-157)ARARAÚNA	POT-M-760	48610.009148/2005-71	29/11/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-CES-161)TANGO	POT-M-665	48610.009149/2005-15	18/09/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-RNS-158) PITÚ	POT-M-853	48610.009149/2005-15	14/08/2021
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	BM-POT-17(PAD 1-RNS-158) PITÚ	POT-M-855	48610.009149/2005-15	14/08/2021
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	BM-ES-32	ES-M-594	48610.009168/2005-41	09/07/2021
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	BT-PN-3	PN-T-86	48610.001299/2008-23	30/08/2019
Bacia Sedimentar do Pernambuco - Paraíba	BM-PEPB-1	PEPB-M-783	48610.001410/2008-81	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Pernambuco - Paraíba	BM-PEPB-3	PEPB-M-839	48610.001412/2008-71	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-485_R11	ES-T-485	48610.005484/2013-54	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-486_R11(PAD 1-JQT-1-ES)	ES-T-486	48610.005403/2013-16	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-495_R11(PAD 1-JAP-1-ES)	ES-T-495	48610.005458/2013-26	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-T-495_R11(PAD 1-TBB-1-ES)	ES-T-495	48610.005458/2013-26	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	POT-T-613_R11	POT-T-613	48610.005393/2013-19	05/08/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-61_R11	SEAL-T-61	48610.005406/2013-50	05/08/2018
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-M-596_R11	ES-M-596	48610.005468/2013-61	30/08/2020
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	ES-M-669_R11	ES-M-669	48610.005472/2013-20	30/08/2020
Bacia Sedimentar do Ceará - Potiguar	POT-M-764-R11	POT-M-764	48610.005476/2013-16	28/08/2020
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	PN-T-150_R11	PN-T-150	48610.005414/2013-04	29/08/2019
Bacia Sedimentar do Parnaíba:	PN-T-166_R11	PN-T-166	48610.005417/2013-30	29/08/2019
Bacia Sedimentar do Paraná	PAR-T-198_R12	PAR-T-198	48610.000077/2014-31	15/05/2018
Bacia Sedimentar do Paraná	PAR-T-218_R12	PAR-T-218	48610.000081/2014-08	15/05/2018
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-60_R12	REC-T-60	48610.000065/2014-15	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-61_R12	REC-T-61	48610.000066/2014-51	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-70_R12	REC-T-70	48610.000098/2014-57	PRORROGADO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-80_R12	REC-T-80	48610.000069/2014-95	PRORROGADO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-89_R12	REC-T-89	48610.000071/2014-64	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-194_R12	REC-T-194	48610.000056/2014-16	SUSPENSO CAUTELARMENTE

Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-32_R12	REC-T-32	48610.000089/2014-66	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-40_R12	REC-T-40	48610.000093/2014-24	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-50_R12	REC-T-50	48610.000094/2014-79	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-51_R12	REC-T-51	48610.000095/2014-13	23/02/2020
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-52_R12	REC-T-52	48610.000096/2014-68	23/02/2020
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-112_ R12	SEAL-T-112	48610.000090/2014-91	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-165 _R12	SEAL-T-165	48610.000164/2014-99	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-177 _R12	SEAL-T-177	48610.000162/2014-08	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-198 _R12	SEAL-T-198	48610.000160/2014-19	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-239_R12	REC-T-239	48610.000074/2014-06	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-240_R12	REC-T-240	48610.000067/2014-04	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-253_R12	REC-T-253	48610.000060/2014-84	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-254_R12	REC-T-254	48610.000061/2014-29	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-268_R12	REC-T-268	48610.000092/2014-80	SUSPENSO
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-208_R12	REC-T-208	48610.000058/2014-13	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar do Recôncavo	REC-T-225_R12	REC-T-225	48610.000075/2014-42	SUSPENSO
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-142 _R12	SEAL-T-142	48610.000167/2014-22	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-208 _R12	SEAL-T-208	48610.000174/2014-24	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-229 _R12	SEAL-T-229	48610.000172/2014-35	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-359 _R12	SEAL-T-359	48610.000179/2014-57	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-372 _R12	SEAL-T-372	48610.000177/2014-68	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-383 _R12	SEAL-T-383	48610.000175/2014-79	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-384 R_12	SEAL-T-384 R_12	48610.000166/2014-88	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-420 R_12	SEAL-T-420	48610.000176/2014-13	SUSPENSO CAUTELARMENTE
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-345_R12	SEAL-T-345	48610.000173/2014-80	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-346 _R12	SEAL-T-346	48610.000169/2014-11	19/07/2018
Bacia Sedimentar de Sergipe - Alagoas	SEAL-T-360 _R12	SEAL-T-360	48610.000178/2014-11	19/07/2018
Bacia Sedimentar do Acre	AC-T-8	AC-T-8	48610.000119/2014-34	1º/10/2022
BLOCOS EM EXPLORAÇÃO	ÁREA DE PARTILHA (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Santos	Libra_P1	Libra_P1	48610.011150/2013-10	01/03/2020
Bacia de Campos	Dois Irmãos	Dois Irmãos	48610.006635/2018-04	31/12/2040
Bacia de Santos	Três Marias	Três Marias	48610.006636/2018-41	31/12/2040
Bacia de Santos	Uirapuru	Uirapuru	48610.006637/2018-95	31/12/2040
Bacia de Campos	Sudoeste de Tartaruga Verde	Sudoeste de Tartaruga Verde	48610.011230/2018-80	31/12/2040
Bacia de Campos	Alto de Cabo Frio Central	Alto de Cabo Frio Central_P3	48610.012962/2017-14	31/12/2040
Bacia de Santos	Peroba	Peroba_P3	48610.012960/2017-17	31/12/2040

CAMPOS EM EXPLORAÇÃO / PRODUÇÃO / CESSÃO ONEROSA / PARTILHA

CAMPOS - CONCESSÃO	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL (1)	FASE DOS CAMPOS (2)
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Agulha	Rodada 0	48000.003779/97-66	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Alto do Rodrigues	Rodada 0	48000.003784/97-04	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Angico	BPOT-6	48000.003484/97-62	26/03/2028	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Arabaiana	Rodada 0	48000.003913/97-47	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Aratum	Rodada 0	48000.003780/97-45	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Asa Branca	BPOT-4	48000.003482/97-37	29/08/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Atum	Rodada 0	48000.003775/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Baixa do Algodão	Rodada 0	48000.003785/97-69	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Baixa do Juazeiro	Rodada 0	48000.003914/97-18	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha	Rodada 0	48000.003786/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Benfica	Rodada 0	48610.004003/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Boa Esperança	Rodada 0	48000.003787/97-94	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Boa Vista	Rodada 0	48000.003788/97-57	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Brejinho	Rodada 0	48000.003789/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Cachoeirinha	Rodada 0	48000.003791/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Canto do Amaro	POT-T-391	48000.003792/97-24	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Cioba (Área do RNS-035)	Rodada 0	48000.003906/97-81	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Curimã	Rodada 0	48000.003776/97-78	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Espada	Rodada 0	48000.003777/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Estreito	POT-T-661/ 705	48000.003793/97-97	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Belém	Rodada 0	48000.003795/97-12	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Canaã	Rodada 0	48000.003796/97-85	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Curral	Rodada 0	48000.003797/97-48	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Junco	Rodada 0	48000.003915/97-72	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Malaquias	Rodada 0	48000.003798/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Fazenda Pocinho	Rodada 0	48000.003799/97-73	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Guamaré	Rodada 0	48000.003800/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Icapuí	Rodada 0	48000.003801/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Janduí	POT-T-701	48000.003802/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Juazeiro	Rodada 0	48000.003803/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Lagoa Aroeira	Rodada 0	48000.003804/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Leste de Poço Xavier	Rodada 0	48610.004000/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Livramento	Rodada 0	48000.003805/97-74	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Lorena	Rodada 0	48000.003807/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Macau	Rodada 0	48000.003808/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Monte Alegre	Rodada 0	48000.003809/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Morrinho	Rodada 0	48000.003810/97-12	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Mossoró	Rodada 0	48000.003811/97-77	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Oeste de Ubarana (Área do RNS-071)	Rodada 0	48000.003910/97-59	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pajeú	Rodada 0	48000.003813/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pedra Sentada	Rodada 0	48610.004001/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pescada	Rodada 0	48000.003912/97-84	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Poço Verde	Rodada 0	48000.003814/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Poço Xavier	Rodada 0	48000.003815/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Ponta do Mel	Rodada 0	48000.003816/97-91	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Porto Carão	Rodada 0	48000.003817/97-53	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Redonda	Rodada 0	48000.003818/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Redonda Profundo	Rodada 0	48000.003819/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Riacho da Forquilha	Rodada 0	48000.003821/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Rio Mossoró	Rodada 0	48000.003824/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sabiá	Rodada 0	48000.003916/97-35	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Salina Cristal	Rodada 0	48000.003825/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra	Rodada 0	48000.003781/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra do Mel	Rodada 0	48000.003828/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serra Vermelha	Rodada 0	48000.003829/97-32	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Serraria	Rodada 0	48000.003830/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Siri	BPOT-10	48000.003479/97-22	06/02/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Três Marias	Rodada 0	48000.003832/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Upanema	Rodada 0	48000.003833/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Varginha	Rodada 0	48610.004002/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Xaréu	Rodada 0	48000.003778/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Atalaia Sul	Rodada 0	48000.003845/97-99	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Aruari	Rodada 0	48000.003844/97-26	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Angelim	Rodada 0	48000.003843/97-63	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Aguilhada	Rodada 0	48000.003842/97-09	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Tatuí (Área SES-019)	Rodada 0	48000.003834/97-72	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Brejo Grande	Rodada 0	48000.003846/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Caioba	Rodada 0	48000.003836/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Camorim	Rodada 0	48000.003837/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Carmópolis	Rodada 0	48000.003847/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Castanhal	Rodada 0	48000.003848/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Cidade S. Miguel dos Campos	Rodada 0	48000.003850/97-29	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Dourado	Rodada 0	48000.003838/97-23	05/08/2025	Campos em Produção

Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Furado	Rodada 0	48000.003854/97-80	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Guaricema	Rodada 0	48000.003839/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Ilha Pequena	Rodada 0	48000.003855/97-42	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Mato Grosso	SEAL -T-390	48000.003857/97-78	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Paru	Rodada 0	48000.003840/97-75	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Pilar	Rodada 0	48000.003859/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Piranema	SEAL-100	48000.003495/97-89	30/08/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Riachuelo	Rodada 0	48000.003860/97-82	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	São Miguel dos Campos	BT-SEAL-2	48000.03861/97-45	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Siririzinho	Rodada 0	48000.003862/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	Camarão Norte	BCAM-40	48000.003518/97-82	15/07/2036	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Camamu-Almada	Manati	BCAM-40	48000.003518/97-82	26/11/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Solimões	Araracanga	BSOL-5	48000.003455/97-64	21/07/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Solimões	Carapanaúba	Rodada 0	48000.003868/97-94	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Cupiúba	Rodada 0	48000.003869/97-57	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Juruá	Rodada 0	48000.003870/97-36	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Solimões	Leste de Urucu	Rodada 0	48000.003627/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Solimões	Rio Urucu	Rodada 0	48000.003628/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Solimões	Sudoeste de Urucu	Rodada 0	48000.003873/97-24	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Amazonas	Japim	BA-3	48000.003460/97-02	21/05/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Amazonas	Azulão	BA-3	48000.003460/97-02	21/05/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Água Grande	Rodada 0	48000.003629/97-43	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Apraiús	Rodada 0	48000.003630/97-22	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Aratu	Rodada 0	48000.003632/97-58	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Biriba	Rodada 0	48000.003672/97-72	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Bonsucesso	Rodada 0	48000.003658/97-41	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Brejinho	Rodada 0	48000.003636/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Buracica	Rodada 0	48000.003635/97-46	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canabrava	Rodada 0	48000.003637/97-71	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Candeias	Rodada 0	48000.003638/97-34	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cantagalo	Rodada 0	48000.003639/97-05	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cassarongongo	Rodada 0	48000.003640/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cexis	Rodada 0	48000.003641/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cidade entre Rios	Rodada 0	48000.003642/97-10	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Conceição	Rodada 0	48000.003702/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Dom João	Rodada 0	48000.003644/97-37	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Dom João Mar	Rodada 0	48000.003645/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Alto das Pedras	Rodada 0	48610.004004/98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Alvorada	Rodada 0	48000.003646/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Azevedo	Rodada 0	48000.003647/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Bálsamo	Rodada 0	48000.003648/97-98	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Belém	Rodada 0	48000.003649/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Boa Esperança	Rodada 0	48000.003650/97-30	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Imbé	Rodada 0	48000.003651/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Matinha	Rodada 0	48000.003891/97-14	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Onça	Rodada 0	48000.003652/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Panelas	Rodada 0	48000.003653/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Fazenda Santa Rosa	Rodada 0	48000.003883/97-88	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Gomo	Rodada 0	48000.003656/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Ilha Bimbarra	Rodada 0	48000.003657/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jacuípe	Rodada 0	48000.003660/97-93	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Lagoa Branca	Rodada 0	48000.003893/97-31	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Lamarão	Rodada 0	48000.003664/97-44	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Leodório	Rodada 0	48000.003665/97-15	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Malombé	Rodada 0	48000.003666/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mandacaru	Rodada 0	48000.003667/97-32	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mapele	Rodada 0	48000.003633/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Massapê	Rodada 0	48000.003668/97-03	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Massuí	Rodada 0	48000.003669/97-68	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Mata de São João	Rodada 0	48000.003670/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Miranga	Rodada 0	48000.003673/97-35	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Miranga Norte	Rodada 0	48000.003676/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Norte Fazenda Caruaçu	Rodada 0	48000.003677/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pedrinhas	Rodada 0	48000.003678/97-59	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pojuca	Rodada 0	48000.003679/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Quererá	Rodada 0	48000.003894/97-02	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Remanso	Rodada 0	48000.003671/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho da Barra	Rodada 0	48000.003682/97-26	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho Ouricuri	Rodada 0	48000.003683/97-99	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Riacho São Pedro	Rodada 0	48000.003684/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio do Bu	Rodada 0	48000.003686/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio dos Ovos	Rodada 0	48000.003687/97-40	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Itariri	Rodada 0	48000.003688/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Pipiri	Rodada 0	48000.003674/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Pojuca	Rodada 0	48000.003689/97-75	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Sauípe	Rodada 0	48000.003690/97-54	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio da Serra	Rodada 0	48000.003685/97-14	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Rio Subaúma	Rodada 0	48000.003691/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	São Domingos	Rodada 0	48000.003693/97-42	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	São Pedro	Rodada 0	48000.003694/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Sesmaria	Rodada 0	48000.003696/97-31	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Socorro	REC-T-265	48000.003697/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Socorro Extensão	Rodada 0	48000.003698/97-66	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Sussuarana	Rodada 0	48000.003699/97-29	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Taquipe	Rodada 0	48000.003700/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Anã	BC-60	48000.003560/97-49	20/12/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Azul	BC-60	48000.003560/97-49	30/12/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Baleia Franca	BC-60	48000.003560/97-49	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Barra do Ipiranga	Rodada 0	48000.003756/97-61	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Cachalote	BC-60	48000.003560/97-49	27/12/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cacimbas	Rodada 0	48000.003736/97-53	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Camarupim	BES-100	48000.003535/97-00	22/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Campo Grande	Rodada 0	48000.003737/97-16	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Canapu	BES-100	48000.003535/97-00	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cangoá	Rodada 0	48000.003902/97-21	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Cedro Norte	ES-T-373	48000.003738/97-89	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego das Pedras	Rodada 0	48000.003739/97-41	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Dourado	Rodada 0	48000.003740/97-21	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Alegre	Rodada 0	48000.003742/97-56	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Cedro	Rodada 0	48000.003743/97-19	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Cedro Norte	Rodada 0	48000.003745/97-44	05/08/2025	Campos em Produção

Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Queimadas	Rodada 0	48000.003744/97-81	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda Santa Luzia	Rodada 0	48000.003746/97-15	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda São Jorge	Rodada 0	48000.003747/97-70	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Fazenda São Rafael	Rodada 0	48000.003750/97-84	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Golfinho	BES-100	48000.003535/97-00	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Guriri	ES-T-383	48000.003751/97-47	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Jubarte	BC-60	48000.003560/97-49	12/12/2029	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Bonita	Rodada 0	48000.003748/97-32	06/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Parda	Rodada 0	48000.003752/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Parda Norte	Rodada 0	48000.003754/97-35	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Piabanha	Rodada 0	48000.003755/97-06	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Lagoa Suruaca	Rodada 0	48000.003757/97-23	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu	Rodada 0	48000.003758/97-96	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu Norte	Rodada 0	48000.003760/97-38	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Mariricu Oeste	Rodada 0	48000.003759/97-59	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Nativo Oeste	Rodada 0	48000.003761/97-09	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Peroá	Rodada 0	48000.003903/97-93	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Barra Seca	Rodada 0	48000.003765/97-51	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Itaúnas	Rodada 0	48000.003766/97-14	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Itaúnas Leste	Rodada 0	48000.003767/97-87	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto	Rodada 0	48000.003769/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto Oeste	Rodada 0	48000.003770/97-91	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio Preto Sul	Rodada 0	48000.003771/97-54	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio São Mateus	Rodada 0	48000.003772/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	São Mateus	Rodada 0	48000.003773/97-80	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Albacora	Rodada 0	48000.003703/97-02	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Albacora Leste	Rodada 0	48000.003895/97-67	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Anequim	Rodada 0	48000.003730/97-77	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Badejo	Rodada 0	48000.003705/97-20	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bagre	Rodada 0	48000.003726/97-08	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Barracuda	Rodada 0	48000.003897/97-92	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bicudo	Rodada 0	48000.003717/97-17	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Bonito	Rodada 0	48000.003718/97-71	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Carapeba	Rodada 0	48000.003711/97-22	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Caratinga	Rodada 0	48000.003898/97-55	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Caxaréu	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Cherne	Rodada 0	48000.003727/97-62	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Congro	Rodada 0	48000.003714/97-11	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Corvina	Rodada 0	48000.003715/97-83	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Enchova	Rodada 0	48000.003719/97-34	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Enchova Oeste	Rodada 0	48000.003720/97-13	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Espadarte	Rodada 0	48000.003899/97-18	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Garoupa	Rodada 0	48000.003721/97-86	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Garoupinha	Rodada 0	48000.003722/97-49	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Linguado	Rodada 0	48000.003706/97-92	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Malhado	Rodada 0	48000.003716/97-46	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Mangangá	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Marimbá	Rodada 0	48000.003732/97-01	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim Leste	BC-50	48000.003900/97-03	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim Sul	Rodada 0	48000.003724/97-74	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Maromba	BC-20	48000.003556/97-71	26/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Namorado	Rodada 0	48000.003728/97-25	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pampo	Rodada 0	48000.003707/97-55	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Papa-Terra	BC-20	48000.003556/97-71	27/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Parati	Rodada 0	48000.003731/97-30	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pargo	Rodada 0	48000.003712/97-95	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Pirambú	BC-60	48000.003560/97-49	29/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Campos	Piraúna	Rodada 0	48000.003733/97-65	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Roncador	Rodada 0	48000.003901/97-68	05/08/2025	Campos em Desenvolvimento
Bacia Sedimentar de Campos	Trilha	Rodada 0	48000.003708/97-18	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Vermelho	Rodada 0	48000.003713/97-58	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Viola	BC-50	48000.003734/97-28	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Santos	Lagosta	BS-1	48000.003570/97-01	29/09/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Merluza	Rodada 0	48000.003866/97-69	05/08/2025	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Santos	Mexilhão	BS-400	48000.003576/97-89	15/01/2031	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Tambaú	BS-500	48000.003577/97-41	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Tambuatá	BS-500	48000.003577/97-41	22/12/2033	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Santos	Uruguá	BS-500	48000.003577/97-41	29/12/2032	Campos em Exploração
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Ubarana	Rodada 0	48000.003782/97-71	31/12/2034	Campos em Produção
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Araçás	Rodada 0	48000.003631/97-95	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Marlim	Rodada 0	48000.003723/97-10	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Campos	Voador	Rodada 0	48000.003704/97-67	31/12/2040	Campos em Produção
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Acauã	BT-POT-4	48610.003901/2000	15/07/2032	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha Leste	BT-POT-4	48610.003901/2000	21/05/2037	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Barrinha Sudoeste	BT-POT-4	48610.003901/2000	21/05/2037	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pintassilgo	BT-POT-4	48610.003901/2000	30/05/2033	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Anambé	BT-SEAL-2	48610.003892/2000	04/04/2032	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Japuaçu	BT-SEAL-2	48610.003892/2000	16/08/2034	
Bacia Sedimentar de Santos	Berbigão	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Lapa	BM-S-9	48610.003884/2000	19/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Lula	BM-S-11	48610.003886/2000	29/12/2037	
Bacia Sedimentar de Santos	Cernambi	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2037	
Bacia Sedimentar de Santos	Oeste de Atapu	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sururu	BM-S-11	48610.003886/2000	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sapinhoá	BM-S-9	48610.003884/2000	29/12/2038	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Inhambu	BT-ES-12	48610.010735/2001	24/11/2032	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Saíra	BT-ES-12	48610.010735/2001	21/12/2033	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia Leste	BM-S24	48610.010733/2001	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Camarupim Norte	BM-ES-5	48610.010724/2001	02/09/2035	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sibite	BT-POT-8	48610.009225/2002	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Jaçanã	BT-POT-8	48610.009225/2002	05/12/2033	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Pardal	BT-POT-10	48610.009227/2002A	27/08/2034	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Patativa	BT-POT-9	48610.009226/2002	29/03/2038	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Cambacica	BT-REC-7	48610.009228/2002	24/12/2036	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jandaia	REC-T-41	48610.009488/2003	01/02/2032	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tangará	REC-T-41	48610.009488/2003	07/05/2033	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Cancã	ES-T-486	48610.009491/2003	24/08/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Jacutinga	ES-T-382	48610.009492/2003	03/01/2035	
Bacia Sedimentar de Santos	Baúna	S-M-1288	48610.009494/2003	17/02/2039	
Bacia Sedimentar de Santos	Piracaba	S-M-1289	48610.009494/2003	17/02/2039	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Sanhaçu	POT-T-479	48610.007998/2004	26/11/2036	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Trinca Ferro	POT-T-700	48610.008001/2004	14/01/2037	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Piranema Sul	SEAL-M-495	48610.008022/2004	14/09/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guanambi	REC-T-221	48610.008017/2004	14/03/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Biguá	ES-T-364	48610.007984/2004	22/08/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Jacupemba	ES-T-496	48610.007986/2004	22/11/2034	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Rio São Mateus Oeste	ES-T-373	48610.007984/2004	16/04/2037	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Seriema	ES-T-373	48610.007984/2004	21/12/2033	

Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Tabuiaiá	ES-T-505	48610.007986/2004	21/12/2033	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Guamaré Sudeste	POT-T-445	48610.009155/2005-12	24/05/2037	
Bacia Sedimentar de Solimões	Arara Azul	SOL-T-171	48610.009146/2005-81	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	Córrego Cedro Norte Sul	ES-T-372	48610.009188/2005-12	17/05/2037	
Bacia Sedimentar do Espírito Santo	São Mateus Leste	EST-T-383	48610.009188/2005-12	16/04/2037	
Bacia Sedimentar de Campos	Tartaruga Verde	C-M-401	48610.009156/2005-17	28/12/2039	
Bacia Sedimentar de Campos	Tartaruga Mestiça	C-M-401	48610.009156/2005-17	28/12/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tapiranga	REC-T-195	48610.001430/2008-52	06/05/2037	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Tapiranga Norte	REC-T-181	48610.001429/2008-28	10/03/2038	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Maçarico	POT-T-609	48610.001502/2009-42	30/08/2040	
Bacia Sedimentar de Ceará - Potiguar	Paturi	POT-T-610	48610.001503/2009-97	30/08/2040	
Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas	Arapaçu	SEAL-T-240	48610.001547/2009-17	27/04/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Pariri	REC-T-235	48610.001557/2009-52	19/12/2039	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Jandaia Sul	REC-T-51	48610.000095/2014-13	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guriatã	REC-T-80	48610.000069/2014-95	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Guriatã Sul	REC-T-80	48610.000071/2014-64	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canário da Terra	REC-T-80	48610.000069/2014-95	31/12/2040	
Bacia Sedimentar do Recôncavo	Canário da Terra Sul	REC-T-80	48610.000071/2014-64	31/12/2040	
CAMPOS - CESSÃO ONEROSA	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL	
Bacia Sedimentar de Santos	Itapu	FLORIM	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Búzios	FRANCO	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Sapinhoá	GUARA_SUL	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Norte de Sururu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Berbigão	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Sururu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Norte de Berbigão	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Atapu	IARA_ENT	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sépia	TUPI_NE	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
Bacia Sedimentar de Santos	Sul de Lula	TUPI_SUL	48610.012913/2010-05	31/12/2040	
CAMPOS - PARTILHA	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	BLOCOS	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL	
Bacia Sedimentar de Santos	Mero	LIBRA	48610.011150/2013-10	31/12/2040	

(1) A data limite, concernente à habilitação, é até 31-12-2040, de acordo com os arts. 4º, § 1º, e 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017.

(2) Quanto à concessão do campo já em produção, observe que esta fase abarcará, também, as atividades de desenvolvimento.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT-ES Nº 36, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Cancela Registro Especial para estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da IN RFB nº 1.432, de 2013, DECLARA:

Art. 1º Cancelado por duplicidade o Registro Especial de que trata a IN RFB nº 1.432, de 2013, na atividade de ENGARRAFADOR, sob o nº 07201/00503, ao estabelecimento da empresa PRINCESA IZABEL INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA ME, CNPJ nº 10.986.153/0001-03, domiciliada na Estrada Bebedouro x Baunilha, s/n, Km 26, Bairro Desengano, Linhares/ES, CEP 29.900-010, de acordo com os autos do processo nº 17227.720168/2021-16.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.058, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.059, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.060, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.061, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.062, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.063, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.064, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.065, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.066, DE 4 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.067, DE 5 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131-COSIT, DE 08 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.068, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.069, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.070, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.071, DE 8 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres

naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131 - COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020 (DOU DE 19/10/2020).

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.072, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.073, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131 DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.074, DE 9 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.075, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.076, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.077, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º;

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.078, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º;

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.079, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.080, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres

naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.081, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.082, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas de Administração Tributária

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.083, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.084, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.085, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.086, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.087, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131-COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.088, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131 DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.089, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres

naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.090, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.091, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131 DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.092, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulado em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.093, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulado em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.094, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulado em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.095, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131 DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.096, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.097, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF n° 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n° 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 131 - COSIT, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020 (DOU DE 19/10/2020).

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.098, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres

naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131, DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.099, DE 30 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131 DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.100, DE 30 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS. PORTARIA MF Nº 12, DE 2012, E INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.243, DE 2012. SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA DE ÂMBITO NACIONAL. INAPLICABILIDADE.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, concedem aos contribuintes localizados em municípios específicos, em estado de calamidade localizado, um prazo maior para honrar com suas obrigações tributárias. Trata-se de situação distinta da calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dada sua abrangência nacional, decorrente de uma pandemia global.

A Portaria MF nº 12, de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012, não se aplicam à situação de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, seja do ponto de vista fático (dado que foi formulada em razão de desastres naturais localizados em determinados municípios - não se confundindo com uma pandemia global), seja do ponto de vista normativo (não se confunde uma calamidade municipal reconhecida por decreto estadual com uma calamidade de âmbito nacional reconhecida por decreto legislativo).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 131 DE 8 DE OUTUBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Decreto Legislativo nº 6, de 2020, artigo 1º; Portaria MF nº 12, de 2012, artigos 1º a 3º; IN RFB nº 1.243, de 2012, artigos 1º a 3º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.101, DE 31 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Simples Nacional

SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO HIDRÁULICA. TRIBUTAÇÃO. ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

Os serviços de instalação hidráulica são tributados pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, e não estão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, ainda que prestados mediante empreitada. Entretanto, se forem prestados mediante cessão ou locação de mão-de-obra, constituem atividade vedada ao Simples Nacional.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 36, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-B, IX.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Prorroga o Alfandegamento do Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência que lhe é conferida pelo inciso II do artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 11128.723624/2017-35, DECLARA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo do alfandegamento da Instalação Portuária de Uso Público compreendida no Contrato de Arrendamento nº 005/91 e seus aditivos, localizada na Margem Direita do Porto Organizado de Santos, no Cais do Saboó, s/nº - Ponto 1 - Pátios 1, 2 e 3 - Valongo - Santos/SP, com área de 31.179,00 m², administrada por TERMARES TERMINAIS MARÍTIMOS ESPECIALIZADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 53.730.495/0001-70, por até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de 07/04/2021, a vencer em 04/10/2021, ou até que se encerre o processo licitatório da área em questão, o que primeiro ocorrer, em conformidade com o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/06.21, firmado em 01 de abril de 2021 entre a TERMARES e a União, por intermédio de Autoridade Portuária de Santos - Santos Port Authority "SPA".

Art. 2º. O Terminal ora alfandegado destina-se à movimentação de cargas gerais, refrigeradas, químicas, em contêineres e desunitizadas, na importação e na exportação no regime aduaneiro comum.

Art. 3º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para sua adequação às normas aplicáveis.

Art. 4º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato Declaratório Executivo SRF nº 11, de 27 de fevereiro de 1997, publicado no D.O.U. de 03/03/1997.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de abril de 2021.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Alfandega o conjunto de Silos que menciona

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518/2011, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 11128.008468/2006-26, DECLARA:

Art. 1º. Fica alfandegado, a título permanente e em caráter precário, o conjunto de Silos denominado Silo "A", composto pelas células 1 a 17, Silo "C", composto pelas células 1, 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 11 e pelas entre células 2, 5, e 8, e Silo "D", composto pelas células 1 e 2, localizado na Rua João Pessoa, 536 - bairro de Paquetá - Santos/SP, em área contígua ao Porto de Santos e a ele interligado por meio de esteiras subterrâneas instaladas em área de servidão de passagem em conformidade com o Contrato de Servidão de Passagem DIPRE-DINEG 07.2021, firmado com a União, por intermédio da Autoridade Portuária de Santos - Santos Port Authority "SPA", destinado à movimentação e ao armazenamento de trigo e outros cereais a granel, com capacidade de armazenamento total de 31.433 toneladas, administrado pela empresa NEVES & MARINHEIRO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 07.012.228/0001-40.

Art. 2º. O prazo de alfandegamento é até 04 de julho de 2021.

Art. 3º. O recinto ora alfandegado está sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal.

Art. 4º. Cumpre ao interessado ressarcir ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437/1975 e suas alterações, em conformidade com a legislação específica aplicável.

Art. 5º. Permanece atribuído ao recinto ora alfandegado o código 8.93.22.17-7.

Art. 6º. Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado, podendo a RFB revê-lo a qualquer momento para sua eventual adequação às normas.

Art. 7º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 06 de abril de 2021.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA ALF/SPO Nº 6, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Delega competência no âmbito da Unidade Gestora 170533 da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo e Unidades Administrativas Vinculadas.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB), aprovado pela Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020, publicada no D.O.U. de 27/07/2020, considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no artigo 3º da Portaria MEcon nº 284, de 27/07/ e na Nota Copol nº 7, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência aos Chefes da Seção de Programação e Logística da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos e da Alfândega do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, para gerenciar as viaturas sob a guarda e responsabilidade locais no que se refere a:

I - manutenção das viaturas;

II - controle das solicitações e autorizações das saídas, por meio de formulários e planilhas;

III - tratamento das multas, inclusive com competência de assinar as indicações de condutor;

IV - obtenção de isenção de pedágio.

Art. 2º Fica excluído do objeto desta delegação o licenciamento anual bem como a competência para transferência da frota.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ PAULO BALAGUER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 87, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo administrativo nº 13032.258448/2021-28, DECLARA:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0088 ao estabelecimento ENGENHO SAO FRANCISCO LTDA, CNPJ nº 12.355.829/0001-96, situado no Sítio São Francisco s/n, Bairro Mato Seco, Cesário Lange/SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 8, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Inscreve no Registro Especial e autoriza engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 11020.003455/2010-45, DECLARA:

Artº 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o n° 10106/563, como PRODUTOR de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa IRMAOS DALLA INDUSTRIA VINICOLA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.553.190/0001-08.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente ml
HOLD TON GIN	LUXURY ROSE	2208.50.00	NÃO RETORNAVEL	980
GIN SECO	LUXURY	2208.50.00	NÃO RETORNAVEL	980

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18 -VR 10RF DEVAT/RS, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Concede, em caráter precário, à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura no setor de energia, habilitação ao Reidi, nos termos da Lei nº 11.488/07.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017, e pela alínea 'b' do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002; em face ao disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e alterações posteriores; no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007; e na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019; com base nas competências do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020; e fundamentado no Despacho Decisório nº 1.901/2021 - VR 10RF DEVAT/RS, exarado no processo administrativo nº 13033.215156/2021-91, resolve:

Art. 1º. Habilitar IBERAH GERADORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.554.239/0001-55, situada à Vila Mambuca, s/nº, Linha Mambuca, Interior, no Município de Condor/RS, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi de que tratam os arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e alterações posteriores, o Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e a Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Art. 2º. Conforme determina o art 8º do Decreto nº 6.144, de 2007, vincular este Ato Declaratório Executivo ao projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica denominada Iberah aprovado pela Portaria nº 354 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Estado de Minas e Energia, emitida em 18 de setembro de 2020 e publicada no Diário Oficial da União em 23 de setembro de 2020.

Art. 3º. A habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo, caso se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS ZANETTI LONDON

BANCO CENTRAL DO BRASIL
CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

RESOLUÇÃO COAF Nº 37, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Revoga a Resolução nº 10, de 19 de novembro de 2001, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf, que dispunha sobre procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas não financeiras prestadoras de serviços de transferência de numerário.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inciso IV, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 9.663, de 1º de janeiro de 2019, mantido em vigor, na forma do art. 9º da Lei nº 13.901, de 11 de novembro de 2019, no que compatível com a Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020, torna público que o Plenário do Conselho, em sessão realizada em 8 de abril de 2021, com fundamento no art. 8º, incisos II e IV, do referido Estatuto, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, deliberou e aprovou:

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 10, de 19 de novembro de 2001, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO LIÁO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 86, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Altera a Resolução BCB nº 32, de 29 de outubro de 2020, que estabelece os requisitos técnicos e procedimentos operacionais para a implementação no País do Sistema Financeiro Aberto (Open Banking).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 14 de abril de 2021, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 9º, inciso II, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, 46, inciso I, e 51, incisos I, II e IX, da Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º-A da Circular nº 4.032, de 23 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º A Resolução BCB nº 32, de 29 de outubro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

III - Manual de Serviços Prestados pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Banking;

IV - Manual de Segurança do Open Banking; e

V - Manual de Experiência do Cliente no Open Banking.

....." (NR)

"Art. 6º-A Para fins do compartilhamento de dados de cadastro de clientes e de seus representantes, bem como de transações, de que trata o art. 5º, inciso I, alíneas "c" e "d", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, a instituição transmissora de dados deve informar a data e a hora da última atualização dos dados compartilhados, assim como a data e a hora em que foi efetivado o compartilhamento de dados.

Parágrafo único. Sem prejuízo da regulamentação a respeito do tempo de resposta de cada requisição de interface, admite-se que os dados compartilhados pela instituição transmissora dos dados tenham como defasagem máxima em relação à sua disponibilização em seus canais eletrônicos:

I - até cinco minutos, com relação a dados relativos ao saldo e às transações realizadas em conta de depósitos ou de pagamento; e

II - até uma hora, para os demais casos." (NR)

"Art. 10. .....

.....

§ 1º Os direitos e obrigações do participante de que trata o inciso III do caput devem abranger, entre outros, aspectos relacionados à privacidade e ao uso dos dados, ao tratamento e à resolução de disputas no âmbito do Open Banking, bem como a contribuição para custeio das atividades de manutenção da Estrutura Responsável pela Governança do Open Banking, caso aprovada tal sistemática pelo Conselho Deliberativo dessa estrutura, em consonância com o art. 15 do Regulamento Anexo à Circular nº 4.032, de 23 de junho de 2020, e o art. 45 da Resolução Conjunta nº 1, de 2020.

....." (NR)

"Art. 12. .....

.....

II - canais de suporte ao acesso ao diretório e de encaminhamento de demandas às instituições participantes;

III - portal do Open Banking no Brasil; e

IV - ambiente de testes de APIs.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o Manual deverá estabelecer, entre outros, o detalhamento dos parâmetros sobre a indisponibilidade e o desempenho na execução das atividades de que tratam os incisos I a IV, com base em critérios relacionados à frequência de disponibilidade e ao tempo de resposta ao atendimento a demandas, conforme o caso." (NR)

"Art. 13. .....

.....

III - gerenciamento de informações do diretório, que abrange a disponibilização de informações atualizadas de interesse de participantes e desenvolvedores sobre os padrões técnicos, requisitos regulatórios e outras informações necessárias para a implementação das APIs;

IV - monitoramento e divulgação de informações sobre a indisponibilidade e a performance de processos de solicitação de compartilhamento de dados e serviços do escopo do Open Banking; e

V - realização de testes de conformidade e do registro de APIs das instituições participantes.

....." (NR)

"CAPÍTULO VII

.....

Seção V

Do ambiente de testes de APIs

Art. 15-A. A Estrutura Responsável pela Governança do Open Banking de que trata o art. 44, § 1º, da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, deverá manter ambiente de testes de APIs que permita às instituições participantes:

I - submeter, ainda no estágio de desenvolvimento, suas implementações das APIs do Open Banking a testes automatizados funcionais e não funcionais; e

II - acessar implementações de exemplo das APIs do Open Banking." (NR)

"CAPÍTULO VIII-A

DA EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

Art. 16-A. O Manual de Experiência do Cliente no Open Banking deve conter:

I - os princípios que devem nortear a experiência do cliente no processo de solicitação de compartilhamento de dados e serviços no Open Banking; e

II - os requisitos do guia de experiência do cliente, inclusive o seu conteúdo e estrutura de tópicos, com vistas a harmonizar as etapas de consentimento, autenticação e confirmação entre as instituições participantes do Open Banking.

Parágrafo único. O guia de que trata o inciso II do caput deve:

I - abranger os diferentes casos de uso possíveis, inclusive as situações previstas no art. 16-B;

II - ser elaborado, revisado e atualizado periodicamente pela Estrutura Responsável pela Governança do Open Banking de que trata o art. 44, § 1º, da Resolução Conjunta nº 1, de 2020; e

III - ser disponibilizado, em sua versão mais atual, às instituições participantes e ao público em geral, por meio do Portal do Open Banking no Brasil, de que trata o art. 15.

Art. 16-B. Para fins de compartilhamento de dados de que trata o art. 5º, inciso I, alíneas "c" e "d", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, relacionados a contas conjuntas de pessoas naturais, a instituição transmissora de dados deve:

I - garantir que a instituição receptora de dados tenha acesso a dados cadastrais apenas do titular da conta responsável pelo consentimento, não sendo admitido o compartilhamento dos dados cadastrais dos demais titulares da respectiva conta; e

II - compartilhar dados transacionais da conta conjunta por meio do consentimento dos titulares que possam ter acesso a informações transacionais da conta.

Parágrafo único. A instituição transmissora de dados deve exigir a confirmação de todos os titulares da conta para efetivar o compartilhamento de que trata o inciso II do caput sempre que o acesso a informações transacionais da conta dependa da autorização de todos os titulares." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 18.657, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MARCELO HARTMANN FIGURELLI, CPF nº 019.234.560-59, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

RAFAEL BARROS CUSTODIO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 164, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fósforos de Segurança - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011825/2020-46, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Fósforos de Segurança, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º O Regulamento Técnico da Qualidade, estabelecido no Anexo I, determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 3º Os fornecedores de fósforos de segurança deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º Os fósforos de segurança, objetos deste Regulamento, deverão ser fabricados, importados, distribuídos e comercializados, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento a fósforos de segurança que possuam haste rígida de madeira.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento:

I - fósforos de haste flexível;

II - fósforos fabricados com haste de outros materiais, como, por exemplo, papel encerado, papelão, cartolina; e

III - fósforos não convencionais, como, por exemplo, a prova dágua ou de vento, bem como os que não necessitam ser friccionados contra superfície de acendimento apropriada para acender.

Art. 5º A cadeia produtiva de fósforos de segurança fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, fósforos de segurança conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, fósforos de segurança conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de fósforos de segurança, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 6º Os fósforos de segurança, fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Fósforos de Segurança estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 7º Após a certificação, os fósforos de segurança, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para fósforos de segurança, encontra-se no Anexo III desta Portaria.

Art. 8º Os fósforos de segurança, abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 9º Os fósforos de segurança, objetos deste Regulamento, estão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 10. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 11. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 12. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 13. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 624, de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2012, seção 1, página 71;

II - nº 641, de 30 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2012, seção 1, páginas 238 a 239; e

III - nº 28, de 14 de janeiro de 2016 publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 1, página 49.

Vigência

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 03 de maio de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JÚNIOR

ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA FÓSFOROS DE SEGURANÇA

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ) estabelece os requisitos obrigatórios para fósforos de segurança a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. DEFINIÇÕES

2.1 Cabeça

É o material combustível, localizado em uma das extremidades do palito, que acende quando friccionado contra uma superfície de acendimento apropriada.

2.2 Caixa de fósforos

É a embalagem primária, unitária, para acondicionar os fósforos e que contém a superfície de acendimento apropriada.

2.3 Fósforos de segurança

É o produto composto de palito e cabeça, projetado para só acender quando friccionado contra uma superfície de acendimento apropriada.

2.4 Pacote

É a embalagem secundária, que acondiciona e protege as caixas de fósforos.

2.5 Palito

É a haste rígida de madeira que suporta a cabeça e serve para manter a continuidade da chama.

2.6 Superfície de acendimento apropriada

É a lixa que contém o material que, quando combinado, por fricção, com o material combustível existente na cabeça do palito, promove o acendimento do fósforo.

3. REQUISITOS TÉCNICOS

3.1 Os fósforos devem estar com a cabeça dentro da caixa e permanecerem retidos mesmo quando a caixa fechada for orientada em qualquer direção.

3.2 Os fósforos devem possuir no mínimo 35 (trinta e cinco) milímetros de comprimento.

3.3 Os palitos de fósforo não podem apresentar quebras, parcial ou integral, que impossibilitem o uso do produto.

3.4 Os palitos de fósforo devem ter cabeça com comprimento entre 2 (dois) e 8 (oito) milímetros, em todo o seu perímetro.

3.5 Os fósforos não podem apresentar cabeças coladas.

3.6 As caixas devem possuir ao menos uma superfície de acendimento na face lateral, uniformemente distribuída, que não pode estar presente no interior da caixa, de forma a evitar o acendimento não intencional dos fósforos.

3.7 Os fósforos devem acender sem que ocorra quebra do palito antes ou após o acendimento.

3.8 Durante o acendimento não pode haver separação ou fragmentação da cabeça, ou desprendimento de fagulhas.

3.9 Após o acendimento deve ocorrer transferência da chama da cabeça para o palito. A chama deve ser mantida por pelo menos 6 (seis) segundos ou queimar até a metade do comprimento do palito (o que ocorrer primeiro), sem que haja gotejamento.

3.10 Os fósforos devem acender somente quando riscados contra a superfície de acendimento apropriada.

3.11 Os fósforos contidos na caixa não podem acender espontaneamente.

3.12 A superfície de acendimento não pode ser removida, de maneira a expor a superfície subjacente da caixa.

3.13 A superfície de acendimento deve ser capaz de acender todos os fósforos contidos na caixa, utilizando-se apenas a metade da superfície de acendimento disponível.

3.14 Não pode ocorrer acendimento ou saída completa de fósforos individuais quando a caixa de fósforos, com todo o seu conteúdo, for submetida a impacto.

4. REQUISITOS DE MARCAÇÕES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO PRODUTO E NA EMBALAGEM

4.1 As caixas de fósforos e os pacotes devem ser rotulados de forma a atender à Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002. Além disso, o rótulo deve conter, no mínimo:

a) Identificação do produto (nome e/ou marca do produto);

b) Conteúdo nominal (quantidade de produto indicada);

c) Composição do produto;

d) Identificação do fabricante, importador ou distribuidor (razão social e CNPJ);

e) Origem do produto (Indústria Brasileira, por exemplo);

f) Lote ou data de fabricação;

g) Informação sobre a validade do produto ("Produto não perecível");

h) Telefone do Serviço de Atendimento ao Cliente, e-mail ou endereço do fabricante, importador ou distribuidor;

i) Os dizeres: "Mantenha longe de crianças, do calor e umidade" e "Não riscar na direção do corpo e nem com a caixa aberta"; e

j) Desenho esquemático com a indicação de que a riscagem deve ser feita na direção contrária ao corpo do usuário (Figura 1 exemplificativa).



Figura 1 - Desenho esquemático da forma de riscagem

Nota 1: Para os pacotes, o item "f" é opcional.

Nota 2: Para as caixas de fósforos fabricadas em madeira, o item "j" é opcional.

ANEXO II - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA FÓSFOROS DE SEGURANÇA

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para avaliação da conformidade de fósforos de segurança, com foco na segurança, por meio do mecanismo de certificação, visando a prevenção de acidentes de consumo e melhoria de desempenho do produto.

1.1 Agrupamento para efeito de certificação

1.1.1 Para certificação do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de modelo.

1.1.2 A certificação de fósforos de segurança deve ser realizada para cada modelo de fósforos de segurança, conforme definição estabelecida no subitem 4.1.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, são adotadas as siglas a seguir, complementadas pelas contidas nos documentos complementares citados no item 3.

RTQ - Regulamento Técnico da Qualidade

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os documentos complementares a seguir.

Portaria Inmetro vigente	Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP.
Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002	Estabelece a forma de expressar a indicação quantitativa do conteúdo líquido dos produtos pré- medidos.
ABNT NBR 13725:2014	Fósforos de Segurança Métodos de Ensaio.
ABNT NBR 5426:1989	Planos de Amostragem e Procedimentos na Inspeção por Atributos.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, é adotada a definição a seguir, complementada pelas definições contidas nos documentos complementares citados no item 3.

4.1 Modelo de fósforos de segurança

Exemplares do objeto com palitos de comprimentos iguais, produzidos a partir de uma mesma matéria-prima e do mesmo processo produtivo, acondicionados em caixas de mesmo tipo e tamanho.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para fósforos de segurança é o da certificação.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC estabelece 2 modelos de certificação distintos, cabendo ao fornecedor optar por um deles:

a) Modelo de certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

b) Modelo de Certificação 1b - Ensaio de lote.

6.1 Modelo de certificação 5

6.1.1 Avaliação inicial

6.1.1.1 Solicitação de certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, com a documentação descrita no RGCP.

6.1.1.2 Análise da solicitação e da conformidade da documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.3 Auditoria inicial do sistema de gestão

Os critérios de auditoria inicial do sistema de gestão devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.1.4 Plano de ensaios iniciais

Os critérios do plano de ensaios iniciais devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios, inspeções visuais e medições que devem ser realizados estão listados no Anexo A deste RAC.

6.1.1.4.2 Definição da amostragem

6.1.1.4.2.1 A coleta da amostra deve ser realizada de forma aleatória no processo produtivo do produto objeto da solicitação, desde que o produto já tenha sido inspecionado e liberado pelo controle de qualidade da fábrica, ou na área de expedição, em embalagens prontas para comercialização.

6.1.1.4.2.2 Para cada modelo de fósforo, o OCP deve coletar amostra (prova, contraprova e testemunha) para verificar o atendimento aos requisitos descritos no Regulamento Técnico da Qualidade para Fósforos de Segurança e no Anexos A deste RAC. O tamanho da amostra e os critérios de aceitação e rejeição para cada inspeção visual e ensaio estão definidos na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das amostras e critérios de aceitação e rejeição para inspeção visual e ensaios de verificação dos requisitos para fósforos de segurança

Inspeção visual/Ensaio	Item do RTQ	Amostra (prova)	Amostra (contraprova)	Amostra (testemunha)	Critério de Aceitação e Rejeição (Ac;Re)
Fósforos com a cabeça dentro da caixa	3.1	125 caixas	125 caixas	125 caixas	5;6
Retenção de conteúdo	3.1				5;6
Presença e uniformidade da área da superfície de acendimento	3.6				5;6
Superfície de acendimento dentro da caixa	3.6				1;2
Rotulagem	4.1				0;1
Dimensões do fósforo	3.2	80 fósforos	80 fósforos	80 fósforos	3;4
Quebras no palito, parcial ou integral	3.3				3;4
Cabeça presente	3.4				3;4
Dimensões da cabeça	3.4				3;4
Forma da cabeça (ver Nota)	3.5				3;4
Não acendimento	3.7	125 fósforos	125 fósforos	125 fósforos	2;3
Quebra do palito antes do acendimento	3.7				5;6
Quebra do palito após o acendimento, com separação da parte acesa	3.7				1;2
Quebra do palito após o acendimento, sem separação da parte acesa	3.7				5;6
Separação ou fragmentação da cabeça, ou desprendimento de fagulhas, durante o acendimento, suficientes para marcar o papel dos anteparos verticais (frontal ou lateral)	3.8				2;3
Separação ou fragmentação da cabeça, ou desprendimento de fagulhas, durante o acendimento, suficientes para marcar o papel do anteparo horizontal	3.8				3;4
Transferência da chama da cabeça para o palito	3.9				5;6
Gotejamento durante a transferência da chama da cabeça para o palito	3.9	80 fósforos	80 fósforos	80 fósforos	1;2
Duração da chama	3.9				3;4
Impossibilidade de acender em lixa à prova d'água grau P600	3.10	80 fósforos	80 fósforos	80 fósforos	1;2
Acendimento espontâneo	3.11	50 caixas	50 caixas	50 caixas	1;2
Remoção da superfície de acendimento	3.12				2;3
Durabilidade da superfície de acendimento	3.13	80 caixas	80 caixas	80 caixas	1;2
Acendimento no impacto	3.14	80 caixas	80 caixas	80 caixas	1;2
Liberação completa de fósforos individuais	3.14				3;4

Nota: Cabeças coladas são contadas como uma falha simples, isto é, afetam somente um dos fósforos.

6.1.1.4.2.3 Caso haja reprovação da amostra prova, devem ser realizados na amostra de contraprova e na amostra de testemunha todos os ensaios realizados na amostra de prova.

6.1.1.4.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.5 Tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.6 Emissão do certificado de conformidade

Os critérios para emissão do certificado de conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.6.1 Certificado de conformidade

6.1.1.6.1.1 O certificado de conformidade deve ter validade de 5 (cinco) anos.

6.1.1.6.1.2 No certificado de conformidade, o modelo deve ser notado conforme Quadro 1.

Quadro 1: Instrução de notação do modelo no certificado

Marca	Modelo (Designação Comercial do Modelo e Códigos de referência comercial, se existentes).	Descrição (Descrição Técnica do Modelo) - comprimento - matéria-prima - tipo e tamanho da caixa.	Código de barras comercial (quando existente) de todas as versões.

6.1.2 Avaliação de manutenção

Todas as etapas do processo de manutenção devem estar concluídas antes da expiração dos prazos definidos a seguir.

6.1.2.1 Auditoria de manutenção

Os critérios de auditoria de manutenção do sistema de gestão devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e a auditoria deve ser realizada a cada 12 (doze) meses.

6.1.2.2 Plano de ensaios de manutenção

Os primeiros 2 (dois) ensaios de manutenção devem ocorrer 6 (seis) e 12 (doze) meses após os ensaios iniciais. Caso o fornecedor apresente alguma não conformidade durante o segundo ensaio de manutenção, o próximo ensaio de manutenção ocorrerá, novamente, após 6 (seis) meses, desde que evidencie a adoção de ações corretivas adequadas às não conformidades encontradas anteriormente. Se o fornecedor não apresentar não conformidades, o próximo ensaio de manutenção ocorrerá somente após 12 (doze) meses da realização do segundo ensaio, prazo este que será aplicado para os próximos ensaios, desde que seja mantida a ausência de não conformidades no ensaio anterior. Caso contrário, o intervalo será de 6 (seis) meses.

6.1.2.2.1 Definição de ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem seguir o definido no subitem 6.1.1.4.1 deste RAC.

6.1.2.2.2 Definição da amostragem de manutenção

A definição da amostragem de manutenção deve seguir o estabelecido no subitem 6.1.1.4.2 deste RAC.

6.1.2.2.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.3 Tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.4 Confirmação da manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.3 Avaliação de recertificação

Os critérios gerais de avaliação para a recertificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. A avaliação de recertificação deve ser realizada e concluída antes da expiração do prazo de validade do certificado de conformidade.

6.2 Modelo de certificação 1b

6.2.1 Avaliação inicial

6.2.1.1 Solicitação de certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP.

6.2.1.2 Análise da solicitação e da conformidade da documentação
Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
6.2.1.3 Plano de ensaios
Os critérios do plano de ensaios devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
6.2.1.3.1 Definição dos ensaios a serem realizados
Os ensaios, inspeções visuais e medições que devem ser realizados estão listados no Anexo A deste RAC.
6.2.1.3.2 Definição da amostragem
6.2.1.3.2.1 O tamanho da amostra deve ser determinado conforme a norma ABNT NBR 5426, com plano de amostragem simples, distribuição normal, nível especial de inspeção S3 e NQA conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos NQA para inspeção visual e ensaios de verificação dos requisitos para Fósforos de Segurança

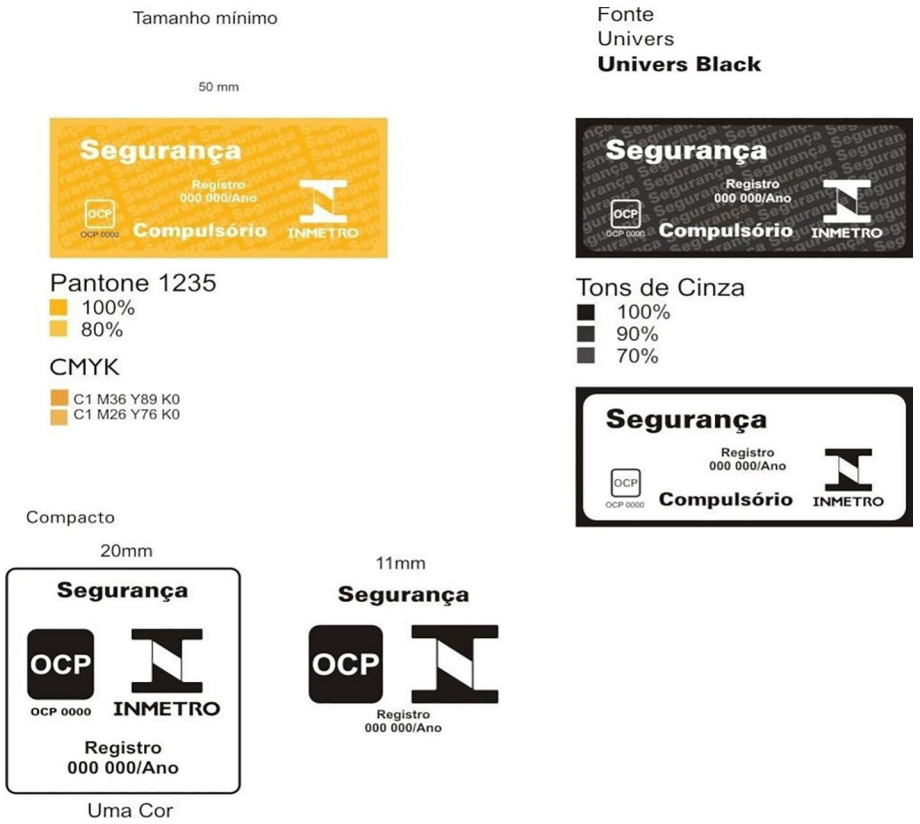
Inspeção visual/Ensaio	Item do RTQ	NQA
Fósforos com a cabeça dentro da caixa	3.1	1,5
Retenção de conteúdo	3.1	1,5
Dimensões do fósforo	3.2	1,5
Quebras no palito, parcial ou integral	3.3	1,5
Cabeça presente	3.4	1,5
Dimensões da cabeça	3.4	1,5
Forma da cabeça	3.5	1,5
Presença e uniformidade da área da superfície de acendimento	3.6	1,5
Superfície de acendimento dentro da caixa	3.6	0,4
Não acendimento	3.7	0,65
Quebra do palito antes do acendimento	3.7	1,5
Quebra do palito após o acendimento, com separação da parte acesa	3.7	0,4
Quebra do palito após o acendimento, sem separação da parte acesa	3.7	1,5
Separação, fragmentação da cabeça, ou desprendimento de fagulha, durante o acendimento, suficientes para marcar o papel dos anteparos verticais (frontal ou lateral)	3.8	0,65
Separação, fragmentação da cabeça, ou desprendimento de fagulha, durante o acendimento, suficientes para marcar o papel do anteparo horizontal	3.8	1,0
Transferência da chama da cabeça para o palito	3.9	1,5
Gotejamento durante a transferência da chama da cabeça para o palito	3.9	0,65
Duração da chama	3.9	1,5
Impossibilidade de acender em lixa à prova d'água grau P600	3.10	0,65
Acendimento espontâneo	3.11	1,0
Remoção da superfície de acendimento	3.12	1,5
Durabilidade da superfície de acendimento	3.13	0,65
Acendimento no impacto	3.14	0,65
Liberação completa de fósforos individuais	3.14	1,5
Rotulagem	4.1	0,1

6.2.1.3.2.2 O tamanho máximo de cada lote para fins de certificação é de 3.000.000 (três milhões) de caixas de um mesmo modelo de fósforo de segurança.
6.2.1.3.2.3 O OCP deve comprovar que o tamanho do lote a ser certificado está de acordo com o informado no momento da solicitação de certificação.
6.2.1.3.3 Definição do laboratório
A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
6.2.1.4 Emissão do certificado de conformidade
Os critérios para emissão do certificado de conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
6.2.1.4.1 No certificado de conformidade, o modelo deve ser notado conforme Quadro 1.
7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES
Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF
Os critérios para as atividades executadas por OCPs acreditados por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO
Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO
Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE
Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados no RGCP e no Anexo III.
11.1 O Selo de Identificação da Conformidade deve ser aposto ou impresso nas caixas e pacotes dos fósforos de segurança.
12. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE
Os critérios para autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES
Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e neste RAC.
14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO
Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
15. PENALIDADES
Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES
Os critérios para a exposição de denúncias, reclamações e sugestões devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.
ANEXO A - DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TÉCNICOS
A.1 A conformidade dos fósforos de segurança quanto aos requisitos descritos nos subitens de 3.1 a 3.6 e 4.1 do Regulamento Técnico da Qualidade Para Fósforos de Segurança deve ser demonstrada por meio de inspeção visual e medições.
A.2 A conformidade dos fósforos de segurança quanto aos demais requisitos deve ser demonstrada por meio dos ensaios enumerados na Tabela 3.
A.3 Previamente aos ensaios as amostras devem ser acondicionadas em ambiente a (23 ± 5) ºC e (60 ± 10) % de umidade relativa, por um período de 24h. Os ensaios devem ser executados nas mesmas condições de acondicionamento.

Tabela 3. Ensaios a serem realizados em fósforos de segurança

Requisitos do RTQ	Ensaios	Base Normativa
3.7	Acendimento	ABNT NBR 13725:2014
3.8		
3.9		
3.10		
3.11	Estabilidade térmica	ABNT NBR 13725:2014
3.12 e 3.13	Superfície de acendimento	ABNT NBR 13725:2014
3.14	Impacto	ABNT NBR 13725:2014

ANEXO III - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE



PORTARIA INMETRO Nº 165, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o conteúdo nominal dos produtos com brindes.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos II e III, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 4, alínea "a" da Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro). Considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto; Considerando a Resolução nº 94/94 do Grupo Mercado Comum - MERCOSUL, que dispõe sobre o conteúdo nominal dos produtos com brindes; Considerando a Portaria Inmetro nº 180, de 14 de dezembro de 1998, que internaliza a Resolução nº 94/94 do Grupo Mercado Comum - MERCOSUL no ordenamento jurídico brasileiro e o que consta no Processo SEI nº 0052600.002794/2021-13, resolve:

Art. 1º Será permitida a inclusão nas embalagens, de brinde ou vale-brindes, de natureza diferente do produto nelas contido, desde que não cause nenhuma alteração na quantidade líquida nominal declarada antes de se efetuar a promoção.

Art. 2º Quando o brinde estiver anexado ao exterior da embalagem, as informações obrigatórias relativas ao produto em comercialização deverão estar perfeitamente visíveis.

Art. 3º Quando o brinde referir-se a uma quantidade do produto em comercialização, deverá permanecer inalterada a quantidade nominal declarada antes de se efetuar a promoção, indicando-se adicionalmente, de forma clara, a quantidade entregue como brinde. Na verificação quantitativa, considerar-se-á o somatório dos valores nominais.

Art. 4º A infringência a quaisquer dispositivos desta portaria, sujeitará os infratores às penalidades previstas no artigo 8º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e alterações da Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Inmetro nº 180, de 14 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União em 17 de dezembro de 1998, seção 1, página 115.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2021, conforme art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 167, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Carrinhos para Crianças - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011854/2020-16, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Carrinhos para Crianças, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º O Regulamento Técnico da Qualidade, estabelecido no Anexo I, determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 3º Os fornecedores de carrinhos para crianças deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º Os carrinhos para crianças, objeto deste Regulamento, deverão ser fabricados, importados, distribuídos e comercializados, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento, aos carrinhos para crianças destinados ao transporte de 1 (uma) ou mais crianças.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento:

I - carrinhos de passeio de brinquedo;

II - carrinhos de boneca, e

III - carrinhos projetados para crianças com necessidades especiais.

Art. 5º A cadeia produtiva de carrinhos para crianças fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, carrinhos para crianças conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, carrinhos para crianças, conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de carrinhos para crianças, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto, das suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 6º Os carrinhos para crianças fabricados, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidos, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Carrinhos para Crianças estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 7º Após a certificação, os carrinhos para crianças, importados, distribuídos e comercializados em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade aplicável para carrinhos para crianças, encontra-se no Anexo III desta Portaria.

Art. 8º Os carrinhos para crianças, abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência junto ao Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva.

Vigilância de Mercado

Art. 9º Os carrinhos para crianças, objetos deste Regulamento, estão sujeitos, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 10. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 11. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 12. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 13. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 315, de 19 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2012, seção 1, página 91;

II - nº 351, de 7 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2012, seção 1, página 162;

III - nº 494, de 2 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 6 de outubro de 2015, seção 1, páginas 98 e 99; e

IV - nº 222, de 16 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2016, seção 1, página 60.

Vigência

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 03 de maio de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JÚNIOR

ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA CARRINHOS PARA CRIANÇAS

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade estabelece os requisitos obrigatórios para carrinhos para crianças a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

2. REQUISITOS ESSENCIAIS

2.1 A migração máxima de antimônio, arsênico, bário, cádmio, cromo, chumbo, mercúrio e selênio em todas as superfícies dos materiais dentro da área de acesso deve ser tal que minimize a exposição das crianças aos elementos tóxicos.

2.2 Os tecidos não podem apresentar velocidade de propagação da chama que exponha a criança a perigo de fogo.

2.3 Todo o material de revestimento de tecido destinado a ser removido da estrutura, após ser lavado, secado e recolocado pelo usuário, não pode sofrer encolhimento que danifique suas costuras ou prejudique sua recolocação e o uso adequado do carrinho.

2.4 Não pode haver ponto de cisalhamento e compressão durante o uso do carrinho, bem como pontos salientes nas bordas de contato e extremidades.

2.5 Toda a característica construtiva do carrinho não pode expor a criança a risco de retenção de partes de seu corpo, como dedos, pés e tronco.

2.6 As bordas, pontas e cantos na área de acesso não podem expor a criança a risco de cortes e ferimentos.

2.7 Os componentes destacáveis na área de acesso devem possuir dimensões que impossibilitem a ingestão ou inalação de objetos pequenos pela criança.

2.8 Os componentes não destacáveis na área de acesso devem ser embutidos ou fixados ao produto de forma a impossibilitar a ingestão ou inalação de objetos pequenos pela criança, mesmo se eventualmente se soltarem quando submetidos à força de tração.

2.9 A fixação de toda a parte mecânica do carrinho deve garantir a sua operação segura.

2.10 Os cordões e tiras localizados no cesto para bebês ou da unidade de assento não podem expor a criança a risco de estrangulamento e ferimentos.

2.11 O revestimento interno do cesto para bebês ou da unidade de assento que for fabricado em plástico ou em um material revestido de plástico deve possuir espessura mínima adequada para não comprometer a segurança do bebê.

2.12 Toda a parte de tecido, destinada à retenção da criança, do cesto para bebês que não possui cinto de segurança, quando fixada de acordo com a orientação do fabricante, não pode permitir que a criança caia do cesto, mesmo quando a estrutura estiver situada em planos inclinados.

2.13 A altura mínima interna do cesto para bebês, bem como o ângulo e altura do encosto da unidade de assento, deve ser projetada para comportar, de forma segura, as crianças de idade para a qual o carrinho foi projetado, não expondo o usuário a risco de sufocamento, ferimentos e demais injúrias.

2.14 Quando o carrinho for ajustável ao bebê, suas partes construtivas devem ser projetadas de forma a adequá-lo ao tamanho da criança, sem comprometer os requisitos de segurança na utilização desses carrinhos.

2.15 A resistência e durabilidade dos dispositivos de fixação dos cestos para bebês ou unidade de assento não podem permitir que o cesto para bebês ou unidade de assento se solte do chassi ou mostre sinais de danos que prejudiquem seu desempenho e segurança, nas diversas situações de uso, em superfícies regulares ou irregulares, e após o uso continuado ou eventuais colisões.

2.16 A instalação do cesto para bebês e da unidade de assento no chassi, quando de acordo com as instruções do fabricante, deve deixar evidente para o responsável que as partes estejam colocadas e travadas corretamente.

2.17 A liberação involuntária do cesto para bebês, da unidade de assento ou do dispositivo de retenção para crianças não deve ocorrer, quando a utilização do carrinho se der conforme as especificações de uso.

2.18 O carrinho deve apresentar estabilidade, ou seja, não tombar quando a criança estiver nele posicionada.

2.19 Pelo menos um dispositivo de travamento automático deve constituir a estrutura do carrinho de passeio com unidades de assento giratórias, a fim de evitar o giro inadvertido.

2.20 A alça do carrinho deve ser projetada de forma que, mesmo após uso continuado, seja resistente a falhas estruturais que prejudiquem o desempenho e a segurança do carrinho.

2.21 A alça que puder ser movida independentemente de outras partes do chassi, seja para dobrar, inverter ou girar, deve possuir um mecanismo de travamento automático quando estiver na posição normal de uso.

2.22 A alça do carrinho que seja reversível ou ajustável deve ainda evidenciar resistência dinâmica.

2.23 A estrutura do carrinho deve ser provida de um freio de estacionamento, cuja operação seja possível de ser realizada somente pelo responsável, em pé e adjacente à alça do carrinho, e não pela criança, mesmo que se situe dentro da área de acesso.

2.24 O acionamento do mecanismo de freio de estacionamento do carrinho, mesmo após seu uso continuado, deve permitir que a estrutura fique estática e que impossibilite o movimento disponível das rodas inclusive quando situada em planos inclinados e voltada para frente, para trás ou em posição lateral.

2.25 Os freios de estacionamento do carrinho que operem sobre o(s) pneu(s) não podem apresentar desgaste abrasivo que comprometa a segurança da criança, mesmo após o uso continuado e exposição a superfícies irregulares.

2.26 Os freios de frenagem, se existirem, devem poder ser ativados em movimento pelo usuário, sem que essa ativação também acione o freio de estacionamento.

2.27 Nenhuma parte do carrinho deve impedir a operação do freio de estacionamento.

2.28 Pelo menos duas travas de segurança devem constituir a estrutura do carrinho de forma a evitar que o carrinho dobre durante o seu uso ou quando a criança for nele colocada ou dele retirada.

2.29 O mecanismo de trava de segurança deve ser projetado de forma a evitar a operação inadvertida pelo responsável ou pela criança.

2.30 Pelo menos uma das travas de segurança deve acionar automaticamente, quando da abertura completa do carrinho, de forma a impedir a ocorrência inadvertida de desdobramento incompleto do carrinho.

2.31 Após ter sido travado para impedir seu dobramento, o carrinho não pode dobrar, nem o(s) dispositivo(s) de segurança ser(em) acionado(s) inadvertidamente, mesmo quando a estrutura estiver submetida a força usual no curso de dobramento.

2.32 O cesto para bebês deve apresentar estabilidade longitudinal quando for suspendido com a criança, de forma que sua inclinação máxima em direção à cabeça ou ao pé seja limitada de forma a não oferecer risco de queda para o bebê e a não comprometer sua segurança.

2.33 Os pontos de fixação ou a parte superior do dispositivo devem estar localizados em uma posição de forma a não oferecer risco de queda para o bebê e a não comprometer sua segurança.

2.34 A integridade das alças para transporte, dos seus pontos de ancoragem e do cesto para bebês ou da unidade de assento destacável deve ser mantida, durante o uso e após o uso continuado, não podendo haver quebras, deslocamentos, deformações ou qualquer outro tipo de dano.

2.35 As unidades de assento devem ser equipadas com um sistema de retenção de forma que:

a) Seja ajustável.

b) Incorpore uma retenção entrepernas para cada posição que uma criança pode ocupar e que seja capaz de ser utilizada em combinação com outras partes do sistema de retenção.

c) Eventuais tiras adicionais para o cinto abdominal, para a retenção entrepernas e para os ombros tenham largura mínima que não comprometam a segurança da criança.

d) Nas diversas situações de uso, a criança não saia completamente do sistema de retenção das unidades de assento.

e) Os pontos de fixação do sistema de retenção, os pontos de ancoragem dos cintos e os fixadores devem ser resistentes de forma a se manterem íntegros, sem quebras, deslocamentos, deformações, rompimentos ou qualquer outro tipo de dano, nas diversas situações de uso e quando submetidos à força de tração usual.

f) O sistema de regulagem deve impossibilitar o deslizamento dos ajustadores, nas diversas situações de uso e quando submetido à força de tração usual, que comprometam a segurança da criança.

2.36 No sistema de retenção, o número de pontos de ancoragem e sua localização não podem comprometer a estabilidade e segurança da criança.

2.37 As rodas, removíveis ou não, devem ser resistentes de forma a se manterem íntegras, sem qualquer distorção e com suas funcionalidades mantidas, nas diversas situações de uso e após uso continuado.

2.38 Qualquer rótulo permanente deve estar legível e manter-se como tal, mesmo após o uso continuado.

2.39 Qualquer embalagem plástica não pode oferecer risco de asfixia e estrangulamento à criança, devendo ser marcada com dizeres que alertem para o perigo de asfixia e que orientem manter o saco plástico longe do alcance das crianças.

2.40 O carrinho deve conter avisos de atenção, em língua portuguesa, adequadamente formatados, que forneçam, por exemplo, as informações comerciais do produto, informações de compra e instruções de uso, de forma a garantir a rastreabilidade e a reduzir possíveis consequências dos perigos previsíveis ligados ao uso do produto.

2.41 O carrinho não pode apresentar danos que prejudiquem seu desempenho e segurança quando utilizado nas diversas situações de uso, inclusive em superfícies irregulares, após o uso continuado ou eventuais colisões.

ANEXO II - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CARRINHOS PARA CRIANÇAS

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos de avaliação da conformidade para carrinhos para crianças, com foco na segurança, por meio do mecanismo de certificação, visando à prevenção de acidentes no seu uso.

1.1 Agrupamento para efeitos de certificação

Para certificação aplica-se o conceito de modelo, conforme definição apresentada no item 4.2.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, é adotada a sigla a seguir, complementada pelas siglas contidas nos documentos complementares citados no item 3 desse RAC:

NQA - Nível de Qualidade Aceitável

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos complementares, além dos documentos descritos no RGCP.

Portaria Inmetro vigente	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP
Norma ABNT NBR 5426:1989	Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos
Norma ABNT NBR 14389: 2010	Segurança de carrinhos para crianças

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições a seguir, complementadas pelas definições contidas nos documentos complementares citados no item 3.

4.1 Memorial descritivo

Documento apresentado pelo fornecedor, em português, conforme Anexo A, no qual são descritas as características de cada modelo de carrinho para crianças.

4.2 Modelo de carrinho para crianças

Exemplar de carrinho para crianças que apresenta o mesmo material, dimensões, mecanismo de travamento, sistema de montagem/ferragem, acessórios e desenho do produto, podendo possuir diferentes cores e estampas.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para carrinhos de crianças é a certificação.

6. ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC estabelece 2 (dois) modelos de certificação distintos, cabendo ao fornecedor optar por um deles:

a) Modelo de Certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

b) Modelo de Certificação 1b - Ensaio de lote.

6.1 Modelo de Certificação 5

6.1.1 Avaliação Inicial

6.1.1.1 Solicitação de Certificação

6.1.1.1.1 O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP.

Nota: O memorial descritivo que faz parte da documentação a ser fornecida, deve seguir o modelo definido no Anexo A.

6.1.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão

Os critérios de Auditoria Inicial do Sistema de Gestão devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4 Plano de Ensaios Iniciais

Os critérios do Plano de Ensaios Iniciais devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.1.4.1 Definição dos ensaios a serem realizados

6.1.1.4.1.1 A conformidade dos carrinhos para crianças quanto aos requisitos de segurança, constantes no RTQ, deve ser demonstrada pelos ensaios e itens de verificação listados na Tabela 1.

6.1.1.4.1.2 A ordem de realização dos ensaios e itens de verificação para inspeção deve ser conforme o item 4.2 da norma ABNT NBR 14389.

6.1.1.4.1.3 O ensaio de "Fixação do cesto para bebês e da unidade de assento no chassi: liberação involuntária do cesto para bebês ou da unidade de assento" deve também ser realizado no dispositivo de retenção para crianças, quando aplicável.

6.1.1.4.1.4 O ensaio de "Fixação das partes de tecido com a finalidade de retenção da criança" é aplicável somente aos produtos que possuam cesto para bebês desprovido de cinto de segurança".

Tabela 1: Ensaios e itens de verificação a serem realizados em carrinhos para crianças

Requisitos Essenciais do RTQ	Ensaios	Base Normativa e Critérios de Aceitação	Item
5.1	Propriedades químicas	ABNT NBR 14389	5.1
5.2	Inflamabilidade	ABNT NBR 14389	5.2
5.3	Encolhimento	ABNT NBR 14389	5.3
5.4	Pontos de cisalhamento e compressão	ABNT NBR 14389	6.1.1
5.5	Retenção	ABNT NBR 14389	6.1.2
5.6	Bordas, pontas e cantos	ABNT NBR 14389	6.1.3
5.7, 5.8	Partes pequenas	ABNT NBR 14389	6.1.4
5.9	Fixação das partes mecânicas	ABNT NBR 14389	6.1.5
5.10	Cordões e tiras	ABNT NBR 14389	6.1.6
5.11	Revestimento interno do cesto para bebês ou unidade de assento	ABNT NBR 14389	6.1.7
5.12	Fixação das partes de tecido com a finalidade de retenção da criança	ABNT NBR 14389	6.1.8
5.13	Altura mínima interna do cesto para bebês	ABNT NBR 14389	6.2.1
5.13	Ângulo e altura do encosto da unidade de assento	ABNT NBR 14389	6.2.2
5.14	Adequação do carrinho para a idade da criança	ABNT NBR 14389	6.2.3
5.15	Fixação do cesto para bebês e da unidade de assento no chassi: eficiência e resistência	ABNT NBR 14389	6.3.1
5.15	Resistência e durabilidade dos dispositivos de fixação para cestos de bebês ou unidades de assento	ABNT NBR 14389	14
5.16	Fixação do cesto para bebês e da unidade de assento no chassi: instalação do cesto para bebês e da unidade de assento no chassi	ABNT NBR 14389	6.3.2
5.17	Fixação do cesto para bebês e da unidade de assento no chassi: liberação involuntária do cesto para bebês ou da unidade de assento	ABNT NBR 14389	6.3.3
5.18	Estabilidade	ABNT NBR 14389	7
5.18	Estabilidade dos cestos de bebês (para uma criança)	ABNT NBR 14389	7.2.2.2
5.18	Estabilidade dos carrinhos de passeio (para uma criança)	ABNT NBR 14389	7.2.2.3
5.18	Estabilidade dos carrinhos para mais de uma criança	ABNT NBR 14389	7.2.2.4
5.18	Estabilidade dos carrinhos em uma guia de uma calçada	ABNT NBR 14389	7.2.2.5
5.18	Estabilidade dos carrinhos de passeio equipados com uma plataforma	ABNT NBR 14389	7.2.2.6
5.19	Carrinhos de passeio com unidades de assento giratórias	ABNT NBR 14389	8
5.20	Alça	ABNT NBR 14389	9.1 e 9.2
5.21	Alça	ABNT NBR 14389	9.1 e 9.2
5.22	Resistência dinâmica para alça	ABNT NBR 14389	9.3
5.23, 5.24, 5.25, 5.26, 5.27	Dispositivos de estacionamento e frenagem	ABNT NBR 14389	10
5.28, 5.29, 5.30, 5.31	Trava de segurança	ABNT NBR 14389	11
5.32	Estabilidade longitudinal de um cesto para bebês com alças para transporte	ABNT NBR 14389	12
5.33, 5.34	Alças para transporte e pontos de ancoragem da alça de cestos para bebês e unidades de assento destacáveis	ABNT NBR 14389	13
5.35 - letras *a*, *b* e *c*	Sistema de retenção	ABNT NBR 14389	15
5.35 - letra *d*	Eficiência do sistema de retenção	ABNT NBR 14389	15
5.35 - letra *e*	Fixação do sistema de retenção à unidade de assento	ABNT NBR 14389	15
5.35 - letra *e*	Resistência do fixador	ABNT NBR 14389	15
5.35 - letra *e*	Resistência dos pontos de ancoragem do cinto	ABNT NBR 14389	15
5.35 - letra *f*	Eficiência do sistema de regulagem	ABNT NBR 14389	15
5.36	Pontos de ancoragem dos cintos	ABNT NBR 14389	15
5.37	Resistência da roda	ABNT NBR 14389	16
5.15, 5.41	Superfície irregular	ABNT NBR 14389	17
5.15, 5.41	Resistência dinâmica	ABNT NBR 14389	18
5.38	Durabilidade da marcação	ABNT NBR 14389	19
5.39	Embalagem plástica	ABNT NBR 14389	20
5.40	Informações do produto	ABNT NBR 14389	21

6.1.1.4.2 Definição da Amostragem

Os critérios da definição da amostragem devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP

6.1.1.4.2.1 O OCP deve coletar 1 (uma) amostra prova, 1 (uma) amostra contraprova e 1 (uma) amostra testemunha, de cada modelo de carrinho para criança a ser certificado.

6.1.1.4.2.2 Para cada amostra, 2 (duas) unidades de carrinho para crianças devem ser requeridas, para a realização da sequência completa dos ensaios, da seguinte forma:

a) 1 (uma) unidade para os ensaios de Propriedades químicas, Inflamabilidade, Durabilidade da marcação, Embalagem plástica e Informações do produto; e

b) 1 (uma) unidade para os demais ensaios.

Nota: Considerando que cada amostra é composta por 2 (duas) unidades de carrinho para crianças, o OCP deve coletar 2 (duas) unidades para a amostra prova, 2 (duas) unidades para a amostra contraprova e 2 (duas) unidades para a amostra testemunha, totalizando 6 (seis) unidades.

6.1.1.4.2.3 Caso haja reprovação da amostra prova, devem ser realizados nas amostras de contraprova e testemunha o(s) ensaio(s) em que a amostra prova foi reprovada.

6.1.1.4.2.4 Os ensaios iniciais para a obtenção da certificação não podem ser realizados em protótipos.

6.1.1.4.3 Definição do Laboratório

A definição de laboratório deve seguir as condições descritas no RGCP.

6.1.1.5 Tratamento de Não Conformidades na Etapa de Avaliação Inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.6 Emissão do Certificado de Conformidade

6.1.1.6.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. O Certificado de Conformidade deve ter validade de 3 (três) anos, contados a partir da emissão do certificado.

6.1.1.6.2 O certificado emitido para carinhos para crianças deve conter descrição do modelo, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 - INSTRUÇÃO DE NOTAÇÃO DO MODELO NO CERTIFICADO

Marca	Modelo Designação comercial do modelo Nome fantasia (quando houver)	Descrição (Descrição Técnica do Modelo) - material; - dimensões; - mecanismo de travamento; - sistema de montagem / ferragem; - acessórios; - cor/estampa	Código de barras comercial (quando existente) de todas as versões.

6.1.2 Avaliação de Manutenção

Os critérios para avaliação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.1 Auditoria de Manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade

A auditoria de manutenção deve abranger os requisitos estabelecidos no RGCP. Depois da concessão do Certificado de Conformidade, o acompanhamento da Certificação é realizado pelo OCP em auditorias a cada 12 (doze) meses.

6.1.2.2 Plano de Ensaios de Manutenção

Os critérios para o plano de ensaios de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. Os ensaios de manutenção devem ser realizados e concluídos a cada 12 (doze) meses, contados a partir da emissão do Certificado de Conformidade. Além disso, os ensaios de manutenção devem ser realizados sempre que houver fatos que recomendem a sua realização antes deste período.

6.1.2.2.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem seguir o definido no subitem 6.1.1.4.1 deste RAC.

6.1.2.2.2 Definição da Amostragem de Manutenção

A definição da amostragem deve seguir os requisitos estabelecidos no subitem 6.1.1.4.2 deste RAC.

6.1.2.2.3 Definição do Laboratório

A definição do laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.2.3 Tratamento de não conformidades na etapa de Avaliação de Manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.2.4 Confirmação da Manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios gerais de avaliação para a recertificação devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.2 Modelo de Certificação 1b

6.2.1 Avaliação Inicial

6.2.1.1 Solicitação de Certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP.

Nota 1: O memorial descritivo que faz parte da documentação a ser fornecida, deve seguir o modelo definido no Anexo A.

Nota 2: O lote de certificação é composto por produtos de um mesmo modelo, ainda que de diferentes lotes de fabricação. Cabe ao OCP identificar o tamanho do lote de certificação, tendo como base a definição de modelo estabelecida neste RAC.

6.2.1.2 Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação

Os critérios de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.3 Plano de Ensaios

Os critérios do Plano de Ensaios devem seguir o estabelecido no RGCP.

6.2.1.3.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Os ensaios a serem realizados devem cumprir o estabelecido no RGCP, no RTQ para Carrinhos para Crianças e neste RAC, devendo seguir os requisitos estabelecidos no subitem 6.1.1.4.1.

6.2.1.3.2 Definição da Amostragem

6.2.1.3.2.1 O OCP é responsável por presenciar a coleta das amostras de cada modelo de carrinho para criança a ser certificado.

6.2.1.3.2.2 O tamanho da amostra deve ser determinado conforme a norma ABNT NBR 5426, para cada modelo de carrinho para criança a ser certificado, com plano de amostragem simples, distribuição normal, nível geral de inspeção S2 e NQA de 1,5.

6.2.1.3.2.3 Para cada amostra, 2 (duas) unidades de carrinho para crianças devem ser requeridas, para a realização da sequência completa dos ensaios, da seguinte forma:

a) 1 (uma) unidade para os ensaios de Propriedades químicas, Inflamabilidade, Durabilidade da marcação, Embalagem plástica e Informações do produto.

b) 1 (uma) unidade para os demais ensaios.

6.2.1.3.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir o estabelecido no RGCP.

6.2.1.4 Emissão do Certificado de Conformidade

Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir as condições descritas no subitem 6.1.1.6, exceto pela validade do certificado que é indeterminada.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir o estabelecido no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para atividades executadas por OCP acreditado por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados no RGCP e no Anexo III.

12. AUTORIZAÇÃO PARA O USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para Autorização para o uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir o estabelecido no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir o estabelecido no RGCP.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir o estabelecido no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir o estabelecido no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para denúncias, reclamações e sugestões devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

ANEXO A - MEMORIAL DESCRITIVO

1. DADOS GERAIS	
1.1. Razão social do fabricante:	
1.2. Endereço do fabricante:	
1.3. Nome fantasia do fabricante (se aplicável):	
1.4. CNPJ do fabricante:	
1.5. Modelo do carrinho para crianças:	
1.6. Possibilidades de cor e estampa:	
2. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS	
2.1. Materiais:	
a) Chassi:	
b) Cesto para crianças (se aplicável):	
c) Unidade de assento (se aplicável):	
d) Sistema de retenção:	
e) Dispositivos adicionais de retenção:	
2.2. Número máximo de crianças que podem ser transportadas: (_) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) Outro:	
2.3. Idade mínima (meses ou anos):	2.4. Idade máxima (meses ou anos):
2.5. Comprimento interno máximo (mm):	
2.6. Acessórios:	
(_) Cesta porta-objetos (_) Dispositivo de retenção para crianças para automóvel (_) Capa de proteção frontal (_) Alça lateral para transporte (_) Bandeja frontal e porta-bebidas	(_) Capa de chuva (_) Bolsa dos pais (_) Bomba para encher os pneus (_) Outros:
2.7. Desenho do produto:	
2.8. Desenhos Esquemáticos:	
a) Vista Frontal:	b) Vista Lateral:
3. POSICIONAMENTO DAS MARCAÇÕES OBRIGATÓRIAS	
3.1. Informações do produto:	
a) Nome ou marca comercial do fornecedor:	
b) Número de referência ou número de série:	
c) Avisos de atenção:	
d) O número e a data da Norma ABNT NBR 14389:	
3.2. Informações de compra:	
a) Idade mínima e peso de até 15 Kg a que se destina o produto:	
3.3. Selo de Identificação da Conformidade:	

ANEXO III - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1. O Selo de Identificação da Conformidade deve ser aposto no produto e na embalagem dos carrinhos para crianças certificados, devendo seguir um dos modelos descritos neste Anexo. O selo deve ser aposto de forma indelével, ter resistência ao arrancamento e às intempéries, com um tempo esperado de vida útil de 5 anos.

2. O Selo de Identificação da Conformidade não deve ser aposto em acessórios ou partes removíveis do produto. Na embalagem do produto a aposição do Selo de Identificação da Conformidade pode ser feita por impressão, clichê ou colagem.

3. O Selo de Identificação da Conformidade deve ter resistência ao transporte, armazenamento, limpeza, choques e arranhões.

4. O Selo de Identificação da Conformidade deve ter um tamanho mínimo de largura de 50 mm.



Pantone 1235

100%

80%

CMYK

C2 M34 Y94 K0

C2 M27 Y90 K0

Fonte

Univers

Univers Black



Tons de Cinza

100%

90%

70%



PORTARIA Nº 168, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cadeiras de Alimentação Para Crianças - Consolidado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, considerando o que determina o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta no Processo SEI nº 0052600.011822/2020-11, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Cadeiras de Alimentação Para Crianças, na forma do Regulamento Técnico da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, respectivamente, nos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º O Regulamento Técnico da Qualidade, estabelecido no Anexo I, determina os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança do produto.

Art. 3º Os fornecedores de cadeiras de alimentação para crianças deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º As cadeiras de alimentação para crianças, objetos deste Regulamento, deverão ser fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento às cadeiras de alimentação para crianças.

§ 2º Encontram-se excluídos do cumprimento das disposições previstas neste Regulamento as cadeiras e assentos portáteis, fixados em cadeiras comuns, utilizados para alimentação de crianças.

§ 3º As cadeiras de alimentação para crianças que possam ser convertidas em outros tipos como: cadeira baixa, cadeira baixa e mesa, andador, carrinho para crianças, balanço, bebê conforto, dispositivo de retenção para criança, cadeira reclinável para bebês ou outros, devem atender aos requisitos deste Regulamento e à regulamentação para a outra função, caso exista.

Art. 5º A cadeia produtiva de cadeiras de alimentação para crianças fica sujeita às seguintes obrigações e responsabilidades:

I - o fabricante nacional deve fabricar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, cadeiras de alimentação para crianças conforme o disposto neste Regulamento;

II - o importador deve importar e disponibilizar, a título gratuito ou oneroso, cadeiras de alimentação para crianças conforme o disposto neste Regulamento;

III - os demais entes da cadeia produtiva e de fornecimento de cadeiras de alimentação para crianças, incluindo o comércio em estabelecimentos físicos ou virtuais, devem manter a integridade do produto e as suas marcações obrigatórias, preservando o atendimento aos requisitos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caso um ente exerça mais de uma função na cadeia produtiva e de fornecimento, entre as anteriormente listadas, suas responsabilidades são acumuladas.

Exigências Pré-Mercado

Art. 6º As cadeiras de alimentação para crianças, fabricadas, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser submetidas, compulsoriamente, à avaliação da conformidade, por meio do mecanismo de certificação, observado os termos deste Regulamento.

§ 1º Os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Cadeiras de Alimentação Para Crianças estão fixados no Anexo II desta Portaria.

§ 2º A certificação não exime o fornecedor da responsabilidade exclusiva pela segurança do produto.

Art. 7º Após a certificação, as cadeiras de alimentação para crianças, importadas, distribuídas e comercializadas em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registradas no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva.

§ 1º A obtenção do registro é condicionante para a autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos produtos certificados e para sua disponibilização no mercado nacional.

§ 2º O modelo de Selo de Identificação da Conformidade, aplicável para cadeiras de alimentação para crianças, encontra-se no Anexo III desta Portaria.

Art. 8º As cadeiras de alimentação para crianças, abrangidos pelo Regulamento ora aprovado, estão sujeitos ao regime de licenciamento de importação não automático, devendo o importador obter anuência no Inmetro, considerando a Portaria Inmetro nº 18, de 14 de janeiro de 2016, ou substitutiva

Vigilância de Mercado

Art. 9º As cadeiras de alimentação para crianças, objetos deste Regulamento, estão sujeitas, em todo o território nacional, às ações de vigilância de mercado executadas pelo Inmetro e entidades de direito público a ele vinculadas por convênio de delegação.

Art. 10. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Art. 11. O fornecedor, quando submetido a ações de vigilância de mercado, deverá prestar ao Inmetro, as informações requeridas em um prazo máximo de 15 dias.

Prazos e disposições transitórias

Art. 12. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

Cláusula de revogação

Art. 13. Ficam revogadas, na data de vigência desta Portaria, as Portarias Inmetro:

I - nº 683, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2012, seção 1, página 254;

II - nº 51, de 1º de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 6 de fevereiro de 2013, seção 1, página 87; e

III - nº 227, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, seção 1, página 48.

Vigência

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 03 de maio de 2021, conforme determina art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JÚNIOR

ANEXO

ANEXO I - REGULAMENTO TÉCNICO DA QUALIDADE PARA CADEIRAS DE ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

1. OBJETIVO

Este Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ) estabelece os requisitos obrigatórios para Cadeiras de Alimentação para Crianças a serem atendidos por toda cadeia fornecedora do produto no mercado nacional.

Nota: Para simplificação de referência no texto deste Regulamento Técnico da Qualidade, todo e qualquer tipo de cadeira de alimentação para crianças é neste documento denominado "cadeira".

2. DEFINIÇÕES

2.1 Cadeira alta

É a cadeira de alimentação com apoio diretamente no piso, projetada para elevar a criança aproximadamente até a altura da mesa de refeição de adultos, destinada a reter a criança e capaz de mantê-la em uma posição sentada devido à sua própria coordenação. Inclui modelos desmontáveis ou não, com ou sem bandeja, de capacidade de carga máxima de 23 kg.

2.2 Cadeira de alimentação para crianças

É a cadeira utilizada com a finalidade de acomodar as crianças para sua alimentação, capaz de retê-las e mantê-las em uma posição sentada devido à sua própria coordenação.

2.3 Cadeira de encaixe em mesa

É a cadeira de alimentação portátil, projetada para ser fixada em mesa, destinada a reter a criança, e capaz de mantê-la em uma posição sentada devido à sua própria coordenação, de capacidade de carga máxima de 15 kg.

2.4 Cinto tipo suspensório

É o conjunto destinado a reter a criança na cadeira, que compreende uma retenção entre pernas, tiras subabdominais e tiras de ombro.

2.5 Dispositivo de travamento

É o dispositivo instalado que mantém a estrutura em posição de uso (botão, alavanca, trava e outros).

2.6 Partes acessíveis

Para cadeiras altas são consideradas como partes acessíveis as partes internas e externas da cadeira situadas acima e até 300 mm abaixo do assento. Para cadeiras de encaixe em mesa, são as partes situadas acima do assento e o suporte de ancoramento.

2.7 Pontos de cisalhamento e compressão

São espaços que podem causar danos às partes do corpo e que ocorrem quando duas partes acessíveis se movimentam uma em relação à outra.

2.8 Retenção entre pernas

É a tira que passa entre as pernas da criança, a qual evita que a mesma escorregue para frente ou para fora da cadeira.

2.9 Sistema de travamento

É o mecanismo composto por um dispositivo de travamento e/ou mais dispositivos de operação, que são ativados/desativados por ação humana.

2.10 Suporte de ancoramento

É o dispositivo destinado a fixar a cadeira de encaixe à mesa.

2.11 Tiras de ombro

São tiras que retêm a parte superior do tronco da criança.

2.12 Tiras subabdominais

São tiras que, quando apertadas, envolvem a cintura da criança.

3. REQUISITOS GERAIS PARA MATERIAIS

3.1 Os materiais devem estar visualmente limpos e isentos de deterioração. Madeira, materiais à base de madeira e materiais de origem vegetal devem estar livres de infestação.

3.2 As superfícies dos materiais, ou seja, as partes da cadeira que são pintadas, envernizadas, laqueadas ou revestidas, não podem expor à criança ao contato com elementos tóxicos.

3.3 Os tecidos das cadeiras de encaixe em mesa não podem apresentar inflamabilidade tal que exponha a criança ao perigo de fogo.

3.4 Todas as partes de tecido que, de acordo com as instruções do fabricante, possam ser removidas da cadeira para lavagem, não podem sofrer encolhimento que danifique suas costuras ou prejudique sua recolocação ou o uso adequado da cadeira.

4. REQUISITOS TÉCNICOS

4.1 A cadeira deve ser montada de acordo com as instruções do fabricante.

4.2 Bordas expostas, cantos e partes salientes devem ser arredondadas ou chanfradas e isentas de rebarbas ou arestas vivas, de forma a não expor a criança a risco de cortes e ferimentos.

4.3 Toda a característica construtiva da cadeira não pode expor a criança a risco de retenção de partes de seu corpo, como dedos, pés, cabeça e tronco. A cadeira não pode ter nenhum tubo de extremidade aberta, nem projeções, furos, arruelas soltas, trilhos, porcas ou fendas, nos quais o dedo ou a pele da criança possam ficar presos quando a cadeira estiver sendo usada.

4.4 Não pode haver pontos de cisalhamento e compressão durante o uso da cadeira, de forma a evitar riscos de corte e esmagamento.

4.5 Parafusos de madeira ou autoatarraxantes não podem ser utilizados para a montagem de quaisquer componentes que precisem ser removidos pelo consumidor, quando for necessário desmontar a cadeira para transporte ou estocagem.

4.6 As partes destacáveis da cadeira devem possuir dimensões que impossibilitem sua ingestão ou inalação pela criança.

4.7 Os componentes não destacáveis da cadeira devem ser embutidos ou fixados ao produto de forma a impossibilitar a ingestão ou inalação de objetos pequenos pela criança, mesmo se eventualmente se soltarem quando submetidos à força de tração.

4.8 A cadeira deve ser equipada com um dispositivo de retenção para evitar que a criança escorregue para frente e para fora do assento. O dispositivo de retenção deve ser composto por um cinto tipo suspensório, e as tiras entrepernas, subabdominais e de ombro desse conjunto devem ter uma largura mínima de 20 mm.

4.9 Quando a cadeira alta for equipada com pontos de fixação para um cinto de segurança opcional, descrito no manual de instruções de uso da cadeira, estes pontos devem manter suas funções após os ensaios descritos na norma ABNT NBR 15991-2:2011, item 6.7, e devem ser fixados até 50 mm a frente do encosto e até 75 mm acima do assento. O movimento de um ponto de fixação não pode afetar outro.

Nota: Este item não exime a obrigatoriedade de um sistema de retenção, que deve ser composto por um cinto tipo suspensório, compreendendo uma retenção entrepernas, tiras subabdominais e tiras de ombro.

4.10 Os pontos de ancoragem não podem ser danificados quando submetidos à ação de uma força de tração.

4.11 Quando submetidos à ação de uma força de tração, o fecho do dispositivo de retenção não pode desengatar e o movimento máximo das tiras e reguladores deve ser de:

a) No caso de cadeira alta, 20 mm; e

b) No caso de cadeira de encaixe em mesa, 10 mm.

4.12 O fecho do dispositivo de retenção não pode ser desengatado pela criança.

4.13 O fecho do dispositivo de retenção deve permanecer em boas condições após o uso continuado da cadeira.

4.14 Mecanismos de travamento devem ser instalados para evitar a movimentação, o deslocamento ou o dobramento da cadeira enquanto a criança estiver sentada e também quando a criança estiver sendo colocada ou retirada da cadeira.

4.15 Deve haver pelo menos um mecanismo de travamento que seja acionado automaticamente quando a cadeira for preparada para o uso.

Nota: O acionamento automático pode ser substituído quando o próprio peso da criança atuar para evitar o dobramento ou a desmontagem da cadeira.

4.16 A liberação ou operação involuntária dos mecanismos de travamento deve ser evitada de acordo com uma das seguintes condições:

a) Existência de pelo menos um mecanismo de travamento que requeira uma força mínima de 50 N para sua liberação;

b) Uso de pelo menos um mecanismo de travamento que solicite a utilização de uma ferramenta para ser liberado;

c) Uso de dois mecanismos de travamento independentes e operados simultaneamente;

d) Uso de dois ou mais dispositivos de travamento de acionamento automático que não possam ser liberados por uma única ação; e

e) Quando a liberação do mecanismo de travamento exigir duas ações consecutivas, com a primeira sendo mantida enquanto a segunda é realizada.

4.17 Qualquer mecanismo de travamento deve apresentar durabilidade, permanecendo em boas condições após o uso continuado da cadeira.

4.18 A cadeira deve dispor de proteção lateral, sendo que a distância da superfície do assento até o topo da proteção lateral deve ser de:

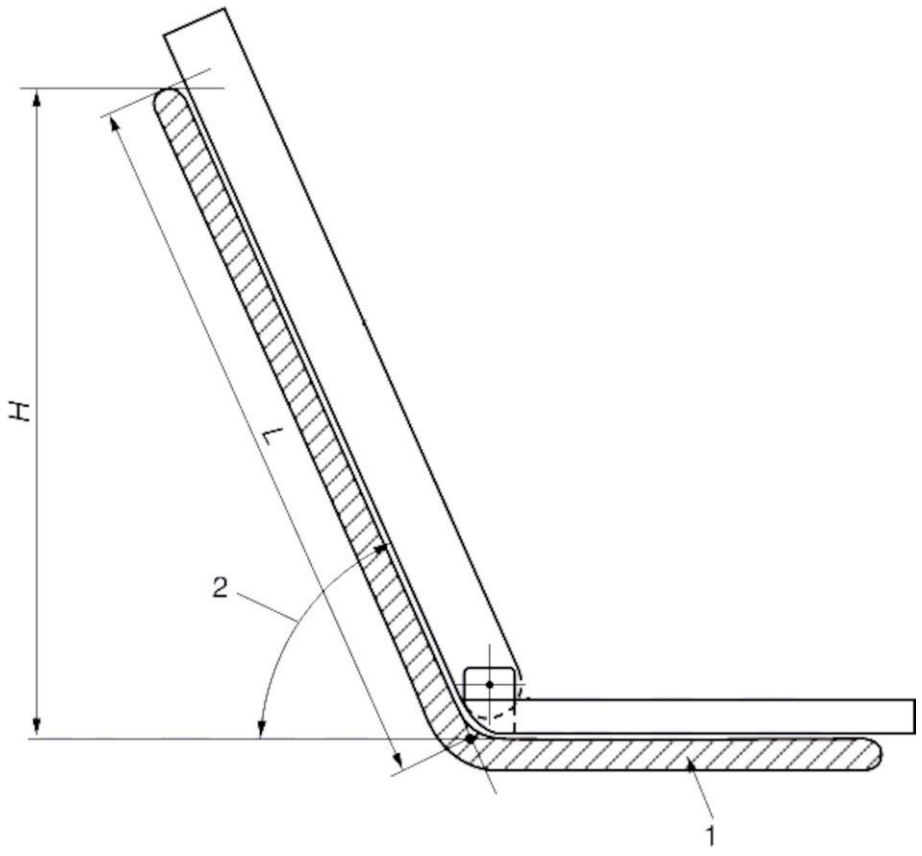
a) No caso de cadeira alta, no mínimo 140 mm; ou

b) No caso de cadeira de encaixe em mesa, no mínimo de 170 mm.

4.19 A altura e o ângulo do encosto da cadeira devem ser tais que não exponham a criança a riscos de queda, sufocamento, ferimentos e demais injúrias.

4.20 A cadeira deve dispor de encosto com altura mínima de 250 mm, medida na posição mais vertical.

4.21 Exclusivamente para cadeira alta, o ângulo do encosto da cadeira com a horizontal deve estar compreendido entre 65º e 75º, conforme a Figura 1, quando na posição mais vertical.



Legenda:
1 - Assento
2 - Ângulo do encosto com a horizontal
H - Altura do encosto
L - Comprimento do encosto
Figura 1 - Medição do ângulo, comprimento e altura do encosto

4.22 Para cadeira alta com encosto reclinável, quando o ângulo do encosto for menor que 60º em relação à horizontal, o comprimento mínimo deve ser de 400 mm.

4.23 O encosto reclinável da cadeira alta não pode deslizar de uma posição para outra ou sofrer diminuição do ângulo com a horizontal quando submetido à ação de uma força de tração.

4.24 Toda a parte de tecido destinada à retenção da criança, quando fixada de acordo com a orientação do fabricante, não pode permitir que a criança caia da unidade de assento. Caso o revestimento do assento seja removível da estrutura, deve haver dispositivos para fixação do mesmo.

4.25 As cadeiras altas podem dispor de no máximo 2 (duas) rodas ou rodízios, que devem ser equipadas com freios.

4.26 Os freios devem apresentar durabilidade. O acionamento do mecanismo de freio, mesmo após seu uso continuado, deve permitir que a estrutura fique estática e que impossibilite o movimento das rodas.

4.27 A cadeira deve ser estável, não podendo tombar com a movimentação da criança.

4.28 A cadeira deve ser resistente, não podendo ter sua estrutura afetada e suas funções prejudicadas com o uso continuado do produto.

4.29 Cadeiras de encaixe em mesa não podem ser projetadas com apoio de pé.

4.30 O suporte de ancoramento da cadeira de encaixe deve permanecer fixo à mesa quando submetido à ação de uma força de tração.

5. REQUISITOS DE MARCAÇÕES E INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO PRODUTO E NA EMBALAGEM

5.1 A cadeira deve conter avisos de atenção, em língua portuguesa, que permaneçam legíveis mesmo após seu uso continuado, e que forneçam as informações comerciais do produto de forma a garantir a rastreabilidade e a reduzir possíveis consequências dos perigos previsíveis ligados ao uso do produto. Um manual de instruções de uso deve ser fornecido com a cadeira.

5.2 Quando as cadeiras forem embaladas com material plástico que não atendam aos requisitos da norma técnica ABNT NBR NM 300-1, este deve ser marcado em letras não inferiores a 5 mm de altura, em negrito e caixa alta, com o seguinte texto: "PARA EVITAR O PERIGO DE ASFIXIA, MANTER ESTA EMBALAGEM PLÁSTICA FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS!"

5.3 A embalagem deve ser marcada com, no mínimo, com as seguintes informações:

a) Razão social e CNPJ do fornecedor;

b) Informações sobre a idade mínima e peso máximo recomendado para uso;

c) Número do telefone do serviço de atendimento ao consumidor do fornecedor; e,

d) Aviso, de maneira clara, chamando a atenção para a necessidade de se lerem as instruções do manual antes de colocar a cadeira em uso.

5.4 O produto deve ser marcado com, no mínimo, as seguintes informações:

a) Razão social e CNPJ do fornecedor;

b) Informações sobre a idade mínima e peso máximo recomendado para uso;

c) Informações quanto às espessuras mínima e máxima da mesa na qual a cadeira será fixada (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa);

d) Mês e ano de fabricação; e,

e) Os dizeres: "Atenção! Nunca deixe a criança sozinha sem a supervisão de um adulto." "Atenção! Utilize sempre o cinto de segurança." "Este produto não pode ser fixado em mesas de tampo de vidro e/ou plástico, mesas redondas, mesas com pé central, mesas com tampo removível, mesas de jogo e mesas de camping." (última frase deste item exclusiva para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

6. REQUISITOS DE INSTRUÇÕES DE USO

6.1 As cadeiras devem ser fornecidas com manual de instrução, em língua portuguesa, contendo informações completas para o uso da cadeira com segurança. O manual deve ser simples de entender, conter o número de contato do serviço de atendimento ao consumidor, incluir detalhes de como abrir e fechar a cadeira, cuidados no uso, manutenção e limpeza.

6.2 A altura de letra impressa no corpo do texto do manual deve ser de no mínimo 1,5 mm e dos avisos de advertência sempre em negrito e com no mínimo 5 mm. Para títulos, o tamanho mínimo é de 4 mm e o contraste de impressão deve ser de no mínimo 70%.

6.3 As instruções devem conter figuras ilustrativas próximas ao texto para a montagem, desmontagem e manuseio do produto.

6.4 O manual deve conter, no mínimo, as seguintes frases de advertências:

a) "ATENÇÃO! Nunca deixe a criança sozinha na cadeira e sem a supervisão de um adulto."

b) "ATENÇÃO! Não utilize a cadeira se houver algum elemento danificado ou em falta."

c) "ATENÇÃO! Mantenha as embalagens fora do alcance da criança para evitar riscos de asfixia."

d) "ATENÇÃO! Assegure-se de que todos os dispositivos de travamento estejam acionados antes do uso e que o cinto de segurança esteja corretamente afivelado."

e) "ATENÇÃO! Mantenha os freios acionados sempre que a cadeira estiver em uso."

f) "ATENÇÃO! Esteja ciente do risco de chama e outras fontes de calor nas proximidades da cadeira."

g) "A cadeira só deve ser usada por crianças que já conseguem sentar sozinhas."

h) "Utilize somente acessórios vendidos ou aprovados pelo fabricante. A utilização de outros acessórios pode ser perigosa."

i) "Não pendure nenhum peso na cadeira."

j) "Verifique se a mesa não oscila após a colocação da cadeira. A mesa deve estar estável." (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

k) "Não utilize a cadeira se a criança pesar mais do que 15 kg." (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

l) "Verifique regularmente os parafusos e, se for necessário, aperte-os. Verifique também as ventosas, quando houver". (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

m) "Não fixe a cadeira num local onde a criança possa deslocá-la ao empurrar com os pés a mesa, uma outra cadeira ou outra estrutura similar." (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

n) "Este produto não pode ser fixado em mesas de tampo de vidro e/ou plástico, mesas redondas, mesas com pé central, mesas com tampo removível, mesas de jogo e mesas de camping." (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

o) "Mantenha limpas e secas as duas faces da mesa em que será fixada a cadeira." (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

p) "Não utilize toalha ou qualquer outro objeto suscetível de prejudicar o correto funcionamento dos elementos de fixação da cadeira." (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

q) Informações quanto às espessuras mínima e máxima da mesa na qual a cadeira será fixada. (item exclusivo para o caso de cadeira de encaixe em mesa).

ANEXO II - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA CADEIRAS DE ALIMENTAÇÃO PARA CRIANÇAS

1. OBJETIVO

Estabelecer os critérios e procedimentos para avaliação da conformidade de cadeiras de alimentação para crianças, com foco na segurança, atendendo ao Regulamento Técnico da Qualidade para Cadeiras de Alimentação para Crianças, por meio do mecanismo de certificação, visando a prevenção de acidentes de consumo.

Nota: Para a simplificação de referência no texto destes Requisitos de Avaliação da Conformidade, todo e qualquer tipo de cadeira de alimentação para crianças é neste documento denominado "cadeira".

1.1 Agrupamento para efeito de certificação

1.1.1 Para certificação do objeto deste RAC, aplica-se o conceito de modelo.

1.1.2 Os modelos de cadeiras de alimentação para crianças se constituem como exemplares que apresentam os mesmos materiais de construção, dimensões, capacidade de carga, dispositivos de travamento e tipo de base/suporte de ancoramento.

1.1.3 Cores e estampas diferentes caracterizam variações do mesmo modelo.

2. SIGLAS

Para fins deste RAC, é adotada a sigla a seguir, complementada pelas contidas nos documentos complementares citados no item 3.

MPE - Micro e Pequena Empresa

3. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos complementares.

Portaria Inmetro vigente	Requisitos Gerais de Certificação de Produtos - RGCP.
ABNT NBR ISO 9001:2015	Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos.
ABNT NBR NM 300-1:2011	Segurança de Brinquedos Parte 1: Propriedades Gerais, Mecânicas e Físicas.
ABNT NBR NM 300-2:2004	Segurança de Brinquedos Parte 2: Inflamabilidade.
ABNT NBR NM 300-3:2011	Segurança de Brinquedos Parte 3: Migração de Certos Elementos.
ABNT NBR 15991-1:2011	Cadeiras Altas Para Crianças Parte 1: Requisitos de Segurança.
ABNT NBR 15991-2:2011	Cadeiras Altas Para Crianças Parte 2: Métodos de Ensaio.
ABNT NBR 9176:2016	Espuma Flexível de Poliuretano - Determinação da Força de Indentação.

4. DEFINIÇÕES

Para fins deste RAC, são adotadas as definições citadas no RTQ, complementadas pelas definições contidas nos documentos complementares citados no item 3.

5. MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O mecanismo de avaliação da conformidade para cadeiras de alimentação para crianças é o da certificação.

6. ETAPAS DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

Este RAC estabelece 3 modelos de certificação distintos, cabendo ao fornecedor optar por um deles:

a) Modelo de certificação 4 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, seguido de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostras do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade.

b) Modelo de certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade, e auditoria do SGQ.

c) Modelo de Certificação 1b - Ensaio de lote.

6.1 Avaliação inicial

Neste item são descritas as etapas iniciais do processo de avaliação da conformidade, que culminam na atestação da conformidade da cadeira.

Nota: As etapas de Solicitação de Certificação e de Análise da Solicitação e da Conformidade da Documentação descritas, respectivamente, nos itens 6.1.1 e 6.1.2 deste RAC são comuns para todos os modelos de certificação. As demais etapas de avaliação da conformidade são especificadas separadamente para cada modelo nos itens 6.2, 6.3 e 6.4 deste RAC.

6.1.1 Solicitação de certificação

O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP de acordo com os requisitos do RGCP, juntamente com:

a) Memorial Descritivo, conforme Anexo B deste RAC; e

b) No caso de opção de certificação pelo Modelo 4, o fornecedor deve demonstrar ao OCP qual o critério de rastreabilidade que ele utiliza.

Nota: As MPEs devem apresentar documentos que comprovem a sua classificação, de acordo com a legislação vigente. Cabe ao OCP avaliar e validar esta classificação.

6.1.2 Análise da solicitação e da conformidade da documentação

Os critérios de análise da solicitação e da conformidade da documentação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2 Modelo de certificação 4

O modelo de certificação 4 deve ser usado somente como opção para fabricantes nacionais que comprovem sua classificação como MPE e/ou para artesãos nacionais.

6.2.1 Avaliação inicial

6.2.1.1 Plano de ensaios iniciais

O OCP deve elaborar o plano de ensaios iniciais conforme os critérios estabelecidos no RGCP e neste RAC.

6.2.1.1.1 Definição dos ensaios, inspeções visuais e/ou medições a serem realizados

Os ensaios aplicáveis às cadeiras altas estão listados no item A.1 do Anexo A deste RAC, e os ensaios aplicáveis a cadeiras de encaixe em mesa estão listados no item A.2 do Anexo A deste RAC. As inspeções visuais e/ou medições a serem realizadas estão listadas nos itens 3.1, 4.5, 4.8, 4.9, 4.15, 4.25 e 4.29 do RTQ.

6.2.1.1.2 Definição da amostragem

6.2.1.1.2.1 Para cada modelo de cadeira de alimentação, o OCP deve coletar amostra (prova, contraprova e testemunha) para verificar o atendimento aos requisitos descritos no RTQ. O número de amostras e os critérios de aceitação para cada ensaio, inspeções visuais e/ou medições são especificados nas Tabelas 1 e 2 a seguir. Os ensaios devem ser realizados na ordem em que aparecem nas tabelas.

Tabela 1: Amostragem para os ensaios, inspeções visuais e/ou medições para cadeiras altas

Ensaios, inspeções visuais e/ou medições	Amostragem			Critérios de Aceitação
	Prova	Contraprova	Testemunha	
Inspeção visual dos materiais	1	1	1	Conforme o item 3.1 do RTQ
Inspeção visual dos parafusos				Conforme o item 4.5 do RTQ
Inspeção visual do dispositivo de retenção				Conforme os itens 4.8 e 4.9 do RTQ
Inspeção visual do mecanismo de travamento				Conforme o item 4.15 do RTQ
Inspeção visual das rodas e freios				Conforme o item 4.25 do RTQ
Ensaio de migração de elementos químicos				Conforme o item A.1.2 do Anexo A do RAC
Ensaio de encolhimento de tecidos (aplicável somente para cadeiras fabricadas com tecidos que possam ser removidos para lavagem)	1	1	1	Conforme o item A.1.3 do Anexo A do RAC
Inspeção de montagem				Conforme o item A.1.4 do Anexo A do RAC
Ensaio de bordas, cantos e partes salientes				Conforme o item A.1.5 do Anexo A do RAC
Ensaio de impacto				Conforme o item A.1.16 do Anexo A do RAC
Ensaios do mecanismo de travamento				Conforme o item A.1.10 do Anexo A do RAC
Ensaio dos freios das rodas (aplicável somente para cadeiras que possuam rodas ou rodízios)				Conforme o item A.1.14 do Anexo A do RAC
Ensaios de partes pequenas				Conforme o item A.1.8 do Anexo A do RAC
Ensaios de orifícios, fendas e aberturas				Conforme o item A.1.6 do Anexo A do RAC
Partes móveis				Conforme o item A.1.7 do Anexo A do RAC
Ensaios do dispositivo de retenção				Conforme o item A.1.9 do Anexo A do RAC
Medição da altura da proteção lateral				Conforme o item A.1.11 do Anexo A do RAC
Ensaios do encosto				Conforme o item A.1.12 do Anexo A do RAC
Ensaio dinâmico do assento (aplicável somente para cadeiras que não possuam uma base rígida sob o assento)				Conforme o item A.1.13 do Anexo A do RAC
Ensaio de carga estática vertical do assento				Conforme o item A.1.16 do Anexo A do RAC
Ensaio de carga estática vertical do apoio para pés (aplicável somente para cadeiras que possuam apoio para pés, removível ou não)				Conforme o item A.1.16 do Anexo A do RAC
Ensaios de estabilidade				Conforme o item A.1.15 do Anexo A do RAC
Ensaios da bandeja				Conforme o item A.1.16 do Anexo A do RAC
Marcações e instruções de uso				Conforme os itens 5 e 6 do RTQ
Total da amostragem por marca/modelo	2	2	2	

Tabela 2: Amostragem para os ensaios, inspeções visuais e/ou medições para cadeiras de encaixe em mesa

Ensaios/inspeções visuais e/ou medições	Amostragem			Critérios de Aceitação
	Prova	Contraprova	Testemunha	
Inspeção visual dos materiais	1	1	1	Conforme o item 3.1 do RTQ
Inspeção visual dos parafusos				Conforme o item 4.5 do RTQ
Inspeção visual do dispositivo de retenção				Conforme os itens 4.8 e 4.9 do RTQ
Inspeção visual do mecanismo de travamento				Conforme o item 4.15 do RTQ
Inspeção visual das rodas e freios				Conforme o item 4.25 do RTQ
Inspeção visual do apoio de pé				Conforme o item 4.29 do RTQ
Ensaio de migração de elementos químicos				Conforme o item A.2.4 do Anexo A do RAC
Ensaio de inflamabilidade de tecidos				Conforme o item A.2.5 do Anexo A do RAC
Ensaio de encolhimento de tecidos	1	1	1	Conforme o item A.2.6 do Anexo A do RAC
Inspeção de montagem				Conforme o item A.2.7 do Anexo A do RAC
Ensaio de bordas, cantos e partes Salientes				Conforme o item A.2.8 do Anexo A do RAC
Ensaios de orifícios, fendas e Aberturas				Conforme o item A.2.9 do Anexo A do RAC
Partes móveis				Conforme o item A.2.10 do Anexo A do RAC
Ensaios de partes pequenas				Conforme o item A.2.11 do Anexo A do RAC
Ensaios do mecanismo de Travamento				Conforme o item A.2.13 do Anexo A do RAC
Ensaios do assento				Conforme o item A.2.16 do Anexo A do RAC
Ensaio do suporte de ancoramento				Conforme o item A.2.18 do Anexo A do RAC
Ensaios do dispositivo de retenção				Conforme o item A.2.12 do Anexo A do RAC
Ensaio de estabilidade				Conforme o item A.2.17 do Anexo A do RAC
Ensaio de balanço				Conforme o item A.2.19 do Anexo A do RAC
Medição de altura da proteção lateral				Conforme o item A.2.14 do Anexo A do RAC
Medição de altura do encosto				Conforme o item A.2.15 do Anexo A do RAC
Marcações e instruções de uso				Conforme o itens 5 e 6 do RTQ
Total da amostragem por marca/modelo	2	2	2	

6.2.1.1.2.2 Todos os ensaios, inspeções visuais e/ou medições devem ser realizados na amostra prova. Caso os resultados de todos os ensaios, inspeções visuais e/ou medições sejam conformes, o produto deve ser considerado aprovado. Caso seja verificado algum resultado não conforme na prova, a amostra deve ser considerada reprovada.

6.2.1.1.2.3 Caso haja reprovação da amostra prova, o fornecedor pode optar por corrigir as não conformidades apontadas pelo OCP. Nesse caso, o processo somente tem continuidade após o fornecedor apresentar novas amostras para prova, contraprova e testemunha para a repetição de todos os ensaios, inspeções visuais e/ou medições.

6.2.1.1.2.4 Caso o fornecedor opte por utilizar a contraprova e testemunha, estas devem ser submetidas ao(s) ensaio(s), inspeções visuais e/ou medições em que a amostra prova foi reprovada. Caso seja verificado algum resultado não conforme a amostra e o produto devem ser considerados reprovados.

6.2.1.1.3 Definição do laboratório

Os critérios para a definição do laboratório devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.2 Tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.3 Emissão do certificado de conformidade

Os critérios para a emissão do certificado de conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.1.3.1 No certificado de conformidade, o modelo deve ser notado conforme Quadro 1.

Quadro 1: Instrução de notação do modelo no certificado

Marca	Modelo (Designação Comercial do Modelo e Códigos de referência comercial, se existentes).	Descrição (Descrição Técnica do Modelo) - materiais de construção; - dimensões; - capacidade de carga; - dispositivos de travamento; - dispositivo de retenção; - tipo de base	Código de barras comercial (quando existente) de todas as versões.

6.2.1.3.2 Certificado de conformidade

O certificado de conformidade deve ter validade de 4 (quatro) anos.

6.2.2 Avaliação de manutenção

A avaliação de manutenção deve ser programada pelo OCP, de acordo com os critérios estabelecidos nas etapas subsequentes.

6.2.2.1 Plano de ensaios de manutenção

Os ensaios de manutenção devem ser realizados e registrados, atendendo às etapas a seguir descritas.

6.2.2.1.1 Definição de ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem ser realizados e concluídos em até 12 (doze) meses de acordo com o item 6.2.1.1.1 deste RAC.

6.2.2.1.2 Definição da amostragem de manutenção

Para a realização dos ensaios de manutenção, o OCP deve realizar a compra ou coleta aleatória das amostras dos modelos certificados. Devem ser observadas as condições descritas no item 6.2.1.1.2 deste RAC.

6.2.2.1.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.2.2 Tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.2.3 Confirmação da manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.2.3 Avaliação de recertificação

Os critérios gerais de avaliação para a recertificação estão contemplados no RGCP. O prazo para a recertificação é de 4 (quatro) anos.

6.3 Modelo de certificação 5

6.3.1 Avaliação inicial

6.3.1.1 Auditoria inicial do sistema de gestão

Os critérios de auditoria inicial do sistema de gestão devem seguir as condições descritas no RGCP.

6.3.1.1.1 Para MPE, a avaliação do SGQ do processo produtivo deve ser realizada pelo OCP com base na abrangência do processo de certificação e conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Itens de verificação da norma ABNT NBR ISO 9001:2015 para MPE

REQUISITOS DO SGQ	ABNT NBR ISO 9001:2015
Informação documentada	7.5.2 / 7.5.3
Requisitos para produtos e serviços	8.2.1
Controle de processos, produtos e serviços providos externamente	8.4.1 / 8.4.2 / 8.4.3
Produção e provisão de serviços	8.5.2 / 8.5.4
Liberação de produtos e serviços	8.6
Controle de saídas não conformes	8.7
Monitoramento, medição, análise e avaliação	9.1.2
Não conformidade e ação corretiva	10.2

6.3.1.2 Plano de ensaios iniciais

O OCP deve elaborar o plano de ensaios iniciais conforme os critérios estabelecidos no RGCP.

6.3.1.2.1 Definição dos ensaios, inspeções visuais e/ou medições a serem realizados

Os ensaios aplicáveis às cadeiras altas estão listados no item A.1 do Anexo A deste RAC, e os ensaios aplicáveis a cadeiras de encaixe em mesa estão listados no item A.2 do Anexo A deste RAC. As inspeções visuais e/ou medições a serem realizadas estão listadas nos itens 3.1, 4.5, 4.8, 4.9, 4.15, 4.25 e 4.29 do RTQ.

6.3.1.2.2 Definição da amostragem

Os critérios para definição da amostragem devem seguir as condições estabelecidas no item 6.2.1.1.2 deste RAC.

6.3.1.2.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.2 Tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.3 Emissão do certificado de conformidade

Os critérios para a emissão do certificado de conformidade na etapa de avaliação inicial devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.3.1 Certificado de conformidade

6.3.3.1.1 O certificado de conformidade deve ter validade de 4 (quatro) anos.

6.3.3.1.2 No certificado de conformidade, o modelo deve ser notado conforme Quadro 1.

6.3.4 Avaliação de manutenção

A avaliação de manutenção deve ser programada pelo OCP, de acordo com os critérios estabelecidos no RGCP.

6.3.4.1 Auditoria de manutenção

6.3.4.1.1 Os critérios da auditoria de manutenção estão contemplados no RGCP. A auditoria deve ser realizada e concluída a cada 12 (doze) meses.

6.3.4.1.2 O OCP deve avaliar o SGQ do fabricante de acordo com o item 6.3.1.1 deste RAC.

6.3.4.2 Plano de ensaios de manutenção

O Plano de ensaios de manutenção deve ser realizado de acordo com o previsto no RGCP, atendendo às etapas a seguir descritas.

6.3.4.2.1 Definição de ensaios a serem realizados

Os ensaios de manutenção devem ser realizados e concluídos em até 12 (doze) meses de acordo com o item 6.3.1.2.1 deste RAC.

6.3.4.2.2 Definição da amostragem de manutenção

Para a realização dos ensaios de manutenção, o OCP deve realizar a compra ou coleta aleatória das amostras. Devem ser observadas as condições descritas no item 6.3.1.2.2 deste RAC.

6.3.4.2.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.4.3 Tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção

Os critérios para tratamento de não conformidades na etapa de avaliação de manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.4.4 Confirmação da manutenção

Os critérios de confirmação da manutenção devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.3.5 Avaliação de recertificação

Os critérios gerais de avaliação para a recertificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. O prazo para a recertificação é de 4 (quatro) anos.

6.4 Modelo de certificação 1b

6.4.1 Plano de ensaios

O OCP deve elaborar o plano de ensaios iniciais conforme os requisitos estabelecidos no RGCP e neste RAC.

6.4.1.1 Definição dos ensaios, inspeções visuais e/ou medições a serem realizados

Os ensaios aplicáveis às cadeiras altas estão listados no item A.1 do Anexo A deste RAC, e os ensaios aplicáveis a cadeiras de encaixe em mesa estão listados no item A.2 do Anexo A deste RAC. As inspeções visuais e/ou medições a serem realizadas estão listadas nos itens 3.1, 4.5, 4.8, 4.9, 4.15, 4.25 e 4.29 do RTQ.

6.4.1.2 Definição da amostragem

6.4.1.2.1 O OCP é responsável pela coleta aleatória das amostras da cadeira a ser certificada, por modelo, conforme a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Amostragem para os ensaios para certificação dos modelos das cadeiras

Ensaios	Tamanho do Lote	Amostragem
Conforme Tabelas 1 e 2 deste RAC	1 a 1.000	2
	1001 a 5.000	4
	5.001 a 10.000	10
	Igual ou acima de 10.001	20

6.4.1.2.2 A amostragem da Tabela 4 deve ser dividida proporcionalmente aos ensaios, inspeções visuais e/ou medições estabelecidos pelas Tabelas 1 e 2 deste RAC.

6.4.1.3 Definição do laboratório

A definição de laboratório deve seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.4.2 Emissão do certificado de conformidade

Os critérios para emissão do certificado de conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e no Quadro 1 deste RAC. A validade do certificado é indeterminada.

7. TRATAMENTO DE RECLAMAÇÕES

Os critérios para tratamento de reclamações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

8. ATIVIDADES EXECUTADAS POR OCP ACREDITADO POR MEMBRO DO MLA DO IAF

Os critérios para as atividades executadas por OCPs acreditados por membro do MLA do IAF devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

9. TRANSFERÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para transferência da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

10. ENCERRAMENTO DA CERTIFICAÇÃO

Os critérios para encerramento da certificação devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

11. SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios gerais para o Selo de Identificação da Conformidade estão contemplados no RGCP e no Anexo III desta Portaria.

11.1 O Selo de Identificação da Conformidade deve ser aposto no produto e na embalagem, de forma clara, indelével e não violável, em local visível, impresso (em forma de adesivo ou não), podendo seguir um dos modelos descritos no Anexo III desta Portaria.

12. AUTORIZAÇÃO PARA USO DO SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

Os critérios para autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

13. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

Os critérios para responsabilidades e obrigações devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP e neste RAC.

14. ACOMPANHAMENTO NO MERCADO

Os critérios para acompanhamento no mercado devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

15. PENALIDADES

Os critérios para aplicação de penalidades devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

16. DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Os critérios para a exposição de denúncias, reclamações e sugestões devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

ANEXO A - DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TÉCNICOS

A.1 ENSAIOS APLICÁVEIS A CADEIRAS ALTAS

A.1.1 Tolerâncias

Para todos os ensaios, salvo disposição em contrário do ensaio em particular, aplicam-se as tolerâncias a seguir:

- forças: + 5%;
- massas: + 0,5 %;
- dimensões: + 1 mm;
- ângulos: + 2º;
- posicionamento dos blocos de carga: + 5 mm.

Nota: As forças podem ser substituídas por massas, utilizando-se a relação 10 N = 1 kg.

A.1.2 Ensaio de migração de elementos químicos

A migração de Antimônio (Sb), Arsênio (As), Bário (Ba), Cádmio (Cd), Cromo (Cr), Chumbo (Pb), Mercúrio (Hg) e Selênio (Se) não pode superar os limites máximos estabelecidos na Tabela 1, conforme ensaio definido na norma técnica ABNT NBR NM 300-3.

Tabela 1. Limites máximos de migração de elemento

Elemento	Sb	As	Ba	Cd	Cr	Pb	Hg	Se
Migração máxima, em mg/kg	60	25	1.000	75	60	90	60	500

A.1.3 Ensaio de encolhimento de tecidos

Os tecidos que possam ser removidos da cadeira para lavagem devem ser lavados e secados duas vezes de acordo com as instruções do fabricante. O encolhimento resultante da ação de lavagem, caso ocorra, não pode evitar que os tecidos sejam montados novamente na estrutura da cadeira sem danificar suas costuras ou prejudicar seu desempenho.

A.1.4 Inspeção de montagem

A cadeira deve ser montada de acordo com as instruções do fabricante, devendo-se avaliar se essas instruções são suficientes e necessárias para o consumidor montá-la.

A.1.5 Ensaio de bordas, cantos e partes salientes

A.1.5.1 As bordas, cantos e partes salientes devem ser arredondas ou chanfradas e isentas de rebarbas e arestas vivas conforme a norma técnica ABNT NBR NM 300-1.

A.1.5.2 A borda frontal superior do assento deve ter um raio de pelo menos 5 mm.

A.1.6 Ensaios de orifícios, fendas e aberturas

A.1.6.1 Orifícios, fendas e aberturas menores que 12 mm

Não pode haver orifícios, fendas ou aberturas acessíveis à criança, com dimensões entre 7 mm e 12 mm, que sejam mais profundos que 10 mm, quando a cadeira for ensaiada de acordo com o ensaio "Outras Aberturas" da norma técnica ABNT NBR 15991-2. A conformidade é atendida se a sonda de 7 mm não penetrar e a de 12 mm penetrar no orifício, fenda ou abertura. Este ensaio não se aplica às partes não acessíveis da cadeira e ao dispositivo de retenção.

A.1.6.2 Orifícios, fendas e aberturas maiores

Com exceção da entrada para a unidade do assento e das duas aberturas para as pernas da criança, não pode haver orifícios, fendas ou aberturas acima da superfície do assento que permitam que a sonda de tronco pequeno penetre quando aplicada uma força de até 30 N, conforme o ensaio "Outras Aberturas" da norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.1.7 Partes móveis

A presença de pontos de cisalhamento e compressão durante o uso da cadeira deve ser verificada através de inspeção visual. Nos casos em que os pontos de cisalhamento e compressão não puderem ser evitados por razões funcionais, as condições individuais descritas na norma técnica ABNT NBR 15991-1 devem ser atendidas, e os pontos de corte e compressão devem ser ensaiados conforme o ensaio "Abertura entre Partes Móveis" descrito na norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.1.8 Ensaios de partes pequenas

A.1.8.1 Partes destacáveis

Qualquer componente destinado a ser removível sem o uso de ferramenta não pode encaixar totalmente dentro do cilindro de partes pequenas, conforme descrito na norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.1.8.2 Partes não destacáveis

O ensaio de partes pequenas não destacáveis deve ser realizado, conforme descrito na norma ABNT NBR 15991-2, aplicando-se uma força de tração ao componente a ser ensaiado. Caso o componente seja removido com a aplicação da força, o mesmo não pode encaixar totalmente dentro do cilindro de partes pequenas.

A.1.9 Ensaios do dispositivo de retenção

A.1.9.1 Resistência dos pontos de ancoragem

Os pontos de ancoragem não podem ser danificados quando submetidos à ação de uma força dez vezes superior à capacidade de massa da cadeira informada pelo fabricante, durante 1 min, na direção mais provável de causar rompimento.

A.1.9.2 Resistência do cinto tipo suspensório

O movimento máximo das tiras e reguladores deve ser de 20 mm quando submetidos à ação de uma força dez vezes superior à capacidade de massa da cadeira informada pelo fabricante, durante 1 min, na direção mais provável de causar a falha. Não pode ocorrer rompimento das tiras nem abertura do fecho do dispositivo de retenção.

A.1.9.3 Abertura do fecho

A conformidade será demonstrada se uma das seguintes condições for atendida:

a) A força necessária para abertura do fecho for maior ou igual a 40 N; ou,

b) Forem requeridas duas ações consecutivas de operação em diferentes princípios, sendo a segunda dependente da realização e manutenção da primeira.

A.1.9.4 Durabilidade do fecho

O fecho do dispositivo de retenção deve ser submetido a um ensaio compreendendo 600 (seiscentos) ciclos de abertura e fechamento nas condições normais de uso. Após a realização do ensaio, medir a força necessária para abertura do fecho. A conformidade será demonstrada se o fecho resistir às operações repetidas e se a força necessária para abertura do mesmo for maior ou igual a 40 N.

A.1.10 Ensaios do mecanismo de travamento

A.1.10.1 Resistência do mecanismo de travamento

O mecanismo de travamento não pode dobrar ou desencaixar a cadeira após a aplicação de uma força de 200 N no ponto e na direção considerada mais provável de ocorrer a falha, conforme o ensaio "Resistência do Mecanismo de Travamento" da norma técnica ABNT NBR 15991-2. O boneco de ensaio a ser utilizado deve ter massa equivalente à capacidade máxima da cadeira e as dimensões especificadas na Tabela 2.

Tabela 2. Dimensões dos bonecos de ensaio

Capacidade da cadeira (kg)	Até 15 kg	Até 18 kg	Até 23 kg
Diâmetro do cilindro (mm)	200	220	235
Altura do cilindro (mm)	300	300	300
Massa do cilindro (kg)	15	18	23
Centro de gravidade do cilindro (mm)	150	150	150

A.1.10.2 Liberação involuntária do mecanismo de travamento

Verificar o atendimento ao requisito através de inspeção visual. Especificamente para o item 4.16.a do RTQ, deve-se medir a força necessária para operar o mecanismo de travamento antes e depois do ensaio de durabilidade descrito no subitem A.1.10.3 .

A.1.10.3 Durabilidade do mecanismo de travamento

Operar qualquer mecanismo de travamento ou fixação 300 (trezentas) vezes, conforme descrito na norma técnica ABNT NBR 15991-2. A conformidade será demonstrada se o mecanismo resistir às operações repetidas e se a força necessária para operação do mesmo for maior ou igual a 50 N.

A.1.11 Medição de altura da proteção lateral

A altura da proteção lateral deve ser medida de acordo com o item "Altura da Proteção Lateral" da norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.1.12 Ensaios do encosto

A.1.12.1 Altura do encosto

A altura do encosto deve ser medida de acordo com o item "Determinação da Altura do Encosto" da norma técnica ABNT NBR 15991-2. O boneco de ensaio a ser utilizado deve ter massa equivalente à capacidade máxima da cadeira e as dimensões especificadas na Tabela 2.

A.1.12.2 Ângulo do encosto

O ângulo do encosto deve ser medido de acordo com o item "Determinação do Ângulo do Encosto" da norma técnica ABNT NBR 15991-2. O boneco de ensaio a ser utilizado deve ter massa equivalente à capacidade máxima da cadeira e as dimensões especificadas na Tabela 2.

A.1.12.3 Determinação do comprimento do encosto reclinável

O comprimento do encosto reclinável deve ser medido de acordo com o item "Determinação do Comprimento do Encosto Reclinável", da norma técnica ABNT NBR 15991-2. O boneco de ensaio a ser utilizado deve ter massa equivalente à capacidade máxima da cadeira e as dimensões especificadas na Tabela 2.

A.1.12.4 Resistência do mecanismo do encosto reclinável para cadeira alta

O encosto reclinável não pode deslizar de uma posição para a outra quando submetido à ação de uma força de 100 N, conforme o ensaio "Resistência do Mecanismo do Encosto Reclinável", da norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.1.13 Ensaio dinâmico do assento

Cadeiras altas que não possuam uma base rígida sob o assento devem ser submetidas ao ensaio dinâmico do assento, conforme os procedimentos descritos a seguir:

A.1.13.1 Colocar sobre o assento uma espuma flexível de poliuretano, com espessura de 50 mm, densidade de 30 ± 2 kg/m^3 e força de indentação de 170 N ± 20 N a 40%, conforme norma técnica ABNT NBR 9176.

A.1.13.2 Posicionar no centro do assento o boneco de ensaio de massa equivalente à capacidade máxima da cadeira, conforme Tabela 2, elevá-lo a uma altura de 80 mm acima do assento e soltá-lo em queda livre. Este procedimento deve ser repetido por 100 (cem) vezes.

A.1.13.3 Após o ensaio não pode ser observada nenhuma alteração no assento ou na estrutura da cadeira que comprometa o seu uso adequado, e o assento não pode ser removido da estrutura.

A.1.14 Ensaio dos freios das rodas

O freio das rodas deve ser submetido a um ensaio de 300 (trezentos) ciclos de travamento. A conformidade será demonstrada se o mecanismo resistir às operações repetidas, mantendo seu adequado funcionamento.

A.1.15 Ensaios de estabilidade

A cadeira alta deve ser submetida aos "Ensaios de Estabilidade" descritos na norma técnica ABNT NBR 15991-2, não podendo tombar.

A.1.16 Ensaios de integridade estrutural

A cadeira alta deve ser submetida aos seguintes ensaios da norma técnica ABNT NBR 15991-2: "Impacto", "Carga Estática Vertical do Assento", "Ensaio de Carga Estática Vertical do Apoio para os Pés" e "Ensaios da Bandeja". Após os ensaios, as funções da cadeira alta não podem ser prejudicadas.

A.2 ENSAIOS APLICÁVEIS A CADEIRAS DE ENCAIXE EM MESA

A.2.1 Superfície de teste

Para a realização dos ensaios descritos a seguir, a cadeira de encaixe em mesa deverá ser fixada a uma superfície de teste, que deve ser uma estrutura horizontal rígida e lisa, fabricada em compensado plastificado, apresentar borda quadrada e comprimento e largura suficientes para acomodar a cadeira. Duas superfícies de teste devem ser utilizadas para cada ensaio: uma com espessura de 19 mm, e outra com espessura de 38 mm. Caso o fabricante especifique que a cadeira pode ser encaixada em mesa com espessura diferente das anteriormente mencionadas, então os ensaios devem ser realizados também com uma superfície de teste com a espessura informada pelo fabricante.

A.2.2 Bonecos de ensaio

Para realização dos ensaios devem ser utilizados dois bonecos de ensaio, de massas de 9 kg e 15 kg. Os bonecos devem ser construídos conforme a norma técnica ABNT NBR 15991-2, com diâmetros de 160 mm e 200 mm, respectivamente.

A.2.3 Tolerâncias

Para todos os ensaios, salvo disposição em contrário do ensaio em particular, aplicam-se as tolerâncias a seguir:

- forças: + 5%;
- massas: + 0,5 %;
- dimensões: + 0,5 mm;

Nota: As forças podem ser substituídas por massas, utilizando-se a relação 10 N = 1 kg.

A.2.4 Ensaio de migração de elementos químicos

A migração de Antimônio (Sb), Arsênio (As), Bário (Ba), Cádmio (Cd), Cromo (Cr), Chumbo (Pb), Mercúrio (Hg) e Selênio (Se) não pode superar os limites máximos estabelecidos na Tabela 3, conforme ensaio definido na norma técnica ABNT NBR NM 300-3.

Tabela 3. Limites máximos de migração de elementos

Elemento	Sb	As	Ba	Cd	Cr	Pb	Hg	Se
Migração máxima, em mg/kg	60	25	1.000	75	60	90	60	500

A.2.5 Ensaio de inflamabilidade de tecidos

Quando ensaiados conforme os procedimentos descritos no "Ensaio relativo a Brinquedos Macios" da norma técnica ABNT NBR NM 300-2, os tecidos não podem apresentar velocidade de propagação da chama superior a 30 mm/s.

A.2.6 Ensaio de encolhimento de tecidos

Os tecidos que possam ser removidos da cadeira para lavagem devem ser lavados e secados duas vezes de acordo com as instruções do fabricante. O encolhimento resultante da ação de lavagem, caso ocorra, não pode evitar que os tecidos sejam montados novamente na estrutura da cadeira sem danificar suas costuras ou prejudicar seu desempenho.

A.2.7 Inspeção de montagem

A cadeira deve ser montada de acordo com as instruções do fabricante, devendo-se avaliar se essas instruções são suficientes e necessárias para o consumidor montá-la.

A.2.8 Ensaio de bordas, cantos e partes salientes

As bordas, cantos e partes salientes da cadeira de encaixe em mesa devem estar conforme os raios mínimos dados na Figura 2a, 2b ou 2c ou, se surgirem de uma espessura de parede inferior a 4 mm, devem atender ao menos um dos seguintes requisitos:

a) Devem ser arredondadas;

b) Devem ser dobradas, enroladas ou espiraladas, conforme Figura 2d;

c) Devem ser protegidas com um revestimento plástico ou outro meio adequado, conforme Figura 2e.

Nota: Os raios mínimos mostrados na Figura 2 não se aplicam a componentes pequenos, tais como dobradiças, suportes e fechos.

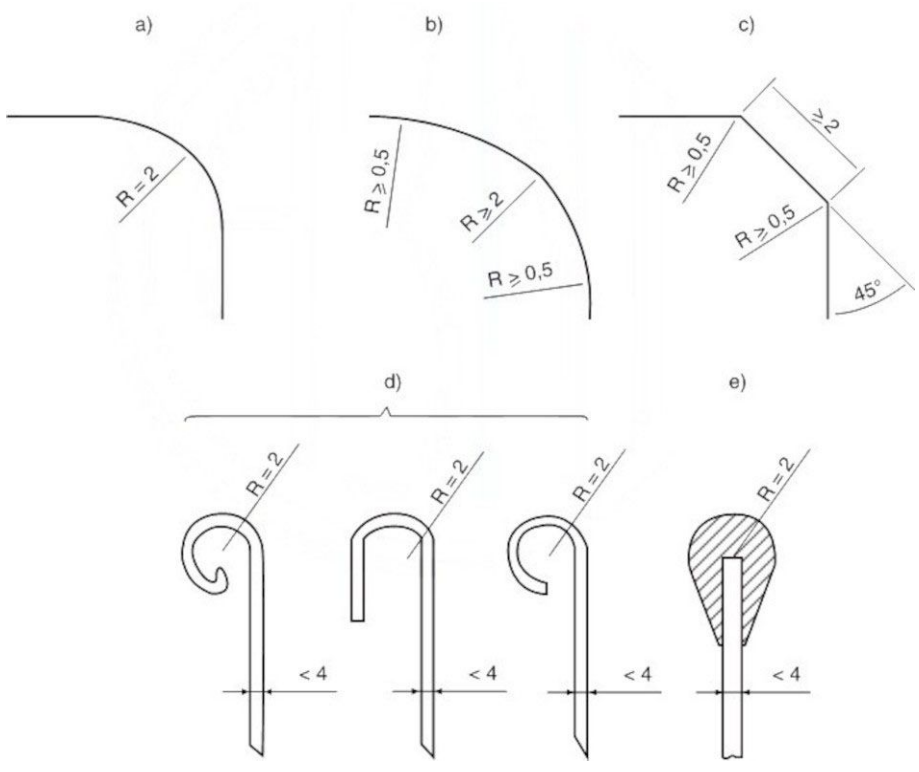


Figura 2 - Exemplos de raios mínimos de bordas e cantos

A.2.9 Ensaios de orifícios, fendas e aberturas

As sondas de medição utilizadas nos ensaios de orifícios, fendas e aberturas devem ser conforme as especificações da norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.2.9.1 Orifícios, fendas e aberturas menores que 12 mm

Não pode haver orifícios, fendas ou aberturas acessíveis à criança, com dimensões entre 5 mm e 12 mm, que sejam mais profundos que 10 mm, quando a cadeira for ensaiada com as sondas e forças especificadas na Tabela 4. A conformidade é atendida se a sonda de 5 mm não penetrar e a de 12 mm penetrar no orifício, fenda ou abertura. Este ensaio somente se aplica aos pontos de contato entre partes rígidas.

Tabela 4. Especificações para o ensaio de orifícios, fendas e aberturas menores que 12 mm

Diâmetro da sonda (mm)	Força (N)
5	30
12	0

A.2.9.2 Orifícios, fendas e aberturas maiores

Com exceção da entrada para a unidade do assento e das duas aberturas para as pernas da criança, não pode haver orifícios, fendas ou aberturas acima da superfície do assento e no suporte de ancoramento com dimensões entre 25 mm e 45 mm, e maiores que 110 mm, quando a cadeira for ensaiada com as sondas e forças especificadas na Tabela 5. A conformidade é atendida se as sondas de 25 mm e de 110 mm não penetrarem, e se a sonda de 45 mm penetrar no orifício, fenda ou abertura. Exclusivamente para o ensaio com as sondas de 25 mm e de 45 mm devem ser excluídos os pontos de contato entre duas ou mais partes de tecido.

Tabela 5. Especificações para o ensaio de orifícios, fendas e aberturas maiores

Diâmetro da sonda (mm)	Força (N)
25	30
45	0
110	30

A.2.10 Partes móveis

A presença de pontos de cisalhamento e compressão entre partes rígidas da cadeira deve ser verificada através de inspeção visual. Nos casos em que os pontos de cisalhamento e compressão não puderem ser evitados por razões funcionais, as condições individuais descritas na norma técnica ABNT NBR 15991-1 devem ser atendidas, e os pontos de corte e compressão devem ser ensaiados conforme o ensaio "Abertura entre Partes Móveis" descrito na norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.2.11 Ensaios de partes pequenas

A.2.11.1 Partes destacáveis

Qualquer componente destinado a ser removível sem o uso de ferramenta não pode encaixar totalmente dentro do cilindro de partes pequenas, conforme descrito na norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.2.11.2 Partes não destacáveis

O ensaio de partes pequenas não destacáveis deve ser realizado, conforme descrito na norma ABNT NBR 15991-2, aplicando-se uma força de tração ao componente a ser ensaiado. Caso o componente seja removido com a aplicação da força, o mesmo não pode encaixar totalmente dentro do cilindro de partes pequenas.

A.2.12 Ensaios do dispositivo de retenção

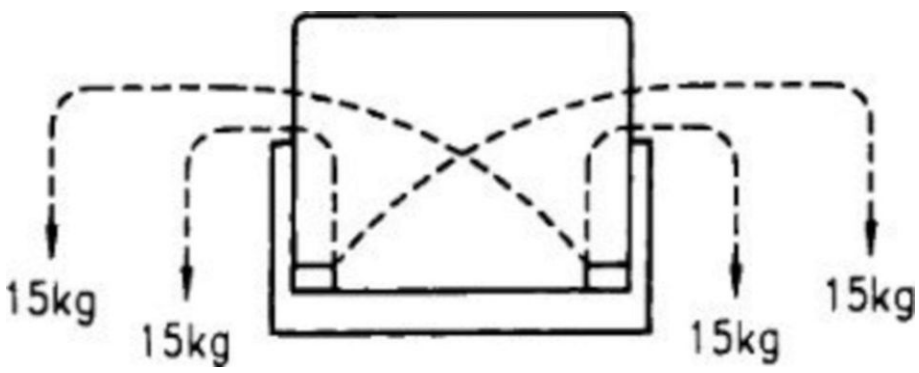
A.2.12.1 Resistência dos pontos de ancoragem

Os pontos de ancoragem não podem ser danificados quando submetidos à ação de uma força de 150 N, durante 1 min, na direção mais provável de causar rompimento.

A.2.12.2 Resistência do cinto tipo suspensório

Com o auxílio de uma corda com diâmetro máximo de 5 mm, amarrar o boneco de ensaio de 15 kg ao dispositivo de retenção, e permitir que o mesmo fique pendurado em cada lado da cadeira, durante 5 min, conforme a Figura 3. A conformidade é constatada caso não ocorra rompimento das tiras, o movimento máximo das tiras e reguladores seja de 10 mm, e caso não ocorra abertura do fecho do dispositivo de retenção.

Figura 3 - Resistência do cinto tipo suspensório em cadeira de encaixe em mesa



A.2.12.3 Abertura do fecho

A conformidade será demonstrada se uma das seguintes condições for atendida:

a) A força necessária para abertura do fecho for maior ou igual a 40 N; ou,

b) Forem requeridas duas ações consecutivas de operação em diferentes princípios, sendo a segunda dependente da realização e manutenção da primeira.

A.2.12.4 Durabilidade do fecho

A.2.12.4.1 O fecho do dispositivo de retenção deve ser submetido a um ensaio compreendendo 600 (seiscentos) ciclos de abertura e fechamento nas condições normais de uso. Após a realização do ensaio, medir a força necessária para abertura do fecho.

A.2.12.4.2 A conformidade será demonstrada se o fecho resistir às operações repetidas e se a força necessária para abertura do mesmo for maior ou igual a 40 N.

A.2.13 Ensaios do mecanismo de travamento

A.2.13.1 Resistência do mecanismo de travamento

O mecanismo de travamento não pode dobrar ou desencaixar a cadeira após a aplicação de uma força de 200 N no ponto e na direção considerada mais provável de ocorrer a falha, conforme o ensaio "Resistência do Mecanismo de Travamento" da norma técnica ABNT NBR 15991-2.

A.2.13.2 Liberação involuntária do mecanismo de travamento

Verificar o atendimento ao requisito através de inspeção visual. Especificamente para o item 4.16.a do RTQ, deve-se medir a força necessária para operar o mecanismo de travamento antes e depois do ensaio de durabilidade descrito no subitem A.2.13.3 .

A.2.13.3 Durabilidade do mecanismo de travamento

Operar qualquer mecanismo de travamento ou fixação 300 (trezentas) vezes, conforme descrito na norma técnica ABNT NBR 15991-2. A conformidade será demonstrada se o mecanismo resistir às operações repetidas e se a força necessária para operação do mesmo for maior ou igual a 50 N.

A.2.14 Medição de altura da proteção lateral

A altura da proteção lateral deve ser medida de acordo com os seguintes procedimentos:

A.2.14.1 Posicionar no assento da cadeira e junto ao encosto uma prancha retangular rígida AA1B1B de dimensões 120 x 150 mm (AA1 = 150 mm / AB = 120 mm), conforme Figura 4.

A.2.14.2 Colocar sobre a prancha um boneco de ensaio com massa de 9 kg, distante 30 mm de AB.

A.2.14.3 Posicionar uma prancha retangular rígida DD1C1C nivelada com a proteção lateral, conforme Figura 4.

A.2.14.4 A conformidade será verificada se a distância entre A1B1AB e DD1C1C for igual ou maior que 170 mm.

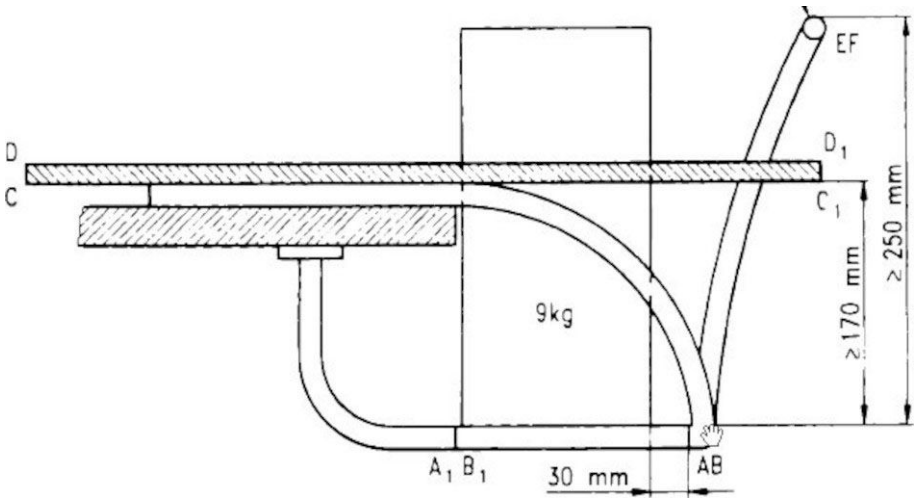


Figura 4 - Determinação de altura da proteção lateral e do encosto de cadeira de encaixe em mesa

A.2.15 Medição de altura do encosto

A altura do encosto deve ser medida de acordo com os seguintes procedimentos:

A.2.15.1 Posicionar no assento da cadeira e junto ao encosto uma prancha retangular rígida AA1B1B de dimensões 120 x 150 mm (AA1 = 150 mm / AB = 120 mm), conforme Figura 4.

A.2.15.2 Colocar sobre a prancha um boneco de ensaio com massa de 9 kg, distante 30 mm de AB.

A.2.15.3 Posicionar uma barra rígida EF nivelada com a parte superior do encosto da cadeira ou tangente ao encosto pelo menos em E e F (EF = 120 mm), conforme Figura 4.

A.2.15.4 A conformidade será verificada se a distância entre A1B1AB e EF for igual ou maior que 250 mm.

A.2.16 Ensaios do assento

A.2.16.1 Ensaio estático

Após montar a cadeira de acordo com as instruções do fabricante, posicionar uma massa de 40 kg no assento durante um período de 24 h. Após o ensaio não pode ser observada nenhuma alteração no assento ou na estrutura da cadeira que comprometa o seu uso adequado, e o assento não pode ser removido da estrutura.

A.2.16.2 Ensaio dinâmico

A.2.16.2.1 Montar a cadeira de acordo com as instruções do fabricante e fixá-la na superfície de teste.

A.2.16.2.2 Colocar sobre o assento uma espuma flexível de poliuretano, com espessura de 50 mm, densidade de 30 + 2 kg/m^3 e força de indentação de 170 N + 20 N a 40%, conforme norma técnica ABNT NBR 9176.

A.2.16.2.3 Posicionar no centro do assento o boneco de ensaio de 15 kg, elevá-lo a uma altura de 80 mm acima do assento e soltá-lo em queda livre. Este procedimento deve ser repetido por 100 (cem) vezes.

A.2.16.2.4 Após o ensaio não pode ser observada nenhuma alteração no assento ou na estrutura da cadeira que comprometa o seu uso adequado, e o assento não pode ser removido da estrutura.

A.2.17 Ensaio de estabilidade

A cadeira de encaixe em mesa deve ser fixada à superfície de teste e ensaiada conforme procedimento a seguir:

A.2.17.1 Posicionar no meio do assento o boneco de ensaio de 9 kg, e fixar sobre as proteções laterais da cadeira uma barra de 900 mm + 5 mm de comprimento com massa de 0,5 kg + 10 g.

A.2.17.2 Aplicar uma força vertical descendente de 100 N na barra, a uma distância de 110 mm na horizontal para fora da borda interna da proteção lateral, conforme Figura 5.

A.2.17.3 A conformidade será verificada se a cadeira não dobrar ou for derrubada.

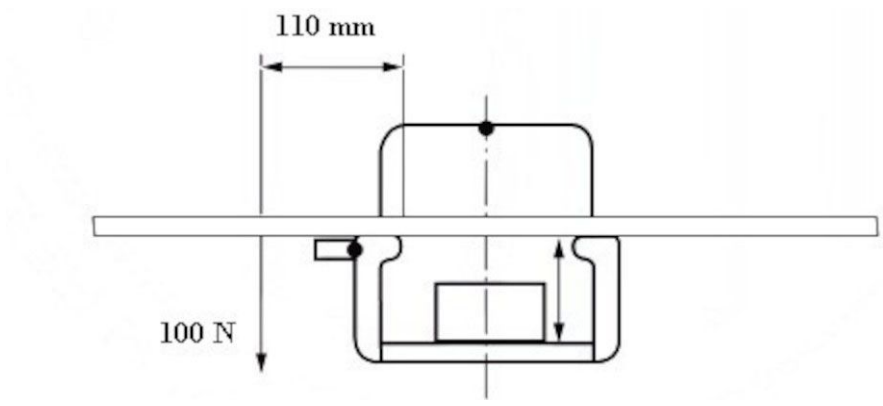


Figura 5 - Ensaio de estabilidade

A.2.18 Ensaio do suporte de ancoramento

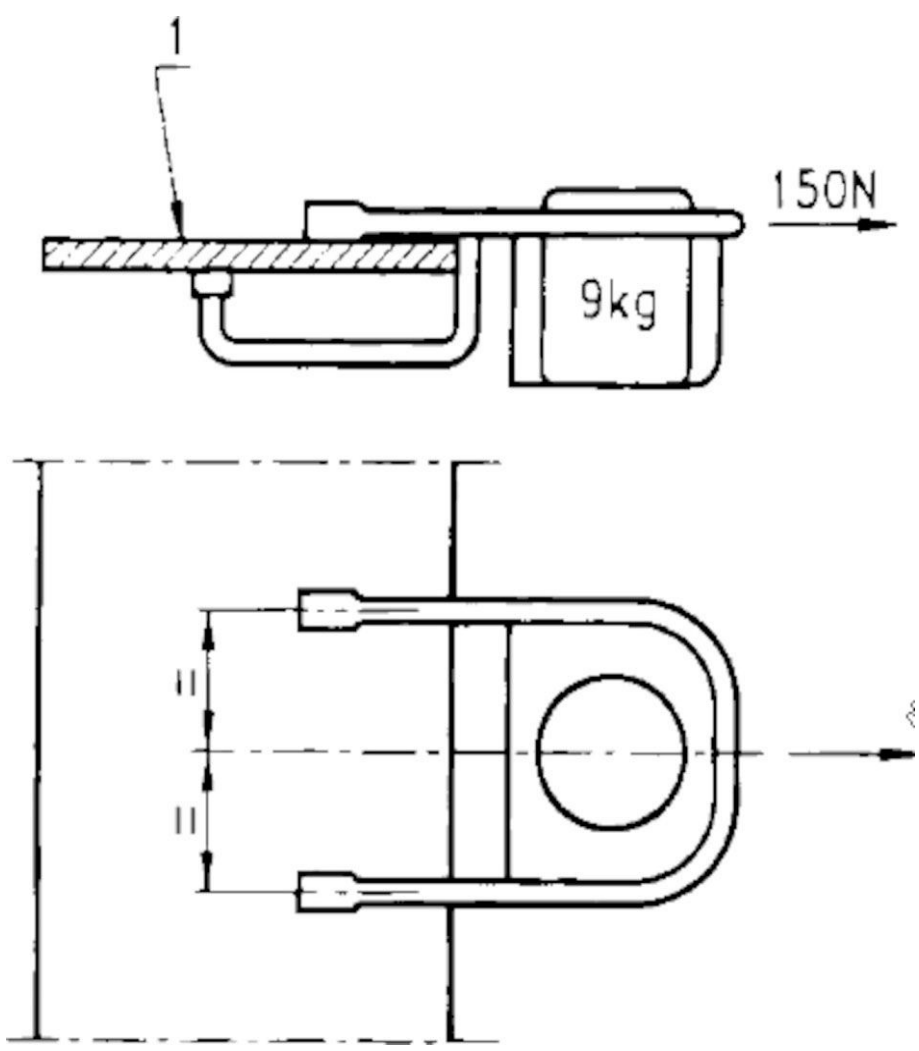
A cadeira de encaixe em mesa deve ser submetida ao ensaio descrito a seguir:

A.2.18.1 Posicionar o boneco de ensaio de 9 kg na área central do assento e marcar as posições de todas as partes do suporte de ancoramento que estejam em contato com a superfície de teste.

A.2.18.2 Aplicar uma força horizontal de 150 N durante 10 s, conforme mostrado na Figura 6. Repetir esse ensaio num total de 5 (cinco) vezes.

A.2.18.3 Após a realização deste ensaio, o suporte de ancoramento não pode deslocar mais do que 10 mm em relação à posição inicial.

Figura 6 - Ensaio do suporte de ancoramento



A.2.19 Ensaio de balanço

A cadeira de encaixe em mesa deve ser submetida ao ensaio descrito a seguir:

A.2.19.1 Para realização deste ensaio é necessário empregar um dispositivo que seja capaz de aplicar repetidamente ao assento uma força ascendente de 15 + 3 kg com uma superfície de carga que transmita impulsos à parte de baixo do assento. O dispositivo deve possibilitar a aplicação da força em qualquer ponto entre a posição de descanso da parte inferior do assento e 20 + 1 mm abaixo desse ponto. A superfície de carga deve consistir em um objeto rígido circular, com 100 mm de diâmetro, face plana e raio de borda de 12 mm.

A.2.19.2 Montar a cadeira de acordo com as instruções do fabricante e fixá-la na superfície de teste de 19 mm de espessura.

A.2.19.3 Com o auxílio de cordas ou com o próprio dispositivo de retenção, amarrar o boneco de ensaio de 15 kg no centro do assento, de forma que o mesmo não se movimente mais do que 10 mm em relação ao assento.

A.2.19.4 Aplicar à parte inferior do assento uma força ascendente de 15 + 3 kg, de forma que o conjunto assento-boneco de ensaio seja elevado a 5 + 2 mm acima da posição de descanso. Deixar que o conjunto retorne à posição inicial antes de reiniciar a aplicação da força. A superfície de carga não pode permanecer em contato com o assento durante o seu movimento de retorno à posição de descanso.

A.2.19.5 O movimento descrito no item anterior deve ser repetido 60 (sessenta) vezes.

A.2.19.6 Repetir o ensaio utilizando a superfície de teste de 38 mm de espessura.

A.2.19.7 Após a realização deste ensaio, o suporte de ancoramento não pode deslocar mais do que 10 mm em relação à posição inicial, e não podem ser observados danos nas costuras e/ou no sistema de fixação do tecido.

ANEXO B - MEMORIAL DESCRITIVO

B.1 O Memorial Descritivo deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

DADOS GERAIS

Razão social do fabricante/importador:

Nome e endereço do fabricante:

Modelos de cadeira:

Denominações comerciais e marca(s):

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CADEIRA

Material:

Processo de fabricação:

Dimensões:

Tipo de cadeira: ( ) cadeira alta ( ) cadeira de encaixe em mesa

Capacidade de carga:

POSICIONAMENTO DAS MARCAÇÕES OBRIGATÓRIAS (SELO)

Marca do fabricante e ou importador: como está posicionada

ANEXOS
Desenhos e/ou catálogos técnicos
Data do documento
Assinaturas dos responsáveis do fornecedor
Analisado pelo OCP em: ____ /____ / ____
ANEXO III - SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA Nº 1.292, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Prorroga a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.066900/2020-05, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais 2 (duas) competências, maio e junho de 2021, a rotina de suspensão de benefícios por impossibilidade da execução do Programa de Reabilitação Profissional, conforme disposto no art. 1º da Portaria PRES/INSS nº 1.276, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 197, DE 1º DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001135/2021-71, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano PreviContas, CNPB n° 2009.0003-74, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

PORTARIA PREVIC Nº 218, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006821/2020-58, na Nota nº 228/2021/Previc, de 23.03.2021 e no Despacho Decisório nº 56/2021/CGDC/DICOL, de 31.03.2021, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadorias e Pensão dos Empregados da Fundação CESP - PAP, CNPB n° 1979.0033-19, administrado pela Fundação CESP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS (*)

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 11 da Resolução nº 71/2019, reconheço a inexigibilidade de licitação para a concessão de lote com área de 1.003,4896 hectares em nome da empresa W R DINIZ & CIA LTDA, título do estabelecimento NATURALLY POLPAS, situada na rua Primo Saba, nº 20, complemento A, CEP: 69.070-450, bairro Educandos, Manaus/AM, com a finalidade de implantação do Projeto aprovado pela Portaria nº 468, de 7 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. nº 131, de 10 de julho de 2020, em razão da inviabilidade de competição, conforme justificativa apresentada pela unidade responsável e aprovada pelas autoridades administrativas superiores, conforme documentos que instruem o Processo nº 52710.012935/2019-44.

DOWER JERÔNIMO MORINI BORGES
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico, nos termos do art. 26, Lei nº. 8.666/93 e alterações, a inexigibilidade de licitação, atinente ao processo nº 52710.012935/2019-44, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

ALGACIR ANTONIO POLSIN
Superintendente

(*) N. da Coejo: Publicados nesta data por terem sido omitidos no DOU de 14-4-2021, Seção 1.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 15 DE ABRIL DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CEB nº 4/2020, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que analisou a consulta sobre 1/3 hora-atividade e férias de profissionais de educação, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, bem como na Resolução CNE/CEB nº 5/2010, conforme consta do Processo nº 23001.000915/2019-29.

MILTON RIBEIRO
Ministro

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Súmula referente à Reunião Ordinária de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 29/3/2021, Seção 1, pp. 86 a 88, no Parecer CNE/CES nº 102/2021, p. 87, onde se lê: "Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017, da Portaria Normativa MEC nº 11/2017 e da Resolução CNE/CES nº 1/2018, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, da Faculdade de Administração da Fespsp, com sede na Rua General Jardim, nº 522, bairro Vila Buarque, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição", leia-se: "Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Administração da Fespsp, com sede na Rua General Jardim, nº 522, bairro Vila Buarque, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição".

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 12 ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a transferência do acervo acadêmico da Faculdade Cidade de Guanhães - FACIG (cód. 4446), instituição descredenciada, para o Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG (Campus São João Evangelista). Autoriza o IFMG a expedir diplomas e demais documentos acadêmicos.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhes confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, com fundamento no artigo 209 e no §1º do artigo 211 da Constituição Federal de 1988, na Portaria Normativa nº 315, de 4 de abril de 2018, do Ministério da Educação e na Nota Técnica nº 42/2020/CGMES/DISUP/SERES/SERES, considerando assentos nos autos do processo nº 00732.001760/2020-21, resolvem:

Art. 1º Delegar ao Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG a guarda, manutenção e gestão do acervo acadêmico da Faculdade Cidade de Guanhães - FACIG (cód. e-MEC nº 4446), mantida pela Sociedade Educacional de Guanhães LTDA - EPP (cód. 2814), CNPJ: 07.336.817/0001-84, credenciada pela Portaria nº 1.593, de 15 de setembro de 2006 (DOU de 18/09/2006) e descredenciada do sistema federal de ensino conforme os termos da Portaria nº 770, de 29 de outubro de 2018 (DOU de 30/10/2018).

Art. 2º Com vistas a resguardar o direito dos egressos, autorizar o IFMG a expedir, assinar e registrar diplomas e outros documentos acadêmicos dos estudantes da FACIG, de acordo com a legislação educacional, suas normas internas e sua autonomia pedagógica e administrativa.

§ 1º Constará nos diplomas, certificados, declarações e outros documentos emitidos pelo IFMG relativos à FACIG, a informação de que o respectivo documento foi emitido e registrado conforme as disposições da presente Portaria Conjunta.

§ 2º A emissão de documentos acadêmicos pelo IFMG dar-se-á com base nos atos autorizativos da FACIG, instituição descredenciada, citando-se, no apostilamento, os termos desta Portaria Conjunta.

Art. 3º A responsabilidade do IFMG limita-se ao conteúdo do acervo transferido, não abrangendo eventual ausência ou incompletude dos dados e documentos acadêmicos, nem a impossibilidade de emissão de documentos acadêmicos a partir de tais dados.

Art. 4º Os documentos acadêmicos serão emitidos pelo IFMG, conforme os dados contidos nos documentos, a egressos da FACIG que regularmente tenham cursado as disciplinas e realizado todos os atos necessários à completa formação.

Parágrafo único. Para o disposto no caput, a regularidade da formação dos estudantes egressos da FACIG compreende os estudos realizados presencialmente, no município de Guanhães/MG, local para o qual a IES foi credenciada para ofertar os seguintes cursos: História (Licenciatura), Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura), Matemática (Licenciatura) e Serviço Social (Bacharelado).

Art. 5º O IFMG estabelecerá, por ato interno e no âmbito de sua autonomia pedagógica e acadêmica, as condições e o cronograma para atendimento aos egressos da FACIG.

Parágrafo único. O IFMG deverá divulgar, em sua página na internet, informações sobre o início do atendimento aos egressos da FACIG.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WANDEMBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA
Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior

PORTARIA Nº 345, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201709858	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA BRAZ LEME, 3029, MARTE, SANTANA, SÃO PAULO/SP
2	201721048	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA SIQUEIRA BUENO, 929, - DE 441/442 A 1398/1399, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
3	201721050	LOGÍSTICA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	ESTRADA DO CAMPO LIMPO, 3677, , CAMPO LIMPO, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 346, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201802984	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Doctum de Teófilo Otoni	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	RUA GUSTAVO LEONARDO, 1.127, , SÃO JACINTO, TEÓFILO OTONI/MG
2	201802663	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Favip Wyden	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA LTDA	AVENIDA ADJAR DA SILVA CASÉ, 800, , INDIANÓPOLIS, CARUARU/PE
3	201802666	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Favip Wyden	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA LTDA	AVENIDA ADJAR DA SILVA CASÉ, 800, , INDIANÓPOLIS, CARUARU/PE

PORTARIA Nº 347, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201702669	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	95	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATO BRANCO	FADEP - FACULDADE EDUCACIONAL DE PATO BRANCO LTDA
2	201905060	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200	FACULDADE DE RONDÔNIA	INSTITUTO JOAO NEORICO

PORTARIA Nº 348, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201713403	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	15 (quinze)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA	RUA APIACAS, 320, UNIDADE JACAREPAGUA, TAQUARA, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201713404	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	260 (duzentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA	AVENIDA CESÁRIO DE MELO, 2571, UNIDADE CAMPO GRANDE I, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201713407	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.	RUA OS DEZOITO DO FORTE, 2366, - DE 328/329 AO FIM, CENTRO, CAXIAS DO SUL/RS

PORTARIA Nº 349, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201819440	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI ÍTALO BOLOGNA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL SENAI	ARMOGASTE J. SILVEIRA, 612, SETOR CENTRO OESTE, GOIÂNIA/GO
2	201906133	MARKETING (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PHORTE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA	INSTITUTO PHORTE DE EDUCACAO LTDA - ME	RUA TREZE DE MAIO, 681, - ATÉ 1149/1150, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
3	201808682	PSICOLOGIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNINASSAU CUIABÁ	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA PEDRO OLIVEIRA GUIMARÃES, 50, BAÚ, CUIABÁ/MT

PORTARIA Nº 350, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201710306	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÂNIA	ASSOBES ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA T-2, 1993, CAMPUS - GOIÂNIA - SETOR BUENO, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
2	201709873	LOGÍSTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	IPE EDUCACIONAL LTDA	RODOVIA BR-230, S/N, - ATÉ KM 24,000, ÁGUA FRIA, JOÃO PESSOA/PB
3	201713415	DIREITO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA LEOBERTO LEAL, 431, - ATÉ 805 - LADO ÍMPAR, BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC

PORTARIA Nº 351, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201803234	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.	AVENIDA MANOEL ELIAS, 2001, CAMPUS FAPA, PASSO DAS PEDRAS, PORTO ALEGRE/RS
2	201802708	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Martha Falcão Wyden	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA LTDA	RUA NATAL, 300, FACULDADE MARTHA FALCÃO, ADRIANÓPOLIS, MANAUS/AM
3	201803066	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI	CONGREGACAO DOS OBLATOS DE SAO JOSE	RUA CAETANO MARCHESINI, 952, , PORTÃO, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 352, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201802049	DIREITO (Bacharelado)	100	FACULDADE PITÁGORAS DE PENÁPOLIS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA ANTONIO VERONEZE,, 850, JARDIM POR DO SOL, PENÁPOLIS/SP
2	201713921	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150	FACULDADE SOLIDÁRIA DE BRASÍLIA	THE PRICE BOSS - PUBLICIDADE, TREINAMENTO & CONSULTORIA S/S LTDA - ME	EDIFÍCIO CENTRAL, 7/9/10, ÁREA ESPECIAL - LADO LESTE - 7/9/10, SETOR CENTRAL (GAMA), BRASÍLIA/DF
3	201713920	DIREITO (Bacharelado)	100	FACULDADE SOLIDÁRIA DE BRASÍLIA	THE PRICE BOSS - PUBLICIDADE, TREINAMENTO & CONSULTORIA S/S LTDA - ME	EDIFÍCIO CENTRAL, 7/9/10, ÁREA ESPECIAL - LADO LESTE - 7/9/10, SETOR CENTRAL (GAMA), BRASÍLIA/DF

PORTARIA Nº 353, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201715954	GASTRONOMIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Estácio de São Paulo	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PROMOTOR GABRIEL NETUZZI PEREZ, 108, SANTO AMARO, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
2	201713485	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário FG	CESG - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE GUANAMBI S/A	AVENIDA GOVERNADOR NILO COELHO, 4911, CAMPUS FG, SÃO SEBASTIÃO, GUANAMBI/BA

3	201713438	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos	ITPAC INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS S.A	AVENIDA FILADÉLFIA, 568, , SETOR OESTE, ARAGUAÍNA/TO

PORTARIA Nº 354, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201610750	AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	200	FACULDADE REHAGRO	REHAGRO - RECURSOS HUMANOS NO AGRONEGOCIO LTDA

PORTARIA Nº 355, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201721148	DIREITO (Bacharelado)	237 (duzentas e trinta e sete)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA AFONSO VAZ DE MELO, 465, CAMPUS UNATEC BARREIRO, BARREIRO, BELO HORIZONTE/MG
2	201722852	HOTELARIA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC MINAS - UNIDADE BARBACENA	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC MINAS	RUA MUCURÍ, 201, , CAIÇARAS, BARBACENA/MG
3	201710094	DIREITO (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE	INSTITUTO CAICARA DE PESQUISA E ENSINO SUPERIOR LTDA.	RUA JOAQUIM MENELAU DE ALMEIDA TORRES, 101, PIÇARRAS, GUARATUBA/PR

PORTARIA Nº 356, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201802409	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA	RUA TRANQUILINO COELHO LEMOS, 671, CAMPUS CAMPINA GRANDE, DINAMÉRICA, CAMPINA GRANDE/PB
2	201803213	AGRONOMIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	RODOVIA MS 473, KM 23, FAZENDA SANTA BÁRBARA, ZONA RURAL, NOVA ANDRADINA/MS
3	201803210	BIOLOGIA (Licenciatura)	20 (vinte)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA VILMAR FERNANDES, 300, , SANTA LUZIA, CONFRESA/MT

PORTARIA Nº 357, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201713519	DIREITO (Bacharelado)	435 (quatrocentas e trinta e cinco)	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PIO XII, 70, UNIDADE JATIÚCA, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
2	201710247	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia	INSTITUTO INVEST DE EDUCACAO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	RUA ADAUTO BOTELHO, 55, CAMPUS COXIPO, COOPHEMA, CUIABÁ/MT
3	201713555	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE TECNOLOGIA DE BELO HORIZONTE	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA DOS GUAJAJARAS, 591, UNIDADE GUAJAJARAS (SEDE), CENTRO, BELO HORIZONTE/MG

PORTARIA Nº 358, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº<sup/sup> 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201717586	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200	FACULDADE ASSOCIADA BRASIL - EAD	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL PAULISTANA
2	201717583	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200	FACULDADE ASSOCIADA BRASIL - EAD	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL PAULISTANA

PORTARIA Nº 359, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201806476	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE RAIMUNDO MARINHO	FUNDACAO EDUCACIONAL DO BAIXO SAO FRANCISCO DR. RAIMUNDO MARINHO	AVENIDA DOUTOR DURVAL DE GÓES MONTEIRO, 09757, FACULDADE RAIMUNDO MARINHO, TABULEIRO DO MARTINS, MACEIÓ/AL
2	201710254	DIREITO (Bacharelado)	436 (quatrocentas e trinta e seis)	FACULDADE SUL-AMERICANA	UNIAO SUL-AMERICANA DE EDUCACAO LTDA	BR 153, S/N, KM 502, JARDIM DA LUZ, GOIÂNIA/GO
3	201710265	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNIS SÃO LOURENÇO	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	RUA DR. OLAVO GOMES PINTO, 290, ENDEREÇO SEDE, CENTRO, SÃO LOURENÇO/MG

PORTARIA Nº 360, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201802460	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	RUA ADRIANO KORMANN, 510, CAMPUS GASPAR, BELA VISTA, GASPAR/SC
2	201802458	ENGENHARIA MECATRÔNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	RODOVIA SC-443, KM 1, , VILA RICA, CRICIÚMA/SC
3	201802475	QUÍMICA INDUSTRIAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	AVENIDA MINISTRO SALGADO FILHO, S/N, SOTECO, VILA VELHA/ES

PORTARIA Nº 361, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201710248	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	UNIAO BANDEIRANTE DE EDUCACAO E CULTURA S.A.	RUA MARIA CÂNDIDA, 1813, MARIA CÂNDIDA, VILA GUILHERME, SÃO PAULO/SP
2	201710318	PSICOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA SIQUEIRA BUENO, 929, - DE 441/442 A 1398/1399, BELENZINHO, SÃO PAULO/SP
3	201510004	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA, 3100, UNIC - BEIRA RIO I (SEDE), JARDIM EUROPA, CUIABÁ/MT

PORTARIA Nº 362, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201900077	ENFERMAGEM (Bacharelado)	16800 (dezesseis mil, oitocentas)	UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A

PORTARIA Nº 363, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201710345	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	FUNDACAO DOM AGUIRRE	AV. GENERAL OSÓRIO, 35, CAMPUS TRUJILLO, TRUJILLO, SOROCABA/SP
2	201713637	PSICOLOGIA (Bacharelado)	400 (quatrocentas)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 4740-5840, NORTE SHOPPING, PILARES, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201721875	CIÊNCIAS ATUARIAIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	AVENIDA CELINA FERREIRA OTTONI, 4000, PADRE VITOR, VARGINHA/MG

PORTARIA Nº 364, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO ALMEIDA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporadas	Denominação da IES após a unificação de mantidas	**Endereço da IES após a unificação de mantidas**
202016956	Sociedade Educacional Enes Nascimento Ltda. - ME, 03.762.673/0001-77	FACULDADE CUIABÁ (1941)	FACULDADE AUM (4950)	FACULDADE CUIABÁ - FAUC (1941)	Avenida Dom Aquino, 38, Centro, Cuiabá/MT. CEP: 78015200.

PORTARIA Nº 365, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201713640	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	RODOVIA ANTONIO MARIZ, S/N, BR 230 - KM 466,5, SÍTIO FAZENDA CESÁRIO, SOUSA/PB
2	201710365	DESIGN DE ANIMAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
3	201721917	CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA CAMPUS DO PICI, S/N, PICI, FORTALEZA/CE
4	201721921	GASTRONOMIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	RUA CAMPUS DO PICI, S/N, PICI, FORTALEZA/CE

PORTARIA Nº 366, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201802651	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO	AVENIDA MOROBÁ, 248, , MOROBÁ, ARACRUZ/ES
2	201803046	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	32 (trinta e duas)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RUA PRINCESA ISABEL, 60, , VILA RICA, FELIZ/RS
3	201802658	COMUNICAÇÃO SOCIAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	RODOVIA BR-104 - ATÉ KM 65,001 - LADO ÍMPAR, S/N, BR 104, KM 59. LOCALIDADE VARZEA DA PICADA, DIVINÓPOLIS, CARUARU/PE

PORTARIA Nº 367, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03/09/2018, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de recredenciamento da Instituição Incorporadora, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior incorporadora assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior incorporada à Instituição incorporadora.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior incorporadora deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO DE ARAÚJO ALMEIDA

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	IES Incorporadora	IES Incorporadas	Denominação da IES após a unificação de mantidas	Endereço da IES após a unificação de mantidas
202017603	Editora e Distribuidora Educacional S/A, 38.733.648/0001-40	Faculdade Anhanguera de Jaú (21239)	Faculdade de Ciências Jurídicas de Jaú (22146)	Faculdade Anhanguera de Jaú - FAJ (21239)	Avenida do Café, 250, Vila Netinho Prado, Jaú/SP. CEP: 17208010.

PORTARIA Nº 368, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201721925	BIBLIOTECONOMIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA PASTEUR, 458, CAMPUS PASTEUR 458, URCA, RIO DE JANEIRO/RJ
2	200909326	ECONOMIA DOMÉSTICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	RODOVIA BR 465 - KM 7, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SEROPÉDICA/RJ
3	200906061	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA YOJIRO TAKAOKA, 3500, , APHAVILE, SANTANA DE PARNAÍBA/SP
4	201710393	LOGÍSTICA (Tecnológico)	460 (quatrocentas e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	AVENIDA ARMANDO GIASSETTI, 577, , VILA HORTOLÂNDIA, JUNDIAÍ/SP

PORTARIA Nº 369, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,

resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, conforme disposto nos arts. 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201807957	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	1125 (uma mil, cento e vinte e cinco)	FACULDADE CATÓLICA PAULISTA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA

PORTARIA Nº 370, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento, para fins de expedição e registro de diplomas, do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º Encerra-se, a pedido da(s) respectiva(s) instituição(ões), a oferta do(s) curso(s) cujo reconhecimento foi renovado por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201721733	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	RUA PIO XII, 355, , JATIÚCA, MACEIÓ/AL
2	201301771	HISTÓRIA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE DE VASSOURAS	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	AVENIDA EXPEDICIONÁRIO OSWALDO DE ALMEIDA RAMOS, 280, BLOCO 7, CENTRO, VASSOURAS/RJ

PORTARIA Nº 371, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201710400	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	AV. BATISTA BONOTTO SOBRINHO, , S/N, CAMPUS DE SANTIAGO, SÃO VICENTE, SANTIAGO/RS
2	201721513	COMUNICAÇÃO SOCIAL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE SANTO AMARO	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ	RUA ISABEL SCHIMDT, 349, CAMPUS II, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 372, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em cumprimento à decisão judicial proferida no Procedimento Comum nº 1029383-25.2020.4.01.3400, da 16ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 178/2021/ESAJ/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do processo nº 00732.001917/2020-19, resolve:

Art. 1º ANULAR o Item 16 do Anexo, da Portaria nº 171, de 15 de março de 2018, publicada no DOU, de 16 de março de 2018, que indeferiu o pedido de concessão da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), do Centro Social Comunitário Tia Angelina, inscrito no CNPJ nº 02.290.594/0001-48, referente aos autos do processo nº 23000.007217/2012-98.

Art. 2º Que após a publicação do ato, os autos do processo nº 23000.007217/2012-98 sejam reanalisados em atenção à decisão judicial proferida nos autos do Procedimento Comum nº 1029383-25.2020.4.01.3400/DF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 265, de 23 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2021, Seção 1, página 55, onde se lê: " RUA MINISTRO CALÓGERAS, S/N, CENTRO, BUCAREIN, JOINVILLE/SC", leia-se: "RUA PAULO MALSCHITZKI, 10, CAMPUS JOINVILLE - BOM RETIRO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - ZONA INDUSTRIAL, JOINVILLE/SC". (Registro e-MEC nº 201605305 e Processo SEI nº 23000.008483/2021-29).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 259/DDP, DE 13 DE ABRIL DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.008794/2021-45 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Psicologia - PSI/CFH, instituído pelo Edital nº 23/2021/DDP, de 11 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 12/03/2021.

Campo de conhecimento: Psicologia/ Psicologia do Trabalho e Organizacional.
Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Heidy Johanna Garrido Pinzón	9,51
2º	Jeferson Gervasio Pires	8,81
3º	Cristiane Budde	8,63
4º	Andresa Darosci Silva Ribeiro	8,55
5º	Carlos Eduardo Mendes	8,27

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 261/DDP, DE 13 DE ABRIL DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.008810/2021-08 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Psicologia - PSI/CFH, instituído pelo Edital nº 23/2021/DDP, de 11 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 48, Seção 3, de 12/03/2021.

Campo de conhecimento: Psicologia/ Tratamento e Prevenção Psicológica/ Intervenção Terapêutica.
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Tatiele Jacques Bossi	9,66
2º	Ana Paula Sesti Becker	8,48
3º	Elaine Lucas dos Santos	8,10
4º	Daniel Kerry dos Santos	7,93
5º	Daniel Boianovsky Kveller	7,78

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 541, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O(A) Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.002827/2021-88, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROGEP nº 20/2021, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Matemática: Licenciatura, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Luccas Cassimiro Campos, Douglas Danton Nepomuceno, Diego Vieira Trindade e Gregório Luís Dalle Vedove Nosaki.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES
Pró- Reitor(a) Adjunta

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 325, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.012151/2021-88, deliberado e aprovado na 13ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária ANÁPOLIS AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 08.281.183/0001-72, com sede social em Floriano (PI), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, expedidas pela Superintendência de Padrões Operacionais, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 48, de 18 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2016, Seção 1, página 58.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 326, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.016824/2021-79, deliberado e aprovado na 13ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária NATAL ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., CNPJ nº 20.648.732/0001-08, com sede social em Natal (RN), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 327, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.004769/2021-74, deliberado e aprovado na 13ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária ENERGISA SERVIÇOS AÉREOS DE AEROINSPEÇÃO S.A, CNPJ nº 03.575.868/0001-08, com sede social em Leopoldina (MG), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 328, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.027496/2020-55, deliberado e aprovado na 13ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária PARATY SEAPLANE SERVIÇOS AÉREO LTDA., CNPJ nº 20.764.623/0001-48, com sede social em Piracicaba (SP), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 4.784, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta dos processos listados abaixo, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Tipo - CT abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

Processo SEI	Nº CT	Detentor do CT	Descrição	Aplicabilidade	Data
00066.000362/2021-79	2006T02	Thrush Aircraft, LLC	Novo modelo de motor	S2R-T660	14/01/2021
00066.017996/2020-80	9209	AIRBUS HELICOPTERS DEUTSCHLAND GmbH	Novo modelo	BK117 C-2, BK117 D-2,BK117 D-3,BK117 D-3m	19/02/2021
00066.020428/2019-22	9707	Pratt & Whitney Canada Corp.	Novo modelo de motor	PW206	22/02/2021

Art. 2º O inteiro teor do Certificado citado acima encontram-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores, endereço https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 4.785, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta dos processos listados abaixo, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão do Certificado Suplementar de Tipo - CST abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

PROCESSO SEI	Nº CST	Requerente	Modificação	Modelo	Data
00066.024752/2020-53	2021S01-01	Luminator Aerospace	"Installation of Luminator Aerospace LS400 Searchlight	Applicable to Leonardo AB139 and AW139 models	05/01/2021
00066.017962/2019-51	2021S01-02	A.S. Avionics Services S.A.	Instalação do Sistema SX-16 Nightsun Searchlight da Spectrolab	Aplicável às aeronaves Bell Helicopter modelo 206B.	07/01/2021
00066.507387/2016-31	2021S01-03	Textron Aviation	Instalação de dois sistemas de Transponder modo S modelo MST 67A, um sistema de EGPWS/TAWS modelo KGP 560, um sistema de TCAS II modelo CAS 67A com dois indicadores IVA 81D, um sistema de Radar meteorológico modelo RDR 2000, e um indicador MFD modelo KMD 850, todos da Bendix/King, e duas Tomadas 28 VDC tipo acendedor da LONE STAR	Aplicável à aeronave Textron Aviation modelo 500, N/S 500-0680 e de marcas PP-EIF.	18/01/2021
00066.022825/2020-72	2021S02-01	Innovative Solutions & Support, Inc.	Brazilian validation of FAA STC # SA00400BO (Configuration 2 (both MDL 1D-13860 and MDL 1D-13700) and Configuration 3).	Applicable to the aircraft models as listed in the Approved Model List (AML).	01/02/2021
00066.026548/2020-77	2021S02-02	Outerlink Corporation	Brazilian validation of FAA STC # SR00376BO ("Installation of a SATCOM and Flight Data Monitoring System")	Applicable to Airbus Helicopters AS350B3 and EC130B4 models.	01/02/2021
00066.024562/2020-36	2021S02-03	EAD AEROSPACE	Brazilian validation of EASA STC # 10054393, Rev. 6 ("Transmitting Portable Electronic Devices (T-PED) Tolerance Demonstration")	Applicable to AIRBUS S.A.S A318-111, -112, -121, -122; A319-111, -112, -113, -114, -115, -131, -132, -133; A320-211, -212, -214, -231, -232, -233, -251N, -271N; A321-111, -112, -131, -211, -212, -213, -231, -232, -251N, -253N, -271N, -272N models.	02/02/2021
00066.000225/2021-34	2021S02-04	Outerlink Corporation	Brazilian validation of FAA STC # SR00365BO ("Installation of an Outerlink SATCOM Communications and Flight Data Monitoring System KIT B206-SAT-100 or B407-SAT-100")	Applicable to Bell Helicopter Textron Canada Limited 206L-1, 206L-3, 206L-4 and 407 models aircraft.	02/02/2021
00066.007010/2019-20	2021S02-05	JAZZ Engenharia Aeronáutica Ltda.	Instalação do Sistema CVR-30B da Universal Avionics Systems Corporation	Aplicável à aeronave Textron Aviation modelo A200, N/S BC-65.	02/02/2021
00066.000086/2021-49	2021S02-06	Bell Helicopter Textron Inc.	Installation of Connected Aircraft Interface Residing On-Board (CAIRO) System	Applicable to Bell Textron Canada Limited 429 aircraft model.	02/02/2021
00066.014836/2019-45	2021S02-07	JAZZ Engenharia Aeronáutica Ltda.	Instalação do Sistema de Áudio GMA340 da Garmin, e dois Headsets da Bose Aviation.	Aplicável às aeronaves Textron Aviation modelo C35.	05/02/2021
00066.010089/2020-18	2021S02-08	JAZZ Engenharia Aeronáutica Ltda.	Remoção do sistema de Oxigênio		08/02/2021
00066.025239/2020-80	2021S02-09	Ritter Consultoria e Projetos Ltda.	Reconfiguração de Interior para Transporte de Carga	Aplicável às aeronaves Textron Aviation modelos 95-B55, 95-B55A, E55, E55A, 58, 58A e G58.	11/02/2021
00066.018097/2020-02	2021S02-10	LHColus Tecnologia	Instalação de Sistema de retenção de cargas (Seat Container)	Aplicável a aeronaves EMBRAER modelos EMB-121A e EMB-121A1.	12/02/2021
00066.027243/2020-82	2021S02-11	S-TEC Corporation	Installation of an S-TEC 01326 Digital Flight Control System (DFCS)	Applicable to Textron Aviation 200, 200T, A200, B200, B200T models.	24/02/2021H
00066.027239/2020-14	2021S02-12	S-TEC Corporation	Installation of the S-TEC 01326 Digital Flight Control System (DFCS)	Applicable to Textron Aviation Inc. models 100, A100, A100A and B100 models.	24/02/2021
00066.025095/2020-61	2021S02-13	Micro AeroDynamics, Inc	Installation of Vortex Generators on the wings and vertical tail and strakes on the nacelles	Applicable to Textron Aviation 401, 401A, 401B, 402, 402A, 402B, 414 models	24/02/2021
00066.001209/2016-00	2021S02-14	JAZZ Engenharia Aeronáutica Ltda.	Instalação de Sistema Aeromédico com Maca	Aplicável à aeronave Textron modelo C90GT N/S LJ-1803.	25/02/2021
00066.027241/2020-93	2021S03-01	S-TEC Corporation	Installation of the S-TEC 01326 Digital Flight Control System (DFCS)	Applicable to Textron Aviation Inc. models 65-90, 65-A90, B90, C90, C90A, C90GT, E90 and F90 models.	01/03/2021
00066.017258/2019-07	2021S03-02	Jazz Engenharia Aeronáutica LTDA.	Instalação do Sistema Stormscope modelo WX-950 da L3 Communications	Aplicável às aeronaves Embraer modelos EMB-721C e EMB-721D.	03/03/2021
00066.030843/2018-11	2021S03-03	AZZ Engenharia Aeronáutica Ltda.	Instalação das Luzes Externas de LED, Luzes internas de Cortesia, Conectores BOSE e Tomadas do tipo USB	Aplicável à aeronave Textron Aviation modelo E55 N/S TE-929.	05/03/2021
00066.011790/2020-46	2021S03-04	Embraer S. A	Modificação da cabine de passageiros para configuração de transporte aeromédico	Aplicável à aeronave Yaborã modelo ERJ 190-100 IGW (N/S 19000568)	09/03/2021
00066.027350/2020-19	2021S03-05	Gulfstream Aerospace Corporation	Installation of a 14 Passenger Corporate Executive Interior Arrangement in accordance with Gulfstream Aerospace Master Drawing List, Document No. GC522046048, Rev. C, dated 16 Sep. 2010, or later approved revision.	Gulfstream Aerospace Corporation Model GV-SP (G550)	15/03/2021
00066.027350/2020-19	2021S03-06	Gulfstream Aerospace Corporation	Installation of an Aft Lavatory in accordance with Gulfstream Aerospace Master Drawing List, Document No. GC524046064,	GV-SP (S/N 5121)	15/03/2021
00066.027350/2020-19	2021S03-07	Gulfstream Aerospace Corporation	Installation of a Forward Vestibule with Forward Galley and Lavatory in accordance with Gulfstream Aerospace Master Drawing List, Document No. GC521046009	GV-SP (S/N 5121)	15/03/2021
00066.027350/2020-19	2021S03-08	Gulfstream Aerospace Corporation	Installation of a Class B Baggage Compartment in accordance with Gulfstream Aerospace Corporation Master Index List,	GV, GV-SP	15/03/2021
00066.027350/2020-19	2021S03-09	Gulfstream Aerospace Corporation	Installation of a Magnastar C-2000 Radio Telephone with interface to the Honeywell MCS-7000 SATCOM, in accordance with Gulfstream Aerospace Corporation Master Drawing List, Document	GV-SP	15/03/2021
00066.025282/2020-45	2021S03-10	Aearo Technologies, LLC	Installation of a thermal acoustic insulation package	Applicable to Gulfstream Aerospace Corporation G-1159A, G-IV, GV, GV-SP, and GIV-X aircraft models	15/03/2021
00066.019079/2018-15	2021S03-11	CEAPR	Installation of TAE 125-02-114 (155CDI) engine	Applicable to C.E.A.P.R. DR400-140B model.	18/03/2021
00066.017262/2019-67	2021S03-12	MARTE UPDATES & AVIONICS	Instalação de Duplo GPS/VHF-NAV/VHF-COMM modelo GTN 750 ou GTN 750Xi, e uma Caixa de Áudio modelo GMA 35c, da Garmin	Aplicável às aeronaves Airbus Helicopters Deutschland modelos EC135 P2, EC135 P2+, EC135 T2, EC135 T2+.	23/03/2021
00066.001330/2021-91	2021S03-13	Kelowna Flightcraft Ltd	B737-300/-400/-500 ADS-B OUT"	Applicable to Boeing 737-300/-400/-500 Series models.	29/03/2021

00066.017659/2020-92	2021S03-14	A.S. Avionics Services S.A.	Instalação do Sistema Hytera MT680 Plus Tetra Mobile Radio	Airbus Helicopters modelo AS 350 B1/B2/B3.	29/03/2021
00066.002008/2021-89	2021S03-15	Concorde Battery Corporation	Installation of the Concorde CB24-11M or CB24-11MXC Lead Acid Battery, or RG24-11M or RG24-15M VRSLA Battery	Applicable to Cirrus Design models SR20 and SR22.	30/03/2021

Art. 2º O inteiro teor do Certificado citado acima encontram-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores, endereço https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.756, DE 12 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013693/2021-89, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Avelino Remor;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0273;

III - município (UF): Rio Maria (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 07° 18' 05'' S / 050° 02' 59'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 9 de abril de 2031.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 4563/SIA de 19 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2021, Seção nº 1, página nº 116.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 4.696, DE 31 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 34 do Regimento Interno da ANAC, anexo à Resolução nº 381 de 14 de junho de 2016;

Considerando os instrumentos de participação social previstos no processo regulatório estabelecido pela ANAC na Instrução Normativa n° 154 de 20 de março de 2020;

Considerando o disposto no Guia de Participação Social no Processo Regulatório da ANAC;

Considerando a necessidade de construção de entendimentos e possíveis propostas a serem aproveitados como subsídios em processo regulatório referente aos assuntos de transporte aeromédico por operadores aéreos brasileiros;

Considerando a necessidade de atualização do marco regulatório da ANAC a respeito das operações de transporte aeromédico;

Considerando a importância de oportunidade de diálogo, troca de experiências, aprendizado mútuo e construção de parcerias no suporte aos processos normativos da ANAC;

Considerando a necessidade de se avançar na aplicação de conceitos modernos de regulação, incluindo a regulação responsiva; e

Considerando o que consta no processo nº 00058.016523/2021-45, resolve:

Art. 1º Criar o Comitê Técnico de Serviço de Transporte Aeromédico - CT-STA com o objetivo de prover estudo, informações e recomendações para a Superintendência de Padrões Operacionais a respeito da estrutura regulatória da ANAC para o transporte aeromédico realizado por operadores brasileiros de serviço de transporte aéreo público.

Art. 2º O CT-STA será composto por representantes indicados pelas entidades:

Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG;

Associação Brasileira das Empresas de Táxi Aéreo e Manutenção de Produtos Aeronáuticos - ABTAER;

Associação Brasileira de Operadores Aeromédicos - ABOA;

Conselho Federal de Medicina - CFM;

Conselho Federal de Enfermagem - COFEN;

Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo - SNETA; e

Sindicato Nacional dos Aeronautas - SNA;

§ 1º Caso tenham interesse em compor o referido Comitê, as entidades mencionadas no caput deste artigo deverão indicar seus representantes à Superintendência de Padrões Operacionais até o dia 10/04/2021.

§ 2º A Superintendência de Padrões Operacionais indicará o coordenador do CT-STA dentre os representantes indicados pelas entidades participantes.

§ 3º A Superintendência de Padrões Operacionais indicará servidor para atuar no secretariado do CT-STA, apoiando o coordenador do Comitê com a convocação de reuniões e registros das atas. O servidor da ANAC atuará ainda dirimindo dúvidas sobre a estrutura regulatória estabelecida pela agência e o seu processo normativo.

§ 4º A Superintendência de Padrões Operacionais poderá indicar servidores como observadores das discussões do CT-STA.

Art. 3° As reuniões do CT-STA não serão abertas ao público.

§ 1º As atas de reunião bem como os resultados das discussões serão disponibilizados ao público quando da tomada de decisão pela ANAC com normativo atualizado sobre a estrutura regulatória para o transporte aeromédico.

Art. 4º O resultado das discussões deverá ser apresentado em um relatório final pelo coordenador do Comitê contendo as recomendações à Superintendência de Padrões Operacionais incluindo as minutas de revisão dos normativos associados ao tema.

§ 1º O relatório elaborado pelo Comitê bem como as minutas de normativos deverão ser entregues pelo coordenador do grupo de trabalho ao Superintendente de Padrões Operacionais da ANAC até o dia 30/09/2021.

§ 2º Pontos de dissenso entre os participantes poderão ser incluídos no relatório, mediante decisão do coordenador do CT-STA.

§ 3º Caso necessário, o coordenador do CT-STA poderá solicitar extensão do prazo contido no § 1º deste artigo.

Art. 5° O relatório final e a proposta de normativos apresentados pelo Comitê fornecerão subsídio para a tomada de decisão pela Superintendência de Padrões Operacionais sobre a atualização das normas afetas ao tema, podendo a Superintendência aproveitá-los parcial ou integralmente.

Art. 6º A comunicação de assuntos relacionados a esta Portaria em ambiente externo às discussões do CT-STA somente poderá ser feita pela ANAC ou após autorização expressa por parte da ANAC.

Art. 7º Casos omissos poderão ser levados pelo coordenador do CT-STA ao Superintendente de Padrões Operacionais para decisão.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 4.749, DE 12 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão H, aprovado pela Portaria nº 3.711/SPO, de 14 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 135 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.001941/2021, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a publicação da Portaria nº 4.277/SPO, de 18 de fevereiro de 2021, realizada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 30, por ter sido publicada em duplicidade, mantida a validade da publicação original realizada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2021, Seção 1, página 60.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO DINIZ DEL BEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.746, DE 12 DE ABRIL DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.004132/2020-16, resolve:

Art. 1º Revogar os curso teóricos, na modalide EaD, de Piloto Privado de Helicóptero, Piloto Privado de Avião, Piloto Comercial de Helicóptero, Piloto Comercial de Avião - IFR, Instrutor de Voo Helicóptero e Instrutor de Voo Avião, homologados pelo RBHA 141, da SIKORSKI ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA, situada à Rua Leopoldo Chulick, 909 - , Cercadinho, Campo Largo/PR - CEP 83608-630.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 148-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.006658/2019-37
Parte: NYK DO BRASIL TRANSPORTE MARITIMO LTDA (04.658.184/0001-32), PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA. (05.903.655/0001-93)
Ementa: Ementa: Trata o presente Acórdão de Procedimento Fiscalizatório implementado pela Unidade Regional de Florianópolis - UREFL, desta Agência, em face da empresa NYK LINE DO BRASIL LTDA, com o intuito de verificar suposta cobrança/repasse indevida(o) a título de THC (Terminal Handling Charge) da/para empresa PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA, considerando o disposto no Processo nº 50300.000699/2019-10 (Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019 - SEI nº 0685228, 0685233, 0685245, 0685251, 0685256, 0685261 e 0685268) e o disposto no Despacho UREFL 0733592 (item 4, alínea "b"), conforme Ordem de Serviço de Fiscalização nº 254 (SEI nº 0749132). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 497ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em: I - determinar à Superintendência de Regulação que utilize as informações contidas nos presentes autos como subsídios ao desenvolvimento do Tema 3.1 da Agenda Regulatória, objeto do Processo nº 50300.002251/2019-31, para o biênio 2020/2021, cujo objetivo é "sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras"; e II - determinar às áreas técnicas desta Agência Reguladora que, após lavratura do termo de conclusão da instrução técnica, estando os autos conclusos ao Diretor Relator, não sejam praticados atos instrutórios, salvo nas hipóteses previstas na Resolução nº 7.701-ANTAQ. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 153-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.020773/2020-58
Parte: ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO - USUPORT-RJ (22.688.420/0001-45)
Ementa: Trata o presente Acórdão de pedido de medida cautelar administrativa, formulado pela empresa LOGÍSTICA BRASIL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS USUÁRIOS DOS PORTOS, DE TRANSPORTES E DA LOGÍSTICA, com base nas disposições do artigo 7º do Decreto-Lei nº 116, de 25 de janeiro de 1967, e no artigo 12, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, de 21 de dezembro de 2017, solicitando a vedação de retenção supostamente ilegal de cargas dos importadores e exportadores pelos armadores e intermediários, conforme documento SEI nº 1183754.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 497ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em:I - indeferir a medida cautelar administrativa pleiteada pela LOGÍSTICA BRASIL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS USUÁRIOS DOS PORTOS, DE TRANSPORTES E DA LOGÍSTICA (SEI nº 1183754), eis que ausentes os elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;II - determinar o retorno dos autos à da Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, para que apure, mediante a instauração de Procedimento de Fiscalização Extraordinário, os fatos reportados nos itens 34 a 40 do documento SEI nº 1183754; eIII - cientificar a interessada acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 161-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.009710/2019-15
Parte: COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP (44.837.524/0001-07)
Ementa: Trata o presente Acórdão de Processo Administrativo Sancionador instaurado em face da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP (atual Santos Porto Authority), quanto a suposta infração enquadrada no art. 32, inciso XXXVIII, da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, consoante voto de qualidade proferido pelo Diretor-Geral, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em:I - declarar subsistente o Auto de Infração nº 3970-5, lavrado pela Unidade Regional de São Paulo - URESP, desta Agência;II - aplicar a penalidade de advertência à Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP (atual Santos Port Authority), inscrita no CNPJ sob o nº 44.837.524/0001-07, pela prática da infração capitulada no artigo 32, inciso XXXVIII, da Resolução nº 3.274-ANTAQ, consubstanciada no fato de ter celebrado contrato de transição com a empresa TRANSBRASA - TRANSITÁRIA BRASILEIRA sem prévia autorização da ANTAQ; e III - cientificar a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, e o Diretor Relator, Adalberto Tokarski.Em virtude de erro material, resta tornado sem efeito o Acórdão nº 119-2021 (SEI nº 1274575).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

ACÓRDÃO Nº 196-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.014090/2018-47
Parte: RG ESTALEIRO ERG2 S.A (08.607.005/0001-99)
Ementa: Trata o presente Acórdão do Termo de Ajuste de Conduta nº 28/2018/UREPL/SFC (SEI nº 0572030), pactuado entre a empresa RG ESTALEIRO ERG2 S/A e a ANTAQ, com a interveniência da Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, com vistas à regularização da ocupação de área localizada no interior da poligonal do Porto Organizado de Rio Grande, por meio da celebração de um Contrato de Cessão de Uso Onerosa junto à Interveniente (SUPRG), especificamente para a execução de atividades de construção e reparo naval, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, do Porto do Rio Grande.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Eduardo Nery, em:I - declarar nulos os processos administrativos nº 50300.014090/2018-47 e nº 50314.001942/2014-53, por vício de competência, com efeitos ex tunc e ab initio;II - restringir os efeitos dessa declaração de nulidade ao presente processo e projetar seus efeitos para decisões futuras da Agência;III - determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, a abertura de processo fiscalizatório para apurar as ações levadas a efeito pela autoridade portuária para a regularização da área;IV - encaminhar o processo à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA/MInfra, para o exercício de suas competências; e V - cientificar RG ESTALEIRO ERG2 S/A e Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Francisval Mendes, e o Diretor Adalberto Tokarski.Em virtude do encerramento do mandato do Diretor Francisval Mendes, no presente Acórdão constarão apenas duas assinaturas.Em virtude de erro material, resta tornado sem efeito o Acórdão nº 118-2021 (SEI nº 1274571).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO Nº 197-ANTAQ, DE DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.011633/2017-93
Parte: PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA (03.835.338/0001-51)
Ementa: Trata o presente Acórdão de Processo Administrativo Sancionador instaurado em face da PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.835.338/0001-51, quanto a suposta infração ao art. 32, XXXVIII, da Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, consoante voto de qualidade proferido pelo Diretor-Geral, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em:I - declarar insubsistente o Auto de Infração nº 3415-0, lavrado em 26/09/2018, pela Unidade Regional de São Paulo - URESP;II - determinar à Superintendência de Regulação que avalie em seus aspectos regulatórios e jurídicos os limites da competência fiscalizatória da ANTAQ sobre áreas não afetas às operações portuárias em portos organizados, em especial nos processos de revisão da Resolução nº 3.274-ANTAQ e da Resolução Normativa nº 07-ANTAQ;III - arquivar o presente processo sem aplicação de penalidade à autuada; e IV - cientificar a interessada da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, e o Diretor Relator, Adalberto Tokarski.Em virtude de erro material, restam tornados sem efeito os Acórdãos nº 93-2021 (SEI nº 1273521) e nº 160-2021 (SEI nº 1285942).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

ACÓRDÃO Nº 198-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.006650/2019-71
Parte: AGENCIA DE VAPORES GRIEG S/A (55.186.241/0001-69), PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA. (05.903.655/0001-93)
Ementa: Trata o presente Acórdão de procedimento fiscalizatório extraordinário instaurado para apuração de denúncia formulada junto à Ouvidoria da Agência sobre suposta cobrança e repasse indevido a título de THC (Terminal Handling Charge) dos valores pagos por PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA à empresa EVERGREEN-LINE, representada no Brasil por AGENCIA DE VAPORES GRIEG S/A. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em: I - determinar à Superintendência de Regulação que utilize as informações contidas nos presentes autos como subsídios ao desenvolvimento do Tema 3.1 da Agenda Regulatória, objeto do Processo nº 50300.002251/2019-31, para o biênio 2020/2021, cujo objetivo é "sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras"; e II - determinar às áreas técnicas desta Agência Reguladora que, após lavratura do termo de conclusão da instrução técnica, estando os autos conclusos ao Diretor Relator, não sejam praticados atos instrutórios, salvo nas hipóteses previstas na Resolução 7.701-ANTAQ. Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa. Em virtude de erro material, restam tornados sem efeito os Acórdãos nº 121-2021 (SEI nº 1274584) e nº 162-2021 (SEI nº 1285981).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 199-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.006648/2019-00
Parte: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA (02.427.026/0001-46), PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA. (05.903.655/0001-93)
Ementa: Trata o presente Acórdão de procedimento fiscalizatório extraordinário instaurado para apuração de denúncia formulada junto à Ouvidoria da Agência sobre suposta cobrança e repasse indevido a título de THC (Terminal Handling Charge) dos valores pagos por PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA à empresa ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 496ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em determinar à Superintendência de Regulação que utilize as informações contidas nos presentes autos como subsídios ao desenvolvimento do Tema 3.1 da Agenda Regulatória, objeto do Processo nº 50300.002251/2019-31, para o biênio 2020/2021, cujo objetivo é "sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras". Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa. Em virtude de erro material, restam tornados sem efeito os Acórdãos nº 122-2021 (SEI nº 1274595) e nº 163-2021 (SEI nº 1285989).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 200-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.001002/2020-61
Parte: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE (00.418.993/0001-16)
Ementa: Trata o presente Acórdão de processo autuado a partir do Ofício nº 236/2020/CGAA3/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0951128), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, referente ao Procedimento Preparatório nº 08700.000351/2019-53, que investiga possível ocorrência de infração à ordem econômica, consistente na cobrança abusiva pelo serviço de segregação e entrega de contêineres em regime DTC por parte da Empresa Brasileira de Terminais Portuários S/A - EMBRAPORT, no Porto de Santos/SP.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade dos votos objeto da Ata da 497ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em:I - encaminhar ofício, da lavra do Diretor-Geral, desta Agência, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em resposta ao Ofício nº 236/2020/CGAA3/SGA1/SG/CADE, informando que, sob a ótica da modicidade, o preço cobrado para o Serviço de Segregação e Entrega em regime de DTE pelo terminal EMBRAPORT encontra-se em patamar equivalente aos praticados por outros terminais de sua hinterlândia, sugerindo refletir os custos efetivos dessa atividade; e II - cientificar a Empresa Brasileira de Terminais Portuários S/A - EMBRAPORT acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.Em virtude de erro material, resta tornado sem efeito o Acórdão nº 136-2021 (SEI nº 1283155).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 201-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.008311/2016-86
Parte: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS (33.000.167/1049-00)
Ementa: Trata o presente Acórdão de solicitação da empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/1049-00, apresentada por meio da Carta UO-RNCE 1882/2016 (SEI nº 0116497 e 0116500), protocolada em 03/08/2016, com vistas à obtenção de autorização (regularização) para exploração de Terminal de Uso Privado (TUP), construído e operando desde 1980, para movimentação de granel sólido, granel líquido, carga geral e carga conteinerizada, localizado na região geográfica do município de Guamaré/RN.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 497ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em:I - reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A, inscrita no CNPJ nº 33.000.167/1049-00, com sede na Avenida Euzébio Rocha, nº 1000, Cidade da Esperança, Natal/RN, visando à regularização para exploração de Terminal de Uso Privado - TUP, construído e em operação desde 1980, para movimentação de granel sólido, granel líquido, carga geral e carga conteinerizada, localizado na região geográfica do município de Guamaré/RN, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 23/2016;II - encaminhar os presentes autos ao Ministério da Infraestrutura, na qualidade de Poder Concedente, com vistas à adoção de todos os procedimentos inerentes ao assunto à luz de sua esfera de competência, conforme dispõe a legislação de regência, com sugestão de Minuta de Contrato de Adesão SEI nº 1282736, recomendando que se verifique a necessidade de atualização da Declaração nº 07/2018 (SEI nº 0483333), bem como a atualização das certidões com validades expiradas; e III - cientificar a interessada acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.Em virtude de erro material, resta tornado sem efeito o Acórdão nº 142-2021 (SEI nº 1283172).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 205-ANTAQ, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo: 50300.006653/2019-12
Parte: MULTISEAS AGENCIAMENTOS MARITIMOS LTDA (09.473.511/0001-03), PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA. (05.903.655/0001-93)
Ementa: Trata o presente Acórdão de Procedimento Fiscalizatório implementado pela Unidade Regional de Florianópolis - UREFL, desta Agência, em face da empresa HYUNDAI MERCHANT MARINE, no Brasil representada pela empresa MULTISEAS AGENCIAMENTOS MARITIMOS LTDA, com o intuito de verificar suposta cobrança/repasse indevida(o) a título de THC (Terminal Handling Charge) da/para empresa PONTO SUL INTERNATIONAL BUSINESS LTDA, considerando o disposto no Processo nº 50300.000699/2019-10 (Demandas da Ouvidoria da ANTAQ nº 21032/2019 e 21033/2019 - SEI nº 0685228, 0685233, 0685245, 0685251, 0685256, 0685261 e 0685268) e o disposto no Despacho UREFL 0733592 (item 4, alínea "b"), conforme Ordem de Serviço de Fiscalização nº 254 (SEI nº 0749124). Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 497ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 22 e 24/03/2021, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, por maioria, vencido o voto proferido pelo Diretor Relator Adalberto Tokarski, em: I - determinar à Superintendência de Regulação que utilize as informações contidas nos presentes autos como subsídios ao desenvolvimento do Tema 3.1 da Agenda Regulatória, objeto do Processo nº 50300.002251/2019-31, para o biênio 2020/2021, cujo objetivo é "sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras"; e II - determinar às áreas técnicas desta Agência Reguladora que, após lavratura do termo de conclusão da instrução técnica, estando os autos conclusos ao Diretor Relator, não sejam praticados atos instrutórios, salvo nas hipóteses previstas na Resolução nº 7.701-ANTAQ.Participaram da deliberação o Diretor-Geral, Eduardo Nery, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa. Em virtude de erro material, resta tornado sem efeito o Acórdão nº 147-2021 (SEI nº 1283195).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COELHO DA COSTA
Diretora

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 27, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 50300.002030/2018-81. Fiscalizada: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, conheço o Recurso Administrativo (SEI 0853554) apresentado, dada a sua tempestividade, e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo, quanto ao mérito, a decisão exarada no Despacho de Julgamento nº 28/2019/URERJ/SFC (SEI 0810091), corrigindo para R$ 597.901,84 (quinhentos e noventa e sete mil novecentos e um reais e oitenta e quatro centavos) o valor total da multa aplicada à empresa. Em consequência, DECIDO: a) Julgar subsistente o AI n° 3087-2 (SEI 0453455) em relação aos Fato 1 e 3 (protocolos nºs 201710805, 201710617, 201710109, 201709470, 201708624, 201708329, 201711424, 201710871, 201710754, 201710517, 201710490, 201710076, 201710072, 201710065, 201708316, 201708053, 201707535, 201707144 e 201706568) e, por conseguinte, aplicar a penalidade de multa à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (CNPJ nº 33.000.167/0001-01) no valor de R$ 458.995,35 (quatrocentos e cinquenta e oito mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1300352), pela prática da infração prevista no artigo 32, inciso IV, da Resolução nº 2.922-ANTAQ (vigente à época da consumação da conduta infracional), sendo R$ 24.157,65 (vinte e quatro mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) para cada contrato de afretamento não fornecido ou apresentado de forma intempestiva; b)Julgar subsistente o AI n° 3087-2 (SEI 0453455) em relação ao Fato 04 (protocolos nºs 201710124 e 201704299) e, por consequência, aplicar a penalidade de multa à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (CNPJ nº 33.000.167/0001-01) no valor de R$ 44.289,03 (quarenta e quatro mil duzentos e oitenta e nove reais e três centavos), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1300353), pela prática da infração prevista no artigo 32, inciso II, da Resolução nº 2.922-ANTAQ (vigente à época da consumação da conduta infracional), sendo R$ 22.144,51 (vinte e dois mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) para cada afretamento não registrado no prazo regulamentar; c)Julgar subsistente o AI n°3087-2 (SEI 0453455) em relação ao Fato 06 (protocolos nºs 201710108, 201709429, e 201708430) e, por conseguinte, aplicar a penalidade de multa à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (CNPJ nº 33.000.167/0001-01) no valor de R$ 72.472,95 (setenta e dois mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1300355), por ter incidido na infração prevista no Art. 23, inciso IV, da Resolução nº 2920-ANTAQ (vigente à época da consumação da conduta infracional), sendo R$ 24.157,65 (vinte e quatro mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos) para cada contrato de afretamento não fornecido ou apresentado intempestivamente; d) Julgar subsistente o AI n° 3087-2 (SEI 0453455) em relação ao Fato 08 (protocolo nº 201702529) e, por consequência, aplicar a penalidade de multa à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (CNPJ nº 33.000.167/0001-01) no valor de R$ 22.144,51 (vinte e dois mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1300358), pela prática da infração prevista no Art. 25, inciso II, da Resolução 2919- ANTAQ (vigente à época da consumação da conduta infracional). Outrossim, DECIDO pelo reconhecimento da insubsistência do AI n°3087-2 (SEI 0453455) em relação ao Fato 1 (protocolo nº 201708985), Fato 2 (protocolos nºs 201710805 e 210706624), Fato 5 (protocolos nºs 201710943, 201710871, 201710849, 201710754, 201710124, 201704299), Fato 6 (protocolo nº 201708984) e Fato 7 (protocolo nº 01708430).

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 28, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 50300.008629/2018-29. Fiscalizada: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decido por conhecer o Recurso Administrativo (SEI 0863716) apresentado, dada a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, reconhecendo a subsistência do Auto de Infração n° 003219-0 (SEI 0501679) e mantendo a aplicação da penalidade de multa à empresa no valor total de R$ 211.750,00 (duzentos e onze mil setecentos e cinquenta reais), da seguinte forma: a)R$ 15.125,00 (quinze mil cento e vinte e cinco reais), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1301077), pela prática da infração prevista no Art. 23, inciso IV, da Resolução n° 2.920-ANTAQ, referente ao Fato 1; b)R$ 151.250,00 (cento e cinquenta e um mil duzentos e cinquenta reais), conforme planilhas de dosimetria anexas (SEI 1301082 e 1301087), pela prática da infração descrita no Art. 32, inciso IV, da Resolução n° 2.922-ANTAQ, sendo R$ 15.125,00 (quinze mil cento e vinte e cinco reais) para cada contrato de afretamento não fornecido à ANTAQ ou apresentado de forma intempestiva, referente aos Fatos 2 e 4; c)R$ 45.375,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1301085), pela prática da infração descrita no Art. 25, inciso IV, da Resolução n° 2.919-ANTAQ, sendo R$ 15.125,00 (quinze mil cento e vinte e cinco reais) para cada contrato de afretamento à ANTAQ não fornecido ou apresentado intempestivamente, referente ao Fato 3.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 30, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo nº 50300.000966/2017-97. Fiscalizada: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decido por conhecer o Recurso Administrativo (SEI 0820493) apresentado, dada a sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, reconhecendo a subsistência do Auto de Infração nº 002545-3 (SEI 0235170) e mantendo a aplicação da penalidade de multa à empresa no valor total de R$ 1.225.125,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil cento e vinte e cinco reais), da seguinte forma: a)R$ 15.125,00 (quinze mil cento e vinte e cinco reais), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1301598), pela prática da infração prevista no Art. 25, inciso III, da Resolução n° 2.919-ANTAQ, referente ao Fato 1; b)R$ 232.925,00 (duzentos e trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1301599), pela prática da infração descrita no Art. 25, inciso IV, da Resolução n° 2.919-ANTAQ, sendo R$ 16.637,50 (dezesseis mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para cada contrato de afretamento referente ao Fato 2; c)R$ 45.375,00 (quarenta e cinco mil trezentos e setenta e cinco reais), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1301602), pela prática da infração descrita no Art. 23, inciso IV, da Resolução n° 2.920-ANTAQ, sendo R$ 15.125,00 (quinze mil cento e vinte e cinco reais) para cada contrato de afretamento referente ao Fato 3; e d)R$ 931.700,00 (novecentos e trinta e um mil e setecentos reais), conforme planilha de dosimetria anexa (SEI 1301604), pela prática da infração descrita no Art. 32, inciso IV, da Resolução n° 2.922-ANTAQ, sendo R$ 16.637,50 (dezesseis mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para cada contrato de afretamento referente ao Fato 4.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SUROD nº 52, de 23.2.2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 42, de 4.3.2021, Seção 1, Página 70.
Onde se lê:" (...)Autoriza a implantação de rede de distribuição de gás (...)."
Leia-se:"(...) Autoriza a readequação de acesso (...)."

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 58, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.016187/2021-33, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa KLABIN S.A., relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT visando à remodelagem de linhas férreas existentes e à implantação de novas linhas no acesso ao Porto de Paranaguá, bem como à demolição e reconstrução da Estação Ferroviária de Dom Pedro II, sob NBP 5204588, no trecho Curitiba-Paranaguá, com impacto na malha concedida à Rumo Malha Sul S.A., no município de Paranaguá/PR.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 181, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.064585/2020-85, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração apresentado pela EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA, CNPJ nº 86.431.749/0001-09, e, no mérito, dar-lhe provimento.

Art. 2º Determinar o desarquivamento do requerimento de mercados novos do protocolo nº 50500.064585/2020-85, constante do Anexo 1 da Decisão nº 43, de 08 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 184, DE 8 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e o que consta no processo nº 50500.006434/2021-93, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa REUNIDAS TRANSPORTES S/A, CNPJ nº 04.176.082/0001-80, para a implantação da linha PORTO UNIÃO (SC) - PALMAS (TO), prefixo 16-0139-00, com os mercados a seguir como seções:

I - De: PORTO UNIÃO (SC) Para: PALMAS (TO), SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP), PRATA (MG), ITUMBIARA (GO), MORRINHOS (GO), GOIÂNIA (GO), ANÁPOLIS (GO), URUAÇU (GO), PORANGATU (GO), ALVORADA (TO), FIGUEIRÓPOLIS (TO), GURUPI (TO), ALIANÇA DO TOCATINS (TO), FÁTIMA (TO) e PARAÍSO DO TOCANTINS (TO); e

II - De: SÃO MATEUS DO SUL (PR) e PONTA GROSSA (PR) Para: GOIÂNIA (GO), ANÁPOLIS (GO), URUAÇU (GO), PORANGATU (GO), ALVORADA (TO), FOGUEIRÓPOLIS (TO), GURUPI (TO), ALIANÇA DO TOCANTINS (TO), FÁTIMA (TO), PARAÍSO DO TOCANTINS (TO) e PALMAS (TO).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

SYLVIA COTIAS VASCONCELLOS

DECISÃO Nº 208, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com as Resoluções nº 5.818, de de 03 de maio de 2018, e nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.424377/2019-14, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração apresentado pela EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0001-40, protocolo nº 50500.006791/2021-51, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Portaria nº 09, de 08 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

PORTARIA Nº 2.181, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DO ESTADO DO AMAPÁ, DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 6.756 de 23 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, em 24/11/2020, tendo em vista o que consta no processo nº 50008.001364/2019-23, e

CONSIDERANDO a condição estrutural da ponte de madeira sobre o rio Vila Nova, localizada no KM 212,15 da BR-156/AP, que não suporta o tráfego pesado de veículos transportando cargas ou passageiros, causando enormes riscos à segurança e à trafegabilidade dos usuários da rodovia;

CONSIDERANDO a Resolução nº 01, de 08/01/2021 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 12/01/2021, que trata da utilização de rodovias federais para o transporte de cargas indivisíveis e excedentes em peso e/ou dimensões para o trânsito de veículos especiais.

Art. 1º Fica proibido o tráfego de veículos de passageiros e de cargas, por período indeterminado, sobre a ponte de madeira localizada sobre o rio Vila Nova no KM 212,15 da Rodovia BR-156/AP, com capacidade de Peso Bruto Total (PBT) acima de 5t (cinco) toneladas com intuito de assegurar e manter um tráfego seguro em relação ao transporte de passageiros e de cargas.

Art. 2º Fica limitada a velocidade para percorrer a ponte de madeira sobre o rio Vila Nova no KM 212,15 da Rodovia BR-156/AP, em 10 (dez) km/h.

Art. 3º Em casos especiais, a critério do DNIT, desde que seja devidamente solicitado, justificado e autorizado por meio da Autorização Especial de Trânsito - AET, o veículo poderá trafegar com o Peso Bruto Total (PBT) superior ao determinado nesta Portaria, sempre de acordo com as especificações técnicas do fabricante ou de órgãos certificadores reconhecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia - INMETRO.

Art. 4º O não cumprimento à determinação contida nesta Portaria, bem como na Resolução nº 01, de 08/01/2021, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 12/01/2021, ensejará a aplicação das penalidades contidas no Art. 51 da referida Resolução.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DEFILIPPO

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

BALANÇO PATRIMONIAL 1º DE DEZEMBRO DE 2019 A 2020

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

CNPJ: 14.372.148/0001-61
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO: R$ 277.553.624

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

A política de gestão na Companhia das Docas da Bahia vem sendo conduzida com o propósito de garantir que a CODEBA retome lugar de destaque no cenário nacional. Para isso, foram implementadas diversas ações em 2020, com destaque para o equacionamento do déficit do Plano de Previdência Privada; a regularização, junto à SEST, do quadro de pessoal da Companhia; adoção de medidas para redução de custos operacionais e despesas; revisão, execução e acompanhamento do Planejamento Estratégico e Plano de Negócios; revisão da Estrutura Organizacional; elaboração e aprovação, em DIREX, do Plano de Risco Institucional; obtenção de maior controle sobre o passivo judicial; atividades de apoio e suporte por parte da área comercial aos leilões ATU 12 e ATU 18, que resultaram em outorga superior a R$ 62 milhões e representaram mais de R$ 400 milhões em CAPEX; crescimento de 39% no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) do Porto de Aratu-Candeias; aumento considerável no percentual de execução do Orçamento de Investimento (22,4%) e recuperação de créditos de Restos a Pagar (RAP), na ordem de R$ 1.551.000,00.

Apesar dos impactos gerados pela pandemia do Covid-19 nas movimentações de cargas, nos Portos da CODEBA foram movimentadas 11.637.780 de toneladas, encerrando o ano de 2020 com estabilidade, em relação a 2019. O Faturamento Bruto da Companhia foi de R$ 156.875.895,00. Deste valor, R$ 135.524.027,00 foram provenientes de receitas tarifárias e R$ 21.351.868,00 de receitas patrimoniais.

Com o objetivo de fortalecer o modelo de gestão e de governança da Companhia, tornando-o mais eficiente, transparente e alinhado aos seus valores, foi dada continuidade à implementação do Programa Modernização da Gestão Portuária, nos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. No contexto do Programa, foram entregues os seguintes produtos no ano de 2020: Planejamento Estratégico 2020/2024; Plano de Negócios 2020; Cadeia de Valor da CODEBA; Estrutura Organizacional redesenhada e Regimento Interno revisado.

BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIO 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO CIRCULANTE	NE	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	4	144.837	132.049	109.549
Clientes e outros recebíveis	5	3.151	3.595	7.839
Adiantamentos		1.129	1.514	1.634
Créditos tributários	6	7.254	4.400	5.135
Estoques	7	4.789	4.476	4.157
Despesas antecipadas		75	61	79
Ressarcimentos e Convênios	8	2.674	2.674	2.674
TOTAL DO CIRCULANTE		**163.909**	**148.770**	**131.069**
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais	14	3.820	4.117	4.882
Investimentos		29	29	29
Imobilizado	9	230.845	245.644	255.337
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**234.694**	**249.790**	**260.248**
TOTAL DO ATIVO		**398.603**	**398.561**	**391.316**

PASSIVO CIRCULANTE	NE	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
Fornecedores a pagar	10	3.532	1.868	3.806
Salários e Férias a pagar	11	6.914	6.670	5.065
Obrigações tributárias	12	35.166	31.267	27.164
Consignações e contribuições a recolher	12	2.970	2.990	2.747
Depósitos e cauções	13	3.058	2.729	1.994
Receitas diferidas	26	1.667	1.667	1.667
Dividendos/juros sobre capital próprio		3.282	3.282	51
Participação de empregados a pagar		565	565	
Portus - Benefício Pós Emprego	15	6.092	9.928	10.306
Outros passivos		1	50	
TOTAL DO CIRCULANTE		**63.248**	**61.016**	**52.801**
NÃO CIRCULANTE				
Provisões Judiciais	14	8.987	9.843	10.338
Portus - Provisões judiciais	14/15	21.006	20.578	30.478
Portus - Benefício Pós Emprego		112.744	119.252	104.210
Receitas diferidas	26	6.250	7.917	9.583
Adiantamento para futuro aumento capital	17	9.165	6.148	5.821
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**158.152**	**163.737**	**160.429**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	16	277.554	277.554	277.554
Reserva legal	16a		4.283	3.665
Retenção de lucro	16b		39.350	38.194
Outros Resultados Abrangentes		-23.744	-18.137	
Prejuízos Acumulados	15/16	-76.606	-129.243	-141.327
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**177.204**	**173.807**	**178.086**
TOTAL DO PASSIVO		**398.603**	**398.561**	**391.316**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Retenção de Lucro	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) Acumulados	Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2019 REAPRESENTADOS		**277.554**	**38.194**	**3.665**	**-141.327**		**178.086**
Lucro do período					5.004		5.004
Constituição de reserva legal				618	-618		
Constituição de reserva de lucros							
Participação dos empregados							
Dividendos declarados					-3.231		-3.231
Retenção de Lucros			1.156		-1.156		
Ajuste de Exercícios anteriores							
Resultados Abrangentes						-18.137	-18.137
Ajuste de Avaliação Patrimonial					12.085		12.085
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 REAPRESENTADOS		**277.554**	**39.350**	**4.283**	**-129.243**	**-18.137**	**173.807**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020		**277.554**	**39.350**	**4.283**	**-129.243**	**-18.137**	**173.807**
Lucro do período					4.146		4.146
Constituição de reserva legal				-4.283	4.283		
Constituição de reserva de lucros							
Participação dos empregados							
Dividendos declarados							
Retenção de Lucros			-39.350		39.350		
Ajuste de Exercícios anteriores					4.857		4.857
Resultados Abrangentes						-5.607	-5.607
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**277.554**			**-76.606**	**-23.744**	**177.204**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS (INFORMAÇÃO ADICIONAL) REFERENTES AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 Reapresentado
1. RECEITAS	**133.596**	**135.292**
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	133.558	135.194
1.2. Outras receitas	37	98
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**50.823**	**51.510**
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	37.121	34.739
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	13.702	16.771
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**82.773**	**83.782**
4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**11.297**	**11.282**
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**71.476**	**72.500**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**28.935**	**29.616**
6.1. Receitas financeiras	5.916	7.346
6.2. Alugueis	23.019	22.270
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**100.411**	**102.115**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**100.411**	**102.115**
8.1. Pessoal e encargos	68.909	67.225
8.1.1. Remuneração direta	51.819	49.853
8.1.2. Benefícios	15.434	15.161
8.1.3. FGTS	1.656	1.646
8.2. Impostos, taxas e contribuições	18.446	19.730
8.2.1. Federais	16.052	17.097
8.2.2. Estaduais		
8.2.3. Municipais	2.394	2.633
8.3. Remuneração de capital de terceiros e próprios	8.909	10.156
8.3.1. Juros	8.909	10.156
8.3.2. Outras		
8.4. Remuneração de capital próprio	4.146	5.004
8.4.1. Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.3. Lucros retidos / Prejuízo do exercício	4.146	5.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA REFERENTES AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) do período:	**6.588**	**7.909**
Ajustes do resultado do exercício por:		
Depreciação e amortização	11.297	11.282
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	2.362	1.193
Juros e variações monetárias	150	327
Provisão/reversão para Contingências	2.851	1.576
Receitas diferidas	-1.667	-1.667
Remensuração de passivos atuariais	-5.607	-18.137
Ajustes por baixa de imobilizado e passivos	14.196	11.519
Perda/ganho na baixa/alienação de imobilizado	-107	
Participação de Empregados		565
Lucro (prejuízo) do período ajustado	**30.065**	**14.568**
Aumento (redução) de ativos		
Clientes e Outros Recebíveis	-1.918	3.051
Estoques	-312	-319
Adiantamentos e Convênios	385	120
Créditos Tributários	-2.854	735
Despesas Antecipadas	-14	18
Outros ativos não circulantes	297	765
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores a pagar	1.615	-1.888
Salários e Férias a Pagar	244	1.605
Obrigações Tributárias	3.899	4.103
Processos judiciais	-3.280	-11.970
Depósitos e cauções	329	735
Consignações e contribuições a recolher	-19	242
Benefício pós emprego	-10.344	14.664
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações:	**18.093**	**26.429**
Imposto de Renda e Contribuição pagos/restituídos	-2.442	-2.339
Caixa líquido gerado (usado nas) pelas Atividades Operacionais:	**15.651**	**24.090**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e ativo intangível	-5.730	-1.590
Caixa líquido gerado (usado nas) atividades de investimentos:	**-5.730**	**-1.590**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Dividendos/JCP distribuídos		
Créditos de acionistas	2.867	
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos:	**2.867**	
Aumento/(redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**12.788**	**22.500**
Caixa e equivalente caixa no início do período	132.049	109.549
Caixa e equivalente caixa no final do período	144.837	132.049
Aumento/(redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa:	**12.788**	**22.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019 Reapresentado
RECEITA BRUTA DA OPERAÇÃO			
Serviços de Exploração e Administração Portuária	18	135.524	137.988
Aluguéis e Arrendamentos	18	23.019	22.270
Total da Receita Operacional Bruta		158.543	160.258
DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA			
Cancelamentos e Restituições		1.966	2.794
Tributos sobre faturamento:		16.578	18.819
Total das Deduções		18.544	21.613
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**139.999**	**138.646**
CUSTOS DA ATIVIDADE	**19**	**83.280**	**81.529**
Pessoal, Encargos e Benefícios		35.140	35.788
Custos com Manutenção e Reparos		23.996	23.669
Custos com Outros Serviços de Terceiros		11.438	9.963
Custos com Depreciação		11.018	11.003
Custos com Materiais		637	269
Outros Custos		1.050	837
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		**56.719**	**57.116**
DESPESAS OPERACIONAIS		**47.903**	**46.321**
Pessoal e Encargos	20	33.769	30.872
Gerais e Administrativas	21	12.102	13.667
Depreciação e Amortização		278	280
Compra de Materiais		669	601
Demais Despesas Operacionais		1.084	901
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	**22**	**-765**	**77**
TOTAL DAS DESPESAS		**47.138**	**46.397**
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		**9.581**	**10.719**
Receitas Financeiras		5.916	7.346
Despesas Financeiras		8.909	10.156
Resultado Financeiro Líquido	**23**	**-2.993**	**-2.810**
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL		**6.588**	**7.909**
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	2.442	2.339
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		**4.146**	**5.570**
Participação de Empregados			565
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ACUMULADO DO PERÍODO		**4.146**	**5.004**
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL		**0,10**	**0,12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura, que tem por objetivo social, em harmonia com os planos e programas desse Ministério, exercer as funções de Autoridade Portuária previstas em legislação específica e realizar a administração e exploração comercial dos Portos Organizados no Estado da Bahia, quais sejam: Porto de Salvador, Porto de Aratu e Porto de Ilhéus. As atividades da Companhia, por serem tratadas num contexto macroeconômico, têm a condução de sua gestão econômico-financeira sujeita às decisões do Governo Federal.

Declaração de conformidade

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) foi aprovada pela Administração em março de 2021.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas de forma comparativa em R$ (real) conforme moeda funcional da Companhia.

As informações são preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros e dos pagamentos baseados em ações, mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, serão divulgadas em notas específicas em separado. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

2.2 Reapresentação de cifras comparativas

Durante o Exercício de 2020, a Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras e considerando a identificação de erros e correções sobre os valores correspondentes ao saldos comparativos, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 / IAS

8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, procedeu com os ajustes retrospectivamente até a data mais antiga, considerando os ajustes iniciais em 01 de janeiro de 2019, em 31 de dezembro de 2019. Abaixo segue a lista das correções realizadas e os seus impactos:

Benefícios Pós Emprego – Portus:

Em 2020 a CODEBA concluiu os procedimentos de fechamento dos valores do Termo de Compromisso Financeiro firmado com o PORTUS – Instituto de Seguridade Social para equacionamento do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1. A companhia, entretanto, não tinha realizado o reconhecimento dos demais passivos atuariais decorrentes do Plano de Benefícios em atendimento ao CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados / IAS 19 Employee Benefits.

Depósitos Judiciais:

Durante o exercício de 2019 a Companhia mantinha um saldo ativo de R$ 30.928 mil, no qual já se conhecia até esta data, através de relatórios auxiliares dos assessores jurídicos, o montante adequado de depósitos judiciais em aberto. Os saldos comparativos foram ajustados para fins de melhor apresentação.

Distribuição de Resultado em Participações de Lucros (PLR), Reservas e Dividendos:

Considerado que o encaminhamento das destinações do exercício de 2019 já havia sido aprovado por AGE, sem considerar as variações retroativas com Portus no resultado de 2019, a companhia optou, após alinhamento com a Secretaria das Estatais, pela manutenção das distribuições de resultado originais, avaliando compensação futura de montantes nas distribuições subsequentes.

Os quadros abaixo detalham os principais efeitos dessas retificações nos balanços patrimoniais e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, e nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 2019.

Quadro de variações do ativo no Demonstrativo de Balanço Patrimonial:

Ativo	31/12/2019 Original	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Original	Ajustes	01/01/2019 Reapresentado
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	132.049	–	132.049	109.549	–	109.549
Clientes e outros recebíveis	3.595	–	3.595	7.839	–	7.839
Adiantamentos	1.514	–	1.514	1.634	–	1.634
Créditos tributários	3.142	1.258	4.400	5.135	–	5.135
Estoques	4.476	–	4.476	4.157	–	4.157
Despesas antecipadas	61	–	61	79	–	79
Ressarcimentos e Convênios	2.674	–	2.674	2.674	–	2.674
Total Ativo circulante	**147.513**	**1.258**	**148.770**	**131.069**	**0**	**131.069**
Não Circulante						
Depósitos judiciais	30.928	-26.811	4.117	31.693	-26.811	4.882
Investimentos	29	–	29	29	–	29
Imobilizado	245.644	–	245.644	255.337	–	255.337
Total Ativo não circulante	276.601	-26.811	249.790	287.059	-26.811	260.248
Total do Ativo	**424.114**	**-25.553**	**398.561**	**418.128**	**-26.811**	**391.316**

Quadro de variações do passivo no Demonstrativo de Balanço Patrimonial:

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2019 Original	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Original	Ajustes	01/01/2019 Reapresentado
Circulante						
Fornecedores a pagar	1.868	–	1.868	3.806	–	3.806
Outros passivos	50	–	50			
Salários e férias a pagar	6.670	–	6.670	5.065	–	5.065
Obrigações tributárias	31.267	–	31.267	27.164	–	27.164
Consignações e contribuições a recolher	2.990	–	2.990	2.747	–	2.747
Depósitos e cauções	2.729	–	2.729	1.994	–	1.994
Receitas diferidas	1.667	–	1.667	1.667	–	1.667
Dividendos/Juros s/ cap. próprio a pagar	3.282	–	3.282	51		51
Participação de empregados a pagar	565	–	565			
Provisões Judiciais	2.835	-2.835	–	1.437	-1.437	–
Portus - Benefício Pós Emprego	–	9.928	9.928	–	10.306	10.306
Total Passivo circulante	**53.923**	**7.093**	**61.016**	**43.931**	**8.869**	**52.801**
Não Circulante						
Provisões Judiciais	**7.009**	**2.835**	**9.843**	**8.901**	**1.437**	**10.338**
Provisões para pagamento à previdência complementar	20.578	–	20.578	30.478	–	30.478
Receitas diferidas	7.917	–	7.917	9.583	–	9.583
Adiantamento para futuro aumento capital	6.148	–	6.148	5.821	–	5.821
Portus - Benefício Pós Emprego	–	119.252	119.252	–	104.210	104.210
Total Passivo não circulante	**41.651**	**122.087**	**163.737**	**54.783**	**105.647**	**160.429**
Patrimônio Líquido						
Capital Social	277.554	–	277.554	277.554	–	277.553
Reserva legal	4.312	-28	4.283	3.665	–	3.665
Retenção de lucro	46.675	-7.325	39.350	38.195	–	38.195
Outros resultados abrangentes	–	-18.137	-18.137	–	-141.327	-141.327
Lucros/(Prejuízos) acumulados		-129.243	-129.243			
Total do patrimônio líquido	**328.541**	**-154.733**	**173.807**	**319.414**	**-141.327**	**178.086**
Total do passivo e patrimônio líquido	**424.114**	**-25.553**	**398.561**	**418.128**	**-26.811**	**391.316**

Quadro de variações da Demonstração de Resultados (DRE):

Descrição	31/12/2019 Original	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Receita operacional líquida	**138.646**	**–**	**138.646**
Custos da atividade	**-81.529**	**–**	**-81.529**
Resultado operacional bruto	**57.116**	**–**	**57.116**
Despesas operacionais	**-47.147**	**750**	**-46.397**
Pessoal e Encargos	-30.872	-	-30.872
Gerais e Administrativas	-13.667	-	-13.667
Depreciação e Amortização	-280	-	-280
Compra de Materiais	-601	-	-601
Demais Despesas Operacionais	-901	-	-901
Outras (despesas)/receitas operacionais	-826	*750	-77
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**9.969**	**750**	**10.719**
Receitas financeiras	7.346	-	7.346
Despesas financeiras	-794	*-9.361	-10.156
Resultado operacional antes do IR e CSLL	**16.520**	**-8.612**	**7.909**
Imposto de renda e contribuição social	-3.597	1.258	-2.339
Lucro/(prejuízo) líquido	**12.923**	**-7.354**	**5.570**

*Variações de montantes 750 e 9.361 decorrentes respectivamente de custo do serviço corrente e custo líquido de juros, ambos atrelados a dívida atuarial com a entidade de previdência complementar.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia. Os valores são apresentados também em reais, exceto quando indicado de outra maneira.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias:

(i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

c. Receita de contratos com clientes e reconhecimento de custos

O IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Companhia decorrem da prestação de portuários, inclusive do arrendamento das suas áreas. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços portuários. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

d. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

• As disponibilidades estão representadas por saldos em caixa e equivalente de caixa, tais como depósitos bancários e aplicações financeiras, além de recursos vinculados a execução de orçamento de investimento federal. As aplicações financeiras estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. Vide nota explicativa no 4.

• As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O giro das contas a receber da Companhia é de curto prazo, sendo liquidadas normalmente em um período inferior a 60 dias, representando substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, a necessidade de ajustes ao valor presente.

• A estimativa para perdas em créditos de liquidação duvidosa tem sido constituída e revisada trimestralmente, de modo a representar de forma fidedigna os valores a receber líquidos da Companhia, conforme nota explicativa no 5.

• Os estoques são compostos, principalmente, por materiais de manutenção da área portuária avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado.

e. Ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens. Gastos com reparos e manutenção que não aumentam a vida útil do ativo são reconhecidos como despesa quando incorridos.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

f. Tributos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

A companhia apura o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) pelo regime de lucro real, de forma anual, por balancetes de suspensão/redução, calculados com base nos dispositivos do Regulamento do IR (decreto nº 9.580/18) e demais legislações aplicáveis.

Impostos diferidos:

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

g. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia é parte integrante em diversos processos judiciais no âmbito trabalhista, tributário e cível, que surgem no curso normal de suas atividades. As provisões judiciais estão constituídas mediante a avaliação de riscos prováveis dos fatos conhecidos ao término de cada período. Nota explicativa adicional nº 16.

h. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os impostos são apurados conforme demonstrado a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS*	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

i. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o IAS 7/CPC 03 (R2).

j. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Provisões créditos de liquidação duvidosa

As provisões para créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas como redução do saldo de contas a receber e são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos valores faturados, considerando o histórico de recebimento, além de análise individual dos recebíveis para capturar riscos específicos da contraparte, se houver.

Vida útil dos ativos imobilizado

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração não revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, deve ser constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

k. Operações de arrendamento mercantil

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de imóveis, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza, assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

l. Planos de benefício a empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concedeu benefícios pós-emprego, como plano de previdência PORTUS 1. Para esses benefícios faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por atuários independentes. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta de outros resultados abrangentes conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (IAS19 Employee Benefits).

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

• Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

Essas e outras estimativas são revisadas, trimestralmente e/ou anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

(continua)

(continuação)

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

m. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações
Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020:

CPC	Alteração/Impacto
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual/ Framework	Revisão de conceitos e esclarecimento
CPC 06 (R2) - Arrendamentos/IFRS 16 Leases	Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios/IFRS 3 Business combinations	Definição de "negócios"
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro/IAS 8 Accounting policies, changes in accounting estimates and erros	Definição de conceito de "material"
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis/IAS 1 Presentation of financial statements	Definição do conceito de "material"
CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação/IFRS 7 Financial Instruments: disclosures	Taxa de juros de referência em hedge
CPC 48 – Instrumentos financeiros/ IFRS 9 Financial instruments	Taxa de juros de referência em hedge

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação. Adicionalmente, o IASB – International Accoutning Standards (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Norma internacional	Alteração/Impacto
IAS 1 - Presentation of financial statements	Definições na classificação de passivos circulantes e não circulantes
IFRS 17 – Insurance contracts	Normas aplicáveis para seguradoras

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem aprovados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O grupo representa o de maior relevância no ativo circulante, destacando-se nele as aplicações financeiras. Atualmente as principais aplicações são no fundo "BB Extramercado FAE" e "CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1", regulamentados pela instrução CVM 409/2004 e resolução Bacen 3284/2005.
A Companhia classifica seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato.
Abaixo segue quadro contendo a composição das disponibilidades:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	8	6
Bancos	3.182	2.207
Aplicações financeiras	141.647	129.836
TOTAL	**144.837**	**132.049**

A rentabilidade média das aplicações financeiras em 2020 foi de 4,26% (6,20% em 2019).

5. CLIENTES
A composição de clientes demonstrada líquida no Balanço Patrimonial é composta da forma a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de clientes	16.111	18.085
Créditos de clientes	-3.958	-5.126
Perdas estimadas em créditos	-9.003	-9.364
TOTAL	**3.151**	**3.595**

Até dezembro de 2020, a Companhia reduziu o saldo de contas a receber líquido em 89%. Dos títulos residuais a receber, a maioria refere-se a faturas vencidas acima de 360 dias, conforme demonstrado no quadro de vencimentos abaixo:

Status de vencimento	31/12/2020	% da dívida	31/12/2019	% da dívida
Títulos a vencer (*a)	3.302	20,50%	3.235	17,89%
Vencidos até 90 dias	1.313	8,15%	2.903	16,05%
Vencidos de 90 a 180 dias	710	4,41%	1.141	6,31%
Vencidos de 180 a 360 dias	807	5,01%	692	3,82%
Vencidos Acima de 360 dias	9.979	61,94%	10.114	55,92%
TOTAL	**16.111**	**100,00%**	**18.085**	**100,00%**

(a) Até a data do fechamento dessas notas explicativas, 22% dos títulos a vencer e vencidos já foram liquidados no período de janeiro/2021, em montante de R$ 3,5 milhões.
O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais".

6. OUTROS CRÉDITOS
A companhia possui créditos tributários decorrentes sobretudo provenientes de retenções na fonte, seja pelo faturamento à órgãos públicos ou por retenções na fonte em resgate de aplicações financeiras. Estas últimas representam valores relevantes devido ao alto volume das aplicações bancárias, principalmente se considerados os períodos de antecipações de tributação (como o "come-cotas" dos fundos de investimento). Abaixo segue quadro detalhando a composição atual dos créditos tributários:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	6.270	3.995
Contribuição Social	984	333
COFINS Retido na Fonte		59
PIS Retido na Fonte		13
TOTAL	**7.254**	**4.400**

A Companhia, enquadrada no regime de Lucro Real utiliza metodologia de apuração do Lucro Real Anual, conforme ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens à serem destacados dentro de suas práticas.

7. ESTOQUES
Os estoques da companhia são periodicamente avaliados por comissão interna independente, não apenas quanto a mensuração de valores, mas também quanto a controles internos atrelados. Abaixo segue composição de registros por unidade portuária:

	31/12/2020	31/12/2019
Almoxarifado – Porto de Aratu	3.610	3.484
Almoxarifado – Porto de Salvador/Sede	1.135	956
Almoxarifado – Porto de Ilhéus	44	36
TOTAL	**4.789**	**4.476**

8. RESSARCIMENTOS E CONVÊNIOS
Os valores de desse grupo referem-se a pagamentos realizados mediante convênios ou acordos com outros órgãos da Administração que ainda estão pendentes de recebimento. O primeiro está relacionado a faturas pagas pela Companhia à Administração da Hidrovia do Vale do São Francisco (AHSFRA), para posterior ressarcimento pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, cujo convênio (por meio do qual a Companhia exercia a administração da referida hidrovia) foi encerrado no ano de 2007. Em 2018 a Companhia baixou parte dos créditos que estavam a receber referente processo judicial trabalhista, mantendo até então os demais créditos a serem negociados com a Direção do DNIT, para o ressarcimento dos valores residuais.

	31/12/2020	31/12/2019
Convênio INSS (benefícios e auxílios)	572	572
Contas a receber – AHSFRA/ARACAJU	2.102	2.102
TOTAL	**2.674**	**2.674**

9. IMOBILIZADO
Em aspectos quantitativos, o grupo do imobilizado apresenta os valores mais significativos da companhia, dentre os quais se destacam as edificações e pavimentações, que representam mais de 50% do total líquido, em decorrência natural da magnitude dos bens para execução da sua atividade fim.

a) Composição do Imobilizado:

	Custo corrigido 2020	Depr. acum. 2020	Líquido 2020
Edificações e pavimentações	225.428	111.096	114.332
Equipamentos de Informática	1.162	1.006	156
Instalações	132.878	51.573	81.305
Móveis, máquinas e equipamentos	59.672	39.032	20.641
Terrenos	13.327		13.327
Veículos e Embarcações	767	693	74
Obras em andamento	1.010		1.010
TOTAL GERAL	**434.245**	**203.400**	**230.845**

b) Movimentação sumária do Imobilizado:

	Edificações e pavimentações	Equipamentos de informática	Instalações	Móveis, máquinas e equipamentos	Terrenos	Veículos e embarcações	Obras em andmento	Total
Em 1º de janeiro de 2019								
Custo	224.142	1.222	128.804	61.576	13.327	790	9.841	439.702
Depreciação acumulada	-98.217	-1.053	-46.732	-37.897	-	-466	-	-184.365
Saldo contábil líquido	**125.925**	**169**	**82.072**	**23.679**	**13.327**	**324**	**9.841**	**255.337**
Em 31 de dezembro de 2019								
Saldo inicial	125.925	169	82.072	23.679	13.327	324	9.841	255.337
Aquisições	-	210	-	1.114	-	-	266	1.590
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	-6.460	-129	-2.416	-2.152	-	-125	-	11.282
Saldo contábil líquido	**119.466**	**250**	**79.656**	**22.640**	**13.327**	**199**	**10.106**	**245.644**
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	224.142	1.432	128.804	62.690	13.327	790	10.106	441.291
Depreciação acumulada	-104.676	-1.182	-49.148	-40.050	–	-591	–	-195.647
Saldo contábil líquido	**119.466**	**250**	**79.656**	**22.640**	**13.327**	**199**	**10.106**	**245.644**
Em 1º de janeiro de 2020								
Saldo inicial	119.466	250	79.656	22.640	13.327	199	10.106	245.644
Aquisições	1.286	-	4.201	-	-	-	243	5.730
Baixas	-	-270	-127	-3.018	-	-23	-9.339	-12.777
Depreciação	-6.419	176	-2.426	1.018	-	-102	-	7.753
Saldo contábil líquido	**114.332**	**156**	**81.305**	**20.641**	**13.327**	**74**	**1.010**	**230.845**
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	225.428	1.162	132.878	59.672	13.327	767	1.010	434.245
Depreciação acumulada	-111.096	-1.006	-51.573	-39.032		-693		-203.400
Saldo contábil líquido	**114.332**	**156**	**81.305**	**20.641**	**13.327**	**74**	**1.010**	**230.845**

c) Vida útil e método de depreciação
O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Edificações e pavimentações	25	4
Equipamentos de informática	10	10
Instalações	5	20
Móveis, máquinas e equipamentos	5	20
Veículos e embarcações	10	10

d) Obras em andamento:
Em 2020 a Companhia realizou a baixa das obras em andamento referente as obras do quebra-mar o porto de Salvador, com saldo de R$ 9.841 mil. O reconhecimento da baixa se dá pela avaliação da administração de que as obras em andamento não apresentam mais expectativas de geração de benefícios econômicos futuros. O saldo remanescente de R$ 1.010 mil se refere a execuções de contrato referente a serviços de substituição de trilhos do caminho de rolamento do descarregador de navios do terminal de granéis sólidos e implementação de metodologia de nova política tarifária e gestão de custos.

10. FORNECEDORES
O grupo de fornecedores está segregado do modo a seguir, tendo os principais dispêndios ligados a pagamentos de serviços administrativos e obras de manutenção, representando atualmente 5% do passivo total circulante.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais	278	91
Fornecedores de serviços	3.034	1.558
Credores p/ obras	219	219
TOTAL	**3.532**	**1.868**

11. SALÁRIOS E FÉRIAS A PAGAR
A companhia realiza a liquidação mensal da folha de pagamentos até o 5º dia útil do mês subsequente, cujo valor mensal médio líquido é de R$ 2,1 milhões. Atualmente, no quadro de pessoal, há um total de 300 empregados próprios (incluindo comissionados) e excetuados cedidos, dirigentes e conselheiros. O quadro abaixo resume os valores a pagar do período, incluindo encargos incidentes sobre a folha.

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	1.636	1.561
Férias e encargos a pagar	4.598	5.109
13º e encargos a pagar	680	
TOTAL	**6.914**	**6.670**

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, CONSIGNAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES:
A CODEBA apura mensalmente os tributos federais e municipais devidos, bem como realiza o recolhimento das retenções provenientes de serviços tomados de terceiros por exigência legal.

Obrigações Tributárias:	31/12/2020	31/12/2019
IR retido na fonte	648	622
ISS retido na fonte	130	122
ISS e IRPJ/CSLL a pagar	33.957	30.106
INSS s/ serviços a recolher	132	107
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	300	309
TOTAL	**35.166**	**31.267**
Contribuições e Consignações	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Consignações a recolher	150	161
Contribuições a recolher	2.821	2.829
TOTAL	**2.970**	**2.990**

Dentre as obrigações tributárias, destaca-se o ISS sobre serviços prestados, que nos portos de Aratu e Ilhéus são mensalmente provisionados. O ISS de serviços tomados no Porto de Salvador não é incorrido como despesa, por força do reconhecimento judicial de imunidade recíproca incidente. Para o Porto de Aratu, a companhia ainda reconhece contabilmente tal dívida em curso judicial, contudo, não realiza o pagamento pela obtenção de decisão judicial liminar.
As consignações e contribuições referem-se aos saldos acumulados de diversas contas, tais como pis, cofins, contribuições previdenciárias patronais, contribuições patronais mensais ao Portus, fgts, sindicatos, consignações salariais, dentre outros.

13. DEPÓSITOS E CAUÇÕES
Os saldos desse grupo referem-se principalmente às antecipações de taxas portuárias efetuadas pelas empresas que utilizam os serviços nos Portos ou por exigência contratual, compensadas no momento da emissão da fatura pela Companhia ou no término do contrato.
A variação ocorrida em dezembro/2020, no saldo de depósitos operacionais, refere-se a identificação e vinculação de valores antecipados de clientes, que já foram deduzidos e informados na nota explicativa nº 5, como parte do trabalho de regularização de ressalvas apresentadas no último relatório auditado.

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos em garantia operacional	2.761	2.502
Depósitos em garantia de contratos	297	227
TOTAL	**3.058**	**2.729**

14. PROVISÕES JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
A Companhia reconhece suas provisões conforme os dispositivos da Resolução CFC 1.180/09 (CPC 25), no momento que identifica que se torna provável uma saída de recursos pela sentença judicial, conforme critérios e análise do seu corpo jurídico interno. Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia, foram reconhecidos no passivo não circulante as provisões para riscos considerados prováveis, demonstradas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	4.688	5.091
Provisões Cíveis	1.713	1.714
Provisões Tributárias	2.586	3.039
Provisões para passivos contingentes	8.987	9.843
Provisões contingentes previdência complementar	21.006	20.578
Total de provisões contingentes prováveis	**29.992**	**30.421**
Depósitos Judiciais	3.820	4.117

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Previdência Complementar	Total de provisões contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**4.812**	**2.352**	**3.173**	**30.478**	**40.815**
Provisões novas/ acréscimo de provisões	1.240	273	-	100	1.614
Baixas/reversões	-962	-911	-135	-10.000	-12.008
Movimentação líquida do período	278	-638	-135	-9.900	-10.394
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**5.091**	**1.714**	**3.039**	**20.578**	**30.421**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**5.091**	**1.714**	**3.039**	**20.578**	**30.421**
Provisões novas/ acréscimo de provisões	2.577	-		428	3.006
Baixas/reversões	-2.980	-1	-452	-	-3.434
Movimentação líquida do período	-403	-1	-452	428	-429
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**4.688**	**1.713**	**2.586**	**21.006**	**29.992**

a) Provisões para contingências previdência complementar
Os valores provisionados são ações movidas pelo Portus – Instituto de Seguridade Social. Em intimação iniciada em 2012, tem como fundamento acordo de contrato e forma de pagamento em que a CODEBA se comprometia a saldar a dívida em 120 parcelas. O PORTUS arguiu que a CODEBA adimpliu as parcelas de número 1 a 25 e 36. Foi celebrado acordo em 2019 para pagamento de valor incontroverso da dívida no montante de R$ 10.000 mil. Os valores também correspondem a ações de cobrança de encargos moratórios.
b) Contingências trabalhistas, tributárias e cíveis não reconhecidas
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte em outros processos trabalhistas, tributários e cíveis envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como "possíveis" que totalizam aproximadamente: R$ 983 mil, R$ 1.150 mil e R$ 5.000 mil.
Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia figurava no polo passivo em diversos processos, tais como:
Natureza trabalhista
Os principais pedidos estão relacionados a horas extras, verbas rescisórias, adicional de risco e adicional noturno, aposentadoria e danos morais. Nenhuma ação individualmente é relevante o suficiente para impactar de forma adversa e relevante os resultados da CODEBA.
Natureza tributária
Os principais pedidos são ações de execução fiscal envolvendo IPTU (R$ 613 mil) e multas administrativas (R$ 538 mil). Todas as ações têm como agente contrário o município de Salvador/BA.
Natureza cível
Os principais pedidos são ações de cobrança, indenização e danos materiais. Os principais autores são a Chroma Construções e Timac Agro em condenação estimada de R$ 3.000 mil e R$ 1.046 mil. As ações foram ajuizadas em 2017 e 2018 e ainda se encontram em tramitação.
c) Contingências ativas
Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja definitivamente certo. Atualmente a Companhia mantém um total de R$ 13.520 mil referente a contingências ativas, principalmente de natureza cível. Desse montante, R$ 11.995 são ações com melhor possibilidade de desfecho favorável à CODEBA.

15. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – BENEFÍCIO PÓS EMPREGO - PORTUS
A Companhia é patrocinadora do plano de suplementação à aposentadoria e outros benefícios de risco aos funcionários, que fizeram adesão até 11 de maio de 2010, por meio do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, que se encontra sob intervenção do Governo Federal desde 23/08/2011.
O plano de benefícios PBP1 foi criado em 1978 tendo a CODEBA aderido em 20/12/1979. É do tipo multi-patrocinado (14 empresas) e estruturado na modalidade de benefício definido fechado a novas adesões, tendo por objetivo conceder a seus participantes a complementação do valor do benefício concedido pela Previdência Social Oficial, na forma da legislação em vigor e nos termos do Regulamento do Plano, do Estatuto do Instituto e do Convênio de Adesão.

(continua)

(continuação)

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

O PBP1 é regido pelo seu Regulamento e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público.
O déficit histórico apresentado pelo plano PBP1 corresponde principalmente às seguintes razões:
• Extinção da Portobrás em Julho/1991, uma das patrocinadoras iniciais do plano, sem que o Governo Federal efetuasse a integralização referente aos seus servidores que foram mantidos no mesmo;
• Pagamento da RTSA (Reserva de Tempo de Serviços Anteriores): a Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/1988, estabeleceu a paridade contributiva entre as contribuições do patrocinador público e do segurado; por consequência da revisão determinada no Art. 6º da Emenda Constitucional, foi criada a RTSA em diversos fundos de pensões patrocinados por entes públicos tipificados no § 3º do Art. 202 da Constituição Federal, de forma a aportar o custo suplementar relativo aos Serviços Passados do Custo Normal. A RTSA é um custo suplementar e consiste na apuração dos compromissos referentes ao período anterior à criação de uma Plano de Benefício Previdenciário, quando as empresas não proporcionam aos colaboradores a opção da inscrição em algum plano de Previdência Complementar. Por isso, em geral, cabe ao empregador-patrocinador do plano a responsabilidade pela integralização desta reserva.
Cabe esclarecer que a CODEBA reconheceu em 2002 esse compromisso, tendo firmado acordo contratual com o PORTUS para pagamento em 60 parcelas; porém a partir da 22ª parcela o pagamento do RTSA foi suspenso, permanecendo o saldo que figura nos registros atuais da Companhia.
• Dívidas históricas contributivas das patrocinadoras: ao longo dos anos as patrocinadoras deixaram de honrar com contribuições que estavam respaldadas por contratos assinados com o PORTUS, relativo ao plano PBP1, contribuições essas devidas por participantes ativos e assistidos.
Em 2018, a ABEPH (Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias), entidade que congrega entre outras Companhias Docas do Brasil, contratou a empresa Rodoarte Nogueira & Ferreira, Consultoria especializada em Previdência Complementar, para apresentar alternativas à solução originada da intervenção no PORTUS, assim como ratificar os números apresentados às empresas e apresentar o relatório semestral exigido pela deliberação CGPAR nº 09/2016. O relatório preliminar da Consultoria, aprovado pela ABEPH em Outubro/2018, propôs a criação da "Câmara de Conciliação e Arbitragem" com a participação da PREVIC e demais órgãos governamentais envolvidos, para evoluir na discussão com objetivo de definir uma solução conjunta.
O saldo provisionado de R$ 20.005.700 representa a totalidade considerada como perda provável de montantes relacionados a processos judiciais, atualizados mensalmente quanto ao mérito e valores pelo Jurídico da Companhia.
a) Termo de compromisso financeiro
No dia 15 de junho de 2020 a CODEBA, na condição de Patrocinadora, e o PORTUS, na condição de entidade Administradora, celebraram Termo de Compromisso Financeiro, pelo qual a Patrocinadora firmou o compromisso de arcar com os valores mensurados na avaliação contratada para todas as docas, proporcionalmente atinentes apenas a si em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar n° 109/2001, atrelado à prévia aprovação pelo órgão fiscalizador, e condicionada à aceitabilidade, de forma individualizada de todas as demais patrocinadoras do plano.
Por meio do termo de compromisso, a CODEBA assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R$ 68.205.344,87 (sessenta e oito milhões, duzentos e cinco mil, trezentos e quarenta e quatros reais e oitenta e sete centavos), referente aos valores devidos ao PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.
Esse valor é mensalmente quitado de forma parcelada, segundo os critérios estabelecidos no termo, e corrigido a partir de 01/01/2020, pelo Índice Nacional de Preços- INPC e acrescido de 4,81%.
b) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial
O plano tem exposição de risco dos seus ativos, a valor justo, de forma mais significativa em investimentos imobiliários (7,74%) e ações (6,42%), mantendo em disponível e realizável respectivamente os percentuais de 0,00% e 76,25%.
Para fins de divulgação, relacionamos abaixo informações complementares adicionais, como forma de explicação dos valores apresentados nos demonstrativos ou anteriormente relacionados:

Descrição do Item	Exercício 2020	Exercício 2019
Passivo líquido do benefício definido no início do ano	129.180	114.516
Passivo líquido do benefício definido no final do ano	118.836	129.180
Ativos do plano no início do ano	12.500	20.387
Ativos do plano no final do ano	20.428	12.500
Valor presente das obrigações fundeadas	20.428	12.500
Valor presente das obrigações não fundeadas	124.941	164.171
Custo do serviço corrente (parte patronal)	30	-750
Custo Líquido dos Juros	8.373	9.361
Receita de Juros ativos	1.031	1.488
Valor financeiro a informar como efeito do teto de ativo (asset ceiling)		
Ganhos atuariais	33.777	67.676
Mudanças de premissas (taxa de desconto);	1.997	40.304
Ajustes de experiência;	1.962	5.759
Redução de direito – Assistidos;		102.221
VA. Contribuições extraordinárias de ativos e assistidos.	33.812	
Retorno sobre os ativos do plano (excluindo juros)	2.166	11.127
Efeito de compartilhamento de riscos	30.286	74.686
Contribuições extraordinárias de assistidos	1.221	
Contribuições extraordinárias do patrocinador (TCF e paridade)	10.847	
Contribuições normais do patrocinador	2.292	12.085

c) Principais premissas atuariais utilizadas

	Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de desconto (nominal)	6,52%	6,85%
Retorno esperado dos ativos do plano	6,52%	6,85%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	0,00%	0,00%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

d) Movimentação líquida dos outros resultados abrangentes

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do passivo atuarial no início do exercício	129.180	114.516
Custo do período	8.403	8.612
Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	(35.893)	(56.549)
Compartilhamento de risco (ORA)	30.286	74.686
Contribuições da empresa	(13.140)	(12.085)
Saldo do passivo atuarial no final do exercício	**118.836**	**129.180**

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2020, no valor de R$ 277.553.624 está dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
Ordinárias	**21.277.791.876**	**%**	**21.277.791.876**	**%**
União	20.928.104.595	98,36%	20.928.104.595	98,36%
Estado da Bahia	349.687.281	1,64%	349.687.281	1,64%
Preferenciais	**20.172.157.609**		**20.172.157.609**	
União	19.840.640.741	98,36%	19.840.640.741	98,36%
Estado da Bahia	331.516.868	1,64%	331.516.868	1,64%
Total	**41.449.949.485**		**41.449.949.485**	

i. As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e gozam da prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.
a) Reserva Legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2020, pela ocorrência dos prejuízos acumulados decorrentes do registro da dívida atuarial, os saldos de reservas legais foram absorvidos aos prejuízos, conforme previsões no artigo 189 da lei 6.404/76.
b) Retenção de Lucro
A retenção de lucros é destinada à aplicação em investimento previsto em orçamento. Em 2020, pela ocorrência dos prejuízos acumulados decorrentes dos registros da dívida atuarial, assim como nas reservas legais, os saldos retidos de lucros anteriores foram absorvidos aos prejuízos, conforme previsões no artigo 189 da lei 6.404/76.
Dividendos / Juros Sobre o Capital Próprio
Aos acionistas é garantido dividendos/juros sobre capital próprio de pelo menos 25% do Lucro Líquido Ajustado, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas e conforme disposto no estatuto social. Conforme disposto na Lei 9.249/99, a companhia pode imputar ao valor dos dividendos obrigatórios o pagamento de juros dobre capital próprio. Em 2020, não houve provisões para distribuição de lucro líquido como dividendos, considerando que a companhia realizou ajustes de exercícios anteriores superiores ao lucro líquido do exercício, relacionado a perdas com depósitos judiciais e baixas de obras em execução.
c) Participação dos Empregados
A empresa reconhece a obrigação relacionada à participação nos resultados com base no percentual máximo de 6,25% sobre o saldo do lucro depois do imposto de renda e contribuição social, condicionada ao alcance de metas com critérios e indicadores previamente estabelecidos e aprovados pela Secretaria vinculada. Em 2020, não houve provisões para distribuição de lucro líquido como participações a empregados, considerando que a companhia realizou ajustes de exercícios anteriores superiores ao lucro líquido do exercício, relacionado a perdas com depósitos judiciais e baixas de obras em execução.

Descrição	2019 Original	2019 Representada	2020
Lucro do exercício (após receitas e despesas financeiras) antes da CSLL/IRPJ:	16.520	7.909	6.588
(-)Provisão para imposto de Renda:	3.597	2.339	2.442
(=) Lucro antes das participações (conforme art. 189)	12.923	5.570	4.146
(=) Lucro Líquido - após participações de empregados	12.358	5.004	4.146
25% do lucro antes das participações, para fins de destinação de dividendos	3.231	3.231	0,00
Destinação prevista para Reserva Legal (5%) - para fins de cálculo PLR	646	278	0,00
Destinação FINAL para Reserva Legal (5%)	618	618	0,00
Base ajustada para Participações de empregados final	9.046	2.060	4.146
Provisão para participação de empregados (6,25% da base ajustada)	565	565	0,00
Constituição de Reserva de Lucros	8.509	1.156	4.146

Prejuízos acumulados, ajuste de exercícios anteriores e ajustes de avaliação patrimonial
Em 2020, foram reconhecidos como ajustes de exercícios anteriores os valores referentes a baixa de obras do quebra mar, que estavam em montante de R$ 9,8 milhões.
Também no mesmo período, foram reconhecidos como ajuste de exercícios anteriores valores no montante de R$ 27,2 milhões, relacionados a depósitos judiciais, a partir de revisão dos controles internos relacionados.
Como ajuste de avaliação patrimonial, houve no período o reconhecimento de passivo líquido referente a dívida atuarial com plano de previdência privada com Portus, no montante de R$ 129 milhões, 129.180 mil. Os efeitos dos ajustes de exercícios anteriores estão apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
Considerando os ajustes acima mencionados, além das variações detalhadas na nota explicativa nº 15, sobre o reconhecimento de dívida atuarial com Portus, foram incorporados em 2020 os saldos correspondentes como prejuízos acumulados, que absorveu também em consequência as reservas legais e reservas de retenção de lucros de períodos anteriores, resultando em saldo negativo de R$ 76,6 milhões.

17. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)
Referem-se aos recursos aportados pela União Federal, para aplicação em investimentos no ativo imobilizado, acrescido da atualização monetária com base na variação da taxa SELIC.
De acordo com o art. 2º, parágrafo único do Decreto nº 2.673/98, alterado pelo Decreto nº 8.945/2016, os créditos para aumento de capital transferidos após 1º de janeiro de 2017 são atualizados pela Selic somente até a aprovação das contas do exercício posterior ao exercício findo das demonstrações financeiras.
Em 2020, foram recebidos recursos no valor de R$ 2,5 milhões, referentes obras de adequação de instalações e circulação no Porto de Aratu, como parte de projeto de investimento neste Porto.
Os saldos em 31/12/2020 e 31/12/2019, eram respectivamente, R$ 9.165 mil e R$ 6.148 mil.

18. RECEITA BRUTA
A CODEBA teve no acumulado do exercício 2020 receitas brutas totais em 2% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.
Abaixo listamos a composição das principais rubricas de receitas:
Serviços de exploração e administração de portos:

	31/12/2020	31/12/2019
Infraestrutura terrestre	60.403	61.143
Infraestrutura marítima	57.040	57.138
Acostagem	5.757	5.784
Armazenagem	5.495	6.772
Equipamentos portuários	1.299	2.052
Diversos	5.529	5.489
	135.524	**138.377**
Aluguéis e arrendamentos:		
Arrendamentos áreas cobertas	5.612	5.476
Arrendamentos áreas descobertas	17.407	16.794
	23.019	**22.270**
Total	**158.543**	**160.647**

A queda no faturamento se deu principalmente pela execução de obras de infraestrutura do Porto de Aratu, até o momento já finalizadas. Das receitas consolidadas anteriormente listadas, 56% foram provenientes do Porto de Aratu, 38% do Porto de Salvador/Sede e 6% do Porto de Ilhéus, como demonstrado no quadro a abaixo:
Receita por unidade portuária

	PORTO ARATU	PORTO SALVADOR	PORTO ILHEUS	SEDE	TOTAL
Utilização de Infraestrutura	71.628	46.451	5.121		123.200
Serviços e Facilidades	2.803	1.855	4.724		9.382
Recuperação de despesas	1.408	501	30		1.939
Outras Receitas	534	459	10		1.003
Receita de Arrendamento	13.219	9.320	479		23.019
Total Receitas Operacionais	**89.592**	**58.587**	**10.364**		**158.543**
Receitas Financeiras	550	51	297	5.019	5.916
Cancelamentos e Restituições	-532	-460	-970	-4	-1.966
Tributos sobre Receitas	-10.941	-4.475	-1.162		-16.578
Receitas de Capital					
Demais Receitas/ Abatimentos	**-10.924**	**-4.883**	**-1.835**	**5.014**	**-12.627**
Total de Receitas Líquidas	**78.669**	**53.703**	**8.529**	**5.014**	**145.915**

19. CUSTOS DOS SERVIÇOS
Os custos totais, no acumulado de 2020, representaram 60% do total da receita líquida, dentre os quais, se destacam o custo de pessoal e encargos e o grupo de serviços de manutenção e reparos, representando em relação ao total dos custos 42% e 30%, respectivamente. Apesar da redução nos custos, os dispêndios com pessoal e encargos, incluindo também as despesas, apresentou aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, fruto de incrementos de despesa com Previdência privada (Portus) patronal (correntes e extraordinárias) no período, após firmado termo de confissão de dívida citado na nota explicativa nº 15

	31/12/2020	31/12/2019
Custos com Pessoal e encargos	26.519	27.516
Custos com Benefícios de pessoal	8.621	8.272
Custos com Depreciações	11.018	11.003
Custos com materiais	637	269
Custos com serviços de manutenção e reparos	24.849	23.669
Custos com serviços de terceiros	11.438	9.963
Outros custos	1.050	837
TOTAL	**84.132**	**81.529**

20. DESPESAS COM PESSOAL E OUTRAS RECEITAS E DESPESAS
A CODEBA tem como dispêndio de maior relevância os gastos incorridos com pessoal, que representou 72% das despesas totais no acumulado até dezembro de 2020. Dessas despesas, 40% estão relacionadas a verbas salariais, 17% com encargos e outros 14% relacionados a benefícios concedidos a empregados, como pagamentos de plano de saúde.
Os valores são apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com Pessoal	18.769	17.540
Despesas com encargos sobre Pessoal	8.187	6.443
Despesas com benefícios sobre Pessoal	6.813	6.889
TOTAL	**33.769**	**30.872**

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas gerais	2.714	4.071
Serviços prestados por pessoa jurídica	9.388	9.596
TOTAL	**12.102**	**13.667**

Entre as principais despesas de serviços prestados por pessoa jurídica estão despesas relacionadas com serviços de computação, seguros e manutenções
22. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
A rubrica de "outras despesas e receitas", que representam 2% do total do grupo de receitas (despesas) operacionais, estão relacionadas a eventos diversos, tais como reconhecimento e reversões de indenizações de judiciais, perdas estimadas em créditos, publicações, dentre outros.
23. RESULTADO FINANCEIRO
O resultado líquido financeiro acumulado até 2020 foi negativo em R$ 2.993 milhões, devido à queda nas receitas financeiras pela baixa taxa de juros em vigor no país, além do reconhecimento adicional aproximado de R$ 8 milhões com custo de juros atuariais com Portus, já citado na nota explicativa nº 15.

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras de juros e descontos	1.964	491
Receitas financeiras mercado aberto	3.952	6.854
Receitas financeiras totais	5.916	7.346
Despesas bancárias	(70)	(225)
Atualização de créditos para aumento de capital	(150)	(327)
Custos de juros PORTUS	(8.373)	(9.361)
Outras despesas financeiras	(316)	(242)
Despesas financeiras totais	(8.909)	(10.156)
TOTAL	**(2.993)**	**(2.810)**

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
A CODEBA apurou imposto de renda e contribuição social por balancetes de suspensão/redução, reconhecendo lucro fiscal que resultou em despesas acumuladas de R$ 1,7 milhão de Imposto de Renda e R$ 652 mil de Contribuição Social sobre o lucro.
Quadro resumo da apuração:

Descrição do Item	Base CSLL	Base IRPJ
Lucro/Prejuízo Contábil Inicial	6.588	5.935
(+) Total de Adições:	4.988	5.641
(-) Total de Exclusões:	1.213	1.213
Base de Cálculo Real Inicial:	10.362	10.362
Compensação de prejuízos:	3.108	3.108
Base de Cálculo Real Inicial:	7.253	7.253
Valor a Pagar Principal:	652	1.088
Valor a Pagar Adicional:	0,00	701

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
A Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros estão representados, substancialmente, pelas disponibilidades, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia também não possui instrumentos financeiros derivativos.
26. ARRENDAMENTO – RECEITAS DIFERIDAS
Em 2 de setembro de 2010, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato 12/2000 com a empresa TECON, referente ao arrendamento e exploração de terminal de container, gerando adiantamento no valor de R$ 25.000.000 a ser amortizado pelo prazo restante do contrato, 15 anos. A posição referente ao 3° trimestre de 2020 segue no quadro a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	1.667	1.667
Passivo Não Circulante	6.250	7.917
TOTAL	**7.917**	**9.583**

27. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia mantém seguro para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil e seguro de vida em grupo.
28. PARTES RELACIONADAS
A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, que tem o objetivo de estabelecer regras e critérios para as transações com partes relacionadas e os procedimentos a serem adotados diante de situações que possam envolver potencial conflito de interesses, em conformidade com a legislação aplicável, atendendo aos princípios éticos e morais que norteiam as atividades da companhia, sempre, com vistas ao interesse da Empresa, dos Acionistas e da Sociedade.
A companhia não possui relacionamento com entidade controladora, controlada ou coligada. São consideradas como Parte Relacionada à Codeba, além da União, as pessoas físicas e/ou jurídicas que:
I. Sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas à CODEBA, nos termos postos pela legislação aplicável;
II. Sejam controladas, direta ou indiretamente, pela União;
III. Em que a União possua influência significativa ou representante na administração;
IV. Exercem cargo de administração na Codeba;
V. Sejam, em relação a qualquer pessoa mencionada no inciso IV:
a) Cônjuge ou Companheiro;
b) Ascendente consanguíneo ou por afinidade;
c) Descendente consanguíneo ou por afinidade;
d) Parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade;
VI. Qualquer entidade que mantenha plano de benefícios pós-emprego aos empregados na Codeba.
O valor da despesa com honorários da Diretoria e Conselhos está apresentado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Honorários da Diretoria	1.093	819
Honorários Conselho Fiscal	107	114
Honorários Conselho de Administração	182	200
Honorários Comitê de Auditoria	180	30

29. EVENTOS SUBSEQUENTES
Não houve evento subsequente a destacar no período.

Salvador (BA), 02 de março de 2021.

Carlos Autran de Oliveira Amaral
Diretor-Presidente
CPF: 259.177.737-34

Jenner Augusto da Silveira Kruschewsky
Diretor de Gestão Adm. e Financeira
CPF: 904.606.775-00

André Luís Seda Valladão
Gerente de Recursos Financeiros

Carlos Henrique de C. Carvalho
Contador – CRC: BA-031332/O-4

(continua)

(continuação)

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA
Salvador/BA
OPINIÃO COM RESSALVAS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Ativo Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, a CODEBA possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R$ 230.845 mil (R$ 245.644 mil em 2018) no qual não foi apresentado a nossa auditoria a avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação, consequentemente, a Companhia não vem adotando procedimento de avaliação se os valores reconhecidos a título de depreciação acumulada e depreciação do exercício representam adequadamente em todos os aspectos relevantes os critérios mais adequados de reconhecimento do desgaste econômico dos bens. Como consequência não estamos em condições de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos e/ou possíveis efeitos que uma revisão de depreciação dos bens possam ocasionar no ativo e no resultado da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

ÊNFASE

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência de correção de erros, os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 10 de março de 2020.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8 "S" BA

Felipe da Silva Moreira
Contador - CRC/RN 10940/O-5 "S" BA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 002/2021 – CFI

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA, em sua 531ª Reunião Ordinária realizada em 18 de março de 2021, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 82, incisos "II", "III" e "IV", do Estatuto Social da Companhia, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Parecer nº 1/2021/GAI-CODEBA/DPR-CODEBA da Auditoria Interna, de 16 de março de 2021, o Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da CODEBA, de 16 de março de 2021, Deliberações CDA n°08, n°09 e n°10, de 19 de março de 2021, do Conselho de Administração à vista do Relatório dos Auditores Independentes – EMERSON AUDITORES E CONSULTORES S/S, de 10 de março de 2021, que apresentou a seguinte ressalva:

Ativo Imobilizado: não foi apresentado à auditoria a avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação. Consequentemente, a Companhia não vem adotando procedimento de avaliação se os valores reconhecidos a título de depreciação acumulada e depreciação do exercício representam adequadamente em todos os aspectos relevantes os critérios mais adequados de reconhecimento do desgaste econômico dos bens

Ressalta, por oportuno, a observação constante na Nota Explicativa nº 2 do Parecer dos Auditores Independentes, a qual indicou a manutenção da distribuição do resultado do exercício de 2019, com posterior compensação:

Considerado que o encaminhamento das destinações do exercício de 2019 já havia sido aprovado por AGE, sem considerar as variações retroativas com Portus no resultado de 2019, a companhia optou, após alinhamento com a Secretaria das Estatais, manter as distribuições de resultado originais, avaliando compensação futura de montantes nas distribuições subsequentes.

Tomou, ainda, conhecimento da seguinte proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas: 1. Proposta de Destinação do Lucros e/ou Absorção de Prejuízos - Exercício de 2020, a qual indicou que:

2. As Demonstrações Financeiras da CODEBA, encerradas em 31/12/2020, apresentaram lucro do exercício, antes das destinações de participações a empregados, no montante de R$ 4145.959.

3. Contudo, apesar do lucro obtido, houve reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores, em montante superior ao lucro retromencionado, proveniente de reconhecimento de dívidas com Portus e outros eventos. como por exemplo a baixa de depósitos judiciais.

4. Dessa forma, não houve destinações: à constituição de reserva legal; ao pagamento de dividendos; e, à participação de empregados. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 189 da lei 6.404/76, foi realizada a absorção integral das reservas legais e da reserva de retenção de lucros pelos prejuízos acumulados, que resultaram em montante final de prejuízos em RS 76 milhões,

O Conselho Fiscal da CODEBA, por unanimidade, opina que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da CODEBA. Outrossim, recomenda que seja observada e sanada a ressalva apontada no Relatório de Auditoria Independente no exercício de 2020.

Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2020 – Deliberação DEX nº 007 de 18 de março de 2021 à Assembleia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Salvador, 22 de março de 2021.

TIAGO SBARDELOTTO
Presidente

LINDIMAR FERNANDES VIEIRA
Conselheira

FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO CDA N. º 008, 19 de março de 2021.

MANIFESTAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2020, BALANÇO E OUTRAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2020.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CDA/CODEBA, em sua 560ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 58, inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, considerando a Deliberação DEX Nº 004, de 17 de março de 2021,

D E L I B E R A:

1. Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual da Administração – Exercício 2020, e do Balanço e Outras Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, apresentados pela Diretoria Executiva, com base nos Pareceres da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e do COAUD;

2. Determinar o envio dos referidos documentos para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas à apreciação na Assembleia Geral Ordinária, em sua próxima reunião, com a recomendação de sua aprovação final.

OTTO LUIZ BURLIER DA SILVEIRA FILHO
Presidente

CARLOS VINICIUS BRITO REIS
Membro

PEDRO JOSÉ GALVÃO NONATO ALVES
Membro

MARCONI ANDRAOS OLIVEIRA
Membro

TÂNIA REGINA GOMES SANTOS
Membro

CÍCERO DE ANDRADE ROCHA FILHO
Membro

JOSÉ AUGUSTO MARIANO DE ANDRADE CARVALHO
Chefe de serviço financeiro

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.408, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7053 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBJETIVO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 24.070.476/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 772/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.409, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9192 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0163-64, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Espingardas calibre 12
576 (quinhentas e setenta e seis) Munições calibre 38
558 (quinhentas e cinquenta e oito) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.410, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/15108 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HER SECURITY PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.423.761/0001-35, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 723/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.411, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17776 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0003-32, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:
8 (oito) Pistolas calibre .380
1 (uma) Espingarda calibre 12

Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:
151 (cento e cinquenta e uma) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.412, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17779 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INGÁ VIGILANCIA LTDA. - ME, CNPJ nº 14.196.793/0001-70, sediada no Paraná, para adquirir:
Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:
12 (doze) Revólveres calibre 38
6 (seis) Espingardas calibre 12
Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0001-10:
113 (cento e treze) Munições calibre .380
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
128 (cento e vinte e oito) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.413, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19729 - DPF/SOD/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0169-50, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.414, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20052 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:
CONCEDER autorização, à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0005-40, para exercer a(s) atividade(s) de Transporte de Valores em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 774/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.415, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20667 - DPF/FIG/PR, resolve:
CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0133-49, sediada no Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.416, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/21387 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:
CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CONDOMINIO OPERACIONAL VIASHOPPING PAMPULHA, CNPJ nº 05.285.401/0001-59, para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.417, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22334 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:
CONCEDER autorização à empresa MEGATRONICK VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 14.182.991/0001-85, sediada no Paraná, para adquirir:
Da empresa cedente AGF SERVIÇOS EM VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.889.011/0001-74:
4 (quatro) Pistolas calibre .380
6 (seis) Espingardas calibre 12
Da empresa cedente AGF SERVIÇOS EM VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.889.011/0001-74:
156 (cento e cinquenta e seis) Munições calibre 12
192 (cento e noventa e duas) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.418, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22588 - DPF/UDI/MG, resolve:
CONCEDER autorização à empresa PADIAL VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 33.901.529/0001-35, sediada em Minas Gerais, para adquirir:
Da empresa cedente REZENDE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58:
1 (um) Revólver calibre 38
Da empresa cedente REZENDE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.688.221/0001-58:
18 (dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.419, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22783 - DPF/VDC/BA, resolve:
CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0015-64, sediada na Bahia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.420, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22788 - DPF/SJK/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0018-07, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.421, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22992 - DPF/IJI/SC, resolve:
CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0140-78, sediada em Santa Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.422, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23006 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOTEL MARCO INTERNACIONAL S.A, CNPJ nº 03.221.095/0001-61 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.423, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23093 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:
CONCEDER autorização à empresa CDX SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 33.472.915/0001-59, sediada em Rondônia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.424, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23101 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:
CONCEDER autorização à empresa BAWMA VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 37.994.334/0001-38, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:
Da empresa cedente ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0003-01:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.425, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23123 - DPF/CZO/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa ZEUSPATRI SEGURANÇA ARMADA LTDA - ME, CNPJ nº 26.575.653/0001-92, sediada em São Paulo, para adquirir:
Da empresa cedente ESQUADRA TRANSPORTE DE VALORES & SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.705.117/0007-05:
1 (uma) Espingarda calibre 12
Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0010-87:
2 (duas) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
72 (setenta e duas) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.426, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23142 - DPF/JVE/SC, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA BOM JESUS/IELUSC, CNPJ nº 84.685.163/0001-45 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.427, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23176 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO SOLAR DE BRASÍLIA, CNPJ nº 00.105.323/0001-40 para atuar no Distrito Federal.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.428, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/14332 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa 7 FACILITIES SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 25.159.490/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0003-01:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espingardas calibre 12

300 (trezentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.429, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18193 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE NOVA HIGIENOPOLIS, CNPJ nº 49.721.509/0001-12 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.430, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20455 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA, CNPJ nº 04.957.650/0009-38 para atuar em Rondônia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.431, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20677 - DPF/SMT/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0165-26, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

36 (trinta e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.432, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23200 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0012-57, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1680 (uma mil e seiscentas e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.433, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23267 - DPF/ATM/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTATICA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 24.413.557/0001-12, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.434, DE 14 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23365 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa JARDELBRITTO SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 37.750.561/0001-18, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 07.601.090/0001-15:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50 (cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.438, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/59949 - DPF/BRA/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CLOVIS CEOLIN EIRELI, CNPJ nº 34.928.452/0001-50, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

1 (um) Revólver calibre 38

24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.439, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/92164 - DPF/VAG/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SILVA & PINTO SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.887.287/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 398/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.440, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/94283 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TITÃ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-EIRELI, CNPJ nº 16.850.970/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 3067/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.441, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/4632 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KAOA - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 33.967.211/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 450/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.442, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7853 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROMA-SEG VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 31.872.055/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 436/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.443, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/8791 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PRÓCER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 39.694.408/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 710/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.444, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16338 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SUPORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0001-33, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SUHAI - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0001-09:

14 (quatorze) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
705 (setecentas e cinco) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.445, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19727 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0038-90, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Espingardas calibre 12
300 (trezentas) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.446, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20179 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0008-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 750/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.447, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/22455 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA HOTEIS PALACE, CNPJ nº 33.374.984/0001-20 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.448, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23015 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LOTHAR SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 36.434.156/0001-28, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (um) Revólver calibre 38
18 (dezoito) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.449, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23115 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa HUNTER'S ESCOLA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 01.289.220/0001-40, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.450, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23130 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRIVE HARAS DE ALDEIA II - GLEBA B, CNPJ nº 04.704.790/0001-47 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.451, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23422 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0010-73, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.452, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/23816 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ETESE - ESCOLA TECNICA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.247.839/0001-91, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
710 (setecentas e dez) Munições calibre 12
19820 (dezenove mil e oitocentas e vinte) Espoletas calibre 38
500 (quinhentos) Estojos calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
19820 (dezenove mil e oitocentos e vinte) Projéteis calibre 38
1845 (uma mil e oitocentas e quarenta e cinco) Espoletas calibre .380
400 (quatrocentos) Estojos calibre .380
1845 (um mil e oitocentos e quarenta e cinco) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.455, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12766 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRADCON SEGURANÇA PATRIMONIAL S/C LTDA, CNPJ nº 01.843.064/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 598/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.456, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19855 - DPF/MOC/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0184-99, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 2.457, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/20664 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0137-72, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.153, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011285/2016-01, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MAURICIO HERIBERTO FIGUEROA AGURTO, de nacionalidade chilena, filho de Alfredo Eduardo Figueroa Gerrero e de Mercedes Rosa Agurto Garete, nascido em Val Paraiso, na República do Chile, em 17 de fevereiro de 1959, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 16 (dezesseis) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que, BETTY BUAKASA, incluída na Portaria n°3.018, de 1° de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 02 de março de 2021, é natural da República Democrática do Congo, e não como constou. Processo: 08460.001000/2020-73

Declara que a correta grafia do nome do genitor de FATIMA HOUSSEIN ALHEREZ, incluído na Portaria Naturalização nº 3.094, de 29 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2021, é HOUSSEIN ALHEREZ e não como constou. Processo: 08505.002498/2020-28

Declara que a correta data de nascimento de JEAN SIMON JOSEPH, incluído na Portaria Naturalização nº 3.109, de 30 de março de 2021, publicada no diário oficial da União de 31 de março de 2021, é 30 de agosto de 1988 e não como constou. Processo: 08444.001048/2020-80

Declara que a correta grafia do nome de ALIOSKIN LIBERDADE TATISAMBO, incluído na Portaria CPMIG nº 748, de 18 de Março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de Março de 2020, é ALIOSKIN LIBERDADE TATI SAMBO e não como constou. Processo: 08702.002557/2019-06

Declara que, em cumprimento a determinação do M.M Juiz da 7ª Vara Cível Federal de São Paulo, datada de 25 de março de 2021, para a correção do nome da genitora de MARIA DIVOVA SEBASTIÃO MAKASSIMBA, incluída na Portaria CPMIG N° 434, de 28 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2019, Seção 1, pág. 61, para constar como SOLANGE KEMBI ISABEL. Processo n° 08505.006936/2019-93

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe de Divisão

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DE 15 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

DESPACHO Nº 49/2021/SECIND/DCIND/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ
Processo MJ nº: 08017.000386/2021-15
Trailer: "EM GUERRA COM O VOVÔ" - Reconsideração
Requerente: Gisele Cruz de Carvalho
Classificação Pretendida: Livre

CONSIDERANDO que o requerente entrou com pedido de reconsideração de classificação indicativa do trailer da obra "EM GUERRA COM O VOVÔ", protocolado em 16 de março de 2021, com a pretensão de Livre.

CONSIDERANDO que a obra foi classificada como "não recomendado para menores de 10 (dez) anos" por conter violência, conforme publicação no Diário Oficial da União de 15 de março de 2021.

CONSIDERANDO que a decisão final sobre a classificação atribuída fundamenta-se no previsto na Portaria MJ nº 1.189, de 3 de agosto de 2018, em especial no artigo 9°, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo único que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos de Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 16, inciso V).

CONSIDERANDO que, após nova análise, no que pese o atenuante de contexto cômico ou caricato, que se sobrepõe aos demais, ainda há um grau de verossimilhança em algumas das tendências de indicação apresentadas, atenuando apenas parcialmente o impacto das inadequações verificadas, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração do trailer da obra "EM GUERRA COM O VOVÔ", mantendo-se a classificação da obra para "não recomendado para menores de 10 (dez) anos", por apresentar violência e nudez.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 416, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: TREINAMENTO OBSESSIVO (RUN TO ME, Canadá / Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): 20TH Century Fox
Diretor(es): Philippe Gagnon
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.042079/2018-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 417, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: OS SZAFIRS - 1ª TEMPORADA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Medialand Produção e Comunicação Ltda
Diretor(es): Carla Maria Albuquerque de Sá/Roberto Ribeiro Severino
Distribuidor(es): UNIVERSAL CITY STUDIOS PRODUCTION LLLP.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Reality Show
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000374/2021-91
Requerente: MEDIALAND PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 418, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MEGAN LEAVAY (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Disney
Diretor(es): Gabriela Cowperthwaite
Distribuidor(es): DISNEY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000490/2021-18
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 419, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: SOL DA BAHIA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Hermes Leal
Diretor(es): Orlando Senna
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Cultura/Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000517/2021-64
Requerente: PRODUTORA DE FILMES H.L. LTDA. ME

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 420, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: BOM MESMO É CARNAVAL (Brasil - 1962)
Produtor(es): Herbert Richers
Diretor(es): J.B.Tanko
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000528/2021-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 421, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: DE PERNAS PRO AR (Brasil - 1958)
Produtor(es): Herbert Richers
Diretor(es): Victor Lima
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000530/2021-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 422, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MARIDO DE MULHER BOA (Brasil - 1960)
Produtor(es): Herbert Richers
Diretor(es): J. B. Tanko
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000535/2021-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 423, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: METIDO A BACANA (Brasil - 1957)
Produtor(es): Herbert Richers
Diretor(es): J. B.Tanko
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000536/2021-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 424, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: SHERLOCK DE ARAQUE (Brasil - 1957)
Produtor(es): Herbert Richers
Diretor(es): Victor Lima
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000544/2021-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 425, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: FATE STAY NIGHT HEAVEN`S FELL: PARTE 3 (FATE STAY NIGHT HEAVENS FELL: III - SPRING SONG, Japão - 2020)
Produtor(es): Ufotable / Aniplex
Diretor(es): Tomonori Sudo
Distribuidor(es): CINECOLOR DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000557/2021-14
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 426, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MATE OU MORRA (BOSS LEVEL, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): Randall Emmett/George Furla/Joe Carnahan
Diretor(es): Joe Carnahan
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não Informado
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência Extrema , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000569/2021-31
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 427, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: CARTAS DE AMOR SÃO RIDÍCULAS (Brasil - 2014)
Produtor(es): Locomotiva Cinema e Arte Ltda.
Diretor(es): Alvarina Sousa Silva
Distribuidor(es): ELITE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Linguagem Imprópria e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000577/2021-87
Requerente: ENCRIPTA S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 428, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: A MIRETTE INVESTIGA (MIRETTE INVESTIGATES, Espanha/França - 2016)
Produtor(es): Cyber Group
Diretor(es): Florence Heitz
Distribuidor(es): CYBER GROUP STUDIOS
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000593/2021-70
Requerente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 429, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: MINARI - EM BUSCA DA FELICIDADE (MINARI, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): Plan B Entertainment
Diretor(es): Lee Isaac Chung
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000612/2021-68
Requerente: GISELE CRUZ DE CARVALHO

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 430, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: INFILTRADO (WRATH OF MAN (A.K.A. CASH TRUCK), Estados Unidos da América/Reino Unido - 2021)
Produtor(es): Bill Block, Ivan Atkinson
Diretor(es): Guy Ritchie
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Atos criminosos
Processo: 08017.000661/2021-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 431, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: MANGUEIRA EM 2 TEMPOS (Brasil - 2020)
Produtor(es): Nova Era Produções de Arte LTDA
Diretor(es): Ana Maria Magalhães
Distribuidor(es): ARTEPLEX FILMES
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000662/2021-45
Requerente: ARTEPLEX DISTRIBUIDORA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 432,, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: CALABOUÇO DO DESEJO (DUNGEON OF DESIRE, Estados Unidos da América - 1999)
Produtor(es): Pat Siciliano
Diretor(es): Rachel Gordon
Distribuidor(es): SWEN
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 23 (vinte e três) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001594/2020-51
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS - SG DE 15 DE ABRIL DE 2021

Nº 553 - Ato de Concentração nº 08700.001557/2021-15. Requerentes: OP Energia Ltda., DBO Energia S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Luciana Martorano e André Tostes. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 554 - Ato de Concentração nº nº 08700.001618/2021-44. Requerentes: Superlógica Tecnologias S.A. e Alleric Participações Ltda. Advogados: Ademir Antonio Pereira Jr., Yan Villela Vieira, Maria Eduarda Scott, Eduardo Caminati, Marcio Bueno, André Ferraz e Isabela Canales. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 559 - Ato de Concentração nº 08700.001476/2021-15. Requerentes: Koch Industries, Inc. e Trident Private Holdings III, LLC. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Julia Krein e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 560 - Ato de Concentração nº 08700.001502/2021-13. Requerentes: Genesys Cloud Services Holdings I, LLC e LogMeIn, Inc. Advogados: Ana Paula Martinez e Mariana Tavares de Araujo. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 561 - Ato de Concentração nº 08700.001667/2021-87. Requerentes: Tracbel Empreendimentos e Participações S.A. e Itaeté Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini e Natália Oliveira Felix Rugeri. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 215, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Aprova a Revisão Pontual do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, e publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta;

Considerando o Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas, aprovado pela Portaria ICMBio nº 57 em 30 de maio de 2016

Considerando o disposto no processo n° 02070.003017/2009-67; resolve:

Art. 1º Efetuar alterações pontuais no Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas.

§ 1º O texto consolidado do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas com as alterações realizadas será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

§ 2º Os arquivos digitais, em formato shapefile e kml, com os limites das zonas de manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas serão disponibilizados no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 2º A apresentação, o Zoneamento e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Capítulo IV - Planejamento, do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas passam a valer como indicado na versão do Plano de Manejo onde foram realizadas as alterações.

Art. 3º A alteração pontual do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas foi aprovado pelo Comitê Gestor do ICMBio, conforme estabelecido pela Portaria n° 298, de 26 de junho de 2019.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

ANEXO I

Alterações no Capítulo IV - Planejamento do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Campos de Palmas

Item 4. Apresentação do PM (página 4.1)

Modificação:

Atualização do texto introdutório. O texto atualizado está disponível na nova versão do Capítulo IV do plano de manejo, página 4.1.

Item 4.1 Avaliação Estratégica do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas, Tabela 4.02 (página 4.8)

Modificações:

Onde consta: "Licenciamento ambiental das eólicas;"

Passa a constar: "Licenciamento ambiental das eólicas no entorno do RVS-CP;"

Onde consta: "Proposição de medidas mitigadoras e condicionantes para todas as estruturas e serviços planejados, como estradas, cascalheiras, linhas de transmissão, terraplanagem, entre outros."

Passa a constar: "Proposição de medidas mitigadoras e condicionantes para todas as estruturas e serviços planejados no entorno, como estradas, cascalheiras, linhas de transmissão, terraplanagem, entre outros."

Item 4.3 Objetivos específicos (página 4.9)

Modificações:

Onde consta: "Restabelecer a composição original de espécies nativas nas formações campestres;"

Passa a constar: "Buscar o restabelecimento da composição original de espécies nativas, especialmente nas áreas não ocupadas por cultivo direto de grãos e silvicultura da UC, buscando a recuperação da maior área possível das formações campestres;"

Inclusão dos objetivos específicos: - Promover pesquisas de caráter inovador e experimental sobre as práticas de uso do solo no RVS-CP e seus efeitos sobre a conservação da biota; e,- Sensibilizar a população residente e do entorno da UC para as questões associadas ao RVS-CP.

Item 4.4 - Zoneamento (página 4.10)

Modificação:

Atualização das informações introdutórias sobre o zoneamento. O texto atualizado está disponível na nova versão do Capítulo IV do plano de manejo, páginas 4.10 a 4.16.

Itens 4.4.1 - Zoneamento I - Situação atual do RVS-CP (páginas 4.10 a 4.12) e 4.4.2 - Zoneamento II - Situação Futura do RVS-CP (páginas 4.13 a 4.22)

Exclusão dos dois itens e inclusão do texto e mapas do zoneamento proposto na minuta do plano de manejo de dezembro de 2014, com adequações. O texto atualizado está disponível na nova versão do Capítulo IV do plano de manejo, páginas 4.16 a 4.24.

Item 4.4.3 - Zona de Amortecimento (página 4.23)

Modificações:

Onde consta: "4.4.3 - Zona de Amortecimento"

Passa a constar: "4.4.5 - Zona de Amortecimento"

Inclusão de numeração sequencial de todas as normas da zona de amortecimento.

Item 4.5 - Normas Gerais do RVS - CP (página 4.24)

Modificações:

Inclusão de numeração sequencial de todas as normas gerais.

Onde consta: "Enquanto não houver estudos que definam a influência do fogo nos campos do RVS-CP a equipe de gestão poderá autorizar o uso do fogo, conforme previsto em legislação vigente definindo um intervalo de queima de 2 anos para cada área;"

Passa a constar: "Enquanto não houver estudos que definam a influência do fogo nos campos do RVS-CP a equipe de gestão poderá autorizar o uso do fogo, conforme a Lei nº 12.651/12 - Art. 38 inciso II, definindo um intervalo de queima para cada área a ser estabelecido no Plano de Manejo Integrado do Fogo, sendo obrigatória a rotatividade das áreas a serem queimadas;"

Inclusão da norma: "As áreas autuadas e embargadas devem ser obrigatoriamente recuperadas, exceto em caso de decisão contrária no âmbito dos processos administrativos ou judiciais relativos aos autos de infração."

Onde consta: "A recuperação de áreas no RVS-CP deve ser feita com espécies nativas da região e ter a autorização do ICMBio;"

Passa a constar: "A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, inclusive com o uso de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC, observando: a) O projeto de recuperação deverá conter obrigatoriamente: medidas mitigadoras de impactos à vegetação campestre nativa e ao solo; metodologias de reintrodução de espécies nativas autóctones; recuperação e proteção das características naturais do solo; b) O método de regeneração natural poderá ser executado dependendo da capacidade de resiliência da área alvo."

Inclusão da norma: "A área deverá ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei, quando houver incompatibilidade entre os seus objetivos e as atividades privadas ou quando não houver aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da Unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade;"

Onde consta: "Nos processos de desapropriação, a regularização fundiária deverá ser priorizada na zona de recuperação que abranjam áreas acima da cota de altitude de 1.290 m;"

Passa a constar: "Nos processos de desapropriação, a regularização fundiária deverá ser priorizada na zona de recuperação, em áreas com maior valor ecológico;"

Inclusão da norma: "Os animais de estimação devem se restringir à zona de compatibilização de uso, prioritariamente na sede das propriedades e entorno imediato;"

Onde consta: "Eventos esportivos, de lazer e culturais no interior do RVS-CP deverão ser previamente autorizados pelo ICMBio e devem ter relação com o objetivo da UC."

Passa a constar: "Eventos esportivos, de lazer e culturais no interior do RVS-CP deverão ser previamente autorizados pelo ICMBio conforme normativas vigentes e devem ter relação com o objetivo da UC."

Item 4.6 - Planejamento por Programas Temáticos (página 4.25)

Modificação:

Inclusão de programa na lista de programas do PM: 5. Programa de Desenvolvimento Sustentável.

Item 4.6.1 - Programa de Proteção, subitem atividades (páginas 4.26 e 4.27)

Modificações:

Onde consta: "Atividade 5. Buscar estratégias para controle e/ou erradicação de exóticas invasoras;"

Passa a constar: "Atividade 5. Promover o controle e/ou erradicação de espécies exóticas invasoras;"

Exclusão da atividade 14 e suas subatividades: "14. Estabelecer com cada proprietário um Termo de Acordo ou Compromisso para retirada dos plantios de pinus, considerados fonte de dano contínuo ao RVS-CP:

14.1 - Este termo deverá conter: o regime de manejo instituído para o plantio, o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e/ou outro projeto com metodologia e cronograma aprovado pelo ICMBio.

14.2 - O método de regeneração natural poderá ser executado dependendo da capacidade de resiliência da área alvo."

Inclusão de atividade: "13. Monitorar, em parcerias com outros órgãos, as áreas de lavoura existentes no REVIS-CP observando se estão causando danos ambientais significativos (erosão, poluição de recursos hídricos, atividades em desacordo com o Decreto de criação da UC - minimização de agrotóxicos e plantio direto), mesmo cumprindo as normas agronômicas."

Item 4.6.2 - Programa de Pesquisa e Monitoramento, subitem atividades (página 4.29)

Modificações:

Onde consta: "10. Desenvolver e apoiar estudos de recuperação de campos de altitude, após a retirada de pinus e atividades agrícolas;"

Passa a constar: "10. Desenvolver e apoiar estudos de recuperação de campos de altitude no RVS-CP;"

Inclusão da atividade: "13. Buscar parceria com a Embrapa e outros pesquisadores para desenvolvimento de programa de pesquisa sobre o uso de espécies de pinus não invasoras (p.ex. Pinus greggii e Pinus kesiya)."

Item 4.6.4 - Programa de Operacionalização, subitem indicadores (página 4.30)

Exclusão dos indicadores: - Processo de revisão do Decreto finalizado; e, - Equipamentos adquiridos;

Item 4.6.4 - Programa de Operacionalização, subitem atividades (páginas 4.30 e 4.31)

Exclusão da atividade 1 e suas subatividades: "1. Abrir um processo técnico administrativo com o intuito de revisar o Decreto de Criação s/n de 03 de abril de 2006 com objetivo de adequá-lo ao previsto no SNUC para UC de proteção integral, excluindo:

1.1 - O parágrafo único do Art. 3º "nas áreas particulares localizadas na unidade de conservação, poderão ter continuidade as atividades de silvicultura legalmente autorizadas, desde que se adotem práticas que impeçam a contaminação de áreas com cobertura vegetal nativa por espécies exóticas";

1.2 - A parte do texto do caput do Art. 3º, que se refere ao "cultivo de grãos em plantio direto, desde que adotadas técnicas que minimizem o uso de agrotóxicos e afins.""

Exclusão da atividade 2: "2. Dotar a UC com equipamentos permanentes e materiais de consumo necessários para adequada acomodação dos funcionários e bom funcionamento da sede administrativa da UC (Anexo 4.04);"

Exclusão das atividades 4 e 14 (e suas subatividades), da Figura 4.03 e Tabela 4.05: "4. Complementar o quadro funcional para atender adequadamente a demanda existente no RVS-CP, observando o Organograma Gerencial, conforme indicado pela Figura 4.03 e tabela 4.05;"

"14. Distribuir as tarefas conforme as atribuições de cada setor. Aos setores ficam estabelecidas as seguintes atribuições:

14.1 Setor Administrativo: atendimento ao público, atividades administrativas e logísticas, convênios;

14.2 Setor Técnico: educação e conscientização ambiental, pesquisa, monitoramento, licenciamento ambiental, ações de recuperação e controle, fiscalização e disseminação de alternativas de desenvolvimento para a UC."

Item 4.6.5 - Programa de Desenvolvimento Sustentável (páginas incluídas)

Inclusão do Programa de Desenvolvimento Sustentável, o texto atualizado está disponível na nova versão do Capítulo IV do plano de manejo, páginas 4.33 a 4.34.

PORTARIA Nº 222, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Altera o nome do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Januária para Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Peruaçu.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020 e pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 2;

Considerando a Portaria n° 436, de 11 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2020, que instituiu o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Januária, um arranjo organizacional para gestão territorial de Unidades de Conservação Federais, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Considerando as informações constantes no processo n° 02128.001264/2020-21, resolve:

Art. 1º O Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Januária passa a ser denominado Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Peruaçu.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.882, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001663/2011-06. Interessado: Nova Gália Bioenergia Ltda. Objeto: Alteração do regime de exploração da UTE NG Bioenergia I, CEG UTE.AI.GO.031033-6.01, localizada no município de Paraúna, no estado de Goiás, de Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE para Autoprodutor - AP. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.883, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo n° 48100.002396/1995-90. Interessado: Centrais Elétricas Salto dos Dardanelos S.A., Objeto: Revoga a Autorização da Pequena Central Hidrelétrica Faxinal I, outorgada à Centrais Elétricas Salto dos Dardanelos S.A. por meio da Portaria n° 236, de 26 de junho de 1996, c/c a Resolução nº 4.502, de 21 de janeiro de 2014, localizada no município de Aripuanã, estado de Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.887, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000416/2020-75. Interessada: Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga. Objeto: Alterar do Anexo da Resolução Autorizativa nº 8.561, de 4 de fevereiro de 2020, que trata da declaração de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.889, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001396/2021-31 Interessada: MEZ 5 Energia Ltda. Objeto: (i) autorizar o estabelecimento, para a Interessada, de parcelas adicionais de RAP, a preços de junho de 2020, referentes à operação e manutenção das duas EL de 230 kV da Subestação Porto Alegre 4, durante o período de implantação do empreendimento objeto do Contrato de Concessão nº 03/2021-ANEEL; e (ii) estabelecer que o recebimento da RAP deverá ocorrer a partir de 1º de julho de 2021. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.842, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005039/2020-61. Interessados: Nova Palma Energia Ltda, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Prorroga até 21 de julho de 2021 a vigência das tarifas de aplicação constantes da Resolução Homologatória nº 2.688, de 19 de maio de 2020, referentes à Nova Palma Energia Ltda, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução está juntado aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.843, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000643/2018-86. Interessadas: Concessionárias de Transmissão. Objeto: Altera a Resolução nº 2.702, de 23 de junho de 2020, que homologa o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.844, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000754/2019-73. Interessadas: Concessionárias de Transmissão. Objeto: Altera a Resolução nº 2.705, de 23 de junho de 2020, que homologa o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP das Transmissoras de Energia Elétrica licitadas, com previsão de Revisão em 2019. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 970, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº nº 48500.006214/2020-37, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A., mantendo a multa do Auto de Infração nº 1.006/2018-ARSEP-SFG, no valor de R$ 115.131,63 (cento e quinze mil, cento e trinta e um reais e sessenta e três centavos), aplicada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte - ARSEP, a serem recolhidos conforme a legislação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 971, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003140/2019-43, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Goiás - Enel GO em face do Auto de Infração nº 002/2019-AGR-SFE, lavrado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, para, de ofício, reduzir a penalidade de multa aplicada de R$ 5.553.907,12 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e sete reais e doze centavos) para R$ 891.651,38 (oitocentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos), a ser recolhido conforme a legislação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 973, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003550/2020-28 decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Amazonas Energia, em face Despacho nº 2.559, de 2 de setembro de 2020, emitido pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 974, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000377/2021-97, decide por conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pelo Deputado Federal Alan Rick Miranda em face da Resolução Homologatória nº 2.820, de 8 de dezembro de 2020, que aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Distribuidora e deu outras providências.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 976, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.001384/2020-25, 48500.001383/2020-81, 48500.001382/2020-36, 48500.001381/2020-91, 48500.001380/2020-47, 48500.001379/2020-12 e 48500.001378/2020-78, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pelas empresas Engie Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A., Engie Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A. e Engie Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A., em face das Resoluções Autorizativas nº 9.276, 9.277, 9.278, 9.279, 9.280, 9.281 e 9.282, de 2020.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 977, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004688/2020-44, decide negar provimento ao Requerimento Administrativo proposto pela Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. - LEST com vistas ao reconhecimento de "excludente de responsabilidade, por motivo de Força Maior, devido à pandemia COVID-19", durante a antecipação de cronograma de entrada em operação comercial por se tratar de frustração de expectativa associada a tal antecipação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 979, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão da Diretoria e o que consta nos Processos 48500.001674/2016-92 e nº 48500.000926/2019-17, decide pelo não conhecimento dos Requerimentos Administrativos interpostos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em face: (i) do Despacho nº 3.455, de 2020, de 11 de dezembro de 2020, que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pelo Requerente em face do Despacho nº 505, de2019, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF; e (ii) do Despacho nº 3.492, de 2020, de 18 de dezembro de 2020, que deu provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pela Requerente em face do Auto de Infração nº 1/2019, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 904, de 30 de março de 2021, constante no Processo n° 48500.004937/2020-00, publicada no DOU nº 63 de 06 de abril de 2021, Seção 1, página 72, v. 159, foram alterados Quadros 1 e 2. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Onde se lê:

Quadro 1 - Lista de empresas com respectivos valores totais resultantes do Passivo de P&D e PEE, com saldo na data base de 31 de agosto de 2020, que serão integralmente destinados à CDE

Id Agente	Agente	Passivo P&D, com saldo na data base de 31 de agosto de 2020, a ser destinado integralmente à CDE	Passivo PEE, com saldo na data base de 31 de agosto de 2020, a ser destinado integralmente à CDE
26	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	6.520.795,25	1.585.027,64
32	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.983.349,76	16.528.667,47
37	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	0,00	10.125.398,05
38	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	1.055.969,68	4.435.239,67
39	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	4.730.741,20	0,00
44	COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL	0,00	9.679.195,26
46	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	0,00	111.579,22
48	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	57.098.005,34	N/A
51	DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	0,00	2.086.154,23
61	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	889.238,28	N/A
68	COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	24.165.955,80	N/A
82	Companhia Campolarguense de Energia	0,00	2.627.494,02
83	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	646.449,04	1.032.675,60
86	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA	135.744,81	0,00
87	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	131.122,43	86.843,76
88	EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA	0,00	152.545,19
95	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	98.225,80	0,00
97	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	17.170.269,72	N/A
103	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP	129.212,32	0,00
207	BIRLA CARBON BRASIL LTDA.	725.565,37	N/A
211	AMBAR ENERGIA LTDA	2.704.716,72	N/A
369	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON	17.564.345,46	25.279.747,20
370	RORAIMA ENERGIA S.A	339.198,83	0,00
371	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA	17.899.051,57	35.746.436,49
372	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	99.211.922,78	N/A
380	ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	0,00	7.007.022,76
381	Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	0,00	594.670,50
383	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	3.521.851,01	0,00
394	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	56.800.208,14	N/A
398	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO SA	1.666.279,32	6.474.762,79
399	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	597.268,48	566.084,61
400	NOVA PALMA ENERGIA LTDA	578.602,70	798.709,22
401	MUXFELDT MARIN E CIA LTDA	0,00	126.403,40
404	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.823.031,90	0,00
405	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	6.550.029,40	9.372.135,47
408	ELETROGOES S/A	1.836.913,62	N/A
417	ROSAL ENERGIA S/A	16.634,69	N/A
452	Itá Energética S.A	2.246.273,98	N/A
563	Termo Norte Energia Ltda.	2.016.381,79	N/A
598	Cooperativa de Distribuição de Energia CRELUZ-D	49.634,75	136.372,37
610	AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.	873.536,51	N/A
642	CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	441.759,56	N/A
655	ENEL CIEN - S.A	1.685.093,02	N/A
667	Dona Francisca Energética S/A	1.638.449,35	N/A
674	PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A	646.832,52	N/A
675	CEB Lajeado S.A	3.417.960,45	N/A
2290	TERMOPERNAMBUCO S/A	3.751.646,15	N/A
2311	Baixada Santista Energia S.A.	1.489.771,00	N/A
2351	COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	0,00	118.775,49
2376	SÁ CARVALHO S/A	579.683,52	N/A
2393	TANGARÁ ENERGIA S/A	1.055.524,19	N/A
2606	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A	170.416,47	N/A
2608	Expansion Transmissão de Energia Elétrica S/A	1.177.219,53	N/A
2648	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A	177.696,66	N/A
2651	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A	894.386,64	N/A
2763	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA	82.022,40	275.971,82
2783	COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	59.726,07	406.020,48
2866	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	0,00	38.574.687,72
2904	COOPERATIVA ALIANÇA	0,00	1.584.921,99
2934	CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S.A.	16.066.850,00	N/A
2998	Usina Termelétrica Barreiro S.A	311.924,25	N/A
3033	ESPORA ENERGÉTICA S.A	404.437,36	N/A
3053	EDP TRANSMISSÃO S.A.	59.246,82	N/A
3056	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PETROLINA	7.157.966,21	N/A
3627	COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	18.156,46	0,00
3939	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A	18.625,81	N/A
3945	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	741.358,63	N/A
3946	Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S/A	1.047.077,76	N/A
4248	Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti	26.182,64	37.482,51
4734	Companhia Transleste de Transmissão	804.434,04	N/A
4835	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S/A	4.142.952,71	N/A
4950	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	17.302.017,46	83.588.679,27
4951	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A	98.171.424,02	N/A
5011	Companhia Transirapé de Transmissão	855.491,68	N/A
5013	Porto Primavera Transmissora de Energia S/A	1.640.027,16	N/A
5014	Companhia Transudeste de Transmissão	752.160,22	N/A
5016	Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.	945.390,11	N/A
5017	Uirapuru Transmissora de Energia S/A	693.764,30	N/A
5018	Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	3.912.514,25	N/A
5159	CEB Geração S.A	151.649,15	N/A
5160	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	4.147.040,51	36.509.375,31
5162	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A	324.354,92	N/A
5163	CEB Participações S.A	189.021,05	N/A
5164	PANTANAL ENERGÉTICA LTDA	129.488,01	N/A
5166	Quatiara Energia S.A	40.256,53	N/A
5167	ISAMU IKEDA ENERGIA S.A.	1.198.277,13	N/A
5168	Socibe Energia S.A	776.958,91	N/A
5169	Alvorada Energia S.A	90.887,01	N/A
5171	Apiacás Energia S.A	594.165,49	N/A

5172	Primavera Energia S.A	951.469,27	N/A
5216	ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	3.449.705,16	18.286.652,17
5274	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA	41.207,98	145.224,29
5313	Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S.A.	120.619,34	N/A
5352	Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior	85.516,27	518.175,43
5364	COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE	107.030,11	0,00
5365	Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes	7.971,36	0,00
5367	Cooperativa de Eletricidade Praia Grande	108.400,55	0,00
5370	Cooperativa Pioneira de Eletrificação	31.896,68	1.509.026,78
5371	Cooperativa Energética Cocal	22.523,56	0,00
5377	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA	10.890,09	5.507,80
5379	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO	149.689,44	0,00
5382	COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO DA REGIAO DE ITAPECERICA DA SERRA	18.454,37	0,00
5385	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-CERRP	53.035,64	197.049,08
5454	Sistema de Transmissão Catarinense S.A	100.463,51	N/A
5457	LT Triângulo S.A	340.664,80	N/A
5459	Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	2.103.928,12	N/A
5480	Companhia Energética Manauara	83.209,21	N/A
5485	QUANTA GERAÇÃO S/A	404.266,45	N/A
5614	Brentech Energia S.A	1.124.727,22	N/A
5690	RIO AMAZONAS ENERGIA S/A	4.743.172,52	N/A
5697	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	25.596.128,33	138.099.250,69
5703	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	4.132.080,14	N/A
5707	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	52.947.995,95	196.239.842,54
5785	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	21.907.419,69	N/A
5960	Ijuí Energia S.A.	503.140,25	N/A
5961	Foz do Rio Claro Energia S.A.	456.735,67	N/A
5967	CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	74.372,03	N/A
6040	BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	32.562,18	N/A
6072	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	25.417.714,79	74.843.521,14
6073	TERNIUM BRASIL LTDA.	828.181,77	N/A
6242	SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	58.626,75	N/A
6243	Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	1.272.701,64	N/A
6244	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - ETES	177.287,79	N/A
6245	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DE MINAS GERAIS S.A.	320.884,14	N/A
6246	Ribeirão Preto Transmissora de Energia S A	786.677,43	N/A
6247	Poços de Caldas Transmissora de Energia Ltda.	1.079.326,20	N/A
6293	USINA TERMELÉTRICA DE ANÁPOLIS SOCIEDADE ANÔNIMA	26.142,28	N/A
6512	Estreito Energia S.A.	5.737.822,34	N/A
6585	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	901.280,72	569.126,13
6587	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	2.123.969,61	0,00
6600	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	3.125.754,30	7.197.254,72
6609	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE	25.747,78	65.676,00
6610	Cooperativa de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes	41.964,79	32.080,74
6611	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	1.753.391,52	1.067.932,13
6612	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	925.175,39	100.258,06
6623	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA NORTE E NORDESTE S/A	787.638,34	N/A
6625	BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	87.652,76	N/A
6631	Energia Sustentável do Brasil S.A.	12.828.823,56	N/A
6695	ECE PARTICIPAÇÕES S.A	447.352,37	N/A
6898	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	161.304,33	0,00
6901	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	136.185,48	N/A
6904	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA PINHEIROS S.A.	484.769,81	N/A
6905	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SUL S.A.	230.159,61	N/A
6906	LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	3.530.647,10	N/A
6907	LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	3.085.216,40	N/A
6915	Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	13.281.999,83	N/A
6921	ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	6.521.978,39	N/A
6954	ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	868.812,81	N/A
6955	CATXERÊ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	105.766,00	N/A
6957	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S/A	8.636.401,15	N/A
6961	Candeias Energia S.A.	349.941,52	N/A
6981	Pecém II Geração de Energia S.A.	14.545.412,82	N/A
7019	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	52.884.328,06	127.925.460,51
7055	EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.	120.361,39	N/A
7082	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.	1.049.158,09	N/A
7089	BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	424.394,90	N/A
7090	Transenergia Renovável S.A.	1.479.114,08	N/A
7091	Linhas de Transmissão do Itatim S.A	177.375,06	N/A
7214	TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A	309.426,59	N/A
7217	TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	462.433,00	N/A
7218	Transenergia São Paulo S.A.	513.794,56	N/A
7219	Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	67.501,81	N/A
7220	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SERRA DO JAPI S A	407.792,75	N/A
7224	BAGUARI ENERGIA S.A.	151.449,25	N/A
7284	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	429.554,94	N/A
7351	Goiás Transmissão S.A.	1.762.481,65	N/A
7354	Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	1.027.110,20	N/A
7355	Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	449.293,03	N/A
7356	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO MATO GROSSO S.A. - ETEM	112.723,80	N/A

7357	MGE Transmissão S.A.	911.554,09	N/A
7469	Ferreira Gomes Energia S.A	1.969.965,58	N/A
7523	Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A.	101.694,02	N/A
7525	Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A	265.368,32	N/A
7526	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE VÁRZEA GRANDE S.A. - ETVG	83.982,01	N/A
7625	Parnaíba I Geração de Energia S.A	17.605.280,67	N/A
7740	LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.	321.136,98	N/A
7742	SETE LAGOAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30.956,29	N/A
7794	TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.	112.461,93	N/A
7912	LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	237.412,29	N/A
7913	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A	1.846.872,32	N/A
7940	COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	76.189,25	N/A
7953	TRANSNORTE ENERGIA S.A	116.660,78	N/A
8025	UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A	13.443.415,50	N/A
8102	GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	218.148,21	N/A
8103	LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A	80.006,68	N/A
8104	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	119.494,31	N/A
8105	CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	382.057,43	N/A
8106	MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A	1.057.224,20	N/A
8107	TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A	927.714,01	N/A
8108	INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	347.360,44	N/A
8109	EMPRESA DE TRANSMISSÃO SERRANA S.A	83.298,17	N/A
8193	São Gotardo Transmissora de Energia S.A	128.023,38	N/A
8194	BRILHANTE II TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	19.305,53	N/A
8196	TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE	267.468,22	N/A
8397	PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	613.674,91	N/A
8453	EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.	935.215,28	N/A
8466	SE NARANDIBA S.A.	212.569,69	N/A
8501	TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	590.891,61	N/A
8505	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A	4.908.137,11	N/A
8555	VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	201.991,48	N/A
8659	FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	165.492,09	N/A
8660	Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A	154.530,45	N/A
8768	Enel Green Power Salto Apiacás S.A	15.130,29	N/A
8795	EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	2.458.172,54	N/A
8837	MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	18.933,55	N/A
8852	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A	386.560,60	N/A
8965	BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.	3.507.739,31	N/A
9094	ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	435.845,50	N/A
9103	ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	401.016,60	N/A
9204	POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	352.267,71	N/A
9439	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.	368.278,44	N/A
9734	TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A.	1.701.856,90	N/A
9919	OIAPOQUE ENERGIA SA	468.144,00	N/A
10035	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ GERAÇÃO	27.426,58	N/A
10307	Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.	4.911.894,04	N/A
10312	COMPANHIA SAO PATRICIO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CSP-G&T	31.110,17	N/A
10373	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	140.263,28	N/A
10377	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A	625.455,85	N/A
10408	SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	3.134,54	N/A
10638	CEMIG GERAÇÃO LESTE S.A.	624.190,79	N/A
10640	CEMIG GERAÇÃO TRÊS MARIAS S.A.	4.855.131,03	N/A
10733	PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	1.969.807,73	N/A
10734	CANARANA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	596.731,21	N/A
10759	ESTREITO PARTICIPACOES S.A.	105.865,47	N/A
10761	MACHADINHO PARTICIPACOES S.A.	124.764,26	N/A
10827	ETAP EMPRESA TRANSMISSORA AGRESTE POTIGUAR S.A.	311.659,64	N/A
10828	ETC - EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A.	96.069,36	N/A
10881	OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	86.264,71	N/A
10982	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA ACRE	50.772,31	N/A
10983	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA RONDONIA	14.603,42	N/A
10992	EMPRESA DIAMANTINA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	169.668,60	N/A
11065	CBA MACHADINHO GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	162.404,12	N/A
11075	EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A.	131.098,88	N/A
11076	EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A.	178.529,01	N/A
11078	EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.	63.838,62	N/A
11081	EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.	23.436,02	N/A
11208	GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	238.227,43	N/A
11317	EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.	347.139,64	N/A
11382	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA ITAPURA S.A.	49.786,09	N/A
11393	RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A	36.675,77	N/A
11418	EDP TRANSMISSÃO MA II S.A.	55.007,60	N/A
11436	CGH DIAMANTE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. - EPP	6.389.483,01	N/A
11482	COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA	240.207,87	N/A
11483	COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA	411.961,57	N/A
11651	SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	21.468,01	N/A
12056	L.D.O.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	259.636,50	N/A
12058	L.D.Q.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	425.818,41	N/A
12059	L.D.R.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	276.762,28	N/A

Quadro 2 - Lista das empresas com respectivos percentuais dos programas de P&D e PEE, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente), a serem destinados à CDE

Id Agente	Agente	Percentuais do P&D (%) mensal, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente), a serem destinados à CDE	Percentuais do PEE (%) mensal, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente), a serem destinados à CDE
26	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	30,00%	30,00%
31	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	30,00%	30,00%
32	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
37	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	30,00%	30,00%
38	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	30,00%	30,00%
39	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	30,00%	30,00%
40	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN	30,00%	28,84%
43	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	30,00%	30,00%
44	COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL	30,00%	30,00%
46	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	30,00%	30,00%
47	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	30,00%	23,95%

48	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	30,00%	N/A
51	DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	30,00%	30,00%
61	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	30,00%	N/A
63	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	30,00%	30,00%
64	AES Tietê S.A	30,00%	N/A
68	COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	30,00%	N/A
69	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	20,84%	30,00%
82	Companhia Campolarguense de Energia	13,60%	30,00%
83	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	30,00%	30,00%
86	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA	30,00%	0,00%
87	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	30,00%	30,00%
88	EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA	30,00%	30,00%
95	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	30,00%	30,00%
97	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	30,00%	N/A
103	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP	30,00%	30,00%
104	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A	30,00%	N/A
207	BIRLA CARBON BRASIL LTDA.	30,00%	N/A
211	AMBAR ENERGIA LTDA	30,00%	N/A
369	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON	30,00%	30,00%
370	RORAIMA ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
371	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA	30,00%	30,00%
372	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	30,00%	N/A
380	ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
381	Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	30,00%	30,00%
382	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	30,00%	30,00%
383	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	30,00%	30,00%
385	ELEKTRO REDES S.A.	30,00%	30,00%
387	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	0,00%	N/A
390	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	30,00%	30,00%
391	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
393	EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA SA	17,44%	N/A
394	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	30,00%	N/A
396	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
398	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO SA	30,00%	30,00%
399	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
400	NOVA PALMA ENERGIA LTDA	30,00%	30,00%
401	MUXFELDT MARIN E CIA LTDA	0,00%	30,00%
403	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
404	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
405	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
408	ELETROGOES S/A	30,00%	N/A
417	ROSAL ENERGIA S/A	30,00%	N/A
452	Itá Energética S.A	30,00%	N/A
453	ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA SA	0,00%	N/A
527	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA	0,00%	N/A
539	U.E.G. Araucária Ltda.	0,00%	N/A
553	PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	0,00%	N/A
563	Termo Norte Energia Ltda.	30,00%	N/A
598	Cooperativa de Distribuição de Energia CRELUZ-D	0,00%	0,00%
610	AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.	30,00%	N/A
622	Queiroz Galvão Energética S/A.	0,00%	N/A
642	CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
655	ENEL CIEN - S.A	30,00%	N/A
660	Companhia Energética Santa Clara	0,00%	N/A
667	Dona Francisca Energética S/A	30,00%	N/A
669	INVESTCO SA	30,00%	N/A
673	LAJEADO ENERGIA S/A	0,00%	N/A
674	PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A	0,00%	N/A
675	CEB Lajeado S.A	30,00%	N/A
678	Usina Terméletrica Norte Fluminense S.A	30,00%	N/A
700	ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A	30,00%	N/A
2262	CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.	30,00%	N/A
2263	Companhia Energética Chapecó	30,00%	N/A
2290	TERMOPERNAMBUCO S/A	30,00%	N/A
2311	Baixada Santista Energia S.A.	30,00%	N/A
2331	ENERGEST S.A.	12,27%	N/A
2351	COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	0,00%	0,00%
2376	SÁ CARVALHO S/A	30,00%	N/A
2393	TANGARÁ ENERGIA S/A	30,00%	N/A
2476	COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS	30,00%	N/A
2558	DME ENERGÉTICA S.A. - DMEE	30,00%	N/A
2606	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
2608	Expansion Transmissão de Energia Elétrica S/A	30,00%	N/A
2648	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
2651	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
2763	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA	0,00%	0,00%
2783	COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	0,00%	0,00%
2866	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	30,00%	30,00%
2901	Termocabo S.A.	0,00%	N/A
2904	COOPERATIVA ALIANÇA	30,00%	30,00%
2934	CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S.A.	30,00%	N/A
2937	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	30,00%	30,00%
2949	FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
2952	ENERPEIXE S.A.	30,00%	N/A
2998	Usina Termelétrica Barreiro S.A	30,00%	N/A
3033	ESPORA ENERGÉTICA S.A	30,00%	N/A
3053	EDP TRANSMISSÃO S.A.	30,00%	N/A
3056	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PETROLINA	30,00%	N/A

3223	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	0,00%	0,00%
3627	COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	0,00%	0,00%
3637	RIO VERDE ENERGIA S/A	29,14%	N/A
3936	BAESA-ENERGÉTICA BARRA GRANDE S/A	30,00%	N/A
3939	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
3945	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
3946	Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S/A	30,00%	N/A
4248	Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti	0,00%	0,00%
4380	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
4734	Companhia Transleste de Transmissão	30,00%	N/A
4821	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	30,00%	N/A
4825	Sistema de Transmissão Nordeste S.A	30,00%	N/A
4835	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S/A	30,00%	N/A
4950	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	30,00%	30,00%
4951	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A	30,00%	N/A
5011	Companhia Transirapé de Transmissão	30,00%	N/A
5013	Porto Primavera Transmissora de Energia S/A	30,00%	N/A
5014	Companhia Transudeste de Transmissão	30,00%	N/A
5016	Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
5017	Uirapuru Transmissora de Energia S/A	30,00%	N/A
5018	Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
5159	CEB Geração S.A	30,00%	N/A
5160	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	30,00%	30,00%
5161	LIGHT ENERGIA S.A	30,00%	N/A
5162	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A	30,00%	N/A
5163	CEB Participações S.A	30,00%	N/A
5164	PANTANAL ENERGÉTICA LTDA	30,00%	N/A
5166	Quatiara Energia S.A	30,00%	N/A
5167	ISAMU IKEDA ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
5168	Socibe Energia S.A	30,00%	N/A
5169	Alvorada Energia S.A	30,00%	N/A
5171	Apiacás Energia S.A	30,00%	N/A
5172	Primavera Energia S.A	30,00%	N/A
5216	ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
5274	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA	0,00%	0,00%
5313	Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S.A.	30,00%	N/A
5352	Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior	0,00%	0,00%
5363	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL	0,00%	0,00%
5364	COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE	0,00%	0,00%
5365	Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes	0,00%	0,00%
5367	Cooperativa de Eletricidade Praia Grande	0,00%	0,00%
5368	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	0,00%	0,00%
5370	Cooperativa Pioneira de Eletrificação	0,00%	0,00%
5371	Cooperativa Energética Cocal	0,00%	0,00%
5372	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	0,00%	0,00%
5373	Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller	0,00%	0,00%
5377	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA	0,00%	0,00%
5378	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ITAÍ-PARANAPANEMA-AVARÉ LTDA	0,00%	0,00%
5379	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO	0,00%	0,00%
5382	COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO DA REGIAO DE ITAPECERICA DA SERRA	0,00%	0,00%
5384	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE PROMISSÃO	0,00%	0,00%
5385	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-CERRP	0,00%	0,00%
5386	Cooperativa de Eletrificação Rural Itu-Mairinque	0,00%	0,00%
5428	CENTRAL ENERGÉTICA PALMEIRAS S.A	0,00%	N/A
5454	Sistema de Transmissão Catarinense S.A	30,00%	N/A
5455	ATE III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
5456	INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	0,00%	N/A
5457	LT Triângulo S.A	30,00%	N/A
5459	Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
5477	Breitener Jaraqui S.A	30,00%	N/A
5478	Breitener Tambaqui S.A	30,00%	N/A
5480	Companhia Energética Manauara	30,00%	N/A
5485	QUANTA GERAÇÃO S/A	30,00%	N/A
5614	Brentech Energia S.A	30,00%	N/A
5690	RIO AMAZONAS ENERGIA S/A	30,00%	N/A
5697	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	30,00%	30,00%
5703	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	30,00%	N/A
5707	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	30,00%	30,00%
5785	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	30,00%	N/A
5960	Ijuí Energia S.A.	30,00%	N/A
5961	Foz do Rio Claro Energia S.A.	30,00%	N/A

5967	CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
6040	BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	30,00%	N/A
6072	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	30,00%	30,00%
6073	TERNIUM BRASIL LTDA.	30,00%	N/A
6242	SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
6243	Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
6244	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - ETES	30,00%	N/A
6245	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DE MINAS GERAIS S.A.	30,00%	N/A
6246	Ribeirão Preto Transmissora de Energia S A	30,00%	N/A
6247	Poços de Caldas Transmissora de Energia Ltda.	30,00%	N/A
6248	Jauru Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
6293	USINA TERMELÉTRICA DE ANÁPOLIS SOCIEDADE ANÔNIMA	30,00%	N/A
6296	ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S./A.	30,00%	N/A
6305	BARRA DO BRAÚNA ENERGÉTICA S/A	0,00%	N/A
6464	Usina Xavantes S.A.	0,00%	N/A
6471	Borborema Energética S.A.	0,00%	N/A
6472	Maracanaú Geradora de Energia S.A.	0,00%	N/A
6483	Termelétrica Viana S.A.	0,00%	N/A
6491	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0,00%	N/A
6492	GERA MARANHÃO - Geradora de Energia do Maranhão S.A.	30,00%	N/A
6512	Estreito Energia S.A.	30,00%	N/A
6559	GERAÇÃO CIII S/A	30,00%	N/A
6585	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
6587	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
6599	Energética Suape II S.A.	30,00%	N/A
6600	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
6609	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE	0,00%	0,00%
6610	Cooperativa de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes	0,00%	0,00%
6611	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
6612	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
6623	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA NORTE E NORDESTE S/A	30,00%	N/A
6624	Iracema Transmissora de Energia S.A.	0,00%	N/A
6625	BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
6631	Energia Sustentável do Brasil S.A.	30,00%	N/A
6673	Companhia Energética Potiguar S.A.	30,00%	N/A
6683	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
6695	ECE PARTICIPAÇÕES S.A	30,00%	N/A
6897	Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá	0,00%	0,00%
6898	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	0,00%	0,00%
6899	Serra do Facão Energia S.A.	30,00%	N/A
6901	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	30,00%	N/A
6903	Coqueiros Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
6904	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA PINHEIROS S.A.	30,00%	N/A
6905	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SUL S.A.	30,00%	N/A
6906	LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
6907	LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
6910	Pedras Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
6915	Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	30,00%	N/A
6921	ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
6932	Linhares Geração S.A.	30,00%	N/A
6954	ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
6955	CATXERÊ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
6957	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S/A	30,00%	N/A
6961	Candeias Energia S.A.	30,00%	N/A
6981	Pecém II Geração de Energia S.A.	30,00%	N/A
7016	Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural	0,00%	0,00%
7019	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	30,00%	30,00%
7055	EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A
7082	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.	30,00%	N/A
7089	BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	30,00%	N/A
7090	Transenergia Renovável S.A.	30,00%	N/A
7091	Linhas de Transmissão do Itatim S.A	30,00%	N/A
7123	PARNAIBA III GERACAO DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
7130	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	22,09%	N/A
7214	TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
7217	TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
7218	Transenergia São Paulo S.A.	30,00%	N/A
7219	Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	30,00%	N/A
7220	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SERRA DO JAPI S A	30,00%	N/A
7221	TRANSENERGIA GOIÁS S.A.	30,00%	N/A
7224	BAGUARI ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
7236	Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	0,00%	N/A
7267	PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	28,89%	N/A
7284	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	30,00%	N/A
7338	COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO	0,00%	N/A
7351	Goiás Transmissão S.A.	30,00%	N/A
7354	Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	30,00%	N/A
7355	Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	30,00%	N/A
7356	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO MATO GROSSO S.A. - ETEM	30,00%	N/A
7357	MGE Transmissão S.A.	30,00%	N/A
7371	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	0,00%	0,00%
7427	NORTE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
7469	Ferreira Gomes Energia S.A	30,00%	N/A
7514	RIO CANOAS ENERGIA S.A.	0,00%	N/A
7523	Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
7525	Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A	30,00%	N/A
7526	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE VÁRZEA GRANDE S.A. - ETVG	30,00%	N/A

7552	COMPANHIA GERAÇÃO DE ENERGIA PILÃO	7,68%	N/A
7625	Parnaíba I Geração de Energia S.A	30,00%	N/A
7711	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	30,00%	N/A
7740	LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.	30,00%	N/A
7741	CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	17,25%	N/A
7742	SETE LAGOAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
7794	TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.	30,00%	N/A
7833	Termelétrica Pernambuco III S.A	0,00%	N/A
7912	LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	30,00%	N/A
7913	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A	30,00%	N/A
7940	COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
7953	TRANSNORTE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8025	UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A	30,00%	N/A
8102	GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8103	LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A	30,00%	N/A
8104	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
8105	CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8106	MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A	30,00%	N/A
8107	TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8108	INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8109	EMPRESA DE TRANSMISSÃO SERRANA S.A	30,00%	N/A
8178	GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	30,00%	N/A
8193	São Gotardo Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
8194	BRILHANTE II TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	30,00%	N/A
8196	TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE	30,00%	N/A
8312	CPFL TRANSMISSÃO PIRACICABA S.A.	0,00%	N/A
8397	PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8453	EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.	30,00%	N/A
8466	SE NARANDIBA S.A.	30,00%	N/A
8469	SÃO JOÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	0,00%	N/A
8501	TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	30,00%	N/A
8505	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8552	SÃO PEDRO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8554	PANTANAL TRANSMISSAO S.A.	17,72%	N/A
8555	VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8601	PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A	0,00%	N/A
8659	FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
8660	Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
8768	Enel Green Power Salto Apiacás S.A	30,00%	N/A
8784	COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A	30,00%	N/A
8795	EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	30,00%	N/A
8837	MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	30,00%	N/A
8852	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A	30,00%	N/A
8853	LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.	30,00%	N/A
8965	BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.	30,00%	N/A
9094	ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	30,00%	N/A
9103	ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
9151	TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	30,00%	N/A
9204	POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
9344	Aliança Geração de Energia S.A.	0,00%	N/A
9439	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.	30,00%	N/A
9716	CPFL TRANSMISSÃO MORRO AGUDO S.A.	0,00%	N/A
9734	TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A.	30,00%	N/A
9919	OIAPOQUE ENERGIA SA	30,00%	N/A
10035	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ GERAÇÃO	30,00%	N/A
10307	Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
10312	COMPANHIA SAO PATRICIO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CSP-G&T	30,00%	N/A
10373	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	30,00%	N/A
10377	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A	30,00%	N/A
10381	RIO PARANÁ ENERGIA S.A	30,00%	N/A
10408	SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10480	SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10565	FIRMINOPOLIS TRANSMISSAO S.A.	30,00%	N/A
10635	CEMIG GERAÇÃO SUL S.A.	14,22%	N/A
10637	CEMIG GERAÇÃO OESTE S.A.	30,00%	N/A
10638	CEMIG GERAÇÃO LESTE S.A.	30,00%	N/A
10639	CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS S.A.	0,00%	N/A
10640	CEMIG GERAÇÃO TRÊS MARIAS S.A.	30,00%	N/A
10641	CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA S.A.	0,00%	N/A
10642	CEMIG GERAÇÃO SALTO GRANDE S.A.	30,00%	N/A
10731	MIRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA S/A	30,00%	N/A
10733	PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10734	CANARANA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10737	ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10740	SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A.	7,71%	N/A
10759	ESTREITO PARTICIPACOES S.A.	30,00%	N/A
10761	MACHADINHO PARTICIPACOES S.A.	30,00%	N/A
10827	ETAP EMPRESA TRANSMISSORA AGRESTE POTIGUAR S.A.	30,00%	N/A
10828	ETC - EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A.	30,00%	N/A
10881	OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A

10982	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA ACRE	30,00%	N/A
10983	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA RONDONIA	30,00%	N/A
10992	EMPRESA DIAMANTINA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
11065	CBA MACHADINHO GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	30,00%	N/A
11075	EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A.	30,00%	N/A
11076	EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A.	30,00%	N/A
11078	EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.	30,00%	N/A
11081	EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.	30,00%	N/A
11208	GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
11278	CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S.A.	30,00%	N/A
11317	EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.	30,00%	N/A
11382	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA ITAPURA S.A.	30,00%	N/A
11393	RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A	30,00%	N/A
11418	EDP TRANSMISSÃO MA II S.A.	30,00%	N/A
11436	CGH DIAMANTE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA. - EPP	30,00%	N/A
11481	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	30,00%	N/A
11482	COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA	30,00%	N/A
11483	COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA	30,00%	N/A
11484	UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
11592	DIAMANTE GERACAO DE ENERGIA LTDA.	30,00%	N/A
11651	SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	30,00%	N/A
12056	L.D.O.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A
12058	L.D.Q.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A
12059	L.D.R.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A

Leia-se:

Quadro 1 - Lista de empresas com respectivos valores totais resultantes do Passivo de P&D e PEE, com saldo na data base de 31 de agosto de 2020, que serão integralmente destinados à CDE

Id Agente	Agente	Passivo P&D, com saldo na data base de 31 de agosto de 2020, a ser destinado integralmente à CDE	Passivo PEE, com saldo na data base de 31 de agosto de 2020, a ser destinado integralmente à CDE
00026	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	6.520.795,25	1.585.027,64
00031	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	0,00	0,00
00032	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.983.349,76	16.528.667,47
00037	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	0,00	10.125.398,05
00038	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	1.055.969,68	4.435.239,67
00039	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	4.730.741,20	0,00
00040	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN	0,00	0,00
00043	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	0,00	0,00
00044	COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL	0,00	9.679.195,26
00046	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	0,00	111.579,22
00047	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	0,00	0,00
00048	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	57.098.005,34	N/A
00051	DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	0,00	2.086.154,23
00061	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	889.238,28	N/A
00063	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	0,00	0,00
00064	AES Tietê S.A	0,00	N/A
00068	COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	24.165.955,80	N/A
00069	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	0,00	0,00
00082	Companhia Campolarguense de Energia	0,00	2.627.494,02
00083	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	646.449,04	1.032.675,60
00086	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA	135.744,81	0,00
00087	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	131.122,43	86.843,76
00088	EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA	0,00	152.545,19
00095	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	98.225,80	0,00
00097	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	17.170.269,72	N/A
00103	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP	129.212,32	0,00
00104	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A	0,00	N/A
00207	BIRLA CARBON BRASIL LTDA.	725.565,37	N/A
00211	AMBAR ENERGIA LTDA	2.704.716,72	N/A
00369	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON	17.564.345,46	25.279.747,20
00370	RORAIMA ENERGIA S.A	339.198,83	0,00
00371	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA	17.899.051,57	35.746.436,49
00372	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	99.211.922,78	N/A
00380	ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	0,00	7.007.022,76
00381	Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	0,00	594.670,50
00382	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	0,00	0,00
00383	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	3.521.851,01	0,00
00385	ELEKTRO REDES S.A.	0,00	0,00
00387	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	0,00	N/A
00390	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	0,00	0,00
00391	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00
00393	EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA SA	0,00	N/A
00394	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	56.800.208,14	N/A
00396	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00
00398	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO SA	1.666.279,32	6.474.762,79
00399	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	597.268,48	566.084,61
00400	NOVA PALMA ENERGIA LTDA	578.602,70	798.709,22
00401	MUXFELDT MARIN E CIA LTDA	0,00	126.403,40
00403	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	0,00	N/A
00404	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.823.031,90	0,00
00405	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	6.550.029,40	9.372.135,47
00408	ELETROGOES S/A	1.836.913,62	N/A
00417	ROSAL ENERGIA S/A	16.634,69	N/A
00452	Itá Energética S.A	2.246.273,98	N/A
00453	ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA SA	0,00	N/A
00527	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA	0,00	N/A
00539	U.E.G. Araucária Ltda.	0,00	N/A
00553	PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	0,00	N/A
00563	Termo Norte Energia Ltda.	2.016.381,79	N/A
00598	Cooperativa de Distribuição de Energia CRELUZ-D	49.634,75	136.372,37
00610	AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.	873.536,51	N/A
00622	Queiroz Galvão Energética S/A.	0,00	N/A
00642	CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	441.759,56	N/A
00655	ENEL CIEN - S.A	1.685.093,02	N/A
00660	Companhia Energética Santa Clara	0,00	N/A

00667	Dona Francisca Energética S/A	1.638.449,35	N/A
00669	INVESTCO SA	0,00	N/A
00673	LAJEADO ENERGIA S/A	0,00	N/A
00674	PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A	0,00	N/A
00675	CEB Lajeado S.A	2.190.329,73	N/A
00678	Usina Terméletrica Norte Fluminense S.A	0,00	N/A
00700	ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A	0,00	N/A
02262	CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.	0,00	N/A
02263	Companhia Energética Chapecó	0,00	N/A
02290	TERMOPERNAMBUCO S/A	3.751.646,15	N/A
02311	Baixada Santista Energia S.A.	1.489.771,00	N/A
02331	ENERGEST S.A.	0,00	N/A
02351	COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	0,00	118.775,49
02376	SÁ CARVALHO S/A	579.683,52	N/A
02393	TANGARÁ ENERGIA S/A	1.055.524,19	N/A
02476	COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS	0,00	N/A
02558	DME ENERGÉTICA S.A. - DMEE	0,00	N/A
02606	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A	170.416,47	N/A
02608	Expansion Transmissão de Energia Elétrica S/A	1.177.219,53	N/A
02648	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A	177.696,66	N/A
02651	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A	894.386,64	N/A
02763	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA	82.022,40	275.971,82
02783	COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	59.726,07	406.020,48
02866	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	0,00	38.574.687,72
02901	Termocabo S.A.	0,00	N/A
02904	COOPERATIVA ALIANÇA	0,00	1.584.921,99
02934	CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S.A.	16.066.850,00	N/A
02937	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	0,00	0,00
02949	FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.	0,00	N/A
02952	ENERPEIXE S.A.	0,00	N/A
02998	Usina Termelétrica Barreiro S.A	311.924,25	N/A
03033	ESPORA ENERGÉTICA S.A	404.437,36	N/A
03053	EDP TRANSMISSÃO S.A.	59.246,82	N/A
03056	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PETROLINA	7.157.966,21	N/A
03223	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	0,00	0,00
03627	COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	18.156,46	0,00
03637	RIO VERDE ENERGIA S/A	0,00	N/A
03936	BAESA-ENERGÉTICA BARRA GRANDE S/A	0,00	N/A
03939	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A	18.625,81	N/A
03945	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	741.358,63	N/A
03946	Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S/A	1.047.077,76	N/A
04248	Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti	26.182,64	37.482,51
04380	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A	0,00	N/A
04734	Companhia Transleste de Transmissão	804.434,04	N/A
04821	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	0,00	N/A
04825	Sistema de Transmissão Nordeste S.A	0,00	N/A
04835	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S/A	4.142.952,71	N/A
04950	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	17.302.017,46	83.588.679,27
04951	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A	98.171.424,02	N/A
05011	Companhia Transirapé de Transmissão	855.491,68	N/A
05013	Porto Primavera Transmissora de Energia S/A	1.640.027,16	N/A
05014	Companhia Transudeste de Transmissão	752.160,22	N/A
05016	Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.	945.390,11	N/A
05017	Uirapuru Transmissora de Energia S/A	693.764,30	N/A
05018	Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	3.912.514,25	N/A
05159	CEB Geração S.A	151.649,15	N/A
05160	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	4.147.040,51	36.509.375,31
05161	LIGHT ENERGIA S.A	0,00	N/A
05162	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A	324.354,92	N/A
05163	CEB Participações S.A	189.021,05	N/A
05164	PANTANAL ENERGÉTICA LTDA	129.488,01	N/A
05166	Quatiara Energia S.A	40.256,53	N/A
05167	ISAMU IKEDA ENERGIA S.A.	1.198.277,13	N/A
05168	Socibe Energia S.A	776.958,91	N/A
05169	Alvorada Energia S.A	90.887,01	N/A
05171	Apiacás Energia S.A	594.165,49	N/A
05172	Primavera Energia S.A	951.469,27	N/A
05216	ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	3.449.705,16	18.286.652,17
05274	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA	41.207,98	145.224,29
05313	Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S.A.	120.619,34	N/A
05352	Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior	85.516,27	518.175,43
05363	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL	0,00	0,00
05364	COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE	107.030,11	0,00
05365	Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes	7.971,36	0,00
05367	Cooperativa de Eletricidade Praia Grande	108.400,55	0,00
05368	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	0,00	0,00
05370	Cooperativa Pioneira de Eletrificação	31.896,68	1.509.026,78
05371	Cooperativa Energética Cocal	22.523,56	0,00
05372	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	0,00	0,00
05373	Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller	0,00	0,00
05377	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA	10.890,09	5.507,80
05378	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ITAÍ-PARANAPANEMA-AVARÉ LTDA	0,00	0,00
05379	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO	149.689,44	0,00
05382	COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO DA REGIAO DE ITAPECERICA DA SERRA	18.454,37	0,00
05384	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE PROMISSÃO	0,00	0,00
05385	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-CERRP	53.035,64	197.049,08
05386	Cooperativa de Eletrificação Rural Itu-Mairinque	0,00	0,00
05428	CENTRAL ENERGÉTICA PALMEIRAS S.A	0,00	N/A
05454	Sistema de Transmissão Catarinense S.A	100.463,51	N/A
05455	ATE III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	0,00	N/A
05456	INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	0,00	N/A
05457	LT Triângulo S.A	340.664,80	N/A
05459	Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	2.103.928,12	N/A
05477	Breitener Jaraqui S.A	0,00	N/A
05478	Breitener Tambaqui S.A	0,00	N/A
05480	Companhia Energética Manauara	83.209,21	N/A
05485	QUANTA GERAÇÃO S/A	404.266,45	N/A
05614	Brentech Energia S.A	1.124.727,22	N/A
05690	RIO AMAZONAS ENERGIA S/A	4.743.172,52	N/A
05697	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	25.596.128,33	138.099.250,69
05703	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	4.132.080,14	N/A
05707	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	52.947.995,95	196.239.842,54
05785	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	21.907.419,69	N/A
05960	Ijuí Energia S.A.	503.140,25	N/A

05961	Foz do Rio Claro Energia S.A.	456.735,67	N/A
06040	BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	32.562,18	N/A
06072	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	25.417.714,79	74.843.521,14
06073	TERNIUM BRASIL LTDA.	828.181,77	N/A
06242	SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	58.626,75	N/A
06243	Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	1.272.701,64	N/A
06244	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - ETES	177.287,79	N/A
06245	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DE MINAS GERAIS S.A.	320.884,14	N/A
06246	Ribeirão Preto Transmissora de Energia S A	786.677,43	N/A
06247	Poços de Caldas Transmissora de Energia Ltda.	1.079.326,20	N/A
06248	Jauru Transmissora de Energia S.A	0,00	N/A
06293	USINA TERMELÉTRICA DE ANÁPOLIS SOCIEDADE ANÔNIMA	26.142,28	N/A
06296	ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S./A.	0,00	N/A
06305	BARRA DO BRAÚNA ENERGÉTICA S/A	0,00	N/A
06464	Usina Xavantes S.A.	0,00	N/A
06471	Borborema Energética S.A.	0,00	N/A
06472	Maracanaú Geradora de Energia S.A.	0,00	N/A
06483	Termelétrica Viana S.A.	0,00	N/A
06491	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0,00	N/A
06492	GERA MARANHÃO - Geradora de Energia do Maranhão S.A.	0,00	N/A
06512	Estreito Energia S.A.	5.737.822,34	N/A
06559	GERAÇÃO CIII S/A	0,00	N/A
06585	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	901.280,72	569.126,13
06587	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	2.123.969,61	0,00
06599	Energética Suape II S.A.	0,00	N/A
06600	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	3.125.754,30	7.197.254,72
06609	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE	25.747,78	65.676,00
06610	Cooperativa de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes	41.964,79	32.080,74
06611	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	1.753.391,52	1.067.932,13
06612	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	925.175,39	100.258,06
06623	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA NORTE E NORDESTE S/A	787.638,34	N/A
06624	Iracema Transmissora de Energia S.A.	0,00	N/A
06625	BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	87.652,76	N/A
06631	Energia Sustentável do Brasil S.A.	12.828.823,56	N/A
06644	CPFL Renováveis	0,00	N/A
06673	Companhia Energética Potiguar S.A.	0,00	N/A
06683	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	0,00	N/A
06695	ECE PARTICIPAÇÕES S.A	447.352,37	N/A
06897	Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá	0,00	0,00
06898	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	161.304,33	0,00
06899	Serra do Facão Energia S.A.	0,00	N/A
06901	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	136.185,48	N/A
06903	Coqueiros Transmissora de Energia S.A	0,00	N/A
06904	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA PINHEIROS S.A.	484.769,81	N/A
06905	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SUL S.A.	230.159,61	N/A
06906	LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	3.530.647,10	N/A
06907	LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	3.085.216,40	N/A
06910	Pedras Transmissora de Energia S.A	0,00	N/A
06915	Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	13.281.999,83	N/A
06921	ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	6.521.978,39	N/A
06932	Linhares Geração S.A.	0,00	N/A
06954	ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	868.812,81	N/A
06955	CATXERÊ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	105.766,00	N/A
06957	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S/A	8.636.401,15	N/A
06961	Candeias Energia S.A.	349.941,52	N/A
06981	Pecém II Geração de Energia S.A.	14.545.412,82	N/A
07016	Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural	0,00	0,00
07019	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	52.884.328,06	127.925.460,51
07055	EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.	120.361,39	N/A
07082	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.	1.049.158,09	N/A
07089	BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	424.394,90	N/A
07090	Transenergia Renovável S.A.	1.479.114,08	N/A
07091	Linhas de Transmissão do Itatim S.A	177.375,06	N/A
07123	PARNAIBA III GERACAO DE ENERGIA S.A	0,00	N/A
07130	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	0,00	N/A
07214	TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A	309.426,59	N/A
07217	TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	462.433,00	N/A
07218	Transenergia São Paulo S.A.	513.794,56	N/A
07219	Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	67.501,81	N/A
07220	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SERRA DO JAPI S A	407.792,75	N/A
07221	TRANSENERGIA GOIÁS S.A.	0,00	N/A
07224	BAGUARI ENERGIA S.A.	151.449,25	N/A
07236	Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	0,00	N/A
07267	PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	0,00	N/A
07284	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	429.554,94	N/A
07338	COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO	0,00	N/A
07351	Goiás Transmissão S.A.	1.762.481,65	N/A
07354	Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	1.027.110,20	N/A
07355	Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	449.293,03	N/A
07356	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO MATO GROSSO S.A. - ETEM	112.723,80	N/A
07357	MGE Transmissão S.A.	911.554,09	N/A
07371	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	0,00	0,00
07427	NORTE ENERGIA S/A	0,00	N/A
07469	Ferreira Gomes Energia S.A	1.969.965,58	N/A
07514	RIO CANOAS ENERGIA S.A.	0,00	N/A
07523	Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A.	101.694,02	N/A
07525	Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A	265.368,32	N/A
07526	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE VÁRZEA GRANDE S.A. - ETVG	83.982,01	N/A
07552	COMPANHIA GERAÇÃO DE ENERGIA PILÃO	0,00	N/A
07625	Parnaíba I Geração de Energia S.A	17.605.280,67	N/A
07711	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	0,00	N/A
07740	LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.	321.136,98	N/A
07741	CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	0,00	N/A
07742	SETE LAGOAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30.956,29	N/A
07794	TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.	112.461,93	N/A
07833	Termelétrica Pernambuco III S.A	0,00	N/A
07912	LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	237.412,29	N/A
07913	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A	1.846.872,32	N/A
07940	COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	76.189,25	N/A
07953	TRANSNORTE ENERGIA S.A	116.660,78	N/A
08025	UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A	13.443.415,50	N/A
08102	GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	218.148,21	N/A
08103	LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A	80.006,68	N/A

08104	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	119.494,31	N/A
08105	CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	382.057,43	N/A
08106	MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A	1.057.224,20	N/A
08107	TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A	927.714,01	N/A
08108	INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	347.360,44	N/A
08109	EMPRESA DE TRANSMISSÃO SERRANA S.A	83.298,17	N/A
08178	GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	0,00	N/A
08193	São Gotardo Transmissora de Energia S.A	128.023,38	N/A
08194	BRILHANTE II TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	19.305,53	N/A
08196	TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE	267.468,22	N/A
08312	CPFL TRANSMISSÃO PIRACICABA S.A.	0,00	N/A
08397	PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	613.674,91	N/A
08453	EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.	935.215,28	N/A
08466	SE NARANDIBA S.A.	212.569,69	N/A
08469	SÃO JOÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	0,00	N/A
08501	TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	590.891,61	N/A
08505	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A	4.908.137,11	N/A
08552	SÃO PEDRO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	0,00	N/A
08554	PANTANAL TRANSMISSAO S.A.	0,00	N/A
08555	VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	201.991,48	N/A
08601	PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A	0,00	N/A
08659	FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	165.492,09	N/A
08660	Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A	154.530,45	N/A
08768	Enel Green Power Salto Apiacás S.A	15.130,29	N/A
08784	COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A	0,00	N/A
08795	EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	2.458.172,54	N/A
08837	MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	18.933,55	N/A
08852	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A	386.560,60	N/A
08853	LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.	0,00	N/A
08965	BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.	3.507.739,31	N/A
09094	ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	435.845,50	N/A
09103	ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	401.016,60	N/A
09151	TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	0,00	N/A
09204	POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	352.267,71	N/A
09344	Aliança Geração de Energia S.A.	0,00	N/A
09439	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.	368.278,44	N/A
09716	CPFL TRANSMISSÃO MORRO AGUDO S.A.	0,00	N/A
09734	TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A.	1.701.856,90	N/A
09919	OIAPOQUE ENERGIA SA	468.144,00	N/A
10035	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ GERAÇÃO	27.426,58	N/A
10307	Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.	4.911.894,04	N/A
10312	COMPANHIA SAO PATRICIO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CSP-G&T	31.110,17	N/A
10373	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	140.263,28	N/A
10377	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A	625.455,85	N/A
10381	RIO PARANÁ ENERGIA S.A	0,00	N/A
10408	SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	3.134,54	N/A
10480	SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	0,00	N/A
10565	FIRMINOPOLIS TRANSMISSAO S.A.	0,00	N/A
10635	CEMIG GERAÇÃO SUL S.A.	0,00	N/A
10637	CEMIG GERAÇÃO OESTE S.A.	0,00	N/A
10638	CEMIG GERAÇÃO LESTE S.A.	624.190,79	N/A
10639	CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS S.A.	0,00	N/A
10640	CEMIG GERAÇÃO TRÊS MARIAS S.A.	4.855.131,03	N/A
10641	CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA S.A.	0,00	N/A
10642	CEMIG GERAÇÃO SALTO GRANDE S.A.	0,00	N/A
10731	MIRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA S/A	0,00	N/A
10733	PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	1.969.807,73	N/A
10734	CANARANA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	596.731,21	N/A
10737	ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	0,00	N/A
10740	SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A.	0,00	N/A
10759	ESTREITO PARTICIPACOES S.A.	105.865,47	N/A
10761	MACHADINHO PARTICIPACOES S.A.	124.764,26	N/A
10827	ETAP EMPRESA TRANSMISSORA AGRESTE POTIGUAR S.A.	311.659,64	N/A
10828	ETC - EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A.	96.069,36	N/A
10881	OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	86.264,71	N/A
10982	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA ACRE	50.772,31	N/A
10983	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA RONDONIA	14.603,42	N/A
10992	EMPRESA DIAMANTINA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	169.668,60	N/A
11065	CBA MACHADINHO GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	162.404,12	N/A
11075	EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A.	131.098,88	N/A
11076	EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A.	178.529,01	N/A
11078	EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.	63.838,62	N/A
11081	EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.	23.436,02	N/A
11208	GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	238.227,43	N/A
11278	CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S.A.	0,00	N/A
11317	EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.	347.139,64	N/A
11382	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA ITAPURA S.A.	49.786,09	N/A
11393	RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A	36.675,77	N/A
11418	EDP TRANSMISSÃO MA II S.A.	55.007,60	N/A
11481	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	0,00	N/A
11482	COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA	240.207,87	N/A
11483	COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA	411.961,57	N/A
11484	UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.	0,00	N/A
11592	DIAMANTE GERACAO DE ENERGIA LTDA.	3.813.314,08	N/A
11651	SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	21.468,01	N/A
12056	L.D.O.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	259.636,50	N/A
12058	L.D.Q.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	425.818,41	N/A
12059	L.D.R.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	276.762,28	N/A

Quadro 2 - Lista das empresas com respectivos percentuais dos programas de P&D e PEE, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente), a serem destinados à CDE

Id Agente	Agente	Percentuais do P&D (%) mensal, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente), a serem destinados à CDE	Percentuais do PEE (%) mensal, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente), a serem destinados à CDE
00026	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	30,00%	30,00%
00031	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	30,00%	30,00%
00032	ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00037	COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	30,00%	30,00%
00038	COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	30,00%	30,00%
00039	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	30,00%	30,00%
00040	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN	30,00%	28,84%
00043	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	30,00%	30,00%
00044	COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL	30,00%	30,00%
00046	COMPANHIA SUL SERGIPANA DE ELETRICIDADE	30,00%	30,00%

00047	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	30,00%	23,95%
00048	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	30,00%	N/A
00051	DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED	30,00%	30,00%
00061	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	30,00%	N/A
00063	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	27,80%	30,00%
00064	AES Tietê S.A	30,00%	N/A
00068	COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	30,00%	N/A
00069	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA	13,91%	30,00%
00082	Companhia Campolarguense de Energia	13,60%	30,00%
00083	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	30,00%	30,00%
00086	EMPRESA FORÇA E LUZ DE URUSSANGA LTDA	30,00%	0,00%
00087	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	30,00%	30,00%
00088	EMPRESA FORÇA E LUZ JOÃO CESA LTDA	30,00%	30,00%
00095	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	30,00%	30,00%
00097	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	30,00%	N/A
00103	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP	30,00%	30,00%
00104	ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A	30,00%	N/A
00207	BIRLA CARBON BRASIL LTDA.	30,00%	N/A
00211	AMBAR ENERGIA LTDA	30,00%	N/A
00369	CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA SA CERON	30,00%	30,00%
00370	RORAIMA ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
00371	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA	30,00%	30,00%
00372	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE	30,00%	N/A
00380	ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00381	Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.	30,00%	30,00%
00382	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	30,00%	30,00%
00383	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	30,00%	30,00%
00385	ELEKTRO REDES S.A.	30,00%	30,00%
00387	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	0,00%	N/A
00390	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	30,00%	30,00%
00391	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00393	EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA SA	17,44%	N/A
00394	FURNAS-CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	30,00%	N/A
00396	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00398	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO SA	30,00%	30,00%
00399	HIDROPAN DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00400	NOVA PALMA ENERGIA LTDA	30,00%	30,00%
00401	MUXFELDT MARIN E CIA LTDA	0,00%	30,00%
00403	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
00404	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00405	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
00408	ELETROGOES S/A	30,00%	N/A
00417	ROSAL ENERGIA S/A	30,00%	N/A
00452	Itá Energética S.A	30,00%	N/A
00453	ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA SA	0,00%	N/A
00527	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ENTRE RIOS LTDA	0,00%	N/A
00539	U.E.G. Araucária Ltda.	0,00%	N/A
00553	PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	0,00%	N/A
00563	Termo Norte Energia Ltda.	30,00%	N/A
00598	Cooperativa de Distribuição de Energia CRELUZ-D	0,00%	0,00%
00610	AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.	30,00%	N/A
00622	Queiroz Galvão Energética S/A.	0,00%	N/A
00642	CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
00655	ENEL CIEN - S.A	30,00%	N/A
00660	Companhia Energética Santa Clara	0,00%	N/A
00667	Dona Francisca Energética S/A	30,00%	N/A
00669	INVESTCO SA	30,00%	N/A
00673	LAJEADO ENERGIA S/A	0,00%	N/A
00674	PAULISTA LAJEADO ENERGIA S/A	0,00%	N/A
00675	CEB Lajeado S.A	30,00%	N/A
00678	Usina Terméletrica Norte Fluminense S.A	30,00%	N/A
00700	ITIQUIRA ENERGÉTICA S.A	30,00%	N/A
02262	CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.	30,00%	N/A
02263	Companhia Energética Chapecó	24,97%	N/A
02290	TERMOPERNAMBUCO S/A	30,00%	N/A
02311	Baixada Santista Energia S.A.	30,00%	N/A
02331	ENERGEST S.A.	12,27%	N/A
02351	COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	0,00%	0,00%
02376	SÁ CARVALHO S/A	30,00%	N/A
02393	TANGARÁ ENERGIA S/A	30,00%	N/A
02476	COMPANHIA ENERGÉTICA RIO DAS ANTAS	30,00%	N/A
02558	DME ENERGÉTICA S.A. - DMEE	30,00%	N/A
02606	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
02608	Expansion Transmissão de Energia Elétrica S/A	30,00%	N/A
02648	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
02651	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
02763	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA	0,00%	0,00%
02783	COOPERATIVA REGIONAL DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DO ALTO URUGUAI	0,00%	0,00%
02866	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	30,00%	30,00%
02901	Termocabo S.A.	0,00%	N/A
02904	COOPERATIVA ALIANÇA	30,00%	30,00%
02934	CENTRAL GERADORA TERMELETRICA FORTALEZA S.A.	30,00%	N/A
02937	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	30,00%	30,00%
02949	FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
02952	ENERPEIXE S.A.	30,00%	N/A
02998	Usina Termelétrica Barreiro S.A	30,00%	N/A
03033	ESPORA ENERGÉTICA S.A	30,00%	N/A
03053	EDP TRANSMISSÃO S.A.	30,00%	N/A
03056	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PETROLINA	30,00%	N/A
03223	COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	0,00%	0,00%
03627	COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE	0,00%	0,00%
03637	RIO VERDE ENERGIA S/A	29,14%	N/A
03936	BAESA-ENERGÉTICA BARRA GRANDE S/A	30,00%	N/A
03939	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
03945	CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
03946	Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S/A	30,00%	N/A
04248	Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Arapoti	0,00%	0,00%
04380	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A	30,00%	N/A
04734	Companhia Transleste de Transmissão	30,00%	N/A
04821	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	30,00%	N/A
04825	Sistema de Transmissão Nordeste S.A	30,00%	N/A
04835	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S/A	30,00%	N/A
04950	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	30,00%	30,00%
04951	CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A	30,00%	N/A
05011	Companhia Transirapé de Transmissão	30,00%	N/A

05013	Porto Primavera Transmissora de Energia S/A	30,00%	N/A
05014	Companhia Transudeste de Transmissão	30,00%	N/A
05016	Vila do Conde Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
05017	Uirapuru Transmissora de Energia S/A	30,00%	N/A
05018	Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
05159	CEB Geração S.A	30,00%	N/A
05160	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	30,00%	30,00%
05161	LIGHT ENERGIA S.A	30,00%	N/A
05162	AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A	30,00%	N/A
05163	CEB Participações S.A	30,00%	N/A
05164	PANTANAL ENERGÉTICA LTDA	30,00%	N/A
05166	Quatiara Energia S.A	30,00%	N/A
05167	ISAMU IKEDA ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
05168	Socibe Energia S.A	30,00%	N/A
05169	Alvorada Energia S.A	30,00%	N/A
05171	Apiacás Energia S.A	30,00%	N/A
05172	Primavera Energia S.A	30,00%	N/A
05216	ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
05274	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA	0,00%	0,00%
05313	Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S.A.	30,00%	N/A
05352	Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior	0,00%	0,00%
05363	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL	0,00%	0,00%
05364	COOPERATIVA FUMACENSE DE ELETRICIDADE	0,00%	0,00%
05365	Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes	0,00%	0,00%
05367	Cooperativa de Eletricidade Praia Grande	0,00%	0,00%
05368	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	0,00%	0,00%
05370	Cooperativa Pioneira de Eletrificação	0,00%	0,00%
05371	Cooperativa Energética Cocal	0,00%	0,00%
05372	COOPERATIVA DE ELETRICIDADE JACINTO MACHADO	0,00%	0,00%
05373	Cooperativa de Eletrificação Lauro Muller	0,00%	0,00%
05377	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL CENTRO SUL DE SERGIPE LTDA	0,00%	0,00%
05378	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ITAÍ-PARANAPANEMA-AVARÉ LTDA	0,00%	0,00%
05379	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE IBIÚNA E REGIÃO	0,00%	0,00%
05382	COOPERATIVA DE ELETRIFICACAO DA REGIAO DE ITAPECERICA DA SERRA	0,00%	0,00%
05384	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DA REGIÃO DE PROMISSÃO	0,00%	0,00%
05385	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-CERRP	0,00%	0,00%
05386	Cooperativa de Eletrificação Rural Itu-Mairinque	0,00%	0,00%
05428	CENTRAL ENERGÉTICA PALMEIRAS S.A	0,00%	N/A
05454	Sistema de Transmissão Catarinense S.A	30,00%	N/A
05455	ATE III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
05456	INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	0,00%	N/A
05457	LT Triângulo S.A	30,00%	N/A
05459	Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
05477	Breitener Jaraqui S.A	30,00%	N/A
05478	Breitener Tambaqui S.A	30,00%	N/A
05480	Companhia Energética Manauara	30,00%	N/A
05485	QUANTA GERAÇÃO S/A	30,00%	N/A
05614	Brentech Energia S.A	30,00%	N/A
05690	RIO AMAZONAS ENERGIA S/A	30,00%	N/A
05697	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A	30,00%	30,00%
05703	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	30,00%	N/A
05707	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	30,00%	30,00%
05785	COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-GT	30,00%	N/A
05960	Ijuí Energia S.A.	30,00%	N/A
05961	Foz do Rio Claro Energia S.A.	30,00%	N/A
06040	BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	30,00%	N/A
06072	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	30,00%	30,00%
06073	TERNIUM BRASIL LTDA.	30,00%	N/A
06242	SÃO MATEUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
06243	Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
06244	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ESPÍRITO SANTO S.A. - ETES	30,00%	N/A
06245	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DE MINAS GERAIS S.A.	30,00%	N/A
06246	Ribeirão Preto Transmissora de Energia S A	30,00%	N/A
06247	Poços de Caldas Transmissora de Energia Ltda.	30,00%	N/A
06248	Jauru Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
06293	USINA TERMELÉTRICA DE ANÁPOLIS SOCIEDADE ANÔNIMA	30,00%	N/A
06296	ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S./A.	30,00%	N/A
06305	BARRA DO BRAÚNA ENERGÉTICA S/A	0,00%	N/A
06464	Usina Xavantes S.A.	0,00%	N/A
06471	Borborema Energética S.A.	0,00%	N/A
06472	Maracanaú Geradora de Energia S.A.	0,00%	N/A
06483	Termelétrica Viana S.A.	0,00%	N/A
06491	COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.	0,00%	N/A
06492	GERA MARANHÃO - Geradora de Energia do Maranhão S.A.	30,00%	N/A
06512	Estreito Energia S.A.	30,00%	N/A
06559	GERAÇÃO CIII S/A	30,00%	N/A
06585	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
06587	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
06599	Energética Suape II S.A.	30,00%	N/A
06600	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
06609	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE NOVO HORIZONTE	0,00%	0,00%
06610	Cooperativa de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes	0,00%	0,00%
06611	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	30,00%	30,00%
06612	ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	30,00%
06623	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA NORTE E NORDESTE S/A	30,00%	N/A
06624	Iracema Transmissora de Energia S.A.	0,00%	N/A
06625	BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
06631	Energia Sustentável do Brasil S.A.	30,00%	N/A
06644	CPFL Renováveis	0,00%	N/A
06673	Companhia Energética Potiguar S.A.	30,00%	N/A

06683	SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
06695	ECE PARTICIPAÇÕES S.A	30,00%	N/A
06897	Cooperativa Distribuidora de Energia Vale do Araçá	0,00%	0,00%
06898	COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DE BRAÇO DO NORTE	0,00%	0,00%
06899	Serra do Facão Energia S.A.	30,00%	N/A
06901	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	30,00%	N/A
06903	Coqueiros Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
06904	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA PINHEIROS S.A.	30,00%	N/A
06905	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SUL S.A.	30,00%	N/A
06906	LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
06907	LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
06910	Pedras Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
06915	Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	30,00%	N/A
06921	ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
06932	Linhares Geração S.A.	30,00%	N/A
06954	ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
06955	CATXERÊ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
06957	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S/A	30,00%	N/A
06961	Candeias Energia S.A.	30,00%	N/A
06981	Pecém II Geração de Energia S.A.	30,00%	N/A
07016	Cooperativa Regional Sul de Eletrificação Rural	0,00%	0,00%
07019	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	30,00%	30,00%
07055	EVRECY PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A
07082	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A.	30,00%	N/A
07089	BRILHANTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	30,00%	N/A
07090	Transenergia Renovável S.A.	30,00%	N/A
07091	Linhas de Transmissão do Itatim S.A	30,00%	N/A
07123	PARNAIBA III GERACAO DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
07130	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	5,17%	N/A
07214	TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
07217	TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
07218	Transenergia São Paulo S.A.	30,00%	N/A
07219	Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	30,00%	N/A
07220	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA SERRA DO JAPI S A	30,00%	N/A
07221	TRANSENERGIA GOIÁS S.A.	30,00%	N/A
07224	BAGUARI ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
07236	Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	0,00%	N/A
07267	PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S/A	28,89%	N/A
07284	AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	30,00%	N/A
07338	COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO	0,00%	N/A
07351	Goiás Transmissão S.A.	30,00%	N/A
07354	Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A	30,00%	N/A
07355	Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	30,00%	N/A
07356	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO MATO GROSSO S.A. - ETEM	30,00%	N/A
07357	MGE Transmissão S.A.	30,00%	N/A
07371	COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA TEUTÔNIA	0,00%	0,00%
07427	NORTE ENERGIA S/A	30,00%	N/A
07469	Ferreira Gomes Energia S.A	30,00%	N/A
07514	RIO CANOAS ENERGIA S.A.	0,00%	N/A
07523	Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
07525	Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A	30,00%	N/A
07526	EMPRESA DE TRANSMISSÃO DE VÁRZEA GRANDE S.A. - ETVG	30,00%	N/A
07552	COMPANHIA GERAÇÃO DE ENERGIA PILÃO	0,00%	N/A
07625	Parnaíba I Geração de Energia S.A	30,00%	N/A
07711	COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES	30,00%	N/A
07740	LINHA DE TRANSMISSÃO CORUMBÁ S.A.	30,00%	N/A
07741	CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	8,29%	N/A
07742	SETE LAGOAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
07794	TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.	30,00%	N/A
07833	Termelétrica Pernambuco III S.A	0,00%	N/A
07912	LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	30,00%	N/A
07913	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A	30,00%	N/A
07940	COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
07953	TRANSNORTE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08025	UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A	30,00%	N/A
08102	GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08103	LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A	30,00%	N/A
08104	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
08105	CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08106	MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A	30,00%	N/A
08107	TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08108	INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08109	EMPRESA DE TRANSMISSÃO SERRANA S.A	30,00%	N/A
08178	GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	30,00%	N/A
08193	São Gotardo Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
08194	BRILHANTE II TRANSMISSORA DE ENERGIA SA	30,00%	N/A
08196	TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE	30,00%	N/A
08312	CPFL TRANSMISSÃO PIRACICABA S.A.	0,00%	N/A
08397	PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08453	EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.	30,00%	N/A
08466	SE NARANDIBA S.A.	30,00%	N/A
08469	SÃO JOÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	0,00%	N/A
08501	TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.	30,00%	N/A
08505	AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08552	SÃO PEDRO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08554	PANTANAL TRANSMISSAO S.A.	14,83%	N/A
08555	VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08601	PARNAÍBA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A	0,00%	N/A
08659	FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	30,00%	N/A
08660	Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A	30,00%	N/A
08768	Enel Green Power Salto Apiacás S.A	30,00%	N/A
08784	COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A	30,00%	N/A
08795	EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.	30,00%	N/A
08837	MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	30,00%	N/A
08852	MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A	30,00%	N/A
08853	LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.	0,00%	N/A
08965	BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.	30,00%	N/A
09094	ODOYÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	30,00%	N/A
09103	ESPERANZA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
09151	TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	30,00%	N/A
09204	POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
09344	Aliança Geração de Energia S.A.	0,00%	N/A
09439	Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.	30,00%	N/A
09716	CPFL TRANSMISSÃO MORRO AGUDO S.A.	0,00%	N/A
09734	TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A.	30,00%	N/A

09919	OIAPOQUE ENERGIA SA	30,00%	N/A
10035	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ GERAÇÃO	30,00%	N/A
10307	Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.	30,00%	N/A
10312	COMPANHIA SAO PATRICIO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - CSP-G&T	30,00%	N/A
10373	ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.	30,00%	N/A
10377	ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A	30,00%	N/A
10381	RIO PARANÁ ENERGIA S.A	30,00%	N/A
10408	SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10480	SPE SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10565	FIRMINOPOLIS TRANSMISSAO S.A.	17,23%	N/A
10635	CEMIG GERAÇÃO SUL S.A.	14,22%	N/A
10637	CEMIG GERAÇÃO OESTE S.A.	30,00%	N/A
10638	CEMIG GERAÇÃO LESTE S.A.	30,00%	N/A
10639	CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS S.A.	0,00%	N/A
10640	CEMIG GERAÇÃO TRÊS MARIAS S.A.	30,00%	N/A
10641	CEMIG GERAÇÃO ITUTINGA S.A.	0,00%	N/A
10642	CEMIG GERAÇÃO SALTO GRANDE S.A.	30,00%	N/A
10731	MIRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELETRICA S/A	30,00%	N/A
10733	PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10734	CANARANA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10737	ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10740	SUBESTAÇÃO ÁGUA AZUL SPE S.A.	0,00%	N/A
10759	ESTREITO PARTICIPACOES S.A.	30,00%	N/A
10761	MACHADINHO PARTICIPACOES S.A.	30,00%	N/A
10827	ETAP EMPRESA TRANSMISSORA AGRESTE POTIGUAR S.A.	30,00%	N/A
10828	ETC - EMPRESA TRANSMISSORA CAPIXABA S.A.	30,00%	N/A
10881	OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
10982	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA ACRE	30,00%	N/A
10983	BRASIL BIO FUELS GERACAO DE ENERGIA RONDONIA	30,00%	N/A
10992	EMPRESA DIAMANTINA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
11065	CBA MACHADINHO GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA.	30,00%	N/A
11075	EQUATORIAL TRANSMISSORA 1 SPE S.A.	30,00%	N/A
11076	EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A.	30,00%	N/A
11078	EQUATORIAL TRANSMISSORA 4 SPE S.A.	30,00%	N/A
11081	EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.	30,00%	N/A
11208	GIOVANNI SANGUINETTI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
11278	CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S.A.	30,00%	N/A
11317	EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.	30,00%	N/A
11382	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA ITAPURA S.A.	30,00%	N/A
11393	RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA I S/A	30,00%	N/A
11418	EDP TRANSMISSÃO MA II S.A.	30,00%	N/A
11481	ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.	30,00%	N/A
11482	COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA	30,00%	N/A
11483	COMPANHIA ENERGÉTICA JAGUARA	30,00%	N/A
11484	UHE SÃO SIMÃO ENERGIA S.A.	30,00%	N/A
11592	DIAMANTE GERACAO DE ENERGIA LTDA.	30,00%	N/A
11651	SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A	30,00%	N/A
12056	L.D.O.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A
12058	L.D.Q.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A
12059	L.D.R.S.P.E. GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	30,00%	N/A

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.017, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Processos nºs: Relacionados no anexo i. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no anexo i deste Despacho, localizadas no município de Arinos, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.022, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Processos nºs: listados no anexo i. Interessada: Rima Industrial S.A. Decisão: alterar, a pedido da interessada, o Despacho relacionado no anexo i, a fim de registrar as alterações das potências instaladas e das coordenadas geográficas (latitude e longitude) constantes dos DRO das UFV CAP I a III indicadas no anexo i, localizadas no município de Capitão Enéas, estado de Minas Gerais. A íntegra deste despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.023, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Processos nº 48500.000604/2021-84. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFV indicadas no anexo i deste Despacho, localizadas no município de Luziânia, estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO Nº 1.016, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em conformidade com o que estabelece o artigo 50, inciso I, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o que dispunha o § 4º do artigo 7º da Resolução Normativa nº 454, de 18 de outubro de 2011, e conforme análise exarada na Nota técnica nº 32/2021-SFE/ANEEL, de 13 de abril de 2021 (SIC. 48534.001336/2021-00) parte integrante do Processo nº 48500.004596/2018-40, decide retificar o Despacho nº 47, de 10 de janeiro de 2020 e considera não haver pendência impeditiva do terceiro Enel Distribuição Ceará - ENEL CE, para o contrato de concessão nº 004/2010, outorgados à TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S/A, referente às FT's TR 230/69 kV AQUIRAZ II TR1 CE, TR 230/69 kV AQUIRAZ II TR2 CE e TR 230/69 kV AQUIRAZ II TR3 CE.

GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.034, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006996/2013-85, decide liberar as unidades geradoras UG1 e UG2, de 1.132 kW cada, totalizando 2.264 kW de capacidade instalada, da UTE Itajaí, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.RU.SC.050640-0.01, localizada no município de Itajaí, estado de Santa Catarina, de titularidade da empresa Itajaí Biogás e Energia S.A., para início da operação em teste a partir de 16 de abril de 2021, para fins de contabilização de sua energia, nos termos do §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.025, DE 8 DE ABRIL DE 2021

Processo nº: 48500.001109/2021-92 Interessado: Companhia Sul Sergipana de Eletricidade - SULGIPE. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 18.024,21 (dezoito mil, vinte e quatro reais e vinte e um centavos), referente à realização do Projeto de Gestão, código PG-0046-0010/2016; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 954, DE 6 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada, por meio da Portaria 4.845/2017, e no que consta do processo 48500.001168/2021-61 resolve conhecer o pedido administrativo interposto pela Solar8 Soluções Energéticas Comércio e Locação de Equipamentos Ltda e outros e, no mérito, negar provimento.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

DESPACHO Nº 1.010, DE 13 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição que lhe foi delegada, por meio da Portaria 4.845/2017, e no que consta do processo 48500.001473/2021 resolve conhecer o pedido administrativo interposto pela Petrovila Química Ltda e, no mérito, negar-lhe provimento.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 19/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
007.199/1951-INDAIA BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA- Fonte Mata Atlântica, Marca Natural do Horizonte, Embalagem garrafão retornável de 20 litros- SANTA RITA/PB
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.116/1992-BRITAGEM E CONSTRUÇÕES SANTO AMARO LTDA- AI Nº 942, 945, 948, 951 e 982, de 2020
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
846.276/2015-NOVA JERUSALEM MINERACAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA-OF. N°8290/2021/SEFAM-PB/ANM
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
846.186/2009-S O BRITAS LTDA.-OF. N°9584/2021/SEFAM-PB/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.063/2018-CH MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Registro de Licença N° 500/2019 - Vencimento em Indeterminado
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
846.247/2012-SUENIA DA SILVA VIEIRA ME- Cessionário:UBERLAN PEREIRA VIEIRA- CNPJ 17.896.026/0001-62- Registro de Licença N° 311/2012- Vencimento da Licença: 04/04/2021
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
846.024/2020-ILENA MARIA ALBUQUERQUE ME-OF. N°8514/2021/SEFAM-PB/ANM
846.115/2019-ADJANE DA SILVA PEREIRA-OF. N°10332/2021/SEFAM-PB/ANM
846.212/2018-FRANCIVALDO PEREIRA SANTOS-OF. N°10366/2021/SEFAM-PB/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
846.033/2021-SEVERINO DOS RAMOS CARLOS BATISTA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.227/2020-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP-OF. N°9610/2021/SEFAM-PB/ANM

VLADIMIR DE SOUZA MELO
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 106/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cristina Maria da Costa - 890792/13 - Not.115/2020 - R$ 51,66
Pedras Decorativas Jorge Arthur Ltda me - 890261/18 - Not.120/2020 - R$ 3.533,95
Pedro Jorge Duarte Barreto - 890131/17 - Not.119/2020 - R$ 3.488,80

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

DESPACHO
Relação nº 23/2021

Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
826.075/2009-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO- Portaria de Lavra nº 119/2014- Cessionário:BRITADOR DAL ROSS EIRELI- CNPJ 81.669.350/0001- 47
826.111/2012-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO- Portaria de Lavra nº 75/2015- Cessionário:Britador Dal Ross Eireli- CNPJ 81.669.350/0001- 47
830.736/1983-VALE S.A.- Portaria de Lavra nº 854/1990- Cessionário:CENTER MM PARTICIPAÇÕES E GESTÃO PATRIMONIAL LTDA- CNPJ 49.537.491/0001-01
826.452/1999-INDUSTRIA EXTRATIVA DE AREIA E PEDRA VERA CRUZ LTDA- Portaria de Lavra nº 96/2016- Cessionário:Mineração Porto São Jose Ltda- CNPJ 38.395.781/0001- 33
826.297/1995-MINERAÇÃO NOVA LONDRINA LTDA- Portaria de Lavra nº 320/2007- Cessionário:Mineração Porto São Jose Ltda- CNPJ 38.395.781/0001- 33
826.089/2000-PORTO DE AREIA CRISTO REI LTDA.- Portaria de Lavra nº 115/2008- Cessionário:Mineração Porto São Jose Ltda- CNPJ 38.395.781/0001- 33
826.090/2000-PORTO DE AREIA CRISTO REI LTDA.- Portaria de Lavra nº 235/2008- Cessionário:Mineração Porto São Jose Ltda- CNPJ 38.395.781/0001- 33
830.246/1981-MINERIOS DELTA LTDA- Portaria de Lavra nº 92/1993- Cessionário:JAS MINERAÇÃO EIRELI- CNPJ 34.922.322/0001- 00
817.945/1970-ROGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI- Decreto de Lavra nº 81.959/1978- Cessionário:ALTA MINERADORA LTDA- CNPJ 37.612.909/0001-00
820.563/1980-MINERAÇÃO CERRO AZUL LTDA EPP- Portaria de Lavra nº 121/1998- Cessionário:Csn Cimentos S.A- CNPJ 38.282.487/0001- 15

YOSHIHIRO LIMA NEMOTO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 2.353, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48069.826037/2021-35-VERDAU MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405600)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.354, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48077.803007/2021-51-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA (Documento SEI: 2405604)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.355, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870098/2021-08-LUCIANA MOURA DE ALMEIDA LEITE LTDA (Documento SEI: 2405617)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.356, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48077.803009/2021-41-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA (Documento SEI: 2405624)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.357, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820061/2021-30-CERAMICA DO BARREIRO LTDA (Documento SEI: 2405631)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.358, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48077.803011/2021-10-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA (Documento SEI: 2405635)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.359, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48077.803014/2021-53-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA (Documento SEI: 2405641)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.360, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48062.870100/2021-31-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA (Documento SEI: 2405646)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.361, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860116/2021-45-RODRIGO GOMES VASCO 01028616171 (Documento SEI: 2405652)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.362, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848027/2021-11-MINERACAO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA (Documento SEI: 2405657)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.363, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870106/2021-16-MINERACAO SERRA DO OURO LTDA (Documento SEI: 2405663)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.364, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870127/2021-23-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA (Documento SEI: 2405671)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.365, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870129/2021-12-DIEGO PATRIC CASTRO DE SOUZA (Documento SEI: 2405677)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.366, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830162/2021-17-P-TEC AGRO MINERACAO SPE LTDA. (Documento SEI: 2405684)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.367, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870135/2021-70-Edivaldo dos Santos Moraes (Documento SEI: 2405694)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.368, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48061.860119/2021-89-BRASIL EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA (Documento SEI: 2405701)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.369, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48074.878007/2021-35-Gustavo Henrique Souza de Hollanda Cavalcanti (Documento SEI: 2405708)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.370, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830168/2021-86-robson rogeriode oliveira (Documento SEI: 2405717)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.371, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830169/2021-21-robson rogeriode oliveira (Documento SEI: 2405722)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.372, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830170/2021-55-robson rogeriode oliveira (Documento SEI: 2405731)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.373, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870137/2021-69-MINERACAO GRACOL LTDA (Documento SEI: 2405737)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.374, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840022/2021-17-Adão Aparecido Lanzieri Modesto (Documento SEI: 2405747)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.375, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830174/2021-33-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI (Documento SEI: 2405760)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.376, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48066.815029/2021-93-BEN BRASIL MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405783)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.377, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860122/2021-01-GUMERCINO JOAQUIM DE QUEIROZ (Documento SEI: 2405798)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.378, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820065/2021-18-LUIS HENRIQUE GALLOTTI MATIAS BONFANTI (Documento SEI: 2405804)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.379, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820066/2021-62-LUIS HENRIQUE GALLOTTI MATIAS BONFANTI (Documento SEI: 2405813)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.380, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48066.815030/2021-18-BEN BRASIL MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405824)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.381, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870145/2021-13-LIVRAMENTO MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405832)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.382, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830181/2021-35-José Antonio Betinardi Facchini (Documento SEI: 2405837)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.383, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830183/2021-24-Gracilda Kely Araújo (Documento SEI: 2405845)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.384, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830184/2021-79-MINAS GOIAS MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405857)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.385, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830185/2021-13-MINAS GOIAS MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405867)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.386, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830186/2021-68-Eduardo Gomes (Documento SEI: 2405879)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.387, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830188/2021-57-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405898)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.388, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810074/2021-19-MINERIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS EIRELI (Documento SEI: 2405904)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.389, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830192/2021-15-RODRIGO ROSSATTO (Documento SEI: 2405920)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.390, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830187/2021-11-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405931)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.391, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830193/2021-60-RODRIGO ROSSATTO (Documento SEI: 2405945)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.392, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870155/2021-41-NORDESTE MINERACAO DE ROCHAS LTDA (Documento SEI: 2405957)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.393, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870157/2021-30-RONILCI DA SILVA NASCIMENTO (Documento SEI: 2405964)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.394, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810078/2021-99-LEONEI ODORIZZI (Documento SEI: 2405971)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.395, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870162/2021-42-Flávia Cristina Wilke Alves (Documento SEI: 2405979)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.396, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830207/2021-45-NEW MINING MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2405987)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.397, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810079/2021-33-MINERIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS EIRELI (Documento SEI: 2405994)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.398, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830208/2021-90-Bruno Leão Sperancini (Documento SEI: 2406000)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.399, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870163/2021-97-LUCIANA MOURA DE ALMEIDA LEITE LTDA (Documento SEI: 2406012)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.400, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848029/2021-19-KLEIDSON DANTAS DA CRUZ (Documento SEI: 2406023)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.401, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810083/2021-00-INR INDUSTRIA NACIONAL DE ROCHAS EIRELI (Documento SEI: 2406043)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.402, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48052.810084/2021-46-DOHA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. (Documento SEI: 2406057)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.403, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830213/2021-01-Bruno Leão Sperancini (Documento SEI: 2406067)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.404, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820070/2021-21-ITABLOCO MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406073)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.405, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810085/2021-91-INR INDUSTRIA NACIONAL DE ROCHAS EIRELI (Documento SEI: 2406081)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.406, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870170/2021-99-MARIZETE DE ALMEIDA PERINA (Documento SEI: 2406094)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.407, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830225/2021-27-STONER MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406103)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.408, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820072/2021-10-MARCIO LOUCATELLI (Documento SEI: 2406113)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.409, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810087/2021-80-JAZIDA ECKERT LTDA (Documento SEI: 2406123)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.410, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810088/2021-24-JAZIDA ECKERT LTDA (Documento SEI: 2406134)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.411, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810089/2021-79-JAZIDA SOARES LTDA (Documento SEI: 2406143)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.412, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48052.810090/2021-01-BAZZAN & BAZZAN MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406149)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.413, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830229/2021-13-RONALDO PEREIRA DE OLIVEIRA (Documento SEI: 2406156)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.414, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48064.890025/2021-12-G. M. N. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI (Documento SEI: 2406181)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.415, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870172/2021-88-BRAZILIAN QUARTZITES LTDA (Documento SEI: 2406187)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.416, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830230/2021-30-DANIEL PINHEIRO DE JESUS (Documento SEI: 2406203)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.417, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870176/2021-66-SAFIRA MINING E STONES LTDA (Documento SEI: 2406215)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.418, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830235/2021-62-HELMER CANDIDO NOGUEIRA (Documento SEI: 2406232)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.419, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48064.890028/2021-48-PEDRAS DECORATIVAS CLARO AGUIAR LTDA (Documento SEI: 2406239)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.420, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48061.860148/2021-41-EDVALDO APARECIDO BARALDI (Documento SEI: 2406251)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.421, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830243/2021-17-CASSIO SIMAO SOARES MAIA (Documento SEI: 2406260)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.422, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830246/2021-42-Janderson BENEVIDES RODRIGUES Gonçalves (Documento SEI: 2406271)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.423, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48076.896066/2021-75-CVX MINERADORA LTDA (Documento SEI: 2406287)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.424, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846031/2021-35-F&C MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406517)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.425, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870184/2021-11-BIRIBEIRA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406711)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.426, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870186/2021-00-BIRIBEIRA MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406721)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.427, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870187/2021-46-Guigo Rangel Varejao (Documento SEI: 2406729)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.428, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48081.844016/2021-33-ANTOLINI, EXPORTACAO, IMPORTACAO E MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406743)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.429, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830264/2021-24-MINERACAO BARBOSA OLIVEIRA LTDA (Documento SEI: 2406754)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.430, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830266/2021-13-V V COMERCIO DE VEICULOS LTDA (Documento SEI: 2406762)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.431, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810132/2021-04-AGUIA FERTILIZANTES S.A. (Documento SEI: 2406778)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.432, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810134/2021-95-AGUIA FERTILIZANTES S.A. (Documento SEI: 2406790)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.433, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826055/2021-17-ROLP MINERADORA LTDA (Documento SEI: 2406799)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.434, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830268/2021-11-Múcio Menezes Mesquita (Documento SEI: 2406806)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.435, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826056/2021-61-KLABIN S.A. (Documento SEI: 2406816)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.436, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830273/2021-15-RODRIGO ALBENY FONTES SILVA (Documento SEI: 2406821)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.437, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870193/2021-01-SANTA VITORIA ENERGIA E MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406836)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.438, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48079.868029/2021-47-SXR MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406856)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.439, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48066.815040/2021-53-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA (Documento SEI: 2406867)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.440, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826070/2021-65-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA (Documento SEI: 2406874)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.441, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860178/2021-57-J DEMITO PESQUISA MINERAL E PROSPECCAO GEOLOGICA LTDA (Documento SEI: 2406882)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.442, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48078.806047/2021-45-WILLIAM MONTEIRO DE Morais (Documento SEI: 2406889)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.443, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830277/2021-01-IMPERATRIZ MINERACAO COMERCIO E EXPORTACAO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA (Documento SEI: 2406893)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.444, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48076.896067/2021-10-LUA MAR EXTRACAO COMERCIO E TRANSPORTE LTDA (Documento SEI: 2406897)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.445, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870197/2021-81-MINERACAO GRACOL LTDA (Documento SEI: 2406908)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.446, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810150/2021-88-E SARTORI E CIA LTDA (Documento SEI: 2406919)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.447, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48058.840026/2021-97-JASMIN MANGANES LTDA (Documento SEI: 2406928)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.448, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870199/2021-71-QUALITY MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2406933)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.449, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48052.810151/2021-22-MARILIN BARROS GATELLI (Documento SEI: 2406937)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.450, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48071.846036/2021-68-WANA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA (Documento SEI: 2406941)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.451, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48052.810152/2021-77-MARILIN BARROS GATELLI (Documento SEI: 2406952)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.452, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820077/2021-42-PEDREIRA DO PARDO LTDA (Documento SEI: 2406956)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.453, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830286/2021-94-BRITA EXPRESS LTDA (Documento SEI: 2406958)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.454, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48064.890032/2021-14-DANIEL MURY WILLEMEN (Documento SEI: 2406963)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.455, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803021/2021-55-Paulo Roberto Andrade (Documento SEI: 2406965)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.456, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48064.890033/2021-51-SAO MARCOS TERRAPLENAGEM E CONSTRUCAO LTDA (Documento SEI: 2406973)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.457, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48076.896070/2021-33-Fábio Roni Borlini (Documento SEI: 2407028)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.458, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870204/2021-45-Fábio Roni Borlini (Documento SEI: 2407033)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.459, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870205/2021-90-JOSE FLAVIO MOTA JUNIOR (Documento SEI: 2407037)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.460, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48052.810154/2021-66-vandoir oneide borgmann (Documento SEI: 2407042)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.461, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830287/2021-39-Matheus Paula Fialho De Carvalho (Documento SEI: 2407046)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.462, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870206/2021-34-EDNA CRISTINA NOLASCO DE OLIVEIRA (Documento SEI: 2407050)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.463, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870209/2021-78-VISAO ENGENHARIA E CONSULTORIA GUANAMBI LTDA (Documento SEI: 2407056)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.464, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815053/2021-22-EMAFI - SERVICO DE TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA (Documento SEI: 2407064)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.465, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820083/2021-08-MARMORISA MINERACAO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Documento SEI: 2407067)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.466, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820084/2021-44-CERAMICA NOVA UNIAO DE TATUI EIRELI (Documento SEI: 2407073)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.467, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846037/2021-11-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2407078)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.468, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846038/2021-57-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2407081)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.469, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846039/2021-00-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2407092)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.470, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846040/2021-26-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2407095)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.471, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846041/2021-71-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2407099)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.472, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846042/2021-15-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 2407102)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.473, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803032/2021-35-ANTONIO ROSA DOS SANTOS (Documento SEI: 2407111)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.474, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870215/2021-25-MINERACAO PIETRA LTDA (Documento SEI: 2407119)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.475, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803033/2021-80-ANTONIO ROSA DOS SANTOS (Documento SEI: 2407126)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.476, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48077.803034/2021-24-ANTONIO ROSA DOS SANTOS (Documento SEI: 2407134)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.477, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830294/2021-31-Natália Muller hashizumE Bortoloti (Documento SEI: 2407137)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.478, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48053.820089/2021-77-CERAMICA NOVA UNIAO DE TATUI EIRELI (Documento SEI: 2407140)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.479, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48077.803035/2021-79-Francisco Eduardo Alves Vale (Documento SEI: 2407144)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.480, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830298/2021-19-EMPREITEIRA SUL BRASIL LTDA (Documento SEI: 2407147)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.481, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830302/2021-49-VALE DO ANJO TRANSPORTES EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA (Documento SEI: 2407150)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.482, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48079.868032/2021-61-LAVI ENGENHARIA LTDA (Documento SEI: 2407154)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.483, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48079.868033/2021-13-LAVI ENGENHARIA LTDA (Documento SEI: 2407158)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.484, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870219/2021-11-HERMANO PRAIS ALVES PINTO (Documento SEI: 2407163)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.485, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870221/2021-82-B & W MINERACAO DO BRASIL EIRELI (Documento SEI: 2407166)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.486, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846044/2021-12-MINERACAO COTO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (Documento SEI: 2407169)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.487, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870226/2021-13-B & W MINERACAO DO BRASIL EIRELI (Documento SEI: 2407171)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.488, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830303/2021-93-EDVALDO DE ALMEIDA (Documento SEI: 2407174)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.489, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830306/2021-27-INGRID PACELLI TEODORO PINHEIRO (Documento SEI: 2407178)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.490, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48071.846045/2021-59-Eraldo Batista da Cruz (Documento SEI: 2407188)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.491, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48079.868042/2021-04-COSIPRES INDUSTRIA E COMERCIO SIDERURGICO LTDA (Documento SEI: 2407207)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.492, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870231/2021-18-Marcus Luiz souza Barretto (Documento SEI: 2407208)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.493, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815056/2021-66-RIO DO MOURA PESQUISA E EXTRACAO MINERAL LTDA (Documento SEI: 2407211)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.494, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846046/2021-01-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI (Documento SEI: 2407215)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.495, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815060/2021-24-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA (Documento SEI: 2407217)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.496, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830317/2021-15-MARINGA FERRO-LIGA S.A (Documento SEI: 2407219)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.497, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870234/2021-51-TECNOGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA. (Documento SEI: 2407222)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.498, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)
48069.826129/2021-15-EVENTO CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI (Documento SEI: 2407226)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.499, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227,

de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48071.846048/2021-92-CONTRAL COMERCIO E TRANSPORTE EIRELI (Documento SEI: 2407235)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.500, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 1 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (321)

48070.848045/2021-01-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S/A (Documento SEI: 2407237)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.501, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48065.800067/2021-51-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA (Documento SEI: 2407240)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.502, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48061.860199/2021-72-RENIS EUSTAQUIO GONCALVES (Documento SEI: 2407242)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.503, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48052.810167/2021-35-Gregori Luiz Ravanello (Documento SEI: 2407246)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.504, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48054.830322/2021-10-EDVALDO DE ALMEIDA (Documento SEI: 2407248)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.505, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48054.830324/2021-17-EDVALDO DE ALMEIDA (Documento SEI: 2407253)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.506, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.870240/2021-17-CEPEMI - CENTRO DE PESQUISA E EXTRACAO MINERAL LTDA (Documento SEI: 2407256)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.507, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48054.830327/2021-42-EDVALDO DE ALMEIDA (Documento SEI: 2407258)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.508, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48069.826304/2020-93-Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petroleo Ltda (Documento SEI: 2409118)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.509, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48074.878051/2020-64-Tecnogrés Revestimentos Cerâmicos Ltda (Documento SEI: 2409128)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.510, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48058.840198/2020-80-Cristiano Campos Souza (Documento SEI: 2409174)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.511, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48066.815307/2020-21-NELSON TONON JUNIOR (Documento SEI: 2409177)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.512, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48054.831850/2020-13-Joao Eustaquio Soares (Documento SEI: 2409180)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 2.513, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)

48062.870046/2021-23-CORCOVADO GRANITOS LTDA (Documento SEI: 2409286)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)

48059.850528/2021-16-Quésia Gonçalves Rodrigues (Documento SEI: 2405145)

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 198, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.202494/2021-46 e considerando o atendimento às exigências da Portaria Técnica ANP nº 118, de 11 de julho de 2000, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a GOLAR POWER DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL LTDA, no Rio de Janeiro, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 31.797.102/0001-037, autorizada para o Exercício da Atividade de Distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL).

Art.2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 399, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PE0208324	A.M COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	39.612.865/0001-44	48610.008140/2020-26
PR/GO0208325	AUTO POSTO BENTO GONCALVES LTDA	11.727.994/0001-69	48610.001864/2021-20
PR/BA0208322	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS JG LTDA	35.355.125/0001-19	48610.001966/2021-45
PR/RR0208316	AUTO POSTO OLIMPICO LTDA	33.544.435/0001-56	48610.000800/2021-10
PR/BA0208319	D & L POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	39.758.110/0001-52	48610.001475/2021-02
PR/SP0208326	DARWIN PIMENTEL VICENTINI EIRELI	40.798.378/0001-05	48610.002122/2021-11
PR/PI0208317	EVANDO P DE SOUSA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	34.250.735/0001-95	48610.004816/2020-11
PR/MG0208318	MOTOR EXPRESS POCOS AUTO POSTO LTDA	40.239.529/0001-87	48610.002094/2021-32
PR/DF0208321	PLAYTIME COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	35.807.993/0001-92	48610.001867/2021-63
PR/MG0208296	POSTO SANTA MARIA LTDA	36.879.000/0001-50	48610.001868/2021-16
PR/RN0208327	POSTO SANTA RITA DE CASSIA EIRELI	36.330.856/0001-72	48610.001939/2021-72
PR/GO0208323	REDE AUTO POSTO WG LTDA	38.948.176/0001-42	48610.002059/2021-13
PR/MG0208320	RODO POSTO ESTIVA LTDA	16.863.858/0001-10	48610.001902/2021-44

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 400, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PM/PA0208005	ANA CARMEN C C BARBOSA	36.737.102/0001-31	48610.008210/2020-46

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 401, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPAC0372858	A. CLEMENTINO B. SANTOS	18.809.757/0001-96	48610.002101/2021-04
GLPSP0372864	A. MARQUES DE FREITAS GAS LTDA	41.051.221/0001-76	48610.002103/2021-95
GLPGO0372637	ALEXSANDRA ALVES DOS SANTOS	39.847.359/0001-34	48610.001630/2021-82
GLPSC0372856	ANA PAULA BELIZARIO GAS MAJUMIL	33.104.718/0001-87	48610.002098/2021-11
GLPMS0373011	AUTO POSTO FENNER LTDA	10.839.948/0002-70	48610.001880/2021-12
GLPPR0372887	BRASIL GRILL GOURMET LTDA	37.945.485/0001-04	48610.001359/2021-85
GLPSC0373000	C H SANTOS COMERCIO DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO EIRELI	33.579.431/0001-03	48610.007494/2020-53
GLPSP0372850	CHAMA GAS VOTUPORANGA COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA	40.090.174/0001-07	48610.002095/2021-87
GLPMG0372879	CLAUDIO RIBEIRO DE MAGALHAES BRANDAO	34.798.712/0001-10	48610.000914/2021-51
GLPSP0372832	CLEIDE A DO PRADO ROVER GAS E AGUA	33.011.154/0001-38	48610.002076/2021-51
GLPRS0372883	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS MP LTDA	24.060.754/0001-03	48610.002009/2021-36
GLPPR0373029	DALLA GAS - COMERCIO LTDA	39.230.345/0001-77	48610.001838/2021-00
GLPPR0372881	DIOGO MARTINS ARRUDA CRUZ	30.324.900/0001-55	48610.001937/2021-83
GLPRS0372838	DISTRIBUIDOR GLP ALT SELETO LTDA	39.973.577/0001-15	48610.002084/2021-05
GLPTO0372866	DISTRIBUIDORA GAS LAR LTDA	04.329.828/0006-53	48610.001852/2021-03
GLPMG0373004	ELIANE GONCALVES TORRES GUEDES	01.032.640/0002-27	48610.004284/2020-11
GLPBA0372872	GELSON GOMES BARBOSA	37.888.035/0001-19	48610.001029/2021-90
GLPSC0373014	G&F COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	39.586.222/0001-73	48610.001591/2021-13
GLPES0373016	GISELE BATISTA DA CONCEICAO	34.632.053/0002-28	48610.000315/2021-38
GLPRS0372635	IRENEO SILVEIRA & CIA. LTDA.	90.218.462/0001-72	48610.002066/2021-15
GLPAM0372877	J P PEREIRA DE FARIAS COMERCIO	37.592.668/0001-85	48610.000166/2021-15
GLPPE0373031	J. PEDRO BEZERRA FELIX	38.277.314/0001-09	48610.000653/2021-70
GLPPA0373027	J. PONTES SANTA BRIGIDA LTDA	37.914.821/0001-43	48610.007946/2020-05
GLPSP0372848	JUSSARA ESTEVES	40.675.216/0001-71	48610.002088/2021-85
GLPBA0372826	KAIO SAMPAIO SILVA LTDA	37.069.098/0001-43	48610.002070/2021-83
GLPMG0373006	KESSIA DE FREITAS COSTA	30.841.806/0001-73	48610.000823/2021-16
GLPPR0372836	M.DOS SANTOS - MERCADO	29.188.798/0001-29	48610.002080/2021-19
GLPMT0372885	MERCADO MAXVALU LTDA	11.304.205/0001-87	48610.000962/2021-40
GLPES0372639	M.P.SANTOS VIP GAS	23.757.650/0003-43	48610.000995/2021-90
GLPRS0372854	PAULO CEZAR CARVALHO FRANCO	29.479.199/0001-64	48610.002099/2021-65
GLPSC0373020	POSTO JULIANA LTDA	85.188.696/0001-84	48610.001869/2021-52
GLPSC0373033	POSTO ORLEANS LTDA.	09.132.951/0001-99	48610.001755/2021-11
GLPPI0372828	REVENDEDORA DE GAS SAO RAIMUNDO EIRELI	35.986.461/0001-60	48610.002074/2021-61
GLPTO0372868	R.L.GAS E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	38.103.013/0001-69	48610.001715/2021-61
GLPGO0372870	SILVA GAS LTDA	38.287.947/0001-06	48610.000280/2021-37
GLPGO0372815	SUL AGUA E GAS EIRELI	38.410.334/0001-06	48610.007813/2020-21
GLPCE0372852	VALE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	39.415.048/0001-04	48610.002096/2021-21
GLPSP0373008	VALERIA GONCALVES DOS SANTOS ROCHA RIBEIRAO BRANCO	12.055.194/0002-92	48610.001938/2021-28
GLPMG0372874	WALDECY DE PAULA - EIRELI	37.501.922/0001-92	48610.001915/2021-13
GLPSP0372862	ZE MOREIRA GAS - DITRIBUIDORA DE GAS E AGUA MINERAL LTDA	38.142.344/0001-08	48610.002105/2021-84

CEZAR CARAM ISSA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em um ano tão atípico quanto 2020, a importância da energia, para dar suporte ao país no combate ao novo coronavírus, reforçou para a sociedade e para todos os nossos *stakeholders* o quão essenciais são os serviços prestados pela Eletrobras.

A Companhia foi submetida ao maior desafio operacional de sua história. Logo no início da crise, de forma inédita e imediata, colocou em regime de teletrabalho cerca de 75% de nossos colaboradores, enquanto os outros 25% operavam presencialmente nas usinas, subestações e centros de operações em todas as regiões do país, seguindo, com rigor, os protocolos de saúde e segurança.

Este êxito só foi possível porque, nos últimos anos, as Empresas Eletrobras passaram por um amplo processo de reestruturação, com a modernização da gestão, investimentos na automação das operações e implantação de um sistema integrado em todas as empresas – SAP instância única. A pandemia foi um teste de resiliência, que permitiu atestar o acerto das medidas adotadas. Graças a elas, pudemos operar remotamente, a partir de 183 pontos e respectivos *backups*, e de 399 instalações, entre usinas, subestações e centros de operação.

Os protocolos adotados garantiram a manutenção de todos os padrões de confiabilidade e disponibilidade dos ativos de Geração e Transmissão da Eletrobras em níveis iguais ou superiores ao período pré-pandemia. E, assim, a Companhia contribuiu com a sociedade nesse momento crítico, oferecendo aquilo que tem de melhor: a energia de que o Brasil necessita para se manter e se desenvolver. Nos meses críticos da pandemia, chegou a suprir 40% da geração brasileira.

Enquanto, nas linhas de frente, os operadores seguiam atuando para assegurar o fornecimento de energia, a Alta Administração das Empresas Eletrobras constituiu um Comitê de Crise que se reuniu diariamente, para avaliar cenários, estabelecer protocolos de segurança e adotar medidas necessárias para a continuidade das operações. Neste Comitê, também monitoramos as condições de saúde dos colaboradores e asseguramos suporte às suas famílias.

Além de fazer frente à severidade dos acontecimentos de 2020, a Eletrobras obteve conquistas valiosas em diferentes esferas de seu negócio. Iniciou o projeto de Transformação Cultural, um dos mais importantes dos últimos tempos para a Companhia, com objetivo de consolidar uma cultura corporativa focada em criatividade, colaboração, inovação e sustentabilidade; comprometida com a meritocracia e a alta performance, reconhecendo e premiando o talento e os feitos dos colaboradores. A partir de uma pesquisa que serviu para mapear o atual estado da cultura organizacional nas empresas, considerando as opiniões e as sugestões de todos os empregados, o processo vai sedimentar, nos próximos meses, as bases desta grande transformação, construindo a Eletrobras que todos queremos como brasileiros: moderna, dinâmica e meritocrática.

A racionalização dos investimentos continuou em 2020, com a venda das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Centroeste, MTE, Santa Vitória do Palmar e Complexo Campos Neutrais, reduzindo de 136 para 94 o número de SPEs nas quais a Eletrobras detinha participações. Além disso, aprovamos a compra da participação dos sócios minoritários e a incorporação de outras 12 SPEs pelas subsidiárias Furnas (Transenergia Goiás) e Chesf (11 empreendimentos do Complexo Eólico Pindaí I, II e III), o que permitiu reduzir para 82 o número de participações em SPEs já no início de 2021.

Também concluímos a incorporação de duas subsidiárias atuantes na região Sul: Eletrosul e CGTEE. O projeto foi iniciado em 2017 e incluído no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras, com foco na sinergia societária das controladas regionais. Com atuação única e integrada no Sul do Brasil, a nova empresa, CGT Eletrosul, ganha em eficiência operacional, melhoria de processos e otimização de resultados.

A reestruturação promoveu também, do ponto de vista organizacional, mudanças visando equalizar as estruturas administrativas da Holding e de suas subsidiárias. Ainda internamente, concluímos o processo de adequação das Empresas Eletrobras à Lei Geral de Proteção de Dados, a LGPD, e publicamos nova versão do Código de Conduta Ética e Integridade da Eletrobras, ambos com ampla divulgação e treinamento dos colaboradores.

No segmento de Transmissão, o ano marcou o retorno da participação da Eletrobras nos leilões, após seis anos de ausência. A *Holding* coordenou a participação de três controladas, pautada por rigorosa premissa de disciplina financeira. Mas, a conquista mais significativa foi a aprovação dos processos de revisão tarifária das concessões de transmissão, prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, e contemplada na Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo tarifário 2020-2021, com atualização e remuneração pelo Custo do Capital Próprio (Ke), real, do segmento de Transmissão definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Além disso, foi também incluída, no ciclo tarifário, a parcela retroativa prevista na Portaria MME 120/2016 relativa à remuneração pelo (Ke), não incorporada desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, que havia sido excluída da tarifa, pela Aneel, em 2017, por força de liminares judiciais, que foram revogadas em 2020.

Em Geração destacam-se a decisão pela retomada das obras de Angra-3, com aprovação de dotação orçamentária de R$ 3,5 bilhões para o Plano de Aceleração do Caminho Crítico, que assegura a conclusão das obras até 2026, e a edição da Lei 14.120/2021, que estabelece premissas do preço para um novo contrato de energia de reserva de 40 anos, preservando a sustentabilidade do projeto e a modicidade tarifária já foi aprovada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O projeto de reestruturação do modelo de negócios da Comercialização é outra ação que assegura ganhos importantes para os próximos anos. E, no âmbito da inovação, integramos o conjunto de membros fundadores do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil). Fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. O C4IR Brasil é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial, Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas, Transformação Urbana e Política de Dados. O objetivo é estimular a adoção de tecnologias inovadoras com base na formulação de políticas públicas escaláveis e que contribuam para a ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade das empresas e da economia no país.

Signatária do Pacto Global, a Eletrobras se orgulha de ter seus constantes esforços reconhecidos pelo mercado, como atestam a melhoria das notas da Companhia no *Carbon Disclosure Project* (A-) e no *Dow Jones Sustainability Index* e a obtenção de credenciais para emissão de *green bonds*, conquistas que evidenciam nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável. Neste quesito, também merece destaque o lançamento da Jornada EESG, uma área no site da Eletrobras dedicada a reunir todos os nossos indicadores referentes aos temas sociais, ambientais e de governança, aumentando a visibilidade e evidenciando, assim, sua importância na estratégia de negócio da Companhia. Foi um ano sem igual! Por isso, em meio a tantos esforços e importantes conquistas, foi preciso fazer ainda mais. As Empresas Eletrobras contribuíram com R$ 23,7 milhões para o combate à pandemia da covid-19, que chegaram a hospitais e santas casas do SUS em todo o país, em parceria com o BNDES, no programa "Salvando Vidas". Foram realizadas campanhas de doação de equipamentos e EPIs, cestas básicas, *kits* de higiene, testes de covid, máscaras de proteção destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social nas comunidades no entorno dos empreendimentos da empresa, fruto de um levantamento que mapeou os ativos estratégicos e os públicos com os quais nos relacionamos. Já em 2021, foram doados 100 cilindros ou 1.000m3 de oxigênio para Manaus.
Agradecemos a dedicação de todos os colaboradores, que, com determinação e competência, fazem a Eletrobras ser a empresa que é. Queremos ainda nos solidarizar com as famílias de brasileiros que tiveram vidas perdidas e homenagear os colegas das Empresas Eletrobras que nos deixaram, vítimas da pandemia. Agradecemos ainda a confiança depositada por acionistas, parceiros e demais públicos de relacionamento, e o reconhecimento aos esforços e frutos de todo o trabalho que apresentamos neste relatório.

E por fim, não poderíamos deixar de registrar um especial agradecimento ao ex-Presidente Wilson Ferreira Junior, que por quase cinco anos conduziu a Eletrobras em seu processo de reestruturação, focado em governança e conformidade, disciplina financeira e excelência operacional. Os avanços detalhados neste Relatório da Administração foram todos atingidos durante sua gestão, encerrada em 15 de março de 2021. A ele agradecemos não apenas pelos avanços aqui relatados, mas pela incansável dedicação às nossas empresas, pelo compromisso com o futuro sustentável da Companhia, pela liderança exemplar e por deixar um time preparado para consolidar todas as conquistas já alcançadas.

Elvira Cavalcanti Presta
Presidente Interina da Eletrobras

Ruy Flaks Schneider
Presidente do Conselho de Administração

2. PANDEMIA COVID-19

Unidas diante da maior crise da atualidade, as Empresas Eletrobras vêm, desde o início da pandemia, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e dos governos dos estados e das cidades onde se encontram suas sedes e unidades operacionais. Além de garantir os serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica essenciais para o Brasil, as Empresas Eletrobras mobilizaram-se, por meio de doações, para contribuir com a sociedade brasileira no combate à covid-19. Em colaboração com o governo e comunidades locais aprovaram, em 2020, R$ 23,7 milhões para doações de saúde e assistência em todo o país, com foco nos municípios e nos estados onde operam seus ativos estratégicos de Geração e Transmissão. As contribuições foram assim aplicadas:

- CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas e a *Holding* destinaram R$ 19,8 milhões à campanha "Salvando Vidas", capitaneada pelo BNDES, em que o banco dobra o valor dos doadores, ampliando ainda mais o alcance da ação. As doações chegaram a 109 hospitais e santas casas do SUS, em 102 municípios de 24 estados e do Distrito Federal, na forma de *kits* de proteção para o profissional de saúde, com materiais como touca, óculos de proteção, máscara cirúrgica, avental de manga longa, luvas, oxímetro de pulso, estetoscópio e aparelho de pressão, bem como, em entregas de 100 cilindros ou 1.000m3 de oxigênio, em 2021, para a cidade de Manaus (AM).
- Eletronorte doou R$ 2 milhões para aquisição de duas ambulâncias e um tomógrafo ao Hospital Regional de Tucuruí, no Pará. A Eletronorte também aprovou a doação de R$ 875 mil para equipamentos de saúde nas comunidades indígenas e associações comunitárias na Amazônia.
- CGT Eletrosul, Chesf e Eletronuclear aprovaram a doação de R$ 455 mil para mais de 8 mil cestas básicas a comunidades do entorno de suas instalações.
- Eletronuclear investiu R$ 276,6 mil na doação de 2.600 testes de covid-19 para o SUS em Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro (RJ).
- Chesf aplicou mais R$ 20 mil em ações sociais no entorno de suas operações.
- Furnas destinou R$ 130 mil para *kits* de higiene e 16,6 mil máscaras de proteção a aproximadamente 4.150 famílias em situação de vulnerabilidade social das comunidades no entorno dos empreendimentos da empresa.
- A *Holding* doou ainda R$ 100 mil à campanha "Máscaras + Renda", promovida pela Vale, em que costureiras no entorno da sede da empresa, no Rio de Janeiro, receberam insumos e foram remuneradas para produzir 27 mil máscaras doadas a suas comunidades.

Devido à necessidade de preservar suas atividades essenciais, a Companhia, na medida do possível, antecipou férias; aprovou compensação de banco de horas; autorizou o teletrabalho; restringiu as viagens nacionais e reuniões com a participação de número elevado de pessoas; proibiu viagens internacionais; e colocou os colaboradores que apresentaram sintomas da covid-19 em quarentena. Solicitou ainda que seus prestadores de serviços observassem, igualmente, todas as orientações do Ministério da Saúde, além de adorar, monitorar e atualizar medidas preventivas à covid-19, com os seguintes protocolos instituídos nas Empresas Eletrobras:

- Protocolo de Contingência na Operação e Manutenção de Ativos de G&T.
- Protocolo Eletrobras para Suprimentos.
- Protocolo de Isolamento de Operadores.
- Protocolo de Retorno da Manutenção.
- Protocolo de Segurança em Implantação de Empreendimentos de Geração e Transmissão.

Os impactos da pandemia em nossos negócios e pessoas serão abordados em seus respectivos capítulos.

3. PERFIL DA ELETROBRAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1. A Companhia

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobras" ou "Companhia") é uma empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o Governo Federal. Foi constituída pela Lei 3.890-A, de 11/06/1962 e o escritório central está instalado em um único local, na rua da Quitanda, nº 196, no Centro do Rio de Janeiro.

A Eletrobras é líder em Geração e Transmissão de energia elétrica no país e contribui para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Também atua nos segmentos de Comercialização e Eficiência Energética, além de programas como o Procel, o Programa Luz para Todos e o Proinfa.

Em Geração de energia elétrica brasileira, a capacidade instalada da Companhia equivalente a cerca de 29% do total da capacidade instalada do país, sendo que cerca de 97% vêm de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa.

No segmento de Transmissão de energia elétrica no Brasil, a Eletrobras é responsável por cerca de 44% do total de linhas de transmissão do país em sua rede básica, em alta e extra-alta tensão.

A Eletrobras cumpre estratégias voltadas para governança e conformidade, excelência operacional, disciplina financeira, atuação sustentável e valorização das pessoas. Suas empresas e centro de pesquisas estão presentes em todas as regiões do Brasil.

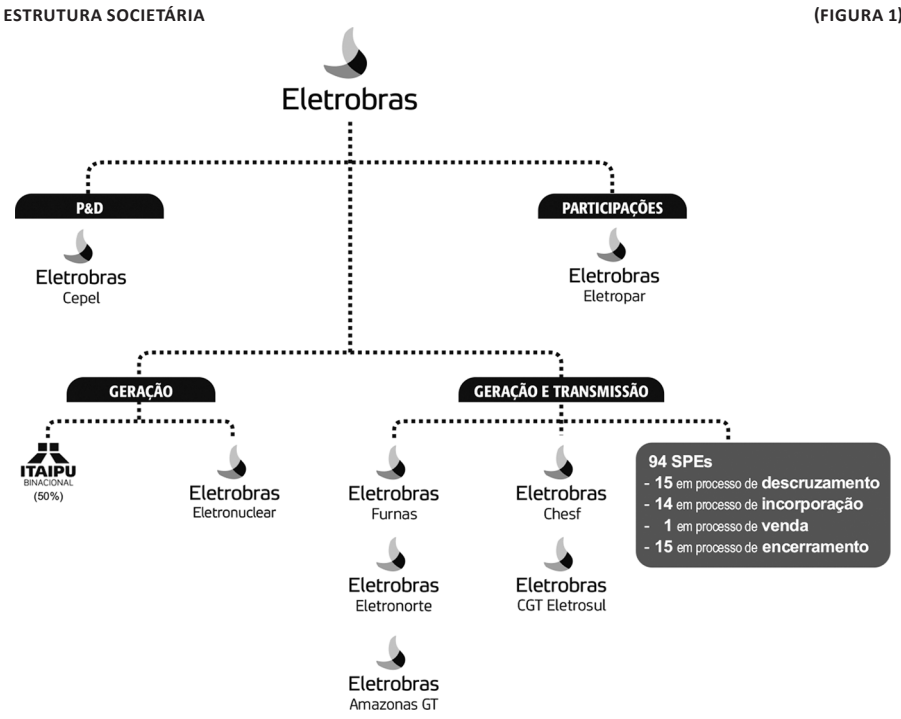
3.2. Estrutura Societária

O Sistema Eletrobras, em 31 de dezembro de 2020, era formado pela *Holding* e por sete controladas, sendo seis operacionais, 50% da participação de Itaipu Nacional, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e a empresa de Participações Eletropar. A Eletrobras possui, ainda, participação acionária em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) no Brasil – sendo 69 de geração, 20 de transmissão e três de serviços –; em duas geradoras de energia no exterior – a Rouar e a Inambari –; e em 25 empresas coligadas.

continua

continuação

ESTRUTURA Ssocietária **(FIGURA 1)**



Alterações Societárias

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Em dezembro de 2016, a empresa possuía participação em 178 SPEs. Desde então, houve o encerramento de 11 SPEs; a incorporação de 20; a redução de 02 (duas), através de permuta com sócio; e a venda de 51 SPEs, gerando mais de R$ 2,2 bilhões para o caixa da Companhia. Destas operações, 42 ocorreram no ano de 2020. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2020, com um total de 94 SPEs, ou seja, uma redução de 84 SPEs em relação a dezembro de 2016.

O Projeto de Racionalização das SPEs terá continuidade com o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2021-2025, por ser um projeto estratégico e prioritário. Das 94 SPEs, 15 estão em processo de descruzamento para posterior incorporação; 01 (uma) em processo de venda; 14 em processo de incorporação e 15 em processo de encerramento. Das 14 SPEs em processo de incorporação, a Eletrobras já possui 100% de participação em 12 – 11 dos Complexo Pindaí I, II e III e a TGO – e nas outras duas, o processo de aquisição depende de envio de propostas do sócio para avaliação da Eletrobras. Com tais operações, a Companhia prevê a redução de mais 45 sociedades em 2021, encerrando ano com 49 SPEs.

JANEIRO 2020

A incorporação da Eletrosul pela CGTEE, resultando na controlada Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), foi concluída no dia 02/01/20.

A Eletrobras vendeu e transferiu 01 (uma) ação ordinária da Amazonas Energia D, que era residual em decorrência do processo de privatização, para o Consórcio Juruá, não mais fazendo parte do quadro societário da referida distribuidora.

Alienada para Cemig a totalidade das ações que Eletrobras detinha na SPE Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., correspondente a 49% do capital social total.

FEVEREIRO 2020

O aumento de capital social da Eletrobras, no montante de R$ 7.751,9 milhões, foi homologado mediante a emissão de 201.792.299 novas ações ordinárias e 14.504.511 novas ações preferenciais classe B, que foram subscritas e integralizadas, nos termos Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em novembro de 2019. O capital social da Companhia passou a ser de R$ 39.057.271.546,52. A operação foi executada através da integralização do AFAC da União de R$ 4.054 milhões, além da captação de cerca de R$ 3,7 bilhões do mercado de capitais.

MARÇO 2020

A Eletrobras transferiu para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do capital social da Amazonas GT, conforme 176ª Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R$ 3.130,2 milhões.

AGOSTO 2020

Aumento de capital da Eletrobras na SPE Chapada do Piauí I *Holding*, no valor de R$ 17,1 milhões, mediante a emissão de 17.150.000 ações ordinárias.

SETEMBRO 2020

Venda da totalidade da participação societária da Eletrobras, de 49,5%, na SPE Manaus Transmissora de Energia (MTE) para a Evoltz Participações S/A., pelo valor de R$ 232 milhões.

OUTUBRO 2020

Venda da totalidade da participação acionária da Eletrobras, de 49%, na SPE Eólica Mangue Seco 2 para o Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus (FIP Pirineus), pelo valor de R$ 33 milhões.

Aumento de capital da Eletronuclear, no valor de R$ 1.885,7 milhões, mediante a emissão de 22.081.709.937 ações, sendo 17.256.190.449 ações ordinárias e 4.825.519.489 ações preferenciais, com a conversão de créditos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R$ 850 milhões e a conversão de créditos financeiros de R$ 1.035,7 milhões.

NOVEMBRO 2020

Venda e transferência da totalidade da participação societária da Eletrobras nas SPEs Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (78%), Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo III S.A. e Chuí IX S.A. (99,99%, respectivamente), pelo valor total de R$ 618,1 milhões.

DEZEMBRO 2020

Venda e transferência de 4,77% da participação da Eletrobras na AES Tietê Energia, equivalentes a 1.509.602 Units ou 0,38% do Capital Social da AES Tietê, para a AES Holding Brasil II S.A., pelo montante de R$25,8 milhões.

Além disso, a Eletrobras promoveu, ao longo dos meses fevereiro, março, abril, maio, agosto e dezembro de 2020, AFAC para a Eletronuclear, no montante total de R$ 1.202 milhões, sendo R$ 1.052 milhões para o Plano de Aceleração do Caminho Crítico da usina da Angra-3.

EVENTOS SOCIETÁRIO SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2021, a Chesf concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda, nas SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III, pelo valor de R$ 20,6 milhões.

Em 19 de fevereiro de 2021, foi pago o valor de R$ 2.291,8 milhões, a título de dividendos intermediários do ano de 2021, à conta da reversão da integralidade do saldo da reserva especial de dividendos retidos, nos termos dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

3.3. Investimentos Realizados

O total dos investimentos realizados pelo Sistema Eletrobras, em 2020, foi de R$ 3.122 milhões, o que corresponde a 59,1% do orçamento do ano. Deste total, R$ 3.008,4 milhões correspondem a gastos corporativos e R$ 113,7 milhões em parcerias. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R$ 1.802 milhões em Geração, R$ 1.051 milhões em Transmissão e R$ 269 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2019, observa-se um acréscimo de 25,2 % no total do investimento corporativo no segmento de Geração e um acréscimo de 11,3 % no segmento de Transmissão.

As realizações de 2020 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais, pela Portaria Ministério da Economia 407/2020 e pela Lei 13.978/2020.

INVESTIMENTOS REALIZADOS **(TABELA 1)**

(Em R$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2020	% 2020	Realizado 2020	Realizado 2019	Realizado 2018
Geração	**2.869**	**63%**	**1.802**	**2.049**	**2.214**
Implantação Corporativa	1.108	98%	1.082	703	593
Ampliação Corporativa	263	84%	222	190	84
Manutenção	**822**	**52%**	**424**	**487**	**351**
Expansão SPEs	676	11%	74	669	1.186
Transmissão	**2.009**	**52%**	**1.051**	**1.068**	**1.430**
Implantação Corporativa	7	200%	14	3	18
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.212	52%	631	691	1.042
Manutenção	**657**	**56%**	**366**	**203**	**293**
Expansão SPEs	133	30%	40	171	77
Distribuição	–	–	–	–	756
Outros[1]	**408**	**66%**	**269**	**211**	**200**
Total	**5.286**	**59%**	**3.122**	**3.328**	**4.600**

[1] Outros: Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental

Destaques em 2020

GERAÇÃO: INVESTIMENTOS DE R$ 1.802 MILHÕES

- Usina Nuclear Angra-3, da Eletronuclear: R$ 1.049 milhões, representando 99,7% do total orçado para 2020, referente à retomada das obras. Isso foi possível após a integralização de recursos pela Eletrobras por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).
- Usina Termelétrica Santa Cruz, de Furnas: R$ 214 milhões, representando 93% do total orçado para 2020. Este valor foi destinado à aquisição de equipamentos, montagens eletromecânicas e instalação de novos componentes da usina. Também foi realizado o comissionamento a frio (testes e ajustes de malha e execução de testes funcionais em equipamentos e sistemas).
- Parque Eólico Casa Nova A, da Chesf: R$ 19 milhões em 2020, com entrada em operação em dezembro de 2020.
- Manutenção da Geração: realização total ficou em 52% do total previsto, com destaque para R$ 90 milhões de um orçamento de R$ 104 milhões de Furnas.

GERAÇÃO: NÃO EXECUÇÃO DE R$ 1.067 MILHÕES

Em manutenção de Geração houve grandes impactos atribuídos à covid-19, afetando o nível dos investimentos, como atrasos com entregas de equipamentos e atrasos em processos licitatórios.

- Usina de Candiota, da CGT Eletrosul: investimento total de R$ 13 milhões de um orçamento de R$ 50 milhões, pois os processos de aquisição ficaram prejudicados devido a dificuldades dos fornecedores em realizar as entregas e a grande variação do câmbio, dado que alguns equipamentos são importados. A usina ficou parada de junho a novembro devido ao problema crítico com o conjunto turbina/gerador elétrico.
- Usinas de Angra 1 e 2: investimento total de R$ 215 milhões de um orçamento de R$ 459 milhões, o que possibilitou que as atividades nas usinas se mantivessem em nível suficiente para assegurar a qualidade e a segurança da operação. Devido à pandemia, o desenvolvimento de projetos em curso e/ou a serem iniciados foram afetados pelo regime de revezamento ou de teletrabalho praticado pelas equipes. Também houve problemas com fornecedores e com contratos de prestações de serviços que utilizavam a mão de obra estrangeira.

SPEs – programas de *standstill* ofertados por instituições financeiras melhoraram a posição de caixa das SPEs, reduzindo necessidade de aportes no total de R$ 650 milhões pelas Empresas Eletrobras. Furnas fez aportes na Holding Brasil Ventos num total de R$ 22 milhões (23% do total orçado) para atender a custos e despesas da SPE e nas subsidiárias Baleia e Punaú, para cobrir o ressarcimento de estudos e, em Itaguaçu da Bahia, para pagamento de penalidade Aneel relacionada à descontratação de energia. SINOP e ESBR – Jirau não demandaram aportes, anteriormente previstos em R$ 202 milhões devido à adesão ao *standstill*. Teles Pires também aderiu ao *standstill* porém recebeu aportes num total de R$ 29 milhões para cobertura de déficit (pagamento de debêntures). Com a venda do Complexo Eólico Campos Neutrais pela Holding, os aportes totais de R$ 91 milhões previstos não foram necessários.

TRANSMISSÃO: INVESTIMENTOS DE R$ 1.051 MILHÕES

Os investimentos em Ampliação, Reforços e Melhorias corresponderam 62% do Investimento Corporativo no segmento.

- Chesf: realizou total R$ 113 milhões de um orçamento de R$ 157 milhões para a Ampliação do Sistema de Transmissão da Chesf, cujas principais obras em andamento são os empreendimentos LT 230 kV Russas II; Banabuiú C2 e LT 230 kV Pau Ferro; Santa Rita II e SE Santa Rita II - 230/69 kV.
- SPEs de transmissão: investimento de R$ 39 milhões em Mata de Santa Genebra, de Furnas. Com a pandemia, a SPE aderiu ao *standstill* que apenas adiou para o fim do ano a necessidade dos aportes.

TRANSMISSÃO: NÃO EXECUÇÃO DE R$ 958 MILHÕES

Os desinvestimentos no segmento de Transmissão, incluindo na manutenção foram reflexos da covid-19, pelos atrasos de fornecedores, além de problemas com mão de obra, por medidas de prevenção, com licitações por causa de câmbio elevado e na obtenção de licenças ambientais. Também ocorreram atrasos e ausências de autorizações da Aneel, atrasos em licitações, otimização de custos gerando menor desembolso, comissionamento e outros.

- Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão, da Chesf: investimento total de R$ 128 milhões de um orçamento de R$ 419 milhões.
- Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, de Furnas: investimento total de R$ 85 milhões de um orçamento de R$ 328 milhões.
- Início das obras do empreendimento SE Cotegipe - 5 º TR 230/69 kV - 100 MVA, da Chesf: sofreu impacto em virtude de problemas para a obtenção de alvará de construção.
- Redução no ritmo das obras: seccionamento de barra na SE Recife II até desmobilização da contratada no empreendimento Seccionamento da LT 230 KV Banabuiú/Fortaleza para SE Aquiraz C1 e C2.
- SPE Transmissora Delmiro Gouveia: previsão de aporte de R$ 40 milhões não ocorreu, uma vez que foi incorporada pela Chesf em maio de 2020. A Eletronorte não aportou os R$ 47 milhões programados para a Transnorte Transmissora de Energia, em função da falta de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a Eletronorte aguarda decisão sobre o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

continua

continuação

Nossos investimentos em sociedades coligadas e controladas estão relacionados na nota explicativa 20 das Demonstrações financeiras consolidadas de 2020.

3.4. Planejamento Estratégico

Em 1º de agosto de 2020, a Eletrobras divulgou ao mercado seu Planejamento Estratégico 2020-2035, onde a Sustentabilidade é a premissa que determina as diretrizes, estratégias, processos da Companhia e toda sua maneira de fazer negócios.

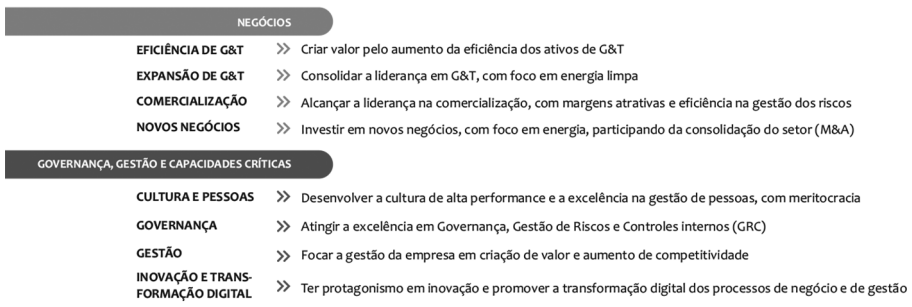
O posicionamento atual da Companhia, diferente do Plano Estratégico anterior, em função da agilidade com que vêm ocorrendo mudanças nas mais diversas esferas: sociais, ambientais, conjunturais, estruturais; com forte tendência de descarbonização; diversificação das fontes; aumento da geração distribuída; disrupção tecnológica; digitalização acelerada; a maneira como o Brasil irá evoluir socioeconomicamente; e, por consequência, a evolução da demanda por eletricidade. Estas e outras tendências do setor elétrico implicaram em ajustes na maneira como a empresa deve atuar, o que resultou neste novo posicionamento. O novo Plano Estratégico 2020-2035, além de definir uma nova identidade empresarial – Propósito, Visão e Valores –, estabelece um conjunto de diretrizes e objetivos voltados para o crescimento e modernização da Eletrobras e alinhados às novas tendências do setor de energia.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2035 **(FIGURA 2)**

PROPÓSITO	VISÃO DE FUTURO	VALORES
Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.	• Respeito às pessoas e à vida; • Ética e transparência; • Excelência; • Inovação; • Colaboração e reconhecimento.

A figura abaixo apresenta o desafio de transformação estratégica a que a Eletrobras se propõe nesse período:

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS **(FIGURA 3)**



O Plano Estratégico é desdobrado no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), atualizado anualmente, com horizonte de cinco anos. Em dezembro de 2020, foi aprovado, pelo Conselho de Administração, o PDNG 2021-2025, que é uma atualização natural do PDNG 2020-2024.

Os principais resultados disponíveis até o momento do PDNG 2020-2024, para cada uma das Diretrizes Estratégicas estão relacionados abaixo:

Dentre as principais iniciativas desenvolvidas para o alcance das metas estabelecidas no PDNG 2020-2024, destacamos as principais realizações:

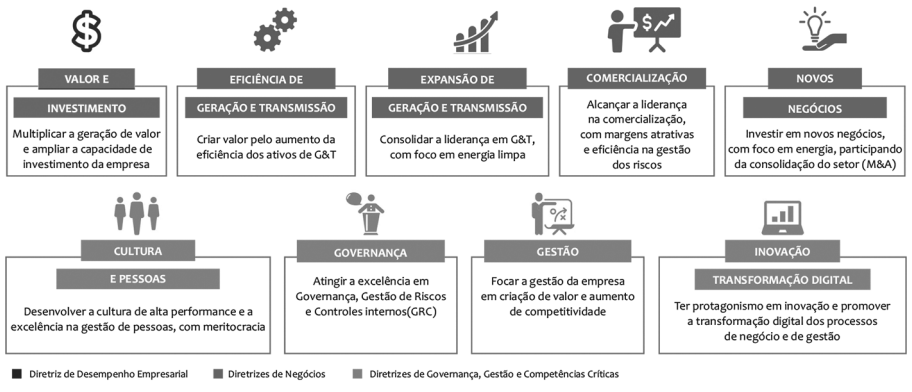
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES **(TABELA 2)**

INICIATIVA	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2020
Implantação do OBZ	Ganhos de R$ 281,6 milhões ao orçamento das Empresas Eletrobras
Implantação da Cultura de Alta Performance	A consultoria externa contratada concluiu o arcabouço metodológico e diagnóstico da cultura organizacional da Eletrobras e das suas controladas
Racionalização das Participações Societárias	Concluídas 5 operações de venda de SPEs (Centroeste, MTE e Mangue Seco 2, Hermenegildo I, II e III, Santa Vitória do Palmar, Chuí IX) Encerradas 8 SPEs (Energia Olímpica, Carnaúba I, II, III, V, Cervantes I e II e Punaú I) Incorporação das SPE TDG e TSBE pela CGT Eletrosul
Dimensionamento do Quadro Quali-Quantitativo – 2ª fase	Definida a reestruturação organizacional da Holding e das empresas a ser implantada em 2021
Programa de Saúde e Segurança do Trabalho	Contratação de consultoria especializada em Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional
Projeto Angra-3	Aprovação pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) do relatório emitido pelo BNDES, com recomendação do modelo de negócio a ser adotado para conclusão da Usina Angra-3. Aumento do capital social da Eletronuclear no valor de R$ 1.886 milhões mediante conversão de créditos de Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R$ 850 milhões e de créditos de financiamento no valor de R$ 1.036 milhões ambos pertencentes à Eletrobras Aprovação do plano de aceleração do caminho crítico, com aprovação de novos AFACs para a Eletronuclear nos valores de R$ 1.052 milhões e R$ 2.447 milhões para 2020 e 2021, respectivamente

Diretrizes e Objetivos Estratégicos

À semelhança do PE 2020-2035, o PDNG 2021-2025 estabelece diretrizes e objetivos sobre temas relevantes para a companhia vencer os desafios do mercado.

PRINCIPAIS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PDNG 2021-2025 **(FIGURA 4)**



O PDNG 2021-2025 desdobra as Diretrizes Estratégicas em Objetivos Estratégicos aos quais estão vinculadas iniciativas que serão desenvolvidas ao longo do período para que o Plano seja alcançado. Todas as Diretrizes Estratégicas são associadas a indicadores com metas estabelecidas para serem alcançadas ano a ano, abrangendo o período do Plano.

INDICADORES E METAS DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS **(FIGURA 5)**

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	INDICADORES	METAS PARA 2021
1 VALOR E INVESTIMENTO	**VALOR DE MERCADO:** Enterprise Value / EBITDA	TOP 3 NO IEE
2 EFICIÊNCIA DE G&T	**EFICIÊNCIA:** PMSO/PMSO Reg.	< 1.0
	DISPONIBILIDADE DA GERAÇÃO: DISPGR	1.00
	DISPONIBILIDADE DA TRANSMISSÃO: DISPOLT	99,88%
3 EXPANSÃO DE G&T	**EXPANSÃO DA GERAÇÃO:** Capacidade instalada de G (MW)	181
	EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO: Capacidade instalada de T (KM)	772
4 COMERCIALIZAÇÃO	**MARGEM:** Margem em relação ao preço de referência na descotização	**
5 NOVOS NEGÓCIOS	**RECEITAS:** Receita de Novos Negócios / ROL	2.0%
6 CULTURA E PESSOAS	**SEGURANÇA:** Taxa de Frequência de Acidentes (Empregados e Terceiros)	2.61 e 3.92
	PESSOAS: Horas de treinamento / nº colaboradores	35.0
	PESSOAS: Índice de Satisfação dos Colaboradores*	≥ 74.7%
7 GOVERNANÇA	**GOVERNANÇA:** Nível da ELB na listagem da B3	Nível 1
8 GESTÃO	**PRODUTIVIDADE:** Resultado Operacional / empregado	**
9 INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	**INOVAÇÃO:** Investimento em P&D+I / ROL	1.2%

* Pesquisa a ser aplicada em 2021com meta para 2022. **Metas estratégicas por isso não serão divulgadas.

A previsão de investimentos para o período do PDNG 2021-2025 totaliza mais de R$ 41 bilhões segmentados conforme abaixo:

INVESTIMENTO DO PDNG 2021-2025 **(TABELA 3)**
(Em R$ mil)

	2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Corporativo	**6.814.192**	**9.579.807**	**8.673.376**	**7.770.336**	**5.441.438**	**38.279.149**
Geração	4.311.025	6.324.734	6.047.338	5.620.892	3.838.302	26.142.292
Ampliação	359.802	1.019.844	654.667	439.145	64.111	2.537.569
Angra 3	2.813.366	3.459.548	3.473.688	3.267.353	2.289.895	15.303.849
Manutenção	1.137.857	1.845.343	1.918.982	1.914.394	1.484.297	8.300.873
Angra I e II [1]	537.322	716.991	918.580	997.192	876.750	4.046.835
Demais	600.535	1.128.352	1.827.124	917.202	1.396.622	4.254.038
Transmissão	**1.819.546**	**2.843.112**	**2.305.055**	**1.864.235**	**1.335.755**	**10.167.703**
Ampliação	104.894	0	0	0	0	104.894
Leilão LT [2]	20.000	119.139	126.386	158.972	144.628	569.125
Reforço e Melhoria	1.378.398	2.332.312	1.997.521	1.602.590	1.114.989	8.425.810
Manutenção	316.254	391.661	181.148	102.673	76.138	1.067.874
Outros (I + A) [3]	683.621	411.961	320.983	285.209	267.380	1.969.154
SPE Total	**1.430.717**	**535.448**	**537.604**	**203.739**	**115.984**	**2.823.492**
Geração	753.641	470.948	468.604	201.239	113.484	2.007.916
Transmissão	677.076	64.500	69.000	2.500	2.500	815.576
Total Geral [4]	**8.244.909**	**10.115.255**	**9.210.980**	**7.974.076**	**5.557.422**	**41.102.642**

[1] - Esse investimento contempla a manutenção das UTNs Angra I e II e também a extensão de vida útil da UTN Angra I
[2] - O investimento previsto em Leilão LT está sujeito ao ganho dos leilões.
[3] - A sigla I + A refere-se a investimentos em infraestrutura e ambiental.
[4] - Os valores reportados referem-se ao cenário sem capitalização.

Os investimentos corporativos nos segmentos de Geração e Transmissão totalizam R$ 39,1 bilhões para o período de 5 anos, dos quais há previsão de realização de 72,1% com recursos próprios e 28,1% com Recursos de Terceiros, conforme demonstrado abaixo:

FONTE DE RECURSOS **(TABELA 4)**
(Valores correntes - R$ mil)

		2021	2022	2023	2024	2025	2021-2025
Fonte de investimento R$ Mil		**7.561.288**	**9.703.294**	**8.889.997**	**7.688.867**	**5.290.042**	**39.133.488**
Geração	**Total Geração**	**5.064.666**	**6.795.682**	**6.515.942**	**5.822.132**	**3.951.786**	**28.150.209**
	Recursos Próprios	2.225.233	2.727.667	2.376.631	1.934.611	1.110.378	10.374.519
	a Contratar	2.793.796	3.779.733	3.559.606	3.245.670	2.267.387	15.646.192
	Terceiros-Em Negociação	45.637	288.282	579.705	641.851	574.022	2.129.497
	Terceiros-Contratado	–	–	–	–	–	–
Transmissão	**Total Transmissão**	**2.496.622**	**2.907.612**	**2.374.055**	1.866.735	1.338.255	10.983.279
	Recursos Próprios	1.951.858	1.696.343	1.706.620	1.804.594	1.338.255	8.497.671
	a Contratar	544.764	1.211.269	667.434	62.141	–	2.485.608
	Terceiros-Em Negociação	–	–	–	–	–	–
	Terceiros-Contratado	–	–	–	–	–	–

Valores referentes a investimentos em G&T corporativos e em SPEs, exceto FEN, FESC e aquisição dentro do grupo.

Considerando todo o período que abrange o Plano Estratégico 2020-2035, o investimento total em expansão de Geração e Transmissão no cenário sem capitalização é de R$ 95,3 bilhões e de R$ 201,9 bilhões, considerando o cenário com capitalização.

4. PANORAMA ECONÔMICO SETORIAL

O PIB do Brasil de 2020 apresentou queda de 4,1%, com o impacto da crise do coronavírus nas atividades econômicas, que foram parcial ou totalmente paralisadas para controle da disseminação do coronavírus. A queda de 2020 é considerada a maior retração anual da série, iniciada em 1996 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A inflação, medida pela variação do IPCA, alcançou 4,52%, em 2020, contra 4,31% em 2019 e acima da meta de 4,% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2020, ficando entre o piso de 2,5% e o teto de 5,5%.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 474.231 GWh até dezembro de 2020, com uma redução de 1,6% a.a. em comparação com 2019, seguindo a redução

continua

continuação

do PIB. Exceto a classe residencial, todas as outras foram impactadas pela pandemia do coronavírus, sendo a classe comercial a mais afetada, com redução de 10,5% em comparação a 2019.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA **(TABELA 5)**
(Em GWh)

CLASSE	2020	2019 (1)	%
BRASIL	474.231	481.819	-1,6
RESIDENCIAL	148.223	142.811	4,1
INDUSTRIAL	165.819	167.688	-1,1
COMERCIAL	82.416	92.083	-10,5
OUTROS	77.774	79.637	-2,3

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica
(1) Dados de 2019 foram revisados e alterados pela EPE.

4.1. Geração

Capacidade Instalada

Em 31/12/2020, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 50.648,2 MW em empreendimentos de Geração, o que representa 29% dos 174.412,68 MW instalados no Brasil. Do total da Eletrobras, 61,2% são compostos de empreendimentos de propriedade integral do Sistema Eletrobras, 23,1% de empreendimentos realizados por meio de SPEs e 15,7% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW).

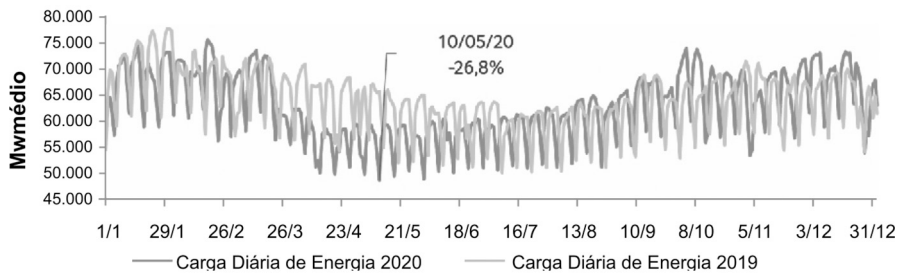
Aproximadamente 97% da capacidade instalada total da Eletrobras provêm de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Em 31/12/2020, do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de GEE no Brasil, 53% ou 70,2 GW pertenciam à Eletrobras.

Do total da capacidade instalada das Empresas Eletrobras, em 31/12/2020, cerca de 91% correspondiam à fonte por hidrelétricas, 4% por fonte nuclear, 3% por fontes térmicas, 1% por fontes eólicas e menos que 1% por fonte solar.

A Geração durante a Pandemia

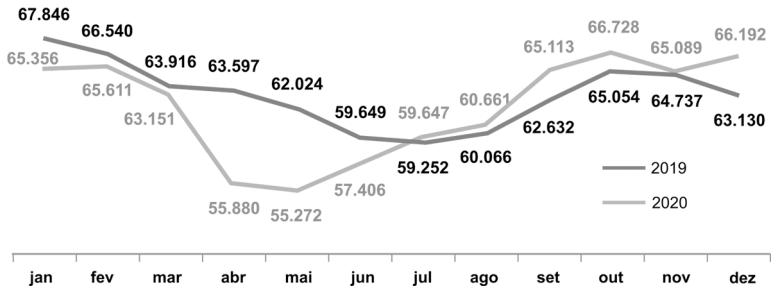
Os impactos ao setor elétrico brasileiro decorrentes da crise da covid-19, no segmento de Geração, resultaram em redução de demanda, redução de preços nos Mercados de Energia Elétrica (ambiente livre e de curto prazo) e uma ligeira instabilidade contratual nos Ambientes de Contratação Regulada (ACR) e Livre (ACL). Quanto aos impactos da redução da carga de energia, observa-se que, devido ao isolamento social iniciado em meados de março de 2020, ocorreu um forte decréscimo da carga média até fim de maio. A partir de junho verifica-se uma tendência de crescimento do consumo de energia, motivada por variações de temperatura e pelo início de flexibilizações ao isolamento em alguns Estados. Em final de setembro tem início a recuperação do consumo de energia, com os sinais de retomada da economia com 4% de aumento do consumo de energia mensal com relação a setembro de 2019, embora na comparação anual tenha ocorrido redução de cerca de 1,6%. Além disso, percebe-se redução das afluências, principalmente no Sudeste/CO, Sul e Norte, o que elevou consideravelmente o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e os preços do ACL no último trimestre de 2020.

CARGA DIÁRIA DE ENERGIA NO BRASIL EM 2020 VS. 2019 **(GRÁFICO 1)**
(Em MW Médio)



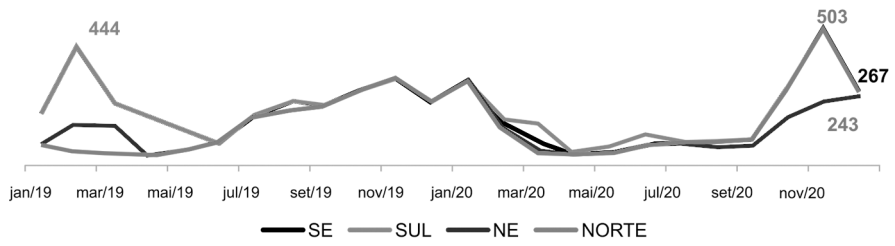
Fonte: ONS

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA MENSAL EM 2020 VS. 2019 **(GRÁFICO 2)**
(Em MW médio)



Fonte: CCEE

PREÇO DE LIQUIDAÇÃO DE DIFERENÇAS **(GRÁFICO 3)**
(Em R$/ MWh)



Fonte: site da CCEE

A operação dos ativos de Geração das Empresas Eletrobras ocorreu normalmente desde o início da pandemia, mesmo considerando os impactos da covid-19. Diversas medidas foram adotadas de forma a garantir a segurança e continuidade dos serviços, além de elaboração de protocolos relacionados à operação e manutenção dos ativos. O planejamento das manutenções previstas para 2020 foi revisado, sendo realizados os serviços necessários para garantir o desempenho e confiabilidade dos equipamentos.

Adicionalmente, durante as reuniões do Comitê de Crise – ver no Capítulo de Governança Corporativa – foram traçadas estratégias e prioridades para a continuidade dos serviços essenciais, assim como verificação da situação das equipes envolvidas. Estas medidas permitiram que as Empresas Eletrobras passassem pelo período da pandemia contribuindo para a segurança do Sistema Interligado Nacional e mitigassem os riscos de contaminação de suas equipes técnicas.

A Companhia também monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização das Empresas Eletrobras, firmados nos ACR e ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes – capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos – e inadimplência. Foram realizadas poucas renegociações em contratos firmados no mercado livre, entretanto sem perda econômica para as Empresas Eletrobras. Com relação à inadimplência – excluindo a inadimplência da Amazonas Energia com a Amazonas GT por ser uma situação atípica, isolada e que não guarda relação direta com a pandemia da covid-19 –, não houve em 2020 registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu, Proinfa e nuclear. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Aneel, como a criação da "Conta Covid" permitindo maior capacidade de pagamento por parte das empresas distribuidoras de energia.

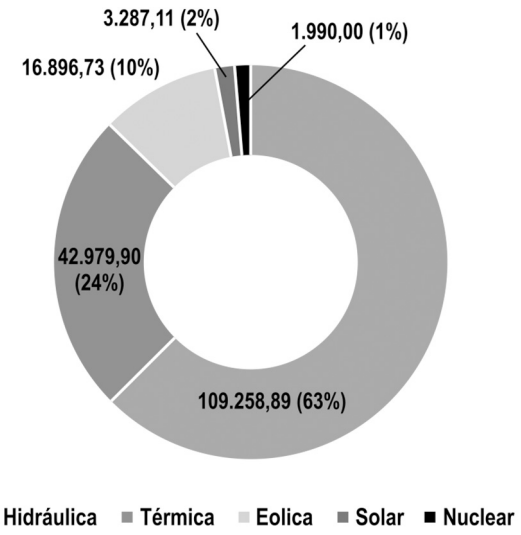
Portanto, ainda que a pandemia do Covid-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado

USINAS DAS EMPRESAS ELETROBRAS EM OPERAÇÃO NO BRASIL EM 31/12/2020 **(MAPA 1)**

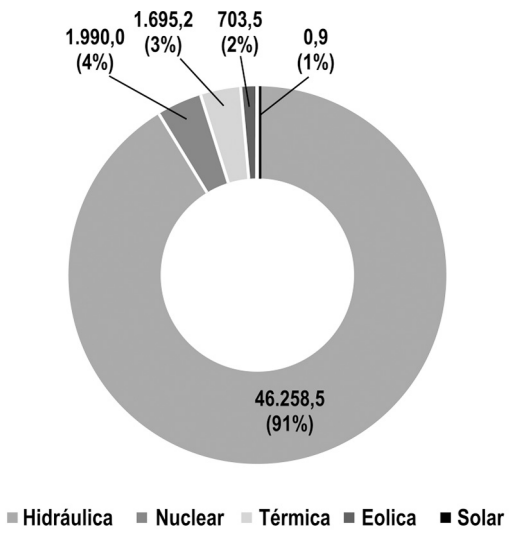


Capacidade Instalada

CAPACIDADE INSTALADA NO BRASIL POR FONTE EM 2020 **(GRÁFICO 4)**
(Em MW)



CAPACIDADE INSTALADA ELETROBRAS POR FONTE EM 2020 **(GRÁFICO 5)**
(Em MW)



continua

continuação

CAPACIDADE INSTALADA POR FONTE E NÚMERO DE USINAS QUE POSSUEM PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ELETROBRAS **(TABELA 6)**

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.870,5	12	1.695,2	14	1.990,0	2	223,1	9	0,93	1	14.779,7	38
Corporativos renovados pela Lei no 13.182/2015	3.132,3	2	–	–	–	–	–	–	–	–	3.132,3	2
Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.089,7	17	–	–	–	–	–	–	–	–	13.089,7	17
Propriedade Compartilhada	15.848,1	4	–	–	–	–	–	–	–	–	15.848,1	4
SPE	23.558,3	12	–	–	–	–	728,7	34	–	–	24.286,9	46
SPE em Regime O& Lei 12.783/13	807,5	1	–	–	–	–	–	–	–	–	807,5	1
Total Geral	**67.306,4**	**48**	**1.695,2**	**14**	**1.990,0**	**2**	**951,8**	**43**	**0,9**	**1**	**71.944,3**	**108**

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que possuam acionistas minoritários, notadamente em SPEs.

Evolução Física no Sistema

Agregações - Destaca-se, em 2020, a entrada em operação de 277 MW. Deste total, cerca de 40 MW foram dos parques Caititu 2 e 3; Carcará; e Corrupião 3, do Complexo Eólico Pindaí I. Outros 123 MW referem-se ao Complexo Eólico Fortim e 24 MW ao parque Casa Nova A. Por fim, cerca de 90 MW são referentes às UTEs Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte, para atendimento emergencial ao Amapá.

Desagregações - Foram desativadas as UTEs Mauá Blocos III e IV da Amazonas GT, com redução na capacidade instalada de 260 MW.

O processo de desinvestimento em SPEs reduziu a capacidade instalada em 507 MW nas empresas do Sistema Eletrobras em 2020, devido à venda de SPES com destaque para: Santa Vitória do Palmar (18 SPEs); Hermenegildo I, II II; Chuí IX; e Mangue Seco 2.

EVOLUÇÃO FÍSICA POR EMPRESA ELETROBRAS **(TABELA 7)**
(Em MW)

Empresa	Corporativos não renovados (a)	Corporativos renovados pela Lei 13.182/2015 (b)	Corporativos sob Regime de O&M (c)	Propriedade Compartilhada (d)	SPE (e)	SPE sob Regime de O&M (f)	Total (a+b+c+d+e+f)	Resultado Líquido 2020
Eletrobras Holding	–	–	–	–	1.869,9	–	1.869,9	- 507,1
Eletronorte	8.981,1	–	78,0	–	2.406,8	–	11.465,9	90,0
Chesf	902,4	1.050,3	8.394,7	–	2.750,2	–	13.097,6	64,0
Furnas	1.237,2	2.082,0	4.617,0	764,9	3.058,3	402,94	12.162,3	123,0
Eletronuclear	1.990,0	–	–	–		–	1.990,00	
CGT Eletrosul	648,0	–	–	177,9	1.215,5	–	2.041,5	
Itaipu Binacional	–	–	–	7.000,0		–	7.000,0	
Amazonas GT	1.020,8	–	–			–	1.020,9	- 260,0
Total	**14.779,7**	**3.132,3**	**13.089,7**	**7.942,8**	**11.300,7**	**402,9**	**50.648,2**	**- 490,1**

Energia Gerada e Vendida

As Empresas Eletrobras geraram, em 2020, um total de 195.183 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, e incluindo cotas, o que representou um aumento de 5,5% em relação a 2019, conforme verificado na tabela a seguir:

ENERGIA GERADA **(TABELA 8)**
(Em GWh)

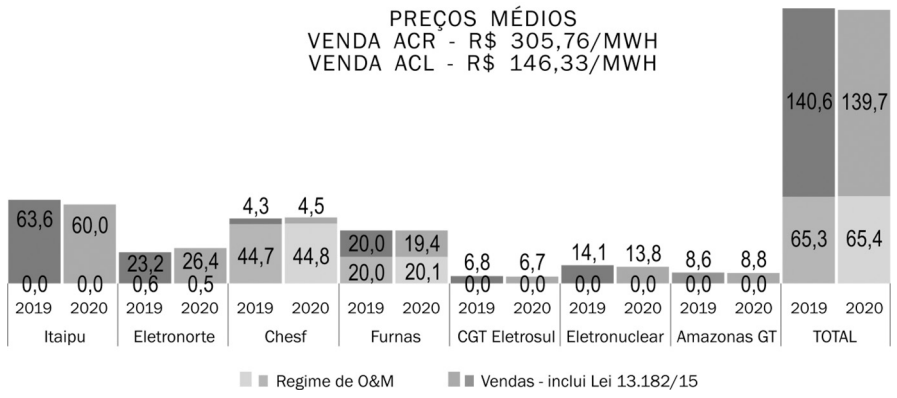
Empresas Eletrobras	2020	2019	Crescimento
Eletrobras	6.240,63	6.280,74	-0,6%
Itaipu Binacional	38.191,00	39.722,26	-3,9%
Eletronorte	36.486,34	36.523,33	-0,1%
Chesf	43.983,52	28.491,15	54,4%
Furnas	43.985,38	42.613,45	3,2%
Eletronuclear	12.866,46	16.126,85	-20,2%
Eletrosul [1]	NA	7.330,95	NA
CGT Eletrosul [1]	7.499,58	NA	NA
CGTEE [1]	NA	1.668,31	NA
Amazonas GT	5.930,32	5.864,23	1,1%
Amazonas D [2]	NA	403,37	NA
Total Eletrobras	**195.183,23**	**185.024,64**	**5,5%**

[1] Os empreendimentos da CGTEE e Eletrosul foram incorporados, em 2020, na CGT Eletrosul.

[2] Geração proporcional ao período compreendido entre janeiro e abril de 2019, quando houve a transferência de controle acionário.

- **Variações positivas:** Destacamos a Chesf, com a entrada em operação dos parques eólicos dos Complexos Pindaí e Casanova A; Furnas, com a entrada em operação dos parques eólicos do Complexo Fortim; e CGT Eletrosul, com a incorporação dos empreendimentos da CGTEE.
- **Variações negativas:** As reduções mais significativas podem ser explicadas pelo maior tempo para manutenção e reabastecimento das usinas Angra 1 e 2; pelas baixas afluências em Itaipu e pela transferência da participação acionária de SPEs da Eletrobras Holding aos consórcios vencedores do leilão.

ENERGIA VENDIDA GERADORAS **(GRÁFICO 6)**
(Em TWh)



Os Preços Médios ACR no gráfico não incluem Itaipu e O&M e incluem Eletronuclear.

Disponibilidade Operacional

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.

FATOR DE DISPONIBILIDADE POR FONTE PRIMÁRIA **(TABELA 9)**
(Em %)

Fator de Disponibilidade - Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Carvão	51,01	92,77	68,10
Eólica	98,68	98,99	98,81
Gás	84,93	91,00	85,38
Hídrica	95,37	95,92	96,70
Óleo	99,80	–	99,35
Solar	98,26	99,30	99,27
Urânio	93,04	92,80	90,36

FATOR DE DISPONIBILIDADE POR FONTE PRIMÁRIA – SPES **(TABELA 10)**
(Em %)

Fator de Disponibilidade Sociedades de Propósito Específico – SPEs (%)			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Eólica	89,91	92,52	96,43
Hídrica	97,05	98,21	96,88

A Disponibilidade Média de Geração (%) por Empresas Eletrobras, foi calculada pela média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional.

DISPONIBILIDADE OPERACIONAL NA GERAÇÃO **(TABELA 11)**
(Em %)

Disponibilidade Operacional na Geração Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional [1]			
Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
Amazonas GT	92,36	96,46	95,97[2]
CGTEE	NA	92,77	68,10
Chesf	96,04	96,80	97,78
Eletronorte	93,34	94,41	96,72
Eletronuclear	93,04	92,80	90,36
CGT Eletrosul	77,87	95,14	96,89
Furnas	94,28	94,60	94,52
Itaipu	97,10	97,55	97,16

[1] O cálculo da Disponibilidade é realizado da seguinte forma: ∑(Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2020 (MW) x Participação da Eletrobras x Fator de Disponibilidade) / ∑(Capacidade Instalada Disponível em 31/12/2020 (MW) x Participação da Eletrobras);

[2] O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia em 2018 foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas.

Eficiência Técnica em Geração

MÉDIA DA EFICIÊNCIA DE GERAÇÃO DE TERMELÉTRICAS POR FONTES DE ENERGIA E POR REGIME REGULATÓRIO **(TABELA 12)**
(Em %)

Média da Eficiência de Geração de Termelétricas por Fontes de Energia e por Regime Regulatório [1]			
Fonte de Energia Primária	2020	2019	2018
Carvão	34,64	34,96	37,00
Gás Natural	45,77	44,30	37,98
Óleo (2)	–	–	–
Urânio	35,43	37,70	35,60

O cálculo da Eficiência é realizado da seguinte forma: ∑(Energia Gerada 2020 (MWh) x Participação da Eletrobras x Eficiência) / ∑(Energia Gerada 2020 (MWh) x Participação da Eletrobras) e os valores apresentados referem-se às usinas próprias das Empresas Eletrobras.

continua

continuação

Não foram contabilizadas as eficiências das Usinas Santana, Santana II e Santa Rita da Eletronorte e das Usinas Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás da Amazonas GT em 2020. As usinas da Eletronorte foram reativadas de forma emergencial em novembro 2020 não sendo possível apurar os valores para o ano de 2020. Não são apurados os valores de Eficiência Térmica das usinas da Amazonas GT que operam no sistema isolado.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria. Em 2020, apenas os estudos de viabilidade somavam cerca de 17,17 GW de capacidade instalada de Geração, enquanto os estudos de inventário representavam 3,77 GW e os de projetos básicos correspondiam a 0,27 GW.

ESTUDOS E PROJETOS DE USINAS HIDRELÉTRICA **(TABELA 13)**

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade				
Empresas Eletrobras	**Tipo**	**Empreendimento**	**Local**	**MW**
Eletrobras/Eletronorte	Hidrelétrica	AHE Jatobá	PA	1.650
Eletrobras/Eletronorte	Hidrelétrica	AHE São Luiz do Tapajós	PA	8.040
Eletronorte	Hidrelétrica	AHE Marabá	PA/TO/MA	1.850
Eletrobras	Hidrelétrica	AHE Garabi	BR/Arg	1.152
Eletrobras	Hidrelétrica	AHE Panambi	BR/Arg	1.048
Outro Projetos do Sist. ELB	Hidrelétrica	diversos	diversos	3.430
Total				**17.170**

Comercialização de Itaipu

A Lei 10.438/2002 determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nesta condição, dos 66.126 GWh previstos em 2020, a empresa repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 58.391 GWh de energia vinculada à potência contratada, correspondendo a um faturamento de aproximadamente US$ 3,68 bilhões. A potência contratada refere-se à parte da potência mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. A energia não vinculada à potência contratada, adquirida pela Eletrobras, foi de 1,653 GWh.

Durante o ano de 2019 foram negociados, entre a Eletrobras, a paraguaia *Administración Nacional de Electricidad* (Ande) e a Itaipu, os termos para contratação dos serviços de eletricidade da Itaipu para o período de 2019 a 2022. Em 13 de dezembro de 2019, foi assinada, entre as partes, a Carta Compromisso, que estabelece os valores de suprimentos de potência e energia a serem faturados no período de 2019 a 2022.

A tarifa da Itaipu Binacional, estabelecida nos contratos entre a paraguaia Ande e a Eletrobras, por força do Tratado e seus Anexos, é calculada, anualmente, com base em seu custo, que é composto, basicamente, pelos componentes: Dívida, Encargos do Anexo C e Despesas de Exploração. Para o ano de 2020, a tarifa foi estabelecida em US$ 22,60 por kW de potência mensal contratada – valor que permanece inalterado desde 2009. O repasse da Potência Contratada às empresas de distribuição cotistas da Comercialização de Itaipu, conforme estabelecido no Artigo 3º da Lei 5.899/73, teve sua tarifa estabelecida pela Resolução Aneel 2812/2020, em US$ 28,07 por kW.

Em 2023, as disposições do Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) ao Tratado de Itaipu deverão ser revistas, tendo em vista o disposto no item VI do referido Anexo. Conforme estabelecido na Portaria 124, de 12 de fevereiro de 2019, o Ministério de Minas e Energia constituiu um grupo de trabalho com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de estudos, para subsidiar o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu, do qual a Eletrobras participa como convidada.

AMAPÁ:

Para reestabelecer a energia elétrica do Estado do Amapá, ocorrida em novembro de 2020, a Eletronorte contratou, de forma emergencial e, conforme Portaria 406 do Ministério de Minas e Energia, 45 MW de geração térmica adicional, dos quais 20 MW foram instalados na subestação Santa Rita e 25 MW na subestação Santana, de propriedade da distribuidora CEA.

Adicionalmente, em atendimento ao Despacho Aneel 3.341/20, a Eletronorte recuperou e retornou à operação comercial a UTE Santana, com duas unidades geradoras de 15 MVA cada de potência, garantindo uma geração contínua e ininterrupta de 30 MVA, as quais estão instaladas também na subestação Santana, de propriedade da distribuidora CEA.

A ação fez parte da operação de apoio para retomada da energia elétrica da região, que teve o desligamento causado pelo incêndio no transformador da subestação Macapá. Os custos fixos e variáveis associados à geração acima mencionada serão cobertos por meio de encargos setoriais previstos para casos de restrição da operação do SIN, mediante aprovação da Aneel.

4.2. Transmissão

Em 31 de dezembro de 2020, a malha de Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras atingiu um total de 76.128,54 km, sendo 9.127,41 km corporativas não renovadas; 57.303,17 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei 12.783/13; e 9.697,96 km correspondem à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Companhia por meio de SPEs. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, ou seja, as tensões de ±800, 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 70.091,89 km, o que representa 43,54% do total de Linhas de Transmissão do Brasil nas referidas tensões. A partir do 4º trimestre de 2020, a extensão das linhas em corrente contínua da Eletrobras passou a ser contabilizada por polo e não mais por trecho, de forma a compatibilizar com a apuração efetuada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Por essa nova metodologia, o total de linhas em quilômetros registrado em 2019 foi ajustado para 74.524,26 km, em 2020, sendo 8.318,35 km corporativas não renovadas; 55.819,83 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei no 12.783/13; e 10.386,08 km correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas Empresas Eletrobras por meio de SPEs.

O mapa a seguir apresenta as principais Linhas de Transmissão do sistema elétrico brasileiro existentes até 2020, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras, os com a participação destas em parceria e de outras empresas.

MAPA DA LOCALIZAÇÃO DAS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL **(MAPA 2)**



LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES EM 2020 **(TABELA 14)**

	Corporativas			SPES		Totais		
Empresas Eletrobras	**Corporativas não renovadas em km (a)**	**Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)**	**Subestações**	**SPE - Participação Eletrobras km (c)**	**Subestações**	**Total km (a+b+c)**	**Alavancado pela Eletrobras (d)**	**Total Alavancado (a+b+d)**
Amazonas GT	389,84	0	6	0	0	389,84	0	389,84
Chesf	2.385,94	19.063,50	129	1.762,31	5	23.211,75	3.596,56	25.046,00
Eletrobras	0	0	1	0	2	0	0	0
Eletronorte	2.159,85	8.865,09	65	3.380,90	1	14.405,84	6.899,80	17.924,74
CGT Eletrosul	2.445,68	9.419,48	40	358,53	6	12.223,69	703	12.568,16
Furnas	1.746,10	19.955,10	69	4.196,22	11	25.897,42	8.833,33	30.534,53
Total Eletrobras	**9.127,41**	**57.303,17**	**310**	**9.697,96**	**25**	**76.128,54**	**20.032,69**	**86.463,27**

* Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem alguma participação, através de SPE, sem considerar apenas a proporção de sua participação acionária.

LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBSTAÇÕES EM 2019 **(TABELA 15)**

	Corporativas			SPES		Totais		
Empresas Eletrobras	**Corporativas não renovadas em km (a)**	**Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)**	**Subestações**	**SPE - Participação Eletrobras km (c)**	**Subestações**	**Total Eletrobras km (a+b+c)**	**Alavancado pela Eletrobras* (d)**	**Total Alavancado pelos projetos (a+b+d)**
Amazonas GT	389,84	0,00	6	0,00	0	389,841		389,841
Chesf	2.608,00	18.589,30	127	1.757,63	9	22.954,93	3.587,00	2.4784,3
Eletrobras	0,00	0,00	1	603,93	4	603,93	1.220,7	1.220,7
Eletronorte	2.010,56	9.005,82	64	3.388,74	3	14.405,12	6.915,80	17.932,18
CGT Eletrosul	1.563,85	9.513,31	40	1.147,55	12	12.224,71	1.493	12.570,16
Furnas	1.746,10	18.711,40	69	3.488,23	29	23.945,73	7.468,68	27.926,18
Total Eletrobras	**8.318,35**	**55.819,83**	**307**	**10.386,08**	**57**	**74.524,26**	**20.685,18**	84.823,36

A Transmissão durante a Pandemia

Com a pandemia da covid-19 e a necessidade de preservar a saúde de seus colaboradores, as Empresas Eletrobras implantaram rígidos protocolos para execução das atividades de operação e manutenção de seus sistemas.

O Protocolo de Contingência da Covid-19 aplicável às ações de O&M foi publicado em março/20 pela Eletrobras. Em abril/20, saiu o Protocolo de Segurança em Implantação de Empreendimentos de Geração e Transmissão das Empresas Eletrobras. Ambos com o objetivo de preservar o serviço essencial de energia elétrica e a saúde dos colaboradores. Vários foram os desafios: contaminação de colaboradores no campo; postergações nos prazos de fornecimento de materiais e equipamentos; aumento de valores ofertados nas licitações; ritmo lento dos serviços de implantação face aos protocolos de prevenção a contaminação; e recorrentes paralisações de obras por diversos fatores, todos ligados à pandemia do covid-19.

Demostrando sua capacidade e resiliência, as Empresas Eletrobras, mesmo em meio a todas as adversidades da pandemia, conseguiu que os eventuais atrasos na realização de manutenções não emergenciais, dadas as medidas de prevenção definidas pelos protocolos, fossem contornados ao longo do 2º semestre de 2020, quando o planejamento da manutenção voltou aos níveis normais pré-pandemia.

Apesar da pandemia, em 2020, as Empresas Eletrobras energizaram 26 empreendimentos de grande porte de transmissão, que adicionaram 150 km de novas Linhas de Transmissão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e 1.217 MVA em capacidade de transmissão com uma agregação adicional de Receita Anual Permitida (RAP), na ordem de R$ 116 milhões. Destes empreendimentos, 23 foram concluídos entre março a dezembro de 2020, ou seja, após a declaração da pandemia de covid-19. Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia: (i) instalação do monitoramento remoto de subestações; (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela *Holding*, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos; (iii) realização de *workshops* para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

continua

continuação

Em junho de 2020, a Aneel reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, através da publicação da Resolução Autorizativa 8.926/2020, que permitiu a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 04 (quatro) meses, como medida de enfrentamento dos efeitos da covid-19. Atualmente, as Empresas Eletrobras possuem um total de 6 (seis) empreendimentos com cronograma postergado em até 4 meses com base nesta resolução.

Eficiência do Serviço de Transmissão

Disponibilidade Global pressupõe todos os desligamentos das Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras, mesmo aquelas que não estão sob sua responsabilidade, mas estavam disponíveis para a operação e desligadas por outros fatores.

Disponibilidade Operacional considera apenas os desligamentos das LTs das Empresas Eletrobras, sejam aqueles ocasionados por falhas e defeitos ou aqueles para manutenção preventiva e corretiva. Este é o indicador que deve ser acompanhado para medir o desempenho das instalações sob a ótica de O&M.

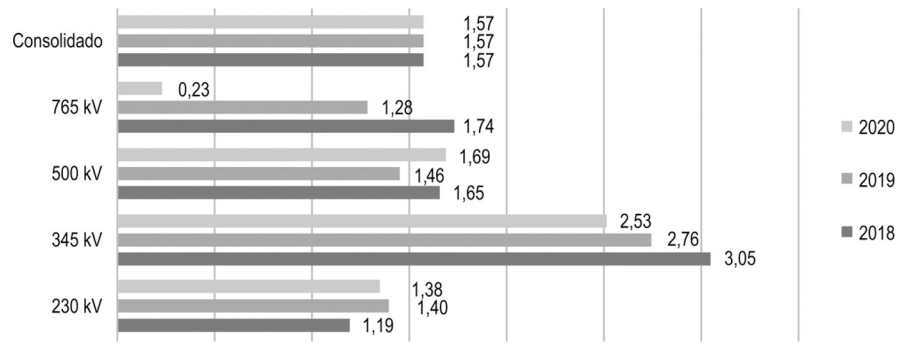
ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE GLOBAL E OPERACIONAL DE LINHAS DE TRANSMISSÃO **(TABELA 16)**
(Em %)

Empresas Eletrobras	2018		2019		2020	
	Global	Operacional	Global	Operacional	Global	Operacional
Amazonas GT	99,91	99,91	99,90	99,90	99,95	99,96
Chesf	99,64	99,91	99,46	99,97	99,44	99,96
Eletronorte	99,08	99,95	99,65	99,98	99,54	99,94
Eletrosul	99,86	99,93	99,92	99,97	99,79	99,97
Furnas	99,22	99,86	98,88	99,89	99,52	99,91
Total	**99,46**	**99,90**	**99,41**	**99,95**	**99,54**	**99,94**

Desligamentos por 100 km de LTs

O indicador informa o número de desligamentos, por cada 100km de LTs, comparando a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação. Em relação a 2019, houve uma melhora em praticamente todas as tensões devido ao resultado de desempenho e/ou redução de efeitos climáticos adversos nos sistemas Eletrobras, exceto para linhas de 500 kV.

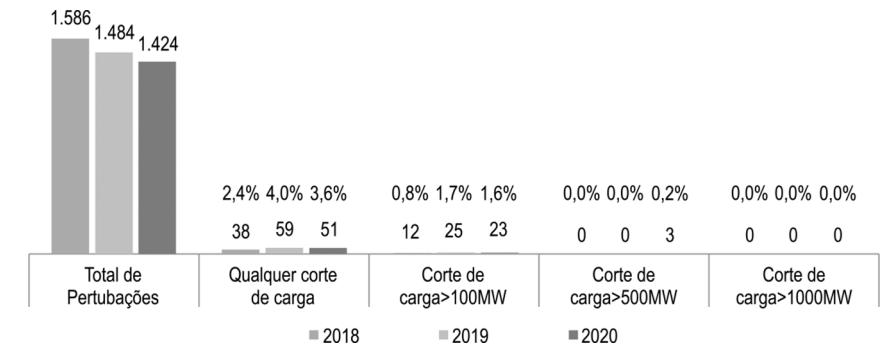
INDICADOR DE DESLIGAMENTOS POR 100 KM DE LTS **(GRÁFICO 7)**



Perturbações na Rede de Transmissão

Em 2020, o número total de perturbações na rede básica de transmissão das Empresas Eletrobras apresentou uma queda de 4% em relação a 2019, e não houve ocorrências com corte de carga superior a 1.000 MW. Essa redução está relacionada a melhoria de processos e/ou diminuição de efeitos climáticos adversos em seus sistemas.

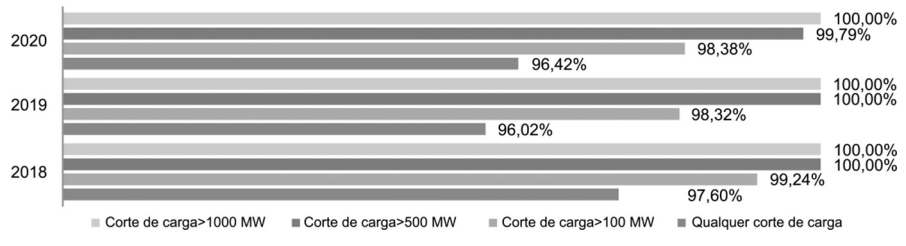
PERTURBAÇÕES E CORTES DE CARGA NA REDE BÁSICA DE TRANSMISSÃO DA ELETROBRAS **(GRÁFICO 8)**



Índice de Robustez

O Índice de Robustez avalia a capacidade da rede básica de suportar contingências, sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem mantendo elevado desempenho nos últimos anos, tendo em vista a estabilização verificada no número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2020.

ÍNDICE DE ROBUSTEZ DO SISTEMA ELETROBRAS **(GRÁFICO 9)**



Perdas na Transmissão

Ao longo dos últimos três anos, observa-se a redução nas perdas técnicas, exceto para Amazonas GT e CGT Eletrosul, devido à política de despacho do Operador Nacional do Sistema (ONS) e à evolução da topologia da rede conforme planejada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

ÍNDICE DE PERDAS TÉCNICA NA TRANSMISSÃO DE ENERGIA POR EMPRESA **(TABELA 17)**
(Em %)

Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
Amazonas GT	0,16	0,13	0,10
Chesf	1,16	1,84	1,98
Eletronorte	0,75	0,95	0,96
CGT Eletrosul	1,41	1,40	1,34
Furnas	1,28	1,79	1,96
Total	**1,16**	**1,52**	**1,62**

PARCELA VARIÁVEL DO SISTEMA ELETROBRAS **(TABELA 18)**

% PV da RAP	2020	2019	2018
Anual	1,84%	2,28%	2,16%

A metodologia de cálculo do Indicador de Parcela Variável foi atualizada em novembro de 2020, em comum acordo entre as Empresas Eletrobras e os participantes do grupo de trabalho do Subcomitê de Operação das Empresas Eletrobras (SCOP).

Em 2020, os descontos de Parcela Variável (PV) apresentaram uma redução do comprometimento das Receitas Anuais Permitidas (RAP), em relação a 2019, devido a melhorias no processo de gestão das manutenções programadas e no menor número de desligamentos programados nesse período.

Evolução Física em Transmissão

AGREGAÇÕES:

CORPORATIVAS:

Foram realizadas as seguintes energizações no Sistema Interligado Nacional (SIN):

- LT 230 kV Russas / Banabuiú: 111,7 km de LTs;
- Seccionamento da LT 230 kV Banabuiú / Fortaleza C3 na SE Aquiraz IIL 36,1 km de LTs;
- Seccionamento da LT 230 kV Banabuiú / Fortaleza C1 na SE Aquiraz II: 35,0 km de LTs;
- Seccionamento da LT Campinas Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias, de Furnas: 8,7 km LTs.
- Seccionamento da LTs Guamá / Utinga C1 e Guamá / Utinga C2 na SE Marituba, da Eletronorte: 9,18 km LTs.

SPES:

Destaca-se a entrada em operação das SPEs Mata de Santa Genebra, com total proporcional a participação da Eletrobras (49,9%), de 442,4 km de LTs e a entrada da Brasil Ventos Energia, 100% Eletrobras, com 68,8 km de LTs.

DESAGREGAÇÕES:

CORPORATIVAS:

Houve desagregação de 212,0 km devido à transferência não onerosa das LTs 138 kV Campos / Cachoeiro do Itapemirim C1 e C2, de Furnas para a empresa EDP Brasil, conforme resolução da Aneel.

SPES:

Com a venda das SPEs Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.; Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A. a desagregação total foi de 605 km.

TOTAL DE ENERGIZAÇÃO DE TRANSMISSÃO **(TABELA 19)**
(Em Km)

Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs - Participação Eletrobras (c)*	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)
Amazonas GT	–	–	–	–
Chesf	111,7	71,1	–	182,8
Eletronorte	–	9,18	–	9,18
CGT Eletrosul	–	–	-1	-1
Furnas	–	-203,3	511,2	307,9
Eletrobras Holding	–	–	-603,9	-603,9
Total	**111,7**	**-123,02**	**-93,7**	**-105,02**

* Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.

4.3. Operações no Exterior

A empresa permanece atuando para fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais. No PDNG 2021-2025, foi aprovada a manutenção do portfólio estratégico de projetos internacionais da empresa a identificação e construção de um portfólio de oportunidades de aquisição de ativos em operação (*brownfield*). As oportunidades já mapeadas são projetos de geração eólica ou fotovoltaica e de porte equivalente aos investimentos já realizados por empresas não nacionais nos países alvo (entre 30 e 100 MW).

continua

continuação

PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRAS NA AMÉRICA DO SUL **(MAPA 3)**



Nesse período, foram mantidas tratativas entre a Eletrobras e a estatal argentina Integración Energética Argentina S.A. (IESA) objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Destaca-se o avanço do Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional, em parte da bacia do rio Madeira, pela empresa *WorleyParsons* Engenharia Ltda. A avaliação do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia foi contratada, em conjunto, pela Eletrobras, *Empresa Nacional de Electricidad da Bolívia* (ENDE) e *Banco de Desarrollo de América Latina* (CAF). A conclusão do estudo está prevista para o primeiro semestre de 2021.

- Bolívia – Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contrataram um consórcio de empresas formado pela *MRC Consultants and Advisors*, SIGLA e *Universidad Pontificia Comillas*. A conclusão dos estudos está prevista para o segundo semestre de 2021.
- Uruguai – manutenção da parceria estratégica com a estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas* (UTE), visando de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, vale ressaltar os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que prevê a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Para 2021, são esperados andamentos dos estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname.

A Portaria MME 418/2019 autorizou a Eletrobras a exportar energia para os mercados argentino e uruguaio e viabilizou a estruturação contratual da primeira operação de exportação do Brasil para o Uruguai. A empresa atua também como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal uruguaia UTE no âmbito da Portaria MME 339/2018.

A Carteira de Projetos Internacionais de Eletrobras é composta por oito projetos, sendo 4,7 GW em geração e 1.500 km em transmissão. As interligações fronteiriças não sofreram alteração em relação a 2019.

A Eletrobras se manteve como agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (Bracier), o que possibilitou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

A Companhia é também membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (Geidco), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Destaca-se, em 2020, a participação da Eletrobras na criação do Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil), que é fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. A Companhia é uma das fundadoras junto com a Abimed, AstraZeneca, Bracell, Facebook e Qualcomm. O centro é o primeiro desse tipo no país e terá como foco Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

4.4. Aspectos Regulatórios no Setor Elétrico Brasileiro

Capitalização

Em 2020, apesar de muitas discussões, o Congresso Nacional não colocou em votação o Projeto de Lei de Desestatização da Eletrobras, PL 5.877/2019, encaminhado em 5 de novembro de 2019, pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em 23 de fevereiro de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.031 ("MP"), que trata também da desestatização da Eletrobras, através da capitalização, prevendo que os estudos de modelagem serão feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de incluir algumas modificações em relação ao texto do PL.

Dentre as modificações, destacam-se:

- Prorrogação, por 30 anos, da concessão da Usina Hidroelétrica de Tucuruí – Contrato de Concessão 007/2004-Aneel-Eletronorte –, da controlada Eletronorte, que atualmente já está no regime de produtor independente e não sob regime de cotas.
- Obrigação de aportes de recursos da ordem de R$ 239 milhões anuais, em 10 anos, para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, cujos contratos de concessão sejam afetados pela MP.
- Redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal, no valor de R$ 295 milhões anuais, em 10 anos, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Eletronorte.
- Revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco com investimento de R$ 350 milhões anuais, em 10 anos, que já era previsto no PL.
- Nova repartição de receita entre União, através do pagamento de bonificação de outorga, e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), através do pagamento de quotas anuais em 30 anos. No Projeto de Lei 5.877/19, a repartição um terço (1/3) para CDE e dois terços (2/3) para outorga, com a referida MP alterou para metade (1/2) CDE e metade (1/2) outorga.
- Previsão de criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei 6.404/1976, que dará o poder de veto em deliberações sociais previstas na referida MP (*golden shares*).

O racional adotado no PL permanece no sentido de que todas as obrigações financeiras previstas na referida MP serão descontadas do valor adicionado decorrente da mudança de regime e concessão de novas outorgas de concessão, por 30 anos; dos contratos prorrogados pelo art. 1º da Lei 12.783/2013; das concessões alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei 11.943/2009 – referente a usinas sob regime de cotas –; das concessões alcançadas pelo § 3º do art. 10 da Lei 13.182/2015 – UHE Sobradinho e UHE Itumbiara –; e do novo contrato da UHE Tucuruí citado acima.

O valor residual, após os referidos descontos, será integralmente rateado sendo 50% (cinquenta por cento) para a CDE, como contribuição para modicidade tarifária e os outros 50% (cinquenta por cento) para pagamento de outorga. Este montante, deverá ser considerado para efeito do aumento de capital com consequente diluição da participação acionária da União Federal, sem prejuízo de eventuais ofertas púbicas secundárias que a União, ou empresa por ela controlada, precise realizar para deixar o controle acionário da Eletrobras.

A capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da MP em Lei, mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

Geração

Em 2020, não houve avanço nos pleitos das Empresas Eletrobras junto à Aneel quanto às indenizações estabelecidas na Resolução Normativa 596/2013, que trata do cálculo das indenizações de ativos de Geração que tiveram concessões prorrogadas ou não nos termos da Lei 12.783/2013.

A Lei 14.056/2020, que altera a Lei 13.203/2015, estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. E, ainda, procura apresentar uma solução para o destravamento da liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), atualmente bloqueada por uma batalha judicial entre diversos geradores e os agentes institucionais do setor elétrico, com vistas ao afastamento dos impactos ocorridos no passado em decorrência de riscos não hidrológicos do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), minorando os efeitos adversos do GSF<1, no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A nova lei estabelece que a compensação deverá considerar a atualização pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e a aplicação da taxa de desconto de que trata o § 2º do art. 1º da Lei 13.203/2015. Isto se dará mediante extensão do prazo de outorga dos empreendimentos participantes do MRE, limitada a sete anos, sendo calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel, para as extensões decorrentes do inciso II do § 2º do art. 1º da mesma lei, dispondo o gerador livremente desta energia. A lei dispõe, ainda, que o cálculo dos efeitos decorrentes das restrições de transmissão será realizado pela Aneel, considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos citados, caso não haja restrição ao escoamento e preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Diversas usinas das Empresas Eletrobras são impactadas pelos efeitos do tema que está sob discussão. Em 1º de março de 2021, a CCEE apresentou os cálculos que determina a extensão de outorga. O impacto financeiro para as Empresas Eletrobras é de R$ 4,0 bilhões. Entretanto, devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo de outorga, estimamos um valor menor, na ordem de R$ 3,2 bilhões, conforme tabelas abaixo.

IMPACTO FINANCEIRO **(TABELA 20)**

Empresa Eletrobras	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro (R$ milhões)
FURNAS	793,97
CHESF	628,67
CGT ELETROSUL	15,49
ELETRONORTE	2.537,60
SUBTOTAL	3.975,74
Perda devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo das outorgas*	796,88
Total	**3.178,86**

* Para UHEs Itumbiara e Sobradinho o cálculo indica extensão acima do limite de 7 anos. Perda calculada com base em estimativa de limitação da contratada PSR Solução e Consultoria em Energia Ltda, não tendo sido apresentado pela CCEE.

USINA LISTADAS NA PLANILHA DA CCEE **(TABELA 21)**

Usinas listadas na planilha da CCEE na CP 56	Cálculo da CCEE	
	Impacto Financeiro (R$ milhões)	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
PEIXOTO	35,89	79
SERRA DA MESA	39,04	184
SOBRADINHO	451,61	2.555
MANSO	0,01	0
BATALHA	0,23	15
SIMPLÍCIO ANTA	1,46	24
PASSO SAO JOAO	2,47	191
MAUA	0,06	1
SAO DOMINGOS (ESUL)	0,00	0
BARRA DO RIO CHAPEU	6,65	1.461
JOAO BORGES	6,31	1.362
TUCURUI	2.439,14	426
CURUA UNA	18,53	2.313
SAMUEL	79,94	1.042
CUREMAS	0,64	446
ITUMBIARA (FURNAS)	695,35	2.555
BOA ESPERANCA	4,56	122
ITAPARICA	31,62	126
COMPLEXO PAULO AFONSO	69,58	120
FUNIL (CHESF)	0,14	44
XINGO	70,52	126
FURNAS	5,37	33
ESTREITO (FURNAS)	4,57	34
PORTO COLOMBIA	1,82	34
CORUMBA I - FURNAS	2,02	34
MARIMBONDO	7,02	37
FUNIL (FURNAS)	1,19	37

continua

continuação

Os cálculos finais deverão ser publicados pela Aneel em até 30 dias contados a partir da data da apresentação da CCEE. Após publicação, os agentes têm 60 dias para desistência e renúncia das ações judiciais e realização dos pedidos para extensão do prazo de outorga.

Em 2019, o MME instituiu um grupo de trabalho para discutir aspectos relativos à modernização do modelo regulatório do setor elétrico brasileiro (vide www.mme.gov.br), que não teve conclusão no ano de 2020.

Ao longo de 2020, ocorreram outros eventos legais ou regulatórios que a Eletrobras vem acompanhando, como a MP 998/2020, que tratou da retirada de subsídios para fontes de energia, anteriormente incentivadas, como eólica e solar; viabilizou a realização de leilões de capacidade, bem como estabeleceu condições para a celebração de novo contrato de 40 anos para a Usina Nuclear de Angra-3, em construção, e parâmetros de preço, dentre outras medidas. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.120, em 1º. de março de 2021.

Transmissão

A regulação de transmissão buscou reduzir, em 2020, a exposição ao risco de gestão de uma grande quantidade de Ativos Totalmente Depreciados (ATD), decorrentes do envelhecimento da rede de transmissão das Empresas Eletrobras.

Face ao grande percentual de ativos com vida útil regulatória esgotada na rede das Empresas Eletrobras, à restrição dos fornecedores para atender a demanda e à limitação dos desligamentos que seriam necessários para a substituição dos ativos, não é possível realizar a troca de todos estes equipamentos em um curto espaço de tempo. Assim, o objetivo do projeto foi demonstrar à Aneel a necessidade de uma remuneração justa para o risco associado à gestão destes ativos, de forma alterar a equação econômica e estimular a permanência destes bens. Esta remuneração muda a equação econômica da decisão de troca dos ativos, adiando as substituições realizadas e beneficiando o consumidor no longo prazo. Entretanto a Agência tem demonstrado preocupação com o custo da energia elétrica no curto prazo, preocupação que aumentou após a pandemia de covid-19.

Como resposta à crise, em abril de 2020, a Aneel decidiu adotar algumas medidas de preservação do setor elétrico. Dentre elas, Aneel antecipou a devolução, via Parcela de Ajuste (PA), para os meses de abril, maio e junho/2020, do superávit de arrecadação para o segmento de transmissão no montante de aproximadamente R$ 430 milhões. Estes recursos, ordinariamente, somente seriam devolvidos pelas transmissoras no ciclo seguinte, diluídos em 12 meses. Estima-se que para as Empresas Eletrobras esse valor foi da ordem de R$ 210 milhões, ressaltando que o impacto atingiu apenas financeiro, e não econômico, já que o ajuste seria feito de qualquer forma no ciclo 2020/2021, iniciado em julho de 2020.

Além disso, a aprovação da revisão tarifária dos contratos de transmissão prorrogados nos termos da Lei 12.783/2013, pela Aneel, em junho/2020, resultou na homologação das revisões dos contratos de Furnas, Eletronorte, CGTEletrosul e Chesf, respectivamente, e na aprovação da Receita Anual Permitida (RAP) destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021.

A RAP das Empresas Eletrobras sofreu acréscimos como consequência do resultado positivo da Revisão Tarifária Periódica de 2018 e do reconhecimento da parcela da remuneração prevista na Portaria PRT MME 120/2016. Com isto, o custo de capital não incorporado, desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, de acordo com o § 1º do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração foi excluída da tarifa em 2017 por força de liminares conforme Fato Relevante publicado em 11/04/2017. Com a derrubada destas liminares, a Procuradoria da Aneel se manifestou por meio de Pareceres de Força Executória no sentido que esta remuneração deveria ser reincorporada à receita das transmissoras. O valor será pago até junho de 2025, e a liquidação do montante retroativo de 2017 a 2020 se dará até o final do ciclo de revisão tarifária, reajustada pela inflação.

Na tabela abaixo, são apresentadas a RAP revisada para o ciclo 2020-2021 e a Parcela de Ajuste Revisão consolidada atualizada pelo IPCA em milhares de reais. O efeito contábil da referida revisão tarifária, estará descrito no capítulo de desempenho financeiro.

RAP CICLO (2020-2021) **(TABELA 22)**

(Em R$ mil)

Empresa	RAP Ciclo 2020-2021 Revisada (Ref. jun/2020)	PA Revisão Consolidada (Ref. jun/2020) [1]		RAP Total Ciclo 2020-2021 (Revisão + PA - Ref. jun/2020)
		Total	Por Ciclo	
Chesf (CC 061/2001)	3.494.422,00	1.734.512,45	578.170,82	4.072.592,81
Eletronorte (CC 058/2001)	1.832.587,63	954.107,06	318.035,69	2.150.623,31
Eletrosul (CC 057/2001)	969.071,95	233.641,16	77.880,39	1.046.952,34
Furnas (CC 062/2001)	5.153.445,67	1.777.381,68	592.460,56	5.745.906,23
Eletrobras	11.449.527,25	4.699.642,35	1.566.547,45	13.016.074,70

[1] Estimada com base nos valores da NT 108/2020 – SGT/Aneel e no IPCA entre jun/19 e jun/2020

Destaques em 2020

- Resolução Homologatória 2.725/2020 estabeleceu as RAPs para as concessionárias de transmissão no ciclo 2020-2021. Para as Empresas Eletrobras o valor total de RAP neste ciclo é de R$ 14.586 milhões, com um aumento de aproximadamente 26% em relação ao ciclo anterior. Cabe destacar que esse valor considera não apenas os contratos prorrogados constantes na tabela anterior, mas todas as instalações de transmissão em operação, incluindo o efeito dos contratos licitados. Essa diferença se deve, principalmente, ao resultado da revisão tarifária dos contratos de transmissão prorrogados, conforme já mencionado no item acima, e à reincorporação do parâmetro de capital próprio (Ke) ao componente financeiro da base blindada da Rede Básica Sistema Existente (RBSE), após cassação de tutela antecipada que até então suspendia parte desses valores em função de decisões liminares.
- Resolução Autorizativa 8.926/2020 autorizou a postergação, por até 4 (quatro) meses, dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujas datas de início da operação comercial após 11/03/2020. A Aneel avaliou os impactos da covid-19 em cronogramas de outorgas de transmissão em andamento e das autorizações de novas obras de reforços e melhorias.
- Medida Provisória 998/20, que estabeleceu, dentre outras, a transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), entre 2021 e 2025, de parte dos recursos que as concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar em programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética. Os recursos não comprometidos destinam-se a projetos contratados ou iniciados. A Consulta Pública 005/2020 foi realizada com o objetivo de obter subsídios ao Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) referente à necessidade de aprimoramento dos comandos regulamentares afetos à vida útil regulatória de equipamentos de transmissão.
- Consulta Pública 30/2020 onde a Aneel fez uma avaliação dos comandos regulatórios sobre Reforços e Melhorias levando propostas para tornar a regulação sobre o tema mais simples e clara. Foi sugerida alteração na regulamentação vigente, uma vez que trata de conceitos e processos que afetam diretamente os investimentos no negócio de transmissão e, consequentemente, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.
- Resolução Normativa 874/2020 resultado da Consulta Pública 26/2019, aprovou os novos valores para o WACC Regulatório. Foram identificados erros materiais na base de dados utilizada pela Agência. Assim, a Eletrobras interpôs Pedido de Reconsideração apontando as inconsistências identificadas e solicitando as devidas correções. Como resultado, a Aneel deferiu parcialmente os pedidos, o que elevou os valores do WACC, no caso específico para o ano de 2018, de 7,66% para 7,71%. Utilizando a base de dados disponibilizada pela Agência foi possível simular o efeito desse aumento da taxa de remuneração nas RAPs da Eletrobras, correspondente a um acréscimo de cerca de R$ 20 milhões.

A Eletrobras tem atuado ainda no âmbito do Grupos de Trabalho do Comitê de Transmissão da Abdib e em discussões como contribuições da Associação à Tomada de Subsídios 007/2020 (Segurança Cibernética), CP 005/2020 (Ativos Totalmente Depreciados), CP 030/2020 (Reforços e Melhorias), CP 75/2020 (Liquidação Financeira dos EUST), dentre outros temas.

5. CEPEL E INVESTIMENTOS EM P&D+I

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) contribui para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), em equipamentos e sistemas, de forma a atender as características singulares do setor elétrico brasileiro. Em 2020, foram desenvolvidos cerca de 70 projetos da Carteira Institucional e outros 30 projetos para diferentes clientes. O desenvolvimento desses projetos representou R$ 193,3 milhões em contratos de projetos de P&D, serviços tecnológicos, licenciamento de programas e realização de ensaios. Coube às Empresas Eletrobras aplicarem R$ 192 milhões, no atendimento de sua obrigação estatutária. O restante correspondeu ao aporte de outros Associados Especiais, além de recursos próprios obtidos através de licenciamento de seus produtos e da prestação de serviços tecnológicos especializados.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CEPEL **(TABELA 23)**

Aportes de Recursos	(Em R$ mil)		
	2020	2019	Variação (%)
Automação de Sistemas	27.473	29.542	-7,0
Otimização Energética e Meio Ambiente	32.786	40.401	-18,85
Linhas de Transmissão e Equipamentos	29.948	34.436	-13,03
Redes Elétricas	20.508	22.938	-10,59
Tecnologias da Distribuição	5.233	13.355	-60,82
Materiais, Eficiência Energética e Geração Complementar	18.451	25.386	-27,32
Pesquisa Experimental	58.914	71.794	-17,94
Total	**193.314**	**237.852**	**-18,72**

Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

Em 2020, os projetos de melhoria contínua tiveram como foco utilizar metodologias ágeis para definir e otimizar os ciclos, em especial de gestão dos contratos estratégicos, do processo de fechamento, consolidação e análise das demonstrações contábeis e do sistema de gestão de denúncias.

Governança de Tecnologia da Informação

O planejamento das ações que apoiam as necessidades estratégicas está alinhado e vinculado ao Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG). Todas as necessidades fazem parte do portfólio de projetos de TI, o que permite maior gestão e acompanhamento, além da formalização do alinhamento e atendimento ao PDNG. Dentre os principais projetos estratégicos de TI em 2020, destacam-se:

- Conclusão do ProERP, Programa de Implantação do ERP SAP em Instância Única, com entrada em produção da Eletronorte e da incorporação da Eletrosul pela CGTEE;
- Implantação do SAP WCM (*Work Clearence Management*) para gestão dos processos de O&M; do SAP AIS (Ativos Imobilizados em Serviço) para gestão de ativos; do SAP LSO (*Learning Enterprise Management*) para gestão de educação corporativa e do conhecimento; do SAP TRM (*Treasury and Risk Management*) para gestão de contratos obtidos pelas Empresas Eletrobras; e de novas funcionalidades no ERP SAP Instância Única, para gestão de contratos e fornecedores;
- Implantação da plataforma de assinaturas eletrônicas e digitais de documentos;
- Início da automação de processos por robotização (RPA);
- Realização de *assessment* sobre a cultura de dados nas Empresas Eletrobras, por meio de pesquisa com empregados, análise da situação atual e estudo de tecnologias e governança;
- Implantação de ferramentas modernas de *workplace*, por meio da plataforma Office365, para colaboração e produtividade em nuvem;
- Adoção de práticas de inovação e agilidade pela iniciativa *Transformation Labs*, visando democratizar tecnologias, *insights* analíticos e automação rápida de processos (*low code*);
- Implantação do processo de gestão unificada de demandas de TI das Empresas Eletrobras relacionadas ao SAP instância única, visando maior eficiência na sua priorização;
- Contratação de Solução de Gestão de Reuniões de Colegiados de Alta Administração, denominada “Portal Atlas Governance”, para utilização pelos colegiados e órgãos de governança da Eletrobras;
- Projetos relacionados ao aperfeiçoamento do suporte à segurança da informação, incluindo novas soluções para segurança de perímetro, estações de trabalho, servidores e rede de dados;
- Ações voltadas a prover maior eficiência à infraestrutura de suporte ao teletrabalho;
- Implantação de novos sistemas, como o de Empréstimo Compulsório e o de Gestão de Empreendimentos de Transmissão.
- Aquisição de soluções como *Webex*, *Citrix* e *Trend* dadas as necessidades do trabalho remoto iniciado em março com a pandemia.

Em 2020, foram investidos, aproximadamente, R$ 13 milhões em aquisição de equipamentos destinados à proteção da rede de dados e acesso à Internet e cerca de R$ 40 milhões entre licenciamentos SAP, serviços de suporte e serviços de implantação do ERP SAP Instância Única e da Solução Fiscal.

Segurança Cibernética

Entre os riscos monitorados pela Eletrobras está o de Segurança da Informação. A Companhia age para mitigar e evitar eventos que comprometam a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações corporativas, ou que causem danos, perdas de informações, perdas financeiras, paradas de serviços, disseminações indevidas ou danos à reputação, entre outros.

continua

continuação

Para tal, as Empresas Eletrobras adotam a Política de Segurança da Informação, aprovada desde 2018, que orienta estrategicamente as questões relacionadas à segurança da informação, definindo diretrizes para armazenamento, custódia, processamento, transmissão e descarte de suas informação no ambiente convencional ou de tecnologia. Contam também com o Regulamento de Gestão Integrada de Demandas de TI e um plano com 32 atividades que busca aprimorar o ambiente corporativo e aumentar a maturidade na Gestão da Segurança da Informação, reduzindo a probabilidade de materialização dos riscos monitorados e/ou redução de seus impactos.

O planejamento das ações de Segurança da Informação e a Gestão de Riscos Relacionados são orientados pelo *NIST Cybersecurity Framework*, desenvolvido pelo *National Institute of Standards and Technology* em parceria com o setor privado. Essa metodologia propõe diretrizes para guiar as atividades de segurança da informação, considerando os riscos relacionados ao tema como parte do processo de gestão de riscos corporativos.

Como parte do referido planejamento, os seguintes regulamentos foram aprovados para todas as Empresas Eletrobras:

- Regulamento de Planejamento da Segurança da Informação.
- Regulamento de Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação.
- Regulamento de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.
- Regulamento de Gestão de Vulnerabilidades Tecnológicas.

O risco de segurança da informação foi priorizado pelo Conselho de Administração da Eletrobras. O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário prepara relatórios trimestrais sobre os principais fatores de risco e status das iniciativas do Plano de Segurança da Informação, que contribuem para mitigação destes fatores.

Tais iniciativas, além da redução de riscos, trazem mais robustez para o processo de Gestão da Segurança da Informação, com o estabelecimento de normativos; aquisição de ferramentas ou serviços; melhorias em procedimentos; realização de campanhas de conscientização e treinamentos. Estas ações contribuem para a redução de vulnerabilidades, detecção mais eficiente de incidentes e, consequentemente, redução de impacto ao negócio.

Destacamos que a Eletrobras Holding executa testes de intrusão (Pentest) anualmente. Em 2020, por conta das constantes ameaças que cercam o ambiente de TI, a Eletrobras tentou fazer a aquisição do serviço para atender e garantir maior visibilidade e segurança para todas as Empresas Eletrobras. No entanto, por causa da pandemia, o processo licitatório atrasou, e o Pentest não foi executado em 2020.

6. PRINCIPAIS ASPECTOS ESG

Buscando alcançar o nosso propósito de colocar toda a nossa energia para o do desenvolvimento sustentável da sociedade, dispomos da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras que estabelece as diretrizes que norteiam as nossas ações quanto à promoção da sustentabilidade empresarial.

A sustentabilidade, princípio de nosso planejamento de longo prazo, é premissa que determina as diretrizes da empresa, sendo transversal a todos os processos da Companhia e a nossa maneira de fazer negócios.

Nesse sentido, buscamos integrar os nossos negócios às prioridades da sociedade para o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, com a qual a Eletrobras se comprometeu voluntariamente desde 2016.

6.1. Gestão Ambiental (*Environmenta*l)

Em todos os planejamentos da Eletrobras, há estudos para identificar e avaliar impactos ambientais e sociais de cada projeto. A Companhia elabora diagnósticos socioeconômicos participativos, implanta programas de comunicação, interação social e de educação ambiental, e ainda promove fóruns comunitários e articulações com agentes públicos e privados.

O sistema de Gestão Ambiental se baseia em três elementos principais: a Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS).

Sistema IGS

O Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (Sistema IGS) compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderentes aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

Em 2020, entrou em produção a versão 2.0 do IGS. Para o módulo ambiental foram elaborados e revisados indicadores e variáveis de água, resíduos e biodiversidade. Ao final do ano, o resultado foi: 250 indicadores de desempenho, 439 variáveis, 356 usuários e 187 unidades cadastradas.

Além do IGS, as Empresas Eletrobras possuem certificações ISO 14.001 nas operações da UHE Tucuruí e da UHE Coaracy Nunes, da Eletronorte. A Chesf dispõe de certificação ISO 14.001 no serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas de Furnas, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, são realizadas auditorias externas para atendimento à Lei Estadual 1.898/1991.

Destaques em 2020

- *Carbon Disclosure Project* (CDP): elevou a classificação da Eletrobras para A- "*Leadership*" na dimensão Mudanças Climáticas, ficando acima da média regional da América do Sul (D) e do setor de Geração Renovável (B).
- ICO2 B3: a Eletrobras foi incluída no Índice Carbono da bolsa de valores (ICO2 B3). A adesão da companhia ao ICO2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono.

Ações e Projetos Ambientais

No âmbito do antigo PDNG 2020-2024, foi criado em 2019, Programa Sustentabilidade 4.0, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações e projetos estratégicos para a Eletrobras, onde se destacaram as atividades dos projetos "Transição Energética" e "Compensação de Mudanças Climáticas e Proteção do Meio Ambiente":

- Projeto piloto relacionados a carbono, em empreendimentos de diferentes tipologias das Empresas Eletrobras.
- Estudo de precificação de carbono.
- Ações de eficiência energética do Procel voltadas à Eletrobras.
- Elaboração de planos de ação para cumprimento das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de redução do consumo de energia elétrica, de combustíveis fósseis e de água.
- Ações de internalização da Política Ambiental nas Empresas Eletrobras.
- Estudo de vulnerabilidade do negócio frente às mudanças climáticas, incluindo o risco financeiro.
- Realização de análise de cenários, considerando todas as tipologias de empreendimentos, e cálculo de risco financeiro em mudanças climáticas.
- Definição de meta de compensação das emissões de GEE, visando a emissão líquida nula para a Holding.
- Estudo sobre a viabilidade de certificação de operações das Empresas Eletrobras em Sistemas de Gestão Ambiental.
- Análise de ciclo de vida de produtos e serviços.
- Desenvolvimento de projetos que contribuam para as metas do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade e do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Segurança Hídrica.
- Desenvolvimento de metodologia de valoração de serviços ecossistêmicos para os empreendimentos das Empresas Eletrobras.
- Aprimoramento da Gestão de Resíduos da Holding.

Relacionamento com os *Stakeholders*

Não houve em 2020 alterações nas diretrizes para remanejamento de populações atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos das Empresas Eletrobras. Há o compromisso da Companhia de que as informações sobre os projetos; seus impactos; medidas de compensação e reparação; critérios de avaliação; formas de indenização e direitos da população afetada devem ser disponibilizados de forma permanente e transparente, em linguagem e canais dedicados e acessíveis aos envolvidos.

O Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras, continuou a se reunir, em 2020, nos grupos de trabalho: educação ambiental; população atingida e assuntos indígenas, promovendo diálogos sobre a licença social e educação ambiental com foco em comunidades atingidas.

Destaca-se que em de 2020, a Eletrobras foi excluída da lista do portfólio do *Norwegian Government Pension Fund Global* sob alegações de suposta violação de direitos humanos pelo projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, de responsabilidade da Norte Energia S.A. (SPE Belo Monte) a qual a Eletrobras detém junto de Chesf e Eletronorte o total 49,98% do capital.

A Eletrobras esclareceu que, por ocasião da instalação e do início de operação da UHE Belo Monte, foram adotadas ações socioambientais pela Norte Energia S.A. com o objetivo de mitigar e compensar os impactos negativos potenciais na região do empreendimento, seguindo o processo de licenciamento ambiental. A Eletrobras e a Norte Energia refutam que o empreendimento tenha contribuído ou sido responsável por violações de direitos humanos. Os investimentos na região foram planejados para reparar ou minimizar os impactos causados, visando condições iguais ou melhores antes da instalação do empreendimento.

A Eletrobras, em parceria com a estatal boliviana *Empresa Nacional de Electricidad* (Ende), desenvolve os Estudos de Inventário Hidrelétrico Binacional do Rio Madeira, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Em razão da pandemia do covid-19, os dois países determinaram medidas sanitárias de restrição de circulação. Com isso, foram suspensos o monitoramento das urnas "Fale Conosco" e as atividades previstas de contato direto com a população local. Também fechou o Centro de Informação dos Estudos de Inventário para atendimento ao público, localizado em Guajará-Mirim. Em 2020, o lado brasileiro, recebeu 27 manifestações pelas urnas distribuídas na área de estudo localizada nos estados de Rondônia e Acre, 22 via *WhattsApp*, 01 (um) por telefone e 03 (três) por e-mail. As principais dúvidas da população local são sobre: estudos de inventário hidrelétrico; construção de novas hidrelétricas na bacia do rio Madeira e seus impactos socioambientais; redução da tarifa de energia elétrica com novas construções; benefícios para a população local; e se a população atingida será indenizada. O atendimento ao público continua sendo realizado de forma virtual e todas as manifestações foram respondidas até 31/12/20.

Proteção da Biodiversidade

As Empresas Eletrobras são signatárias do Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade que tem como objetivo enfatizar a importância da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para as empresas, partindo da premissa de uma atuação alinhada aos planos estratégicos nacionais e globais.

Em 2020, a Eletrobras priorizou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 – Vida Terrestre, definindo indicadores e metas que visam ampliar as ações de conservação e recuperação da biodiversidade nas regiões onde a empresa está inserida.

AÇÕES DE CONSERVAÇÃO **(TABELA 24)**

INDICADOR	META
Total de áreas protegidas e/ou florestadas pela empresa.	Perda zero de áreas vegetadas e/ou florestadas por ações das empresas.
Espécies da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) e de listas nacionais de conservação incluídas em projetos executados para a conservação de espécies ameaçadas.	Incluir novas espécies ameaçadas nos projetos de conservação executados pelas Empresas Eletrobras.
Investimento em projetos que contribuam para a gestão da biodiversidade.	Aumento de 1% ao ano em relação ao % do ano base
Fixação de carbono na biomassa (ton.)	Aumento de 5% ao ano em relação ao ano anterior

A Eletrobras aderiu, em 2020, como "*Early Supporter*", à iniciativa da *Business for Nature* denominada *Call to Action*. Trata-se de um chamado para ações coletivas visando reverter a perda de natureza até 2030. A Companhia também promoveu o *webinar* "Como Alcançar Impactos Líquidos Positivos na Biodiversidade", tendo como convidado o prof. Luís Enrique Sánchez, da Universidade de São Paulo, e a participação de diversas áreas da Holding e das Empresas Eletrobras.

6.2. Gestão Social (Social)

6.2.1. Responsabilidade Social

A Eletrobras conduz suas atividades de maneira comprometida com o respeito aos Direitos Humanos, à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Sustentável nos territórios em que atua e nas comunidades com quem se relaciona, de forma complementar aos programas compulsórios e condicionantes de licenciamento ambiental. A empresa possui um abrangente escopo de atuação que envolve ações de comunicação e comprometimento para gerar valor junto aos seus públicos de relacionamento.

continua

continuação

Em 2020, foi desenvolvido o Projeto Engajamento dos Stakeholders da Cadeia de Valor para Sensibilizar sobre o Tema Direitos Humanos, integrante do Programa Sustentabilidade 4.0. Esse projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos relacionados ao tema Direitos Humanos junto aos diversos públicos de relacionamento das Empresas Eletrobras, tais como colaboradores, fornecedores e parceiros, e as comunidades que vivem em territórios onde atua. Destaca-se também adesão de todas as Empresas Eletrobras ao Programa Na Mão Certa, que busca o envolvimento das empresas para enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes.

EXECUÇÕES DO PROJETO 3.0. **(TABELA 25)**

Subprojetos	Atualização
3.1) Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações de trabalho	Pesquisa documental considerando legislação, pactos e princípios na perspectiva das relações de trabalho. O resultado trouxe propostas de ações que deverão ser avaliadas pelo Subcomitê de Direitos Humanos e, posteriormente, apresentadas às áreas envolvidas no tema nas empresas.
3.2) Avaliação de impacto dos negócios sobre Direitos Humanos nas relações com a comunidade local	Elaboração de um roteiro de questões e aspectos que devem ser considerados numa avaliação documental dos empreendimentos sob a ótica de Direitos Humanos e análise da legislação, pactos e princípios.
3.3) Avaliação de riscos de Direitos Humanos (*due diligence*) de fornecedores de nível 1	Houve a definição de fornecedores críticos que deverão estar submetidos à avaliação de Direitos Humanos em 2021: • Terceirização de serviço contínuo com mão-de-obra alocada • Obras • Serviços de transporte
3.4) Avaliação de riscos de Direitos Humanos (*due diligence*) de *joint ventures*/ SPEs	Foi realizada uma reunião com os representantes da Norte Energia para a qualificação do relacionamento entre a Eletrobras e a SPE visando uma parceria de longo prazo para a realização de trabalhos voltados para Direitos Humanos.
3.5) Planos de mitigação de riscos de Direitos Humanos em *joint ventures*/SPEs	Este subprojeto será iniciado após a realização do subprojeto 3.4 que mapeará os possíveis riscos de Direitos Humanos nas joint ventures/SPEs.
3.6) Ações de divulgação sobre temas de Direitos Humanos	O calendário elaborado no Plano de Comunicação das Empresas Eletrobras vem sendo utilizado como referência para o as ações de divulgação sobre os temas relacionados a Direitos Humanos. Ao Subcomitê de Direitos Humanos foi entregue uma planilha com os casos mapeados, visando ofertar um banco de boas práticas para que sejam replicados/adaptados nas empresas. Houve a inclusão do calendário previsto no plano de ação do Programa Na Mão Certa.
3.7) Contratar o Programa Na Mão Certa para obter materiais e serviços especializados sobre o tema, visando (i) sensibilizar públicos de relacionamento (subprojeto 3.6); e ter subsídios para analisar e especificar em política (ou outro documento corporativo) as atividades e setores que requerem maiores cuidados no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes	Adesão da Eletrobras ao Programa na Mão Certa como mantenedor beneficiando sete Empresas Eletrobras: Holding, Amazonas GT, Cepel, CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Eletronuclear.
3.8) Treinamento de colaboradores em Direitos Humanos	Curso será dividido em 7 capítulos: 1. Direitos humanos e suas características 2. Trabalho infantil 3. Trabalho forçado ou compulsório 4. Discriminação e diversidade 5. Assédio moral e sexual 6. Livre associação sindical e direito à associação coletiva 7. Povos indígenas e comunidades tradicionais
3.9) Certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social	Após estudo da norma, pesquisa documental, reuniões com especialistas em certificação, com EDF – empresa certificada pela SA8000 – e outros encontros internos, foi elaborada uma informação técnica com a recomendação da adesão à norma SA8000 pela Eletrobras.

DESTAQUES EM 2020

PROJETOS SOCIAIS

PROJETOS SELECIONADOS NO EDITAL SOCIAL 2019

Alinhado ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ODS 4 – Educação de Qualidade, os projetos "Nutrindo o Saber" e o "Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas - Programa Neojiba" foram selecionados no Edital Social 2019 e previam sua execução em 2020.

Ateliê Escola de Lutheria Teixeira de Freitas: projeto do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba), capacita jovens aprendizes e beneficia crianças, adolescentes e jovens através de reparo e manutenção de seus instrumentos musicais. Além disso, proporciona a manutenção e a expansão das atividades do Núcleo Territorial Neojiba Teixeira de Freitas. Valor do repasse: R$ 105,5 mil.

Nutrindo o Saber: o projeto promove a qualificação social e profissional de 135 jovens e adultos nas áreas de cozinha técnica e panificação/confeitaria. Desenvolvido no bairro de Lagoa Azul, em Natal (RN) e voltado para o setor de alimentação, o programa visa fortalecer e integrar as ações de assistência social para a preparação integral da pessoa humana violada em seus direitos para o pleno exercício da cidadania e construção de uma sociedade mais equânime. Valor do repasse: R$ 124,5 mil.

Devido à pandemia, os projetos tiveram aditivos firmados e terão seu encerramento em 2021.

PROJETO KAYAPÓ

A Eletrobras deu continuidade a sua participação nos projetos com as comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 4.500 indígenas e 40 aldeias. Decorrentes de compromisso assumido no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esses projetos são realizados em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e as instituições representativas dos Kayapó. Os principais resultados são: o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras; a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas; o fomento a atividades econômicas sustentáveis; e a valorização cultural da etnia Kayapó. Os projetos são financiados pela Norte Energia, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu. Em razão da pandemia, muitas das atividades previstas do projeto foram suspensos, e o foco recaiu sobre ações de apoio e prevenção à Covid-19, buscando priorizar máximo isolamento das comunidades em suas aldeias. Os Kayapó estão sendo vacinados e conscientizados por meio das campanhas do Instituto Kabu e Floresta Protegida sobre a importância da vacina.

PROJETOS E AÇÕES SETORIAIS APOIADAS PELA ELETROBRAS EM 2020

Centro Comunitário de Produção (CCP) Bonecas Negras:

Os Centros Comunitários de Produção (CCPs) são projetos que resultam da parceria da Eletrobras com comunidades de pequenos produtores, promovendo o beneficiamento da produção local por meio do fomento ao uso eficiente e produtivo da energia elétrica, gerando trabalho e renda e o empoderamento socioeconômico de mulheres costureiras, na cidade de Armação dos Búzios (RJ). Com o investimento de cerca de R$ 28 mil reais, o projeto foi executado ao longo de 2019 e 2020 com a vigência encerrada em novembro/20.

PATROCÍNIOS

Em 2020, face à pandemia da covic-19, a Eletrobras estabeleceu protocolo para que todo o orçamento disponível das empresas para doações, patrocínios e projetos sociais fosse revertido para doações de enfrentamento da pandemia, e complementação financeira para atingir o valor recomendado.
Antes do protocolo estabelecido, 4 patrocínios incentivados por escolha direta estavam em tratativas e foram contratados.

PROJETOS INCENTIVADOS PELA LEI ROUANET **(TABELA 26)**

Contrato	Projeto	Contratado	Valor contratado (R$)
001/2020	Álvaro Alberto-Um Homem à Frente de seu Tempo	Madai Produçoes Eireli – EPP	300.000,00
002/2020	Festival de Harpas-2020	Carpex Empreendimentos e Promoções Ltda	200.000,00
003/2020	Espaço Cultural da GROTA Grota - 25 anos formando talentos',	Reciclarte	200.000,00
004/2020	Plano Anual de Atividades e Temporada 2020 - Orquestra Sinfônica Brasileira	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira (FOSB)	300.000,00
			1.000.000,00

Em 2020, também foram realizados os repasses dos recursos referentes a sete projetos selecionados no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico de 2019, que contou com a participação de cinco Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, Chesf, Eletronuclear e Eletronorte. O programa foi lançado com investimento no valor de até R$ 1,5 milhão.

PROJETOS NÃO INCENTIVADOS **(TABELA 27)**

Projeto	Valor contratado (R$)
Fórum Abinee Tec e IX Ciertec - (FIEE Smart Energy)	120.000,00
Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico - (Enase)	20.000,00
Workshop Electricity for All	50.000,00
16º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética - (Cobee 2019)	79.680,00
10º Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental no Setor Elétrico - (Lase)	64.870,00
25º Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - (SNPTEE)	69.860,00
6º Seminário Socioambiental Eólico	40.000,00
	444.410,10

Adicionalmente, foram pagos em 2020, três projetos de patrocínios, contratados por escolha direta ainda em 2019, no valor total de R$ 68,5 mil.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS DA ELETROBRAS HOLDING **(TABELA 28)**
(Em R$)

	Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados	Holding 2020	Holding 2019
1	Projetos e Ações Sociais		
1.4	Geração de Trabalho e Renda	230.110,08	28.060,54
Subtotal Projetos e Ações Sociais		**230.110,08**	**28.060,54**
	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	2.500.000,00	0,00
	Subtotal de doações	2.5000.000,00	0,00
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	9.212,98	685,80
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	5.600,00	50.374,22
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	6.871,58	26.585,95
Subtotal Voluntariado		**21.684,56**	**77.645,97**
6.1	Patrocínios Esportivos Não Incentivados	0,00	0,00
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	0,00	296.988,85
Subtotal Patrocínios Esportivos		**0,00**	**296.988,85**
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet)	1.000.000,00	1.500.000,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	512.910,00	80.000,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		**1.512.910,00**	**1.580.000,00**
Total de investimentos repassados		**4.264.704,64**	**1.982.695,36**

PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO

INVESTIMENTOS EM PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO **(TABELA 29)**
(Em R$)

Produto	2020	2019
Publicidade Institucional Eletrobras	1.616.314,77	15.913.560,29*
Publicidade Oficial (Legal)	4.735.742,08	4.329.256,19
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)	649.976,32	974.571,31
Total	**7.002.033,17**	**21.217.387,79**

* O valor dos investimentos realizados em Publicidade Institucional no ano de 2019 foram atualizados, pois houve pagamentos do exercício de 2019 compensados em 2020.

continua

continuação

INICIATIVAS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Desde março de 2020, surpreendidas pela pandemia da Covid-19, as Empresas Eletrobras contribuíram com o enfrentamento do vírus doando R$ 23,75 milhões a ações de assistência e saúde em todo o país, com foco no entorno de seus ativos de geração e transmissão. Cerca de R$ 19 milhões, foram doados à campanha "Salvando Vidas", coordenada pelo BNDES, e que viabilizou a aquisição e a distribuição de equipamentos de proteção a profissionais de saúde de 109 hospitais e santas casas do SUS. Desse valor, R$ 2,4 milhões correspondem à doação efetuada pela Holding. Os R$ 100 mil restantes doados pela Eletrobras foram investidos na campanha Máscaras + Renda.

Projeto Máscara + Renda: promovido pelo Instituto Vale, o projeto contribuiu para a prevenção à covid-19 e à economia de comunidades em vulnerabilidade social por meio da confecção de máscaras de proteção, feitas por costureiras locais, que foram destinadas a associações, instituições e grupos de moradores da própria comunidade, gratuitamente, através da destinação de R$ 100 mil da Holding para o projeto.

Dessa forma, a participação da Eletrobras viabilizou a geração de renda para 18 costureiras e sua produção de máscaras de proteção contribuiu com a saúde e segurança de seus próprios colaboradores, uma vez que há convivência neste território.

As Empresas Eletrobras, por meio dos subcomitês de Patrocínio e de Edital Social, elaboraram 4 (quatro) editais que serão publicados em 2021: Edital Cultural, Eventos do Setor Elétrico, Edital de Patrocínio e o Edital Social. Este último considerou a inserção da temática ambiental em seu escopo, passando a ser denominado Edital Socioambiental, elegendo os ODS 10, 13 e 15 como prioritários e estabelecendo critérios que alinhem a redução das desigualdades sociais à conservação da biodiversidade.

Programa de Coleta Seletiva Solidária: a redução de materiais recicláveis produzidos na empresa ocasionou impacto direto na operação das cooperativas de catadores parceiras. Assim, visando a minimizar esses efeitos, integrantes da Comissão de Coleta Seletiva Solidária se mobilizaram para o fornecimento voluntário de cestas básicas para a Recooperar no período de abril a setembro. A partir de outubro, a Cooperecológica foi beneficiada com a doação de recursos para a compra de materiais de higiene e limpeza.

Programa Eletrobras de Voluntariado: desde o início da pandemia, a preocupação dos voluntários com as comunidades atendidas pelas instituições parceiras foi evidente, principalmente com as comunidades do entorno da sede da empresa. O Programa Eletrobras de Voluntariado foi o mais utilizado como intermediário entre essas demandas sociais e os anseios dos colaboradores em contribuir, mesmo estando em isolamento social.

Foram dedicadas 127 horas de trabalho voluntário, incluindo as horas e planejamento e execução das ações, ratificando o comprometimento dos filantropos com causas sociais, mesmo em circunstâncias de isolamento social, alcançando um total de 762 pessoas.

Desde março de 2020 foram implementadas iniciativas de doações que variaram de materiais de higiene e limpeza, gêneros alimentícios, roupas, calçados e materiais escolares destinados às crianças atendidas pelas instituições até recursos financeiros que viabilizaram a compra de cestas básicas. A estimativa é de que os valores das doações de materiais e os recursos financeiros somaram, até dezembro, R$ 35 mil.

OUTRA DOAÇÕES:

- **Campanha de Natal:** destinou R$ 3,1 mil para a compra de cestas básicas entregues às comunidades da Providência e da Coroa, localizadas no Centro do Rio de Janeiro, promovida pelo SOS Favelas.
- **Centro de Referência Especializada da Assistência Social:** arrecadação de itens de higiene, livros, cadernos, roupas, agendas e mensagens de Natal destinadas à população em situação de rua, totalizando R$ 4,4 mil.
- **Pequenas Vozes do Carmelo**, a **Associação São Martinho** e a **Creche das Mães Trabalhadoras**: receberam doação de 230 kits lanche, totalizando R$ 3,4 mil.

COMITÊ DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE:

Há 15 anos, a Eletrobras participa dos trabalhos do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemmev). Neste ano atípico, contribuiu na estruturação e apoio tecnológico necessário para realização de 08 *webinars*, abordando temas como "Igualdade Racial"; "Diversidade; Equidade de Gênero"; "Engajamento de Homens e Mulheres no Contexto Doméstico e do Trabalho em Tempos de *Home Office*"; "Gestão da Diversidade e Inclusão nas Organizações Públicas"; "Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes"; e o "Papel das Organizações Públicas para os Direitos Humanos".

Além disso, foi realizada a palestra "Equidade de Gênero, Vieses Inconscientes", em alusão aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres realizado pelo Movimento de Mulheres em São Gonçalo e direcionada aos jovens aprendizes e estagiários.

6.2.2. Gestão de Pessoas

A Eletrobras encerrou o ano de 2020 com 12.527 empregados efetivos (excluindo a parte brasileira de Itaipu), contra 13.089 empregados em 2019, o que representou uma redução de 4,29% do quadro efetivo. Desse total, 4.184 estavam nos segmentos administrativo e 8.343 no operacional. A redução deve-se, principalmente, aos desligamentos do Plano de Demissão Consensual (PDC) 2019.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020, mediado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), previa um quadro de referência de 12.500 e 12.088 empregados efetivos, respectivamente, a partir de janeiro e maio de 2020. Porém, tendo em vista a pandemia em 2020, as Empresas Eletrobras postergaram a meta dos desligamentos para o primeiro trimestre de 2021.

Nº DE EMPREGADOS EFETIVOS NAS EMPRESAS ELETROBRAS EM 2020 **(TABELA 30)**

Empresa	Região											
	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Expatriado [1]	Total[2]
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Masc.	
Eletrobras	0	0	0	0	2	12	234	441	0	0	1	690
Cepel	0	0	0	0	0	0	66	208	0	0	0	274
CGT Eletrosul	0	0	0	0	2	30	0	0	203	1.104	0	1.339
Chesf	0	0	580	2.582	0	0	0	0	0	0	0	3.162
Eletronorte	114	908	23	231	256	640	2	27	0	0	0	2.201
Eletronuclear	0	0	0	0	0	0	319	1.341	0	0	0	1.660
Eletropar	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Furnas	0	6	0	0	42	305	467	1.917	4	86	0	2.827
Amazonas GT	51	320	0	0	0	0	0	0	0	0	0	371
Total Eletrobras sem Itaipu	**165**	**1.236**	**603**	**2.813**	**302**	**988**	**1.091**	**3.934**	**207**	**1.190**	**1**	**12.527**
Total Feminino												**2.367**
Total Masculino												**10.160**
Itaipu (margem brasileira)	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**246**	**1.030**	**0**	**1.276**

(1) A partir de 2019 optou-se por fazer a separação de empregado da Holding que fica lotado no escritório internacional em Montevideo, Uruguai.

(2) Este quantitativo é referente ao quadro efetivo das Empresas Eletrobras, composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios na empresa, requisitados e anistiados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos para fora do Sistema Eletrobras e os que estão em licença sem vencimentos e aposentados por invalidez. Dados de Itaipu são separados por não ser empresa consolidada no Sistema Eletrobras.

Admissões – Em 2020, foram efetuadas 41 admissões nas Empresas Eletrobras e 34 admissões por Itaipu, totalizando 75 admissões

.

Mão-de-Obra Contratada – Não houve contratação de mão-de-obra em 2020, assim como 2019. Refere-se a profissionais contratados mas que não prestaram concurso público e não se confundem com terceirizados, que prestam serviços especializados ligados à atividade meio.

Rotatividade nas Empresas Eletrobras – O índice de rotatividade das Empresas Eletrobras aumentou 0,20 p.p. A variação no indicador se deve aos aumentos de admissões e demissões em relação ao ano anterior.

ROTATIVIDADE NAS EMPRESAS ELETROBRAS **(TABELA 31)**

Índice de Rotatividade	2020	2019	2018
Total Empresas Eletrobras	**0,53%**	**0,33%**	**1,01%**
Itaipu	3,73%	3,73%	3,79%

PLANO DE DEMISSÃO CONSENSUAL (PDC)

Em 2020, não houve lançamento de Planos de Demissão Consensual (PDC), mas houve a demissão de 115 empregados inscritos no Plano de Demissão Consensual de 2019, cujos desligamentos foram postergados e efetivados em 2020. Os 115 desligamentos representam 8,4% dos 1.367 inscritos no plano PDC 2, divulgado no Relatório da Administração de 2019. O valor de indenizações desses 115 empregados foi estimado em R$ 43,9 milhões, gastos com planos de saúde estimados em R$ 2,1 milhões e economia anual estimada em R$ 52,8 milhões. Os valores estimados já estavam contemplados nas informações sobre PDC divulgadas em 2019.

PERFIL DOS COLABORADORES

O quadro de empregados das Empresas Eletrobras é composto por 19% de mulheres e 81% de homens. Nas funções gratificadas, 23% são ocupadas por mulheres e 77% por homens. Mais da metade — 6.764 empregados —, tem nível superior, sendo que destes há 1.368 pós-graduados, 546 com Mestrado e 98 com Doutorado.

PERFIL DOS EMPREGADOS DA ELETROBRAS EM 2020 **(TABELA 32)**

	Superior			Médio			Fundamental			
	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	masculino	feminino	Total	Total Geral
Raça										
Branca	3.323	1.149	4.472	2.520	395	2.915	138	6	144	7.531
Parda	1.272	374	1.646	1.669	187	1.856	182	10	192	3.694
Negra	226	68	294	327	34	361	25		25	680
Amarela	54	16	70	47	5	52	3		3	125
Indígena	13	6	19	25	1	26	3	1	4	49
Não Informado	187	74	261	133	42	175	12		12	448
Total Geral	**5.075**	**1.687**	**6.764**	**4.721**	**664**	**5.385**	**364**	**17**	**381**	**12.527**
Tempo de serviço										
0 a 5 anos	260	105	366	222	81	303	19		19	687
6 a 10 anos	926	354	1.280	866	128	994	10	2	13	2.286
11 a 15 anos	1.698	651	2.349	1.301	162	1.463	22	1	23	3.835
16 a 20 anos	931	293	1.224	786	95	881	34		34	2.139
21 a 25 anos	270	33	303	383	9	392	17		17	712
26 a 30 anos	29	2	31	51	1	52	5		5	88
31 a 34 anos	633	169	802	687	135	822	170	10	180	1.804
Acima de 35 anos	328	80	409	425	53	478	86	4	90	976
Total Geral	**5.077**	**1.687**	**6.764**	**4.721**	**664**	**5.385**	**363**	**17**	**380**	**12.527**
Nível Hierárquico										
Assessoria	70	38	108	1	2	3				111
Superintendência	115	33	148	2	1	3				151
Departamento	309	122	431	16	1	17				448
Divisão	211	33	244	27		27				271
Supervisão	62	12	74	28	3	31				105
Sem função	4.310	1.449	5.759	4.647	657	5.304	364	17	381	11.441
Total Geral	**5.075**	**1.687**	**6.762**	**4.721**	**664**	**5.385**	**364**	**17**	**381**	**12.527**
Nível Educacional										
Fundamental							363	17	380	380
Médio				4.721	664	5.385				5.385
Graduação	3.617	1.133	4.750							4.750
Pós	974	394	1.368							1.368
Mestrado	411	135	546							546
Doutorado	73	25	98							98
Total Geral	**5.075**	**1.687**	**6.764**	**4.721**	**664**	**5.385**	**364**	**17**	**381**	**12.527**
Portador de Deficiência										
Sim	133	40	173	105	17	122	7		7	302
Não	4.942	1.647	6.589	4.616	647	5.263	356	17	373	12.225
Total Geral	**5.075**	**1.687**	**6.762**	**4.721**	**664**	**5.385**	**364**	**17**	**381**	**12.527**

INCLUSÃO

As Empresas Eletrobras contam, em seus quadros de pessoal, com pessoas com deficiências, de acordo com as exigências legais e por meio dos seus concursos públicos. As empresas realizam ações em prol da acessibilidade nas suas dependências, mantendo as instalações adequadas para tornar os ambientes de trabalho cada vez mais acessíveis, proporcionando autonomia, equidade, respeito e melhoria na qualidade de vida por meio de iniciativas de saúde que promovam o bem-estar desses empregados. Essas medidas contam, inclusive, com apoio de comitês especializados nas empresas.

Em 2020, havia 302 empregados com deficiência, contra 305 empregados em 2019, sendo explicada a redução pelo PDC. Estes empregados estão assim distribuídos: 08 da Holding; 02 no Cepel; 155 na Chesf; 85 na Eletronorte; 06 na Eletronuclear; 24 na CGT Eletrosul e 22 em Furnas.

continua

continuação

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O Plano de Educação Corporativa (PEC) da Universidade Corporativa (Unise) contempla o mapeamento das ações educacionais em diversas temáticas. O documento foi elaborado a partir de levantamentos realizados pelas equipes de educação corporativa nas Empresas Eletrobras, com base em metodologias específicas, calcadas na interação com gestores líderes e especialistas internos, além da análise da capacitação nas competências críticas, gerenciais e gerais necessárias para o enfrentamento dos desafios previstos no Plano Estratégico 2020-2035, no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) vigente e nos planos de negócios das empresas.

Em 2020, as ações educacionais das Empresas Eletrobras receberam um investimento total de R$ 12,3 milhões, representando queda de 48,28% em comparação aos R$ 23,9 milhões de 2019, com destaque para oferta de ações educacionais à distância, principalmente por conta da pandemia e por utilizar recursos internos e empregados educadores em muitas das ações oferecidas.

As Empresas Eletrobras aprovaram, em 2020, a Política de Educação Corporativa e o Regulamento de Educação Corporativa, com o objetivo de orientar as ações de educação e fortalecer uma cultura baseada na sinergia e integração de processos e no desenvolvimento contínuo das pessoas, contribuindo para o alcance dos resultados empresariais.

SISTEMA EDUCACIONAL ELETROBRAS EM 2020 (UNISE + UNIDADES DE EDUCAÇÃO) **(TABELA 33)**

Ações	Investimento (R$)	Qtde de Ações	Participantes	Partici-pações	Carga Horária
Pós - Graduação Stricto Sensu	R$ 422.323,44	27	36	37	10.252
Pós - Graduação Lato Sensu	R$ 2.271.518,86	102	240	243	52.687
Demais Ações Educacionais	R$ 7.018.692,09	2.296	11.896	37.010	580.279
Congressos e Seminários	R$ 1.348.773,31	192	852	1.102	36.386
Cursos de Idiomas	R$ 823.662,80	536	652	1.447	24.132
Viagens e Deslocamentos	R$ 474.906,10	4	0	0	0
Total	**R$ 12.359.876,60**	**3.153**	**13.676**	**39.839**	**703.336**
Horas Treinadas por participação					**17,66**
Investimento por participante					**R$ 903,76**

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

A política de remuneração, adotada pela Eletrobras, segue as diretrizes existentes do Plano de Carreira e Remuneração (PCR). Além das aprovações internas (Diretoria Executiva e Conselho da Eletrobras), o PCR é aprovado pelas entidades sindicais, por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia.

Em 2020, as Empresas Eletrobras contrataram uma consultoria especializada para auxiliar no aperfeiçoamento do PCR, consolidação do Plano de Funções e criação do Catálogo de Funções Gerenciais, concatenado com a modelagem da nova estrutura organizacional. No mês de dezembro, foi encaminhada à Sest a proposta metodológica de atualização do PCR e Plano de Funções. A expectativa é de que a versão final e a implantação sejam disponibilizadas ao longo de 2021.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) – metodologia unificada para avaliação de desempenho das Empresas Eletrobras – identifica e monitora o nível de desenvolvimento dos empregados em relação às habilidades, conhecimentos e atitudes exigidas para o nível de complexidade do cargo ou da função que ocupam. É um dos modelos de gestão que facilita o desdobramento de ações que possam auxiliar no alcance das metas empresariais pactuadas.

Todos os colaboradores e gerentes são submetidos às avaliações de competência, contribuindo para que os resultados reflitam as entregas individuais. Com isso, é possível mensurar a diversidade de desempenho da força de trabalho da Companhia.

Em 2020, foram realizadas diversas ações relacionadas ao aperfeiçoamento do SGD no sistema SAP instância única, além da avaliação de todas as competências organizacionais, gerais e por eixo de atuação no âmbito do Plano de Carreira e Remuneração (PCR), com reflexos no Sistema de Gestão de Desempenho. Além das competências por cargo e função, estão previstas competências para cada um dos eixos de atuação da Eletrobras.

Para 2021, a expectativa é finalizar a nova metodologia do SGD, em sincronia com as demais peças de carreira, trazendo para o contexto novas abordagens de mensuração do desempenho do trabalho remoto, recompensas não financeiras e novas formas de engajar equipes e indivíduos.

TRABALHO REMOTO E OUTRAS PRÁTICAS NAS EMPRESAS ELETROBRAS

As áreas de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras somaram esforços, durante o ano de 2020, no sentido de aprovar a normatização do trabalho remoto, a qual ainda não foi aprovada em todas as empresas e envolve a interface e encadeamento de temas concernentes à Gestão de Pessoas – carreira, desenvolvimento, saúde, segurança, qualidade de vida, programa de estágio e jovens aprendizes –; Tecnologia da Informação – ambiente e ferramentas de TI –; Segurança da Informação; e Serviços Compartilhados.

A norma permitirá que, mesmo após a pandemia da covid-19, as Empresas Eletrobras possam incorporar esta sistemática nas suas práticas laborais.

No ano de 2021, no âmbito do projeto de transformação cultural e do projeto de atualização do Sistema de Gestão de Desempenho, serão discutidos novos mecanismos para engajar e recompensar os empregados, a partir de análise das diversas práticas e projetos pilotos dentro do próprio grupo e exame de melhores práticas no mercado.

PLANEJAMENTO DE SUCESSÃO

O Processo de Seleção e Nomeação Gerencial, criado em 2018, atualizado em 2019 e aprovado em 2020 na Diretoria Executiva e Conselho de Administração, consolidou uma padronização no procedimento para indicação de potenciais gestores. A avaliação – *assessment* – é realizada por equipe interna, das áreas de Gestão de Pessoas e Diretorias Executivas; e externa, por meio de consultoria independente, estabelecendo a meritocracia como fator crucial para o resultado.

Desde 2017, foram realizados mais de 1.750 *assessments* nas Empresas Eletrobras, sendo mais de 590 em 2020.

Esta política constitui um passo relevante na direção da cultura de excelência e ampliação dos horizontes da carreira profissional dos empregados das Empresas Eletrobras. Ao longo de 2020, foram realizados na Holding e em Furnas, por exemplo, cerca de 18 processos sucessórios de gestores com mais de 170 empregados participantes do processo.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em 2020, a Eletrobras atuou na mitigação dos riscos atuariais dos planos de previdência complementar e na melhoria de desempenho das entidades fechadas de previdência complementar que administra.

No plano de assistência à saúde, com o apoio de consultoria técnica atuarial e jurídica, foram ajustados itens relativos ao percentual de custeio patrocinadora/participantes; alteração de regras para inclusão de dependentes; padronização dos benefícios oferecidos pelas empresas, entre outros, para a adequação às determinações contidas na Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

BENEFICIÁRIOS DO PLANO DE PREVIDÊNCIA DAS EMPRESAS ELETROBRAS EM 2020 **(TABELA 34)**

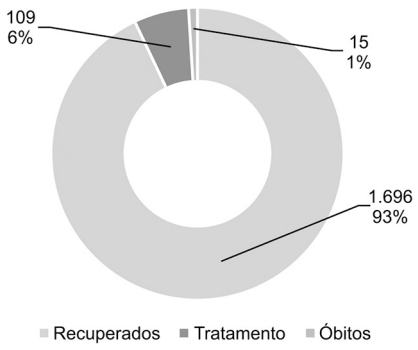
Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Plano de Previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	Plano de Previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os emprega-dos e assistidos	Plano de Saúde de autogestão
Beneficiários ativos (em unidades)				
Eletrobras	65	593	525	2.529
Eletronuclear	1.432	0	1.524	5.967
Eletronorte	32	2.139	2.795	9.127
Furnas	404	2.366	2.212	12.128
CGT Eletrosul	465	883	1.563	4.611
Cepel	40	212	367	997
Chesf	10	3.204	1.622	10.474
Amazonas GT	6	352	379	1.425
Itaipu	1.265	0	1.352	8.412

SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR NO TRABALHO

Face à pandemia causada pelo novo coronavírus, declarada pela OMS em março de 2020, as áreas de saúde da Eletrobras implantaram inúmeras medidas de enfrentamento à covid-19. Foram elaborados protocolos visando à prevenção da doença entre eles a realização de testagem para todos os colaboradores da Companhia e a implantação de ferramenta de check-in diário, *on-line*, para fins de monitoramento da saúde dos empregados, tanto em trabalho remoto quanto em regime presencial. Além disto, a Companhia realiza o acompanhamento direto junto aos colaboradores em trabalho presencial, sendo, em sua maioria, colaboradores das áreas de operação, manutenção e engenharia, incluindo a avaliação dos riscos relacionados à referida doença, além dos protocolos de viagens essenciais durante a pandemia, de utilização de transportes corporativos e de contatos dos colaboradores com covid-19 no ambiente de trabalho, para evitar possíveis aumentos de caso de contaminação nas empresas.

Foram adquiridos equipamentos de barreira de proteção, como máscaras respiratória e álcool em gel, além de equipamentos de proteção individual e coletiva para os colaboradores com foco na prevenção à covid-19. As instalações das empresas passaram a contar também com equipamentos de aferição de temperatura no controle de acesso; dispensers para álcool em gel; tapetes sanitizantes; e sinalizações delimitando o distanciamento seguro em elevadores, salas e corredores de acesso, além de realização regular de sanitização em suas dependências. Até 29/12/20, foram aplicados 76.820 testes para detecção da covid-19 em empregados e terceirizados do Sistema Eletrobras.

COVID-19 NAS EMPRESAS ELETROBRAS CONSOLIDADO **(GRÁFICO 10)**



Até o fim de 2020, dos 109 empregados em tratamento para covid-19, 6 se encontravam em UTI, 3 em enfermaria e 100 em domicílio.

Para fins de apoio aos seus colaboradores durante a pandemia, as Empresas Eletrobras criaram a Rede de Apoio Psicossocial, disponibilizando atendimentos on-line de psicólogos e assistentes sociais das próprias empresas.

Dentre outras medidas tomadas pela Eletrobras na prevenção à pandemia destacamos:

- Recomendação de restrição das viagens.
- Criação de uma seção na intranet dedicada ao tema Coronavírus, com informações, orientações e medidas de prevenção.
- Reforço da higienização e da limpeza das instalações e transporte.
- Restrições para ambientes compartilhados, reuniões e eventos.
- Cobertura dos exames de detecção.
- Trabalho remoto para todos os empregados que puderem realizar suas atividades fora das instalações da empresa e ferramenta digital de *check-in* de saúde diário.
- Formulário Eletrônico sobre aspectos sociais relacionados a covid-19.

Em 2020, foi lançado o Programa Energia e Saúde, por meio do qual as áreas de Saúde e Bem-Estar no Trabalho realizaram campanhas, palestras e atividades, em sua maioria *on-line*, voltadas para a promoção de saúde e da qualidade de vida dos colaboradores, abordando, em especial, temas voltados para a prevenção da covid-19 e para o bem-estar físico, mental e social, no contexto do distanciamento social requerido para o enfrentamento à pandemia.

Dentre os programas e campanhas que compõem o Energia e Saúde, destacam-se aqueles voltados para as atividades físicas, como corrida e caminhada e, ainda, gerenciamento do estresse; motivação; relacionamento interpessoal; atividades infantis para filhos de colaboradores; *lives* com *shows*, além dos corais corporativos. E mais, campanha de vacinação contra a gripe; iniciativas de alimentação saudável; saúde mental; aleitamento materno; preparação para aposentadoria; Semana de Saúde e Qualidade de Vida'; doação voluntária de sangue e ações do Setembro Amarelo (prevenção ao Suicídio); Outubro Rosa (prevenção ao câncer de mama); e Novembro Azul (prevenção ao câncer de próstata). Todas as atividades devidamente adaptadas ao contexto do trabalho remoto e de acordo com as diretrizes de distanciamento social estabelecidas, tendo predominado a plataforma digital como o meio de realização das ações citadas, permitindo, inclusive, uma maior abrangência e melhor interação e participação dos colaboradores das Empresas Eletrobras.

continua

continuação

SEGURANÇA DO TRABALHO

No que se refere à Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, além dos protocolos de prevenção ao coronavírus no ambiente corporativo, destaca-se um novo marco neste segmento com o início do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho das Empresas Eletrobras, em setembro de 2020, visando a implantação de um sistema de gestão integrada de saúde e segurança do trabalho em todas as empresas, em conformidade com os padrões preconizados pela ISO 450001.

Destaques em 2020:

- Atendimento às normas regulamentadoras dos órgãos ministeriais e ao tratamento das atividades de fiscalização em áreas de risco elétrico e respectiva periculosidade caracterizada nestes locais, com o acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de inspeções físicas de obras, empreendimentos e/ou serviços de projetos.
- Continuidade e melhoria dos processos de certificação de operadores, de acordo com as diretrizes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- Treinamentos legais, como aqueles para trabalho em altura (NR-35); para espaços confinados, (NR-33); para segurança com combustíveis e inflamáveis (NR-20); uso de EPI (NR-06); segurança em instalações e serviços em Eletricidade (NR-10); e Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (NR-18).

RELAÇÕES TRABALHISTAS E SINDICAIS

As negociações de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), no âmbito das Empresas Eletrobras, são efetuadas de forma nacional e contam com a participação de diversas Federações e Sindicatos tais como:

- Federação Nacional dos Urbanitários (FNU),
- Federação Nacional dos Engenheiros (FNE),
- Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge),
- Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente (Fenatema),
- Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro (Sinserj),
- Federação Nacional dos Técnicos Industriais (Fentec),
- Federação Brasileira dos Administradores (Febrad),
- Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (Frune),
- Federação Regional dos Trabalhadores Urbanitários nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e no Distrito Federal (Furcen),
- Federação Nacional das Secretárias e Secretários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica de São Paulo, Sindicato dos Eletricitários de Furnas e DME (Sindefurnas),
- Sindicato dos Eletricitários do Norte e Noroeste Fluminense (Stieennf),
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Parati e Angra dos Reis (Stiepar),
- Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro (Sinaerj) e
- Sindicato Nacional dos Advogados e Procuradores de Empresas Estatais (Sinape).

Tendo em vista que a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022 foi finalizada apenas em janeiro de 2021, houve prorrogação da validade do ACT 2019/2020, incialmente vigente de maio de 2019 a abril de 2020, até a citada data. Nesse sentido, com relação ao exercício de 2020, não houve reajustes de salários e benefícios.

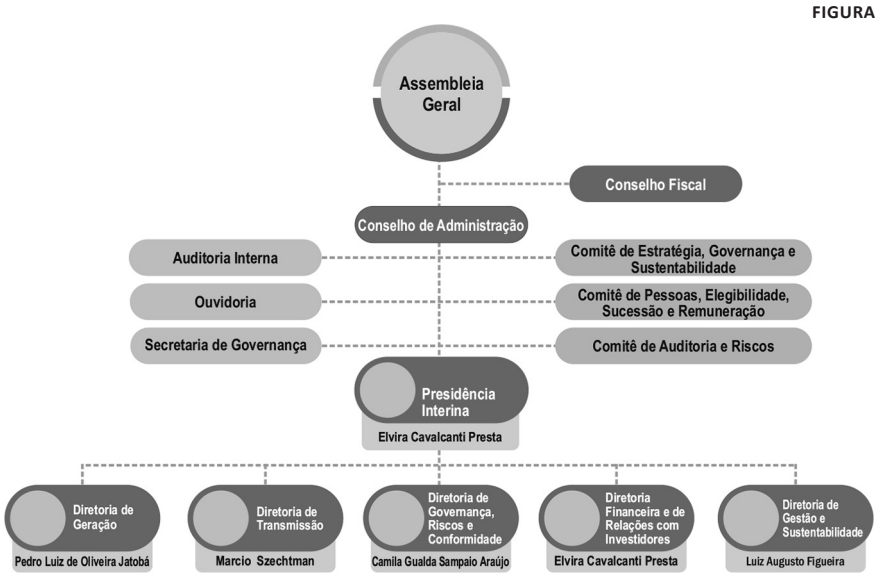
Convém lembrar que o ACT 2019/2020 havia estabelecido quadro de 12.500 e 12.088 empregados efetivos, respectivamente, a partir de janeiro e maio de 2020. Porém, em função da pandemia em 2020, as Empresas Eletrobras postergaram os desligamentos para alcance dos quadros de referência para o primeiro trimestre de 2021.

Sobre o ACT 2020/2022, que será válido até abril de 2022, ficou acordada a reposição salarial de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período compreendido entre maio de 2019 e abril de 2021, com aplicação dos reajustes com data de vigência de dezembro de 2020 e outubro de 2021.

6.3. Gestão da Governança (*Governance*)

6.3.1. Governança Corporativa

FIGURA 6



As práticas de governança corporativa das Empresas Eletrobras são norteadas pela ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade.

O Conselho de Administração (CA) da Eletrobras é composto por 11 membros, sendo 1(um) representante dos empregados e 1(uma) posição, atualmente em aberto. O CA atende aos requisitos exigidos pelas leis 6.404/1976; 13.303/2016; 12.353/2010; Decreto 8.945/2016; Estatuto Social da Companhia; Política de Indicações das Empresas Eletrobras e todos os critérios legais e aplicáveis pelos órgãos reguladores. Em 2020, o CA se reuniu 27 vezes e os principais assuntos discutidos foram:

1. Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para homologação de aumento do capital social da Companhia.
2. Revisão e/ou aprovação de normativos importantes como Política de Segurança de Barragens; Regulamentos de Alçadas e de Indicações; Política de Seleção e Nomeação Gerencial; Política de Celebração de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras; Código de Conduta Ética e de Integridade; Política de Hedge Financeiro e Política de Porta-vozes.
3. Aprovação de matérias de standstill a fim de preservar o caixa da Holding e das controladas no período da pandemia.
4. Alienações de participações acionárias em SPEs.
5. Análise dos resultados do PDNG 2019-2023 e aprovação do PDNG 2020-2024.
6. Aprovação do protocolo das Empresas Eletrobras para doações no âmbito da pandemia do coronavírus.
7. Concessão de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC) para retomada do projeto de Angra-3.
8. Aprovação do Plano Estratégico 2020-2035.
9. Identificação e priorização dos riscos para o ciclo 2020-2021.
10. Aprovação de mapa de riscos e fixação de balizas para definição do perfil de riscos da Eletrobras, incluindo-se tolerâncias e limites.
11. Aprovação do PDNG 2021-2025.
12. Aprovação de operações relevantes de captação de recursos por meio de controladas.

REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL

Em janeiro de 2021 o Estatuto Social da Eletrobras passou por uma reforma trazendo importantes alterações, cujo objetivo foi atender à reformulação do estatuto-modelo para empresas federais, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), além de outras alterações. O novo estatuto-modelo da Sest objetiva a convergência para as diretrizes recomendadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) relativas à governança corporativa de empresas estatais.

Entre as principais inovações, destacam-se o tratamento adequado às hipóteses configuradas de conflitos de interesses dos administradores; maior transparência na execução do interesse público; e aprimoramento do processo de seleção de administradores, em especial por meio da criação de um plano de sucessão pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade e Sucessão, o qual auxiliará o Conselho de Administração no acompanhamento dos planos sucessórios dos administradores. Ou seja, o novo Estatuo Social, passou a prever nova atribuição ao CA da Eletrobras para aprovar e manter atualizado o plano de sucessão dos administradores da companhia, com o apoio do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e do Presidente do Conselho de Administração.

O novo estatuto também empodera o Conselho de Administração para, dentre outras medidas, avaliar a adequada correlação entre o direcionamento conferido às atividades da estatal e o seu objeto social, configurados no planejamento estratégico. Reforça, ainda, o sistema de conformidade e gerenciamento de risco, por meio da ampliação das competências do Comitê de Elegibilidade, como forma de melhor assessorar o Conselho de Administração, trazendo mais transparência e tratamento mais claro para a relação entre a União e a Companhia, principalmente no que diz respeito a políticas públicas.

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS

Em 2020, foram realizadas uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) e quatro Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE). A 176ª AGE da Eletrobras, tratou da transferência da totalidade de ações da Amazonas GT para a Eletronorte; a 177ª AGE abordou a homologação de aumento de capital e reforma do Estatuto Social; a 178ª AGE foi conjunta à 60ª AGO e tratou de reforma do Estatuto Social e a 179ª AGE, analisou a alienação da participação em SPEs. Nas quatro assembleias extraordinárias, a Companhia, disponibilizou aos seus acionistas a possibilidade de votar através do boletim de voto à distância, o que propiciou quóruns relevantes, de 86,22%; 85,22%; 83,21%; e 82,07%, respectivamente.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **(TABELA 35)**

Conselheiro	Mandato (início e fim)	Participação nas reuniões %	Observações
Wilson Ferreira Jr.	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Mauro Gentile Rodrigues Cunha	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União / Membro independente
Ruy Flaks Schneider	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União / Membro independente
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	29.04.2019 até 29.04.2021	88,88%	Eleito pela União
Ricardo Brandão Silva	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Marcelo de Siqueira Freitas	29.04.2019 até 29.04.2021	100%	Eleito pela União
Daniel Alves Ferreira	29/04/2019 até 29/04/2021	100%	Eleito por acionistas minoritários Ordinaristas / Membro independente
Felipe Villela Dias	29/04/2019 até 29/04/2021	88,88%	Eleito por acionistas minoritários preferencialistas / membro independente
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	29/04/2019 até 29/04/2021	100%	Eleito pelos Empregados da Holding
Lucia Maria Martins Casasanta	29/07/2020 até 29/04/2021	100%	Eleita pela União

Obs: Sr. Vicente Falconi Campos renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração em 17/07/2020 e Sra. Lucia Maria Martins Casasanta tomou posse no dia 30/07/2020, completando o prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, iniciado em 29/04/2019 e a encerrar-se em 29/04/2021. Sr. José Guimarães Monforte renunciou em 18/12/2020. A Presidência do CA, por ele exercida até essa data, passou a ser ocupada pelo já então Conselheiro Sr. Ruy Flaks Schneider. O cargo que era de José Guimarães Monforte no Conselho de Administração encontra-se, por ora vago.

Desde 2018, o CA é assessorado por três comitês: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e Comitê de Auditoria e Riscos, atualmente todos previstos no Estatuto Social. A participação ativa dos membros do CA nos comitês proporcionou maior segurança e confiabilidade na tomada de decisões. Isto porque a cada reunião ordinária do CA, há uma sessão dedicada à apresentação das atividades de cada comitê pelos respectivos representantes.

- **Comitê de Auditoria e Riscos (CAE)**: assessoramento na análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da Auditoria Interna, Contabilidade e da Auditoria Independente; supervisão e riscos a serem assumidos pela Companhia; controles internos; gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões do Conselho de Administração da Holding. Em 2020, os principais assuntos abordados pelo CAE foram: análise e acompanhamento dos controles internos; do sistema de gestão de riscos; dos relatórios da ouvidoria; da auditoria interna e da contabilidade. Inclui-se nestes temas, a fidedignidade e completude das demonstrações financeiras e notas explicativas; análise de operações financeiras e monitoramento de investimentos Capex; acompanhamento do passivo de empréstimo compulsório, dentre outras atribuições fixadas pela Lei 13.303 e pela CVM.

continua

continuação

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO (CAE) **(TABELA 36)**

Membros	1º Mandato	2º Mandato	Percentual de Presença
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha (Coordenador)	18/05/2018 até 18/05/2020	18/05/2020 até 18/05/2022	100%
Luiz Carlos Nannini	11/05/2020 até 11/05/2022	N/A	70,45%
Luís Henrique Bassi Almeida	22/02/2019 até 22/02/2021	22/02/2021 a 22/02/2023	100%
Felipe Villela Dias	28/05/2019 até 28/05/2021	N/A	93,65%
Daniel Alves Ferreira	01/06/2019 até 01/06/2021	N/A	90,47%
Obs: Luiz Carlos Nanini ficou afastado por motivo de saúde			

- **Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:** assessoramento na análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA. Em 2020, os principais assuntos abordados foram: orientação para o programa de Remuneração Variável Anual (RVA) e sobre indicadores e metas atrelados à gestão de pessoas; proposta de Participação nos Resultado; e acompanhamento da evolução das práticas de indicação de administradores nas empresas subsidiárias, bem como monitoramento individual das indicações para administradores, tanto na Eletrobras quanto em suas controladas. Este comitê também é responsável também pela elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de gestão de pessoas, apoio ao CA, no processo de avaliação de desempenho dos órgãos de administração da Eletrobras, inclusive mediante análise de metodologia, avaliando as medidas de evolução do sistema de remuneração e monitorando os desligamentos pelo PDV e celebração de ACTs.

MEMBROS DO COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO [1] **(TABELA 37)**

Membros	1º Mandato	Percentual de Presença
Marcelo de Siqueira Freitas – (Coordenador)	15/05/2019 à 29/04/2021	100%
Ruy Flaks Schneider	15.05.2019 à 29.04.2021	94,73%
Lucia Maria Martins Casasanta	29.07.2020 até 29.04.2021	100%

[1] Nomenclatura alterada na AGE 180ª realizada em 28/01/2021.

- **Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS):** assessoramento na análise e emissão de recomendações para as estratégias a serem adotadas pela Companhia, em seus negócios; na política de sustentabilidade e nas práticas de governança, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CA. Em 2020, os principais assuntos abordados pelo CEGS foram: participação do Processo de Planejamento Estratégico; acompanhamento da elaboração do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), sob enfoque de indicadores, metas e iniciativas estratégicos; acompanhamento de iniciativas para aprimoramento da governança corporativa e sustentabilidade da companhia, incluindo estratégia para participação nos índices: *Dow Jones Sustainability Index*, Índice de Sustentabilidade Empresarial , IG-SEST – certificação das empresas estatais federais; orientação na elaboração do formulário Pratique ou Explique da CVM; monitoramento dos principais investimentos em obras/projetos em andamento; apoio às diretrizes estratégicas e de governança; acompanhamento da formação da carteira de projetos; acompanhamento de projetos estratégicos; e monitoramento da estratégia de comercialização de energia.

MEMBROS DO COMITÊ DE ESTRATÉGIA, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE **(TABELA 38)**

Membros	1º Mandato	2º Mandato	3º Mandato	Percentual de Presença
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	15/05/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	73,33%
Luiz Eduardo dos Santos Monteiro	15/05/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%
Ricardo Brandão Silva	29/04/2019 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%
Lucia Maria Martins Casasanta (Coordenadora)	29/07/2020 à 29/04/2021	N/A	N/A	100%

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eletrobras (CF) é composto de 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral com prazo de atuação de 2 anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. Em 2020, o Conselho Fiscal realizou 14 reuniões, entre ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, seguindo o Estatuto Social e as regras para seu funcionamento, definidas no Regimento Interno.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL **(TABELA 39)**

Conselho Fiscal	Mandato	Participação %
Patricia Valente Stierli	59ª AGO a AGO 2021	100
Giuliano Barbato Wolf	59ª AGO a AGO 2021	100
Thaís Marcia Fernandes Matano Lacerda	59ª AGO a AGO 2021	100
Eduardo Coutinho Guerra	60ª AGO a AGO 2021	100
Hailton Madureira de Almeida	60ª AGO a AGO 2021	100

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE) é formada por um presidente e de até 05(cinco) diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, como previsto na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016). A DEE realizou 69 reuniões em 2020.

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA 2020 **(TABELA 40)**

Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Mandato atual	Participação nas reuniões %
Presidência	Wilson Pinto Ferreira Junior [1]	27/07/2019 a 26/07/2021	91,30%
Diretora de Governança, Riscos e Conformidade	Camila Gualda Sampaio Araújo [2]	13/07/2020 a 26/07/2021	100%
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores	Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	27/07/2019 a 26/07/2021	97,10%
Diretoria de Geração	Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	27/07/2019 a 26/07/2021	98,55%
Diretoria de Gestão e Sustentabilidade	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	27/07/2019 a 26/07/2021	95,65%
Diretoria de Transmissão	Marcio Szechtman	27/07/2019 a 26/07/2021	98,55

[1] No dia 24 de janeiro de 2021, Wilson Ferreira Junior renunciou ao cargo de presidente da Companhia, e permaneceu no cargo até dia 15 de março de 2021. Elvira Cavalcanti Presta, foi designada pelo Conselho de Administração da companhia para exercer interina e cumulativamente, a partir 16 de março de 2021, o cargo de presidente até que o processo de sucessão de Wilson Ferreira Junior seja concluído, com a eleição e a posse efetiva do novo presidente.

[2] Até o dia 10/07/2020 o cargo era ocupado por Lucia Maria Martins Casasanta.

Devido à pandemia da covid-19 em 2020, a Diretoria Executiva da Eletrobras criou, no dia 17/03/2020, o Comitê de Crise, que se reunia diariamente, por meio de reuniões virtuais, e contou com a participação de todos os presidentes e/ou outros representantes de todas as Empresas Eletrobras para avaliação da pandemia e seus impactos no mundo e na Companhia, em especial sobre as operações, situação de saúde e protocolos de proteção aos empregados. As reuniões também deliberavam sobre ações a serem implementadas para combater a covid-19 e a avaliação de seus resultados, além de prover um meio oficial de compartilhamento destas ações com o Governo Federal. A Eletrobras contratou um infectologista, como consultor, para apoio no tema relacionado à covid-19. Atualmente, o Comitê de Crise se reúne duas vezes por semana.

DESEMPENHO, AVALIAÇÃO E TREINAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A Eletrobras realiza anualmente, desde 2013, a avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, posteriormente incluindo também o Conselho Fiscal. A metodologia se tornou única para todas as Empresas Eletrobras. Os resultados são pontuados e consolidados em um relatório e informados, em reunião, aos participantes. Desde 2018, esta avaliação é realizada de maneira independente por uma consultoria externa em todas as Empresas Eletrobras e incluiu também os Comitês do Conselho de Administração da Holding, os diretores e conselheiros do Cepel e das SPEs nas quais a Eletrobras ou suas controladas possuem participação majoritária. Também em 2018 foi efetuada a análise e aperfeiçoamento da metodologia da Eletrobras com base em experiência de mercado da consultoria contratada, o que evidencia a melhoria contínua das práticas de governança. Os procedimentos de aferição se mantiveram para 2020, incluindo entrevista estruturada, autoavaliação e análises personalizadas para os presidentes dos Conselhos de Administração e diretores-presidentes. Os critérios deste estudo contemplam três pilares: competências, resultados e atribuições do órgão.

A Eletrobras lançou, em 2017, o Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras que, anualmente, envolve várias ações educacionais para atender a estes públicos na Holding, nas empresas controladas, coligadas e nas SPEs, de forma consistente e continuada. Em virtude da pandemia covid-19, todas as ações educacionais foram realizadas remotamente, transmitidas por meio de plataformas de videoconferência.

No que se refere às ações educacionais, em 2020, foram realizados treinamentos para o Conselho de Administração sobre os seguintes tópicos:

- **Tendências de Inovação no Setor Elétrico – a demanda do novo consumidor:** uma visão de futuro do business da energia elétrica *(Market Transformation – Beyond Electricity)* e a evolução da matriz de geração e do contexto tecnológico do setor elétrico e atualização das discussões em torno da separação entre lastro e energia.
- **Alavancas Digitais para Comercialização de Energia:** plano de reestruturação do segmento de comercialização nas Empresas Eletrobras, incluindo-se o Projeto FMB (automação, automatização, *big data analytics*, ferramentas de *business intelligence* para produção de insights).
- **Transformação Digital no Setor Elétrico:** palestra da Gartner
- ***Cyber Security* (Riscos Cibernéticos) e Proteção de Dados YBER:** palestras da Deloitte sobre *cyber security*, e da Vanda Scartezini sobre LGPD.
- **Mudanças Climáticas e seus Efeitos para o Setor Elétrico:** palestra externa sobre riscos e oportunidades das mudanças climáticas.
- **Novas Tendências de Governança Corporativa nas Organizações:** palestra do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) sobre aprimoramento de governança, integridade de mercado de capitais e palestra da PwC sobre SOx (controles internos e gestão de riscos).
- **Cultura Organizacional –** "O Fator Humano": palestras da Thutor sobre Cultura e Estratégia com as pessoas e de Angela Donaggio sobre uma nova abordagem da governança corporativa com base na ética comportamental.

Para 2021, o CA priorizou, para seus treinamentos, temas relacionados às tendências de inovação no setor elétrico, rumo a uma economia mais inclusiva de zero carbono; riscos e oportunidades com a regulação do setor elétrico; responsabilidades do conselho com as mudanças climáticas; pirataria cibernética no setor elétrico; uso de big data para gerar valor para os acionistas; revolução do modelo de trabalho tradicional; nova regulação para reporte de temas ASG; tendências de governança corporativa, ética e integridade; fator humano como chave para vantagem competitiva; e retomada da economia num mundo pós-covid.

SELEÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2016, a Eletrobras vem aprimorando a governança quanto à qualificação de seus conselheiros e diretores, sendo necessário que os candidatos aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei 6.404/76, Lei 13.303/16, Decreto 8.945/16, pelo Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis.

Neste sentido, os candidatos são alvo de uma rigorosa análise de integridade e de background check, a fim de que seja verificada eventual situação fático-jurídica de vedação ao cargo pretendido, bem como se o candidato preenche todos os requisitos mínimos à investidura ao cargo, incluindo-se experiência e qualificação profissionais. Adicionalmente, diversos bancos de dados são consultados a fim de subsidiar a análise de integridade, incluindo-se consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o art. 22 do Decreto 6.029/2007, consulta aos sites da CVM, TCU, TSE e TCE e consulta aos bancos de dados das Ouvidorias Internas das Empresas Eletrobras. Finda a análise de integridade e instruído o material de suporte correlato, o candidato então passa pelo crivo de análise de elegibilidade do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Eletrobras, o qual emite opinião sobre o preenchimento ou não dos requisitos legais de investidura, em atendimento ao Decreto 8.945/16. Tal manifestação do Comitê é então direcionada ao órgão competente para apoiar no processo de decisão referente à eleição do cargo em questão.

Destaca-se que a eleição de diretor vinculado às áreas de Integridade e Gestão de Riscos deverá ser precedida ainda de um processo seletivo apoiado por consultoria externa especializada na seleção de executivos, sem prejuízo da participação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. No caso das demais posições da Diretoria, é facultado ao Conselho de Administração se valer ou não do apoio da consultoria externa. Em 2020, a Eletrobras contou com o apoio da consultoria Korn Ferry na seleção da sucessora da diretora Lucia Maria Casasanta, tendo culminado com a eleição da Diretoria Camila Gualda Sampaio Araujo.

A eleição dos membros dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração é feita sempre pelos próprios conselheiros. O Conselho de Administração é igualmente responsável por aprovar os regimentos internos dos comitês e as regras para definição de atribuições, funcionamento e composição de seus membros.

O processo de indicação de representantes em conselhos e diretorias das Empresas Eletrobras e das sociedades que participam é estabelecido por um Regulamento Interno, o qual contempla todas as ações de melhoria implementadas nos últimos anos para aprimoramento do processo em questão.

Por fim, destaca-se que a última reforma estatutária, ocorrida em janeiro/21, passou a prever, expressamente, a atribuição do CA da Eletrobras para aprovar os planos de sucessão dos administradores da companhia, com o apoio do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, e do Presidente do Conselho de Administração. Encontra-se em andamento trabalho para elaboração do primeiro plano de sucessão da Eletrobras, em alinhamento às melhores práticas de mercado.

O PAPEL DOS EMPREGADOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde 2012, a Eletrobras, com participação paritária da representação sindical, organiza e realiza, antes do início de nova gestão, a eleição para a escolha direta do representante dos empregados no Conselho de Administração. São elegíveis os empregados ativos da empresa, mas impedidos os casos de condenação

continua

continuação

criminal transitada em julgado, crime de peculato, crime contra a economia popular e crime contra a fé pública ou a propriedade. Além disso, os candidatos não podem, ainda que temporariamente, possuir alguma vedação que impeça o acesso a cargos públicos ou empregos públicos. Também são inelegíveis os(as) requisitados(as) e os(as) contratados (as) na empresa para cargos de livre nomeação e exoneração.

Os requisitos e vedações definidos na Lei 13.303/2016 e no Decreto 8.945/2016 são aplicáveis aos candidatos à vaga de representante dos empregados no Conselho de Administração. O sistema de votação eletrônica utiliza uma ferramenta de TI com rastreabilidade e confiabilidade asseguradas. A votação é secreta e disponível para todos os empregados ativos.

O conselheiro representante dos empregados é eleito para um prazo de gestão de 2 (dois) anos, a contar da data da posse, de acordo com o Estatuto Social da Eletrobras, e tem as mesmas funções dos demais membros do Conselho de Administração, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, por se configurar conflito de interesse com o tema.

Em 2019, a Eletrobras criou o Banco de Potenciais Conselheiros, iniciativa que deu aos empregados do Sistema Eletrobras oportunidade de se cadastrarem em um banco de dados utilizado pela Diretoria da Eletrobras e suas controladas para selecionar empregados para exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal em suas SPEs e coligadas. Os participantes são analisados quanto ao atendimento dos requisitos da Lei 13.303/16 e Decreto 8.945/16 e em relação aos critérios definidos no manual do Banco de Conselheiros, previamente divulgado. Toda a eleição segue os requisitos das Leis 6.404/1976, 12.353/2010 e 13.303/2016, Portaria 026/2011 do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional em vigor, do Decreto 8.945/2016 e do Estatuto Social da Eletrobras.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

REMUNERAÇÃO REALIZADA DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS (TABELA 41)

Remuneração	2020	2019	2018
Conselho de Administração	582.336,02	597.351,44	588.596,49
Conselho Fiscal	327.690,95	358.410,82	382.649,66
Diretoria Executiva	6.310.871,99	5.707.520,05	6.948.244,60
Comitê de Auditoria e Riscos [1]	2.177.886,47	1.694,564,52	901.556,04

[1] CAE alterou de 04 membros em 2019 para 05 em 2020.

6.3.2.Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

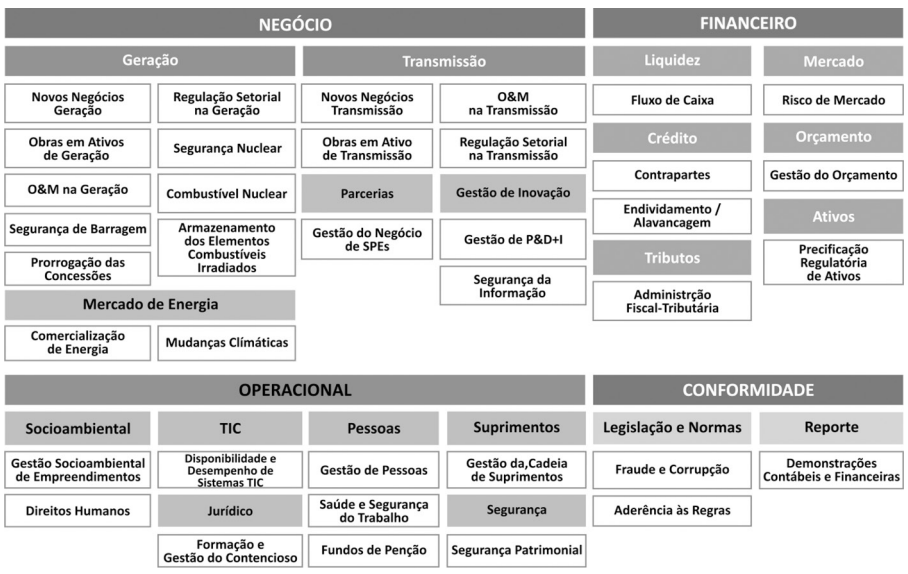
As Empresas Eletrobras reconhecem que a Gestão Integrada de Riscos Corporativos está diretamente relacionada ao crescimento sustentável, rentabilidade e criação de valor para seus acionistas, por permitir a identificação preventiva de ameaças aos negócios e à tomada de decisões baseada em riscos. Nesse sentido, a gestão integrada de riscos tem como principal meta a redução de eventos que possam impactar negativamente nos objetivos estratégicos da Companhia, em prol da preservação e geração de valor e do provimento de informações transparentes ao mercado e à sociedade.

O modelo de Gestão Integrada de Riscos da Eletrobras tem como bases metodológicas a norma ISO 31000 e os frameworks COSO 2013 e COSO ERM e, como base legal, as Leis 13.303/2016 e 12.846/2013, e o Decreto 8.945/2016. A identificação de riscos é realizada com a participação de todos os gestores de negócios das empresas, nos seus diferentes níveis, resultando na Matriz Corporativa de Riscos.

Em 2020, o Conselho de Administração priorizou a análise dos riscos de Demonstrações Contábeis e Financeiras – ênfase na mitigação das fraquezas materiais apontadas –; Segurança da Informação; Regulação Setorial na Geração; Regulação Setorial na Transmissão; Comercialização de Energia; O&M na Geração; O&M na Transmissão; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; Direitos Humanos; Gestão do Negócio de SPE; Formação e Gestão do Contencioso – processo de empréstimo compulsório de energia –; Fraude e Corrupção; e Obras em Ativos de Geração – construção do ativo UTN Angra-3 –. Os planos de ação continuam sob acompanhamento constante de seus gestores responsáveis. A Eletrobras implantou um sistema automatizado de gestão de riscos a fim de facilitar a elaboração de suas análises e acompanhamento da eficácia das ações de mitigação de riscos propostas.

A Gestão Integrada de Riscos, por meio de um enfoque estruturado e da melhor compreensão das inter-relações, alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, objetivando a preservação e a criação de valor para a empresa e seus acionistas.

MATRIZ DE RISCOS DO CICLO 2020/2021 (FIGURA 7)



Dentro da matriz de riscos organizacionais, a fraude e a corrupção são os riscos priorizados pela Diretoria Executiva da Eletrobras. O *Fraud Risk Assessment* (FRA), mapeado nas Empresas Eletrobras de maneira corporativa e única, identificou possíveis fatores de risco de fraude e corrupção inerentes aos negócios das empresas e, aqueles considerados mais críticos pela Alta Administração, foram priorizados.

CONTROLES INTERNOS

O controle interno relacionado ao Relatório Financeiro, é um processo planejado com o objetivo de comprovar a confiabilidade do documento e da preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. As políticas e os procedimentos envolvidos nos controles internos das demonstrações financeiras são:

(i) manutenção de registros que reflitam de forma adequada e exata as transações e disposições dos ativos da Companhia;

(ii) razoável segurança de que os lançamentos das receitas e despesas da Companhia somente são realizados de acordo com as autorizações das alçadas competentes; e

(iii) detecção a tempo de aquisições, uso e vendas não autorizados de ativos da Companhia, que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A administração da Eletrobras conduz, anualmente, uma avaliação dos controles internos da empresa para os relatórios financeiros, a qual é divulgada ao mercado em seu Relatório 20F na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

Todas as "não conformidades" apontadas pela Auditoria Interna, em seus testes de controles, e os controles classificados como ineficazes, nos testes da administração, são oficialmente reportados às Empresas Eletrobras, compondo a base do projeto de remediação das deficiências. As áreas de controles internos de cada empresa são responsáveis por auxiliar os respectivos gestores na elaboração de um plano de ação para a remediação das "não conformidades" apontadas. Ao mesmo tempo, as "não conformidades" apontadas pelo auditor externo são inseridas no projeto de remediação tão logo sejam disponibilizadas para a empresa, e seguem o mesmo fluxo para a criação dos respectivos planos de ação.

COMPLIANCE E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

O atual Programa de *Compliance* das Empresas Eletrobras, o Programa Eletrobras 5 Dimensões, representa o amadurecimento das ações históricas da organização no combate à fraude e corrupção. Desde a sua reestruturação, em 2016, as Empresas Eletrobras vêm se destacando pelo reconhecimento da efetividade do programa, especialmente nos resultados da investigação independente na esteira da Operação Lava Jato, com o encerramento de eventuais questionamentos por parte de autoridades norte-americanas.

O desafio de implementar um programa único padronizado para as Empresas Eletrobras tem sido superado, periodicamente, a cada novo mecanismo criado e a cada nova prática implementada. Por isso, o programa não se esgota por si só. Seu funcionamento depende de ações constantes de continuidade; do comprometimento da Alta Administração; da avaliação periódica dos fatores de risco de fraude e corrupção; da atualização constante das políticas e procedimentos formais; de sua disseminação para todos os públicos-alvo em ações de comunicação e treinamento; bem monitoramento e relatório para as instâncias competentes.

Orientado por um conjunto normativo robusto, composto de políticas e regulamentos que estabelecem regras de conduta e mecanismos destinados a prevenir, detectar e combater situações de fraude e corrupção, as Empresas Eletrobras atuam com base num conjunto de fatores de risco mapeados e priorizados, de modo a implementar e aprimorar respectivos controles para mitigar ou minimizar estes fatores. Dentro dos mecanismos de integridade implementados podemos destacar os processos:

- **Avaliação de integridade dos indicados para Membros de Governança (Diretores e Conselheiros das Empresas Eletrobras):** o processo recém aprimorado abrange tanto a situação de integridade do indicado, quanto a análise da sua elegibilidade, com base nos requisitos e vedações para nomeação, previstos na Lei 13.303/16 e no Regulamento de Indicações das Empresas Eletrobras. Em 2020, foram realizadas cerca de 450 avaliações de indicados.
- **Avaliação de integridade de terceiros:** atuação nos processos de contratação, desinvestimentos, patrocínios, projetos sociais, convênios e doações, sobretudo nas contratações promovidas durante a pandemia. O processo visa trazer segurança à empresa na medida que identifica o risco de fraude e corrupção envolvido no relacionamento, bem como estabelece ações de monitoramento para aqueles terceiros mais sensíveis. Em 2020, foram realizadas, na Eletrobras, cerca de 550 avaliações de integridade nestes terceiros.

Destaques em 2020:

- Criação do Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras estabelecendo as diretrizes para o acompanhamento do programa, por meio da aplicação da sistemática de levantamento, apuração e repositório de informações necessárias para a análise e o controle da efetividade dos mecanismos implantados e sua evolução contínua.
- Otimização das avaliações de integridade, por meio de melhorias implantadas no formulário de *due diligence* disponível para fornecedores, bem como aprimoramento do processo de avaliação de indicados, trazendo assim maior segurança e agilidade nas análises.
- Atualização do Código de Conduta Ética e Integridade.
- Disponibilização de treinamento para todos os empregados e curso voltado para profissionais que lidam com processos mais sensíveis.
- Aplicação de *due diligence* nos empregados para o mapeamento de possíveis conflitos de interesses internos.
- Estruturação e aprimoramento do macroprocesso de gestão e tratamento de denúncias e infrações.

ÉTICA E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

A Eletrobras repudia toda forma de fraude e corrupção. Todas as diretrizes norteadoras da atuação ética e íntegra das Empresas Eletrobras estão presentes no Código de Conduta Ética e Integridade, o qual passou por atualização em 2020. A nova versão do Código de Ética, edição comemorativa pelos 10 anos do documento, em formato único nas Empresas Eletrobras, teve como principais alterações a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei 13.709/18), bem como a incorporação de novos conceitos que norteiam a conduta da empresa.

Em dezembro de 2020, foi lançado um curso *on-line* para todos os empregados sobre o tema "Conformidade com a LGPD e Ética no Tratamento dos Dados Pessoais", com o objetivo de informar os empregados quanto às novas regras estabelecidas pela legislação; pela atualização do Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras e ainda pela implementação de normativos e práticas específicos. Também em dezembro foi realizada a "Semana de Integridade e Cultura Ética da Eletrobras", com palestras de especialistas internos e externos sobre governança, riscos e conformidade. O evento inovou, em um formato totalmente *on-line* e realizado de forma conjunta com todas as Empresas Eletrobras. Foram abordados temas que integram o Código de Conduta Ética e Integridade, tais como: fatores de risco de fraude e corrupção; conflito de interesses; ética e diversidade; conduta ética no ambiente virtual e redes sociais; e assédio no trabalho. Por fim, também em 2020 foi realizada uma campanha de sensibilização dos empregados e terceiros, como fornecedores e parceiros em SPE, por meio do lançamento da *web* série Eletrobras 5 Dimensões com as principais diretrizes do Programa de Integridade.

Além do Código, as diretrizes estratégicas do Programa de Integridade estão estabelecidas nas políticas que formalizam o compromisso das Empresas Eletrobras junto aos públicos de interesses. Aspectos de integridade também estão inseridos nos principais normativos – políticas e regulamentos das Empresas Eletrobras –, reiterando os valores estratégico de ética e transparência expressos no Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2020-2035.

6.3.3. Auditoria Interna

A Auditoria Interna está diretamente vinculada ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), e tem o objetivo de apoiar a Alta Administração, na avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle. A Auditoria Interna da Eletrobras produziu, em 2020, 17 Relatórios de Auditoria, dentre os quais se destacam como mais relevante os seguintes:

- **Pilar Estratégico:** Gestão da Governança Corporativa; Gestão de Novos Negócios; Gestão Estratégica e Sustentabilidade; e Gestão de Riscos Corporativos.
- **Pilar Financeiro:** Gestão de Negócios Corporativos e Participações Acionárias; e Gestão do Fluxo Financeiro.
- **Pilar Operacional:** Gestão do Empréstimo Compulsório; Gestão da Segurança da Informação; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; e Gestão da Comercialização de Energia.
- **Pilar Conformidade:** Gestão da Integridade.

continua

continuação

No Plano Anual de Auditoria Interna (Paint 2020), estavam previstos 23 trabalhos de auditoria interna, além de trabalhos específicos referentes às ações contínuas e/ou de cumprimento obrigatório. Em 2020 foram concluídos 17 trabalhos de auditoria, sendo 15 referentes ao Paint 2020 e priorizados 2 auditorias remanescentes do Paint 2019. Quatro trabalhos de auditoria programados para 2020 serão realizados em 2021: dois encerraram em janeiro de 2021 – Gestão da Cadeia de Suprimentos e Gestão Contábil –; e dois tem previsão de término em março de 2021 – Gestão do Contencioso e Transações com Partes Relacionadas –.

Em função dos impactos da covid-19, outras 10 atividades de auditoria que compõem o item de Demandas Extraordinárias do Paint 2020, correspondendo a 83% dos trabalhos programados para o exercício, precisaram ser reprogramadas.

Além dos trabalhos de fiscalização, a Auditoria Interna, como previsto no Paint 2020, faz o acompanhamento das ações decorrentes de suas recomendações com objetivo de verificar, com as áreas gestoras envolvidas, os status de implementação dos planos de ação, para corrigir as "não conformidades" contidas nos Relatórios de Auditoria Interna. Os ciclos de verificação são mensais e consistem em atualizar e validar das informações dos planos de ação em andamento. A Auditoria Interna analisa e consolida as informações em um banco de dados, para verificação a cada novo trabalho de auditoria. Na posição consolidada em 31/12/2020 era de 148 recomendações pendentes, sendo 46 delas com prazo de atendimento expirado. O relatório ao CAE é realizado mensalmente.

REMEDIAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS

Um dos principais requerimentos que a Eletrobras está submetida é a certificação do seu ambiente de controles internos, conforme exigência da Legislação *Sarbanes Oxley* (SOX). Isto significa realizar o mapeamento dos principais processos de negócio da Eletrobras e de suas empresas de geração e transmissão de energia e, posteriormente, realizar uma análise dos controles internos existentes e submetê-la à avaliação independente de auditores externos.

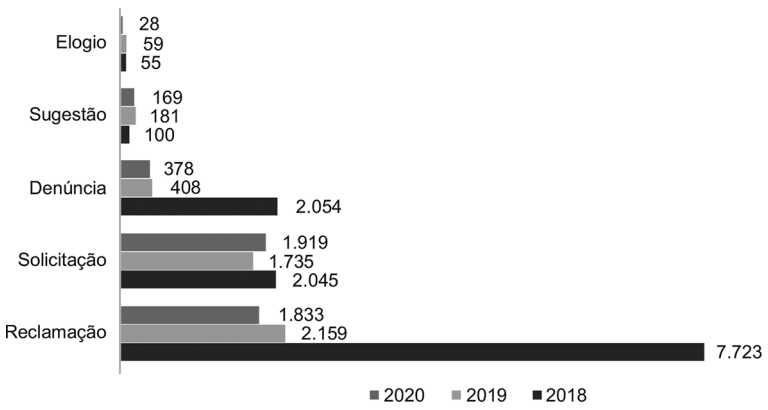
No ciclo de 2019-2020 da Certificação SOX, foram identificadas 172 deficiências, representando, aproximadamente, 10% do total de controles testados. Observou-se um acréscimo de controles ineficazes em relação ao ano de 2018, quando houve 185 deficiências apuradas, ou seja, 9% do total de controles testados.

6.3.4. Ouvidoria

A Ouvidoria da Eletrobras é um importante canal de comunicação. Voltada para o atendimento tanto do público interno quanto do público externo, a Ouvidoria conta com ferramentas para garantir que o público em geral possa solicitar informações ou fazer sugestões, reclamações ou elogios. O papel da Ouvidoria é buscar, em parceria com todas as áreas da empresa, soluções para as questões recebidas, visando a melhoria dos processos internos e a transparência.

Em 2020 as Empresas Eletrobras registraram 4.327 manifestações, o que representa uma queda de 5% em comparação ao ano anterior. Essa redução deve-se à pandemia da covid-19, que reduziu o trabalho presencial na Companhia. Do total de manifestações, 60% foram de público externo, 18% de público interno e 22% de público não identificado. Como resultado: 96% encontram-se finalizadas, 4% em andamento e 0,1% pendente. Os assuntos relacionados às Comunidades de Convivência, Gestão de Pessoas, Solicitações de Informações e Gestão Empresarial foram os temas mais abordados.

MANIFESTAÇÃO POR TIPO NO SISTEMA ELETROBRAS (GRÁFICO 11)



Denúncias válidas = excluem as manifestações que não são para as Empresas Eletrobras ou que são reclamações, transferidas do Canal de Denúncias para o Serviço de Ouvidoria (SOU).

A Ouvidoria Geral da Eletrobras conta com diversos canais para recebimento de manifestações, disponíveis no sítio eletrônico da empresa. Porém devido à pandemia e à adoção do teletrabalho a partir de março/20, o atendimento presencial foi suspenso.

CANAL DE DENÚNCIAS EXTERNO

O Canal de Denúncias Externo recebeu 378 denúncias válidas, em 2020, representando uma redução de 7% em comparação ao ano anterior. Dentre as denúncias válidas, 202 foram finalizadas e 176 ainda permaneciam em andamento. Os principais temas foram: Infração a Normas, Regulamentos, Contratos e Legislação (308 ocorrências); Infração Ética (47); e Infração ao Programa de Integridade (23).

As demais manifestações, que não tinham caráter de denúncia, foram encaminhadas para registro no Sistema de Ouvidoria da respectiva empresa para tratamento local e são registradas no Canal de Denúncias como "fora do escopo".

Além das 202 denúncias válidas recebidas e concluídas em 2020, foram finalizadas outras 340 relativas a anos anteriores, totalizando 542 denúncias encerradas na base do Canal de Denúncias. Isso representa um aumento de 93% frente ao número de denúncias concluídas em 2019, ou sejam, 281. Dentre os fatores que podemos destacar estão: adoção de um novo formulário de análise preliminar e consolidação da estrutura da Gestão de Apuração, que emitiu 328 recomendações de melhorias, formuladas no fim do processo de apuração/investigação de cada caso. Foi implementado um sistema de controle e cobranças chamado Plano de Ação, dentro da ferramenta do Canal de Denúncias.

Destaques em 2020

Dentre as atividades da Ouvidoria, merecem destaque:

- Iniciado monitoramento mensal de potenciais riscos em manifestações dos tipos de reclamação, solicitação e sugestão, recebidas pelo Sistema de Ouvidoria (SOU), com vistas à análise de oportunidades de melhorias em processos e prevenção de incidentes;
- Priorização de riscos junto à área de integridade e, em especial, fraude e corrupção;
- O assédio sexual passou a ser tratado não somente em sua dimensão ética, mas também administrativa, trazendo consequências mais graves a casos confirmados;
- Iniciado o uso de ferramentas de *business intelligence* para geração de relatórios e cruzamentos de dados de gestão, o que permite *insights* mais estratégicos aos relatórios;
- Aprovação de 5 (cinco) proposições de Ouvidoria, que auxiliaram a melhoria dos processos de Governança Corporativa, Gestão de Participações Acionárias, Gestão de Infraestrutura, Serviços e Segurança empresarial e Gestão de Pessoas da Companhia.

SIC – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a Eletrobras criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) onde disponibiliza dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2020, foram recebidos um total de 644 pedidos de informações, sendo 205 relacionados à Holding. O tempo médio de resposta foi de 6,55 dia e 9 pedidos estavam abertos em 31/12/2020.

6.3.5. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Em 2020, foi realizada a Pesquisa de Reputação da Eletrobras 2020, um projeto corporativo previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2020-2024, com gestão e execução coordenadas por grupo de trabalho multidisciplinar da Superintendência de Comunicação.

Este estudo de mensuração e análise de reputação corporativa, teve por objetivo atualizar a avaliação da marca Eletrobras e suas empresas junto a quatro grupos de públicos estratégicos: sociedade, comunidades, público interno e formadores de opinião. A resposta de 27% dos pesquisados ficou dentro dos padrões estabelecidos para pesquisas internas — variação de 25% a 30%. Na próxima etapa do projeto, prevista para março de 2021, serão realizados workshops junto às áreas estratégicas da empresa, visando a construção de planos de ação para aprimorar o relacionamento com cada público pesquisado a partir dos gaps e oportunidades de aprimoramento levantados na pesquisa.

Sobre as marcas da Eletrobras, assim como em 2019 em 2020, não houve alterações do portfólio.

Prêmios e Reconhecimentos

Pela 13ª. vez a Eletrobras foi listada no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Em 2020, a B3 optou por descontinuar o Programa Destaque em Governança de Estatais, no qual a Eletrobras havia passado de 56 para 60 pontos, alcançando a pontuação máxima.

A obtenção de tais certificações demonstra o esforço conjunto das Empresas Eletrobras, coordenadas pela Holding, na melhoria dos processos para atendimento às boas práticas de Governança Corporativa, alinhada às diretrizes estratégicas do Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras.

Em função da covid-19, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas (Sest) não lançou o IG-Sest em 2020. No ano anterior, a Companhia, havia alcançado, pela quarta vez consecutiva, a nota máxima, IG-Sest Nível 1 (Nível de Excelência).

Destaques em 2020

- ***Institutional Investor* – Wilson Ferreira Junior ocupou o 2º lugar no ranking de Melhores CEOs e Elvira Cavalcanti Presta** o 3º lugar no *ranking* de Melhores Diretores Financeiros de 2020 no *Latin American Executive Team*, na categoria *"Electric & Other Utilities"*, *sell-side*.
- **Valor Econômico: Grandes Grupos – Eletrobras** classificou-se em 31º lugar no ranking dos 200 maiores conglomerados do país por Receita Bruta, com base nos balanços de 2019, e na 8ª posição entre os maiores Lucros Líquidos.
- **Revista Exame: Melhores e Maiores 2020** – no *ranking* da edição especial das 3.000 maiores companhias do país, por valor de Vendas Líquidas, em 2019, destacaram-se a **Itaipu Binacional** em 39º lugar; **Furnas**, em 75º; **Eletronorte**, em 124º; **Chesf**, em 146º; **Eletronuclear**, em 259º; **Amazonas GT**, em 307º; e **Eletrosul**, em 388º.
- ***Virtuous Company*: Melhores em Cultura Ética 2020 – Eletrobras** conquistou do 3º lugar entre as empresas de grande porte do setor de Energia, Mineração e Saneamento, seguida pela **Eletronuclear** em 4ª posição. A **Itaipu Binacional** ficou em 9ª lugar; a **Holding**, em 14ª; e a **Furnas**, na 30ª posição.
- **Revista Valor 1000, Serasa Experian e Centro de Estudos em Finanças /FGV: Maiores Empresas do Brasil 2020 – Eletrobras** ocupou o 27º lugar no *ranking* geral Valor 1000 entre as maiores empresas brasileiras e na 4ª posição entre as companhias do setor de Energia Elétrica.
- **Revista Época: Melhores Empresas do Brasil 2020 – Eletrobras** alcançou o 3º lugar no segmento Energia e o 12º lugar no *ranking* geral. O Anuário Época Negócios 360º da Época Negócios, é coordenado pela Fundação Dom Cabral
- **Isto É Dinheiro: As Melhores da Dinheiro 2020 – Eletrobras** foi listada em 35º lugar no ranking geral das 1000 maiores empresas do país.
- ***Brand Finance:* 50 Mais Valiosas – Eletrobras** se classificou em 41º lugar no ranking das cinquenta marcas mais valiosas do país.
- **F*inance & Law Summit and Awards* (FILASA) – Eletrobras** foi premiada na categoria Melhor Departamento Financeiro Interno: Infraestrutura e Energia.
- ***Vigeo Eiris:* Eletrobras** obteve o 1° lugar no total de 49 empresas do setor de Eletricidade e Gás nos mercados emergentes e o 34° lugar no universo total das empresas avaliadas.

7. PROGRAMAS DE GOVERNO

A Eletrobras, como empresa estatal, é responsável pela operacionalização de diversos programas do setor elétrico. Os recursos aplicados nos programas são oriundos de fundos setoriais ou de outros recursos do próprio setor. Nos programas Luz para Todos e Mais Luz para a Amazônia, o pagamento à Eletrobras se dá através de uma Taxa de Ressarcimento de Custos Administrativos, paga pelos Agentes Executores dos programas – empresas de distribuição de energia elétrica –. Em relação ao Procel, o orçamento para execução de projetos e pagamento dos custos administrativos é tratado no âmbito do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) do Procel, previsto na Lei 13.280/2016. Por fim, quanto ao Proinfa, o ressarcimento à Eletrobras dos custos administrativos dispendidos nas atividades e ele relacionadas ocorre via Conta Proinfa, conforme artigo 16 do Decreto 5.025/2004 e são apresentados no Plano Anual do Proinfa (PAP). A Aneel utiliza o PAP para cálculo e publica as cotas de energia e as cotas de custeio de modo a não acarretar vantagens ou prejuízos à Eletrobras, conforme estabelecido no artigo 13 do referido Decreto.

Em sua maioria, os recursos utilizados para esses programas não transitam mais pelos resultados da Companhia e, portanto, não impactam as Demonstrações Financeiras aqui apresentadas. Desde 01/01/2018, as receitas, custos e receitas financeiras da comercialização do Proinfa são apresentadas de forma líquida, sem efeito na demonstração de resultados.

Até 2017, a Eletrobras era também responsável pela gestão financeira dos contratos de financiamentos e de subvenção, que servem de instrumentalização dos programas setoriais. Existe ainda um passivo de Reserva Global de Reversão (RGR) – conforme Nota Explicativa 25 das Demonstrações Financeiras de 2020 –, a ser devolvido pela Eletrobras à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme recebimento dos agentes do setor. Estes valores não são uma dívida da Eletrobras, e a Companhia também não é garantidora. São de recursos decorrentes da gestão do fundo da RGR/CDE realizada no passado e que devem ser devolvidos, à medida que forem quitados pelos agentes.

continua

continuação

A Eletrobras participa em quatro programas governamentais:

Proinfa

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) foi criado, em 26 de abril de 2002, pela Lei 10.438 e regulamentado com o Decreto 5.025/2004. A Companhia tem uma participação fundamental no programa, assegurando a compra e comercialização da energia contratada pelas usinas do Proinfa por um período de 20 anos.

O programa cumpriu o seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa.

Em 2020, o programa gerou 9,1 milhões de MWh com um custeio de R$ 3,32 bilhões, totalizando entre fevereiro de 2006 até o final de 2020, aproximadamente 106,8 milhões MWh de energia gerada. Não houve alteração no total de empreendimentos novos adicionados ao Sistema Interligado Nacional em comparação a 2019.

Procel

O Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) promove o uso eficiente da energia elétrica no país, combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais. O Procel conta com recursos oriundos da Lei 13.280/2016 e tem a Eletrobras como responsável por sua administração e utilização. Em 2020, foram investidos cerca de R$ 42,3 milhões em projetos de eficiência energética nos segmentos público e privado com recursos oriundos dessa lei.

O resultado de economia de energia do Procel foi de uma redução de aproximadamente 22 milhões MWh, evitando uma emissão de 1,36 milhão tCO2 equivalentes.

Em 2020, o Procel criou o Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética, também conhecido como Lab Procel, para fomentar e intermediar oportunidades de desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica junto a *startups* e micro e pequenas empresas (MPEs), visando estruturar negócios e disponibilizar para a sociedade soluções ou produtos inovadores com ênfase em eficiência energética. Para a operacionalização do Lab Procel, a Eletrobras celebrou convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). O valor total do convênio é de R$ 16,6 milhões, dos quais R$ 15 milhões são aportes da Eletrobras.

Luz para Todos

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é operacionalizado pela Eletrobras, responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural.

De 2004 até 2020, os recursos para o Programa Luz para Todos totalizaram R$ 28,5 bilhões, sendo R$ 20,7 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR). Desde 2004, já foram liberados R$ 17,22 bilhões em recursos da CDE e RGR, dos quais R$ 0,75 bilhão em 2020, originado de recursos da CDE. O total contratado atinge R$ 20,72 bilhões, ou seja, 83% do total de recursos disponíveis.

Em 2020, foram realizadas 44.232 ligações, acumulando mais de 3,5 milhões de ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a 16,9 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

No Sistema Gerenciador da Eletrobras foram cadastrados 7.472 projetos em 2020, somando 559.394 projetos desde 2004, resultando em 3.141.809 ligações, o que corresponde a 95% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras; construção de 846.422 km de redes elétricas de alta e baixa tensão implantação de 8,82 milhões de postes; instalação de 6.378 sistemas fotovoltaicos individuais e 2 coletivos.

RECURSOS SETORIAIS DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS DE 2004 A 2020 **(TABELA 42)**

Região	RECURSOS SETORIAIS					
	Contratados			Liberados(*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	6.307,94	318,29	6.626,23	4.817,98	284,30	5.102,28
Nordeste	8.489,75	941,94	9.431,69	7.421,39	837,42	8.258,81
Centro-Oeste	1.193,48	575,60	1.769,08	982,42	526,96	1.509,38
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,92	942,98	1.683,90
Sul	346,24	511,90	858,14	280,25	387,26	667,51
Brasil	17.195,54	3.522,24	20.717,78	14.242,96	2.978,92	17.221,88

(*) Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais. Após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – Lei 13.360/2016.

Nº DE LIGAÇÕES DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS, POR REGIÃO, ATÉ 31/12/2020 **(TABELA 43)**

Região	Contratadas entre os Agentes Executores (*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + Comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	789.573	683.814
Nordeste	1.656.410	1.622.216
Centro-Oeste	236.766	225.573
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	3.296.580	3.142.137

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

Mais Luz para a Amazônia – MLA

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal – Mais Luz para a Amazônia (MLA), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foi criado pelo Decreto 10.221, 5 de fevereiro de 2020 com o intuito de minimizar as dificuldades vividas pelas famílias residentes nas regiões remotas da Amazônia Legal e que dificilmente seriam atendidas por extensão de redes convencionais.

O MLA tem sua vigência até 31 de dezembro de 2022, com possibilidade de prorrogação até a conclusão da universalização do acesso à energia elétrica nas regiões remotas dos nove estados que integram a Amazônia Legal. Em seu papel de operacionalizadora do MLA, a Eletrobras é responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras. Os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do MLA virão de agentes do setor elétrico, da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial sob gestão CCEE, e de outras fontes a serem regulamentadas pelo MME, em conjunto com outros órgãos governamentais. No ano de 2020, foram firmados 09 (nove) Termos de Compromisso, entre o MME e os agentes executores, com o estabelecimento das metas de atendimento para cada unidade da federação.

ESTADOS QUE INTEGRAM A AMAZÔNIA LEGAL **(MAPA 4)**



Os atendimentos do MLA serão realizados por meio de geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis e visam o desenvolvimento das comunidades, em sua maioria, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. A chegada da eletricidade irá diminuir a vulnerabilidade social e econômica, fortalecendo o exercício da cidadania, o bem-estar e a dignidade para a vida dessa população. Segundo o MME, o MLA tem previsão de beneficiar cerca de 82 mil famílias localizadas nas regiões remotas da Amazônia Legal,

BUSA

Existem, atualmente, 1.994 bens da União cadastrados no Sistema Informatizado de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (SIGBUSA) que estão vinculados à concessão de empresas do setor de energia elétrica. Deste, 1.897 são bens servíveis à prestação do serviço de energia elétrica, sendo que 1.872 estão em operação e 25 encontram-se desativados; e 67 são bens inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica. Outros 23 bens foram alienados e 7 bens estão em posse da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A Aneel, por meio do Despacho 1.227, de 30 de abril de 2020, anuiu previamente à alienação dos 67 bens considerados inservíveis ou não utilizáveis para a prestação do serviço de energia elétrica.

A Medida Provisória 998/2020, convertida na Lei 14.120/21, determinou que os custos administrativos, financeiros e tributários incorridos pela Eletrobras, desde 1 de maio de 2017, com o registro, a conservação e a gestão dos bens BUSA e instalações, deverão ser ressarcidos com recursos da Conta RGR, conforme ato regulamentar da Aneel.

8. MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R$ 39,057 bilhões, representado por 1.568.930.910 ações, sendo 1.288.842.596 ações ordinárias e 280.088.314 ações preferenciais. Em relação a 2019, houve alteração relevante na composição do capital social da Companhia por meio de aumento de capital homologado em fevereiro de 2020 via Assembleia de Acionistas.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA ELETROBRAS EM 31/12/2020 **(TABELA 44)**

Acionistas	Ordinárias	%	Preferencial. "A"	%	Preferencial. "B"	%	Total	%
Acionista Controlador								
União Federal	667.888.884	51,82	0	0	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESpar	141.757.951	11,00	0	0	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	0	0	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92
FND	45.621.589	3,54	0	0	0	-	45.621.589	2,91
FGHAB	1.000.000	0,08	0	0	0	-	1.000.000	0,06
Outros	358.028.908	27,78	146.920	100,00	242.987.127	86,80	601.162.955	38,31
Demais Acionistas								
Cust. CLBC								
Residente	221.568.126	17,19	82.812	56,37	133.714.017	47,77	355.364.955	22,65
Não Residente	97.712.776	7,58	1	0,00	92.262.005	32,96	189.974.782	12,11
Programa ADR	38.663.271	3,00	0	-	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Demais						-		
Residente	84.489	0,01	21.629	14,72	9.666.577	100,00	9.772.695	0,62
Não Residente	246	0,00	27	0,02	213	0,00	486	0,00
Total	**1.288.842.596**	**100**	**146.920**	**100**	**279.941.394**	**100**	**1.568.930.910**	**100**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA ELETROBRAS PELOS CONTINENTES EM 2020 **(TABELA 45)**

Continente	Ordinárias	%	Preferencial "A"	%	Preferencial "B"	%
Oceania	2.113.555	0,16%	–	0,00%	2.210.779	0,79%
Europa	23.935.822	1,86%	28	0,02%	23.100.421	8,25%
América do Norte	92.533.486	7,18%	–	0,00%	59.608.509	21,29%
América do Sul	1.152.952.564	89,46%	146.892	99,98%	184.375.742	65,86%
Ásia	17.307.169	1,34%	–	0,00%	10.645.943	3,80%
África	–	0,00%	–	0,00%	–	0,00%
Total	1.288.842.596	100,00%	146.920	100,00%	279.941.394	100,00%

Desempenho das ações

A Eletrobras negocia ações ordinárias e preferencias na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) sob o código "ELET3" e as ações ordinárias e as ações preferenciais classe "B" e classe "A", sob os *tickers* "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), a negociação é feita pelo Programa Latibex, sob os *tickers* "XELTO" e "XELTB".

Em 2020, as ações da Companhia na B3 refletiram positivamente o resultado do PDNG 2020-2024 com o desinvestimento em SPEs, reestruturação de dívidas e medidas de gestão focadas em redução de custos, como planos de desligamentos voluntários de empregados. Esses impactos, porém, foram reduzidos pelos efeitos da pandemia da covid-19 e contexto político econômico no Brasil e exterior, que atingiram todo o mercado de capitais. De forma inédita, a B3 adotou o procedimento operacional que interrompe a negociação de ativos em bolsa (*circuit break*) por 6 (seis) vezes em março de 2020. As ações da Eletrobras também sofreram oscilações em decorrência de notícias divulgadas na mídia e declarações de autoridades do País, não necessariamente relacionadas diretamente à Companhia, mas que alteraram a perspectiva do mercado em relação à aceitabilidade pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei 5.877/2019, que dispõe sobre a privatização da Eletrobras.

continua

continuação

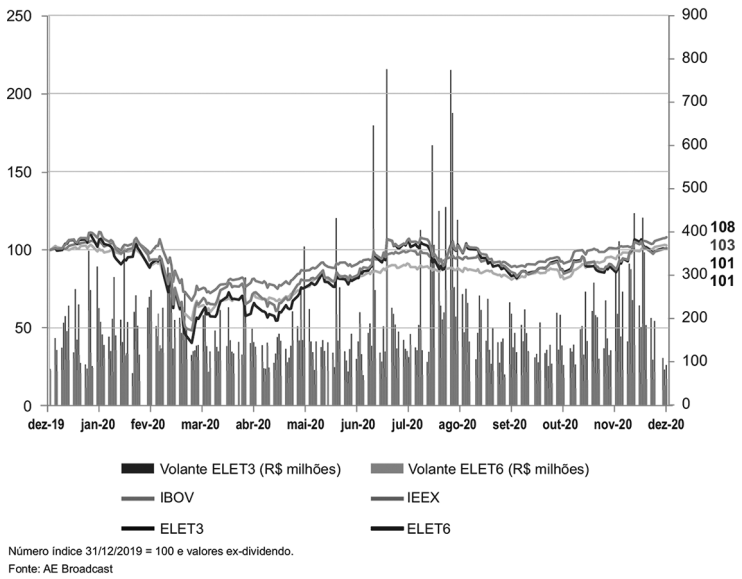
PROGRAMA NÍVEL 1 B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO **(TABELA 46)**

Preço e Volume	(R$) ELET3 B3 (Ações ON)	(R$) ELET6 B3 (Ações ON)	(pts.) IBOV B3 (Índice)	(pts.) EE B3 (Índice)
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	**35,01**	**35,22**	**119.017**	**82.846**
Máxima em 2020	38,26	38,83	119.528	82.846
Média em 2020	30,04	31,17	98.706	71.348
Mínima em 2020	13,96	16,82	63.570	51.682
Variação em 2020	1,13%	1,21%	2,92%	8,12%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhões de ações)	6,0	3,1-		
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (R$ milhões)	189,8	102,2-		

Valor de Mercado em 31/12/2020*	**R$ 54.987 milhões**

* Por questão de liquidez, está sendo considerada para a PNA a mesma cotação da Pref. B

COMPORTAMENTO AÇÕES DA ELETROBRAS NA B3 S.A. 2020 **(GRÁFICO 12)**



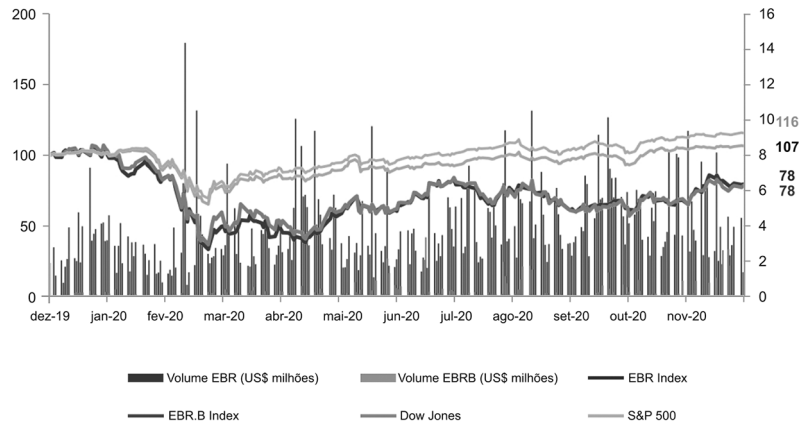
Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.
Fonte: AE Broadcast

Notícias na mídia relacionadas à privatização, positivas ou negativas, trouxeram aumento significativo no volume negociado das ações, em especial, nos meses de julho e agosto.

PROGRAMA DE ADR NÍVEL II NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE (NYSE) EM 2020 **(TABELA 47)**
(Em US$)

Preço e Volume	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	6,67	6,73
Máxima em 2020	9,06	9,18
Média em 2020	5,91	6,07
Mínima em 2020	2,84	3,16
Variação em 2020	-21,6%	-21,7%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de ações)	648,8	39,3
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhões US$)	3,8	0,2

COMPORTAMENTO DAS ADRS NÍVEL II NA NYSE EM 2020 **(GRÁFICO 13)**

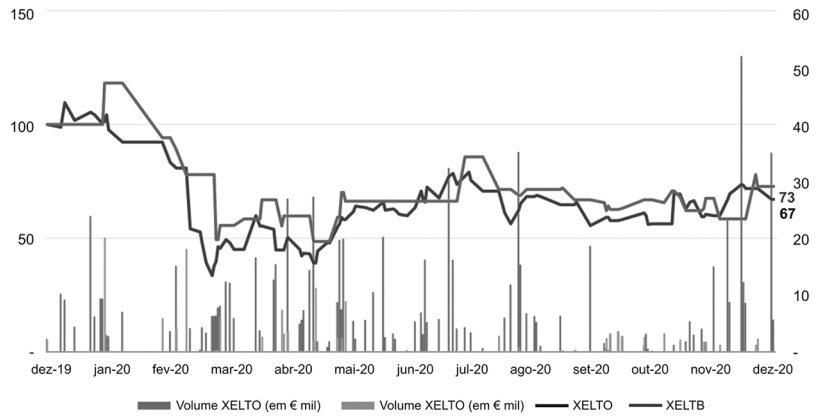


Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.
Fonte: AE Broadcast

PROGRAMA LATIBEX – BOLSA DE VALORES DE MADRID EM 2020 **(TABELA 48)**
(Em €)

Preço e Volume	LATIBEX XELTO	LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2020	5,60	5,60
Máxima em 2020	9,15	9,10
Média em 2020	5,35	5,40
Mínima em 2020	2,80	3,74
Variação em 2020	-32,9%	-27,3%
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de ações)	1,4	0,2
Volume Médio Diário Negociado em 2020 (milhares de Euros)	7,1	1,1

COMPORTAMENTO DAS AÇÕES NA BOLSA DE VALORES DE MADRI EM 2020 **(GRÁFICO 14)**



Número índice 31/12/2019 = 100 e valores ex-dividendo.
Fonte: AE Broadcast

Rating (Classificação de Risco)

Os *ratings* da Eletrobras refletem a perspectiva do *rating* soberano do Brasil e, também, a expectativa de que a Companhia continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *rating* da empresa continua espelhando o rating soberano do país.

RATINGS **(TABELA 49)**

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's BCA	"Ba3": / Estável	16/09/2020
Moody's Senior Unsecured Debt	"Ba2": / Estável	16/09/2020
Fitch - Issuer Default Ratings (Foreign Currency)	"BB-": / Negativa	10/06/2020
Fitch - Issuer Default Ratings (Local Currency)	"BB-": / Negativa	10/06/2020
S&P LT Local Currency (Escala Nacional Brasil)	brAAA/Estável	12/03/2021
S&P LT Foreign Currency (Escala Global)	BB-/Estável	12/03/2021

Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em 2020, a Eletrobras realizou 01 reunião virtual com analistas e investidores da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), atendendo a sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Promoveu também 01 *Virtual Non-deal roadshow* em Nova Iorque e Boston (EUA), 01 Deal roadshow, em Nova Iorque (EUA) e Londres (Inglaterra) e 01 *roadshow* em São Paulo. Participou de mais 02 eventos no exterior em Madri (Espanha) e Londres e 13 conferências no Brasil, por vídeo conferências, em razão da pandemia.

A Eletrobras realizou, através de sua área Relações com Investidores (RI), cerca de 71 telefonemas e videoconferências com analistas, acionistas e agências de *ratings*.

Ombudsman de RI

Em 2020, o Ombudsman de RI recebeu 643 consultas de 383 manifestantes, sendo 26% estrangeiros. Os solicitantes foram classificados como agentes autônomos; investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas; agências de rating e outros agentes de mercado. Das consultas realizadas, as principais estavam relacionadas aos seguintes assuntos: privatização da Eletrobras; créditos a receber de terceiros; informações financeiras; realização de assembleias de acionistas; PDNG; certificação em programas de governança da B3 e da Sest; emissão de debêntures; *rating*; decisões judiciais relacionadas ao Empréstimo Compulsório; e alienação de participação em SPEs.

O canal de contato do Ombudsman de RI está site www.eletrobras.com.br ou direto no *e-mail: ombudsman-ri@eletrobras.com*

Comunicação com o Mercado

Em 2020, a Eletrobras divulgou 117 Comunicados ao Mercado, sendo 26 Fatos Relevantes e 04 (quatro) Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM 358/2002. Desse total, apenas 03 (três) foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A, o que corresponde a 2,0% dos comunicados. Os demais foram de iniciativa da Companhia, visando cumprir sua obrigação de manter o mercado informado. Os principais assuntos abordados foram: capitalização da Eletrobras; alienação de SPE's; incorporação CGTEE/Eletrosul; emissão de debêntures; certificação em programas de governança da B3 e da Sest; empréstimo compulsório e lives de executivos.

As entidades reguladoras e demais órgãos do Governo Federal possuem seus atendimentos classificados como urgentes. Foram registrados 20 atendimentos dessa natureza, sendo 60% oriundos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), 30% da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e 10% do Ministério de Minas e Energia (MME).

9. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei 4.156/62, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto-Lei 1.512/76, a incidência do empréstimo compulsório mudou, durante o período de 1977 a 1993, recaindo somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, ou sejam, as indústrias com consumo mensal superior a 2.000 kW/h. Os valores passaram a ser representados por créditos escriturais, e não mais por Obrigações.

O empréstimo compulsório impactou, principalmente, as Demonstrações Financeiras no passivo denominado "Empréstimo Compulsório" (Nota Explicativa 27) e em "Contingências Judiciais" (Nota Explicativa 33), as quais nos remetemos para maiores detalhes desses passivos.

Provisão para ações a entregar

Passivo referente às ações pref. B que deverão ser entregues aos contribuintes, atualizado pelo valor de mercado das ações pref. B ou valor patrimonial, o que for menor mais proventos.

No ano de 2020, houve aumento de R$ 345 milhões nesta rubrica, pois, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

continua

continuação

Em dezembro de 2020, o valor equivalente em moeda, nas ações a serem entregues, foi registrado no Passivo Não Circulante e atualizado pela média dos últimos 12 meses do valor de mercado das referidas ações, com acréscimo equivalente a proventos que tais contribuintes, após devida chancela no SAC (Solicitação de Ações), teriam direito se já exercessem plenamente os direitos políticos e econômicos decorrentes da titularidade acionária, observado o prazo prescricional previsto na Lei 6.404/1976.

Compulsório não quitado

A arrecadação dos créditos escriturais de compulsório (2ª fase) ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Companhia, tendo sido realizadas 4 (quatro) assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos pela Companhia, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo da Companhia. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Companhia após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto-lei 1.512/76. Portanto, esses créditos estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Em relação à movimentação no exercício 2020, o aumento de R$ 419 milhões, se deu pela revisão de entendimento sobre a forma de correção monetária desses créditos não convertidos em ações. O passivo referente aos depósitos judiciais, levantados pela Eletrobras, era baseado nos critérios estabelecidos no Decreto Lei 1.512/76 para constituição e atualização dos valores levantados, isto é, os créditos somente eram constituídos em janeiro do exercício seguinte ao do ano do depósito judicial, quando passavam a ser corrigidos pelo IPCA-E.

Todavia, com base em parecer jurídico que revisitou o tema no 3T20, houve mudança de entendimento quanto aos critérios ora adotados para escrituração do passivo em questão. Neste sentido, a Companhia passou a adotar a correção monetária denominada plena, ou seja, correção monetária pelo IPCA-E, a partir da data do levantamento dos referidos autos judiciais, pela Eletrobras.

Considerando-se que houve revisão da forma de correção monetária do principal, a movimentação do exercício também incluiu os reflexos nos juros anuais de 6% ao ano, sobre o principal, devidos durante o período de carência, observado o prazo de prescrição de 05 (cinco) anos.

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos, durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na Nota Explicativa 31 que trata de Provisões e Passivos Contingentes.

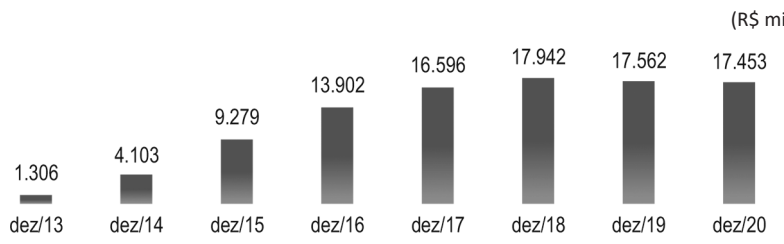
Contingência Judicial

Conforme Nota Explicativa 33, existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Holding, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 3.643 processos relativos a este tema provisionados, representando um passivo de R$ 17.453 milhões, com destaque para o provisionamento do Processo 0023102-98.1990.8.19.0001. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo era de R$ 17.562 milhões.

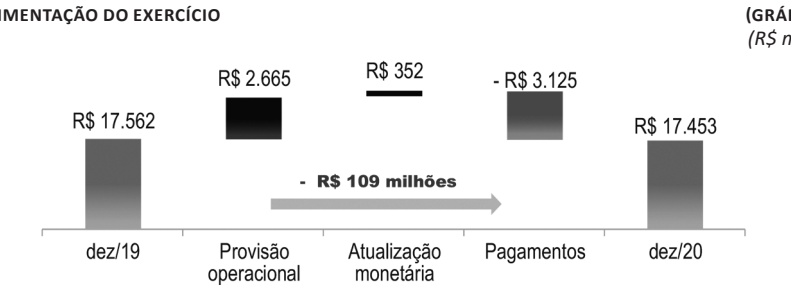
EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE PROVISÃO DE CONTINGÊNCIA DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO **(GRÁFICO 15)**

(R$ milhões)



MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO **(GRÁFICO 16)**

(R$ milhões)



10. SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2020, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente, exclusivo, a PriceWaterhouse-Coopers Auditores Independentes (PWC), exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela KPMG Auditores Independentes.

REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES EM 2020 **(TABELA 50)**

Empresas Eletrobras	2020	2019	2018
PWC (R$)	24.589.172,77	13.416.666,62	–
KPMG Assessores LTDA (R$)	16.000,00	784.551,45	7.420.086,45
KPMG Auditores Independentes (R$)	2.390.535,00	4.994.695,10	11.987.268,24
Total	**26.995.707,77**	**19.195.913,17**	**19.407.354,69**
Itaipu Binacional	2020	2019	2018
PWC (R$)	–	–	425.254,00
KPMG Auditores Independentes (R$)	489.590,05	564.924,45	-
Total	**489.590,05**	**564.924,45**	**425.254,00**

O valor de R$ 24,5 milhões são serviços totais de auditoria realizados pela PWC, atual auditor independente do Sistema Eletrobras. O valor de R$ 2,4 milhões pagos à KPMG referem-se, majoritariamente, a serviços de auditoria realizados por conta da operação de Bonds realizada no 1T20.

Para evitar conflitos de interesse ou a perda de independência auditores externos, a Eletrobras segue a Instrução CVM 308/1999 quanto à obrigatoriedade de substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Destaca-se que a substituição pode ser de até 10 exercícios sociais consecutivos pelo fato da Companhia ter Comitê de Auditoria e Riscos estatutário em funcionamento permanente e auditor independente ser pessoa jurídica.

Destaca-se que o (CAE) tem como uma de suas atribuições opinar sobre a contratação e a destituição de auditor independente, segundo as normas e a legislação vigente; supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência e opinar sobre quaisquer contratações de serviços pela Eletrobras ou suas controladas envolvendo auditores independentes ou empresas que tenham prestado serviços de auditoria independente nos últimos 5 (cinco) anos para a Holding ou suas subsidiárias.

Em consonância com suas obrigações legais, a Eletrobras firmou contrato com a PWC em abril de 2019, com vigência de 24 meses renováveis por mais 36 meses. A Itaipu Binacional teve como Auditor Independente a KPMG Auditores Independentes em 21/06/2018, com prazo de vigência de 36 meses.

11. DESEMPENHO FINANCEIRO

11.1 Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2020, um lucro líquido consolidado de R$ 6.387 milhões, inferior aos R$ 11.133 milhões obtidos em 2019. O lucro de 2019 é composto pelo Lucro Líquido das operações continuadas de R$ 7.848 milhões e pelo Lucro Líquido de R$ 3.285 milhões referente às operações descontinuadas (distribuição), com destaque para privatização da distribuidora Amazonas Energia, que deixou de ser consolidada pela Eletrobras.

A Receita Operacional Líquida apresentou uma redução de 2%, passando de R$ 29.714 milhões em 2019 para R$ 29.081 milhões em 2020, com forte impacto dos resultados positivos em transmissão em decorrência da Revisão Tarifária Periódica ocorrida em meados de julho de 2020. Tal resultado em transmissão compensou, parcialmente, o resultado negativo em geração, fortemente afetado pela redução de receita decorrente da inflexibilidade de Candiota III e parcela negativa de energia pela extensão das paradas das usinas nucleares de Angra 1 e 2 nos montantes de, respectivamente, R$205 milhões e R$267 milhões, e pelo término de contratos de Energia Existente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em Furnas e Eletronorte (319MWméd e 362MWméd, respectivamente), embora tenha havido um aumento de R$ 433 milhões na receita de geração das usinas sob regime de cotas da Lei 12.783/2013, em razão do reajuste anual. O Ebtida IFRS, no valor de R$ 11.474 milhões em 2019, reduziu para R$ 10.487 milhões em 2020.

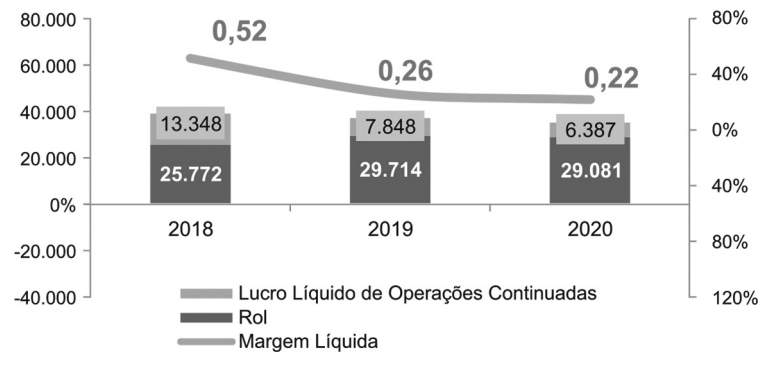
A Eletrobras, em decorrência das orientações do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros, passando a tratar como ativo de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes. Como consequência, para manter a mesma base comparativa, a Companhia efetuou reapresentação dos saldos destes ativos como ativos de contratos. Os reflexos acumulados desta reapresentação se encontram no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, conforme Nota Explicativa 4.4 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2020.

RESULTADO CONSOLIDADO 2020-2019 **(TABELA 51)**

(Em R$ milhões)

DRE	2020	2019
Receita de Geração	22.270	23.374
Receita de Transmissão	12.248	11.533
Outras Receitas	711	769
Receita Bruta	35.228	35.675
Deduções da Receita	-6.148	-5.961
Receita Operacional Líquida	29.081	29.714
Energia para revenda, uso da rede, combustível e construção	-7.959	-7.450
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.176	-9.850
Depreciação e Amortização	-1.863	-1.807
Provisões Operacionais	-7.374	-2.006
	2.709	**8.601**
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	4.228	0
Participações societárias	1.671	1.041
Outras Receitas e Despesas	16	25
	8.624	**9.667**
Resultado Financeiro	-1.672	-2.449
Resultado antes do imposto	**6.953**	**7.218**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-565	631
Lucro líquido do Exercício	**6.387**	**7.848**
Lucro (Prejuízo) Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	0	3.285
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**6.387**	**11.133**

RESULTADO E MARGEM LÍQUIDA **(GRÁFICO 17)**



continua

continuação

Receita, Custos e Despesas Operacionais

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL CONSOLIDADA 2020-2019 **(TABELA 52)**
(Em R$ milhões)

Receita Operacional – Geração	2020	2019	%
Receitas de Geração			
Suprimento	14.426	15.871	-9%
Fornecimento	2.661	2.282	17%
CCEE	1.176	1.353	-13%
Receita de Operação e Manutenção - Usinas Renovadas pela Lei 12.783/2012	3.982	3.549	12%
Receita de Construção	38	49	-23%
Repasse Itaipu	-14	269	-105%
Receitas de Geração	**22.270**	**23.374**	**-5%**

GERAÇÃO

DESTAQUES:

A Receita do segmento de Geração de energia apresentou queda de 5% em 2020 na comparação com 2019. Essa queda foi influenciada, principalmente, pela redução da receita de suprimento devido ao término de contratos de Energia Existente no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) em Furnas e Eletronorte (319MWméd e 362MWméd, respectivamente) e pela redução de receita decorrente da inflexibilidade de Candiota III e parcela negativa de energia pela extensão das paradas das usinas nucleares de Angra 1 e 2 nos montantes de, respectivamente, R$ 205 milhões e R$ 267 milhões. Essa redução de receita no ACR foi parcialmente contrabalançada pelo direcionamento de parte dessa energia para o ACL e, pelo aumento na conta de receita de operação e manutenção, em função do reajuste anual da RAG conforme Resoluções Homologatórias Aneel nº 2587/2019 (ciclo 2019-2020) e 2746/2020 (ciclo 2020-2021) e aumento da receita indenizatória para o pagamento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.

TRANSMISSÃO **(TABELA 53)**
(Em R$ milhões)

Receita Operacional de Transmissão	2020	2019	%
Receitas de Transmissão			
Receita de O&M – Linhas Renovadas Lei 12.783/13	4.361	4.075	7%
Receita de O&M – Regime Exploração	1.082	852	27%
Receita de Construção	778	748	4%
Receita Contratual – Transmissão	6.026	5.857	3%
Receitas de Transmissão	12.248	11.533	6%

DESTAQUES

O crescimento foi influenciado, principalmente, pela aprovação da revisão tarifaria das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, concedida pela Aneel em 30 de junho de 2020, que aprovou a nova Receita Anual Permitida ("RAP") destas concessões para o ciclo tarifário 2018-2023 e trouxe as seguintes alterações sumarizadas: (a) alteração retrospectiva do wacc referente aos anos de 2018 e 2019; (b) reconhecimento dos novos investimentos ocorridos no ciclo 2013-2018; (c) revisão da parcela referente ao O&M dos ativos associados aos contratos; (d) Alteração na base de ativos incorporando baixas ocorridas no ciclo 2013-2018 e o reajuste do valor novo de reposição dos ativos associados à RBSE; (e) Incorporação do pagamento da parcela controversa "Ke" que estava, em discussão judicial, desde 2017; (f) Inclusão na RAP por parcelamento em 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas via parcela de ajuste atualizado por IPCA.

OUTRAS RECEITAS **(TABELA 54)**
(Em R$ milhões)

Receita Operacional	2020	2019	%
Outras Receitas	711	769	-8%

DESTAQUES OUTRAS RECEITAS

A conta de Outras Receitas apresentou uma queda de 8%, passando de R$769 milhões para R$711 milhões, influenciada, principalmente, pela queda de receita na controlada Furnas devido ao Registro dos Ganhos atuariais em 2019, no montante de R$ 172 milhões, enquanto em 2020 foi de R$ 67 milhões. Esse impacto foi parcialmente contrabalançado, entre outras ocorrências, pelo registro na controlada Chesf do contrato de arrendamento de Camaçari, com impacto de aproximadamente R$ 50 milhões.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS **(TABELA 55)**
(Em R$ milhões)

	2020	2019	%
Energia comprada para revenda	-2.400	-2.162	11%
Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.500	-2.265	10%
Combustível p/ prod. de energia elétrica	-2.092	-2.107	-1%
Construção	-966	-915	6%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-9.176	-9.850	-7%
Depreciação e Amortização	-1.863	-1.807	3%
Provisões Operacionais	-7.374	-2.006	268%
Custos e Despesas	-26.372	-21.113	25%

DESTAQUES

O crescimento de 10% na conta de encargos de uso da rede elétrica, deve-se, principalmente, a alteração entre as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão vigentes de janeiro a junho de 2019, que se referem à Resolução Homologatória da ANEEL 2.409 de 26/06/2018, e as tarifas vigentes de janeiro a junho de 2020, que se referem à Resolução Homologatória da ANEEL 2.562 de 25/06/2019. Além disso, houve crescimento da Energia Comprada para Revenda, influenciada, principalmente, pelos novos contratos de curto prazo firmados a fim de diminuir a exposição negativa na CCEE, pelo aumento do montante nos produtos vigentes, já previstos contratualmente; e pelo reajuste de preço dos contratos vigentes de compra. As Contas de PMSO e Provisões estão detalhadas abaixo.

PESSOAL, MATERIAL, SERVIÇOS E OUTROS **(TABELA 56)**
(Em R$ milhões)

Pessoal, Material, Serviços e Outros	2020	2019	%
Pessoal	-4.743	-5.828	-19%
Material	-274	-280	-2%
Serviços	-1.963	-2.171	-10%
Outros	-2.197	-1.572	40%
PMSO total	-9.176	-9.850	-6,8%

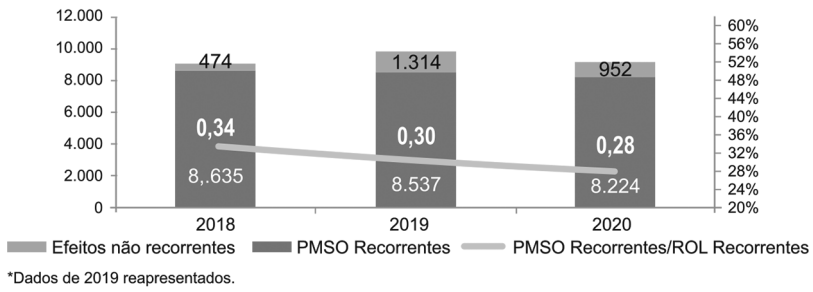
DESTAQUES PESSOAL

A conta de pessoal apresentou redução de 18%, passando de R$5.828 milhões em 2019 para R$4.743 milhões em 2020, que se deve, principalmente, aos menores custos decorrentes do desligamento de pessoal pela realização dos Planos de Demissão Consensual, que reflete efeitos parciais devidos as datas de desligamento e obrigações temporais com plano de saúde. Foram desligados 1.726 em 2019 e 562 em 2020. As despesas com PDC (indenização e plano de saúde) foram de R$ 681 milhões em 2019 contra uma reversão de R$ 10 milhões em 2020. Desconsiderando o PDC, os custos e despesas com pessoal apresentaram redução de 8% entre 2019 e 2020, refletindo a política de contenção de custos estabelecida pela Companhia, com PDC e OBZ (periculosidade e horas extras).

DESTAQUES MSO

As contas de Material, Serviços e Outros apresentaram aumento de 10%, concentrados na conta de Outros, que apresentou uma elevação de 40%, impactada, principalmente, pelo aumento na rubrica Indenização, perdas e danos devido ao acordo judicial realizado por Furnas com a Light no valor de R$ 496 milhões (Portarias DNAEE/1986 - "congelamento geral de preços", instituído pelo Plano Cruzado); e pelo acréscimo em Perdas Não Operacionais no montante de R$ 134 milhões, referentes à multa contratual da ação ajuizada pela CIEN Cia de Interconexão Energética.

PMSO RECORRENTE E PMSO/ROL **(GRÁFICO 18)**
(Em R$ milhões)



*Dados de 2019 reapresentados.

*Dados de 2019 reapresentados.

CONSOLIDADO DAS PROVISÕES OPERACIONAIS **(TABELA 57)**
(Em R$ milhões)

Provisões Operacionais	2020	2019	%
Contingências	-4.188	-1.757	138%
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	-680	334	-303%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	-345	0	–
PECLD - Financiamentos e empréstimos	-139	-356	-61%
PECLD - Consumidores e revendedores	-805	-268	200%
Provisão Aneel - CCC	-64	53	-220%
Garantias	12	101	-88%
Contratos onerosos	-89	179	-150%
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-51	0	–
Usina Candiota III - Carvão	-76	0	–
Parcela de ajuste RAP	-224	0	–
GAG melhoria	-178	-210	-15%
Impairment de ativos de longo prazo	-442	122	-463%
Outras	-106	-203	-48%
Provisões/reversões Operacionais	**-7.374**	**-2.006**	**268%**

A conta de Provisões Operacionais apresentou variação de 268%, que se explica, principalmente, em função do lançamento de Provisão de Contingências no montante de R$ 4.188 milhões, sendo R$2.665 milhões referentes a processos do Empréstimo Compulsório, R$ 731 milhões de contingência na Chesf, sendo aumento de R$ 123 milhões relativos à atualização do processo do Fator K e R$ 109 milhões de aumento da provisão GSF e R$ 499 milhões de contingência em Furnas, sendo constituições de: R$ 260 milhões em trabalhista, R$ 146 em regulatória e R$ 123 milhões em cíveis. Em PCLD – consumidores e revendedores houve provisão de R$ 805 milhões com destaque para dívida da Amazonas Energia com a Amazonas GT no valor de R$ 359 milhões. Impactou também a provisão para *impairment* da Fase C da UTE Candiota III, no valor de R$ 611 milhões. Houve ainda Provisões /Reversão para perdas em investimentos no montante de R$ 680 milhões, influenciado principalmente, pela venda dos lotes 1 e 2 (Santa Vitoria do Palmar, Hermenegildo I, II e I e Chui IX). Provisão para Implantacão de Ações - Empréstimo Compulsório, ocorrida no 3T20, no montante de R$ 345 milhões. Além disso, Provisão Parcela Ajuste RAP no montante de R$ 224 milhões na CGT Eletrosul em decorrência do registro dos montantes recebidos a maior na RAP nos ciclos 2018/2019 e 2019/2020 em decorrência da Revisão Tarifária postergada por dois ciclos. A devolução do montante ocorrerá em 36 parcelas a partir de julho/2020. Provisão de R$ 51 milhões para cumprimento de inflexibilidade da Usina de Candiota III.

continua

continuação

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA **(TABELA 58)**
(Em R$ milhões)

	2020	2019	%
Participações Societárias	1.671	1.041	60%

Os principais destaques foram: (i) variação positiva na equivalência patrimonial CTEEP no montante aproximado de R$ 1,1 bilhão, devido ao efeito da RTP registrado em 2020; Esse impacto foi parcialmente contrabalançado por: (ii) variação negativa no resultado de participações societárias da Norte Energia (Belo Monte), de R$ 597 milhões, decorrente dos contratos do ACL impactados pelo menor preço do PLD devido à pandemia Covid, exposição decorrente de descontratação, início da amortização de financiamentos de *project finance* e aumento do registro de depreciação, devido a entrada de operação de UGs no 2º semestre 2019; e (iii) variação negativa no resultado de participações societárias da SPE Madeira Energia, de R$ 213 milhões, impacto explicado pela variação monetária (IGP-M + 23,14% no ano) sobre o valor de arbitragem com o Consórcio Construtor, e também pelo impacto de GSF de R$ 30 milhões, complementados ainda pela variação da dívida.

Resultado Financeiro

A Eletrobras apresentou um resultado negativo de R$ 1.672 milhões, em 2020, contra um Resultado Financeiro Líquido negativo de R$ 2.449 milhões, em 2019, uma melhora de R$ 777 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento na receita de aplicações financeiras de 27% devido, principalmente, à maior disponibilidade de caixa durante o ano de 2020 (+R$ 210 milhões); e os encargos de dívidas, que apresentaram redução no montante de R$ 394 milhões, influenciado pela redução das taxas dos indexadores (juros). Outro fator positivo foi o ganho com derivativos, que gerou uma receita de R$ 332 milhões em 2020 e uma despesa de R$ 57 milhões em 2009, em razão da precificação de ativo conforme previsto em contrato de venda de energia celebrado com a Albras que é vinculada, principalmente, à cotação do LME (Alumínio) e dólar. Essa variação positiva foi, parcialmente, impactada pelo resultado da variação cambial líquida, que foi negativa em R$ 544 milhões em 2020 e positiva em R$ 35 milhões em 2019.
Ebitda Consolidado

EBITDA CONSOLIDADO **(TABELA 59)**
(Em R$ milhões)

Ebitda	2020	2019 Reapresentado	%	2019
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	6.387	11.133	-43%	10.744
Prejuízo Líquido de Impostos da Operação Descontinuada	0	3.285	-100%	3.285
Resultado do Exercício	6.387	7.848	-19%	7.459
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	565	-631	-190%	-1.090
+ Resultado Financeiro	1.672	2.449	-32%	2.081
+ Amortização e Depreciação	1.863	1.807	3%	1.807
= Ebitda	**10.487**	**11.474**	**-9%**	**10.257**
Ajustes (itens não Recorrentes)				
Interrupção de Angra I e II Retroativo e Inflexibilidade Candiota e Ajustes a Dedução a Receita Candiota	466	0	-	0
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	-4.228	0	-	0
Outras Receitas e Despesas	-16	-25	-35%	-25
Compra de energia (cobrança retroativa por FID)/ Combustível Candiota	93	0	-	0
PDC	-10	681	-96%	681
Combustível Amapá/combustível Candiota	-24	0	-	0
Terceirizados Furnas/Serviços adicionais Candiota	108	0	-	159
Investigação/Consultorias e implementação SAP/ERP	0	107	-100%	107
Inepar + Camargo Correa + CIEN + Acordo Light + Gerador Amapá + Doações Covid + perda imobilizado em curso + outros	878	526	67%	526
Contingências	4.188	1.757	138%	1.757
Contratos onerosos	89	-179	-150%	-179
PCLD Estimativa de perda de crédito (CPC 48) /Reversão PCLD CIEN	67	435	-85%	435
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos	680	-334	-303%	-334
Parcela de ajuste RAP (c)	224	0	-	0
Impairment de ativos de longo prazo	442	-122	-463%	-122
Provisão para Implantacão de Ações - Empréstimo Compulsório (a)	345	0	-	0
Provisão ANEEL - CCC	64	-53	-220%	-53
Usina Candiota III - Inflexibilidade	51	0	-	0
Usina Candiota III - Carvão	76	0	-	0
= Ebitda Gerencial	**13.978**	**14.268**	**-2,0%**	**13.210**

Nota: A partir de 2019, a Companhia passou a considerar, no seu Ebitda recorrente, a receita de RBSE das concessões prorrogadas a luz da Lei 12.783/2013, de forma a manter protocolo semelhante aos covenants de debêntures emitida em 2019. O Ebitda dos 2020 recorrente considera esse ajuste da receita de RBSE para comparação do Ebitda recorrente dos 2019, para efeitos comparativos, e também os efeitos obrigatórios do IFRS 9 e 15 conforme nota explicativa 4 das nossas demonstrações financeiras. Além disso, considerando a privatização das distribuidoras ter sido concluída em abril de 2019, e estas operações não fazerem mais parte do seu *core business*, a companhia tratou como não recorrente os efeitos relevantes de receitas financeiras, despesas, reversões de PL e provisões de PCLD prospectivas (CPC 48) de empréstimos contratados com elas antes ou em decorrência do processo de privatização, embora receitas e eventuais provisões decorrentes de empréstimos contratados possam continuar afetando o resultado contábil da companhia até seu completo exaurimento. Contudo, foram tratados como recorrentes PCLD de dívida efetiva das distribuidoras em aberto bem como dívidas dessas relacionadas a fornecimento de energia.

Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

DÍVIDA BRUTA E LÍQUIDA EM 2020 **(TABELA 60)**
(Em R$ milhões)

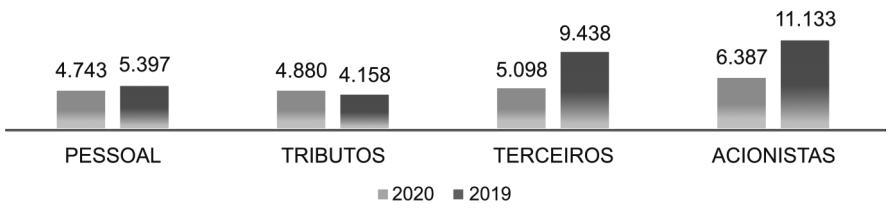
	31/12/2020
Dívida Bruta	47.002
(–) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	14.326
(–) Financiamentos a Receber	10.925
(–) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	1.416
Dívida Líquida	**20.335**

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras não é garantidora da RGR tomada por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor. A partir de dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, deixaram de ser reconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também deixaram de ser reconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras.

Indicador Dívida Líquida/Ebitda ajustado (LTM): 1,5x

11.2. Demonstração do Valor Adicionado

GRÁFICO 19
(R$ milhões)

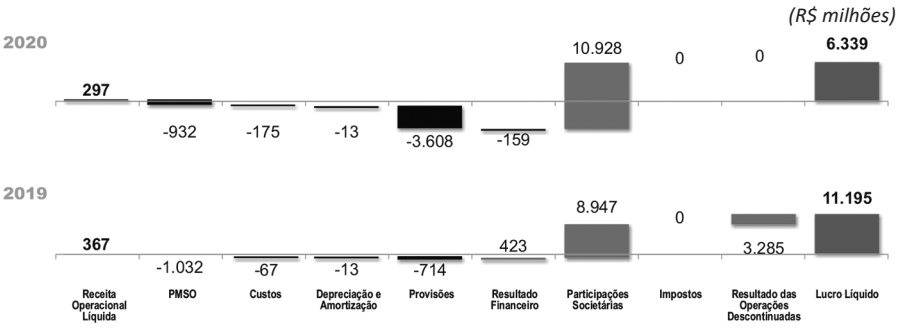


11.3 Análise do Resultado da Controladora

Em 2020, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido de R$ 6.339 milhões, uma redução de 43% em comparação ao lucro líquido de R$ 11.195 milhões registrado em 2019.

Esse resultado de 2020 foi decisivamente influenciado por: (i) Resultado de Participações Societárias, de R$ 10.928 milhões, influenciado, principalmente pelo resultado das empresas controladas; parcialmente compensado por (ii) Provisões para contingências judiciais, no montante de (R$ 2.642 milhões), decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório no montante de (R$ 2.665 milhões). O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding entre 2020 e 2019.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA ELETROBRAS HOLDING **(GRÁFICO 20)**
(R$ milhões)



Participações Societárias da Controladora

Em 2020, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R$ 10.928 milhões, decorrente principalmente do resultado de Equivalência Patrimonial dos investimentos em controladas, conforme demonstrado a seguir:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS **(TABELA 61)**
(R$ milhões)

	Controladora	
	2020	2019
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	**8.991**	**7.632**
Investimentos em coligadas		
Equivalência patrimonial	**1.937**	**854**
Total	**10.928**	**8.487**

Provisões Operacionais da Controladora

Em 2020, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R$ 3.608 milhões, frente a provisão de R$ 714 milhões em 2019.

Essa constituição é explicada, principalmente pela constituição, em Contingências, de empréstimo compulsório no valor de R$ 2.665 milhões em 2020 e de R$ 775 milhões em 2019; (ii) pela provisão para perdas em investimentos no montante de R$ 514 milhões em 2020, frente a uma reversão de R$ 7 milhões em 2019; (iii) pela provisão para implantação de ações para o empréstimo compulsório no montante de

continua

continuação

R$ 345 milhões em 2020, sem contrapartida em 2019; (iv) pela Provisão para Liquidação de Créditos Duvidosos (PCLD) no montante de R$ 139 milhões em 2020 e de R$ 356 milhões em 2019; (v) esse movimento foi parcialmente contrabalançado pela reversão de provisão relativa ao passivo a descoberto no valor de R$ 119 milhões em 2020 e de R$ 257 milhões em 2019.

PROVISÕES OPERACIONAIS **(TABELA 62)**
(Em R$ milhões)

Provisões Operacionais	Controladora	
	2020	2019
Garantias	12	101
Contingências	- 2.642	- 609
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	-139	- 356
Passivo a descoberto em Controladas	119	257
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	- 514	7
Provisão para perdas em investimentos classificados como mantidos para venda	0	0
Impairment	0	0
Provisão para implantacão de Ações - Empréstimo Compulsório	- 345	0
Provisão Aneel – CCC	- 64	0
TFRH	0	0
Outras	-36	- 114
	- 3.608	**- 714**

Resultado Financeiro da Controladora

Em 2020, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R$ 159 milhões, apresentando uma redução em relação ao resultado financeiro positivo de 2019 de R$ 423 milhões, conforme demonstrado a seguir:

RESULTADO FINANCEIRO **(TABELA 63)**
(Em R$ milhões)

RESULTADO FINANCEIRO	2020	2019
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	1.368	2.122
Receita de aplicações financeiras	695	435
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2	2
Atualizações monetárias líquidas	351	706
Variações cambiais líquidas	21	102
Outras receitas financeiras	177	343
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-1.701	-2.041
Encargos de arrendamento mercantil	-6	-6
Encargos sobre recursos de acionistas	-24	-231
Outras despesas financeiras	-1.042	-1.009
	-159	**423**

11.4. Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro, a Companhia apurou Lucro Líquido da Controladora de R$ 6.338,6 milhões.

Considerando que a obrigação anual de pagamento de dividendos mínimo aos acionistas preferenciais, estabelecida nos parágrafos 1º e 2º do artigo 10 do Estatuto Social, foi integralmente cumprida em 2021, qualquer distribuição de dividendos que venha a ser declarada e paga, no ano de 2021, deve observar somente o que dispõe os parágrafos § 3º e§ 4º do artigo 10 do Estatuto Social, que estabelece que, depois de assegurado às ações preferenciais os dividendos mínimos, será assegurado a cada ação preferencial o direito de dividendos, por cada ação, pelo menos 10% maior que os atribuídos a cada ação ordinária.

Destaca-se, ademais, que foi necessário destinar o valor de R$ 201,8 milhões referentes à reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2019, por conta do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Assim, a destinação dos resultados referente ao exercício de 2020 e lucros acumulados foi proposta pela administração, conforme detalhado no Fato Relevante divulgado em 19 de março de 2021, e se encontra descrito a seguir:

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS **(TABELA 64)**

Saldo Total a Destinar após Dividendos Obrigatórios	(R$ mil)
Saldo Total a Distribuir	4.703.939
(–) Reserva Estatutária de Investimento (50% LL de 2020)	(3.169.344)
(–) Reserva Estatutária de Estudos e Projetos (1% LL de 2020)	(63.387)
(–) Retenção de Lucros (Art.196 LSA - Orçamento de capital)	(1.471.208)
Saldo final	**0**

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS **(TABELA 65)**

Classe	Total (R$ mil)	R$/Ação
Ações preferenciais classe A	152,5	1,03814345290052
Ações preferenciais classe B	290.619,3	1,03814345290052
Ações ordinárias	1.216.366,8	0,94376677536411
Total	**1.507.138,6**	-

Farão jus aos dividendos a serem declarados na 61ª Assembleia Geral Ordinária, caso aprovados, aqueles acionistas que forem titulares de ações ordinárias preferenciais das Classes A e B, de emissão da Companhia na data da realização da referida Assembleia Geral que os deliberará.

11.5. Operações Realizadas em 2020

Em fevereiro de 2020, a Eletrobras concluiu processo de emissão de bônus no mercado internacional, realizado através de duas tranches com vencimentos em 2025 e 2030, em montantes respectivos de USD 500 milhões e USD 750 milhões. As tranches concernentes a esta emissão pagam cupons de juros semestrais, com taxas de respectivamente 3,625% e 4,625% ao ano e tem regime de amortização em bullets nas respectivas datas de vencimento.

Os recursos provenientes desta captação foram utilizados para a recompra parcial (tender offer) dos títulos emitidos em dólares em 2011, com vencimento em outubro de 2021. Este processo de recompra, que ocorreu de modo coordenado com a nova emissão, permitiu a recompra de USD 1,124 bilhões, reduzindo o montante a quitar em outubro de 2021 para USD 625,7 milhões, o que contribui para redução significativa do esforço de caixa previsto para a Holding em 2021.

Por fim, além da recompra parcial e alongamento do perfil do passivo obtidos como resultado deste processo, destaca-se que os custos da nova emissão, apresentados previamente, foram significativamente inferiores aos custos da emissão de 2011, cujos títulos foram recomprados a juros de 5,75% ao ano.

As demais captações e operações realizadas pelo Sistema Eletrobras no ano de 2020 são demonstradas de modo consolidado na tabela a seguir:

CAPTAÇÕES 2020 **(TABELA 66)**

Empresa	Contraparte (instituição financeira)	Finalidade da contratação	Contratação			
			Mês da Contratação	Valor total (R$ milhões)	Vencimento ou último pagamento	Taxa de juros (a.a.)
Furnas	Debenturistas (Coordenador Bradesco)	Série Incentivada - Pagamentos ou reembolso de gastos relativo a projetos	Fev/ 2020	800	15/11/2029	IPCA + 4,08%
	Cédula de Crédito Bancária (BTG Pactual)	Utilização no curso ordinário dos negócios	Jul/ 2020	420	03/07/2023	CDI + 2,30%
Eletronorte	Cédula de Crédito Bancária (Bradesco)	Refinanciamento e gestão de passivo	Mai/ 2020	1.000	10/05/2021	CDI + 2,62%
	Debêntures (Coordenadores: Bradesco e Santander)	Refinanciamento e gestão de passivo	Nov/ 2020	750	20/10/2024	CDI + 2,60%
Amazonas GT	Debêntures (Coordenadores: Bradesco e Santander)	Utilização no curso ordinário dos negócios	Set/ 2020	500	04/08/2024	CDI + 2,75%
CGT Eletrosul	Debêntures (Coordenador: Safra)	Série Incentivada – Pagamentos ou reembolso de gastos relativo a projetos	Dez/20	300	15/11/2028	IPCA + 3,75%
Chesf*	Contrato de financiamento (BNB)	Reforços e melhorias no sistema de Transmissão	Dez/20	Até 263,1	15/01/2034	IPCA + 1,53% e IPCA + 1,87%

* Recursos serão desembolsados conforme avanço dos Reforços e melhorias previstos

11.6. Impactos da Pandemia

A Eletrobras e suas Controladas realizaram, ao longo de 2020, acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros atinentes à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que não foi verificado impacto sobre a capacidade financeira em honrar os contratos financeiros das Controladas ou da Eletrobras durante este ano.

Dentre as medidas efetivamente executadas, destaca-se que as Controladas aderiram ao programa de *standstill* anunciado pelo BNDES em março de 2020, o que mitigou, preventivamente, riscos à liquidez destas empresas, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia sobre as Empresas Eletrobras. Este programa possibilitou economia fruto da suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 (seis) meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

No que se refere ao fluxo de caixa, a Controladora encerrou o ano de 2020, com um caixa positivo de R$ 7,8 bilhões (R$ 14,4 bilhões no consolidado), o que lhe dará uma maior segurança para os potenciais impactos acima relatados em suas operações.

Em relação à exposição cambial, a Companhia esclarece que em sua posição consolidada de balanço apresenta o cenário de exposição cambial dolarizada passiva de USD 1.124 milhões na data base de 31/12/2020, conforme quadro a seguir:

EXPOSIÇÃO CAMBIAL **(TABELA 67)**
(USD milhões)

Exposição em moeda estrangeira (Consolidado) 31/12/2020	
Ativo	**1.081**
Passivo	**(2.205)**
= Exposição Passiva	**(1.124)**

A despeito da posição de balanço demonstrar exposição consolidada passiva ao dólar, quando observado o efeito sobre o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do Bônus, em montantes correspondentes a USD 625,7 milhões, USD 500 milhões e USD 750 milhões, vencendo, respectivamente, na forma de *bullets* em outubro de 2021 e em 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de USD 2,205 bilhões que compõe a exposição cambial de balanço, USD 1,882 bilhão, ou 85,35%, estão concentrados em 3 datas específicas, relativos aos bullets previamente mencionados.

continua

continuação

12. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL 2020

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL				
(valores expressos em milhares de reais)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R$ 249.625	R$ 236.550	R$ 3.888.054	R$ 4.375.266
- Empregados	R$ 240.588	R$ 228.757	R$ 3.857.178	R$ 4.340.418
- Administradores	R$ 6.735	R$ 5.921	R$ 28.574	R$ 32.976
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,76	13,66	–	–
- Administradores	1,05	1,05	–	–
b. Benefícios Concedidos	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Encargos Sociais	R$ 62.382	R$ 73.124	R$ 939.796	R$ 1.106.042
Alimentação	R$ 11.545	R$ 14.516	R$ 195.599	R$ 211.994
Transporte	R$ 169	R$ 601	R$ 22.200	R$ 28.295
Previdência Privada	R$ 17.099	R$ 18.807	R$ 250.716	R$ 229.837
Saúde	R$ 21.985	R$ 25.013	R$ 401.324	R$ 486.305
Segurança e Medicina do Trabalho	R$ 4.789	R$ 5.371	R$ 16.838	R$ 21.987
Educação ou Auxílio-creche	R$ 2.987	R$ 3.148	R$ 63.442	R$ 68.844
Cultura	R$ –	R$ –	R$ 1.180	R$ 1.821
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R$ 2.137	R$ 1.385	R$ 15.792	R$ 24.695
Outros	R$ 28.312	R$ 20.387	R$ 460.488	R$ 513.272
Total	**R$ 151.406**	**R$ 162.352**	**R$ 2.367.376**	**R$ 2.693.092**
c. Composição do Corpo Funcional	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Nº de empregados no final do exercício	690	739	12.435	12.975
Nº de admissões	1	0	34	127
Nº de demissões	55	48	513	1.327
Nº de estagiários no final do exercício	99	109	595	921
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	8	10	475	485
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	454	482	10.092	10.483
- Feminino	236	257	2.343	2.492
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	23	36	926	1.292
- De 36 a 60 anos	612	631	9.942	10.079
- Acima de 60 anos	55	72	1.567	1.604
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	0	26	385	466
- Com ensino médio	66	41	1.076	1.270
- Com ensino técnico	0	15	3.630	4.296
- Com ensino superior	322	346	4.717	4.619
- Pós-graduados	302	311	2.627	2.324
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	64%	63%	–	–
- Feminino	36%	37%	–	–
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.288	1.453	7.394	9.492
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	313	24	1.253	743
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	1.071	140	1.740	658
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 21.308	R$ 8.297	R$ 168.838	R$ 510.346
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Totais dos investimentos em:				
Educação	R$ 230	R$ –	R$ 17.064	R$ 21.318
Cultura	R$ 1.513	R$ 1.580	R$ 2.690	R$ 11.610
Saúde e Infraestrutura	R$ –	R$ –	R$ 75.242	R$ 98.169
Esporte e Lazer	R$ –	R$ 297	R$ 1.003	R$ 1.980
Alimentação	R$ –	R$ –	R$ 375	R$ 7
Geração de Trabalho e Renda	R$ –	R$ 28	R$ 2.634	R$ 3.200
Reassentamento de Famílias	R$ –	R$ –	R$ –	R$ –
Outros	R$ 2.522	R$ 78	R$ 19.684	R$ 24.996
Total dos investimentos	**R$ 4.265**	**R$ 1.983**	**R$ 118.692**	**R$ 161.280**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ –	R$ –	R$ 6.310.854	R$ 7.019.038
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$ –	R$ –	R$ 331.245	R$ 335.965
Total de Relacionamento com a Comunidade	**R$ 4.265**	**R$ 1.983**	**R$ 6.760.791**	**R$ 7.516.283**

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL		
(valores expressos em milhares de reais)	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2.2. Interação com os Fornecedores		
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:		
Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:		
DECLARA, sob as penas da lei que:		
1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;		
1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.		
1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.		
2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;		
Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).		
Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.		
O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.		
Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.		
Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do "Balanço Social", respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:		
• boas práticas de governança;		
• combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;		
• práticas leais de concorrência;		
• direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;		
• direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;		
• promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);		
• compromisso com o desenvolvimento profissional;		
• promoção da saúde e segurança;		
• promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;		
• proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;		
• ações sociais de interesse público.		
III. Interação com o Meio Ambiente		
3.1. Investimentos	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ –	R$ –	R$ 61.722	R$ 56.051
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$ –	R$ –	R$ 65.338	R$ 82.405
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$ –	R$ –	R$ 206	R$ 259
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$ –	R$ –	R$ 2.475	R$ 2.794
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 2.566	R$ 1.959	R$ 136.965	R$ 95.591
Total dos investimentos	**2.566**	**1.959**	**266.706**	**237.100**
3.2. Passivo Ambiental	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$ –	R$ –	R$ 24	R$ 396
Passivos e contingências ambientais	R$ –	R$ –	R$ 1.164.789	R$ 178.064
Total dos passivos ambientais	**0**	**0**	**1.164.813**	**178.460**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	7.123	8.399	7.187	8.441
IV. Outras Informações				
4.1 - Informações financeiras	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita Operacional Líquida (ROL)	**R$ 297.036**	**R$ 366.525**	**R$ 29.080.268**	**R$ 29.714.256**
Resultado Operacional (RO)	**R$ 6.338.688**	**R$ 7.910.061**	**R$ 6.907.386**	**R$ 7.218.933**

continua

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 01 DE JANEIRO DE 2019

(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
ATIVO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	6	21.630	18.202	47.400	286.607	335.307	583.352
Caixa restrito	7	3.412.292	3.227.536	1.560.088	3.573.362	3.227.536	1.560.088
Títulos e valores mobiliários	8	7.740.051	6.787.137	4.034.242	14.039.358	10.426.370	6.408.104
Clientes	10	481.109	468.429	379.649	5.971.657	5.281.333	4.079.221
Ativo contratual transmissão	17	–	–	–	10.364.908	7.812.756	7.438.513
Financiamentos e empréstimos	11	5.937.323	5.120.734	8.257.761	4.748.661	3.473.393	3.903.084
Remuneração de participações societárias	12	4.720.491	3.592.503	2.474.558	675.510	299.899	219.895
Tributos a recuperar	13	519.200	807.150	488.591	833.960	1.474.662	1.216.261
Imposto de renda e contribuição social	14	829.569	309.033	817.417	1.292.750	2.382.899	2.420.165
Direito de ressarcimento	15	–	–	–	4.684	48.458	454.139
Almoxarifado		305	272	274	509.991	471.824	380.292
Estoque de combustível nuclear	16	–	–	–	428.340	538.827	510.638
Instrumentos financeiros derivativos	42	–	138	2.195	317.443	140.543	182.760
Risco Hidrológico		–	–	–	3.132	13.590	81.301
Créditos com controladas - CCD		–	–	2.406.622	–	–	–
Outros		1.683.297	1.444.837	1.296.560	1.852.043	2.016.330	2.104.904
		25.345.267	**21.775.971**	**21.765.357**	**44.902.406**	**37.943.727**	**31.542.717**
Ativos mantidos para venda	45	289.331	1.546.250	5.282.624	289.331	3.543.519	15.424.359
		25.634.598	**23.322.221**	**27.047.981**	**45.191.737**	**41.487.246**	**46.967.076**
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Direito de ressarcimento	15	5.583.447	5.382.834	3.234.542	5.583.447	5.415.547	5.802.172
Financiamentos e empréstimos	11	11.197.073	18.282.460	20.518.018	6.176.238	10.803.423	9.971.857
Clientes	10	–	–	–	1.061.899	285.351	8.413
Títulos e valores mobiliários	8	322.884	374.601	293.509	323.236	407.071	293.833
Estoque de combustível nuclear	16	–	–	–	1.264.780	840.550	828.410
Tributos a recuperar	13	2.781	–	–	430.045	420.370	265.805
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	–	–	–	2.068.894	647.903	878.160
Cauções e depósitos vinculados		4.676.895	4.168.575	3.307.301	6.752.865	6.891.416	5.788.905
Ativo contratual transmissão	17	–	–	–	41.023.616	41.696.467	42.843.308
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu	18	1.103.034	1.905.607	2.603.118	3.199.751	3.983.519	4.636.195
Instrumentos financeiros derivativos	42	–	–	–	310.100	151.315	188.262
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	1.223.108	774.468	1.140.732	1.541	181.257	459.563
Risco Hidrológico		–	–	–	149.094	179.879	227.083
Fundo de descomissionamento	9	1.753.827	1.222.393	897.847	1.753.827	1.222.393	897.847
Outros		1.153.411	1.350.913	1.470.295	1.271.995	1.024.607	706.556
		27.016.460	**33.461.851**	**33.465.362**	**71.371.328**	**74.151.068**	**73.796.369**
INVESTIMENTOS	20						
Avaliados por equivalência patrimonial		75.526.783	73.447.611	70.138.940	26.996.243	26.956.264	26.479.458
Mantidos a valor justo		2.011.911	1.970.479	1.388.460	2.093.279	2.056.990	1.447.150
		77.538.694	**75.418.090**	**71.527.400**	**29.089.522**	**29.013.254**	**27.926.608**
IMOBILIZADO	21	244.673	255.947	198.711	32.662.912	33.315.874	32.370.392
INTANGÍVEL	22	42.974	19.518	13.386	650.950	655.041	649.650
		104.842.801	**109.155.406**	**105.204.859**	**133.774.712**	**137.135.237**	**134.743.019**
TOTAL DO ATIVO		**130.477.399**	**132.477.627**	**132.252.840**	**178.966.449**	**178.622.483**	**181.710.095**

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
CIRCULANTE							
Financiamentos, empréstimos e debêntures	25	7.984.194	5.792.323	7.031.515	11.410.751	7.715.160	12.102.985
Empréstimo compulsório	27	57.201	15.156	15.659	57.201	15.156	15.659
Fornecedores	24	705.908	494.133	569.218	3.904.051	3.095.469	3.360.550
Adiantamentos		1.060.770	614.171	357.275	1.134.845	683.602	421.002
Tributos a recolher	28	335.432	201.516	166.523	1.194.042	1.575.658	1.277.051
Imposto de renda e contribuição social	14	–	–	917.734	319.435	2.532.732	2.953.072
Contratos onerosos	31	–	–	–	40.196	3.913	9.436
Remuneração aos acionistas	30	1.530.718	2.559.429	1.257.502	1.547.158	2.575.216	1.305.633
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	18	647.214	703.114	799.401	647.214	703.114	799.401
Obrigações estimadas	36	167.344	147.106	164.083	1.454.148	1.331.257	1.395.985
Obrigações de ressarcimento	15	1.373.656	1.796.753	1.250.619	1.618.508	1.796.753	1.250.619
Benefício pós-emprego	32	–	14.875	29.336	192.209	161.773	164.160
Provisões para contingências	33	1.332.779	1.014.585	850.828	1.722.562	1.031.488	931.364
Encargos setoriais	29	–	–	–	586.845	627.611	653.017
Arrendamentos	26	7.595	7.574	–	217.321	219.484	152.122
Instrumentos financeiros derivativos	42	–	683	928	–	683	962
Outros		111.998	89.553	66.887	353.580	579.394	235.387
		15.314.809	**13.450.971**	**16.344.318**	**26.400.066**	**24.648.463**	**27.028.405**
Passivos associados a ativos mantidos para venda	45	–	–	11.127.717	–	1.692.708	10.294.967
		15.314.809	**13.450.971**	**27.472.035**	**26.400.066**	**26.341.171**	**37.323.372**
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos, empréstimos e debêntures	25	20.014.081	27.526.178	20.603.333	35.591.282	40.184.481	42.738.041
Fornecedores	24	–	–	–	16.556	18.143	16.555
Adiantamentos		–	–	–	290.870	369.262	448.881
Empréstimo compulsório	27	989.908	470.600	477.459	989.908	470.600	477.459
Obrigação para desmobilização de ativos	34	–	–	–	3.040.011	3.129.379	2.620.128
Provisões para contingências	33	16.526.961	16.924.171	17.604.730	24.108.078	24.214.938	23.196.295
Benefício pós-emprego	32	1.131.997	822.512	1.196.286	6.824.632	4.826.088	2.979.367
Provisão para passivo a descoberto		–	104.294	3.906.598	4.191	–	–
Contratos onerosos	31	–	–	–	414.705	361.934	715.942
Obrigações de ressarcimento	15	–	–	–	22.259	–	–
Arrendamentos	26	48.333	55.928	–	835.873	987.705	823.993
Concessões a pagar - Uso do bem Público		–	–	–	65.954	68.555	64.144
Adiantamentos para futuro aumento de capital		74.060	50.246	3.873.412	74.060	50.246	3.873.412
Instrumentos financeiros derivativos	42	–	–	–	10.014	5.000	25.459
Encargos setoriais	29	–	–	–	744.442	730.303	721.536
Tributos a recolher	28	–	–	–	182.179	239.959	248.582
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	650.523	628.904	432.582	3.705.055	4.193.607	8.260.501
Outros		2.248.420	1.741.779	1.510.899	1.895.020	1.271.847	1.496.527
		41.684.283	**48.324.612**	**49.605.299**	**78.815.089**	**81.122.047**	**88.706.822**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	37	39.057.271	31.305.331	31.305.331	39.057.271	31.305.331	31.305.331
Adiantamentos para futuro aumento de capital		–	7.751.940	–	–	7.751.940	–
Reservas de capital		13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros		28.908.054	23.887.181	15.887.829	28.908.054	23.887.181	15.887.829
Lucros acumulados		–	201.752	(296.156)	–	201.752	(296.156)
Outros resultados abrangentes acumulados		(8.354.188)	(6.311.330)	(5.588.668)	(8.354.188)	(6.311.330)	(5.588.668)
Participação de acionistas controladores		**73.478.307**	**70.702.044**	**55.175.506**	**73.478.307**	**70.702.044**	**55.175.506**
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	272.987	457.221	504.395
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**73.478.307**	**70.702.044**	**55.175.506**	**73.751.294**	**71.159.265**	**55.679.901**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**130.477.399**	**132.477.627**	**132.252.840**	**178.966.449**	**178.622.483**	**181.710.095**

continua

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita Operacional Líquida	39	297.036	366.525	29.080.513	29.714.264
Custos Operacionais	40	(175.124)	(67.019)	(13.427.020)	(13.758.855)
RESULTADO BRUTO		**121.912**	**299.506**	**15.653.493**	**15.955.409**
Despesas Operacionais	40	(4.552.850)	(1.759.370)	(12.944.576)	(7.354.623)
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	17	–	–	4.228.338	–
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(4.430.938)**	**(1.459.864)**	**6.937.255**	**8.600.786**
Resultado Financeiro	41	(158.697)	423.397	(1.671.646)	(2.448.786)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(4.589.635)**	**(1.036.467)**	**5.265.609**	**6.152.000**
Resultado das Participações Societárias	20	10.928.323	8.946.528	1.670.903	1.041.071
Outras Receitas e Despesas		–	–	16.134	24.715
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**6.338.688**	**7.910.061**	**6.952.646**	**7.217.786**
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	–	–	(2.418.461)	(2.664.975)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	–	–	1.853.128	3.295.634
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		**6.338.688**	**7.910.061**	**6.387.313**	**7.848.445**
Parcela Atribuída aos Controladores		6.338.688	7.910.061	6.338.688	7.910.061
Parcela Atribuída aos Não Controladores		–	–	48.625	(61.617)
OPERAÇÃO DESCONTINUADA					
LUCRO LÍQUIDO DE IMPOSTOS DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA		**–**	**3.284.975**	**–**	**3.284.975**
Parcela Atribuída aos Controladores		–	3.284.975	–	3.284.975
Parcela Atribuída aos Não Controladores		–	–	–	–
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**6.338.688**	**11.195.036**	**6.387.313**	**11.133.420**
Parcela Atribuída aos Controladores		6.338.688	11.195.036	6.338.688	11.195.036
Parcela Atribuída aos Não Controladores		–	–	48.625	(61.617)
RESULTADO POR AÇÃO	38				
Resultado por ação - básico (ON)		R$ 4,06	R$ 8,12	R$ 4,06	R$ 8,12
Resultado por ação - básico (PN)		R$ 4,47	R$ 8,93	R$ 4,47	R$ 8,93
Resultado por ação - diluído (ON)		R$ 4,00	R$ 6,96	R$ 4,00	R$ 6,96
Resultado por ação - diluído (PN)		R$ 4,40	R$ 7,65	R$ 4,40	R$ 7,65
Operação Continuada					
Resultado por ação - básico (ON)		R$ 4,06	R$ 5,73	R$ 4,06	R$ 5,73
Resultado por ação - básico (PN)		R$ 4,47	R$ 6,31	R$ 4,47	R$ 6,31
Resultado por ação - diluído (ON)		R$ 4,00	R$ 4,92	R$ 4,00	R$4,92
Resultado por ação - diluído (PN)		R$ 4,40	R$ 5,40	R$ 4,40	R$ 5,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	**6.338.688**	**11.195.036**	**6.387.313**	**11.133.420**
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	63.584	577.419	67.593	597.223
IR / CSLL diferidos	(21.619)	(196.322)	(20.417)	(201.704)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(1.915.719)	(1.511.401)	–	–
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(222.164)	415.190	(2.304.304)	(2.075.470)
IR / CSLL diferidos	–	–	161.210	964.837
	(2.095.918)	(715.114)	(2.095.918)	(715.114)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	58.302	7.795	90.061	12.824
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	279	(1.439)	279	(1.439)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(5.520)	(13.904)	(37.279)	(18.933)
	53.061	(7.548)	53.061	(7.548)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(2.042.857)**	**(722.662)**	**(2.042.857)**	**(722.662)**
Total do resultado abrangente do exercício	**4.295.831**	**10.472.374**	**4.344.456**	**10.410.758**
Parcela atribuída aos controladores			4.295.831	10.472.374
Parcela atribuída aos não controladores			48.625	(61.617)
			4.344.456	**10.410.757**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(em milhares de Reais)

				Reservas de Lucros								
	Capital Social	AFAC	Reservas de Capital	Legal	Retenção de Lucros	Estatutárias	Reserva Especial de Dividendos	Estatutárias - Investimentos	Lucro / Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	**31.305.331**	**–**	**13.867.170**	**834.414**	**5.947.331**	**183.006**	**2.291.889**	**6.631.189**	**–**	**(5.517.424)**	**55.542.906**	**466.042**	**56.008.948**
Ajuste de reapresentação	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(296.156)**	**(71.244)**	**(367.400)**	**38.353**	**(329.047)**
Em 01 de janeiro de 2019	**31.305.331**	**–**	**13.867.170**	**834.414**	**5.947.331**	**183.006**	**2.291.889**	**6.631.189**	**(296.156)**	**(5.588.668)**	**55.175.506**	**504.395**	**55.679.901**
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	7.795	7.795	–	7.795
Ajuste Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	–	415.190	415.190	–	415.190
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	577.419	577.419	–	577.419
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(196.322)	(196.322)	–	(196.322)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	–	(157.209)	(1.525.305)	(1.682.514)	14.443	(1.668.071)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	–	7.751.940	–	–	–	–	–	–	–	–	7.751.940	–	7.751.940
Instrumentos Financeiros - Hedge	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.439)	(1.439)	–	(1.439)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	11.195.036	–	11.195.036	(61.617)	11.133.419
Constituição de reservas	–	–	–	534.856	2.008.963	106.971	–	5.348.562	(7.999.352)	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.540.567)	–	(2.540.567)	–	(2.540.567)
Em 31 de dezembro de 2019	**31.305.331**	**7.751.940**	**13.867.170**	**1.369.270**	**7.956.294**	**289.977**	**2.291.889**	**11.979.751**	**201.752**	**(6.311.330)**	**70.702.044**	**457.221**	**71.159.265**
Aumento de Capital	7.751.940	(7.751.940)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	58.302	58.302	–	58.302
Ajuste Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(222.164)	(222.164)	–	(222.164)
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	–	–	–	–	–	–	–	–	–	63.584	63.584	–	63.584
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(21.619)	(21.619)	–	(21.619)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	–	(16.472)	(1.921.240)	(1.937.712)	(232.859)	(2.170.571)
Instrumentos Financeiros - Hedge	–	–	–	–	–	–	–	–	–	279	279	–	279
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	–	–	–	4.044	–	4.044	–	4.044
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	6.338.688	–	6.338.688	48.625	6.387.313
Constituição de reservas	–	–	–	316.934	1.471.208	63.387	–	3.169.344	(5.020.873)	–	–	–	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.507.139)	–	(1.507.139)	–	(1.507.139)
Em 31 de dezembro de 2020	**39.057.271**	**–**	**13.867.170**	**1.686.204**	**9.427.502**	**353.364**	**2.291.889**	**15.149.095**	**–**	**(8.354.188)**	**73.478.307**	**272.987**	**73.751.294**

continua

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em milhares de reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2020	CONTROLADORA 31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2019 Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.338.688**	**7.910.061**	**6.952.646**	**7.217.786**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	**40**	12.812	13.386	1.862.869	1.807.429
Variações cambiais e monetárias líquidas	**41**	(371.847)	(807.983)	260.761	(451.967)
Encargos financeiros	**41**	362.423	155.922	2.438.704	2.983.484
Resultado da equivalência patrimonial	**20**	(10.928.323)	(8.946.528)	(1.670.903)	(1.041.071)
Resultado na alienação das participações societárias		–	–	(16.134)	(24.715)
Receita contratual - Transmissão	**39**	–	–	(6.026.214)	(5.857.486)
Receita de construção	**39**	–	–	(816.002)	(797.250)
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	**17**	–	–	(4.228.338)	–
Provisões (reversões) operacionais	**40.1**	3.608.305	714.233	7.373.551	2.005.808
Participação de acionistas não controladores		–	–	(73.699)	(70.772)
Instrumentos financeiros - derivativos		–	–	(332.017)	56.613
Outras		255.443	(109.714)	221.811	(861.219)
		(7.061.187)	(8.980.685)	(1.005.611)	(2.251.146)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		(1)	–	(1.454.193)	(1.390.270)
Títulos e valores mobiliários		(952.915)	(2.752.895)	(3.580.871)	(4.050.412)
Direito de ressarcimento		–	–	76.487	792.306
Almoxarifado		(33)	2	(38.167)	(91.532)
Estoque de combustível nuclear	**16**	–	–	(313.743)	(40.329)
Ativo financeiro - Itaipu	**18**	746.673	601.224	746.673	601.224
Ativos mantidos para venda	**45**	317.440	2.751.082	2.314.709	10.863.548
Risco Hidrológico		–	–	41.243	114.915
Créditos com controladas - CCD		–	2.406.622	–	–
Outros		301.232	(701.462)	116.654	(2.157.090)
		412.396	2.304.573	(2.091.208)	4.642.359
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		186.075	(14.636)	781.295	(203.044)
Adiantamentos		–	79.676	(73.748)	5.762
Arrendamentos		5.562	22.504	402.881	(316.152)
Obrigações estimadas		20.238	12.632	94.915	(193.728)
Obrigações de ressarcimento		–	–	267.111	–
Encargos setoriais	**29**	–	–	(26.627)	(16.639)
Passivos associados a ativos mantidos para venda	**45**	–	(2.860.610)	(1.692.708)	(8.602.259)
Contas a pagar com controladas		–	(2.866.810)	–	–
Outros		334.585	353.262	(678.704)	227.316
		546.460	(5.273.981)	(925.584)	(9.098.744)
Pagamento de encargos financeiros		(923.272)	(1.636.833)	(1.701.076)	(3.650.619)
Recebimento da RAP e indenizações	**17**	–	–	9.153.453	7.369.192
Recebimento de encargos financeiros		1.114.743	1.753.617	662.713	1.114.465
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(203.217)	(257.052)	(3.537.980)	(3.384.888)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias		4.679.285	3.811.443	1.195.566	1.007.575
Pagamento de previdência complementar		(13.057)	(30.140)	(305.292)	(258.519)
Pagamento de contingências judiciais	**33**	(3.175.996)	(1.702.671)	(3.247.582)	(1.792.631)
Cauções e depósitos vinculados		(940.782)	(757.270)	(951.327)	(621.161)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações continuadas		774.063	(2.858.939)	4.198.719	293.670
Caixa líquido usados nas atividades operacionais das operações descontinuadas	**47**	–	–	–	(379.997)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais		**774.063**	**(2.858.939)**	**4.198.719**	**(86.327)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas		5.193.319	5.000.000	9.157.888	6.779.312
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal		(9.230.730)	(9.712.469)	(12.613.613)	(12.463.148)
Pagamento de remuneração aos acionistas	**30**	(2.579.118)	(1.219.194)	(2.593.945)	(1.183.146)
Pagamento de arrendamentos financeiros	**26**	(13.136)	(40.998)	(556.876)	(547.226)
Outros		–	‘–	(82.424)	(51.412)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas		(6.629.666)	(2.312.446)	(6.688.971)	(3.805.405)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento das operações descontinuadas	**47**	–	–	–	414.724
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(6.629.666)**	**(2.312.446)**	**(6.688.971)**	**(3.390.681)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		–	(627.871)	–	(40.040)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		6.224.747	5.744.256	4.138.002	4.904.413
Aquisição de ativo imobilizado		(1.529)	(197)	(2.254.786)	(1.954.652)
Aquisição de ativo intangível		(23.466)	(6.088)	(142.003)	(65.550)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		–	(55.560)	(68.169)	(418.016)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	**19**	(1.280.200)	(897.644)	(6.780)	(124.032)
Alienação de investimentos em participações societárias		939.479	985.292	941.779	1.017.292
Outros		–	–	(166.492)	(55.723)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento das operações continuadas		5.859.031	5.142.187	2.441.552	3.263.691
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	**47**	–	–	–	6.337
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		**5.859.031**	**5.142.187**	**2.441.552**	**3.270.028**
Redução no caixa e equivalentes de caixa		**3.428**	**(29.198)**	**(48.700)**	**(206.981)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício das operações continuadas	**6**	18.202	47.400	335.307	583.352
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício das operações continuadas	**6**	21.630	18.202	286.607	335.307
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	**47**	–	–	–	41.064
		3.428	**(29.198)**	**(48.700)**	**(206.981)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 31/12/2020	CONTROLADORA 31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2019 Reapresentado
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	268.353	439.040	38.640.567	37.035.997
Receita de construção	–	–	816.002	795.988
PCLD - Consumidores e Revendedores	–	–	(804.865)	267.938
	268.353	439.040	38.651.704	38.099.923
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(387.982)	(425.423)	(7.610.429)	(7.807.914)
Encargos setoriais	–	–	(1.832.748)	(1.823.718)
Energia comprada para revenda	(175.124)	(67.019)	(2.400.358)	(3.610.455)
Combustível para produção de energia elétrica	–	–	(2.092.135)	(2.132.559)
Provisões/Reversões operacionais	(3.608.305)	2.570.742	(6.568.686)	1.757.087
	(4.171.411)	2.078.300	(20.504.356)	(13.617.559)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(3.903.058)	2.517.340	18.147.348	24.482.364
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(12.813)	(13.386)	(1.862.869)	(1.807.429)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(3.915.871)	2.503.954	16.284.479	22.674.935
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	10.928.323	8.946.528	1.670.903	1.041.071
Receitas financeiras	2.592.379	6.821.297	3.137.183	6.385.934
Alienação de participações societárias	–	–	16.134	24.715
	13.520.702	15.767.825	4.824.220	7.451.720
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	9.604.831	18.271.779	21.108.699	30.126.655

	CONTROLADORA 31/12/2020	CONTROLADORA 31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2019 Reapresentado
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
Pessoal, encargos e honorários	417.369	446.081	4.520.641	4.840.977
Plano de aposentadoria e pensão	–	22.801	222.211	556.508
	417.369	468.882	4.742.852	5.397.485
TRIBUTOS				
Federal	(28.683)	72.515	3.875.792	2.969.518
Estadual	–	–	995.304	1.178.644
Municipal	–	–	9.207	9.436
	(28.683)	72.515	4.880.303	4.157.598
TERCEIROS				
Juros	2.751.076	6.397.900	4.808.829	9.172.121
Aluguéis	21.207	20.388	121.994	109.780
Outras	105.174	117.058	167.408	156.251
	2.877.457	6.535.346	5.098.231	9.438.152
ACIONISTAS				
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	2.540.567	–	2.540.567
Participação de acionistas não controladores	–	–	48.625	(61.616)
Reservas	6.338.688	8.654.469	6.338.688	8.654.469
	6.338.688	11.195.036	6.387.313	11.133.420
	9.604.831	18.271.779	21.108.699	30.126.655

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras", "Companhia" ou "Controladora") é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo - B3, Madri - LATIBEX e Nova York - NYSE. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal (Controladora final da Companhia).

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto e indireto em empresas de geração e transmissão de energia elétrica (vide nota 3), e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar e participações diretas na Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), na Inambari Geração de Energia S.A. e na Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaia Usina y Transmisiones Eléctricas de Uruguay – UTE), além de participações diretas e indiretas em 94 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) (Em conjunto, "Empresas Eletrobras").

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de março de 2021.

Capitalização da Eletrobras

Em fevereiro de 2021, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.031/2021 que possibilita o início dos estudos da modelagem da capitalização da Eletrobras, pelo BNDES, e traz algumas modificações em relação ao texto do Projeto de Lei de desestatização da Eletrobras nº 5.877/2019.

Dentre as modificações, se destacam: a inclusão da prorrogação, por 30 anos, da usina hidroelétrica de Tucuruí, da controlada Eletronorte, que atualmente está no regime de produtor independente e não sob regime de cotas; obrigação de aportes de recursos para revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas (R$ 230 milhões anuais em 10 anos), cujos contratos de concessão sejam afetados pela MP, e para redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal (R$ 295 milhões anuais em 10 anos), diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio da Eletronorte, além da revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco (R$ 350 milhões anuais em 10 anos); nova repartição de receita entre União (através do pagamento de bonificação de outorga) e a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético (através do pagamento de quotas anuais em 30 anos), antes 2/3 outorga e 1/3 CDE; agora ½ outorga e ½ CDE; e a previsão de criação de ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dará o poder de veto em determinadas deliberações sociais previstas na MP.

Ressalta-se que o racional adotado no Projeto de Lei permanece no sentido de que todas as obrigações financeiras previstas na referida MP serão descontadas do valor adicionado decorrente da mudança de regime e concessão de novas outorgas de concessão, por 30 anos, dos contratos prorrogados pelo art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e das concessões alcançadas pelo disposto no inciso II do § 2º do art. 22 da Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 (usinas sob regime de cotas), bem como das concessões alcançadas pelo § 3º do art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015 (UHE Sobradinho e UHE Itumbiara); e do novo contrato da UHE Tucuruí citado acima.

A capitalização da Eletrobras está condicionada à conversão da MP em Lei, mediante aprovação pelo Congresso Nacional.

COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

A Eletrobras e suas Controladas mantêm acompanhamento diligente quanto a potencial materialização de impactos financeiros no que diz respeito à pandemia sobre a sua capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Neste sentido, constata-se que em 2020 a Companhia não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira ou de suas Controladas.

A seguir destacamos as principais medidas que estão sendo adotadas pela Companhia.

Contexto Operacional

Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia: (i) instalação do monitoramento remoto de subestações; (ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela Holding, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos; (iii) realização de workshops para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

• Geração

A Eletrobras monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização das Empresas Eletrobras, firmados no ACR e ACL, com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência. Foram realizadas renegociações em 3% dos contratos firmados no mercado livre, sem perda econômica para as Empresas Eletrobras. Com relação à inadimplência, excluindo a inadimplência da Amazonas Energia com a Amazonas GT por ser uma situação atípica (vide nota 10) e que não guarda relação com a pandemia da COVID-19, não houve registros significativos nos contratos existentes no ACR, no ACL, nas cotas de garantia física, Itaipu e PROINFA em 2020. Ocorreu apenas 0,02% de inadimplência nos contratos existentes no ACL, sem impacto econômico para as Empresas Eletrobras. Cabe mencionar que, no ambiente regulado, foram adotadas medidas de solução sistêmica pelo MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), como a criação da "Conta COVID" permitindo maior capacidade de pagamento por parte de empresas distribuidoras de energia.

Portanto, ainda que a pandemia do COVID-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras visto que os resultados ficaram dentro do planejado.

• Transmissão

Em junho de 2020, a ANEEL reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, através da publicação da Resolução Autorizativa 8.926/2020, que autorizou a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 4 meses, como medida de enfrentamento dos efeitos da COVID-19. Atualmente, as Empresas Eletrobras possuem um total de 6 empreendimentos com cronograma postergado em até 4 meses com base nesta resolução.

Apesar da pandemia, em 2020, as Empresas Eletrobras energizaram 26 empreendimentos de grande porte de transmissão, que adicionaram 150 km de novas Linhas de Transmissão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e com uma agregação adicional de Receita Anual Permitida (RAP), na ordem de R$ 116 milhões. Destes empreendimentos, 23 foram concluídos entre março e dezembro de 2020.

Não são estimados impactos significativos nos prazos e nos custos da obra em decorrência da postergação mencionada.

Impactos financeiros e econômicos da pandemia provocada pelo COVID-19

Programa de suspensão de dívidas (*Standstill*)

As Controladas aderiram ao programa de StandStill anunciado pelo BNDES em março de 2020, o que mitigou preventivamente riscos à liquidez destas empresas, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia sobre as empresas da Eletrobras. Este programa possibilitou suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

A Controladora encerrou o ano de 2020, com um caixa no montante de R$ 7,8 bilhões (R$ 14,3 bilhões no consolidado), o que lhe garante uma maior segurança para evitar potenciais impactos financeiros em suas operações.

Exposição Cambial

Em decorrência da exposição consolidada passiva líquida, principalmente de US$ 1.064 milhões e de EUR 49 milhões, no período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia foi impactada de forma negativa no montante de R$ 544 milhões, devido à valorização das moedas estrangeiras perante o real. Todavia, quando se observa o fluxo de caixa, sobretudo no curto prazo, a posição consolidada passiva líquida demonstra que o perfil de desembolso dos passivos é mais alongado e concentrado que o dos ativos. Isto pode ser compreendido constatando que grande parte do desembolso dos passivos componentes do balanço é concernente à quitação da parcela remanescente do bônus, em montantes correspondentes a US$ 625 milhões, US$ 500 milhões e US$ 750 milhões, vencendo respectivamente na forma de bullets em 2021, 2025 e 2030. Assim, observa-se que do total do passivo de US$ 2.240 milhões que compõe a exposição cambial de balanço, US$ 1.880 milhões, ou 84%, estão concentrados em três datas especificas, as duas últimas de longo prazo. A Composição da exposição cambial de ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira segue abaixo:

		CONSOLIDADO			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
USD	Empréstimos obtidos	(2.145.138)	(11.147.641)	(2.077.144)	(8.371.098)
	Empréstimos concedidos	808.296	4.200.471	1.450.154	5.845.135
	Ativo financeiro - Itaipu	272.504	1.416.128	451.654	1.820.482
	Exposição líquida - USD	(1.064.338)	(5.531.042)	(175.336)	(705.481)
EURO	Empréstimos obtidos	(48.770)	(311.052)	(51.966)	(235.353)
	Exposição líquida - EURO	(48.770)	(311.052)	(51.966)	(235.353)

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2020

2.1. Captação de recursos

Em fevereiro de 2020, a Eletrobras emitiu Notes, no valor total de US$ 1,25 bilhão. Furnas emitiu debêntures da segunda série e a Eletronorte, realizou a captação de recursos por intermédio de Cédula de Crédito Bancário de curto prazo celebrada com o banco Bradesco BBI S.A. Maiores detalhes na nota 25.

2.2. Transferência de ações Amazonas Energia para Eletronorte

Em março de 2020, foram transferidas para a Eletronorte 497.946.334 ações ordinárias representativas do capital social da Amazona Energia, pelo valor de R$ 3.130.227, a ser ajustado, conforme o contrato de dação em pagamento e outras avenças firmadas entre Eletrobras e Eletronorte. O pagamento pela aquisição da Amazonas Energia foi realizado através da quitação do crédito da Eletronorte contra a Companhia.

2.3. Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – Concessões de Transmissão

Em junho de 2020, em reunião ordinária da Diretoria da ANEEL, foram aprovadas as revisões tarifárias das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013 e aprovada a RAP destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021, maiores detalhes na nota 17.

2.4. Usina Candiota III

Em julho de 2020, ocorreu um evento de falha no conjunto turbina/gerador da Usina Candiota III, sem registros aparentes de danos para os demais equipamentos. As atividades retornaram na segunda quinzena de novembro de 2020. Maiores detalhes na nota 40.1.

2.5. Usina Angra 2 – Eletronuclear

Em junho de 2020, durante a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina de Angra 2, foram realizadas inspeções que detectaram, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contêm as pastilhas de urânio enriquecido, o que demandou rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Em 17 de agosto de 2020, a Usina de Angra 2 foi reconectada ao SIN com funcionamento normal. Maiores detalhes, vide nota 15.

2.6. Pagamento de Dividendos da Eletrobras

Em julho de 2020, a Eletrobras aprovou o pagamento de Dividendos do exercício de 2019, tendo sido pago em setembro de 2020 no montante de R$ 2.579 milhões, que inclui atualização monetária. Em janeiro de 2021 Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R$ 2.291.889 revertendo integralmente o saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos. Maiores detalhes, vide notas 30 e 48, respectivamente.

2.7. Aumento de capital na Eletronuclear

Em outubro de 2020, a Eletrobras aumentou o capital na controlada Eletronuclear, no valor de R$ 1.885.778, mediante a conversão de créditos de AFAC no valor de R$ 850.000, bem como na capitalização de créditos de financiamento no valor de R$ 1.035.778.

2.8. Transferência SPEs

Em 2020, a Eletrobras concluiu a transferência da totalidade das participações que detinha nas SPEs Manaus Transmissora de Energia (MTE), Mangue Seco 2, Santa Vitória do Palmar Holding, Hermenegildo I, Hermenegildo II, Hermenegildo III e Chuí IX. Maiores detalhes na nota 46.4.

2.9. Empréstimos – Amazonas Energia S.A.

Em dezembro de 2020, foi aprovada a renegociação de dívida da Amazonas Energia S.A., com a Eletrobras, no montante total de R$ 4.033.855. Maiores detalhes na nota 11.

2.10. Acordo com Light

Em dezembro de 2020, Furnas aprovou um acordo judicial ajuizado pela Light Serviços de Eletricidade S.A. (LIGHT), que objetivou reaver quantias pagas indevidamente à Furnas, a título de tarifa de suprimento de energia, no ano de 1986. O valor do Acordo é de R$ 496.000 a ser pago por Furnas, da seguinte forma: i) R$ 336.000 em 2020 (vide nota 40); ii) R$ 40.000 em 2021; e iii) R$ 120.000 em 2022, podendo ser compensado total ou parcialmente com a transferência de ativos referentes às Demais Instalações de Transmissão (DIT) obrigatórias e/ou facultativas, situadas na área de concessão da Light e acordadas entre as empresas, mediante anuência da ANEEL, tendo como base os valores reconhecidos na base de ativos da Light e homologados pela Agência até de março de 2022.

2.11. Processo Empréstimo Compulsório

Em março de 2021, a Companhia informou que foi julgado improcedente o recurso de Embargos de Declaração, interposto pela própria, em que pleiteia-se com a Gerdau e outros credores do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. O laudo pericial apresentou o valor de cerca de R$ 1,3 bilhão (podendo chegar a 1,8 bilhão, se consideradas a atualização monetária e a incidência de multa e honorários indicadas pelas autoras da ação) e foi homologado pelo juiz, para o qual a Companhia realizou a constituição de provisão. Maiores detalhes nota 33.

continua

continuação

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, detém diversas concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão ou participações em SPEs que também atuam nestes mesmos segmentos.

I – Concessões e Autorizações de Geração

A Companhia detém diversas concessões e autorizações de energia elétrica em usinas hidrelétricas (UHE), pequenas centrais hidrelétricas (PCH), centrais geradoras eólicas (EOL), parques eólicos, usinas termonucleares (UTN) e usinas termoelétricas (UTE), cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

Contrato	Hidráulicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	UHE Belo Monte	11.233	PA	2045
007/2004	UHE Tucuruí	8.535	PA	2024
002/2008	UHE Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	UHE Santo Antônio (Mesa)	3.568	RO	2043
006/2004	UHE Xingó	3.162	SE	2042
006/2004	UHE Paulo Afonso IV	2.462	BA	2042
004/2004	UHE Itumbiara	2.082	MG	2035
002/2011	UHE Teles Pires	1.820	MT	2046
006/2004	UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE	2042
004/2004	UHE Marimbondo	1.440	MG	2047
005/2004	UHE Serra da Mesa	1.275	TO	2039
004/2004	UE Furnas	1.216	MG	2045
006/2004	UHE Sobradinho	1.050	BA	2052
004/2004	UHE Luis Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP	2045
005/1997	UHE Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	UHE Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	UHE Três Irmãos	808	SP	2044
006/2004	UHE Paulo Afonso III	794	BA	2042
002/2014	UHE São Manoel	736	PA	2049
130/2001	UHE Peixe Angical	499	TO	2036
004/2004	UHE Mascarenhas de Moraes (1)	476	MG	2024
006/2004	UHE Paulo Afonso II	443	BA	2042
001/2014	UHE Sinop	402	MT	2049
006/2004	UHE Apolônio Sales (Moxotó)	400	BA	2042
004/2004	UHE Corumbá 1	375	GO	2044
004/2004	UHE Porto Colômbia	320	MG	2047
003/2006	UHE Simplício	306	MG	2041
002/2007	UHE Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	UHE Balbina	250	AM	2027
006/2004	UHE Boa Esperança (Castelo Branco)	237	PI	2042
005/2011	UHE Samuel	217	RO	2029
004/2004	UHE Funil	216	RJ	2045
129/2001	UHE Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	UHE Manso	210	MT	2035
006/2004	UHE Paulo Afonso I	180	BA	2042
001/2007	UHE Governador Jayme Canet Júnior	178	PR	2042
001/2006	UHE Baguari	140	MG	2041
007/2006	UHE Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2012	UHE Coaracy Nunes	78	AP	2042
004/2006	UHE Passo São João	77	RS	2041
002/2006	UHE Batalha	53	MG	2041
092/2002	UHE São Domingos	48	MS	2037
007/2004	UHE Curuá-Una	30	PA	2038
006/2004	UHE Funil	30	BA	2042
003/2006	UHE Anta	28	RJ	2041
006/2004	UHE Pedra	20	BA	2042
374/2005	PCH João Borges	19	SC	2035
186/2004	PCH Barra do Rio Chapéu	15	SC	2034
006/2004	UHE Curemas	4	PB	2024

Portaria	Eólicas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Portaria MME nº 220/2014	EOL Casa Nova (2) (3)	180	BA	2043
Portaria MME nº 220/2014	EOL Casa Nova II	33	BA	2049
Portaria MME nº 459/2012	EOL Nossa Senhora de Fátima (4)	30	CE	2047
Portaria MME nº 746/2010	EOL Cerro Chato I	30	RS	2045
Portaria MME nº 747/2010	EOL Cerro Chato II	30	RS	2045
Portaria MME nº 748/2010	EOL Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 204/2014	EOL Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
Portaria MME nº 225/2014	EOL Casa Nova III	28	BA	2049
Portaria MME nº 458/2012	EOL Jandaia (4)	27	CE	2047
Portaria MME nº 388/2012	EOL Caiçara I (5)	27	RN	2047
Portaria MME nº 68/2012	EOL Ibirapuitã	25	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	EOL Jandaia I (4)	24	CE	2047
Portaria MME nº 81/2012	EOL Cerro Chato VI	24	RS	2047
Portaria MME nº 399/2012	EOL Junco I (5)	24	RN	2047
Portaria MME nº 417/2012	EOL Junco II (5)	24	RN	2047
Portaria MME nº 446/2012	EOL São Clemente (4)	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	EOL São Januário (4)	21	CE	2047
Portaria MME nº 418/2012	EOL Caiçara II (5)	18	RN	2047
Portaria MME nº 219/2014	EOL Coqueirinho 2	16	BA	2049
Portaria MME nº 286/2014	EOL Tamanduá Mirim 2	16	BA	2049
Portaria MME nº 141/2012	EOL Cerro Chato V	12	RS	2047
Portaria MME nº 210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
Portaria MME nº 152/2014	EOL Angical 2	10	BA	2049
Portaria MME nº 154/2014	EOL Caititú 2	10	BA	2049
Portaria MME nº 174/2014	EOL Carcará	10	BA	2049
Portaria MME nº 176/2014	EOL Corrupião 3	10	BA	2049
Portaria MME nº 177/2014	EOL Caititú 3	10	BA	2049
Portaria MME nº 213/2014	EOL Papagaio	10	BA	2049
Portaria MME nº 139/2012	EOL Cerro Chato IV	10	RS	2047
Portaria MME nº 192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049
Portaria MME nº 153/2014	EOL Teiú 2	8	BA	2049
Portaria MME nº 103/2012	EOL Cerro dos Trindade	8	RS	2047
Portaria MME nº 150/2014	EOL Acauã	6	BA	2049
Portaria MME nº 151/2014	EOL Arapapá	4	BA	2049

Contrato	Nucleares	Capacidade Instalada (MW)*	Participação	Localização	Ano
Portaria DNAEE N° 315 de 31/07/97	Angra 3 (2)	1.405	100%	RJ	–
Portaria DNAEE N° 315 de 31/07/97	Angra 2	1.350	100%	RJ	2040
Portaria DNAEE N° 315 de 31/07/97	Angra 1 (6)	640	100%	RJ	2024

Contrato	Termelétricas	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	UTE Mauá 3	591	AM	2044
004/2004	UTE Santa Cruz (7)	350	RJ	2015
Portaria MME nº 304/2008	UTE Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	UTE Aparecida	200	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (8)	86	RR	2019
Portaria MME nº 415/2020	UTE Santana	36	AP	2021
Portaria MME nº 406/2020	UTE Santana II	30	AP	2021
Portaria MME nº 406/2020	UTE Santa Rita	24	AP	2021
Resolução Autorizativa 5.682/2016	UTE Araguaia (9)	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Codajás	4	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Anori	4	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Anamã	2	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	UTE Caapiranga	2	AM	2030

(1) O 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004 formalizou a extensão do prazo de vigência da concessão da UHE Mascarenhas de Moraes por 90 dias, alterando o termo final de 31 de outubro de 2023 para 29 de janeiro de 2024;

(2) Empreendimentos ainda em implantação;

(3) O empreendimento denominado Casa Nova, foi subdividido em 7 parques eólicos (A à G). O empreendimento CASA NOVA A se encontra em operação, com uma potência instalada de 27 MW, tendo sido aprovado através da Resolução autorizativa nº 7.907 de 18/06/2019, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, cujo vencimento da autorização se dará em 2054. Os demais 153 MW de potência fazem parte dos parques eólicos B à G que se encontram em construção, e estão em processo de aprovação junto a ANEEL;

(4) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim;

(5) Empreendimento classificado como ativo mantido para venda, vide nota 45;

(6) A controlada Eletronuclear solicitou formalmente à Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, em novembro de 2019, a extensão de vida útil da Usina Nuclear Angra I de 40 para 60 anos;

(7) Embora a concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, a UTE de Santa Cruz continua operando com contrato de venda de energia até 2026 e aguardando definição do poder concedente com relação à renovação;

(8) A UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello outorgada à Boa Vista Energia S.A. por meio da Resolução nº427, de 1º de novembro de 2000 foi transferida para a Eletronorte de acordo com a Resolução Autorizativa 1018/2007. De acordo com o Parecer nº 00389/2019/PFANEEL/PGF/AGU de 04/09/2019, opina-se pela outorga de nova autorização dessa usina com prazo de 35 anos com início da contagem em 1º de novembro de 2000. A SCG/ANEEL ainda não se manifestou oficialmente;

(9) Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

II - *Generation Scaling Factor* (GSF) – Lei nº 14.052/2020

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao SIN, (ii) restrições ao escoamento da energia das usinas estruturantes em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas e (iii) por geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e importação de energia elétrica sem garantia física. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela ANEEL.

Em 03 de dezembro 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL n° 895, de 1º de dezembro de 2020, que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei n° 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico para a respectiva parcela de energia.

Em 01 de março de 2021, a CCEE apresentou os cálculos de determinação da extensão de outorga. O impacto financeiro para a Eletrobras é de R$ 3.975.740. Entretanto, devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo de outorga, a Companhia estima um valor menor, na ordem de R$ 3.159.420, conforme tabelas abaixo.

Controladas	Cálculo da CCEE Impacto Financeiro
Eletronorte	2.537.610
Furnas	793.970
Chesf	628.670
CGT Eletrosul	15.490
	3.975.740
Perda	(796.880)
Total	**3.178.860**

* Perda devido à limitação de 7 anos na extensão do prazo das outorgas, para UHEs Itumbiara e Sobradinho o cálculo indica extensão acima do limite. Perda calculada com base em estimativa de limitação da contratada PSR Solução e Consultoria em Energia Ltda, não tendo sido apresentado pela CCEE.

Usinas	Impacto Financeiro CCEE	Extensão do Prazo de Concessão (Dias)
Tucurui	2.439.140	426
Itumbiara	695.350	2.555
Sobradinho	451.610	2.555
Samuel	79.940	1.042
Xingo	70.520	126
Complexo Paulo Afonso	69.580	120
Serra Da Mesa	39.040	184
Peixoto	35.890	79
Itaparica	31.620	126
Curua Una	18.530	2.313
Marimbondo	7.020	37
Barra Do Rio Chapeu	6.650	1.461
Joao Borges	6.310	1.362
Furnas	5.370	33
Estreito	4.570	34
Boa Esperanca	4.560	122
Passo Sao Joao	2.470	191
Corumba I - Furnas	2.020	34
Porto Colombia	1.820	34
Simplício Anta	1.460	24
Funil	1.190	37
Curemas	640	446
Batalha	230	15
Funil	140	44
Maua	60	1
Manso	10	–
Total	**3.975.740**	

continua

continuação

Os cálculos finais deverão ser publicados pela ANEEL em até 30 dias contados a partir da data da apresentação da CCEE. Após publicação, os agentes têm 60 dias para desistência e renúncia das ações judiciais e realização dos pedidos para extensão do prazo de outorga.

Os valores apresentados pela CCEE ainda são preliminares e quando finalizados serão analisados no escopo do CPC 04(R1) / IAS 38 - Ativo Intangível e serão mensurados ao valor justo tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. O valor a ser registrado será ainda objeto de análise de *impairment* pela administração da Companhia.

Cabe ressaltar, por fim, que a administração da Companhia, dada as condições específicas de algumas usinas que operam por regime de cotas e especificidades do cálculo, não deliberou sobre a adesão no ano de 2020. Deste modo os impactos contábeis decorrentes do GSF serão registrados no ano de 2021 em conjunto com o pedido para extensão do prazo de outorga e formalização da desistência de ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

III - Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM)*	Localização	Ano
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20.056	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19.156	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9.464	RS/SC/PR/MS	2042
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9.253	AC/MA/MT/PA/PI/RO/RR/TO	2043
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira (Lote D)	2.385	RO/SP	2039
013/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	2.375	RO/SP	2039
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras	2.092	PA/TO/GO/MG	2044
014/2014	SPE Belo Monte Transmissora (1)	2.076	PA/TO/GO/MG	2044
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	MT/RO	2039
007/2013	SPE Paranaíba Transmissora	953	BA/MG/GO	2043
001/2014	SPE Mata de Sta. Genebra Transmissora	887	SP/PR	2044
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3 - Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	SC	2042
003/2012	LT Lechuga/Equador/Boa Vista e subestações associadas	715	RR/AM	2042
009/2009	SPE Transenergia Renovável	708	MS/GO/MT	2039
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	PR/SP	2031
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	PI/CE	2034
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco	488	AC/RO	2039
002/2010	SPE Goiás Transmissão	479	GO	2040
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT Camaquã 3	468	RS	2042
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR) e Módulos nas SE Ivaiporã, SE Salto Santiago e SE Cascavel do Oeste	372	PR	2034
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau e subestação Biguaçu	359	SC	2035
004/2013	SPE Triângulo Mineiro Transmissora	298	SP/MG	2043
008/2010	SPE MGE Transmissão (2)	267	MG/ES	2040
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS) e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	257	RS/SC	2036
003/2006	LT Simplício - Rocha Leão	238	RJ	2041
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	RS	2038
007/2014	LT Santo Ângelo - Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó; LT Pinhalzinho - Foz do Chapecó	235	SC	2044
002/2011	SE Foz do Chapecó	231	RS	2041
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns	218	AL/PE/PB	2041
022/2011	LT Garanhuns - Pau Ferro	209	AL/PE/PB	2041
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	CE	2035
022/2011	LT Garanhuns II- Campina Grande III	194	AL/PE/PB	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III	192	RN/PB	2041
028/2009	SPE Transenergia Goiás	187	GO	2039
012/2007	LT Picos - Tauá II	183	PI/CE	2037
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	MG	2039
014/2013	SPE Vale do São Bartolomeu	163	GO/DF	2043
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	BA	2039
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	BA	2038
012/2007	LT Paraíso - Açu II	133	PI/CE/RN	2037
019/2010	LT Paraíso - Açu II (3)	123	RN	2040
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	CE/PB	2035
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II	115	BA	2040
018/2012	LT Russas II - Banabuiu	112	RN	2042
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	SE/AL	2038
001/2008	SPE Madeira Energia	95	RO	2043
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas; SE Ribeiro Gonçalves - SE Balsas	95	MA/PI	2039
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	ES	2040
010/2007	LT Ibicoara - Brumado	95	BA	2037
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	CE	2040
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	RJ	2035
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II (3)	85	PE/PB/AL/RN	2039
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	MG	2041
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II	75	RN	2040
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	SP	2036
010/2000	LT Manso - Nobres (138kV)	70	MT	2035
003/2014	SPE Lago Azul Transmissora	69	GO	2044
019/2010	LT Açu II - Mossoró II (3)	69	RN	2040
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia (4)	69	CE	2047
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho	67	BA	2049
010/2000	LT Manso - Nobres (230kV)	66	MT	2035
129/2001	SPE Serra do Facão Energia	66	GO	2036
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	RN/CE	2041
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	BA	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara III	64	RN/PB	2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II	62	RN	2042
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo e LT Presidente Médici	60	RS	2040
014/2011	LT Xavantes - Pirineus	50	GO	2041
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II	50	BA	2042
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	PI	2041
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética	45	MG	2041
006/2009	LT Pirapama II - Suape II	42	PE	2039
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	PA/MT	2049
005/2012	LT Messias - Maceió II	39	SE/AL/BA	2042
007/2014	LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó (3)	37	SC	2044
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV	36	RN	2042
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3 SE São Luís 3	36	MA	2038
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III (3)	36	MA/CE	2040
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi (RS) e módulos na SE Garibaldi e SE Monte Claro	33	RS	2040
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira; SE Lechuga	30	AM	2042
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri)	30	AM	2040
003/2006	LT Anta - Simplício	26	MG/RJ	2041
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho; SE Coletora Porto Velho; 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back;	22	RO	2039
130/2001	SPE Enerpeixe	20	TO	2036
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim	19	RN	2040
008/2011	LT Ceará-Mirim II - Extremoz II	19	RN/PB	2041
002/2011	SPE Teles Pires Participações	19	MT/PA	2046
022/2011	LT Garanhuns - Angelim I	13	AL/PE/PB	2041
023/2014	1 conversora de frequência e LT de 132 kV	13	RS	2021
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III	11	BA	2042
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II	11	PE/PB/AL/RN	2039
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II	10	RN/PB	2041
006/2009	LT Suape III - Suape II	7	PE	2039
128/2001	SPE Chapecoense Geração	6	SC/RS	2036
057/2001	Reencabeçamento da LT Cascavel Oeste - Guaíra (3)	3	PR	2042
001/2006	SPE Baguari Energia	3	MG	2041
057/2001	Seccionamento da LT Londrina - Maringá (3)	1	PR	2042
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro	1	SE/AL/BA	2042
225/2014	SE Casa Nova II	–	BA	2049
225/2014	SE Elev. Usina Casa Nova III	–	BA	2049
220/2014	SE Elev. Usina Casa Nova II	–	BA	2049
061/2001	SE Diversos Empreendimentos	–	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042
057/2001	SE Palhoça - I (3)	–	SC	2042
057/2001	SE Palhoça - J (3)	–	SC	2042
057/2001	SE Joinville - L (3)	–	SC	2042
021/2010	SE Acaraú II	–	CE	2040
020/2010	SE Igaporã	–	BA	2040
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	–	BA	2040
019/2012	SE Igaporã III	–	BA	2042
019/2012	SE Pindaí II	–	BA	2042
019/2010	SE Extremoz II	–	RN	2040
019/2010	SE João Câmara	–	RN	2040
018/2012	SE Touros	–	RN	2042
018/2012	SE Mossoró IV	–	RN	2042
017/2012	SE Jaboatão II	–	PE	2042
017/2012	SE Mirueira II	–	PE	2042
017/2011	SE Teresina III	–	PI	2041
017/2009	SE Santa Rita II	–	PE/PB/AL/RN	2039
017/2009	SE Zebu	–	PE/PB/AL/RN	2039
017/2009	SE Natal III	–	PE/PB/AL/RN	2039
016/2012	SE Zona Oeste	–	RJ	2042
015/2012	SE Pirajá (3)	–	BA	2042
014/2010	SE Pólo	–	BA	2040
014/2008	SE Teixeira de Freitas II	–	BA	2038
013/2011	SE Nobres	–	MT	2041
013/2010	SE Arapiraca III	–	AL	2040
012/2011	SE Miramar; SE Tucuruí	–	PA	2041
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - Estação Inversora nº 01 CC/CA	–	RO/SP	2039
011/2010	SEs: Caxias 6, Ijuí 2, Lajeado Grande e Nova Petrópolis 2	–	RS	2040
010/2011	SE Lagoa Nova	–	RN/CE	2041
010/2011	SE Ibiapina II	–	CE	2041
010/2007	SE Ibicoara	–	BA	2037
010/2007	SE Brumado II	–	BA	2037
010/2000	SE UHE Manso	–	MT	2035
009/2011	SE Morro do Chapéu	–	BA	2041
008/2014	SE Ivinhema 2 (ampliação)	–	MS	2044
007/2010	SE Camaçari IV	–	BA	2040
007/2005	SE Tauá II	–	CE	2035
006/2010	SE Linhares	–	ES	2040
006/2009	SE Suape II	–	PE	2039
006/2009	SE Suape III	–	PE	2039
006/2004	SE Elev. Usina Apolônio Sales	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF I	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF III	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Xingó	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Funil	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Sobradinho	–	BA	2052
006/2004	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF II	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF IV	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Boa Esperança	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Pedra	–	BA	2042
006/2004	SE Elev. Usina Curemas	–	BA	2024
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro	–	SE/AL/BA	2042
005/2012	SE Maceió II	–	SE/AL/BA	2042
005/2012	SE Poções II	–	SE/AL/BA	2042
005/2009	SE Missões	–	RS	2039
004/2012	SE Camaquã 3	–	SC	2042
004/2011	SE Lucas do Rio Verde	–	MT	2041
003/2006	SE UHE Simplício	–	RJ	2041
002/2009	SE Miranda II	–	MA	2039
002/2006	SE UHE Batalha	–	MG	2041
002/2001	SE Foz de Chapecó (ampliação) (3)	–	RS	2041
020/2012	SE Povo Novo; SE Santa Vitória do Palmar 2; SE Povo Novo (ampliação)	–	RS	2042
020/2012	SE Santa Vitória do Palmar 2 (3)	–	RS	2042
007/2014	SE Pinhalzinho; SE Santa Maria 3	–	SC	2044
003/2011	SPE Caldas Novas	–	GO	2041
024/2009	SPE Transenergia São Paulo	–	SP	2039
022/2011	SE Garanhuns	–	AL/PE/PB	2041
022/2011	SE Pau Ferro	–	AL/PE/PB	2041
008/2011	SE Ceará–Mirim II	–	RN/PB	2041
008/2011	SE João Câmara III	–	RN/PB	2041
008/2011	SE Campina Grande III	–	RN/PB	2041
004/2010	SE Aquiraz II	–	MA/CE	2040
004/2010	SE Pecém II	–	MA/CE	2040
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira (Lote F) (1)	–	RO/SP	2039
015/2009	Estação Retificadora nº 02	–	RO/SP	2039
015/2009	Estação Inversora nº 02	–	RO/SP	2039

(1) Apenas a estação conversora é da SPE

(2) A SE Viana 2, da SPE MGE Transmissão S.A., está em processo de ampliação;

(3) Empreendimentos ainda em implantação; e

(4) A controlada Furnas detém 100% de participação na Brasil Ventos e esta é acionista majoritária das Eólicas do Complexo Fortim.

(*) Não examinado pelos auditores independentes

continua

continuação

3.1 - Concessões a indenizar

Indenizações pós Projeto Básico – modernização e melhorias

Geração Hidráulica:

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados referentes às concessões de geração seriam calculadas com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa nº 596 de dezembro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

Em dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em fevereiro de 2015, a controlada Eletronorte apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, da usina hidrelétrica Coaracy Nunes, cuja concessão foi prorrogada à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Maribondo e Porto Colômbia, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração.

Em janeiro de 2019, a Diretoria da ANEEL decidiu pela instauração de Audiência Pública, nº003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração, prorrogadas ou não, nos termos da Lei n° 12.783/2013.

Em outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública nº003/2019 foi publicada pela Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL. A Companhia aguardará deliberação da Diretoria da ANEEL para realizar qualquer ajuste que se faça necessário em suas demonstrações financeiras.

A Eletrobras permanece com o entendimento que não incorrerá em perdas nesses ativos e os mantém registrados pelo valor histórico, saldo de dezembro de 2012, pois ainda não foi definida a forma de realização destes componentes, cujos valores representam um montante total de R$ 1.483.540, relacionados abaixo:

Modernizações e Melhorias	
Paulo Afonso I	92.612
Paulo Afonso II	107.093
Paulo Afonso III	66.259
Paulo Afonso IV	20.832
Apolônio Sales	38.250
Luiz Gonzaga	28.174
Xingó	15.150
Boa Esperança	98.759
Pedra	8.067
Funil	12.626
UHE Furnas	514.825
UHE Estreito	480.893
	1.483.540

Geração Térmica:

A UTE Santa Cruz é uma concessão conforme contrato nº 004/2004. Embora sua concessão tenha vencido em 2015, como não houve ainda manifestação do Poder Concedente sobre sua prorrogação nos termos da Lei nº 12.783/2013 e do Decreto nº 9.187/2017, ela permanece vigente até que haja a referida manifestação. O valor residual ao final do exercício de concessão do empreendimento termoelétrico UTE Santa Cruz, em dezembro de 2012, representava o montante de R$ 661.997.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor líquido do ativo UTE Santa Cruz é de R$ 808.269 conforme abaixo:

UTE Santa Cruz	
Valor 31 de dezembro de 2020	1.211.038
(–) Redução ao valor recuperável (*impairment*)	(402.769)
Valor contábil líquido	**808.269**

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia, no processo de aplicação das práticas contábeis das Empresas Eletrobras, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 5.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Reapresentação das demontrações financeiras

A Companhia, em conexão com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, efetuou ajustes retrospectivos na mensuração dos seus: (i) ativos de transmissão - Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE), até então classificados como ativos financeiros, passando a trata-los como ativos de contrato nos termos do CPC 47- Receita de Contratos com Clientes; e (ii) alteração na taxa de remuneração dos seus demais ativos de transmissão considerando os novos critérios estabelecidos na orientação emitida pela CVM. Adicionalmente a Companhia avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras e também de revisar os cálculos atuarias referentes a subsdiária Chesf. Os ajustes retrospectivos foram efetuados para manter a mesma base comparativa.

Os reflexos desta reapresentação no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir conforme prevê o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

ATIVO	CONTROLADORA 31/12/2018 Divulgado	Ajuste		01/01/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2018 Divulgado	Ajuste		01/01/2019 Reapresentado
Circulante								
Ativo contratual transmissão	–	–		–	1.302.959	6.135.554	(a)/(b)	7.438.513
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	–	–		–	6.013.891	(6.013.891)	(b)/(c)	–
Outros Ativos Circulantes	27.047.981	–		27.047.981	39.528.563	–		39.528.563
	27.047.981	**–**		**27.047.981**	**46.845.413**	**121.663**		**46.967.076**
Não Circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–		–	553.409	324.751	(a)/(b)	878.160
Ativo contratual transmissão	–	–		–	13.268.837	29.574.471	(a)/(b)	42.843.308
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	2.603.118	–		2.603.118	34.100.453	(29.464.258)	(b)/(c)	4.636.195
Outros Ativos Não Circulantes	30.862.244	–		30.862.244	25.438.706	–		25.438.706
	33.465.362	**–**		**33.465.362**	**73.361.405**	**434.964**		**73.796.369**
Investimentos								
Avaliados por equivalência patrimonial	70.483.342	(344.402)	(a)(b)/(e)	70.138.940	26.536.198	(56.740)	(a)/(b)	26.479.458
Outros Ativos	1.600.557	–		1.600.557	34.467.192	–		34.467.192
Total do Ativo	**132.597.242**	**(344.402)**		**132.252.840**	**181.210.208**	**499.887**		**181.710.095**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA 31/12/2018 Divulgado	Ajuste		01/01/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2018 Divulgado	Ajuste		01/01/2019 Reapresentado
Circulante								
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	–	–		–	–	799.401	(c)	799.401
Outros Passivos Circulantes	27.472.035	–		27.472.035	36.523.971	–		36.523.971
	27.472.035	**–**		**27.472.035**	**36.523.971**	**799.401**		**37.323.372**
Não Circulante								
Benefício pós emprego	–	–		–	2.894.949	84.418	(e)	2.979.367
Provisão para passivo a descoberto	3.883.600	22.998	(a)	3.906.598	–	–		–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	432.582	–		432.582	8.315.386	(54.885)	(a)/(b)/(e)	8.260.501
Outros Passivos Não Circulantes	45.266.119	–		45.266.119	77.466.954	–		77.466.954
	49.582.301	**22.998**		**49.605.299**	**88.677.289**	**29.533**		**88.706.822**
Patrimônio Líquido								
Lucros acumulados	–	(296.156)	(a)/(b)	(296.156)	–	(296.156)	(a)/(b)/(e)	(296.156)
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.517.424)	(71.244)		(5.588.668)	(5.517.424)	(71.244)		(5.588.668)
Outros Itens do Patrimônio Líquido	61.060.330	–		61.060.330	61.060.330	–		61.060.330
Participação de acionistas controladores	55.542.906	(367.400)		55.175.506	55.542.906	(367.400)		55.175.506
Participação de acionistas não controladores	–	–		–	466.042	38.353	(a)/(b)	504.395
Total do Patrimônio Líquido	**55.542.906**	**(367.400)**		**55.175.506**	**56.008.948**	**(329.047)**		**55.679.901**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**132.597.242**	**(344.402)**		**132.252.840**	**181.210.208**	**499.887**		**181.710.095**

continua

continuação

ATIVO	CONTROLADORA 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado
Circulante								
Ativo contratual transmissão	–	–		–	1.116.009	6.696.747	(a)/(b)	7.812.756
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	–	–		–	5.927.964	(5.927.964)	(b)/(c)	–
Outros Ativos Circulantes	23.322.221	–		23.322.221	33.674.490	–		33.674.490
	23.322.221	**–**		**23.322.221**	**40.718.463**	**768.783**		**41.487.246**
Não Circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–		–	463.451	184.452	(a)/(b)	647.903
Ativo contratual transmissão	–	–		–	13.744.276	27.952.191	(a)/(b)	41.696.467
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	1.905.607	–		1.905.607	31.633.512	(27.649.993)	(b)/(c)	3.983.519
Outros Ativos Não Circulantes	31.556.244	–		31.556.244	27.823.179	–		27.823.179
	33.461.851	**–**		**33.461.851**	**73.664.418**	**486.650**		**74.151.068**
Investimentos								
Avaliados por equivalência patrimonial	73.667.297	(219.686)	(a)/(b)/(e)	73.447.611	27.055.929	(99.665)	(a)/(b)	26.956.264
Outros Ativos	2.245.944	–		2.245.944	36.027.905	–		36.027.905
Total do Ativo	**132.697.313**	**(219.686)**		**132.477.627**	**177.466.715**	**1.155.768**		**178.622.483**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado
Circulante								
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	703.114	–		703.114	–	703.114	(c)	703.114
Outros Passivos Circulantes	12.747.857	–		12.747.857	25.638.057	–		25.638.057
	13.450.971	**–**		**13.450.971**	**25.638.057**	**703.114**		**26.341.171**
Não Circulante								
Benefício pós-emprego	822.512	–		822.512	4.353.406	472.682		4.826.088
Provisão para passivo a descoberto	119.223	(14.929)	(a)	104.294	–	–		–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	628.904	–		628.904	3.978.754	214.853	(a)/(b)/(e)	4.193.607
Outros Passivos Não Circulantes	46.768.902	–		46.768.902	72.102.352	–		72.102.352
	48.339.541	**(14.929)**		**48.324.612**	**80.434.512**	**687.535**		**81.122.047**
Patrimônio Líquido								
Lucros acumulados	–	201.752	(a)/(b)	201.752	–	201.752	(a)/(b)	201.752
Outros resultados abrangentes acumulados	(5.904.821)	(406.509)	(e)	(6.311.330)	(5.904.821)	(406.509)	(e)	(6.311.330)
Outros Itens do Patrimônio Líquido	76.811.622	–		76.811.622	76.811.622	–		76.811.622
Participação de acionistas controladores	70.906.801	(204.757)		70.702.044	70.906.801	(204.757)		70.702.044
Participação de acionistas não controladores	–	–		–	487.345	(30.124)	(a)/(b)/(e)	457.221
Total do Patrimônio Líquido	70.906.801	(204.757)		70.702.044	71.394.146	(234.881)		71.159.265
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**132.697.313**	**(219.686)**		**132.477.627**	**177.466.715**	**1.155.768**		**178.622.483**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	CONTROLADORA 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	366.525	–		366.525	27.725.527	1.988.737	(a)/(b)	29.714.264
Custos Operacionais	(67.019)	–		(67.019)	(6.777.819)	(6.981.036)	(d)	(13.758.855)
Resultado Bruto	**299.506**	**–**		**299.506**	**20.947.708**	**(4.992.299)**		**15.955.409**
Provisões/Reversões operacionais	(752.160)	37.927	(a)	(714.233)	(2.005.808)	–		(2.005.808)
Despesas Operacionais	(1.797.297)	37.927		(1.759.370)	(13.663.524)	6.308.901	(d)	(7.354.623)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.497.791)	37.927		(1.459.864)	7.284.184	1.316.602		8.600.786
Resultado Financeiro	423.397	–		423.397	(2.081.026)	(367.760)	(a)/(b)	(2.448.786)
Resultado Antes das Participações Societárias	(1.074.394)	37.927		(1.036.467)	5.203.158	948.842		6.152.000
Resultado das Participações Societárias	8.486.543	459.985	(a)/(b)	8.946.528	1.140.733	(99.662)	(a)/(b)	1.041.071
Resultado Operacional Antes dos Tributos	7.412.149	497.912		7.910.061	6.368.606	849.180		7.217.786
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–		–	3.755.237	(459.603)	(a)/(b)	3.295.634
Lucro Líquido das Operações Continuadas	**7.412.149**	**497.912**		**7.910.061**	**7.458.868**	**389.577**		**7.848.445**
Lucro Líquido do Exercício	**10.697.124**	**497.912**		**11.195.036**	**10.743.843**	**389.577**		**11.133.420**
Parcela Atribuída aos Controladores	10.697.124	497.912		11.195.036	10.697.124	497.912		11.195.036
Parcela Atribuída aos Não Controladores	–	–		–	46.719	(108.335)		(61.617)
Resultado por ação								
Resultado por ação - básico (ON)	R$ 7,76	R$ 0,36		R$ 8,12	R$ 7,76	R$ 0,36		R$ 8,12
Resultado por ação - básico (PN)	R$ 8,53	R$ 0,40		R$ 8,93	R$ 8,53	R$ 0,40		R$ 8,93
Resultado por ação - diluído (ON)	R$ 6,65	R$ 0,31		R$ 6,96	R$ 6,65	R$ 0,31		R$ 6,96
Resultado por ação - diluído (PN)	R$ 7,31	R$ 0,34		R$ 7,65	R$ 7,31	R$ 0,34		R$ 7,65
Operação Continuada								
Resultado por ação - básico (ON)	R$ 5,37	R$ 0,36		R$ 5,73	R$ 5,37	R$ 0,36		R $ 5,73
Resultado por ação - básico (PN)	R$ 5,91	R$ 0,40		R$ 6,31	R$ 5,91	R$ 0,40		R$ 6,31
Resultado por ação - diluído (ON)	R$ 4,61	R$ 0,31		R$ 4,92	R$ 4,61	R$ 0,31		R$ 4,92
Resultado por ação - diluído (PN)	R$ 5,07	R$ 0,34		R$ 5,40	R$ 5,07	R$ 0,34		R$ 5,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	CONTROLADORA 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	10.697.124	497.912	(a)/(b)	11.195.036	10.743.843	389.577	(a)/(b)	11.133.420
Outros componentes do resultado abrangente	381.097	–		381.097	395.519	–		395.519
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(1.176.136)	(335.265)	(e)	(1.511.401)	–	–		–
Ajuste ganhos e perdas atuariais	415.190	–		415.190	(1.688.837)	(386.633)	(e)	(2.075.470)
IR / CSLL diferidos	–	–		–	913.469	51.368	(e)	964.837
	(379.849)	(335.265)		(715.114)	(379.849)	(335.265)		(715.114)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(7.548)	–		(7.548)	(7.548)	–		(7.548)
Outros componentes do resultado abrangente do período	(387.397)	(335.265)		(722.662)	(387.397)	(335.265)		(722.662)
Total do resultado abrangente do exercício	**10.309.727**	**162.647**		**10.472.374**	**10.356.446**	**54.312**		**10.410.758**
Parcela atribuída aos controladores					10.309.727	162.647		10.472.374
Parcela atribuída aos não controladores					46.719	(108.335)		(61.616)
					10.356.446	54.312		10.410.758

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONTROLADORA 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado	CONSOLIDADO 31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado
Atividades Operacionais								
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.412.149	497.912	(a)/(b)	7.910.061	6.368.606	849.180	(a)/(b)	7.217.786
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:								
Resultado da equivalência patrimonial	(8.486.543)	(459.985)	(a)/(b)	(8.946.528)	(1.140.733)	99.662	(a)/(b)	(1.041.071)
Receita contratual - Transmissão	–	–		–	(793.239)	(5.064.247)	(a)/(b)	(5.857.486)
Receita de construção	–	–		–	(570.701)	(226.549)	(a)/(b)	(797.250)
Receita RBSE	–	–		–	(4.072.993)	4.072.993	(a)/(b)	–
Provisões (reversões) operacionais	752.160	(37.927)	(a)	714.233	2.005.808	–		2.005.808
Outras	(109.714)	–		(109.714)	(1.272.603)	411.385	(a)/(b)	(861.219)
	(8.482.772)	(497.912)		(8.980.685)	(1.544.390)	(706.756)		(2.251.146)
Recebimento da RAP e indenizações	–	–		–	7.511.616	(142.424)	(a)/(b)	7.369.192
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(29.198)	–		(29.198)	(206.981)	–		(206.981)

continua

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Divulgado	Ajuste		31/12/2019 Reapresentado
Receitas (Despesas)								
Venda de mercadorias, produtos e serviços	439.040	–		439.040	35.273.809	1.762.188		37.035.997
Receita de construção	–	–		–	569.439	226.549	(a)/(b)	795.988
	439.040	–		439.040	36.111.186	1.988.737		38.099.923
Provisões/Reversões operacionais	2.532.815	37.927	(a)	2.570.742	1.757.087	–		1.757.087
Valor Adicionado Bruto	2.479.413	37.927		2.517.340	23.165.762	1.316.602		24.482.364
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	2.466.027	37.927		2.503.954	21.358.333	1.316.602		22.674.935
Valor Adicionado Recebido em Transferência								
Participações societárias	8.486.543	459.985	(a)/(b)	8.946.528	1.140.733	(99.662)	(a)/(b)	1.041.071
Receitas financeiras	6.821.297	–		6.821.297	6.753.694	(367.760)	(a)/(b)	6.385.934
	15.307.840	459.985		15.767.825	7.919.142	(467.422)		7.451.720
Valor Adicionado Total a Distribuir	**17.773.867**	**497.912**		**18.271.779**	**29.277.475**	**849.180**		**30.126.655**
Distribuição do Valor Adicionado								
Tributos								
Federal	72.515	–		72.515	2.509.915	459.603		2.969.518
Acionistas								
Dividendos e juros sobre capital próprio	2.540.567	–		2.540.567	2.540.567	–		2.540.567
Participação de acionistas não controladores	–	–		–	46.719	(108.331)		(61.616)
Reservas	8.156.557	497.912		8.654.469	8.156.557	497.912		8.654.469
	10.697.124	**497.912**		**11.195.036**	**10.743.843**	**389.577**		**11.133.420**
	17.773.867	**497.912**		**18.271.779**	**29.277.475**	**849.180**		**30.126.655**

a) Ativo Contratual - Esta reapresentação refere-se à remensuração dos ativos de transmissão considerando as novas premissas estabelecidas na orientação emitida pela CVM. Maiores detalhes, vide nota 17;
b) Rede Básica de Sistemas Existente (RBSE) - Esta reapresentação refere-se a ajuste de classificação e mensuração dos seus ativos de transmissão - RBSE, até então classificados como ativos financeiros. Maiores detalhes, vide nota 17;
c) Ativo Financeiro de Itaipu - Refere se à reclassificação do Passivo Financeiro de Itaipu, anteriormente apresentado líquido com outros ativos financeiros da Companhia;
d) Reclassificação entre Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Historicamente a Companhia apresentava na demonstração do resultado a segregação dos custos operacionais formados substancialmente pela compra de energia, encargos de transmissão, construção e combustível para produção de energia elétrica. A Companhia, para fins de melhor apresentação, passou a segregar das despesas operacionais os gastos referentes substancialmente a depreciação, serviços e pessoal diretamente relacionados as atividades de geração e transmissão, efetuando essa reclassificação de forma comparativa; e
e) Benefício pós emprego – No exercício de 2020 a subsidiária Chesf revisitou sua avaliação do passivo atuarial em decorrência de benefícios definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva no grupo de resultados abrangentes, como itens que não serão reciclados para o resultado.

4.5 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.5.1. - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente as quais são divulgados a seguir:

(a) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – (alteração ao CPC 00 - R2):

Esta alteração apresentou substancialmente novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação das demonstrações financeiras, além de atualizar a definição de ativos e passivos, bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento nas demonstrações financeiras.

(b) Definição de um negócio (alteração ao CPC 15 - R1/IFRS 3 – Combinação de negócios):

As alterações mais relevantes foram: 1) um "negócio" deve incluir *inputs* e processos relevantes que contribuam para a criação de outputs; 2) foi disponibilizada uma taxa que auxilia na análise de uma empresa que adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e 3) a definição de *outputs* passa a ter um enfoque na capacidade de geração de retorno por meio de serviços prestados a clientes.

(c) Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8):

Esta alteração esclarece a definição de "material" e alinha a definição usada na Estrutura Conceitual e as próprias normas. As alterações alinham a redação da definição em todas as normas do IFRS e outras publicações, inclui alguns requisitos de suporte do IAS 1 na definição para dar-lhe mais destaque e deixa clara a explicação que acompanha a definição de material.

(d) Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - (CPC 40 - R1/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9):

Esta alteração na norma inclui exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR). Esta alteração não gerou impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

(e) Impacto da aplicação inicial da Alteração ao CPC 06 - R2/IFRS 16 (CPC 06 - R2/IFRS 16) – Concessões de Aluguel Relacionadas à COVID-19:

A alteração inclui requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões e descontos obtidos nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. Esta alteração não gerou impacto nas demonstrações financeiras da companhia.

4.5.2. - Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º janeiro de 2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais a Companhia não realizou a adoção antecipada e está acompanhando as discussões. Até o momento a Companhia não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

Normas Revisadas	Alteração	Aplicável a partir de
CPC 48/ IFRS 9, CPC 8/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4, CPC 6 (R2)/ IFRS 16	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021
CPC 25/IAS 37	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4.6 - Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas as controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Companhia e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

	31/12/2020 Participação		31/12/2019 Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Eletronuclear	99,95%	–	99,91%	–
CGT Eletrosul (a)	99,89%	–	99,99%	–
Chesf	99,58%	–	99,58%	–
Furnas	99,56%	–	99,56%	–
Eletronorte	99,66%	–	99,48%	–
Eletropar	83,71%	–	83,71%	–
Chuí IX (b)	–	–	99,99%	–
Hermenegildo I (b)	–	–	99,99%	–
Hermenegildo II (b)	–	–	99,99%	–
Hermenegildo III (b)	–	–	99,99%	–
Santa Vitoria do Palmar (b)	–	–	78,00%	–
Eletrosul (a)	–	–	99,88%	–
Brasil Ventos Energia	–	99,56%	–	99,56%
Transenergia Goiás	–	99,44%	–	99,44%
Amazonas GT (c)	–	99,48%	100,00%	–
Livramento Holding	–	78,00%	–	78,00%
Transmissora Delmiro Gouveia (TDG) (d)	–	–	–	100,00%
Geribatu I	–	–	–	100,00%
Geribatu II	–	–	–	100,00%
Geribatu III	–	–	–	100,00%
Geribatu IV	–	–	–	100,00%
Geribatu V	–	–	–	100,00%
Geribatu VI	–	–	–	100,00%
Geribatu VII	–	–	–	100,00%
Geribatu VIII	–	–	–	100,00%
Geribatu IX	–	–	–	100,00%
Geribatu X	–	–	–	100,00%
Transmissora Sul Brasileira de Energia (TSBE) (e)	–	–	–	99,88%
Chuí Holding (b)	–	–	–	78,00%
Complexo Eólico Pindaí I				
Angical 2 Energia	–	99,96%	–	99,96%
Caititu 2 Energia	–	99,96%	–	99,96%
Caititu 3 Energia	–	99,96%	–	99,96%
Carcará Energia	–	99,96%	–	99,96%
Corrupião 3 Energia	–	99,96%	–	99,96%
Teiú 2 Energia	–	99,95%	–	99,95%
Acauã Energia	–	99,93%	–	99,93%
Arapapá Energia	–	99,90%	–	99,90%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia	–	99,98%	–	99,98%
Papagaio Energia	–	99,96%	–	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia	–	83,01%	–	83,01%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Cruzeiro do Sul	–	49,00	–	49,00%

(a) Em janeiro de 2020 foi realizada a incorporação da Eletrosul pela CGTEE. A empresa resultante passou a ser denominada CGT Eletrosul - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil;
(b) Em novembro de 2020, foi concluída a transferência da totalidade das participações que a Eletrobras detinha, vide nota 46.4;
(c) Em março de 2020, foram transferidas as ações da Amazonas GT para a Eletronorte, através da liquidação de contas a receber e a pagar entre partes relacionadas, tornando-se assim a Amazonas GT uma controlada indireta da Eletrobras;
(d) Em maio de 2020, houve a incorporação da TDG pela Chesf; e
(e) Em dezembro de 2020, houve a incorporação da TSBE pela CGT Eletrosul.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

continua

continuação

(c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.7 - Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

5.1 - Ativo e passivo fiscais diferidos

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Nota 14.2).

5.2 - Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considera premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificarem no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Diversos eventos incertos também compõem as premissas utilizadas pela Companhia, dentre elas: as tarifas futuras para compra e venda de energia elétrica; data de entrada em operação de empreendimentos em construção; a taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista.

5.3 - Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de todas as usinas dos locais e à época esperada dos referidos custos (Nota 34). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais, regulatórios e ambientais para a desativação e remoção de todas as usinas em conjunto assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

5.4 - Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Nota 32).

5.5 - Provisões e passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Nota 33).

5.6 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia adotou a abordagem simplificada e calcula a perda esperada, com base na expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida útil do instrumento financeiro de acordo com o IFRS 9, que estabeleceu uma matriz de cálculo com base nas taxas de perda esperadas das contrapartes.

Considera-se um ativo financeiro inadimplente quando: (i) é improvável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia sem recorrer a ações como a garantia (se houver); ou (ii) o ativo financeiro expirou de acordo com as regras atuais.

5.7 - Avaliação de instrumentos financeiros

A Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, como fluxos futuros contratuais esperados, prazos de recebimentos destes fluxos e taxas de desconto. A Nota 42 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5.8 - Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia avalia se há contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Nota 31).

5.9 - Avaliação dos ativos contratuais de transmissão

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47 – Receita de Contratos de Clientes e classificados como ativos de contrato. Todas as concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo Contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

O valor do ativo contratual da Companhia e suas controladas é formado substancialmente por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação e são revisitados a cada Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Administração da Companhia utilizou as seguintes principais premissas para avaliar os ativos contratuais de transmissão:

- A RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Atribuição de margens a partir do *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) da Eletrobras com acréscimo de risco por componente de operação e construção;
- Inclusão da Parcela Variável (PV) como critério de risco baseado no histórico apurado.

5.10 - Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia obtém as taxas específicas que abrangem o prazo remanescente de cada contrato. Como não é possível determinar a taxa de juros implícita no arrendamento, a Companhia estima o custo de financiamento do arrendatário para determinação da taxa de desconto dos arrendamentos.

5.11 – Determinação da Vida útil dos ativos

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

5.12 – Determinação de controle

Em algumas circunstâncias julgamento é exigido para determinar se, depois de considerar todos os fatores relevantes, a Companhia possui controle, controle conjunto ou influência significativa sobre uma entidade. A influência significativa inclui situações de controle coletivo.

NOTA 6 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	21.623	18.185	124.139	183.917
Aplicações Financeiras (a)	7	17	162.468	151.390
Total	**21.630**	**18.202**	**286.607**	**335.307**

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Comercialização - Itaipu	1.314.234	1.356.513	1.314.234	1.356.513
Comercialização - PROINFA	1.471.908	1.553.049	1.471.908	1.553.049
PROCEL	495.260	188.004	495.260	188.004
Conta Garantia - SPEs	100.000	100.000	100.000	100.000
Recursos da RGR	30.890	29.970	30.890	29.970
Convênio Itaipu (a)	–	–	161.070	–
Total	**3.412.292**	**3.227.536**	**3.573.362**	**3.227.536**

(a) Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos de caixa restrito em fundos extramercados lastreados em títulos públicos, seguindo a Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares, mensuradas ao valor justo, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, estabelece que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. Logo, a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

continua

continuação

Títulos	CONTROLADORA 31/12/2020	CONTROLADORA 31/12/2019	CONSOLIDADO 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2019
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional (1)	6.206.587	4.730.932	8.697.929	6.153.559
Nota do Tesouro Nacional - série F (1)	1.230.849	435.948	1.727.775	504.418
Letra Financeira do Tesouro Nacional (1)	–	–	100.928	172.670
Títulos de Renda Fixa (1)	–	–	1.995.010	1.508.272
Op. Compromissadas	302.615	1.620.256	641.878	1.841.299
Outros	–	–	506.538	155.477
Títulos Restritos				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (a)	–	–	253.731	–
Fundo de Energia do Nordeste (b)	–	–	115.569	90.675
	7.740.051	6.787.137	14.039.358	10.426.370
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (c)	320.299	372.841	320.299	372.841
Outros	2.585	1.760	2.937	34.230
	322.884	374.601	323.236	407.071
Total	**8.062.935**	**7.161.738**	**14.362.594**	**10.833.441**

(1) Títulos com indexador Prefixado.

a) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para a suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

b) Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

c) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

Prática contábil

São inicialmente mensurados a valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado por se tratarem substancialmente de investimentos em títulos públicos federais brasileiros.

NOTA 9 – FUNDO PARA DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 34.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela ANEEL, na receita fixa das mencionadas usinas. Para o exercício de 2020, o valor depositado foi o montante de R$ 184.960.

O mencionado fundo é mantido com o Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extramercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras, conforme determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

	CONTROLADA/CONSOLIDADO 31/12/2020	CONTROLADA/CONSOLIDADO 31/12/2019
Títulos públicos	1.593.736	1.147.563
Op. Compromissadas	165.359	81.678
Dólar comercial futuro	(5.303)	(6.869)
Outros	35	21
Total	**1.753.827**	**1.222.393**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o fundo para descomissionamento apresenta acréscimo financeiro de R$ 405.281 (R$ 119.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), em função da carteira do Fundo Financeiro para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano.

Prática contábil

O fundo para descomissionamento é um ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, no qual os ganhos e perdas financeiras são reconhecidos na rubrica de resultado financeiro, em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter títulos públicos vinculados à variação da moeda dólar norte-americano. Mensalmente, os rendimentos financeiros incorridos durante o exercício estão sujeitos à devida tributação do imposto de renda na fonte.

NOTA 10 – CLIENTES

	CONSOLIDADO 31/12/2020 A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	31/12/2019 Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento e Energia (a)	2.189.738	245.509	753.516	129.173	3.317.936	3.081.032
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	1.697.675	71.144	103.442	–	1.872.261	1.268.125
Uso da Rede Elétrica (c)	771.074	22.893	50.620	–	844.587	891.364
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão	448.504	59.645	157.240	92.578	757.967	449.135
PROINFA	336.692	–	–	–	336.692	453.528
Parcelamento	–	3.650	108.562	–	112.212	–
(–) PECLD (d)	(192.491)	(154.115)	(798.650)	(124.742)	(1.269.999)	(861.852)
	5.251.192	248.726	374.730	97.009	5.971.657	5.281.333
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	312	–	9.548	2.119.342	2.129.202	1.053.663
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	–	–	293.560	–	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	–	–	4.348	–	4.348	4.348
(–) PECLD (d)	–	–	(307.456)	(1.057.755)	(1.365.211)	(1.066.220)
	312	–	–	1.061.587	1.061.899	285.351
Total Clientes	**5.251.504**	**248.726**	**374.730**	**1.158.596**	**7.033.556**	**5.566.684**

a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre.

A variação registrada na referida rubrica, no longo prazo, refere-se ao à repactuação da dívida com a Amazonas Energia, através da assinatura de dois Termos de Confissão de Dívida: i) Instrumento Particular de Confissão de Dívida (ICD PIE´s), no valor de R$ 841.178, referente aos CCVE´s dos PIE´s da Capital, celebrado em outubro de 2020; ii) Instrumento Particular de Confissão de Dívida, no valor de R$ 372.262, referente ao CCVE de Balbina, celebrado em dezembro de 2020. Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As controladas constituem e mantêm provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e da expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

	CONSOLIDADO 31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	**1.928.072**	**1.701.729**
(+) Constituição	994.167	290.736
(-) Reversão	(189.302)	(22.801)
(-) Baixa	(97.728)	(41.592)
Saldo Final	**2.635.209**	**1.928.072**

O montante de constituições da PECLD no exercício de 2020 deve-se, principalmente a inadimplência dos contratos de CCVE da UHE Balbina e dos PIE´s da Capital, no valor aproximado de R$ 545 milhões.

A constituição e a reversão da provisão foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (vide nota 40).

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizadas com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores são baixados da provisão e reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

A Companhia adotou a abordagem simplificada para cálculo da perda esperada de crédito, conforme mencionado na nota explicativa 5.6.

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	Taxa Média 31/12/2020	Taxa Média 31/12/2019	CONTROLADORA 31/12/2020	CONTROLADORA 31/12/2019	CONSOLIDADO 31/12/2020	CONSOLIDADO 31/12/2019
Itaipu	6,93	7,04	4.200.471	5.843.724	4.200.471	5.843.724
CGT Eletrosul (*)	4,00	4,79	1.260.147	411.054	–	–
Furnas	5,61	6,14	1.459.009	2.510.010	–	–
Amazonas GT	3,20	6,50	2.270.943	2.470.505	–	–
Eletronuclear	5,00	7,01	715.486	1.822.991	–	–
Eletronorte	5,54	5,81	503.913	1.133.212	–	–
CEAL	3,45	7,28	1.505.961	1.564.724	1.505.962	1.564.724
Eletrosul (*)	–	5,00	–	778.691	–	–
Eletropaulo	3,75	6,96	1.008.052	1.314.107	1.008.052	1.314.107
Amazonas D (a)	5,78	7,38	3.998.324	3.949.748	3.998.324	3.949.748
CEPISA	2,50	5,42	571.127	746.427	571.127	746.427
Boa Vista	2,22	5,49	147.764	160.309	147.764	160.309
Repasse RGR (b)	–	5,00	–	1.101.161	–	1.101.161
Outras	–	–	248.201	229.174	248.201	229.259
(–) PECLD	–	–	(755.002)	(632.643)	(755.002)	(632.643)
Total			**17.134.396**	**23.403.194**	**10.924.899**	**14.276.816**
Principal			5.849.243	4.827.253	4.696.162	3.257.464
Encargos			88.080	293.481	52.499	215.929
Circulante			5.937.323	5.120.734	4.748.661	3.473.393
Não Circulante			11.197.073	18.282.460	6.176.238	10.803.423
Total			**17.134.396**	**23.403.194**	**10.924.899**	**14.276.816**

(*) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro nacional e internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Quanto ao montante, cerca de 77% dos recebíveis deverão ser amortizados nos próximos cinco anos, em sua maioria em parcelas mensais, sendo a taxa média de juros ponderada pelo saldo da carteira de 5,55% ao ano.

A Controladora é credora de um empréstimo com Itaipu com cláusula de atualização cambial que representa 36% do total da carteira consolidada (41% em 31 de dezembro de 2019). Os demais financiamentos e empréstimos prevêem atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

a) Renegociação de Dívida – Amazonas Energia

Em 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a renegociação de dívida da distribuidora privada Amazonas Energia, com a Eletrobras, no montante total de R$ 4.033.855, que representam substancialmente os recebíveis não capitalizados no processo de alienação do controle societário. Em garantia da dívida, a Amazonas Energia inicialmente cederá à Eletrobras o ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC), no valor total de R$ 723.129, no limite do fluxo de pagamentos anual da dívida.

O valor desta garantia é suficiente para cobrir o fluxo financeiro do contrato até o final do período de carência, considerando os juros devidos até novembro de 2021. Com o início das amortizações, o valor da parcela do AIC deixa de cobrir o valor total da parcela, sendo necessária uma garantia adicional, a ser ofertada pela Amazonas Energia em dezembro de 2021, para fazer cobertura ao valor total do restante do saldo devedor até março de fevereiro de 2024.

Após o término de recebimento do AIC, previsto para ocorrer em março de 2024, a Amazonas Energia fica obrigada a apresentar nova garantia para fazer cobertura ao valor total do restante do saldo devedor, ou, alternativamente, uma garantia sobre o valor das parcelas a vencer nos 12 meses subsequentes, que precisaria ser renovada a cada ano, até a quitação de todos os contratos em maio de 2030.

b) Repasses da Reserva Global de Reversão - RGR

Além dos financiamentos acima citados, a Eletrobras, até 30 de abril de 2017, foi responsável pela gestão da RGR, fundo setorial, tendo sido responsável pela concessão de financiamentos, com a utilização desses recursos, para implementação de diversos programas setoriais. A partir de maio de 2017, com a edição da Lei 13.360/2016, houve a assunção pela CCEE dessa atividade. Entretanto, ainda existem financiamentos realizados antes desta data, devidos por terceiros, geridos pela Eletrobras.

De acordo com o Decreto 9.022/2017, que regula a lei acima citada, a Eletrobras não é garantidora dessas operações tomadas por terceiros, porém, é responsável pela gestão contratual dos contratos de financiamento com recursos da RGR celebrados até novembro de 2016, que deverão ser repassados à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor.

continua

continuação

Em dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, foram desreconhecidos. Em ato contínuo, os montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, também foram desreconhecidos pelo fato da Companhia não possuir mais uma obrigação presente pela totalidade da obrigação, atuando apenas como agente repassador não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras enquanto o agente devedor não efetuar o pagamento.

CONTROLADORA/CONSOLIDADO		
	31/12/2020	31/12/2019
Repasse RGR	**Total**	**Total**
Amazonas D	–	97.931
Global	–	180.647
CELPA	–	685.072
Outros	–	137.511
	–	1.101.161
Passivo		
RGR CCEE	–	1.101.161

11.1 - Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD Empréstimos a receber

As movimentações na provisão dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as seguintes:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**632.643**	**307.655**
(+) Complemento	335.762	894.870
(–) Reversões	(213.403)	(569.882)
Saldo final	**755.002**	**632.643**

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a perdas esperadas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Prática Contábil

Os empréstimos a receber são ativos financeiros reconhecidos inicialmente a valor justo, subsequentemente mensurados a custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis e taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 5,55% ao ano. O valor contábil destes empréstimos e financiamentos a receber é reduzido por uma conta redutora de perda esperada de crédito para liquidação duvidosa. A Companhia adotou uma análise individual para cálculo da perda esperada de crédito. A constituição e a reversão da PECLD são registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais.

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	1.405.170	1.344.233	–	–
Chesf	1.799.293	1.170.627	–	–
Furnas	508.472	759.926	–	–
CGT Eletrosul (a)	470.903	110.775	–	–
Eletrosul (a)	–	40.664	–	–
Eletropar	8.997	–	–	–
Coligadas				
CTEEP	195.155	32.324	198.359	32.928
Lajeado Energia	100.280	23.975	100.280	23.975
EMAE	92.172	10.999	95.639	11.175
Manaus Construtora	–	–	23.298	9.178
Belo Monte Transmissora	–	–	34.121	13.810
Paulista Lajeado	15.202	16.221	15.202	16.221
Transenergia São Paulo	–	–	14.760	17.271
Energética Águas da Pedra	–	–	14.034	6.675
Enerpeixe	–	–	11.653	12.236
CEB Lajeado	12.147	18.707	12.147	18.707
Goiás Transmissão	–	–	8.146	11.668
Paranaíba Transmissora de Energia	–	–	6.163	5.985
MGE Transmissão	–	–	5.616	5.616
TSLE	–	–	4.153	8.065
Retiro Baixo Energético	–	–	3.858	6.357
CEEE-GT	–	30.040	–	30.040
Chapecoense	–	–	–	29.090
Transenergia Renovável	–	–	520	4.492
Outros	112.700	34.012	127.561	36.410
	4.720.491	**3.592.503**	**675.510**	**299.899**

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Prática contábil

Este grupo de contas destina-se à contabilização, dos créditos referentes a dividendos e juros sobre capital próprio, provenientes dos investimentos de acordo com a nota explicativa 20. Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
IRRF	512.074	767.055	729.591	1.083.278
PIS/COFINS a recuperar	7.126	40.095	38.571	203.541
ICMS a recuperar	–	–	6.540	128.329
Outros	–	–	59.258	59.514
	519.200	**807.150**	**833.960**	**1.474.662**
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	–	–	39.694	38.231
PIS/COFINS a recuperar	–	–	180.903	178.655
IR/CS	2.781	–	186.791	154.389
Outros	–	–	22.657	49.095
	2.781	**–**	**430.045**	**420.370**

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Antecipações/ Saldo negativo de IRPJ e CSLL	829.569	309.033	1.292.750	2.382.899
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	–	–	232.716	1.693.623
Contribuição Social corrente	–	–	86.719	839.109
	–	–	319.435	2.532.732

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram antecipações de IRPJ e CSLL, na controladora, dado que foi apurado prejuízo fiscal e base negativa no exercício, não havendo base fiscal a ser tributada. Em função disso, o crédito tributário apresentado na rubrica "Saldo negativo de IRPJ e CSLL" (tabela 14.1, acima) e a rubrica IRRF, na tabela 13, acumularam créditos os quais poderão ser utilizados ao longo dos próximos anos no recolhimento de tributos administrados pela Receita Federal.

14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	–	–	2.068.894	647.903
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos	650.523	628.904	3.705.055	4.193.607

14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por controladas					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
Eletronorte	2.000.596	(1.718.093)	282.503	2.231.396	(1.596.808)	634.588
CGT Eletrosul (a)	2.853.789	(1.213.385)	1.640.404	–	–	–
Amazonas GT	–	–	–	13.315	–	13.315
Chesf	1.848.014	(1.702.027)	145.987	–	–	–
Total	**6.702.399**	**(4.633.505)**	**2.068.894**	**2.244.711**	**(1.596.808)**	**647.903**
Passivo diferido						
Eletrosul (a)	–	–	–	546.089	(946.288)	(400.199)
Eletrobras	–	(650.523)	(650.523)	–	(628.904)	(628.904)
Furnas	2.159.704	(5.203.825)	(3.044.121)	2.541.558	(5.281.874)	(2.740.316)
Chesf	–	–	–	1.258.550	(1.670.892)	(412.342)
Eletropar	–	(10.411)	(10.411)	–	(11.846)	(11.846)
Eletronuclear	827.493	(827.493)	–	777.235	(777.235)	–
Total	**2.987.197**	**(6.692.252)**	**(3.705.055)**	**5.123.432**	**(9.317.039)**	**(4.193.607)**
Total	**9.689.596**	**(11.325.757)**		**7.368.143**	**(10.913.847)**	

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Tendo em vista a incorporação da Eletrosul pela CGT Eletrosul, a administração da controlada CGT Eletrosul realizou os estudos para o reconhecimento do crédito tributário. Com base na finalização da reorganização societária, no histórico de lucro tributável da Eletrosul e nos estudos efetuados que levaram em consideração as empresas na atual configuração societária, no exercício de 2020, a controlada CGT Eletrosul reuniu os requisitos necessários, conforme as regras vigentes, para fins de reconhecimento dos créditos tributários diferidos oriundos do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social acumulados. Tais montantes totalizaram crédito reconhecido no valor de R$ 1.548.950.

	Impostos diferidos por categoria de tributos			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Impostos diferidos ativos				
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	–	–	2.182.759	743.924
Provisões Operacionais	–	–	2.642.799	2.693.087
Ajuste da Lei 11.638/2007– RTT (IFRS)	–	–	657.891	521.867
Provisão para Contingências	–	–	2.176.195	1.530.541
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	–	–	1.238.181	1.052.746
Provisão para perdas em investimentos	–	–	161.127	219.173
GAG Melhoria	–	–	63.242	32.194
Outros	–	–	567.402	574.611
Total Ativo	**–**	**–**	**9.689.596**	**7.368.143**
Impostos diferidos passivos				
Ativo de contrato	–	–	8.822.661	7.949.438
Débito tributário	–	–	–	546.444
Instrumentos Financeiros VJORA	650.523	628.904	650.523	638.821
Depreciação acelerada	–	–	247.127	225.806
AVP sobre Desmobilização de Ativo	–	–	789.109	742.720
Outros	–	–	816.337	810.618
Total Passivo	**650.523**	**628.904**	**11.325.757**	**10.913.847**
Impostos diferidos passivos, líquidos	**650.523**	**628.904**	**1.636.161**	**3.545.704**

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

As Companhias abaixo possuem tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Furnas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2021	(216.841)	323.289	(210.984)	66.410	(5.206)	261.335	218.003
2022	(216.841)	227.004	(591.906)	47.179	(5.205)	312.425	(227.344)
2023	(216.841)	230.263	(634.202)	33.459	–	337.381	(249.940)
2024	–	164.418	(692.055)	33.453	–	231.082	(263.102)
2025	–	82.864	(692.055)	33.453	–	88.248	(487.490)
Após 2025	–	612.566	(222.919)	(67.967)	–	(947.968)	(626.288)
Total	**(650.523)**	**1.640.404**	**(3.044.121)**	**145.987**	**(10.411)**	**282.503**	**(1.636.161)**

Adicionalmente, as emprestas Eletrobras Holding, Eletronuclear e Amazonas GT não apresentam perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações financeiras somam o valor de R$ 2.926.448 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 2.771.985 em 31 de dezembro de 2019).

continua

continuação

14.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**6.338.688**	**7.910.061**	**6.952.646**	**7.217.786**
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(2.155.154)	(2.689.421)	(2.363.899)	(2.454.047)
Efeitos de adições e exclusões:				
Efeito revisão tarifária periódica	–	–	226.572	337.300
Receita de Dividendos	12.455	34.481	456.147	480.847
Equivalência patrimonial	3.562.531	2.910.057	568.107	387.849
Provisões	1.226.823	(623.504)	826.380	(317.789)
Variação Cambial	169.228	594.777	169.228	594.777
Constituição de imposto diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	–	–	1.698.017	318.069
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	–	–	11.682	2.779.896
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados (a)	(2.914.589)	(973)	(2.541.696)	(1.375.867)
Incentivos Fiscais (b)	–	–	924.200	661.724
Doações	(4.408)	(3.688)	(17.889)	(14.454)
Demais adições e exclusões permanentes	103.114	(221.729)	(522.182)	(767.646)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**(565.333)**	**630.659**
Alíquota efetiva	**0,00%**	**0,00%**	**8,13%**	**9,05%**

a) Impostos diferidos não reconhecidos / baixados

São compostos por diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados no exercício, cujos benefícios tributários não foram reconhecidos devido à ausência de projeção de lucros tributários futuros.

b) Incentivos Fiscais

A MP nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 669.204 (R$ 626.395, em 31 de dezembro de 2019).

14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste ganhos e perdas atuariais	–-	–-	(161.210)	964.837
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	(21.619)	(196.322)	(20.417)	(201.704)
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(21.619)**	**(196.322)**	**(140.793)**	**763.133**

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecimentos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
CCC (a)	–	–	4.684	48.458
Ativo não circulante				
CCC (a)	7.046.002	9.063.900	7.046.002	9.096.614
Provisão CCC – PECLD (b)	(1.462.555)	(3.681.066)	(1.462.555)	(3.681.067)
	5.583.447	5.382.834	5.583.447	5.415.547
Total de direitos de ressarcimento	**5.583.447**	**5.382.834**	**5.588.131**	**5.464.005**
Passivo circulante				
Desvio de Angra 2 (c)	–	–	244.852	–
PROINFA (d)	1.373.656	1.796.753	1.373.656	1.796.753
	1.373.656	1.796.753	1.618.508	1.796.753
Passivo não circulante				
Desvio de Angra 2 (c)	–	–	22.259	–
Total de obrigação de ressarcimento	**1.373.656**	**1.796.753**	**1.640.767**	**1.796.753**

(a) Conta de Consumo de Combustível (CCC): Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões sobre direitos de ressarcimento da CCC com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguração realizadas pela ANEEL. A Companhia aguarda a definição da ANEEL quanto a forma de pagamento desses recursos, os quais serão recebidos através dos fundos setoriais. A Companhia espera haver definição quanto ao ressarcimento assim que finalizadas todas as etapas do cumprimento formal junto ao regulador e espera a definição sobre o tema em 2021.

(b) Provisão CCC – PECLD: Com base nos resultados das fiscalizações realizadas pela ANEEL a Companhia efetuou baixa definitiva no montante de R$ 2.282.037 referente aos ativos da CCC que estavam provisionados, sem impactos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(c) Desvio de Angra 2: A variação negativa de R$ 267.111, registrado em dezembro de 2020, é em decorrência de a energia fornecida ao longo de 2020 ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi superior ao programado para o ano. Essa quantidade de energia entregue a menor em 2020 deverá ser objeto de ressarcimento a todas as distribuidoras cotistas, em parcelas duodecimais, a partir de fevereiro de 2021.

(d) PROINFA: as operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido negativo de R$ 423.097 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$ 546.134 positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

Prática contábil

Os direitos e obrigações de ressarcimento são mensurados a custo amortizado, e os juros e variações monetárias sobre os valores reconhecidos como direitos e obrigações de ressarcimento são registrados na rubrica de resultado financeiro, apropriados de acordo com a competência. A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é reconhecida quando o crédito vencido é julgado de difícil recebimento, desde que tenham sido esgotados todos os recursos legais de que a Companhia possa se valer.

NOTA 16 – ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Elementos prontos	428.340	538.827
	428.340	538.827
Não circulante		
Elementos prontos	657.083	251.811
Concentrado de urânio	220.135	204.116
Em curso - combustível nuclear	387.562	384.623
	1.264.780	840.550
Total	**1.693.120**	**1.379.377**

a) Formação do combustível nuclear

Na etapa inicial são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto (Elementos prontos), cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

b) Parada Angra 2

Em 22 de junho de 2020, foi iniciada a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2. Durante as inspeções realizadas nesta parada, foi detectada, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contêm as pastilhas de urânio enriquecido, o que requererá rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses.

Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a Eletronuclear substituiu todos os 52 elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados, para o próximo ciclo de operação.

Prática contábil

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, que são registrados pelo custo de aquisição.

NOTA 17 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

As concessões de transmissão da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15).

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Com os conceitos e princípios trazidos pelo pronunciamento CPC 47(IFRS 15), houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas nos contratos de concessão de Transmissão de Energia Elétrica, a alocação de parcela de preço de transação às referidas obrigações de performance (e em consequência, a alocação das respectivas margens), entre outros procedimentos, dentro da sistemática de reconhecimento de receita com clientes prevista pela norma. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica apresentam duas obrigações de performance claramente identificadas, quais sejam: (i) construção e (ii) Operação e Manutenção – O&M.

A utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração dos ativos de contrato e tributos envolvidos, que incluiu substancialmente, alteração na taxa de remuneração dos contratos e a reclassificação dos ativos relacionados aos bens da RBSE de ativo financeiro para ativo de contrato. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício CVM/SNC/SEP 04/2020.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação e são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita, que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto aproximadamente em média 8,07% ao ano para os contratos renovados e 7,66% para os licitados; e (ii) atualizados substancialmente pelo IPCA exceto pelos contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001 que são atualizados pelo IGPM. Adicionalmente, as margens percebidas no resultado da companhia no exercício de 2020 referentes ao segmento de transmissão ficaram em aproximadamente 37,67% de Operação e Manutenção e negativo em 16,20% na obrigação de performance de construção, a margem percebida negativa na obrigação de performance de construção se justifica pelos custos realizados que excederam aos custos inicialmente previstos.

continua

continuação

A movimentação destes ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Furnas	Chesf	Eletronorte (a)	CGT Eletrosul (b)	Eletrosul (b)	Amazonas GT (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (Reapresentado)	**20.735.404**	**16.151.684**	**9.334.635**	**-**	**3.900.561**	**159.537**	**50.281.821**
Receita de construção	90.166	301.302	66.544	–	277.702	17.311	753.025
Receita financeira	3.641.767	717.292	949.454	–	490.280	53.565	5.852.358
Alienação de investida	–	–	–	–	(8.789)	–	(8.789)
Amortização	(3.369.876)	(2.199.905)	(1.192.983)	–	(571.503)	(34.925)	(7.369.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	**21.097.461**	**14.970.373**	**9.157.650**	**–**	**4.088.251**	**195.488**	**49.509.223**
Incorporação	–	–	204.980	4.088.251	(4.088.251)	(204.980)	–
Receita de construção	253.938	326.476	71.871	125.917	–	–	778.202
Receita financeira	2.762.823	1.439.841	1.214.337	606.620	–	2.593	6.026.214
Efeito RTP	2.104.182	476.529	971.325	676.301	–	–	4.228.338
Amortização	(4.174.036)	(2.736.095)	(1.527.371)	(722.850)	–	6.899	(9.153.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**22.044.369**	**14.477.124**	**10.092.792**	**4.774.239**	**–**	**–**	**51.388.524**

(a) A controlada Eletronorte adquiriu as ações da Amazonas GT, vide nota 4.6; e
(b) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão, segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE. O saldo contábil dos ativos de contrato da RBSE, a valor presente, monta o valor de R$ 33.890.851.

	Parcela Econômica	Parcela Financeira	Parcela de ajuste	Total
2021	3.294.576	4.792.942	1.350.800	9.438.318
2022	3.294.576	4.792.942	1.350.800	9.438.318
2023	2.313.265	4.792.942	675.400	7.781.607
2024	1.331.954	4.792.942	–	6.124.896
2025	1.331.954	2.396.471	–	3.728.425
2026	1.331.954	–	–	1.331.954
2027	1.331.954	–	–	1.331.954
2028	665.977	–	–	665.977
	14.896.210	**21.568.239**	**3.377.000**	**39.841.449**

a) Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 21 concessões da Companhia. Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão no montante de R$ 4.228.338 nas receitas no exercício de 2020 sendo reflexo substancial na base dos ativos da RBSE que de forma isolada representou R$ 4,6 bilhões.

Os principais itens revisados e considerados pela ANEEL no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos;
- Atualização inflacionária do período;
- Alteração retrospectiva da WACC referente aos anos de 2018 e 2019;
- Incorporação da componente remuneração de 2013 a 2017 do Custo do Capital Próprio (Ke); e
- Reparcelamento por 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas, via parcela de ajuste atualizado por IPCA.

b) Efeitos regulatórios da revisão tarifária – Contratos renovados

A RAP das Empresas Eletrobras sofreu acréscimos resultantes do resultado desta Revisão Tarifária e do reconhecimento da parcela de remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016, que estabelece que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo Ke, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifaria Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração pelo Ke foi excluída da tarifa, pela ANEEL, em 2017 por força de liminares judiciais. Essas liminares foram revogadas e, por esta razão, a remuneração foi incorporada à receita das transmissoras. O valor total da remuneração pelo Ke será pago até junho de 2025, sendo que o montante que deveria ter sido pago entre 2017 e 2020, o será até o final do atual ciclo de revisão tarifária, ou seja, junho de 2023, reajustado pela inflação (IPCA), através da Parcela de Ajuste (PA).

Em relação à Revisão Tarifária do atual ciclo 2018-2023, os valores finais aprovados nesta revisão se mostraram superiores aos provisórios que a ANEEL vinha estabelecendo desde 2018, motivo pelo qual a RAP do ciclo 2020-2021, através da PA, também inclui um acréscimo referente à Revisão Tarifária instituída com vista a compensar esta diferença retroativa.

Na tabela abaixo, são apresentadas as RAPs revisadas para o ciclo 2020-2021 das Empresas Eletrobras e a PA consolidada atualizada pelo IPCA, que contém, além de outros itens não relacionados à RBSE, o Ke retroativo de 2017 a 2020 e a diferença de retroativo de revisão tarifária do período de 2018 a 2020.

Empresa	RAP Ciclo 2020-2021 Revisada	PA Revisão Consolidada (a)		RAP Total Ciclo 2020-2021
		Total	Por Ciclo	
Furnas (CC 062/2001)	5.153	1.777	593	5.745
Chesf (CC 061/2001)	3.494	1.735	578	4.073
Eletronorte (CC 058/2001)	1.833	954	318	2.151
CGT Eletrosul (CC 057/2001)	969	234	78	1.047
Total	**11.449**	**4.700**	**1.567**	**13.016**

(a) Valores estimados com base nos valores da NT nº 108/2020 – SGT/ANEEL e no IPCA entre junho de 2019 e junho de 2020.

Para fins de comparação, a soma dos efeitos da Revisão Tarifária com a Parcela de Ajuste, resulta em um aumento estimado na RAP para o Ciclo 2020-2021 em relação ao Ciclo de 2019-2020, de forma consolidada, de aproximadamente 31%, estando o comparativo por empresa apresentado a seguir:

Empresa	Impacto no Ciclo 2020 -2021
Furnas	28,97%
Chesf	42,79%
Eletronorte	43,97%
CGT Eletrosul	4,16%

Prática contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenham são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

As concessões de transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais, inclusive os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais nessas demonstrações financeiras.
As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita RAP estipulada no contrato de concessão (*Bid* leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão e taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado;
- Parcela variável como critério de risco utilizando o histórico.
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações no segmento de geração, firmados com o Poder Concedente (União), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo que todos os contratos possuem semelhanças em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na nota 3.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Não Circulante				
Concessões de Geração Indenizáveis	–	–	2.096.717	2.077.912
Ativo Financeiro Itaipu (a)	1.103.034	1.905.607	1.103.034	1.905.607
Total Ativo Financeiro	**1.103.034**	**1.905.607**	**3.199.751**	**3.983.519**
Passivo Circulante				
Passivo Financeiro Itaipu (a)	(647.214)	(703.114)	(647.214)	(703.114)
Total Passivo Financeiro	**(647.214)**	**(703.114)**	**(647.214)**	**(703.114)**

a) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativo / Passivo Circulante		
Contas a Receber	3.921.488	3.074.190
Direito de Ressarcimento	2.608.840	2.248.043
Fornecedores de Energia - Itaipu	(3.314.717)	(3.028.920)
Obrigações de ressarcimento	(3.862.825)	(2.996.427)
	(647.214)	(703.114)
Ativo / Passivo não circulante		
Contas a Receber	656.177	922.703
Direito de Ressarcimento	1.891.004	3.479.337
Obrigações de ressarcimento	(1.444.147)	(2.496.433)
	1.103.034	1.905.607
Total	**455.820**	**1.202.493**

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

• Fator de ajuste

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de Ativo e Passivo Financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2020		31/12/2019	
	R$	US$	R$	US$
Ativo regulatório - Ativo circulante	2.608.839	502.018	2.248.044	557.730
Ativo regulatório - Ativo não circulante	1.891.004	363.885	3.479.337	863.209
Total do ativo	4.499.843	865.903	5.727.381	1.420.939
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.639.568)	(315.502)	(1.410.466)	(349.931)
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo não circulante	(1.444.147)	(277.897)	(2.496.433)	(619.355)
Total do passivo	(3.083.715)	(593.399)	(3.906.899)	(969.286)
Ativo financeiro líquido	1.416.128	272.504	1.820.482	451.654
Taxa Adotada:	31/12/2020		31/12/2019	
USD	5,20		4,03	

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999.
Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

• Comercialização de energia elétrica de Itaipu

A operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e, se positivo, uma obrigação efetiva.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a atividade foi superavitária em R$ 632.656 (deficitária em R$ 321.328 em 31 de dezembro de 2019), sendo a obrigação decorrente considerada como parte da rubrica de passivo financeiro.

Prática contábil

Concessões e autorizações de Geração

a) Geração hidráulica e térmica – as concessões não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A partir de 1° de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01/IFRIC 12, passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões;

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação específico, por ser uma autorização e não uma concessão. E não está no escopo do IFRIC 12 por se tratar de ativos próprios sem previsão de reversão ao período de operação. Ao final do período de operação os ativos devem ser descomissionados.

Itaipu Binacional

É regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia.

A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos pelas Altas Partes, que são os Estados Brasileiro e Paraguaio. A tarifa de Itaipu é uma tarifa "por custo de serviço" e foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção. De acordo com o Tratado, compete à Companhia atuar como agente na comercialização da energia de Itaipu destinada ao mercado brasileiro.

continua

continuação

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam no ativo não circulante, valores correspondentes a AFAC nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

	Eletronuclear	CGT Eletrosul (b)	Furnas	Hermenegildo III	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**–**	**1.069.774**	**58.241**	**11.834**	**883**	**1.140.732**
Adições	700.000	246.544	–	–	–	946.544
Capitalizações	–	(1.376.315)	–	(11.834)	(883)	(1.389.032)
Atualização monetária	–	72.761	3.463	–	–	76.224
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**700.000**	**12.764**	**61.704**	**–**	**–**	**774.468**
Adições	1.202.180	132.119	–	–	–	1.334.299
Capitalizações (a)	(850.000)	–	–	–	–	(850.000)
Atualização monetária	16.742	–	1.699	–	–	18.441
Devolução	–	(54.100)	–	–	–	(54.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.068.922**	**78.019**	**63.403**	**–**	**–**	**1.223.108**

(a) Em outubro de 2020 foi aprovada a capitalização do AFAC; e
(b) A CGTEE alterou a sua denominação social para CGT Eletrosul em 2020.

Prática contábil

Adiantamentos de recursos concedidos a controladas e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como ativo não circulante quando a totalidade das condições de capitalização, principalmente tipo e quantidade de ações ainda não foram definidas e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

Avaliados por Equivalência Patrimonial

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Controladas		
Furnas	23.721.704	21.527.047
Chesf	16.250.487	17.616.086
Eletronorte	15.113.339	17.443.316
CGT Eletrosul (a)	7.884.123	333.505
Eletronuclear	3.500.657	2.000.283
Eletropar	170.502	147.674
Eletrosul (a)	–	6.070.596
	66.640.812	**65.138.507**

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE em 2020:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Controlada em conjunto				
Norte Energia	1.980.979	2.110.038	6.600.626	7.030.651
Energia Sustentável do Brasil	–	–	3.250.575	2.840.844
Belo Monte Transmissora	–	–	1.702.719	1.574.228
Interligação Elétrica do Madeira	–	–	1.375.039	1.567.055
Madeira Energia	–	–	906.289	1.518.931
Norte Brasil Transmissora de Energia	–	–	795.287	920.276
Teles Pires Participações	–	–	746.820	753.865
Companhia Energética Sinop	–	–	555.783	503.010
Empresa de Energia São Manoel	–	–	434.379	528.412
Mata de Santa Genebra	–	–	534.167	570.803
Chapecoense Geração	–	–	373.740	409.864
Interligação Elétrica Garanhuns	–	–	324.874	318.267
Enerpeixe	–	–	265.711	254.272
Transmissora Sul Litorânea de Energia	–	–	171.632	150.375
Sistema de Transmissão Nordeste – STN	–	–	217.861	177.158
Goiás Transmissão	–	–	212.431	204.859
Paranaíba Transmissora de Energia	–	–	173.434	153.725
Transenergia Renovável	–	–	116.395	116.471
Retiro Baixo Energética	–	–	157.183	144.796
MGE Transmissão	–	–	137.148	139.176
Rouar	128.315	109.643	128.315	109.643
Triângulo Mineiro Transmissora	–	–	126.654	112.865
Vale do São Bartolomeu	–	–	64.019	60.305
Transnorte Energia	–	–	25.498	39.973
Outros	259.835	201.537	749.315	553.463
	2.369.129	2.421.218	20.145.894	20.753.287
Coligadas				
CTEEP	4.235.422	3.613.866	4.314.282	3.681.099
Energética Águas da Pedra	–	–	244.444	233.604
Lajeado Energia	90.340	67.230	90.340	67.230
CEB Lajeado	67.956	63.047	67.956	63.047
Paulista Lajeado	38.056	29.967	38.056	29.967
Outros	2.085.068	2.113.776	2.095.271	2.128.030
	6.516.842	5.887.886	6.850.349	6.202.977
Total Investimento	**75.526.783**	**73.447.611**	**26.996.243**	**26.956.264**

Mensurados a valor justo

	PARTICIPAÇÕES	VALOR PATRIMONIAL (a)	CONTROLADORA		VALOR PATRIMONIAL (a)	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
AES Tietê	7,56%	179.360	498.636	509.019	179.360	498.636	509.019
Coelce	7,06%	52.340	291.655	301.218	52.340	291.655	301.218
Energisa Holding	2,31%	389.337	439.887	449.718	389.337	439.887	449.718
Cesp	2,05%	122.284	238.437	214.488	122.284	238.437	214.488
Celesc	10,75%	144.069	226.650	213.556	144.069	226.650	213.556
Copel	0,56%	44.247	107.154	105.776	44.247	107.154	105.776
Celpa	0,99%	15.059	80.309	81.376	15.059	80.309	81.376
Celpe	1,56%	10.365	39.489	30.225	10.365	39.489	30.225
Energisa Mato Grosso	0,19%	2.845	11.960	12.796	2.845	11.960	12.796
Rio Parapanema Energia	0,47%	3.924	19.322	20.982	3.924	19.322	20.982
CEB	2,10%	11.861	45.854	18.439	11.861	45.854	18.439
Outros	Entre 0,13% a 0,31%	368	12.558	12.886	52.287	93.926	99.397
		976.059	**2.011.911**	**1.970.479**	**1.027.978**	**2.093.279**	**2.056.990**

(a) Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas.

20.1 - Provisões para perdas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, para os casos em que houve alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida e atualizados para dezembro de 2020, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos mencionadas em maiores detalhes na nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Energia Sustentável do Brasil	432.250	821.276
Interligação Elétrica do Madeira	210.091	–
Companhia Energética Sinop	218.280	201.100
Empresa de Energia São Manoel	197.467	128.694
Mata de Santa Genebra	124.623	–
Transnorte Energia	108.937	94.805
Belo Monte Transmissora	111.374	80.312
Norte Brasil Transmissora de Energia	78.000	–
Interligação Elétrica Garanhuns	38.069	34.740
Madeira Energia	66.372	76.168
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	23.881	–
Outros	2.531	8.795
	1.611.875	**1.445.890**

continua

continuação

20.2 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

	CONTROLADORA									
Controladas e coligadas	**Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)**	**Ganhos de capital**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Capitalização de AFAC**	**Incorporação**	**Ajustes de investidas**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Equivalência patrimonial**	**Transferência acionária**	**Saldo em 31/12/2020**
Furnas	21.527.047	–	521.627	–	–	–	(884.126)	2.557.156	–	23.721.704
Chesf	17.616.086	–	(1.665.228)	–	–	–	(1.799.293)	2.098.922	–	16.250.487
Eletrosul (a)	6.070.596	–	–	–	(6.070.596)	–	–	–	–	–
Eletronorte (b)	17.443.316	–	(96.741)	–	–	–	(1.274.158)	2.151.607	(3.110.685)	15.113.339
CGT Eletrosul (a)	333.505	43.401	(15.251)	–	6.070.596	–	(430.233)	1.882.105	–	7.884.123
Eletronuclear	2.000.283	–	(493.980)	1.885.778	–	–	–	108.576	–	3.500.657
Eletropar	147.674	–	(6.060)	–	–	–	(8.997)	37.885	–	170.502
Norte Energia	2.110.038	–	–	–	–	–	–	(129.059)	–	1.980.979
CTEEP	3.613.866	–	(90.454)	–	–	–	(405.271)	1.117.281	–	4.235.422
Rouar	109.643	–	31.760	–	–	–	(18.622)	5.534	–	128.315
Lajeado Energia	67.230	–	13	–	–	–	(73.496)	96.593	–	90.340
CEB Lajeado	63.047	–	4	–	–	–	(19.139)	24.044	–	67.956
Paulista Lajeado	29.967	–	–	–	–	–	–	8.089	–	38.056
Outros	2.315.313	–	(113.563)	–	–	(3.256)	(372.889)	519.298	–	2.344.903
Total de Investimentos	**73.447.611**	**43.401**	**(1.927.873)**	**1.885.778**	**–**	**(3.256)**	**(5.286.223)**	**10.478.031**	**(3.110.685)**	**75.526.783**

(a) A Eletrosul foi incorporada pela CGT Eletrosul (nova denominação da CGTEE) em 2020.

(b) O controle da Amazonas GT foi transferido para a controlada Eletronorte.

	CONTROLADORA							
Controladas e coligadas	**Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Capitalização de AFAC**	**Ajustes de investidas**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Equivalência patrimonial**	**Transferência (a)**	**Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)**
Furnas	20.218.397	(1.166.835)	–	(125.298)	(1.199.705)	3.800.488	–	21.527.047
Chesf	16.298.985	(359.995)	–	–	(1.170.627)	2.847.723	–	17.616.086
Eletronorte	16.701.540	(24.570)	–	(100.048)	(1.344.233)	2.210.627	–	17.443.316
Eletrosul	5.846.522	(40.307)	–	–	(127.598)	391.979	–	6.070.596
Eletronuclear	2.300.626	179.336	–	–	–	(479.679)	–	2.000.283
Eletropar	156.902	(41.374)	–	52.334	(18.191)	(1.997)	–	147.674
CTEEP	3.951.302	(14.856)	–	(363.685)	(352.023)	393.128	–	3.613.866
Norte Energia	2.036.157	–	–	–	–	73.881	–	2.110.038
CGTEE	–	(7.680)	4.673.951	–	–	(786.906)	(3.545.860)	333.505
Rouar	124.448	5.029	–	–	(21.060)	1.226	–	109.643
Lajeado Energia	79.923	(67)	–	4.838	(78.566)	61.102	–	67.230
CEB Lajeado	52.804	(18)	–	–	(17.232)	27.493	–	63.047
Paulista Lajeado	30.241	–	–	–	(7.259)	6.985	–	29.967
Outros	2.341.093	(77.231)	–	(64.947)	(356.527)	472.925	–	2.315.313
Total de Investimentos	**70.138.940**	**(1.548.568)**	**4.673.951**	**(596.806)**	**(4.693.021)**	**9.018.975**	**(3.545.860)**	**73.447.611**

(a) Foi realizado a transferência do passivo a descoberto da CGTEE antes da capitalização do AFAC.

	CONSOLIDADO									
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	**Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)**	**Integralização de capital**	**Baixa**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Capitalização de AFAC**	**Ajustes de investidas**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Equivalência patrimonial**	**Provisão para Perda**	**Saldo em 31/12/2020**
Norte Energia	7.030.651	–	–	–	–	–	–	(430.025)	–	6.600.626
CTEEP	3.681.099	–	–	(92.138)	–	–	(412.819)	1.138.140	–	4.314.282
Energia Sustentável do Brasil	2.840.844	–	–	–	144.400	–	–	(123.695)	389.026	3.250.575
Belo Monte Transmissora	1.574.228	–	–	–	–	32.482	(17.124)	144.195	(31.062)	1.702.719
Interligação Elétrica do Madeira	1.567.055	–	–	–	–	(279)	(5.717)	24.071	(210.091)	1.375.039
Madeira Energia	1.518.931	–	–	–	–	–	–	(622.438)	9.796	906.289
Norte Brasil Transmissora de Energia	920.276	–	–	–	–	(29.443)	(87.579)	70.033	(78.000)	795.287
Teles Pires Participações	753.865	28.490	–	–	–	–	–	(35.535)	–	746.820
Companhia Energética Sinop	503.010	–	–	–	–	–	–	69.953	(17.180)	555.783
Empresa de Energia São Manoel	528.412	–	–	–	–	–	–	(25.260)	(68.773)	434.379
Mata de Santa Genebra	570.803	39.322	–	–	–	–	–	48.665	(124.623)	534.167
Chapecoense Geração	409.864	–	–	–	–	–	(148.310)	112.186	–	373.740
Interligação Elétrica Garanhuns	318.267	–	–	–	–	–	(26.977)	36.913	(3.329)	324.874
Enerpeixe	254.272	–	–	–	–	–	(35.175)	46.614	–	265.711
Energética Águas da Pedra	233.604	–	–	–	–	–	(48.248)	59.088	–	244.444
Transmissora Sul Litorânea de Energia	150.375	–	–	–	–	–	–	21.258	–	171.632
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	177.158	–	–	–	–	–	(28.934)	69.637	–	217.861
Goiás Transmissão	204.859	–	–	–	–	–	(2.358)	9.930	–	212.431
Paranaíba Transmissora de Energia	153.725	–	–	–	–	–	(6.139)	25.848	–	173.434
Rouar	109.643	–	–	31.760	–	–	(18.622)	5.534	–	128.315
Transnorte Energia	39.973	–	–	–	–	–	–	(343)	(14.132)	25.498
MGE Transmissão	139.176	–	–	–	–	–	–	(2.028)	–	137.148
Transenergia Renovável	116.471	–	–	–	–	(1)	(9.992)	9.917	–	116.395
Retiro Baixo Energética	144.796	–	–	–	–	–	(3.858)	16.245	–	157.183
Triângulo Mineiro Transmissora	112.865	–	–	–	–	–	(1.470)	15.259	–	126.654
Vale do São Bartolomeu	60.305	357	–	–	–	–	–	3.357	–	64.019
Lajeado Energia	67.230	–	–	13	–	–	(73.496)	96.593	–	90.340
CEB Lajeado	63.047	–	–	4	–	–	(19.139)	24.044	–	67.956
Paulista Lajeado	29.967	–	–	–	–	–	–	8.089	–	38.056
Outros	2.681.493	–	(2.941)	(116.331)	63.315	133.951	(416.536)	519.252	(17.617)	2.844.586
Total de Investimentos	**26.956.264**	**68.169**	**(2.941)**	**(176.692)**	**207.715**	**136.710**	**(1.362.493)**	**1.335.498**	**(165.985)**	**26.996.243**

	CONSOLIDADO								
Controladas, coligadas e controladas em conjunto	**Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)**	**Integralização de capital/Baixa**	**Outros Resultados Abrangentes**	**Capitalização de AFAC**	**Ajustes de investidas**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Equivalência patrimonial**	**Provisão para Perda**	**Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)**
Norte Energia	6.595.928	–	–	–	–	–	167.128	267.595	7.030.651
CTEEP	4.024.671	–	(15.133)	–	(363.685)	(358.579)	393.825	–	3.681.099
Energia Sustentável do Brasil	2.976.447	–	–	337.200	–	–	(38.299)	(434.504)	2.840.844
Madeira Energia	1.852.241	–	–	–	–	–	(409.816)	76.506	1.518.931
Belo Monte Transmissora	1.303.752	–	–	–	(14.936)	(2.613)	89.611	198.414	1.574.228
Interligação Elétrica do Madeira	1.491.339	–	–	–	–	–	75.716	–	1.567.055
Norte Brasil Transmissora de Energia	1.082.843	–	–	–	(208.593)	(22.211)	68.237	–	920.276
Teles Pires Participações	714.508	55.962	–	–	–	–	(29.937)	13.332	753.865
Companhia Energética Sinop	462.114	264.568	–	–	–	–	(39.738)	(183.934)	503.010
Empresa de Energia São Manoel	351.065	19.333	–	–	–	–	(6.962)	164.976	528.412
Mata de Santa Genebra	361.684	130.289	–	–	–	–	(41.815)	120.645	570.803
Chapecoense Geração	395.841	–	–	–	–	(108.460)	122.483	–	409.864
Interligação Elétrica Garanhuns	251.729	–	–	–	–	(5.897)	36.484	35.951	318.267
Enerpeixe	260.599	–	–	–	–	(54.430)	48.103	–	254.272
Energética Águas da Pedra	218.301	–	–	–	–	(41.939)	57.242	–	233.604
Transmissora Sul Litorânea de Energia	156.340	–	–	–	–	195	(6.160)	–	150.375
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	165.749	–	–	–	–	(16.044)	27.453	–	177.158
Goiás Transmissão	188.574	–	–	–	–	(5.072)	21.357	–	204.859
Paranaíba Transmissora de Energia	140.919	–	–	–	–	(2.986)	15.792	–	153.725
Rouar	124.448	–	5.029	–	–	(21.060)	1.226	–	109.643
Transnorte Energia	21.149	–	–	–	(73)	–	(4.963)	23.860	39.973
MGE Transmissão	127.583	–	–	–	–	–	11.593	–	139.176
Transenergia Renovável	124.031	–	–	–	–	(15.713)	8.153	–	116.471
Retiro Baixo Energética	134.277	–	–	–	–	(3.277)	13.796	–	144.796
Triângulo Mineiro Transmissora	91.698	1.406	–	–	–	–	19.761	–	112.865
Vale do São Bartolomeu	51.173	4.926	–	–	(1)	–	4.207	–	60.305
Lajeado Energia	79.923	–	(67)	–	4.838	(78.566)	61.102	–	67.230
CEB Lajeado	52.804	–	(18)	–	–	(17.232)	27.493	–	63.047
Paulista Lajeado	30.241	–	–	–	–	(7.259)	6.985	–	29.967
Outros	2.647.487	(132.841)	(77.231)	114.005	(79.067)	(381.941)	545.569	45.512	2.681.493
Total de Investimentos	**26.479.458**	**343.643**	**(87.419)**	**451.205**	**(661.517)**	**(1.143.084)**	**1.245.626**	**328.353**	**26.956.264**

continua

continuação

20.3 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	31/12/2020									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia	49,98%	1.796.877	42.691.891	44.488.768	1.957.228	29.357.442	13.174.098	44.488.768	4.402.647	(860.393)
Madeira Energia	43,00%	945.143	21.369.986	22.315.129	1.149.935	18.906.101	2.259.093	22.315.129	3.200.238	(1.445.667)
Energia Sustentável do Brasil	40,00%	989.250	20.088.832	21.078.082	978.648	10.892.330	9.207.104	21.078.082	2.676.045	(309.195)
Belo Monte Transmissora de energia	49,00%	963.497	7.198.219	8.161.716	500.544	4.047.209	3.613.963	8.161.716	833.619	294.278
Interligação Elétrica do Madeira	49,00%	868.642	5.789.039	6.657.681	382.701	3.031.839	3.243.141	6.657.681	595.799	49.125
Teles Pires Participações	49,72%	274.021	4.918.375	5.192.395	316.956	3.347.957	1.527.482	5.192.395	792.973	(72.291)
Empresa de Energia São Manuel	33,00%	193.508	3.723.477	3.916.985	210.909	1.815.213	1.890.863	3.916.985	360.656	(80.474)
Norte Brasil Transmissora de Energia	49,00%	404.445	3.316.564	3.721.009	108.869	1.764.591	1.847.549	3.721.009	342.623	142.923
Mata de Santa Genebra	50,00%	366.390	2.565.115	2.931.505	158.351	1.452.934	1.320.220	2.931.505	364.070	96.994
Companhia Energética Sinop	49,00%	258.879	2.702.367	2.961.246	87.748	1.437.924	1.435.574	2.961.246	269.647	(105.647)
Chapecoense Geração	40,00%	265.107	2.624.982	2.890.089	371.413	1.584.327	934.349	2.890.089	935.862	280.465
Enerpeixe	40,00%	476.575	1.758.817	2.235.392	793.861	777.254	664.277	2.235.392	303.132	116.532
Serra do Facão Energia	49,00%	378.352	1.963.451	2.341.803	235.198	1.842.701	263.904	2.341.803	402.091	(5.987)
Paranaíba Transmissora	24,50%	179.229	1.507.886	1.687.115	104.040	875.182	707.893	1.687.115	205.402	105.503
Interligação Elétrica Garanhuns	49,00%	112.635	1.044.527	1.157.163	54.775	344.456	757.932	1.157.163	114.343	34.579
Coligadas										
CTEEP	36,05%	5.507.858	19.084.500	24.592.358	1.372.497	9.094.419	14.125.442	24.592.358	3.696.428	3.382.650

	31/12/2019									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia	50,0%	1.102.615	43.937.145	45.039.760	4.412.114	26.596.065	14.031.581	45.039.760	4.214.481	209.628
Madeira Energia	50,0%	749.938	21.679.634	22.429.572	1.176.997	17.547.815	3.704.760	22.429.572	3.197.523	(951.833)
Energia Sustentável do Brasil	33,0%	728.881	20.536.876	21.265.757	926.137	11.184.321	9.155.299	21.265.757	2.568.049	(95.748)
Belo Monte Transmissora	49,0%	802.462	6.564.791	7.367.253	308.140	3.570.836	3.488.277	7.367.253	790.313	237.334
Interligação Elétrica do Madeira	40,0%	814.211	5.638.250	6.452.461	446.653	2.807.735	3.198.073	6.452.461	524.261	154.526
Teles Pires Participações	49,0%	159.645	5.087.639	5.247.284	323.559	3.381.578	1.542.148	5.247.284	831.628	(63.933)
Norte Brasil Transmissora de Energia	40,0%	403.176	3.020.410	3.423.586	304.675	1.296.299	1.822.612	3.423.586	350.239	56.902
Empresa de Energia São Manoel	49,0%	224.723	3.736.295	3.961.018	163.712	1.825.969	1.971.337	3.961.018	382.499	(13.216)
Chapecoense Geração	49,0%	379.358	2.744.455	3.123.813	451.803	1.647.352	1.024.658	3.123.813	884.034	306.209
Companhia Energética Sinop	24,5%	174.672	2.772.270	2.946.942	57.237	1.415.633	1.474.072	2.946.942	241.413	(43.982)
Mata de Santa Genebra	49,0%	289.538	2.370.123	2.659.661	129.811	1.385.424	1.144.426	2.659.661	357.522	(83.266)
Enerpeixe	49,0%	423.615	1.607.716	2.031.331	614.447	781.203	635.681	2.031.331	407.564	120.259
Interligação Elétrica Garanhuns	49,0%	124.787	979.688	1.104.475	56.211	327.837	720.427	1.104.475	93.034	75.299
Paranaíba Transmissora	24,5%	178.558	1.759.242	1.937.800	104.065	1.042.030	791.705	1.937.800	175.055	51.313
Coligadas										
CTEEP	36,1%	4.933.448	16.665.646	21.599.094	1.615.825	6.221.662	13.761.607	21.599.094	3.331.862	1.779.451

20.4 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo (a) 31/12/2020	Valor Justo (a) 31/12/2019
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
CTEEP	36,04%	6.521.147	5.389.526
EQUATORIAL MARANHÃO D.	33,55%	2.624.872	2.624.872
CEEE-GT	32,59%	1.634.744	1.268.004
EMAE	40,62%	1.087.136	532.395
CEEE-D	32,59%	316.343	315.467

(a) Baseado na cotação das ações na data-base.

20.5 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (vide nota 33), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

	31/12/2020		
Participações societárias	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
CTEEP	4.235.422	87,51%	3.706.418
Equatorial Maranhão D.	948.611	91,47%	867.694
CEEE - GT	824.914	95,72%	789.608
EMAE	280.364	100,00%	280.364
AES Tiete	498.636	99,77%	497.489
Energisa Holding	439.887	73,45%	323.097
Coelce	291.655	76,61%	223.437
CESP	238.437	97,85%	233.310
Celesc	226.650	57,85%	131.117
CEB	45.854	99,97%	45.840
Celpa	80.309	100,00%	80.309
Celpe	39.489	100,00%	39.489
Energisa MT	11.960	100,00%	11.960
Total	**8.162.188**		**7.230.132**

20.6 – Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas

Controladas

a) Eletronuclear – tem por principal objetivo a construção e operação de usinas nucleares e a realização de serviços de engenharia e correlatos no estado do Rio de Janeiro. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2020 um capital circulante líquido negativo de R$ 512.826 (R$ 674.316 negativo em 31 de dezembro de 2019).

b) Amazonas GT – tem por principal objetivo a geração e transmissão de energia elétrica. A controlada apresenta em 31 de dezembro de 2020 um capital circulante líquido negativo de R$ 411.972 (R$ 212.217 negativo em 31 de dezembro de 2019).

Coligadas

c) A Companhia também detém participações, através de suas controladas, nas SPEs Madeira Energia, Norte Energia, Teles Pires Participações, Enerpeixe e Chapecoense Geração que apresentam em 31 de dezembro de 2020 capital circulante líquido negativo de R$ 204.792, R$ 160.351, R$ 42.936, R$ 317.286 e R$ 106.306 respectivamente (R$ 427.060, R$ 3.309.499, R$ 163.912, R$ 190.832 e R$ 72.445 negativos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

Prática contábil

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Eletrobras, e das suas controladas, operações controladas em conjunto e entidades estruturadas consolidadas. O controle é obtido quando a Eletrobras possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

a) Controladas

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundos dessas transações, são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controle conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

d) Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas Eletrobras firmaram investimentos em parcerias com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

e) Receita de dividendos

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos. As adições de valor mais expressivo são referentes as controladas Eletronuclear e Furnas.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2019	Adição/Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	6.931.726	94.218	(37.741)	(377.395)	78.746	6.689.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.282.430	2.367	(3.999)	(190.430)	34.167	3.124.535
Máquinas e equipamentos	13.067.839	879	(583.797)	(1.076.178)	520.017	11.928.760
Outros (b)	340.105	(152.414)	(2.573)	(32.161)	65.495	218.452
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (a)	(2.643.377)	(913.916)	704.865	–	–	(2.852.428)
	20.978.723	(968.866)	76.755	(1.676.164)	698.425	19.108.873
Imobilizado em curso	15.794.896	2.283.860	(254.330)	–	(665.051)	17.159.375
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (a)	(4.713.040)	–	–	–	–	(4.713.040)
	11.081.856	2.283.860	(254.330)	–	(665.051)	12.446.335
Direito de Uso						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	219.192	99	(18.840)	(43.550)	–	156.901
Máquinas e equipamentos	1.031.839	2.363	(14.424)	(72.843)	–	946.935
Outros (b)	4.264	93	-	(489)	–	3.868
	1.255.295	2.555	(33.264)	(116.882)	–	1.107.704
Total	**33.315.874**	**1.317.549**	**(210.839)**	**(1.793.046)**	**33.374**	**32.662.912**

continua

continuação

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2018	Adição/Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço						
Barragens, reservatórios e adutoras	7.220.782	5.716	–	(309.769)	14.997	6.931.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.432.009	11.148	–	(171.285)	10.558	3.282.430
Máquinas e equipamentos	14.132.898	545.073	(8.943)	(1.060.341)	(540.848)	13.067.839
Outros (b)	593.224	845	(225.642)	(18.766)	(9.556)	340.105
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (a)	(3.179.262)	(144.637)	680.522	–	–	(2.643.337)
	22.199.651	418.145	445.937	(1.560.161)	(524.849)	20.978.723
Imobilizado em curso	14.421.659	3.107.184	(1.171.379)	(19.783)	(542.785)	15.794.896
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (a)	(4.250.918)	(462.122)	–	–	–	(4.713.040)
	10.170.741	2.645.062	(1.171.379)	(19.783)	(542.785)	11.081.856
Direito de Uso *						
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	–	274.505	(3.208)	(52.105)	–	219.192
Máquinas e equipamentos	–	125.323	–	(86.203)	992.719	1.031.839
Outros (b)	–	4.805	–	(542)	–	4.264
	–	404.633	(3.208)	(138.850)	992.719	1.255.295
Total	**32.370.392**	**3.467.840**	**(728.650)**	**(1.718.794)**	**(74.915)**	**33.315.874**

* Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía arrendamentos classificados dentro do grupo de máquinas e equipamentos, e com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 reclassificou os itens para o grupo de uso de direito de uso, para refletir melhor a divulgação.

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Barragens, reservatórios e adutoras	2,16%	15.389.704	(8.700.150)	6.689.554	2,14%	15.310.958	(8.379.232)	6.931.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,67%	8.265.536	(5.141.001)	3.124.535	2,54%	7.027.708	(3.745.278)	3.282.430
Máquinas e equipamentos	4,06%	40.448.965	(28.520.205)	11.928.760	4,33%	29.226.727	(16.158.889)	13.067.839
Outros (b)	5,14%	1.180.992	(962.540)	218.452	2,55%	653.952	(313.847)	340.105
		65.285.197	(43.323.896)	21.961.301		52.219.345	(28.597.246)	23.622.099
Imobilizado em curso		17.159.375	-	17.159.375		15.794.896	–	15.794.896
		17.159.375	-	17.159.375		15.794.896	–	15.794.896
Direito de Uso								
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,36%	252.640	(95.739)	156.901	6,89%	271.297	(52.105)	219.192
Máquinas e equipamentos	4,45%	1.858.606	(911.671)	946.935	5,04%	1.856.245	(824.406)	1.031.839
Outros (b)	2,28%	4.455	(587)	3.868	4,34%	4.805	(542)	4.264
		2.115.701	(1.007.997)	1.107.704		2.132.348	(877.053)	1.255.294
Total		**84.560.273**	**(44.331.893)**	**40.228.380**		**70.146.589**	**(29.474.299)**	**40.672.290**

(a) Maiores detalhes podem ser observados na nota 23.
(b) O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos e móveis e utensílios e obrigações especiais.

Cabe mencionar que os valores apresentados na tabela estão brutos da provisão para *impairment*.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso e em operação. A depreciação é reconhecida mensurada com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível no exercício é como segue:

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Vinculados à Concessão - Geração	303.235	(318)	(7.408)	(1.191)	294.318
Em serviço	281.093	(7.888)	(1.404)	(1.191)	270.610
Custo	301.982	7.999	(7.414)	(15.388)	287.179
Amortização acumulada	(14.450)	(15.444)	–	14.197	(15.697)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*)	(6.439)	(443)	6.010	–	(872)
Em curso	22.142	7.570	(6.004)	–	23.708
Custo	22.142	7.570	(6.004)	–	23.708
Vinculados à Concessão - Transmissão	2.092	–	–	–	2.092
Em serviço - Custo	791	–	–	–	791
Em curso - Custo	1.301	–	–	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	349.714	84.854	(48.477)	(31.551)	354.540
Em serviço	95.793	(40.274)	(48.477)	1.616	8.658
Custo	1.053.351	6.721	(48.477)	16.083	1.027.678
Amortização acumulada	(641.270)	(46.995)	–	(14.467)	(702.732)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*)	(316.288)	–	–	–	(316.288)
Em curso	253.921	125.128	–	(33.167)	345.882
Custo	306.852	125.128	–	(33.167)	398.813
Outros	(52.931)	–	–	–	(52.931)
Total	**655.041**	**84.536**	**(55.885)**	**(32.742)**	**650.950**

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2019
Vinculados à Concessão - Geração	68.990	1.219	(6.484)	239.510	303.235
Em serviço	55.131	(867)	2.917	223.912	281.093
Custo	287.655	2.046	(2.819)	15.100	301.982
Amortização acumulada	(17.056)	(2.913)	–	5.519	(14.450)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*)	(215.468)	–	5.736	203.293	(6.439)
Em curso	13.859	2.086	(9.401)	15.598	22.142
Custo	32.585	2.086	(9.401)	(3.128)	22.142
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*)	(18.726)	–	–	18.726	–
Vinculados à Concessão - Transmissão	15.929	30	–	(13.867)	2.092
Em serviço	14.628	–	–	(13.837)	791
Custo	9.108	–	–	(8.317)	791
Amortização acumulada	5.520	–	–	(5.520)	–
Em curso - Custo	1.301	30	–	(30)	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis) - Administração	564.731	11.576	(17.194)	(198.305)	349.714
Em serviço	321.904	(121.304)	–	(104.807)	95.793
Custo	948.962	5.662	–	98.727	1.053.351
Amortização acumulada	(578.614)	(62.656)	–	–	(641.270)
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*Impairment*)	(48.444)	(64.310)	–	(203.534)	(316.288)
Em curso	242.827	66.440	(8.597)	(46.749)	253.921
Custo	295.758	66.440	(8.597)	(46.749)	306.852
Outros	(52.931)	–	–	–	(52.931)
Total	**649.650**	**12.825**	**(23.678)**	**27.338**	**655.041**

continua

continuação

Prática contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 6,11% para geração não renovada, 6,14% para geração renovada, (4,40% para geração não renovada, 4,36% para geração renovada em 2019), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 8,08% e 11,95%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	7.565.468	–	7.565.468	7.356.417	–	7.356.417
Intangível	872	316.288	317.160	6.439	316.288	322.727
Total	**7.566.340**	**316.288**	**7.882.628**	**7.362.856**	**316.288**	**7.679.144**

A movimentação das provisões é como segue:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2019	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2020
UTN Angra 3	4.508.764	–	–	–	4.508.764
UTE Candiota	184.629	611.416	–	–	796.045
UTE Santa Cruz	618.569	–	(215.800)	–	402.769
Candiota Fase B	342.114	–	(21.094)	–	321.020
UHE Batalha	376.680	–	(78.622)	–	298.058
Casa Nova I	345.893	–	(53.130)	–	292.763
Livramento	117.866	8.428	–	–	126.294
Complexo Eólico Pindaí I	–	99.263	–	–	99.263
UHE Samuel	87.603	11.201	–	–	98.804
UTE Coaracy Nunes	71.007	–	–	–	71.007
UTE Camaçari	224.032	–	–	(224.032)	–
UTE Mauá Bloco 4	49.372	–	–	–	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	–	–	–	46.258
UTE Mauá Bloco 1	41.040	–	–	–	41.040
UHE Passo São João	34.750	–	–	–	34.750
Casa Nova II	16.492	32.662	–	–	49.154
PCH Santo Cristo	14.148	–	–	(14.148)	–
Casa Nova III	–	25.730	–	–	25.730
Outros	283.639	21.610	–	–	305.249
Total	**7.362.856**	**810.310**	**(368.646)**	**(238.180)**	**7.566.340**

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2018	Adições	Reversões	Baixas	31/12/2019
UTN Angra 3	4.046.642	462.122	–	–	4.508.764
UTE Santa Cruz	731.988	–	(113.419)	–	618.569
UHE Batalha	377.005	–	(325)	–	376.680
Casa Nova I	345.893	–	–	–	345.893
Candiota Fase B	388.006	–	(45.892)	–	342.114
UTE Camaçari	247.263	–	(23.231)	–	224.032
Candiota Fase C	68.706	115.923	–	–	184.629
Livramento	326.698	6.508	(215.340)	–	117.866
UHE Samuel	306.866	–	(219.263)	–	87.603
UHE Simplício	198.940	–	(198.940)	–	–
Outros	626.364	22.528	(87.802)	(4.384)	556.706
Total	**7.664.371**	**607.081**	**(904.212)**	**(4.384)**	**7.362.856**

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Companhia em dezembro de 2020.

• UTN Angra 3

A MP nº 998/20, posteriormente convertida na Lei 14.120/21, garantiu ao projeto uma tarifa que assegure a sua viabilidade econômico-financeira, sendo este um marco relevante na viabilidade do projeto. A administração espera ter a definição tarifária até setembro de 2021. Em 25 de fevereiro de 2021, foi publicado edital de contratação para retomada das obras. Nesse sentido a perspectiva de reinício das obras de forma relevante bem como a viabilidade do projeto se tornaram mais evidentes, havendo expectativa de resolução da tarifa e estrutura de financiamento no ano de 2021.

Os seguintes aspectos foram considerados no teste de *impairment* de Angra: (i) atualização do orçamento de *Capital Expenditure* - Capex do projeto, que registrou crescimento impactado pelo fim do Renuclear, pela forte apreciação do Euro em relação ao Real e a inserção da estimativa de aquisição de novos elementos combustíveis para a carga inicial, que foram utilizados em Angra 2; (ii) utilização de tarifa de energia que considera os parâmetros especificados na Lei 14.120/21 (iii) alteração na taxa de desconto para 6,79% (6,52% em dezembro de 2019). A administração utilizou como premissa o critério de viabilidade econômico financeiro sem aumentos incrementais, mantendo assim a provisão para *impairment* no montante de R$ 4.508.764. A companhia entende que à medida que haja uma melhor definição da base tarifária e das condições de financiamento, o projeto pode apresentar rentabilidade que venha a permitir a eventual redução e/ou reversão do *impairment* registrado, fatos a serem confirmados no ano de 2021. Para esse empreendimento um aumento de 5% ou 10% da tarifa utilizada como base para teste iria acarretar em uma redução de 37% e 75% do *impairment*, respectivamente e uma redução de 5% ou 10% iria acarretar em um aumento do *impairment* de 37% e 75% respectivamente.

• UTE Candiota

A provisão complementar no montante de R$ 611.416 decorre, basicamente: (i) da alteração da taxa de desconto *pós-tax* de 4,40% para 6,11%; (ii) da revisão da estimativa de ressarcimento de carvão em decorrência do despacho ANEEL nº 2.616/2020 que revisou o estoque histórico; e (iii) da alteração da estimativa do prazo de ressarcimento de combustível de 2027 para 2024, em razão do término do contrato regulado de venda.

• UTE Camaçari

Em dezembro de 2020 a controlada Chesf baixou os ativos da extinta UTE Camaçari, em decorrência da assinatura de contrato de locação entre a Chesf, como locadora, Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A., como locatárias. O referido contrato tem como objeto a locação irrevogável e irretratável do ativo existente pelo prazo de 15 anos. Diante deste contexto e baseado nas normas contábeis vigentes, à luz da condição atual do ativo, foi registrado um contas a receber, por se tratar de Arrendamento Financeiro. Este novo ativo tem seu registro suportado por um fluxo de recebíveis, ajustado ao seu valor presente, contemplando as premissas estabelecidas no contrato de arrendamento. Foi registrada uma receita no valor de R$ 50.675 no exercício de 2020.

Administração

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram adições/reversões de *impairment*.

Intangível - Administração	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	–	233.989	233.989
UGC LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel	–	33.855	33.855
Outros	48.444	–	48.444
Total	**48.444**	**267.844**	**316.288**

• Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que não apresentam provisão para *impairment*

As UGCs que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de *impairment*.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs) tenham sofrido alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa que reflete uma avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	83.077	84.862	2.612.668	2.355.091
Energia Comprada para Revenda	622.831	409.271	1.275.170	728.643
CCEE - Energia de curto prazo	–	–	16.213	11.735
	705.908	494.133	3.904.051	3.095.469
Não circulante				
Bens, Materiais e Serviços	–	–	16.556	18.143
	–	–	16.556	18.143
Total	**705.908**	**494.133**	**3.920.607**	**3.113.612**

Prática contábil

São reconhecidas as obrigações relacionadas com encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica, compras de energia elétrica para revenda e compras de bens, mercadorias (material, combustível convencional, etc.) e de serviços. São reconhecidas também as compras de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado, os passivos são baixados mediante a liquidação do título e as variações monetárias são reconhecidas no resultado financeiro.

NOTA 25 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a seguir:

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	140.572	275.655	2,41%	140.572	275.655
Banco Interamericano de Desenvolvimento	–	–	–	1,79%	39.441	392.300
BNP Paribas	1,17%	182.590	–	1,17%	182.590	–
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,69%	20.292	290.760	3,42%	60.561	587.891
		343.454	566.415		423.164	1.255.846
Bônus						
Vencimento 27/10/2021 (a)	5,75%	3.284.824	–	5,75%	3.284.824	–
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.461	2.570.741	3,63%	38.461	2.570.741
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.606	3.812.050	4,63%	73.606	3.812.050
		3.396.891	6.382.791		3.396.891	6.382.791
Moeda Nacional						
RGR Devolução (b)	5,00%	250.802	1.254.011	5,00%	250.802	1.254.011
RGR Controladas (c)	5,00%	86.779	688.283	5,00%	86.779	688.283
RGR CCEE (d)	5,00%	34.797	–	5,00%	34.797	–
BNDES (e)	–	–	–	5,15%	454.393	4.790.888
Caixa Econômica Federal	2,27%	416.603	340.592	5,94%	918.979	3.850.392
Banco do Brasil	2,27%	666.564	544.948	2,41%	1.085.373	1.420.404
Bradesco	–	–	–	5,14%	1.006.159	–
Petrobras	1,91%	2.196.011	4.925.322	1,91%	2.196.011	4.925.322
BR Distribuidora	2,21%	157.200	47.224	2,21%	157.200	47.224
State Grid	–	–	–	10,00%	43.935	354.828
Banco do Nordeste do Brasil (f)	–	–	–	10,14%	52.251	901.827
BASA	–	–	–	8,50%	11.346	156.006
Cigás	–	414.264	223.670	–	414.264	223.670
Outras Instituições Financeiras	–	–	–	–	779.996	1.292.845
		4.223.020	**8.024.050**		**7.492.285**	**19.905.700**

continua

continuação

	31/12/2020					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	3.722	1.100.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	8.305	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	4.035	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825	IPCA + 5,18% a.a.	4.767	740.825
Furnas - 15/11/2024	–	–	–	CDI 117,60% a.a	1.267	450.000
Furnas - Vencimento 15/11/2029	–	–	–	IPCA + 4,08% a.a.	1.755	808.446
Chesf - Vencimento 15/01/2029	–	–	–	IPCA + 7,03% a.a.	11.224	137.991
CGT Eletrosul - Vencimento 15/09/2028 (g)	–	–	–	IPCA + 6,80% a.a.	17.687	401.350
Eletronorte - Vencimento 04/08/2024 (h)	–	–	–	CDI + 2,675%	45.649	1.208.333
		20.829	5.040.825		98.411	8.046.945
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		**7.984.194**	**20.014.081**		**11.410.751**	**35.591.282**

	31/12/2019					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	110.885	323.669	2,41%	110.885	323.669
Banco Interamericano de Desenvolvimento	–	–	–	4,95%	30.897	334.706
BNP Paribas	2,65%	141.808	141.578	2,65%	141.808	141.578
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,46%	14.416	220.937	2,46%	14.416	220.937
Corporación Andino de Fomento - CAF	4,38%	150.139	–	4,38%	150.139	–
		417.248	686.184		448.145	1.020.890
Bônus						
Vencimento 27/10/2021	5,75%	83.693	7.053.725	5,75%	83.693	7.053.725
		83.693	7.053.725		83.693	7.053.725
Moeda Nacional						
RGR Devolução (b)	5,00%	250.802	1.383.629	5,00%	250.802	1.383.629
RGR Controladas (c)	5,00%	–	863.645	5,00%	–	863.645
RGR CCEE (d)	5,00%	354.314	746.847	5,00%	354.314	746.847
BNDES (e)	–	–	–	9,25%	536.746	5.574.689
Caixa Econômica Federal	5,26%	417.355	756.992	5,26%	1.185.694	5.007.814
Banco do Brasil	5,26%	667.768	1.211.188	5,26%	1.076.811	2.504.620
Petrobras	4,62%	2.297.220	6.631.614	4,62%	2.297.220	6.631.614
BR Distribuidora	5,05%	428.543	198.589	5,05%	428.543	198.589
Repactuação Dívida Controladas	4,40%	397.183	2.714.084	–	–	–
State Grid	–	–	–	10,00%	45.590	379.982
Banco do Nordeste do Brasil	–	–	–	10,14%	43.968	750.519
BASA	–	–	–	8,50%	28.995	324.011
Cigás	–	445.037	268.611	–	445.039	268.611
Outras Instituições Financeiras	–	–	–	–	411.071	1.594.545
		5.258.222	**14.775.200**		**7.104.793**	**26.229.116**

	31/12/2019					
	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Taxa	Circulante	Não Circulante	Taxa	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	Taxa DI + 0,70% a.a.	6.991	1.100.000	Taxa DI + 0,70% a.a.	6.991	1.100.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	Taxa DI + 1,00% a.a.	14.791	2.200.000	Taxa DI + 1,00% a.a.	14.791	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	Taxa DI + 1,20% a.a.	6.967	1.000.000	Taxa DI + 1,20% a.a.	6.967	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18% a.a.	4.410	711.069	IPCA + 5,18% a.a.	4.410	711.069
Furnas - Vencimento 15/11/2024	–	–	–	CDI 117,60% a.a	543	450.000
Chesf - Vencimento 15/01/2029	–	–	–	IPCA + 7,03% a.a.	10.923	139.399
Eletrosul - Vencimento 15/09/2028	–	–	–	IPCA + 6,80% a.a.	16.682	99.792
Eletronorte - Vencimento 10/07/2031	–	–	–	TJLP + 1,65% a .a.	17.222	180.490
		33.159	5.011.069		78.529	5.880.750
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		**5.792.323**	**27.526.178**		**7.715.160**	**40.184.481**

a) Bônus

Em fevereiro de 2020, a Companhia emitiu Notes com vencimento em 2025 e 2030. Os recursos provenientes desta emissão foram utilizados, principalmente, para rolagem da dívida referente ao contrato de Bônus com vencimento em 27 de outubro de 2021.

b) RGR Devolução

Além dos financiamentos devidos pela Eletrobras, em 2017, através do processo administrativo que fiscalizou a gestão da Eletrobras da RGR, no período de 1998 a 2011, a ANEEL, determinou a devolução, pela Eletrobras, de cerca de R$ 2 bilhões, em 10 anos, atualizado pela SELIC, conforme artigo 21-A e 21-B da Lei 12.783/2013.

c) RGR Controladas

Nos financiamentos acima mencionados constam as dívidas tomadas pelas controladas da Eletrobras junto à RGR, com juros de 5% ao ano, sendo que, considerando que foram tomadas antes de 17 de novembro de 2016, ainda são administrados pela Eletrobras, posto que ainda não foram repassados para a CCEE, conforme Decreto nº 9.022/2017.

d) RGR CCEE

Referem-se aos montantes repassados de recursos da RGR de responsabilidade de terceiros, e possuem contrapartida no ativo, a Administração da Companhia concluiu que os montantes a receber de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos da RGR para terceiros não atendem mais a definição de ativo uma vez que a Companhia não possui mais o controle desses recebíveis e, por esse motivo, foram desreconhecidos, conforme nota 11 (b). A Eletrobras atua apenas como agente repassador e é responsável pela gestão contratual desses financiamentos, não sendo tais recursos exigíveis da Eletrobras, enquanto o agente devedor não efetuar o pagamento.

De acordo com o Decreto 9.022/2017, a Eletrobras deverá repassar os recursos à RGR, no prazo de até cinco dias, contados da data do pagamento efetivo pelo agente devedor.

e) BNDES

Ao final do mês de março o BNDES anunciou apoio emergencial para as empresas brasileiras com objetivo de reduzir os impactos econômicos e financeiros da crise gerada por conta da pandemia. Uma das medidas aprovadas pelo banco foi a possibilidade de concessão da suspensão temporária (*standstill*) pelo prazo de até 6 meses do pagamento do serviço da dívida (principal e juros remuneratórios) na modalidade direta, no qual se enquadram os contratos de financiamento, firmados pela Eletronuclear, CGT Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf com o BNDES. Nesse sentido, estes contratos foram suspensos pelo prazo de 6 meses tendo seus juros capitalizados ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

f) Empréstimo - Chesf

Em dezembro de 2020, a Chesf realizou uma operação de crédito, no valor de R$ 263.116 junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A operação tem por objetivo financiar reforços e melhorias do sistema de transmissão, e conta com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A operação conta com carência de principal de 24 meses e amortização em 132 meses.

g) Debêntures CGT Eletrosul

Em outubro de 2020, a CGT Eletrosul captou recursos por meio da realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com prazo total de 8 anos no montante de R$ 300.000. Em 15 de dezembro de 2020 foi encerrada a oferta pública de debêntures emitidas pela CGT Eletrosul.

h) Debêntures Eletronorte

Em outubro de 2020, a Eletronorte captou recursos através de oferta pública valor total de R$750.000, não conversíveis em ações, com prazo total de 4 anos. O uso principal será para o refinanciamento do passivo da Eletronorte e o saldo, caso haja, será destinado ao reforço de caixa para a utilização no curso ordinário dos negócios da mesma. Em 19 de novembro de 2020 foi encerrada a oferta pública de debêntures emitidas pela controlada da Eletronorte, Amazonas GT.

25.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Saldo inicial	33.318.501	27.634.849	47.899.641	54.841.027
Captação	5.193.319	5.000.000	9.154.852	6.442.950
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	3.906.850	3.040.214	5.367.794	3.876.246
Juros Pagos	(1.275.296)	(1.574.909)	(2.074.848)	(2.810.184)
Amortização do Principal (a)	(12.140.166)	(9.774.395)	(12.144.481)	(12.365.154)
Custos de transação apropriado	–	–	(22.146)	598
Transferência	–	11.077.939	(173.846)	(645)
Baixas	–	(2.085.197)	–	(2.085.197)
Desreconhecimento RGR	(1.004.933)	–	(1.004.933)	–
Saldo final	**27.998.275**	**33.318.501**	**47.002.033**	**47.899.641**

(a) Na Controladora a amortização do principal inclui o montante de R$ 3.138.797, referente a transferência das ações da companhia Amazonas GT para a Eletronorte. Essa transação não teve efeito caixa.

A parcela de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Controladora	4.115.131	2.315.919	4.153.751	3.043.776	1.331.746	5.053.758	20.014.081
Consolidado	6.425.929	4.398.822	5.592.555	3.971.934	2.072.107	13.129.935	35.591.282

25.2 - Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R$ 30.575.673, em 31 de dezembro de 2020, apresentadas no quadro abaixo:

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS				
Garantidora	**Modalidade**	**Empreendimento**	**Saldo Devedor Garantido em 31/12/2020**	**Término da Garantia**
Eletrobras	SPE	UHE Belo Monte (Norte Energia)	14.126.563	2042
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	4.913.552	2040
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	3.365.972	2034
Furnas	SPE	UHE Santo Antônio	1.688.146	2038
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	1.194.566	2036
Eletrobras	SPE	UHE Jirau	917.992	2035
Eletrobras	SPE	UHE Sinop	567.272	2038
Eletrobras	SPE	Empresa de Energia São Manoel	535.917	2038
Eletrobras	SPE	Belo Monte Transmissora	442.552	2032
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	412.991	2024
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Hermenegildo (a)	379.661	2032
Eletrobras	SPE	UHE Teles Pires	291.483	2032
Eletrobras	SPE	Santa Vitória do Palmar Holding (a)	264.540	2031
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	243.443	2030
Eletronorte	SPE	Belo Monte Transmissora	163.981	2031
Furnas	SPE	Belo Monte Transmissora	163.981	2031
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio	144.695	2022
Eletrobras	SPE	Norte Brasil Transmissora de Energia	138.029	2026
Furnas	SPE	Empresa de Energia São Manoel	109.312	2031
Eletrobras	SPE	Interligação Elétrica Garanhuns	91.660	2028
Eletrobras	SPE	Chapada do Piauí II	86.571	2021
Eletrobras	SPE	Chapada do Piauí I	74.003	2022
Chesf	SPE	UHE Sinop	66.703	2032
Eletronorte	SPE	UHE Sinop	66.703	2032
Eletrobras	SPE	Santa Vitória do Palmar Holding (a)	48.876	2028
Eletrobras	Corporativo	Eólica Chuí IX (a)	38.143	2032
Eletrobras	SPE	Mangue Seco 2 (a)	30.265	2031
Eletrobras	SPE	Caldas Novas Transmissão	8.101	2028
Garantias empresas não controladas			**30.575.673**	

(a) A Eletrobras alienou a sua participação nas SPEs Mangue Seco 2, Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A., Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo III S.A. e Chuí Geração S.A, maiores detalhes na nota 46. Conforme estabelecido nos instrumentos contratuais, a Eletrobras permanece temporariamente como garantidora destas SPEs, enquanto não seja finalizado o período de transição necessário para que os novos acionistas formalizem a substituição da posição de garantidora nos contratos de financiamento.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

continua

continuação

O montante garantido para as controladas é de R$ 15.324.770, em 31 de dezembro de 2020, e é apresentado no quadro abaixo.

EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2020	Término da Garantia
Eletrobras	Corporativo	Angra III	3.514.723	2036
Eletronuclear	Corporativo	Angra III	3.112.045	2038
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 3	1.006.160	2021
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	832.348	2029
Eletrobras	Corporativo	Belo Monte Transmissora	797.523	2029
Eletrobras	Corporativo	Diversos - Furnas	709.801	2023
Eletronorte	Corporativo	Emissão de Debêntures – Amazonas GT	556.560	2024
Eletrobras	Corporativo	Emissão de Debêntures - Furnas	451.267	2024
Eletrobras	Corporativo	UHE Simplício	432.709	2026
Eletrobras	Corporativo	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	431.741	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	403.629	2029
Eletrobras	Corporativo	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	340.205	2028
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	333.283	2022
Eletrobras	Corporativo	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 2	258.330	2024
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	197.452	2029
Eletrobras	Corporativo	UHE Mauá	190.121	2028
Eletrobras	Corporativo	Plano de Investimentos 2012-2014	171.877	2029
Eletrobras	Corporativo	Linha Verde Transmissora	167.352	2033
Eletrobras	Corporativo	Eólicas Casa Nova II e III	166.394	2031
Eletrobras	Corporativo	Financiamento corporativo	152.120	2023
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos de Transmissão	130.206	2031
Eletrobras	Corporativo	UHE São Domingos	126.926	2028
Eletrobras	Corporativo	Transmissora Sul Brasileira de Energia	116.550	2026
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	106.280	2032
Eletrobras	Corporativo	UHE Batalha	97.521	2025
Eletrobras	Corporativo	UHE Passo de São João	92.469	2026
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	83.412	2023
CGT Eletrosul	SPE	Transmissora Sul Litorânea de Energia	80.758	2030
Eletrobras	Corporativo	Projetos de Inovação	68.851	2023
Chesf	Corporativo	Transmissora Delmiro Gouveia	50.805	2031
Eletrobras	Corporativo	Projetos Corporativos Chesf	37.567	2021
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	32.792	2027
Eletrobras	Corporativo	UHE Baguari	24.160	2026
CGT Eletrosul	Corporativo	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	20.732	2029
CGT Eletrosul	Corporativo	Interligação Brasil x Uruguai	15.561	2029
Eletrobras	Corporativo	RS Energia	11.179	2021
Eletrobras	Corporativo	SC Energia	3.361	2021
Garantias empresas controladas			**15.324.770**	

25.3 - Movimentação de Provisão para Garantias

As movimentações das garantias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

CONTROLADORA

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	463.776	549.436
Adições de Garantias	25.556	13.690
Atualização	15.197	5.889
Baixas	(45.525)	(105.239)
Saldo final	**459.004**	**463.776**

25.4 – Obrigações Assumidas - *Covenants*

As Empresas Eletrobras possuem cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Quando os seus termos contratuais são modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. Quando tal modificação for substancial, o financiamento original é extinto e reconhecido um novo passivo financeiro, com impacto no resultado do exercício.

Contrato com garantia financeira consiste em contratos que requerem que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida. Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Para fazer frente a uma eventual execução de garantia a Eletrobras provisiona 1% do saldo devedor garantido para as investidas controladas e não controladas. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 40).

NOTA 26 - ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de arrendamento de imóveis, veículos, equipamentos e aos contratos de suprimento de energia firmados com os PIEs em 2005 com vigência de 20 anos da Amazonas Energia S.A. que foram repassados para a Amazonas GT durante o processo de desverticalização e, estes últimos, já classificados como arrendamentos financeiros anteriormente à adoção do CPC 06 - R2 /IFRS 16.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.207.189	976.115
Adoção inicial	–	340.225
Novos contratos/Remensurações	37.285	211.375
Juros Incorridos	365.596	338.163
Pagamentos	(556.876)	(547.226)
Baixas	–	(111.463)
Saldo final	1.053.194	1.207.189
Circulante	217.321	219.484
Não Circulante	835.873	987.705
Total	**1.053.194**	**1.207.189**

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos de curto prazo	23.552	52.771
Arrendamentos de baixo valor	23.452	40.592
Despesas variáveis de arrendamento	824	3.822

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
	31/12/2020
2022	40.244
2023	153.623
2024	147.866
2025	379.113
2026	37.864
Após 2026	77.163
Total	**835.873**

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestação do arrendamento	556.876	547.226
PIS/COFINS potencial (9,25%)	51.511	50.618

Prática contábil

A Companhia reconhece os passivos de arrendamentos mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada. Os pagamentos são descontados pela taxa incremental sobre empréstimos da companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado). As remensurações são reconhecidas no passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. O direito de uso adquirido por meio de arrendamento financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo depreciado pelo prazo do arrendamento.

NOTA 27 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

a) Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº. 4.156/62, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Inicialmente, o tributo recaiu sobre todos os consumidores de energia elétrica, e sua devolução foi assegurada até o ano de 1976 pela emissão de títulos ao portador (Obrigações).

Com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/76, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kw.h.

Nesta 2ª fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações. A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Companhia, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados.

A maior parte dos créditos arrecadados pela Eletrobras à época de vigência da lei já foram devolvidos aos contribuintes. Porém, ainda existem créditos a serem devolvidos pela Companhia, pois alguns contribuintes, questionando a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório, ingressaram em juízo com ações consignatórias para discutir sua cobrança pela Eletrobras, depositando judicialmente esses valores do tributo.

À medida que a Eletrobras teve êxito nessas ações e foi autorizada a levantar os valores depositados, mediante expedição de alvará judicial, a obrigação de devolver esses tributos foi registrada no passivo da Companhia. Esses créditos não foram convertidos nas 4 assembleias realizadas pela Eletrobras citadas acima, pois ingressaram no caixa da Companhia após a última assembleia de conversão ocorrida em 2008.

A Eletrobras, após o levantamento dos referidos depósitos, assume a obrigação de devolução do valor principal em até 20 anos e do pagamento de juros anuais de 6% ao ano, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. Portanto, esses créditos estão registrados no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Ressalte-se que os juros de 6% ao ano, neste caso, são devidos, durante o período de carência, pois se trata de Empréstimo Compulsório ainda não convertido em ações, e não de débito judicial, como é o caso dos processos judiciais de correção monetária do tributo já convertido em ações e tratado na nota explicativa 33 que trata de provisões e passivos contingentes.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Companhia referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando, através dos documentos jurídicos adequados, sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Companhia, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar".

Registra-se que não se trata de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos, conforme prerrogativa franqueada à Eletrobras pela legislação de regência do tributo. Ademais, não se trata de ações despojadas de titularidade, sendo o SAC um procedimento que atribui ao acionista identificado a plenitude dos direitos políticos e econômicos inerentes à propriedade acionária na forma da Lei nº 6.404/1976 e normativos da CVM.

A partir de 2008, em decisão embasada em posicionamento jurídico, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados, decorrente da conversão do Empréstimo Compulsório, para o pagamento dedos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório. Em contrapartida, a Eletrobras registrou uma provisão em montante equivalente ao valor de ações preferenciais B que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem comprovar sua legitimidade no âmbito do SAC.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, observadas, nesse caso, a Lei 6.404/1976 e normas editadas pela CVM.

Desta forma, a Companhia pode atualizar o montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, que deverá entregar aos contribuintes que comprovarem sua legitimidade no SAC, com base no valor de mercado da ação ou pelo seu valor patrimonial, relativo ao último exercício social, o que for mais vantajoso.

Assim, em dezembro de 2020, o valor equivalente em moeda a essas ações a serem entregues foi registrado no passivo não circulante e atualizado pela média dos últimos 12 meses do valor de mercado das referidas ações, com acréscimo equivalente a proventos que tais contribuintes, após devida chancela no SAC, teriam direito se já exercessem plenamente os direitos políticos e econômicos decorrentes da titularidade acionária, observado o prazo prescricional de 3 anos previsto na Lei nº 6.404/1976. Além disso, foram incluídos no montante da provisão registrada pela Eletrobras, os valores equivalentes aos proventos que teriam direito se acionistas fossem devendo, contudo, ser observado o prazo prescricional.

continua

continuação

	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	485.756	493.118
Ingresso de recursos	7.263	-
Provisão para Implantacão de Ações	376.433	-
Encargos sobre dívida	39.243	(10.433)
Pagamento de juros	(2.282)	(2.873)
Atualização monetária	140.696	5.944
Saldo final	1.047.109	485.756
Circulante	57.201	15.156
Não Circulante	989.908	470.600
Total	**1.047.109**	**485.756**

Prática contábil

A Companhia registra a obrigação no passivo circulante e não circulante e são remunerados à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 28 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
PIS/ COFINS	223.121	87.548	840.750	755.102
IRRF/ CSRF	96.222	65.193	155.341	316.801
ICMS	–	–	37.598	252.972
INSS/ FGTS	5.174	4.899	55.147	112.937
PAES/ REFIS	–	–	23.340	23.191
ISS	–	–	13.658	14.549
Outros	10.915	43.876	68.208	100.106
Total	**335.432**	**201.516**	**1.194.042**	**1.575.658**
Passivo não circulante				
PAES/ REFIS	–	–	168.394	190.365
PASEP/ COFINS	–	–	13.573	42.100
Outros	–	–	212	7.494
Total	**–**	**–**	**182.179**	**239.959**

NOTA 29 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	371.364	397.125
Quota RGR	67.810	120.162
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	101.565	72.212
Quota CDE	19.256	16.579
Quota PROINFA	15.998	11.433
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	10.852	10.100
	586.845	627.611
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	744.395	730.246
Quota RGR	47	57
	744.442	730.303
Total	**1.331.287**	**1.357.914**

29.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da lei 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

29.2 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

29.3 - Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Prática contábil

Os encargos setoriais são reconhecidos como obrigações a recolher, derivadas dos encargos estabelecidos em lei e são registrados na rubrica de passivo circulante e não circulante de acordo com a competência.

NOTA 30 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos do exercício de 2020	1.507.139	–	1.507.139	–
Dividendos do exercício de 2019	–	2.540.567	–	2.540.567
Dividendos não reclamados (a)	23.579	18.862	28.391	19.569
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	–	–	11.628	15.080
Total	**1.530.718**	**2.559.429**	**1.547.158**	**2.575.216**

(a) Os saldos de "Dividendos retidos exercícios anteriores" e "Dividendos mínimos obrigatórios" foram transferidos para "Dividendos não reclamados".

Em 29 de julho de 2020, a Eletrobras aprovou o pagamento de dividendos de acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais classe "A" e "B". Os valores aprovados, conforme proposta da Administração, totalizam R$ 490.210 para ações preferenciais classe "A" e "B", e R$ 2.050.357 para ações ordinárias, gerando os dividendos unitários de R$ 2,2478, R$ 1,7499 e R$ 1,5909, respectivamente. Os dividendos foram pagos em 09 de setembro de 2020, totalizando R$ 2.579.579, que inclui atualização monetária. Do montante total devido aos acionistas, a parcela de R$ 13.616 não foi reclamada.

Prática contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 31 - CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Geração				
Jirau	39.150	124.871	(34.349)	129.672
Funil	222.881	13.925	(11.079)	225.727
CoaracyNunes	99.757	36.283	(36.538)	99.502
	361.788	175.079	(81.966)	454.901
Transmissão				
LTEunápolis-T.Freitas	4.059	–	(4.059)	–
	4.059	–	(4.059)	–
Total	**365.847**	**175.079**	**(86.025)**	**454.901**

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	40.196	3.913
Passivo Não Circulante	414.705	361.934
Total	**454.901**	**365.847**

Prática contábil

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do mesmo excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo tempo.

NOTA 32 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As Empresas Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos (BD) e de Contribuição Definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada das Empresas Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, as Empresas Eletrobras oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas da Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Amazonas GT	X		X		X
Eletronuclear	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

• Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;

• Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;

• Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e

• Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados das Empresas Eletrobras.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Planos de benefícios previdenciários	1.129.241	833.040	6.791.370	4.791.681
Planos de saúde e seguro de vida	2.756	4.347	225.471	196.180
Total das obrigações de benefício pós emprego	1.131.997	837.387	7.016.841	4.987.861
Circulante	–	14.875	192.209	161.773
Não circulante	1.131.997	822.512	6.824.632	4.826.088
	1.131.997	837.387	7.016.841	4.987.861

O aumento apresentado em 2020 deve-se principalmente a reavaliação do plano de benefícios da subsidiária Chesf, que possui benefícios complementares definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	3.191.662	2.810.326	37.523.363	33.303.765
Valor justo dos ativos do plano	(2.062.421)	(1.977.286)	(31.394.339)	(29.687.699)
Teto do ativo	–	–	662.346	1.175.615
Passivo/(Ativo) líquido	1.129.241	833.040	6.791.370	4.791.681
Custo de serviço corrente líquido	(320)	(527)	80.782	57.143
Custo de juros líquidos	77.623	103.441	323.488	229.058
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	**77.303**	**102.914**	**404.270**	**286.201**

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.755	4.347	225.471	196.181
Passivo/(Ativo) líquido	2.755	4.347	225.471	196.181
Custo de serviço corrente líquido	215	1.174	3.679	7.253
Custo de juros líquidos	302	637	9.651	15.546
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	**517**	**1.811**	**13.330**	**22.799**

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido.

continua

continuação

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.810.325	3.096.414	33.303.765	27.489.553
Custo de serviço corrente	(320)	(527)	80.782	57.143
Juros sobre a obrigação atuarial	206.233	254.576	2.275.724	2.318.604
Benefícios pagos no ano	(245.615)	(288.159)	(2.310.773)	(2.421.730)
Contribuições Normais do Participante	5.546	2.415	38.280	30.756
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	415.493	(254.393)	4.135.585	5.829.439
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	406.979	361.322	3.491.997	7.487.140
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	8.514	(615.715)	643.588	(1.657.701)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**3.191.662**	**2.810.326**	**37.523.363**	**33.303.765**

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor justo dos ativos no início do ano	1.977.285	1.878.160	29.687.699	25.819.845
Benefícios pagos durante o exercício	(245.615)	(288.159)	(2.310.773)	(2.421.730)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	5.546	2.415	38.280	297.175
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	15.238	31.204	245.127	292.574
Rendimento esperado dos ativos no ano	128.610	151.135	2.016.536	2.196.777
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	181.357	202.531	1.717.470	3.503.058
Valor justo dos ativos ao final do ano	**2.062.421**	**1.977.286**	**31.394.339**	**29.687.699**
Rendimento efetivo dos ativos no ano	**309.967**	**353.666**	**3.734.006**	**5.699.835**

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	(222.164)	415.190	(2.304.304)	(2.075.470)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valor das obrigações atuariais no início do ano	4.347	7.368	196.181	246.207
Custo de serviço corrente	215	1.174	3.679	7.253
Juros sobre a obrigação atuarial	302	637	9.651	15.546
Benefícios pagos no ano	(1.029)	(667)	(46.586)	(116.930)
Desreconhecimento de benefício	–	–	(29.248)	(5.555)
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(1.080)	(4.165)	91.794	49.660
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(972)	817	80.593	69.803
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(79)	80	743	1.162
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(29)	(5.062)	10.458	(21.306)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.755	4.347	225.471	196.181

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2020	2019
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,69% a 3,80%	3,07% a 3,37%
Projeção de aumento médio dos salários	0,25% a 2,01%	1,00% a 2,00%
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,68%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	3,27%	3,68%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Hipóteses Demográficas		
	2020	2019
Taxa de rotatividade	0% a.a; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula	0% a.a; Ex-Nucleos 2018; Tábua de rotatividade nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Basic Feminina (Suavizada em 10%); AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 10%; AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 15%; AT-83 Feminina; AT-2000 (masculina); AT-2000 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina; MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%; AT-83 IAM (masculina)	RRB-1983; AT-49 segregada por sexo; AT-49 Desagravada em 2 anos Masculina; AT-83 IAM (masculina); MI-2006 (segregada por sexo) suavizada em 10%
Tábua de invalidez	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); Álvaro Vindas; TASA 1927; ALVARO VINDAS (desagravada em 50%); LIGHT (MÉDIA)	LIGHT (FRACA); ALVARO VINDAS (suavizada em 50%); TASA 1927

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 309.967 (R$ 353.666 em 2019) na Controladora e R$ 3.734.006 (R$ 5.699.835 em 2019) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 2 (R$ 293 em 2019) e R$ 2.756 (R$ 3.488 em 2019) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 15.236 (R$ 30.912 em 2019) e R$ 242.370 (R$ 289.086 em 2019) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$ 224.108 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 2.160.119 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

	CONTROLADORA						
Programa Previdênciario	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	224.108	217.280	213.041	205.650	198.621	1.262.595	2.321.295

	CONSOLIDADO						
Programa Previdênciario	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.160.119	2.116.096	2.084.117	2.033.480	1.989.998	15.854.241	26.238.051

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 291.850 ou aumento de R$ 344.127, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 6.708 ou teria uma redução de R$ 6.036, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 3.700.111 ou aumento de R$ 4.308.146, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 253.585 ou teria uma redução de R$ 271.076, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Categoria de Ativo	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado)
Valores Disponíveis Imediatos	26	198	1.176	3.854
Realizáveis	106.785	83.432	788.598	904.742
Investimentos em Renda Fixa	2.006.142	2.139.675	30.197.616	24.240.626
Investimentos em Renda Variável	967.708	653.489	7.570.489	5.972.474
Investimentos Imobiliários	217.408	184.242	1.019.850	945.036
Investimentos Estruturados	54.839	–	1.019.744	600.497
Empréstimos e Financiamentos	99.178	98.244	867.657	701.401
Outros	–	2.969	17.819	31.016
Fundo coletivo de benefício de risco	–	25.361	22.201	27.514
(–) Recursos a receber do patrocinador e participante	(1.215.243)	(1.046.649)	(9.005.558)	(2.854.987)
(–) Exigíveis Operacionais	(31.809)	(5.043)	(146.169)	(84.778)
(–) Exigíveis Contingenciais	(13.030)	(12.148)	(247.337)	(248.344)
(–) Fundos de Investimentos	(13.302)	(67.466)	(202.366)	(243.479)
(–) Fundos Administrativos	(85.135)	(53.657)	(387.349)	(241.042)
(–) Fundos Previdenciais	(31.146)	(25.361)	(122.032)	(66.831)
Total dos ativos	**2.062.421**	**1.977.286**	**31.394.339**	**29.687.699**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Prática contábil

Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

continua

continuação

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelas Empresas Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. As Empresas Eletrobras reconhecem os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando as Empresas Eletrobras não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

NOTA 33 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

33.1 - Provisões

A Companhia e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Cíveis	1.329.814	1.013.385	1.719.597	1.030.288
Trabalhistas	2.965	1.200	2.965	1.200
	1.332.779	1.014.585	1.722.562	1.031.488
Não Circulante				
Cíveis	16.142.357	16.564.019	21.775.547	22.104.428
Trabalhistas	384.604	360.152	2.079.618	1.774.297
Tributárias	–	–	252.913	336.213
	16.526.961	16.924.171	24.108.078	24.214.938
Total	**17.859.740**	**17.938.756**	**25.830.640**	**25.246.426**

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**17.938.756**	**25.246.426**
Constituição de provisões	3.504.670	4.897.638
Reversão de provisões	(862.278)	(1.213.524)
Atualização Monetária	454.588	872.880
Depósitos judiciais	–	(677.714)
Baixas	–	(47.484)
Pagamentos	(3.175.996)	(3.247.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**17.859.740**	**25.830.640**

A movimentação da constituição de provisões na Controladora e no consolidado está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis referentes ao empréstimo compulsório.

A Eletrobras realizou pagamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referentes às execuções judiciais envolvendo o empréstimo compulsório, que somaram R$ 3.125.215.

Resumo dos principais processos:

33.1.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R$ 23.495.144 (R$ 23.134.716 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos cíveis discutem-se principalmente reclamação de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório, processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme principais processos descritos abaixo:

Controladora

• Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962, teve por objetivo gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, e foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Companhia, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 3.624 processos relativos a este tema provisionados.

Os créditos do Empréstimo Compulsório foram substancialmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações realizadas através de assembleias de acionistas, em 20 de abril de 1988, 26 de abril de 1990, 28 de abril de 2005 e 30 de abril de 2008, respectivamente.

A divergência sobre os critérios de atualização monetária dos referidos créditos foi levada ao STJ, tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte, através de recursos repetitivos consubstanciados nos Recurso Especial 1.003.955/RS e Recurso Especial 1.028.592/RS e Embargos de Divergência em Recurso especial 826.809/RS. Após o julgamento e publicação da decisão colegiada sobre o tema repetitivo pelo STJ, a mesma solução deve ser aplicada aos demais processos que tiverem teses idênticas.

A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, que se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face aos precedentes do STJ, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios de 6% ao ano, este último como reflexo das diferenças de correção monetária. Em decorrência das mesmas e de laudos periciais e de contadoria judiciais emitidos em desfavor da Companhia, a Eletrobras tem sido alvo de execuções, sendo que há dissenso com os autores quanto à forma de apuração do valor devido, em especial no que se refere à aplicação dos juros remuneratórios de 6% a.a. após a Assembleia Geral de conversão desses créditos em ações e o prazo quinquenal para cobrança dos referidos juros.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes a: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC).

	31/12/2020	31/12/2019
Principal	5.860.592	6.128.374
Juros remuneratórios	1.875.942	1.714.617
Juros moratórios	9.444.919	9.718.620
Outras verbas	271.716	–
	17.453.169	**17.561.611**

• Lapso temporal para aplicação dos juros remuneratórios

A controvérsia mais relevante das ações judiciais que discutem correção monetária de compulsórios diz respeito à continuidade de aplicação dos juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano, após a Assembleia Geral de conversão. De acordo com o atual precedente do STJ (recursos repetitivos Recurso Especial 1.003.955/RS e Embargos de Divergência em Recurso Especial 826.809/RS), os juros remuneratórios reflexos de 6% ao ano cessam na data da Assembleia Geral de conversão, observada a prescrição quinquenal. Sobre a diferença de correção monetária apurada na data da Assembleia Geral de conversão (se houver), por se tratar de discussão judicial, passam a incidir os encargos próprios dos débitos judiciais, qual seja, IPCA-E até o início da incidência da SELIC. A taxa SELIC é aplicada sobre o montante do principal e dos juros remuneratórios reflexos, desde a Assembleia Geral de conversão ou da data da citação, o que for mais recente. A Companhia, salvo determinação judicial específica, adota este entendimento.

Através do recurso Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial número 790.288/PR, pelo STJ, um contribuinte obteve, em 12 de junho de 2019, decisão favorável, por voto de 5 ministros, do total de 9 ministros votantes, para, no processo específico, ter a incidência dos juros remuneratórios de 6% ao ano, de forma continuada a partir da 143ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de junho de 2005, até o efetivo pagamento, cumulando com a taxa SELIC. Sobre esta decisão, a Companhia interpôs o recurso denominado de embargos declaratórios, esclarecendo a impossibilidade de cumulação de juros remuneratórios com a taxa SELIC e também informando que o julgamento acima mencionado, desfavorável à Eletrobras, não tem efeito de recurso repetitivo, nos termos do artigo 1.036 do Código de Processo Civil, ou seja, não tem efeito vinculante para os demais processos judiciais que tratam do tema, ao contrário do precedente proveniente do Recurso Especial 1.003.955/RS e dos Embargos de Divergência em Recurso Especial 826.809/RS. Esses dois últimos recursos, que são aqueles adotados pela Eletrobras para estimar sua provisão, foram julgados pelo STJ como recursos repetitivos, de repercussão geral, e, portanto, devem ser considerados para os demais processos judiciais que tratam deste tema específico, de acordo com a legislação brasileira.

Até 31 de dezembro de 2020, o recurso interposto pela Eletrobras possuía 04 votos favoráveis e 03 contrários, estando pendentes a manifestação por 2 ministros do STJ.

Neste contexto, identificamos que, em julgamentos posteriores, em outros processos judiciais sobre o mesmo tema, foi mantido o entendimento de restrição da aplicação de juros remuneratórios de 6% até a data da Assembleia, o que reforça o entendimento da Companhia acima citado (Recurso Especial nº 1.818.653/RS, Recurso Especial Nº 1.804.433/RS, Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.659.030/RS, Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 785.344/PR (acórdão), Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 1.702.937/RS e Embargos de Declaração no Agravo em Recurso Especial nº 866.941/PR, nos termos do precedente Recurso Especial nº 1.003.955/RS).

Logo, o citado processo Nº 790.288/PR, que teve decisão desfavorável para a Eletrobras, e cuja decisão sobre o recurso se encontra pendente, não é determinante para influir na estimativa feita pela administração da Companhia no que refere à provisão, ora reconhecida nestas informações financeiras intermediárias, e será objeto de recursos pela Companhia.

• Inclusão de créditos de compulsório não previstos na demanda inicial

Sobre a discussão de execução de créditos não mencionados na petição inicial, a Eletrobras, em dezembro de 2020, teve uma decisão desfavorável no âmbito do processo nº 0023102-98.1990.8.19.0001, que discute créditos oriundos de Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica - já em fase de liquidação de sentença, agora com recurso interposto pela Eletrobras (Agravo de Instrumento nº 0011330-57.2021.8.19.0000). Trata-se de um processo judicial ingressado em 1990 (portanto, anterior às 3ª e 4ª assembleias de conversão em ações). Embora o Juízo de primeiro grau tenha homologado laudo pericial que aponta como valor devido o montante de R$ 1.358.582 (podendo chegar a R$ 1.765.731, se consideradas a atualização monetária e a incidência de multa e honorários indicadas pelas autoras da ação) se não efetuarmos o pagamento do valor homologado em juízo. A Eletrobras contratou escritório externo para sua defesa e já conseguiu obter importante decisão suspendendo a ordem de pagamento, a Companhia apontou como incontroversa a quantia de R$ 227.593. A diferença entre os valores cobrados pelas autoras e aqueles identificados pela Eletrobras, na visão da Companhia, está relacionada a uma série de vícios contidos no laudo pericial, que foi homologado pelo juízo de primeira instância, especialmente por contemplar créditos não previstos na petição inicial, como de filiais e empresas incorporadas e créditos decorrentes da 3ª assembleia de conversão de ações, ocorrida em 2005, ou seja, quase 10 anos após a prolação de sentença na demanda original do caso, além de desviar das premissas do recurso repetitivo Recurso Especial 1.003.955/RS, deixando de observar a prescrição sobre os juros remuneratórios e aplicando indevidamente taxa de juros de 12% a.a., o que ocorreu em descompasso com o entendimento jurisprudencial e com a própria sentença do processo de conhecimento transitada em julgado. Em sede recursal, a Eletrobras obteve decisão liminar favorável para suspender o cumprimento da decisão que determinou o pagamento da quantia homologada. Contudo, como se trata de decisão monocrática que não versou propriamente acerca do mérito dos valores devidos, a Companhia classificou o risco do referido processo como provável, impactando as Demonstrações Financeiras da Companhia em um acréscimo de R$ 1.630.282 em provisões operacionais. Não obstante o provisionamento, a Eletrobras espera que, futuramente, ao julgar o mérito de seu recurso, o colegiado reforme a decisão homologatória do laudo pericial.

Outros julgados, como no Agravo interno nos EDcl nos EDv nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 799.113-SC, já entenderam que as filiais não têm legitimidade para executar título judicial referente a diferença de correção monetária de empréstimo compulsório proferido em favor da matriz por não terem participado do processo de conhecimento. Contudo, caso ocorram casos semelhantes ao caso Gerdau acima mencionado, a Companhia poderá ter que ajustar sua provisão em valores que podem vir a ser relevantes.

É importante salientar que todos os valores citados nesta nota, incluindo os valores de possíveis envolvendo compulsório, configuram em uma estimativa e sempre dependerá de avaliações precisas de impacto quando ocorrerem e se ocorrerem.

Consolidado

Eletronorte

• Ação indenizatória – Sul América Companhia Nacional de Seguros

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul América devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. Em sede de Recurso Especial a Eletronorte foi condenada à totalidade da obrigação. Dessa decisão foram opostos Embargos de Declaração, os quais estão pendentes de Julgamento. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 monta em R$ 390.000 (R$ 363.412 em 31 de dezembro de 2019).

Em 21 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Eletronorte aprovou acordo judicial para encerramento dessa ação através do pagamento de R$ 390.000.

• Ação de desapropriação - UHE Balbina

Desapropriações ajuizadas pela Eletronorte com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 271.855 (R$ 265.979 em 31 de dezembro de 2019).

Chesf

• Nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. - CONSTRAN S.A. (rés neste processo) e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As rés, além de contestarem o feito, pleitearam a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual, não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993 e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após tramitação processual nas instâncias ordinárias, a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE.

O processo está em tramitação no STJ por força de recurso da Chesf. Em agosto de 2010 foi julgado majoritariamente improcedente, o qual foi posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por iguais agora julgados e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf, apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário: os Embargos de Divergência, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela

continua

continuação

primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a Corte Especial do STJ houve julgamento de improcedência em fevereiro de 2016, e atualmente os mesmos Embargos de Divergência aguardam apreciação pelo STJ; interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação dos Embargos de Divergência em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, procedimento de "Cumprimento provisório de sentença", proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde:

- Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R$ 1.035 milhões;
- Houve a apresentação pela Chesf de "seguro garantia" originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE;
- Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R$ 500 milhões; e
- A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE.

Em dezembro de 2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (ação de liquidação), obteve-se decisão que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (está por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra, em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado. Foi iniciado o julgamento definitivo com um único voto proferido em desfavor da Chesf (o julgamento foi posteriormente suspenso).

A Chesf atualizou a provisão no montante de R$ 1.500.395 (R$ 1.287.047 em 31 de dezembro de 2019) e outros adicionais de R$ 151.235 (R$ 128.805 em 31 de dezembro de 2019) relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf. Tomando especialmente por referência, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação, atualmente em curso perante o STJ, aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido, e os valores em torno dos quais há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

• GSF - Risco hidrológico

O GSF é um índice sistêmico que indica a quantidade de energia gerada por todas as usinas hidráulicas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) do Sistema Interligado Nacional (SIN) em relação à garantia física total do MRE. Em julho de 2015, a Chesf foi imputada mediante as regras adotadas pela CCEE, a ratear o valor inadimplido de outros agentes devido à exposição do GSF, mesmo não tendo dado causa ao problema. A Chesf então acionou a esfera judicial e obteve, através de liminar, a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, inferior a 95% nas contabilizações no Mercado de Curto Prazo - MCP.

Desde então, independentemente do valor de GSF ocorrido nesse período, a Chesf vem percebendo, nos montantes contabilizados no MCP um "crédito" proveniente dos efeitos da liminar concedida. Os valores correspondem ao lastro das usinas não cotistas, no âmbito do MRE, quais sejam: a Usina de Sobradinho e parcela de energia não alocada ao regime de cotas das demais usinas da Chesf. Considerando que os riscos hidrológicos para as usinas não cotistas, pela legislação atual, são imputados aos geradores hidráulicos, a Chesf avalia que os efeitos da liminar podem ser tempestivamente suspensos, tendo como consequência imediata a "devolução", via contabilização no MCP, dos valores percebidos nas liquidações, desde 2015, quando foi proferida a liminar. Portanto, a empresa vem procedendo ao provisionamento dos valores que estão sendo creditados mensalmente para a Chesf na liquidação na CCEE decorrentes da limitação do GSF imposta pela referida liminar.

Foram apresentadas réplicas às contestações da ANEEL e da União Federal, bem como interposto pela União Federal o agravo, contrarrazoado pela Chesf em julho de 2019. Em outubro de 2019, foi concedido o efeito suspensivo ativo em favor da União Federal. Em novembro de 2019, a Chesf interpôs embargos de declaração, cujo provisionamento foi negado, confirmando, no entanto, que os efeitos da decisão não seriam retroativos. Em dezembro de 2019, a Chesf ingressou com agravo interno. No primeiro grau, foi determinada a migração do processo para o Processo Judicial Eletrônico (PJe), estando o mesmo concluso para sentença. A Chesf possui no seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda, no valor de R$ 1.446.623 (R$ 1.084.386 em 31 de dezembro de 2019).

33.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias de R$ 252.913 (R$ 336.213 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobrança de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga.

33.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R$ 2.082.583 (R$ 1.775.497 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente em ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego.

33.2 - Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	23.343.361	20.775.533	34.839.649	31.817.331
Trabalhistas	1.865.727	3.128.990	4.500.051	5.900.822
Tributárias	417	–	8.818.294	12.131.337
	25.209.505	**23.904.523**	**48.157.994**	**49.849.490**

33.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R$ 34.839.649 (R$ 31.817.331 em 31 de dezembro de 2019), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Controladora

• Empréstimo Compulsório - Aplicação de juros remuneratórios após a assembleia de conversão

Não obstante o efeito restrito ao Embargo de Divergência em Agravo em Recurso Especial número 790.288/PR acima mencionado na nota 33.1.1, a depender do seu resultado final, ele poderia gerar discussões judiciais reflexas sobre o recurso repetitivo vigente (Recurso Especial 1.003.955/RS), no qual a Eletrobras se baseia para realizar suas estimativas de provisão para correção monetária de empréstimo compulsório. Se, porventura, houver alteração da jurisprudência vigente do STJ em desfavor da Eletrobras, no que tange especificamente à aplicação de juros remuneratórios de 6% a.a., após a assembleia de conversão, a mensuração da provisão poderia vir a ser acrescida, na melhor estimativa da Companhia, com base nos atuais processos provisionados e informações disponíveis, em R$ 11.458.690 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 11.070.703 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não efetuou provisão neste montante, por entender que a probabilidade de perda destes pedidos é possível.

Consolidado

Eletronorte

• Cobrança pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. – CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento

Ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC, objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Eletronorte sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado da causa é de R$ 529.833, visto que os cálculos periciais apuraram o valor de R$ 529.833 (R$ 503.653 em 31 de dezembro de 2019).

• Ação indenizatória - MAVI Engenharia e Construções

A ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda., em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R$ R$ 246.634 (R$ 275.972 em 31 de dezembro de 2019).

CGT Eletrosul

• Cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos - Banco KfW

Esse processo versa sobre a cobrança pelo banco KfW das obrigações oriundas de empréstimos em desfavor da Companhia, a qual foi considerada como avalista do referido empréstimo. A cobrança inclui as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. Essas cobranças são referentes a garantias de 4 contratos da Usina Termelétrica Winimport S.A.

A Companhia não reconhece a validade dos avais concedidos, haja vista a inobservância de regras de governança corporativa previstas no Estatuto Social da então CGTEE (atualmente denominada CGT Eletrosul) e a violação da legislação brasileira, que, por sua vez, veda a concessão de garantias por entidades da administração indireta, exceto quando prestadas por instituições financeiras (art. 96 do Decreto Federal n.º 93.872/86).

Em 2016 foi proferida sentença condenatória, em favor de KfW, no valor estimado equivalente de EUR 74.330. No mesmo ano a Companhia interpôs recurso de apelação.

Em segunda instância, depois de realizadas audiências, a Corte Regional Superior da Alemanha decidiu obter um parecer de um perito em legislação brasileira, em especial o Decreto 93.872/1986 e a necessidade de anuências do Conselho de Administração para tal gravame, como determina a Lei 6.404/1976. Atualmente, o processo está na etapa de manifestação das partes em face dos pontos objeto de prova pericial. Não há ainda uma decisão em segunda instância.

A Companhia mantém o montante de R$ 648.719 classificado como contingências cíveis de risco possível.

Chesf

• Danos ambientais - Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém

Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R$ 368.548, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente E Dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o IMA-AL, o Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE. Por outro lado, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em abril de 2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Em fevereiro de 2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas. Os dois laudos periciais foram disponibilizados para a Chesf em dezembro de 2015.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em maio de 2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas em setembro de 2016, estando os processos, em dezembro de 2018, conclusos para sentença e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24 de janeiro de 2019. Em 21 de maio de 2019, após a digitalização, juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença.

A Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R$ 559.699 (R$ 715.673 em 31 de dezembro de 2019).

• Nulidade do acordo sindical

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária (VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema PJe. Essa posição permanece inalterada até 31 de dezembro de 2020, com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R$ 1.000.000 (R$ 1.000.000 em 31 de dezembro de 2019).

• Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada - ICGs. Esse prejuízo remontaria a R$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R$ 1.470.885 (R$ 1.470.885 em 31 de dezembro de 2019).

• Ação ordinária para indenização em danos materiais

Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R$ 432.313, da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28 de fevereiro de 2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26 de março de 2018.

Julgamento iniciado em 13 de março de 2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios -

continua

continuação

TJDFT. Julgamento retomado em 28 agosto de 2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10 de outubro 2019. Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos.

Interpostos novos embargos de declaração por parte da parte autora em 29 de janeiro de 2020, ainda pendentes de julgamento. Em 18 de fevereiro de 2020 determinou-se a digitalização dos autos a fim de que estes sejam incluídos no sistema PJe. Em 18 outubro de 2020, publicada a pauta de julgamento dos embargos de declaração para o dia 28 de outubro 2020. Essa posição, se mantem inalterada em 31 dezembro 2020.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R$ 512.152 (R$ 462.536 em 31 de dezembro de 2019).

Furnas

• Nulidade do Despacho nº 288/02 – AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Trata-se de declaração de nulidade do Despacho nº 288/02, do diretor da ANEEL, no valor de R$ 263.926, que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do Mercado Atacadista de Energia - MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

• Processo indenizatório

Trata-se de processo indenizatório realizado pela ABB Ltda., no valor de R$ 385.500 (R$ 332.404 em 31 de dezembro de 2019), referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de Itaipu.

• Créditos da regra de compartilhamento de perdas entre os agentes

Furnas é autora de uma ação na qual pede o pagamento de seus créditos, ainda que proporcionalmente, por ocasião das liquidações financeiras no âmbito do MCP. Trata-se da aplicação do artigo 47 da Convenção de Comercialização da CCEE (regra de compartilhamento de perdas entre os agentes), no valor de R$ 240.911 (R$ 212.524 em 31 de dezembro de 2019). Isso porque, estaria a CCEE descumprindo a priorizando determinados credores (protegidos por decisões judiciais), em detrimento do pagamento do seu crédito.

• Encargos advindos de mandado de segurança

Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT e Custos de disponibilidade - CUD, no âmbito do processo administrativo nº 48.500.001016/05-95 daquela Agência Reguladora, referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assinar tais contratos regulados. O valor da contingência é de R$ 230.018 (R$220.688 em 31 de dezembro de 2019).

Eletronuclear

• Nulidade das licenças concedidas - Unidade De Armazenamento Complementar A Seco (UAS)

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em face da Eletronuclear, CNEN e IBAMA, no valor de R$ 240.009, objetivando a declaração de nulidade das licenças concedidas à 1ª ré para o desenvolvimento da Unidade De Armazenamento Complementar A Seco - UAS da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

33.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R$ 8.818.294 (R$ 12.131.337 em 31 de dezembro de 2019).

Eletronorte

• Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH)

Em dezembro de 2014 o estado do Pará editou a Lei na qual instituiu a TFRH. O fato gerador da TFRH é o exercício regular do Poder de Polícia conferido ao Estado sobre a atividade de exploração e aproveitamento de recursos hídricos em território paraense. Diante do não recolhimento da referida Taxa a Eletronorte foi autuada em 2015 por meio de dois autos de infração nos montantes de R$ 206.316 e R$ 113.213, perfazendo um valor total de R$ 319.529. Posteriormente os autos de infração foram desmembrados em Mandado de Segurança Tributário, impetrado pela Eletronorte e Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Pará, cujos valores foram atualizados até junho 2018 e correspondiam a R$ 424.484. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado das causas é de R$ 424.554 (R$ 424.430 em 31 de dezembro 2019).

CGT Eletrosul

• Aspectos tributários da lei 12.783/2013

Ação fiscal no valor de R$ 575.998 (R$ 574.213 em 31 de dezembro de 2019), referente cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre a indenização recebida por conta da renovação das concessões, conforme medida provisória 579/2012, convertida em lei 12.783/2013. Em julho de 2020 houve julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa em face da sentença da ação declaratória. Foi desprovido, por unanimidade, o recurso da empresa sob o entendimento de que:

(i) Incidência tributária independeria da denominação do rendimento. Ainda que se trata-se de acréscimo indenizatório, poderia haver a incidência dos tributos;

(ii) A empresa e a União firmaram mera repactuação contratual, para prorrogar a concessão. Não teria ocorrido propriamente a reversão, pois isso pressuporia a extinção da concessão; e

(iii) A reversão seria instituto essencialmente, distinto da desapropriação, pois não haveria transferência compulsória dos bens ao Poder Público.

Apesar do julgamento desfavorável, não pode a Fazenda intentar atos de cobrança, haja vista a vigente decisão proferida no Mandado de Segurança nº 50163442320184047200, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação declaratória. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração.

Furnas

• Processo administrativo

Trata-se de processo judicial, no valor de R$ 1.903.685 (R$ 1.858.049 em 31 de dezembro de 2019), que visa discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da Fundação Real Grandeza - FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por tratar-se de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação - PER/DCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.

• PIS/COFINS

Auto de infração, no valor de R$ 1.282.226 (R$ 1.438.031 em 31 de dezembro de 2019), lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento ou declaração para o PIS/COFINS. Compensação realizada sem apresentação do documento hábil PER/DCOMP; o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial.

• IRPJ e CSLL - Crédito tributário

Execução Fiscal ajuizada pela União, no valor de R$ 818.334 (R$ 863.086 em 31 de dezembro de 2019), para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado pela controlada Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Importante informar que a multa fora aplicada de forma abusiva e a sentença a excluiu. A multa representa aproximadamente 83% da cobrança.

• Auto de infração – prejuízo fiscal

Auto de Infração no valor de R$ 815.434 (R$ 673.225 em 31 de dezembro de 2019), lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2010 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo que segue em análise pelo CARF das outras matérias.

• IRPJ e CSLL - Processo administrativo

Processo Administrativo no valor de R$ 507.989 (R$ 528.363 em 31 de dezembro de 2019), relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão de R$ 908.298 realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referentes ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica n° 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Processo se encontra em fase final administrativa, tendo tido julgamento desfavorável do CARF. Está em análise quanto a levar a discussão para a esfera judicial em razão de tratar-se de verba indenizatória, e não haver precedente de Tribunais Superiores quanto à matéria.

• ICMS - UTE Santa Cruz

Furnas ajuizou ação anulatória, no valor de R$ 447.662, para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia. Em sua defesa, Furnas discute a natureza do benefício fiscal (condicionado), na medida em que o diferimento de ICMS nas aquisições de gás deu-se em troca da criação e/ou expansão de Usinas/UTE's com o objetivo de incrementar a geração de energia termoelétrica para enfrentamento da crise energética da época. Argumenta, ademais, a impossibilidade de o Estado vincular o pagamento do tributo a uma operação imune. O Estado do Rio de Janeiro apresentou contestação alegando que o diferimento é prorrogação do momento do pagamento do imposto e ainda não houve sentença.

• Antecipação de garantia de débitos

Trata-se de ação de antecipação de garantia dos débitos constantes do PTA n° 16682.720394/2020-86, no valor de R$ 203.663, que, comportou os débitos transferidos do PTA nº 16682.721073/2014-51 relativamente à utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e compensado no ano-calendário de 2009, bem como dos valores não pagos por conta da compensação sem PER/DCOMP no período. No PTA nº 16682.721073/2014-51 permanece a discussão quanto à multa isolada em função da suposta insuficiência no recolhimento das estimativas.

Chesf

• Indenização referente à Usina de Xingó - ICMS

Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente à indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia que o Estado de Sergipe proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R$ 2.925.318. Em 28 de agosto de 2020, sobreveio sentença, corrigindo o valor da causa para R$ 52.970 julgando improcedente o pedido do Município de Canindé do São Francisco. A Chesf classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$ 52.970 (R$ 2.925.318 em 31 de dezembro de 2019).

33.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R$ 4.500.051 (R$ 5.900.822 em 31 de dezembro de 2019), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

Eletronuclear

• Sindicato dos Engenheiros do Estado do RJ - SENGE

A controvérsia principal cujo valor envolvido em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 574.020 (R$ 527.931 em 31 de dezembro de 2019) reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de preços - URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União - AGU ingressou nos autos.

A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da controlada Eletronuclear, ao explicitar que:

a) A decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP/1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado;

b) O valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em novembro de 2017 foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Eletronuclear. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo especificam da URP de fevereiro de 1989 foram pagos.

Em março de 2018 foi publicado, destinada à parte autora, para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré.

Em 29 de janeiro de 2019 foi publicada decisão para a Eletronuclear pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Eletronuclear foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração pela Eletronuclear, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em julho de 2019 para a Eletronuclear pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.

Prática contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

NOTA 34 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Usina	31/12/2020 Estimativa Total de Custo	31/12/2020 Ajuste a Valor Presente	31/12/2020 Estimativa a Valor Presente	31/12/2019 Estimativa a Valor Presente
Angra 1 (a)	3.017.913	(1.300.090)	1.717.823	1.554.201
Angra 1 *	–	–	–	237.770
	3.017.913	(1.300.090)	1.717.823	1.791.971
Angra 2 (a)	3.457.180	(2.134.992)	1.322.188	938.265
Angra 2 *	–	–	–	399.143
	3.457.180	(2.134.992)	1.322.188	1.337.408
Total	**6.475.093**	**(3.435.082)**	**3.040.011**	**3.129.379**

* Refere se a Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado.

continua

continuação

a) Descomissionamento

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares de sua controlada Eletronuclear, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional. Os valores correspondentes aos passivos totais de desmobilização de ativos ajustados a valor presente são referentes à Angra 1, com validade da licença até 31 de dezembro de 2024 (em novembro de 2019, foi solicitado à CNEN a extensão de vida útil de Angra I de 40 para 60 anos) e referentes à Angra 2, com validade da licença até 31 de agosto de 2040.

O valor correspondente ao passivo de descomissionamento ajustado a valor presente em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 3.040.011 (R$ 2.497.466 em 31 de dezembro de 2019).

Prática contábil

O descomissionamento de usinas nucleares pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Companhia e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

NOTA 35 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

35.1 - Compra de energia

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	1.003.458	1.003.458	1.003.458	355.622	–	–
Furnas	884.723	839.464	1.038.768	1.031.850	1.005.103	5.342.248
CGT Eletrosul	660.908	644.461	407.749	397.004	397.163	3.106.350
Chesf	230.449	224.650	236.250	222.880	223.490	2.277.890
Total	**2.779.538**	**2.712.033**	**2.686.225**	**2.007.356**	**1.625.756**	**10.726.488**

35.2 - Fornecedores de combustíveis

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	3.105.931	3.105.931	3.114.440	3.105.931	3.105.931	12.159.933
Eletronuclear	51.763	2.023	78.329	177.177	72.828	13.015.913
CGT Eletrosul	89.946	89.946	89.946	–	–	–
Furnas	185	185	185	185	185	–
Total	**3.247.825**	**3.198.085**	**3.282.900**	**3.283.293**	**3.178.944**	**25.175.846**

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.
Na Eletronorte existe o compromisso de longo prazo da sua controlada Amazonas GT referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas - CIGÁS. O prazo final do contrato é 30 de novembro de 2030.

35.3- Venda de Energia

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronorte	5.313.670	1.874.804	1.916.907	2.004.997	2.058.597	7.096.839
Eletronuclear	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	6.849.000
Furnas	2.388.835	2.382.902	2.373.537	2.371.210	2.370.700	33.198.291
CGT Eletrosul	1.038.928	1.039.019	1.044.019	1.043.999	1.043.999	6.234.147
Chesf	356.210	711.180	801.370	815.370	825.790	8.474.060
Total	**12.522.143**	**9.432.405**	**9.560.333**	**9.660.076**	**9.723.586**	**61.852.337**

35.4 - Compromissos socioambientais

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Eletronuclear	70.169	80.440	67.007	67.007	56.533	–
Furnas	43.841	39.286	44.787	33.946	30.928	–
Eletronorte	9.731	7.203	7.203	2.563	2.563	5.127
Total	**123.741**	**126.929**	**118.997**	**103.516**	**90.024**	**5.127**

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios socioambientais específicos vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

35.5 - Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026
Eletronuclear	644.571	192.908	297.935	36.480	–
Chesf	225.830	103.129	32.384	18.857	986
Total	**870.401**	**296.037**	**330.319**	**55.337**	**986**

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

35.6- Aquisição de insumos

Empresas	2022	2023	2024	2025
CGT Eletrosul	29.352	29.352	14.676	14.676

A controlada CGT Eletrosul adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

35.7 - Compromissos – Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

35.7.1 - Uso do bem público

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
SINOP	1.966	1.974	1.982	4.736	4.736	9.473
UHE Simplício/UHE Batalha	1.706	1.706	1.706	1.706	1.706	26.593
Total	**3.672**	**3.680**	**3.688**	**6.442**	**6.442**	**36.066**

35.7.2 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em SPE, relativos a AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Itaguaçu da Bahia	328.336	309.433	–	–	–	–
Teles Pires	43.278	38.024	36.668	35.124	16.788	59.337
Brasil Ventos	10.410	10.618	10.828	11.042	–	–
Venture Capital	5.000	5.000	5.000	5.000	–	–
Total	**387.024**	**363.075**	**52.496**	**51.166**	**16.788**	**59.337**

35.8- Outros Compromissos

A controlada CGT Eletrosul tem firmado contratos para o uso do sistema de transmissão, distribuição e da rede básica com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS e contratos para operação e manutenção da Usina Governador Jayme Canet Júnior e das Eólicas Cerro Chato I, Cerro Chato II, Cerro Chato III, Coxilha Seca, Galpões, Capão do Inglês e Ibirapuitã. O prazo desses contratos é, exceto o contrato de operação e manutenção da Usina Governador Jayme Canet Júnior, inferior ao prazo de concessão. Os contratos possuem parcelas fixas atualizadas pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA.

Empresas	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026
CGT Eletrosul	134.929	82.047	76.247	39.339	34.709	509.863

Prática Contábil

A Companhia divulga, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), separadamente do valor de outros compromissos. Adicionalmente, a Companhia divulga os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 36 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Provisão de férias	20.445	15.812	263.157	287.292
Processos de desligamento	–	636	181.174	158.218
Folha de Pagamento	57.874	62.974	191.780	240.343
Encargos sobre férias	11.884	10.092	142.359	148.861
Provisão 13º salário	26.679	21.925	31.497	22.839
Participações nos Lucros/Resultados	38.567	28.265	504.995	409.412
Encargos sobre 13º salário	1.662	165	33.844	37.668
Contribuição Previdenciária	8.876	7.237	70.317	12.475
Outros	1.357	–	35.025	14.149
	167.344	147.106	1.454.148	1.331.257
Não circulante				
Processos de desligamento	–	–	214.283	242.259
Total	**167.344**	**147.106**	**1.668.431**	**1.573.516**

Prática contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, é de R$ 39.057.271 (R$ 31.305.331 em 31 de dezembro de 2019) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2020, conforme a seguir:

	31/12/2020							
	Ordinárias			Preferenciais			Capital Total	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	667.888.884	51,82	–	–	494	0,00	667.889.378	42,57
BNDESPAR	141.757.951	11,00	–	–	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	–	–	18.262.671	6,52	92.807.935	5,91
Banco Clássico	65.536.875	5,09	–	–	–	–	65.536.875	4,18
Fundos 3G Radar	190.045	0,01	–	–	31.437.673	11,23	31.627.718	2,01
American Depositary Receipts - ADR's	38.663.271	3,00	–	–	5.235.367	1,87	43.898.638	2,80
Outros	300.260.306	23,30	146.920	100,00	206.314.087	73,70	506.721.313	32,30
	1.288.842.596	**100,00**	**146.920**	**100,00**	**279.941.394**	**100,00**	**1.568.930.910**	**100,00**

Do total das 599.011.556 ações em poder dos minoritários, 233.873.906, ou seja, 39% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 136.376.293 ações ordinárias, 28 de preferenciais ações classe "A" e 97.497.585 ações preferenciais da classe "B".

37.1. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

37.2 Reservas de lucros

37.2.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

37.2.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

37.2.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício: I - 1% a título de reserva para estudos e projetos; e II – 50%, a título de reserva para investimentos.

37.2.4 - Reserva Especial de Dividendos

A Companhia constituiu, em 31 de dezembro de 2018, R$ 2.291.889 em reserva especial de dividendos, com base no artigo 202, parágrafos 4º e 5º, Lei 6.404/1976, e em janeiro de 2021 foi realizado o pagamento, a título de dividendos intermediários.

37.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Lucro Líquido	31/12/2020	31/12/2019
Saldo para Destinação do exercício	6.338.688	10.697.124
Reserva Legal	(316.934)	(534.856)
Realização da reserva de reavaliação	2.757	–
Dividendos Prescritos	4.044	–
Ajustes CPC 45/IFRS 9 e CPC 47/IFRS 15	182.523	(157.205)
Dividendos Obrigatórios	(1.507.139)	(2.540.567)
Subtotal a distribuir	4.703.939	7.464.496
Constituição de Reservas Estatuárias e Retenção de Lucros	(4.703.939)	(7.464.496)
Saldo a Distribuir do exercício	**–**	**–**

continua

continuação

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;

b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de hedge em *hedge* de fluxo de caixa; e

e) Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os itens registrados em outros resultados abrangentes.

Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do exercício em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas à distribuição de dividendos.

NOTA 38 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2020

Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	5.097.535	657	1.240.496	6.338.688
Lucro do Exercício	**5.097.535**	**657**	**1.240.496**	**6.338.688**
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	
Média ponderada da quantidade de ações	1.254.102	147	277.444	
% de ações em relação ao total	81,88%	0,01%	18,11%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R$)	4,06	4,47	4,47	
Resultado por ação básico líquido	**4,06**	**4,47**	**4,47**	

31/12/2019 (Reapresentado)

Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	6.234.543	927	1.674.592	7.910.061
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	2.589.148	385	695.442	3.284.975
Lucro do Exercício	**8.823.691**	**1.312**	**2.370.034**	**11.195.036**
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R$)	5,74	6,31	6,31	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R$)	2,38	2,62	2,62	
Resultado por ação básico líquido	**8,12**	**8,93**	**8,93**	

(b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2020, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 22.358.186 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2020

Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	5.018.390	647	98.415	1.221.236	6.338.688
Lucro do Período	**5.018.390**	**647**	**98.415**	**1.221.236**	**6.338.688**
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B Convertidas**	**Preferencial B**	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.254.102	147	22.358	277.444	
% de ações em relação ao total	80,99%	0,01%	1,41%	17,59%	
Resultado por ação diluido da operação continuada (R$)	4,00	4,40	4,40	4,40	
Resultado por ação diluido (R$)	**4,00**	**4,00**	**4,40**	**4,40**	

31/12/2019 (Reapresentado)

Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	6.337.062	795	58.131	1.514.074	7.910.061
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	2.631.722	330	24.142	628.782	3.284.975
Lucro do Período	**8.968.784**	**1.125**	**82.273**	**2.142.856**	**11.195.036**
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B Convertidas**	**Preferencial B**	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	10.748	279.941	
% de ações em relação ao total	81,59%	0,01%	0,68%	17,72%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R$)	4,92	5,41	5,41	5,41	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R$)	2,04	2,25	2,25	2,25	
Resultado por ação diluído (R$)	**6,96**	**7,66**	**7,65**	**7,65**	

Prática contábil

A companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

Para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores, o único efeito diluidor encontrado foi referente à conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado)
Geração				
Suprimento	204.379	79.139	14.425.819	15.870.784
Fornecimento	–	–	2.661.499	2.282.200
CCEE	–	–	1.176.156	1.353.218
Receita de operação e manutenção	–	–	3.982.409	3.549.019
Receita de construção	–	–	37.800	49.353
Repasse Itaipu	(13.566)	269.432	(13.566)	269.432
	190.813	348.571	22.270.117	23.374.006
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	–	–	5.443.107	4.927.283
Receita de construção	–	–	778.202	747.897
Receita financeira contratual	–	–	6.026.214	5.857.486
	–	–	12.247.523	11.532.666
Outras receitas	77.540	90.469	710.591	768.764
	268.353	439.040	35.228.231	35.675.436
(–) Deduções à Receita Operacional				
(–) ICMS	–	–	(995.304)	(926.475)
(–) PASEP e COFINS	28.683	(72.515)	(3.310.459)	(3.253.511)
(–) Encargos setoriais	–	–	(1.832.748)	(1.771.906)
(–) Outras Deduções (inclusive ISS)	–	–	(9.207)	(9.280)
	28.683	(72.515)	(6.147.718)	(5.961.172)
Receita operacional líquida	**297.036**	**366.525**	**29.080.513**	**29.714.264**

Prática contábil

Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas, (1) identificação do contrato, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação e (5) reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15.

a) Receita relacionada aos ativos de transmissão de energia elétrica

A Companhia avaliou que existem duas obrigações de desempenho nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, sendo elas a construção da infraestrutura necessária para as linhas de transmissão e a operação e manutenção da disponibilidade.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, qualquer contraprestação cuja obrigação de desempenho tenha sido executada e transferida ao cliente, mas ainda não é devida, deve ser reconhecida como ativo de contrato. Portanto, após a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia desreconheceu seus ativos financeiros líquidos de transmissão e ativos de contrato foram reconhecidos.

b) Receita do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

Na relação estabelecida entre a Eletrobras e os agentes/fornecedores do PROINFA, a Companhia conclui que os fornecedores detêm o controle da energia que geram ou têm capacidade de gerar e transferem diretamente para os consumidores o controle da energia, sem interferência significativa da Eletrobras. Portanto, neste caso, a Eletrobras não tem condições de determinar ou de interromper o fornecimento de energia, exceto se o fornecedor não atender as condições de credenciamento estabelecidas pela regulação que criou o PROINFA. Neste sentido, com base nos requerimentos contidos no CPC 47/IFRS 15, a Companhia concluiu que atua como agente, pois não chega a obter o controle dos bens ou serviços que são subsequentemente vendidos ao consumidor, conforme apresentado acima, havendo assim uma modificação no papel da Eletrobras. Considerando as mudanças conceituais no modelo de "riscos e benefícios" da norma CPC 30/IAS 18, principalmente a desconsideração do risco de crédito e a menor ênfase quanto à responsabilidade da Eletrobras pela aceitação quanto à fonte de energia gerada e capacitação do fornecedor credenciado por ela, a partir de 1º de janeiro de 2018, as receitas, custos e receitas financeiras dessas operações estão sendo apresentadas líquidas na mesma linha na demonstração de resultados.

c) Venda de energia e serviços

c.1) Geração

A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

Para as concessões de geração prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

c.2) Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

NOTA 40 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	–	(417.369)	(417.369)	–	(468.882)	(468.882)
Material	–	(1.155)	(1.155)	–	(1.856)	(1.856)
Serviços	–	(238.680)	(238.680)	–	(331.722)	(331.722)
Energia comprada para revenda	(175.124)	–	(175.124)	(67.019)	–	(67.019)
Depreciação	–	(12.802)	(12.802)	–	(13.386)	(13.386)
Amortização	–	(11)	(11)	–	–	–
Doações e contribuições	–	(105.174)	(105.174)	–	(117.058)	(117.058)
(Provisões)/Reversões operacionais (40.1)	–	(3.608.305)	(3.608.305)	–	(714.233)	(714.233)
Outros	–	(169.354)	(169.354)	–	(112.233)	(112.233)
Total	**(175.124)**	**(4.552.850)**	**(4.727.974)**	**(67.019)**	**(1.759.370)**	**(1.826.389)**

continua

continuação

	CONSOLIDADO					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.105.497)	(2.637.355)	(4.742.852)	(3.206.475)	(2.621.131)	(5.827.606)
Material	(228.815)	(44.849)	(273.664)	(231.429)	(48.344)	(279.773)
Serviços	(975.210)	(987.662)	(1.962.872)	(1.074.609)	(1.096.299)	(2.170.908)
Energia comprada para revenda	(2.400.358)	–	(2.400.358)	(2.162.318)	–	(2.162.318)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.500.315)	–	(2.500.315)	(2.265.358)	–	(2.265.358)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.092.135)	–	(2.092.135)	(2.107.161)	–	(2.107.161)
Construção	(966.443)	–	(966.443)	(915.117)	–	(915.117)
Depreciação	(1.637.730)	(133.912)	(1.771.642)	(1.559.314)	(147.824)	(1.707.138)
Amortização	(59.275)	(31.952)	(91.227)	(66.079)	(34.212)	(100.291)
Doações e contribuições	–	(167.408)	(167.408)	–	(156.166)	(156.166)
(Provisões)/Reversões operacionais (40.1)	(302.563)	(7.070.988)	(7.373.551)	60.055	(2.065.863)	(2.005.808)
Indenizações perdas e danos (a)	–	(651.407)	(651.407)	–	(199.054)	(199.054)
Outros	(158.679)	(1.219.043)	(1.377.722)	(231.050)	(985.730)	(1.216.780)
Total	**(13.427.020)**	**(12.944.576)**	**(26.371.596)**	**(13.758.855)**	**(7.354.623)**	**(21.113.478)**

a) Indenizações perdas e danos – Furnas

Em dezembro de 2020, foi realizado um acordo entre a controlada Furnas e a empresa Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light), para a quitação de uma ação na Vara Cível, visto o resultado desfavorável para a controlada. A ação tratava sobre a declaração de nulidade das Portarias nº 036, 037, 040, 049 e 075/1986, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

O acordo consistiu em aproveitamento de oportunidade de redução de passivos por parte da Controlada, à luz a Política de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras, e prevê o pagamento de R$ 496.000, dividido em 3 parcelas. A primeira parcela, de R$ 336.000, foi quitada em dezembro de 2020, a segunda parcela de R$ 40.000, deverá ser quitada em dezembro de 2021, a terceira e última parcela de R$ 120.000, deverá ser quitada em março de 2022, sendo certo que poderá ser realizada por meio de transferência de ativos, no todo ou em parte, cujos valores ainda serão apurados pelas áreas competentes até março de 2022.

40.1 - Provisões/Reversões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019		
	31/12/2020	(Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
Contingências (a)	(2.642.394)	(609.124)	(4.187.904)	(1.757.494)
(Provisão)/Reversão para perdas em investimentos (b)	(513.817)	6.753	(679.801)	334.100
Provisão para Implantacão de Ações - Empréstimo Compulsório (c)	(345.393)	–	(345.393)	–
PECLD - Financiamentos e empréstimos	(139.237)	(356.202)	(139.237)	(356.202)
PECLD - Consumidores e revendedores (d)	–	–	(804.865)	(267.938)
Provisão ANEEL - CCC	(63.525)	–	(63.525)	53.063
Passivo a descoberto em controladas	119.223	257.306	–	–
Garantias	12.395	101.274	12.395	101.274
Contratos onerosos	–	–	(89.053)	179.003
Usina Candiota III - Inflexibilidade (e)	–	–	(50.582)	–
Usina Candiota III - Carvão (e)	–	–	(76.345)	–
Parcela de ajuste RAP (f)	–	–	(223.881)	–
GAG melhoria	–	–	(177.588)	(209.917)
Impairment de ativos de longo prazo (g)	–	–	(441.664)	121.581
Outras	(35.557)	(114.240)	(106.108)	(203.278)
	(3.608.305)	**(714.233)**	**(7.373.551)**	**(2.005.808)**

(a) Este montante se refere, principalmente, ao processo com a Gerdau e outros credores do Empréstimo Compulsório de Energia Elétrica. Maiores detalhes nota 33.

(b) Provisão/Reversão para perdas em investimentos inclui a provisão para perdas dos investimentos das SPEs e das Companhias mantidas para venda ocorridas no exercício. O valor de R$ 679.801 refere-se as perdas reconhecidas no processo de alienação dos Complexos eólicos (Campos Neutrais e Eólicas do Sul) no valor de R$ 415.671 e Manaus Transmissora de Energia (MTE) no montante de R$ 98.146. Maiores detalhes nota 46. As perdas no valor de R$ 165.985 estão relacionadas as SPE conforme demonstrado na nota 20.2.

(c) O montante de R$ 345.393 referente à Provisão para Implantação de Ações de Empréstimo Compulsório é devido à atualização do valor do passivo pelo valor de mercado das ações preferenciais B e do montante equivalente aos proventos não prescritos, para maiores detalhes nota explicativa 27.

(d) A variação se refere, substancialmente, a atualização do contas a receber da controlada Chesf ocasionando o registro de PECLD sobre consumidores e concessionárias, tendo como principais destaques: (i) Ligas do Brasil - Libra, R$ 102,5 milhões; (ii) Energisa Sergipe, R$ 30 milhões; e (iii) Companhia Energética de Alagoas - CEAL, R$ 9,7 milhão; e 358,9 milhões referem-se a dívida da Amazonas Energia com a Amazonas GT.

(e) Em 28 de junho de 2020, ocorreu um evento de falha no conjunto turbina/gerador da Usina Candiota III, sem registros aparentes de danos para os demais equipamentos. As atividades retornaram na segunda quinzena de novembro de 2020. Considerando os cenários atuais para PLD, a Companhia provisionou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para fazer frente ao período fora de operação, o montante de R$ 50.582 para cumprimento da inflexibilidade e complementou o montante de R$ 76.345 pela indisponibilidade, com provisão total de R$ 126.927 contabilizada em fornecedores de energia elétrica.

(f) O montante refere-se aos valores provisionados pela controlada CGT Eletrosul devido à postergação da revisão dos custos de administração, operação e manutenção, de 1º de julho de 2018 para 1º de julho de 2020, ocorrido no processo de revisão tarifária do contrato de concessão 057/2001. O valor será devolvido na RAP em 36 parcelas a partir de julho de 2020.

(g) *Impairment* de ativos de longo prazo inclui o saldo de provisão/reversão dos ativos imobilizados e intangíveis das controladas que são anualmente testadas e registrados na nota 23. No exercício de 2020 destacamos como principais eventos o reconhecimento do *impairment* no montante de R$ 611.416 na UTE Candiota e a reversão no montante R$ 215.800 na UTE Santa Cruz.

NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2019		31/12/2019
	31/12/2020	(Reapresentado)	31/12/2020	(Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Receitas de juros, comissões e taxas	1.367.694	2.121.894	863.828	876.212
Receita de aplicações financeiras	695.384	434.807	972.602	763.016
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	1.525	2.306	341.672	252.112
Outras receitas financeiras	177.028	343.069	343.688	532.054
	2.241.631	2.902.076	2.521.790	2.423.394
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.700.741)	(2.040.736)	(2.853.532)	(3.247.747)
Encargos sobre arrendamentos	(5.562)	(6.230)	(367.234)	(340.819)
Encargos sobre recursos de acionistas	(23.814)	(230.850)	(81.766)	(271.130)
Remuneração para Fundo de Descomissionamento de Usinas Termonucleares	(405.281)	(119.006)	–	–
Outras despesas financeiras	(636.777)	(889.840)	(962.160)	(1.407.838)
	(2.772.175)	(3.286.662)	(4.264.692)	(5.267.534)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Atualizações monetárias	350.748	705.788	283.376	416.959
Variações cambiais (a)	21.099	102.195	(544.137)	35.008
Derivativos	–	–	332.017	(56.613)
	371.847	807.983	71.256	395.354
Resultado Financeiro	**(158.697)**	**423.397**	**(1.671.646)**	**(2.448.785)**

(a) A despesa de variação cambial líquida no montante de R$ 544.137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (receita R$ 35.008 em 31 de dezembro de 2019) foi impulsionada principalmente pela alta do dólar frente ao real, que impactou negativamente os saldos de financiamentos a pagar em moeda estrangeira da Eletrobras no montante de R$ 2.169.428 Este impacto foi parcialmente reduzido pela variação cambial positiva dos empréstimos a receber no montante de R$ 1.956.939.

Prática Contábil

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

São registrados também os juros dos passivos de arrendamentos, os efeitos dos encargos dos títulos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, e os ganhos e perdas referente as aplicações financeiras. Maiores informações sobre as práticas contábeis das transações citadas podem ser observadas nas respectivas notas explicativas.

NOTA 42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

42.1- Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 25, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa/TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a exposição líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	47.002.033	47.899.641
(–) Caixa e Equivalentes de Caixa	(286.607)	(335.307)
(–) Títulos e Valores Mobiliários	(13.993.294)	(10.742.766)
Exposição líquida	32.722.132	36.821.568
(+) Total do Patrimônio Líquido	73.751.294	71.159.265
Total do Capital	**106.473.426**	**107.980.833**
Índice de Alavancagem Financeira	31%	34%

42.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			31/12/2019		31/12/2019
	Nível	31/12/2020	(Reapresentado)	31/12/2020	(Reapresentado)
Ativos Financeiros					
Custo amortizado		23.657.357	30.458.710	26.102.060	28.622.140
Empréstimos e financiamentos		17.134.396	23.403.194	10.924.899	14.276.816
Direitos de Ressarcimento		5.583.447	5.382.834	5.588.131	5.464.005
Ativo Financeiro - Geração		-	-	2.096.717	2.077.912
Ativo Financeiro - Itaipu		455.820	1.202.493	455.820	1.202.493
Clientes		481.109	468.429	7.033.556	5.566.684
Títulos e Valores Mobiliários		2.585	1.760	2.937	34.230
Valor justo por meio do resultado		9.835.807	8.400.711	16.658.334	12.558.094
Títulos e Valores Mobiliários	2	8.060.350	7.159.978	13.990.357	10.708.536
Fundo para descomissionamento	2	1.753.827	1.222.393	1.753.827	1.222.393
Caixa e equivalentes de caixa	2	21.630	18.202	286.607	335.307
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	138	627.543	291.858
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.011.911	1.970.479	2.093.279	2.056.990
Investimentos (Participações Societárias)	1	2.011.911	1.970.479	2.093.279	2.056.990
Passivos Financeiros					
Custo amortizado		30.133.767	35.672.889	53.687.417	54.090.209
Empréstimos, financiamentos e debêntures		27.998.275	33.318.501	47.002.033	47.899.641
Obrigações de ressarcimento		1.373.656	1.796.753	1.640.767	1.796.753
Fornecedores		705.908	494.133	3.920.607	3.113.612
Arrendamentos		55.928	63.502	1.053.194	1.207.189
Concessões a Pagar UBP		–	–	70.816	73.014
Valor justo por meio do resultado		–	683	10.014	5.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	–	683	10.014	5.683

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

continua

continuação

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

42.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

42.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para as taxas de câmbio, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

• Risco de apreciação das taxas de câmbio

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2020		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2020[1]	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
	Empréstimos e financiamentos	(2.145.138)	(11.147.641)	57.278	(2.715.313)	(5.487.904)
USD	Empréstimos concedidos	808.296	4.200.471	(21.581)	1.023.142	2.067.864
	Ativo financeiro - Itaipu	272.504	1.416.128	(7.282)	344.929	697.141
	Impacto no resultado	(1.064.338)	(5.531.042)	28.415	(1.347.242)	(2.722.899)
EURO	Empréstimos e financiamentos	(48.770)	(311.052)	(1.605)	(79.769)	(157.933)
	Impacto no resultado	(48.770)	(311.052)	(1.605)	(79.769)	(157.933)
Impacto no resultado das taxas de câmbio				26.810	(1.427.011)	(2.880.832)
([1]) Premissas adotadas:			31/12/2020	Provável	+25%	+50%
	USD		5,20	5,17	6,46	7,76
	EURO		6,38	6,41	8,01	9,62
	IENE		0,05	0,05	0,06	0,08

42.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa *Libor*.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa *Libor* e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook*, publicado pela OCDE.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da *LIBOR*. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar está apresentado no item (a.1) desta nota.

a.1) *LIBOR*

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO				
		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2020		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2020 [1]	Cenário II (+ 25%) [1]	Cenário III (+ 50%) [1]
LIBOR	Empréstimos e financiamentos	(118.216)	(614.331)	(278)	(348)	(417)
	Derivativos	(1.927)	(10.014)	(5)	(6)	(7)
	Total	**(120.143)**	**(624.345)**	**(283)**	**(354)**	**(424)**
	([1]) Premissas adotadas:		31/12/2020	Provável	25%	50%
	USD		5,20	5,17	6,46	7,76
	LIBOR		0,26%	0,23%	0,29%	0,35%

a.2) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado		
		Saldo em 31/12/2020	Cenário I - Provável 2020 [1]	Cenário II (+ 25%) [1]	Cenário III (+ 50%) [1]
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.968.978)	(550.373)	(687.966)	(825.559)
	Impacto no resultado	(18.968.978)	(550.373)	(687.966)	(825.559)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.094.597)	(212.838)	(266.047)	(319.257)
	Direito de ressarcimento	2.501.312	75.039	93.799	112.559
	Impacto no resultado	(4.593.285)	(137.799)	(172.248)	(206.698)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.260.994)	(248.555)	(310.694)	(372.833)
	Impacto no resultado	(5.260.994)	(248.555)	(310.694)	(372.833)
IGPM	Empréstimos concedidos	192.935	20.065	25.082	30.098
	Passivo de arrendamento	(1.053.194)	(109.532)	(136.915)	(164.298)
	Impacto no resultado	(860.259)	(89.467)	(111.833)	(134.200)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.877.059)	(164.357)	(205.446)	(246.535)
IPCA	Empréstimos concedidos	129.541	4.366	5.457	6.548
	Direito de ressarcimento	3.086.819	104.026	130.032	156.039
	Impacto no resultado	(1.660.699)	(55.965)	(69.957)	(83.948)
Impacto no resultado dos índices			(1.082.159)	(1.352.698)	(1.623.238)
([1]) Premissas adotadas:		31/12/2020	Provável	+ 25%	+ 50%
	CDI	1,90%	2,90%	3,63%	4,35%
	SELIC	2,00%	3,00%	3,75%	4,50%
	TJLP	4,55%	4,72%	5,91%	7,09%
	IGPM	23,14%	10,40%	13,00%	15,60%
	IPCA	4,38%	3,37%	4,21%	5,06%

continua

continuação

42.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (nota 11), exceto pelas operações financeiras com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 34% do saldo em aberto.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundo extra mercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na SELIC, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como obrigação a realização de aplicações das suas disponibilidades financeiras somente com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil S.A., seguindo a resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil. Esses bancos possuem baixo risco, e com seus ratings revisados por agências de classificações de risco de crédito.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora e controladas. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada e consta na nota 25.3.

42.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos das Empresas Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que as Empresas Eletrobras devem quitar as respectivas obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA 31/12/2020 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	10.959.365	4.787.289	10.887.782	7.853.030	34.487.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.869.828	4.777.082	10.851.556	7.835.998	32.334.464
Obrigações de Ressarcimento	1.373.656	–	–	–	1.373.656
Fornecedores	705.908	–	–	–	705.908
Arrendamentos	9.973	10.207	36.226	17.032	73.438

	CONTROLADORA 31/12/2019 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	9.151.904	15.816.946	7.174.368	8.238.005	40.381.223
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.853.444	15.805.658	7.141.278	8.226.456	38.026.836
Obrigações de Ressarcimento	1.796.753	–	–	–	1.796.753
Fornecedores	494.133	–	–	–	494.133
Arrendamentos	7.574	11.288	33.090	11.549	63.501

	CONSOLIDADO 31/12/2020 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	19.443.434	8.885.947	15.101.480	16.174.660	59.605.521
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.678.958	8.798.046	14.756.060	15.580.546	52.813.610
Fornecedores	3.904.051	16.556	–	–	3.920.607
Obrigações de Ressarcimento	1.618.508	22.259	–	–	1.640.767
Arrendamentos	237.055	44.423	332.794	545.449	1.159.721
Concessões a Pagar UBP	4.862	4.663	12.626	48.665	70.816

	CONSOLIDADO 31/12/2019 Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	15.412.375	19.696.974	11.600.831	15.876.498	62.586.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.276.295	19.452.195	10.945.005	15.599.572	56.273.067
Fornecedores	3.092.676	20.936	–	–	3.113.612
Obrigações de Ressarcimento	1.796.753	–	–	–	1.796.753
Arrendamentos	242.055	219.635	643.834	224.708	1.330.232
Concessões a Pagar UBP	4.596	4.208	11.992	52.218	73.014

42.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica (42.4.1)	627.543	470.657	313.772	784.429	941.315
Opção de conversão em ações (42.4.2)	10.014	10.014	5.007	12.518	15.021

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

42.4.1 - Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujo quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela acima. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

42.4.2 - Opção de conversão de ações

A Estação Transmissora de Energia S.A., empresa incorporada à controlada Eletronorte, firmou contrato de debêntures, a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora, o qual possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Eletronorte,

Na análise de sensibilidade foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Eletronorte.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o FDA, por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da Companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a valor de mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

1) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

2) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

3) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

• Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

• Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

continua

continuação

Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (Nota 25.3). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (Nota 40).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 43 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da companhia divulgados separadamente são:

I. Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;

II. Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e

III. Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa de todas as Empresas Eletrobras, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

	31/12/2020				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	305.324	18.708.084	10.438.928	(371.823)	29.080.513
Custos Operacionais	(255.702)	(10.085.165)	(3.435.658)	349.505	(13.427.020)
Despesas Operacionais	(8.982.617)	(2.747.007)	(1.237.270)	22.318	(12.994.576)
Receita tarifária periódica	–	–	4.228.338	–	4.228.338
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(8.932.995)	5.875.912	9.994.338	–-	6.937.225
Resultado Financeiro					(1.671.646)
Resultado de Participações Societárias					1.670.903
Outras receitas e despesas					16.134
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(565.333)
Lucro Líquido do Exercício					**6.387.313**

	31/12/2019 (Reapresentado)				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	194.692	19.833.995	10.073.410	(387.833)	29.714.264
Custos Operacionais	(67.019)	(8.241.933)	(5.799.278)	349.374	(13.758.855)
Despesas Operacionais	(3.923.077)	(1.821.961)	(1.648.043)	38.459	(7.354.623)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(3.795.404)	9.770.101	2.626.089	–	8.600.786
Resultado Financeiro					(2.448.786)
Resultado de Participações Societárias					1.041.071
Outras receitas e despesas					24.715
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					630.659
Lucro Líquido do Exercício					**7.848.445**

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Receita bruta, após eliminações, de clientes externos por segmento antes das deduções de impostos:

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Suprimento	14.425.819	–	14.425.819	15.870.784	–	15.870.784
Fornecimento	2.661.499	–	2.661.499	2.282.200	–	2.282.200
CCEE	1.176.156	–	1.176.156	1.353.218	–	1.353.218
Receita de O&M	3.982.409	5.443.107	9.425.516	3.549.019	4.927.283	8.476.302
Receita de construção	37.800	778.202	816.002	49.353	747.897	797.250
Repasse Itaipu	(13.566)	–	(13.566)	269.432	–	269.432
Receita contratual	–	6.026.214	6.026.214	–	5.857.486	5.857.486
Total da receita bruta	**22.270.117**	**12.247.523**	**34.517.640**	**23.374.006**	**11.532.666**	**34.906.672**

Receita Intersegmento

	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Administração	Geração	Total	Administração	Geração	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	349.505	349.505	–	349.374	349.374
Receita de juros do segmento de geração	173.163	–	173.163	877.512	–	877.512
Receita de juros do segmento de transmissão	361.959	–	361.959	373.220	–	373.220
Total	**535.122**	**349.505**	**884.627**	**1.250.732**	**349.374**	**1.600.106**

Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2020				31/12/2019			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	1.555.229	31.107.683	–	32.662.912	1.545.786	31.770.088	–	33.315.874
Intangível	354.540	294.318	2.092	650.950	553.008	99.941	2.092	655.041
Total	**1.909.769**	**31.402.001**	**2.092**	**33.313.862**	**2.098.794**	**31.870.029**	**2.092**	**33.970.915**

Itens que não afetam o caixa por segmento

	31/12/2020				31/12/2019		
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Total
Depreciação e Amortização	105.866	1.757.003	–	1.862.869	251.545	1.555.884	1.807.429
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	93.112	(4.059)	89.053	–	179.003	179.003
Provisão p/ valor recuperável dos ativos (*impairment*)	(62.498)	(379.166)	–	(441.664)	–	121.581	121.581
Total	**43.368**	**1.470.949**	**(4.059)**	**1.510.258**	**251.545**	**1.856.468**	**2.108.013**

continua

continuação

Prática contábil

Segmentos operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que:

a) exercem atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;

b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e

c) para os quais existem informações financeiras.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros, incluindo empreendimentos controlados em conjunto e coligadas, e as transferências entre os segmentos. As transações entre segmentos operacionais são determinadas por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas, sendo essas transações eliminadas, fora dos segmentos operacionais, para fins de conciliação das informações segmentadas com as demonstrações financeiras consolidadas da companhia.

NOTA 44 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

44.1 – Principais transações ocorridas em 2020.

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf, Eletronorte, CGT Eletrosul e Furnas (Cedentes); Eletropar; e Eletrobras (interveniente/anuente)	19/02/2020	Cessão do direito de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas ativadas.	Cedentes - R$48,00 por quilômetro de par de fibra ativada e de fibra óptica disponibilizada para ativação em favor da Eletronet. Eletropar - Aplicação do percentual de 2% sobre o valor líquido mensal recebido da Eletronet.
Eletropar e Eletronet; Eletrobras (interveniente/anuente)	20/02/2020	Constituição pela Eletropar em favor da Eletronet do direito de acesso, a título oneroso, à infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e às fibras ópticas ativadas.	Eletropar - Valor bruto de R$48,00 por quilômetro de par de fibra ativadas e de fibra óptica disponibilizada para ativação.
Eletronorte e CGTEletrosul	26/06/2020	Celebração do Termo de Confissão de Dívida referente às faturas em aberto da CGT Eletrosul com a Eletronorte, decorrente dos Contratos de Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre.	152.992
Eletronorte e Amazonas GT	24/07/2020	Celebração de contrato formalizando empréstimo mútuo da Eletronorte à Amazonas GT destinado a reforçar o caixa da Mutuária.	100.000

44.2 - Transações com Entidades Governamentais

Além das operações com a União, a Eletrobras mantém transações com outras entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
Natureza da Operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Direito de Ressarcimento				
Poder Público Federal	5.588.131	–	5.464.005	–
Empréstimos e Financiamentos a Pagar				
Poder Público Federal - Banco do Brasil	–	2.505.777	–	3.581.431
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal (a.1)	–	4.769.371	–	6.193.508
Poder Público Federal - BNDES (a.2)	–	5.245.281	–	6.111.435
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão (a.3)	–	2.314.672	–	3.599.238
Poder Público Federal - Petrobras (b)	–	7.121.333	–	8.928.835
Obrigações de Ressarcimento (c)				
Tesouro Nacional - Itaipu	–	5.306.972	–	5.492.860
Total	**5.588.131**	**27.263.406**	**5.464.005**	**33.907.307**

A seguir, identificam-se as condições das principais transações com outras entidades governamentais:

a) Empréstimos e financiamentos a pagar:

Aplicações na Usina Angra 3

a.1) Empréstimo entre CEF e Eletronuclear: Contrato entre a Eletronuclear e a CEF (contrato principal) para financiamento complementar de Angra 3, referente à importação de equipamentos e serviços.

a.2) Empréstimo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Eletronuclear: Contrato de financiamento entre o BNDES e a Eletronuclear, com interveniência da Eletrobras destinados à implantação da usina Angra 3.

Reserva Global de Reversão (RGR):

a.3) A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da RGR e outros. Em conformidade com a Lei n° 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto n° 9.022/2017, e com o Despacho da ANEEL n° 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a CCEE, desde 1º de maio de 2017.

Garantia dos empréstimos:

A participação da Eletrobras como garantidora de empréstimos tomados por suas controladas pode ser observada em maiores detalhes na nota 25.3.

b) Operações com Petrobras: Com a venda da controlada Amazonas Energia S.A., tornou-se eficaz a cessão de direitos da Amazonas Energia para a Eletrobras, referentes à CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Distribuidora. A Eletrobras assumiu obrigações em valores equivalentes como empréstimos adquiridos, conforme condições estabelecidas na Resolução do CPPI número 20, de 08 de novembro de 2017 e alterações posteriores.

c) Obrigações de ressarcimento – Itaipu: Ativos financeiros indenizáveis decorrentes da concessão Itaipu, maiores detalhes na nota 18, item a.

44.3 - Transações com coligadas e controladas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

	Saldos e Transações por Natureza - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Empréstimos e financiamentos (a)	10.506.018	–	–	14.991.496	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (b)	1.223.108	–	–	774.468	–	–
Dividendo a receber	4.683.178	–	–	3.522.447	–	–
Créditos com Controladas - CCD`s (c)	2.230.317	–	–	2.109.354	–	–
Outros Ativos	107.964	–	–	122.802	–	–
Contribuições a pagar - patrocinador	–	–	–	–	14.875	–
Provisões	–	1.129.242	–	–	818.164	–
Fundo de Descomissionamento	–	1.842.034	(405.281)	–	1.251.794	(119.006)
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial (d)	–	–	3.099.448	–	–	2.054.210
Outras Receitas/Despesas Financeiras	–	–	–	–	–	990
Taxas	–	–	(4.001)	–	–	(4.078)
Total	**18.750.585**	**2.971.276**	**2.690.166**	**21.520.567**	**2.084.834**	**1.932.116**

	Saldos e Transações por Entidade - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladas						
Furnas	2.039.113	–	192.291	3.336.050	–	280.404
Eletronorte	4.139.400	–	408.757	4.586.799	–	134.661
Eletronuclear	1.784.950	1.842.034	(280.524)	2.523.981	1.251.794	21.032
Amazonas GT	2.270.943	–	130.984	2.470.505	–	191.505
Eletrosul (1)	–	–	–	821.844	–	72.623
CGT Eletrosul (1)	1.823.618	–	18.092	534.867	–	468.479
CHESF	1.801.006	–	78.052	1.198.894	–	4.189
Eletropar	9.448	–	88	445	–	990
	13.868.478	1.842.034	547.740	15.473.384	1.251.794	1.173.883

	Saldos e Transações por Entidade - Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladas em conjunto e coligadas						
Itaipu	4.241.949	–	2.120.648	5.874.600	–	751.019
Eletros	–	1.129.242	(4.001)	–	833.039	(4.078)
Equatorial Maranhão D	157.993	–	19.015	38.936	–	10.337
Lajeado Energia	100.280	–	–	23.975	–	–
CEB Lajeado	12.150	–	–	19.588	–	–
Paulista Lajeado	15.202	–	–	16.221	–	–
CEEE-D	10.270	–	770	12.489	–	955
CEEE-GT	15.897	–	–	15.897	–	–
CTEEP	236.193	–	5.978	41.021	–	–
EMAE	92.173	–	–	4.456	–	–
Rouar	–	–	16	–	–	–
	4.882.107	1.129.242	2.142.426	6.047.183	833.039	758.233
Total	**18.750.585**	**2.971.276**	**2.690.166**	**21.520.567**	**2.084.834**	**1.932.116**

(1) Amazonas D Linha saldo na coluna Resultado em 03/2019. Mas não está mais no quadro pois foi alienada.

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com as partes relacionadas da Controladora:

a) Empréstimos e financiamentos:

Itaipu Binacional

Conforme convencionado no Tratado de Itaipu, os recursos necessários aos estudos, construção e operação da central elétrica e das obras e instalações auxiliares, serão supridos pela Eletrobras e pela *Administración Nacional De Electricidad* – ANDE, ou obtidos pela Itaipu mediante a operação de crédito. Os principais contratos firmados com a Eletrobras são relativos a:

- Refinanciamento dos saldos devedores vencidos e a vencer de toda a dívida da Itaipu por contratos de financiamentos com a Eletrobras;
- Financiamento do custo dos investimentos remanescentes do Plano de Conclusão de Obras;
- Financiamento da instalação das duas últimas unidades geradoras da ITAIPU; e
- Cobertura do custo total do Programa de Investimentos Complementares (PIC).

CGT Eletrosul

Os financiamentos cedidos pela Eletrobras destinaram-se à viabilização da construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a controlada CGT Eletrosul necessitou nos últimos anos.

b) Adiantamentos para futuros aumentos de capital: As informações referentes aos AFAC estão demonstradas na nota 19;

c) Outros ativos: Cessão de Crédito – Eletronorte: Créditos da CCC referente a certas distribuidoras alienadas transferidas à Eletrobras que serão pagos pela controlada Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento. O total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 2.147.136 (R$ 2.082.331 em 31 de dezembro de 2019);

d) Receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial: Partes desses valores são referentes aos encargos financeiros sobre empréstimos de acordo com a nota 25 e parte refere-se à variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes encontram-se na nota 18.

44.4 - Transações com coligadas e controladas em conjunto - Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

	Saldos e Transações por Natureza - Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Clientes	59.147	–	–	55.360	–	–
Contas a receber	20.628	–	–	12.492	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.540	–	–	181.257	–	–
Dividendos / JCP a receber	333.997	–	–	205.540	–	–
Empréstimos e financiamentos	4.296.503	–	–	5.865.035	–	–
Outros Ativos	48.649	–	–	162.770	–	–
Fornecedores	–	44.279	–	–	34.913	–
Provisões	–	1.129.242	–	–	818.164	–
Contribuições a pagar - patrocinador	–	–	–	–	14.875	–
Contas a pagar	–	29.877	–	–	820	–
Outros passivos	–	1.901	–	–	1.999	–
Receita de geração	–	–	–	–	–	2.729
Receita de uso de Energia Elétrica	–	–	394.725	–	–	598.004
Receita de venda de energia	–	–	85.315	–	–	81.576
Receitas de prestação de serviços	–	–	116.580	–	–	104.692
Outras receitas	–	–	12.649	–	–	1.210
Compra de Energia Elétrica	–	–	(809.451)	–	–	(748.229)
Encargos de Uso da Rede	–	–	(93.536)	–	–	(106.887)
Taxas	–	–	(4.001)	–	–	(4.078)
Outras Despesas	–	–	(327.528)	–	–	(328)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variação Cambial	–	–	2.140.449	–	–	762.311
Receitas Financeiras	–	–	437	–	–	6.308
Despesas Financeiras	–	–	–	–	–	(4)
Total	**4.760.464**	**1.205.299**	**1.515.639**	**6.482.454**	**870.771**	**697.304**

continua

continuação

	Saldos e Transações por Entidade - Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Baguari	355	–	450	362	–	435
Belo Monte Transmissora	34.674	2.738	(50.568)	14.363	2.664	(36.491)
Caldas Novas Transmissão	483	2	692	1.248	2	467
CEB Lajeado	12.150	–	–	19.589	–	–
CEEE-D	10.270	–	770	12.490	–	955
Chapecoense Geração	740	–	–	29.830	–	–
Companhia Energética Sinop	1.071	772	(5.207)	914	388	(3.310)
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	4.996	17.221	(149.448)	6.371	9.560	(179.165)
Centro de Soluções Estratégicas - CSE	1.697	–	3.445	–	–	
Eletros (a)	–	1.129.242	(4.001)	–	833.039	(4.078)
EMAE	92.174	–	–	4.456	–	–
Empresa de Energia São Manuel	1.446	3.440	(95.137)	1.339	3.346	(25.486)
Energia Olímpica	–	–	(1.673)	428	–	93
Enerpeixe	12.259	10.249	(112.221)	12.792	3.387	(33.769)
Equatorial Maranhão D	85.838	–	19.015	38.936	–	10.337
Energia Sustentável do Brasil	15.276	34.380	(368.612)	152.431	13.592	(245.174)
Foz do Chapecó	959	–	11.098	879	–	10.738
Fronteira Oeste - FOTE	341	2	428	41.325	–	682
Goiás Transmissão	8.146	134	(1.607)	11.668	131	(1.705)
Interligação Elétrica Garanhuns	8.055	263	(3.404)	–	269	(3.624)
Interligação Elétrica Madeira	5.717	3.719	(139.669)	–	2.668	(36.571)
Itaipu (b)	4.241.949	–	2.120.648	5.874.600	–	751.019
Lago Azul Transmissora	132	9	6.514	130	10	116
Lajeado Energia	100.280	–	–	23.975	–	–
Madeira Energia	–	–	9.796	–	–	–
Manaus Construtora	23.298	–	–	9.178	–	–
Mata de Santa Genebra	438	659	(128.619)	–	–	–
MGE Transmissão	5.634	78	(720)	5.634	75	(810)
Norte Brasil Transmissora de Energia	80	605	(7.738)	100	663	(8.622)
Norte Energia	39.854	–	171.256	29.270	–	267.014
Paranaíba Transmissora de Energia	6.163	338	(3.834)	5.985	341	(3.963)
Retiro Baixo Energética	5.083	–	–	7.582	–	–
Rouar	–	–	16	–	–	–
Santo Antônio Energia	19.725	811	230.628	18.397	–	222.851
Serra Facão Energia	–	–	68	45	–	93
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	344	365	(1.514)	346	529	(3.462)
Tijoa Participações e Investimentos	1.187	–	12.524	873	–	16.985
Transenergia Goiás	46	28	2.003	–	–	–
Transenergia São Paulo	14.760	24	(272)	17.271	24	(282)
Transenergia Renovável	520	42	(479)	4.492	–	(527)
Transnorte	134	11	764	–	13	562
Triângulo Mineiro Transmissora	11	90	(1.108)	–	–	–
Transmissora Sul Litorânea de Energia -TSLE	4.162	17	1.428	8.075	7	1.964
Vale do São Bartolomeu	17	60	(73)	1.262	63	31
Vamcruz Participações	–	–	–	125.818	–	–
Total	**4.760.464**	**1.205.299**	**1.515.639**	**6.482.454**	**870.771**	**697.303**

A seguir, identificam-se as condições das principais transações realizadas com as partes relacionadas do consolidado:

a) Eletros – Fundação Eletrobras de Seguridade Social: em 31 de dezembro de 2020, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R$ 1.129.242 (R$ 833.039 em 31 de dezembro de 2019).

b) Itaipu: Estão atrelados ao Empréstimo descritos na nota 25, as receitas de juros, comissões, taxas e variação cambial decorrem principalmente dos encargos financeiros e pela variação cambial decorrente das operações de Itaipu, cujos detalhes podem ser observados na nota 18.

44.4.1 - Abaixo se encontram as principais condições das transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.: contratos de prestação de serviços referente à manutenção da linha de transmissão, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão;

Energia Sustentável do Brasil S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como o contrato bilateral de ACL, relativo à compra de energia, com início de vigência em 1º de março de 2013 e fim da vigência em 15 de janeiro de 2035, com volume contratado médio de 107,596 MWméd;

Norte Energia S.A.: Contrato de prestação dos serviços de manutenção e operação das usinas Belo Monte e Pimentel, e disponibilização das redes de transmissão;

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.: Contratos celebrados para disponibilização e uso do sistema de transmissão; e

Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.: Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão e compra de energia, bem como cobrança do uso da rede do sistema de transmissão.

Informações referentes aos empréstimos cedidos pela Eletrobras às suas controladas, controladas em conjunto e coligadas estão demonstradas na nota 11.

Prática contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia com suas controladas, coligadas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

44.5 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	8.572	7.905	38.903	42.181
Benefícios pós-emprego	444	453	444	453
Outros benefícios de longo prazo	383	–	383	–
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	–	–	41	–
Total	**9.399**	**8.358**	**39.771**	**42.634**

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração de dirigentes				
Maior remuneração de administradores	52	52	72	54
Menor remuneração de administradores	50	50	5	5
Remuneração média de administradores	50	50	38	38
Remuneração de empregados				
Maior remuneração de empregados	58	58	136	72
Menor remuneração de empregados	4	4	2	2
Remuneração média de empregados	16	16	13	11

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, nos quais são divulgadas a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 45 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Geração	289.331	1.147.082	289.331	3.144.351
Transmissão	–	399.168	–	399.168
Total de ativos classificados como mantidos para venda	**289.331**	**1.546.250**	**289.331**	**3.543.519**
Geração	–	–	–	1.692.708
Total de passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	**–**	**–**	**–**	**1.692.708**

continua

continuação

Geração e Transmissão

Em 23 de fevereiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação das participações societárias de determinadas SPEs detidas pela Companhia e por suas controladas. Em 25 de julho de 2019 o Conselho de Administração deu início ao Procedimento Competitivo de Alienação nº 01/2019 objetivando a alienação das participações societárias em 39 SPEs remanescentes do Leilão nº 01/2018. A Eletrobras considerou o CPC 31/IFRS 5, para avaliar que essas SPEs atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, conforme apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

O quadro abaixo demonstra as SPEs classificadas como mantidas para venda em 31 de dezembro de 2020:

Investimentos em SPEs de Geração da Eletrobras classificados como ativos mantidos para venda	**31/12/2020**
Chapada Piauí I	124.484
Chapada Piauí II	164.847
	289.331

Os principais ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

Geração

	Geração	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa	-	116.873
Clientes	-	22.377
Tributos e contribuições sociais	-	12.466
Ativo Imobilizado	-	2.299.696
Ativo Intangível	-	90.709
Investimentos	289.331	217.240
Outros ativos	-	384.990
Total ativos da controlada classificados como mantidos para venda	**289.331**	**3.144.351**

	Geração	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Fornecedores	-	10.720
Empréstimos e financiamentos	-	1.277.642
Tributos e contribuições sociais	-	4.310
Provisões de contingências	-	439
AFAC	-	173.749
Outros passivos	-	225.848
Passivos da controlada associados a ativos classificados como mantidos para venda	**-**	**1.692.708**

Transmissão:

Investimentos em SPEs de Transmissão da Eletrobras lassificados como ativos mantidos para venda	**CONTROLADORA E CONSOLIDADO**
	31/12/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	18.737
Luziania-Niquelandia Transmissora	31.182
Manaus Transmissora de Energia	349.249
	399.168

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 46 – ALIENAÇÃO DE INVESTIDAS

46.1 – Venda de SPEs

Lote	SPE	Data da Alienação	Adquirente	Valor da transação
Lote H	Pedra Branca S.A., São Pedro do Lago S.A., Sete Gameleiras S.A., Baraúnas I Energética S.A., Baraúnas II Energética S.A., Mussambê Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A. e Banda de Couro Energética S.A.	28/03/2019	Brennand Energia S.A.	250.000
Lote N	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU	29/04/2019	TAESA S.A e DME Energética S.A.	39.134
Lote L	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. - BRASNORTE	31/05/2019	TAESA S.A.	76.000
Lote M	Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ	31/05/2019	TAESA S.A.	77.000
Lote J	Uirapuru Transmissora de energia S.A.	25/06/2019	Copel Geração e Transmissão S.A.	100.000
Lote O	Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. - AETE	01/07/2019	APAETE Participações em Transmissão - APAETE	87.000
Lote F	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. e Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	23/08/2019	Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.	178.000
Lote C	Eólica Serra das Vacas Holding - S.A.	07/10/2019	Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	74.000
Lote K	Transmissora Matogressense de Energia S.A.	13/11/2019	Alupar Investimento S.A.	118.000
Lote P	Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	13/01/2020	Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.000

Com a transferência do Lote P em 13 de janeiro de 2020, concluíram-se 100% das transferências das SPEs vendidas no leilão realizado em setembro de 2018. Pela operação, a Eletrobras reconheceu um ganho de R$ 26.038 e recebeu o valor atualizado de R$ 44.775.

46.2 – Alienação da SPE Manaus Transmissora de Energia S.A.

Em 17 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a oferta vinculante realizada pela Evoltz Participações S.A. para aquisição da totalidade da participação da Eletrobras, correspondente a 49,5% do capital social total, na SPE Manaus Transmissora de Energia S.A. A venda foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 13 de maio de 2020 e a transferência foi concluída em 03 de setembro de 2020. Pela operação, a Eletrobras recebeu o valor atualizado de R$ 251.103 e reconheceu uma perda de R$ 98.146 no exercício de 2020.

46.3 – Alienação da SPE Eólica Mangue Seco 2

Em 11 de maio de 2020, a Eletrobras aprovou a oferta vinculante realizada pelo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus para aquisição da totalidade da participação da Eletrobras, correspondente a 49% do capital social total, na SPE Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. A venda foi aprovada pelo CADE em 24 de agosto de 2020 e a transferência foi concluída em 09 de outubro de 2020. Pela operação, a Eletrobras reconheceu um ganho R$ 17.905 e recebeu o valor atualizado de R$ 27.605.

46.4 – Alienação das SPEs Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A., Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo e III S.A. e Chuí IX S.A.

Em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da companhia aprovou as ofertas vinculantes realizadas pela Omega Geração S.A. para aquisição da totalidade da participação nas SPEs correspondentes a 78% do capital social da Eólica Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (Lote 1) e 99,99% do capital social das SPEs Hermenegildo I S.A., Hermenegildo II S.A., Hermenegildo e III S.A. e Chuí IX S.A. (Lote 2). A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 02 de setembro de 2020, aprovou a alienação, restando a aprovação dos órgãos competentes para transferência das ações. Em 30 de novembro de 2020, foi concluída a transferência da totalidade da participação que detinha, pela operação, a Eletrobras reconheceu uma perda de R$ 415.671 no exercício de 2020.

NOTA 47 – OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

A Companhia realizou leilões para a alienação de suas então controladas do segmento de distribuição durante o ano de 2018. As distribuidoras Companhia Energética de Alagoas - Ceal e a Amazonas Energia S.A tiveram seus controles transferidos em 18 de março de 2019 e 10 de abril de 2019, respectivamente.

Como estas empresas representavam a totalidade das operações do segmento de distribuição, as transações deste segmento passaram a ser apresentadas como operações descontinuadas.

Abaixo demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com as informações da Ceal e Amazonas Energia S.A.

• Resultado das operações descontinuadas:

	CONTROLADORA	**CONSOLIDADO**
	31/12/2019	**31/12/2019**
Receita Operacional Líquida	–	1.648.758
Custos Operacionais	–	(1.540.551)
Despesas Operacionais	(1.752.165)	(2.461.635)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(1.752.165)	(2.353.428)
Resultado Financeiro Líquido	–	(337.401)
Efeito na venda de subsidiária	5.037.140	6.118.816
Resultado Operacional antes dos Impostos	3.284.975	3.427.987
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	–	(143.012)
Lucro das Operações Descontinuadas	**3.284.975**	**3.284.975**

• Efeitos na demonstração do fluxo de caixa

	CONSOLIDADO
	31/12/2019
Atividades Operacionais	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(379.997)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	414.724
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	6.337
Caixa líquido gerado pelas operações descontinuadas	**41.064**

Prática contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que será descontinuado e que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto das operações da Companhia e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

48.1 – Alteração na Presidência

Em janeiro de 2021, Wilson Ferreira Junior apresentou carta de renúncia ao cargo de Presidente da Eletrobras, por motivos pessoais, sendo o efetivo desligamento do referido cargo em 16 de março de 2021. Wilson Ferreira Junior permanecerá como membro do Conselho de Administração.

continua

continuação

Em 15 de março de 2021, o Conselho de Administração designou a Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras, Elvira Cavalcanti Presta, para exercer interina e cumulativamente, a partir de 16 de março de 2021, o cargo de Presidente da Eletrobras até que o Conselho de Administração conclua o processo de sucessão, eleja o novo Presidente e haja posse efetiva no cargo.

48.2- Compra das SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III - Chesf

Em janeiro de 2021, a Chesf concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à Sequoia Capital Ltda., nas SPEs do Complexo Eólico Pindaí I, II e III. Pela compra mencionada, a Chesf pagou o valor de R$ 20.614, sendo R$ 15.608 diretamente para a Sequóia e R$ 5.006 para regularização de pendências de integralização de capital da Sequoia na SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.

48.3- Reserva Especial

Em janeiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou pelo pagamento, a título de dividendos intermediários, do valor total de R$ 2.291.888, à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos, que foi constituída mediante a aprovação pela 59ª Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A decisão de distribuição dos Dividendos Intermediários decorre da revisão da situação financeira da Companhia e de sua liquidez.

48.4 - Transações entre Partes Relacionadas

Em fevereiro de 2021, as empresas Eletronorte, Furnas, Chesf, firmaram o terceiro termo de aditamento ao contrato de cessão de uso da infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica e de fibras ópticas a serem disponibilizadas, e outras avenças, que tem como objeto a cessão de uso, a título oneroso, de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas contidas nos cabos OPGW (Optical Ground Wire) instalados nas linhas de transmissão de propriedade da Eletronorte, Chesf e Furnas. Os valores da transação supracitada para Eletronorte, Furnas e Chesf são R$ 73.082, R$ 66.027 e R$ 88.443, respectivamente.

ELVIRA CAVALCANTI PRESTA
Presidente Interina e Diretora Financeira e de Relações com Investidores

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ANDRADE FIGUEIRA
Diretor de Gestão e Sustentabilidade

CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO
Diretora de Governança, Risco e Conformidade

MÁRCIO SZECHTMAN
Diretor de Transmissão

PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA JATOBÁ
Diretor de Geração

RODRIGO VILELLA RUIZ
Contador - CRC-RJ 088488/O-9S

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers - PwC Auditores Independentes, relativas ao Exercício findo em 31.12.2020 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter à matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

RUY FLAKS SCHNEIDER
Presidente do Conselho

WILSON FERREIRA JUNIOR
Conselheiro

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS MONTEIRO
Conselheiro

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO
Conselheiro

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA
Conselheiro

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro

RICARDO BRANDÃO SILVA
Conselheiro

FELIPE VILLELA DIAS
Conselheiro

DANIEL ALVES FERREIRA
Conselheiro

LÚCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Conselheira

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.

ELVIRA CAVALCANTI PRESTA
Presidente Interina e Diretora Financeira e de Relações com Investidores

CAMILA GUALDA SAMPAIO ARAÚJO
Diretora de Governança, Risco e Conformidade

PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA JATOBÁ
Diretor de Geração

MÁRCIO SZECHTMAN
Diretor de Transmissão

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ANDRADE FIGUEIRA
Diretor de Gestão e Sustentabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras individuais e consolidada da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às demonstrações financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa, controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes – PWC, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

PATRICIA VALENTE STIERLI
Presidente do Conselho Fiscal

EDUARDO COUTINHO GUERRA
Conselheiro

HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA
Conselheiro

THAÍS MÁRCIA F. MATANO LACERDA
Conselheira

GIULIANO BARBATO WOLF
Conselheiro

continua

continuação

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO – EXERCÍCIO SOCIAL 2020 E JANEIRO A MARÇO 2021
COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO DAS EMPRESAS ELETROBRAS

1. Introdução

O presente relatório anual circunstanciado, embasado no artigo 31-D da Instrução Normativa CVM n.º 308, de 14 de março de 1999, bem como no inciso x lido item 5.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (RICAE)das empresas Eletrobras, doravante designado CAE, tem como escopo relatar as principais atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações deste órgão de assessoramento para o exercício social findo em 2020.

Frise-se que o presente relatório inova em relação ao anterior ao incluir em seu escopo as principais atividades, resultados, conclusões e recomendações do CAE para os meses de janeiro, fevereiro e março (até 18.03) do exercício iniciado em 2021, de forma a abranger o período completo de trabalhos do CAE até a análise final da publicação das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31.12.2020.

Desse modo, a partir de sua próxima edição, o relatório anual do Comitê passará a abranger não mais as atividades empreendidas no ano-calendário pregresso de 01.01 a 31.12, mas o interregno de tempo referente aos trabalhos do CAE durante todo o ciclo de acompanhamento, monitoramento e análise das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Eletrobras referentes ao exercício findo em 31.12.2021, cujo período se estenderá de abril/2021 a março/2022.

Este relatório ainda: (a)visa a atender ao artigo 9º, parágrafo único da Instrução Normativa n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, mediante apresentação do parecer do Comitê acerca das demonstrações financeiras; e (b) possui o objetivo de evidenciar a periodicidade de reuniões realizadas no exercício social de 2020 pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, além de esclarecer pontos relativos à composição e às exigências traçadas na Lei n.º 13.303/2016, daqui em diante, denominada Lei das Estatais.

2. Contextualização

O Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Eletrobras, tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Eletrobras e os Conselhos de Administração das empresas CGT-Eletrosul, Chesf, Eletronuclear, Eletropar, Eletronorte, Furnas e Amazonas GT no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior, compreendendo, mas não se limitando, a análise e emissão de recomendações sobre trabalhos de auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, supervisão, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e eficácia às decisões dos Conselhos de Administração em relação aos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Nesse sentido, o CAE exerce suas atribuições de forma unificada, mediante assessoramento aos conselhos de administração da Eletrobras e de subsidiarias, nos moldes do art. 24, inc. V, do Decreto n.º 8.945/2016, observada a legislação aplicável e as regras aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, dentre as quais, destaca-se seu Plano de Trabalho Anual.

Na 863ª reunião do CA da Eletrobras, realizada em 11/05/2020, referido colegiado aprovou a eleição do Sr. Luiz Carlos Nannini para membro do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE, para exercício do seu primeiro mandato de 2 (dois) anos, com término previsto para 11/05/2022. O Sr. Luiz Carlos Nannini tomou posse no CAE no dia 13/05/2020.

Desde então, o Comitê é composto por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) conselheiros de Administração da *holding* e 2 (dois) membros externos.

Para maiores detalhes a respeito da contextualização da instalação e composição dos trabalhos do CAE até o exercício 2019, remete-se ao item 2 do Relatório Anual Circunstanciado – exercício 2019.

3. Da composição

Cabe ao Conselho de Administração eleger, dentre os membros do Comitê, seu Coordenador. Ao Comitê, conforme mudança regimental procedida em dezembro de 2019, cabe eleger o substituto eventual do Coordenador em casos de ausências ou impedimentos temporários.

Compuseram o CAE, de janeiro/2020 a março/2021, os seguintes integrantes independentes:

Composição do CAE – exercício 2020 a março/2021

Nome	Qualidade	01/jan/20 a 10/mai/20	11/mai/20 a 18/mar/21
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha	Conselheiro independente e Coordenador do CAE	✓	✓ (primeira recondução: 18.05.2020)
Luís Henrique Bassi Almeida	Membro externo independente	✓	✓ (primeira recondução: 22.02.2021)
Felipe Villela Dias	Conselheiro independente	✓	✓
Daniel Alves Ferreira	Conselheiro independente	✓	✓
Luiz Carlos Nannini	Membro externo independente	X	✓ (início do mandato: 11.05.2020)

Importa destacar que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM n° 308 de 14/05/1999, alterada pela Instrução CVM nº 509 de 16/11/2011, bem como aos critérios de independência exigidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pela legislação norte-americana, no que são aplicáveis à Eletrobras.

4. Do Regimento Interno

O Regimento Interno do CAE permanece estruturado sob os seguintes capítulos: I -Objeto e finalidade; II - Composição, remuneração e despesas; III – Requisitos de investidura, posse e mandato; IV – Estrutura de apoio ao Comitê; V - Atribuições; VI - Reuniões; VII - Responsabilidades e deveres dos membros do Comitê; VIII - Avaliação anual de desempenho do Comitê; IX -Alteração, interpretação e publicação do RI; e X - Disposições transitórias.

Encontra-se disponível no sítio eletrônico da Eletrobras (www.eletrobras.com.br).

5. Do Plano de Trabalho

O plano de trabalho do CAE para o exercício social de 2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras por meio da Deliberação nº. 243, de 17.12.2019. Tal plano, mais uma vez,previu a finalidade de o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário assessorar os Conselhos de Administração da *holding* e das empresas Eletrobras Furnas, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGT-Eletrosul, Eletrobras Eletropar e Eletrobras Amazonas GT.

O referido Plano estabeleceu ainda: (i)regras de atuação do CAE nas controladas, incluindo-se cronograma, fluxo processual e calendário de atuação unificada perante as subsidiárias; (ii) que cada unidade técnica de apoio da *holding* deve atuar com ascendência hierárquica, na qualidade de coordenadora, em relação às unidades de apoio das controladas, com elas mantendo comunicação integrada e reportando-se diretamente ao Comitê; (iii) o envio ao CAE, pelos conselhos de administração das Subsidiárias, de modo tempestivo e por intermédio de suas respectivas secretarias de governança/gerais, das pautas de todas as reuniões a serem realizadas, de modo a possibilitar ao Comitê o acompanhamento dos assuntos deliberados e conhecidos pelos conselhos de administração das controladas, na forma do item 7.7 do Plano; e (iv) regras de fluxo processual de comunicação para demandas iniciadas no CAE, nas empresas controladas e para assessoramento aos Conselhos das subsidiárias, conforme capítulo IV.

A rotina de trabalho do Comitê, prevista na seção "Anexo", parte integrante do Plano, encontra-se dividida em dois blocos: I - Acompanhamento de temas recorrentes e integrados na *holding*; e II – Atuação Unificada do Comitê perante as Subsidiárias.

A título de evento subsequente, em dezembro de 2020, o Comitê identificou: (i) a necessidade de revisitar a periodicidade de alguns itens de acompanhamento/monitoramento, visando, em especial, à racionalização do escopo e frequência dos temas submetidos ao CAE; (ii) a necessidade de atualização de termos da minuta do Plano de Trabalho, com vistas a contemplar a subsidiária CGT-Eletrosul (em decorrência da incorporação da Eletrosul pela CGTEE) e a substituir a expressão "conselheiros" por "membros", haja vista que a composição do Comitê também passou a ser constituída por membros externos, à luz do RICAE em vigor.

Dentre as principais alterações em destaque, podem ser citadas:

- Estipulação de novos prazos e cronograma para análise e aprovação das minutas do PAINT e RAINT;
- Acompanhamento e aprovação do orçamento das áreas vinculadas ao CA da Eletrobras;
- Planejamento para avaliação e pactuação de metas dos gestores das áreas vinculadas ao CA da Eletrobras;
- Detalhamento do cronograma de reportes de Gestão de Riscos;
- Previsão de recebimento de todos os pagamentos realizados ao auditor externo no Grupo Eletrobras;
- Inclusão de item específico para acompanhar as diretrizes, objetivos e iniciativas do monitoramento estratégico;
- Previsão de periodicidade trimestral para acompanhamento da gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista;
- Previsão de periodicidade trimestral para acompanhamento das atividades e relatórios da Área de Gestão e Apuração de Denúncias;
- Inclusão de item específico para analisar o relatório de asseguração do Relatório Anual da Eletrobras; e
- Inclusão de item específico para monitorar a eficácia do sistema de controles de transações com partes relacionadas.

Os presidentes dos CAs das subsidiárias foram comunicados, por meio de carta assinada pelo Coordenador do CAE, sobre as principais mudanças implementadas no Plano, tendo o CAE solicitado sua internalização, na forma do item 7.6 do Plano e em observância ao disposto no art. 16, §1º, da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

6. Da estrutura da Secretaria de Governança

Além de receber apoio da Secretaria de Governança, cuja equipe é composta pelo Secretário de Governança (advogado), por um analista de nível superior (administrador com formação jurídica, a partir de 01.08.2019) e por uma secretária-executiva, o CAE recebe ainda suporte técnico-jurídico do Assessor do Conselho, indicado por meio da Deliberação nº. 131, de 29 de junho de 2018, o qual também presta apoio administrativo e operacional à Secretaria de Governança do Conselho no adequado exercício de suas atribuições, conforme estabelecidas no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE.

Desse modo, a estrutura de apoio ao CA, ao CAE e aos demais comitês conta hoje com 3 (três) colaboradores concursados de nível superior, sendo dois enquadrados na carreira de advogado e um na carreira de administrador, além de uma secretária-executiva.

O Secretário de Governança, Bruno Klapper Lopes, e o Assessor do Conselho, Fernando Khoury Francisco Junior, são os responsáveis por auxiliar técnica e juridicamente o Comitê, inclusive na confecção do presente relatório.

7. Da Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração da *holding* e de suas subsidiárias

A atuação profícua e proativa do Comitê proporcionou maior segurança e confiabilidade ao processo decisório dos CAs, além de otimizar o fluxo da reunião, notadamente nas matérias que envolvem riscos e análises de índole econômico-financeira.

Toda reunião do CA da *holding* possui um bloco específico dedicado ao reporte das atividades de cada comitê de assessoramento, conduzido pelo coordenador respectivo. Nesse momento, os coordenadores não somente reportam os trabalhos realizados no mês pelo comitê, como sinalizam posicionamentos e opiniões relativas a matérias de deliberação que lhe são correlatas.

Ao longo do ano-calendário de 2020 e nos meses de janeiro a março/2021, e desde sua instalação, o Comitê reportou mensalmente ao Conselho de Administração da Eletrobras o andamento de seus trabalhos, expondo opiniões e fazendo recomendações sobre diversos temas de sua competência. Quando necessário, o CAE também solicitou atuação específica do Conselho para determinados assuntos. O Comitê fez ainda recomendações e emitiu opiniões sobre temas pontuais aos Conselhos de Administração das subsidiárias. Por fim, o CAE pode solicitar a elaboração de opiniões e pareceres independentes, como de fato o fez em 2020.

Adicionalmente, conforme será melhor destacado abaixo,o CAE se reúne bianualmente com conselhos e diretorias das subsidiárias para aprofundar-se nos temas que lhes são afetos.

8. Das reuniões

O Regimento Interno, em seu item 5.1, estabelece que as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas no mínimo quatro vezes por mês, de acordo com o calendário anual aprovado, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador, para atendimento de interesse legítimo da companhia ou evitar perecimento de direito.

O plano de trabalho prevê igualmente reuniões institucionais com as subsidiárias, abarcando-se seus órgãos de administração e seu conselho fiscal.

Ao longo do exercício social de 2020, foram realizadas 63 (sessenta e três) reuniões, que contemplaram 387 itens de pauta constantes na ordem do dia, nas seguintes datas:

Reuniões em 2020	Data	Duração (horas)	Itens de Pauta
RCAE 098	07.01.2020	5,3	7
RCAE 099	14.01.2020	5,5	10
RCAE 100	22.01.2020	6,0	7
RCAE 101	28.01.2020	6,3	9
RCAE 102	04.02.2020	3,5	3
RCAE 103	11.02.2020	4,2	6
RCAE 104	14.02.2020	5,0	8
RCAE 105	20.02.2020	5,3	9
RCAE 106	03.03.2020	3,7	8
RCAE 107	10.03.2020	5,5	7
RCAE 108	17.03.2020	2,9	5
RCAE 109	24 e 27.03.2020	7,2	10
RCAE 110	30 a 31.03.2020 (reunião virtual)	n/a	1
RCAE 111	01.04.2020	4,5	7
RCAE 112	07.04.2020	5,0	9
RCAE 113	14 e 15.04.2020	6,5	11
RCAE 114	22.04.2020	4,3	9
RCAE 115	05.05.2020	4,2	5
RCAE 116	12.05.2020	5,3	5
RCAE 117	19.05.2020	4,3	7
RCAE 118	26.05.2020	7,5	10
RCAE 119	28.05.2020	1,8	3
RCAE 120	02.06.2020	9,1	5
RCAE 121	09.06.2020	9,1	11
RCAE 122	16.06.2020	8,0	8
RCAE 123	18.06.2020	3,8	3
RCAE 124	22.06.2020	9,8	13
RCAE 125	02.07.2020	8,0	5
RCAE 126	06.07.2020	4,2	8

continua

continuação

Reuniões em 2020	Data	Duração (horas)	Itens de Pauta
RCAE 127	15.07.2020	7,8	6
RCAE 128	21.07.2020	4,5	7
RCAE 129	28.07.2020	4,3	7
RCAE 130	04.08.2020	4,4	6
RCAE 131	11.08.2020	4,7	4
RCAE 132	12.08.2020	1,3	2
RCAE 133	18.08.2020	5,0	5
RCAE 134	26.08.2020	1,5	4
RCAE 135	27.08.2020	4,2	6
RCAE 136	01.09.2020	4,8	3
RCAE 137	09.09.2020	4,2	8
RCAE 138	14.09.2020	4,7	3
RCAE 139	16.09.2020	4,2	8
RCAE 140	22.09.2020	4,5	8
RCAE 141	23 a 24.09.2020 (reunião virtual)	n/a	1
RCAE 142	29.09.2020	8,5	4
RCAE 143	06.10.2020	4,7	6
RCAE 144	13.10.2020	8,3	6
RCAE 145	16.10.2020	1,8	2
RCAE 146	22.10.2020	4,8	8
RCAE 147	27.10.2020	4,0	8
RCAE 148	03.11.2020	7,7	7
RCAE 149	10.11.2020	4,1	3
RCAE 150	11.11.2020	0,7	2
RCAE 151	17.11.2020	8,2	8
RCAE 152	24.11.2020	5,7	7
RCAE 153	30.11.2020	4,2	7
RCAE 154	04.12.2020	6,8	6
RCAE 155	07.12.2020	1,8	1
RCAE 156	10.12.2020	4,5	8
RCAE 157	14.12.2020	5,9	11
RCAE 158	17 a 22.12.2020 (reunião virtual)	n/a	2
RCAE 159	23.12.2020	2,0	3
RCAE 160	26 a 28.12.2020 (reunião virtual)	n/a	1
Total	**63 reuniões**	**298,4 horas**	**387 itens de pauta**

Dentre as 63 (sessenta e três) reuniões realizadas ao longo do exercício de 2020, o Comitê se reuniu conjuntamente com:

Reunião Conjunta	2020
Os titulares das unidades de Auditoria Interna da *holding* e de suas subsidiárias, incluindo respectivos gestores	05/mai
Duas reuniões com o Conselho Fiscal da Eletrobras	24/mar e 12/mai
Duas reuniões institucionais do Comitê com as empresas Eletrobras, com presença dos respectivos CAs, CFs e Unidades Técnicas de Apoio e Diretorias afetas de cada companhia	**Eletropar** 26/mai e 16/set **Eletronorte e Amazonas GT** 02/jun e 29/set **Furnas** 09/jun e 03/nov **CGT-Eletrosul** 16/jun e 14/set **Chesf** 02/jul e 12/out **Eletronuclear** 15/jul e 17/nov

Em termos estatísticos, ao longo do exercício de 2020:

- Foram ao todo 298,4 horas de reunião, o que equivale a uma média de aproximadamente 5 horas de duração por reunião (sem contabilizar o tempo despendido nas reuniões com colheitas de votos eletrônicos);
- A média mensal de reuniões foi de aproximadamente 5,3 reuniões;
- Cada item de pauta teve duração média de cerca de 47 minutos (sem contabilizar os itens de pauta das reuniões com colheitas de votos eletrônicos);
- Cada reunião foi composta por aproximadamente 6,1 itens de pauta.

De janeiro a 18 de março de 2021 (data de publicação das demonstrações financeiras), foram realizadas 11 (onze) reuniões, que contemplaram 69 itens de pauta constantes na ordem do dia, nas seguintes datas:

Reuniões | jan a 18/mar/21	Data	Duração (horas)	Itens de Pauta
RCAE 161	13.01.2021	4,6	9
RCAE 162	19.01.2021	4,8	5
RCAE 163	26.01.2021	4,7	9
RCAE 164	02.02.2021	4,4	5
RCAE 165	10.02 a 12.02.2021	8,9	11
RCAE 166	22.02.2021	0,7	1
RCAE 167	26.02.2021	4,8	8
RCAE 168	03.03.2021	4,8	9
RCAE 169	10.03.2021	4,2	8
RCAE 170	15 e 18.03.2020	3,6	4
Total	**10 reuniões**	**45,5 horas**	**69 itens de pauta**

Durante esse período:

- Foram ao todo 45,5 horas de reunião, o que equivale a uma média de aproximadamente 4,6 horas de duração por reunião;
- A média mensal de reuniões foi de aproximadamente 4 reuniões;
- Cada item de pauta teve duração média de cerca de 40 minutos;
- Cada reunião foi composta por aproximadamente 6,9 itens de pauta.

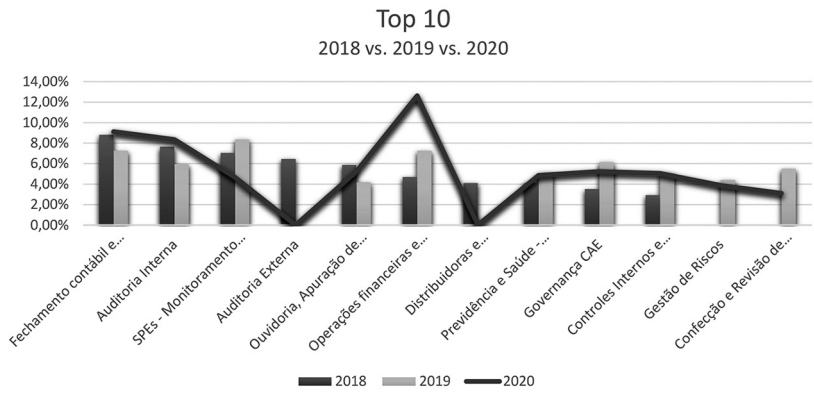
8.1 Incidência de temas em reuniões – 2020 e janeiro a março/2021

O critério para inclusão na ordem do dia dos temas objeto de reunião varia conforme a programação ordinária e as necessidades prementes constatadas pelo próprio Comitê, os temas de maior relevância e recorrência em determinado período do ano (como, por exemplo, ITRs e fechamento contábil), bem como as solicitações advindas das próprias Diretorias e Conselhos de Administração da *holding* e das subsidiárias, nesse caso, via suas respectivas Secretarias Gerais/de Governança.

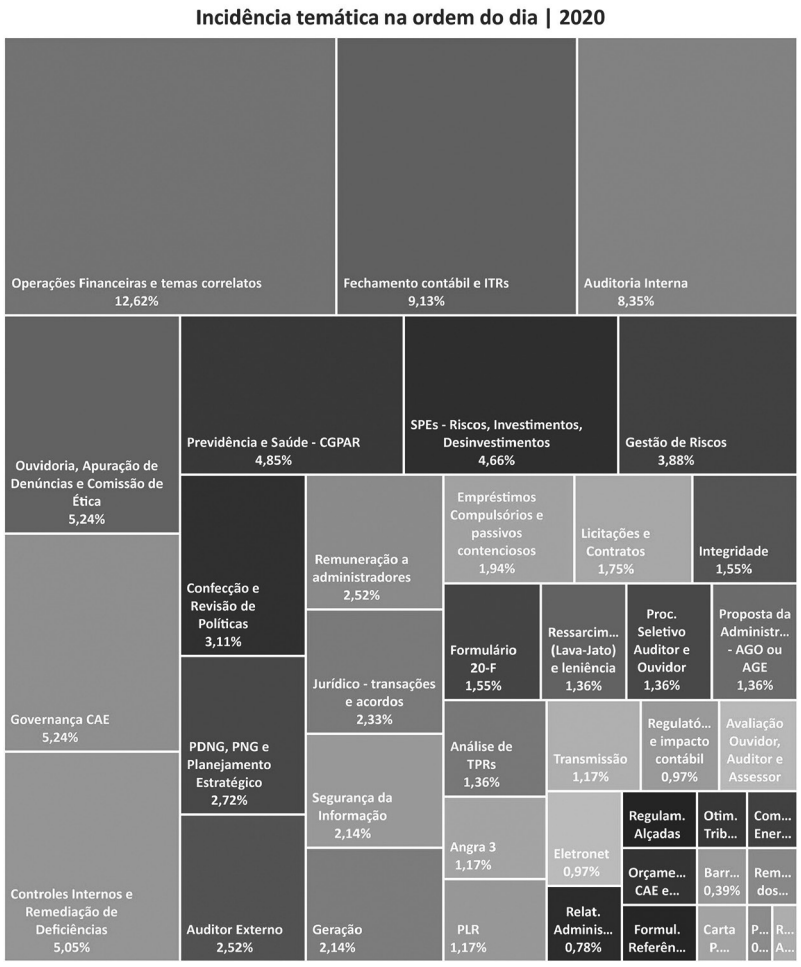
O gráfico e a tabela a seguir demonstram, em termos percentuais, os 10 (dez) itens de maior incidência nos últimos 3 (três) exercícios - 2018, 2019 e 2020:

Top 10 temas | 2018	Top 10 temas | 2019	Top 10 temas | 2020
Fechamento contábil e ITRs	SPEs - Monitoramento de Riscos, Investimentos e Desinvestimentos	Operações Financeiras e temas correlatos
Auditoria Interna	Fechamento contábil e ITRs	Fechamento contábil e ITRs
SPEs - Monitoramento de Riscos, Investimentos e Desinvestimentos	Operações financeiras e temas correlatos	Auditoria Interna
Auditoria Externa	Governança CAE	Ouvidoria, Apuração de Denúncias e Comissão de Ética

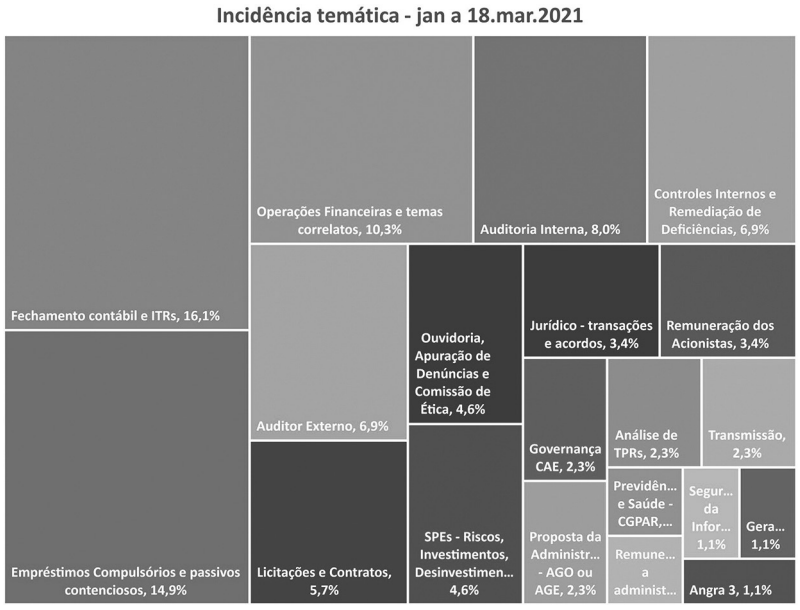
Top 10 temas | 2018	Top 10 temas | 2019	Top 10 temas | 2020
Ouvidoria, Apuração de Denúncias e Comissão de Ética	Auditoria Interna	Governança CAE
Operações financeiras e temas correlatos	Confecção e Revisão de Políticas	Controles Internos e Remediação de Deficiências
Distribuidoras e Privatização	Previdência e Saúde - CGPAR	Previdência e Saúde - CGPAR
Previdência e Saúde - CGPAR	Controles Internos e Remediação de Deficiências	SPEs - Riscos, Investimentos, Desinvestimentos
Governança CAE	Gestão de Riscos	Gestão de Riscos
Controles Internos e Remediação Deficiências	Ouvidoria, Apuração de Denúncias e Comissão de Ética	Confecção e Revisão de Políticas



O gráfico e a tabela a seguir demonstram, em termos percentuais, a incidência de temas nas reuniões do exercício de 2020:



Nos meses de janeiro a 18/março/2021, os temas monitorados pelo CAE foram:



9. Da planilha de *follow-ups*

Durante o ano de 2020, o Comitê realizou 233 (duzentas e trinta e três) demandas a diversas áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas controladas – o que equivale a uma média de aproximadamente 3,7 demandas por reunião.

De janeiro a 18/março/2021, o Comitê realizou 28 (vinte e oito) demandas a diversas áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas controladas – o que equivale a uma média de 2,5 demandas por reunião.

A Secretaria de Governança e o Assessor do Conselho de Administração são os responsáveis por realizar a gestão e o acompanhamento das demandas emanadas pelo Comitê.

continua

continuação

O Comitê, por sua vez, ao analisar a planilha de *follow-ups* e as respostas fornecidas pelas áreas, monitora as atividades e recomendações que se encontram pendentes de entrega, de cumprimento e/ou de avaliação quanto ao seu atendimento, recomendando ajustes, acréscimos e eliminações na planilha de acompanhamento, a depender das circunstâncias concretas e das necessidades constatadas.

Das demandas formuladas pelo CAE ao longo do exercício de 2020, foram consideradas concluídas pelo Comitê 95 (noventa e cinco), permanecendo em aberto 138 (cento e trinta e oito) demandas.

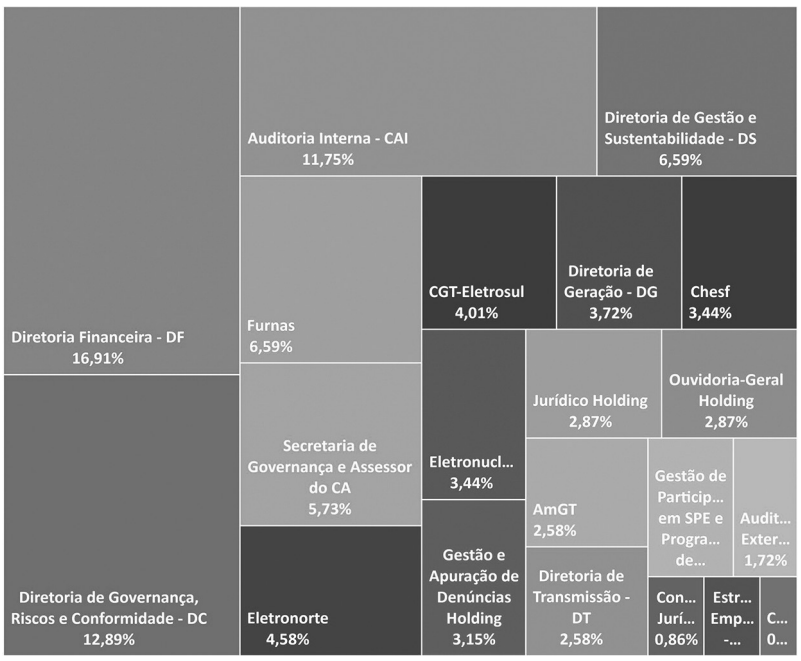
Das demandas formuladas pelo CAE de janeiro a 18/março/2021, foram consideradas concluídas pelo Comitê 7 (sete), permanecendo em aberto 21 (vinte e uma) demandas.

Consta do legado dos exercícios de 2018 e 2019 o seguinte quantitativo de demandas em aberto: 2018 – 8 (oito) demandas); e 2019 – 62 (sessenta e duas) demandas.

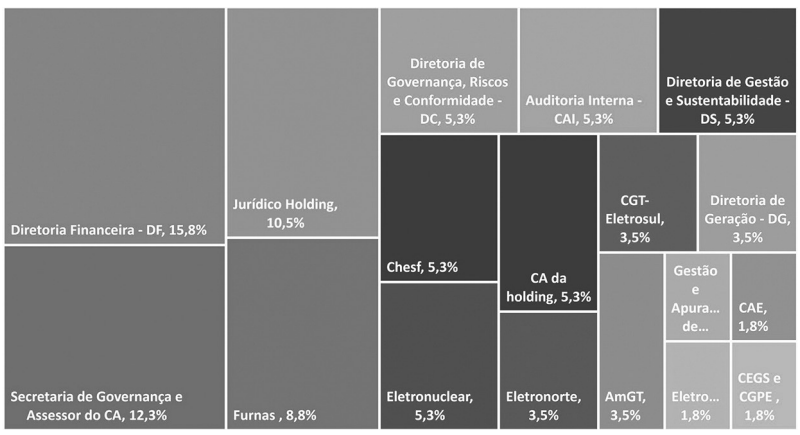
9.1 Recomendações por área da Companhia – 2020 e janeiro a 18 de março/2021

As demandas realizadas são direcionadas a uma ou mais áreas responsáveis, para seu devido atendimento. Dado o caráter multidisciplinar das atribuições do CAE e das matérias analisadas, é comum que uma demanda costume ser direcionada a mais de uma área específica, sendo uma delas a responsável direta pelo seu cumprimento e as demais por prestar o apoio necessário.

O gráfico e a tabela seguir demonstram, em termos quantitativos e percentuais, o volume de demandas distribuídas por área e empresas controladas ao longo do exercício de 2020, englobando tanto as áreas com responsabilidade direta quanto as responsáveis por prestar apoio.



O gráfico a seguir evidencia, em termos quantitativos e percentuais, o volume de demandas distribuídas por área e empresas controladas de janeiro a 18/março/2021, englobando tanto as áreas com responsabilidade direta quanto as responsáveis por prestar apoio.



10. Descritivo das Atividades e Recomendações

No exercício social de 2020 e de janeiro a 18/março/2021, o CAE deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados a operações financeiras, fechamento contábil, elaboração de demonstrações financeiras anual e trimestrais, contingências e passivos contenciosos, SPEs, auditoria interna, ouvidoria e apuração de denúncias, gestão de riscos, controles internos, segurança da informação, conformidade e integridade, revisão de políticas e normativos, formulação do plano estratégico (PDNG) e decisões de alocação de capital, bem como atuou em diversas frentes relevantes para Companhia sob a ótica do risco.

Abaixo, seguem elencadas as principais atividades, recomendações e resultados do Comitê no exercício de 2020 e no período de janeiro a 18/março/2021:

i. Discussões e manifestação opinativa sobre informações trimestrais e demonstrações financeiras – exercício social 2020 (1ITR, 2ITR, 3ITR e DFs)

Realizou reuniões sobre o tema com o auditor externo (PwC) e time interno de contabilidade e planejamento, bem como emitiu recomendações sobre classificações de riscos atribuídas, premissas e cronograma para os testes de *impairment* e redação das notas explicativas.

CAE acompanhou detalhamento de premissas e variáveis atuariais relevantes, com apresentação realizada pelo atuário junto à equipe contábil-financeira da Eletrobras.

O Comitê recomendou também sugestões de melhorias na apresentação de resultado ao mercado, para fins de maior objetividade e utilidade por parte do usuário das demonstrações.

Em março/2021, o Comitê recebeu reporte sobre: (i) o cenário técnico referente à avaliação atuarial e premissas, contemplando abordagem específica sobre as normas internacionais de contabilidade IAS-19 – CPC 33, bem como panorama dos benefícios pós-emprego e obrigações de longo prazo; (ii) as principais diferenças existentes entre a abordagem da Previc (EFPC) x CPC 33 (patrocinadora); (ii) a metodologia de cálculo do passivo, dos ativos financeiros e dos resultados; (iii) as premissas adotadas pela Previc x CPC 33; (iv) aspectos relevantes relacionados à taxa de desconto e aos lançamentos contábeis; e (v) a posição consolidada da avaliação atuarial do Grupo Eletrobras no exercício de 2020, bem como a posição individualizada nas empresas Eletrobras, por plano.

No dia 10 de março de 2021, o Comitê opinou por recomendar à Diretoria Financeira da Eletrobras que a previsão de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2020 fosse transferida para o dia 15.03.2021. Como consequência, o colegiado também recomendou aos órgãos de governança da Eletrobras (Diretoria Executiva, o próprio CAE, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) que a deliberação sobre a matéria ocorra na mesma data.

Nos dias 15 e 18 de março de 2021, foi realizada a RCAE 170. No dia 15.03, à luz do reporte do auditor externo e da Diretoria Financeira da Eletrobras, restou alinhado que a publicação das demonstrações financeiras – exercício social 2020 teria sua data alterada de 15.03.2021 para 19.03.2021, após o fechamento do pregão, em virtude da complexidade de demandas adicionais de auditoria surgidas no decorrer dos trabalhos – o que envolveria a consolidação de diversas controladas, participação em coligadas e em sociedades de propósito específico. No dia 18.03, o Comitê opinou de forma final sobre as demonstrações financeiras.

ii. Planejamento e antecipação do cronograma para publicação do fechamento contábil

Com vistas a não comprometer os trabalhos de fechamento contábil, acompanhou temas sensíveis e o status de envio das informações contábeis pelas subsidiárias à *holding*.

iii. Empréstimos compulsórios e contingências jurídicas

Realizou acompanhamento periódico sobre gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista.

Tomou conhecimento dos procedimentos estabelecidos por meio da Resolução RES-902/2019 da Diretoria Executiva da *holding* para atuação jurídica contenciosa das empresas Eletrobras em ações trabalhistas, bem como do critério fixado para uniformização de provisionamento, tendo recomendado sugestões de melhoria.

No que toca aos empréstimos compulsórios, deu continuidade ao enfoque no potencial impacto financeiro, na assertividade das projeções e estimativas de gastos entre o que foi provisionado no balanço e o que foi efetivamente desembolsado e na evolução da sanitização da base de dados.

Recomendou sugestões de melhoria à minuta de procedimento padronizado sobre contingências judiciais e administrativas no âmbito das empresas do sistema Eletrobras, bem como à minuta do normativo interno da Eletrobras para celebração de acordos judiciais e extrajudiciais.

Em outubro/2020, diante de ofício do Ministério Público Federal – MPF tratando de ação de empréstimo compulsório que tramita em São Paulo, solicitou: (1) à Auditoria Interna da Eletrobras a realização de trabalho de auditoria especial com o objetivo de levantar, por meio de amostragem e parametrização, a existência de casos envolvendo a correção monetária de valores recolhidos a título de empréstimo compulsório em que a Eletrobras tenha porventura concordado em pagar montante superior ao pedido inicial da exequente; e (2) à Gestão e Apuração de Denúncias da Eletrobras, a análise do processo decisório da Eletrobras no processos correlatos. Em 2021, o resultado dos trabalhos foi reportado ao CAE, que atualizou o MPF sobre dos dados atualizados dos trabalhos concluídos, frisando as oportunidades de melhorias encontradas e a inexistência de indícios de irregularidades dolosas nos casos analisados.

No exercício, o Comitê identificou dois *triggers* relativos à contabilização de contingências de Furnas. No 3ITR20, o Comitê identificou lançamento de Furnas que visava reverter provisões relativas a causas que contassem com depósitos judiciais. Adicionalmente, o fechamento de um acordo para encerramento de causa relevante movida pela Light, e que vinha classificada como causa possível. Em resposta a tais eventos, o CAE (1) solicitou a retificação do ajuste referente à reversão indevida de provisão para contingências no 3ITR20; (2) determinou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras a contratação de especialista externo independente para realização de serviço de *due diligence* nos procedimentos de contabilização de contingências judiciais da subsidiária, com vistas a se obter confirmação independente dos valores a serem provisionados em 31.12.2020 como prováveis, decorrentes de causas cíveis, tributárias ou trabalhistas da subsidiária; e (3) recomendou a Furnas a reversão da alteração executada nos Procedimentos de Contingenciamento, acerca do tratamento dos depósitos judiciais. .

O *due diligence* foi realizado pelo escritório TozziniFreire e, à luz dos achados, houve envolvimento da *holding*, através dos seus departamentos jurídico, contábil e de conformidade, além da Auditoria Interna de Furnas, sendo posteriormente compartilhado com os auditores externos.

Em janeiro/2021, o CAE solicitou à Auditoria Interna que dedicasse, no âmbito do trabalho de "Gestão do Contencioso" em andamento, atenção especial na análise de perda de prazos de ações que tenham sido objeto de condenação superior a R$ 100 milhões, incluindo o processo da Gerdau e da Light (Furnas).

Em janeiro/2021, o Comitê recomendou à Superintendência Jurídica e à Diretoria Financeira da Eletrobras que, conjuntamente, realizassem mapeamento do universo de demandas judiciais em face da Eletrobras para, a partir desse levantamento, desenvolver trabalho multifatorial de revisão metodológica do mecanismo de classificação de contingências e de mapeamento dos riscos aptos a afetar os graus de probabilidades e de classificação das contingências.

O CAE também propôs ao Conselho de Administração da Eletrobras: (1) que avaliasse solicitar à gestão eventual necessidade de robustecimento de H/H da área jurídica e de empréstimo compulsório da Eletrobras; e (2) que avaliasse recomendar à gestão a adoção de medidas de aprimoramento de controles internos afetos ao tema de contingências jurídicas e de empréstimo compulsório.

Por fim, o CAE recomendou que a gestão da Companhia elabore estudos históricos acerca da utilização de recursos oriundos do empréstimo compulsório.

iv. Jurídico – transações e acordos

Assessorou os CAs da *holding* e controladas, emitindo recomendações acerca da celebração de acordos judiciais e análise de parâmetros visando ao encerramento de processos judiciais relevantes.

Reiterou a necessidade de que os acordos celebrados respeitassem os ditames do Regulamento de Alçadas das empresas Eletrobras, bem como da Política de Acordos.

v. Pleitos ressarcitórios oriundos da Operação Lava-Jato – Coordenação centralizada pela *holding*

Acompanhou as iniciativas ressarcitórias pelos danos já reconhecidos em sede criminal e em acordos de leniência decorrentes da Operação Lava-Jato.

vi. Operações financeiras das empresas Eletrobras. Financiamentos e emissão de títulos e valores mobiliários pelas subsidiárias

Acompanhou e analisou a propostas de operações financeiras das empresas Eletrobras.

Em assessoramento aos CAs das empresas Eletrobras, acompanhou e analisou propostas de financiamentos e emissão de títulos e valores mobiliários pelas subsidiárias, bem como opinou e recomendou sugestões de melhoria sobre o tema.

O CAE reiterou a importância de as subsidiárias identificarem projetos elegíveis à emissão de debêntures incentivadas, bem como a relevância de serem estudadas e propostas alternativas para a obtenção de financiamentos a custos mais condizentes com o cenário atual do mercado, em substituição aos financiamentos vigentes.

Por meio de carta dirigida aos CAs das subsidiárias, sugeriu melhorias ao processo de emissão de títulos e valores mobiliários, com vistas a contribuir para os processos decisórios dos administradores.

O CAE recomendou ainda à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras que avaliasse a pertinência de propor à Diretoria Executiva da Eletrobras a inclusão, nos critérios atualmente previstos para análise de integridade nas empresas Eletrobras, da obrigatoriedade de realização de avaliação de integridade de fornecedores de serviços financeiros.

vii. Emissão de bônus no mercado internacional pela Eletrobras

Acompanhou e analisou o *Offering Memorandum* referente à emissão de *bonds* no mercado internacional pela Eletrobras.

viii. Concessão de empréstimos e garantias intragrupo a controladas e coligadas

Assessorou o CA da Eletrobras e das subsidiárias em matérias de concessão de empréstimos e garantias intragrupo, incluindo standstill proposto pelo BNDES para dívidas corporativas e de SPEs, em decorrência da pandemia do COVID.

Reiterou: (1) a importância e a urgência de se criar e implementar política de cobrança por garantias oferecidas a controladas e coligadas; e (2) a importância de a Companhia buscar implementar *liability management* que proporcione uma gestão consolidada das dívidas e a troca de dívidas mais caras.

ix. Auditor Externo

Realizou reuniões com o auditor externo, com enfoque no plano de trabalho anual, cronograma de implementação, demonstrações financeiras trimestrais e anual e monitoramento dos *gaps* SOx.

Em janeiro de 2021, emitiu opinião ao CA da Eletrobras sobre o prazo de prorrogação do contrato de prestação de serviços de auditoria independente pela *Pricewaterhousecoopers – PwC* às empresas Eletrobras.

x. Projeto de otimização tributária

Acompanhou o projeto de otimização tributária e das principais oportunidades em implementação, bem como emissão de recomendações qualitativas.

xi. Relatório da Administração Proposta da Administração – 60ª AGO

Analisou e emitiu recomendações de melhoria ao Relatório da Administração e à Proposta da Administração relativa à 60ª Assembleia Geral Ordinária.

xii. Remuneração aos acionistas

Em janeiro/2021, assessorou o CA da Eletrobras no que toca à autorização para pagamento de reserva especial de dividendos.

continua

continuação

Em março/2021, o Comitê analisou a proposta de distribuição dos resultados do exercício de 2020 e dos lucros acumulados.

xiii. Monitoramento de fatores de risco afetos a controles internos/GAPS SOx

Monitorou os fatores de risco afetos a controles internos/GAPS SOx, bem como realizou reuniões sobre o tema com o auditor externo e com as equipes internas da *holding* e das controladas, com enfoque nas principais deficiências identificadas, status dos planos de ação e medidas de remediação, bem como emissão de recomendações qualitativas de aprimoramento nos relatórios e apresentações sobre o tema.

Acompanhou e propôs aprimoramentos de práticas de controles internos à Eletrobras e às suas subsidiárias.

Reuniu-se com Diretorias da Eletrobras com vistas a tratar da implementação dos planos de ação sob sua responsabilidade.

Em janeiro/2021, o CAE reuniu-se com os gestores responsáveis do Centro de Serviços Compartilhados – CSC e da área de controles internos da Eletronuclear para tratar de pontos de atenção de controles internos – Certificação SOx, em especial: (i) atenção aos prazos para atendimento às solicitações de documentações e esclarecimentos relativos ao segundo ciclo de testes da administração, iniciados no final de 2020, e aos testes do auditor independente (PwC), notadamente no que toca às solicitações feitas pelo sistema Connect; (ii) identificar, dentre os controles ineficazes, aqueles que ainda podem ser remediados para a certificação de 2020, bem como em providenciar a documentação e os esclarecimentos necessários para evidenciar essas remediações; e (iii) prover, de forma tempestiva, a documentação de IPE e os controles conforme definido nas MOC.

Nesse mesmo mês, o CAE emitiu carta aos CAs das empresas Eletrobras, com vistas a reforçar a necessidade de atenção aos prazos para atendimento às solicitações de documentações e esclarecimentos relativos ao segundo ciclo de testes da administração, iniciados no final de 2020, e os testes do auditor independente (PwC), principalmente às solicitações feitas pelo sistema Connect.

xiv. Principais riscos associados aos maiores projetos de SPEs

Acompanhou e propôs melhorias relacionadas aos reportes periódicos sobre os principais riscos associados aos maiores projetos de SPEs, incluindo os principais pontos de atenção de cada uma das SPEs, bem como seus indicadores, consolidação dos principais riscos apurados, exposição ao fator de risco considerando *heat map* atualizado, TIR e *valuation* ajustados pelo evento de risco, os principais impactos decorrentes e as ações de gestão relacionadas aos riscos críticos.

xv. Leilão de Transmissão n.º 01/2020

Juntamente com o Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade – CEGS, acompanhou aspectos pontuais relacionados à Taxa Mínima de Atratividade – TMA, ao risco-retorno, especificidades de cada lote, efetiva capacidade de potencial redução de CAPEX e possíveis vantagens competitivas do Grupo Eletrobras.

Recomendou melhorias qualitativas à instrução do material perante o Conselho de Administração da Eletrobras.

xvi. Nível de execução do índice de manutenção do segmento de transmissão

O CAE acompanhou junto às subsidiárias o panorama do nível de execução do índice de manutenção do segmento de transmissão, tendo reiterado que as controladas adotassem a padronização e os protocolos definidos pela Diretoria de Transmissão da *holding*.

xvii. Investimentos e Desinvestimentos em SPEs

Acompanhou e emitiu recomendações às iniciativas de investimento e desinvestimento em SPEs remanescentes.

Em janeiro/2021, assessorou CA de subsidiária sobre processo de realavancagem de SPE. O Comitê recomendou que a matéria fosse instruída com análise de sensibilidade do fluxo de caixa diante dos potenciais cenários de contingência e de potenciais impactos (redução de RAP) advindos de futuras revisões tarifárias, a ponto de comprometer o ICSD.

Adicionalmente, o Comitê destacou os seguintes pontos de atenção para reflexão do Conselho de Administração da subsidiária no processo de tomada de decisão:

(1) Diante da inexistência de um normativo de práticas de realavancagem de SPEs nas empresas Eletrobras, o órgão colegiado deveria analisar se a maximização de valor deveria se dar no nível da SPE ou no nível da controlada;

(2) Refletir se o aumento de risco e de taxa de juros da proposta de fato levariam a um aumento de valor para a SPE.

xviii. Reformulação do processo de monitoramento e análise de iniciativas de investimento

Solicitou apresentação ao colegiado sobre a dinâmica de processo de monitoramento e análise de iniciativas de investimento no âmbito do Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras – CISE, bem como reiterou atualização sobre a demanda formulada pelo CAE quanto à reformulação do processo atualmente existente de identificação de iniciativas e oportunidades de investimento do Grupo Eletrobras, com vistas a aprimorar análises futuras e a propiciar tomadas de decisão mais eficientes quanto à alocação de capital, mediante reestruturação do papel do Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras – CISE.

Em janeiro/2021, o CAE propôs ao Conselho de Administração da Eletrobras que avaliasse recomendar à gestão da Eletrobras a reformulação do Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras – CISE e do processo atualmente existente de identificação de iniciativas e oportunidades de investimento do Grupo Eletrobras.

xix. Monitoramento físico e financeiro detalhado das obras e dos projetos

Acompanhou e propôs melhorias qualitativas nos reportes sobre o monitoramento físico e financeiro detalhado das obras e dos projetos mais relevantes em andamento no âmbito das empresas Eletrobras.

Deu continuidade ao zelo pela governança do processo de investimento, alertando as controladas que todas as iniciativas de investimento para participação em leilão por parte das subsidiárias da Companhia – quer as em curso, quer as futuras – contemplem em seu fluxo de governança a tempestiva comunicação e interação com as áreas coordenadoras da *holding* (DF, DG, DT, CISE etc.) e as Secretarias Geral e de Governança, devendo o Comitê de Auditoria, enquanto órgão de assessoramento aos Conselhos de Administração das controladas, ser instado a se manifestar previamente à submissão das propostas de investimento aos CAs das subsidiárias, respeitada o Regulamento de Alçadas das Empresas Eletrobras, que estabelece parâmetros para que iniciativas de investimento das controladas sejam objeto de prévio aval da *Holding*.

xx. Trabalhos e reportes da auditoria interna

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios e reportes de auditoria da Eletrobras e de suas subsidiárias.

Reuniu-se com gestores e titulares das unidades de auditoria interna do Grupo Eletrobras. Recomentou às Auditorias Internas do Grupo Eletrobras que fornecessem a devida visibilidade aos respetivos CAs de eventual necessidade de H/H, estruturação e capacitação da equipe, devidamente fundamentada em estudos e *benchmarking*.

O CAE acompanhou também as principais demandas dos órgãos de controle, tendo recomendado sugestões de melhoria.

CAE recomendou: (1) melhorias à minuta do Regulamento das Auditorias Internas do Grupo Eletrobras; (2) que o próximo trabalho de auditoria interna relacionado à gestão socioambiental de empreendimentos contemple em seu escopo abordagem específica sobre o eventual recrudescimento dos potenciais passivos ambientais não identificados nos empreendimentos das empresas Eletrobras.

xxi. Análise dos RAINTs 2019

Analisou, recomendou sugestões substanciais de aprimoramento e opinou aos Conselhos de Administração das empresas Eletrobras *holding*, Eletropar, Furnas, Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Amazonas GT e CGT-Eletrosul pela aprovação dos RAINTs 2019. Em relação às subsidiárias Furnas, Eletronorte, Eletronuclear e Amazonas GT, os RAINTs 2019 foram aprovados com ressalvas.

O CAE recomendou que a Auditoria Interna da Eletrobras coordenasse a implementação de mudança e aprimoramento do procedimento e do cronograma dos PAINTs e do RAINTs das empresas Eletrobras, já em seu próximo ciclo. Na opinião do CAE, os PAINTs devem ser aprovados após a elaboração e aprovação dos RAINTs, momento no qual já é proporcionada uma maior visibilidade das fragilidades identificadas no exercício findo.

O CAE recomendou a contabilização da hora dos gestores nos respectivos RAINTs, bem como a necessidade de se realizar estudo qualiquantitativo das unidades de auditoria interna da Eletrobras, com vistas à adequada aferição e visibilidade do Homem-Hora de casa subsidiária.

xxii. Reprogramação PAINTs 2020. Análise dos PAINTs 2021

Durante o exercício, sobretudo devido aos impactos da pandemia do COVID, o CAE analisou a revisão dos PAINTs 2020 das empresas Eletrobras e a reprogramação de determinados trabalhos de Auditoria Interna para o exercício de 2021. Nesse contexto, o Comitê solicitou que a matéria fosse reinstruída com o nível de criticidade dos trabalhos de auditoria, bem como priorizasse a execução no exercício de 2020 dos trabalhos classificados como de maior criticidade, salvo justificativa idônea.

Nesse exercício, a Eletrobras implementou, por recomendação do CAE uma mudança nos fluxos de aprovação do RAINT e PAINT, no sentido de analisar ambos os documentos conjuntamente. Dessa forma, o plano do ano seguinte considera os trabalhos do ano anterior, inclusive no que tange a eventuais saldos de trabalhos a serem finalizados no novo exercício. O resultado é um PAINT mais sólido e aderente às necessidades das empresas Eletrobras.

No mês de novembro/2020, o CAE recepcionou a minuta preliminar de PAINT (matriz e da seleção de trabalhos de auditoria para o exercício de 2021) que seria encaminhada à CGU para comentários. O CAE ressaltou a relevância de os trabalhos compartilhados conduzirem a uma redução geral de HH entre as auditorias internas do Grupo Eletrobras, bem como a necessidade de a área refletir sobre a adoção de pesos diferenciados, no lugar de média aritmética simples, para serem atrelados aos inputs de riscos e de criticidade relacionados a processos de negócios e objetos auditáveis.

Após apresentação da minuta preliminar dos PAINTs, o Comitê recomendou que a versão final do PAINT 2021 da Eletrobras contemplasse trabalho de auditoria específico sobre Transações com Partes Relacionadas - TPRs, com enfoque no sistema de controles e nas transações com partes relacionadas externas.

Nos meses de janeiro e fevereiro/2021, o CAE analisou, recomendou sugestões substanciais de aprimoramento e opinou aos Conselhos de Administração das empresas Eletrobras *holding*, Furnas, Eletronuclear, Eletronorte, Chesf, Amazonas GT e CGT-Eletrosul pela aprovação dos PAINTs 2021.

Recomendou ainda que os PAINTs da Eletrobras e de suas subsidiárias, antes de sua apreciação final pelo CAE, fossem reestruturados, de modo a contemplar aprimoramentos específicos.

Na manifestação final do Comitê que opinou pela aprovação, o CAE sinalizou aos CAs, no tocante ao sistema de governança do processo decisório, bem como do fluxo de planejamento e execução dos PAINTs, os seguintes pontos de atenção:

(1) Considerando que compete ao CA aprovar a integralidade do orçamento de sua área de auditoria, recomendou-se que tal colegiado atente-se para a análise de adequação da proposta orçamentária contemplada no PAINT 2021, com especial atenção ao orçamento de homem/hora (H/H) em face das atividades de auditoria mapeadas e do orçamento de treinamento em razão das demandas de capacitação verificadas;

(2) Atentar para eventuais insuficiências do quadro, de modo a repor eventuais perdas de quadros da unidade ou com adequada compensação mediante aplicação de medidas incentivadoras de produtividade (como ferramentas tecnológicas) ou redução de escopo de trabalhos de menor criticidade.

À luz da informações prestadas pela Auditoria Interna, que relatou que o exercício de 2020 foi encerrado com a média de 23 horas de treinamento por auditor – valor esse abaixo do mínimo de 40 horas por auditor, conforme recomendado pela CGU, e inferior às 75 horas por auditor previstas no PAINT da Companhia, o Comitê reiterou a necessidade de serem assegurados os recursos necessários para atendimento pela Auditoria Interna da Eletrobras da carga-horária mínima de treinamentos recomendada pela CGU, tendo solicitado às Diretorias de Gestão e Sustentabilidade – DS e Diretoria Financeira – DF o que se segue, cada qual em seu âmbito de atuação:

(1) DS e DF: esclarecer ao CAE os principais pontos que culminaram na não disponibilização de recursos para a realização de treinamentos pela Auditoria Interna da Eletrobras e o atendimento da carga-horária mínima de treinamentos pela área, conforme programadas no PAINT 2020;

(2) DS - Unise: apresentar proposta de mitigação dos impactos resultantes do não atendimento dos treinamentos planejados pela Auditoria Interna da Eletrobras em 2020, realizando interação com a CAI para atendimento à demanda; e

(3) DF: promover os melhores esforços para a viabilização dos recursos necessários para implementação da proposta de planejamento dos treinamentos das áreas vinculadas ao CA Eletrobras, realizando interação com a UNISE para o adequado atendimento da demanda. O CAE reiterou a necessidade de submissão ao CAE e ao CA da Eletrobras de qualquer proposta de contingenciamento orçamentário das áreas vinculadas ao CA da Eletrobras.

xxiii. Deflator de RVA e PLR – não atendimento de recomendações da Auditoria Interna

Acompanhou a implementação de deflator da Remuneração Variável – RVA e da Participação nos Lucros/Resultados atrelado ao grau de não atendimento das recomendações da auditoria interna, conforme recomendação do CAE e acolhido pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 28.10.2019.

xxiv. Processo Seletivo Auditor Interno e Ouvidor-Geral - subsidiárias

Opinou, quando provocado, sobre indicações realizadas para ocupação do cargo de titular de unidade de Auditoria Interna e Ouvidoria-Geral das controladas, mediante análise curricular do indicado, opinião do Diretor-Presidente responsável pela indicação e opinião da Auditoria Interna e Ouvidoria-Geral da *holding*.

xxv. Recondução Ouvidor-Geral - Eletrobras

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, opinou favoravelmente à recondução de profissional da Eletrobras no cargo de Ouvidora-Geral da Companhia. Em março/2021, o CAE aquieceu à assunção do cargo de forma interina por Rafael Alves Maia, tendo em vista a seleção da Ouvidora-Geral para o cargo de Superintendente de Governança e Conformidade da Eletrobras. O processo seletivo para substituição definitiva do titular da Ouvidoria-Geral será iniciado nos próximos meses.

xxvi. Trabalhos e reportes da Ouvidoria, Canal de denúncias e Comitê do Sistema de Integridade – CSI

Acompanhou o andamento dos protocolos de denúncia e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos aos trabalhos e reportes periódicos da Ouvidoria, Canal de denúncias e Comitê do Sistema de Integridade – CSI.

Solicitou à Ouvidoria-Geral da Eletrobras a implementação de fluxo unificado que possibilitasse a utilização dos canais de Ouvidoria para recebimento de demandas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, bem como a adoção de procedimentos necessários para resposta ao manifestante.

Monitorou a evolução do endereçamento das demandas dirigidas ao Comitê de Sistema de Integridade – CSI.

Reiterou: (1) a necessidade de haver efetividade e materialidade da aplicação, no âmbito das empresas Eletrobras, da política de consequências aos responsáveis por eventuais desvios, sobretudo nos protocolos de denúncias julgados procedentes; (2) a necessidade de inclusão, nos reportes periódicos, do balanço consolidado dos dados de sanções aplicadas no Grupo e por empresa, incluindo demissões, suspensões, censura e similares.

xxvii. Reporte da Comissão de Ética

Acompanhou os trabalhos da Comissão de Ética.

xxviii. Gestão e Apuração de Denúncias

Acompanhou os trabalhos e relatórios de gestão e apuração de denúncias, inclusive de Prioridade 1 e de fluxo de Alta Hierarquia, tendo emitido recomendações de melhoria e opinião sobre propostas de encerramentos de protocolos.

Acompanhou os achados de Relatórios de Apuração que apontavam para infrações e responsabilizações dos responsáveis nas empresas Eletrobras, incluindo, quando cabível, medidas de afastamento de empregados.

Recomendou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras que o relatório trimestral de integridade fosse reformulado, de modo a contemplar, dentre outros, as medidas que vêm sendo implementadas na gestão de consequências e os planos de ação para avançar no nível do modelo de maturidade correcional.

Em dezembro/2020, em assessoramento ao CA da Eletrobras, manifestou-se favoravelmente à alteração da subordinação da área de gestão e apuração de denúncias – até então vinculada ao CA da *holding* – para a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC.

xxix. SPE de subsidiária

O Comitê recomendou à administração de subsidiária a adoção de providências necessárias tendentes à apuração de responsabilidades e consequências de administradores, ex-administradores da controlada e da SPE e aos sócios envolvidos, vis-à-vis o histórico de destruição do valor da SPE e achados e apontamentos realizados pelo TCU.

xxx. Trabalhos e reportes da área de gestão de riscos

Em 2020, o Comitê evoluiu na reestruturação e maior clareza do ciclo de gestão de riscos, com especial atenção aos seus pontos de contato com o CAE e com o Conselho de Administração.

continua

continuação

Acompanhou e propôs aprimoramentos de práticas de gestão de riscos à Eletrobras e às suas subsidiárias, tais como a necessidade de maior: (1) objetividade e assertividade dos planos de ação (definição e monitoramento), com inclusão dos comentários dinâmicos nos relatórios trimestrais, sobretudo via sumário executivo, de modo a demonstrar os acontecimentos que impactam a variação da exposição ao risco e a evidenciar a evolução identificada na gestão do risco e no negócio subjacente; (2) evolução na discussão do apetite e da mensuração das dimensões do risco; (3) convergência entre a *holding* e as controladas; e (iv) impacto na primeira linha de defesa, inclusive nos processos decisórios.

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios trimestrais e relatório anual (exercício 2019) da área de gestão de riscos, tais como: (1) a inclusão dos destaques das movimentações e acontecimentos que impactaram a variação da exposição ao risco no período; (2) os diálogos e validações pela gestão acerca do grau de exposição dos eventos de risco; (3) evidenciar fotografia atualizada e o momento atual do ciclo e dos pontos de contato com o CAE, com os demais Comitês de assessoramento e com o Conselho de Administração da Eletrobras ao longo do exercício, tanto no monitoramento quanto na revisão e priorização da matriz; e (4) reflexão da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC junto à Diretoria Financeira – DF acerca de sua percepção quanto à exposição do evento de risco "Demonstrações Contábeis e Financeiras", sobretudo à luz dos controles que têm sido objeto de levantamento e de tentativa de remediação.

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, manifestou opinião sobre: (1) a abordagem prática de apetite a riscos das Empresas Eletrobras; (2) a proposta de matriz de riscos corporativos e de identificação e priorização de riscos nas Empresas Eletrobras - Ciclo 2020-2021. Neste ponto, realizou sugestões qualitativas de melhoria substanciais, inclusive de inclusão na priorização de riscos do ciclo 2020-201 dos eventos de riscos "Gestão das Demonstrações Financeiras e gaps de controles internos" e "Segurança da Informação", além de alocação do evento de risco "Mudanças Climáticas" no "Pilar Negocial", e não no "Pilar Operacional".

Reiterou aos CAs das subsidiárias: (a) o papel do CA na propriedade da gestão dos riscos da Companhia, na sua priorização e na decisão sobre a estratégia adotada para tratar cada risco de acordo com o grau de apetite ao risco da empresa; (b) a relevância de as áreas de gestão de riscos das subsidiárias interagirem com a área coordenadora da *holding* com vistas a se inteirar das mudanças previstas no processo de revisão da Política de Gestão de Riscos, de modo a possibilitar a harmonização do *heat map*, das premissas de classificação e da régua de impacto entre as empresas Eletrobras.

Sugeriu à Eletrobras e às subsidiárias a reflexão sobre a incorporação da gestão de riscos no processo decisório da primeira linha de defesa. Na percepção do CAE, é necessária ponderação quanto à necessidade de algumas decisões de Diretoria e Conselho serem acompanhadas de parecer da área de gestão de riscos, evidenciando os potenciais impactos.

Em relação ao fator de risco "Mudanças Climáticas", o Comitê recomendou reflexão e alinhamento quanto à probabilidade associada ao referido fator de risco, haja vista a adesão da Eletrobras ao *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). Na percepção do Comitê, a probabilidade associada à mudança climática deveria ser alta, devendo o tema ser debatido e alinhando entre a *holding* e as demais empresas do Grupo.

Recomendou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras a revisão da metodologia de atualização da cadeia de valor e dos respectivos processos.

xxxi. Segurança de barragens

No âmbito dos reportes trimestrais dos trabalhos de gestão de riscos e nas reuniões com as controladas, monitorou questões afetas à segurança de barragens.

Acompanhou a construção da Política de Segurança de Barragens das empresas Eletrobras e reconheceu a evolução qualitativa no documento à luz das sugestões e recomendações de melhoria do CAE, sobretudo no que tange a uma menor dependência dos requerimentos regulatórios e maior ênfase na governança e independência das análises. Em assessoramento ao CA da Eletrobras, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Em todas as reuniões com subsidiárias, o Comitê ressaltou a importância da implementação da política nos empreendimentos corporativos e de empregar os melhores esforços para que controladas e coligadas também o façam.

xxxii. Trabalhos e reportes de integridade

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos e relatórios trimestrais de integridade.

Acompanhou e propôs aprimoramentos de práticas de integridade à Eletrobras e às suas subsidiárias, e no próprio relatório.

Solicitou à Auditoria Interna que incluísse, no Relatório de Auditoria Interna n.º 04/2020 – Gestão de Integridade, recomendação assertiva para que os normativos e procedimentos internos da Eletrobras fossem modificados e revisados, de modo restar previsto que infrações éticas sejam acompanhadas não apenas de apuração ética, mas também de apuração administrativa, com gestão e aplicação efetiva das consequências cabíveis.

Recomendou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras: (i) que o relatório trimestral de integridade fosse reformulado, de modo a contemplar, dentre outros, as medidas que vêm sendo implementadas na gestão de consequências e os planos de ação para avançar no nível do modelo de maturidade correcional; (ii) que avaliasse a pertinência de propor à Diretoria Executiva da Eletrobras a inclusão, nos critérios atualmente previstos para análise de integridade nas empresas Eletrobras, da obrigatoriedade de realização de avaliação de integridade de fornecedores de serviços financeiros.

xxxiii. Trabalhos e reportes de segurança da informação

Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos e relatórios trimestrais de segurança da informação.

O CAE enviou carta aos CAs das subsidiárias alertando sobre a necessidade de adequação imediata à formalização de estrutura adequada de Segurança da Informação, a não-revisão (atualização, padronização, formalização e/ou testes periódicos) dos planos de contingência e a necessidade de estabelecimento de cronograma que contemplasse medidas mais imediatas e efetivas com vistas a mitigar possíveis consequências advindas do fim do suporte do Windows 7.

Recebeu atualização da Eletronuclear quanto às medidas visando ao endereçamento das recomendações da Auditoria Interna da Eletronuclear relacionadas à TI. O tema foi oriundo de recomendação do CAE, realizada em 2019, para que a subsidiária confeccionasse nota técnica esclarecendo como seriam passíveis de serem endereçadas conjuntamente a adoção do Plano de Segurança da Informação das empresas Eletrobras e as recomendações da Auditoria Interna da subsidiária relacionadas à TI. A Eletronuclear, posteriormente, notificou o Comitê do atendimento das recomendações da Auditoria Interna.

O Comitê foi reportado sobre os principais pontos de atenção relativos ao ambiente de Operação e Manutenção das empresas Eletrobras, bem como sobre o projeto de uniformização da segurança cibernética de Tecnologia Operacional das Empresas Eletrobras – SegCiberTO.

Em fevereiro/2021, o CAE recebeu, a pedido, reporte sobre o incidente cibernético na rede administrativa da Eletronuclear, bem como panorama das principais medidas de remediação e de apuração.

xxxiv. Aprimoramento no processo, na gestão e na Política de Transações com Partes Relacionadas - TPRs

O CAE reiterou a necessidade de aprimoramento no processo de identificação e análise de TPRs, tendo instado a gestão da Companhia a rever e a aprimorar a Política de Transações com Partes Relacionadas e o processo de identificação e monitoramento.

Acompanhou o processo de revisão da Política de TPRs e recomendou aprimoramentos e melhorias qualitativas no processo de gestão das Transações e na revisão da respectiva Política.

Reiterou a necessidade de haver plena implementação do Cadastro de Partes Relacionadas da Eletrobras, bem como sua integração com o SAP, de modo a assegurar a correta sinalização e identificação em todas as transações cadastradas.

O CAE solicitou à Auditoria Interna da Eletrobras a inclusão no PAINT 2021 de trabalho de auditoria específico sobre Transações com Partes Relacionadas - TPRs, com enfoque no sistema de controles e nas transações com partes relacionadas externas.

Em fevereiro/2021, reiterou à Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras ser urgente:

(1) a necessidade de imediata internalização do processo de identificação e de análise de transações com partes relacionadas por todo o Grupo, em observância à Política de TPRs das empresas Eletrobras e à regulamentação sobre o tema. Na percepção do CAE, enquanto não estiver implementado o Cadastro de Partes Relacionadas da Eletrobras, as áreas técnicas proponentes de matérias que versem sobre transações com partes relacionadas devem executar testes que possibilitem a identificação de TPRs e o atendimento dos requisitos estabelecidos na referida Política; e

(2) como ponto de evolução, a transformação cultural das áreas técnicas das empresas Eletrobras na análise crítica e acurada das operações e negócios jurídicos, especificamente no que toca à discricionariedade ou não de sua celebração. Caso as transações intentadas pela gestão não sejam de fato obrigatórias por regulação específica, havendo margem de discricionariedade e espaço para negociação, deve ser estritamente seguido o procedimento e o fluxo de TPRs sempre que a contraparte se qualificar como relacionada.

xxxv. Análise de Transações com Partes Relacionadas – TPRs

Quando provocado, manifestou-se sobre transações com partes relacionadas.

O CAE constatou a necessidade de aprimoramento no processo de identificação e análise de TPRs, tendo instado a gestão da *holding* e de suas subsidiárias, sempre que possível, a identificar a ocorrência e a realizar análise de TPRs no Grupo Eletrobras, submetendo-as ao Comitê e visando à adoção das providências necessárias à sua divulgação.

Em fevereiro/2021, o CAE assessorou o CA de subsidiária quanto a possível transação com parte relacionada. Reiterou que se fazia necessário, à luz da Política de Alçadas, haver avaliação da gestão e do CA da controlada quanto à natureza compulsória do instrumento jurídico, possivelmente decorrente de ato normativo específico editado pelo Poder Concedente. Pontuou ainda que, caso o Conselho de Administração da subsidiária viesse a perfilhar posição de que o instrumento jurídico constituísse decisão de cunho discricionário, embasada em livre manifestação de vontade das partes, a matéria deveria ser reinstruída, a fim de que fossem observadas as diretrizes contempladas na Política de Transações com Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras, incluindo-se análise específica, por parte das áreas técnicas envolvidas, que evidencie tratar-se de operação comutativa, mutuamente proveitosa e negociadas em condições de mercado, ou que contemple compensação adequada.

xxxvi. Fundos de pensão e planos de saúde – Resoluções CGPAR n.º 09, 22 e 23

Manifestou opinião e acompanhou assuntos relacionados a fundos de pensão (CGPAR 09) e planos de saúde (CGPAR 22 e 23) das empresas Eletrobras. Também sugeriu melhorias ao termo de referência da contratação de consultoria para reformulação da estrutura de governança das fundações e definição do melhor cenário de otimização das entidades.

As reuniões com o atuário mencionadas no item 10.i também contribuíram nesta análise.

O Comitê reuniu-se com o Diretor-Presidente da Eletros. Do mesmo modo, nas reuniões realizadas pelo CAE com as subsidiárias no 1S20, foram convidados os Diretores-Presidentes de cada uma das entidades de previdência das empresas do Grupo Eletrobras.

O colegiado reiterou a importância de as entidades de previdência promoverem alocações de sua carteira de ativos de forma mais equilibrada e aderente ao modelo ALM – *Asset Liability Management*. Algumas fundações deram início ao aprimoramento das medidas necessárias para incremento dos investimentos em renda variável e melhor aderência ao modelo ALM.

O CAE reiterou a necessidade de melhoria na capacitação das empresas controladas para monitorar as entidades de previdência que patrocinam.

Em março/2021, o Comitê solicitou à Diretoria de Gestão e Sustentabilidade da Eletrobras que incluísse, nos relatórios semestrais de gestão do patrocínio de planos de benefícios previdenciários, sumário sobre os principais impactos da pandemia Covid-19.

No mesmo mês, o CAE foi reportado sobre a evolução do déficit dos planos das EFPCs e os impactos advindos da redução das taxas de juros, considerando a situação atualizada dos ativos.

xxxvii. Contratação de firmas de auditoria "*Big Four*" (EY, Deloitte, KPMG e PwC)

Quando provocado, tomou ciência prévia das contratações pelas empresas Eletrobras e resultados de licitações cujos vencedores fossem empresa "*Big Four*",

Reiterou ao CA a percepção do colegiado de que a Companhia deve realizar planejamento estratégico de médio prazo para evitar a contratação de firmas de auditoria "*Big Four*" para trabalhos de consultoria, com vistas a proporcionar maior grau de competitividade em futuros certames licitatórios para contratação do auditor externo.

Em janeiro/2021, o CAE emitiu carta à Diretoria de Gestão e Sustentabilidade da Eletrobras reiterando sua preocupação (externada originalmente ao CA e à gestão da Eletrobras em fevereiro/2019) com a contratação recorrente de empresas que poderiam vir a participar de eventual certame para auditoria externa das empresas Eletrobras – com prejuízo à competitividade nos certames licitatórios para contratação de auditor independente. Nesse sentido, reiterou a importância de que o Regulamento de Licitações e Contratos das empresas Eletrobras estabeleça metodologia própria para que os editais de licitação prevejam mecanismos explícitos de exclusão de potenciais licitantes devido a potenciais conflitos de interesse ou normas da CVM e SEC concernentes à preservação da independência de prestadores de serviços de auditoria externa, atuais, pretéritos e futuros – mediante opinião do CAE.

Em janeiro/2021, o CAE também propôs ao Conselho de Administração da Eletrobras que avaliasse recomendar à gestão da *holding* a adoção das medidas necessárias para que a Companhia esteja apta e preparada a fazer valer a prerrogativa fixada no artigo 31-A da Instrução Normativa CVM nº. 308/1999, com redação incluída pela Instrução Normativa CVM nº. 509/2011, que estendeu para até 10 (dez) anos o prazo de contratação de serviços de auditor independente, caso seja prestado por pessoa jurídica e caso haja Comitê de Auditoria Estatutário em funcionamento permanente – como forma de melhorar a situação estratégica da Eletrobras diante dos potenciais conflitos que impeçam a competitividade do certame.

xxxviii. Análise do Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 21-25

Acompanhou o status dos trabalhos e os principais pontos de atenção do planejamento econômico-financeiro referente ao PDNG 2021-2025. Assessorou o CA da Eletrobras no que toca ao Plano Estratégico das Empresas Eletrobras 2020-2035 e ao Modelo de Monitoramento de Execução da Estratégia da Eletrobras.

Analisou e manifestou opinião sobre o PDNG 21-25, bem como emitiu recomendações qualitativas de ajustes e aprimoramento sobre o acompanhamento dos investimentos e projetos.

Reiterou a relevância de que as empresas Eletrobras passem a confeccionar conjunta e coordenadamente uma carteira estratégica de projetos para todo o Grupo, com vistas a propiciar a busca dos melhores projetos e a classificação estratégica dos empreendimentos de acordo com sua atratividade e retorno sobre o capital.

Em janeiro/2021, reiterou à Diretoria Financeira da Eletrobras a necessidade de a *holding* trabalhar num processo integrado de *liability management*, indicando procedimentos e diretrizes tendentes à otimização de estrutura de capital das empresas Eletrobras, incluindo SPEs.

O Comitê reiterou ainda às controladas a necessidade de haver estrita observância de todos os limites e premissas fixados no PDNG 2021-2025, sobretudo no que toca ao CAPEX, respeitando-se o fluxo de governança e os limites previstos no Regulamento de Alçadas das empresas Eletrobras

xxxix. Análise e Revisão do Planejamento Econômico-Financeiro, em razão da pandemia Covid-19 – PDNG 20-24 e Resultados do PDNG 2019-2023

Assessorou o CA da Eletrobras na aprovação e na revisão do Planejamento Econômico-Financeiro – PDNG 20-24, com vistas a considerar análise e impactos dos efeitos da pandemia Covid-19 sobre os negócios, caixa e força de trabalho da Companhia, incluindo-se atualização das premissas estratégicas e eventual revisão do CAPEX.

Assessorou o CA da Eletrobras na análise dos resultados do PDNG 2019-2023 no exercício de 2019.

xl. Reprogramação do Programa de Dispêndios Globais – PDG 2020 e Programação 2021 do PDG

Acompanhou a confecção e a programação do orçamento de custeio e de investimento do exercício de 2021 e de suas principais premissas orientativas quanto às estimativas de receitas e de despesas na elaboração do PDG 2021.

Também assessorou o CA da Eletrobras na proposta de reprogramação do PDG 2020.

Reportou ao Conselho de Administração da Eletrobras e reiterou à Diretoria Financeira a necessidade de

continua

continuação

observância da orçamentação independente, mediante a criação de mecanismos práticos aptos a assegurar a independência orçamentária das áreas vinculadas ao CA, com discriminação adequada das linhas e rubricas.

xli. Angra 3 – Eletronuclear

Assessorou o Conselho de Administração da Eletrobras quanto à concessão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC para realização dos investimentos necessários no contexto do plano de aceleração da linha crítica do empreendimento Angra 3.

Acompanhou a evolução dos trabalhos de aceleração do caminho crítico do empreendimento, bem como o status de criação do programa de conformidade específico para o projeto de Angra 3. Foi apresentado ao Comitê, conforme solicitado pelo CAE, estudo atualizado do custo de abandono e cancelamento da obra referente ao empreendimento de Angra 3, segregando os impactos tanto para a Eletrobras quanto para a Eletronuclear.

O Comitê manifestou ao CA da Eletronuclear preocupação com o pouco avanço obtido na implantação de medidas de *hedge* para proteção cambial do projeto Angra 3 – conforme recomendado pelo CAE. Reiterou sua percepção quanto à necessidade de urgente e imediata realização de proteção cambial do projeto, bem como quanto à importância de o custo do *hedge* ser incluído no custo do projeto e da atratividade.

Em janeiro/2021, opinou ao CA da Eletrobras sobre descontigenciamento dos recursos para a contratação das obras civis das atividades do Plano de Aceleração do Caminho Crítico de Angra 3. O Comitê solicitou ainda que a matéria fosse instruída perante o CA da *holding* com: (i) o impacto do custo anual da obra parada comparado sobretudo com o custo de despesas de pessoal e manutenção da obra, sem levar em conta *impairment* e juros não capitalizados; (ii) o status de implementação do programa de *compliance* do empreendimento; e (iii) prestação de contas dos recursos já liberados pela Eletrobras.

xlii. Risco corporativo de indisponibilidade de combustível – Angra 1 e 2 – Eletronuclear

Acompanhou o status do panorama de abastecimento combustível das usinas Angra 1 e 2 e solicitou apresentação específica sobre os principais marcos da resolução do risco de combustível (Angra 1 e 2), com destaque às datas críticas das recargas que se encontram sob ameaça.

Em fevereiro/2021, em apresentação ao CAE, a subsidiária informou o agravamento do risco corporativo de indisponibilidade de combustível nuclear para abastecimento das usinas Angra 1 e 2, em virtude das sucessivas reduções da disponibilidade orçamentária das Indústrias Nucleares do Brasil – INB.

O Comitê opinou por recomendar ao Conselho de Administração da Eletronuclear que os planos de ação delineados para a resolução do risco de fornecimento de energia e de segurança de abastecimento de combustível sejam efetivados com celeridade, assertividade e concretude, incluindo a construção de possíveis alternativas de fornecimento, tal como eventual importação de combustível.

Também foi cientificado pelo Coordenador do Comitê o Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras, com vistas à possível adoção de medidas adicionais por parte da *holding*.

xliii. Paradas das usinas Angra 2 e Candiota III

O Comitê acompanhou possíveis repercussões das paradas das usinas de Angra 2 e Candiota III e possíveis perspectivas de insuficiência de entrega de energia.

Solicitou à Diretoria de Geração da Eletrobras avaliação sobre o tema e apresentação ao colegiado dos potenciais impactos decorrentes das paradas de Angra 2 e Candiota III, inclusive nas demonstrações financeiras.

xliv. Comercialização de energia

Juntamente com o Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade – CEGS, acompanhou e se manifestou sobre o novo modelo de negócios no segmento de comercialização de energia elétrica das empresas Eletrobras.

Recomendou melhorias qualitativas de aprimoramento futuro no que toca à redefinição do modelo de negócios de comercialização de energia.

xlv. Demandas e autuações do agente regulador ANEEL – segmentos de geração e transmissão

Acompanhou o panorama sobre a gestão das ações de fiscalização e detalhamento das autuações realizadas pela Aneel às empresas Eletrobras nos segmentos de geração transmissão, com destaque aos autos de infração mais relevantes sob o ponto de vista financeiro.

O CAE foi reportado ainda sobre os principais pontos de atenção relacionados à fiscalização da Aneel sobre o reprocessamento dos benefícios da CDE no custeio do carvão mineral e combustíveis secundários, por meio de conta gerida pela Eletrobras entre janeiro de 2011 e abril de 2017.

xlvi. Fiscalização da Aneel e processo CGU sobre construção de linha de transmissão por subsidiária.

CAE recomendou à Auditoria Interna da Eletrobras: (1) que fossem levantados e devidamente documentados os principais elementos identificados; (2) que interagisse com as áreas responsáveis para que fosse instaurado no âmbito da Eletrobras, sob a coordenação do CSI, processo administrativo disciplinar em face dos gestores da subsidiária, que teriam supostamente aprovado o investimento em potencial contrariedade ao rito de governança estabelecido pela Eletrobras, visando à apuração de fatos e responsabilidades. Na percepção do Comitê, deve ser levado em conta, ainda, se à época da aprovação pela subsidiária a perspectiva de retorno do investimento, em sua origem, era negativa.

xlvii. UHE Jirau – ESBR – Chesf e Eletrosul

Recebeu reporte das controladas Chesf e Eletrosul sobre o panorama da UHE Jirau (SPE Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR), com enfoque nos riscos e cenários mais relevantes e críticos do empreendimento.

xlviii. UTE Santa Cruz - Furnas

CAE acompanhou os principais pontos de atenção do cronograma físico-financeiro, da entrada em operação e da rentabilidade do empreendimento.

xlix. HNAS - Hospital Nair Alves de Souza – Hospital mantido pela CHESF

Acompanhou o encerramento progressivo das atividades do Hospital Nair Alves de Souza – HNAS, sob atual responsabilidade da Chesf pela gestão e custos operacionais, com a desoneração e retirada integral por parte da Chesf a partir de 01.01.2021. O CAE solicitou à Chesf a retirada da subsidiária dessa atividade, que não dizia respeito ao seu objeto social, desde outubro/2018.

l. Elaboração de plano de sucessão formal para posições-chave

Reiterou à Eletrobras e suas subsidiárias a necessidade de elaboração e implementação de plano de sucessão formal para as posições-chave e estratégicas da Companhia, trabalhando o tema inclusive sob a ótica do risco.

li. Integridade do *compliance* fiscal e contábil da AmGT

Acompanhou as iniciativas visando ao recebimento da dívida em aberto da Amazonas Energia e ao *assessment* tributário da Amazonas GT.

lii. Processo envolvendo banco KfW x CGTEE (atual CGT-Eletrosul)

Acompanhou o status dos processos judiciais envolvendo o banco KfW e os achados do estudo sobre a possibilidade de ressarcimento em face de terceiros.

CAE reiterou posição pretérita do Comitê no sentido de que o Grupo Eletrobras se posicione de forma uniforme perante o banco KfW, deixando de realizar negócios até a resolução da controvérsia com a CGTEE.

liii. Fornecimento de carvão mineral para Usina de Candiota III – CGT-Eletrosul

Acompanhou os riscos associados ao fornecimento de carvão mineral para a Usina de Candiota III.

liv. Concessão UHE Tucuruí – Eletronorte

Acompanhou os principais pontos de atenção relativos à renovação da concessão da UHE Tucuruí.

lv. Eletronet

Acompanhou e emitiu pareceres, em diversas reuniões, acerca da evolução das negociações e andamento do imbróglio envolvendo Eletronet e as empresas cedentes (Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte).

Assessorou os Conselhos de Administração da Eletrobras, Chesf, Furnas, Eletronorte e CGT-Eletrosul em relação à proposta de aprovação da prorrogação do termo final original previsto nos aditivos de 20 (vinte) anos dos Contratos de Confissão de Dívida.

Solicitado pela Auditoria Interna da Eletrobras, manifestou-se favoravelmente à inclusão, no PAINT 2020, de trabalho de auditoria específico para auditar nas controladas (cedentes) os contratos e controles de teleprocessamento e dados junto às Linhas de Transmissão – LTs e processos de telecomunicação envolvendo fibras óticas da Eletronet, abrangendo inclusive a análise de intermediários e de grupos econômicos das contrapartes dos contratos.

lvi. Tomada de Contas Especial - UEE Casa Nova I – Chesf

Monitorou o endereçamento da demanda relativa à análise de eventual responsabilidade de administradores da Companhia, em relação ao empreendimento UEE Casa Nova I, objeto de Tomada de Contas Especial pelo TCU.

CAE reiterou a necessidade de que a gestão da subsidiária, em conjunto com a *holding*, adote todas as iniciativas necessárias para garantir a devida apuração de responsabilidade e efetiva aplicação da política de consequências aos administradores, à luz dos deveres fiduciários e da LSA.

lvii. PCH Santo Cristo – CGT-Eletrosul

Assessorou o CA da CGT-Eletrosul na análise de eventual deflagração de novo processo licitatório para a venda dos bens e a transferência dos direitos referentes à PCH Santo Cristo, avaliando ainda a hipótese de solicitação de revogação da respectiva autorização junto à Aneel, conforme suscitado pela própria Agência Reguladora no Ofício ANEEL nº 566/2019.

Reiterou a necessidade de haver maior assertividade e celeridade na abertura imediata de sindicância para apuração de responsabilidades relacionadas à aquisição dos projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (PCH Santo Cristo e outras).

lviii. Transação com ABB - corrente contínua HVDC do Madeira – Eletronorte

Opinou ao CA da Eletronorte sobre proposta de celebração de instrumento particular de transação pela subsidiária com a empresa ABB Ltda., após ter sido reinstruída a matéria, por solicitação do CAE. O CAE também solicitou o engajamento e o envolvimento da Diretoria de Transmissão da *holding* na matéria.

lix. Políticas e normativos

Manifestou opinião, emitiu recomendações de melhorias e de padronização das minutas de normativos relevantes da Companhia – tais como: Estatuto Social da Eletrobras, Política de Transações com Partes Relacionadas das empresas Eletrobras (revisão), Política de Hedge Financeiro da Eletrobras, Sistemática de Desinvestimento em SPE da Eletrobras – versão 3.0, Revisão do Código de conduta ética e integridade, Política de Celebração de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras – 1ª edição, Regulamento de Alçadas as empresas Eletrobras e Política de Segurança de Barragens.

O Comitê propôs CA da Eletrobras reflexão quanto à pertinência de a gestão da Companhia avaliar a conveniência e oportunidade de contratar consultoria com vistas à estruturação mais otimizada dos principais documentos e relatórios da empresa – tais como o Formulário 20-F, Formulário de Referência e Carta Anual de Política Pública e Governança –, de modo a propiciar, em seu próximo ciclo de edição, o enxugamento qualitativo de informações e de duplicidades desnecessárias contidas nos referidos documentos.

lx. Política de Alçadas

Analisou a proposta de revisão da Política de Alçadas e emitiu recomendações para aprimoramento da referida Política. Atualmente, o documento possui status normativo de regulamento, e não mais de Política.

lxi. Formulário 20-F

Acompanhou a confecção do Formulário 20-F, com emissão de sugestões de melhoria.

lxii. Informe de Governança CVM – "Pratique ou Explique"

O Comitê manifestou opinião de que somente analisaria o documento no exercício de 2020 caso houvesse solicitação específica por parte do próprio CEGS – o que não ocorreu.

lxiii. Relatório Anual da Eletrobras – exercício 2019

Assessorou o CA da Eletrobras na apreciação do Relatório Anual da Eletrobras – exercício 2019, tendo dado enfoque aos temas de maior materialidade abordados no Relatório.

lxiv. Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício 2019

Assessorou o CA da Eletrobras na apreciação da Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício 2019, tendo sugerido sugestões de melhoria.

lxv. Formulário de Referência – exercício 2019

Assessorou o CA da Eletrobras no que toca à aprovação do Formulário de Referência – exercício 2019.

CAE reiterou opinião sobre a necessidade de que a gestão da Companhia busque aprimorar o Formulário de Referência, com vistas a propiciar, em seu próximo ciclo de edição, uma estruturação mais otimizada do documento e um enxugamento qualitativo de redundâncias desnecessárias, inclusive inserindo sumários executivos de documentos corporativos, de modo a evitar sua transcrição integral.

lxvi. Proposta de Participação nos Lucros/Resultados 2020 e Apuração e Pagamento da PLR 2019

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, o CAE manifestou opinião sobre a proposta de PLR 2020 e de apuração e pagamento da PLR 2019.

lxvii. Proposta de ajuste nas regras e indicadores do Programa de Remuneração Variável Anual – RVA 2020 e Apuração e Pagamento da RVA 2019

Em assessoramento ao CA da Eletrobras, o CAE manifestou opinião sobre a proposta de ajuste nas regras e indicadores da RVA 2020 e de apuração e pagamento da RVA 2019.

lxviii. Governança do CAE

Acompanhou a gestão e o acompanhamento das demandas emanadas pelo Comitê (planilha de *follow-ups*), a proposta do orçamento do colegiado para o PDG 2021.

Aprovou a proposta de calendário anual de reuniões ordinárias para o exercício de 2020 e confeccionou e submeteu ao CA da Eletrobras o plano de trabalho para o exercício de 2020.

Decidiu utilizar sistema *point person*, com o intuito de que cada membro do colegiado se especialize e se aprofunde em determinada subsidiária, com vistas a: (1) acompanhar as pautas dos CAs das subsidiárias; (2) se debruçar sobre as DFs trimestrais.

A divisão restou fixada da seguinte forma: Mauro Cunha – Furnas; Luís Bassi – Eletronorte; Felipe Dias – Eletronuclear; Daniel Ferreira – Chesf; e Luiz Nannini – CGT-Eletrosul.

Em janeiro/2021, o CAE instou o Conselho de Administração da Eletrobras que se manifestasse pela formalização da indicação de recondução do membro externo Luís Henrique Bassi Almeida, a fim de que fossem iniciados os trâmites para análise de integridade e opinião do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade – CGPE. O processo de indicação foi concluído e o referido membro externo tomou posse em 24.02.2021

lxix. Avaliação do Assessor do Conselho e dos gestores titulares da Auditoria Interna, Ouvidoria-Geral e Gestão e Apuração de Denúncias da *holding*

Realizou avaliação do assessor do Conselho, do auditor interno, da ouvidora-geral e da titular da área de gestão e apuração de denúncias da Eletrobras, bem como realizou reunião individual de *feedback* com os avaliados.

Reportou ao Comitê de Gestão de Pessoas e Elegibilidade – CGPE e ao CA da Eletrobras a possível necessidade de ser aprimorada, na cultura organizacional da Companhia, a realização de reuniões individuais de *feedback* pelos gestores avaliadores com seus respectivos colaboradores.

Reiterou aos Conselhos de Administração das subsidiárias a necessidade de serem adotadas as medidas necessárias para implementar a avaliação dos gestores titulares das áreas vinculadas aos respectivos CAs,

No âmbito de sua atuação unificada, o Comitê realizou também reuniões com as empresas Eletrobras Furnas, Eletropar, Eletronuclear, Chesf, Eletronorte, AmGT e CGT-Eletrosul, tendo solicitado que fosse realizada apresentação panorâmica sobre a realidade de cada subsidiária, incluindo:

i. Investimentos: iniciativas e carteira corporativa de projetos de investimento nos segmentos de geração e transmissão, incluindo possíveis vantagens competitivas nos Lotes 1 e 2 do Leilão de Transmissão n.º 01/2020.

ii. Execução do CAPEX de manutenção: panorama do nível de execução do índice de manutenção do segmento de transmissão.

iii. SPEs: *Update* sobre status e situação econômico-financeira das SPEs mais relevantes.

iv. Gestão de Riscos, incluindo mapa de riscos, classificação, eventos de risco críticos, bem como *update* dos estudos de segurança das barragens.

v. Controles internos; principais deficiências identificadas (*gaps* SOx), status de formalização dos planos de ação, expectativas de remediação e cronograma de certificação SOx.

vi. Ouvidoria e Gestão de Denúncias: Interação com ouvidores-gerais e pontos focais nas subsidiárias responsáveis pela apuração e gestão de denúncias.

vii. Auditoria Interna: Status de execução do PAINT, principais achados identificados, auditorias mais relevantes. Relatório com os achados de auditoria mais relevantes, status de cumprimento dos cronogramas e eficácia dos planos de ação.

viii. Fechamento contábil: principais destaques e pontos de atenção do fechamento contábil.

ix. Panorama das contingências jurídicas, incluindo classificações e atribuição do risco (provável, possível e remoto).

continua

continuação

x. Previdência e Saúde: reunião com CEOs das EFPCs para acompanhamento dos fundos de pensão, status de implementação das recomendações da Mercer nos fundos de pensão e esclarecimentos aos apontamentos e recomendações de aprimoramento realizados pelo CAE aos relatórios de auditoria referentes às EFPCs - CGPAR 09.

xi. Pontos de atenção da cada subsidiária levantados pelo CEO, membros do CA, conselheiros independentes, e presidente do Conselho Fiscal.

xii. Outras informações relevantes, dotadas de alta criticidade e materialidade, de acordo com a realidade de cada subsidiária.

11. Relatório de Conformidade da remuneração dos dirigentes da Eletrobras – 2020

Na RCAE 169, havida em 10.03.2021, o Comitê analisou o Relatório de Conformidade da remuneração dos dirigentes da Eletrobras no período de abril de 2020 a março de 2021, bem como o respectivo parecer da Auditoria Interna, tendo formado entendimento quanto à adequação do procedimento de remuneração no referido interregno, em linha com as balizas aprovadas na AGO 2020 e com os normativos pertinentes.

12. Do Monitoramento dos Trabalhos das Demonstrações Financeiras – exercício findo em 31.12.2019

Nos dias 24 e 27 de março de 2020, foi realizada a RCAE 109, ocasião na qual o CAE reuniu-se para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ocasião na qual recomendou a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas da Eletrobras.

13. Do Monitoramento dos Trabalhos das Informações Trimestrais – 1ITR, 2ITR e 3ITR – exercício findo em 31.12.2020

Foram realizados reportes ao CAE sobre as demonstrações financeiras trimestrais nos seguintes dias:

1ITR - 2020	RCAE
Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento do 1ITR, incluindo planejamento, cronograma, reunião com auditor externo e reunião com o CF da Eletrobras.	• **RCAE 113** | 14/abr • **RCAE 115** | 05/mai • **RCAE 116** | 12/mai • **RCAE 117** | 19/mai • **RCAE 118** | 26/mai • **RCAE 119** | 28/mai
2ITR - 2020	**RCAE**
Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento do 2ITR, incluindo planejamento, cronograma e reunião com auditor externo.	• **RCAE 129** | 28/jul • **RCAE 130** | 04/ago • **RCAE 131** | 11/ago • **RCAE 132** | 12/ago
3ITR - 2020	**RCAE**
Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento do 3ITR, incluindo planejamento, cronograma e reunião com auditor externo.	• **RCAE 146** | 22/out • **RCAE 147** | 27/out • **RCAE 148** | 03/nov • **RCAE 149**| 10/nov • **RCAE 150** | 11/nov

O Comitê opinou pela autorização da publicação Demonstrações Financeiras intermediárias da Companhia (1ITR, 2ITR e 3ITR), relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

14. Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras – exercício findo em 31.12.2020

Em atendimento ao artigo 9º, parágrafo único da Instrução Normativa n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, faz parte também do escopo deste relatório descrever o parecer do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário sobre as demonstrações financeiras – exercício social 2020.

Demonstrações Financeiras - 2020	RCAEs 2021
Discussão sobre principais pontos críticos em discussão relativos ao fechamento das demonstrações financeiras do exercício social de 2020, incluindo planejamento, cronograma, reunião com auditor externo e reunião com CF.	• **RCAE 164** | 02/fev • **RCAE 165** | 10/fev • **RCAE 166** | 22/fev • **RCAE 167** | 26/fev • **RCAE 168** | 03/mar • **RCAE 169** | 10/mar • **RCAE 170** | 15 e 18/mar

Nos dias 15 e 18 de março de 2021, foi realizada a RCAE 170. No dia 15.03, à luz do reporte do auditor externo e da Diretoria Financeira da Eletrobras, restou alinhado que a publicação das demonstrações financeiras – exercício social 2020 teria sua data alterada de 15.03.2021 para 19.03.2021, após o fechamento do pregão, em virtude da complexidade de demandas adicionais de auditoria surgidas no decorrer dos trabalhos – o que envolveria a consolidação de diversas controladas, participação em coligadas e em sociedades de propósito específico.

No dia 18 de março de 2021, o Comitê se reuniu para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo recomendado ao Conselho de Administração da Eletrobras a aprovação das demonstrações contábeis consolidadas da Eletrobras.

12.1. Conclusão da manifestação opinativa

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e em atendimento ao item 5.1, vii do Regimento Interno do Comitê, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas da minuta de Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2020”).

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE quanto ao fechamento das demonstrações financeiras, incluindo-se as informações prestadas pela gestão da Companhia e seus Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário das empresas Eletrobras julga que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31/12/2020, razão pela qual, por unanimidade, recomenda a aprovação de sua publicação pelo Conselho de Administração da Eletrobras.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA
Conselheiro – Coordenador

DANIEL ALVES FERREIRA
Conselheiro – Membro

FELIPE VILLELA DIAS
Conselheiro – Membro

LUIS HENRIQUE BASSI ALMEIDA
Membro

LUIZ CARLOS NANNINI
Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado nas Nota 20.3 e 20.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) e Amazonas Geração e Transmissão S.A. (Amazonas GT) e as coligadas Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Enerpeixe S.A., Teles Pires Participações S.A. e Chapecoense Geração S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas e coligadas demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão de PAA sobre benefício pós emprego.

Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 21 e 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 20)

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas, termoelétrica e nuclear, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia.

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 14)

A Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. ("CGT Eletrosul"), controlada da Companhia, passou por um processo de reorganização societária, incorporando em 2 de janeiro de 2020 a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. A CGT Eletrosul possuía prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social não registrados devido a falta de expectativa de lucro tributável futuro, até o momento da reorganização societária. Após a incorporação e a conclusão do processo de reorganização societária, a CGT Eletrosul reconheceu em seu balanço patrimonial ativo no montante de R$ 1.549 milhões.

Para o reconhecimento do ativo, foram preparadas projeções de resultados tributáveis futuros que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro.

continua

continuação

Face aos julgamentos significativos em relação à estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções, o que inclui premissas financeiras e operacionais tais como: quantidade de energia comercializada, receitas, custos, encargos financeiros, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis, bem como as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 17)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, da alteração na taxa de remuneração dos contratos e da reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 33)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Benefício pós emprego (Nota 32)

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas, líquidas dos ativos do plano, totalizam R$ 7.017 milhões.

A Companhia e suas controladas possuem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Os planos possuem características de "benefício definido, "contribuição variável" e "benefício saldado", os quais geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade e taxa de crescimento salarial, entre outros, aplicada sobre a base de assistidos total dos referidos planos.

Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na valorização dos ativos e na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego, (ii) testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2020; (iii) a avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e; (iv) a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como: tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial.

Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

CNPJ 23.274.194/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2020

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Conselho de Administração

Wilson Ferreira Junior - **Presidente**

Pedro Eduardo Fernandes Brito • Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira • Yana Domaresq Sobral Alves

Representante dos Empregados

Felipe Sousa Chaves

Independentes

Magali Rogéria de Moura Leite • Susana Hanna Stiphan Jabra

Em 15.03.2021, Wilson Ferreira Junior renunciou à Presidência do Conselho, tendo sido substituído por Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira.

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Pedro Eduardo Fernandes Brito

Diretor de Operação e Manutenção	Diretor de Administração	Diretor de Finanças	Diretor de Regulação e Comercialização	Diretor de Engenharia
Djair Roberto Fernandes	Pedro Eduardo Fernandes Brito	Caio Pompeu de Souza Brasil Neto	José Alves de Mello Franco	Claudio Guilherme Branco da Motta

Conselho Fiscal

Efetivos: Rodrigo Vilella Ruiz • Roberto Pinheiro Klein Júnior • Adriano Pereira de Paula

Suplentes: André Luiz Amaral dos Santos • Rafael Souza Pena

Informações no site: https://www.furnas.com.br/contas/?culture=pt

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A pandemia de Covid-19 marcou o ano de 2020 e provocou a necessidade urgente de ajustes na dinâmica diária de Furnas, com a adoção do trabalho remoto e de protocolos de saúde e segurança para a força de trabalho presencial. A garantia do fornecimento de energia elétrica tornou-se mais que essencial, tornou-se vital para a preservação da vida.

Mais uma vez, os trabalhadores de Furnas não fugiram às suas responsabilidades e vêm cumprindo com coragem e dedicação a nobre missão de gerar e transmitir energia para o povo brasileiro. Nunca duvidamos que seria assim. Hoje, como no passado, temos muito orgulho destes homens e mulheres corajosos e conscientes da importância de sua missão. A todos eles, nosso eterno muito obrigado. A todas as famílias enlutadas pela perda de seus entes queridos, estendemos nosso apoio, solidariedade e a certeza de que, assim como a vida, a luta contra o vírus precisa continuar.

Desde o início da pandemia, adotamos mais de 50 iniciativas de enfrentamento ao coronavírus, para minimizar os efeitos da crise econômica e social, visando proteger não apenas os nossos colaboradores, mas também as comunidades próximas às instalações da Empresa. Essas iniciativas incluíram a aquisição de equipamentos de proteção individual, serviços, testes e tecnologia, com soluções de vanguarda em nível mundial e algumas inéditas no cenário nacional. O resultado de todo esse esforço é que a taxa de impacto da Covid-19 no quadro de empregados no período é de menos da metade da média nacional aferida desde o início da pandemia.

Para as comunidades onde a Empresa possui instalações, foram doados kits de higiene e cestas básicas a mais de quatro mil famílias, distribuídos mais de 50 mil máscaras de proteção individual, além de seis milhões de EPIs a 46 hospitais que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 32 municípios.

Apesar de todas as dificuldades deste período atípico, os resultados financeiros confirmaram a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a eficiência operacional, a solidez financeira, a transparência e a sustentabilidade dos negócios. Furnas apresentou lucro líquido de R$ 2,57 bilhões, em linha com os expressivos resultados obtidos nos últimos anos. Destacam-se ainda o Ebitda de R$ 4,6 bilhões, com margem de 43%; a evolução do Resultado Financeiro em 47%, contribuindo com cerca de R$ 362 milhões no resultado do exercício; e a acentuada redução de R$ 1 bilhão no endividamento líquido, com a manutenção do indicador Dívida Líquida/Ebitda de 1,4%.

A política de austeridade financeira teve sua continuidade no ano de 2020, com a reestruturação e a redução do número de Sociedades de Propósito Específico, as SPEs. Só neste ano foram extintas 15 SPEs em alinhamento ao Plano Diretor de Negócios e Gestão da *holding*, Eletrobras. O passivo tributário também foi reduzido em cerca de R$ 300 milhões na defesa de processos nas esferas administrativa e judicial. Já a liquidação da primeira emissão de debêntures de Furnas, no valor de R$ 1,25 bilhão, resultou na troca de dívidas que tinham como base o IPCA +7% pelo IPCA +4,08%. Na revisão tarifária, 2020 foi ano de superação das metas em R$ 1,3 bilhão/ano (período 2020 a 2023).

Tivemos a conclusão de empreendimentos importantes mesclada com a estreia de novos negócios, alguns inéditos no país. Esse foi o caso do primeiro leilão de Certificados de Energia Renovável, os I-REC. Furnas fez sua inserção no Mercado de Certificação de Energia Renovável ao obter o registro para duas de suas hidrelétricas e um parque eólico. Isso habilitou a Empresa a conduzir o leilão que ofereceu esses certificados ao mercado. Ao adquirir os I-RECs equivalentes ao montante de energia consumida, o usuário comprova sua origem renovável e abate as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o cumprimento de metas de sustentabilidade. Realizado de forma online, o leilão foi um sucesso, registrando ágio médio superior a 50%.

Furnas realizou o 1º Leilão de Compra de Energia Solar, iniciativa inédita na companhia e uma das poucas no mercado de comercialização de energia nacional. Foram adquiridos 1.000 MW de potência instalada, inaugurando novo modelo de negócio de comercialização. O ano de 2020 marcou também a conclusão do Complexo Eólico de Fortim (CE) e da planta solar de Geração Distribuída da Usina Térmica de Campos (RJ).

De olho no futuro, a Empresa ampliou o Inova Furnas, projeto de intraempreendedorismo que estimulou iniciativas de inovação de sua força de trabalho. Foram formados 75 multiplicadores e recebidas mais de 500 propostas de ideias para a implementação de projetos que, até junho de 2020, já somavam R$ 5,1 milhões em recursos para a Empresa. Ampliado, o modelo deu origem à I Olimpíada de Inovação das Empresas Eletrobras, tendo como vencedor o projeto Hidrogênio Verde, solução para beneficiamento do hidrogênio descartado pelas usinas da Eletronuclear.

A criação do Laboratório de Prototipação, que acelera o processo de conversão dos projetos de inovação interna em produtos, capacita os intraempreendedores em metodologias ágeis, ao mesmo tempo em que reduz custos com fábricas de *softwares* para as etapas iniciais de validação.

Também foi dado o primeiro passo para a criação do Centro de Excelência em RPA (*Robotic Process Automation*), o primeiro do setor elétrico. O objetivo é obter ganhos de produtividade e otimização de recursos a partir da produção de soluções com o uso da inteligência artificial. A iniciativa também prevê a formação e capacitação técnica da primeira turma de cientistas de dados da Empresa.

Furnas entra 2021 em sua nova sede, o Edifício Barão de Mauá (EBM), no centro do Rio. Uma estrutura mais moderna e adequada às novas necessidades de conectividade, acessibilidade e colaboração. A mudança para o EBM resultou em uma economia de R$ 42,7 milhões em aluguel, condomínio, serviços terceirizados, energia e água.

Sempre em linha com as orientações estratégicas de nossa controladora, a Eletrobras, conduzida por Wilson Ferreira Júnior de julho de 2016 a março de 2021, Furnas segue firme no propósito de proporcionar mais valor aos nossos acionistas e à sociedade brasileira. Podem contar conosco.

Boa leitura!

CONTEXTO

PERFIL DA EMPRESA

Furnas Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras.

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, em 15 estados e no Distrito Federal, por meio dos seguintes empreendimentos (próprios, em regime de Sociedade de Propósito Específico, ou em parceria com a iniciativa privada):

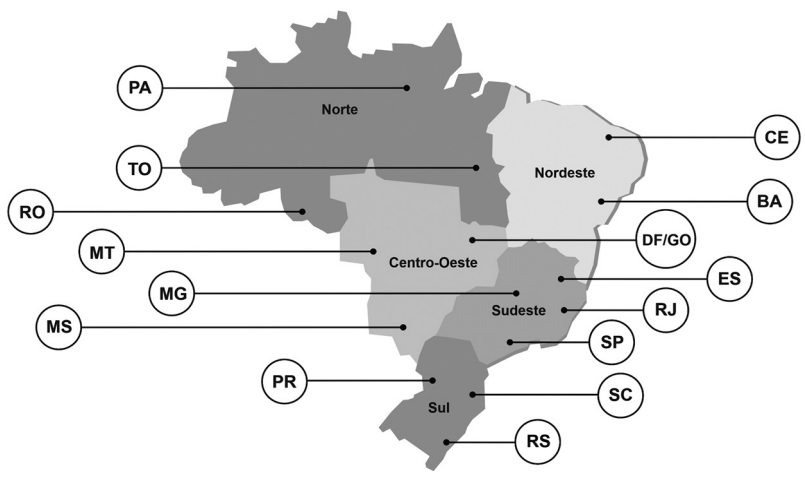
- 21 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando 17.765,97 MW de potência instalada;
- 2 usinas termelétricas (UTEs), que totalizam 375 MW;
- 5 parques eólicos (EOLs), que totalizam 123 MW;
- 72 subestações, com capacidade de transformação em operação igual a 131.609,65 MVA; e
- 34.995,13 km de linhas de transmissão.

Furnas detém investimentos nos seguintes segmentos:

Geração

A matriz de geração é composta, aproximadamente, por 97% de energia de fontes renováveis.
Capacidade instalada total: 18.263,97 MW;

Localização: 15 estados e Distrito Federal



GERAÇÃO	
Usinas Hidrelétricas (UHEs)	
Quantidade	21
Concessão Integral - não renovadas	4
Sob administração especial - renovadas	6
Parceria iniciativa privada - não renovadas	2
Regime SPEs	9
Potência instalada - total	**17.765,97 MW**
Usinas Termelétricas (UTEs)	
Quantidade	2
Concessão Integral - Potência instalada - total [1]	**375 MW**
Usinas Eólicas (EOL)	
Quantidade	5
Regime SPEs - Potência instalada total das EOL	**123 MW**

[1] A UTE Roberto da Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho ANEEL nº 708/2019.

TRANSMISSÃO	
Linhas de Transmissão (LTs)	
Concessão Integral [1]	21.701,20 km
Renovadas	20.066,20 km
Não renovadas	1.635,00 km
Em SPEs [2]	13.293,93 km
Total	**34.995,13 km**
Subestações (SEs)	
Concessão Integral	55
Em SPEs	17
Total	**72**
Capacidade de transformação	131.609,65 MVA

[1] Considera 175 km da LT 230 kV Rio Verde / Rondonópolis, C-2, e desconsidera 165 km das LTs 25 kV dos eletrodos de terra.

[2] Para os empreendimentos em corrente contínua, das Sociedades de Propósito Específico (SPE), foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Nestes casos Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente.

continua

continuação

Em 27 de novembro, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a portaria nº 409/2020 designando Furnas como responsável pela prestação de serviço de geração de energia elétrica da UHE Jaguari.

A Cesp encerrou suas operações na hidrelétrica, em dezembro, e, a partir de janeiro de 2021, Furnas passou a gerir a UHE Jaguari (27, 6 MW), localizada em São José dos Campos (SP), até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União.

O custo anual da gestão dos ativos será usado para a definição da Receita Anual de Geração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações por meio de American Depositary Receipts (ADRs) Nível II, bem como participar do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Em 2020, o Capital Social, no valor de R$ 6.531.154.365, 54 (seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	52.647.326.561	99,83	14.659.406.538	98,62
Outros	91.699.606	0,17	205.277.973	1,38

PROPÓSITO , VISÃO DE FUTURO E VALORES

Em julho de 2020 foi aprovado novo Plano Estratégico das Empresas Eletrobras para o horizonte 2020-2035. O plano define nova identidade empresarial (propósito, visão e valores) e estabelece um conjunto de diretrizes e objetivos voltados para o crescimento e modernização das Empresas Eletrobras, sendo alinhado às novas tendências do setor. Furnas assume essa nova identidade empresarial:

Propósito	Visão de Futuro	Valores
• Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade.	• Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade.	• Respeito às pessoas e à vida; • Ética e transparência; • Excelência; • Inovação; • Colaboração e desenvolvimento.

CENÁRIO SETORIAL

O ano de 2020 foi marcado pelo avanço da pandemia da Covid-19 em todo o mundo. O consumo de energia nacional foi impactado pelo comportamento atípico de diversos setores da economia. Sendo assim, o registro de queda de 1,8% do consumo total de energia, informado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em comparação ao ano de 2019 evidenciou tanto os impactos advindos das restrições de funcionamento como da queda da atividade econômica.

Com efeito, sob a ótica das três principais classes de consumo, contribuíram para essa retração a de comércio e serviços (-10,5%) e a de indústrias (-1,1%). A classe residencial por sua vez registrou crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Esta última categoria totalizou 74,9 milhões de unidades, que no ano consumiram 148.222 MWh. Isto perfaz um consumo médio de 167 kWh/mês, representando uma expansão de 3,1% em relação à média de 2019; grande parte explicado pelas mudanças de comportamento da força de trabalho que foi colocada em *home office* por suas empresas.

Já para o setor de comércio, a retração no consumo de energia elétrica observada foi generalizada entre as regiões: Sudeste (-11,8%), Sul (-7,5%), Nordeste (-12,7%), Centro-Oeste (-8,8%) e Norte (-3,4%). Pode-se explicar grande parte dessa queda pelas medidas de isolamento que impactaram fortemente o comércio, as escolas, o turismo, além dos aeroportos.

Por sua vez, a classe industrial teve retração no consumo de energia elétrica no ano de 2020 de -1,1%, alavancada pelas regiões Sudeste (-2,3%) e Nordeste (-3,8%). Dentre os subsetores industriais verificou-se forte queda nos seguintes ramos: fabricação de veículos automotores (-17,5%), têxtil (-7,0%), químico (-7,4%) e minerais metálicos (-2,8%).

No olhar prospectivo do planejamento de longo prazo do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2030), a EPE projeta crescimento de 3,1% a.a. no consumo total de eletricidade na trajetória de referência, o que representa a necessidade de investimentos de cerca de R$ 328.600 milhões no setor elétrico brasileiro, sendo R$ 239.000 milhões em geração tanto centralizada (R$ 169.000 milhões) como distribuída (R$ 70.000 milhões), além de R$ 89.600 milhões em transmissão.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Risco Hidrológico

A permanência da condição hidrológica adversa, ocasionada pela escassez de chuvas e o esvaziamento de reservatórios em anos anteriores, impactou o Mercado de Curto Prazo (MCP), no último ano, que permaneceu com alto índice de judicialização. Segundo dados divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o *Generation Scaling Factor* (GSF), fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) foi de 80,1%. Isso significa que as usinas participantes do MRE geraram 80,1% de suas garantias físicas.

Quanto menor o índice, maior o impacto financeiro das liminares relacionadas ao risco hidrológico no MCP. Conforme informativo referente à contabilização de dezembro de 2020, o montante a ser liquidado pelos agentes participantes totalizava cerca de R$ 11.278 milhões, sendo que R$ 6.770 milhões estão relacionados com as liminares vigentes, ou seja, 60,1% do total estão relacionados com liminares de risco hidrológico.

Com a publicação da Lei nº 14.052/20, regulamentada pela ANEEL que trata da repactuação do risco hidrológico, espera-se que haja o resgate da segurança jurídica do mercado de energia elétrica, resolvendo os débitos em aberto na CCEE, e devolvendo a normalidade e a liquidez ao Mercado de Curto Prazo. Alguns agentes já aderiram ao acordo reduzindo o valor em aberto na liquidação do mercado de curto prazo em, aproximadamente, R$ 3.900 milhões.

Ativos de Transmissão e de Geração Prorrogados

Em 2020, o pagamento do valor residual dos ativos de transmissão considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), completou o terceiro ciclo de recebimento, na forma do Despacho ANEEL nº 1.779/2017, que excluiu a parcela de remuneração (Ke) do pagamento, em razão de decisão judicial liminar proferida a favor da Abrace e outros.

No que concerne às ações judiciais sobre o tema, em 2019 foram proferidas diversas sentenças conferindo o direito ao pagamento integral do valor em comento, incluindo a parcela da remuneração (Ke). Quanto às decisões de primeira instância, foram interpostos os recursos cabíveis, com remessa à segunda instância, estando ainda pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Sendo assim, a partir do ciclo 2020-2021, a ANEEL incluiu a remuneração do componente financeiro pelo "Ke" na RAP. O valor não recebido nos três primeiros ciclos do RBSE será incorporado, por meio de parcela de ajuste, nos ciclos de 2020 a 2023.

A Agenda Regulatória 2020-2021 da ANEEL previa para o segundo semestre de 2020 a aprovação da revisão da Resolução Normativa nº 596/2013, resultado da Audiência Pública nº 003/2019, que trata da definição de critérios e procedimentos para cálculo da indenização dos investimentos em melhorias e modernizações de usinas prorrogadas conforme a Lei nº 12.783/2013. Entretanto, a aprovação e publicação da norma definitiva pela Agência não ocorreu até o final de 2020.

O Relatório dos referidos investimentos apresentado por Furnas, em 2015, indicou o montante de R$ 1.312 milhões, referidos a dezembro de 2012, como valor base para a indenização complementar.

Receitas Anuais da Transmissão - Contrato de Concessão 062/2001

Em 2020, Furnas participou ativamente do processo de aprimoramento da regulamentação da Revisão Periódica das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das instalações de transmissão de energia, principalmente, no que se refere às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR), à definição de Outras Receitas (OR), aos Custos Operacionais Eficientes Regulatórios, aos investimentos em Melhorias de Pequeno Porte - RAP melhoria e ao cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital - WACC Regulatório.

No processo de revisão da receita da transmissão, também foram avaliados os investimentos autorizados pela ANEEL que entraram em operação comercial entre janeiro/2013 e janeiro/2018 apresentados por meio de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória.

Os referidos investimentos tiveram seu Valor Novo de Reposição calculado em função do Banco de Preços de Referência da ANEEL, revisados pelas Resoluções Homologatórias nº 2.514/2019 e 2.549/2019, e validado em fiscalização realizada pela Agência entre março/2020 e junho/2020.

Dessa forma, em 01.07.2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.710, que estabelece o resultado da Revisão da Receita Anual Permitida (RAP), fixando um reposicionamento positivo de 13,07% da RAP associada às instalações do Contrato de Concessão nº 062/2001, prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. A revisão da receita de transmissão prevista para julho de 2018 foi adiada para julho de 2020 mantendo-se seus efeitos retroativos a 2018.

O reposicionamento tarifário alcançado por Furnas no âmbito da Revisão se deve, principalmente, (i) à atualização do custo médio ponderado de capital - WACC regulatório de 6,64% a.a. para 7,71% a.a.; (ii) ao aumento de 47% de sua eficiência no cálculo dos custos operacionais regulatórios; (iii) ao início do recebimento da parcela controversa do componente financeiro (Portaria nº 120/2016) relativa ao parâmetro "Ke" (custo de capital próprio).

Em virtude do cumprimento aos Pareceres de Força Executória, o parâmetro "Ke", de que trata o § 3 do art. 4º da Resolução Normativa nº 762/2017, associado ao Componente Financeiro (Portaria 120/2016) foi incorporado pela ANEEL ao cálculo dos processos de Revisão Periódica da RAP das transmissoras prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Ressalte-se que os valores não recebidos nos três primeiros ciclos do RBSE serão incorporados na RAP, por meio de Parcela de Ajuste - PA, nos ciclos de 2020 a 2023.

Portanto, o acréscimo de 30% da RAP para o ciclo 2020/2021, definida pela Resolução Homologatória nº 2.725/2020, no âmbito do Reajuste Anual, se deve, principalmente, (i) aos efeitos da Revisão da Receita; (ii) ao recebimento da primeira parcela da PA referente ao Ke e aos efeitos retroativos a 2018 da Revisão da Receita; (iii) à entrada em operação de novos projetos de reforços e melhorias ao longo do ciclo anterior, e a (iv) à correção monetária do ciclo 2019/2020 pelo IPCA.

Revisão Tarifária Periódica das Receitas Anuais das Transmissoras Licitadas - Contratos de Concessão nº 034/2001, nº 006/2005 e nº 007/2006

Por meio da Consulta Pública nº 37/2019, instaurada em 28.11.2019, a ANEEL apresentou propostas do processo de Revisão da RAP relativa aos reforços e melhorias autorizados para os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica relativos aos empreendimentos licitados com revisão da receita prevista para 2018 e 2019, bem como a avaliação de Outras Receitas (OR) para destinação à modicidade tarifária.

Em 26.06.2020, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.705 que estabelece o resultado da Revisão da RAP dos Contratos de Concessão Licitados de Furnas 034/2001 (LT Ibiúna-Bateias), 006/2005 (LT Macaé-Campos III) e 007/2006 (LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste), que alcançaram o reposicionamento tarifário de -8,33%, -18,60% e +37,34%, respectivamente.

A revisão tarifária prevista para julho de 2019 foi adiada para 2020 mantendo-se seus efeitos retroativos a 2019.

Custo Médio Ponderado de Capital Regulatório - WACC da Geração e Transmissão

Por meio da Consulta Pública nº 26/2019, instaurada em 17.10.2019, a ANEEL propôs que a discussão referente às taxas regulatórias de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração cotista fossem tratadas conjuntamente, de forma a se obter uma proposta metodológica que pudesse abranger os 3 segmentos, para aplicação nos processos de atualização e revisão periódica das receitas.

Em 18.03.2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 874/2020 que aprova a revisão de seis Submódulos dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que regulamentam ou fazem referência à metodologia da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de distribuição, transmissão e geração cotista.

Em 24.04.2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 882/2020, que alterou a Resolução Normativa nº 874/2020, e estabeleceu para os segmentos de transmissão e geração cotista o WACC regulatório de 7,71% a.a., 7,40% a.a. e 6,96% a.a. para os anos de 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

Ressalta-se que o WACC regulatório vigente antes da publicação da Resolução Normativa nº 874/2020 era de 6,64% a.a. para o segmento de transmissão e 7,16% a.a. para geração cotista.

Prorrogação da concessão da UHE Itumbiara

Por meio do Despacho nº 3.108/2020, publicado em 10 de novembro, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia (MME), processo contendo: (i) a recomendação favorável à prorrogação do prazo da outorga de concessão da UHE Itumbiara, outorgada à Furnas, nos termos da Lei nº 13.182/2015, c/c a Lei nº 12.783/2013; e (ii) a respectiva minuta de contrato de concessão, relativa à prorrogação solicitada.

A ANEEL considerou que foram atendidas as condições estabelecidas na Lei nº 13.182/2015 para a prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos (26 de fevereiro de 2050).

Adicionalmente, conforme voto que instruiu a regulamentação da Lei nº 14.052/2020 pela ANEEL, a UHE Itumbiara tem direito à extensão da outorga em 395 dias, decorrentes do Termo de Repactuação nº 129/2015. Nesse sentido, nos cálculos da extensão, será considerada a data de 28 de março de 2051 como a data de referência do final da outorga da UHE Itumbiara.

Reajuste Anual da Receita de Geração Cotista

O valor total da Receita Anual de Geração (RAG) das usinas hidrelétricas de Furnas em regime de cotas foi reajustado pela Agência, para o ciclo 2020/2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.746/2020, publicada em 30.07.2020.

O valor da RAG para o ciclo 2020/2021 alcançou um acréscimo de 12,75% quando comparado ao valor homologado no ciclo anterior. O Reajuste Anual foi impactado, principalmente, (i) pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses; (ii) pelo aumento das parcelas das receitas destinadas a remunerar os investimentos realizados nas referidas usinas, o GAG melhoria e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), motivados pela revisão da taxa de remuneração regulatória - WACC, que aumentou de 7,16% para 7,71%; (ii) pelo recebimento da Parcela de Ajuste (PA) positiva devido ao impacto do aumento do WACC, retroativamente aos ciclos 2018/2019 e 2019/2020; e (iv) pela recuperação e superação dos índices de disponibilidade da UHE Furnas após a sua modernização.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2020, Furnas novamente obteve expressivos resultados econômico-financeiros, o que demonstra a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a solidez e garantir a sustentabilidade da Companhia. Merecem destaque: (i) o robusto lucro líquido de cerca de R$ 2,57 bilhões, com uma margem líquida de 24%; (ii) o EBITDA (critério CVM) de R$ 4,6 bilhões, com margem de 43%; (iii) a evolução do resultado financeiro em 47%, correspondente a um incremento de cerca de R$ 362 milhões no resultado do exercício; e (iv) a continuidade da redução do endividamento líquido, que foi de cerca de 14% com relação a 2019.

Demonstração do Resultado Resumida (em milhões de reais)

	2019	2020	Variação Percentual
Receita Operacional Líquida	9.834	10.797	10%
Custos e despesas operacionais	(4.650)	(6.224)	34%
Ebitda	5.402	4.599	-15%
Resultado Financeiro	(775)	(413)	-47%
Lucro Líquido	3.798	2.568	-32%

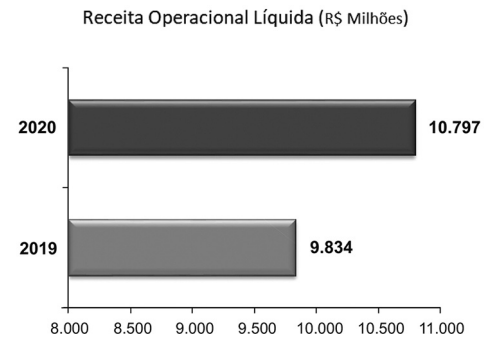
continua

continuação

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida em 2020 atingiu R$ 10.797 milhões, o que representou um aumento de 10% em relação a 2019 (R$ 9.834 milhões). Tal variação é justificada pelo aumento da receita do segmento de transmissão, em virtude:

- da Revisão Tarifária Periódica de 2018 das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013; e
- do início do recebimento da parcela referente ao custo de capital não incorporado desde a prorrogação dessas concessões, atualizada e remunerada pelo custo do capital próprio (Ke) real do setor de transmissão definido pela ANEEL, retroativo ao processo tarifário de 2017, nos termos da Portaria nº 120/2016 do Ministério de Minas e Energia.



Obs:. Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

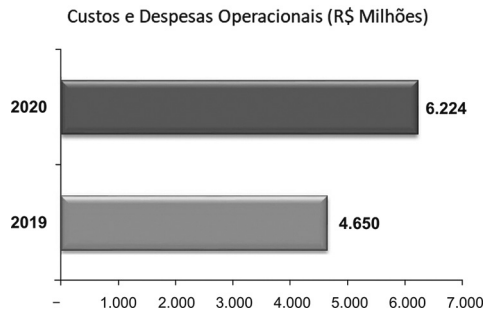
Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 34% devido, principalmente, a itens não recorrentes, como por exemplo:

- perdas de R$ 298 milhões em investimentos em SPEs (ante um ganho de R$ 497 milhões em 2019);
- celebração de acordo judicial com a Light, no valor de R$ 496 milhões, após obtenção de desconto de cerca de R$ 146 milhões, encerrando processo de 15 anos;
- registro de R$ 499 milhões em processos judiciais com risco de perda provável (ante um valor de R$ 359 milhões em 2019).

Por outro lado, o custo com Pessoal (P), Material (M) e Serviços (S) foi reduzido em 12% (R$ 233 milhões), principalmente devido às seguintes ações realizadas em 2019, porém com impactos no exercício de 2020:

- término dos contratos de mão de obra terceirizada;
- adesão e posterior desligamento de 279 funcionários no Plano de Demissão Consensual (PDC) e incorporação à força de trabalho de 101 terceirizados, por acordo entre a Companhia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

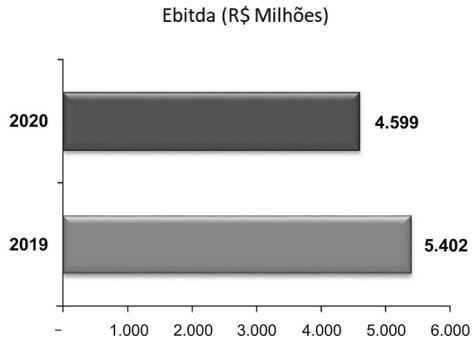


Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados.

Ebitda

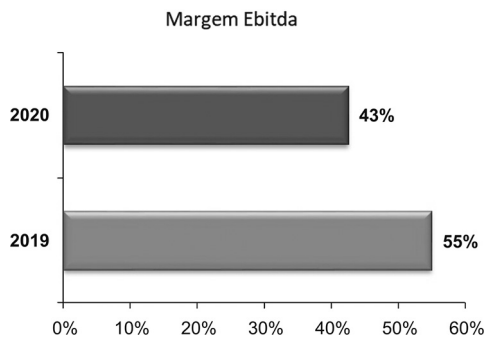
Além dos impactos descritos acima, que sensibilizaram as receitas, custos e despesas, houve redução da receita de geração, no valor de R$ 481 milhões, em virtude do término de contratos de venda de energia cujos preços eram superiores aos preços atuais de mercado, e aumento do resultado negativo de equivalência patrimonial, no valor de R$ 198 milhões, impactado principalmente pelos resultados das SPEs Madeira Energia S.A. e Interligação Elétrica do Madeira S.A.

Com isso, o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2020, calculado no critério da CVM, atingiu R$ 4,6 bilhões, ante R$ 5,4 bilhões em 2019, o que representa uma redução de 15%.



Margem Ebitda (Ebitda/ROL)

A Margem Ebitda foi de 43% em 2020, ante 55% em 2019.



Obs:. Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

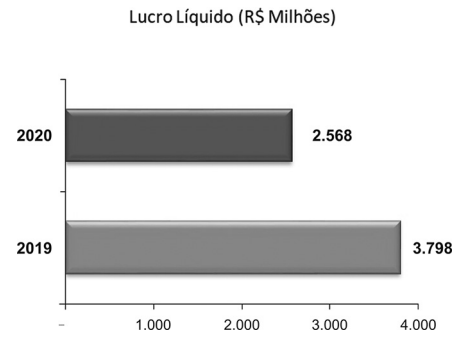
Resultado Financeiro

Verificou-se uma melhora de 47% em relação ao Resultado Financeiro de 2019, passando de -R$ 775 milhões para -R$ 413 milhões em 2020. Destacam-se a redução do endividamento da Companhia, bem como a redução do custo da dívida.

Lucro Líquido

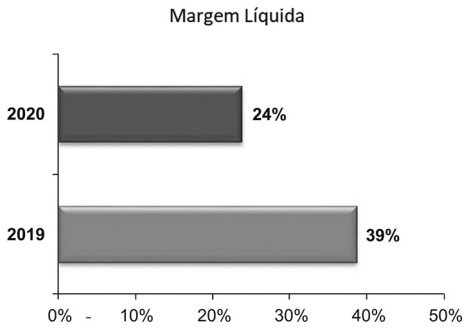
Furnas apresentou Lucro Líquido de R$ 2,57 bilhões, em função principalmente:

- do aumento da receita de transmissão;
- da redução do PMS;
- da melhoria do resultado financeiro;



Margem Líquida (Lucro Líquido/ROL)

A Margem Líquida foi de 24% em 2020, ante 39% em 2019.

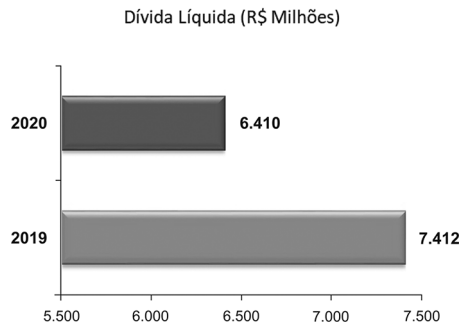


Obs:. Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados

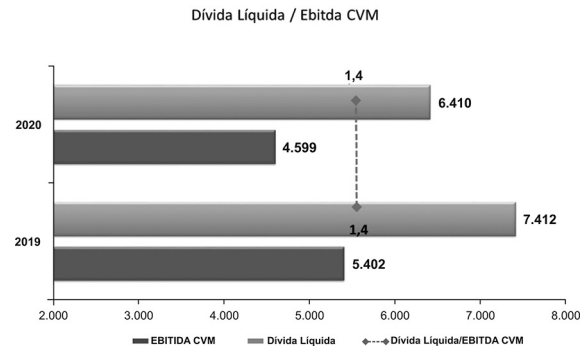
Endividamento

Da mesma forma que no exercício de 2019, e diante da taxa básica de juros da economia nos patamares mais baixos da história, a Companhia seguiu a estratégia de buscar a melhoria no perfil da dívida, liquidando antecipadamente contratos mais onerosos, e ao mesmo tempo alongando os prazos de pagamento, mantendo a liquidez necessária para cumprir seus compromissos de curto prazo.

De 2019 para 2020, a Dívida Líquida foi reduzida em cerca de 14% (R$ 1 bilhão).



Com os resultados apresentados pela Empresa em 2020, o indicador Dívida Líquida/Ebitda CVM manteve-se no mesmo patamar do ano anterior.



Obs.: Análise realizada baseada nos valores de 2019 reapresentados.

DISCIPLINA DE CAPITAL

O Projeto Disciplina de Capital, integrante do 2º Ciclo do Programa de Geração de Valor (PGV), teve como objetivo definir um modelo de gestão e otimização da utilização do capital na Empresa, por meio de um robusto conjunto de informações e ferramentas integradas bem como a sua governança.

A partir da visão de alocação dos dispêndios, em sua totalidade e definida a parcela disponível para investimento, tem-se um racional para a priorização de novos investimentos e outro para a priorização de investimentos corporativos.

Também foram definidos processos e ferramentas para a gestão da aplicação do investimento em parcerias, para o acompanhamento do desempenho financeiro dos empreendimentos existentes permitindo a tomada de decisões sobre medidas de melhoria.

Encerrado em 31 de dezembro, deixou um legado de iniciativas para ajustes em lançamentos que ganharam visibilidade com as ferramentas entregues, agregando valor à visão gerencial.



continua

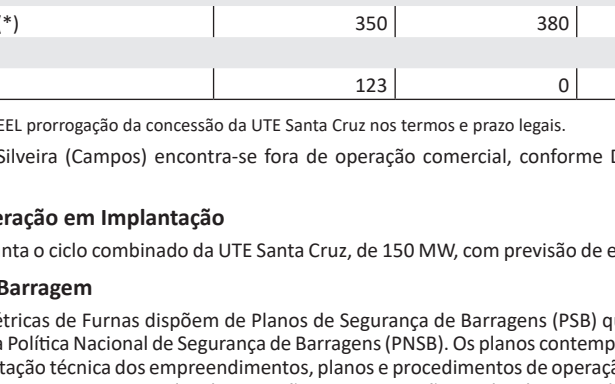
continuação

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (CFURH)

A CFURH é um encargo setorial pago pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2020, o valor total pago por Furnas à ANEEL, calculado de novembro de 2019 a outubro de 2020, foi de R$ 173.685.390,56. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela ANEEL da seguinte forma: Estados (25%), Municípios (65%) e União (10%).
A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), de Minas e Energia (MME) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A divisão final do total dos recursos da CFURH teve a seguinte configuração:



Furnas também possui participação acionária em oito usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2020 o total de R$ 209 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação: Baguari (30,612%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,4737%), em Goiás; Santo Antônio (43,0554%), em Rondônia; Teles Pires (24,72%) e São Manoel (33,333%), entre Mato Grosso e Pará; e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas atua nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

GERAÇÃO

A tabela a seguir apresenta, por tipo de geração, os principais grupos de empreendimentos em operação, próprios ou de propriedade compartilhada, com as respectivas potências instaladas.

MW

Geração	2020	2019	2018
Hidráulica			
Renovadas	4.617	4.617	4.617
Não Renovadas	2.944	2.944	2.944
Regime Compartilhamento	1.485	1.485	1.485
Em SPE	8.719,8	8.719	8.684
Térmica			
Não Renovada (*)	350	380	380
Eólica			
Em SPE	123	0	0

(*) Solicitada à ANEEL prorrogação da concessão da UTE Santa Cruz nos termos e prazo legais.

A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho ANEEL 708/2019.

Projetos de Geração em Implantação

A Empresa implanta o ciclo combinado da UTE Santa Cruz, de 150 MW, com previsão de entrada em 2021.

Segurança de Barragem

As usinas hidrelétricas de Furnas dispõem de Planos de Segurança de Barragens (PSB) que obedecem ao preconizado pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Os planos contemplam informações gerais, documentação técnica dos empreendimentos, planos e procedimentos de operação e manutenção a serem seguidos, registros e controles de inspeções e manutenções realizadas e os Planos de Ação de Emergência (PAEs). Os PAEs são encaminhados às prefeituras e às instituições de defesa civil das áreas onde se localizam as barragens.

O corpo técnico de Furnas realiza inspeções periódicas das estruturas, complementando-as com a análise de registros da instrumentação instalada nas mesmas, objetivando a verificação e garantia contínua dos critérios de segurança consolidados no projeto. Os resultados são compilados em relatórios de inspeção técnica e de estudos de comportamento, com frequências compatíveis às características de cada empreendimento, disponíveis para apreciação de conformidade pelos órgãos reguladores, em específico a ANEEL.

As usinas do Sistema Furnas de geração atendem os ditames de segurança operacional, em conformidade com a Lei de Segurança de Barragem, regulamentada a partir da Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015.

Segundo a PNSB, cabe à entidade que concede ou autoriza o uso do potencial hidráulico a fiscalização e ao empreendedor a provisão dos recursos necessários à garantia da segurança da barragem.

TRANSMISSÃO

O parque de transmissão em operação apresenta capacidade de transformação total de 131.609,65 MVA, decorrente da operação das 72 subestações próprias ou em parceria via SPEs.

Quantidade

Subestações	2020	2019
Renovadas	47	46
Não Renovadas	8	8
Em SPEs	17	15

Obs.: SPEs - 34.318,80 MVA.

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam o total de 34.995,13 km de extensão, distribuídas ao longo de 4 regiões geográficas do País, a saber: Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

km

Linhas de Transmissão	2020	2019
Renovadas (1)	20.066,20	20.434,50
Não Renovadas	1.635,00	1.635
Em SPEs (2)	13.293,93	7.876,17

(1) Considera 175 km da LT 230 kV Rio Verde/Rondonópolis, C-2, e desconsidera 165 km das LTs 25kV dos eletrodos de terra.
(2) Para os empreendimentos em corrente contínua das SPEs, Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, em linha com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O detalhamento da estrutura operacional é encontrado na Nota Explicativa 2 deste Relatório.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)

Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a sua área de atuação.

O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *online* completo de todas as instalações da Empresa, utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

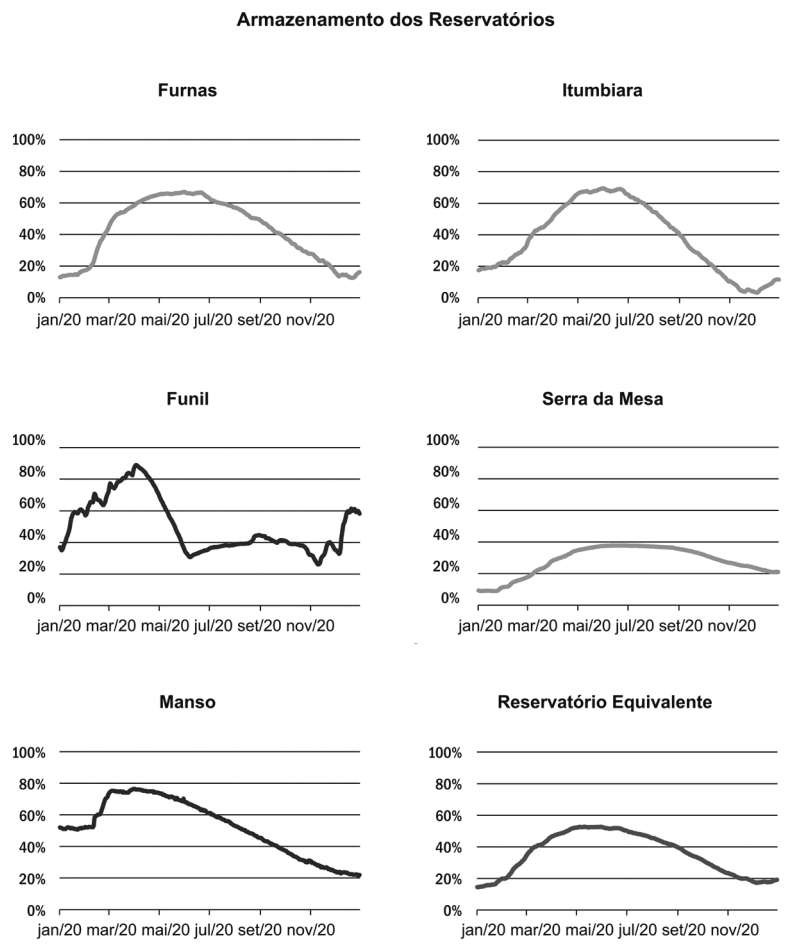
Para que a confiabilidade e a qualidade sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção da Empresa.

Furnas mantém um programa de modernização das instalações para atendimento aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para as melhorias nos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

O ano de 2020 caracterizou-se pelo declínio do armazenamento dos maiores reservatórios de acumulação em relação ao ano anterior.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 16,76% no reservatório da UHE Furnas, 10,51% no da UHE Itumbiara, 56,33% no da UHE Funil, 21,02% no da UHE Serra da Mesa e 22,03% no do APM Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 19,30% de capacidade, acima dos 14,61% observados no final de 2019.



Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e do APM Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Inter-relação e debate sobre o nível do reservatório de Furnas

Foram realizados encontros e audiências públicas reunindo representantes do setor (Aneel, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério de Minas e Energia, ONS), a Associação dos Municípios do Lago de Furnas e da Empresa, para discutir o estabelecimento do nível das águas de alguns reservatórios.

Devido aos baixos níveis dos reservatórios das UHEs Furnas e Mascarenhas de Moraes, foram discutidas as possibilidades de se estabelecer uma cota mínima compatível com as atividades de geração e demais usos múltiplos. Foram analisados os impactos da redução da capacidade de geração nas tarifas e na operação das demais hidrelétricas.

Manutenção das Instalações

No âmbito da manutenção, as instalações de Furnas utilizam a Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), metodologia mundialmente consagrada, que estabelece a melhor estratégia de manutenção para um dado sistema ou equipamento, gerando planos de manutenção com ações adequadas de manutenção preventiva, preditiva ou detectiva, com base nos modos de falha identificados e suas criticidades.

Tais planos de manutenção são implementados em ambiente SAP-PM e, nas periodicidades adequadas, geram ordens de manutenção que são executadas por equipes de campo altamente treinadas, organizadas em gerências regionais, de forma a cobrir todo o parque gerador e o sistema de transmissão de Furnas.

A efetividade das ações de manutenção pode ser verificada através dos altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade das linhas de transmissão, subestações e unidades geradoras que, a despeito do longo tempo em operação de algumas instalações, estão entre os mais elevados dentre as concessionárias de transmissão e geração do Brasil.

Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão e Geração

Para garantir os altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade do sistema Furnas, as equipes de engenharia estão constantemente acompanhando o desempenho dos equipamentos de geração e transmissão, bem como sua vida útil técnica e regulatória, propondo, quando adequado, a implantação de reforços e melhorias. Tais empreendimentos têm como finalidade a substituição, modernização ou revitalização de equipamentos e sistemas em fim de vida útil, obsoletos, superados eletricamente ou com problemas crônicos de desempenho.

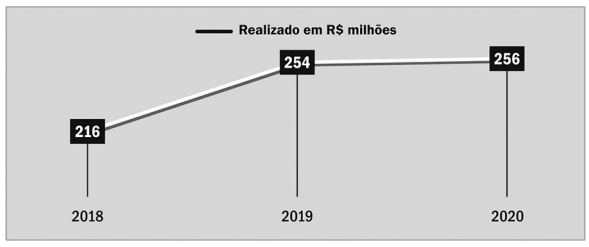
continua

continuação

As ações são coordenadas entre diversos órgãos de Furnas e visam, principalmente, priorizar investimentos que minimizem o risco para o sistema, gerem receita adicional e evitem penalidades regulatórias, em consonância com a regulação vigente.

Uma vez priorizados e planejados, os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela ANEEL: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela ANEEL e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2020, R$ 256 milhões. No quadriênio 2017 - 2020 foram realizados investimentos de aproximadamente R$ 879 milhões.



Destacamos ainda, no ano de 2020, a instalação de 428 novos equipamentos dentre os quais 315 em atendimento às diversas Resoluções Autorizativas da ANEEL, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária.

Esses esforços proporcionaram a conclusão de empreendimentos nas subestações Adrianópolis, Brasília Geral, Campos, Guarulhos, Gurupi, Itumbiara, Marimbondo, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Serra da Mesa, Tijuco Preto e Vitória.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

GERAÇÃO

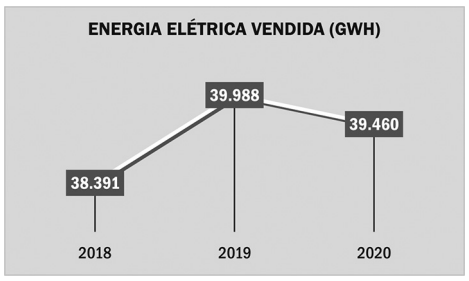
A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

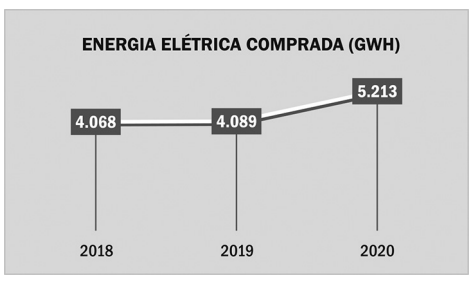
MW médios

Contratos de Energia de Longo Prazo				
	2020	2019	2018	2017
Serra da Mesa	328,1	328,1	328,1	345,0
Manso	3,5	3,5	3,5	3,5
Outros	261,9	135,1	132,8	76,9
Total	**593,5**	**446,7**	**464,5**	**425,4**

O total de energia elétrica vendida, em 2020, foi de 39.460 GWh, o que representa redução de 1,3% em relação a 2019, proporcionando um faturamento 10,8% menor, totalizando R$ 5.700 milhões em 2020. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.



Em 2020, Furnas comprou 5.213 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R$ 988,9 milhões, o que representa acréscimo de 27,5%, em relação à quantidade de energia comprada em 2019.



Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

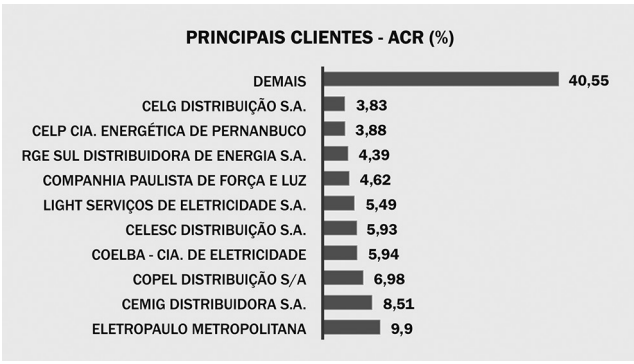
Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela ANEEL.

Em 2016, a ANEEL anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as UHEs Simplício, Batalha, Mascarenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara e para o APM Manso, que vinha acarretando, desde 2014, significativos ônus a Furnas.

A repactuação, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 688/2015, prevê a transferência integral, às distribuidoras de energia, dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas, tendo como contrapartida pagamento de prêmio de risco de R$ 9,50 / MWh (referência Jan/2015), a partir de julho de 2020.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa deteve 335 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), entre os clientes constam grandes consumidores e as principais comercializadoras de energia do País. Além disso, conta com 324 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas de distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2020 de aproximadamente R$ 2.440 milhões, resultantes do relacionamento comercial com 54 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 59,45% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.



TRANSMISSÃO

No que tange à transmissão, as transações comerciais são realizadas segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela ANEEL, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato

R$ mil

Natureza do Contrato	2020	2019
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da ANEEL	131.305	129.814
Furnas Geração (1)	30.578	26.708
Encargos Negociados entre as partes	25.919	24.725
Total CCT	**187.802**	**181.247**
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	11.967	13.774
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	0	0
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	4.070	4.436
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) (2)	5.772.646	4.885.752
Total Geral	**5.976.485**	**5.085.219**

(1) Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020).

(2) Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna - Bateias, Macaé - Campos C3, Ouro Preto 2 - Bom Despacho 3, Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, Mascarenhas - Linhares, Zona Oeste, Xavantes - Pirineus e Transporte Itaipu.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2020/2021.

GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES

Furnas participa diretamente de 24 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e tem aprimorado continuamente os mecanismos de gestão, dentre eles o mapeamento de processos, a consolidação de instrumentos normativos e do sistema informatizado para suporte aos gestores e profissionais que desempenham as funções de conselheiros fiscais e de administração nessas SPEs.

No sentido de melhorar o desempenho das SPEs, Furnas vem adotando as melhores práticas de controle de governança. Além disso, todos os Planos de Negócios das Companhias foram atualizados e/ou revisados, baseados em parâmetros estabelecidos com o objetivo de acompanhamento e gestão do negócio.

Os bons resultados dessas estratégias já podem ser observados. Os benefícios provenientes de ações de redução de capital e de recebimento de dividendos atingiram R$ 300 milhões.

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (P&D+I)

Projetos Regulados pela ANEEL

Para fazer frente aos desafios impostos pelas mudanças regulatórias e tecnológicas no setor elétrico, a gestão de P&D+I é estratégica, sustentada por forte integração com as áreas técnicas, propiciando acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização de tecnologias e novos conhecimentos.

O objetivo principal é a permanente transformação dos estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados, garantindo vantagem competitiva à Empresa.

Como os projetos de P&D+I integram uma verba obrigatória para investimento a Empresa busca desenvolver projetos que darão retorno, por meio do aperfeiçoamento de processos e pela criação de novas tecnologias, para solução de problemas existentes ou para a demanda de inovação do setor.

A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Nos últimos quatro anos a Empresa realizou chamadas públicas de projetos de pesquisa que resultaram na apresentação de 348 propostas e, também, captou propostas com a participação de indústrias e instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões do País.

O processo de coleta pública de ideias, junto aos colaboradores e ao público externo, continua sendo monitorado permanentemente. Destacamos também a participação de Furnas na Chamada Estratégica da ANEEL sobre Mobilidade Elétrica, através de um projeto apresentado pelo ITA em parceria com a AVL South America Ltda., no qual teremos a participação da Serra do Facão Energia S.A., em cooperação com Furnas.

Esse processo propicia novas parcerias com instituições de ensino, centros de pesquisa e com empresas de base tecnológica. Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, desenvolvimento de projetos inovadores em geração de energia fotovoltaica e energia eólica, bem como um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia, a longas distâncias, com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas destacam-se:

- armazenamento de energia;
- gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- laboratório de aerodinâmica e túnel de vento;
- mobilidade com tecnologia elétrica e híbrida; e
- geração de energia fotovoltaica e eólica.

continua

continuação

Merece destaque o projeto "Desenvolvimento de Sinergia entre as Fontes Hidrelétrica e Solar com Armazenamento de Energias Sazonais e Intermitentes em Sistemas a Hidrogênio e Eletroquímico", em parceria com a Empresa BASE Energia Sustentável, em atendimento à chamada ANEEL nº 021/2016 de projeto estratégico da ANEEL "Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia no Setor Elétrico Brasileiro".

Soluções Digitais, Empreendedorismo e Ecossistema de Inovação

Furnas dedicou o ano de 2020 à inovação e ao empreendedorismo, consolidando e expandindo ações nacionalmente.

A Olimpíada Nacional de Inovação, a primeira do Brasil, reuniu oito empresas e atingiu aproximadamente 160 colaboradores, diretamente, e mais de dois mil colaboradores, indiretamente, como evolução do Programa Inova Furnas expandido para as Empresas Eletrobras.

A equipe vencedora da Olimpíada Nacional de Inovação, Hidrogênio Verde, construiu um protótipo de uma planta 3D para o beneficiamento de hidrogênio, visando desmistificar a complexidade e demonstrar a mínima área e equipamentos necessários para construir uma iniciativa desse porte. O hidrogênio, que era descartado nas usinas da Eletronuclear, passará a ser beneficiado com a utilização de uma membrana de paládio.

O Laboratório de Prototipação foi criado para acelerar a conversão dos projetos internos de inovação em produtos, formar líderes em metodologias ágeis, como o SCRUM e o *Lean Startup*, capacitar na criação de aplicações LOW-CODE ou NOCODE, e reduzir riscos de atraso em contratações e custos com fábrica de *software* nas etapas iniciais de validação.

Em complementação com o Laboratório de Prototipação, Furnas desenvolveu de forma inédita no setor um modelo interno de *Venture Building*, a *Power Ventures*, que visa converter projetos internos dos colaboradores em empresas *startups* com opções de compra de participações por Furnas, o que potencializará a geração de valor dos produtos internos de inovação ao torná-los aptos ao recebimento de investimento externo e oferta ao mercado.

No relacionamento com *startups*, Furnas abriu a oportunidade de atuação em parcerias comerciais na expansão, em escala nacional, dos projetos do Inova Furnas. Mais de 100 *startups* se candidataram. Em atuação conjunta com a *Innovation Latam* foi disponibilizada uma plataforma digital onde as *startups* puderam receber *insights* de engenheiros e especialistas no setor de energia e ganhar visibilidade dentro do ecossistema de inovação. Furnas ainda disponibilizou R$ 3 milhões, por meio de chamada pública em parceria com o SENAI, com o objetivo de encontrar novas tecnologias voltadas para o setor elétrico no enfrentamento à Covid-19, em parceria com *startups*.

Furnas iniciou oficialmente a participação no projeto de criação do ecossistema de Inovação em Energia e Sustentabilidade, em parceria com a Coppe/UFRJ e Petrobras, dentre outros. O projeto tem o objetivo de estimular a criação e o desenvolvimento de *startups* e do empreendedorismo focados nos setores de energia e sustentabilidade e implantar no Rio de Janeiro a metodologia do MIT REAP.

Em linha com o incentivo à inovação e a responsabilidade social, Furnas patrocinou o *Hacking.Help*, evento promovido pelo *Hacking.Rio*, maior *Hackathon* da América Latina. A edição reuniu mais de 2 mil pessoas para desenvolver soluções para os problemas que a sociedade enfrenta devido à pandemia do novo coronavírus.

A Plataforma *Sharecare* foi disponibilizada para os colaboradores de Furnas permitindo que a equipe de saúde tenha um panorama das condições de saúde e realize acompanhamento médico preventivo da Covid-19. Furnas também tornou acessível o uso de um sistema de inteligência artificial para identificar riscos de Covid-19, através do aplicativo *KeyApp*. Os colaboradores na chegada às principais instalações da Empresa passaram a realizar o reconhecimento facial em totens que medem a temperatura corporal do empregado.

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (CSC)

O CSC tem como principal objetivo atualizar e padronizar os processos de suporte administrativo ao negócio da Empresa.

Furnas, como pioneira na experiência de compartilhamento de serviços, logrou liderar o CSC Sudeste, das Empresas Eletrobras, onde atua prestando serviços para a *Holding* e Eletronuclear.

Este modelo de compartilhamento de serviços visa aumentar a rentabilidade a partir da redução de custos no atendimento às demandas das Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste e tornar os procedimentos mais eficientes para os macroprocessos de finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos e logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação e jurídico.

O CSC também apoia atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

Nesse sentido, foi desenvolvido o Projeto de Controle e Recuperabilidade de Sobressalentes que permitiu a indicação de aproximadamente 25 mil materiais para alienação e recuperação. E, apenas em 2020, foram alienados R$ 10,4 milhões em bens móveis inservíveis.

Outra iniciativa exitosa em reduzir custos foi a contratação de um Almoxarifado Virtual para materiais administrativos e gestão centralizada de EPIs. Em meio à pandemia, o CSC garantiu o fornecimento e reposição de estoque de todos os EPIs relacionados à prevenção contra a Covid-19; o que viabilizou um ambiente de confiança para os profissionais das atividades fim, que receberam da equipe de logística 20 mil kits de teste de Covid-19, distribuídos inclusive para todas as Empresas Eletrobras.

No que concerne ao uso da tecnologia, destacamos a implantação da ferramenta *Sharepoint*, para registro e acompanhamento dos processos de contratação por Pregão Eletrônico e Contratação Direta (IL/DL). Essa ferramenta traz informações atualizadas sobre cada fase do processo, o que permite um melhor acompanhamento pelos órgãos interessados, além de medir os indicadores de cada processo licitatório.

Em março de 2020 houve uma reestruturação organizacional no CSC por meio de uma realocação de unidades organizacionais entre a Superintendência e as Divisões. As áreas regionais passaram a atuar com Divisões de serviços especializados. Os principais macroprocessos (Suprimentos, Logística e Infraestrutura) passaram a atuar de forma independente, com Gerências próprias. Com a reestruturação ocorreram ganhos imediatos, tais quais:

- aperfeiçoamento da estrutura sem aumento de custos;
- aumento da produtividade (especialização das áreas de atuação por Gerência);
- melhor performance operacional (racionalização dos fluxos de informação e de processos por camadas);
- maior interação da Superintendência com os gestores dos macroprocessos e com a Coordenação Global do CSC.

Em maio de 2020, ocorreu a reestruturação da área fundiária e patrimonial de Furnas, que unificou a *expertise* e o *know-how* da área responsável pela aquisição de imóveis e/ou instituição de servidão administrativa para implantação dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica com o da área responsável pela gestão desse patrimônio, permitindo a otimização de recursos humanos e materiais, trazendo maior agilidade e confiabilidade aos processos vinculados à gestão patrimonial, notadamente na resolução de pendências de regularização de imóveis e contratos de cessão de uso dos mesmos.

No mesmo ano, foram concluídos 3 processos indenizatórios de atingidos pela passagem das Linhas de Transmissão, 345 kV, Tijuco Preto-Itapeti e Itapeti-Nordeste e concluído o processo de contratação de serviços técnicos especializados de estruturação, constituição e execução de Plano de Desestatização de Ativos Imobiliários de Furnas.

GOVERNANÇA

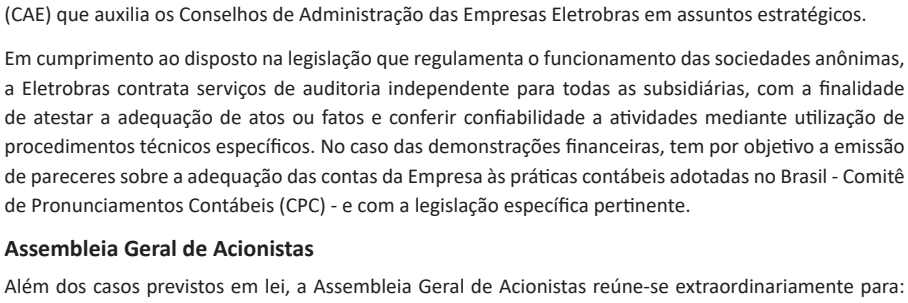
As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Obs: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos e conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa às práticas contábeis adotadas no Brasil - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2020, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu, de forma virtual, conforme previsto na legislação, em 7 de maio de 2020, para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2019, a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2019 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2020, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) em:

- 27.01.2020 - para aprovar a inclusão de Taxa Fixa *Flat Fee* (orçamento extra de distribuição) na 1ª (primeira) Emissão ("Emissão") de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, na 2ª Série da Companhia, no valor de até R$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) ("Debêntures"), a ser distribuída através de Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação e de Melhores Esforços ("Oferta"), assim como seus termos e condições, conforme previsto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), já havendo manifestação favorável do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras" ou "Fiadora").
- 30.07.2020 - para deliberar sobre a eleição de membro Suplente do Conselho Fiscal da Empresa, representante do Ministério da Economia; para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Acionista Controlador; e
- 02.10.2020 - para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração, representante do Acionista Controlador.

continua

continuação

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelo Estatuto, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho e seu substituto designados pela Eletrobras, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério da Economia, um indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2020, este colegiado reuniu-se 27 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei *Sarbanes-Oxley*, o CAE é composto por membros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governança de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

É constituído por um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública Federal; um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e um membro e respectivo suplente indicados pela *Holding*.

Em 2020, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, órgão colegiado, é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Regulação e Comercialização.

Compete à Diretoria Executiva, em reunião semanal ou extraordinária, a direção geral e a administração de Furnas, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2020, foram realizadas 66 reuniões.

Secretaria de Governança Corporativa

A Secretaria de Governança Corporativa tem como principais atribuições:

- planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- controlar as alterações do Estatuto Social e dos Regimentos Internos da Empresa e seus Colegiados, promovendo as ações necessárias à sua publicação;
- coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, atuando nas interações entre os agentes e os órgãos de governança;
- coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativas, executiva, fiscalizadora e consultiva;
- contribuir para que a divulgação de informações, pela organização, esteja alinhada aos princípios de governança e para difusão destes nas empresas subsidiárias, coligadas e controladas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tem a missão de ser uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da Empresa. Auxilia a mesma a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Em 2020 foram cumpridas as 23 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 35 relatórios, incluindo os referentes às demandas extraordinárias da Alta Administração que surgiram ao longo do exercício.

Adicionalmente, a Auditoria emitiu 5 Informações Técnicas para atender as demandas da Alta Administração. Dessa forma, o resultado da atuação direta da Auditoria Interna subsidia a alta administração de informações para a tomada de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOx), a Auditoria Interna providenciou a avaliação independente dos controles internos da Empresa, no exercício de 2020, através dos testes da administração, a partir dos riscos corporativos considerados críticos e determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, a fim de prover atendimento, pela administração, aos referidos órgãos de fiscalização e controle.

Informações no site: https://www.furnas.com.br/subsecao/172

Comitês e Comissões Internos

Grupos consultivos, de ação permanente, compostos por representantes de todas as diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e suportar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão.

Políticas Internas

São instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Social; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; e Investimento Social.

Políticas das Empresas Eletrobras

São instrumentos aprovados pelos Conselhos de Administração da *Holding* e de cada companhia subsidiária, estabelecendo e uniformizando os princípios e critérios básicos a serem utilizados pela Diretoria Executiva de Furnas, visando garantir que haverá maior integração das diretrizes orientadoras por todas as empresas.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010 Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, Diretores, Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O código foi atualizado em:

- dezembro de 2016, com a inclusão das legislações referentes a Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira;
- dezembro de 2018, recebendo o título de Código de Conduta Ética e de Integridade;
- dezembro de 2020.

A Instrução Normativa relativa a Conflito de Interesses considera obrigatório o preenchimento, por todos os empregados, do questionário de *due diligence*, prática inovadora que visa a prevenção de situações de conflito de interesses.

Vencedora da categoria B do VI Concurso de Boas Práticas em Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, em 26 de novembro, no XXI Seminário Ética na Gestão - Ética Pública e Governança, Furnas foi premiada pelo êxito e pela inovação do projeto "Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas".

O objetivo do concurso é promover a difusão e o intercâmbio de boas práticas de educação para a ética das Comissões de Ética dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Federal e reconhecer o papel educador das Comissões de Ética na prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético desejável, como também fortalecer a função pública.

Essa é uma prática inovadora dentro do Sistema Eletrobras que conscientiza todos os empregados sobre a importância da questão do Conflito de Interesses, o que, em muitos casos, pode ser um passo para a corrupção. A iniciativa viabiliza o comprometimento à responsabilidade de todo corpo funcional para a relevância do tema, atuando preventivamente, evitando punições, fortalecendo a governança corporativa e consolidando a ética como um valor empresarial.

A Empresa disponibiliza canais independentes para recebimento de denúncias. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento. No Portal Ética, podem ser feitas denúncias identificadas ou anônimas. A Comissão de Ética também recebe denúncias através do Canal Único da Eletrobras.

Para disseminação do Código de Conduta Ética e Integridade, ações educativas são realizadas para conscientizar os colaboradores no cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta. O objetivo é ser eficaz em orientar e aconselhar sobre a ética profissional no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo ao empregado conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura.

A Comissão de Ética realizou em 2020, em conjunto com todas as áreas da integridade, o treinamento virtual, Integridade Corporativa, com a apresentação de vídeos com o *slogan* Você Decide. Ao final os empregados votaram nas opções apresentadas, tendo como foco principal as questões relativas ao assédio moral e ao conflito de interesses nas organizações. Realizou, também, reuniões virtuais com os gestores das Áreas de: Santa Cruz, Funil, Itumbiara, Brasília, Campinas, visando dar orientações sobre questões e comportamentos éticos. Inseriu diversas publicações na intranet e enviou aos empregados, via e-mail, orientações relativas ao comportamento ético durante o teletrabalho e em reuniões virtuais.

Em 2020, a Comissão de Ética recebeu 17 denúncias. Após a devida análise, 12 casos estão encerrados, 1 está sobrestado e 4 processos estão em andamento.

Na intranet, no Portal Ética, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal de Consulta de Denúncias de Desvios Éticos. Constam também os dados dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania induzam à contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no *website* de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independentemente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da *Holding*, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas. Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento que consiste em: verificar se estão presentes dados suficientes na questão relatada e se a mesma é afeta à Empresa; realizar o encaminhamento à área interna responsável pela questão; gerenciar o prazo da resposta e verificar se o conteúdo de fato atende à manifestação.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, às exigências da Lei *Sarbanes-Oxley* e aos normativos da Ouvidoria Geral da União.

As denúncias são registradas no Canal Denúncia das Empresas Eletrobras (ICTS), operado por empresa externa, responsável por sua classificação, criticidade e encaminhamento ao Comitê de Sistema de Integridade (CSI), que fará a gestão centralizada de apuração e dos processos de responsabilização e de remediação.

Em 2020 foram enviadas, aos dois canais geridos pela Ouvidoria, 1.390 manifestações e 135 pedidos de Informação ao Cidadão (SIC) de Furnas.

As 1.390 manifestações na Ouvidoria têm a seguinte distribuição: reclamação (694), solicitação (663), sugestão (30), elogio e agradecimento (3). No que tange à origem destacamos que 929 (67%) são de origem externa, 133 (10%) interna e 328 (23%) “não identificada”.

Além disso, foram registradas no ICTS, 126 denúncias a serem tratadas pelo CSI.

ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE

Estratégia

O Plano Estratégico orienta o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) das Empresas Eletrobras.

Plano de médio prazo, o PDNG é revisto anualmente, tem horizonte de cinco anos e define metas e diretrizes para o período. Com seus cenários e premissas, dá origem e, ao final, consolida os Planos de Negócio e Gestão (PNG) das Empresas Eletrobras.

O PNG, por sua vez, contém projeções e estabelece as metas e os projetos específicos de Furnas que serão realizados nos próximos cinco anos. Dele derivam importantes instrumentos para a gestão da estratégia na Empresa:

- Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE)
- Remuneração Variável Anual (RVA) dos Dirigentes
- Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos Empregados

continua

continuação

Neste ano, Furnas orientou-se pelas seguintes diretrizes estabelecidas no PDNG 2020-2024:

Dimensão: desempenho empresarial

VALOR E INVESTIMENTO	Aumentar a criação de valor e ampliar a capacidade de investimento da empresa

Dimensão: governança, gestão e capacidades críticas

CULTURA E PESSOAS	Desenvolver a cultura de alta performance e excelência na gestão de pessoas, com meritocracia
GOVERNANÇA	Atingir a excelência em Governança, Gestão de Riscos e Controles internos (GRC)
GESTÃO	Focar a gestão da empresa em geração de valor e aumento da competitividade
INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	Ter protagonismo em inovação e promover a transformação digital dos processos de negócio e de gestão

Dimensão: negócios

EFICIÊNCIA DE G&T	Criar valor pelo aumento da eficiência dos ativos G&T
EXPANSÃO DE G&T	Consolidar a liderança em G&T, com foco em energia limpa
COMERCIALIZAÇÃO	Alcançar liderança na comercialização, com margem elevada e eficiência na gestão dos riscos
NOVOS NEGÓCIOS	Investir em novos negócios, com foco em energia, participando da consolidação do setor (M&A)

Informações no site: https://www.furnas.com.br/subsecao/10

Sustentabilidade

Desde 2003 Furnas aderiu ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, alinhando sua estratégia aos dez princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

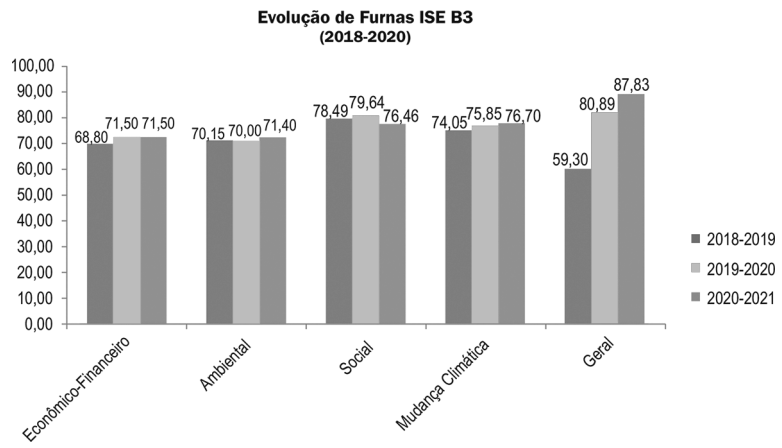
Indicadores dos ODS considerados prioritários para as Empresas Eletrobras integram o PDNG e o PNG de Furnas, por meio de ações que contribuem com a Agenda 2030 da ONU.

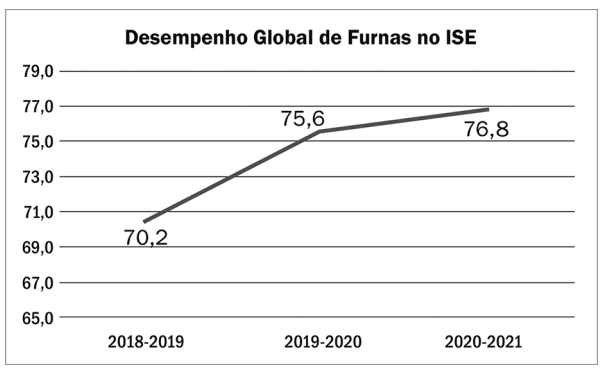
Em 2020, foi criada a Comissão Executiva de Sustentabilidade, composta por representantes das seis Diretorias, que tem como principal objetivo aperfeiçoar a governança da sustentabilidade, garantindo que os aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) sejam adequadamente analisados pela Alta Administração nos processos de tomada de decisão.

O compromisso de Furnas com a sustentabilidade se manifesta também na participação em outras iniciativas e associações para o desenvolvimento sustentável:

- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Programa na Mão Certa (*Childhood* Brasil);
- Fundação Abrinq;
- Programa Pró-Equidade de Gênero (Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República);
- Rede de Empresas pela Aprendizagem e Erradicação do Trabalho Infantil (Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho e Ministério do Trabalho);
- Instituto Ethos.

Furnas responde aos questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) na qualidade de controlada da Eletrobras, e seus resultados são utilizados como indicadores de desempenho no processo de planejamento estratégico. A evolução do desempenho de Furnas no ISE B3 nos últimos três anos é apresentada no gráfico a seguir.





Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparência e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, a Empresa divulga, para seus públicos de interesse, informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório Anual.

Informações no site: https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt.

CONTROLES INTERNOS

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos; no alcance de metas; e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana *Sarbanes Oxley* (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2020, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; *Entity Level Controls*; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

O programa prevê ações visando o fortalecimento do ambiente de controles internos da Empresa e acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

Um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (*Material Weakness* - MW), em linha com a diretriz estratégica "Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial".

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Obs.: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE (*COMPLIANCE*)

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2020-2024, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa. O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladoria Geral da União (CGU) e pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de *compliance* de cada empresa, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva de *Compliance* (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

A partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) análise periódica de riscos; 3) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) comunicação e treinamento; 5) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras, Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras e Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras. Nesse sentido, Furnas promove anualmente a revisão da avaliação dos riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos.

Em 2020 implementou o questionário eletrônico de *due diligence* de conflito de interesses aplicável a todos os seus empregados, com o objetivo de mapear os relacionamentos dos empregados e prevenir situações de conflito de interesses. Para lançamento da ferramenta a Companhia realizou um *webinar* de Conflito de Interesses, contando com a participação de palestrantes externos reconhecidos no mercado.

Adicionalmente, foram promovidos treinamentos para toda a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gerentes, bem como gestores de contratos e empregados que mantêm relacionamento com setor público, além de treinamento de integridade para todos os empregados.

Ainda em relação a treinamentos de integridade e ética, Furnas realizou em 2020, por meio de *webinar*, o Projeto Integridade Corporativa, abordando os aludidos temas por meio de esquetes teatrais e reuniões com gerentes de cinco unidades regionais.

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2020, aproximadamente 500 fornecedores foram submetidos ao processo de *due diligence*.

A Empresa participa ativamente do GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, do GT de Integridade do Instituto Ethos, do Instituto *Compliance* Rio (ICRio), bem como do Fórum de Integridade das Estatais, fóruns de debate e fomento ao tema da integridade, com a participação de experientes profissionais relacionados ao tema.

Furnas conta com o Comitê do Sistema de Integridade (CSI), composto por representantes de todas as Empresas Eletrobras, coordenado pela Diretoria Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras, com a atribuição de gestão e tratamento de todas as denúncias capturadas no Canal de Denúncias único das Empresas Eletrobras.

GESTÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos é integrado - coordenado pela Gerência de Riscos da Eletrobras, com o apoio das gerências de riscos das subsidiárias e o comitê de risco das Empresas Eletrobras, coordenado pela *Holding*, com a participação das áreas de riscos das Empresas Eletrobras. Tem como principal objetivo reduzir a materialização de eventos que possam impactar negativamente, de forma relevante e permanente, os objetivos estratégicos. Esse processo é regido pela Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que preconiza a incorporação da visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e às melhores práticas de mercado.

continua

continuação

A Matriz de Riscos Corporativa 2020-2021 e os Eventos de Risco Priorizados são baseados nos objetivos estratégicos da Empresa. O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e o Planejamento Estratégico contém análise do contexto externo e interno, e sua influência sobre o processo de Gestão de Riscos, a partir de forças e fraquezas e dos principais fatores de risco que podem impactar o ambiente de negócios e o conjunto de diretrizes e premissas.

A Matriz de Riscos Corporativa de Furnas, oriunda da Matriz de Riscos Corporativa da *Holding*, foi submetida a uma revisão em 2020 sendo composta por 4 pilares: Negócio, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 19 categorias, dos quais 13 eventos foram avaliados em 2020, a saber: Direitos Humanos, Gestão de Negócio de SPEs, Comercialização de Energia, Operação e Manutenção na Transmissão, Operação e Manutenção na Geração, Gestão Socioambiental de Empreendimentos, Formação e Gestão do Contencioso, Fraude e Corrupção, Segurança da Informação, Regulação Setorial na Geração, Regulação Setorial na Transmissão, Obras em Ativos de Geração e Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Os eventos avaliados de 2015 a 2020 perfazem o total de 27 avaliações, dos 34 eventos de riscos, e são periodicamente monitorados quanto às suas respectivas ações de tratamento.

O resultado do monitoramento é reportado para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), quando demandado.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Furnas possui uma área de Segurança da Informação que articula as ações para garantir as propriedades essenciais (Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade) que conferem valor às informações.

O exercício de 2020 foi marcado, principalmente, por ações de adequação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com a colaboração de representantes das frentes funcionais de "Tecnologia da Informação", "Gestão de Pessoas", "Jurídico", "Contratos e Convênios", "Contratos de Terceiros" e "Riscos", sendo alguns dos principais entregáveis, a definição do "encarregado pelo tratamento de dados pessoais - DPO" e a criação do Regulamento de Governança de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais das Empresas Eletrobras. Promovemos, ainda, um *webinar* sobre aspectos relacionados à proteção de dados pessoais para todos os colaboradores.

Está em curso a elaboração e implantação de um processo de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), com foco em Segurança da Informação. Dada a complexidade e a abrangência do tema, foi constituído um Grupo de Trabalho, com representantes de cada Diretoria, para acompanhamento e execução das tarefas inerentes ao Projeto. O trabalho contou com a participação de gestores, que através de entrevistas, colaboraram com a identificação dos processos mais críticos para a Empresa e o impacto que é gerado por cada um deles em caso de desastre.

Outro ponto de destaque foi a contratação da plataforma *Hacker Rangers*, ferramenta que subsidiou o programa de conscientização em Segurança da Informação de 2020. Através de identidade visual atraente e proposta baseada em "gameficação", a participação nos *quizzes*, cursos, "ciberatitudes" e respostas aos questionários gerava um acúmulo de pontos que, somados, formava um *ranking*. As primeiras colocações, foram premiadas, pelo Programa de Reconhecimento e Recompensa da área de Recursos Humanos da Empresa.

Por fim, registramos os diversos comunicados emitidos pela citada área, principalmente em tempos de teletrabalho e a constante melhoria nas avaliações e iniciativas relacionadas à redução do risco cibernético.

PRINCIPAIS RELACIONAMENTOS

Fornecedores

Furnas efetua uma série de contratações para garantir a excelência e eficiência dos serviços prestados, dentre as quais: obras e serviços de engenharia, aquisição de bens e serviços em geral, inclusive terceirizados. O quadro de fornecedores é composto por empresas de variados segmentos, desde microempresas até empresas de grande porte. Todas seguem as seguintes diretrizes:

- todo o processo de aquisição é norteado pela Lei nº 13.303, de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobrás (RLCE) e pelos demais diplomas legais relativos aos processos de aquisição por empresas estatais;
- os processos iniciados com patrocínio da Lei nº 8.666/93 permanecem por ela regidos até o encerramento dos respectivos contratos;
- os editais de licitações possuem cláusulas específicas de sustentabilidade, com a finalidade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos na tomada de decisão do processo licitatório;
- nos contratos cujo objeto seja terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo que demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação de provas de regularidade fiscal e trabalhista relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação e durante a vigência do respectivo instrumento contratual.

A homologação dos processos licitatórios é precedida de análise de integridade para as seguintes contratações: contratações diretas (exceto casos de dispensa por valor e contratos de adesão); agentes públicos; serviços de consultoria; consultorias de tecnologia da informação, desenvolvimento de *software*; serviços financeiros, terceirização de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra; obras e serviços de engenharia e empresas de publicidade (quando a alçada de aprovação seja de um ou mais diretores).

Caso seja verificada a classificação de risco "alto" ou "muito alto", para o agente econômico analisado, será emitido "Parecer de Integridade" pela Instância de Integridade Corporativa. As classificações de risco de integridade são subsídios para a tomada de decisão dos gestores e podem requerer o aumento dos controles de monitoramento, planos de remediação ou, em última instância, a descontinuidade do relacionamento com o fornecedor.

Furnas realiza chamada pública convocando empresas de qualquer segmento e porte que desejem se cadastrar como fornecedores.

Relações Sindicais

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades, organizadas em duas representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes desses processos de negociação são estendidas a todos os empregados da Empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da Empresa e maximizar a satisfação de seus empregados.

O Acordo Coletivo de Trabalho, cuja data-base é maio, é negociado anualmente e possui duas pautas, uma Nacional, que abrange todos os empregados das Empresas Eletrobras e outra, específica, que abrange todos os empregados de Furnas.

Entidades Representativas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos da esfera estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoelétricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidreletricidade (*International Hydropower Association* - IHA), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

COMUNICAÇÃO

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com seus diversos públicos de interesse apresentaram indicadores significativos em 2020. Os destaques estão listados a seguir e se referem à comparação com o ano anterior.

Nas redes sociais, o crescimento foi totalmente orgânico, não havendo nenhum impulsionamento pago ao longo do ano.

- **Twitter (twitter.com/Furnas):** 19.003 seguidores, crescimento de 2,7%.
- **YouTube (youtube.com/CanalFurnas):** 973 novos inscritos em 2020, incremento de 39%, totalizando 3.482 inscritos. Até 31 de dezembro, o conjunto de vídeos publicados alcançou 682.189 exibições, sendo 138.611 em 2020.
- ***FanPage* de Furnas no Facebook** (*facebook.com/FurnasEnergia*): chegou à marca de 21.899 fãs ao final de 2020, aumento de 9,4%.
- **Instagram:** o perfil Furnas Energia contava, em 31 de dezembro de 2020, com 12.336 seguidores, aumento de 45%.
- **LinkedIn:** em 31 de dezembro de 2020, o perfil de Furnas no LinkedIn contava com 61.916 seguidores, aumento de 45% em relação ao ano anterior.
- **Fale Conosco:** recebeu 1.017 solicitações de informação sobre assuntos diversos. Desse total, 58% (593) tiveram suas demandas respondidas durante o período de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2020.
- ***Website* (www.furnas.com.br):** o website de Furnas recebeu 989.140 visualizações de páginas únicas, o que equivale a 82.428 visualizações/mês ou 2.747 visualizações/dia, crescimento de 67,63% em relação ao mesmo período de 2019. Nele, encontram-se informações sobre a Empresa e seus negócios, meio ambiente, sustentabilidade, serviços, cultura, publicações institucionais e de interesse público, como prestação de contas, segurança de barragens, níveis dos reservatórios e cuidados com as linhas de transmissão.

RECONHECIMENTO

Childhood Brasil

O empenho de Furnas pelas atividades de valorização dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi, novamente, reconhecido pela Fundação *Childhood* Brasil por meio do Programa Na Mão Certa. A certificação acontece desde 2009 para mobilizar empresas, governos e sociedade civil no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

VI Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética

Furnas conquistou o primeiro lugar no VI Concurso Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A empresa foi premiada pela iniciativa "Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas", questionário anual preenchido pelos colaboradores sobre vínculos que possam configurar situação de conflito de interesses (*Due Diligence*).

Prêmio IIA May Brasil

Pelo segundo ano consecutivo, a Superintendência de Auditoria de Furnas foi contemplada com o prêmio "IIA May Brasil", que faz parte da premiação internacional do "IIA May". Recebem o Prêmio de Conscientização de Auditoria Interna profissionais que se destacam na promoção de ações voltadas a valorizar a profissão de auditor, conscientizando sobre a importância dos especialistas da área.

SOCIAL

GESTÃO DE PESSOAS

A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de seu quadro de pessoal.

Quadro de Pessoal

Empregados Efetivos	2020	2019	2018
Entradas	16	111	15
Saídas	21	316	166
Total	**2.827**	**2.832**	**3.037**
Não Efetivos - Mão de Obra Direta			
Quantidade	0	–	1.046
Variação	0	(1.046)	(17)
Estagiários			
Quantidade	82	191	301
Deficientes (IBAP)			
Quantidade	189 (3)	192 (2)	196 (1)

(1) Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 171 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(2) Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 169 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(3) Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar políticas e práticas de gestão ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas na busca da melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o empregado se enquadra e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro.

A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Remuneração Variável (RVA)

A Lei nº 13.303/2016 introduziu a possibilidade de pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas estatais, atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia e deve ser fruto de negociação entre as empresas e as entidades representativas dos empregados das Empresas Eletrobras.

continua

continuação

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2020, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio: Liderança, Ações Estratégicas, Específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Foram ofertadas ações previstas no Plano Global de Aprendizagem tais como cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos sobre temas importantes alinhados aos eixos de aprendizagem, como Contratos, *Compliance* e Legislação Trabalhista, dentre outros.

Destaca-se a criação da Comunidade de Prática de Combate ao Coronavírus, cujo principal objetivo foi difundir procedimentos de saúde e segurança no trabalho de forma rápida e atualizada. A dinamização da plataforma continuou por todo o ano.

No início das atividades de Gestão do Conhecimento, em maio, foram apresentados quatro projetos do Inova Furnas 2020, programa de desenvolvimento organizacional com foco na capacitação de colaboradores e formação de equipes funcionais e multidisciplinares, com competência em metodologias de inovação como o *Design Thinking*, o *Lean Startup*, o Ágil e o *Effectuation*.

O ano de 2020 finalizou com os seguintes números para participações em Iniciativas de Gestão do Conhecimento:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes s/ Força de Trabalho
252	3.912	5.141	359.275	1.383

Avaliação de Desempenho

Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas. O processo vem evoluindo, tendo incorporado, desde 2015, a avaliação dos gerentes por suas respectivas equipes.

Os resultados da avaliação são utilizados como subsídio para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Segurança e Saúde Ocupacional

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política das Empresas Eletrobras, com foco na prevenção.

Os empregados estão representados por 26 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 11 Unidades de Segurança (Usegs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Em 2020, o foco foi a definição dos protocolos de prevenção à Covid-19 e realização de auditorias semanais para verificar a adesão e a ocorrência de não-conformidades nas regionais. A Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Nacional (Sipat), realizada *online*, durante 5 dias, reuniu 870 participantes.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho.

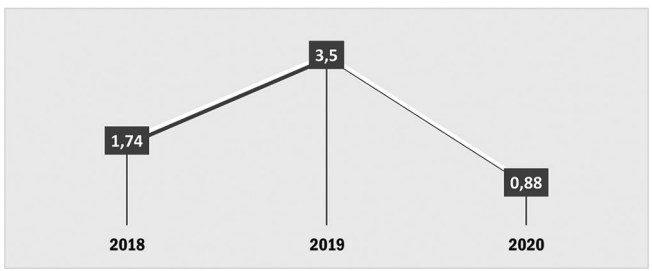
Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas humanas em exposição a risco.

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas Empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas/ano, conforme a norma NBR 14.280.

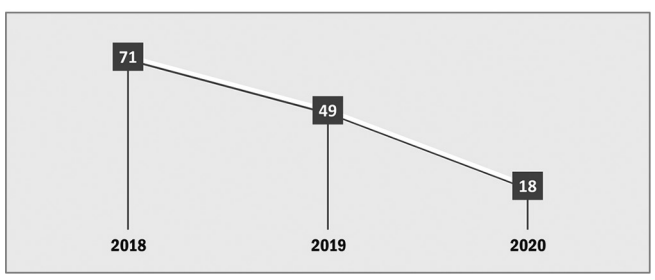
Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2018.

Taxa de Frequência de Acidentes Anual



Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	0,00	2,10	2,11	0,00	0,00	0,00	2,11	0,00	2,11	0,00	0,00	2,08

Taxa de Gravidade de Acidentes Anual



Taxa de Gravidade de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	0	6	13	0	0	0	63	65	65	4	0	2

Enfrentamento ao Coronavírus

A partir de fevereiro, Furnas iniciou intenso movimento de comunicação quanto ao coronavírus, por meio de Informes na intranet e de e-mails corporativos. As seguintes ações foram adotadas, envolvendo todas as diretorias, para implementação de medidas emergenciais e de contenção diante de todas as incertezas e dos riscos associados a um cenário de pandemia:

- em março, Furnas estabeleceu o trabalho *home office*, no Escritório Central e em todas as demais unidades, permanecendo em atividade presencial apenas as essenciais;
- foram identificados os grupos de risco, os empregados com filhos em creches e escolas nas localidades nas quais as aulas haviam sido suspensas, e estabelecimento de protocolos junto às terceirizadas, priorizando as ações de limpeza e desinfecção;
- foram adquiridos Testes Rápidos (20.000 unidades) e Testes Antígenos para detecção da Covid-19 (2.000 unidades), além de outros materiais preventivos;
- monitoramento diário - por equipe de Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Psicologia e Medicina - dos empregados em afastamento, sintomáticos e assintomáticos, e afastamento (quarentena) dos empregados sintomáticos e assintomáticos contactantes;
- disponibilização de Plataformas Digitais para consultas, *online*, e autoanamnese, através do Power BI e da realização de auditorias de procedimentos, em parceria com as CIPAs, para obter as evidências das medidas implementadas e oportunidades de melhoria;
- os profissionais estão à disposição para atendimento aos empregados por teleatendimento, visando a preservação da saúde física, mental e aspectos sociais no ambiente familiar.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

Ao final de 2020, do total de 11.370 participantes dos dois planos administrados pela FRG, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), 8.542 eram filiados ao plano BD, sendo 410 ativos, 6.306 aposentados, 1.790 pensionistas, 4 auto patrocinados e 32 ex-participantes que deixaram de ser empregados, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.828 participantes, filiados ao plano CD, dividem-se em 2.332 ativos, 400 aposentados, 53 pensionistas, 14 auto patrocinados e 29 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2020, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R$ 48.700.637,66. Com relação ao valor destinado pela Empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R$ 41.669.443,13 no exercício.

No *ranking* do período de novembro/dezembro 2020, divulgado na revista nº 431 da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a Fundação Real Grandeza ficou em 9º lugar entre 248 empresas. Ainda no *ranking* da Abrapp, entre os 15 maiores planos, o Plano BD da Real Grandeza classificou-se em 4º lugar.

RESPONSABILIDADE SOCIOCULTURAL

Em 2020, a atuação social passou por grandes desafios, que trouxeram também oportunidades da Empresa estar mais perto de suas comunidades, parceiros e colaboradores, contribuindo para minimizar os efeitos da pandemia. Foram construídas novas parcerias, colaborando para a melhoria da qualidade de vida da população do entorno de seus empreendimentos.

Por meio do projeto Salvando Vidas, foram doados equipamentos de proteção individual (EPIs) e insumos para hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa teve como objetivo apoiar a segurança de médicos, enfermeiros e técnicos que atuam no atendimento à população de comunidades em que a Empresa está presente, abrangendo 32 municípios do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins, Ceará e Distrito Federal. Foram investidos 8.750 mil reais neste projeto, que proporcionaram a doação de mais de 6 milhões de EPIs para 46 hospitais.

Contando com o apoio de mobilizadores e voluntários da Empresa, foram distribuídas cestas básicas e kits de higiene para colaboradores, cooperativas, comunidades e projetos sociais do entorno dos empreendimentos, beneficiando cerca de 4,5 mil famílias. Foram adquiridas mais de 51 mil máscaras de proteção de microempreendedores e projetos sociais apoiados por Furnas, reforçando o compromisso em contribuir não apenas na prevenção e combate à pandemia, mas também na geração de trabalho e renda nesse período de crise.

A Empresa também deu continuidade à sua atuação social através de ações para a promoção do desenvolvimento territorial de comunidades, dos direitos humanos de crianças, adolescentes e grupos minoritários, além da realização de atividades culturais e esportivas, que tiveram que se adaptar em decorrência das restrições impostas pela pandemia. Em relação a temática de gênero, Furnas aderiu ao Programa Equidade é Prioridade, do Pacto Global da ONU, que visa aumentar a participação feminina em cargos de liderança.

Os valores repassados, referentes a atuação sociocultural de Furnas, em 2020, foram os seguintes:

Valores Repassados em 2020 (R$)

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (Patrocínios e Convênios)

ATUAÇÃO SOCIAL	**3.306.170,09**
Projetos Sociais em Parceria com atuação em:	**3.176.608,61**
Educação	1.278.878,24
Promoção da Cidadania e dos Direitos	1.010.455,00
Geração de Trabalho e Renda	362.542,00
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	524.733,37
Ações para Promoção dos Direitos Humanos em:	**129.561,48**
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	107.404,08
Equidade de Gênero	22.157,40
ATUAÇÃO ESPORTIVA	**400.000,00**
Patrocínios Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	400.000,00
ATUAÇÃO CULTURAL	**13.450,00**
Patrocínios Culturais Não Incentivados (Cine Furnas Cultural)	13.450,00
PATROCÍNIO A EVENTOS	**60.000,00**
Patrocínios a Eventos Técnicos	60.000,00
ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA	**106.426,77**
Apoio a atividades do voluntariado	22.023,25
Mobilização/Capacitação de voluntários	84.403,52
Tempo do empregado investido no voluntariado: horas/ano *	–
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL	**3.313.187,36**
Apoio a projetos institucionais	3.295.065,08
Programas Especiais (Coleta Seletiva Solidária e Programa Luz para Todos)	18.122,28
DOAÇÕES	**9.108.176,32**
Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	
(Combate à Covid-19) em:	9.108.176,32
Repasse de recursos financeiros ao projeto Salvando Vidas (SITAWI)	8.750.000,00
Outras ações para combate à Covid-19	358.176,32
Total de Investimentos	**16.307.410,54**

* Obs.: Neste ano de 2020, não foi possível mensurar o tempo do empregado investido em atuação voluntária devido a pandemia de Covid-19. Seguindo as orientações da Empresa para cumprimento de distanciamento social, as ações foram realizadas por teletrabalho.

Informações no site: https://www.furnas.com.br/subsecao/182/responsabilidade-social?culture=pt

continua

continuação

AMBIENTAL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Furnas mantém seu compromisso em conduzir ações e políticas de respeito ao meio ambiente e à biodiversidade, utilizando de práticas sustentáveis em suas atividades diárias e no aproveitamento dos recursos naturais. Nesse modelo de negócio, a Empresa reconhece sua responsabilidade ambiental investindo na proteção e conservação do meio ambiente. Em 2020, o montante foi de R$ 111,5 milhões gastos com os seus empreendimentos.

Licenciamento Ambiental

Os estudos e relatórios são elaborados de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental.

Em 2020 foram emitidos - pelo IBAMA, ANA, INEA, CETESB, IBRAM, IDAF, IGAM, entre outras instituições - documentos ambientais, para os seguintes empreendimentos:

- UHEs: Funil, Furnas, Marimbondo, Porto Colômbia e Serra da Mesa;
- SEs: Barreiro, Barro Alto, Brasília Geral, Brasília Sul, Campos, Itutinga, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Vitória e Tijuco Preto;
- AHE Simplício;
- LTs: Angra - Angra, Itaberá - Tijuco Preto 2, Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2, Macaé - Campos III, Mascarenhas - Linhares e Pimenta - Barreiro 2;
- UTE: Campos;
- ETEL: Araçoiaba da Serra.

Mudanças Climáticas e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As Empresas Eletrobras assumiram Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, instituindo metas de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir de 2013. Mais informações referentes à Política Ambiental e compromissos institucionais podem ser acessadas nos links: https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estrategia-Climatica.aspx e https://www.furnas.com.br/subsecao/56/adesoes-e-compromissos?culture=pt

Cabe ressaltar que Furnas busca o selo ouro pelo nono ano consecutivo no Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol* (*GHG Protocol*), prêmio entregue a empresas que tenham publicado e verificado por terceira parte o seu inventário completo de emissões de GEE no Registro Público de Emissões.

Em 2020, no âmbito do Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (CMA), foi criada a Força Tarefa de Riscos, que entre outros assuntos, já reavaliou fatores de risco mais relevantes para os eventos de risco "Gestão da Adaptação" e "Gestão da Mitigação", com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade desses riscos na Empresa.

Para o ano de 2021, Furnas está estudando a contratação de um projeto que possibilite uma análise mais ampla das vulnerabilidades da sua geração de energia, além de estar desenvolvendo o projeto de P&D InterBRAMS, que visa identificar o comportamento das torres e cabos em regiões de alto risco, padrões de danos e estratégias de reforços, a partir da aplicação de um modelo meteorológico e o desenvolvimento de um sistema de monitoramentos de LTs para eventos climáticos extremos.

Relacionamento com a Comunidade e Territórios

Devido à epidemia da Covid-19, aos protocolos e às recomendações do poder público quanto às medidas de segurança sanitária e de isolamento social, alguns programas ambientais em 2020 tiveram o seu cumprimento prejudicado ou paralisado devido à suspensão dos seus contratos, em virtude de fato alheio à vontade do empreendedor.

Os programas que possuem em seu escopo o contato direto com a população sofreram maiores impactos da pandemia, como é o caso, do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental que possuem no seu bojo tratativas e ações diretas com a população.

Os Programas de Educação Ambiental (PEA) são implementados junto às populações das áreas de influência dos empreendimentos da Empresa. O seu objetivo é facilitar a produção e a aquisição de conhecimentos e habilidades, visando à articulação e à integração comunitária na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local. Trata-se de medidas compensatórias de atendimento legal que visam o empoderamento das comunidades locais a partir do fortalecimento de suas potencialidades e oportunidades de solução às fragilidades identificadas.

Os PEAs que tiveram atuação no ano de 2020 foram os das seguintes UHEs: Serra da Mesa, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto e Batalha.

Já os Programas de Comunicação Social (PCSs) atendem as comunidades afetadas por empreendimentos de Furnas. Seu objetivo é informar à população que vive nos municípios atingidos sobre os diferentes aspectos do empreendimento, sobretudo aqueles relacionados aos seus impactos reais e potenciais, respectivas medidas de mitigação e a contribuição do empreendimento no contexto de políticas públicas nacionais e do desenvolvimento regional. Moradores, estudantes e empregados são o principal público-alvo das campanhas e palestras.

Os PCSs que tiveram atuação em 2020 foram dos seguintes empreendimentos: LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto 2 - Variante, LT 500 kV Norte - Sul, UHE Porto Colômbia, AHE Tabajara, UHE Serra da Mesa, UHE Itumbiara e UHE Batalha.

Gestão da Questão Indígena

Desde 1992 Furnas e Funai vêm celebrando convênios objetivando a preservação do modo de vida da Comunidade Avá-Canoeiro. Atualmente encontra-se em vigor o Convênio 9000000455/2012. E, ainda, bimestralmente são repassados à Funai os valores correspondentes aos *royalties* em benefício dessa comunidade indígena.

Dentre as ações relacionadas à questão indígena em 2020, destacam-se:

- serviços de vigilância da Terra Indígena Avá-Canoeiro;
- continuidade da recomposição da TI Avá-Canoeiro;
- assinatura do aditamento do Convênio para implementação do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAC), sob responsabilidade da Funai.

Monitoramento Socioeconômico

Em atendimento às premissas do processo de Licenciamento Ambiental, no começo de 2020, foi iniciado o levantamento socioeconômico da população que ocupa as Áreas de Proteção Permanente (APP) do reservatório do APM Manso. As atividades incluíram uma campanha de campo, com aplicação de entrevistas e preparação de relatório fotográfico com intuito de realizar a análise dos aspectos demográficos dos ocupantes, bem como avaliar suas condições de vida e compreender sua relação com o entorno.

Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (PACUERA)

Em atendimento aos ditames do licenciamento ambiental, no início de 2020, o PACUERA foi apresentado à população residente da área de influência direta do reservatório da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, para aprovação e gestão participativa.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e Planos de Atendimento a Emergência (PAE) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Planos para Águas, Efluentes e Resíduos

	PMEQA	PGR	PAE/PAEC/PRAI
Subestação (SE)	Itutinga, São José, Imbariê, Zona Oeste, Resende	Iriri, Tijuco Preto, Vitória, SE Resende, Campos, Itaberá, ETEL Araçoiaba da Serra	Tijuco Preto, Itutinga, Barro Branco, Itaberá
Usina Hidrelétrica (UHE)	Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Serra da Mesa, Simplício, Batalha	Mascarenhas de Moraes, Batalha, Funil	Funil, Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho
Usina Termelétrica (UTE)	Campos	Campos	Santa Cruz

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e as políticas ambientais da Empresa, foram capacitados trabalhadores, entre empregados e terceirizados, em gestão de resíduos sólidos no APM Manso e nas UHEs Mascarenhas de Moraes e Luiz Carlos Barreto.

GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

Reflorestamento

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2020, foram reflorestados cerca de 270 hectares.

No âmbito do licenciamento da LT 138 kV Anta - Simplício - Rocha Leão, foi finalizado um plantio de 35 hectares de Mata Atlântica na Reserva Biológica (REBIO) União, em Rio das Ostras (RJ). O plantio havia sido iniciado em 2015.

Fauna Terrestre e Ictiofauna

Furnas, como forma de mitigar os impactos de suas operações, realizou o resgate de peixes nas unidades geradoras das Usinas de Porto Colômbia e Mascarenhas de Moraes, quando da parada das máquinas. Foram resgatados mais de 10.000 peixes de 4 espécies diferentes, sendo a grande maioria exemplares de *Pimelodus maculatus* (mandi amarelo).

Além dessa atividade pontual, foram realizados monitoramentos referentes à ictiofauna em diversas unidades, no ano-base 2020, como apresentado na tabela a seguir:

Monitoramento da Ictiofauna

Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca	Sistema de Transposição	Telemetria
Simplício	X	X		X	X
Funil	X	X			
Batalha	X	X	X		
Itumbiara		X	X		
Porto Colômbia	X	X	X		
Marimbondo	X	X	X		
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	X	X	X		
APM Manso	X	X	X		
Corumbá	X	X			

Outro destaque do ano foi a finalização da primeira fase do monitoramento das populações do Mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e do Aracuã paulista (*Ortalis remota*), no entorno da UHE Marimbondo. São duas aves que estão sob algum risco de ameaça, sendo o Aracuã paulista criticamente ameaçado de extinção, e o Mutum-de-penacho, vulnerável segundo a mais recente revisão da lista nacional de espécies ameaçadas (2014). O projeto foi noticiado pelo Ibama (*https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/especies-ameacadas-de-extincao-sao-avistadas-em-programa-ambiental-da-uhe-marimbondo*), e iniciará a segunda fase em 2021.

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2020:

Monitoramento da Fauna Terrestre e de Águas Continentais

Empreendimento/UHE	Fauna Terrestre	Quirópteros	Vetores	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracuã
Simplício	X				
Batalha			X		
Porto Colombia	X		X	X	
Marimbondo	X				X
LT Bom Despacho - Ouro Preto	X				
LT Itaberá - Tijuco Preto II	X				

Informações de Natureza Ambiental

Passivo ambiental: quantidade de processos ambientais administrativos e judiciais movidos contra a Empresa.

Informações no site: https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt

continua

continuação

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração e distribuição de riqueza		Em 2020		Em 2019
Distribuição do Valor Adicionado	% governo	34	% governo	14
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% acionistas	7	% acionistas	7
	% empregados	14	% empregados	12
	% financiadores	37	% financiadores	61
	% outros	8	% outros	6

I - RECURSOS HUMANOS

1.1 - Remuneração	Em 2020	Em 2019
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R$ 1.063.392,00	R$ 1.143.603,00
- Empregados	R$ 1.058.005	R$ 1.137.515
- Administradores	R$ 5.387	R$ 6.088
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	25	54
- Administradores	1	1

1.2 - Benefícios Concedidos	Em 2020			Em 2019		
	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	229.132	21,55	2,12	248.300	21,71	2,81
Alimentação	46.410	4,36	0,43	47.662	4,17	0,54
Transporte	614	0,06	0,01	6.521	0,57	0,07
Previdência privada	90.370	8,50	0,84	47.401	4,14	0,54
Saúde	128.308	12,07	1,19	159.312	13,93	1,80
Segurança e medicina do trabalho	6.568	0,62	0,06	8.162	0,71	0,09
Educação ou auxilio creche	16.281	1,53	0,15	17.827	1,56	0,20
Cultura	1.064	0,10	0,01	1.487	0,13	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.085	0,85	0,08	12.961	1,13	0,15
Participação nos lucros ou resultados	127.668	12,01	1,18	60.285	5,27	0,68
Outros	35.652	3,35	0,33	89.496	7,83	1,01
Total	691.152	65,00	6,40	699.414	61,16	7,91

1.3 - Composição do Corpo Funcional	Em 2020	Em 2019
Nº de empregados no final do exercício	2.827	2.832
Nº de admissões	16	111
Nº de demissões	21	316
Nº de estagiários no final do exercício	82	191
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	189 (*)	192
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	–	–
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.314	2.318
- Feminino	513	514
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	–	–
- De 18 a 35 anos	198	257
- De 36 a 60 anos	2.430	2.412
- Acima de 60 anos	199	163
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	–	–
- Com ensino fundamental	43	43
- Com ensino médio	208	202
- Com ensino técnico	899	904
- Com ensino superior	904	908
- Pós-graduados	773	775
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	79,00	79,00
- Feminino	21,00	21,00

1.4 - Contingências e passivos trabalhistas (**):	Em 2020	Em 2019
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade no período	467	430
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes no período	374	122
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes no período	152	75
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça no período	R$ 34.580	R$ 366.027

II - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO

2.1 - Relacionamento com a Comunidade	Em 2020			Em 2019		
	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Totais dos investimentos em:						
Educação	15.533	0,40	0,14	17.686	0,41	0,18
Cultura	371	0,01	0,00	8.078	0,18	0,08
Saúde e infraestrutura	899	0,02	0,01	503	0,00	0,00
Esporte e lazer	1.003	0,03	0,01	1.665	0,04	0,02
Alimentação	–	0,00	0,00	7	0,00	0,00
Geração de trabalho e renda	909	0,02	0,01	1.572	0,04	0,02
Outros	17.162	0,44	0,16	10.118	0,23	0,10
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.577.118	65,99	23,87	2.469.492	56,73	25,11
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	181.307	4,64	1,68	154.008	3,54	1,57
Total - Relacionamento com a Comunidade	2.794.302	71,55	25,88	2.663.129	61,18	27,08

2.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores

Furnas espera que seus fornecedores e subcontratados

- conheçam e respeitem: políticas internas e documentos nacionais, internacionais adotados pela Empresa, como: o Código de Conduta Ética e Integridade e a Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras, os Princípios Orientadores sobre empresas e Direitos Humanos da ONU e o cumprimento da legislação vigente nos países nos quais atua, assim como o cumprimento integral do previsto nos contratos firmados com a Empresa;
- concedam: a todas as pessoas tratamento equânime, sem preconceitos de origem social, cultural, étnica ou relativos a gênero, idade, religião, opinião pública, orientação sexual, condição física, psíquica e mental, nem qualquer outra forma de discriminação.

E recomenda que seus fornecedores e subcontratados realizem o mapeamento dos impactos e análises de riscos decorrentes das suas atividades, incluindo essas variáveis para definir as suas prioridades estratégicas.

Informações: https://www.furnas.com.br/fornecedor/?culture=pt e https://www.furnas.com.br/subsecao/297/politicas?culture=pt

III - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	Em 2020			Em 2019		
	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	–	0,00	0,00	–	0,00	0,00
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	48.978	1,25	0,45	43.153	0,99	0,44
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	59.412	1,52	0,55	74.640	1,17	0,76
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	–	0,00	0,00	–	0,00	0,00
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	488	0,01	0,00	882	0,02	0,00
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.669	0,07	0,02	4.046	0,09	0,04
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	–	0,00	0,00	–	0,00	0,00
Passivos e contingências ambientais	378.749	9,70	3,51	–	0,00	0,00
Total da Interação com o meio ambiente	490.296	12,55	4,54	122.721	2,82	1,25

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES	Em 2020	Em 2019
Receita Operacional Líquida (ROL)	**10.797.249 (***)**	**9.833.946**
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	**3.905.264**	**4.352.578**

(*) Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro de Assistência e Pesquisa (IBAP).

(**) Valores de 2019 reapresentados após atualização/saneamento da base de dados.

(***) Refere-se à soma da Receita Operacional Líquida com o Efeito da Revisão Tarifária Periódica na Demonstração do Resultado do Período findo em 31 de dezembro de 2020.

AUDITORES INDEPENDENTES

Furnas informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou serviços relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2020.

Gabinete da Presidência
Gerência de Gestão da Estratégia e Sustentabilidade

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, estão disponíveis no *website* **www.furnas.com.br.**

continua

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora			Consolidado		
ATIVO		**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**01.01.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**01.01.2019 (Reapresentado)**
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	4	12.193	9.640	28.093	111.689	72.607	73.161
Caixa restrito	4	161.070	–	–	161.070	–	–
Títulos e valores mobiliários	4	961.965	684.930	479.284	961.965	684.930	479.284
Clientes	5	1.407.982	1.133.403	1.152.180	1.414.966	1.145.914	1.153.067
Créditos CCEE Repactuação GSF	6	–	10.458	65.529	–	10.458	65.529
Remuneração das participações societárias	9	71.278	108.294	126.294	71.278	108.294	126.294
Ativo de contrato	7	4.554.703	3.971.031	3.231.758	4.561.167	3.977.495	3.238.222
Impostos e contribuições sociais	13	248.850	–	–	248.748	–	–
Outros	8	360.632	341.671	433.858	360.690	342.041	434.155
		7.778.673	**6.259.427**	**5.516.996**	**7.891.573**	**6.341.739**	**5.569.712**
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Caixa restrito	4	–	–	–	4.689	–	–
Clientes	5	272.583	266.852	–	272.583	266.852	–
Cauções e depósitos vinculados	18	897.988	849.354	811.388	897.994	849.362	811.388
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.5	1.541	44.691	295.678	1.541	1.541	1.541
Crédito CCEE Repactuação GSF	6	–	–	10.459	–	–	10.459
Ativo de contrato	7	17.372.758	17.011.294	17.423.485	17.483.202	17.119.966	17.497.182
Concessões Indenizáveis - Geração	1.1	1.367.475	1.329.674	1.280.320	1.367.475	1.329.674	1.280.320
Outros	8	125.179	135.149	218.477	151.598	153.617	218.477
		20.037.524	**19.637.014**	**20.039.807**	**20.179.082**	**19.721.012**	**19.819.367**
Investimentos	9	6.067.230	6.841.560	6.046.985	5.633.921	6.394.436	6.015.644
Imobilizado	10	6.087.357	5.699.531	5.212.521	6.702.079	6.267.617	5.342.294
Intangível	10	147.950	163.394	187.843	331.066	289.130	290.988
		32.340.061	**32.341.499**	**31.487.156**	**32.846.148**	**32.672.195**	**31.468.293**
TOTAL DO ATIVO		**40.118.734**	**38.600.926**	**37.004.152**	**40.737.721**	**39.013.934**	**37.038.005**

	Nota	Controladora			Consolidado		
PASSIVO		**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**01.01.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**01.01.2019 (Reapresentado)**
CIRCULANTE							
Fornecedores	11	682.362	535.789	437.559	694.885	553.318	440.360
Financiamentos e empréstimos	12	1.499.136	1.627.157	2.071.013	1.522.892	1.629.430	2.071.013
Debêntures	12	3.022	543	–	3.022	543	–
Impostos e contribuições sociais	13	163.175	389.957	363.811	160.318	389.055	363.326
Remuneração aos acionistas	22	510.719	763.284	248.277	510.719	763.284	248.277
Concessões a pagar - uso do bem público	17	1.778	1.710	1.777	1.778	1.710	1.777
Obrigações estimadas	14	277.949	228.079	257.611	278.800	228.852	258.426
Encargos setoriais	15	81.892	89.751	57.350	82.167	90.242	57.863
Benefício pós emprego	16	12.640	11.447	10.534	12.640	11.447	10.534
Outros	21	72.081	43.977	34.959	75.625	50.355	48.664
		3.304.754	**3.691.694**	**3.482.891**	**3.342.846**	**3.718.236**	**3.500.240**
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	11	–	–	–	–	1.588	–
Financiamentos e empréstimos	12	4.382.041	5.753.000	6.634.459	4.860.258	6.089.622	6.634.459
Debêntures - principal	12	1.258.446	450.000	–	1.258.446	450.000	–
Impostos e contribuições sociais	13	3.218.773	2.908.198	4.400.258	3.226.088	2.915.294	4.405.653
Concessões a pagar - uso do bem público	17	33.558	33.817	34.023	33.558	33.817	34.023
Provisões para contingências	18	2.037.964	1.538.908	1.179.786	2.037.964	1.538.908	1.179.786
Benefícios pós-emprego	16	1.059.183	1.768.647	209.852	1.059.183	1.768.647	209.852
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	19	63.404	61.705	58.242	68.987	67.684	61.782
Provisão para contratos onerosos	20	225.727	222.881	408.352	225.727	222.881	408.352
Encargos setoriais	15	254.456	294.180	304.247	254.456	294.180	304.247
Outros	21	453.866	260.084	82.372	541.987	294.085	89.078
		12.987.418	**13.291.420**	**13.311.591**	**13.566.654**	**13.676.706**	**13.327.232**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22						
Capital social		6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154	6.531.154
Reservas de capital		5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045
Reservas de lucros:							
Reserva legal		888.300	756.649	595.957	888.300	756.649	595.957
Reserva especial de dividendos não distribuídos		5.021.591	3.737.481	2.074.939	5.021.591	3.737.481	2.074.939
Reserva de lucros a realizar		8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219	8.209.219
Dividendos adicionais propostos		706.536	377.314	191.723	706.536	377.314	191.723
Outros resultados abrangentes		(2.583.283)	(3.107.215)	(1.935.223)	(2.583.283)	(3.107.215)	(1.935.223)
Lucros acumulados		–	60.165	(511.144)	–	60.165	(511.144)
		23.826.562	**21.617.812**	**20.209.670**	**23.826.562**	**21.617.812**	**20.209.670**
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	1.659	1.180	863
		23.826.562	**21.617.812**	**20.209.670**	**23.828.221**	**21.618.992**	**20.210.533**
TOTAL DO PASSIVO		**40.118.734**	**38.600.926**	**37.004.152**	**40.737.721**	**39.013.934**	**37.038.005**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	**8.627.684**	**9.809.512**	**8.693.067**	**9.833.946**
CUSTO OPERACIONAL	24	**(4.081.377)**	**(4.166.620)**	**(4.122.842)**	**(4.194.983)**
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	24	**(291.557)**	**(304.548)**	**(291.557)**	**(306.454)**
LUCRO BRUTO		**4.254.750**	**5.338.344**	**4.278.668**	**5.332.509**
(DESPESAS) OPERACIONAIS	25	**(1.737.415)**	**(146.421)**	**(1.809.715)**	**(148.834)**
EFEITO REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA	7	**2.104.182**	**–**	**2.104.182**	**–**
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		**4.621.517**	**5.191.923**	**4.573.135**	**5.183.675**
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9	(322.766)	(61.389)	(254.618)	(56.187)
RESULTADO FINANCEIRO	26	(394.765)	(778.871)	(413.253)	(774.910)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**3.903.986**	**4.351.663**	**3.905.264**	**4.352.578**
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.287.377)	(1.445.554)	(1.288.351)	(1.446.145)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(48.152)	892.095	(48.431)	891.805
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**2.568.457**	**3.798.204**	**2.568.482**	**3.798.238**
Parcela atribuída aos controladores		**2.557.156**	**3.781.492**	**2.568.457**	**3.798.204**
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		11.301	16.712	25	34
Resultado por ação básico líquido (R$)		**0,038**	**0,056**	**0,038**	**0,056**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**
Lucro do exercício	2.568.457	3.798.204	2.568.482	3.798.238
Outros resultados abrangentes:				
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	779.306	(1.754.648)	779.306	(1.754.648)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	(255.374)	582.656	(255.374)	582.656
Total do resultado abrangente do exercício	**3.092.389**	**2.626.212**	**3.092.414**	**2.626.246**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**6.531.154**	**5.053.045**	**10.880.115**	**191.723**	**–**	**(1.935.223)**	**20.720.814**	**863**	**20.721.677**
Prejuízo acumulado - Ativo contratual - Oficio CVM 04/2020	–	–	–	–	(511.144)	–	(511.144)	–	(511.144)
SALDO EM 01 JANEIRO DE 2019	**6.531.154**	**5.053.045**	**10.880.115**	**191.723**	**(511.144)**	**(1.935.223)**	**20.209.670**	**863**	**20.210.533**
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	–	–	–	–	–	(1.754.648)	(1.754.648)	–	(1.754.648)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	582.656	582.656	–	582.656
Prejuízo acumulado	–	–	–	–	(2.434)	–	(2.434)	–	(2.434)
Lucro do exercício	–	–	–	–	3.787.575	–	3.787.575	317	3.787.892
Destinação do resultado:									
Reserva legal	–	–	160.692	–	(160.692)	–	–	–	–
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2018	–	–	(250.000)	–	–	–	(250.000)	–	(250.000)
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2019	–	–	1.912.542	–	(1.912.542)	–	–	–	–
Dividendo mínimo	–	–	–	–	(763.284)	–	(763.284)	–	(763.284)
Dividendo Adicional Proposto 2018	–	–	–	(191.723)	–	–	(191.723)	–	(191.723)
Dividendo Adicional Proposto 2019	–	–	–	377.314	(377.314)	–	–	–	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)	**6.531.154**	**5.053.045**	**12.703.349**	**377.314**	**60.165**	**(3.107.215)**	**21.617.812**	**1.180**	**21.618.992**
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	–	–	–	–	–	779.306	779.306	–	779.306
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	(255.374)	(255.374)	–	(255.374)
Ajustes de exercícios anteriores - SPE Belo Monte	–	–	–	–	4.394	–	4.394	–	4.394
AFAC - SPE Transenergia Goiás	–	–	–	–	–	–	–	436	436
Lucro do exercício	–	–	–	–	2.568.457	–	2.568.457	43	2.568.500
Destinação do resultado:									
Reserva legal	–	–	131.651	–	(131.651)	–	–	–	–
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2019	–	–	–	(377.314)	–	–	(377.314)	–	(377.314)
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2020	–	–	1.284.110	–	(1.284.110)	–	–	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(510.719)	–	(510.719)	–	(510.719)
Dividendo Adicional Proposto 2020	–	–	–	706.536	(706.536)	–	–	–	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**6.531.154**	**5.053.045**	**14.119.110**	**706.536**	**–**	**(2.583.283)**	**23.826.562**	**1.659**	**23.828.221**

(De acordo com os termos da Lei nº 6.404/1976, art. 189, § único e art. 200, inciso I. As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31.12.2020	Controladora 31.12.2019 (Reapresentado)	Consolidado 31.12.2020	Consolidado 31.12.2019 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	13.9	3.903.986	4.351.663	3.905.264	4.352.578
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização	24	279.971	274.593	280.017	274.648
Variações monetárias/cambiais líquidas		(9.127)	70.040	(9.123)	70.046
Encargos financeiros		474.031	759.642	494.650	759.642
Renda de aplicação financeira	26	(38.896)	(43.845)	(41.031)	(48.068)
Juros s/refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	26	(31.256)	(5.050)	(31.256)	(5.050)
Receita de ativo contratual de transmissão	7	(4.854.345)	(3.463.794)	(4.867.006)	(3.473.871)
Receita de construção	23	(291.738)	(305.512)	(291.738)	(307.415)
Resultado da equivalência patrimonial	9.1	322.766	61.389	254.618	56.187
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	25	(25.673)	120.069	(25.673)	120.069
Provisão (reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	25	499.056	359.122	499.056	359.122
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	25	(294.422)	(312.684)	(223.812)	(312.684)
Provisão (reversão) contrato oneroso	25	2.846	(185.472)	2.846	(185.472)
Provisão (reversão) para plano de incentivo ao desligamento de pessoal	21	(7.078)	1.460	(7.078)	1.460
Provisão (reversão) para acordo judicial entre Furnas e empregados plano BD		–	(2.282)	–	(2.282)
Provisão (reversão) para perda com investimentos	25	297.913	(496.790)	297.913	(496.790)
Provisão (reversão) para perda de depósitos judiciais	25	53.897	–	53.897	–
Provisão (reversão) para PAES - crédito tributário	25	29.019	–	29.019	–
Provisão (reversão) GAG Melhoria	25	70.479	62.695	70.479	62.695
Baixa de investimentos	25	9.796	–	9.796	–
Baixa de imobilizado	10.4	161	879	161	879
Baixa de financiamento - dação em pagamento	25	(25.042)	(32.760)	(25.042)	(32.760)
Encargos setoriais		576.894	561.058	576.678	561.036
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	25	81.011	(144.807)	81.011	(144.807)
Participação dos não controladores		–	–	(25)	(34)
		1.024.249	1.629.614	1.033.621	1.609.129
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		(255.654)	26.035	(250.127)	14.411
Cauções e depósitos vinculados		(26.272)	(19.537)	(26.271)	(19.545)
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	6	10.458	65.530	10.458	65.530
Tributos a recuperar		12.829	73.155	15.201	71.755
Contas a receber - CIEN	8.1	134.284	–	134.284	–
Créditos com fornecedores	8	66.496	(139.730)	66.496	(139.730)
Desativações e alienações em curso	8	(46.146)	(34.578)	(46.146)	(34.578)
Despesas pagas antecipadamente		(18.275)	(21.288)	(18.275)	(21.288)
Outros		(16.362)	1.344	(34.866)	(12.739)
		(138.642)	(49.069)	(149.246)	(76.184)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		208.921	139.673	202.327	155.989
Arrendamento mercantil		–	–	53.798	–
Obrigações estimadas	14	49.803	(29.551)	49.881	(29.593)
Tributos a recolher		(18.988)	(87.148)	(22.455)	(86.975)
Convênio Itaipu - revitalização de ativos	21	161.070	–	161.070	–
Outros		4.062	9.052	12.102	12.175
		404.868	32.026	456.723	51.596

	Nota	Controladora 31.12.2020	Controladora 31.12.2019 (Reapresentado)	Consolidado 31.12.2020	Consolidado 31.12.2019 (Reapresentado)
Caixa proveniente das atividades operacionais					
Recebimento de ativo contratual de transmissão	7	4.163.147	3.382.242	4.174.036	3.388.934
Recebimento de encargos financeiros		24.554	1.805	24.554	1.805
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)	16.2	(13.401)	(12.945)	(13.401)	(12.945)
Pagamento à entidade de previdência complementar - plano BD/CD		(90.370)	(88.355)	(90.370)	(88.355)
Pagamento de encargos financeiros		(351.200)	(649.910)	(360.021)	(649.910)
Pagamento de encargos setoriais		(556.280)	(509.477)	(556.280)	(509.477)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.770.915)	(1.453.231)	(1.770.915)	(1.453.231)
Pagamento de projetos P&D		(86.319)	(65.419)	(86.319)	(65.419)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	13	(26.692)	(29.242)	(26.692)	(29.242)
Pagamento pelo uso do bem público	17.1	(2.547)	(2.466)	(2.547)	(2.466)
		1.289.977	573.002	1.292.045	579.694
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.580.452**	**2.185.573**	**2.633.143**	**2.164.235**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de ativo imobilizado	10.4	(367.440)	(287.461)	(484.715)	(725.809)
Aquisição de ativo intangível		(3.935)	(6.108)	(61.332)	(28.719)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	9.1	(53.924)	(183.935)	(53.924)	(183.935)
Aumento de caixa com uso restrito	4.2	(161.070)	–	(165.759)	–
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	9.1	(22.000)	(167.139)	–	–
Alienação de investimentos em participações societárias		–	32.000	–	32.000
Recebimento de empréstimos e financiamentos		2.914	338	2.914	338
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias		301.789	205.297	301.789	205.297
Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários		(240.593)	(166.610)	(240.593)	(166.610)
Outros		(5.557)	1.879	(5.557)	(6.398)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(549.816)**	**(571.739)**	**(707.177)**	**(873.836)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	(396)	2.439
Emissão de debêntures	12.7	800.000	450.000	800.000	450.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	12.3	420.000	650.083	561.595	988.978
Amortização de arrendamento mercantil		(21.409)	(3.698)	(21.409)	(3.698)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12.3	(2.062.036)	(2.008.157)	(2.062.036)	(2.008.157)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(1.164.638)	(720.515)	(1.164.638)	(720.515)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(2.028.083)**	**(1.632.287)**	**(1.886.884)**	**(1.290.953)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**2.553**	**(18.453)**	**39.082**	**(554)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.1	9.640	28.093	72.607	73.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.1	12.193	9.640	111.689	72.607

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
1 GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia e serviços	12.492.442	11.505.044	12.560.610	11.534.231
Outras receitas operacionais	119.467	226.860	117.758	223.008
Menos:				
Insumos				
Custo de energia comprada	(1.753.206)	(1.465.857)	(1.774.985)	(1.480.355)
Materiais	(21.098)	(29.016)	(21.153)	(29.125)
Serviços de terceiros	(552.090)	(704.991)	(564.633)	(709.200)
Outros custos operacionais	(1.899.086)	(1.657.216)	(1.900.661)	(1.660.971)
2 VALOR ADICIONADO BRUTO	**8.386.429**	**7.874.824**	**8.416.936**	**7.877.588**
Depreciação e amortização	(279.971)	(274.593)	(280.017)	(274.648)
Constituição/reversão de provisões	(633.115)	455.342	(703.725)	455.342
3 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**7.473.343**	**8.055.573**	**7.433.194**	**8.058.282**
Receitas financeiras (transferências)	294.195	151.217	296.270	155.499
Equivalência patrimonial	(322.766)	(61.389)	(254.618)	(56.187)
4 VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**7.444.772**	**8.145.401**	**7.474.846**	**8.157.594**
5 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.056.350	1.134.111	1.063.392	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)	2.554.382	1.722.476	2.556.079	1.724.327
Encargos financeiros e variação monetária	688.960	930.088	709.523	930.409
Encargos setoriais	576.623	560.522	577.370	561.017
Remuneração aos acionistas	510.719	763.284	510.719	763.284
Participação dos acionistas não controladores	–	–	25	34
Lucro do exercício retido	2.057.738	3.034.920	2.057.738	3.034.920
TOTAL	**7.444.772**	**8.145.401**	**7.474.846**	**8.157.594**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa") é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Av. Graça Aranha, 26, Centro, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional.

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, sintetizadas a seguir:

Geração

A matriz de geração é composta por aproximadamente 97% de energia de fontes renováveis. São 27 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas ou em parceria com a iniciativa privada ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e que contam com 18.238,97 MW(*) de potência instalada total, das quais:

a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHEs) com 17.765,97 MW(*) de potência instalada total, sendo:
   - 4 (quatro) 100% Furnas, 6 (seis) sob administração especial - afetadas pela Lei nº 12.783/2013 e 2 (duas) em parceria com 9.046,20 MW de potência instalada; e
   - 9 (nove) em SPEs, com 8.719,77 MW(*) de potência instalada.

b) 1 (uma) é termelétrica 100% Furnas, com 350 MW(*) de potência instalada.

c) 5 (cinco) são eólicas em SPEs, com 123 MW(*) de potência instalada.

As 4 (quatro) UHEs 100% Furnas são: Mascarenhas de Moraes, Itumbiara, Simplício/Anta e Batalha.

A Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476 MW(*) de potência instalada, iniciou sua operação comercial em abril de 1957 e sua concessão se encerra em 2024.

Quanto à UHE Itumbiara, com 2.082 MW(*) de potência instalada, Furnas garantiu o direito de prorrogação da concessão pelo prazo de até 30 (trinta) anos, a partir de 2020, com o atendimento das condições definidas pela Lei 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei 13.299/2016.

O Complexo Hidrelétrico Simplício/Anta, cuja concessão se encerra em 2041 e conta com 333,70 MW(*) de potência total instalada, compreende a UHE Simplício, com 305,70 MW, que iniciou sua operação em junho de 2013, e a PCH (pequena central hidrelétrica) Anta, com 28 MW(*), cuja primeira unidade geradora (14 MW) entrou em operação comercial em agosto de 2018 e a segunda (também com 14 MW) em outubro de 2018.

A Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,50 MW(*) de potência instalada, iniciou sua operação em maio de 2014, e sua concessão se encerra em 2041.

As 6 (seis) UHEs sob regime de administração especial, que tiveram suas concessões prorrogadas por meio da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 são: Corumbá I, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Furnas, Marimbondo e Porto Colômbia.

Furnas detém ainda, em regime de parceria: (i) a titularidade integral da concessão da UHE de Serra da Mesa, com potência instalada de 1.275 MW(*). Por meio de contrato celebrado com a CPFL Renováveis, ocorre o arrendamento, pelo referido parceiro a Furnas, dos bens e instalações por ele postos em serviço na UHE, mediante sua participação de 51,54% na mesma; e (ii) 70% da titularidade da concessão compartilhada do Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 210 MW(*), cabendo os 30% restantes à Proman.

Quanto à fonte térmica, está em andamento a implantação do fechamento do Ciclo Combinado na UTE Santa Cruz, o qual, quando concluído, acrescentará 150 MW(*) à sua potência instalada total, que passará de 350MW(*) para 500MW(*).

As 5 (cinco) usinas eólicas em SPEs são: São Januário, Nossa Senhora de Fátima, Jandaia, São Clemente e Jandaia I, integrantes do Complexo Eólico Fortim, que entrou em operação comercial em 06/2020.

Transmissão

Furnas possui 34.985,13 km(*) de linhas de transmissão, dos quais 21.691,20 km são de sua exclusiva concessão e 13.293,93 km(*) em SPEs. Para os empreendimentos em corrente contínua das SPEs, Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, em linha com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

A capacidade de transformação de energia da empresa é de 131.609,65 MVA(*), da qual 97.290,97(*) oriunda de 55 subestações em operação (100% Furnas ou em processo de transferência para Furnas) e um transformador do vão da LT Ibiúna-Bateias, e 34.318,68 MVA(*) oriunda de 17 subestações em SPEs (incluindo transformadores de Furnas em Subestações de terceiros).

Furnas participa, em regime de SPE, da construção da ampliação da SE Viana 2.

Em 2020 entraram em operação os seguintes empreendimentos:

- Parque Eólico São Januário;
- Parque Eólico Nossa Senhora de Fátima;
- Parque Eólico Jandaia;
- Parque Eólico São Clemente;
- Parque Eólico Jandaia I;
- LT 230 kV Jandaia - Russas II C1;
- LT 500 kV Itatiba - Bateias C1;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba C1;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias C1;
- SE Jandaia;
- SE Fernão Dias.

(*) Informação não auditada.

1.1 Indenizações pós Projeto Básico - modernização e melhorias

1.1.1 Geração Hidráulica

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Medida Provisória n°. 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações referentes às concessões de geração seriam calculadas com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

Em outubro de 2015, Furnas apresentou Relatório elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. apontando os investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 1.367.475, atualizado em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 - R$ 1.329.674), como valor base para a citada indenização, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R$ 996 milhões.

Em janeiro de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu pela instauração da Audiência Pública, nº. 003/2019, a fim de colher subsídios e informações adicionais para aprimorar os critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados e não depreciados, realizados ao longo das concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei n° 12.783, de 2013.

Em outubro de 2019, a análise das contribuições à Audiência Pública foi publicada na Nota Técnica nº096/2019-SRG-SFF-SCG/ANEEL, que levou em consideração as inovações trazidas pela Resolução Normativa ANEEL (REN) nº 882/2020, revisando o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da geração por meio de uma atualização dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET). A versão 2.1 desse submódulo alterou os fatores de anualização aplicados no cálculo da parcela de GAG Melhorias e do valor do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI). No caso das usinas prorrogadas em regime de cotas, o WACC aumentou de 7,16% para 7,71% anual.

1.1.2 Geração Térmica (UTE Santa Cruz)

Com fundamento no art. 5º da Lei nº 12.783/2013, Furnas requereu a prorrogação da outorga da UTE Santa Cruz. O referido pedido se reportou ao Contrato de Concessão nº 004/2004, bem como à ampliação prevista na Resolução nº 294/2002, ao contrato de compra de gás e ao de venda de energia até 2026.

Desde então, Furnas tem realizado diversas reuniões com a Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia.

Desta forma, no presente momento, existe pedido de prorrogação da outorga da UTE Santa Cruz ainda pendente de análise pelo Poder Concedente.

Caso a prorrogação não ocorra, a Empresa pleiteará a indenização dos ativos não depreciados ou não amortizados na data da reversão dos bens para a união, nos termos da citada Lei.

Ressalta-se que em 31/12/2020, o valor residual do ativo monta R$ 1.211.038 (R$ 987.585 em 31.12.2019).

continua

continuação

1.2 COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação do COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

Furnas mantém acompanhamento diligente quanto à potencial materialização de impactos financeiros, no que diz respeito à pandemia, sobre a capacidade de pagamento de seus compromissos financeiros.

Nesse sentido, constata-se que em 2020 a Empresa não observou impactos relevantes sobre a sua capacidade financeira, de suas Controladas e demais investidas.

A seguir destacamos as principais medidas que foram adotadas pela Empresa.

1.2.1 Contexto Operacional

Três ações foram fundamentais para o enfrentamento da pandemia:

(i) instalação do monitoramento remoto de subestações;

(ii) reuniões com fornecedores, com coordenação unificada pela *Holding*, para dirimir os principais obstáculos na implementação das obras e o monitoramento constante dos empreendimentos;

(iii) realização de *workshops* para compartilhamento de melhores práticas e soluções de problemas em comum.

• Geração

Furnas monitorou os potenciais impactos nos negócios de comercialização, firmados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL), com o acompanhamento das comunicações de caso fortuito ou força maior; pedidos de renegociação; risco de crédito das contrapartes (capacidade de honrar os pagamentos assumidos pelos contratos) e inadimplência.

Portanto, ainda que a pandemia do COVID-19 tenha trazido impactos negativos para o mercado de energia, não houve efeitos relevantes nos negócios de comercialização de energia elétrica da Empresa, visto que os resultados ficaram dentro do planejado.

• Transmissão

Em junho de 2020, a ANEEL reconheceu parte dos impactos que a pandemia causou no setor, por meio da publicação da Resolução Autorizativa nº 8.926/2020, que autorizou a postergação de prazos de entrada em operação comercial de empreendimentos de transmissão de energia elétrica em até 4 meses, como medida de enfrentamento dos efeitos do COVID-19.

• Impactos financeiros e econômicos da pandemia provocada pelo COVID-19

A Empresa e algumas de suas investidas aderiram ao programa de *Standstill* anunciado pelo BNDES, em março de 2020, o que mitigou preventivamente riscos à liquidez, sobretudo durante o período de maior incerteza quanto à extensão dos impactos financeiros da pandemia. Este programa possibilitou suspensão dos pagamentos de juros e principal durante 6 meses do ano, com capitalização dos juros ao saldo devedor, sem alteração das datas finais dos contratos.

NOTA 2 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujas principais características são listadas a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de Furnas (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW) [1] (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento	Data da Assinatura da Renovação (**)	Data de Vencimento Renovado (**)
Em Operação								
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	–
Corumbá I [9]	100	Corumbá	375,00	217,40	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 [2]	31.12.2042
Funil [9]	100	Paraíba do Sul	216,00	115,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 [2]	31.12.2042
Furnas [9]	100	Grande	1.216,00	582,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 [2]	31.12.2042
Itumbiara [9]	100	Paranaíba	2.082,00	964,30	26.02.1970	21.03.2020 [8]	Não afetada	–
Luiz Carlos Barreto de Carvalho [9]	100	Grande	1.050,00	495,40	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 [2]	31.12.2042
Marimbondo [9]	100	Grande	1.440,00	689,70	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 [2]	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes [9]	100	Grande	476,00	289,50	31.10.1973	29.01.2024 [7]	Não afetada	–
Porto Colômbia [9]	100	Grande	320,00	186,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 [2]	31.12.2042
Simplício/Anta [4]	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	–
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso(9)	70	Manso	210,00	87,80	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	–
Serra da Mesa(9)	48,46	Tocantins	1.275,00	637,50	06.05.1981 e 12.11.2004	30.09.2040 [3]	Não afetada	–
Termelétricas								
Campos (Roberto Silveira) [11]	100	Campos dos Goytacazes	25,00	20,90	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	–
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	–	–	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada [6]	–	–
Santa Cruz [5]	100	Rio de Janeiro	500,00	401,20	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015 [10]	Afetada, mas ainda não prorrogada	–

[1] Potência homologada pela Aneel.

[2] 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 04 de dezembro de 2012.

[3] 2º Termo aditivo ao contrato nº 005/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6055/2016)

[4] Usina de Simplício, com capacidade instalada 305,70 MW e garantia física de 175,4 MW; PCH Anta com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 15,90 MW.

[5] A potência de 500 MW exclui as UGs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme despacho Aneel Nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

[6] Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano.

[7] 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6054/2016)

[8] A Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, facultou a Furnas a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara em contrapartida a sua participação no Fundo de Energia do Sudeste-Centro-Oeste (FESC) e à celebração de contratos de energia lastreados na garantia física da usina com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, a partir de leilões promovidos por Furnas. Assim sendo, e dada adesão da Empresa ao regime previsto pela referida Lei, Furnas terá a prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por prazo adicional de até 30 anos. Conforme despacho ANEEL nº 3.108, de 03/11/2020, o processo 48500.001030/2015-13 foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pelo Diretor Geral da ANEEL, recomendando a prorrogação do prazo da outorga de concessão e encaminhando a minuta de contrato de concessão.

[9] A Portaria MME Nº 178, de 3/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018.

[10] Solicitada à Aneel prorrogação da concessão nos termos do requerimento REQ.GCO.P.027.2013, de 05.07.2013 cujas condições seguem vigentes.

[11] A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora de operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 25,00 MW conforme despacho ANEEL 484/2016.

(*) Informação não auditada.

(**) Segundo Lei nº 12.783/2013.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) [1] (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão ou Outorga	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Baguari [5]	15,00	Doce	140,00	84,70	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó [5]	40,00	Uruguai	855,00	427,20	07.11.2001	06.11.2036
Peixe Angical [5]	40,00	Tocantins	498,75	280,50	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo [5]	49,00	Paraopeba	82,00	36,60	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio [7] [10]	43,06	Madeira	3.568,30	2.424,20	13.06.2008	12.06.2043
São Manoel [9]	33,33	Teles Pires	735,84	430,40	10.04.2014	09.04.2049
Serra do Facão [5]	49,47	São Marcos	212,58	178,80	07.11.2001	06.11.2036
Teles Pires	24,50	Teles Pires	1.819,80	930,70	07.06.2011	06.06.2046
Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas						
Três Irmãos	49,90	Tietê	807,50	217,50	10.10.2014	09.10.2044
Empreendimento Suspenso						
Inambari [2]	19,60	AM/Peru	2.200,00	–	–	–
Complexos Eólicos - Brasil Ventos Energia S.A. [6]						
Fortim - São Januário [11]	100%	Fortim/CE	21,00	9,70	19.07.2012	18.07.2047
Fortim - Nossa Senhora de Fátima [11]	100%	Fortim/CE	30,00	13,60	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - Jandaia [11]	100%	Fortim/CE	27,00	14,10	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - São Clemente [11]	100%	Fortim/CE	21,00	10,20	26.07.2012	25.07.2047
Fortim - Jandaia I [11]	100%	Fortim/CE	24,00	10,60	06.07.2012	05.07.2047
Famosa - Famosa I [3]	49%	Tibau/RN	–	–	–	–
Famosa - Pau Brasil [3]	49%	Icapuí/CE	–	–	–	–
Famosa - Rosada [3]	49%	Tibau/RN	–	–	–	–
Famosa - São Paulo [3]	49%	Icapuí/CE	–	–	–	–
Baleia - Bom Jesus [3]	49%	Itapipoca/CE	–	–	–	–

continua

continuação

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Rio ou Município/Estado ou Estado/País	Potência Instalada (MW) (1) (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão ou Outorga	Data de Vencimento
Baleia - Cachoeira (3)	49%	Itapipoca/CE	–	–	–	–
Baleia - Pitimbu (3)	49%	Itapipoca/CE	–	–	–	–
Baleia - São Caetano (3)	49%	Itapipoca/CE	–	–	–	–
Baleia - São Caetano I (3)	49%	Itapipoca/CE	–	–	–	–
Baleia - São Galvão (3)	49%	Itapipoca/CE	–	–	–	–
N/A - Itaguaçu da Bahia (8)	98%	Itaguaçu da Bahia/BA	291,00	132,30	–	–
N/A - Ventos de Angelim (12)	90%	Acaraú/CE e João Câmara/RN	–	–	–	–
Serra do Mel - Serra do Mel I (4)	90%	Serra do Mel/RN	–	–	–	–
Serra do Mel - Serra do Mel II (4)	90%	Serra do Mel/RN	–	–	–	–
Serra do Mel - Serra do Mel III (4)	90%	Serra do Mel/RN	–	–	–	–

(1) Potência homologada pela Aneel.

(2) Empreendimento suspenso ainda na fase de estudo de viabilidade. A potência instalada seria a expectativa do projeto. A SPE encontra-se em processo de extinção.

(3) Os empreendimentos eólicos dos Complexos Famosa e Baleia participaram do Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva de 2017, de que trata o Decreto nº 9.019/2017 e lograram êxito, com exceção do parque Famosa I. Como resultado da descontratação, as outorgas foram revogadas pela ANEEL. No caso específico do parque Famosa I, posteriormente houve a revogação da outorga e aplicação de multa por parte da ANEEL.

(4) Os empreendimentos eólicos do Complexo Serra do Mel foram constituídos na modalidade de Consórcio, que se encontra em processo de extinção, e tiveram suas energias descontratadas integralmente no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD de Energia Nova A4+ - Redução Permanente (Resolução Normativa ANEEL nº 693, de 15 de dezembro de 2015) em 2017. Furnas solicitou a revogação, sem penalidades, das outorgas dos projetos descontratados neste Mecanismo. Observa-se, no entanto, que a ANEEL, além de revogar as outorgas em 2018, suspendeu, pelo período de 1 (um) ano, o direito de Furnas de contratar ou participar de licitações promovidas pela agência.

(5) A Portaria MME nº 178/2017, publicada no Diário Oficial da União em 04/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizadamente no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018. Somente a UHE Peixe Angical não sofreu alteração de valor.

(6) A *holding* Brasil Ventos Energia S.A. (BVE) é responsável pela gestão dos empreendimentos eólicos. A participação acionária de Furnas em BVE é de 100%. O Complexo Eólico Punaú foi excluído porque as SPEs do Complexo foram extintas, nas quais a participação de BVE era de 49%.

(7) Em 28/08/2018, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da sociedade e integralizaram este aumento. Em 02/10/2018, Furnas subscreveu a parcela das sobras não subscritas por CEMIG e SAAG. O montante subscrito elevou a sua participação acionária para 41,54%. Furnas realizou aporte de recursos financeiros em MESA, em razão da aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da SPE em 03/10/2018, que aumentou o capital subscrito em R$ 300 milhões. Odebrecht Energia do Brasil e Caixa FIP Amazônia não subscreveram e a participação acionária de Furnas aumentou para 42,46%. Um novo aumento de capital foi aprovado na AGE de 29/11/2018 e após o aporte de Furnas sua participação acionária passou a ser de 43,06%.

(8) As SPEs do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia foram incorporadas na *holding* Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. e, assim, o Complexo Itaguaçu da Bahia tornou-se o parque Itaguaçu da Bahia, que está sem outorga. Os valores de potência instalada e garantia física são estimativas do novo projeto.

(9) A Portaria MME/SPE nº 352/2019, publicada no Diário Oficial da União em 10/12/2019, revisou os valores de potência instalada e garantia física de energia da UHE São Manoel.

(10) O DESPACHO Nº 1/2020/SPE, publicado no Diário Oficial da União em 10/02/2020, restabeleceu a garantia física de energia definida pela Portaria MME/SPE nº 94/2013 para a UHE Santo Antônio.

(11) A Portaria MME/SPE nº 65/2020, publicada no Diário Oficial da União em 21/02/2020, revisou os valores de garantia física de energia dos empreendimentos eólicos do Complexo Fortim. Somente o parque Jandaia não sofreu alteração de valor.

(12) A SPE do parque eólico Ventos de Angelim, que integrava o Complexo Acaraú, incorporou as demais SPEs do Complexo e também as SPEs do Complexo Famosa III. Assim, os empreendimentos dos Complexos Acaraú e Famosa III foram unificados no parque Ventos de Angelim, que está sem outorga.

(*) Informação não auditada.

2.2 Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão encontram-se discriminados a seguir:

Contrato nº	Empreendimento	UF	Assinatura do Contrato de Concessão	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
Em operação						
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	29.06.2001 e 04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2042
006/2005	LT Macaé–Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto–Itapeti–Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho 3–Ouro Preto 2 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV - 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042
014/2011	LT Xavantes–Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
006/2010	LT Mascarenhas–Linhares 230 kV CS; SE Linhares - 230/138 kV - 150 MVA	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV) e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV). Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Itaberá e Tijuco Preto. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km.

2.2.2 Empreendimentos de transmissão em regime de SPE

Investida	Linha	km (1) (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Baguari Energia	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C1 e C2 (3)	1,21	–	–	15.08.2006	35 anos
	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C3 e C4 (3)	1,36	–	–		
Belo Monte Transmissora de Energia	LT 800 kV Xingu - Estreito C1 e C2 (Bipolo 1) (6)	4.152,04	Estação Conversora 4.000 MW na SE Xingu (Bipolo 1) (2)	4.752,00	16.06.2014	30 anos
			Estação Conversora 3.850 MW na SE Estreito (Bipolo 1) (2)	4.660,80		
Caldas Novas Transmissão	–	–	SE Corumbá - Ampliação da SE UHE Corumbá (2)	150,00	16.06.2011	30 anos
Empresa de Energia São Manoel	LT 500 kV UHE São Manoel - Paranaíta C1	40,00	SE UHE São Manoel	780,00	10.04.2014	35 anos
Chapecoense Geração	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C1 e C2 (3)	2,93	–	–	07.11.2001	35 anos
	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C3 e C4 (3)	2,90	–	–		
Enerpeixe	LT 500 kV Peixe Angical - Peixe 2 C1	20,00	SE UHE Peixe Angical	525,00	07.11.2001	35 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte - Trindade C1 e C2 (3)	373,90	SE Trindade	1.600,00	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade - Xavantes C1 e C2 (3)	74,12				
	LT 230 kV Trindade - Carajás C1	30,53				
Interligação Elétrica do Madeira	LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C1 e C2 (Bipolo 1) (6)	4.769.12	Estação Retificadora 3.150 MW na SE Coletora Porto Velho (Bipolo 2) (2)	3.831,96	26.02.2009	30 anos
			Estação Inversora 2.950 MW na SE Araraquara 2 (Bipolo 2) (2)	3.631,92		
Lago Azul Transmissão	LT 230 kV Barro Alto - Itapaci C2	69,34	–	–	14.05.2014	30 anos
Madeira Energia	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C1	12,90	SE UHE Santo Antônio	4.130,00	13.06.2008	35 anos
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C2	13,55				
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C3 e C4 (3)	29,20				
	LT 230 kV UHE Santo Antônio - Porto Velho C1 e C2 (3)	39,60				
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita - Viana 2 C1	252,06	SE Viana 2 + ampliação (5)	900,00 + 900,00	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV Viana 2 - Viana C1 e C2 (3)	15,00				
Paranaíba Transmissora de Energia	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas C1	239,07	–	–	02.05.2013	30 anos
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia C1	368,04				
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2 C1	346,19				
Retiro Baixo Energética	LT 138 kV Retiro Baixo - Curvelo 2 C1	45,06	SE UHE Retiro Baixo	100,00	15.08.2006	35 anos
Serra do Facão Energia	LT 138 kV Serra do Facão - Catalão C1 e C2 (3)	65,60	SE UHE Serra do Facão	237,00	07.11.2001	35 anos
Teles Pires Participações	LT 500 kV Teles Pires - Paranaíta C1 e C2 (3)	18,60	SE UHE Teles Pires	2.025,00	07.06.2011	35 anos
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa - Niquelândia C2	99,72	–	–	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Barro Alto - Niquelândia C2	87,26				

continua

continuação

Investida	Linha	km (1) (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Transenergia Renovável	LT 230 kV Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1	51,31	SE Edéia	300,00	23.04.2009	30 anos
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Quirinópolis C1	33,88				
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Boa Vista C1	16,35				
	LT 230 kV Chapadão - Jataí C1 e C2 (3)	276,10	SE Jataí	450,00		
	T 138 kV Jataí - Mineiros C1	61,41				
	LT 138 kV Jataí - UTE Jataí C1	51,57	SE Mineiros (4)	–		
	LT 138 kV Jataí - UTE Água Emendada C1	32,56				
	LT 138 kV Mineiros - Morro Vermelho C1	46,85	SE Morro Vermelho (4)	–		
	LT 138 kV Morro Vermelho - UTE Alto Taquari C1	30,11	SE Quirinópolis	225,00		
	LT 230 kV Palmeiras - Edéia C1	58,58				
	LT 138 kV Edéia - UTE Tropical Bioenergia I e II C1	48,88				
Transenergia São Paulo	–	–	SE Itatiba	1.200,00	19.11.2009	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis C1	298,43	–	–	14.08.2013	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C1	68,86	SE Brasília Leste	1.080,00	09.10.2013	30 anos
	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C2	66,99				
	LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C3	14,00				
	LT 230 kV Brasília Sul - Brasília Geral C3 (subterrânea)	13,55				
Mata de Santa Genebra Transmissão	LT 500 kV Itatiba - Bateias C1	414,26	SVC 300 Mvar na SE Santa Bárbara D'Oeste (2)	–	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba C1	222,59	SVC 300 Mvar na SE Itatiba (2)	–		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias C1	249,60	SE Fernão Dias	3.600,00		
Brasil Ventos Energia - Fortim	LT 230 kV Jandaia - Russas II C1	68,76	SE Jandaia	140,00	26.07.2012	35 anos

(1) Valores aproximados.
(2) A subestação acessada não pertence à SPE.
(3) Circuito Duplo - quilometragem dobrada.
(4) Subestação de manobra, sem capacidade de transformação.
(5) Empreendimento em construção.
(6) Para as linhas de transmissão em corrente contínua de SPE foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede, de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia. Nestes casos Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação.

(*) Informação não auditada.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a norma internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico onde a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações financeiras foram objeto de manifestação favorável pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações de Furnas e das controladas Transenergia Goiás S.A. e Brasil Ventos Energia S.A., considerando as participações descritas na Nota 9.1.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

3.2.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.3. Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.4 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

São estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base em análise confiável e no histórico de inadimplência, sendo estas deduzidas das receitas de contratos com clientes já no reconhecimento inicial (inclusive títulos a vencer), e não mais em momento em que tais perdas sejam prováveis, obedecendo o critério de perda esperada a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que toma como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro em conjunto com os critérios descriminados nos itens anteriores.

3.2.5 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos respectivos rendimentos.

3.2.6 Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento e estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, a saber: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Tais classificações, bem como suas mensurações, são baseadas, em duas condições: (i) no modelo de negócios da Empresa no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em resumo, os modelos de negócios são divididos em três categorias, conforme apresentados a seguir:

	Modelo	Contexto
1	Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é o de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2	Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é o de vendê-los antes do seu vencimento.
3	Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela que demonstra as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros encontra-se na Nota 30.1.

3.2.8 Investimentos

Furnas possui participações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer o controle individual.

Os resultados dessas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

continua

continuação

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou realizado pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo e calculada pelo método linear, e apropriada ao resultado do exercício, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (item 111).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela ANEEL. Adicionalmente, a mesma também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013 (terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos - não qualificáveis na ICPC 01 (R1) - *Contrato de Concessão*) estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (Nota 10).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso. A depreciação desses ativos se inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ressalta-se que, segundo as normas contábeis, os terrenos não sofrem depreciação.

3.2.10 Ativo intangível

As faixas de servidões permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os *softwares* de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo, também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

3.2.10.1 Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.2.10.2 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), o qual foi concedido a determinadas concessões de geração mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação a valor presente na data da assinatura dos respectivos contratos teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.2.11 Provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da provisão.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da provisão de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.2.12 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

3.2.12.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

3.2.12.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.2.12.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas "fornecedores", "financiamentos e empréstimos" e "outros". São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros no respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.12.3.1 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é procedida somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2.12.3.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

3.2.13 Impostos correntes

As provisões para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSSL) estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui valores (receitas ou despesas) tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

As provisões para IR e CSSL são calculadas individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. As bases de cálculo do IR e da CSSL consistem no lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. As bases de cálculo do IR e da CSSL são calculadas à razão de 8% no cálculo de IR e 12% no cálculo de CSSL sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o IR e de 9% para a CSSL.

3.2.14 Impostos diferidos

O IR e CSSL diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios definidos pela regra fiscal forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Empresa é patrocinadora de fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Em geral, os planos de BD estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de BD, é o valor presente da obrigação de BD na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de BD é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de BD é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Com relação ao plano de CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

Furnas possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido (PL), conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

3.2.16 Remuneração aos acionistas

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP), baseados nos limites definidos em lei.

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.17 Reconhecimento de receita

Para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor, a Empresa aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas: identificação do contrato; identificação das obrigações de desempenho; determinação do preço da transação; alocação do preço de transação e reconhecimento da receita. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Empresa só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

continua

continuação

3.2.18 Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir, e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Desta forma eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na taxa interna de retorno (TIR) de cada projeto, juntamente com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com a entrada em vigor, em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, Furnas utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento;

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção; e

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa taxa de desconto é calculada contrato a contrato e varia entre 3,19% e 14,43%, vide nota 3.7.

3.2.19 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

(i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

(ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e

(iii) variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em ORA e reclassificadas do PL para o resultado da amortização de itens monetários.

3.2.20 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.21 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.22 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras segue as disposições contidas no CPC 09 - *Demonstração do Valor Adicionado* e é apresentada como informação adicional.

3.2.23 Concessões a pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício, Batalha e na usina de Baguari (em consórcio), e por meio de suas investidas Teles Pires Participações S.A., Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A.., Serra do Facão Energia S.A.. e Madeira Energia S.A., possui ônus em seus contratos de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia.

3.3. Uso de julgamentos e estimativas contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Empresa, quando da necessidade de reconhecer impactos importantes sobre a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis se tornam críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração, a materialização no valor contábil de seus ativos e passivos e de resultado pode divergir dessas estimativas.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, Furnas formou seu julgamento sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos (nota 13)

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do IRPJ e da CSLL é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias foram realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (nota 10.3)

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em testes de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo (conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa), que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Além disso, diversos eventos intrinsecamente incertos impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.3.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros (nota 18)

Furnas reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais (nota 16)

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes. Os resultados reais futuros podem ser distintos das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras, dadas as diferenças entre as variáveis, premissas e condições efetivamente verificadas e as utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Contabilização de contratos de concessão (nota 7)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Nesta avaliação, determina-se a forma de reconhecimento dos contratos, incluindo a taxa de desconto e as receitas de infraestrutura associadas.

3.4 Arrendamento

3.4.1 Contratos de arrendamento (*leasing*)

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

3.4.2 Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.4.3 Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3.5 ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Empresa: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Empresa. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Empresa deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Empresa avalia anualmente os requerimentos da norma e, desde sua adoção em 1º de janeiro de 2019, não identificou nenhum impacto.

3.6 Normas e interpretações novas ou revisadas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 3/CPC 15: Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020
IFRS 9/CPC 48: Instrumentos Financeiros IFRS 7/CPC 40: Instrumentos Financeiros - Evidenciação IAS 39/CPC 38: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de *hedge* para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	1º de janeiro de 2020
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis IAS 8 CPC 23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	1º de janeiro de 2020
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	1º de janeiro de 2020
OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020	Orientação quanto a aspectos relevantes do CPC nº 47 - IFRS nº 15 e do CPC nº 48 - IFRS nº 9 a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica.	1º de dezembro de 2020

Cabe informar que somente o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 impactou de forma significativa as Demonstrações Financeiras.

continua

continuação

3.7 Reapresentação

Em decorrência da adoção inicial do ofício da CVM 04/2020, referente a Ativo Contratual e de um novo critério de apresentação de saldos adotado em 2020 referente ao Almoxarifado e à Impostos e Contribuição Sociais, a Empresa procedeu à reapresentação das seguintes demonstrações financeiras:

3.7.1 Balanço Patrimonial (BP) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
ATIVO	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	9.640	–	9.640	72.607	–	72.607
Títulos e valores mobiliários	684.930	–	684.930	684.930	–	684.930
Clientes	1.133.403	–	1.133.403	1.145.914	–	1.145.914
Créditos CCEE Repactuação GSF	10.458	–	10.458	10.458	–	10.458
Remuneração das participações societárias	108.294	–	108.294	108.294	–	108.294
RBSE - concessão de serviço público	3.641.821	(3.641.821)	–	3.641.821	(3.641.821)	–
Ativo contratual de transmissão	109.108	(109.108)	–	115.572	(115.572)	–
Ativo de contrato	–	3.971.031	3.971.031	–	3.977.495	3.977.495
Impostos e contribuições sociais	1.281.482	(1.281.482)	–	1.283.752	(1.283.752)	–
Almoxarifado	34.785	(34.785)	–	34.785	(34.785)	–
Outros ativos	306.886	34.785	341.671	307.256	34.785	342.041
	7.320.807	**(1.061.380)**	**6.259.427**	**7.405.389**	**(1.063.650)**	**6.341.739**
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Clientes	266.852	–	266.852	266.852	–	266.852
Impostos e contribuições sociais	29.019	(29.019)	–	29.019	(29.019)	–
Almoxarifado	112.475	(112.475)	–	112.475	(112.475)	–
Cauções e depósitos vinculados	849.354	–	849.354	849.362	–	849.362
Adiantamento para futuro aumento de capital	44.691	–	44.691	1.541	–	1.541
RBSE - concessão de serviço público	13.867.481	(13.867.481)	–	13.867.481	(13.867.481)	–
Ativo contratual de transmissão	3.121.079	(3.121.079)	–	3.194.880	(3.194.880)	–
Ativo de contrato	–	17.011.294	17.011.294	–	17.119.966	17.119.966
Ativos financeiros de geração	1.329.674	(1.329.674)	–	1.329.674	(1.329.674)	–
Concessões Indenizáveis - Geração	–	1.329.674	1.329.674	–	1.329.674	1.329.674
Outros ativos	22.674	112.475	135.149	41.142	112.475	153.617
	19.643.299	**(6.285)**	**19.637.014**	**19.692.426**	**28.586**	**19.721.012**
Investimentos	6.870.379	(28.819)	6.841.560	6.456.004	(61.568)	6.394.436
Imobilizado	5.699.531	–	5.699.531	6.267.617	–	6.267.617
Intangível	163.394	–	163.394	289.130	–	289.130
	32.376.603	**(35.104)**	**32.341.499**	**32.705.177**	**(32.982)**	**32.672.195**
TOTAL DO ATIVO	**39.697.410**	**(1.096.484)**	**38.600.926**	**40.110.566**	**(1.096.632)**	**39.013.934**

	Controladora			Consolidado		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
CIRCULANTE						
Fornecedores	535.789	–	535.789	553.318	–	553.318
Financiamentos e empréstimos	1.627.157	–	1.627.157	1.629.430	–	1.629.430
Debêntures - encargos	543	–	543	543	–	543
Impostos e contribuições sociais	1.671.439	(1.281.482)	389.957	1.672.807	(1.283.752)	389.055
Remuneração aos acionistas	763.284	–	763.284	763.284	–	763.284
Concessões a pagar - uso do bem público	1.710	–	1.710	1.710	–	1.710
Obrigações estimadas	228.079	–	228.079	228.852	–	228.852
Encargos setoriais	89.751	–	89.751	90.242	–	90.242
Benefícios pós-emprego	11.447	–	11.447	11.447	–	11.447
Outros	43.977	–	43.977	50.355	–	50.355
	4.973.176	**(1.281.482)**	**3.691.694**	**5.001.988**	**(1.283.752)**	**3.718.236**
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	–	–	–	1.588	–	1.588
Financiamentos e empréstimos	5.753.000	–	5.753.000	6.089.622	–	6.089.622
Debêntures - principal	450.000	–	450.000	450.000	–	450.000
Impostos e contribuições sociais	2.783.365	124.833	2.908.198	2.788.670	126.624	2.915.294
Concessões a pagar - uso do bem público	33.817	–	33.817	33.817	–	33.817
Provisões para contingências	1.538.908	–	1.538.908	1.538.908	–	1.538.908
Benefícios pós-emprego	1.768.647	–	1.768.647	1.768.647	–	1.768.647
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	61.705	–	61.705	67.684	–	67.684
Provisão para contratos onerosos	222.881	–	222.881	222.881	–	222.881
Encargos setoriais	294.180	–	294.180	294.180	–	294.180
Outros	260.084	–	260.084	294.085	–	294.085
	13.166.587	**124.833**	**13.291.420**	**13.550.082**	**126.624**	**13.676.706**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	6.531.154	–	6.531.154	6.531.154	–	6.531.154
Reservas de capital	5.053.045	–	5.053.045	5.053.045	–	5.053.045
Reservas de lucros:						
Reserva legal	756.649	–	756.649	756.649	–	756.649
Reserva especial de dividendos não distribuídos	3.737.481	–	3.737.481	3.737.481	–	3.737.481
Reserva de lucros a realizar	8.209.219	–	8.209.219	8.209.219	–	8.209.219
Dividendos adicionais propostos	377.314	–	377.314	377.314	–	377.314
Outros resultados abrangentes	(3.107.215)	–	(3.107.215)	(3.107.215)	–	(3.107.215)
Lucros acumulados	–	60.165	60.165	–	60.165	60.165
	21.557.647	**60.165**	**21.617.812**	**21.557.647**	**60.165**	**21.617.812**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	849	331	1.180
	21.557.647	**60.165**	**21.617.812**	**21.558.496**	**60.496**	**21.618.992**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**39.697.410**	**(1.096.484)**	**38.600.926**	**40.110.566**	**(1.096.632)**	**39.013.934**

3.7.2 Demonstração do Resultado (DRE) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**8.648.965**	**1.160.547**	**9.809.512**	**8.668.451**	**1.165.495**	**9.833.946**
CUSTO OPERACIONAL	**(4.182.022)**	**15.402**	**(4.166.620)**	**(4.210.948)**	**15.965**	**(4.194.983)**
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	**(304.548)**	**–**	**(304.548)**	**(306.454)**	**–**	**(306.454)**
LUCRO BRUTO	**4.162.395**	**1.175.949**	**5.338.344**	**4.151.049**	**1.181.460**	**5.332.509**
(DESPESAS) OPERACIONAIS	**(131.019)**	**(15.402)**	**(146.421)**	**(132.869)**	**(15.965)**	**(148.834)**
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	**4.031.376**	**1.160.547**	**5.191.923**	**4.018.180**	**1.165.495**	**5.183.675**
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**(32.570)**	**(28.819)**	**(61.389)**	**(22.629)**	**(33.558)**	**(56.187)**
RESULTADO FINANCEIRO	**(556.388)**	**(222.483)**	**(778.871)**	**(552.427)**	**(222.483)**	**(774.910)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**3.442.418**	**909.245**	**4.351.663**	**3.443.124**	**909.454**	**4.352.578**
Imposto de renda e contribuição social	(1.445.554)	–	(1.445.554)	(1.446.145)	–	(1.446.145)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.219.402	(327.307)	892.095	1.219.273	(327.468)	891.805
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.216.266**	**581.938**	**3.798.204**	**3.216.252**	**581.986**	**3.798.238**
Parcela atribuída aos controladores	3.216.266	581.938	3.798.204	3.216.266	581.938	3.798.204
Parcela atribuída aos acionistas não controladores	–		–	(14)	48	34
Resultado por ação básico líquido (R$)	**0,048**	**–**	**0,056**	**0,048**	**–**	**0,056**

3.7.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) de 31.12.2019

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucro (Prejuízo) Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**6.531.154**	**5.053.045**	**10.880.115**	**191.723**	**–**	**(1.935.223)**	**20.720.814**	**863**	**20.721.677**
Prejuízo acumulado	–	–	–	–	(511.144)	–	(511.144)	–	(511.144)
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2019	**6.531.154**	**5.053.045**	**10.880.115**	**191.723**	**(511.144)**	**(1.935.223)**	**20.209.670**	**863**	**20.210.533**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 Anteriormente Apresentado	**6.531.154**	**5.053.045**	**12.703.349**	**377.314**	**–**	**(3.107.215)**	**21.557.647**	**849**	**21.558.496**
Lucro acumulado	–	–	–	–	571.309	–	571.309	317	571.626
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 Reapresentado	**6.531.154**	**5.053.045**	**12.703.349**	**377.314**	**60.165**	**(3.107.215)**	**21.617.812**	**1.180**	**21.618.992**

continua

continuação

3.7.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.442.418	909.245	4.351.663	3.443.124	909.454	4.352.578
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:						
Encargos financeiros	537.159	222.483	759.642	537.159	222.483	759.642
Receita de ativo contratual - RBSE	(2.241.887)	2.241.887	–	(2.241.887)	2.241.887	–
Receita de ativo contratual de transmissão	(136.535)	(3.327.259)	(3.463.794)	(141.664)	(3.332.207)	(3.473.871)
Receita de construção	(338.273)	32.761	(305.512)	(340.176)	32.761	(307.415)
Resultado da equivalência patrimonial	32.570	28.819	61.389	22.629	33.558	56.187
Participação dos não controladores	–	–	–	14	(48)	(34)
Outros	226.226	–	226.226	222.042	–	222.042
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais						
Almoxarifado	3.777	(3.777)	–	3.777	(3.777)	–
Desativações e alienações em curso	–	(34.578)	(34.578)	–	(34.578)	(34.578)
Outros	(52.846)	38.355	(14.491)	(79.961)	38.355	(41.606)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais						
Fornecedores	92.272	47.401	139.673	108.588	47.401	155.989
Tributos a recolher	675.055	(762.203)	(87.148)	675.228	(762.203)	(86.975)
Outros	(20.499)	–	(20.499)	(17.466)	48	(17.418)
Caixa proveniente das atividades operacionais						
Amortização de ativo contratual - RBSE	3.279.655	(3.279.655)	–	3.279.655	(3.279.655)	–
Recebimento de ativo contratual de transmissão	210.523	3.171.719	3.382.242	217.215	3.171.719	3.388.934
Pagamento à entidade de previdência complementar - Plano BD/CD	(40.954)	(47.401)	(88.355)	(40.954)	(47.401)	(88.355)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.215.434)	762.203	(1.453.231)	(2.215.434)	762.203	(1.453.231)
Outros	(1.267.654)	–	(1.267.654)	(1.267.654)	–	(1.267.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.185.573**	**–**	**2.185.573**	**2.164.235**	**–**	**2.164.235**
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(571.739)**	**–**	**(571.739)**	**(873.836)**	**–**	**(873.836)**
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(1.632.287)**	**–**	**(1.632.287)**	**(1.290.953)**	**–**	**(1.290.953)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(18.453)**	**–**	**(18.453)**	**(554)**	**–**	**(554)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.093	–	28.093	73.161	–	73.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.640	–	9.640	72.607	–	72.607

3.7.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de 31.12.2019

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
1 GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas de vendas de energia e serviços	10.344.497	1.160.547	11.505.044	10.368.736	1.165.495	11.534.231
Outras receitas operacionais	226.860	–	226.860	223.008	–	223.008
Menos:						
Insumos						
Custo de energia comprada	(1.465.857)	–	(1.465.857)	(1.480.355)	–	(1.480.355)
Materiais	(29.016)	–	(29.016)	(29.125)	–	(29.125)
Serviços de terceiros	(704.991)	–	(704.991)	(709.200)	–	(709.200)
Outros custos operacionais	(1.657.216)	–	(1.657.216)	(1.660.971)	–	(1.660.971)
2 VALOR ADICIONADO BRUTO	**6.714.277**	**1.160.547**	**7.874.824**	**6.712.093**	**1.165.495**	**7.877.588**
Depreciação e amortização	(274.593)	–	(274.593)	(274.648)	–	(274.648)
Constituição/reversão de provisões	455.342	–	455.342	455.342	–	455.342
3 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**6.895.026**	**1.160.547**	**8.055.573**	**6.892.787**	**1.165.495**	**8.058.282**
Receitas financeiras (transferências)	3.059.333	(2.908.116)	151.217	3.063.615	(2.908.116)	155.499
Equivalência patrimonial	(32.570)	(28.819)	(61.389)	(22.629)	(33.558)	(56.187)
4 VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**9.921.789**	**(1.776.388)**	**8.145.401**	**9.933.773**	**(1.776.179)**	**8.157.594**
5 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Remuneração do trabalho	1.134.111	–	1.134.111	1.143.603	–	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)	1.395.169	327.307	1.722.476	1.396.859	327.468	1.724.327
Encargos financeiros e variação monetária	3.615.721	(2.685.633)	930.088	3.616.042	(2.685.633)	930.409
Encargos setoriais	560.522	–	560.522	561.017	–	561.017
Remuneração aos acionistas	763.284	–	763.284	763.284	–	763.284
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	(14)	48	34
Lucro do exercício retido	2.452.982	581.938	3.034.920	2.452.982	581.938	3.034.920
TOTAL	**9.921.789**	**(1.776.388)**	**8.145.401**	**9.933.773**	**(1.776.179)**	**8.157.594**

3.7.6 Balanço Patrimonial (BP) de 31.12.2018 em 01.01.2019

	Controladora			Consolidado		
ATIVO	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalente de caixa	28.093	–	28.093	73.161	–	73.161
Títulos e valores mobiliários	479.284	–	479.284	479.284	–	479.284
Clientes	1.152.180	–	1.152.180	1.153.067	–	1.153.067
Créditos CCEE Repactuação GSF	65.529	–	65.529	65.529	–	65.529
Remuneração das participações societárias	126.294	–	126.294	126.294	–	126.294
RBSE - concessão de serviço público	3.460.565	(3.460.565)	–	3.460.565	(3.460.565)	–
Ativo contratual de transmissão	306.754	(306.754)	–	313.218	(313.218)	–
Ativo de contrato	–	3.231.758	3.231.758	–	3.238.222	3.238.222
Impostos e contribuições sociais	1.023.991	(1.023.991)	–	1.024.862	(1.024.862)	–
Almoxarifado	39.850	(39.850)	–	39.850	(39.850)	–
Créditos homologatórios ANEEL	246.143	(246.143)	–	246.143	(246.143)	–
Outros ativos	147.865	285.993	433.858	148.162	285.993	434.155
	7.076.548	**(1.559.552)**	**5.516.996**	**7.130.135**	**(1.560.423)**	**5.569.712**
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Créditos CCEE Repactuação GSF	10.459	–	10.459	10.459	–	10.459
Impostos e contribuições sociais	29.019	(29.019)	–	29.019	(29.019)	–
Almoxarifado	111.187	(111.187)	–	111.187	(111.187)	–
Cauções e depósitos vinculados	811.388	–	811.388	811.388	–	811.388
Adiantamento para futuro aumento de capital	295.678	–	295.678	1.541	–	1.541
RBSE - concessão de serviço público	14.864.021	(14.864.021)	–	14.864.021	(14.864.021)	–
Ativo contratual de transmissão	2.708.502	(2.708.502)	–	2.782.199	(2.782.199)	–
Ativo de contrato	–	17.423.485	17.423.485	–	17.497.182	17.497.182
Ativos financeiros de geração	1.280.320	(1.280.320)	–	1.280.320	(1.280.320)	–
Concessões Indenizáveis - Geração	–	1.280.320	1.280.320	–	1.280.320	1.280.320
Outros ativos	107.290	111.187	218.477	107.290	111.187	218.477
	20.217.864	**(178.057)**	**20.039.807**	**19.997.424**	**(178.057)**	**19.819.367**
Investimentos	6.046.985	–	6.046.985	6.015.644	–	6.015.644
Imobilizado	5.212.521	–	5.212.521	5.342.294	–	5.342.294
Intangível	187.843	–	187.843	290.988	–	290.988
	31.665.213	**(178.057)**	**31.487.156**	**31.646.350**	**(178.057)**	**31.468.293**
TOTAL DO ATIVO	**38.741.761**	**(1.737.609)**	**37.004.152**	**38.776.485**	**(1.738.480)**	**37.038.005**

continua

continuação

	Controladora			Consolidado		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**	**Anteriormente apresentado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
CIRCULANTE						
Fornecedores	437.559	–	437.559	440.360	–	440.360
Financiamentos e empréstimos	2.071.013	–	2.071.013	2.071.013	–	2.071.013
Impostos e contribuições sociais	1.387.802	(1.023.991)	363.811	1.388.188	(1.024.862)	363.326
Remuneração aos acionistas	248.277	–	248.277	248.277	–	248.277
Concessões a pagar - uso do bem público	1.777	–	1.777	1.777	–	1.777
Obrigações estimadas	257.611	–	257.611	258.426	–	258.426
Encargos setoriais	57.350	–	57.350	57.863	–	57.863
Benefícios pós-emprego	10.534	–	10.534	10.534	–	10.534
Outros	34.959	–	34.959	48.664	–	48.664
	4.506.882	**(1.023.991)**	**3.482.891**	**4.525.102**	**(1.024.862)**	**3.500.240**
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	6.634.459	–	6.634.459	6.634.459	–	6.634.459
Impostos e contribuições sociais	4.602.732	(202.474)	4.400.258	4.608.127	(202.474)	4.405.653
Concessões a pagar - uso do bem público	34.023	–	34.023	34.023	–	34.023
Provisões para contingências	1.179.786	–	1.179.786	1.179.786	–	1.179.786
Benefícios pós-emprego	209.852	–	209.852	209.852	–	209.852
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	58.242	–	58.242	61.782	–	61.782
Provisão para contratos onerosos	408.352	–	408.352	408.352	–	408.352
Encargos setoriais	304.247	–	304.247	304.247	–	304.247
Outros	82.372	–	82.372	89.078	–	89.078
	13.514.065	**(202.474)**	**13.311.591**	**13.529.706**	**(202.474)**	**13.327.232**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	6.531.154	–	6.531.154	6.531.154	–	6.531.154
Reservas de capital	5.053.045	–	5.053.045	5.053.045	–	5.053.045
Reservas de lucros:						
Reserva legal	595.957	–	595.957	595.957	–	595.957
Reserva especial de dividendos não distribuídos	2.074.939	–	2.074.939	2.074.939	–	2.074.939
Reserva de lucros a realizar	8.209.219	–	8.209.219	8.209.219	–	8.209.219
Dividendos adicionais propostos	191.723	–	191.723	191.723	–	191.723
Outros resultados abrangentes	(1.935.223)	–	(1.935.223)	(1.935.223)	–	(1.935.223)
Prejuízo Acumulado	–	(511.144)	(511.144)	–	(511.144)	(511.144)
	20.720.814	**(511.144)**	**20.209.670**	**20.720.814**	**(511.144)**	**20.209.670**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	863	–	863
	20.720.814	(511.144)	20.209.670	20.721.677	(511.144)	20.210.533
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**38.741.761**	**(1.737.609)**	**37.004.152**	**38.776.485**	**(1.738.480)**	**37.038.005**

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Caixa e bancos	12.193	9.640	12.380	23.391
Aplicações Financeiras	–	–	99.309	49.216
Total circulante	**12.193**	**9.640**	**111.689**	**72.607**
Total	**12.193**	**9.640**	**111.689**	**72.607**

As aplicações financeiras das controladas apresentam a seguinte composição:

Instituição Financeira	**Tipo de aplicação**	**Remuneração**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	3.86% a.a.	11.684	–
Banco do Brasil S.A.	Fundos de Investimentos	100% CDI	87.625	49.216
Total			**99.309**	**49.216**

4.2 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Caixa restrito - convênio Itaipu [1]	161.070	–	161.070	–
Total circulante	**161.070**	**–**	**161.070**	**–**
Caixa restrito - Transenergia Goiás S.A. [2]	–	–	4.689	–
Total não circulante	**–**	**–**	**4.689**	**–**
Total	**161.070**	**–**	**165.759**	**–**

[1] Valor referente a recebimento do convênio entre Furnas e Itaipu para revitalização de equipamentos. Vide nota 21.4

[2] Vide nota 4.2.1

4.2.1 Caixa restrito - Controlada Transenergia Goiás S.A.

O valor se refere a aplicação financeira no Paraná Banco oferecida como cobertura colateral do Seguro de Garantia Judicial contratado pela controlada Transenergia Goiás S.A. junto à Seguradora Junto S.A., para cobertura de processo movido contra a ANEEL.

A aplicação financeira de títulos em renda fixa do Paraná Banco foi remunerada à taxa de 103% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4.3 Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil (BCB), a aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Logo, a Empresa e suas controladas aplicam suas disponibilidades em fundos extramercado lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também a manutenção do caixa operacional da Empresa.

Esta rubrica compõe-se como segue:

	Controladora e Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Fundos de investimentos [1]	961.930	684.895
Total circulante	**961.965**	**684.930**

[1] Para fundo FESC, vide nota 3.2.1

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R$ 961.965 refere-se, principalmente, a aplicações em fundos de investimentos conforme demonstrado a seguir:

a) R$ 591.453 (R$ 384.702 em 31.12.2019), registrados no BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa;

b) R$ 370.457 (R$ 300.173 em 31.12.2019), registrados no Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Comum IRFM-1 Renda Fixa e Fundo de Investimento CAIXA Extramercado VI IRF-M 1 Renda Fixa;

Nos exercícios de 2020 e 2019 as aplicações tiveram os seguintes rendimentos:

Descritivo	**2020**	**2019**
BB Extramercado FAE e FAE 2	23.698	21.403
CEF FI Extra Comum e VI	15.196	22.435
Outros	2	4
Total	**38.896**	**43.842**

4.3.1 Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Do total de fundos de investimentos, R$ 253.731 (R$ 0 em 31.12.2019) refere-se ao FESC, aplicado no BB Extramercado FAE 2.

O FESC é um Fundo setorial definido pela Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para implantação de empreendimentos de geração e transmissão a partir de Sociedades de Propósito Específico - SPEs em que FURNAS detenha participação de até 49%. Os recursos de titularidade de FURNAS a serem futuramente aportados no FESC são provenientes de parte da receita de venda da energia da UHE Itumbiara.

Os investimentos deverão apresentar rentabilidade mínima, aos acionistas das SPEs, equivalente ao custo de capital próprio estabelecido pelo acionista controlador de FURNAS, referenciado nos planos de negócio associados.

Vale mencionar que o FESC ainda depende de regulamentação do Poder Executivo para ser efetivamente criado. Não obstante, FURNAS, em atendimento à Lei nº 13.182/2015 e em nome da boa governança, gestão e planejamento de suas disponibilidades de caixa, já reserva os recursos a serem futuramente aportados, calculados a partir dos parâmetros legais, no referido fundo de investimento.

NOTA 5 - CLIENTES

	Consolidado					
Descritivo	**Vincendos**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos + de 90 dias**	**Parcelamento**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Suprimento de energia	359.746	2.400	1.725	–	363.871	373.821
Uso da rede elétrica	642.133	22.210	34.487	–	698.830	538.168
Parcelamento (Nota 5.2)		–	–	18.304	18.304	17.988
Energia de curto prazo	90.660	63.539	71.372	–	225.571	175.527
Consumidores industriais	121.612	–	–	–	121.612	63.873
(–) PECLD (Nota 5.1)	(73)	(18)	(601)	(12.530)	(13.222)	(23.463)
Total circulante	**1.214.078**	**88.131**	**106.983**	**5.774**	**1.414.966**	**1.145.914**
Suprimento de energia	–	–	9.548	–	9.548	9.548
Uso da rede elétrica	–	–	4.348	–	4.348	4.348
Comercialização de energia	–	–	293.560	–	293.560	293.560
Parcelamento (Nota 5.2)	–	–	–	693.510	693.510	604.889
(–) PECLD (Nota 5.1)	–	–	(307.456)	(420.927)	(728.383)	(645.493)
Total não circulante	**–**	**–**	**–**	**272.583**	**272.583**	**266.852**
Total	**1.214.078**	**88.131**	**106.983**	**278.357**	**1.687.549**	**1.412.766**

	Controladora					
Descritivo	**Vincendos**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos + de 90 dias**	**Parcelamento**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Suprimento de energia	359.746	2.400	1.725	–	363.871	373.821
Uso da rede elétrica	635.149	22.210	34.487	–	691.846	525.657
Parcelamento (Nota 5.2)	–	–	–	18.304	18.304	17.988
Energia de curto prazo	90.660	63.539	71.372	–	225.571	175.527
Consumidores industriais	121.612	–	–	–	121.612	63.873
(–) PECLD (Nota 5.1)	(73)	(18)	(601)	(12.530)	(13.222)	(23.463)
Total circulante	**1.207.094**	**88.131**	**106.983**	**5.774**	**1.407.982**	**1.133.403**
Suprimento de energia	–	–	9.548	–	9.548	9.548
Uso da rede elétrica	–	–	4.348	–	4.348	4.348
Comercialização de energia	–	–	293.560	–	293.560	293.560
Parcelamento (Nota 5.2)	–	–	–	693.510	693.510	604.889
(–) PECLD (Nota 5.1)	–	–	(307.456)	(420.927)	(728.383)	(645.493)
Total não circulante	**–**	**–**	**–**	**272.583**	**272.583**	**266.852**
Total	**1.207.094**	**88.131**	**106.983**	**278.357**	**1.680.565**	**1.400.255**

A Empresa mantém registrado, em 31 de dezembro de 2020, o mesmo montante de 2019, ou seja, R$ 293.560, a valores históricos, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE. À luz das normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE. Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída provisão para Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre o valor integral a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

5.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Movimentação PECLD 2020

	Controladora e Consolidado		
Descritivo	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(23.463)**	**(645.493)**	**(668.956)**
Constituição	(3.497)	(82.891)	(86.388)
(Reversão)	13.737	–	13.737
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(13.223)**	**(728.384)**	**(741.607)**

Movimentação PECLD 2019

	Controladora e Consolidado		
Descritivo	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(22.200)**	**(632.585)**	**(654.785)**
Constituição	(12.782)	(13.553)	(26.335)
(Reversão)	11.519	645	12.164
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(23.463)**	**(645.493)**	**(668.956)**

continua

continuação

O total provisionado em 31 de dezembro de 2020 monta R$ 741.607 (R$ 668.956 em 31.12.2019), dos quais R$ 420.927 (R$ 338.037 em 31/12/2019) se referem à Companhia Energética de Goiás (CELG), atualmente Enel Distribuição Goiás, conforme descrito na nota 5.2.

5.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descritivo	31.12.2019	Adição	Provisões	Recebimentos	Variação Monetária	Transferências de LP para CP	31.12.2020
CEA (b)	16.195	–	–	(3.665)	–	–	12.530
Eletronuclear (c)	1.793	–	21.925	(23.718)	–	5.774	5.774
Total circulante	**17.988**	**–**	**21.925**	**(27.383)**	**–**	**5.774**	**18.304**
Celg D (a)	338.037	–	9.330	–	73.560	–	420.927
Eletronuclear (c)	266.852	–	–	–	11.505	(5.774)	272.583
Total não circulante	**604.889**	**–**	**9.330**	**–**	**85.065**	**(5.774)**	**693.510**
Total	**622.877**	**–**	**31.255**	**(27.383)**	**85.065**	**–**	**711.814**

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) CELG D: de acordo com o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e CELG D, tendo como interveniente anuente o Banco do Brasil S.A., a distribuidora reconheceu o débito referente ao faturamento de energia própria no montante de R$ 378.938. O prazo estimado para pagamento foi de 216 meses, com o saldo sendo corrigido pelo IGP-M acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1% a.m. Em 31 de dezembro de 2020, o valor deste parcelamento está integralmente provisionado devido à disputa judicial do recebível, conforme comentado no item 5.1 desta nota.

b) A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) acumulava dívida de energia vencida com Furnas no valor histórico de R$ 37.183, correspondentes aos meses de janeiro a maio de 2017, conforme Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, nº 19.576/15, assinado entre as partes em 15 de janeiro de 2015. Com base no artigo 2º, inciso III da Resolução Normativa nº 711/96 da ANEEL, o referido contrato foi rescindido em 01 de junho de 2017. O saldo devedor foi renegociado em 8 (oito) parcelas, vencendo a última em 30 de abril de 2018. Como as 3 (três) últimas parcelas não foram quitadas, foi registrada provisão para PECLD. No dia 12 de junho de 2020, após decisão judicial, foi depositado em conta-corrente de Furnas o valor de R$ 3.665, diminuindo o saldo a receber, que em 31 de dezembro de 2020 monta em R$12.530.

c) Eletronuclear - Em 31 de outubro de 2019, foi assinado o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças - 001/19 entre a Eletronuclear e Furnas, para parcelamento de débito da Eletronuclear referente ao diferencial tarifário decorrente da venda de energia ocorrida entre o período de 05.12.2009 a 31.12.2012, conforme tarifas definidas pela REH nº 1.585/2013 da ANEEL. O prazo do referido contrato é de 120 (cento e vinte) meses, a partir da data de sua assinatura, com carência de principal de 24 (vinte e quatro) meses e posterior amortização total do contrato, por meio de Sistema de Amortização Constante - SAC, em 96 (noventa e seis) meses. O saldo devedor será atualizado mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A partir da assinatura do contrato, sobre o saldo devedor atualizado, incide uma taxa de 7,83% a.a., calculada *pro rata temporis*, e é cobrada taxa de Administração de 0,50% a.a.

NOTA 6 - RISCO HIDROLÓGICO

A movimentação encontra-se como segue:

Descritivo	Saldo em 31.12.2019	Realização/ Amortização	Saldo em 31.12.2020
Ativo circulante/Ativo não circulante			
UHE Batalha	1.535	(1.535)	–
UHE Simplício	6.040	(6.040)	–
UHE Manso	2.883	(2.883)	–
UHE Mascarenhas	–	–	–
UHE Serra da Mesa	–	–	–
Total	**10.458**	**(10.458)**	**–**
Total Circulante	**10.458**	**(10.458)**	**–**
Total Não Circulante	**–**	**–**	**–**

Descritivo	Saldo em 31.12.2019	Realização/ Amortização	Saldo em 31.12.2020
Ativo intangível			
UHE Mascarenhas	15.516	(3.800)	11.716
UHE Serra da Mesa	49.695	(2.395)	47.300
UHE Itumbiara	1.986	(1.986)	–
Total Intangível	**67.197**	**(8.181)**	**59.016**

6.1 Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo compensação parcial a custos incorridos desde 2012 por geradores hidrelétricos em função de riscos não hidrológicos, no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), relativamente à parcela das respectivas garantias físicas que não tenham sido objeto da repactuação do risco hidrológico de 2016.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) "aceleração" da garantia física de empreendimentos de geração estruturantes; (ii) restrições dos sistemas de transmissão necessários ao escoamento da geração dos empreendimentos estruturantes, e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante extensão das outorgas, limitada a 7 anos, calculada com base em metodologia e parâmetros estabelecidos pela ANEEL, a partir dos critérios gerais definidos na Lei.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e estabelece a referida metodologia de cálculo da compensação aos geradores hidrelétricos.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar a qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE; (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A tabela a seguir apresenta os valores de compensação e consequentes prazos de extensão de outorga para as usinas de FURNAS alcançadas pela Lei, divulgados pela CCEE em 02.03.2021, que ainda dependem de homologação da ANEEL.

UHE	Valor Compensação (R$ mil)	Prazo Extensão (meses)
Itumbiara	695,3	84,0
Mascarenhas de Moraes	35,9	2,6
Serra da Mesa	39,0	6,0
Manso	0,0	0,0
Batalha	0,2	0,5
Simplício	1,5	0,8
Furnas	5,4	1,1
Luis Carlos Barreto	4,6	1,1
Porto Colômbia	1,8	1,1
Corumbá I	2,0	1,1
Marimbondo	7,0	1,2
Funil	1,2	1,2
TOTAL	**794,0**	**100,8**

Vale mencionar que a UHE Itumbiara foi incluída no conjunto de usinas alcançadas pela Lei, considerando o cenário provável de prorrogação de sua concessão por até 30 anos, em curso no Ministério de Minas e Energia, a partir de recomendação favorável da ANEEL. O prazo adicional para a usina, divulgado pela CCEE e apontado na tabela anterior, já considera o término da concessão em 28.03.2051, portanto, incluindo ainda, além dos 30 anos de prorrogação da concessão, 395 dias de extensão em virtude da repactuação do risco hidrológico de 2016.

Com a homologação dos valores e prazos pela ANEEL, os cálculos serão analisados no escopo do parágrafo 44 do CPC-04 (R1) - Ativo Intangível e mensurados ao valor justo tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE.

A Empresa entende que para o registro do ativo referente à repactuação do GSF, deve no mínimo aprovar a repactuação da usina cuja outorga terá o prazo estendido nos termos da Lei e da regulamentação, e formalizar a desistência de ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que deverá ocorrer oportunamente seguindo a governança interna.

A compensação aos geradores hidrelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração será reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica quando todas as condições forem atingidas.

NOTA 7 - ATIVO DE CONTRATO

As concessões de transmissão da Empresa são classificadas como ativos contratuais, inclusive os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais nessas informações financeiras.

A Empresa remensurou seus ativos de transmissão e reapresentou seus saldos comparativos. A reapresentação seguiu as orientações do Ofício SEP CVM 04/2020 que alterou significativamente as premissas de mensuração dos ativos contratuais da Empresa.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão estão sumarizadas abaixo:

- Receita Anual Permitida (RAP) estipulada no contrato de concessão (Bid leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado.
- A identificação das margens reflete a estratégia definida pela Empresa para cada concessão e variam em função de vários fatores de negócio à época de cada contrato de concessão. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo.
- Parcela variável como critério de risco utilizando o histórico.
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

A movimentação destes ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**20.655.243**	**20.735.404**
Adição - Receita de Construção	256.159	258.062
Receita Financeira Contratual	3.463.794	3.473.871
Ajuste Contratos CT034/01, CT006/05 e CT007/06	(10.628)	(10.628)
Ajuste de Mensuração (Recebimento)	(3.382.243)	(3.359.248)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**20.982.325**	**21.097.461**
Adição - Receita de Construção	253.938	253.938
Atualizações - Receita Financeira	2.750.163	2.762.824
Efeito RTP e ciclos anuais	2.104.182	2.104.182
Ajuste de mensuração (Recebimento)	(4.163.147)	(4.174.036)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**21.927.461**	**22.044.369**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Circulante	4.554.703	3.971.031	4.561.167	3.977.495
Ativo Não Circulante	17.372.758	17.011.294	17.483.202	17.119.966
Total	**21.927.461**	**20.982.325**	**22.044.369**	**21.097.461**

Abaixo seguem os componentes dos ativos contratuais:

	Controladora		Consolidado	
Resultado do Ativo Contratual	31.12.2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Ativo Contratual - RAP	6.068.603	5.165.918	6.117.593	5.213.136
Ativo Contratual - Indenização	15.858.858	15.816.407	15.926.776	15.884.325
Total	**21.927.461**	**20.982.325**	**22.044.369**	**21.097.461**

Ao longo da operação da concessão o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa, (i) pelo recebimento de RAP para a parcela que será amortizada até o término da concessão e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente.

As principais características dos ativos de transmissão seguem abaixo:

Contrato de Concessão	Atualização	Natureza	Margem de O&M	Margem de Construção	Taxa de desconto - TIR implícita
062/2001	IPCA	Renovado - RBNI	4,73%	4,73%	6,73%
062/2001	IPCA	Renovado - RBSE	0,00%	3,00%	8,66%
034/2001	IGPM	Licitado	7,87%	7,87%	14,43%
006/2005	IGPM	Licitado	7,87%	7,87%	8,34%
007/2006	IPCA	Licitado	7,87%	7,87%	3,19%
003/2009	IPCA	Licitado	7,87%	7,87%	4,12%
006/2010	IPCA	Licitado	5,99%	5,99%	4,61%
014/2011	IPCA	Licitado	5,18%	5,18%	7,29%
016/2012	IPCA	Licitado	5,28%	5,28%	4,48%

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão, segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE:

Ano	Parcela econômica	Parcela Financeira	Parcela de Ajuste	Total
2021	1.625.885	2.340.530	550.919	4.517.334
2022	1.625.885	2.340.530	550.919	4.517.334
2023	1.642.255	2.340.530	550.919	4.533.704
2024	1.642.255	2.340.530	–	3.982.785
2025	1.642.255	2.340.530	–	3.982.785
2026	1.642.255	–	–	1.642.255
Total	**9.820.790**	**11.702.650**	**1.652.757**	**23.176.197**

Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica - RTP de 08 concessões da Empresa. Dessa forma, Furnas considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos dessa revisão, no montante de R$ 2,104 bilhões, nas receitas operacionais do terceiro trimestre de 2020.

Os principais itens revisados e considerados pela Aneel no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Avaliação da Base Incremental;
- Homologação dos novos valores para o Banco de Preços de Referência Aneel;
- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos; e
- Atualização inflacionária do período.

continua

continuação

Abaixo seguem os contratos de concessão que sofreram revisão tarifária e seus impactos consolidados por contrato considerando remensuração dos ativos de transmissão:

Contratos de Concessão	Natureza	Resultado da revisão tarifária - receita operacional
062/2001	Renovado - RBNI	(206.863)
062/2001	Renovado - RBSE	2.387.459
034/2001	Licitado	(6.774)
006/2005	Licitado	(51.503)
007/2006	Licitado	(41.893)
003/2009	Licitado	1.069
006/2010	Licitado	23.775
014/2011	Licitado	(854)
016/2012	Licitado	(235)
Total		**2.104.181**

NOTA 8 - OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Créditos com fornecedores	134.538	199.088	134.538	199.088
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - créditos com fornecedores (nota 8.2 e 8.3)	(47.677)	(46.366)	(47.677)	(46.366)
Desativações e alienações em curso	116.050	58.966	116.050	58.966
Serviços prestados a terceiros	86.552	86.230	86.552	86.230
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - serviços prestados a terceiros (nota 8.2 e 8.3)	(86.102)	(85.921)	(86.102)	(85.921)
Alienações de bens e direitos	3.533	2.431	3.533	2.431
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - alienações de bens e direitos (nota 8.2)	(3.533)	(2.431)	(3.533)	(2.431)
Alienação em curso	–	10.938	–	10.938
Dispêndios a reembolsar	2.570	3.637	2.570	3.637
Dispêndio a reembolsar em curso	10.014	234	10.014	234
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - dispêndios a reembolsar (nota 8.2)	(395)	(887)	(395)	(887)
Empregados	54.991	37.331	54.991	37.331
Empréstimos concedidos	–	84	–	84
Despesas pagas antecipadamente	45.327	33.683	45.327	33.683
Acordo de Leniência (nota 8.4)	5.520	5.520	5.520	5.520
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - acordo de leniência (nota 8.2)	(5.520)	(5.520)	(5.520)	(5.520)
Almoxarifado	42.843	34.785	42.843	34.785
Outros	1.921	9.869	1.979	10.239
Total Circulante	**360.632**	**341.671**	**360.690**	**342.041**
Outros créditos sujeitos a variação monetária	24.141	17.513	24.141	17.513
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - Outros créditos e Gamek (nota 8.2)	(24.112)	(17.483)	(24.112)	(17.483)
Bens e direitos destinados a alienação	2.370	14.836	2.370	14.836
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	1.250	1.250	1.250
Fundos vinculados	–	–	26.419	18.468
Almoxarifado	114.271	112.475	114.271	112.475
Empresas de energia elétrica	350.028	473.929	350.028	473.929
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (notas 8.1, 8.2 e 8.3)	(346.631)	(471.233)	(346.631)	(471.233)
Acordo de Leniência (nota 8.5)	84.602	84.602	84.602	84.602
(–) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - acordo de leniência (nota 8.2)	(84.602)	(84.602)	(84.602)	(84.602)
Total Não Circulante	**125.179**	**135.149**	**151.598**	**153.617**

8.1 Companhia de Interconexão Energética (CIEN)

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados no total de R$ 134.284 no período findo em 31 de dezembro de 2019, classificados na rubrica de empresas de energia elétrica.

Em novembro de 2020 foi revertida a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e considerada efetivamente como perda após a 49ª Vara Cível da capital do Estado do Rio de Janeiro não acatar um Recurso Especial. A baixa em definitivo do contas a receber foi em decorrência de perda da ação ajuizada por Furnas por inadimplemento do instrumento contratual nº 12.399, firmado em 05.05.1998, em que foi pleiteado pagamento de penalidades, pagamento de quantias previstas no contrato e multas rescisórias.

8.2 Contas a receber CHESF

O valor registrado de R$ 30.096 se refere a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) nas operações de setembro de 2000 a setembro de 2002 no Mercado Atacadista de Energia (MAE). Ressalta-se que há constituição integral de provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa deste montante, que está classificado na rubrica de empresas de energia elétrica.

8.3 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A movimentação na PECLD para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
Descritivo	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(141.035)**	**(573.318)**
(Constituições) Reversões	(2.192)	117.973
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(143.227)**	**(455.345)**

8.4 Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

Com base no contrato de Cessão do Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e de Fibras Ópticas, celebrado em 29.06.1999, foram emitidas faturas correspondentes ao serviço executado. Furnas constituiu PECLD dos valores a receber, que montam R$ 105.233 em 31.12.2020 (R$ 105.233 em 31.12.2019).

8.5 Acordo de leniência

A Eletrobras informou aos seus acionistas e ao mercado em geral em fato relevante publicado em 02 de janeiro de 2019 que assinou, em 31 de dezembro de 2018, o termo de adesão ao Acordo de Leniência firmado entre o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ("CGU") e a Odebrecht S/A, com a interveniência da Advocacia Geral da União (AGU), para fins de ressarcimento, em relação a empreendimentos dos quais participa, direta ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Furnas receberia pelo referido acordo o montante de R$ 117.684 em 21 (vinte e uma) parcelas anuais, a serem corrigidas pela SELIC, a partir de outubro de 2019, que reconhecido a valor presente, no período findo em 31 de dezembro de 2018, representava o montante de R$ 90.122.

O valor a receber considera a participação acionária de 43,0554% de Furnas na SPE Madeira Energia S.A. (MESA), *holding* da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio.

A adesão ao acordo foi uma oportunidade de ressarcimento à Eletrobras de parte dos recursos a que a Empresa tem direito, diante dos prejuízos causados pela Odebrecht S/A, decorrentes do esquema de corrupção desvendado pela "Operação Lava Jato".

Destaca-se que a Eletrobras continuará adotando as medidas necessárias para ressarcimento dos danos causados às empresas do grupo, em razão dos atos ilícitos dos quais as empresas foram vítimas.

Em dezembro de 2019, Furnas optou por constituir PECLD sobre o saldo existente em função do inadimplemento da Odebrecht S/A e pelo incremento do risco de crédito por conta da recuperação judicial ocorrida durante o exercício de 2019.

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Acordo de Leniência	117.684	117.684	117.684	117.684
Ajuste a valor presente (AVP)	(27.562)	(27.562)	(27.562)	(27.562)
PECLD	(90.122)	(90.122)	(90.122)	(90.122)
Total	**–**	**–**	**–**	**–**
Circulante	–	–	–	–
Não Circulante	–	–	–	–

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Participações societárias permanentes				
SPEs de Geração	3.199.688	3.932.363	2.895.523	3.561.524
SPEs de Transmissão	3.402.694	3.145.514	3.273.550	3.069.229
Subtotal de investimentos em SPEs	**6.602.382**	**7.077.877**	**6.169.073**	**6.630.753**
Perdas Estimadas sobre participações societárias permanentes	(551.545)	(253.632)	(551.545)	(253.632)
Outros investimentos	16.393	17.315	16.393	17.315
Total de investimentos	**6.067.230**	**6.841.560**	**5.633.921**	**6.394.436**

9.1 Mutação do investimento no período indicado:

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Aportes/ Adição	Capitalização de AFAC/ AFAC [b]	Baixa/ Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2020	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2020
Participações societárias permanentes											
SPEs de Geração											
Baguari Energia S.A.	30,61	69.485	–	–	–	8.603	–	(9.388)	68.700	–	68.700
Chapecoense Geração S.A.	40,00	409.864	–	–	–	112.186	–	(148.310)	373.740	–	373.740
Teles Pires Participações	24,72	376.921	14.245	–	–	(17.768)	–	–	373.398	–	373.398
Enerpeixe	40,00	254.272	–	–	–	46.614	–	(35.175)	265.711	–	265.711
Inambari Geração de Energia [a]	19,60	93	–	–	–	–	–	–	93	–	93
Madeira Energia S.A.	43,05	1.595.099	–	–	–	(622.438)	–	–	972.661	–	972.661
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	144.796	–	–	–	16.245	–	(3.858)	157.183	–	157.183
Serra do Facão Energia S.A.	49,47	21.892	–	–	–	1.060	–	–	22.952	–	22.952
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	3.499	–	–	(1.697)	(444)	–	(574)	784	–	784
Tijoá Participações e Investimentos	49,90	13.191	–	–	–	35.201	–	(25.762)	22.630	–	22.630
Energia Olímpica (Nota 9.2.3)	49,90	1.244	–	–	(1.244)	–	–	–	–	–	–
Empresa de Energia São Manoel	33,33	657.106	–	–	–	(25.260)	–	–	631.846	–	631.846
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00	384.901	–	22.000	(6.427)	(90.484)	–	–	309.990	(304.165)	5.825
SPEs de Transmissão											
Caldas Novas	49,90	11.769	–	–	–	978	–	(231)	12.516	–	12.516
Goiás Transmissão S.A.	49,00	204.859	–	–	–	9.930	–	(2.358)	212.431	–	212.431
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	783.528	–	–	–	12.035	–	(2.859)	792.704	–	792.704
MGE Transmissão S.A.	49,00	139.176	–	–	–	(2.028)	–	–	137.148	–	137.148
Transenergia Goiás S.A.	99,00	76.285	–	43.150	–	9.709	–	–	129.144	(129.144)	–
Transenergia Renovável S.A.	49,00	116.471	–	–	–	9.918	–	(9.992)	116.397	–	116.397
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	54.797	–	–	–	5.932	–	(1.409)	59.320	–	59.320
Triângulo Mineiro	49,00	112.865	–	–	–	15.259	–	(1.470)	126.654	–	126.654
Paranaíba	24,50	153.725	–	–	–	25.848	–	(6.139)	173.434	–	173.434
Vale do São Bartolomeu	39,00	60.305	357	–	–	3.357	–	–	64.019	–	64.019
Mata de Santa Genebra	49,90	570.803	39.322	–	–	48.665	–	–	658.790	–	658.790
Belo Monte Transmissora	24,50	826.053	–	–	–	72.097	4.393	(17.124)	885.419	–	885.419
Lago Azul Transmissão	49,90	34.878	–	–	–	2.019	–	(2.179)	34.718	–	34.718
Subtotal de investimentos em SPEs		**7.077.877**	**53.924**	**65.150**	**(9.368)**	**(322.766)**	**4.393**	**(266.828)**	**6.602.382**	**(433.309)**	**6.169.073**

continua

continuação

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Aportes/ Adição	Capitalização de AFAC/ AFAC [b]	Baixa/ Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2020	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2020
Perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes											
Inambari Geração de Energia		(93)	–	–	–	–	–	–	(93)	–	(93)
Empresa de Energia São Manoel [c]		(128.694)	(68.773)	–	–	–	–	–	(197.467)	–	(197.467)
Madeira Energia S.A. [c]		(76.168)	(63.375)	–	73.171	–	–	–	(66.372)	–	(66.372)
Teles Pires Participações [c]		–	(5)	–	5	–	–	–	–	–	–
Belo Monte Transmissora [c]		(40.156)	(15.531)	–	–	–	–	–	(55.687)	–	(55.687)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. [c]		–	(105.046)	–	–	–	–	–	(105.046)	–	(105.046)
Mata de Santa Genebra [c]		–	(124.623)	–	–	–	–	–	(124.623)	–	(124.623)
Lago Azul Transmissão [c]		(8.521)	–	–	6.264	–	–	–	(2.257)	–	(2.257)
Subtotal de perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes		**(253.632)**	**(377.353)**	**–**	**79.440**	**–**	**–**	**–**	**(551.545)**	**–**	**(551.545)**
Outros investimentos											
Investimentos pelo custo de aquisição		17.315	2.891	–	(3.813)	–	–	–	16.393	–	16.393
Subtotal de outros investimentos		**17.315**	**2.891**	**–**	**(3.813)**	**–**	**–**	**–**	**16.393**	**–**	**16.393**
Total de investimentos		**6.841.560**	**(320.538)**	**65.150**	**66.259**	**(322.766)**	**4.393**	**(266.828)**	**6.067.230**	**(433.309)**	**5.633.921**

(a) SPE em fase de descontinuidade das operações

(b) O valor de AFAC está condicionado à aprovação do SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos (R$ 22.00) e Transenergia Goiás (R$ 43.150), vide nota 9.5

(c) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2020 a estimativa de perdas com investimentos em SPEs foi de R$ 551.545 (R$ 253.632 em 31 de dezembro de 2019). Anualmente a administração de Furnas realiza uma análise sobre todos os investimentos e compara com a sua perspectiva de retorno. As diferenças são registradas no resultado como provisão ou reversão dos saldos existentes no ano anterior.

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes/ Adição	Capitalização de AFAC/AFAC	Baixa/ Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 [c]	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019 (Reapresentado)
Participações societárias permanentes												
SPEs de Geração												
Baguari Energia S.A.	30,61	71.011	–	–	–	10.441	–	–	(11.967)	69.485	–	69.485
Chapecoense Geração S.A.	40,00	395.841	–	–	–	122.483	–	–	(108.460)	409.864	–	409.864
Teles Pires Participações	24,72	363.104	27.981	–	–	(14.164)	–	–	–	376.921	–	376.921
Enerpeixe	40,00	260.599	–	–	(32.000)	48.103	–	–	(22.430)	254.272	–	254.272
Inambari Geração de Energia	19,60	93	–	–	–	–	–	–	–	93	–	93
Madeira Energia S.A.	43,05	2.004.915	–	–	–	(409.816)	–	–	–	1.595.099	–	1.595.099
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	134.277	–	–	–	13.796	–	–	(3.277)	144.796	–	144.796
Serra do Facão Energia S.A.	49,47	12.990	–	–	–	8.902	–	–	–	21.892	–	21.892
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	2.572	–	–	–	927	–	–	–	3.499	–	3.499
Tijoá Participações e Investimentos	49,90	10.523	–	–	–	26.948	–	–	(24.280)	13.191	–	13.191
Energia Olímpica	49,90	1.244	–	–	–	–	–	–	–	1.244	–	1.244
Empresa de Energia São Manoel	33,33	644.735	19.333	–	–	(6.962)	–	–	–	657.106	–	657.106
Brasil Ventos Energia S.A. [a]	100,00	–	–	418.126	(33.225)	–	–	–	–	384.901	(370.839)	14.062
SPEs de Transmissão												
Caldas Novas	49,90	10.741	–	–	–	981	280	–	(233)	11.769	–	11.769
Goiás Transmissão S.A.	49,00	188.574	–	–	–	21.357	–	–	(5.072)	204.859	–	204.859
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	688.992	–	–	–	66.538	27.997	–	–	783.527	–	783.527
MGE Transmissão S.A.	49,00	127.583	–	–	–	11.593	–	–	–	139.176	–	139.176
Transenergia Goiás S.A.	99,00	41.545	–	–	–	1.991	32.749	–	–	76.285	(76.285)	–
Transenergia Renovável S.A.	49,00	143.185	–	–	–	18.915	(29.915)	–	(15.713)	116.472	–	116.472
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	48.583	–	–	–	8.149	–	–	(1.935)	54.797	–	54.797
Triângulo Mineiro	49,00	91.698	1.406	–	–	19.761	–	–	–	112.865	–	112.865
Paranaíba	24,50	184.358	–	–	–	12.596	(40.243)	–	(2.986)	153.725	–	153.725
Vale do São Bartolomeu	39,00	51.173	4.926	–	–	4.207	–	(1)	–	60.305	–	60.305
Mata de Santa Genebra	49,90	482.329	130.289	–	–	(41.815)	–	–	–	570.803	–	570.803
Belo Monte Transmissora	24,50	795.355	–	–	–	58.147	(23.708)	(2.434)	(1.307)	826.053	–	826.053
Lago Azul Transmissão	49,90	28.255	–	–	–	702	4.021	–	1.900	34.878	–	34.878
Subtotal de investimentos em SPEs		**6.784.275**	**183.935**	**418.126**	**(65.225)**	**(16.220)**	**(28.819)**	**(2.435)**	**(195.760)**	**7.077.877**	**(447.124)**	**6.630.753**
Perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes												
Inambari Geração de Energia		(93)	–	–	–	–	–	–	–	(93)	–	(93)
Empresa de Energia São Manoel [b]		(293.670)	–	–	164.976	–	–	–	–	(128.694)	–	(128.694)
Madeira Energia S.A. [b]		(152.674)	–	–	76.506	–	–	–	–	(76.168)	–	(76.168)
Teles Pires Participações [b]		(6.666)	–	–	6.666	–	–	–	–	–	–	–
Belo Monte Transmissora [b]		(139.708)	–	–	99.552	–	–	–	–	(40.156)	–	(40.156)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. [b]		(28.445)	–	–	28.445	–	–	–	–	–	–	–
Mata de Santa Genebra [b]		(120.645)	–	–	120.645	–	–	–	–	–	–	–
Lago Azul Transmissão [b]		(8.521)	–	–	–	–	–	–	–	(8.521)	–	(8.521)
Subtotal de/perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes		**(750.422)**	**–**	**–**	**496.790**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(253.632)**	**–**	**(253.632)**
Outros investimentos												
Investimentos pelo custo de aquisição		13.132	4.183	–	–	–	–	–	–	17.315	–	17.315
Subtotal de outros investimentos		**13.132**	**4.183**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**17.315**	**–**	**17.315**
Total de investimentos		**6.046.985**	**188.118**	**418.126**	**431.565**	**(16.220)**	**(28.819)**	**(2.435)**	**(195.760)**	**6.841.560**	**(447.124)**	**6.394.436**

Descritivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 01.01.2019	Aportes/ Adição	Capitalização de AFAC/ AFAC	Baixa/ Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes Ofício CVM 04/2020 [c]	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019	Adições/ Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019
Passivo a Descoberto												
Brasil Ventos Energia S.A. [a]	100,00	(16.875)	–	–	33.225	(16.350)	–	–	–	–	–	–
Total de Passivo a Descoberto		**(16.875)**	**–**	**–**	**33.225**	**(16.350)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

(a) Valor referente a transferência da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no total de R$ 418.126 (R$ 250.897 em 31 de dezembro de 2018). Este valor de AFAC está condicionado à aprovação da SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos. Foi efetuada também a transferência do saldo de Passivo a Descoberto no montante de R$ 33.225 (R$ 16.875 em 31 de dezembro de 2018).

(b) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2019 a estimativa de perdas com investimentos em SPEs foi de R$ 253.632 (R$ 750.422 em 31 de dezembro/2018). Anualmente a administração de Furnas realiza uma análise sobre todos os investimentos e compara com a sua perspectiva de retorno. As diferenças são registradas no resultado como provisão ou reversão dos saldos existentes no ano anterior.

(c) Valores referentes à participação de Furnas sobre os ajustes registrados no Patrimônio Líquido das SPEs transmissoras decorrentes da adequação do Ativo de Contrato conforme Ofício CVM 04/2020. Ver Nota 9.2.6.2

9.2 Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

	Principais Investidas									
Informações Financeiras das SPEs	Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total	Demais Investidas	Total
				Balanços Patrimoniais em 31.12.2020						
Caixa e equivalente de caixa	122.643	297.446	262.620	31	5	159.315	45.182	**887.242**	517.393	**1.404.635**
Outros ativos circulantes	142.464	179.129	682.523	439.614	378.347	114.706	216.448	**2.153.231**	295.361	**2.448.592**
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.568.432	1.631.862	19.316.488	6.091.110	1.595.958	4.496.217	7.765.476	**43.465.543**	[a] 11.643.631	**55.109.174**
Outros ativos não circulantes	56.550	126.955	2.053.498	108.496	149.982	422.158	134.610	**3.052.249**	664.401	**3.716.650**
Total Ativo	**2.890.089**	**2.235.392**	**22.315.129**	**6.639.251**	**2.124.292**	**5.192.396**	**8.161.716**	**49.558.265**	**13.120.786**	**62.679.051**
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	138.128	283.295	414.112	257.899	48.859	221.699	399.512	**1.763.504**	465.769	**2.229.273**
Outros passivos circulantes	233.285	510.566	735.823	245.041	186.339	95.258	101.032	**2.107.344**	345.060	**2.452.404**
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	778.003	361.324	16.760.423	1.555.316	210.256	2.804.598	2.801.929	**25.271.849**	4.501.813	**29.773.662**
Outros passivos não circulantes	806.324	415.930	2.145.678	1.345.464	1.632.445	543.359	1.245.280	**8.134.480**	932.462	**9.066.942**
Patrimônio Líquido	934.349	664.277	2.259.093	3.235.531	46.393	1.527.482	3.613.963	**12.281.088**	6.875.682	**19.156.770**
Total Passivo	**2.890.089**	**2.235.392**	**22.315.129**	**6.639.251**	**2.124.292**	**5.192.396**	**8.161.716**	**49.558.265**	**13.120.786**	**62.679.051**

continua

continuação

Informações Financeiras das SPEs	Principais Investidas: Chapecoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total	Demais Investidas	Total
Demonstrações dos Resultados em 31.12.2020										
(+) Receita Líquida	935.862	303.132	3.200.238	595.799	402.091	792.973	833.619	**7.063.714**	1.714.546	**8.778.260**
(–) Custo da Operação	(300.255)	32.574	(2.719.799)	(158.691)	(130.330)	(666.993)	(84.733)	**(4.028.227)**	(840.574)	**(4.868.801)**
Lucro Bruto	**635.607**	**335.706**	**480.439**	**437.108**	**271.761**	**125.980**	**748.886**	**3.035.487**	**873.972**	**3.909.459**
(–) Despesas operacionais	(6.821)	(7.719)	(82.383)	(58.270)	(4.664)	(20.477)	(14.669)	**(195.003)**	(155.348)	**(350.351)**
(+) Receita financeira	11.789	27.467	258.775	11.904	26.331	11.297	6.968	**354.531**	24.003	**378.534**
(–) Despesa financeira	(209.535)	(193.793)	(2.112.254)	(341.629)	(288.696)	(209.804)	(292.805)	**(3.648.516)**	(376.216)	**(4.024.732)**
Lucro antes dos impostos	**431.040**	**161.661**	**(1.455.423)**	**49.113**	**4.732**	**(93.004)**	**448.380**	**(453.501)**	**366.411**	**(87.090)**
(–) Impostos sobre o lucro	(150.575)	(45.129)	9.756	12	2.946	21.128	(154.102)	**(315.964)**	(95.863)	**(411.827)**
Lucro Líquido (Prejuízo)	**280.465**	**116.532**	**(1.445.667)**	**49.125**	**7.678**	**(71.876)**	**294.278**	**(769.465)**	**270.548**	**(498.917)**
Outras informações:										
Depreciação e amortização	**(86.627)**	**(52.452)**	**(871.924)**	**(7.646)**	**(44.070)**	**(187.408)**	**(468)**	**(1.250.595)**	**(144.572)**	**(1.395.167)**

As informações das SPEs foram obtidas através das Demonstrações Financeiras do 4TRI2020 auditadas por auditores independentes. Porém, conforme procedimento utilizado pelo sistema Eletrobras, e permitido pela legislação contábil, é facultado o uso do balancete com um mês de defasagem (novembro), critério utilizado para as seguintes SPEs: Baguari, MGE Transmissão, Vale do São Bartolomeu e São Manoel.

(a) Saldo composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R$ 3.262.405), Mata de Santa Genebra (R$ 2.795.119) e Paranaíba (R$ 1.614.907).

Em 31 de dezembro de 2020, as seguintes investidas de Furnas apresentaram em seus balanços o capital circulante líquido negativo:

SPEs	Capital Circulante Líquido: AC	PC	CCL
Chapecoense	265.107	371.413	(106.306)
Empresa de Energia São Manoel	193.508	210.909	(17.401)
Enerpeixe	476.575	793.861	(317.286)
Madeira	945.143	1.149.935	(204.792)
Teles Pires Participações	274.021	316.956	(42.935)

9.2.1 Serra do Facão (SEFAC)

Seguindo o previsto no item 8, Direito de Preferência na aquisição de ações do Acordo de Acionistas da Sociedade, a Serra do Facão Energia S.A. informou que recebeu, em 05 de agosto de 2019, correspondência da Camargo Correa Investimento em Infraestrutura S.A. - CCII, informando o seu interesse em alienar todas as ações de sua propriedade, que representam 6,7705% de ações ordinárias e 5,4649% do capital social total da Serra do Facão. Os acionistas Furnas e DME Energética Ltda - DMEE manifestaram interesse em adquirir as ações, das quais caberão a Furnas 4,5393% dessa parcela, passando sua participação no capital social de 49,47% (37,40% ON e 12,07% PN) para 54,01% (41,94% ON e 12,07% PN). À DMEE caberão 0,9256%, passando sua participação no capital social de 10,08% (ON) para aproximadamente 11,01% (ON).

Em 21 de novembro de 2019, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Camargo Correa Investimentos, Furnas e DMEE e a operação foi submetida à anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da ANEEL, sendo esta dispensada caso não confirmada a sua necessidade.

Destaca-se que ainda não foram realizadas a assinatura do livro de registro de ações da SEFAC referente ao lançamento da transferência, em benefício de Furnas, de parte das ações ordinárias detidas pela CCII e o pagamento do montante indicativo de R$ 29.842, o qual será corrigido pelo CDI, *pro-rata temporis*, no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato de Compra e Venda e o dia útil imediatamente anterior à data da assinatura do livro de registro de ações.

Em 23 de dezembro de 2019, o CADE autorizou a operação.

A transação foi submetida à ANEEL e ao BNDES, como previsto. A Companhia já recebeu parecer favorável da ANEEL, aguardando a finalização do processo junto ao BNDES.

9.2.2 Triângulo Mineiro (TMT) e Vale do São Bartolomeu (VSB)

Em 17 de dezembro de 2018, foi assinado Acordo de Compra e Venda da participação de 51% do parceiro FIP Multiestratégia Milão no empreendimento, com a devida anuência da ANEEL, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação. Não há impacto ou perda nesta operação. No período findo em 31 de dezembro de 2020, as ações ainda não haviam sido transferidas.

9.2.3 Energia Olímpica

Em 06 de dezembro de 2019 foi realizada a AGE de Extinção da Sociedade de Propósito Específico Energia Olímpica S.A., com participação de Furnas (49,9%) e Light (50,1%). Esta SPE foi constituída em 2014 com o objetivo exclusivo de construir a subestação Olímpica e as linhas de transmissão de 138 kV entre as subestações Barra da Tijuca-Olímpica e Gardênia-Olímpica, dedicadas ao fornecimento de energia elétrica para o Parque Olímpico, por ocasião dos Jogos Olímpicos 2016 no Rio de Janeiro.

Como os custos das obras foram custeados integralmente pelo MME, e ao término das obras, a Light passou a ser a operadora das instalações por se localizarem na sua área de concessão, não houve pagamento pela transferência das ações de Furnas para a Light.

A Ata da Assembleia foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA em 12 de dezembro de 2019 e a baixa do CNPJ e do alvará ocorram em 05 de março de 2020, com data retroativa de 12 de dezembro de 2019.

9.2.4 Centro de Soluções Estratégicas (CSE)

O CSE foi constituído em outubro de 2013 com o objetivo de prestação de serviços especializados no segmento de geração e transmissão de energia elétrica. Inicialmente as atividades foram concentradas no contrato de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) firmado em 2015 com a Tijoá Participações e Investimentos S.A. para atuação na UHE Três Irmãos.

Em 2016, o CSE expandiu sua atuação com dois novos clientes, a MGE Transmissão S.A. e a Transenergia São Paulo S.A. (TSP), para prestação dos serviços de operação e manutenção de linha de transmissão e das subestações de Viana (ES) e Mesquita (MG), e serviços de operação e manutenção para a subestação de Itatiba (SP), respectivamente.

Com o término dos contratos com a Tijoá e MGE no último trimestre de 2019, e com a TSP, no primeiro trimestre de 2020 foi realizada, em 01 de junho de 2020, a reunião do Conselho de Administração que deliberou pela proposta de dissolução do CSE, a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2020, o CSE apresenta capital circulante positivo no valor de R$ 1.570, ou seja, os seus ativos circulantes são suficientes para liquidar os seus passivos circulantes.

SPEs	Capital Circulante Líquido: AC	PC	CCL
CSE	4.974	3.404	1.570

9.2.5 Brasil Ventos Energia S.A.

Em 31 de outubro de 2020, houve a liquidação e encerramento das empresas do Complexo Punaú (49%), bem como a aquisição, pela Brasil Ventos, das ações do FIP Salus no Complexo Itaguaçu da Bahia. Após essas últimas operações, a Administração de Furnas concluiu a sua estratégia de concentrar todas as suas participações em projetos de energia eólica sobre a administração da sua controlada integral.

Em Comunicado ao Mercado de 14 de dezembro de 2020, a Eletrobras informou a operação de encerramento das 7 (sete) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) não operacionais pertencentes ao Complexo Punaú (RN), sendo elas: (i) Carnaúba I Eólica; (ii) Carnaúba II Eólica S.A.; (iii) Carnaúba III Eólica S.A.; (iv) Carnaúba V Eólica S.A.; (v) Cervantes I Eólica S.A.; (vi) Cervantes II Eólica S.A. e (vii) Punaú I Eólica S.A.

As SPEs encerradas tinham participação acionária do Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (50,99%), Furnas Centrais Elétricas (49%) e das Centrais Geradoras Eólicas das SPEs (0,1%).

O encerramento das SPEs estava previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020/2024, divulgado ao mercado por meio de Fato Relevante em 27 de março de 2020.

9.2.6 Ajustes de políticas contábeis em coligadas

9.2.6.1 Cálculo do UBP

Em 31 de dezembro de 2020, Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Facão Energia S.A., no montante de R$ 107.611 (R$ 114.937 em 31 de dezembro de 2019), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa entidade para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

9.2.6.2 Ajuste de Ativo de Contrato conforme Ofício CVM 04/2020

Furnas efetuou ajustes nos valores dos seus investimentos nas SPEs de Transmissão no montante total de R$ 28.819, em razão da contabilização da adoção do Ativo de Contrato dos exercícios de 2017, 2018 e 2019, conforme Ofício Circular CVM nº 04/2020, de 1º de dezembro de 2020. As SPEs efetuaram a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019 em suas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Descritivo	Part. (%)	Patrimônio Líquido: 31.12.2019	Ajuste CVM 04/2020	31.12.2019 (Reapresentado)	Ajuste Investimento em Furnas
SPEs de Transmissão					
Caldas Novas Transmissão	49,90%	23.025	561	23.586	280
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	3.083.798	114.275	3.198.073	27.997
Transenergia Goiás S.A.	99,00%	43.995	33.080	77.075	32.749
Transenergia Renovável S.A. [a]	49,00%	285.209	(61.052)	224.157	(29.915)
Paranaíba	24,50%	791.705	(164.258)	627.447	(40.243)
Belo Monte Transmissora	24,50%	3.488.277	(96.768)	3.391.509	(23.708)
Lago Azul Transmissora	49,90%	39.491	8.058	47.549	4.021
Total		**7.755.500**	**(166.104)**	**7.589.396**	**(28.819)**

a) A adequação ao ofício da CVM não gerou nenhum impacto na Transenergia Renovável. Foi feita uma ajuste no fluxo de caixa futuro do ativo de contrato, referente ao encerramento da receita de ICG/IEG após junho/2025 que gerou um impacto de R$ 39.089 em 2018 e de R$ 21.963 em 2019, totalizando R$ 61.052.

9.3 Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

9.4 Remuneração das participações societárias permanentes

Descritivo	Controladora: 31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	Consolidado: 31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
SPEs de Geração				
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	–	29.090	–	29.090
Energia Olímpica	–	428	–	428
Enerpeixe S.A.	11.653	12.236	11.653	12.236
Retiro Baixo	3.858	6.357	3.858	6.357
Tijoá Participações e Investimentos	5	–	5	–
SPEs de Transmissão				
Belo Monte Transmissora	17.123	13.810	17.123	13.810
Caldas Novas Transmissão	465	1.231	465	1.231
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	2.859	–	2.859	–
Goiás Transmissão S.A.	8.146	11.668	8.146	11.668
Lago Azul Transmissora	110	110	110	110
MGE Transmissão S.A.	5.616	5.616	5.616	5.616
Paranaíba	6.163	5.985	6.163	5.985
Transenergia Renovável S.A.	520	4.492	520	4.492
Transenergia São Paulo S.A.	14.760	17.271	14.760	17.271
Total	**71.278**	**108.294**	**71.278**	**108.294**

9.5 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Descritivo	Controladora: 31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	Consolidado: 31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Participações societárias permanentes				
SPEs de Geração				
Baguari Energia S.A. (Baguari)	315	315	315	315
Retiro Baixo Energética	1.226	1.226	1.226	1.226
SPEs de Transmissão				
Transenergia Goiás [a]	–	43.150	–	–
Total	**1.541**	**44.691**	**1.541**	**1.541**

(a) Em 31 de dezembro o saldo do AFAC no valor de R$ 43.150 (R$ 43.150 em 31.01.2020) foi transferido para a conta de Investimento, ver nota 9.1, aguardando aprovação do SEST para a integralização no capital da Transenergia Goiás.

continua

continuação

NOTA 10 - IMOBILIZADO

10.1 Composição do imobilizado, por macro atividade

	Controladora				
		31.12.2020			31.12.2019 (Reapresentado)
Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,50	9.586.324	(3.711.569)	5.874.755	5.942.516
Transmissão [a]	2,98	257.683	(24.705)	232.978	220.982
Administração	7,78	674.746	(442.548)	232.198	263.075
Comercialização	10,67	1.130	(1.123)	7	17
Subtotal		**10.519.883**	**(4.179.945)**	**6.339.938**	**6.426.590**
Em curso					
Geração	–	577.281	–	577.281	412.581
Transmissão [a]	–	182.388	–	182.388	167.491
Administração	–	16.402	–	16.402	15.943
Subtotal		**776.071**	**–**	**776.071**	**596.015**
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos		(720.036)	–	(720.036)	(1.014.458)
(–) Obrigações vinculadas a concessão		(308.616)	–	(308.616)	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total		**10.267.302**	**(4.179.945)**	**6.087.357**	**5.699.531**

	Consolidado				
		31.12.2020			31.12.2019 (Reapresentado)
Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,50	9.586.324	(3.711.569)	5.874.755	5.942.516
Transmissão [a]	2,98	257.683	(24.705)	232.978	220.982
Administração	7,78	675.181	(442.784)	232.397	263.500
Comercialização	10,67	1.130	(1.123)	7	17
Subtotal		**10.520.318**	**(4.180.181)**	**6.340.137**	**6.427.015**
Em curso					
Geração	–	1.255.613	–	1.255.613	976.509
Transmissão [a]	–	188.971	–	188.971	171.250
Administração	–	17.280	–	17.280	16.577
Subtotal		**1.461.864**	**–**	**1.461.864**	**1.164.336**
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos		(791.306)	–	(791.306)	(1.015.118)
(–) Obrigações vinculadas a concessão [b]		(308.616)	–	(308.616)	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total		**10.882.260**	**(4.180.181)**	**6.702.079**	**6.267.617**

(a) Os valores expressos nas rubricas transmissão referem-se às subestações de Batalha e Simplício, além de material em depósito (de peças sobressalentes) para eventuais reparos em linhas de transmissão. Com a entrada em operação da UHE Simplício, uma parcela de seus bens - ligados à transmissão - que não são alcançados pela ICPC 01 - foi transferida de em curso para serviço.

(b) O saldo referente a amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica, e aos contratos de Obrigações Especiais (Termo de Transferência Não-Onerosa - TTNO) do período de 2013 a 2018, regularizados em abril de 2019.

10.2 Obrigações vinculadas a concessões

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Amortização	(81.998)	(81.998)	(81.998)	(81.998)
Participação da União	(28.539)	(28.539)	(28.539)	(28.539)
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - TTNO	(196.076)	(196.076)	(196.076)	(196.076)
Outras	(2.003)	(2.003)	(2.003)	(2.003)
Total	**(308.616)**	**(308.616)**	**(308.616)**	**(308.616)**

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes à geração correspondem às usinas não afetadas.

Quanto ao Termo de Transferência Não-Onerosa (TTNO), o saldo é referente aos contratos de Obrigações Especiais do período de 2013 a 2018, regularizados em abril de 2019.

10.3 Resultados do cálculo do *Impairment*

Furnas revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de longa duração, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de avaliar eventuais perdas. Em 2020, houve à aplicabilidade do teste de Impairment para todas unidades geradoras de caixa, tendo sido apurado perdas nas seguintes unidades geradoras de caixa:

- Geração - UHE Batalha e UTE Santa Cruz.
- As outras usinas são testadas como Contratos Onerosos, vide nota 20, uma vez que as mesmas operam sob o regime de cotas, tendo seus ativos revertidos para a União nos termos da Lei nº 12.783/2012, sendo Furnas, responsável pela sua administração, operação e manutenção.
- Os ativos de Transmissão não são testados para *Impairment* por estarem abarcados na Norma Contábil CPC47/IFRS15. Vide nota 3.

Esta revisão é denominada como Teste de *Impairment*, feita em atendimento ao CPC01.

O teste consiste em calcular o valor presente dos fluxos de caixa de cada Unidade Geradora de Caixa, e compará-lo com seu valor de livro. Inclui-se no fluxo de caixa os valores de indenização previstos para o final da concessão, calculados pela metodologia no Valor Novo de Reposição - VNR, com exceção da UTE Santa Cruz, onde foi considerado o valor residual contábil.

As Unidades Geradoras de Caixa foram definidas da seguinte forma:

Geração - Usinas individualizadas renovadas e não renovadas pela Lei nº 12.783/2013 (Nota 2).

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade geradora de caixa, adotadas por Furnas:

- Custos - Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

  No cenário foi considerada a projeção de seis anos (2020 a 2025) com base no orçamento de 2020. Após 2026, foi considerada uma perpetuidade até o fim de cada contrato.

- Receitas

  As receitas foram baseadas nos contratos de lastro não individualizado comercializados no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) e ACL (Ambiente de Contratação Livre), e rateado às usinas com base na proporção de suas garantias físicas.

- Impostos e Encargos

  PIS/COFINS - Alíquota de 9,25% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).

  P&D - 1% da ROL.

  CFURH - 7 % sobre a produção de energia estimada multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência - TAR estimada.

  Taxa de Fiscalização ANEEL - 0,4% sobre a Receita Bruta.

  RGR - 2,5% até a data de vencimento da concessão.

  TUST - Considerado o valor da TUST previsto para 2021 para a projeção de todos os ativos.

- Valor Residual

  Para os contratos de Geração renovados pela Lei 12.783/2013, não há previsão de indenização, uma vez que se trata de contratos de Operação e Manutenção.

  Já para os contratos de Geração não renovados, há previsão de indenização e esta será com base no imobilizado não depreciado.

- Investimentos

  Não foram considerados novos investimentos em 2021 nas usinas testadas, com exceção à usina UTE Santa Cruz com projeção para 2020 (outubro a dezembro) a 2021.

- Depreciação

  Utilizada a taxa da ANEEL conforme sua Resolução nº 674/2015.

- UBP

  Atendendo à orientação OCPC 05, foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplício, cujos montantes aproximados são de R$ 249 mil e R$ 972 mil ao ano com base na amortização realizada, respectivamente.

- Taxa de desconto para fluxo de caixa

  Weighted Average Cost of Capital (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração não Renovadas: 6,11% a.a. real; b) Ativos de Geração Renovadas: 6,14% a.a. real.
  As taxas de desconto antes dos impostos foram em média 12,64%.
  Nas UGCs que apresentaram provisão para *impairment*, as taxas foram as seguintes:
  UHE Batalha - 8,64%
  UTE Santa Cruz - 7,76%

Após aplicação do teste de *impairment*, utilizando-se das metodologias e premissas acima elencadas, a Empresa identificou em dezembro de 2020 uma diminuição na perda estimada na Unidade Geradora de Caixa usina UTE Santa Cruz e a reversão da perda estimada da usina UHE Batalha.

O valor de *impairment* apurado para o período findo em 31 de dezembro de 2020, está composto como segue:

Para o segmento de geração:

	Controladora		
Descritivo	31.12.2019 (Reapresentado)	(Constituição)/ Reversão	31.12.2020
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	(16.565)
UTE Santa Cruz	(618.569)	215.800	(402.769)
UHE Batalha	(376.680)	78.622	(298.058)
Total	**(1.011.814)**	**294.422**	**(717.392)**

	Consolidado		
Descritivo	31.12.2019 (Reapresentado)	(Constituição)/ Reversão	31.12.2020
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	(16.565)
UTE Santa Cruz	(618.569)	215.800	(402.769)
UHE Batalha	(376.680)	78.622	(298.058)
SPE Brasil Ventos	(660)	(70.610)	(71.270)
Total	**(1.012.474)**	**223.812**	**(788.662)**

10.4 Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora				
Descritivo	Saldo em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2020
Serviço					
Custo					
Direito de uso - IFRS16	133.659	(18.840)	–	–	114.819
Terrenos	611.439	–	–	645	612.084
Barragens, reservatórios e adutoras	4.529.628	–	–	44.249	4.573.877
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	–	–	27.491	1.365.526
Máquinas e equipamentos	3.660.724	–	(1.665)	108.242	3.767.301
Veículos	53.203	–	–	7.419	60.622
Móveis e utensílios	25.879	–	(149)	(76)	25.654
Subtotal	**10.352.567**	**(18.840)**	**(1.814)**	**187.970**	**10.519.883**
Depreciação					
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	(14.739)	–	–	(17.550)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.533.567)	(85.033)	–	–	(1.618.600)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(39.795)	–	–	(845.822)
Máquinas e equipamentos	(1.515.589)	(111.514)	1.515	46	(1.625.542)
Veículos	(46.359)	(3.923)	–	29	(50.253)
Móveis e utensílios	(21.624)	(663)	136	(27)	(22.178)
Subtotal	**(3.925.977)**	**(255.667)**	**1.651**	**48**	**(4.179.945)**
Total em Serviço	**6.426.590**	**(274.507)**	**(163)**	**188.018**	**6.339.938**
Em Curso					
Terrenos	3.802	1.364	–	(645)	4.521
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	–	(35.745)	113.746
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.524	9.445	–	(27.058)	16.911
Máquinas e equipamentos	357.088	299.109	–	(109.917)	546.280
Veículos	1.351	4.911	–	(4.920)	1.342
Móveis e utensílios	10	164	–	(164)	10
A ratear	9.607	1.438	–	(8.936)	2.109
Estudos e Projetos	5.094	1.501	–	–	6.595
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	90	–	–	1.038
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	63.680	16.528	–	–	80.208
Adiantamento a fornecedores	305	–	–	–	305
Total em Curso	**596.015**	**367.441**	**–**	**(187.385)**	**776.071**
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.014.458)	–	294.421	–	(720.036)
(–) Obrigações vinculadas à concessão	(308.616)	–	–	–	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	**5.699.531**	**92.934**	**294.258**	**633**	**6.087.357**

	Consolidado				
Descritivo	Saldo em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2020
Serviço					
Custo					
Direito de uso - IFRS16	133.659	(18.840)	–	–	114.819
Terrenos	611.439	–	–	645	612.084
Barragens, reservatórios e adutoras	4.529.628	–	–	44.249	4.573.877
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.338.035	–	–	27.491	1.365.526
Máquinas e equipamentos	3.660.777	–	(1.665)	108.242	3.767.354
Veículos	53.203	–	–	7.419	60.622
Móveis e utensílios	26.457	4	(149)	(276)	26.036
Subtotal	**10.353.198**	**(18.836)**	**(1.814)**	**187.770**	**10.520.318**

continua

continuação

	Consolidado				
Descritivo	Saldo em 31.12.2019 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2020
Depreciação					
Direito de uso - IFRS16	(2.811)	(14.739)	–	–	(17.550)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.533.567)	(85.033)	–	–	(1.618.600)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(806.027)	(39.795)	–	–	(845.822)
Máquinas e equipamentos	(1.515.611)	(111.521)	1.515	46	(1.625.571)
Veículos	(46.359)	(3.923)	–	29	(50.253)
Móveis e utensílios	(21.808)	(686)	136	(27)	(22.385)
Subtotal	**(3.926.183)**	**(255.697)**	**1.651**	**48**	**(4.180.181)**
Total em Serviço	**6.427.015**	**(274.533)**	**(163)**	**187.818**	**6.340.137**
Em Curso					
Terrenos	4.436	1.364	–	(645)	5.155
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	–	(35.745)	113.746
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.396	9.575	–	(27.058)	16.913
Máquinas e equipamentos	372.986	299.109	–	(110.283)	561.812
Veículos	1.351	4.911	–	(4.920)	1.342
Móveis e utensílios	12	200	–	(166)	46
A ratear	9.605	1.438	–	(8.736)	2.307
Estudos e Projetos	5.094	1.501	–	–	6.595
Transformação, fabricação e reparo de materiais	948	90	–	–	1.038
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	67.567	19.224	–	–	86.791
Adiantamento a fornecedores	305	–	–	–	305
Licenças Ambientais	11.350	245	–	–	11.595
Serviços de Terceiros	535.857	113.900	–	366	650.123
Seguros	823	267	–	–	1.090
Total em Curso	**1.164.336**	**484.715**	**–**	**(187.187)**	**1.461.864**
(–) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.015.118)	–	223.812	–	(791.306)
(–) Obrigações vinculadas à concessão	(308.616)	–	–	–	(308.616)
Imobilizado Líquido - Total	**6.267.617**	**210.182**	**223.649**	**631**	**6.702.079**

10.5 Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 Furnas mantém registrado no intangível custo de *software* de manutenção de sistema corporativo no total de R$ 204.652, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R$ 158.423 calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor total de R$ 331.066 registrado no consolidado do intangível em serviço de Furnas, R$ 38.538 refere-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a UBP para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplício, e R$ 123.751 refere-se à GSF para as seguintes usinas em operação: R$ 30.716 - UHE Mascarenhas de Moraes, R$ 59.275 - UHE Serra da Mesa e R$ 33.760 - UHE Itumbiara.

Os registros do GSF foram realizados com base na orientação do item 6 "Repactuação do Risco Hidrológico de Geração de Energia Elétrica" do despacho ANEEL Nº 245/2016, e sua amortização se dará ao longo do prazo de concessão das usinas, sendo amortizados R$ 317 mensais para a UHE Mascarenhas de Moraes, R$ 200 mensais para a UHE Serra da Mesa e R$ 662 mensais para a UHE Itumbiara.

	Controladora					
Descritivo	Saldo em 31.12.2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2020
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.429	–	–	–	–	11.429
Uso do Bem Público	38.538	–	–	–	–	38.538
GSF	123.751	–	–	–	–	123.751
Amortização	(1.246)	–	–	(128)	–	(1.374)
Amortização - UBP	(8.819)	–	–	(1.377)	–	(10.196)
Amortização - GSF	(56.555)	–	–	[a] (8.181)	–	(64.736)
	107.098	–	–	(9.686)	–	97.412
Em curso						
Custo	3.929	–	–	–	–	3.929
	3.929	–	–	–	–	3.929
Total vinculado à concessão - Geração	**111.027**	**–**	**–**	**(9.686)**	**–**	**101.341**
Vinculados à concessão - Transmissão						
Em serviço						
Custo	790	–	–	–	–	790
Amortização	1	–	–	–	–	1
	791	–	–	–	–	791
Em curso						
Custo	1.301	–	–	–	–	1.301
	1.301	–	–	–	–	1.301
Total vinculado à concessão - Transmissão	**2.092**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.092**
Não Vinculados à concessão - Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	185.765	–	–	–	6.668	192.433
Amortização	(142.016)	–	–	(15.034)	–	(157.050)
	43.749	–	–	(15.034)	6.668	35.383
Em curso						
Custo	6.526	3.934	–	–	(1.326)	9.134
	6.526	3.934	–	–	(1.326)	9.134
Total vinculado à concessão - Outros intangíveis	**50.275**	**3.934**	**–**	**(15.034)**	**5.342**	**44.517**
Total	**163.394**	**3.934**	**–**	**(24.720)**	**5.342**	**147.950**

	Consolidado					
Descritivo	Saldo em 31.12.2019	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31.12.2020
Vinculados à concessão - Geração						
Em serviço						
Custo	11.429	–	–	–	–	11.429
Uso do Bem Público	38.538	–	–	–	–	38.538
GSF	123.751	–	–	–	–	123.751
Amortização	(1.246)	–	–	(128)	–	(1.374)
Amortização - UBP	(8.819)	–	–	(1.377)	–	(10.196)
Amortização - GSF	(56.555)	–	–	[a] (8.181)	–	(64.736)
	107.098	–	–	(9.686)	–	97.412
Em curso						
Custo	3.929	–	–	–	–	3.929
	3.929	–	–	–	–	3.929
Total vinculado à concessão - Geração	**111.027**	**–**	**–**	**(9.686)**	**–**	**101.341**
Vinculados à concessão - Transmissão						
Em serviço						
Custo	790	–	–	–	–	790
Amortização	1	–	–	–	–	1
	791	–	–	–	–	791
Em curso						
Custo	1.301	–	–	–	–	1.301
	1.301	–	–	–	–	1.301
Total vinculado à concessão - Transmissão	**2.092**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.092**
Não Vinculados à concessão - Outros intangíveis						
Em serviço						
Custo	185.841	–	–	–	6.668	192.509
Amortização	(142.062)	–	–	(15.052)	–	(157.114)
	43.779	–	–	(15.052)	6.668	35.395
Em curso						
Custo	132.232	61.332	–	–	(1.326)	192.238
	132.232	61.332	–	–	(1.326)	192.238
Total vinculado à concessão - Outros intangíveis	**176.011**	**61.332**	**–**	**(15.052)**	**5.342**	**227.633**
Total	**289.130**	**61.332**	**–**	**(24.738)**	**5.342**	**331.066**

[a] Vide Nota 6

NOTA 11 - FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Materiais e serviços	387.627	346.375	400.150	348.541
Fornecedores de energia elétrica - suprimento	87.178	75.764	87.178	75.764
Fornecedores de energia elétrica - encargos de uso da rede	175.501	51.415	175.501	51.415
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	28.040	57.507	28.040	72.870
Outros	4.016	4.728	4.016	4.728
Total circulante	**682.362**	**535.789**	**694.885**	**553.318**
Materiais e serviços	–	–	–	1.588
Total circulante	**682.362**	**535.789**	**694.885**	**554.906**

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

12.1 Composição do endividamento - controladora e consolidado

				Controladora							
				31.12.2020				31.12.2019			
					Principal				Principal		
Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Estrangeira											
Instituições financeiras											
BID	US$	15.12.2031	Taxa flutuante base US$ x Libor	211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Subtotal				211	39.230	392.300	431.741	469	30.428	334.706	365.603
Subtotal Moeda Estrangeira				**211**	**39.230**	**392.300**	**431.741**	**469**	**30.428**	**334.706**	**365.603**
Moeda Nacional											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	–	212.875	1.037.423	1.250.298	–	403.916	1.736.593	2.140.509
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2020	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	–	–	–	–	–	85	–	85
Eletrobras	Selic	30.07.2021	Selic	–	1.340	–	1.340	–	2.296	1.340	3.636
Eletrobras	CDI	30.10.2023	119,5% CDI	–	74.562	136.697	211.259	–	82.124	232.685	314.809
Subtotal				–	288.777	1.174.120	1.462.897	–	488.421	1.970.618	2.459.039
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	1.202	77.610	353.897	432.709	1.363	68.762	383.921	454.046
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	70	4.332	19.758	24.160	79	3.834	21.406	25.319
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	315	19.527	77.679	97.521	351	17.054	85.271	102.676
BNDES	TJLP	15.06.2029	TJLP + 2,45 e 2,85% a.a.	525	20.210	151.142	171.877	574	18.375	156.186	175.135
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	01.10.2023	107,3% e 132% CDI	1.468	250.000	458.333	709.801	12.122	41.667	708.333	762.122
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	28.12.2020	110% CDI	–	–	–	–	25	104.156	–	104.181
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	2.121	50.000	100.000	152.121	7.488	50.000	150.000	207.488
Banco do Brasil	CDI	20.12.2020	CDI + 2,5% a.a.	–	–	–	–	12	42.500	–	42.512
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	–	–	–	–	1.381	53.190	–	54.571
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	–	–	–	–	2.455	100.000	–	102.455

continua

continuação

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Controladora 31.12.2020 Encargos	Principal Circulante	Não Circulante	Total	31.12.2019 Encargos	Principal Circulante	Não Circulante	Total
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	–	–	–	–	244	21.642	–	21.886
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	–	–	–	–	274	28.494	–	28.768
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	7.464	166.667	333.333	507.464	27.180	166.667	500.000	693.847
CEF	CDI	15.07.2019	140% CDI	–	–	–	–	–	–	–	–
CEF	CDI	15.12.2022	141% CDI	410	176.666	176.667	353.743	1.278	176.667	353.333	531.278
CEF - Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	1	286	24	311	2	285	310	597
CEF - Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	4	962	80	1.046	7	963	1.042	2.012
Banco BTG	CDI	03.07.2023	CDI + 2,3% a.a.	8.849	140.000	280.000	428.849	–	–	–	–
ABC do Brasil (2º Aditivo)	CDI	16.12.2019	CDI + 1,6% a.a.	–	–	–	–	–	–	–	–
Santander	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	8	22.800	–	22.808	40	53.550	22.800	76.390
BBM	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	5	15.200	–	15.205	27	35.700	15.200	50.927
Subtotal				22.442	944.260	1.950.913	2.917.615	54.902	983.506	2.397.802	3.436.210
Outros											
State Grid	Não indexado	28.07.2029	10% a.a.	15.728	28.207	354.828	398.763	–	45.590	379.982	425.572
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	43	9.635	18.467	28.145	58	9.635	28.101	37.794
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	54	13.938	26.715	40.707	97	13.938	40.653	54.688
Finep 2019	TJLP	15.05.2029	5% a.a. + TJLP	3	–	1.138	1.141	3	–	1.138	1.141
FIDC Imperium [a]	CDI	28.12.2024	108% CDI (a)	168	136.440	463.560	600.168	111	–	600.000	600.111
Subtotal				15.996	188.220	864.708	1.068.924	269	69.163	1.049.874	1.119.306
Subtotal Moeda Nacional				**38.438**	**1.421.257**	**3.989.741**	**5.449.436**	**55.171**	**1.541.090**	**5.418.294**	**7.014.555**
Total - Controladora				**38.649**	**1.460.487**	**4.382.041**	**5.881.177**	**55.640**	**1.571.518**	**5.753.000**	**7.380.158**
Banco do Nordeste do Brasil	IPCA	15.11.2038	IPCA + 2,26% a.a.	23.756	–	478.217	501.973	2.273	–	336.622	338.895
Total - Consolidado				**62.405**	**1.460.487**	**4.860.258**	**6.383.150**	**57.913**	**1.571.518**	**6.089.622**	**7.719.053**

(a) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, estruturado junto ao Banco BTG Pactual em 20 de fevereiro de 2019 (nota 12.6).

12.2 Composição dos financiamentos e empréstimos (por tipo de moeda e indexador)

Descritivo	Controladora 31.12.2020 $	R$	%	31.12.2019 $	R$	%
Moeda estrangeira						
US$	83,080	431.741	7,3	90,705	365.603	5,0
		431.741	7,3		365.603	5,0
Moeda nacional						
CDI		3.001.418	51,0		3.591.345	48,6
IPCA		1.250.298	21,2		2.140.509	29,0
TJLP		768.426	13,1		813.602	11,0
SELIC		1.340	0,1		3.636	0,1
		5.021.482	85,4		6.549.092	88,7
Não Indexado		427.954	7,3		465.463	6,3
		5.449.436	92,7		7.014.555	95,0
Total - Controladora		**5.881.177**	**100,0**		**7.380.158**	**100,0**
IPCA		501.973	7,9		338.895	4,4
Total - Consolidado		**6.383.150**	**100,0**		**7.719.053**	**100,0**

A variação dos principais indexadores de financiamentos e empréstimos, é a seguinte:

Moeda/Indexador	Variação (%) 2020 (Anual)	2019 (anual)
US$	28,93	4,02
IPCA	4,31	3,12
CDI	(56,82)	(31,25)
TJLP	(18,31)	(20,20)

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	Controladora 31.12.2020 Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	2019
2021	–	–	–	1.521.547
2022	1.399.123	39.230	1.438.353	1.379.680
2023	1.132.335	39.230	1.171.565	1.082.965
2024	306.586	39.230	345.816	342.646
2025	275.537	39.230	314.767	304.760
2026	232.937	39.230	272.167	269.288
Após 2026	643.223	196.150	839.373	852.114
Total	**3.989.741**	**392.300**	**4.382.041**	**5.753.000**

Descritivo	Consolidado 31.12.2020 Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	2019
2021	–	–	–	1.522.214
2022	1.407.442	39.230	1.446.672	1.387.810
2023	1.146.079	39.230	1.185.309	1.092.367
2024	321.947	39.230	361.177	353.227
2025	292.572	39.230	331.802	316.538
2026	251.781	39.230	291.011	340.383
Após 2026	1.048.137	196.150	1.244.287	1.077.083
Total	**4.467.958**	**392.300**	**4.860.258**	**6.089.622**

12.3 Mutação dos financiamentos e empréstimos

Descritivo	Controladora Moeda Nacional Circulante	Não Circulante	Moeda Estrangeira Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.041.192**	**6.283.448**	**29.821**	**351.011**	**8.705.472**
Ingressos	47.645	608.683	–	–	656.328
Encargos	546.704	–	12.945	–	559.649
Variação monetária e cambial	–	92.104	–	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	–
Capitalização de juros	–	39.200	–	–	39.200
Amortizações - principal	(1.977.898)	–	(30.259)	–	(2.008.157)
Amortizações - encargos	(630.771)	–	(13.046)	–	(643.817)
Amortizações - dação em pagamento	(35.752)	–	–	–	(35.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.596.261**	**5.418.294**	**30.897**	**334.706**	**7.380.158**
Ingressos	–	420.000	–	–	420.000
Encargos	288.112	–	8.518	–	296.630
Variação monetária e cambial	247.206	(192.590)	32.646	73.165	160.427
Transferências para o circulante	1.684.571	(1.684.571)	15.571	(15.571)	–
Capitalização de juros	–	28.608	–	–	28.608
Amortizações - principal	(2.022.622)	–	(39.415)	–	(2.062.037)
Amortizações - encargos	(304.846)	–	(8.776)	–	(313.622)
Amortizações - dação em pagamento	(28.987)	–	–	–	(28.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.459.695**	**3.989.741**	**39.441**	**392.300**	**5.881.177**

Descritivo	Consolidado Moeda Nacional Circulante	Não Circulante	Moeda Estrangeira Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**2.041.192**	**6.283.448**	**29.821**	**351.011**	**8.705.472**
Ingressos	47.645	945.305	–	–	992.950
Encargos	548.977	–	12.945	–	561.922
Variação monetária e cambial	–	92.104	–	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	–
Capitalização de juros	–	39.200	–	–	39.200
Amortizações - principal	(1.977.898)	–	(30.259)	–	(2.008.157)
Amortizações - encargos	(630.771)	–	(13.046)	–	(643.817)
Amortizações - dação em pagamento	(35.752)	–	–	–	(35.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.598.534**	**5.754.916**	**30.897**	**334.706**	**7.719.053**
Ingressos	–	561.596	–	–	561.596
Encargos	318.416	–	8.518	–	326.934
Variação monetária e cambial	247.206	(192.590)	32.646	73.165	160.427
Transferências para o circulante	1.684.571	(1.684.571)	15.571	(15.571)	–
Capitalização de juros	–	28.608	–	–	28.608
Amortizações - principal	(2.022.622)	–	(39.415)	–	(2.062.037)
Amortizações - encargos	(313.667)	–	(8.776)	–	(322.443)
Amortizações - dação em pagamento	(28.987)	–	–	–	(28.987)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.483.451**	**4.467.958**	**39.441**	**392.300**	**6.383.150**

As principais variações ocorridas no exercício de 2020, na mutação dos financiamentos e empréstimos, estão compostas como segue:

a) Ingressos (moeda nacional): acréscimo no valor de R$ 561.596, referentes a: 1) R$ 141.596 de liberação de empréstimo realizado pela controlada Brasil Ventos Energia S.A. com o Banco do Nordeste do Brasil, com vencimento em 15/11/2038; e 2) R$ 420.000 de liberação de empréstimo realizado com o Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 03/07/2023.

b) Amortizações (moeda nacional): R$ 2.413.467, referentes a: 1) R$ 322.443 de pagamento de encargos; 2) R$ 2.062.037 de amortização de principal da dívida com BNDES, CEF, BB, Financiadoras de Estudos e Projetos - FINEP, Banco Santander, Banco BBM, State Grid Brazil Holding e Eletrobras; e 3) R$ 28.987 de amortização de débitos decorrentes de empréstimos junto à Eletrobras (nota 12.4 - Dação em pagamento).

12.4 Dação em pagamento

Furnas celebrou, em 13 de dezembro de 2017, Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras a fim de solver ou amortizar os débitos decorrentes de contratos de empréstimos celebrados entre as mesmas, mediante transferência das ações ordinárias e preferenciais de emissão das SPES.

Em 13 de janeiro de 2020, a Eletrobras alienou as ações da Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A., no valor de R$ 44.775.

Os valores de venda em 2020 apresentaram valorização de R$ 28.987 (R$ 25.042 de *valuation* e R$ 3.945 de atualização monetária) com relação aos praticados em 2018 e, de acordo com Instrumento Particular de Dação em Pagamento celebrado em 13/12/2017, foram repassados a Furnas que utilizou o referido montante para quitação parcial do contrato de empréstimo ECR 285.

12.5 Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding (SGBH)

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa SGBH, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R$ 294.700, liberado em parcelas, mediante solicitações, ao longo da implantação da Linha de Transmissão, que está sob a responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., cujos sócios são: SGBH (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a última liberação desses recursos em um total de 14 (quatorze) desembolsos iniciados em 2015. A partir de 28 de janeiro de 2020 começaram as amortizações em 20 (vinte) parcelas semestrais, com liquidação total prevista para julho/2029 e índice de atualização de 10% a.a. O saldo em 31 de dezembro de 2020 monta R$ 398.763.

12.6 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC)

Em 1º de fevereiro de 2019, Furnas firmou contrato de cessão de direitos creditórios com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR, administrado pelo Banco BTG Pactual S.A. DTVM, no montante de R$ 600.000. O objeto do contrato corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 1º Leilão ANEEL de 16 de dezembro de 2005 de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, celebrados com diversas empresas distribuidoras devedoras. A finalidade do referido Fundo foi a quitação integral dos valores devidos à CEF através do Contrato nº 0469.870-42.

continua

continuação

12.7 Debêntures

12.7.1 Composição das Debêntures

Emissora	Data de Emissão	Principais Características	Série	Taxa de Juros	Vencimento	31.12.2020	31.12.2019
Emitidas pela Controladora	12/2019	Primeira emissão de debêntures simples de 2 (duas) séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações.	Série 1	117,6% do CDI	15/11/2024	451.267	450.543
Emitidas pela Controladora	02/2020	Primeira emissão de debêntures simples de 2 (duas) séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações.	Série 2	IPCA + 4,08% a.a.	15/11/2029	810.201	–
Total						**1.261.468**	**450.543**

Furnas emitiu a 1ª oferta de debêntures em duas séries simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações. A primeira série foi emitida em 20 de dezembro de 2019 e, a segunda, em 20 de fevereiro de 2020.

12.7.2 Movimentação das Debêntures

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31.12.2018	**–**	**–**	**–**	**–**
Captação	–	450.000	–	450.000
Encargos	543	–	543	–
Amortização	–	–	–	–
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2019	**543**	**450.000**	**543**	**450.000**
Captação	–	800.000	–	800.000
Encargos	42.517	–	42.517	–
Amortização	(37.577)	–	(37.577)	–
Custo de Transação	(2.461)	(19.685)	(2.461)	(19.685)
Variação Monetária	–	28.131	–	28.131
Transferências	–	–	–	–
Saldo em 31.12.2020	**3.022**	**1.258.446**	**3.022**	**1.258.446**

12.8 Cláusulas contratuais restritivas (*Covenants*)

Os contratos de financiamentos e empréstimos possuem cláusulas que estipulam a comprovação da utilização dos recursos liberados a cada desembolso, em consonância com a sua finalidade específica. O descumprimento dessa obrigação inibe novas liberações e poderá implicar a declaração de vencimento antecipado das dívidas e consequente rescisão do contrato. Ressalta-se que não houve infração da Empresa em relação a essas cláusulas.

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (*covenants* financeiros), conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplício)	432.709	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	97.521	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	24.160	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BTG Pactual	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios	600.168	Índice de Cobertura Mínimo do faturamento Cedido igual ou superior a 1,5 do aporte mensal na Reserva (QMM)	Sim
BBI	Debêntures 1ª série	451.267	Dív. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim
BBI	Debêntures 2ª série	832.348	Dív. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS) ANUAL	Sim

NOTA 13 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a composição dos impostos e contribuições sociais apresenta-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Circulante				
Tributos a recuperar	(1.594.162)	(1.281.482)	(1.597.962)	(1.283.752)
Tributos a recolher	1.508.487	1.671.439	1.509.532	1.672.807
Total circulante	**(85.675)**	**389.957**	**(88.430)**	**389.055**
Não circulante				
Tributos a recuperar	(164.307)	(147.023)	(164.307)	(147.023)
(–) Provisão para perdas	164.307	118.004	164.307	118.004
Tributos a recolher	179.150	201.122	181.967	203.999
Tributos diferidos ativos	(2.159.707)	(1.995.117)	(2.159.707)	(1.995.117)
Tributos diferidos passivos	5.199.330	4.731.212	5.203.828	4.735.431
Total não circulante	**3.218.773**	**2.908.198**	**3.226.088**	**2.915.294**

Visando melhor compreensão, os valores que compõem os Ativos Circulante e Não Circulante, estão apresentados líquidos dos Passivos correspondentes, sendo itens redutores das contas de Impostos e Contribuições Sociais a Recolher, bem como de Impostos e Contribuições Sociais Diferidos.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico - CPC 32, bem como orientação da *Holding*, por meio da Informação Técnica DFCT - 002/2020, a Empresa avaliou o saldo de ativos e passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e ajustes de IFRS, no valor líquido passivo de R$ 3 bilhões, cuja realização por exercício futuro se dará conforme abaixo:

Período	31.12.2020
2021	(256.733)
2022	(544.015)
2023	(631.655)
2024	(689.508)
2025	(689.508)
Após 2025	(228.204)
Total	**(3.039.623)**

13.1 Tributos a Recuperar

Classificam-se nesta rubrica, no Ativo Circulante e Não Circulante, os impostos e contribuições a recuperar, como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - antecipações do exercício	1.137.797	900.569	1.137.797	900.569
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - antecipações do exercício	416.549	329.002	416.549	329.002
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	26.923	23.766	30.421	25.258
ICMS a recuperar	2.073	787	2.074	788
INSS	6.509	6.382	6.543	6.400
PASEP / Cofins a Compensar	1.217	1.217	1.327	1.925
IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	514	17.392	514	17.392
Outros	79	80	236	131
Imposto de Renda a compensar - Lei nº 11.770	2.501	2.287	2.501	2.287
Total circulante	**1.594.162**	**1.281.482**	**1.597.962**	**1.283.752**
ICMS a recuperar	135.288	118.004	135.288	118.004
PAES a Recuperar	29.019	29.019	29.019	29.019
(–) Provisão para perdas	(164.307)	(118.004)	(164.307)	(118.004)
Total não circulante	**–**	**29.019**	**–**	**29.019**

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (DERMAT), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso ao APM Manso, cuja titularidade dos créditos foi transferida para Furnas, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999.

Decorridos 60 dias após o término do referido Convênio, em 31 de dezembro de 2002, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando ao ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso, resultando no relatório - Processo nº 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso, não apresentando diferenças significativas dos registros contábeis efetuados em Furnas.

Face ao relatório acima referenciado e, por entender não ter esgotado os canais de negociação, a Empresa optou por manter seus registros contábeis atualizados e correspondente provisão para perdas, prosseguindo com as tratativas de acordo com o Governo do Estado do Mato Grosso.

13.2 Tributos a recolher

A seguir, a classificação dos tributos a recolher por tipo:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) - Lei nº 12.865/2013	17.372	17.393	17.372	17.393
Programa de Regularização Tributária - PERT	5.968	5.798	5.968	5.798
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	958.374	1.075.521	958.432	1.075.571
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	347.636	391.379	347.680	391.427
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	14.330	16.064	14.409	16.088
Pasep/Cofins	81.649	71.484	82.358	71.525
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	7.168	6.171	7.208	6.221
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	6.512	17.745	6.577	18.297
Impostos retidos - Lei nº 10.833	39.776	44.884	39.776	44.884
ICMS/ISS	27.805	21.863	27.842	22.447
Imposto de Renda retido sobre encargos de dívida	1.564	2.892	1.564	2.892
Outros	333	245	346	264
Total circulante	**1.508.487**	**1.671.439**	**1.509.532**	**1.672.807**
Programa de Recuperação Fiscal (Refis) - Lei nº 12.865/2013	120.155	137.697	120.155	137.697
Programa de Regularização Tributária - PERT	48.239	52.669	48.239	52.669
Pasep/Cofins	10.756	10.756	13.573	13.633
Total não circulante	**179.150**	**201.122**	**181.967**	**203.999**

Conforme estabelecido nas Portarias ME nº 139, de 3 de abril de 2020 e 245, de 15 de junho de 2020, Furnas aderiu à postergação de pagamento das contribuições Pis e Cofins relativas as competências março, no valor de R$ 68 milhões, abril, de R$ 62 milhões e maio de R$ 63 milhões, as quais foram prorrogadas com vencimento em 25 de agosto, 23 de outubro e 25 de novembro, respectivamente.

Adicionalmente, de acordo com a Portaria ME nº. 201/2020, Furnas aderiu a suspensão dos débitos automáticos dos parcelamentos com vencimento em maio, junho e julho de 2020, as quais permaneceram em aberto, para quitação concomitante para as parcelas com vencimento normal em agosto, outubro e dezembro de 2020.

13.3 Tributos diferidos ativos

A Empresa mantém registrado, em 31 de dezembro de 2020, nos termos dos pronunciamentos técnicos CPCs 26 e 32, saldo dos impostos diferidos ativos no montante de R$ 2.159.707, resultantes de diferenças temporárias, como evidenciado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Adições temporárias				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.091.860	1.538.908	2.091.860	1.538.908
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.395.282	1.420.955	1.395.282	1.420.955
Provisão para perda na realização de imobilizado	12.502	12.502	12.502	12.502
Provisão para perda - contrato oneroso	225.727	222.881	225.727	222.881
Provisão para Programa de Aposentadoria Extraordinária - PAE	6.371	89.719	6.371	89.719
Provisão para perda não operacional	737.551	369.159	737.551	369.159
Provisão para perda Acordo de Leniência	90.122	90.122	90.122	90.122
Provisão para perda PAES a recuperar	29.019	–	29.019	–
Impairment	720.036	1.014.459	720.036	1.014.459
Despesas Administrativas e Gerais (DAG) descapitalizadas	–	119.891	–	119.891
Passivo atuarial	1.043.608	2.634.517	1.043.608	2.634.517
	6.352.078	**7.513.113**	**6.352.078**	**7.513.113**
Imposto de renda	1.588.020	1.878.278	1.588.020	1.878.278
Contribuição social	571.687	676.180	571.687	676.180
(–) Perdas Estimadas para não realização	–	(559.341)	–	(559.341)
	2.159.707	1.995.117	2.159.707	1.995.117
Total não circulante	**2.159.707**	**1.995.117**	**2.159.707**	**1.995.117**

13.4 Tributos diferidos passivos

A Empresa mantém registrados, em 31 de dezembro de 2020, nos termos dos pronunciamentos técnicos CPCs 26, 32 e 47, o saldo dos impostos diferidos passivos, no montante de R$ 5.199.330, como evidenciado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Exclusões temporárias				
Fim de RTT- Adoção IN RFB 1.515/14	(462.459)	(483.583)	(475.691)	(490.724)
Ativo de Contrato	(14.829.684)	(13.431.749)	(14.829.684)	(13.437.014)
	(15.292.143)	**(13.915.332)**	**(15.305.375)**	**(13.927.738)**
Imposto de renda	(3.823.037)	(3.478.832)	(3.826.344)	(3.481.935)
Contribuição social	(1.376.293)	(1.252.380)	(1.377.484)	(1.253.496)
Total do passivo diferido não circulante	**(5.199.330)**	**(4.731.212)**	**(5.203.828)**	**(4.735.431)**

continua

continuação

O valor de R$ 15,2 bilhões refere-se ao montante base para apuração de passivos fiscais diferidos, que são calculados sobre os ajustes contábeis pertinentes às regras do IFRS. Ressalta-se que, por representarem ajustes temporários, os mesmos somente poderão afetar os tributos correntes quando de sua realização futura (Caixa).

Quanto ao montante de R$ 462.459, refere-se a base de registro de tributo diferido passivo resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a CS e de 25% para o IR, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do RTT e que visou atender aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da IN RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, revogada pela IN RFB nº 1.700 de 14 de março de 2017. A movimentação da realização do passivo diferido está demonstrada abaixo:

Descritivo	Valor
Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei nº 12.973/14) - 2010 a 2014	
Saldo em 01.01.2015	**627.405**
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015	(59.326)
Saldo em 31.12.2015	**568.079**
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2016	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2017	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2018	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2019	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2020	(21.124)
Saldo Remanescente	**462.459**
Imposto Diferido	**157.237**

13.5 Programa de recuperação fiscal (REFIS) - Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS baseado na Lei nº 12.865/2013, referente aos processos:

a) PASEP (15374-001.505/2001-18) no valor de R$ 220.767 que estava provisionado como perda provável no valor de R$ 259.438;

b) COFINS (15374-001.504/2001-65) no valor de R$ 155.987 sem provisão porque seu prognóstico de perda era possível, e

c) PASEP/COFINS (18471.001.315/2008-59) no valor de R$ 43.443 que estava provisionado como perda provável no valor de R$ 63.388.

Vale mencionar que o valor total terá financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela SELIC mensalmente.

O montante da dívida do REFIS, em 31 de dezembro de 2020, está como segue discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2019 (107 parcelas)	**155.090**
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2019 (12 parcelas)	17.393
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2019 (95 parcelas)	137.697
Pagamentos efetuados em 2020	(21.615)
Atualização Monetária em 2020	4.052
Saldo em 31.12.2020 (95 parcelas)	**137.527**
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2020 (12 parcelas)	17.372
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2020 (83 parcelas)	120.155

13.6 Programa Especial de Recuperação Tributária (PERT) - MP 783/2017

Em 31 de maio de 2017, foi publicada a MP nº 783/2017 que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

Furnas, em 31 de agosto de 2017, optou pela adesão ao referido programa, no tocante ao processo administrativo nº 16682.720.874/2013-18 (PIS/PASEP e COFINS) no valor de R$ 88.039, já considerados os descontos previstos.

O montante da dívida do PERT, em 31 de dezembro de 2020, está assim discriminado:

Descritivo	Valor
Saldo em 31.12.2019 (121 Parcelas)	**58.467**
Pagamentos efetuados em 2020	(5.076)
Atualização Monetária em 2020	816
Saldo em 31.12.2020 (109 Parcelas)	**54.207**
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2020 (12 parcelas)	5.968
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2020 (97 parcelas)	48.239

13.7 IRPJ e CSLL no resultado

O IR e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício. No entanto, quando estiverem relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes (ORA) ou diretamente no patrimônio líquido (PL), os tributos acompanharão a base de registro e também serão reconhecidos em ORA ou diretamente no PL.

A conciliação da apropriação das despesas de IR e CSLL com os valores revertidos de IR diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019 (Reapresentado)		31.12.2020		31.12.2019 (Reapresentado)	
Descritivo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	3.903.986	3.903.986	4.351.663	4.351.663	3.905.264	3.905.264	4.352.578	4.352.578
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(975.997)	(351.359)	(1.087.916)	(391.650)	(976.316)	(351.474)	(1.088.145)	(391.732)
Efeitos das adições e exclusões:								
Indenização RBSE	166.597	59.975	(203.821)	(73.376)	166.597	59.975	(203.821)	(73.376)
Adições/Exclusões da Lei nº 12.973/2014	77.022	27.728	(18.497)	(6.659)	77.022	27.728	(18.497)	(6.659)
Ajustes 1ª adoção Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)
Ajustes INRFB 1771/2017 CPC 47 - IFRS 15 e 16	(36.899)	(13.284)	(42.339)	(15.242)	(36.899)	(13.284)	(42.339)	(15.242)
Provisões operacionais	(260.343)	(93.723)	5.472	1.970	(260.343)	(93.723)	5.472	1.970
Equivalência patrimonial	(83.611)	(30.100)	(11.741)	(4.227)	(83.611)	(30.100)	(11.741)	(4.227)
Outros	10.241	3.412	12.597	3.771	10.240	3.411	12.280	3.609
Demais adições/exclusões	(6.162)	(2.218)	(91.742)	(33.027)	(6.162)	(2.218)	(91.742)	(33.029)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(35.406)	(12.746)	883.264	317.975	(35.407)	(12.746)	883.199	317.951
Contrato Oneroso	(712)	(256)	46.368	16.692	(711)	(256)	46.368	16.692
Benefício pós emprego	(20.253)	(7.291)	36.202	13.033	(20.253)	(7.291)	36.202	13.033
Impairment/GAG Melhorias	55.986	20.155	62.497	22.499	55.986	20.155	62.497	22.499
SPEs	–	–	–	–	(507)	(309)	–	–
Incentivos Fiscais	7.253	–	11.620	–	7.252	–	11.620	–
Juros sobre Capital Próprio	127.680	45.964	–	–	127.680	45.964	–	–
Total	**(979.885)**	**(355.644)**	**(403.317)**	**(150.142)**	**(980.713)**	**(356.069)**	**(403.928)**	**(150.412)**
Corrente	(944.479)	(342.898)	(1.059.269)	(386.285)	(945.127)	(343.224)	(1.059.680)	(386.465)
Diferido	(35.406)	(12.746)	655.952	236.143	(35.586)	(12.845)	655.752	236.053
Total	**(979.885)**	**(355.644)**	**(403.317)**	**(150.142)**	**(980.713)**	**(356.069)**	**(403.928)**	**(150.412)**
Total	**(1.335.529)**		**(553.459)**		**(1.336.782)**		**(554.340)**	

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Folha de pagamento	39.307	42.039	39.526	42.257
Provisão de férias	36.201	36.716	36.638	37.115
Provisão de gratificação de férias	37.586	27.550	37.586	27.550
Provisão de 13º salário	5.207	5.110	5.210	5.110
Provisão de FRG sobre férias	7.359	5.410	7.359	5.410
Provisão de FRG sobre 13º salário	1.891	1.590	1.891	1.590
INSS sobre provisão de férias	25.397	18.757	25.538	18.878
INSS sobre 13º salário	1.520	1.492	1.531	1.492
FGTS sobre provisão de férias	7.012	5.140	7.054	5.175
FGTS sobre 13º salário	417	409	415	409
Outros	2.917	2.271	2.917	2.271
Participações nos lucros (PLR)	113.135	81.595	113.135	81.595
Total circulante	**277.949**	**228.079**	**278.800**	**228.852**

NOTA 15 - ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
P&D - Recurso em poder da empresa	10.627	9.354	10.828	9.498
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	32.401	48.671	32.471	48.966
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	35.715	29.027	35.715	29.027
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)	3.149	2.699	3.153	2.751
Total circulante	**81.892**	**89.751**	**82.167**	**90.242**
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - projetos próprios	254.456	294.180	254.456	294.180
Total não circulante	**254.456**	**294.180**	**254.456**	**294.180**

NOTA 16 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) - fundo de pensão - para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários, bem como contribui como patrocinadora desse Fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

	Controladora e Consolidado 31.12.2020			Controladora e Consolidado 31.12.2019		
Descritivo	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuições amortizantes Plano BD	12.640	15.577	28.217	11.447	26.743	38.190
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	–	1.043.607	1.043.607	–	1.741.904	1.741.904
Total	**12.640**	**1.059.184**	**1.071.824**	**11.447**	**1.768.647**	**1.780.094**

A obrigação atuarial apresentada foi impactada principalmente pela remensuração dos ativos financeiros e pela queda na taxa de desconto de 0,04% entre os exercícios de 2019 (3,24%) e 2020 (3,20%), devido as hipóteses atuariais e econômicas utilizadas (nota 16.4.3).

16.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (Plano BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (Plano CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No Plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O Plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos Planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Pelo Ofício nº 1.266/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, de 11 de maio de 2015, a PREVIC aprovou o novo Regulamento do Plano BD, no qual as taxas de contribuição foram excluídas do texto regulamentar, permitindo que o custeio possa ser adequado anualmente, caso seja necessário.

Sendo assim, a partir de julho/2015, a contribuição normal da Empresa equivalente à dos participantes ativos ficou com a seguinte composição: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

(i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R$ 479,65);

(ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios, de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;

(iii) Contribuição Complementar, correspondente a um percentual calculado em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Básica, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Básica, Específica e Complementar.

continua

continuação

Os registros contábeis e as notas explicativas decorrentes dos cálculos atuariais foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente, Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., contratado pela Eletrobras.

Em 31 de dezembro de 2020, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD, atingiram R$ 41.429 (31.12.2019 - R$ 40.276).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31.12.2020	31.12.2019
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	411	510
1.2. Idade Média	53,61	54,03
1.3 Salário Médio em R$	16.931	16.734
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	6.335	6.347
2.2. Idade Média	71,13	70,49
2.3. Benefício Médio em R$	11.660	11.064
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.893	1.747
3.2. Benefício Médio em R$	3.047	2.859
População Total	**8.639**	**8.604**

16.2 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, os planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e que o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, a edição dessa Lei, em circunstâncias posteriores, impôs a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

(i) contribuição específica criada para adaptação à Lei Federal nº 6.435/1977; e

(ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.

Tendo em vista que:

(iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;

(iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra que estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder, os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta em Parecer Atuarial datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destaca-se que a então Secretaria de Previdência Complementar, em Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou à FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarece-se que essa obrigação financeira, constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R$ 79.929, das quais cabe a Furnas o valor de R$ 61.458 e à Eletronuclear, R$ 18.471 - valores referenciados a 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R$ 61.458 com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

(i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 876 cada, vencendo a primeira no dia 10 do mês subsequente à assinatura do Contrato e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;

(ii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescida de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a..

Em conformidade com as recomendações contidas na Nota Técnica nº 118/CGINP-MP, emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão em 26 de março de 2013, Furnas resolveu efetuar o Primeiro Aditamento ao contrato em 10 de setembro de 2013.

Porém, em 23 de dezembro de 2013, a SEST emitiu novas determinações, consubstanciadas na Nota Técnica nº 539/CGINP-MP, definindo a data de 31 de dezembro de 2013 como nova "Data de Referência".

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014, Furnas assinou o Segundo Aditamento ao Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira ajustando, consequentemente, todos os valores que não tinham sido alterados no Primeiro Aditamento, a saber:

(i) com a alteração da Data de Referência, as contribuições amortizantes com base no percentual de 5,09% incidente sobre a folha de salários reais de contribuição voltam a prevalecer desde 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2013;

(ii) com base no novo Parecer Atuarial de 26 de agosto de 2014, foi estabelecido o valor de R$ 68.487 como obrigação reconhecida e confessada por Furnas;

(iii) pagamento em 109 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 795 cada, vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente à assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;

(iv) atualização monetária desde a nova Data de Referência, 31 de dezembro de 2013, até o mês anterior ao do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescida de juros correspondentes ao período decorrido entre a nova Data de Referência e a data do recolhimento da prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 5,5% a.a..

O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2020, referente à obrigação financeira reconhecida por Furnas junto à FRG, monta em R$ 28.217 (R$ 38.190 - 31.12.2019), dos quais R$ 12.640 (R$ 11.447 - 31.12.2019) classificados no passivo circulante.

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

Descritivo	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**11.447**	**26.743**	**38.190**
Adições	–	–	–
Juros	1.776	–	1.776
Variação monetária	–	1.652	1.652
Pagamento de juros	(1.806)	–	(1.806)
Pagamento do principal	(11.595)	–	(11.595)
Transferência para o circulante	12.818	(12.818)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12.640**	**15.577**	**28.217**

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionado:

Vencimento	31.12.2020
2021	–
2022	13.271
2023	2.306
2024	–
Total	**15.577**

16.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	31.12.2020	31.12.2019
Programa Previdenciário	953.457	1.636.215
Programa de Saúde	118.367	143.879
Programa de Seguro	–	–
Total	**1.071.824**	**1.780.094**
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Programa Previdenciário	2.211.543	2.728.498
Programa de Saúde	381.616	388.596
Programa de Seguro	(9.846)	(9.846)
Total	**2.583.313**	**3.107.248**

16.4 Efeitos do Plano BD, Plano CD, Assistência Saúde e Seguro

16.4.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

16.4.2. Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

16.4.3 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Descritivo	2020	2019
Hipóteses Econômicas		
Taxa de juros real de desconto atuarial	3,20%	3,24%
Projeção de aumento médio dos salários	2,00%	2,00%
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,68%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	3,27%	3,68%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo SUAV 15%	AT-2000 Segregada por sexo SUAV 15%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Segregada por sexo	AT-49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas SUAV 50%	Álvaro Vindas SUAV 50%
% de casados na data de aposentadoria	90%	90%
Diferença de idade entre homens e mulheres	5 anos	5 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi um ganho atuarial de R$ 2.235.817 para 31 de dezembro de 2020 (R$ 2.167.408 em 31 de dezembro de 2019).

16.4.3.1 Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios no chamado conceito de *Duration*.

16.4.4 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Empresa a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade. Se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o Plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

16.4.4.1 Conciliação dos passivos dos planos de benefícios pós-emprego

a) Planos de benefícios definidos (Plano BD) e de contribuições definidas (Plano CD)

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Descritivo	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	16.744.019	16.143.832
(–) Valor justo dos ativos do plano	(15.911.594)	(14.563.080)
Passivo (Ativo) líquido	832.425	1.580.752
Efeito de restrição sobre o ativo	(832.425)	(1.580.751)
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	953.457	1.636.215
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	953.457	1.636.216
Custo do serviço corrente	30.665	19.939
Custos dos juros líquidos	–	–
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	30.665	19.939

b) Planos de outros benefícios pós-emprego

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	Saúde		Seguro	
Descritivo	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	118.367	143.879	–	–
(–) Valor justo dos ativos do plano	–	–	–	–
Passivo (Ativo) líquido	118.367	143.879	–	–
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	118.367	143.879	–	–
Custo do serviço corrente	1.037	1.851	–	–
Custos dos juros líquidos	6.830	8.703	–	–
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	7.867	10.554	–	–

continua

continuação

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	31.12.2020			
Descritivo	**Planos BD+CD**	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	16.143.832	143.879	–	16.287.711
Custos dos serviços corrente líquido	30.665	1.037	–	31.702
Contribuição dos participantes ativos	5.029	–	–	5.029
Custos dos juros	1.098.597	3.228	–	1.101.825
Benefícios pagos	(1.036.535)	(6.005)	–	(1.042.540)
Custo de saúde - Preq / P.A.E	–	(38.469)	–	(38.469)
Contribuições patronais	–	–	–	–
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	(618)	–	(618)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	195.229	14.878	–	210.107
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	307.202	437	–	307.639
Subtotal	**502.431**	**14.697**	**–**	**517.128**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**16.744.019**	**118.367**	**–**	**16.862.386**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	14.563.080	–	–	14.563.080
Receita de juros	989.975	–	–	989.975
Contribuições patronais	40.970	6.005	–	46.975
Contribuições de participantes do plano	5.029	–	–	5.029
Benefícios pagos/adiantados	(1.036.535)	(6.005)	–	(1.042.540)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	1.349.075	–	–	1.349.075
Subtotal	**1.349.075**	**–**	**–**	**1.349.075**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**15.911.594**	**–**	**–**	**15.911.594**

	31.12.2019			
Descritivo	**Planos BD+CD**	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384
Custos dos serviços corrente líquido	19.939	299	–	20.238
Contribuição dos participantes ativos	6.318	–	–	6.318
Custos dos juros	1.082.969	4.338	–	1.087.307
Benefícios pagos	(976.245)	(85.994)	–	(1.062.239)
Custo de saúde - Preq / P.A.E	–	3.448	–	3.448
Contribuições patronais	–	–	(5.555)	(5.555)
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	–	–
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.189.604	29.048	–	3.218.652
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	45.878	25.280	–	71.158
Subtotal	**3.235.482**	**54.328**	**–**	**3.289.810**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**16.143.832**	**143.879**	**–**	**16.278.711**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	13.255.781	–	–	13.255.781
Receita de juros	1.127.621	–	–	1.127.621
Contribuições patronais	102.513	85.994	–	188.507
Contribuições de participantes do plano	6.318	–	–	6.318
Benefícios pagos/adiantados	(976.245)	(85.994)	–	(1.062.239)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	1.047.092	–	–	1.047.092
Subtotal	**1.047.092**	**–**	**–**	**1.047.092**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**14.563.080**	**–**	**–**	**14.563.080**

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Valores disponíveis imediatos	136	1.220
Realizável previdenciário	102.278	160.645
Renda fixa	12.071.555	10.893.650
Renda variável	3.265.203	3.060.867
Investimentos imobiliários	528.498	518.352
Empréstimos e financiamentos	199.877	208.461
Tesouraria	13.708	17.404
Outros	–	–
(–) Exigíveis previdenciários	(152.412)	(198.824)
(–) Exigíveis de investimentos	(117.249)	(98.695)
Total dos ativos garantidos	**15.911.594**	**14.563.080**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

16.4.5 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes (ORA) acumulados	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Programa previdenciário e outros benefícios pós-emprego (ganho)	2.583.313	3.107.248

	31.12.2020			
Descritivo	**Planos BD+CD**	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	–	–	–	–
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	502.431	(6.979)	–	495.452
Retorno sobre ativos do plano	(1.349.073)	–	–	(1.349.073)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	74.313	–	–	74.313
Ativos / Passivos diferidos - Laudo atuarial	255.374	–	–	255.374
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	**(516.956)**	**(6.979)**	**–**	**(523.935)**

	31.12.2019			
Descritivo	**Planos BD+CD**	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	40.954	–	(5.555)	35.399
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	3.235.482	81.375	–	3.316.857
Retorno sobre ativos do plano	(1.092.617)	–	–	(1.092.617)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(504.989)	–	–	(504.989)
Ativos / Passivos diferidos - Laudo atuarial	(582.657)	–		(582.657)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA	**1.096.173**	**81.375**	**(5.555)**	**1.171.993**

16.4.6 Impactos no resultado do exercício

	31.12.2019				
Descritivo	**Plano BD**	**Plano CD**	**Seguro Saúde**	**Saúde (Rescisório)**	**Total**
(Ganhos) atuariais	(55.024)	(1.966)	(85.994)	(29.516)	(172.500)
Perdas atuariais	16.256	883	4.637	5.917	27.693
Resultado atuarial - (Ganho) / Perda	**(38.768)**	**(1.803)**	**(81.357)**	**(23.599)**	**(144.807)**

	31.12.2020				
Descritivo	**Plano BD**	**Plano CD**	**Seguro Saúde**	**Saúde (Rescisório)**	**Total**
(Ganhos) atuariais	(39.244)	(1.725)	(6.005)	(20.395)	(67.369)
Perdas atuariais	139.774	739	4.265	3.602	148.380
Resultado atuarial - (Ganho) / Perda	**100.530**	**(986)**	**(1.740)**	**(16.793)**	**81.011**

16.4.7 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R$ 41.338 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício. A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 10,38 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Programa Previdenciário	**31.12.2020**
Menos de 1 ano	1.081.027
Entre 1-2 anos	2.074.627
Entre 2-5 anos	2.880.558
Mais de 5 anos	6.694.802
Total	**12.731.014**

16.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 1.859.943 (aumento de R$ 2.330.053).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 7.750 (aumento de R$ 8.550).

16.6 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	PLANO BD		
	Taxa de Juros		**Parâmetros deste**
Descritivo	**+ 1%**	**- 1%**	**Demonstrativo**
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	14.727.986	18.917.982	16.587.929
Valor justo dos ativos do plano	15.662.689	15.662.689	15.662.689
Superávit/ (Déficit) técnico do plano	**934.703**	**(3.255.293)**	**(925.240)**
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-11,21%	14,05%	–
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	–
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	-201,02%	251,83%	–

	PLANO CD		
	Taxa de Juros		**Parâmetros deste**
Descritivo	**+ 1%**	**- 1%**	**Demonstrativo**
Montantes do:			
Valor presente da obrigação atuarial do plano	138.938	175.014	156.090
Valor justo dos ativos do plano	248.905	248.905	248.905
Superávit/(Déficit) técnico do plano	**109.967**	**73.891**	**92.815**
Variações			
Aumento/redução da obrigação atuarial	-10,99%	12,12%	–
Aumento/redução dos ativos do plano	0,00%	0,00%	–
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	18,48%	-20,39%	–

NOTA 17 - CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de concessões a pagar é de R$ 35.336 (R$ 35.527 em 01.01.2020), dos quais R$ 6.821 se referem à usina de Batalha (R$ 6.849 em 01.01.2020) e R$ 28.515 à usina de Simplício (R$ 28.678 em 01.01.2020).

17.1 Movimentação do passivo

	Controladora e Consolidado		
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Valor**
Saldo em 01 de janeiro de 2020	**1.710**	**33.817**	**35.527**
Encargos	–	2.357	2.357
Transferência para circulante	68	(68)	–
Amortização	–	(2.548)	(2.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.778**	**33.558**	**35.336**

17.2 Composição do passivo por vencimentos

	Controladora e Consolidado	
Ano	**31.12.2020**	**01.01.2020**
2019	–	211
2020	214	1.636
2021	1.706	1.636
2022	1.706	1.636
2023	1.706	1.636
Após 2023	30.004	28.772
Total	**35.336**	**35.527**

17.3 Informação sobre a obrigação contratual do uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto dos contratos de concessão das UHE Simplício e Batalha, FURNAS recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R$ 972 para UHE Simplício e R$ 249 para UHE Batalha.

As parcelas são corrigidas anualmente, ou com a periodicidade que a legislação permitir, pela variação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

	Controladora e Consolidado			
	Valor Original		**Valor Atualizado**	
Usinas/Duração da concessão	**Pagamento Anual**	**Saldo a pagar**	**Pagamento Anual**	**Saldo a pagar**
Batalha - 35 anos	249	5.152	330	6.821
Simplício - 35 anos	972	20.341	1.380	28.515

NOTA 18 - PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM no. 594/2009, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

continua

continuação

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de **risco provável**	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de **risco possível**	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de **risco remoto**
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

18.1 Movimentação por tipo de risco provável:

	Controladora e Consolidado		
Descritivo	**31.12.2020**	**Adições/(Reversões)**	**31.12.2019**
Trabalhistas	880.315	260.293	620.022
Tributários	204.667	5.575	199.092
Regulatórios	348.727	145.535	203.192
Ambientais e fundiários	189.342	(35.645)	224.987
Cíveis	414.913	123.298	291.615
Total não circulante	**2.037.964**	**499.056**	**1.538.908**

18.1.1 Riscos trabalhistas prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos trabalhistas somam R$ 880.315 (R$ 620.022 em 31.12.2019). Destacamos o montante de R$ 142.921 referente à demanda dos trabalhadores (diversos) pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do TST.

Os demais valores provisionados nesse grupo são decorrentes de reclamações vinculadas, principalmente, a: (i) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias, bem como a outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito, ou, mesmo tendo recebido o direito, julgou que foi por valor diverso do que deveria; e (ii) complementação de aposentadoria equiparada à remuneração dos empregados ativos.

18.1.2 Riscos tributários prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos tributários prováveis somaram R$ 204.667 (R$ 199.092 em 31.12.2019). Destacamos o processo nº 0084092-14.2015.4.02.5101 movido por Furnas contra a União Federal, no valor atual de R$ 170.157, referente a uma ação anulatória proposta por Furnas com a finalidade de questionar cobrança final decorrente de auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores de PIS/COFINS informados por meio da DCTFs (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) e DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS e COFINS. Foi divulgada sentença que julgou improcedente o pedido de Furnas, e a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento. O valor foi integralmente depositado em juízo.

18.1.3 Riscos regulatórios prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos regulatórios prováveis somam R$ 348.727 (R$ 203.192 em 31.12.2019), um acréscimo de R$ 145.535 que se deve principalmente à mudança de prognóstico de possível para provável de 8 processos que juntos montam R$ 130.180. Das ações regulatórias classificadas com risco provável destacamos o processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001 movido pela AMPLA Energia e Serviços S.A., no valor de R$ 103.681, referente à ação ordinária na qual pede-se a anulação de ato administrativo, alegando violação ao congelamento de preços, que foram implementadas pelos Decretos Lei nº 2.283/86 e nº 2.284/86.

18.1.4 Riscos ambientais e fundiários prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos ambientais prováveis somam R$ 189.342 (R$ 224.987 em 31.12.2019), com destaque para o processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224, no valor de R$ 139.610, movido pela Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda. Trata-se de ação indenização por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. FURNAS ajuizou ação rescisória julgada procedente com acolhimento da prescrição, mas que aguarda julgamento no STJ.

18.1.5 Riscos cíveis prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos cíveis prováveis somam R$ 414.913 (R$ 291.615 em 31.12.2019), com destaque para a mudança de prognóstico de risco possível para provável dos processos nº 0168397-68.2010.8.19.0001 movido pela CONVAP Engenharia e Construções S.A., no valor de R$ 105.224 e nº 019.1600-93.2009.8.19.0001 CAEFE Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear no valor de R$ 101.696, e para o pagamento da parte incontroversa do processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001 movido pela Construções e Comércio Camargo Correa S.A., no valor de R$ 97.000.

18.2 Movimentação por tipo de risco possível:

	Controladora e Consolidado		
Descritivo	**31.12.2020**	**Adições/(Reversões)**	**31.12.2019**
Trabalhistas	726.833	(177.066)	903.899
Tributários	7.044.689	(46.169)	7.090.858
Regulatórios	817.676	(194.699)	1.012.375
Ambientais e fundiários	189.407	78.277	111.130
Cíveis	798.327	(136.168)	934.495
Total não circulante	**9.576.932**	**(475.825)**	**10.052.757**

18.2.1. Riscos trabalhistas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos trabalhistas com risco possível somam R$ 726.833 (R$ 903.899 em 31.12.2019).

Destacam-se a seguir os principais tipos processos que compõem esse montante:

(i) 133 ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria. O somatório dos valores dessas ações montam R$ 258.751.

(ii) 1.415 ações movidas por trabalhadores e ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser FURNAS responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador. O somatório dessas ações montam R$ 161.334.

18.2.2 Riscos tributários possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 os processos tributários com risco possível somam R$ 7.044.689 (R$ 7.090.858 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

(i) Processo nº 5033017-06.2019.4.02.5101, no valor de R$ 1.903.685, tendo como partes Furnas (autor) e Fazenda Nacional (réu). Trata-se de processo judicial que visa a discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do PERDCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2020, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas.

(ii) Processo nº 12448.727019/2020-89, no valor de R$ 1.282.226, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo administrativo criado para cobrar o valor decorrente da parte definitivamente julgada no processo administrativo nº 16682.720516/2011-43 referente a auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo; Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de Dez. 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil PERDCOMP. O CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. Até 31.12.2020 Furnas não havia sido citada na Execução Fiscal.

(iii) Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101, no valor de R$ 818.334, tendo como partes União Federal (autor) e Furnas (réu). Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença nos Embargos à Execução Fiscal julgando parcialmente procedente a mesma, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento.

(iv) Processo nº 16682.722.946/2015-23, no valor de R$ 815.434, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de auto de infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2010 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada. Contra a decisão a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência que aguarda julgamento. Processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP, por ter tido decisão final administrativa quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo que segue em análise pelo CARF das outras matérias.

(v) Processo nº 16682.722216/2017-94, no valor de R$ 507.989, tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo relativo ao lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multas de estimativa e de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão de R$ 908.298.282,12 realizada por Furnas da base de cálculo do tributos acima mencionados referente ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica nº 062/2001 - ANEEL, de 04/12/2012.

(vi) Processo nº 0046753-12.2020.8.19.0001, no valor de R$ 447.662, tendo como partes Furnas (autora) e Estado do Rio de Janeiro (réu). Furnas ajuizou ação anulatória para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia.

(vii) Processo nº 5040962-10.2020.4.02.5101, no valor de R$ 203.663, tendo como partes Furnas (autora) e a União Federal (réu). Trata-se de ação de antecipação de garantia dos débitos constantes do PTA nº 16682.720394/2020-86 que, comportou os débitos transferidos do PTA nº 16682.721073/2014-51 relativamente à utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e compensado no ano-calendário de 2009, bem como dos valores não pagos por conta da compensação sem PER/DCOMP no período.

(viii) Processo nº 5011315-38.2018.4.02.5101, no valor de R$ 177.120, tendo como partes Furnas (executada) e Fazenda Nacional (exequente). Trata-se de execução fiscal proposta para exigir a parcela do débito decorrente do processo administrativo nº 16682.720878/2013-04, que teve decisão final administrativa em junho de 2018 relativamente às compensações efetuadas sem PER/DCOMP. Houve sentença de 1ª instância desfavorável a Furnas. Aguarda-se o julgamento da Apelação.

(ix) Processo nº 16682.721.073/ 2014-51, no valor de R$ 151.153, tendo como partes Furnas (autuada) e Fazenda Nacional (autuante). Trata-se de auto de infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2009. A Câmara Superior do CARF votou pela manutenção da autuação e da multa isolada, faltando a análise da forma de aplicação dessa multa. O processo foi desmembrado para cobrança dos tributos, aguardando-se a análise da aplicação da multa isolada. Nesse processo permanece apenas a análise quanto à multa isolada cobrada.

(x) Processo nº 5062386-45.2019.4.02.5101, no valor de R$ 125.535, tendo como partes Furnas (executada) e Fazenda Nacional (exequente). Trata-se de Execução Fiscal proposta para exigir a parcela do débito decorrente do processo administrativo nº 16682.720878/2013-04, que teve decisão final administrativa mantendo a multa isolada sobre a falta de pagamento das estimativas mensais. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para excluir a cobrança decorrente da desconsideração do aproveitamento do prejuízo fiscal. Foi mantida a cobrança dos valores compensados sem o PER/DCOMP e a multa isolada sobre a ausência das estimativas mensais. O processo foi desmembrado.

18.2.3 Riscos regulatórios possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos regulatórios com risco possível somaram R$ 817.676 (R$ 1.012.375 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

(i) Processo nº 0026448-59.2002.4.01.3400, no valor de R$ 263.926, tendo como partes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (autor) e Furnas e outros (réus). Trata-se de declaração de nulidade do Despacho nº 288/02, do diretor da ANEEL, que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Busca-se o refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

(ii) Processo nº 0073249-42.2016.4.01.3400, no valor de R$ 240.911, tendo como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré). Trata-se da aplicação do artigo 47 da Convenção de Comercialização da CCEE (regra de compartilhamento de perdas entre os agentes), a fim de que seus créditos lhe sejam pagos, ainda que proporcionalmente, por ocasião das liquidações financeiras no âmbito do MCP.

(iii) Processo nº 0018333-44.2005.4.01.3400, no valor de R$ 230.018, tendo como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré). Trata-se de mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do CUST, CCT e CUD, no âmbito do processo administrativo nº 48.500.001016/05-95 daquela Agência Reguladora, referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não concedida a segurança e FURNAS ser obrigada a assinar tais contratos regulados. Processo aguardando julgamento em segunda instância.

18.2.4 Riscos ambientais e fundiários possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos ambientais e fundiários com risco de perda possível somaram R$ 189.407 (R$ 111.130 em 31.12.2019).

Destaca-se a mudança de prognóstico de risco provável para risco possível do processo nº 0318450-61.2012.8.09.0036, no valor de R$ 31.899, movido pelo Município de Cristalina-GO, que pleiteia a suspensão da instalação e do funcionamento da UHE Batalha, bem como o pagamento de indenização a título de reparação de eventuais danos ambientais, diante do não cumprimento das obrigações contidas no Projeto Básico Ambiental - PBA.

18.2.5 Riscos cíveis possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, os processos cíveis e outros com risco possível somaram R$ 798.327 (R$ 934.495 em 31.12.2019).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

(i) Processo nº 0146201-70.2011.8.19.0001, no valor de R$ 365.536, tendo como partes Furnas (autora) e ABB Ltda. (réu). Trata-se de processo indenizatório referente ao contrato de fornecimento de estações conversoras para o sistema de transmissão de ITAIPU.

continua

continuação

(ii) Processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001, no valor de R$ 198.115, tendo como partes o Consórcio Fornecedor Batalha - CONBAT (autor) e Furnas (ré). Trata-se de ação declaratória de nulidade de multa contratual e condenatório para ressarcimento de diversos valores oriundos do pleito de reequilíbrio-econômico do contrato celebrado entre as partes na ocasião da construção da AHE Batalha.

18.3 Movimentação das Cauções e Depósitos Vinculados:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Trabalhistas	361.556	467.899	361.556	467.899
Tributários	204.624	18.704	204.624	18.704
Regulatórios	198.540	190.487	198.540	190.487
Ambientais e fundiários	580	557	580	557
Cíveis	132.688	171.708	132.694	171.715
Total Não Circulante	**897.988**	**849.354**	**897.994**	**849.362**

Além dos valores pagos a título de depósitos judiciais, existem processos para os quais Furnas contratou Seguro Garantia, na ordem de R$ 375.833 (vide Nota 32 - Seguros), bem como contratos de fiança bancária, no montante de R$ 5.642.108, assim distribuídos: (i) Banco BTG Pactual (R$ 3.905.538); (ii) Banco Safra (R$ 1.010.877) e outros bancos (R$ 725.693).

Furnas possui ainda processos como autora, principalmente nas esferas cível, regulatória e tributária, no montante de R$ 2.300.828 (R$ 2.182.827 em 31.12.2019), cuja estimativa de risco apresenta R$ 297.188 (R$ 233.197 em 31.12.2019) classificados como desfecho provável e R$ 1.749.629 (R$ 1.739.213 em 31.12.2019) como possível. Destaca-se que, por se tratarem de ativos contingentes, não são objeto de registro contábil.

NOTA 19 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. - Eletrobras	63.404	61.705	63.404	61.705
Valores referentes aos acionistas minoritários nas controladas de Furnas:				
SPE - Transenergia Goiás S.A.	–	–	436	436
SPE - Brasil Ventos Energia S.A.	–	–	5.583	5.543
Total	**63.404**	**61.705**	**69.423**	**67.684**

NOTA 20 - PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**30.12.2020**	**31.12.2019**
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	225.727	222.881	225.727	222.881
Total	**225.727**	**222.881**	**225.727**	**222.881**
Não circulante	**225.727**	**222.881**	**225.727**	**222.881**

A Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25.

Em 31 de dezembro de 2020, no resultado da Controladora houve uma constituição de provisão no montante de R$ 2.846.

20.1 Movimentação da provisão

Descritivo	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**222.881**	**222.881**
Movimento no ano de 2020:		
Constituição de (+) provisão/(–) reversão (UHE Funil)	2.846	2.846
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**225.727**	**225.727**

NOTA 21 - OUTROS VALORES A PAGAR

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**
Adiantamentos - diversos	1.635	1.295	1.635	1.295
Arrendamento mercantil	5.468	3.255	5.468	3.255
Cauções em garantia	348	348	348	348
Seguradoras	108	8.849	108	8.849
Credores diversos	42.871	6.705	46.415	13.083
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG [4]	–	268	–	268
Provisão para o Plano de Demissão Consensual - PDC	–	379	–	379
Ressarcimento - CCEAR [1]	2.758	2.620	2.758	2.620
Contribuições FRG	18.893	20.258	18.893	20.258
Total Circulante	**72.081**	**43.977**	**75.625**	**50.355**
Credores diversos	3.598	3.599	3.690	4.449
Arrendamento mercantil	96.819	127.887	164.912	142.577
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG [4]	6.371	6.371	6.371	6.371
Provisão para o Plano de Demissão Concensual - PDC	–	6.699	–	6.699
Contratos cessão de direitos	–	–	9.222	8.853
Outras Provisões SPEs [3]	–	–	10.714	9.608
Convênio entre Furnas e Itaipu [5]	161.070	–	161.070	–
Provisão GAG Melhoria [2]	186.007	115.527	186.007	115.527
FGTS conta empresa	1	1	1	1
Total Não Circulante	**453.866**	**260.084**	**541.987**	**294.085**

[1] CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
[2] Vide nota 21.3
[3] Vide nota 21.2
[4] Vide nota 21.1
[5] Vide nota 21.4

21.1 Acordo judicial entre Furnas e a Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)

Em 31 de dezembro de 2020 Furnas possui saldo a pagar no montante de R$ 6.371 (em dezembro de 2019, R$ 6.639).

21.2 Outras provisões

No consolidado é apresentado pela SPE Brasil Ventos um valor de R$ 10.714 (em dezembro de 2019, R$ 9.608), referente à provisão por multa da ANEEL em razão de revogação de outorga.

21.3 Gestão dos Ativos de Geração - GAG Melhoria

Em 18 de junho 2018, por meio da Nota Técnica ANEEL nº 92/2018, foram estipulados os valores das receitas referentes aos ativos de geração renovados nos temos da Lei nº 12.783/2013, a que fazem jus as Empresas, para a manutenção da disponibilidade aos níveis de eficiência das suas usinas hidrelétricas.

A partir de julho de 2018 as usinas que se encontram sob o regime de cotas (UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto, UHE Funil, UHE Porto Colômbia, UHE Marimbondo e UHE Corumbá I) tiveram sua Receita Anual de Geração - RAG acrescida da Gestão dos Ativos de Geração - GAG, especificamente relacionada às melhorias (GAG-Melhoria) destinadas ao uso na manutenção da eficiência do sistema elétrico.

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa mantem registrado um passivo, a título de provisão para a realização das futuras melhorias nos empreendimentos no montante de R$ 186.007 (R$ 115.527 em 31.12.2019).

21.4 Convênio entre Furnas e Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas Centrais Elétricas S.A. e Itaipu Binacional, cujo objeto é a revitalização do sistema de corrente contínua HVDC (em inglês, *High Voltage Direct Current*) de Furnas dedicado à Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Essa revitalização compreende a modernização de instalações elétricas de alta tensão em Ibiúna e Foz do Iguaçu, a qual inclui a aquisição de projetos básico e executivo, equipamentos elétricos, serviços de desmontagem e montagem eletromecânica, obras civis e serviços de engenharia relacionados.

Todo esse escopo será executado por Furnas com um prazo de implantação de 60 meses, cabendo à Itaipu o aporte de recursos da ordem de R$ 1.073.800 no período de 2020 a 2024, tendo sido a primeira parcela, de R$ 161.070, já recebida em 31/12/2020.

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos oriundos da Itaipu permanecerão sob a guarda e responsabilidade de Furnas durante a vigência do convênio. Após o seu encerramento, observado o fiel cumprimento do objeto e das obrigações pactuadas, os bens patrimoniais serão revertidos a Furnas.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio da Empresa, no valor de R$ 23.826.562 (R$ 21.617.812 em 31.12.2019 Reapresentado), está assim composto:

22.1 Capital Social

O capital da Empresa, no total de R$ 6.531.154 (R$ 6.531.154 em 31.12.2019), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descritivo	**Quantidade de mil ações em 31.12.2020 e 31.12.2019**			
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Percentual**
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. - Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
Total	**52.739.026**	**14.864.685**	**67.603.711**	**100,00%**

22.2 Reservas de Capital

	Controladora e Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imoblizações em curso - capital próprio	1.647.748	1.647.748
Total	**5.053.045**	**5.053.045**

22.3 Destinação do Lucro do Exercício

	Controladora e Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**
Adoção inicial do CPC 47	–	–
Adoção inicial do CPC 48	–	–
Ofício CVM 04/2020	60.165	60.165
Lucro/ (Prejuízo) acumulado	4.394	(2.434)
Lucro do Exercício	2.568.457	3.216.266
(–) Reservas de capital	–	–
(–) Reservas de lucro	(1.415.761)	(2.073.234)
(–) Dividendos adicionais propostos	(706.536)	(377.314)
(–) Dividendos obrigatórios	(510.719)	(763.284)
Total	**–**	**60.165**

22.4 Reservas de Lucro

	Reserva legal	**Reserva especial de dividendos não distribuídos**	**Reserva de lucros a realizar**	**Total de reservas de lucro**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**756.649**	**3.737.481**	**8.209.219**	**12.703.349**
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2020	–	1.284.110	–	1.284.110
Destinação do resultado	131.651	–	–	131.651
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**888.300**	**5.021.591**	**8.209.219**	**14.119.110**

22.5 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

	Controladora e Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**
ORA acumulado (*)	(2.583.283)	(3.107.215)
Total	**(2.583.283)**	**(3.107.215)**

(*) Refere-se a efeitos atuariais apresentados em laudo atuarial elaborado por atuário independente, conforme demonstrado na nota 16.

NOTA 23 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019 (reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (reapresentado)**
Receita Operacional				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica	1.186.892	745.151	1.186.892	745.151
Suprimento de energia elétrica (i)	2.615.016	3.833.064	2.667.881	3.844.586
Energia de curto prazo	224.935	110.022	224.935	110.022
Receita de operação e manutenção	1.414.059	1.263.824	1.414.059	1.263.824
Receita de construção	37.800	49.353	37.800	49.353
Subtotal	5.478.702	6.001.414	5.531.567	6.012.936
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	148.112	143.071	150.754	148.756
Receita de operação e manutenção - renovados	1.757.345	1.640.606	1.757.345	1.640.606
Receita de construção	253.938	256.159	253.938	258.062
Financeira - retorno do investimento	563.403	250.787	576.064	260.864
Financeira - retorno do investimento - RBSE	2.186.760	3.213.007	2.186.760	3.213.007
Subtotal	4.909.558	5.503.630	4.924.861	5.521.295
Outras receitas				
Prestação de serviços	26.800	18.200	25.091	14.348
Aluguéis	118	403	118	403
Outras	25	2	25	2
Subtotal	26.943	18.605	25.234	14.753
Subtotal	**10.415.203**	**11.523.649**	**10.481.662**	**11.548.984**
Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições sobre a receita				
ICMS	(165.670)	(140.864)	(165.670)	(140.864)
PIS / PASEP	(185.792)	(180.273)	(185.882)	(180.345)
COFINS	(858.688)	(831.965)	(858.927)	(832.299)
ISS	(746)	(513)	(746)	(513)
Subtotal	(1.210.896)	(1.153.615)	(1.211.225)	(1.154.021)
Encargos Setoriais				
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(115.522)	(134.057)	(116.129)	(134.372)
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(126.740)	(119.291)	(126.740)	(119.291)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(97.071)	(94.193)	(97.174)	(94.310)
PROINFA	(21.958)	(28.211)	(21.958)	(28.211)
Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	(181.307)	(154.008)	(181.307)	(154.008)
Taxa de Fiscalização Serv. de E.E (TFSEE)	(34.025)	(30.762)	(34.062)	(30.825)
Subtotal	(576.623)	(560.522)	(577.370)	(561.017)
Subtotal	**(1.787.519)**	**(1.714.137)**	**(1.788.595)**	**(1.715.038)**
Receita Operacional Líquida	**8.627.684**	**9.809.512**	**8.693.067**	**9.833.946**

(i) No ACR, o término do Produto 2014-2019 de Energia Existente ocasionou uma queda líquida de receita na ordem de R$ 931 milhões, visto uma quantidade contratada média até dez/19 de 319MWméd; e uma maior venda na rubrica Fornecimento, diminuiu a disponibilidade de energia para venda ACL Suprimento, representando queda de R$ 197 milhões.

A receita da Empresa é proveniente da venda de energia elétrica gerada em suas usinas, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo de contrato decorrente do seu sistema de transmissão. Essas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, tanto no mercado de ambiente regulado, quanto no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

Os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais e em decorrência das orientações do Ofício SEP CVM 04/2020, houve remensuração e reapresentação de seus saldos comparativos, vide nota 7.

continua

continuação

NOTA 24 - CUSTO OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda (nota 24.1)	(1.040.831)	(836.314)	(1.062.279)	(850.960)
Encargos de uso da rede elétrica	(712.375)	(629.543)	(712.706)	(629.395)
Total do custo com energia elétrica	(1.753.206)	(1.465.857)	(1.774.985)	(1.480.355)
Custo de operação				
Combustível e água para produção de energia elétrica	(418.662)	(558.052)	(418.662)	(558.052)
Pessoal (nota 24.2)	(1.056.350)	(1.134.111)	(1.063.392)	(1.143.603)
Material	(21.098)	(29.016)	(21.153)	(29.125)
Serviços de terceiros	(552.090)	(704.991)	(564.633)	(709.200)
Depreciação e amortização	(279.971)	(274.593)	(280.017)	(274.648)
Total do custo de operação	(2.328.171)	(2.700.763)	(2.347.857)	(2.714.628)
Custo de construção				
Custo de construção - geração	(37.800)	(49.353)	(37.800)	(49.353)
Custo de construção - transmissão	(253.757)	(255.195)	(253.757)	(257.101)
Total do custo de construção	(291.557)	(304.548)	(291.557)	(306.454)
Total do custo operacional	**(4.372.934)**	**(4.471.168)**	**(4.414.399)**	**(4.501.437)**

24.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Contratos iniciais/bilaterais				
MWh (*)	4.761.420	4.089.101	4.934.515	4.089.149
R$	(897.332)	(706.342)	(918.780)	(720.988)
Energia de curto prazo				
R$	(143.499)	(129.972)	(143.499)	(129.972)
Total R$	**(1.040.831)**	**(836.314)**	**(1.062.279)**	**(850.960)**

(*) Informação não auditada.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante gasto com energia comprada para revenda foi de R$ 1.040.831 em Furnas e na SPE Brasil Ventos S.A., o montante de R$ 21.448, totalizando R$ 1.062.279 (R$ 850.960 em 31.12.2019). A variação observada entre os períodos de 2020 e 2019 se deve, basicamente, aos seguintes fatores: (i) reajuste de preço dos contratos vigentes; (ii) aumento do montante nos produtos vigentes; e (iii) novos contratos de curto prazo firmados.

24.2 Pessoal

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Funcionários	(1.050.359)	(1.045.714)	(1.056.407)	(1.052.450)
Administradores	(5.388)	(6.088)	(6.382)	(8.844)
Plano de demissão consensual - PDC (nota 24.2.1)				
Verbas rescisórias	(57)	(23.376)	(57)	(23.376)
Incentivos	(225)	(43.896)	(225)	(43.896)
Plano de saúde indenizado	(321)	(15.037)	(321)	(15.037)
Total	**(1.056.350)**	**(1.134.111)**	**(1.063.392)**	**(1.143.603)**

NOTA 25 - RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**
Perdas estimadas para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(499.056)	(359.122)	(499.056)	(359.122)
Reversão e perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	25.673	(29.947)	25.673	(29.947)
Reversão estimada de redução ao valor recuperável de ativo (*impairment*) [4]	294.422	312.684	223.812	312.684
Reversão de perdas em investimentos - SPEs [3]	(297.913)	496.790	(297.913)	496.790
Perdas estimadas GAG Melhoria	(70.479)	(62.695)	(70.479)	(62.695)
(Provisão) Reversão estimada do Contrato Oneroso [4]	(2.846)	185.472	(2.846)	185.472
Perdas estimadas PAES - Crédito Tributário	(29.019)	–	(29.019)	–
Perdas estimadas - Depósitos Judiciais [7]	(53.897)	–	(53.897)	–
Perdas estimadas na alienação e desativação de bens e direitos	(12.338)	(19.024)	(12.338)	(19.024)
Perdas estimadas Acordo de Leniência	–	(90.122)	–	(90.122)
Doações e contribuições não vinculadas	(20.386)	(15.965)	(20.386)	(15.965)
Arrendamento e Aluguéis	(40.866)	(50.344)	(40.866)	(50.344)
Seguros	(50.332)	(77.583)	(50.332)	(77.583)
Demais receitas/(despesas)	(36.273)	(36.716)	(37.848)	(38.566)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(14.693)	(17.979)	(14.693)	(17.979)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(4.195)	(4.823)	(4.195)	(4.823)
Despesas com estagiários, bolsistas - concurso e bolsa de estudo	(709)	(1.168)	(709)	(1.168)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(13.163)	(13.485)	(13.163)	(13.485)
Indenizações, perdas e danos [6]	(651.407)	(199.054)	(651.407)	(199.054)
Gastos Ambientais	(235)	(17)	(235)	(17)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(51.895)	(4.263)	(51.895)	(4.263)
Indenização acordo com terceirizados [1]	(1.500)	(321.225)	(1.500)	(321.225)
Impostos e taxas	(7.957)	(15.402)	(8.072)	(15.965)
(Perdas) Ganhos atuariais	(81.011)	144.807	(81.011)	144.807
Ganho com SPEs de Furnas pela dação em pagamento de empréstimos para a Eletrobras [2]	25.042	32.760	25.042	32.760
Baixa da cessão de direitos da SPE Punau pertencente a SPE Brasil Ventos	(6.425)	–	(6.425)	–
Perdas com a CIEN Cia de Interconexão Energética [5]	(134.284)	–	(134.284)	–
Perda com dissolução da participação na SPE Energia Olimpica	(1.673)	–	(1.673)	–
Total	**(1.737.415)**	**(146.421)**	**(1.809.715)**	**(148.834)**
Total Receitas	**345.137**	**1.172.513**	**274.527**	**1.172.513**
Total (Despesas)	**(2.082.552)**	**(1.318.934)**	**(2.084.242)**	**(1.321.347)**

[1] Vide nota 25.1
[2] Vide nota 12.4
[3] Vide nota 9 e 25.3
[4] Vide nota 25.2
[5] Perda - CIEN Vide nota 8.1
[6] Vide nota 25.4
[7] Vide nota 9

25.1 Indenização acordo com terceirizados

Furnas efetuou em novembro de 2019 depósito judicial trabalhista a favor da Associação dos Contratados, Ex-Contratados e Prestadores de Serviço em Furnas (ACEP), no montante de R$ 321 milhões, conforme acordo celebrado no âmbito do Superior Tribunal Federal (STF) entre Furnas e a ACEP. Despesas complementares realizadas em 2020 totalizaram R$ 1.500. Não houve desdobramentos deste acordo em 2020.

25.2 *Impairment* e Contrato Oneroso

	Reversão (Perdas) estimadas *Impairment* saldo líquido		Reversão (Perdas) estimadas Contrato Oneroso saldo líquido	
Descritivo	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
UHE Batalha	78.622	111.431	–	–
UHE Simplício	–	87.834	–	–
UHE Funil	–	–	(2.846)	25.639
UTE Santa Cruz	215.800	113.419	–	159.833
Controladora	**294.422**	**312.684**	**(2.846)**	**185.472**
SPE Brasil Ventos	(70.610)	–	–	–
Consolidado	**223.812**	**312.684**	**(2.846)**	**185.472**

25.3 Perdas em investimentos na visão do acionista

	Reversão (Perdas) estimadas em investimentos na visão do acionista. Saldos líquidos	
Descritivo	**2020**	**2019**
SPE - Belo Monte	(15.531)	99.552
SPE - IE Madeira	(105.046)	28.445
SPE - Lago Azul	6.264	–
SPE - Madeira Energia	9.796	76.506
SPE - Mata de Santa Genebra	(124.623)	120.645
SPE - Teles Pires Participações	–	6.666
SPE - Empresa de Energia São Manuel	(68.773)	164.976
Total	**(297.913)**	**496.790**

25.4 Acordo entre Furnas e LIGHT

Foi celebrado em dezembro de 2020 um acordo entre Furnas Centrais Elétricas e a LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. para quitação de uma ação em trâmite na 3ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

A ação versava sobre a declaração de nulidade das Portarias nº 036, 037, 040, 049 e 075/1986, do DNAEE, bem como a repetição do montante equivalente à diferença entre os valores tarifários que eram devidos durante o denominado "congelamento geral de preços", instituído pelo Plano Cruzado, e os valores efetivamente praticados por Furnas na vigência das portarias declaradas nulas.

A decisão pelo acordo foi tomada considerando-se o estágio do processo, a existência de processo semelhante com resultado desfavorável a Furnas no mesmo tribunal, a concessão de vultoso desconto (cerca de R$ 146.000) pela LIGHT sobre o valor da ação por ela calculado, e a desistência, por Furnas, de recurso que aguardava julgamento no STJ, com reconhecimento dos valores apurados pela LIGHT, com base nos documentos da ação, devidamente analisados e validados por Furnas. Ademais, a celebração do acordo ainda no exercício de 2020 evitou a aplicação do percentual de 4,23%, referente à variação da UFIR-RJ para 2021, sobre o valor em discussão, assim como interrompeu a escalada dos juros de mora, estabelecidos em 1% ao mês.

O acordo consistiu em aproveitamento de oportunidade de redução de passivos por parte de Furnas, à luz a Política de Acordos Judiciais e Extrajudiciais das Empresas Eletrobras, e prevê o pagamento de R$ 496.000, dividido em 03 (três) parcelas. A primeira parcela, de R$ 336.000, foi quitada no dia 28.12.2020. A segunda parcela, de R$ 40.000, deverá ser quitada no dia 05.12.2021. A terceira e última parcela, de R$ 120.000, deverá ser quitada no dia 18.03.22, sendo certo que poderá ser realizada por meio de transferência de ativos, no todo ou em parte, cujos valores ainda serão apurados pelas áreas competentes até 15.03.2022.

NOTA 26 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019 (reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (reapresentado)**
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	38.896	43.845	41.031	48.068
Juros s/ créditos de energia financiados e empréstimos concedidos	31.256	5.050	31.256	5.050
VM s/ créditos de energia financiados e empréstimos concedidos	88.456	14.088	88.456	14.088
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	25.616	15.498	25.630	15.498
Outras variações cambiais e monetárias ativas	98.987	43.131	98.987	43.131
Outras receitas financeiras	10.984	29.605	10.910	29.664
Subtotal	294.195	151.217	296.270	155.499
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(393.713)	(601.269)	(414.154)	(601.442)
Encargos de dívidas - FRG	(3.428)	(3.764)	(3.428)	(3.764)
Encargos financeiros sobre parcelamento	(4.868)	(12.560)	(4.868)	(12.560)
Variação monetária e cambial - empréstimos e financiamentos	(191.915)	(108.010)	(191.915)	(108.016)
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	(142)	(19)	(142)	(19)
Outras variações cambiais e monetárias passivas	(3.616)	(19.493)	(3.620)	(19.493)
Encargo financeiros sobre a remuneração dos acionistas	(24.039)	(30.515)	(24.039)	(30.515)
Outras despesas financeiras	(67.239)	(154.458)	(67.357)	(154.600)
Subtotal	(688.960)	(930.088)	(709.523)	(930.409)
Total	**(394.765)**	**(778.871)**	**(413.253)**	**(774.910)**

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior, a menor e a média das remunerações pagas aos empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, foram de R$ 56.281,99, R$ 2.211,29 e R$ 15.271,25, respectivamente. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2020, o maior, o menor e a média dos honorários atribuídos aos dirigentes correspondem respectivamente a R$ 44.102,36, R$ 42.002,24 e R$ 43.142,26.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos de Furnas e das SPEs consolidadas, Transenergia Goiás e Brasil Ventos Energia S.A.

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Honorários de Diretoria e Conselheiros	4.475	4.778	5.170	6.720
Encargos sociais	800	927	947	1.467
Benefícios + contribuições sociais diversas	113	383	265	657
Total	**5.388**	**6.088**	**6.382**	**8.844**

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Empresa com sua controladora, coligadas e controladas, sociedades de propósito específico e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

a) As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;

c) Empresas em que Furnas detém participações acionárias: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), serviços de terceiros. Os saldos referente a AFAC e os apurados pelo método de equivalência patrimonial, poderão ser observados na nota explicativa 9;

d) Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), serviços de terceiros, transações com coligadas;

e) União Federal: empréstimos e financiamentos contraídos junto à Eletrobras, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (vide informações constantes da nota explicativa 12.1).

continua

continuação

28.1 Empresas do Grupo Eletrobras

Empresas	Clientes	Clientes Renegociação	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(–) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Juros Sobre o Capital Próprio	Contas a pagar
Eletrobras	174	–		[a] (1.462.897)	1.684	–	–	(508.472)	–
CGT Eletrosul	533	–	(2.587)	–	49	–	–	–	–
Chesf	10.859	–	(8.166)	–	30.097	[b] (30.096)	[d] 2.392	–	–
Eletronorte	8.456	–	(5.489)	–	19	–	–	–	–
Eletronuclear	2.235	278.357	–	–	1.038	(995)	–	–	–
Itaipu	–	–	–	–	–	–	–	–	[e] (161.070)
Eletropar	–	–	(20)	–	105.261	[c] (105.233)	–	–	–
Amazonas - GT	458	–	(75)	–	–	–	–	–	
Luziânia-Niquelândia Transmissora	8	–	(10)	–	–	–	–	–	–
Total 31.12.2020	**22.723**	**278.357**	**(16.347)**	**(1.462.897)**	**138.148**	**(136.324)**	**2.392**	**(508.472)**	**(161.070)**
Total 31.12.2019	**20.015**	**268.645**	**(16.017)**	**(2.459.039)**	**138.781**	**(135.329)**	**1.934**	**–**	**(27)**

(a) (R$ 1.462.897) Moeda Nacional, nota 12.1
(b) Nota 8.1.2
(c) Nota 8.3
(d) Trata-se de investimento ao custo de aquisição
(e) Convênio entre Furnas e Itaipu Vide nota 21.4

Empresas	Compra de energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Eletrobras	–	–	–	420	–	8	(193.972)	22.416
CGT Eletrosul	(2.989)	–	(31.911)	6.078	–	–	(88)	1.468
Chesf	–	–	(88.032)	118.277	–	582	(48)	384
Eletronorte	–	–	(59.137)	96.117	21	–	–	613
Eletronuclear	–	–	–	23.549	–	33.452	–	89
Itaipu	–	–	–	–	–	–	–	522
Eletropar	–	–	–	–	3.962	–	–	(37)
Amazonas - GT	–	–	(813)	5.233	–	–	–	199
Eólica Chui IX S.A. (*)	–	–	–	95	–	–	–	–
Eólica Hermenegildo I S.A. (*)	–	–	–	301	–	–	–	–
Eólica Hermenegildo II S.A(*)	–	–	–	301	–	–	–	–
Eólica Hermenegildo III S.A(*)	–	–	–	255	–	–	–	–
Santa Vitória do Palmar (*)	–	–	–	1.029	–	–	–	–
Luziânia–Niquelândia Transmissora	–	–	(125)	–	400	–	–	94
Total 31.12.2020	**(2.989)**	**–**	**(180.018)**	**251.655**	**4.383**	**34.042**	**(194.108)**	**25.748**
Total 31.12.2019	**–**	**11.374**	**(163.682)**	**241.131**	**949**	**28.363**	**(311.996)**	**34.728**

(*) SPEs vendidas para a Ômega Geração S.A. (Omega) em Novembro/20.

28.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas de Furnas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(–) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
Empresas de Geração							
Enerpeixe	–	606	–	11.653	(10.249)	–	–
Baguari	–	40	–	–	–	–	–
Retiro Baixo	–	–	–	3.858	–	–	–
Serra do Facão Energia		–	–	–	–	–	–
Chapecoense	740	–	–		–	–	–
Foz do Chapecó	40	919	–	–	–	–	–
Madeira Energia	–	–	–	–	–	–	–
Santo Antônio Energia	571	19.154	–	–	(812)	–	–
Cia Hidrelétrica Teles Pires	–	3.791	–	–	(8.351)	–	–
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	1.697	–	–	–	–	–	
Empresa de Energia São Manuel S.A.	140	1.306	–	–	(3.440)	–	–
Energia Olímpica S.A.	–	–	–		–	–	–
Brasil Ventos Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	–
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	–	1.182	–	5	–	–	–
Subtotal de Geração	**3.188**	**26.998**	**–**	**15.516**	**(22.852)**	**–**	**–**
Empresas de Transmissão							
Transenergia Renovável	–	–	–	520	(42)	–	–
IE Madeira	–	–	–	2.859	(1.280)	–	(407)
Transenergia São Paulo	–	–	–	14.760	(24)	–	–
Transenergia Goiás	–	46	–	–	(28)	–	–
MGE Transmissão		18	–	5.616	(78)	–	–
Goiás Transmissão	–	–	–	8.146	(134)	–	–
Caldas Novas Transmissão		18	–	465	(2)	–	–
Triangulo Mineiro Transmissora S.A.	11	–	–	–	(90)	–	–
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	3	17	–	–	(60)	–	–
Mata de Santa Genebra	1	437	–	–	(659)	–	–
Lago Azul Transmissora	15	7	–	110	(9)	–	–
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	–	–	–	6.163	(338)	–	–
Belo Monte Transmissora	553	–	–	17.123	(1.453)	–	–
Subtotal de Transmissão	**583**	**543**	**–**	**55.762**	**(4.197)**	**–**	**(407)**
Total SPEs	**3.771**	**27.541**	**–**	**71.278**	**(27.049)**	**–**	**(407)**

Empresas	Contas a receber	Clientes	(–) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
FRG	959	–	–	–	(231)	(9.250)	(999.378)
Administradores	–	–	–	–	–	–	–
Total 31.12.2020	**4.730**	**27.541**	**–**	**71.278**	**(27.280)**	**(9.250)**	**(999.785)**
Total 31.12.2019	**9.666**	**27.390**	**–**	**108.294**	**(19.942)**	**(7.000)**	**(1.733.575)**

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/Receitas
Empresas de Geração								
Enerpeixe	(117.524)	–	–	5.247	56	–	–	–
Baguari	–	–	–	450	–	–	–	–
Serra Facão Energia	–	–	–	–	68	–	–	–
Foz do Chapecó	–	–	–	10.916	182	–	–	–
Madeira Energia S.A.	–	–	–	–	–	–	–	9.796
Santo Antônio Energia	–	85.315	–	146.298	158		–	(1.143)
Teles Pires Participações	–	–	–	–	–	–	–	–
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(104.255)	–	–	43.350	–	–	–	–
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	–	–	–	–	3.445	–	–	–
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	–	–	–	12.293	231		–	–
Empresa de Energia São Manoel S.A.	(37.581)	–	–	11.217	–	–	–	(68.773)
Energia Olimpica S.A.	–	–	–	–	–	–	–	(1.673)
Subtotal de Geração	**(259.360)**	**85.315**	**–**	**229.771**	**4.140**	**–**	**–**	**(61.793)**
Empresas de Transmissão								
Transenergia Renovável	–	–	(479)	–	–	–	–	–
IE Madeira	–	–	(15.409)	–	241	–	–	(105.046)
Transenergia São Paulo	–	–	(272)	–	–	–	–	–
Transenergia Goiás	–	–	(349)	–	1.189	–	–	1.163
MGE Transmissão	–	–	(934)	–	–	–	–	214
Goiás Transmissão	–	–	(1.607)	–	–	–	–	–
Caldas Novas Transmissão	–	–	(25)	–	511	–	–	206
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	–	–	(1.108)	–	–	–	–	–
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	–	–	(4.103)	–	294	–	–	(25)
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	–	–	(733)	–	42	–	–	618
Mata de Santa Genebra	–	–	(4.433)	–	–	–	–	(124.186)
Lago Azul Transmissora	–	–	(115)	–	280	–	–	6.349
Belo Monte Transmissora	–	–	(17.256)	–	–	–	–	(15.531)
Subtotal de Transmissão	**–**	**–**	**(46.823)**	**–**	**2.557**	**–**	**–**	**(236.238)**
Total SPEs	**(259.360)**	**85.315**	**(46.823)**	**229.771**	**6.697**	**–**	**–**	**(298.031)**

continua

continuação

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/Receitas
FRG	–	–	–	–	–	81	(3.730)	(334.219)
Total 31.12.2020	**(259.360)**	**85.315**	**(46.823)**	**229.771**	**6.697**	**81**	**(3.730)**	**(632.250)**
Total 31.12.2019	**(194.039)**	**81.576**	**(42.863)**	**220.452**	**4.558**	**8.480**	**(4.524)**	**402.401**

NOTA 29 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo, segundo estabelecem os CPCs números 05, 26 e 45:

29.1 Energia elétrica

A Lei nº 12.783/2013 estabeleceu as condições de prorrogação das concessões de usinas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. A comercialização da energia se dá por meio do rateio, entre as distribuidoras do SIN, das cotas dessa energia e da aplicação de Receitas Anuais de Geração (RAG), estabelecidas pela ANEEL.

Já a comercialização da energia das usinas de Furnas, não alcançadas pela referida Lei, está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado - ACR, para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição, e outro caracterizado por contratos livremente pactuados - ACL.

A Empresa está comprometida com venda e compra de energia conforme os quadros a seguir:

29.1.1 Compromissos - posições vendidas

Ano	Comprador de Energia	LEN Manso 2008 e 2010 30 anos	LEN Simplício e Batalha 2010 30 anos	Disponibilidade Santa Cruz 2012 15 anos	RAG	Total
2022	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	**25.002.792**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	225,16	243,10	117,02	73,16	**95,54**
	Total (R$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.465.391	**2.388.835**
2023	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	**25.002.792**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	225,16	243,10	117,02	72,86	**95,31**
	Total (R$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.459.459	**2.382.9022**
2024	Volume MWh (*)	790.560	2.037.888	2.158.229	20.084.616	**25.071.293**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	225,16	243,10	116,70	72,86	**94,84**
	Total (R$ Mil)	178.002	495.407	251.874	1.448.254	**2.371.210**
2025	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	**25.002.792**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	225,16	243,10	117,02	72,28	**94,84**
	Total (R$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.447.767	**2.370.210**
2026	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	2.152.332	20.029.740	**25.002.792**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	225,16	243,10	117,02	72,26	**94,82**
	Total (R$ Mil)	177.516	494.053	251.874	1.447.257	**2.370.700**
2027	Volume MWh (*)	788.400	2.032.320	–	20.029.740	**22.850.460**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	225,16	243,10	–	72,26	**92,73**
	Total (R$ Mil)	177.516	494.053	–	1.447.257	**2.118.826**
Após 2027	Volume MWh (*)	8.847.600	24.387.840	–	300.446.100	**333.681.540**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	221,69	243,10	–	72,26	**93,14**
	Total (R$ Mil)	1.961.433	5.928.639	–	23.189.392	**31.079.465**
Total	Volume MWh (*)	13.580.160	36.587.328	10.767.557	420.679.416	**481.614.461**
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	222,90	243,10	116,96	75,84	**93,61**
	Total (R$ Mil)	3.027.016	8.894.313	1.259.370	31.904.777	**45.085.475**
Data do término do contrato						
É parte relacionada? (Sim/Não)						

LEE - Leilão de Energia Existente
LEN - Leilão de Energia Nova
Invor

(*) Informações não auditadas pela auditoria independente.

29.1.2 Compromissos - posições compradas

Ano	Gerador de Energia	Total Compras
2022	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	192,91
	Total (R$ Mil)	884.723
2023	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	183,04
	Total (R$ Mil)	839.464
2024	Volume MWh (*)	6.051.710
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	171,65
	Total (R$ Mil)	1.038.768
2025	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	170,97
	Total (R$ Mil)	1.031.850
2026	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	166,54
	Total (R$ Mil)	1.005.103
2027	Volume MWh (*)	6.035.258
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	166,54
	Total (R$ Mil)	1.005.103
Após 2027	Volume MWh (*)	33.761.848
	Preço MWh (R$/MWh) (*)	128,46
	Total (R$ Mil)	4.337.145
Data do término do contrato	Dez/2038	

(*) Informações não revisadas pela auditoria independente.

29.2 Compromissos socioambientais

Furnas, alinhada às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Grupo Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável - que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agridam o meio ambiente.

Descritivo	31.12.2020 (*)	31.12.2019 (*)
A - Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	48.978	43.153
Subtotal	**48.978**	**43.153**
B - Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	59.412	74.640
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	488	882
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.669	4.046
Subtotal	**62.569**	**79.568**
C - Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	**111.547**	**122.721**

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

(*) Informações não auditadas.

29.2.1 Termos de ajustamento de condutas (TAC)

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

a) TAC - UHE Simplício

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme está descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Do total de 25 itens do TAC, 18 já foram concluídos e 7 continuam sendo acompanhados, conforme Promoção de Arquivamento expedida pelo MPF em 20 de maio de 2016 e Certidão expedida pelo MPF em 29 de novembro de 2018. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1.074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto III

Firmado, em 15 de dezembro de 2000, por Furnas e pelo IBAMA, com o Ministério Público Federal - MPF, incluindo responsabilidades relativas à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo - SVMA/SP, ao Instituto Florestal - IF/SP, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para remediar as pendências relativas aos impactos advindos da implantação da Linha de Transmissão Itaberá - Tijuco Preto III. De acordo com este TAC, Furnas se comprometeu a desenvolver projetos e programas socioambientais e culturais visando, principalmente, a proteção da Fauna, das Comunidades Indígenas e do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

O prazo deste TAC se estende por 20 anos, sendo que para cada ação houve um cronograma específico.

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação pelo Ministério Público Federal para emissão de decisões saneadoras.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há prazos definidos de até 10 (dez) anos, sendo que o mesmo poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais Órgãos envolvidos.

A situação deste TAC está descrita a seguir:

1.1. Dos recursos destinados aos programas e projetos culturais e sociais e à compensação ambiental - não existe prazo para cumprimento.

O TAC, em seu Capítulo I, diz que Furnas compromete-se a destinar, no mínimo, a quantia de R$ 4.186 mil à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.1.1. Georreferenciamento das áreas da unidade de conservação da cratera da colônia - em análise pelo MPF/PR-SP;

1.1.2. Ações em unidades de conservação existentes junto ao Instituto Florestal (IF) - aguardando posicionamento do MPF;

1.2. Das comunidades indígenas - atualmente em tratativa com o MPF;

1.3. Programa de patrimônio histórico e arqueológico - aguardando posicionamento do MPF/PR-SP;

1.3.1. Programa de educação patrimonial - concluído, conforme parecer do IPHAN. Ressalta-se que estamos aguardando manifestação formal do MPF/PR-SP sobre seu encerramento.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o IF de São Paulo.

continua

continuação

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa que não tenham sido efetivamente cumpridos, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo, estabelece-se multa diária de R$ 25.000 a R$ 100.000, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este TAC - LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

29.2.2 Políticas ambientais

FURNAS reconhece que seu negócio pode levar à interferência ambiental e possui como compromisso conduzir suas atividades atendendo a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os acordos dos quais a Empresa é signatária. O cumprimento destes marcos é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. Em consonância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, as Políticas Ambiental e de Gestão de Resíduos norteiam as ações junto às comunidades e demais partes interessadas. A Política Ambiental de Furnas teve a sua última revisão concluída em 26/12/2019. Nos meses de novembro e dezembro de 2020 foi oferecido de forma remota a todos os colaboradores da empresa, treinamento da Política Ambiental, incluindo um processo avaliativo ao final do mesmo.

Para a implementação da Política de Gestão de Resíduos, há a Instrução Normativa - IN.005.2015, revisada em 2017, que estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos associados às diversas atividades desenvolvidas pela Empresa, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, destacando-se o alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a legislação vigente.

Outro instrumento da Política de Gestão de Resíduos é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGR, que visa estabelecer critérios, procedimentos e medidas para controle e redução dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, desde a geração até a destinação final de resíduos e disposição final de rejeitos.

29.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs ocorrerão como seguem:

SPEs/Ano	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Brasil Ventos Energia S.A.	10.410	10.618	10.828	11.042	–	42.898
Teles Pires Participações S.A.	21.639	19.012	18.334	17.562	–	76.547
Total	**32.049**	**29.630**	**29.162**	**28.604**	**–**	**119.445**

NOTA 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

30.1 Instrumentos financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso.

	Controladora					
Descritivo	**31.12.2020**			**31.12.2019 (Reapresentado)**		
Ativos financeiros	**Classificação**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Classificação**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (Nota 5)	Custo amortizado	1.680.565	1.680.565	Custo amortizado	1.400.255	1.400.255
Ativos de contrato (Nota 7)	Custo amortizado	21.927.461	21.927.461	Custo amortizado	20.982.325	20.982.325
Empréstimos concedidos (Nota 8)	Custo amortizado	–	–	Custo amortizado	84	84
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	Valor justo	961.965	961.965	Valor justo	684.930	684.930
Total Ativos financeiros		**24.569.991**	**24.569.991**		**23.067.594**	**23.067.594**
Passivos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	Custo amortizado	7.142.645	7.142.645	Custo amortizado	7.830.700	7.830.700
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)	Custo amortizado	682.362	682.362	Custo amortizado	535.789	535.789
Total Passivos financeiros		**7.825.007**	**7.825.007**		**8.366.489**	**8.366.489**

	Consolidado					
Descritivo	**31.12.2020**			**31.12.2019 (Reapresentado)**		
Ativos financeiros	**Classificação**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Classificação**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (Nota 5)	Custo amortizado	1.687.549	1.687.549	Custo amortizado	1.412.766	1.412.766
Ativos de contrato (Nota 7)	Custo amortizado	22.044.369	22.044.369	Custo amortizado	21.097.461	21.097.461
Empréstimos concedidos (Nota 8)	Custo amortizado	–	–	Custo amortizado	84	84
Mensurados a valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	Valor justo	961.965	961.965	Valor justo	684.930	684.930
Total Ativos financeiros		**24.693.883**	**24.693.883**		**23.195.241**	**23.195.241**
Passivos financeiros						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	Custo amortizado	7.644.618	7.644.618	Custo amortizado	8.169.595	8.169.595
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)	Custo amortizado	694.885	694.885	Custo amortizado	554.906	554.906
Total Passivos financeiros		**8.339.503**	**8.339.503**		**8.724.501**	**8.724.501**

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 se aproxima do valor registrado nas Demonstrações Financeiras. A Empresa não realizou no período operações com derivativos.

30.2 Gestão de capital

Os objetivos de Furnas ao administrar sua estrutura de capital são a salvaguarda da capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, e a busca de redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
Descritivo	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**	**31.12.2020**	**31.12.2019 (Reapresentado)**
Financiamentos, empréstimos e debêntures	7.142.645	7.830.700	7.644.618	8.169.595
Fornecedores	682.362	535.789	694.885	554.906
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa	(173.263)	(9.640)	(277.448)	(72.607)
Outros				
TVM	(961.965)	(684.930)	(961.965)	(684.930)
Dívida líquida (A)	**6.689.779**	**7.671.919**	**7.100.090**	**7.966.964**
Patrimônio líquido	23.826.562	21.617.812	23.828.221	21.618.992
Total do capital (B)	**30.516.341**	**29.289.731**	**30.928.311**	**29.585.956**
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	**21,92%**	**26,19%**	**22,96%**	**26,93%**

30.3 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Empresa usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Controladora			
	31.12.2020			
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	961.965	–	–	961.965
Total	**961.965**	**–**	**–**	**961.965**
	31.12.2019			
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	684.930	–	–	684.930
Total	**684.930**	**–**	**–**	**684.930**

	Consolidado			
	31.12.2020			
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	961.965	–	–	961.965
Total	**961.965**	**–**	**–**	**961.965**
	31.12.2019			
Descritivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Valor Justo:				
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	684.930	–	–	684.930
Total	**684.930**	**–**	**–**	**684.930**

30.4 Análise de Sensibilidade

Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *holding* Eletrobras, como seguem nos quadros abaixo:

30.4.1 Ativo

Contratos Concedidos - Variação Negativa - 2020			Indexador			Saldo R$	
Moeda (Risco)	**Saldo US$**	**Saldo R$**	**Provável 2021**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
IGP-M	85,847	443.829	4,44%	3,33%	2,22%	439.112	434.395
IPCA	55,231	285.546	3,37%	2,53%	1,68%	283.219	280.891
Total	**141.078**	**729.375**				**722.331**	**715.287**

Contratos Concedidos - Varição Positiva - 2020			Indexador			Saldo R$	
Moeda (Risco)	**Saldo US$**	**Saldo R$**	**Provável 2021**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
IGP-M	85,847	443.829	4,44%	5,55%	6,66%	448.547	453.264
IPCA	55,231	285.546	3,37%	4,21%	5,05%	287.873	290.201
Total	**141.078**	**729.375**				**736.420**	**743.464**

30.4.2 Passivo - Moeda Estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Contratos Obtidos - Variação Negativa - 2020			Indexador			Saldo R$	
Moeda (Risco)	**Saldo US$**	**Saldo R$**	**Provável 2021**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar (R$/US$)	75,490	390.284	5,170	3,878	2,585	292.713	195.142
Total	**75,490**	**390.284**				**292.713**	**195.142**

Contratos Obtidos - Variação Positiva - 2020			Indexador			Saldo R$	
Moeda (Risco)	**Saldo US$**	**Saldo R$**	**Provável 2021**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar (R$/US$)	75,490	390.284	5,170	6,463	7,755	487.855	585.427
Total	**75,490**	**390.284**				**487.855**	**585.427**

30.4.3 Passivo - Taxa de Juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Contratos Obtidos - Variação Negativa - 2020			Indexador			Saldo R$	
Moeda (Risco)	**Saldo US$**	**Saldo R$**	**Provável 2021**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
TJLP	122,374	632.674	4,72%	3,54%	2,36%	632.361	632.046
IPCA	373,440	1.930.687	3,37%	2,53%	1,68%	1.916.082	1.901.478
Selic/CDI	467,974	2.419.426	2,90%	2,18%	1,45%	2.415.033	2.410.626
Total	**963,788**	**4.982.786**				**4.963.477**	**4.944.150**

Contratos Obtidos - Variação Positiva - 2020			Indexador			Saldo R$	
Moeda (Risco)	**Saldo US$**	**Saldo R$**	**Provável 2021**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
TJLP	122,374	632.674	4,72%	5,90%	7,08%	632.983	638.129
IPCA	373,440	1.930.687	3,37%	4,21%	5,05%	1.945.291	1.959.895
Selic/CDI	467,974	2.419.426	2,90%	3,63%	4,35%	2.423.803	2.428.167
Total	**963,788**	**4.982.786**				**5.002.077**	**5.026.191**

continua

continuação

30.4.4 Índices para Análise de Sensibilidade

		Data base 31.12.2020			
		Cenário Positivo		Cenário Negativo	
Moeda Nacional	**Cenário para 31.12.2020**	**-25%**	**-50%**	**+25%**	**+50%**
Selic (a.a.)	3,00%	2,25%	1,50%	3,75%	4,50%
CDI (a.a.)	2,90%	2,18%	1,45%	3,63%	4,35%
TJLP (a.a.)	4,72%	3,54%	2,36%	5,90%	7,08%
Moeda Estrangeira	**Cenário para 31.12.2020**				
EURO - R$/€	6,4100	4,8081	3,2054	8,0135	9,6162
YEN - R$/¥	0,0500	0,0376	0,0251	0,0627	0,0753
Dólar - R$/US$	5,1700	3,8775	2,5850	6,4625	7,7550
Libor - USD	0,23%	0,0018	0,0012	0,0029	0,0035
Moeda Nacional	**Cenário para 31.12.2020**				
IPCA (a.a.)	3,37%	2,53%	1,68%	4,21%	5,05%
IGPM (a.a.)	4,44%	3,33%	2,22%	5,55%	6,66%

NOTA 31 - GARANTIAS

31.1 Garantias Corporativas

EMPRESA	TIPO	DESCRIÇÃO
FURNAS	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por FURNAS preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas às negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, à *Holding* ELETROBRAS. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da ELETROBRAS, garantia do Tesouro Nacional e cessão fiduciária de direitos creditórios dos contratos de geração e/ou transmissão de energia.
	Covenant	Alguns contratos preveem o EBITDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de FURNAS, ora no da ELETROBRAS, quando esta se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito. Nas séries das debêntures emitidas por FURNAS consta na escritura a obrigação da Empresa de manter a relação Dívida Líquida/EBITDA < 4 (Nota 12.8).

31.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada (%)	Valor do Financiamento - Quota Parte da Controlada (R$ mil)	Saldo Devedor em 31/12/2020 (R$ mil)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício (R$ mil)			Saldo a Desembolsar (R$ mil)	Término da Garantia
						2021	2022	2023		
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Original	SPE	43,06%	1.331.528	1.808.258	1.885.200	1.924.570	1.759.108	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Suplementar	SPE	43,06%	428.402	590.899	618.610	633.484	580.514	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Original	SPE	43,06%	1.310.001	1.901.796	1.998.503	2.050.928	1.883.965	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Suplementar	SPE	43,06%	428.402	612.600	643.750	660.637	606.856	–	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BASA	SPE	43,06%	216.750	243.443	223.101	203.438	182.078	–	10/12/2030
UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	180.833	144.695	81.500	–	–	–	27/12/2022
UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	301.389	412.991	364.342	248.886	67.971	–	15/04/2024
Teles Pires	BNDES	SPE	24,50%	296.940	300.279	280.176	260.092	240.009	1.184	15/02/2036
Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,50%	294.000	297.004	277.117	257.251	237.384	–	15/02/2036
Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	145.741	145.741	133.178	120.615	–	30/05/2032
Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.536	6.773	5.665	4.766	3.867	–	15/03/2023
Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	1.328	819	269	–	–	15/03/2028
Belo Monte Transmissora de Energia S. A. [a]	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	221.276	209.428	196.590	182.663	–	15/08/2032
Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	535.917	539.569	526.486	512.233	–	15/12/2038
Belo Monte Transmissora de Energia [b]	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	142.100	163.981	162.854	160.983	155.955	–	15/03/2034
Empresa de Energia São Manoel	Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	113.322	109.312	106.547	99.524	91.837	–	15/06/2033
UHE Santo Antônio [b]	Emissão de Debêntures	SPE	43,06%	680.188	1.688.146	1.877.404	2.074.802	2.165.120	–	28/06/2038
Mata de Santa Genebra [b]	BNDES	SPE	49,90%	508.232	564.328	535.608	506.889	478.169	–	15/06/2033

b) Solicitado em agosto 2020 cancelamento dos saldos remanescentes
c) Garantia somente de Furnas

31.2.1 Garantia de Compra de Energia:

Empresa	Tipo	Descrição
Santo Antônio	Garantia	Garantir a comercialização de energia correspondente a até 665,4 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R$ 766.092.852,72, na data base de 31/12/2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 01/05/2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes deste contrato consolidado, mediante a compra dessa energia a ser comercializada pela BENEFICIÁRIA.

NOTA 32 - SEGUROS (Não auditado)

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

	Controladora		
	Vigência		Importância
Riscos	**Início**	**Término**	**Segurada**
a) Garantias:			**384.701**
Garantia Financeira (CRD 109/2011 CEMIG)	01/01/2020	31/12/2020	508
Garantia Financeira CUST/CUSD - (04-CUSD/10 AMPLA)	05/05/2020	05/05/2021	160
Garantia Fiel Cumprimento - Consórcio Ouro Preto II - 006/2008	05/11/2020	05/11/2021	8.200
13ª Vara Federal da Seção Jud. DF Processo nº 0052533-67.2011.4.01-3400 - A1 022/2011.	03/10/2019	03/10/2021	1.168
1ª Vara da Fazenda da Comarca de Gurupi - TO - Proc. Nº 5000038-09.2005.827.2722	20/02/2020	20/02/2022	1.792
22ª Vara Federal DF - Processo nº 0064327-12.2016.4.01.3400	21/11/2020	21/11/2022	341
Posto Avançado de Porangatu - GO - 0000293-79.2014.5.18.0251	27/09/2019	27/09/2021	2.254
36ª Vara Cível da Comarca Capital - RJ - 0218760-78.2018.8.19.0001	12/11/2019	12/11/2021	330
15ª Vara Federal da SJDF - DF - 0065164-67.2016.4.01.3400	21/11/2019	21/11/2021	636
1ª Vara Federal da SJDF - DF - 0073851-33.2016.4.01.3400	15/12/2019	15/12/2021	650
8ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal - DF - 1004404-04.2017.4.01.3400	14/06/2020	14/06/2022	16.915
16ª Vara Cível da SJDF - DF - 1011424-46.2017.4.01.3400	05/09/2020	05/09/2022	1.296
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mogi das Cruzes - SP - 0004787-92.2011.8.26.0361	19/11/2019	19/11/2021	1.216
4ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro - RJ - 0154049-06.2014.8.19.0001	17/12/2019	17/12/2021	109.475
União Federal Representada pela PGFN - PA 12897.000225/2010-88	24/01/2020	24/01/2022	45.957
União Federal Representada pela PGFN - PA 16682.902520/2016-32	24/01/2020	24/01/2022	18.608
Processo - 0100529-93.2018.5.01.0082	07/02/2020	07/02/2023	1.321
34ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - RJ - 0236029-67.2017.8.19.0001	14/02/2020	14/02/2022	131
Estado do Tocantins - representado pela PGE-TO - 5000038-9.2005.8.27.2722	20/02/2020	20/02/2022	1.793
União Federal representada pela PGFN - PA 12897.000225/2010-88	21/02/2020	21/02/2022	2.938
Processo - 0001048-85.2014.5.03.0101	18/02/2020	18/02/2023	540
Processo - 0010769-90.2016.5.03.0101	05/03/2020	05/03/2023	565
Processo - 0010363-46.2014.5.15.0088	11/03/2020	11/03/2023	1.191
Município de Além Paraíba - Rep. Pela PMG/MG - 5000029-19.2019.8.13.0015	05/02/2020	05/02/2022	21.659

	Controladora		
	Vigência		Importância
Riscos	**Início**	**Término**	**Segurada**
5ª Vara Federal do DF - 0010364-55.2017.4.01.3400	29/03/2020	29/03/2022	214
14ª Vara Federal do DF - 0012483-86.2017.4.01.3400	29/03/2020	29/03/2022	385
Vara do Trabalho de Ivaiporã - 0000852-71.2013.5.09.0073	01/04/2020	01/04/2022	1.389
79ª Vara do Trabalho do RJ - 0010472-77.2014.5.01.0079	29/04/2020	29/04/2023	816
2ª Vara do Trabalho de Passos MG (Endosso) - 0010769-90.2016.5.03.0101	25/03/2020	05/03/2023	170
3ª Vara Federal do DF - 0022319-54.2015.4.01.3400	30/04/2020	30/04/2022	3.212
13ª Vara Federal do DF - 1007403-90.2018.4.01.3400	12/04/2020	12/04/2022	984
2ª Vara Federal do DF - 1009093-23.2019.4.01.3400	12/04/2020	12/04/2022	8.036
4ª Vara Federal do DF - 1007411-67.2018.4.01.3400	12/04/2020	12/04/2022	1.684
13ª Vara Federal do DF - 0015714-24.2017.4.01.3400	10/04/2020	10/04/2022	4.239
14ª Vara Federal do DF - 0019108-39.2017.4.01.3400	28/04/2020	28/04/2022	249
13ª Vara Federal do DF - 0019109-24.2017.4.01.3400	28/04/2020	28/04/2022	747
Sindicato dos Trabalhadores Ind. Urb. STIU-DF - 0001353-02.2013.5.10.0007	04/05/2020	04/05/2023	487
2ª Vara do Trab. Aparecida de Goiânia - GO - 0232500-48.2009.5.18.0082	11/05/2020	11/05/2023	3.442
2ª Vara do Trabalho Aparecida de Goiânia - GO - 0000789-72.2010.5.18.0082	11/05/2020	11/05/2023	8.342
Vara do Trabalho de Ivaiporã - PR - 0000894-23.2013.5.09.0073	21/05/2020	21/05/2023	733
Vara do Trabalho de Itapeva - SP - 0010809-02.2019.5.15.0047	22/05/2020	22/05/2023	2.229
2ª Vara Federal do DF - 0012475-12.2017.4.01.3400	22/05/2020	22/05/2022	760
2ª Vara do Trabalho Aparecida de Goiânia - GO - 0002261-06.2013.5.18.0082	01/06/2020	01/06/2023	2.640
Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mogi das Cruzes - SP - 0002974-14.2011.8.26.0361	08/06/2020	08/06/2022	404
7ª Vara Federal do DF - 0053779-25.2016.4.01.3400	22/06/2020	22/06/2022	1.506
3ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu - SC - 0001419-86.2016.5.09.0303	23/06/2020	23/06/2023	3.057
2ª Vara Federal do DF - 0008772-10.2016.4.01.3400	23/06/2020	23/06/2022	13.787
3ª Vara do Trabalho de Brasília - DF - 0001152-80.2017.5.10.0003	26/06/2020	26/06/2023	1.405
65ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0010370-97.2014.5.01.0065	20/07/2020	20/07/2023	1.477
3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes - SP - 1002072-16.2017.5.02.0373	20/07/2020	20/07/2023	3.842
Vara do Trabalho de Ivaiporã - PR - 0000671-94.2018.5.09.0073	20/07/2020	20/07/2023	800
3ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes - SP - 0098800-20.2009.5.02.0373	24/07/2020	24/07/2023	1.822
16ª vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0010768-94.2014.5.01.0016	27/07/2020	27/07/2023	2.715
17ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0011829-84.2014.5.01.0017	27/07/2020	27/07/2023	3.721
58ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0011357-91.2013.5.01.0058	27/07/2020	27/07/2023	2.986
1ª vara do Trabalho de Três Rios - RJ - 0001341-55.2011.5.01.0541	27/07/2020	27/07/2025	3.345
59ª vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0011025-24.2013.5.01.0059	30/07/2020	30/07/2023	885
58ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0010229-02.2014.5.01.0058	04/08/2020	04/08/2023	3.887

continua

continuação

Riscos	Controladora Vigência Início	Vigência Término	Importância Segurada
14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0000804-25.2010.5.01.0014	10/09/2020	10/09/2023	1.499
2ª vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia - GO - 0151400-71.2009.5.18.0082	18/09/2020	18/09/2023	1.346
15ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0010099-78.2013.5.01.0015	11/11/2020	11/11/2023	1.621
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - P.A. 16682-721736/2017-80	16/11/2020	16/11/2022	36.736
Nova Engevix S.A. - 48ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - RJ - 0213582-80.2020.8.19.0001	19/11/2020	19/11/2022	200
3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro - RJ - 0078900-15.1995.5.01.0003	19/11/2020	19/11/2023	12.997
1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia - GO - 0010048-21.2015.5.18.0081	19/11/2020	19/11/2023	3.459
1ª Vara do Trabalho de Mogi das Cruzes - SP - 0098900-78.2009.5.02.0371	04/12/2020	04/12/2023	802
b) Responsabilidade Civil			**66.000**
D&O Seg. Resp. Civil de Conselheiros	08/11/2019	08/05/2021	66.000
c) Veículos (especificar)			**185**
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos (RCFV) - Frota (p/ veículo) - DM 50.000,00 - DP 50.000,00	08/11/2020	08/11/2021	–
Seguro Automóvel - Fiat Pálio elétrico - Valor Determinado	16/03/2020	16/03/2021	185
Seguro Automóvel - Toyota Hilux LSI - Tabela FIPE 100%	01/06/2020	01/06/2021	–
Seguro Automóvel - Mercedes Benz Artego - Tabela FIPE 100%	28/06/2020	28/06/2021	–
Seguro Automóvel - Corolla Sedan XEI 2.0 16V - Tabela Fipe 100%	17/04/2020	17/04/2021	–
Caminhões TEREX - Riscos Diversos e RCFV	25/05/2019	29/05/2021	–
d) Riscos Operacionais - *All Risks*			**6.271.796**
Seguro de Riscos Operacionais para todos os Riscos (*All Risks*) dos equipamentos das Usinas e Subestações de Furnas	30/10/2019	30/04/2021	6.271.796
e) Riscos Diversos - Equipamentos Estacionários			**3.056**
Seguro de Riscos Diversos - Equipamentos Estacionários na modalidade *All Risks* com cobertura adicional para Roubo/Furto/	20/08/2019	20/08/2021	3.056
f) Vida e Acidentes Pessoais			**2.086.634**
Seguro de Vida e Acidentes Pessoais com cobertura para Diretores, Empregados Ativos, Estagiários e Jovens Aprendizes de Furnas	04/02/2020	04/02/2021	2.086.634
g) Transportes			**876.428**
Transporte Nacional (Interestadual, Urbano e Operação Isolada) internacional/importação	17/04/2019	17/04/2021	876.428
TOTAL			**9.688.800**

Operacionais: Seguro na modalidade Riscos Operacionais para todos os Riscos (*All Risks*), dos equipamentos, previamente selecionados, das Usinas e Subestações de Furnas pelo valor Real em Risco, no montante de R$ 6.271.795.974,70 (seis bilhões, duzentos e setenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), para garantir, até o Limite Máximo de Indenização (LMI), no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Seguros Garantia: Modalidade de Seguro com o objetivo de garantir cobertura nos seguintes casos: (i) Concorrência (*Bid Bond*) - utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (ii) Executante (*Performance Bond*) - utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (iii) Judicial - utilizado para garantir o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Responsabilidade Civil Geral: Cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos: Seguro que visa reembolsar ao segurado a indenização à qual esteja obrigado, judicial ou extrajudicialmente, a pagar em consequência de danos corporais e/ou materiais involuntários causados a terceiros.

Transportes Nacionais e Internacionais: Cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

Vida e Acidentes Pessoais: Seguro com cobertura para Diretores e Empregados Ativos, e de Acidentes Pessoais com cobertura para Diretores, Empregados Ativos, Estagiários e Jovens Aprendizes para garantir o pagamento do capital segurado ao próprio segurado ou ao seu beneficiário, em função da ocorrência de evento coberto pelas apólices.

Riscos Diversos: Visa atender necessidades específicas de cobertura não encontradas nos ramos tradicionais de seguros. Oferece coberturas para os riscos de perdas e danos materiais decorrentes de causa externa, exceto aqueles expressamente excluídos/ Equipamentos Estacionários (Estação Meteorológica).

D&O: Seguro com cobertura mundial com o objetivo de proteger o Segurado, todos os integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, bem como os ocupantes de função de confiança e demais empregados ou ex-empregados investidos de competência por delegação dos administradores.

NOTA 33 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2021, Furnas concluiu a compra da totalidade das ações pertencentes à J. Malucelli Energia S.A. na SPE Transenergia Goiás S.A., pelo valor de R$ 1.000, correspondente a 1% do capital social da sociedade, passando a deter 100% do capital social.

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO
Diretor-Presidente

DJAIR ROBERTO FERNANDES
Diretor de Operação e Manutenção

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO
Diretor de Administração

CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO
Diretor de Finança

JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO
Diretor de Regulação e Comercialização

CLAUDIO GUILHERME BRANCO DA MOTTA
Diretor de Engenharia

JAIRO MACHADO DE OLIVEIRA
Superintendência de Contabilidade - CRC - RJ 074.838/O-7 - Contador

ANSELMO GARCIA SOBROSA
Gerência de Contabilidade Geral - CRC - RJ 078.544/O-6 - Contador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das empresas coligadas

Conforme mencionado na Nota 9.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as coligadas Chapecoense Geração S.A., Empresa de Energia São Manoel S.A., Enerpeixe S.A., Madeira Energia S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável dos investimentos patrimoniais em subsidiárias (Nota 9) e do ativo imobilizado (Nota 10)	
Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. Adicionalmente a Empresa possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa para o ativo imobilizado e os investimentos. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Empresa. Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

continua

continuação

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 13)	
A Empresa possui base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro. Face aos julgamentos significativos em relação à estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções, o que inclui premissas financeiras e operacionais tais como: quantidade de energia comercializada, receitas, custos, encargos financeiros, entre outros. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis, bem como as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.
Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 7)	
O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, da alteração na taxa de remuneração dos contratos e da reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 04/2020.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato. Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	
A Empresa é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Empresa, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões. Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações. Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências. Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Furnas Centrais Elétricas S.A., em cumprimento ao disposto no art. 8º, incisos V e X do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76, procedeu ao exame do Relatório de Administração, bem como das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e, tomando por base a manifestação dos Auditores Independentes, formalizada pelo parecer da empresa PricewaterhouseCoopers, datado de 25 de março de 2021, é de opinião que os referidos documentos apresentam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, encontrando-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Rodrigo Vilella Ruiz
Presidente do Conselho Fiscal

Adriano Pereira de Paula
Membro do Conselho Fiscal

Roberto Klein Júnior
Membro do Conselho Fiscal

ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

Senhores Acionistas,
Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a Diretoria Executiva da Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR submete à apreciação dos acionistas e da sociedade o Relatório da Administração e Responsabilidade Social – RARS, relativo ao exercício de 2020, no qual estão sumarizadas as principais atividades da Companhia, assim como as Demonstrações Financeiras exigíveis, acompanhadas de pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

1- PANDEMIA COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou uma pandemia mundial do novo coronavírus, a ELETRONUCLEAR vem adotando todas as medidas de prevenção recomendadas pelas autoridades sanitárias. Com isso, a Companhia tem conseguindo proteger a saúde de seus colaboradores e, ao mesmo tempo, cumprir sua missão: manter a operação de Angra 1 e 2 de forma a garantir a segurança de abastecimento do sistema elétrico.

Ademais, a Companhia avançou, significativamente, na preparação da retomada da construção de Angra 3, manteve o cronograma das obras da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustíveis Irradiados - UAS e continuou a trabalhar no Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1.

Para fazer tudo isso, foi preciso vencer vários desafios. A organização se viu obrigada a transferir boa parte de seus colaboradores para o teletrabalho e a adaptar seus processos e seu modo de trabalhar.

A sede da Companhia, no Rio de Janeiro, ficou fechada por meses, com todos os colaboradores em *home office*. O escritório já foi reaberto, mas com um efetivo bastante reduzido e as medidas de prevenção em vigor.

Os empregados essenciais de Angra dos Reis, que permaneceram no regime de trabalho presencial, passaram a usar máscaras, praticar o distanciamento social e higienizar suas mãos com frequência. Além disso, a limpeza dos ambientes foi redobrada na central nuclear e nas demais instalações da Companhia na Costa Verde.

Enquanto durar a crise provocada pela pandemia, a ELETRONUCLEAR continuará se dedicando a gerar a energia de que o país tanto precisa e a exercer solidariedade às comunidades situadas em seu entorno. Ambas as formas de atuar refletem o compromisso da Companhia com a sociedade.

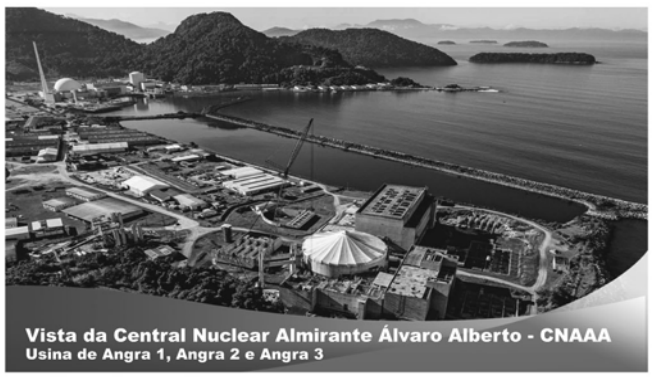
2- O PERFIL DA COMPANHIA

A ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima de economia mista, controlada pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, resultado da incorporação em maio de 1997, da antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A, pela NUCLEN - Engenharia e Serviços S.A, companhia criada em dezembro de 1975. Em dezembro de 1997, por decreto presidencial, foi aprovado novo estatuto social da Companhia com alteração da razão social, mantendo a missão de explorar, em nome da União, as atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica.

A sede da Companhia fica na cidade do Rio de Janeiro, as instalações industriais que incluem as Usinas Angra 1 e Angra 2; depósitos de resíduos; escritórios, centros de informação e vila residencial, em Angra dos Reis e escritórios, vilas residenciais, o Laboratório de Monitoração Ambiental e o Centro de Treinamento, em Paraty, contando ainda com escritório de representação em Brasília.

Na Praia de Itaorna, município de Angra dos Reis (RJ), está localizada a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, composta de duas Usinas em operação – Angra 1, de 640 MW, de fornecimento *Westinghouse,* e Angra 2, de 1.350 MW, de fabricação Siemens/KWU, ambas utilizando a tecnologia dos reatores a água pressurizada. No mesmo sítio está localizada a Usina Angra 3, em fase de construção, semelhante a Angra 2, porém, com potência nominal elevada para 1.405 MW.

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, cuja potência nominal é de 1990 MW, além das atividades de projeto e construção da Usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR conta com um efetivo total de 1.660 empregados.



Vista da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA
Usina de Angra 1, Angra 2 e Angra 3

3- INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos da ELETRONUCLEAR somaram R$ 1.263.264 mil, o que corresponde a 86,7% do orçamento de 2020 aprovado no valor de R$ 1.457.449 mil. Deste total, R$ 1.048.580 mil correspondem a gastos corporativos com o Projeto de Implementação da Usina Nuclear Angra 3 e R$ 214.684 mil em investimentos realizados na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2,

As realizações de 2020 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais e a Portaria nº 332 de 02 de outubro de 2020 (Diário Oficial da União - DOU de 05 de outubro de 2020, bem como na Lei nº 13.978 de 17 de janeiro de 20200 (DOU de 20 de janeiro de 2020) e alterações promovidas pela Lei nº 14.093 de 17 de novembro de 2020 (DOU de 18 de novembro de 2020).

Os quadros abaixo detalham as previsões e execuções das principais Ações Orçamentárias da ELETRONUCLEAR para o exercício de 2020, bem como, percentuais de execução para cada Ação:

Ação: 4477			Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2								
Finalidade da Ação:			Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como do atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos delas provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.								
Orçamento:			Lei nº 13.978 de 17/01/2020; Portaria nº 332 de 02/10/2020 (DOU de 05/10/2020); Lei nº 14.093 de 17/11/2020.								
Realização:			2020								
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4.055	8.732	7.516	15.780	8.612	9.107	20.275	21.992	24.188	20.795	20.558	53.074
META			PREVISÃO R$ mil			EXECUÇÃO R$ MIL			EXECUÇÃO/PREVISÃO		
Financeira			405.269			214.684			52,97%		

Ação: 5E88			Implantação da Usina de Termonuclear de Angra 3								
Finalidade da Ação:			Ampliar a oferta de energia elétrica, em carca de 11000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macrorregião de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, socioambiental e cultural.								
Orçamento:			Lei nº 13.978 de 17/01/2020; Portaria nº 332 de 02/10/2020 (DOU de 05/10/2020); Lei nº 14.093 de 17/11/2020.								
Realização:			2020								
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
19.688	1.027	10.517	4.815	19.142	3.348	96.403	21.453	31.053	30.575	171.542	639.017
META			PREVISÃO R$ mil			EXECUÇÃO R$ MIL			EXECUÇÃO/PREVISÃO		
Financeira			1.052.180			1.048.580			99,66%		

Tabela de Execução Orçamentária / Financeira das Ações Realizadas pela ELETRONUCLEAR para Angra 1, 2 e 3 no exercício de 2020:

AÇÃO	PREVISÃO R$ mil	EXECUÇÃO R$ mil	EXECUÇÃO / PREVISÃO R$ mil
4477	405.269	214.684	52,97%
5E88	1.052.180	1.048.580	99,66%
TOTAL	**1.457.449**	**1.263.264**	**86,68%**

4- SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade é um tema muito importante para a sustentação e perenidade do negócio e tem cada vez mais destaque na ELETRONUCLEAR e nas demais empresas do grupo Eletrobras. Isso fica evidente no Plano de Negócio e Gestão - PNG da ELETRONUCLEAR.

Apesar da importância dada ao tema nos últimos PNGs, a ELETRONUCLEAR já adota medidas em busca do desenvolvimento Sustentável há bastante tempo, dentre elas é possível destacar o Relatório de Sustentabilidade publicado no site da Organização das Nações Unidas - ONU desde 2008. Este relatório segue o padrão G4 *GRI – Global Reporting Initiative* e não possui uma verificação externa completa. Somente as informações econômico-financeiras e de Gases de Efeito Estufa - GEE são auditadas externamente.

Além disso, a ELETRONUCLEAR conta com diversos compromissos firmados ao longo dos últimos anos. Desde 2006, a Companhia é signatária do Pacto Global e seus desdobramentos como as Metas do Milênio e mais recentemente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Esses compromissos são capitaneados pela ONU e abrangem temas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e medidas anticorrupção. Dos compromissos citados, o destaque do momento são os ODS, por ser uma agenda mundial adotada em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

No que tange aos ODS, a ELETRONUCLEAR em conjunto com a Eletrobras e as empresas do grupo fizeram um trabalho de avaliação dos objetivos e metas de forma a repriorizar os ODS de acordo com o alinhamento estratégico da Companhia. Como resultado deste trabalho os cinco (05) ODS priorizados desde 2018 foram mantidos. Além disso mais quatro (04) passaram a ser priorizados e serão acompanhados pela Companhia a partir de 2021. Os nove (09) ODS priorizados pela Companhia são:

- ODS 07 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- ODS 08 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- ODS 09 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
- ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Dentre as inciativas realizadas ao longo dos últimos anos se destacam:

1) **Otimização do Uso de Frotas Veiculares (ODS 9 e 13):**
Otimização do uso de veículos leves e as rotas de ônibus próprio para o transporte de colaboradores reduzindo desta forma o consumo de combustíveis fósseis. Estima-se a redução de 68 toneladas de CO_2/ano.

2) **Plano de Redução de Acidentes (ODS 8):**
Divide-se em 3 áreas: conscientização, revisão de treinamentos e procedimentos internos e inspeções de campo.

3) **Programa de Qualidade de Vida Bem Viver (ODS 8):**
Programa que visa implementar projetos que promovam o bem-estar físico, mental e psicológico de seus colaboradores, e incentivar o desenvolvimento pessoal e profissional, visando integrar e ampliar o desenvolvimento pessoal e social, promovendo atividades nas áreas de saúde, educação e informação cultural.

4) **Programa Tartaruga Viva (ODS 14):**
Único projeto de monitoramento de tartarugas marinhas no sul fluminense, tendo papel fundamental na coleta de dados sobre o comportamento e a fisiologia desses animais.

5) **Procedimentos de Proteção Radiológica (ODS 7, 9):**
A indústria nuclear é uma das poucas atividades com interferência humana que têm capacidade para controlar totalmente os rejeitos que produz. Devido às características do material radioativo, a ELETRONUCLEAR armazena e controla em tempo integral todos os rejeitos nucleares das Usinas de Angra 1 e 2 através de procedimentos específicos para a monitoração, inspeção, transporte e contabilização dos embalados produzidos pelas Usinas 1 e 2, que visam garantir a integridade das pessoas e do meio ambiente.

6) **Programa 5 Dimensões (ODS 16):**
Programa capitaneado pela *Holding* e implementado pela ELETRONUCLEAR com um conjunto de ações contínuas que visam identificar, prevenir e corrigir eventos de fraude e corrupção, garantindo o cumprimento da legislação pertinente. O Programa é baseado em 5 dimensões:
   - Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
   - Análise periódica dos riscos;
   - Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
   - Comunicação e treinamento;
   - Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

A gestão ambiental da ELETRONUCLEAR está ligada à política ambiental das empresas Eletrobras, que por sua vez, é um desdobramento do plano estratégico do sistema Eletrobras. Os objetivos e metas corporativas seguem os indicadores definidos no Contrato de Medição de Desempenho Empresarial - CMDE. O relacionamento da ELETRONUCLEAR com os *stakeholders* ou públicos, que direta ou indiretamente mantêm interesses comuns relativos ao seu negócio é pautado pelos preceitos do código de ética das empresas do sistema Eletrobras e, para cada um deles, estabelecem-se parcerias e diferentes formas de interface.

5- REVISÃO DAS TARIFAS DE ANGRA 1 E 2

No ano de 2020, ocorreu o processo de reajuste tarifário da ELETRONUCLEAR, pois a próxima revisão das tarifas só ocorrerá em 2023.

O reajuste tarifário anual tem como finalidade manter o equilíbrio econômico e financeiro da receita de Angra 1 e 2, definido no processo de revisão, por meio de aplicação de regras de reajuste.

A Parcela B obtida foi de R$ 2,126 bilhões, resultado da aplicação da variação do IPCA de 4,31% sobre a Parcela B de R$ 2,038 bilhões definida na revisão anterior;

De acordo com a última revisão dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o custo do combustível nuclear deve ser estimado pela ELETRONUCLEAR, líquido de PIS/COFINS. Esta informação foi solicitada às Indústrias Nucleares do Brasil - INB e enviada à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

O valor informado pela INB foi integralmente aprovado, cujo montante foi de R$ 827,7 milhões

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 para 2021, foi estabelecida na Resolução Homologatória Aneel 2821/2020, no valor de aproximadamente R$ 3,424 bilhões.

6- GESTÃO DE RISCOS

Em 2020, o impacto das ações em relação ao COVID-19 na Companhia não interferiram de forma significa na condução das atividades da gestão de riscos. Foram necessárias adaptações ao sistema de trabalho remoto que geraram aprendizagem e oportunidades. Foram realizadas reuniões online para as avaliações e reavaliações dos riscos corporativos. Contudo, um fator atuou de forma negativa:

A decisão da Eletrobras *Holding* em criar uma instância única para o Sistema de Gerenciamento de Riscos - SAP GRC RM, com entrega prevista para maio de 2019, que não aconteceu e foi postergado para 2021, ainda sem data para o *go live* do projeto, o que levou o Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos - DGC.P a repensar sua estratégia de implementação, treinamento e customização da mesma ferramenta em produção na ELETRONUCLEAR. Não fazia sentido formar cultura em SAP GRC RM na Companhia, considerando que a instância única tenderia a mudar os paradigmas. O DGC.P decidiu interromper qualquer trabalho com o SAP GRC RM na Companhia no modo produção e aguardar a instância única. Para dar continuidade as avaliações necessárias ao monitoramento dos riscos, os dados do sistema em produção foram migrados para o ambiente qualidade com acesso restrito, para fornecer em tempo hábil as informações estratégicas que a Companhia necessita, manter o propósito de atuar como segunda linha de defesa e garantir que as áreas de negócio operem conforme intencionado.

Em contrapartida, houve uma evolução nas avaliações dos riscos priorizados, que passaram a contemplar aspectos quantitativos de perdas financeiras e custos das medidas mitigatórias, subsidiando à alta administração da ELETRONUCLEAR com um comparativo entre o volume da perda estimada e o investimento necessário para evitar esta perda.

Atendendo à necessidade de revisar os trabalhos feitos durante o projeto de implantação da gestão de iscos, foi possível atualizar os seguintes riscos em 2020:

- Operação e Manutenção na Geração
- Regulação Setorial, ênfase na Revisão Tarifária na Geração
- Fluxo de Caixa
- Formação e Gestão do Contencioso
- Gestão da Cadeia de Suprimentos
- Demonstrações Contábeis e Financeiras
- Gestão Socioambiental de Empreendimentos
- Segurança de TIC
- Projetos de Engenharia, ênfase na Extensão de Vida Útil de Angra 1
- Armazenamento de Elementos Combustíveis Irradiados
- Segurança da Informação
- Novos Negócios com ênfase na Conclusão de Angra 3
- Fraude e Corrupção

O nível de detalhamento exigido e a abordagem manual, não sistêmica, prejudicaram a velocidade das reavaliações e do gerenciamento de novos riscos que foram priorizados:

- Segurança Patrimonial;
- Combustível Nuclear;
- Gestão da Cadeia de Suprimentos com ênfase em Suprimentos Críticos
- Gestão da Cadeia de Suprimentos com ênfase na Interrupção de Serviços Essenciais
- Segurança Nuclear
- Obras em ativos da geração com ênfase na Conclusão de Angra 3

O DGC.P fornece suporte para auditoria baseada em risco realizada pela Auditoria Interna.

Para acompanhar o impacto causado pelo COVID-19 no andamento do projeto, o risco Armazenamento de Elementos Combustíveis Irradiados foi monitorado por indicadores de riscos - KRIs e o resultado apresentado para alta administração da Companhia.

Para o monitoramento contínuo dos riscos estão sendo emitidos Planos de Aprimoramento para os riscos que possuem controles com status parcialmente implementado e não implementado.

O DGC.P tem um portfólio de riscos para avaliar/reavaliar e monitorar, e a tendência é aumentar o escopo com as demandas da Eletrobras *Holding* que no ano de 2020 exigiu reporte de 07 riscos corporativos.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

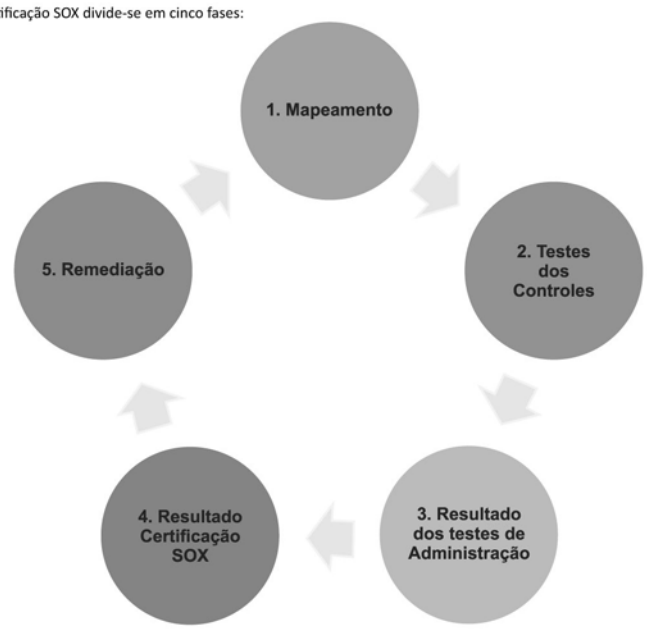
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

7- CERTIFICAÇÃO SOX

A Eletrobras estruturou um processo de Certificação SOX, em conformidade com a Lei *Sarbanes-Oxley*, a qual visa atender às exigências do mercado, investidores e acionistas, priorizando a adequação às melhores práticas de governança corporativa, maior transparência das demonstrações contábeis e financeiras e implementação de estruturas formais para identificação e avaliação de controles internos.

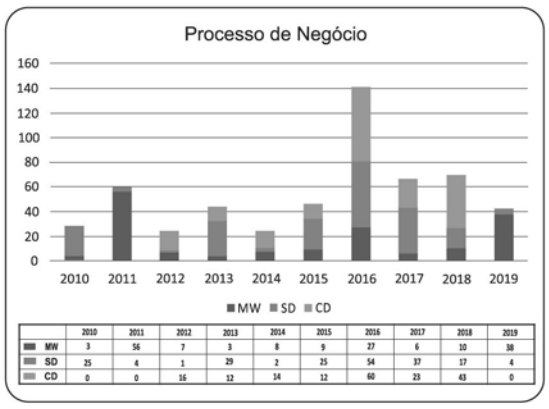
Na qualidade de Companhia controlada, a ELETRONUCLEAR está sujeita a essas normas e possui, em sua estrutura, o Departamento de Gestão de Riscos e Controles Internos – DGC.P que atua como facilitador entre as áreas de negócios e a empresa Certificadora e tem, dentre outras, a atribuição de monitorar o desenvolvimento do ambiente de controles sobre as demonstrações financeiras. Com este objetivo auxilia as atividades de atualização da documentação SOX (mapeamento) e elaboração e acompanhamento da implementação dos Planos de Ação para mitigar as deficiências apontadas nos testes da administração e da Certificadora (remediação).

O ciclo anual de certificação SOX divide-se em cinco fases:



Ao final dos trabalhos, é emitida uma relação com os resultados dos testes, na qual constam as não conformidades identificadas, classificadas em três níveis de severidade: Deficiência de Controle -CD, Deficiência Significativa - SD e Fraqueza Material - MW, sendo esta última a mais severa.

Destacamos abaixo a evolução da Certificação SOX, nos processos de negócios ao longo dos anos, onde verificamos uma redução significativa das deficiências apontadas.



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
MW	3	56	7	3	8	9	27	6	10	38
SD	25	4	1	29	2	25	54	37	17	4
CD	0	0	16	12	14	12	60	23	43	0

A ELETRONUCLEAR, através do DGC.P, promove treinamento anual a fim de capacitar os gestores e colaboradores que participam da certificação SOX. Essa ação visa priorizar a manutenção das melhores práticas exigidas para a excelência do processo.

O reporte do andamento da Certificação SOX é feito à Eletrobras, à Diretoria Executiva, aos Conselhos Fiscal e de Administração da ELETRONUCLEAR e ao Conselho de Auditoria Estatutário - CAE.

8- GERAÇÃO

Em 2020, a central nuclear de Angra teve uma geração total de 14.052.488 megawatts-horas - MWh. Assim, as usinas nucleares brasileiras atingiram a produção acumulada de 320,7 milhões de MWh.

Angra 1 operou durante 304 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada programada (1P25) em 34,4 dias, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 4.603.623 MWh de Energia Bruta, a sua 7ª melhor marca, alcançando um fator de disponibilidade de 82,39% e um fator de capacidade de 81,26%.

Angra 2 operou durante 309,3 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada programada (2P16) em 56,7 dias, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 9.448.896 MWh de Energia Bruta, alcançando um fator de disponibilidade de 80,18% e um fator de capacidade de 79,44%. No dia 19 de junho, Angra 2 atingiu um marco histórico. A Unidade – que entrou em operação comercial em 2001 – alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh. Outro fato importante é que a Usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua no ciclo 16. O fator de capacidade foi de 99,43%, o maior das Usinas do Sistema Eletrobras, e a taxa de perda forçada foi de apenas 0,02% no referido ciclo.

9- INDICADORES

Indicadores de Desempenho de Operação

Para os indicadores de desempenho de operação, a premissa básica é que as metas estabelecidas para os diversos indicadores de desempenho das usinas sejam atingidas no final de cada exercício, em dezembro do ano.

Ao estabelecer cada meta, são levados em consideração diversos fatores tais como, entre outros:

- O planejamento da operação conforme a programação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ;
- A (s) parada (s) programada(s) das usinas;
- Os resultados de usinas similares em outros países (*benchmarking* WANO);
- Os desafios propostos para nossa melhoria contínua;
- A disponibilidade de recursos prevista para o exercício;
- Os programas de investimentos.

Como não poderia deixar de ser a pandemia (COVID-19) afetou as atividades da Central Nuclear Álvaro Alberto - CNAAA de diferentes maneiras, sendo as principais a redução de pessoal nas atividades presenciais, adaptação ao trabalho em *home office*, postergação de atividades planejadas para a parada de Angra 2, redução de treinamentos entre outros. Entretanto, a Companhia, assim como, a Diretoria de Operações - DO souberam adaptar-se a essas novas condições sem prejuízos maiores.

No ano de 2020, as metas propostas para os Indicadores de Desempenho relacionados à Segurança Operacional das Usinas Angra 1 e 2 foram alcançadas ou superadas. As Unidades operaram sempre na condição SEGURA.

As Unidades operaram sempre na condição SEGURA (verde), conforme identificado pela monitoração de risco das Usinas Angra 1 e 2 em potência ao longo do ano, através de técnicas de análise probabilística de segurança.

Acompanhando o excelente desempenho em relação à segurança das Usinas, cabe destacar que em 2020, Angra 1 e Angra 2 geraram um total de 14.052.519,6 MWh.

INDICADORES OPERACIONAIS DAS USINAS	ANGRA 1			ANGRA 2		
	2019	META	2020	2019	META	2020
1- FATOR DE DISPONIBILIDADE (%)	99,56	>= 85,52	**82,39**	89,6	>= 89,24	**80,18**
2- GERAÇÃO DE ENERGIA (MWh)	5.546.164	-	**4.603.623**	10.582.662	-	**9.448.896**
3- FATOR DE PERDA DE DISPONIBILIDADE NÃO PLANEJADA (%)	0,35	<= 1,37	**7,91**	1,92	<= 0,82	**9,5**
4- DESARMES TOTAIS NÃO PLANEJADOS DO REATOR	2,42	-	**2,82**	0,885	-	**0**
5- TAXA DE PERDA FORÇADA (%)	0,35	<= 1,56	**8,76**	1,75	<= 0,91	**0,02**
6- FATOR DE PERDA DE DISPONIBILIDADE PLANEJADA (IAEA)	0,09	<= 13,11	**9,75**	8,5	<= 9,94	**10,51**
7- EXPOSIÇÃO COLETIVA À RADIAÇÃO	0,022	<= 0,548	**0,427**	0,278	<= 0,200	**0,155**
8- QUÍMICO	1,09	1	**1,07**	1	1	**1**
9- TOTAL DE ACIDENTES INDUSTRIAIS	0,74	0	**0,12**	0,21	0	**0,68**

Indicadores de Segurança

ANGRA 1

Dos indicadores sugeridos pela *World Association of Nuclear Operators* - WANO e pela Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA adotados por Angra 1 para medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, assim como os desenvolvidos para avaliar a operação segura e confiável da Usina, observamos que todas as metas relativas aos indicadores de segurança foram atingidas com sucesso o que significa equipamentos de segurança operáveis e disponíveis quase 100% do tempo e sem falha de elementos combustíveis durante o ano. O indicador de Exposição Coletiva à Radiação também teve sua meta atendida.

Os indicadores Taxa de Perda Forçada, bem como o indicador de Desarmes Totais Não Planejados do Reator tiveram suas metas comprometidas por causa dos desligamentos não programados, decorrentes do desarme automático do Reator em resposta aos eventos da falha da excitatriz e das falhas da bomba FW-1A.

O Indicador Químico foi diretamente afetado pela presença de contaminantes no circuito secundário devido aos transientes termo hidráulicos oriundos dos desarmes da usina em altas cargas, fatos que comprometeram a meta deste indicador.

O indicador de Acidentes Industriais foi comprometido em função de um único acidente com perda de tempo, mas de pequena monta, ocorrido no ano.

A análise dos indicadores relacionados à segurança nuclear permite concluir que a Angra 1 operou durante todo o ano de maneira segura e confiável.

ANGRA 2

Em Angra 2, dos indicadores sugeridos pela WANO / AIEA e adotados pela Usina para avaliar a operação segura e confiável, além de medir e acompanhar a eficácia dos programas de operação e manutenção, todos os indicadores relativos à segurança nuclear atingiram as metas estabelecidas.

O indicador Desarmes Totais Não Planejados do Reator terminou o ano dentro da meta, isto é, não houve desarmes de Reator no ano.

O Índice de Confiabilidade do Combustível ficou fora da meta, uma vez que houve falha em elemento combustível no ciclo 16. A partir do dia 14 de dezembro de 2020, análises da radioquímica do primário também apontaram para uma pequena falha de combustível no ciclo 17.

O fator de perda de disponibilidade não planejada (9,50%) também ficou fora da meta, impactado pela extensão da Parada 2P16.

O fator de perda de disponibilidade planejada (10,51%) ficou fora da meta, impactado principalmente pela inesperada necessidade de operação do ciclo 17 com 90% da potência nominal.

Além disso, Angra 2 também não atingiu a meta no indicador Total de Acidentes Industriais, já que ocorreram 5 acidentes com afastamento, sendo 1 acidente com empregado da ELETRONUCLEAR e outros quatro com contratados.

Positivamente, a taxa de perda forçada fechou o ano dentro da meta (0,02%). Esse excelente resultado enquadra a Usina dentro do 1º quartil da WANO-PC. Além disso, o fator de distúrbio no Sistema Interligado Nacional – SIN também terminou o ano dentro da meta (0,00%).

Também de maneira positiva, outros indicadores avaliados por Angra 2 tiveram bons desempenhos e fecharam o ano dentro das metas estabelecidas: indicador químico, indicador de eficácia química, exposição coletiva à radiação e produção de rejeitos sólidos radioativos.

A análise dos indicadores relacionados à segurança nuclear permite concluir que a Usina operou durante todo o ano de maneira segura e confiável.

Desempenho Operacional

ANGRA 1

Angra 1 operou durante 304 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN produzindo um total de 4.603.623,430 MWh de Energia Elétrica Bruta, alcançando um fator de disponibilidade de 82,39% e um fator de capacidade de 81,26%.

Angra 1 vem operando sem falha de elemento combustível desde 2010.

Os períodos de indisponibilidade programada durante o ano foram devido à Parada para Reabastecimento de Combustível Nuclear 1P25, iniciada no dia 11 de janeiro de 2020 às 00h09min, com duração prevista de 37 dias. A Parada foi concluída no dia 14 de fevereiro de 2020 às 10h02min, após 34 dias, com o sincronismo da unidade ao Sistema Elétrico.

Os principais períodos de indisponibilidade não programada foram devidos aos dois desligamentos do reator ocorridos em julho e agosto por nível baixo no gerador de vapor 1 devido à quebra do acoplamento e à falha do eixo da bomba de Água de Alimentação Principal FW-1A e principalmente à falha do rotor da excitatriz, que deu início à Parada 1P25A, com duração de 26 dias, para troca do rotor da excitatriz e reparo no Gerador Elétrico Principal.

ANGRA 2

Angra 2 operou durante 309,3 dias em 2020 sincronizada ao Sistema Interligado Nacional - SIN e realizou sua Parada programada (2P16) em 56,7 dias, para reabastecimento de combustível, manutenções e testes periódicos. A Unidade produziu 9.448.896,17 MWh de energia bruta, alcançando um fator de disponibilidade de 80,18% e um Fator de Capacidade de 79,44%. Não houve nenhum desarme de reator em Angra 2 no ano.

No dia 19 de junho, Angra 2 atingiu um marco histórico. A Unidade – que entrou em operação comercial em 2001 – alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh. Outro fato importante é que a Usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua no ciclo 16. O fator de capacidade neste ciclo foi de 99,43%, o maior das usinas do Sistema Eletrobras, e a taxa de perda forçada foi de apenas 0,02% no referido ciclo.

Como já era sabido, desde o retorno da Usina após a Parada 2P15, no final de maio de 2019, Angra 2 apresentava indicativo de falha de elemento combustível no reator. A Usina permaneceu o restante do ciclo 16 na mesma situação, até a data de início da Parada 2P16 em 22 de junho. Durante o curso do ciclo 16, o nível 1 de ação do procedimento Programa de Monitoração da Integridade do Combustível Nuclear - 2PA-GE 53 foi atingido, no entanto, os níveis de atividade do Xenônio-133 e Iodo-131 permaneceram, consideravelmente, abaixo dos valores limites de especificação técnica, o que permitiu a operação da Unidade à plena potência, sendo que as reduções planejadas de potência foram executadas com taxas menores do que o usual. Na Parada 2P16, durante o descarregamento do núcleo, foi confirmada a existência de um elemento combustível da série R com falha. O mesmo foi retirado do núcleo, não retornando para o ciclo 17.

Adicionalmente, durante o descarregamento do núcleo, foi identificada presença de oxidação superficial inesperada no revestimento das varetas dos elementos combustíveis - EC da série R, sendo estes os mesmos que foram carregados na Parada 2P15 e estavam no primeiro ciclo de operação. Por conta disso, uma série de medidas foram necessárias para garantir o retorno seguro, confiável e no menor tempo possível da Usina à operação. Assim, a 2P16, cuja duração prevista inicialmente era de 22 dias, já considerando escopo reduzido devido à pandemia do COVID-19, foi prorrogada e se encerrou com duração de 56,7 dias. A Unidade foi conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN no dia 17 de agosto.

Em consonância com a experiência operacional externa, uma das medidas tomadas após o evento de oxidação das varetas dos Elementos Combustíveis - EC no ciclo 16, foi iniciar e permanecer a operação da Usina com 90% da potência nominal no ciclo 17. Outros fatores também contribuíram para que a operação em potência reduzida fosse necessária, um deles foi a proximidade entre as Paradas de Angra 1 e Angra 2 em 2021. Outro fator foi a necessidade de se estender o ciclo de Angra 2 para que a Unidade de Armazenamento a Seco - UAS esteja em operação e receba a carga de elementos combustíveis irradiados necessária antes da nova recarga de combustíveis em Angra 2 prevista para junho de 2021.

Os períodos de indisponibilidade programada durante o ano foram devido à Parada para Reabastecimento de Combustível - 2P16, testes das válvulas e dispositivos de proteção da turbina e à operação a 90% da potência nominal no ciclo 17 iniciada no final de agosto.
A Usina operou durante 31,1 dias em regime de alongamento de ciclo antes do início da Parada 2P16.

O principal motivo para que Angra 2 apresentasse um grande período de indisponibilidade não programada em 2020 foi o evento de oxidação superficial inesperada no revestimento das varetas dos Elementos Combustíveis - EC da série R que levou a uma extensão da Parada 2P16 de aproximadamente 34 dias.

O cálculo de um novo núcleo foi então realizado para compor o ciclo 17.

A duração prevista para este ciclo 17 é de 263 DEPP com operação a 90%, considerando que a operação de Alongamento de ciclo não será realizada devido ao alcance do limite de queima estrutural dos EC.

A produção histórica acumulada das duas Unidades alcançou o valor de 320,8 milhões de MWh.

Devido a pandemia da COVID-19, a missão de suporte técnico, denominada *Member Support Mission* - MSM e missão de acompanhamento, denominada *Follow-up*, conduzidas pela *World Association of Nuclear Operators* – WANO foram adiadas para 2021.

ANGRA 3

Em relação à Implantação da Operação de Angra 3, foram realizadas as ações planejadas, consistentes com a evolução do empreendimento, no que diz respeito à Diretoria de Operação e Comercialização.

Destacam-se as atividades realizadas junto à Diretoria Técnica na definição da Interface Homem Máquina da Sala de Controle, especificação do simulador junto com o Departamento de Treinamento - DTR.O e análises de Engenharia de Fatores Humanos – HFE nas atividades relacionadas à operação de sala de controle digital.

Acompanhando a performance dos últimos anos, as metas propostas para os Indicadores dos sistemas relacionados à segurança de Angra 1 e Angra 2, não só foram atingidas, como alcançaram valores iguais ou melhores que o *Best Quartile* das usinas reportadas à WANO e à IAEA, expressando uma operação segura e confiável das mesmas.

Em 2020, cabe destacar que Angra 2 atingiu o seguinte marco histórico no dia 19 de junho, em que a Unidade, que entrou em operação comercial em 2001, alcançou a produção acumulada de 200 milhões de MWh.

Outro fato importante é que a Usina gerou energia durante 13 meses de forma contínua no ciclo 16 e o fator de capacidade neste ciclo foi de 99,43%, o maior das usinas do Sistema Eletrobras. Aliado a este bom desempenho no ciclo 16 o indicador de taxa de perda forçada de Angra 2 registrou o valor de 0,02% no referido ciclo, configurando um excelente resultado para este indicador, que a enquadra dentro do 1º quartil da *WANO-Paris Center* e demonstra que as práticas operacionais e de manutenção estão adequadas com as melhores práticas da indústria internacional reportadas a *WANO-PC*.

O programa de extensão de vida de Angra 1 – LTO obteve um desenvolvimento conforme planejado e alcançou o objetivo acordado com a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN com a entrega da revisão 01 do pedido de renovação de licença em maio de 2020, bem como o desenvolvimento dos procedimentos do Programa de Gerenciamento - PGE para o Manual de Operação da Usina - MOU de Angra 1.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

10- GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NUCLEARES E/OU RADIOATIVOS

Todos os rejeitos radioativos gerados em usinas nucleares devem ser armazenados de forma segura e isolados do público e meio ambiente. Duas questões precisam ser consideradas em rejeitos radioativos: o nível de atividade (que contribui para a sua toxidade) e a meia vida do elemento radioativo (que contribui para o tempo em que permanecerá em atividade).

É importante destacar que rejeitos radioativos é qualquer material resultante de atividades humanas, que contenha radionuclídeo em quantidades superiores aos níveis de dispensa especificados na Norma NN-3.01 da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica), e para o qual a reutilização é imprópria ou não prevista.
Os rejeitos radioativos são classificados como de baixa, média e alta atividade.

Os rejeitos radioativos de baixa atividade são os materiais descartáveis usados na operação e manutenção, tais como, roupas, luvas, sapatilhas, peças de reposição e etc.

Os rejeitos radioativos de média atividade são, por exemplo, as resinas de purificação e fluídos de processo.

Os rejeitos radioativos de baixa e média atividade são acondicionados em embalagens metálicas, testadas e qualificadas pela CNEN e transferidos para um depósito inicial, construído no próprio sítio da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA. Esse depósito é permanentemente controlado e fiscalizado por técnicos em proteção radiológica e especialistas em segurança da ELETRONUCLEAR.

Os rejeitos radioativos de alta atividade são os produtos de fissão e estão contidos nos elementos combustíveis usados, os quais são armazenados inicialmente dentro de piscinas no interior das usinas. Estas piscinas atendem a todos os requisitos de segurança exigidos internacionalmente. Angra 1 e Angra 2 têm capacidade para armazenar os elementos combustíveis por longos períodos de sua vida útil.

Tecnicamente estes materiais não são considerados rejeitos, uma vez que 90% do combustível usado podem ser reprocessados e reciclados no futuro e transformados em um combustível denominado óxido misto, se o país assim decidir.

Os rejeitos radioativos também podem ser classificados em função da meia-vida dos elementos radioativos neles existentes, como rejeitos de longa duração e de baixa duração.

O total de rejeitos radioativos de baixa e média atividade, produzidos na CNAAA pelas usinas Angra 1 e Angra 2, em 2020, foi de 64,6 metros cúbicos, sendo que a meta estabelecida pela Companhia era de não superar o total de 82,1 metros cúbicos. Como podemos ver, esta meta foi atendida com expressiva folga.

Os embalados contendo rejeitos radioativos de baixa e média atividade só deverão sair das dependências da CNAAA quando a CNEN selecionar e licenciar o Depósito Final para a armazenagem definitiva dos mesmos. A CNEN tem a responsabilidade da implantação da Política Nacional de Rejeitos Radioativos.

A indústria nuclear é uma das poucas atividades com interferência humana que têm capacidade para controlar totalmente os rejeitos radioativos que produz. Devido às características do material radioativo, a ELETRONUCLEAR armazena e controla em tempo integral todos os rejeitos radioativos nucleares das usinas de Angra.

A área de Proteção Radiológica da Companhia dispõe de procedimentos específicos para a monitoração, inspeção, transporte e contabilização dos embalados produzidos pelas Usinas Angra 1 e Angra 2, que visam garantir a integridade das pessoas e do meio ambiente.

11- GESTÃO AMBIENTAL

A Gestão Ambiental na ELETRONUCLEAR tem total aderência aos objetivos estratégicos de planejamento empresarial sempre buscando eficiência nos seus processos e sistemas internos.

Dentre as ações já em curso visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a ELETRONUCLEAR implementou na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA o Sistema de Gestão Ambiental – SGA, em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 14001:2015.

Adicionalmente, a ELETRONUCLEAR adota critérios de sustentabilidade em seus processos de aquisição de materiais e de forma mais pontual nas contratações de serviços, buscando alinhar suas práticas de mercado e garantir uma atuação sustentável em todo seu ciclo produtivo.

Como principal vetor de inclusão da variável socioambiental na sua atividade a ELETRONUCLEAR se pauta nos compromissos assumidos junto ao licenciamento ambiental, através de vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental, aos quais destacamos:

- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Qualidade de Águas - PMCQA;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Inserção Regional;
- Programas de Gerenciamento de Resíduos Industriais;
- Programa de Apoio à Educação Municipal e Estadual;
- Auditorias Ambientais;
- Programa de Monitoração Ambiental Radiológico Operacional – PMARO;
- Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinha;
- Programa de Monitoração de Tartarugas Marinhas – Tartaruga Viva;
- Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS.
- Programa Ambiental de Construção.

A ELETRONUCLEAR segue um rigoroso programa de monitoração ambiental, baseado em estudos ambientais iniciados em 1978. Os resultados das análises ambientais atuais são comparados com os resultados dos dados obtidos nestes mais de quarenta anos de monitoração, demonstrando que a operação da CNAAA é segura.

O controle da qualidade das análises é realizado através de programas de intercomparação mantidos pela Agência Internacional de Energia Atômica e pelo Instituto de Radioproteção e Dosimetria, da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

12- PLANOS DE SEGURANÇA

A ELETRONUCLEAR, através seu Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho, acompanha preventivamente as atividades operacionais e os registros de eventos relacionados aos acidentes do trabalho.

Em 2020, em aproximadamente 3.278.544 milhões de Homens-Horas Trabalhadas com Exposição ao Risco dos seus empregados próprios, foram registrados 2 Acidentes com perda de tempo (gerando 5 dias perdidos) e 06 sem perda de tempo.

No ano de 2020, houve redução do número de acidentes com afastamento na Companhia em relação ao ano anterior. Contribuiu fortemente para esta redução, um plano de ação para a redução de acidentes que foi implantado a partir dos últimos meses de 2018, tendo continuidade em 2019 e 2020 onde foi buscada a melhoria dos resultados relativos à saúde, bem-estar e segurança no trabalho de seus colaboradores. Contribuiu indiretamente para o resultado, a redução do número de empregados trabalhando de forma presencial em atendimento ao protocolo de contingenciamento do COVID. Foram mantidos os essenciais à operação das usinas e obra do UAS.

As ações da Companhia no sentido de melhorar a saúde, bem-estar e segurança no trabalho de seus colaboradores são pautadas pela política de gestão de segurança integrada e pelo Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional. O Manual de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional tem como principal objetivo estabelecer diretrizes básicas de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional a fim de preservar a integridade física de pessoas, quando na operação ou execução dos seus projetos, serviços e obras nas áreas de responsabilidade da ELETRONUCLEAR.

13- POLÍTICAS ADOTADAS PELA GESTÃO AMBIENTAL

Para garantir a proteção ao meio ambiente e o cumprimento da legislação ambiental vigente, a ELETRONUCLEAR desenvolveu um permanente e rigoroso programa de monitoração baseado em estudos ambientais iniciados em 1978 e que foram chamados de pré-operacionais.

Nessa época, foi criado o Laboratório de Radioecologia, atualmente Laboratório de Monitoração Ambiental, com a missão de realizar o monitoramento ambiental na área do entorno da central nuclear. Esse trabalho incluiu a medição dos níveis de radioatividade natural e a análise de amostras ambientais coletadas tanto em ambiente marinho quanto em terrestre.

A monitoração ambiental é realizada de forma ininterrupta e seus resultados são comparados com os dados obtidos no período pré-operacional, compreendendo quase 40 anos de monitoração.

Em 2016, a ELETRONUCLEAR implantou o Sistema de Gestão Ambiental - SGA na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA – Unidades 1, 2 e instalações de apoio.

Dentre as ações já em curso visando o aperfeiçoamento da gestão ambiental das suas instalações, a ELETRONUCLEAR está implementando o processo de medição do consumo de água através da instalação de hidrômetros nas captações realizadas para abastecimento da CNAAA.

Embora o processo da geração nuclear seja caracterizado pela baixa emissão de gases de efeito estufa, a ELETRONUCLEAR contribui na elaboração do Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Eletrobras, reforçando seu compromisso com a abordagem do tema Mudanças Climáticas. Este documento apresenta os resultados do cálculo de emissões de gases de efeito estufa - GEE, baseado, entre outras, nas informações sobre consumo de combustíveis fósseis das empresas Eletrobras, com base em informações individuais fornecidas por cada uma de suas empresas. Além das emissões de GEE, também são apresentadas a estimativa das emissões para a atmosfera de óxidos de enxofre (SO_2) e de óxidos de nitrogênio (NO_x) de acordo com metodologia de cálculo indireto.

Quanto ao gerenciamento da biodiversidade, destacamos a execução do Programa de Monitoramento e Ocorrência de Tartarugas Marinhas na Área de Influência da CNAAA – Programa Tartaruga Viva. Além de acompanhar a saúde e parâmetros biológicos de animais em áreas afetadas e não afetadas pelo efluente térmico da CNAAA, esse programa presta atendimento veterinário a tartarugas debilitadas encontradas nas praias da região. Os indivíduos recuperados são devolvidos ao mar perto do local onde foram encontrados. O Programa Tartaruga Viva realiza ainda ações de educação ambiental ao receber visitantes em sua base de trabalho.

Anexo ao Laboratório de Monitoração Ambiental, o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres - CRAS é uma iniciativa totalmente voluntária da ELETRONUCLEAR e está sendo licenciando junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA. O CRAS atende animais feridos, debilitados e órfãos de variadas espécies, como por exemplo: gambás, ouriços, bugios, tamanduás, tatus, corujas, gaviões, tucanos, papagaios, serpentes, lagartos e jabutis. Por ano são atendidos em média 160 animais, os quais são devolvidos ao seu ambiente natural após a reabilitação ou encaminhados para instituições credenciadas, quando a soltura não é possível.

O Projeto de Recuperação Ambiental da Restinga de Mambucaba, localizado em uma estreita faixa de areia dentro de uma área de propriedade da ELETRONUCLEAR, contou com o plantio de mais de 20.000 mudas de espécies da flora típica desse ecossistema e foi finalizado em 2014, sendo rebatizado de Parque Restinga de Mambucaba.

Há ainda a Trilha Porã, inaugurada pela ELETRONUCLEAR em 2003. É um trajeto de 2,5 km situado ao longo da Rodovia BR-101 (Rio-Santos), próximo à Vila Residencial de Praia Brava, Angra dos Reis. A trilha está em uma área de propriedade da Companhia com cerca de 440 hectares, dentro do bioma Mata Atlântica. Trata-se de uma área de preservação permanente, pois é patrimônio natural protegido pela Constituição da República de 1988 e pela Lei 11.428/2006. Tanto a trilha quanto o Parque Restinga de Mambucaba estão abertos à visitação pública, recebem anualmente centenas de estudantes, e constituem uma importante ferramenta para ações de educação ambiental.

Em 2020, a ELETRONUCLEAR começou a executar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas no Parque Nacional da Serra da Bocaina - PNSB. A Companhia irá promover ações como a retirada de espécies vegetais exóticas e o plantio de espécies nativas em uma área total de 62 hectares, dentro dos limites do PNSB. Essa área foi indicada pela própria gestão da unidade de conservação e divide-se entre os municípios de São José do Barreiro (SP) e Paraty (RJ).

14- UNIDADE DE ARMAZENAMENTO A SECO - UAS

A capacidade de armazenamento de elementos combustíveis irradiados – ECIs nas piscinas de combustível usado – PCUs das usinas é limitada e, de acordo com a concepção de projeto dessas plantas, os elementos armazenados há mais tempo devem ser removidos para unidades de armazenamento complementares, permitindo o armazenamento, nas PCUs, dos ECIs recém-retirados dos núcleos dos reatores.

O empreendimento denominado Unidade de Armazenamento a Seco - UAS trata da implantação de uma instalação específica, externa às Usinas, para a estocagem complementar dos elementos combustíveis utilizados nos núcleos dos reatores de Angra 1 e Angra 2.

Considerando o esgotamento da capacidade de armazenamento de ECIs nas PCUs (junho de 2021 para Angra 2 e julho de 2022 para Angra 1) e a falta de perspectiva, no curto prazo, da disponibilização de uma instalação de estocagem de longo prazo para o combustível usado, o empreendimento visa viabilizar a continuidade da produção de energia elétrica de origem nuclear.

O investimento plurianual da Unidade Armazenamento a Seco (PDNG 2021_2025), segue a distribuição abaixo:

Status: 22.01.21

Valores em R$ x 10^6

RUBRICA	2016	2017	2018	2019	2020	2021		TOTAL POR RUBRICA			
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Comp.	A Comp.
Obras Civis (Realizados: Topografias, Supressão de vegetação) (a realizar: desmonte e tratamento talude)	0,00	0,00	1,19	14,04	0,00	0,00	0,00	15,23	15,23	0,00	0,00
Equipamentos e Materiais (Holtec - fornecimento)	0,00	0,00	5,73	41,97	52,39	5,69	0,34	105,78	100,43	3,87	1,48
Engenharia - Projetos (Audiência pública, Visual Info e Holtec projeto executivo)	0,03	4,82	5,68	13,56	30,99	58,34	0,00	113,41	55,07	28,25	30,08
Engenharia - Consultorias (INPI, EPRI, GEOPHI, Inspeções escopo nacional e importado)	1,16	-0,17	0,84	3,36	4,10	0,00	0,00	9,29	9,29	2,31	-2,31
Licenciamento (Bourscheid, taxas com publicação em impresa nacional, taxas com IBAMA e CNEN)	0,00	0,12	0,10	0,12	0,02	0,00	0,00	0,36	0,36	0,09	-0,09
Compensação Sócio-ambiental (PMAR)	0,00	0,00	0,00	1,12	0,00	0,00	0,00	1,12	1,12	0,22	-0,22
Administração / Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	8,08	0,00	0,00	8,08	8,08	0,00	0,00
TOTAL POR ANO	1,19	4,77	13,54	74,17	95,57	64,02	0,34	253,26	189,58	34,75	**28,93**

15- PROGRAMA DE EXTENSÃO DA VIDA ÚTIL DE ANGRA 1 – LONG TERM OPERATION - LTO

A Usina de Angra 1, a primeira planta termonuclear brasileira, entrou em operação em 1985, sendo licenciada para operar por 40 anos, até dezembro de 2024.

A utilização de plantas nucleoelétricas por prazo superior ao tomado como base no projeto ou estabelecido por sua licença corrente vem sendo considerada, em vários países, tanto com o objetivo de otimizar o ciclo de vida das usinas em operação quanto como uma alternativa para a preservação dos níveis de geração nuclear com o parque existente enquanto novos empreendimentos encontram-se em fase de projeto ou de implementação.

A ELETRONUCLEAR, em linha com o praticado para plantas similares em todo o mundo, planeja estender a geração de energia da Usina de Angra 1 por mais 20 anos, tendo para isso estruturado o Programa de Extensão da Vida Útil da Usina de Angra 1.

Tecnicamente, para a extensão da vida útil da usina, faz-se necessária a execução de avaliações de engenharia (gerenciamento do envelhecimento dos sistemas, estruturas e componentes das plantas), avaliações ambientais e os processos de licenciamento nuclear e ambiental, além da implementação de um conjunto de modificações de projeto, substituições e reparos de sistemas e componentes a serem requeridos em decorrência dessas avaliações, envolvendo diversas áreas da ELETRONUCLEAR.

Para a extensão de vida útil da usina a ELETRONUCLEAR apresentou à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN em 29 de outubro de 2019 a Solicitação de Renovação da Licença - SRL.

Quanto ao licenciamento ambiental, a ELETRONUCLEAR iniciou as negociações com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para a definição das ações para viabilizar a renovação da licença de operação da CNAAA cuja validade vai até março de 2024.

Estima-se que estas atividades de licenciamento e desenvolvimento de projetos de modernização e melhorias em sistemas de segurança necessitem de um desembolso de capital expressivo para sua execução. A ELETRONUCLEAR, atualmente, está negociando com potenciais parceiros provedores dos serviços e com instituições financeiras para a contratação e obtenção de recursos para o seu desenvolvimento.

16- PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA USINA DE ANGRA 3

A Usina Angra 3, em fase de construção, terá a totalidade de sua produção de energia elétrica comercializada sob a égide da Portaria do Ministério de Minas Energia - MME Nº 980, de 23 de dezembro de 2010, que culminou com a celebração do Contrato de Energia de Reserva – CER com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Esse regime de comercialização determina o fornecimento de uma quantidade de energia firme a uma tarifa contratual regulada, a qual foi revisada pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE: Resolução Nº 14, de 09 de outubro de 2018 – DOU de 23 de outubro de 2018.

A mencionada resolução aprovou o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução nº 7, de 05 de junho de 2018, recomendando adotar como preço de referência para a energia proveniente da usina a tarifa de R$ 480,00/MWh, a valores de julho de 2018, tendo como objetivo estabelecer condições para a viabilização do empreendimento.

Portanto, a modalidade de comercialização de energia de reserva da Usina Angra 3 assegura a esse projeto todas as garantias e compromissos de um modelo não exposto ao mercado de energia elétrica de curto prazo.

A administração da Companhia ressalva que diante da dificuldade da ELETRONUCLEAR em alocar recursos próprios em montantes suficientes para suportar as atividades de Angra 3, agravadas pela elevação da exigência de contrapartidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, uma das instituições financeiras financiadora do empreendimento, que alterou de 20% para 40%, o percentual de participação financeira com recursos próprios, aplicáveis aos itens considerados financiáveis, levaram a Companhia a decidir, no terceiro trimestre de 2015, pela suspensão da maior parte de seus contratos com fabricantes nacionais e a reduzir sensivelmente os dispêndios associados aos contratos de serviços, de maneira a melhor compatibilizar a relação dos desembolsos ao fluxo de caixa existente e a conter a escalada de pagamentos em aberto. As suspensões foram efetuadas em duas etapas, sendo a primeira amparada pelo inciso XIV, do artigo 78, da Lei 8.666/93 que, resumidamente, prevê a suspensão contratual, de forma unilateral, sem ônus para a Administração, e, a segunda, finalizada em junho de 2016, em termos consensuais, sendo assegurado o ressarcimento dos custos incorridos, pela suspensão, às empresas contratadas.

Considerando que o obstáculo maior para viabilização do projeto foi solucionado com a revisão tarifária realizada, mencionada anteriormente, a administração da Companhia vem avançando em gestões para que novas extensões de suspensões consensuais sejam viabilizadas, de forma a ser garantida a continuidade dos contratos então vigentes.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3, e as implicações de sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras, a administração da ELETRONUCLEAR vem conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Desde 2016, a ELETRONUCLEAR vem buscando assessoria de consultorias especializadas visando à conclusão de Angra 3. Foram elas:

- Deloitte Consultores - Para auditar o status das obras civis e verificar irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio de Relatório de Fiscalização (TC nº 002.651/2015-7), bem como efetuar uma análise da estimativa dos custos relacionados ao cancelamento das obras de implantação da usina, bem como da estimativa de custos para sua conclusão (*Cost to Complete*), foi contratada a Deloitte Consultores. Foi analisada a procedência das constatações do TCU, bem como estudos de mecanismos de ajuizamentos de ações em ressarcimentos a eventuais prejuízos identificados. Já a orçamentação de Angra 3 foi estruturada em rubricas de diversas disciplinas e áreas incluindo assessoria no pleito de revisão tarifária de Angra 3 e a estruturação financeira e operacional com um parceiro, provavelmente internacional. Foram avaliados diversos cenários e modelos de negócio.

- Veirano Advogados - Para analisar a legalidade da possível estrutura societária do negócio e do ambiente regulatório dos cenários estudados pela Alvarez & Marsal, bem como do modelo de efetivação da parceria em avaliação, foi contratado o Veirano Advogados, uma consultoria jurídica especializada em direito societário, com vasta experiência no setor elétrico.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

A conclusão das obras da Usina de Angra 3 em condições sustentáveis depende de uma nova estruturação financeira, dado o montante de investimentos ainda a realizar, da ordem de R$ 15 bilhões (não auditado).

Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir um novo empréstimo, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017 expirou o *waiver* contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CAIXA AECONÔMICA FEDERAL - CEF, passando a Companhia a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo fortemente o caixa da Companhia.

Uma das grandes questões que precisava ser sanada para que fosse possível prosseguir rumo à conclusão do empreendimento de Angra 3 era a revisão do valor originalmente definido para a tarifa de Angra 3, de R$ 237/MWh (vigente entre novembro de 2016 e outubro de 2017). Esse valor apresentava grande defasagem em relação ao necessário para tornar a operação da usina sustentável, bem como inviabilizava a renegociação com credores.

Para tentar solucionar essa questão, em 05 de junho de 2018, aconteceu a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, na qual foi determinada a formação de um Grupo de Trabalho - GT liderado pelo MME, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, da Eletrobras, da ELETRONUCLEAR e do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, visando elaborar, em 60 dias, um documento propondo e justificando a revisão da tarifa de Angra 3 e as medidas necessárias para conclusão do projeto. A versão final do documento foi concluída em setembro de 2018.

Em 23 de outubro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução nº 14 do CNPE, que estabelece condições iniciais para a viabilização de Angra 3, confirmando as decisões da 4ª Reunião Extraordinária do CNPE, ocorrida no dia 09 de outubro de 2018, que apreciou as considerações do referido grupo de trabalho. Tal Resolução determinou a aprovação do valor de referência para o preço de energia de Angra 3, de R$ 480,00/MWh (base julho/2018), conforme calculado pela Empresa de pesquisa Energética - EPE, bem como remeter ao Conselho do Programa de Parceria de Investimento a avaliação dos três modelos propostos pelo Grupo de Trabalho para a viabilização de Angra 3 por meio de participação de investidor privado (societária, não societária e sociedade de propósito específico), e definição do modelo de negócio e processo competitivo mais adequados.

Essa revisão tarifária foi fundamental naquele momento, pois além de dar condições para a renegociação da dívida, restabeleceu a atratividade do projeto, fortalecendo o interesse dos eventuais parceiros.

Em 01 de setembro de 2020, ocorreu importante evento relacionado à tarifa do projeto com edição da Medida Provisória - MP nº 998/20 (DOU de 02 de setembro de 2020), que trouxe diversos aspectos relevantes do setor elétrico brasileiro, e um artigo dedicado especificamente ao projeto de Angra 3, estabelecendo novos parâmetros para outorga da Usina, além da autorização para celebração de um novo Contrato de Energia de Reserva - CER e, principalmente, definindo que o preço de venda da energia deveria garantir a viabilidade econômico-financeiro do projeto. A referida MP foi aprovada na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2020 na forma de Projeto de Conversão de Lei – PLC nº 42/2020 e depois pelo Senado Federal em 04 de fevereiro de 2021. Em 01 de março de 2021, o texto foi sancionado pelo sr. Presidente da República por meio da Lei 14.120/2021. Esta lei é muito importante para a retomada do empreendimento, pois define um marco legal para diversas questões relacionadas ao empreendimento, dando segurança jurídica para que a ELETRONUCLEAR possa investir na retomada da Usina.

Uma das mais importantes é a rescisão do contrato de energia de reserva existente, sem prejuízo às partes envolvidas, além da pactuação de um novo contrato, com preço da energia que atenda à rentabilidade do empreendimento e à modicidade tarifária. Neste sentido, salienta-se que a Resolução 14, de 9 de outubro de 2018 continua vigente e que os estudos em andamento do BNDES conterão informações mais atualizadas com a realidade da Usina, como por exemplo, a realização de avaliação das condições da obra civil e equipamentos e a atualização do orçamento da obra, conforme os impactos gerados pelo do fim do RENUCLEAR, da forte apreciação do euro em relação ao real e da inclusão da estimativa de aquisição de elementos combustíveis que foram utilizados em Angra 2. A lei define ainda a apropriação para o preço de energia dos possíveis ganhos que venham a ocorrer durante o processo competitivo de contratações de fornecedores para a conclusão do empreendimento.

Conforme orientação do Conselho de Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, a ELETRONUCLEAR realizou, em maio e junho de 2019, o processo de *Market Sounding* junto aos potenciais parceiros, detentores e proprietários de tecnologia de usinas nucleares à água pressurizada - PWR, com experiência em construção e comissionamento de usinas nucleares e atuação internacional no setor nuclear. Após convites e confirmações de interesse em participar desta etapa, as empresas que participaram deste processo foram: *Électricité de France* - EDF e *Framatome* (ambas da França), *RosatomStateAtomic Energy Corporation* (Rússia), *China Nacional Nuclear Corporation* - CNNC e *State Nuclear Power Technology* - SNPTC (ambas chinesas), *Korea Electric Power Corporation* - KEPCO (Coréia) e *Westinghouse* (EUA). Os potenciais parceiros enviaram seus questionamentos sobre o documento recebido e suas considerações sobre os modelos propostos, que foram apresentadas durante reuniões individuais com cada potencial parceiro interessado na viabilização de Angra 3. O relatório com os resultados do processo foi encaminhado à Eletrobras, MME e CPPI em julho de 2019. É importante ressaltar que grande parte dessas empresas já visitaram o sítio e estabeleceram memorandos de entendimento com a ELETRONUCLEAR para troca de informações sobre o Projeto.

Em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos - PPI. O mesmo decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a ser efetivamente adotado. O Comitê é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, do PPI e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do Artigo 2º do aludido decreto presidencial, prevê que a ELETRONUCLEAR contrate estudos independentes, para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo.

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela ELETRONUCLEAR anteriormente, conjuntamente com a Alvarez & Marsal, e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como estruturação, condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes.

Como o produto da primeira fase deste trabalho o BNDES apresentou um relatório conceitual avaliando os modelos até então contemplados e propondo um modelo alternativo. A diferença essencial entre este modelo e os anteriores é a segregação dos riscos do projeto entre dois parceiros: (i) o parceiro financeiro e (ii) o parceiro operacional ou técnico. O primeiro é o responsável por aportar os recursos no empreendimento e o segundo será contratado com a responsabilidade de concluir a obra, sendo remunerado à medida que ocorrer o avanço físico-financeiro do contrato. Essa segregação dos riscos aumenta significativamente a atratividade do projeto.

Em 10 de junho de 2020, aconteceu a reunião do CPPI que aprovou o modelo alternativo para conclusão das obras de Angra 3 recomendado pelo BNDES, antes validado pelo Comitê Interministerial. Assim, foi dado início à Fase 2 do contrato do BNDES, que abrange a estruturação do modelo, respaldado pelas diligências cabíveis, e implementação do processo competitivo para seleção dos agentes que atuarão na conclusão das obras civis e financiamento de Angra 3.

Atualmente os trabalhos concentram-se na contratação, pelo BNDES, dos seguintes serviços técnicos especializados necessários à estruturação do modelo:

- Avaliação Econômico-Financeira
- *Due Diligence* Técnico-Operacional
- *Due Diligence* Jurídica
- *Due Diligence* Contábil-Patrimonial
- Avaliação ambiental
- Avaliação do Licenciamento nuclear
- Avaliação de Recursos Humanos e Avaliação Previdenciária
- Modelagem da reestruturação
- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Comunicação
- Outros Serviços Especializados

O fluxograma abaixo detalha as atividades para a retomada do empreendimento, indicando em que ponto do processo os trabalhos se encontram:



A retomada de alguns contratos de fornecimento de Angra 3 é outro ponto crucial para o cumprimento do cronograma de conclusão da usina, por isso, em outubro de 2018, foi assinado um novo contrato com o escritório Veirano Advogados, de prestação de serviços de assistência jurídica no processo de retomada dos contratos de fornecimento de Angra 3.

Como consequência disso, contatos foram feitos com os fornecedores desses contratos, tendo-se iniciado o processo de renegociação caso a caso.

Em paralelo, no segundo semestre de 2019, foi iniciado um estudo visando o planejamento de atividades para atendimento e viabilização da linha crítica do projeto, de forma a garantir o início de operação comercial em 2026, conforme cronograma vigente do empreendimento. Esse estudo tomou forma no Plano de Aceleração da Linha Crítica, que contempla um escopo limitado de obras civis e montagem eletromecânica com o propósito de adiantar as atividades da linha crítica do cronograma de obras, de forma a assegurar a manutenção da entrada em operação da usina no final de 2026, conforme previsto no cronograma geral do empreendimento.

No momento a ELETRONUCLEAR está com os editais de obras civis e de engenharia de proprietário prontos para l dar início ao processo licitatório. As atividades do Plano de Aceleração da Linha crítica terão início no primeiro semestre de 2021, estendendo-se até 2024, havendo assim uma superposição com as atividades do epcista a ser contratado conforme a modelagem aprovada no CPPI

Governança e *Compliance*

A ELETRONUCLEAR está finalizando a contratação de serviço de consultoria especializada para apoio à área de Integridade da ELETRONUCLEAR, para a verificação e aprimoramento dos programas existentes e na elaboração, implementação e execução de um Programa Especifico de Integridade Corporativa - *Compliance* dedicado ao empreendimento de Angra 3.

A empresa a ser contratada deverá estar apta a atuar no suporte ao Departamento de Conformidade da ELETRONUCLEAR, não só em relação à adoção dos procedimentos aplicáveis aos serviços que permanecerão sob a responsabilidade da ELETRONUCLEAR, passando pela avaliação de integridade do parceiro do empreendimento, mas também na fiscalização de suas atividades, englobando todas as atividades inerentes a serviços dessa natureza.

Em paralelo, para acompanhamento geral do empreendimento, a Eletrobras está estruturando o Comitê de Supervisão de Angra 3, para o monitoramento de todos os aspectos do empreendimento.

17- O FUTURO

Nos próximos anos, os esforços da ELETRONUCLEAR estarão concentrados na conclusão de Angra 3, na construção da Unidade de Armazenamento a Seco – UAS e nas iniciativas para estruturação financeira e operacional para o Projeto Programa de Extensão da Vida Útil De Angra 1 – *Long Term Operation* - LTO por mais 20 anos, além da manutenção de elevados padrões de desempenho das usinas de Angra dos Reis.

O Plano Nacional de Energia - PNE 2050, elaborado pela EPE e em consulta no MME, considera, além de Angra 3, 6 novas usinas de geração nuclear em operação até o ano de 2050. Anteriormente, ainda na vigência do PNE 2030, o MME havia determinado que a ELETRONUCLEAR conduzisse os estudos de localização para a construção de uma nova central nuclear a ser instalada na região Nordeste.

Em 2021, a ELETRONUCLEAR continuará a tocar seus empreendimentos. A Companhia terminará a Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustíveis Irradiados - UAS, um empreendimento essencial para que as usinas nucleares continuem operando, no primeiro semestre e dará sequência aos preparativos para reiniciar a construção de Angra 3. Temos ainda programadas duas paradas de reabastecimento de combustível, uma para cada usina, o que faremos com todo o cuidado necessário.

É importante ressaltar o papel essencial que as usinas nucleares da Companhia têm para manter a segurança de abastecimento do sistema elétrico nacional. Isso foi especialmente relevante durante a pandemia, com tantos brasileiros trabalhando em suas casas.

Posteriormente, também por solicitação do Ministério de Minas e Energia - MME e da Empresa de Pesquisa Energética - EPE os estudos foram estendidos para outras regiões do país, visando fazer um inventário de áreas capazes de assentar uma central nuclear em todo o território nacional, para potencial utilização futura. A seleção definitiva do sítio estará associada aos estudos de política energética da EPE, que indicará a região mais adequada a receber o primeiro empreendimento nuclear após Angra 3.

18- A ELETRONUCLEAR E A SOCIEDADE

O cumprimento dos preceitos estatutários da ELETRONUCLEAR, como delegada da União para exploração de instalações nucleares para geração elétrica no País, está intrinsecamente associado ao desenvolvimento de atividades que garantam o atendimento de todos os requisitos de segurança inerentes às suas instalações, bem como a inserção equilibrada deste processo produtivo nas atividades socioeconômicas da macrorregião de Angra dos Reis.

A ELETRONUCLEAR desenvolve ações e estabelece políticas que proporcionem benefícios não só à Companhia, mas também para toda a sociedade. O comprometimento da Companhia com os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, circunvizinhos à Central Nuclear, se traduz por ações de responsabilidade social, através de convênios, programas ou projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, e, ao lado de governos e do setor elétrico, em prol do desenvolvimento sustentável da região.

O comprometimento da ELETRONUCLEAR com o ambiente externo e com a melhoria da qualidade de vida da população, de seus empregados e dos prestadores de serviços, está registrado em seu Balanço Social – Informações de Natureza Social e Ambiental, que expressa o compromisso de sua administração na busca da harmonia e da integração entre capital, trabalho e o meio ambiente, conforme as informações contidas no Balanço Social (não auditado) a seguir:

Balanço Social 2020 - Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

Geração e distribuição de riqueza	Em 2020			Em 2019		
	% governo >	34%		% governo >	43%	
	% acionistas >	5%		% acionistas >	-29%	
	% empregados >	21%		% empregados >	33%	
	% financiadores >	40%		% financiadores >	52%	
Distribuição do Valor Adicionado	% outros >			% outros >		
I - RECURSOS HUMANOS						
1.1 - Remuneração	**Em 2020**			**Em 2019**		
Folha de pagamento bruta (FPB)	R$ 368.208			R$ 379.125		
- Empregados	R$ 365.680			R$ 376.863		
- Administradores	R$ 2.528			R$ 2.262		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	16,79%			16,63%		
- Administradores	-			-		
1.2 - Benefício Concedidos	**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais	R$ 136.687	37,12%	4,50%	R$ 146.353	38,60%	4,74%
Alimentação	R$ 33.859	9,20%	1,12%	R$ 31.390	8,28%	1,02%
Transporte	R$ 17.365	4,72%	0,57%	R$ 16.499	4,35%	0,53%
Previdência privada	R$ 27.894	7,58%	0,92%	R$ 27.436	7,24%	0,89%
Saúde	R$ 65.976	17,92%	2,17%	R$ 81.871	21,59%	2,65%
Segurança e medicina do trabalho	R$ 3.254	0,88%	0,11%	R$ 2.300	0,61%	0,07%
Educação ou auxílio Creche	R$ 9.774	2,65%	0,32%	R$ 9.524	2,51%	0,31%
Cultura	R$ 116	0,03%	0,00%	R$ 334	0,09%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R$ 1.217	0,33%	0,04%	R$ 3.384	0,89%	0,11%
Participação nos lucros ou resultados	R$ -	0,00%	0,00%	R$ 20.937	5,52%	0,68%
Outros	R$ 82.776	22,48%	2,73%	R$ 65.508	17,28%	2,12%
Total	R$ 378.918	**102,91%**	12,48%	R$ 405.536	**106,97%**	13,13%
1.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	1.660			1.667		
Nº de admissões	17			-		
Nº de demissões	25			70		
Nº de estagiários no final do exercício	143			247		
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	6			7		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-			-		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	1.341			1.351		
- Feminino	319			316		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-			-		
- De 18 a 35 anos	166			273		
- De 36 a 60 anos	1.297			1.216		
- Acima de 60 anos	197			178		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-			-		
- Com ensino fundamental	17			17		
- Com ensino médio	197			198		
- Com ensino técnico	649			643		
- Com ensino superior	543			550		
- Pós-graduados	254			259		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	81%			88%		
- Feminino	19%			12%		
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	57			147		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	2			8		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	17			25		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 83			R$ 28		

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2019

II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
2.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	R$ -	0,00%	0,00%	R$ 220	-0,06%	0,01%
Cultura	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	R$ 40.680	13,79%	1,34%	R$ 41.379	-11,56%	1,34%
Esporte e lazer	R$ -	0,00%	0,00%	R$ 18	-0,01%	0,00%
Alimentação	R$ 50	0,02%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	R$ 125	0,04%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Outros	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Total dos investimentos	**R$ 40.855**	13,84%	1,35%	R$ 41.617	-11,63%	1,35%
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ 629.978	213,49%	20,75%	R$ 567.196	-158,45%	18,36%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$ -	0,00%	0,00%	R$ -	0,00%	0,00%
Total - Relacionamento com a Comunidade	R$ 670.833	227,33%	22,10%	R$ 608.813	-170,08%	**19,71%**

2.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores

(DESCREVER OS TERMOS SOBRE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES) A ELETRONUCLEAR se compromete a selecionar e contratar fornecedores e prestadores de serviços baseando-se em critérios legais, técnicos, de qualidade, custo e pontualidade, exigindo, nessas relações contratuais, compromissos com a ética, a integridade corporativa, a sustentabilidade empresarial e o respeito aos direitos humanos. O Guia de Conduta para Fornecedores da Eletrobras reúne as regras de conduta e as práticas anticorrupção, de direitos humanos, ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional que devem ser seguidas pelos seus fornecedores. Os fornecedores da Eletronuclear terão em seus contratos, parcerias, convênios, termos ou acordos, cláusulas específicas conforme o negócio realizado, em que se comprometem a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Guia de Conduta para Fornecedores, o Código de Conduta Ética e Integridade das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade (Compliance) corporativa e as políticas das empresas Eletrobras. Igualmente devem empreender ações que assegurem que as diretrizes constantes nos documentos citados sejam respeitadas em suas próprias cadeias de suprimentos.

III - Interação com o Meio Ambiente	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ 960	0,33%	0,03%	R$ 810	-0,23%	0,03%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 128.125	43,42%	4,22%	R$ 86.511	-24,17%	2,80%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$ -	0,00%	0,00%	R$ 303	-0,08%	0,01%
Passivos e contingências ambientais	R$ 257.141	87,14%	8,47%	R$ 40.895	-11,42%	1,32%
Total da Interação com o meio ambiente	**R$ 386.226**	**130,88%**	**12,72%**	**R$ 128.519**	**-35,90%**	**4,16%**
IV - Outras informações						
Receita Operacional Líquida (ROL)	R$ 3.035.846			R$ 3.088.510		
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)	R$ 295.092			-R$ 357.960		

19- DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Realizado até Dezembro.19	Realizado até Dezembro.20	RxR Δ%	DRE IFRS 2020 CONSOLIDADO Em R$ Mil	Realizado 4T19	Realizado 4T20	RxR Δ%
A	B	B/A		A	B	B/A
3.519.585	3.459.334	-2%	Geração	910.086	881.030	-3%
74	280	278%	Outras Receitas	30	280	833%
3.519.659	**3.459.614**	**-2%**	**Receita Operacional Bruta**	**910.116**	**881.310**	**-3%**
(431.149)	(423.768)	-2%	Deduções à Receita Operacional	(111.485)	(107.926)	-3%
3.088.510	**3.035.846**	**-2%**	**Receita Operacional Líquida**	**798.631**	**773.384**	**-3%**
(603.067)	**(625.183)**	**4%**	**Custos Operacionais**	**(155.420)**	**(196.494)**	**26%**
2.485.443	**2.410.663**	**-3%**	**Resultado Bruto**	**643.211**	**576.890**	**-10%**
(2.159.660)	**(1.666.253)**	**23%**	**Despesas Operacionais**	**(906.725)**	**(412.146)**	**55%**
(1.121.154)	**(1.060.233)**	**-5%**	**PMSO**	**(316.421)**	**(274.409)**	**-13%**
(655.966)	(567.670)	-13%	Pessoal excluindo PAE/PDC	(186.959)	(155.663)	-17%
(1.183)	19.573	-	PAE/PDC	(12.523)	4.819	-
(464.005)	**(512.136)**	**10%**	**MSO**	**(116.939)**	**(123.565)**	**6%**
(35.073)	(57.647)	64%	Materiais	(11.349)	(8.207)	-28%
(299.125)	(301.830)	1%	Serviços	(75.624)	(65.470)	-13%
(129.807)	(152.659)	18%	Outras Despesas	(29.966)	(49.888)	66%
(462.989)	1.037	100%	Provisões/Reversões operacionais	(441.079)	14.760	103%
(575.517)	(607.057)	5%	Deprec./Amort	(149.225)	(152.497)	2%
901.300	**1.351.467**	**-50%**	**EBITDA IFRS**	**(114.289)**	**317.241**	**378%**
1.338.036	**1.302.963**	**3%**	**EBITDA RECORRENTE**	**1.338.036**	**1.302.963**	**3%**
(683.743)	(449.318)	-34%	Resultado Financeiro	(209.726)	(268.244)	**28%**
194.514	438.936	126%	Receitas Financeiras	(3.968)	(86.796)	2087%
(878.257)	(888.254)	1%	Despesas Financeiras	(205.758)	(181.448)	-12%
-	-	-	**Resultado das Partic. Societárias**	-	-	-
(357.960)	**295.092**	**182%**	**Resultado Operacional Antes IR/CS**	**(473.240)**	**(103.500)**	**78%**
(122.151)	**(186.475)**	**53%**	**IR/CS**	**(19.830)**	**(1.577)**	**-92%**
(480.111)	**108.617**	**123%**	**Resultado Antes das Participações**	**(493.070)**	**(105.077)**	**79%**
-	-	-	**Participação Minoritária**	-	-	-
(480.111)	**108.617**	**123%**	**Resultado Líquido**	**(493.070)**	**(105.077)**	**79%**

a) – Receita Operacional Líquida

- Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) aumento de R$ 317,1 milhões (9,3%) na receita fixa das Usinas de Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.661/2019; (ii) redução da parcela variável de energia no valor de R$ 377,3 milhões, sendo parcela positiva de R$ 110,2 milhões em 2019, e parcela negativa de R$ 267,1 milhões em 2020; ocasionada por: a) pela extensão da parada de Angra 1 (1P25) por 26 dias além do previsto, devido a um curto circuito na conexão da excitratriz com o gerador elétrico; b) pela extensão da parada de Angra 2 (2P16) por 35 dias além do previsto, devido à oxidação verificada em 52 elementos combustíveis. Após o retorno da Usina de Angra 2 em operação, foi definido que sua potência ficará reduzida de 100% para 90% durante todo o ciclo dos novos elementos combustíveis. Em termos de quantidade física de energia produzida nas Usinas de Angra 1 e 2, houve uma redução de 5,6% na performance anual, sendo gerados 14.811,5 mil MWh em 2019 e 14.052,4 mil MWh em 2020.

- Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) aumento de R$ 79,3 milhões (9,3%) na receita fixa das Usinas de Angra 1 e 2, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.661/2019, que passou de R$ 852,3 milhões para R$ 931,6 milhões; que foi compensado por: (iii) provisão de desvio negativo de energia no valor R$ 50,6 milhões referente a não geração de energia em comparação ao total de garantia física, ocasionada por: a) extensão da parada de Angra 1 (1P25) por 26 dias além do previsto, devido a um curto circuito na conexão da excitratriz com o gerador elétrico; b) pela extensão da parada de Angra 2 (2P16) por 35 dias além do previsto, devido a uma oxidação verificada em 52 elementos combustíveis; (c) por fim, após o retorno da Usina de Angra 2 em operação, foi definido que sua potência ficará reduzida de 100% para 90% durante todo o ciclo dos novos elementos combustíveis. Em termos de quantidade física de energia produzida nas Usinas de Angra 1 e 2, houve uma redução de 6,4% na performance anual, sendo gerados 4.379,2 mil MWh em 2019 e 4.100,8 mil MWh entre trimestres; (iv) contabilização de excedente de energia no valor de R$ 57,7 milhões no 4T19, sem ocorrência no 4T20.

b) – Custos Operacionais

- Δ 2019 / 2020

Encargos sobre uso da rede elétrica

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2020, aumento do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST em R$ 12,0 milhões; (ii) em 2020, redução do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD no valor de R$ 4,7 milhões.

Combustível para produção de energia elétrica

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) em quantidade física, o consumo de urânio físsil equivalente (Kg Ueqv) foi inferior em 12,2%, sendo de 1.314,122 Kg Ueqv em 2019 e 1.153,961 Kg Ueqv em 2020, compensado pelo: (ii) aumento do custo médio das recargas de combustível nuclear que foram consumidas nos períodos comparados, que totalizam R$ 267,7 milhões na data base de Dezembro de 2019 e de R$ 305,5 milhões da data base de Dezembro de 2020, representando um aumento aproximado de 14,1% em seus preços médios unitários equivalentes.

- Δ 4T2019 / 4T2020

Encargos sobre uso da rede elétrica

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) no 4T20 redução do CUST em R$ 1,1 milhão; (ii) no 4T19 reversão de provisão do CUSD no valor de R$ 6,4 milhões, sem contrapartida no 4T20.

Combustível para produção de energia elétrica

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) aumento no consumo de urânio físsil equivalente (Kg Ueqv) em 3%, sendo de 335,714 Kg Ueqv no 4T19 e 347,301 Kg Ueqv no 4T20 no valor de R$ 9,0 milhões; (ii) aumento do custo médio das recargas de combustível nuclear que foram consumidas nos períodos comparados no valor de R$ 9,5 milhões, representando um aumento aproximado de 14,1% em seus preços médios unitários equivalentes em razão de parcela de reajuste de preço sobre os contratos de aquisição de elementos combustíveis, nas etapas que incidem ajuste por variação do câmbio (dólar e euro); (iii) ajuste não recorrente no valor de R$ 17,2 milhões (4T20) referentes ao consumo do combustível de trimestres anteriores, antes apurado por estimativas.

c) – Despesas operacionais

c.1) Pessoal

- Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, provisão da Participação de Lucros e Resultados - PLR R$ 21,0 milhões sem contrapartida em 2020; em 2020 reduções: (ii) redução de utilização do Plano Médico R$ 14,6 milhões; (iii) redução de contribuição ao INSS R$ 7,8 milhões; (iv) maior alocação de pessoal para projetos em 2020 R$ 12,7 milhões; (v) ajuste não recorrente em provisão de férias no valor R$ 43,3 milhões; em 2020, aumentos: (vi) aumento de horas extras R$ 6,8 milhões; (vii) variação de salários R$ 3,7 milhões por: (a) aumento de 3,55% concedido aos empregados por meio de Acordo Trabalhista - ACT a partir de outubro de 2019, com efeitos retroativos a maio de 2019; (b) aumento médio de 1,5% médio por aplicação de promoção por Sistema de Avanço de Nível – SAN a partir de outubro de 2019 com efeitos retroativos a maio de 2019, compensado por: (c) redução relativa a adesão de 56 funcionários ao último plano de demissão consensual, com as últimas saídas computadas em abril de 2020. A expectativa de redução na conta de pessoal era de cerca de R$ 33,7 milhões. Considerando os últimos 3 planos de desligamento com reflexos em 2019 e 2020, a economia efetiva foi de R$ 41,2. Economia esperada de OBZ R$ 0,00.

- Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) provisão PLR de 2019 sem contrapartida no 4T20 no valor de R$ 21,0 milhões; (ii) redução da utilização do Plano de Saúde R$ 2,9 milhões; (ii) redução de periculosidade R$ 2,7 milhões; (iv) redução relativa a adesão de 56 funcionários ao último Plano de Demissão Consensual, com as últimas saídas computadas em abril de 2020; compensado por: (v) valores alocados de Pessoal para Projeto (HH) R$ 10,9 milhões no 4T20 conta R$ 12,6 no 4T19. A expectativa de redução na conta de pessoal era de cerca de R$ 33,7 milhões, sendo R$ 8,5 milhões no 4T20 esperados com o Plano de Desligamento. Considerando os últimos 3 Planos de Desligamento com reflexos em 2019 e 2020, a economia efetiva foi de R$ 10,3 milhões no 4T20, superando a meta de economia. Não havia meta de OBZ em pessoal para ELETRONUCLEAR.

c.2) Material

- Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, custos da parada de Angra 2 (2P15 2T2019) no valor de R$ 9,3 milhões, bem como custos da pré-parada de Angra 1 (1P25 1T2020) no valor de R$ 2,9 milhões; (ii) em 2020, custos da parada de Angra 1 (1P25 1T2020) no valor de R$ 17,2 milhões, bem como custos da parada de Angra 2 (2P16 2T2020) no valor de R$ 6,5 milhões; (iii) aumento do consumo de materiais com reflexo indireto pelas intercorrências das paradas 1P25 e 2P16 no valor de R$ 10,1 milhões, tendo em vista: (a) a extensão da parada de Angra 1 (1P25) por 26 dias além do previsto, devido a um curto circuito na conexão da excitratriz com o gerador elétrico, e (b) a extensão da parada de Angra 2 (2P16) por 35 dias além do previsto, devido a uma oxidação verificada em 52 elementos combustíveis.

- Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) custos da pré-parada de Angra 1 (1P25 1T2020) no valor de R$ 2,9 milhões ocorrido no 4T19, sem ocorrência no 4T20.

c.3) Serviços

- Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, custos habituais dos serviços da parada de Angra 2 (2P15 2T2019) no valor de R$ 67,4 milhões; (ii) em 2020, devido à Pandemia do COVID-19, o escopo das paradas foi bastante reduzido em suas atividades, sendo assim, os custos dos serviços das paradas de 2020 foram inferiores aos de 2019, como segue: (a) 1P25 (1T2020) R$ 47,2 milhões; (b) 2P16 (2T2020) R$ 14,5 milhões;

- Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) custos remanescentes da parada de Angra 1 (2P15 ocorrida no 2T2019) no 4T19, no valor de R$ 12,3 milhões e sem ocorrência no 4T20; (ii) despesas diversas de R$ 4,6 milhões e despesas com leiloeiros de R$ 2,0 milhões, sem ocorrência no 4T20; (iii) no 4T20, maior gasto com à Fundação Eletronuclear de Assistência Médica - FEAM no valor de R$ 9,8 milhões.

c.4) Outras despesas

- Δ 2019 / 2020

A variação se deu, principalmente, em razão de: em 2019: (i) perdas em condenações judiciais trabalhistas no valor de R$ 26,2 milhões; (ii) perdas em condenações judiciais tributárias no valor de R$ 7,3 milhões; (iii) perdas em condenações judiciais em processos cíveis no valor de R$ 9,3 milhões; em 2020: (iv) Perdas em condenações judiciais trabalhistas no valor de R$ 12,7 milhões; (iii) ajuste de valores de registrados em Investimento transferidos para despesa referentes aos projetos descontinuados, no valor de R$ 29,5 milhões; (iii) maiores gastos com Impostos e taxas (IPTU / Outros) R$ 4,2 milhões; (iii) maiores gastos com seguros R$ 7,3 milhões; (iii) pagamento de anuidade à *Eletric Power Research Institute* R$ 10,0 milhões, sem contrapartida em 2019; (iii) maiores custos com aluguel de software R$ 2,6 milhões.

- Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) no 4T19, atualizações de provisões para contingências no valor de R$ 9,2 milhões, sem ocorrência no 4T20; (ii) perdas reconhecidas em processos trabalhistas no 4T19 no valor de R$ 8,4 milhões; (iii) no 4T20, ajuste de valores de registrados em investimento que foram transferidos para "outras despesas" referentes aos projetos descontinuados, no valor de R$ 29,5 milhões sem contrapartida em 2019.

d) - Resultado financeiro

- Δ 2019 / 2020

Rendimento sobre Fundo de Descomissionamento

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2020, rentabilidade positiva do fundo de descomissionamento, no valor de R$ 405,2 milhões contra rendimento positivo em 2019 de R$ 119,0 milhões. O fundo de descomissionamento possui posições em operações compromissadas de dólar futuro, sendo a variação de sua rentabilidade extremamente sujeita a estas oscilações cambiais.

Encargos de dívidas

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) em 2020, redução dos indexadores de contratos com BNDES e Eletrobras, com destaque para (a) TJLP de 5,57% em dezembro de 2019 para 4,55% em dezembro de 2020 (b) CDI de 6,11% em dezembro de 2019 para 2,97% em dezembro de 2020; (ii) conversão de empréstimos com a Eletrobras *holding* em capital no valor de R$ 1.035,8 milhões em outubro de 2020.

- Δ 4T2019 / 4T2020

Rendimento sobre Fundo de Descomissionamento

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) no 4T19 rentabilidade negativa do fundo de descomissionamento, no valor de R$ 18,1 milhões; (ii) no 4T20 rentabilidade negativa do fundo de descomissionamento, no valor de R$ 110,5 milhões. O fundo de descomissionamento possui posições em operações compromissadas de dólar futuro, sendo a variação de sua rentabilidade extremamente sujeita a estas oscilações cambiais.

Encargos de dívidas

A variação se deu, principalmente, em razão de: (i) no 4T20, redução dos indexadores de contratos com BNDES e Eletrobras, com destaque para (a) TJLP de 5,57% em dezembro de 2019 para 4,55% em dezembro de 2020 (b) CDI de 6,11% em dezembro de 2019 para 2,97% em dezembro de 2020; (ii) conversão de empréstimos com a Eletrobras *holding* em Capital no valor de R$ 1.035,8 milhões outubro de 2020.

e) – Provisões/reversões operacionais

- Δ 2019 / 2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: (i) em 2019, registro de *impairment* de Angra 3 no valor de R$ 462,1 milhões.

- Δ 4T2019 / 4T2020

A variação se deve, principalmente, em razão de: no 4T20: (i) revisão de provisões para contingências no valor de R$ 7,1 milhões, devido à revisão de prognósticos em diversos processos judiciais; (ii) atualização atuarial no valor de R$ 22,9 milhões; no 4T19: (iii) registro de *Impairment* de Angra 3 no valor de R$ 462,1 milhões, sem ocorrência no 4T20; (iv) provisão de PLR no valor de R$ 22,0 milhões, sem contrapartida no 4T20; (v) revisão de provisões para contingências no valor de R$ 14,5 milhões (baixas de provisões, com destaque para processo do Instituto do Seguro Social - INSS no valor de R$ 9,8 milhões); (vi) atualização atuarial no valor de R$ 32,0 milhões.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2020

Abaixo quadro do resultado financeiro dos dois períodos:

	R$ MIL	
	2020	2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	16.333	6.748
Ganho sobre tít.e val. Mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 11)	405.281	119.006
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	11.663	27.681
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	-	251
Var. monetárias diversas	2.377	1.451
Var. monetárias Empréstimo	82	1.462
Outras receitas financeiras	3.200	37.915
	438.936	194.514
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos s/ financiamentos	(554.956)	(613.302)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(136.441)	(153.539)
Ajuste a valor presente da obrigação para arrendamento mercantil - IFRS 16	(3.847)	(5.468)
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	(156.077)	(30.031)
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	(250)	(15.100)
Var. monetárias diversas	-	(11.884)
Var. monetária Empréstimo	(13.011)	(16.003)
Var. monetária AFAC	(17.883)	-
Outras despesas financeiras	(5.789)	(32.930)
	(888.254)	(878.257)
TOTAL	(449.318)	(683.743)

20- ENCERRAMENTO

O ano de 2020, foi de grandes desafios, principalmente, por conta da pandemia do novo coronavírus. A ELETRONUCLEAR se viu obrigada a passar boa parte de seus colaboradores para o teletrabalho quase que da noite para o dia. Tivemos que fazer muitas adaptações em nossos processos e em nossa forma de trabalhar para que tudo desse certo, contudo, o desempenho da Companhia indicou que o caminho trilhado seguiu a direção correta. Entretanto, temos pela frente importantes desafios que serão decisivos para o sucesso em longo prazo da ELETRONUCLEAR.

Dentre estes desafios destaca-se a conclusão de Angra 3, um empreendimento fundamental para a ELETRONUCLEAR e por extensão para a sua controladora. A viabilização das futuras usinas nucleares brasileiras é outro ponto importante, haja vista a comprovação da necessidade de complementação térmica à matriz elétrica brasileira.

O despacho de nossas usinas praticamente a 100% ao longo de todo o ano de 2020 evidencia o papel que a geração térmica de base vem desempenhando na garantia da segurança do suprimento de energia elétrica.

Quando falamos em transição para a economia de descarbonização, a energia nuclear no futuro do Brasil tende a prover esse papel, com condições de ocupar de 10 a 15% da matriz energética com geração sustentável e segura.

Além disso, acreditamos que o país tem a oportunidade de ser um dos atores mais importante no mercado nuclear mundial. Dispomos da sétima maior reserva de urânio no mundo, geologicamente com pouca prospecção, e temos o domínio tecnológico de todas as etapas de produção de combustível. Para que esse cenário se concretize, se faz necessário conquistar a aceitação pública para a energia nuclear, um esforço que faz parte de nossas metas.

No encerramento do exercício, a Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR vem agradecer aos empregados que se engajaram nas conquistas da Companhia, pelo elevado espírito de participação e empenho em suas funções; à população da macrorregião da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, pelo apoio às nossas atividades e pelas diversas parcerias empreendidas na busca do desenvolvimento econômico e social da região; a todos nossos clientes, acionistas, parceiros e fornecedores; aos Conselheiros de Administração e Fiscal, pela diligente condução da gestão da Companhia; à Diretoria da Eletrobras e ao Ministério de Minas e Energia, pela confiança em nós depositada.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5a	9.051	8.706
Títulos e valores mobiliários	5b	378.424	103.486
Clientes	6	319.724	391.797
Impostos e contribuições sociais	7	33.567	34.032
Estoque de combustível nuclear	8	428.340	538.827
Almoxarifado	9	183.306	102.233
Outros	10	130.568	63.830
		1.482.980	**1.242.911**
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	11	1.753.827	1.222.393
Clientes	6	-	9.187
Estoque de combustível nuclear	8	1.264.780	840.550
Depósitos vinculados	12	68.222	72.312
Outros	10	1.289	1.289
		3.088.118	**2.145.731**
Imobilizado	14	13.018.163	12.577.194
Intangível	15	92.374	98.564
		16.198.655	**14.821.489**
TOTAL DO ATIVO		**17.681.635**	**16.064.400**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	1.180.289	843.466
Financiamentos e empréstimos	17	344.038	793.095
Impostos e contribuições sociais	18	96.721	82.354
Obrigações estimadas	19	34.175	72.748
Encargos setoriais	20	15.576	29.672
Benefícios pós-emprego	21	4.101	3.656
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	9.411	25.787
Arrendamento Mercantil	26	22.459	24.338
Ressarcimento de Cliente - Desvio Negativo	27	244.852	-
Outros		44.184	42.111
		1.995.806	**1.917.227**
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos e empréstimos	17	7.267.733	7.956.133
Impostos e contribuições sociais	18	212	1.308
Provisões para riscos	23	244.718	234.165
Benefícios pós-emprego	21	519.997	73.807
Obrigação para desmobilização de ativos	24	3.040.011	3.129.379
Provisão para plano de incentivo de desligamento	22	8.888	18.298
Arrendamento Mercantil	26	9.539	31.998
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	25	1.070.064	700.000
Ressarcimento de Cliente - Desvio Negativo	27	22.259	-
		12.183.421	**12.145.088**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**28**		
Capital social		8.493.036	6.607.258
Prejuízos acumulados		(4.109.009)	(4.217.626)
Resultados abrangentes		(881.619)	(387.547)
Lucro (prejuízo) do período		-	-
		3.502.408	**2.002.085**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**17.681.635**	**16.064.400**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	NOTA	2020	2019
Receita Operacional Líquida	29	3.035.846	3.088.510
Custo Operacional	30	(1.800.098)	(1.754.369)
Lucro Operacional Bruto		**1.235.748**	**1.334.141**
Despesas Operacionais	31	(491.338)	(1.008.358)
Resultado do Serviço de Energia Elétrica		**744.410**	**325.783**
Resultado Financeiro	32	(449.318)	(683.743)
Resultado antes dos Impostos		**295.092**	**(357.960)**
Imposto de renda e contribuição social	33	(186.475)	(122.151)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		**108.617**	**(480.111)**
Quantidade Ponderada de Ações Ordinárias		23.278.008	20.401.976
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação		0,0047	(0,0235)

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	NOTA	2020	2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		108.617	(480.111)
Resultados abrangentes			
Ganho (Perda) em benefícios pós-emprego	21	(494.072)	179.497
		(494.072)	179.497
Resultado abrangente do exercício		**(385.455)**	**(300.614)**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

*Os resultados abrangentes estão líquidos dos efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**6.607.258**	**(3.737.515)**	**(567.044)**	**2.302.699**
Prejuízo líquido do exercício	-	(480.111)	-	(480.111)
Ganho em benefícios pós-emprego	-	-	179.497	179.497
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**6.607.258**	**(4.217.626)**	**(387.547)**	**2.002.085**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**6.607.258**	**(4.217.626)**	**(387.547)**	**2.002.085**
Lucro do exercício	-	108.617	-	108.617
Perda em Benefício pós- emprego	-	-	(494.072)	(494.072)
Capitalização de AFAC - 99ª AGE de 21/10/2020	850.000	-	-	850.000
Capitalização de Financiamento - 99ª AGE de 21/10/2020	1.035.778	-	-	1.035.778
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**8.493.036**	**(4.109.009)**	**(881.619)**	**3.502.408**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos	**295.092**	**(357.960)**
Ajustes na conciliação do lucro com o caixa gerado		
Depreciação de ativo imobilizado	567.751	536.919
Depreciação de direito de uso - IFRS 16	24.283	23.327
Impairment do Imobilizado	-	462.122
Amortização do intangível	15.024	15.271
Baixas e atualização monetária de depósito judicial	5.488	29.240
Consumo de matéria-prima	445.273	430.406
Variações monetárias e cambiais - fornec. , perda transmissão e dif. de tarifa	144.663	17.199
Variação monetária - AFAC	17.883	-
Variação monetária - financiamento	12.929	14.541
Encargos - financiamentos e empréstimos	554.956	613.302
Rendimentos do fundo para desmobilização de ativos	(405.281)	(119.006)
Rendimentos dos títulos e valores mobiliários de curto prazo	(16.333)	(6.748)
Benefícios pós-emprego - provisão atuarial	(14.983)	4.320
Participação nos lucros e resultados	-	20.937
Provisão para plano de incentivo de desligamento	(25.787)	(10.410)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.332	6.197
Ajuste a valor presente de obrigação para desmobilização de ativos	136.441	153.539
Ajuste a valor presente de obrigação com arrendamento mercantil	3.847	5.468
Provisões para risco	10.553	(9.912)
	1.775.131	**1.828.752**
Variação - (acréscimo) e decréscimo - nos ativos operacionais		
Clientes	81.260	(25.431)
Estoques	(840.089)	(494.280)
Impostos e taxas a recuperar - PASEP,COFINS, IRPJ, CSLL e outros	465	(7.549)
Cauções e depósitos vinculados	(1.398)	(3.068)
Outras variações nos ativos operacionais	12	18.029
	(759.750)	**(512.299)**
Variação - acréscimo e (decréscimo) - nos passivos operacionais		
Fornecedores	192.159	(344.846)
Impostos e taxas, exceto imposto de renda e contribuição social	13.271	25.061
Obrigações de folha de pagamento e provisão de férias	(38.573)	(15.220)
Pagamento de dívida à entidade de previdência privada	(4.560)	(4.405)
Pagamento de IR e CSLL	(186.475)	(122.151)
Pagamento de PLR	-	(23.114)
Pagamento de Incentivo de Desligamento	(6.213)	(11.592)
Pagamento de IOF e encargos de dívida	(445.634)	(614.563)
Pagamento obrigações de arrendamento - IFRS 16	(28.185)	(27.055)
Ressarcimento desvio negativo	267.111	-
Outras variações nos passivos operacionais	(33.704)	(25.811)
	(270.803)	**(1.163.696)**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**744.578**	**152.757**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	-	432.374
Pagamento de financiamentos de natureza de curto prazo	(223.930)	(263.216)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.202.181	700.000
Recursos provenientes das (aplicados nas) atividades de financiamentos e empréstimos	**978.251**	**869.158**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - acréscimo e (decréscimo)		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.328.893)	(789.961)
Aquisição de ativo intangível	(8.833)	(9.920)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(2.102.140)	(1.353.452)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.717.382	1.136.319
Recursos aplicados nas atividades de investimento	**(1.722.484)**	**(1.017.014)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**345**	**4.901**
Transações que não envolveram caixa:		
Direito de uso dos ativos - IFRS 16	-	(77.923)
Obrigações de arrendamento - IFRS 16	-	77.923
Imobilizado para desmobilização de ativo	225.808	(355.712)
Obrigações para desmobilização de ativo	(225.808)	355.712
Aumento de capital social	1.885.778	-
Conversão de Empréstimos e Financiamentos em capital social	(1.035.778)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	(850.000)	-
- Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.706	3.805
- Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.051	8.706
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**345**	**4.901**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de venda de energia e serviços	3.459.334	3.519.659
Outras Receitas Operacionais	280	-
Receita relativa à construção de ativos - usina Angra 3	1.127.660	634.456
Provisão para devedores duvidosos	(3.332)	(6.197)
	4.583.942	**4.147.918**
MENOS:		
INSUMOS		
Serviços de terceiros	301.830	299.125
Serviços de terceiros - usina Angra 3	340.907	48.945
Materiais	57.647	35.073
Materiais - usina Angra 3	741.380	535.837
Combustível para produção de energia	445.273	430.406
Provisões/Reversões operacionais	(15.172)	(20.060)
Encargos da rede de transmissão	179.910	172.661
Seguros das usinas Angra 1 e 2	25.643	22.523
Luz, telefone, água e esgoto	8.535	10.037
Outros custos operacionais	60.283	44.284
Recuperação/Perda de valores ativos (*Impairment*) - usina Angra 3	-	462.122
Outros custos - usina Angra 3	26.498	18.972
	2.172.734	**2.059.925**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**2.411.208**	**2.087.993**
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	(607.057)	(575.517)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.804.151**	**1.512.476**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	438.936	194.514
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.243.087**	**1.706.990**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	451.307	557.353
Remuneração do trabalho - usina Angra 3	18.875	30.702
Impostos, taxas e contribuições federais	662.629	606.531
Encargos Setoriais	104.036	107.018
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	888.254	878.257
- Aluguéis	9.369	7.240
Remuneração de capitais próprios		
- Resultado líquido do exercício	108.617	(480.111)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**2.243.087**	**1.706.990**

(As notas explicativas da administração integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, (denominada "ELETRONUCLEAR" ou "Companhia"), Companhia de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, com sua sede fixada na Rua da Candelária, nº 65 - 2º ao 14º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.091-020 tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. Dentro do escopo desse objeto, a Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das Usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a construção da terceira unidade nucleoelétrica, denominada Usina Angra 3, cujo estágio está descrito na nota 14g, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	VALIDADE DA LICENÇA
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	640 MW	Portaria MME Nº 416 de 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Janeiro 1985	40 anos
ANGRA 2	1.350 MW	Exp. Mot. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Setembro 2000	40 anos
ANGRA 3	1.405 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 de 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 de 31/07/97	Em fase de construção	

A energia elétrica gerada pela Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2013, foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela Aneel, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

Essas cotas-partes representam o percentual da energia proveniente das usinas, a ser alocado à cada distribuidora, calculado pela razão entre o seu mercado faturado dos consumidores e a soma dos mercados faturados dos consumidores cativos de todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Aneel estabeleceu as cotas-partes anuais referentes à geração para os anos de 2021 a 2028, bem como os montantes de energia a serem alocadas às distribuidoras do SIN em 2021, através das Resoluções Homologatórias:

- 2.011/2015 de 15 de dezembro de 2015 (cotas-partes de 2021)
- 2.179/2016 de 29 de novembro de 2016 (cotas-partes de 2022)
- 2.354/2017 de 05 de dezembro de 2017 (cotas-partes de 2023)
- 2.499/2018 de 18 de dezembro de 2018 (cotas-partes de 2024 a 2026)
- 2.643/2019 de 26 de novembro de 2019 (cotas-partes de 2027)
- 2.805/2020 de 24 de novembro de 2020 (cotas-partes de 2028)

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 512.826 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 674.316, em 31 de dezembro de 2019). As tratativas sobre a liquidez da Companhia podem ser observadas na nota 4.1d.

1.1 - COVID-19

Atividades Operacionais

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde -OMS caracterizou a propagação da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global.

A Companhia vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e das cidades onde se encontram suas unidades administrativas e operacionais, no que se refere à operação e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades, dado o setor estratégico em que está inserida.

A Companhia mantém acompanhamento diligente das suas operações, tendo aprimorado os protocolos originais de operação e ações emergenciais a serem adotadas. A força de trabalho da Companhia tem desempenhado com êxito suas atividades.

Em 2020, a Companhia não observou impactos relevantes no desempenho operacional relacionados à pandemia da COVID-19 em suas demonstrações financeiras, estando suas atividades autorizadas pelos órgãos federativos, visto a condição de atividade essencial às atividades do país.

Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a capacidade operacional e a implantação de seus projetos.

A ELETRONUCLEAR mantém o acompanhamento da receita de Geração com o planejado e até o momento não houve evidências de perdas financeiras.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

NOTA 2 – PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2021.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.1.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e Passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

As taxas utilizadas na conversão da moeda estrangeira para a moeda funcional da Companhia estão apresentadas abaixo:

Moeda	Nome	País	Taxa Final		Taxa Média	
			31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
USD	Dólar Americano	Estados Unidos	5,1967	4,0307	5,1578	3,9461
EUR	Euro	União Europeia	6,3779	4,5305	5,8989	4,4159

c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A Companhia realizou as revisões das normas CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e IAS 1 e IAS 8 – Materialidade, vigentes a partir de 1 de janeiro de 2020, e não identificou impactos materiais sobre as suas demonstrações financeiras.

NOTA 3 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidos abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente ao exercício anterior, salvo disposição em contrário.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

a) Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão e assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam determinadas premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Mais detalhes estão apresentados na nota 3.16.

b) Obrigação para desmobilização de ativos

O valor atual dessa obrigação depende de fatores, tais como: a taxa de desconto representativa do risco da obrigação e das condições atuais do mercado para desmobilização de usinas nucleares semelhantes.

c) *Impairment* de ativos

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na nota 3.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa – UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (nota 14c).

d) Depreciação Acelerada

A Companhia registra depreciação acelerada sobre o bem cujo término da vida útil supera a data da licença de operação das Usinas Angra 1 e Angra 2.

e) Consumo de Combustível Nuclear

A Companhia efetua um acompanhamento mensal do desempenho dos elementos combustíveis e registra o consumo (amortização) com base no saldo residual e na queima acumulada mensalmente, dos elementos combustíveis que compõem o núcleo do reator.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, integrantes das atividades de gerenciamento de caixa da Companhia, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 – Títulos e valores mobiliários de curto prazo

Tratam-se das aplicações financeiras destinadas à compra de ativo fixo e outras atividades de investimento. Os rendimentos auferidos nessas aplicações financeiras não foram capitalizados no ativo imobilizado em 2020 tendo em vista os reduzidos avanços físicos no empreendimento Angra 3.

3.4 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio de resultado. A classificação depende do modelo de negócio no qual o ativo é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

a) Custo Amortizado

Os ativos financeiros que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) devem ser classificados como ativos financeiros ao custo amortizado. Em resumo, se o ativo financeiro é um instrumento de dívida simples cujo objetivo consiste em receber apenas juros e principal, ele deve ser classificado e contabilizado ao custo amortizado.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados na categoria de custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados e reconhecidos ao justo valor por meio do resultado. Portanto, a categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado representa uma categoria "residual". Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria.

Vale salientar, que os ativos financeiros que são detidos e gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é não somente de coletar fluxos de caixa contratuais, mas também de vender os ativos financeiros, devem ser classificados como ativos financeiros ao justo valor por meio dos outros resultados abrangentes. Ele consiste em contabilizar o ativo financeiro ao valor justo no balanço patrimonial, registrando as receitas financeiras no resultado ao custo amortizado por aplicação da taxa de juros efetiva do instrumento e o ajuste de marcação a mercado do instrumento em outros resultados abrangentes.

3.4.1 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da-propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receita/despesa financeira" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em Bolsa não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros referentes a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço anual, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.4.2 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4.3 – Redução a valor recuperável (*impairment*) – Ativos Financeiros

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao Valor Justo por meio de Outros resultados abrangentes - VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

O modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

A mensuração das provisões para perdas é feita de acordo com as seguintes bases:

	CPC 48/IFRS 9
Perdas de crédito esperadas para 12 meses	Aquelas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço
Perdas de crédito esperadas para a vida inteira	Aquelas que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia adotou a abordagem simplificada e realizou o cálculo de perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro.

Um ativo financeiro é considerado pela Companhia como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido conforme regras vigentes da Companhia.

3.5 - Clientes

A conta de clientes corresponde ao valor a receber das concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, pela venda de energia no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, tais créditos são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante, conforme detalhado na nota 6.

3.6 - Estoques de combustível nuclear e almoxarifado

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU. São apropriados ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (nota 8);

c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante, está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (nota 9).

3.7 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas das Usinas Angra 1 e 2, para troca de combustível e manutenção, são apropriados ao resultado no exercício em que forem incorridos. O montante dos custos referentes às paradas foi de R$ 89.455 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$ 65.993 em 31 de dezembro de 2019).

No ano de 2020, ocorreram duas paradas programadas para reabastecimento e manutenção: 1P25 (Angra 1, de 11/01/2020 a 12/03/2020) e 2P16 (Angra 2, de 22/06/2020 a 17/08/2020).

3.8 - Fundo financeiro para descomissionamento (Títulos e valores mobiliários)

A Companhia possui, com o Banco do Brasil - BB, um fundo exclusivo de investimento para prover os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, classificado como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante realizável a longo prazo. A titularidade deste fundo é da Eletrobras conforme determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. A carteira desse fundo exclusivo encontra-se detalhada na nota 11 e o seu uso é restrito para futuro custeio das atividades de descomissionamento.

3.9 - Depósitos vinculados

Os depósitos judiciais, atualizados monetariamente, estão consignados em conta específica apresentada no grupo depósitos vinculados no ativo não circulante e estão detalhados na nota 12.

3.10 – Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é, geralmente, reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas na tabela XVI do anexo da Resolução Normativa Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015 (Diário Oficial da União - DOU de 18 de agosto de 2015 e 07 de dezembro de 2015 retificação) e na Resolução Normativa Aneel nº 529 de 21 de dezembro de 2012 (DOU de 28 de dezembro de 2012), sendo 3,26% ao ano a taxa média praticada para o imobilizado em serviço das Usinas de Angra 1 e 2; 16,67 % para ativos de informática; 14,29% para os veículos e 6,25% para os demais ativos utilizados administrativamente. A administração reconhece ainda como custo adicional de depreciação, através de testes individuais realizados em seus ativos, as parcelas de depreciações que, segundo os critérios estabelecidos pela Aneel, excedam as datas das licenças de operação das Usinas de Angra 1 e 2, sendo estas, respectivamente, dezembro de 2024 e junho de 2041. Desta forma, a parcela de depreciação assim considerada excedente é reconhecida de forma linear ao prazo de vida útil remanescente de cada ativo, respeitando-se os limites individuais das licenças de operação de cada Unidade Geradora de Caixa - UGC. A adoção deste procedimento a partir do exercício de 2013 implicou no reconhecimento de uma depreciação adicional no montante de R$ 104.259 em 2020 (R$ 98.764 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e também o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos do imobilizado incluem a estimativa de custos de desmobilização de suas unidades operativas, nos termos do que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os encargos financeiros e as variações monetárias são apropriados ao resultado do exercício, sendo transferida para o imobilizado em curso a parcela correspondente aos financiamentos dos bens alocados nesse grupo contábil, nos termos da Instrução contábil 6.3.6 item 2 letra d, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico expedido pela Aneel e de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 20 (R1) – Custos dos Empréstimos. Desde 2019, a Companhia revisitou esse procedimento e concluiu que o Projeto Angra 3 não mais se enquadraria como um ativo qualificável para a capitalização dos custos com empréstimos e financiamentos, tendo em vista os reduzidos avanços físicos no empreendimento (nota 14 g).

A ELETRONUCLEAR funciona por meio de autorização concedida pela União e não possui prazo para finalização, diferentemente, do que ocorre com as concessões de serviços públicos. Sendo assim, a Companhia entende que não atende às condições estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 01(R1) e, portanto, não está inserida em seu alcance.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

3.11 - Intangível - Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento, que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequadamente recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares, reconhecidos como ativos, são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

3.12 - Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 - Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por prazo superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.14 – Provisões

As provisões para restauração ambiental e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato fosse mantido. Antes de a provisão ser constituída, a ELETRONUCLEAR reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e o diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos, diretamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de tributos e leis fiscais promulgadas, ou, substancialmente, promulgadas na data do balanço e devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado, ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.16 - Benefícios a funcionários - Obrigações de aposentadoria

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, são determinados com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (nota 21).

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios definidos é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente utilizando taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. As premissas básicas aplicadas aos cálculos desenvolvidos pelos atuários são estabelecidas pela Eletrobras para todas as controladas. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos, imediatamente, em outros resultados abrangentes. O atuário determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem às demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida, imediatamente, no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

3.17- Ressarcimento de Clientes

A conta ressarcimento de clientes corresponde ao montante da diferença negativa apurada entre a energia gerada pelas Usinas e suas respectivas garantias físicas, valorado ao máximo entre o PLD médio do ano de referência e a receita fixa determinada pela Aneel, expressa em reais por megawatt-hora (R$/MWh).

O prazo para o ressarcimento é de 12 meses, sendo a primeira parcela ressarcida no mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência. Tal obrigação está classificada no passivo circulante e no passivo não circulante, conforme detalhado na nota 27.

3.18- Obrigação para desmobilização de ativos (passivo para descomissionamento)

A Companhia revisa anualmente os valores da provisão do passivo para descomissionamento.

Mensurada pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares, quais sejam: o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, os quais incorrerão no término da vida útil econômica das usinas, tendo como contrapartida o imobilizado.

No presente exercício, a Companhia está reconhecendo a atualização da estimativa da obrigação para desmobilização de ativos (nota 24).

3.19 - Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.20 - Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada, ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da ELETRONUCLEAR, após certos ajustes.

3.21- Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando retratar a transferência de bens ou de serviços aos clientes por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca dos referidos bens ou serviços. Para tanto, é necessário observar 5 (cinco) etapas, quais sejam: (a) Identificar os contratos com clientes; (b) Identificar as obrigações de desempenho separadas nos contratos; (c) Determinar o preço da transação; (d) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho separadas e (e) Reconhecer a receita quando cada obrigação de desempenho for satisfeita.

A receita da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal de suas atividades. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos do contrato de fornecimento.

3.22- Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.23 - Riscos ambientais, socioambientais e trabalhistas

(i) Riscos ambientais e socioambientais

A ELETRONUCLEAR está sujeita a diversas leis e normas ambientais e em particular a operação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA está submetida às condicionantes da Licença de Operação emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama e às exigências das Autorizações emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, detalhadas na Nota 14 d.

Este conjunto normativo tem como objetivo evitar, mitigar ou compensar os efeitos da operação da CNAAA sobre o meio ambiente e a sociedade.

O não atendimento à legislação vigente pode causar sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e afetar a imagem da Companhia perante os seus trabalhadores, as comunidades do entorno e a sociedade em geral.

A ELETRONUCLEAR, através de estudos e programas ambientais de monitoramento está atenta as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente. Para isso investe no aprimoramento contínuo de suas atividades, adotando vários instrumentos e ferramentas de gestão ambiental que minimizem os riscos ambientais e sociais, dentre os quais se destacam:

- Estudos de Impacto Ambiental;
- Auditorias Ambientais;
- Programa de Monitoração Ambiental Radiológico Operacional – PMARO;
- Programa de Monitoração de Fauna e Flora Marinha – PMFFM;
- Programa de Monitoração e Controle da Qualidade das Águas – PMCQA;
- Programa de Medida de Temperatura da Água do Mar;
- Programa de Medida de Cloro;
- Programa de Sedimentos Marinhos;
- Programa de Monitoração de Tartarugas Marinhas – PROMONTAR;
- Programa de Educação Ambiental;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Inserção Regional;
- Programas de Gerenciamento de Resíduos;
- Programa de Apoio à Educação Municipal e Estadual;

Adicionalmente, encontra-se em andamento a implantação, com apoio de consultoria externa, de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA na CNAAA – Unidades 1, 2 e instalações de apoio.

(ii) Risco trabalhista

A Companhia está sujeita às leis e normas trabalhistas vigentes que devem ser corretamente seguidas. O não atendimento à legislação vigente pode causar: sanções e multas aplicadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores; insatisfação dos empregados e perda da imagem da Companhia.

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

As descrições dos saldos contábeis por categoria dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras estão identificadas a seguir:

DESCRITIVO	Mensuração	31/12/2020	31/12/2019
		Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos financeiros mensurados			
pelo Custo Amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	9.051	8.706
Clientes	Custo Amortizado	319.724	400.984
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	68.222	72.312
Ativos financeiros mensurados			
pelo Valor Justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários	Valor Justo por meio do Resultado	2.132.251	1.325.879
Passivos financeiros mensurados			
pelo custo amortizado			
Fornecedores	Custo Amortizado	1.180.289	843.466
Financiamentos e empréstimos	Custo Amortizado	7.611.771	8.749.228
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	Custo Amortizado	1.070.064	700.000
Ressarcimento Cliente - Desvio Negativo	Custo Amortizado	267.111	-

4.1 - Fatores de risco

O Conselho de Administração da Companhia - CA tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Auditoria Interna e a Superintendência de Governança, Gestão de Riscos e Conformidade são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O reporte de suas atividades é feito, regularmente, ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a ELETRONUCLEAR está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A ELETRONUCLEAR, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

a) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como: as taxas de câmbio e taxas de juros e outros riscos de preço que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno, a saber:

a.1) Risco de taxa de câmbio

Os riscos de flutuação nas taxas de câmbio podem estar associados às exposições de algumas moedas em relação a ativos e passivos da Companhia, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos (fundo financeiro para descomissionamento e fornecedores) e ao euro (fornecedores).

Com exceção dos investimentos vinculados à variação do dólar dos Estados Unidos, detalhados na nota 11, que compõem a carteira do fundo exclusivo para descomissionamento, não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição.

A exposição total do risco de câmbio pode ser resumida na análise de sensibilidade abaixo:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FUNDO FINANCEIRO - 31 de Dezembro de 2020

MOEDA	MOEDA ESTRANGEIRA	SALDO REAL EM 31/12/2020	CENÁRIO I (PROVÁVEL)	CENÁRIO II (-25%)	CENÁRIO III (-50%)
			PERDA ESTIMADA	PERDA ESTIMADA	PERDA ESTIMADA
Dólar Americano	337.489	1.753.827	(32.635)	(462.933)	(893.231)
TOTAL		1.753.827	(32.635)	(462.933)	(893.231)

PREMISSAS ADOTADAS - FDO FINANCEIRO

MOEDA	CENÁRIO I	CENÁRIO II (-25%)	CENÁRIO III (-50%)
	Tx. de câmbio	Tx. de câmbio	Tx. de câmbio
Dólar Americano	5,10	3,83	2,55

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE FORNECEDOR - 31 de Dezembro de 2020

MOEDA	MOEDA ESTRANGEIRA	SALDO REAL EM 31/12/2020	CENÁRIO I (PROVÁVEL)	CENÁRIO II (+25%)	CENÁRIO III (+50%)
			GANHO ESTIMADO	PERDA ESTIMADA	PERDA ESTIMADA
Euro	(75.914)	(484.172)	23.374	(91.826)	(207.025)
Dólar Americano	(7.988)	(41.511)	772	(9.412)	(19.597)
TOTAL		(525.683)	24.146	(101.238)	(226.622)

PREMISSAS ADOTADAS - FONECEDOR

MOEDA	CENÁRIO I	CENÁRIO II (+25%)	CENÁRIO III (+50%)
	Tx. de câmbio	Tx. de câmbio	Tx. de câmbio
Euro	6,07	7,59	9,11

a.2) Risco de juros

A Administração da ELETRONUCLEAR entende que a exposição a risco de juros não é significativa, visto que os empréstimos e financiamentos contratados estão indexados, principalmente, à Unidade de Referência Fiscal - UFIR e à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou não possuem qualquer indexador, como é o caso do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, que possui taxa de juros fixa ao longo do contrato. Além disso, todos os recursos são captados em moeda nacional, o que reduz a exposição cambial.

A UFIR não sofreu qualquer variação no período, visto que foi extinta em 2000 e está congelada desde então. A TJLP, que é calculada e divulgada, trimestralmente, pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, foi reduzida para 4,55% a.a. para o quarto trimestre de 2020. O impacto para a ELETRONUCLEAR proveniente de mudanças da TJLP é suavizado pelo fato do contrato de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES prever que qualquer valor da TJLP que exceda o patamar de 6,00% a.a. é capitalizado ao saldo devedor. Além da taxa referente à TJLP, o contrato com o BNDES prevê o pagamento de um spread fixo de 1,72% a.a.

Aproximadamente 46% da dívida total da ELETRONUCLEAR está indexada à TJLP. No caso da dívida com taxas pré-fixadas, esse montante representa cerca de 41% do total. A dívida que está indexada à UFIR, que está congelada, representa cerca de 9% do total.

Além disso, apenas 0,2% da dívida total contratada está indexada à taxa SELIC. Outra fração de aproximadamente 3,7% do total da dívida da ELETRONUCLEAR está indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Segue abaixo a exposição total do risco de juros:

EXPOSIÇÃO A RISCO DE JUROS

FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	Moeda	Indexador	Taxa Efetiva	31/12/2020		31/12/2019	
				Principal	Juros *	Principal	Juros *
ANGRAS 1 e 2:							
ELETROBRAS - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	R$	*UFIR*	5,00%	199.059	41.609	233.220	56.839
ELETROBRAS - PSPE - ECF 3278	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	39.157	10.118
ELETROBRAS - PSPE - ECR 286	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	124.739	24.884
ELETROBRAS - INB - ECF 3284	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	104.157	41.656
ELETROBRAS - PAE - ECF 3347	R$	*IPCA*	-	-	-	31.535	657
ELETROBRAS - Capital de Giro - ECF 3367	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	120.000	4.752
ELETROBRAS - Capital de Giro - ECF 3370	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	50.000	1.980
ELETROBRAS - Capital de Giro - ECF 3374	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	167.142	6.619
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	R$	*IPCA*	7,90%	278.356	109.389	266.852	126.379
ANGRA 3:							
ELETROBRAS - RGR - ECF 2878	R$	*UFIR*	5,00%	507.588	239.624	537.300	268.426
ELETROBRAS - ECR 286	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	246.456	49.176
ELETROBRAS - ECF 3341	R$	*Taxa DI-Over*	-	-	-	152.195	60.869
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	R$	*TJLP*	6,26%	3.500.921	1.860.988	3.452.901	2.394.000
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito C	R$	*SELIC*	2,63%	5.025	43	7.858	171
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito D	R$	*SELIC*	2,85%	8.777	170	11.053	365
CEF - N° 0410.351-27/13	R$	*Sem indexador*	6,50%	3.112.045	2.096.645	3.204.663	2.301.299
TOTAL				7.611.771	4.348.468	8.749.228	5.348.190

* Montante de juros até o término das amortizações dos empréstimos calculado conforme taxas contratuais

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro que falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Conforme descrito na nota 1, a ELETRONUCLEAR tem a totalidade da sua geração de energia elétrica a partir de janeiro de 2013; comercializada através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com todas as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Normativa nº 530, de 21 de dezembro de 2012, evidencia que, apesar de o faturamento ser repassado pela CCEE, o risco de crédito final é da ELETRONUCLEAR.

Dessa forma, a ELETRONUCLEAR monitora constantemente os possíveis efeitos e a eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção.

Não há registro de inadimplência por parte de distribuidoras em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo, apresentamos as principais contas sujeitas a risco de crédito:

PRINCIPAIS CONTAS SUJEITAS A RISCO DE CRÉDITO

COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	SALDO EM 31/12/2019
Caixa e equivalentes de Caixa	9.051	8.706
Clientes - Venda de Energia	319.724	400.984
Titulos e Valores Mobiliários	2.132.251	1.325.879
TOTAL	2.461.026	1.735.569

CLIENTES 4º TRIMESTRE DE 2020

	CONCESSIONÁRIAS	FATURAMENTO	ATRASO EM DIAS
1	AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	5.716	0
2	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	9.418	0
3	EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	9.074	0
4	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	951	0
5	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	3.113	0
6	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	5.758	0
7	COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D	7.417	0
8	CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	16.309	0
9	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	10.804	0
10	CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ	7.102	0
11	COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	10.152	0
12	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	5.150	0
13	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	25.247	0
14	EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.770	0
15	COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	109	0
16	COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	302	0
17	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	14.863	0
18	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	9.194	0
19	COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	22.404	0
20	COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	4.294	0
21	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL JAGUARI)	462	0
22	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL LESTE PAULISTA)	284	0
23	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL MOCOCA)	219	0
24	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	21.247	0
25	COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	8.910	0
26	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SANTA CRUZ)	933	0
27	COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA (CPFL SUL PAULISTA)	386	0
28	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	120	0
29	DME DISTRIBUIÇÃO S.A.	398	0
30	ELEKTRO REDES S.A.	12.255	0
31	CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S.A. - ELETROCAR	160	0
32	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.	35.937	0
33	EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.	413	0
34	ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	793	0
35	ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	645	0
36	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA BR)	737	0
37	ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	1.123	0
38	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL S.A.	4.038	0
39	ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	6.078	0
40	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA NA)	578	0
41	ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	3.481	0
42	ENERGISA RONDÔNIA - DISTRIBUIDORADE ENERGIA S.A.	2.799	0
43	ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	2.435	0
44	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA SS)	1.138	0
45	ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	1.753	0
46	ENERGISA SUL SUDESTE - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. (ENERGISA VP)	887	0
47	EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	5.964	0
48	FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA.	48	0
49	IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA.	190	0
50	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	19.988	0
51	MUXFELDT, MARIN & CIA. LTDA.	56	0
52	NOVA PALMA ENERGIA LTDA.	70	0
53	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RGE DIST)	7.340	0
54	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (RGE SUL)	7.712	0
	TOTAL	319.724	

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Os planos da administração da Companhia estão descritos na nota 4.1 d, que inclui dentre outras, a necessidade de suporte financeiro de terceiros.

Índices de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível em caixa e equivalentes de caixa. A gestão deste risco implica manter caixa e equivalentes, além de aplicações que permitam à Companhia ter capacidade de liquidar suas posições de mercado nos respectivos vencimentos.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores:

- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,74 em 31 de dezembro de 2020 (0,65 em 31 de dezembro de 2019) e;
- a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades, de curto e de longo prazo, revela um índice de liquidez geral de 0,32 em 31 de dezembro de 2020 (0,24 em 31 de dezembro de 2019).

A administração da ELETRONUCLEAR entende que os riscos de liquidez corrente estão administrados. O índice de liquidez geral está afetado pelos financiamentos das obras da Usina Angra 3, cuja entrada em operação, aprovada internamente, tem como cronograma o início de geração de receita a partir de 30 de novembro de 2026 (nota 14 g).

No quadro abaixo, estão demonstrados os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Os valores divulgados no quadro são os fluxos de caixa não descontados contratados:

PASSIVOS FINANCEIROS POR VENCIMENTO

DESCRITIVO	R$ MIL			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2019 (i)				
- Empréstimos	1.350.745	956.166	2.826.430	8.939.570
- Fornecedores (iii)	843.466	-	-	-
TOTAL	2.194.211	956.166	2.826.430	8.939.570
Em 31 de dezembro de 2020 (i)				
- Empréstimos	786.314	799.725	2.350.329	8.001.049
- Fornecedores (iii)	1.180.289	-	-	-
TOTAL	1.966.603	799.725	2.350.329	8.001.049

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e fornecedores.

(ii) A divisão das faixas de vencimento não são determinadas pelas normas e sim baseadas em uma opção da administração de acordo com os contratos.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

d) Risco operacional

A ELETRONUCLEAR tem como atividade principal a operação das Usinas Angra 1 e 2, e em razão disso, tem apresentado, nos últimos anos, um excelente nível de eficiência, com destaque até no cenário internacional.

Toda a energia produzida por essas usinas tem fornecimento contratual de longo prazo firmado com as distribuidoras de energia elétrica; contratos esses regidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A ELETRONUCLEAR entende que o risco de inadimplência fica mitigado na quitação desse faturamento, face à atividade de administração financeira estar sob o controle da CCEE, que possui autonomia sobre os recursos reservados pelas distribuidoras para esse fim.

A receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 é regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, através do modelo do Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET: Módulo 6, Submódulo 6.7, com reajustes anuais e revisões quinquenais. A receita fixa para o ano de 2021 foi definida pela Resolução Homologatória nº 2.821 de 15 de dezembro de 2020 - DOU 18 de dezembro de 2020, no montante de R$ 3.424.500.

Salienta-se que, conforme regras de comercialização das energias das Usinas Angra 1 e 2, os desvios eventuais (sobras ou faltas) são apurados em cada exercício e são faturados ou devolvidos em duodécimos no exercício seguinte.

O principal insumo na geração de energia elétrica de fonte termonuclear é o combustível nuclear, insumo este fornecido no Brasil única e exclusivamente pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, empresa estatal de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, que, em nome da União, exerce no Brasil o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares, dentre eles, os elementos combustíveis utilizados nos reatores das Usinas Angra 1 e 2.

Desde 2018, época em que ainda era subordinada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, a INB vem sofrendo expressivas reduções orçamentárias e severas limitações no Orçamento Fiscal da União, o que tem lhe causado fortes dificuldades para honrar seus compromissos, aí incluindo a aquisição de matéria-prima para a fabricação do combustível nuclear, seja urânio nacional ou importado.

No presente, e agora sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia – MME, a INB relata que, a despeito de inúmeras tratativas com diversos órgãos governamentais, na busca de equacionar a situação, o problema persiste. Especificamente, para o próximo reabastecimento de Angra 2, planejado para junho de 2021 e cujo combustível necessariamente deve ser disponibilizado no site da usina em maio de 2021, a INB informa ter grandes dificuldades para efetuar o pagamento dos impostos inerentes à fabricação e ao fornecimento do combustível requerido para o mencionado reabastecimento, situação com potencial de inviabilizar o próprio fornecimento em data hábil. Na infeliz hipótese de essa situação se materializar, não restará outra alternativa para a ELETRONUCLEAR, qual seja, a de interromper a operação de Angra 2 até que a situação esteja resolvida.

Considerando os riscos de descontinuidade de operação das Usinas Angra 1 e 2, e também do compromisso e da importância que o suprimento de energia elétrica da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA tem no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, a administração da ELETRONUCLEAR tem submetido esses riscos aos diversos órgãos a quem está subordinada, no intuito de serem superadas estas ameaças de desabastecimento.

Atualmente, as Indústrias Nucleares do Brasil – INB, por questões legais, é considerada uma estatal dependente para fins de elaboração do orçamento da União. Nesse sentido, a INB tem apontado que os valores aprovados em seu orçamento fiscal, ao qual tem sido submetida, têm implicado a mesma em riscos à manutenção de sua adimplência contratual para com a ELETRONUCLEAR, o que implica em dizer, em última análise, e embora de probabilidade reduzida, numa eventual possibilidade de não fornecimento de nossos insumos ao processo de geração de energia elétrica, que seriam os elementos combustíveis por ela fabricados.

Como forma de superar estes entraves, a ELETRONUCLEAR e INB estão em fase de negociação de um novo contrato de fornecimento de elementos combustíveis, o qual abrangeria 5 (cinco) recargas para cada uma das Usinas atualmente em operação (Angra 1 e Angra 2) a partir de 2021, onde as dificuldades orçamentarias estão sendo discutidas conjuntamente nas respectivas alçadas de governança competentes, estando nelas incluídas o Ministério de Minas e Energia – MME e o Ministério da Economia – ME, com o intuito de viabilizar a promoção de um significativo reajuste de preço de fornecimento dos elementos combustíveis, a fim de que a INB passe a reunir condições fiscais sustentáveis para a sua eliminação da condição orçamentária de uma "estatal dependente", o que garantiria a segurança de suas operações e por consequência no cumprimento de seu contrato para com a ELETRONUCLEAR, eliminando, assim, o risco de a INB não produzir as recargas contratadas pela ELETRONUCLEAR por restrições orçamentárias.

A Eletrobras, controladora da ELETRONUCLEAR, conjuntamente ao Ministério de Minas e Energia – MME tem realizado gestões junto ao Ministério da Economia no intuito de superar as dificuldades orçamentárias ora vivenciadas pela INB.

No terceiro trimestre de 2020, durante a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2, foi detectada, nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contém as pastilhas de urânio enriquecido. Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a ELETRONUCLEAR substituiu os 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados, para o próximo ciclo de operação.

As medições das camadas de óxido foram concluídas em novembro de 2020 e os respectivos relatórios com os resultados foram entregues pela empresa contratada, Framatome. A próxima fase da análise é estudar o mecanismo de oxidação destes elementos combustíveis ao serem recarregados no núcleo do reator por mais um ciclo operacional. Com este objetivo serão carregados quatro destes elementos combustíveis menos oxidados. O nível de oxidação destes elementos combustíveis ao final deste novo ciclo operacional determinará quantos e quais poderão ser utilizados por mais dois ciclos operacionais. Reduzindo assim a quantidade de elementos combustíveis falhados.

Após a coleta de todas as informações e dados do elemento combustível, da operação da usina e dos resultados das medições, a Framatome emitirá um relatório da causa raiz do evento, o qual tem sua previsão de conclusão para maio de 2021. Todos os resultados serão submetidos à análise do órgão licenciador, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.

Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses, tendo inclusive batido seu próprio recorde de produção no último dia 19 de junho de 2020, com a marca de 200 milhões de MWh gerados desde 2001.

Houve o registro do desvio negativo (ressarcimento) de R$ 267.111 em dezembro de 2020, em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi superior ao programado para o ano (vide nota 27 e nota 29). Ele corresponde à quantidade de energia entregue a menor em 2020 valorado ao máximo entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD médio do ano de referência e a tarifa homologada pela Aneel na Resolução nº 2.661 de 17 de dezembro de 2019; e deverá ser ressarcido a todas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, em parcelas duodecimais, a partir de fevereiro de 2021.

Assim considerando, exceto pelos fatos acima narrados, entende a administração da ELETRONUCLEAR, não haver nenhuma outra expectativa econômica e financeira que possa indicar um risco de descontinuidade operacional das Usinas Angra 1 e 2.

Com o objetivo de caracterizar a situação atual de Angra 3 e as implicações da sua paralisação para a ELETRONUCLEAR e para o Sistema Eletrobras, a administração da Companhia vem conduzindo iniciativas para a implantação de um Plano de Ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

Desde 2016, a ELETRONUCLEAR vem buscando assessoria de consultorias especializadas visando à conclusão de Angra 3. Foram elas:

(i) Deloitte Consultores - Para auditar o status das obras civis e verificar irregularidades apresentadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU por meio de Relatório de Fiscalização (TC n. 002.651/2015-7), bem como efetuar uma análise da estimativa dos custos relacionados ao cancelamento das obras de implantação da usina, bem como da estimativa de custos para sua conclusão - *Cost to Complete*, foi contratada a Deloitte Consultores. Foi analisada a procedência das constatações do TCU, bem como estudos de mecanismos de ajuizamentos de ações em ressarcimentos a eventuais prejuízos identificados. Já a orçamentação de Angra 3 foi estruturada em rubricas de diversas disciplinas e áreas envolvidas na construção da obra. Foi desenvolvido um modelo econômico-financeiro para o cancelamento do projeto, contemplando as projeções financeiras na data base de 30 de junho de 2016. O custo total estimado de cancelamento da Usina Termonuclear -UTN Angra 3 considerou o custo de desmobilização das obras já existentes, a multa rescisória do contrato de comercialização e o custo financeiro de liquidação dos empréstimos vigentes;

(ii) Alvarez & Marsal - Tomando como base os relatórios da Deloitte, foi contratada uma consultoria especializada na estruturação de empresas, com conhecimento na avaliação da construção e operação de usinas nucleares, a Alvarez & Marsal, para realizar os estudos econômico-financeiros necessários para viabilizar uma parceria que atenda questões operacionais e financeiras de acordo com a visão societária definida pela Companhia e assessorá-la no processo de retomada do empreendimento, incluindo assessoria no pleito de revisão tarifária de Angra 3 e a estruturação financeira e operacional com um parceiro, provavelmente internacional. Foram avaliados diversos cenários e modelos de negócio.

(iii) Veirano Advogados – Para analisar a legalidade da possível estrutura societária do negócio e do ambiente regulatório dos cenários estudados pela Alvarez & Marsal, bem como do modelo de efetivação da parceria em avaliação, foi contratado a Veirano Advogados, uma consultoria jurídica especializada em direito societário, com vasta experiência no setor elétrico.

A conclusão das obras da Usina de Angra 3 em condições sustentáveis depende de uma nova estruturação financeira, dado o montante de investimentos ainda a realizar, da ordem de R$ 18,6 bilhões (não auditado).

Atualmente, a ELETRONUCLEAR não possui garantias disponíveis para conseguir um novo empréstimo, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017, expirou o *waiver* contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CEF, passando a Companhia a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo, fortemente, o caixa da Companhia. Os pagamentos do serviço da dívida relativos ao contrato de financiamento com o BNDES foram suspensos durante o período de maio de 2020 a outubro de 2020, em função das medidas para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19, com a retomada dos pagamentos das obrigações no mês de novembro.

Uma das grandes questões que precisava ser sanada para que fosse possível prosseguir rumo à conclusão do empreendimento de Angra 3 era a revisão do valor, originalmente, definido para a tarifa de Angra 3, de R$ 237/MWh (vigente entre novembro de 2016 e outubro de 2017). Esse valor apresentava grande defasagem em relação ao necessário para tornar a operação da usina sustentável, bem como inviabilizava a renegociação com credores.

Para tentar solucionar essa questão, em 05 de junho de 2018, aconteceu a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, na qual foi determinada a formação de um Grupo de Trabalho -GT liderado pelo MME, com a participação dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, da Eletrobras, da ELETRONUCLEAR e do Gabinete de Segurança Institucional - GSI, visando elaborar, em 60 dias, um documento propondo e justificando a revisão da tarifa de Angra 3 e as medidas necessárias para conclusão do projeto. A versão final do documento foi concluída em setembro de 2018.

Em 23 de outubro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução nº 14 do CNPE, que estabelece condições iniciais para a viabilização de Angra 3, confirmando as decisões da 4ª Reunião Extraordinária do CNPE, ocorrida no dia 09 de outubro de 2018, que apreciou as considerações do referido Grupo de Trabalho. Tal resolução determinou a aprovação do valor de referência para o preço de energia de Angra 3, de R$ 480,00/MWh (base julho de 2018), conforme calculado pela Empresa de pesquisa Energética - EPE, bem como remeter ao Conselho do Programa de Parceria de Investimento a avaliação dos três modelos propostos pelo Grupo de Trabalho para a viabilização de Angra 3 por meio de participação de investidor privado (societária, não societária e sociedade de propósito específico - SPE) e definição do modelo de negócio e processo competitivo mais adequados.

Essa revisão tarifária foi fundamental, pois, além de dar condições para a renegociação da dívida, restabeleceu a atratividade do projeto, fortalecendo o interesse dos eventuais parceiros.

Conforme orientação do Conselho de Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI, a ELETRONUCLEAR realizou, em maio e junho de 2019, o processo de *Market Sounding* junto aos potenciais parceiros, detentores e proprietários de tecnologia de usinas nucleares à água pressurizada (PWR), com experiência em construção e comissionamento de usinas nucleares e atuação internacional no setor nuclear. Após convites e confirmações de interesse em participar desta etapa, as empresas que participaram deste processo foram: *Électricité de France* - EDF e Framatome (ambas da França), *Rosatom State Atomic Energy Corporation* (Rússia), *China Nacional Nuclear Corporation* - CNNC e *State Nuclear Power Technology - SNPTC* (ambas chinesas), *Korea Electric Power Corporation* - KEPCO (Coréia) e *Westinghouse* (EUA). Os potenciais parceiros enviaram seus questionamentos sobre o documento recebido e suas considerações sobre os modelos propostos, que foram apresentadas durante reuniões individuais com cada potencial parceiro interessado na viabilização de Angra 3. O relatório com os resultados do processo foi encaminhado à Eletrobras, MME e CPPI em julho de 2019. É importante ressaltar que grande parte dessas empresas já visitaram o sítio e estabeleceram Memorandos de Entendimento com a ELETRONUCLEAR para troca de informações sobre o Projeto.

Em 16 de julho de 2019, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9915/2019 que qualificou Angra 3 no Programa de Parceria de Investimentos - PPI. O mesmo decreto criou um Comitê Interministerial para conduzir o processo de definição do modelo de negócio a ser efetivamente adotado. O Comitê é formado por representantes do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, do PPI e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O parágrafo único do artigo 2º do aludido decreto presidencial prevê que a ELETRONUCLEAR contrate estudos independentes para suportar a decisão final do CPPI, na seleção do modelo.

Em 25 de outubro de 2019, foi assinado o contrato com o BNDES para a estruturação do modelo jurídico, econômico e operacional junto à iniciativa privada para a construção, manutenção e exploração de Angra 3. O escopo do trabalho inclui a avaliação independente do trabalho de modelagem realizado pela ELETRONUCLEAR anteriormente, conjuntamente com a Alvarez & Marsal, e recomendação sobre modelo de negócios mais adequado a ser adotado para a conclusão de Angra 3, bem como estruturação, condução e conclusão do processo de seleção de um parceiro e dos atos contratuais decorrentes.

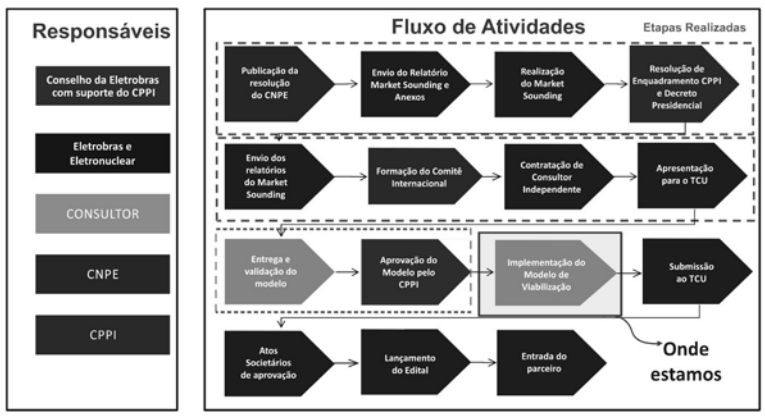
A minuta do relatório com os resultados da fase 1, com a indicação do modelo, foi entregue em janeiro de 2020.

Em 10 de junho de 2020, após validação do Comitê Interministerial, o modelo alternativo proposto no relatório final da primeira fase do trabalho realizado pelo BNDES, para a viabilização da retomada do empreendimento de Angra 3, foi aprovado em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI , dando início à segunda fase do contrato no qual está prevista a estruturação do modelo proposto. O documento recomenda a contratação de uma empresa especializada por contrato de EPC - o que significa engenharia, gestão de compras e construção, na tradução do inglês - para terminar a obra, com base em avaliação independente feita pelo BNDES. Após a entrega do modelo proposto de retomada, o banco iniciou a fase seguinte, com o detalhamento do modelo selecionado. Nessa reunião, o CPPI também decidiu que, uma vez que a equalização do empreendimento não carece necessariamente de uma parceria nos moldes do programa do PPI, o projeto seja encaminhado ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE) que fará o acompanhamento do trabalho elaborado pelo BNDES.

Nesse contexto, há necessidade de preparar o edital para a seleção da empresa especialista que será responsável pela finalização das obras civis e da montagem eletromecânica da usina. Esta contratação está prevista para o segundo semestre de 2022.

Apesar da decisão final pela contratação de uma empresa especialista para conclusão de Angra 3, o CPPI abriu espaço para a entrada de um sócio no empreendimento, afirmando que essa seria uma escolha estratégica da ELETRONUCLEAR. Caso a Companhia resolva efetivamente selecionar um parceiro, este teria participação minoritária pois a exploração da energia nuclear no Brasil é monopólio da União, segundo a Constituição. Grandes empresas da área nuclear já demonstraram interesse na conclusão de Angra 3.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de ações para a viabilização da retomada e conclusão do empreendimento.



Em paralelo ao trabalho desenvolvido pelo BNDES, após as respectivas apresentações do relatório para o Conselho da Eletrobras e da ELETRONUCLEAR, foi solicitado um estudo adicional sobre riscos e alternativas caso a implementação do modelo proposto sofra atrasos em função de fatos não gerenciáveis pela empresa.

Ao longo do primeiro semestre de 2020, foi liberado o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no montante de R$ 150.000 referente ao contrato nº ECF 3384/2019.

Em 17 de agosto de 2020, na esteira da aprovação pelo CPPI, em junho de 2020, do relatório do comitê interministerial sobre o modelo de negócios para concluir Angra 3, a Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento, com a previsão de aporte na ELETRONUCLEAR, por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de cerca de R$ 1.052.181 no ano de 2020 e de aproximadamente R$ 2.447.464 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção de Angra 3. O montante total do AFAC consta no Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG (2020-2024) da Eletrobras.

Os aportes iniciais aprovados no âmbito do Programa de Aceleração da Linha Crítica serão realizados pela Eletrobras na ELETRONUCLEAR por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital conforme o contrato ECF-3387, formalizado entre as partes em 05 de agosto de 2020. A liberação da primeira tranche deste contrato, no montante de R$ 371.000 ocorreu em 26 de agosto de 2020. A segunda tranche, no montante de R$ 681.180 ocorreu em 07 de dezembro do mesmo ano.

O principal objetivo do plano de aceleração é preservar a data de entrada em operação da usina, prevista para novembro de 2026. O Plano de Aceleração ocorrerá paralelamente à execução da fase 2 do detalhamento do modelo selecionado pelo CPPI para conclusão de Angra 3 e não concorre com a solução para o projeto completo que vem sendo trabalhada pelo BNDES. Trata-se de uma ação corporativa com vistas a preservar o valor do empreendimento, sendo, portanto, complementar àquela.

Essa decisão foi suportada por diversos estudos, dentre os quais destacamos uma análise que demonstrou que esses investimentos não trazem quaisquer empecilhos ao eventual processo de capitalização da Eletrobras.

Entre as principais medidas que constam no Plano de Aceleração da Linha Crítica está a conclusão da superestrutura de concreto do edifício do reator de Angra 3 e o avanço de parte importante da montagem eletromecânica. Para viabilizar esse plano é necessária a contratação de uma empresa que será responsável por finalizar os projetos de engenharia e uma empreiteira para realizar as obras civis e a montagem eletromecânica.

Somam-se à lista de atividades para o retorno efetivo do projeto de Angra 3 a retomada de alguns contratos de fornecimento para o empreendimento que estavam suspensos ou paralisados, além do início do processo de licitação para contratação de novos fornecedores para atendimento das necessidades do empreendimento. Para tal foi firmado contrato com o escritório Veirano Advogados, que está auxiliando a Companhia no processo de retomada dos contratos de fornecimento de Angra 3. Como consequência disso, contatos foram feitos com os fornecedores desses contratos, tendo-se iniciado o processo de renegociação caso a caso.

Em janeiro de 2021, houve aprovação do descontingenciamento dos recursos necessários para a ELETRONUCLEAR publicar o edital de contratação da obra civil de Angra 3. Em 25 de fevereiro de 2021, a ELETRONUCLEAR publicou no DOU, o edital para contratação da empresa que retomará a obra civil de Angra 3 e realizará parte da montagem eletromecânica. A expectativa é que o contrato das obras civis que serão realizadas no âmbito do plano seja assinado até maio de 2021. Com isso, o primeiro concreto, marco importante da retomada das obras de Angra 3, deve ser lançado em outubro.

Em que pesem as necessidades para a viabilidade de conclusão do empreendimento "Angra 3" estejam endereçadas no mais alto nível da administração governamental, por meio de esforços conjuntos do poder executivo e coordenados pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Companhia tem, juntamente com a sua *holding* Eletrobras, buscado alternativas para mitigar os riscos de liquidez de curto prazo, sendo estas alternativas alcançadas por meio de alívios no seu fluxo de caixa, sob a forma de manutenção de suspensões de pagamentos de amortizações em contratos de financiamentos junto à própria Eletrobras, bem como na obtenção de novos aportes de sua *holding* conforme observado nas notas 25 e 38. Dentre essas medidas, houve a conversão de contratos de AFAC em novas ações da ELETRONUCLEAR, no valor total de R$ 850.000, e a capitalização dos oito contratos de financiamento nos quais a Eletrobras é credora, no montante de quase R$ 1.036.000.

Do ponto de vista legal e jurídico, em 01 de setembro de 2020, foi editada a Medida Provisória nº 998 de 2020 (DOU de 02 de setembro de 2020), que trazia diversos aspectos relevantes do Setor Elétrico Brasileiro e um artigo dedicado especificamente ao projeto de Angra 3, estabelecendo novos parâmetros para outorga da usina, além da autorização para celebração de um novo Contrato de Energia de Reserva - CER e, principalmente, definindo que o preço de venda da energia deverá garantir a viabilidade econômico-financeira do projeto. A referida MP foi aprovada na Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2020 na forma de Projeto de Conversão de Lei – PLC nº 42/2020 e depois pelo Senado Federal em 04 de fevereiro de 2021.

Em 01 de março de 2021, o texto da MP 998/20 foi sancionado pelo Sr. Presidente da República e convertida na Lei 14.120/2021. A Lei estabelece um marco legal para diversas questões relacionadas ao empreendimento, dando segurança jurídica para que a ELETRONUCLEAR possa investir na retomada da usina.

Uma das mais importantes é a rescisão do contrato de energia de reserva existente, sem prejuízo às partes envolvidas, além da pactuação de um novo contrato, com preço da energia que atenda à rentabilidade do empreendimento e à modicidade tarifária. Neste sentido, salienta-se que a Resolução 14, de 9 de outubro de 2018, que define o preço de referência para Angra 3, continua vigente e que os estudos em andamento do BNDES conterão informações mais atualizadas com a realidade da usina, como, por exemplo, a realização de avaliação das condições da obra civil e equipamentos e a atualização do orçamento da obra conforme os impactos gerados em decorrência do fim do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, da forte apreciação do Euro em relação ao Real e da inclusão da estimativa de aquisição de elementos combustíveis que foram utilizados em Angra 2. Haverá, ainda, conforme previsto no texto sancionado, a apropriação para o preço de energia dos possíveis ganhos que venham a ocorrer durante o processo competitivo de contratações de fornecedores para a conclusão do empreendimento.

Ainda conforme a lei sancionada, o prazo de suprimento do novo contrato de energia de reserva será de 40 anos, a partir do início da operação comercial e caberá ao CNPE autorizar a celebração desse novo instrumento contratual e dar outorga – ou seja, a permissão de operação da usina, que terá um prazo de 50 anos, prorrogáveis por mais 20.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

4.2 - Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A ELETRONUCLEAR monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA		
DESCRITIVO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 17a)	7.611.771	8.749.228
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5a)	(9.051)	(8.706)
(-) Títulos e val. mobiliários de curto prazo (Nota 5b)	(378.424)	(103.486)
Dívida líquida	7.224.296	8.637.036
Total do patrimônio líquido	3.502.408	2.002.085
Total do capital total	10.726.704	10.639.121
Índice de alavancagem financeira - %	0,67	0,81

4.3 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação, baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação, baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a classificação por Nível Hierárquico apresenta-se da seguinte forma para os instrumentos financeiros valorizados a valor justo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DESCRITIVO	R$ MIL				
	Nível 1		Nível 2		Total
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	103.486	103.486	-	-	103.486
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	1.222.393	1.222.393	-	-	1.222.393
Total de ativos em 31/12/2019	1.325.879	1.325.879	-	-	1.325.879
Títulos e valores mobiliários de curto prazo	378.424	378.424	-	-	378.424
Títulos e valores mobiliários de longo prazo	1.753.827	1.753.827	-	-	1.753.827
Total de ativos em 31/12/2020	2.132.251	2.132.251	-	-	2.132.251

Gerenciamento do capital

A política da Administração procura um equilíbrio entre a rentabilidade vis-à-vis o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio, ou de sofrer aumento súbito ou flutuações do mercado. Visando a gestão do capital saudável, a Companhia adota a política de preservar a liquidez, com o acompanhamento de perto do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO PRAZO

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 25 de maio de 2005, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal - CEF, do Banco do Brasil S.A - BB ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

As aplicações financeiras da Companhia, apresentadas no quadro abaixo ("b - Títulos e valores mobiliários de curto prazo"), resultam de recursos oriundos de financiamento concedido pelo BNDES e pela CEF, que são mantidos no BB e na CEF por força contratual. Estão aplicados em Extramercado Fundo de Investimento em Renda Fixa - FAE, que oferece liquidez diária e são compostas, principalmente, de títulos do governo brasileiro e certificados de depósitos bancários. O fundo de investimento possui possibilidade de resgate com liquidez imediata e sem carência.

a) Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Composição	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	9.051	8.706
SALDO	9.051	8.706

b) Títulos e valores mobiliários de curto prazo

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		
Composição	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em renda fixa:		
* BB Extramercado FAE 2	378.424	103.486
TOTAL	378.424	103.486

* Rentabilidade no ano de 2020: 4,69% e 4,69% nos últimos 12 meses
* Rentabilidade no ano de 2019: 6,85% e 7,12% nos últimos 12 meses

Em 2020, houve aplicação em títulos e valores mobiliários de curto prazo no valor de R$ 1.917.180, rendimento bruto de R$ 16.333 e resgate de recursos, incluso IRRF e pagamento de IOF, no montante de R$ 1.658.576.

NOTA 6 – CLIENTES

CLIENTES - CONTAS A RECEBER		
BALANÇO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Energia contratada	310.537	284.112
Desvio positivo 2018	-	6.628
Desvio positivo 2019 - Circulante	9.187	101.057
Desvio positivo 2019 - Não Circulante	-	9.187
TOTAL	319.724	400.984

a) O faturamento da Companhia é realizado, mensalmente, com base na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela Aneel, para todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. Em 31 de dezembro de 2020, não há histórico de inadimplência que justifique a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD.

b) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo a receber das distribuidoras participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, referente ao desvio positivo apurado no exercício de 2019, foi de R$ 9.187. No quarto trimestre de 2020, foi apurado um desvio negativo no valor de R$ 267.111 a ser ressarcido às distribuidoras em doze parcelas mensais e iguais a partir de fevereiro de 2021 (Vide nota 27).

NOTA 7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – ATIVO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R$ MIL	
	ATIVO CIRCULANTE	
	31/12/2020	31/12/2019
IRRF sobre aplicações financeiras	-	70
PASEP e COFINS	-	187
Saldo de antecipações de IRPJ	469	6.192
Saldo de antecipações de CSLL	-	2.158
IRPJ de exercícios anteriores	9.680	3.468
CSLL de exercícios anteriores	3.469	1.331
Créditos fiscais PASEP e COFINS	110	1.443
PASEP e COFINS Compensáveis Recolhidos a maior	19.817	19.165
Outros	22	18
TOTAL	33.567	34.032

NOTA 8 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

O combustível nuclear utilizado nas Usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação e classificados contabilmente no ativo não circulante, nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Depois de concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante, é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante, a parcela restante.

A amortização do combustível nuclear ocorre pela perda do potencial de energia térmica dos elementos, que proporciona a geração de energia elétrica. A amortização não é linear, não havendo geração de energia, não há amortização.

COMBUSTÍVEL NUCLEAR		
BALANÇO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Concentrado de urânio	220.135	204.116
Elementos prontos	4.457.075	3.717.017
Serviços em curso	387.562	384.623
Consumo Acumulado	(3.371.652)	(2.926.379)
TOTAL	1.693.120	1.379.377
Ativo circulante	428.340	538.827
Ativo não circulante	1.264.780	840.550
TOTAL	1.693.120	1.379.377

A movimentação do estoque de combustível nuclear está apresentada a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DOS ELEMENTOS PRONTOS					
BALANÇO	R$ MIL				
	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÃO	CRÉDITO FISCAL *	BAIXA	SALDO EM 31/12/2020
Ativo circulante	538.827	-	-	(110.487)	428.340
Ativo não circulante	3.178.190	740.856	(798)	110.487	4.028.735
TOTAL BRUTO	3.717.017	740.856	(798)	-	4.457.075
Consumo acumulado	(2.926.379)	-	-	(445.273)	(3.371.652)
VALOR LÍQUIDO	790.638	740.856	(798)	(445.273)	1.085.423

* Crédito fiscal de PIS/Cofins sobre insumo elemento de combustível nuclear

MOVIMENTAÇÃO DO CONCENTRADO E SERVIÇOS EM CURSO				
BALANÇO	R$ MIL			
	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÃO	TRANSFERÊNCIA P/ ELEMENTO PRONTO	SALDO EM 31/12/2020
Concentrado de urânio	204.116	247.213	(231.194)	220.135
Serviços em curso	384.623	512.601	(509.662)	387.562
TOTAL	588.739	759.814	(740.856)	607.697

Em 22 de junho de 2020, conforme programação, foi iniciada a parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear na Usina Angra 2, com duração inicial prevista de 22 (vinte e dois) dias. A cada reabastecimento, é substituído cerca de um terço dos elementos combustíveis do reator. Durante as inspeções realizadas nesta parada, foi detectada nos elementos combustíveis carregados no último ciclo de operação, uma oxidação superficial inesperada no revestimento dos tubos que contém as pastilhas de urânio enriquecido, o que requererá rigorosos testes de inspeções para uma avaliação deste evento. Vale destacar que esse incidente, em nenhum momento, comprometeu a segurança e o desempenho da Usina Angra 2, que operou continuamente por 13 meses, tendo inclusive batido seu próprio recorde de produção no último dia 19 de junho de 2020, com a marca de 200 milhões de MWh gerados desde 2001.

Para viabilizar o retorno da operação da Usina Angra 2 no menor tempo possível e seguindo todos os protocolos de segurança, a ELETRONUCLEAR substituiu todos os 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis, que ainda serão inspecionados para o próximo ciclo de operação. A substituição destes elementos combustíveis foi feita em parte por 24 (vinte e quatro) elementos combustíveis novos e que já estavam prontos para uso na Usina Angra 3 e 28 (vinte e oito) elementos combustíveis usados e que estavam armazenados na piscina de combustível usado - PCU de Angra 2. A Usina Angra 2, com 1.350 MW de capacidade instalada, foi reconectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 17 de agosto de 2020.

Essa nova configuração de reabastecimento do núcleo do reator permitirá o funcionamento da Usina Angra 2 a uma capacidade de 90% para um ciclo aproximado de 9 (nove) meses, até a próxima parada para manutenção e reabastecimento de combustível nuclear. Isso implicou no incremento de custo no estoque referente aos 24 (vinte e quatro) elementos combustíveis no montante de R$ 75.448, composto pela transferência de R$ 67.439 de adiantamento de imobilizado, R$ 127 de custo de transporte e provisão de 10% da etapa de fabricação no montante de R$ 7.882 que será desembolsado quando a etapa contratual for cumprida.

As avaliações e testes dos 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis foram iniciados no final de outubro de 2020 e estão sendo realizados pela empresa responsável pelo projeto da usina. O objetivo é determinar as causas da oxidação e verificar a viabilidade da utilização destes elementos combustíveis por mais ciclos operacionais conforme planejado.

As medições das camadas de óxido foram concluídas em novembro de 2020 e os respectivos relatórios com os resultados foram entregues pela empresa contratada, Framatome. A próxima fase da análise é estudar o mecanismo de oxidação destes elementos combustíveis ao serem recarregados no núcleo do reator por mais um ciclo operacional. Com este objetivo serão carregados 4 (quatro) destes elementos combustíveis menos oxidados. O nível de oxidação destes elementos combustíveis ao final deste novo ciclo operacional determinará quantos e quais poderão ser utilizados por mais dois ciclos operacionais, reduzindo, assim, a quantidade de elementos combustíveis falhados.

Após a coleta de todas as informações e dados do elemento combustível, da operação da usina e dos resultados das medições, a Framatome emitirá um relatório da causa raiz do evento, o qual tem sua previsão de conclusão para maio de 2021. Todos os resultados serão submetidos à análise do órgão licenciador, a Comissão Nacional de Energia Nuclear CNEN.

As demonstrações financeiras reportadas na data base de 31 de dezembro de 2020 não contêm os efeitos da avaliação de viabilidade da utilização integral dos 52 (cinquenta e dois) elementos combustíveis a serem ainda inspecionados.

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do almoxarifado é composto por materiais utilizados para consumo das Usinas, no montante de R$ 165.067 (R$ 83.985 em 31 de dezembro de 2019) no curto prazo, assim como, os adiantamentos efetuados a fornecedores para a aquisição dos correspondentes materiais, no montante de R$ 18.239 (R$ 18.248 em 31 de dezembro de 2019), totalizando R$183.306 (R$ 102.233 em 31 de dezembro de 2019).

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS

OUTROS ATIVOS	R$ MIL ATIVO CIRCULANTE		R$ MIL ATIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros	24.162	17.973	-	-
Partes relacionadas (a)	87.998	28.915	1.289	1.289
Adiantamentos a fornecedores	3.253	3.195	-	-
INEPAR - multa contratual	4.141	4.141	-	-
Desativações em curso	(3.323)	(3.323)	-	-
Devedores diversos	40.625	35.885	-	-
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(26.288)	(22.956)	-	-
TOTAL	130.568	63.830	1.289	1.289

a) Veja detalhes sobre as transações com partes relacionadas na nota 33.

NOTA 11 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE LONGO PRAZO - FUNDO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito. Para permitir a inclusão, na ELETRONUCLEAR, dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2, foi constituído contabilmente uma obrigação para desmobilização de ativos, com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia conforme nota 24.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo, para fazer face ao efetivo descomissionamento das Usinas nucleares Angra 1 e 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas à Eletrobras.

Em 15 de janeiro de 2008, a Eletrobras fixou as diretrizes para implementação do fundo financeiro, informando a conta corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20 de fevereiro de 2008, iniciou o processo de pagamento à Eletrobras, para o devido recolhimento ao fundo financeiro para o descomissionamento.

Anualmente, a Eletrobras estabelece o montante a ser recolhido ao fundo financeiro do Banco do Brasil para o descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2, considerando como base de cálculo, a parcela considerada pela Aneel, na receita fixa das mencionadas usinas. O montante anual de depósito fixado para o exercício de 2020 foi R$ 173.109.

O mencionado fundo é mantido no Banco do Brasil, através de um fundo de investimento extra mercado de longo prazo, exclusivo para acumular os recursos destinados a custear as atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e 2. A titularidade deste fundo pertence à Eletrobras conforme determinado pelo CNPE.

A seguir, demonstramos o detalhamento de carteira do mencionado fundo:

FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Conta Corrente	80	46
Dólar Comercial Futuro	(5.303)	(6.869)
LTN	-	4.282
NTNF	-	149.451
Títulos Públicos	1.593.736	993.830
Operações Compromissadas	165.359	81.678
Outros	(45)	(25)
TOTAL	1.753.827	1.222.393

Mensalmente, a Eletrobras informa à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o período sobre as aplicações do fundo, com a devida tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.

Em 31 de dezembro de 2020, o fundo para descomissionamento, Títulos de Valores Mobiliários - TVM de longo prazo, apresenta ganho financeiro de R$ 405.281 (nota 32), (ganho financeiro de R$ 119.006 31 de dezembro de 2019), em função da carteira do Fundo Financeiro do Banco do Brasil para descomissionamento conter título público vinculado à variação da moeda dólar norte-americano. Em 2020, foram aplicados R$ 184.960 no fundo para descomissionamento (R$ 174.896 referente aos recolhimentos mensais, R$ 10.064 referente aos recolhimentos adicionais) e foram retidos R$ 58.807 a título de IRRF sobre os rendimentos do Exercício de 2020.

Abaixo, apresentamos o quadro da composição do fundo para descomissionamento:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO		
DESCRITIVO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento quotas de 2005/2006/2007	102.365	102.365
Quotas de 2008 a 2020	739.363	564.467
Total de quotas recolhidas	841.728	666.832
Planos de Recolhimentos Adicionais	56.279	46.215
Ganhos líquidos auferidos acumulados	855.820	509.346
Patrimônio líquido do fundo	1.753.827	1.222.393
Saldo da Carteira de Aplicativos do Fundo	1.753.827	1.222.393

NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição

DEPÓSITOS VINCULADOS		
COMPOSIÇÃO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	30.299	36.755
Contingências cíveis	1.066	1.089
Contingências tributárias	8.065	8.065
	39.430	45.859
Atualização monetária sobre os depósitos judiciais	28.792	26.453
TOTAL	68.222	72.312

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS VINCULADOS				
COMPOSIÇÃO	SALDO EM 31/12/2019	31/12/2020		
		BAIXAS	INCLUSÕES	SALDO
Depósitos judiciais	45.859	(7.825)	1.398	39.432
Atualização monetária s/depósitos judiciais	26.453	(553)	2.890	28.790
TOTAL	72.312	(8.378)	4.288	68.222

NOTA 13 – ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R$ 1.037.697 (R$ 1.272.791 em 31 de dezembro de 2019) e base negativa de contribuição social no montante de R$ 1.220.835 (R$ 1.455.886 em 31 de dezembro de 2019).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo.

O cálculo da taxa efetiva de imposto de renda, contribuição social e a composição dos tributos diferidos passivos encontram-se detalhados nas notas 18 e 32.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

Os imobilizados em serviço são depreciados a taxa anual de 3,26%.

a) Composição do saldo do imobilizado

DESCRITIVO	% taxa anual de depreciação	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Direito de Uso - IFRS16		77.923	(47.610)	30.313	54.596
Terrenos		34.380	-	34.380	34.380
Reservatórios e Barragens		5.716	(4.290)	1.426	1.568
Ed.Obras Civis Benfeitorias		1.554.607	(1.019.382)	535.225	576.719
Máquinas e Equipamentos - Inst.Fixas		8.921.090	(5.309.026)	3.612.064	4.356.245
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		134.064	(94.946)	39.118	40.519
Veículos		13.569	(11.970)	1.599	2.233
Móveis e Utensílios		21.614	(14.753)	6.861	7.448
Angras 1 e 2	**3,26**	**10.762.963**	**(6.501.977)**	**4.260.986**	**5.073.708**
EM CURSO					
Reservatórios e Barragens		24.849	-	24.849	24.172
Ed.Obras Civis Benfeitorias		171.936	-	171.936	148.052
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		254.355	-	254.355	168.195
Máquinas e Equipamentos - Equip.Geral		13.448	-	13.448	660
Veículos		58.281	-	58.281	12.530
Móveis e Utensílios		1.745	-	1.745	1.742
A Ratear		111.742	-	111.742	85.434
Transf/fab e rep/mat em processo		2.214	-	2.214	3.002
Adiantamento a fornecedores		27.350	-	27.350	27.350
Angras 1 e 2		**665.920**	**-**	**665.920**	**471.137**
Terrenos		56.433	-	56.433	56.433
Reservatórios e Barragens		356.513	-	356.513	280.965
Ed.Obras Civis Benfeitorias		1.993.726	-	1.993.726	1.981.781
Máquinas e Equipamentos - Inst. Fixas		2.917.430	-	2.917.430	2.199.769
Máquinas e Equipamentos - Equip. Geral		-	-	-	319
Veículos		211	-	211	246
Móveis e Utensílios		517	-	517	529
A Ratear		6.470.913	-	6.470.913	6.147.561
Transf/fab e rep/mat em processo		2.860	-	2.860	2.860
Adiantamento a fornecedores		801.418	-	801.418	870.650
Angra 3 sem Impairment		12.600.021	-	12.600.021	11.541.113
Impairment Angra 3		**(4.508.764)**	**-**	**(4.508.764)**	**(4.508.764)**
Total Angra 3		**8.091.257**	**-**	**8.091.257**	**7.032.349**
Angras 1, 2 e 3		8.757.177	-	8.757.177	7.503.486
TOTAL BRUTO		19.520.140	(6.501.977)	13.018.163	**12.577.194**

b) Movimentação do imobilizado

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2020 - R$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2019	ADIÇÕES / DEPRECIAÇÃO	TRANSF. PARA SERVIÇO	BAIXAS / OUTROS *	SALDO EM 31/12/2020
Em curso Angra 1 e 2	471.137	201.233	(5.088)	(1.362)	665.920
Em curso Angra 3	11.541.113	1.127.660	-	(68.752)	12.600.021
Impairment Angra 3	(4.508.764)	-	-	-	(4.508.764)
Em serviço: custo	10.905.808	-	5.088	(225.856)	10.685.040
Em serviço: IFRS 16	77.923	-	-	-	77.923
Depreciação:	(5.886.696)	(567.751)	-	80	(6.454.367)
Depreciação: IFRS 16	(23.327)	(24.283)	-	-	(47.610)
Total em serviço	5.073.708	(592.034)	5.088	(225.776)	4.260.986
TOTAL	12.577.194	736.859	-	(295.890)	13.018.163

* O montante de (R$ 225.856) está composto por (R$ 225.808) ref a atualização da estimativa para descomissionamento e (R$ 48) de outros ajustes

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO EM 2019 - R$ MIL							
DESCRITIVO	SALDO EM 31/12/2018	ADIÇÃO/ DEPRECIAÇÃO	DEPRECIAÇÃO CAPITALIZADA	TRANSF. PARA SERVIÇO	RECLASSIFICAÇÃO	BAIXAS / OUTROS *	SALDO EM 31/12/2019
Em curso Angra 1 e 2	729.635	155.700	92	(411.433)	(14.860)	12.003	471.137
Em curso Angra 3	10.904.484	634.261	194	(31)	14.123	(11.918)	11.541.113
Impairment Angra 3	(4.046.642)	(462.122)	-	-	-	-	(4.508.764)
Em serviço: custo	10.168.649	-	-	381.517	-	355.642	10.905.808
Em serviço: IFRS 16	-	77.923	-	-	-	-	77.923
Depreciação	(5.349.629)	(536.919)	(244)	-	-	96	(5.886.696)
Depreciação IFRS 16	-	(23.327)	-	-	-	-	(23.327)
Total em serviço	4.819.020	(560.246)	(244)	381.517	-	355.738	5.073.708
TOTAL	12.406.497	(154.484)	42	(29.947)	(737)	355.823	12.577.194

* O montante de R$ 355.642 está composto por : R$ 355.712 (ajuste na taxa de desconto do desmobilização de ativo) - R$ 70 (outros ajustes)

c) Valor recuperável dos ativos de longo prazo

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 com base em valor em uso, tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações, como também dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. A Companhia, mesmo sem identificar impactos significativos em suas operações e receitas relacionadas à pandemia de COVID - 19, efetuou a análise de recuperabilidade na sua Unidade Geradora de Caixa 2 (Angra 3), em virtude de alterações legais e nas premissas relacionadas ao empreendimento. Neste caso, com base nos resultados obtidos, não foi identificada a necessidade de registros de *impairment* no quarto trimestre de 2020. Com relação à sua Unidade de Caixa 1 (Angra 1 e 2) não foi identificada necessidade de revisitar a última análise de recuperabilidade da mesma.

c.1) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação.

c.2) Taxa de desconto

A taxa de desconto (antes dos impostos) para as Usinas Angra 1 e 2 - foi utilizada a taxa específica para o segmento de geração de 6,11%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado. A companhia efetuou o monitoramento das unidades geradoras de caixa Angra 1 e 2 e não identificou a necessidade de aplicação de novo teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2020.

Para a Usina Angra 3, em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2020 de 6,79% (6,52% em dezembro de 2019). Nesses cálculos foram utilizados parâmetros conforme Informação Técnica Eletrobras DFPP 002/2021 de 22 de fevereiro de 2021.

c.3) *Impairment*

O resultado do teste de *Impairment* referente ao empreendimento Angra 3 na data base de 31 de dezembro de 2020 foi positivo em R$ 2.932.794. Esse novo resultado representaria a completa reversão da provisão registrada até o teste anterior, com base em dezembro de 2019. Todavia, a variação ocorrida entre o resultado obtido no presente teste de *impairment* e o do teste anteriormente apresentado na data-base de dezembro de 2019, não ensejará em um lançamento contábil de reversão total da provisão por perda por *impairment* já contabilizada no balanço da ELETRONUCLEAR, pois embora a administração da Companhia tenha razoável segurança que a nova tarifa de Angra 3, a ser proposta pelo BNDES ao CNPE, terá como pilar a questão de sua viabilidade econômico-financeira do projeto conforme estabelecido na Lei 14.120/2021, alguns fatores considerados como muito sensíveis na aplicação do teste de recuperabilidade do Ativo ainda não estão aprovados/definidos pelos órgãos competentes.

Neste sentido, entende a administração que, neste momento, para fins de divulgação de suas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de.2020, as atuais provisões para perda de recuperabilidade do Ativo Angra 3, já constituídas no valor de R$ 4.508.765, são adequadas e refletem algumas incertezas do projeto nesta etapa e, por isso, não serão registradas reversões de estimativas para perda de recuperabilidade do Ativo Angra 3.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

As principais premissas e julgamentos que impactaram o resultado do teste realizado na base dezembro de 2020 estão a seguir resumidos: (i) atualização do orçamento de *Capital Expenditure* - CAPEX do projeto, que registrou crescimento impactado pelo fim do RENUCLEAR, (ii) pela forte apreciação do Euro em relação ao Real e a inserção da estimativa de aquisição de novos elementos combustíveis para a carga inicial, que foram utilizados em Angra 2; (iii) utilização de tarifa de energia estimada que considera os parâmetros especificados na Lei nº 14.120/21 que garantiu ao projeto uma tarifa que garanta a sua viabilidade econômico-financeira; (iv) alteração na taxa de desconto de 6,79%.

A Companhia entende que , à medida que haja uma melhor definição da base tarifária e das condições de financiamento, o projeto Angra 3 poderá apresentar rentabilidade que venha a permitir a eventual redução e/ou reversão do *impairment* registrado, no entanto esses fatos precisam ser confirmados ao longo do ano de 2021

c.4) Tarifa

A receita calculada para o teste de *impairment* na data base de dezembro de 2020, teve como premissa a tarifa estimada de energia estimada que considera os parâmetros especificados na Lei nº 14.120/21, que garantiu ao projeto uma tarifa que garanta a sua viabilidade econômico-financeira. O novo preço da tarifa de referência para a energia proveniente da Usina Angra 3, atualizado a preços de dezembro de 2020 e utilizado para fins de teste de *impairment* foi de R$ 692,17/MWh.

d) Licenciamento das Usinas Angra 1 e 2

As usinas nucleares são submetidas a dois processos de licenciamento: Licenciamento Ambiental, de competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e Licenciamento Nuclear, conduzido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

Atualmente, a Usina Angra 1 possui a Autorização para Operação Permanente - AOP, emitida pela CNEN em 1994 e renovada por 14 anos, pelo Ofício CNEN n° 124/2010 – CGRC/CNEN de 09 de agosto de 2010. A Usina Angra 2 possui a Autorização para Operação Permanente - AOP, concedida pela Resolução CNEN n.º 106/2011, válida por 30 anos a partir de 15 de junho de 2011.

Em 12 de março de 2014, o Ibama emitiu a Licença de Operação nº 1217/2014, que autorizou a operação das Usinas Angra 1 e 2, válida por 10 anos.

e) Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças em Passivos

A Interpretação Técnica ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares determina que mudanças na mensuração de passivos por desativação que resultem da alteração nas estimativas de valor ou período de fluxo de desembolso de recursos ou da alteração de taxa de desconto aplicada no ajuste a valor presente desse passivo, devem ser adicionadas ao (reduzidas do) ativo correspondente (nota 24).

f) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Sobressalentes no Imobilizado

A Companhia mantém em seu estoque uma gama de material de valor compatível às necessidades específicas de cada uma de suas usinas, devido às características próprias e individuais dos projetos. Trata-se de componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, de disponibilidade reduzida e, na sua quase totalidade, adquirida do exterior, necessários de modo a garantir a performance e fluxo contínuo de operação.

g) Empreendimento Angra 3

O ano de 2020 foi marcado por eventos importantes para a retomada do empreendimento de Angra 3.

Em junho, ocorreu a aprovação pelo CPPI do modelo de negócios para a retomada de Angra 3 proposto no relatório final da primeira fase do trabalho realizado pelo BNDES e o subsequente início dos trabalhos de estruturação do modelo proposto.

Em agosto, a ELETROBRAS aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento de Angra 3, com a previsão de aportes na ELETRONUCLEAR de cerca de R$ 1.052.180 em 2020 e de aproximadamente R$ 2.447.464 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção de Angra 3.

Outro evento fundamental que impactou de forma positiva o processo de retomada de Angra 3 foi a publicação, em setembro, da Medida Provisória nº 998/20, posteriormente convertida em Lei sancionada pela Presidência da República, que estabeleceu novos parâmetros para outorga da usina de Angra 3, além da autorização para celebração de um novo Contrato em substituição ao Contrato de Energia de Reserva - CER, estabelecendo que o preço de venda da energia deverá garantir a viabilidade econômico-financeira do projeto e seu financiamento em condições de mercado.

Desta forma, tais medidas representaram o avanço do processo de retomada do empreendimento de Angra 3, principalmente no sentido de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do projeto, considerando que os eventos que representaram aumento no CAPEX do projeto deverão ser refletidos no cálculo da tarifa, conforme marco legal. Além disso, os aportes de recursos pela sua *holding* e a implementação do Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento buscam garantir a manutenção do cronograma de início de operação de Angra 3 para novembro de 2026.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O ativo intangível da Companhia compõe-se, basicamente: da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3, e de outros softwares aplicativos de uso específico e geral, de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Os intangíveis em serviço são amortizados a taxa anual de 20%.

A movimentação do ativo intangível está assim constituída:

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2020 - R$ MIL					
DESCRITIVO	SALDO IU 31/12/2019	ADIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	TRANSF P/ SERVIÇO	BAIXA/OUTROS	SALDO 31/12/2020
Em curso	36.259	8.833	-	-	45.092
Em serviço - custo	173.600	-	-	-	173.600
Amortização	(111.295)	(15.023)	-	-	(126.318)
Total em serviço	62.305	(15.023)	-	-	47.282
TOTAL LÍQUIDO	98.564	(6.190)	-	-	92.374

MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2019 - R$ MIL						
DESCRITIVO	SALDO 31/12/2018	ADIÇÃO	TRANSF P/ SERVIÇO	AMORTIZAÇÃO CAPITALIZADA	RECLASSIFICAÇÃO	SALDO 31/12/2019
Em curso	70.578	9.920	(44.976)	-	737	36.259
Em serviço - custo	98.949	-	74.651	-	-	173.600
Amortização	(95.982)	(15.271)	-	(42)	-	(111.295)
Total em serviço	2.967	(15.271)	74.651	(42)	-	62.305
TOTAL LÍQUIDO	73.545	(5.351)	29.675	(42)	737	98.564

16 – FORNECEDORES

O saldo de fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, concentrado de urânio e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com fornecedores:

FORNECEDORES - PASSIVO CIRCULANTE EM 31/12/2020				
BALANÇO	R$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
Fornecedores	915.649	81.584	183.056	1.180.289
TOTAL	915.649	81.584	183.056	1.180.289

FORNECEDORES - PASSIVO CIRCULANTE EM 31/12/2019				
BALANÇO	R$ MIL			
	Faturas processadas	Variação cambial	Provisões	TOTAL
Fornecedores	758.978	34.924	49.564	843.466
TOTAL	758.978	34.924	49.564	843.466

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

Aplicações nas Usinas Angra 1 e Angra 2

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras para diversas etapas de melhoramentos da Usina Angra 1, para a troca dos geradores de vapor, a troca da tampa do vaso de pressão do reator e para o capital de giro da Companhia.

Em garantia dos compromissos assumidos com a Eletrobras, a ELETRONUCLEAR vinculou sua receita própria, oriunda das Usinas Angra 1 e Angra 2, aos débitos previstos nos financiamentos. Tal vinculação está suportada por procurações outorgadas por instrumento público para que, em caso de inadimplência, possa receber diretamente os valores em atraso.

Aplicações na Usina Angra 3

Trata-se de financiamentos captados com a Eletrobras com abertura de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR; com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a Caixa Econômica Federal – CEF destinados à implantação da Usina Angra 3.

Em garantia dos compromissos assumidos com o contrato do BNDES citado, a ELETRONUCLEAR constituiu uma cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações deste contrato, decorrentes da venda de energia produzida pela Usina Angra 3.

Originalmente, o Contrato nº 10.2.2032.1 previa o início das amortizações do principal da dívida em 30 de julho de 2016. Em virtude de renegociações realizadas entre BNDES e ELETRONUCLEAR, foram realizados dois aditamentos contratuais que prorrogaram a data de início de amortização. Por conta destas renegociações, a ELETRONUCLEAR foi obrigada a pagar uma Comissão de Renegociação por cada uma destes aditamentos, no valor de 0,5% do saldo devedor. O montante em débito, acrescido de IOF foi incorporado ao saldo devedor do contrato original, na forma dos Subcréditos C e D, com prazo de pagamento de 54 parcelas, após um prazo de carência de 6 meses. O Subcrédito C começou a ser amortizado em 15 de fevereiro de 2017, enquanto o Subcrédito D teve sua amortização iniciada em 16 de novembro de 2017.

Em 16 de outubro de 2017, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato nº 10.2.2032.1, celebrado com o BNDES para investimentos no empreendimento de Angra 3.

Em 06 de julho de 2018, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do Contrato nº 0410.351-27/2013 com o pagamento da primeira prestação no valor de R$ 24.741.

Em 15 de outubro de 2020, por meio da carta AE/DEENE1 nº 222/2020, o BNDES autorizou a prorrogação do prazo limite para o cumprimento da obrigação de preenchimento integral da Conta Reserva conforme previsto nos parágrafos 1º, 3º e 4º, da cláusula sétima (Garantia da Operação) do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.2032.1 (Angra 3), para a data de 15 de junho de 2022, com o valor equivalente à soma das últimas três (3) prestações vencidas de amortização, juros e demais acessórios, com a consequente celebração do aditivo nº 8 ao contrato de financiamento e do aditivo nº 3 ao contrato de cessão fiduciária, para formalização da mencionada alteração de prazo.

Outras Aplicações

Em 28 de janeiro de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-048/2019 de sua Diretoria Executiva, ratificada pelo seu Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº DEL-026/2019 em 22 de fevereiro de 2019, que delegou poderes à DiretoriaExecutiva da Eletrobras, condicionada à avaliação do fluxo de caixa da ELETRONUCLEAR, nova linha de financiamento no valor de R$ 164.000, em valores líquidos de Impostos sobre Operações Financeiras - IOF, nas mesmas condições do Contrato nº ECF-3370/18.

Em 29 de abril de 2019, a Diretoria Executiva da Eletrobras, por meio da Resolução nº RES-061/2019, aprovou a efetiva assinatura do contrato de financiamento no valor bruto de R$ 164.000, em valores líquidos de IOF, sob o Contrato de Financiamento nº ECF-3374/19.

Em 08 de maio de 2019, houve a liberação da primeira parcela do contrato nº ECF-3374/19, no valor de R$ 101.916, que em valores líquidos de IOF, totalizou R$ 100.000, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 28 de junho de 2019, houve a liberação da segunda e última parcela do contrato nº ECF-3374/19, no valor de R$ 65.266, que em valores líquidos de IOF, totalizou R$ 64.000, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Reestruturação do Serviço da Dívida

Em 17 de junho de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-412/2019 de sua Diretoria Executiva, ratificada pelo seu Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-135/2019 em 27 de junho de 2019, a suspensão da exigibilidade do principal, sem incorporação dos juros, dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18, durante o período de 30 de junho de 2019 a 31 de dezembro de 2019, mantendo todas as demais cláusulas contratuais.

Em 21 de janeiro de 2020, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-041/2020 de sua Diretoria Executiva, que havia recebido delegação de poderes do Conselho de Administração por meio da Deliberação nº DEL-135/2019 em 27 de junho de 2019, a manutenção da suspensão da exigibilidade do principal, sem incorporação dos juros, dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18, durante o período de 30 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020, mantendo todas as demais cláusulas contratuais.

Em 22 de março de 2020, o BNDES anunciou medidas em caráter emergencial para auxiliar e mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia brasileira. Uma das medidas adotadas pelo banco de fomento foi a possibilidade de suspensão temporária por até 6 (seis) meses do pagamento das parcelas mensais (principal e juros remuneratórios), operação esta denominada no mercado de *standstill*, dos contratos de financiamentos diretos firmados junto ao BNDES, no qual se enquadra o contrato nº 10.2.2032.1 e para o qual a Companhia aderiu, oportunamente, adotando como uma de suas medidas de preservação de caixa.

Em 06 de maio de 2020, a ELETRONUCLEAR recebeu comunicação formal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio da Carta AE/DEENE1 nº 056/2020, aprovando o pedido, encaminhado pela Companhia em 26 de março de 2020, para a suspensão do pagamento por 6 (seis) meses, no período de 15 de maio de 2020 a 15 de outubro de 2020, do serviço da dívida contratado com esta instituição financeira conforme contrato nº 10.2.2023.1. Concomitantemente, a suspensão do pagamento do serviço da dívida, foi comunicado pelo BNDES, na mesma carta, que houve a prorrogação até a data de 15 de outubro de 2020 do prazo para o cumprimento pela ELETRONUCLEAR da obrigação do preenchimento da Conta Reserva.

Em 12 de maio de 2020, foi aprovado pela Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR, por meio da RDE nº 1515.003/20, a suspensão do pagamento do serviço da dívida por 6 (seis) meses, assim como a prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva até 15 de outubro, encaminhando para posterior deliberação do Conselho de Administração da Companhia, que por sua vez ratificou a decisão em 19 de maio de 2020, por meio da DCA nº 418.003/20.

Conforme proposição do Conselho de Administração, presente na DCA nº 418.003/20, houve delegação de poderes à Diretoria Executiva da ELETRONUCLEAR para aprovação do teor do instrumento definitivo. Desta forma, em 03 de junho de 2020, a Diretoria Executiva da ELETRONUCEAR aprovou, por meio da RDE nº 1520.007/20, a minuta do Termo Aditivo nº 7 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1, que formaliza a suspensão do pagamento de principal e juros durante o período de 15 de maio a 15 de outubro, além da prorrogação do prazo para preenchimento da Conta Reserva.

Em 23 de junho de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº 7 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.2032.1.

Em 15 de junho de 2020, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-351/2020 de sua Diretoria Executiva, a capitalização dos contratos ECR-286/14, ECF-3278/15, ECF-3284/16, ECF-3341/17, ECF-3347/17, ECF-3367/18 e ECF-3370/18 e 3374/19. Em 25 de junho, o Conselho de Administração da Eletrobras, por meio da Deliberação nº DEL-106/2020, ratificou a decisão da Diretoria Executiva e aprovou a capitalização dos referidos contratos. Desta forma, ficou determinada a suspensão do pagamento do principal dos referidos contratos, com a manutenção dos pagamentos dos juros e encargos até a efetivação do processo de capitalização aprovado.

Em 15 de julho, a Eletrobras solicitou ao Ministério de Minas e Energia - MME as providências necessárias para o encaminhamento do processo de aumento de capital da ELETRONUCLEAR, por conta da capitalização de instrumentos de dívida firmados com a sua *holding* Eletrobras, assim como pela integralização dos contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, à Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda - PGNF e à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST no sentido de obter parecer autorizando o voto da Eletrobras na Assembleia Geral Extraordinária - AGE a ser convocada pela ELETRONUCLEAR para a efetivação da integralização do capital social da Companhia.

Após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Pública - PGFN e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST em relação ao aumento de capital da ELETRONUCLEAR; em 23 de setembro de 2020, houve aprovação da Diretoria Executiva da companhia ratificando a decisão anterior que havia autorizado o aumento de capital e dando como cumpridas as exigências requeridas na proposta de aumento de capital. Em 30 de setembro de 2020, o Conselho de Administração ratificou a decisão da Diretoria Executiva, aprovando a convocação de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, em cumprimento ao Estatuto Social da ELETRONUCLEAR, para a deliberação da integralização de capital aprovada.

Em 21 de outubro de 2020, foi realizada a 99ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da ELETRONUCLEAR, na qual foi deliberada a aprovação do aumento do Capital Social da Companhia no valor de R$ 1.885.778, com a emissão de 22.081.709.937 ações, distribuídas entre 17.256.190.448 ações ordinárias com direito a voto e 4.825.519.489 ações preferenciais sem direito a voto, mediante a conversão de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R$ 850.000 , assim como a conversão de créditos dos 8 (oito) contratos de financiamentos no montante de R$ 1.035.778, ambos pertencentes à Eletrobras Centrais Elétricas Eletrobras S.A. Foi aprovada, ainda, a alteração do caput do artigo 8º, do Estatuto Social da ELETRONUCLEAR, compatibilizando-o com este aumento de Capital Social.

Confissão de Dívida

Em 30 de outubro de 2019, foi celebrado pela ELETRONUCLEAR e por Furnas Centrais Elétricas S.A. o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças – 001/2019, por meio do qual as duas partes reconhecem a existência de créditos pendentes uma com a outra, que após compensação dos valores somam um crédito líquido em favor de Furnas no montante de R$ 122.560, atualizado à data de 31 de dezembro de 2012. Este montante devido pela ELETRONUCLEAR, atualizado em 31 de dezembro 2018, totalizava R$ 246.142.

Desta forma, conforme as condições firmadas pelas duas partes no Instrumento firmado, a ELETRONUCLEAR obriga-se a pagar o saldo atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da dívida reconhecida em 96 (noventa e seis) parcelas iguais e sucessivas, pelo Sistema de Amortização Constante – SAC, contados a partir da expiração dos 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal, que possui início a partir do mês subsequente à assinatura do referido Instrumento de Confissão de Dívida.

A partir da assinatura do referido contrato, sobre o saldo devedor atualizado mensalmente pelo IPCA, incidem juros no montante de 7,83% a.a. e uma taxa de administração de 0,5% a.a., ambos calculados *pro rata temporis*.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

a) Quadro dos financiamentos e empréstimos

DESCRIÇÃO	31/12/2020					31/12/2019				
	R$ MIL					R$ MIL				
	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA	JUROS	PRINCIPAL		TOTAL	TX. EFETIVA
		CIRCU-LANTE	NÃO CIR-CULANTE				CIRCU-LANTE	NÃO CIR-CULANTE		
ANGRAS 1 e 2:										
ELETROBRAS - ECF 2278 / ECF 2507 / ECF 2579	-	34.162	164.897	199.059	5,00%	-	34.161	199.059	233.220	5,00%
ELETROBRAS - PSPE* - ECR 286 / ECF 3278	-	-	-	-	-	-	30.969	132.927	163.896	7,23%
ELETROBRAS - INB - ECF 3284	-	-	-	-	-	-	16.024	88.133	104.157	11,55%
ELETROBRAS - PAE - ECF 3347	-	-	-	-	-	-	31.535	-	31.535	7,83%
ELETROBRAS - Capital de Giro** - ECF 3367 / ECF 3370 / ECF 3374	-	-	-	-	-	-	337.142	-	337.142	8,00%
FURNAS - Instrumento de Confissão de Dívida	-	5.799	272.557	278.356	7,90%	-	-	266.852	266.852	7,60%
ANGRA 3:										
ELETROBRAS - RGR- ECF 2878	-	29.712	477.876	507.588	5,00%	-	29.712	507.588	537.300	5,00%
ELETROBRAS - ECR 286	-	-	-	-	-	-	49.295	197.161	246.456	7,23%
ELETROBRAS - ECF 3341	-	-	-	-	-	-	23.415	128.780	152.195	11,55%
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcréditos A e B	8.860	141.545	3.350.516	3.500.921	6,26%	10.109	114.435	3.328.357	3.452.901	7,28%
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito C	6	5.019	-	5.025	2,63%	8	4.957	2.892	7.857	7,32%
BNDES - Nº 10.2.2032.1 - Subcrédito D	11	6.575	2.191	8.777	2,85%	12	4.732	6.309	11.053	7,44%
CEF - N° 0410.351-27/13	13.986	98.363	2.999.696	3.112.045	6,50%	14.401	92.188	3.098.075	3.204.664	6,50%
TOTAL GERAL	22.863	321.175	7.267.733	7.611.771		24.530	768.565	7.956.133	8.749.228	

* É composto pelo empréstimos realizados em 2014 - R$ 124.738 e em 2015 - R$ 39.157, totalizando R$ 163.895

** É composto pelos empréstimos realizado em 2018 (R$ 120.000 e R$ 50.000) e 2019 (R$ 167.142), totalizando R$ 337.142

b) Quadro das mutações dos financiamentos e empréstimos

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	793.095	7.956.133	8.749.228
Encargos - resultado	443.967	110.989	554.956
Variação Monetária - resultado	533	12.396	12.929
Transferência para o não circulante	811.785	(811.785)	-
Conversão em Capital Social	(1.035.778)	-	(1.035.778)
Pagamentos de encargos	(445.634)	-	(445.634)
Pagamentos de principal	(223.930)	-	(223.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	344.038	7.267.733	7.611.771

MUTAÇÕES DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	EM R$ MIL		
	MOEDA NACIONAL		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	592.724	7.974.066	8.566.790
Ingressos	-	432.374	432.374
Encargos - resultado	613.302	-	613.302
Variação Monetária - resultado	1.607	12.934	14.541
Transferência para o não circulante	463.241	(463.241)	-
Pagamentos de encargos	(614.563)	-	(614.563)
Pagamentos de principal	(263.216)	-	(263.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	793.095	7.956.133	8.749.228

c) Dívida total com seus vencimentos programados

FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS POR VENCIMENTOS		
ANO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	793.095
2021	344.038	417.898
2022	356.003	455.186
2023	370.017	470.241
2024	387.254	488.043
Após 2024	6.154.459	6.124.765
TOTAL	7.611.771	8.749.228

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PASSIVO

A seguir, a composição das obrigações com impostos e contribuições sociais que se apresentam consignados no passivo circulante e não circulante e que compõem as obrigações correntes, na sua totalidade, a vencer e sem registro de qualquer inadimplência e os passivos fiscais diferidos.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	R$ MIL		R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
I.R.P.J. Parcelamento	1.273	1.273	212	212
IR - Encargos Dívida	1.077	475	-	-
IRRF - Folha de pagamento	4.504	4.504	-	-
ISS sobre importação e outros	2.440	3.229	-	-
ICMS	388	803	-	-
COSIRF	21.574	21.148	-	-
INSS	3.165	2.605	-	-
IPTU Acordo Angra	1.096	4.384	-	1.096
PASEP e COFINS	23.292	11.471	-	-
PASEP e COFINS - Diferidos	3.347	3.347	-	-
FGTS	3.756	5.572	-	-
CIDE s/serviços no exterior	30.819	23.571	-	-
Taxas de importação e outros	(12)	(30)	-	-
Recolhimento Impostos e Taxas	2	2	-	-
TOTAL	96.721	82.354	212	1.308

A Companhia constitui Imposto sobre Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos sobre outros resultados abrangentes, ajustes relativos à adoção da Lei 11.638, bem como sobre diferenças temporárias que, em dezembro de 2020, geraram uma posição líquida ativa de IRPJ e CSLL diferidos no montante total de R$ 2.190.281 (R$ 1.874.030 em dezembro de 2019), contabilizados no Ativo Não Circulante. Todavia, em respeito ao estabelecido pelo CPC 32, foram registradas contas retificadoras, no mesmo montante, também no Ativo Não Circulante, de forma que o citado Ativo Diferido estivesse limitado ao montante do Passivo Diferido de IRPJ e CSLL.

DESCRIÇÃO	PASSIVO (ATIVO) FISCAL DIFERIDO - R$ MIL							
	31/12/2020				31/12/2019			
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL	VALOR BASE	Contrib. Social	Imposto de Renda	TOTAL
AVP - obrigação p/ desmobilização	(16.944)	(1.525)	(4.236)	(5.761)	119.497	10.755	29.874	40.629
Provisão para PLR dos empregados	(66.163)	(5.955)	(16.541)	(22.495)	(66.249)	(5.962)	(16.562)	(22.525)
Corr. monetária imobilizado 1995 a 1997	115.478	10.393	28.870	39.263	126.855	11.417	31.714	43.131
Imobilizado da desmobilização--Custo	(407.158)	(36.644)	(101.790)	(138.434)	(452.466)	(40.722)	(113.117)	(153.838)
Outros ajustes CPC	(837.205)	(75.348)	(209.301)	(284.650)	(506.127)	(45.551)	(126.532)	(172.083)
Arrend. Merc. e AVP Alug Imov Candel 65/Out. Transp. Contr. - IFRS 16	(3.947)	(355)	(987)	(1.342)	(2.871)	(258)	(718)	(976)
Baixa despesas administrativas	(193.604)	(17.424)	(48.401)	(65.825)	(193.604)	(17.424)	(48.401)	(65.825)
Provisão Impairment Angra 3	(4.508.764)	(405.789)	(1.127.191)	(1.532.980)	(4.508.764)	(405.789)	(1.127.191)	(1.532.980)
Ajuste CPC - Baixa de Angra 3	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)	(689.197)	(62.028)	(172.299)	(234.327)
Transfer.de estoque para o Imobilizado	(229.949)	(20.695)	(57.487)	(78.183)	(201.563)	(18.141)	(50.391)	(68.531)
Receita financeira capitalizada no Imobilizado	(102.394)	(9.215)	(25.599)	(34.814)	(102.394)	(9.215)	(25.599)	(34.814)
Provisão benefício pós-emprego	14.906	1.342	3.727	5.068	(77)	(7)	(19)	(26)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(115.547)	(10.399)	(28.887)	(39.286)	(112.215)	(10.099)	(28.054)	(38.153)
Provisão para risco	(257.957)	(23.216)	(64.489)	(87.705)	(247.404)	(22.266)	(61.851)	(84.117)
Provisão para desvalorização de títulos	(1.532)	(138)	(383)	(521)	(1.532)	(138)	(383)	(521)
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE	(18.299)	(1.647)	(4.575)	(6.222)	(44.086)	(3.968)	(11.022)	(14.989)
D. Fin - Encargos de Dívidas Transf p/invest	1.642.521	147.827	410.630	558.457	1.642.521	147.827	410.630	558.457
D. Fin - Var. Monet. Dívidas Transf p/invest	115.370	10.383	28.843	39.226	115.370	10.383	28.843	39.226
Sub-total	(5.560.385)	(500.435)	(1.390.096)	(1.890.531)	(5.124.306)	(461.188)	(1.281.077)	(1.742.264)
SUBTOTAL	(5.560.385)	(500.435)	(1.390.096)	(1.890.531)	(5.124.306)	(461.188)	(1.281.077)	(1.742.264)
(-) Provisão para valor realizável	5.560.385	500.435	1.390.096	1.890.531	5.124.306	461.188	1.281.077	1.742.264
Outros resultados abrangentes	881.619	79.346	220.405	299.750	387.547	34.879	96.887	131.766
(-) Outros resultados abrangentes	(881.619)	(79.346)	(220.405)	(299.750)	(387.547)	(34.879)	(96.887)	(131.766)
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

OBRIGAÇÕES ESTIMADAS		
Composição	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Provisão IR e CSLL sobre lucro real	72	-
Provisão de férias e gratificação de férias	19.063	47.216
Encargos sociais sobre provisão de férias	15.040	25.532
TOTAL	34.175	72.748

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

ENCARGOS SETORIAIS		
Composição	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
RGR	14.896	29.066
Taxa de fiscalização da Aneel	680	606
TOTAL	15.576	29.672

NOTA 21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	R$ MIL		R$ MIL	
	PASSIVO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contrato Pactuação Obrigação Financeira	4.101	3.656	9.574	12.958
Provisão Atuarial	-	-	510.423	60.849
TOTAL	4.101	3.656	519.997	73.807

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

A REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social tem como suas Patrocinadoras a Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefícios Definido – BD e outro na modalidade de Contribuição Definida – CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização. A ELETRONUCLEAR só tem participação no Plano BD e este encontra-se fechado para novas adesões desde 1997.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é paritária a de seus participantes e gira, na média, em torno de 5,39% dos salários de contribuição.

A ELETRONUCLEAR apropriou em 31 de dezembro de 2020, o valor de R$ 4.216 (R$ 4.349 em 31 de dezembro de 2019) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

II) NUCLEOS

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas Patrocinadoras: Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido – Plano BD e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização agregado. O plano encontra-se aberto a novas adesões.

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é paritária a de seus participantes ativos e gira, na média, em torno de 6,48% dos salários de contribuição. Há ainda a contribuição da ELETRONUCLEAR paritária à contribuição normal sobre os assistidos que recebem Abono de Aposentadoria.

A ELETRONUCLEAR apropriou, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R$ 3.580 para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

No encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

Os ativos dos planos BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela REAL GRANDEZA e NUCLEOS.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	2020			2019		
	REAL GRANDEZA	REAL GRANDEZA BPD	NUCLEOS	REAL GRANDEZA	REAL GRANDEZA BPD	NUCLEOS
1. Participantes ativos						
1.1. Participantes - nº	243	14	1.186	274	13	1.201
1.2. Idade Média	55,39	51,94	46,09	55	51	46
1.3 Salário Médio em R$	16.062,47	1.327,67	12.887,23	15.448,83	1.562,76	12.704,90
2. Aposentados						
2.1. Participantes Aposentados - nº	727	12	530	720	-	502
2.2. Idade Média	67,21	70,06	68,54	67	-	68
2.3. Benefício Médio em R$	12.885,82	-	10.303,30	12.223,49	-	9.798,90
3. Pensionistas						
3.1. Participantes Pensionistas - nº	102	-	51	88	-	94
2.2. Idade Média	63	-	59	62	-	56
3.3. Benefício Médio em R$	3.254,97	5.042,65	5.222,17	3.037,54	-	4.441,48
TOTAL	1.072	26	1.767	1.082	13	1.797

a) Termos de compromissos

a.1) Contrato de pactuação de obrigação

Em 07 de fevereiro de 2013, a Real Grandeza firmou com a ELETRONUCLEAR o contrato de pactuação de obrigação, com respectivo parcelamento de pagamento, relativo às contribuições amortizantes destinadas ao plano de benefício definido da Real Grandeza. O montante da dívida foi corrigido nos termos contratuais na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 109 (cento e nove) parcelas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2015, conforme o Termo de Segundo Aditamento firmado entres as partes em 10 de novembro de 2014.

O saldo dessa obrigação, em 31 de dezembro de 2020, monta R$ 13.675 (R$ 16.614 em 31 de dezembro de 2019), R$ 4.101 classificados no passivo circulante e R$ 9.574 no passivo não circulante.

b) Outros benefícios pós-emprego – Saúde

A Companhia possui um programa de assistência médica aos empregados e dependentes, estendendo-o a inativos e pensionistas.

c) Provisão atuarial – Benefício pós-emprego

PROVISÃO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
SAÚDE	16.344	23.568
PID	1.276	16.689
PAE/PDC	17.897	20.592
FRG	474.906	-
TOTAL	510.423	60.849

d) Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde, PID

d.1) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Financeiras 2020					
	REAL GRANDEZA	NUCLEOS	SAÚDE	PID	PAE / PDC
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	3,27%	3,80%	3,11%	-0,39%	-0,39%
Projeção de aumento médio dos salários	2,01%	2,01%	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,27%	3,27%	3,27%	3,27%
Hipótese Demográficas 2020					
Taxa de rotatividade	0% a a	Ex-Nucleos 2018	-	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	MI-2006	MI-2006	N/A	N/A
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Tasa 1927	Tasa 1927	N/A	N/A

Hipóteses Financeiras 2019						
	REAL GRANDEZA	NUCLEOS	SAÚDE	PDC	PID	PAE
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	3,24%	3,47%	3,16%	1,56%	0,45%	1,79%
Projeção de aumento médio dos salários	2,01%	2,01%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa média de inflação anual	3,68%	3,68%	3,68%	3,68%	3,68%	3,68%
Hipótese Demográficas 2019						
Taxa de rotatividade	0% a a	Ex-Nucleos 2018	Ex-Nucleos 2018	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	MI-2006	MI-2006	AT-49	AT-49	AT-49
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Tasa 1927	Tasa 1927	N/A	N/A	N/A

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano REAL GRANDEZA foi de perda R$ 1.079.332 em 31 de dezembro de 2020 (ganho de R$ 1.082.388 em 31 de dezembro de 2019) e do plano NUCLEOS foi de perda R$ 26.359 em 31 de dezembro de 2020 (ganho de R$ 369.376 em 31 de dezembro de 2019).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

d.2) Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade. Se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em renda fixa e variável considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	2020					
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	Saúde	PID	PAE / PDC	TOTAL
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	2.474.142	1.787.687	16.344	1.276	17.897	4.297.346
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.999.236)	(1.805.672)	-	-	-	(3.804.908)
Passivo/(Ativo) Líquido	474.906	(17.985)	16.344	1.276	17.897	492.438
Efeito da restrição sobre o ativo	-	17.985	-	-	-	17.985
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-
Valor do Passivo/(Ativo) do benefício pós-emprego	474.906	-	16.344	1.276	17.897	510.423
Custo do serviço corrente	10.403	32.631	837	-	-	43.871
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	-	-
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	10.403	32.631	837	-	-	43.871

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício	2019					
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	Saúde	PID	PDC / PAE	TOTAL
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	2.239.583	1.593.536	23.568	16.689	20.592	3.893.968
Valor justo dos ativos do plano (-)	(2.993.871)	(1.747.754)	-	-	-	(4.741.625)
Passivo/(Ativo) Líquido	(754.288)	(154.218)	23.568	16.689	20.592	(847.657)
Efeito da restrição sobre o ativo	754.288	154.218	-	-	-	908.506
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-	-	-
Valor do Passivo/(Ativo) do benefício pós-emprego	-	-	23.568	16.689	20.592	60.849
Custo do serviço corrente	8.810	28.375	1.161	-	-	38.346
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	-	-
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	8.810	28.375	1.161	-	-	38.346

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente de 31 de dezembro de 2020 estão apresentadas a seguir:

DESCRITIVO	2020					
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PID	PAE/PDC	TOTAL
Alterações nas obrigações						
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.239.584	1.593.536	23.568	16.689	20.591	3.893.968
Custo de serviços corrente líquido	10.403	32.631	837	-	-	43.871
Reembolso do serviço corrente	(3.125)	(11.416)	-	-	-	(14.541)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos e autopatrocinados	2.787	17.358	-	-	-	20.145
Custo de juros	152.398	112.780	1.557	806	928	268.469
Benefícios pagos	(130.892)	(79.030)	(1.355)	(15.347)	(6.971)	(233.595)
(Ganhos) perdas decorrentes de mensuração	202.987	121.828	(8.263)	(872)	3.349	319.029
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.474.142	1.787.687	16.344	1.276	17.897	4.297.346
Alterações nos ativos financeiros						
Valor justo dos ativos no início do ano	2.993.871	1.747.754	-	-	-	4.741.625
Receita de Juros	205.712	125.235	-	-	-	330.947
Contribuições patronais	7.090	20.714	1.355	15.347	6.971	51.477
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos e autopatrocinados	2.787	17.358	-	-	-	20.145
Benefícios pagos / adiantados	(130.892)	(79.030)	(1.355)	(15.347)	(6.971)	(233.595)
Ganhos (perdas) decorrentes da mensuração	(1.079.332)	(26.359)	-	-	-	(1.105.691)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	1.999.236	1.805.672	-	-	-	3.804.908

DESCRITIVO	2019					
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PID	PAE/PDC	TOTAL
Alterações nas obrigações						
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.804.814	1.595.579	25.862	12.185	17.481	3.455.921
Custo de serviços corrente líquido	8.810	28.375	1.161			38.346
Reembolso do serviço corrente	(3.462)	(18.928)	-	-	-	(22.390)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos e autopatrocinados	2.956	10.796	-	-	-	13.752
Custo de juros	155.007	138.149	2.138	386	1.250	296.930
Benefícios pagos	(161.269)	(162.737)	(2.210)	(19.588)	(7.112)	(352.916)
(Ganhos) perdas decorrentes de mensuração	432.728	2.302	(3.383)	23.706	8.972	464.325
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.239.584	1.593.536	23.568	16.689	20.591	3.893.968
Alterações nos ativos financeiros						
Valor justo dos ativos no início do ano	1.898.724	1.386.052	-	-	-	3.284.776
Receita de Juros	163.792	121.544	-	-	-	285.336
Contribuições patronais	7.279	22.723	2.210	19.588	7.112	58.912
Contribuições de participantes do plano	2.956	10.796	-	-	-	13.752
Benefícios pagos / adiantados	(161.269)	(162.737)	(2.210)	(19.588)	(7.112)	(352.916)
Ganhos (perdas) decorrentes da mensuração	1.082.389	369.376	-	-	-	1.451.765
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	2.993.871	1.747.754	-	-	-	4.741.625

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

CATEGORIA DO ATIVO	2020		2019	
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS
Disponível	17	15	247	221
Realizável (Previdenciário e Administrativo)	23.262	9.823	32.674	203.129
Investimento em Renda Fixa	1.509.302	836.509	2.240.867	878.888
Investimento em Renda Variável	394.771	670.810	595.810	584.523
Investimentos Estruturados	12.377	268.552	32.075	252.125
Investimentos Imobiliários	66.954	24.341	107.453	25.647
Empréstimos e Financiamentos	24.312	7.194	42.121	7.308
Outros	1.711	1.198	3.577	1.164
(-) Recursos a receber - patrocinador	-	-	(9.475)	(193.263)
(-) Exigíveis Operacionais	(4.256)	(3.141)	(6.803)	(2.741)
(-) Exigíveis Contingenciais	(6.670)	(480)	(12.900)	(631)
(-) Fundo de Investimentos	(14.776)	(2.276)	(20.396)	(2.055)
(-) Fundo Administrativo	(7.768)	(6.873)	(11.378)	(6.561)
TOTAL	1.999.236	1.805.672	2.993.872	1.747.754

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

d.3) Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2020	31/12/2019
Programa Previdenciário Real Grandeza	724.836	248.123
Programa Previdenciário Nucleos	8.257	(14.889)
Programa de Saúde	102.533	110.796
PAE / PDC	14.208	10.860
PID	31.785	32.657
TOTAL	881.619	387.547

DESCRITIVO	2020					
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PAE / PDC	PID	TOTAL
(Perda)/ganho no valor das obrigações	(202.987)	(121.828)	8.262	(3.349)	872	(319.030)
(Perda)/ganho nos ativos financeiros	(1.079.332)	(26.358)	-	-	-	(1.105.690)
Alteração do limite máximo de reconhecimento do passivo/ (ativo) oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento do passivo/(ativo) oneroso	807.228	125.041	-	-	-	932.269
Ajuste saldo de dívida	(1.621)	-	-	-	-	(1.621)
Total de ganhos/perdas apurados no ano	(476.712)	(23.145)	8.262	(3.349)	872	(494.072)

DESCRITIVO	2019					
	Plano BD REAL GRANDEZA	Plano BD NUCLEOS	SAÚDE	PAE / PDC	PID	TOTAL
(Perda)/ganho no valor das obrigações	(432.728)	(2.303)	3.383	(8.972)	(23.706)	(464.326)
(Perda)/ganho nos ativos financeiros	1.082.389	369.376	-	-	-	1.451.765
Alteração do limite máximo de reconhecimento do passivo/ (ativo) oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento do passivo/(ativo) oneroso	(652.131)	(154.217)	-	-	-	(806.348)
Ajuste saldo de dívida	(1.594)	-	-	-	-	(1.594)
Total de ganhos/perdas apurados no ano	(4.064)	212.856	3.383	(8.972)	(23.706)	179.497

e) Efeitos da variação percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento salarial, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças, razoavelmente, possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Plano de Benefício Definido REAL GRANDEZA

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 259.852 (aumento de R$ 286.686).
- Se o crescimento salarial fosse 1% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 26.828 (redução de R$ 28.837).

Plano de Benefício Definido NUCLEOS

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 185.204 (aumento de R$ 204.329).
- Se o crescimento salarial fosse 1% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 19.121 (redução de R$ 20.553).

Plano de Saúde

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 1.827 (aumento de R$ 2.016).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 2.053 (redução de R$ 1.827).

Plano de Incentivo de Desligamento – PAE / PDC

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 1.967 (aumento de R$ 2.170).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 10 (redução de R$ 10).

Plano de Incentivo de Desligamento - PID

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 140 (aumento de R$ 155).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 158 (redução de R$ 140).

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PLANOS DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2014, o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE conforme aprovado na 282ª reunião do Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR de 19 de dezembro de 2012, com o início das adesões em março de 2014 e término em abril de 2014. Ocorreram 341 desligamentos até 31 de dezembro de 2014, 277 até 31 até dezembro de 2015, 1 em fevereiro de 2016, e o último em maio de 2016. O incentivo de desligamento PSPE incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

Em 2017, o Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE foi aprovado pela Diretoria Executiva na 1352ª reunião realizada em 23 de maio de 2017 e pelo Conselho de Administração da ELETRONUCLEAR na 360ª reunião realizada em 25 de maio de 2017, com início das adesões para maio de 2017 e término em 31 de julho de 2017. Ocorreram 185 desligamentos entre julho de 2017 e dezembro 2017. O incentivo de desligamento PAE incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

O Plano de Demissão Consensual – PDC foi aprovado pelo Conselho de Administração na 374ª reunião realizada em 23 de março de 2018, com período de adesão entre 26/03/2018 e 27/04/2018.Os desligamentos, que se iniciaram em 04 de junho de 2018, foram efetuados até 14 de dezembro de 2018.O incentivo de desligamento PDC incluiu uma indenização financeira no momento do desligamento e garantia de continuidade no plano de saúde da Companhia pelo período de 5 anos, incluindo os respectivos dependentes.

A ELETRONUCLEAR reconheceu a baixa de provisão de R$ 25.786 referente ao plano de incentivo de desligamento dos funcionários, permanecendo o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 de R$ 18.299 (R$ 44.085 em 31 dezembro de 2019).

PLANOS DE INCENTIVO DE DESLIGAMENTO 2020 - R$ MIL				
Descritivo	31/12/2019	31/12/2020		
		Reclassificação	Baixa	Saldo
Circulante				
Incentivo - PDC 2	727	(727)	-	-
Incentivo - PDC 3	8.292	-	(8.292)	-
Plano Médico - PSPE	8.030	-	(8.024)	6
Plano Médico - PAE	6.380	-	-	6.380
Plano Médico - PDC	1.245	(193)	-	1.052
Plano Médico - PDC 2	(65)	920	-	855
Plano Médico - PDC 3	1.178	-	(60)	1.118
Subtotal	25.787	-	(16.376)	9.411
Não Circulante				
Plano Médico - PSPE	3	2	(6)	(1)
Plano Médico - PAE	11.755	(4)	(6.380)	5.371
Plano Médico - PDC	2.978	1	(1.052)	1.927
Plano Médico - PDC 2	1.255	-	(855)	400
Plano Médico - PDC 3	2.307	1	(1.117)	1.191
Subtotal	18.298	-	(9.410)	8.888
TOTAL	44.085	-	(25.786)	18.299

NOTA 23 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisões para contingências judiciais que atendem os critérios de reconhecimento apresentados no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes conforme quadro abaixo:

a) Composição

CONTINGÊNCIAS	R$ MIL			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
- TRABALHISTA				
Principal	142.119	25.089	126.983	30.926
Atualização	75.247	16.014	51.015	13.835
	217.366	41.103	177.998	44.761
- TRIBUTÁRIA				
Principal	6.202	8.064	6.150	8.064
Principal Tributos Federais/Estaduais	19	-	19	-
INSS	6.183	8.064	6.132	8.064
Atualização	11.306	6.747	10.995	6.527
	17.508	14.811	17.146	14.591
- CÍVEL				
Principal	1.021	10	2.598	36
Atualização	182	4	3.818	3
	1.204	14	6.416	39
- AMBIENTAL				
Principal	5.653	-	21.208	-
Atualização	2.987	-	11.397	-
	8.640	-	32.605	-
TOTAL	244.718	55.928	234.165	59.391

Os depósitos judiciais apresentados no quadro abaixo são apenas aqueles vinculados às contingências de perda provável. Os demais depósitos judiciais da Companhia estão divulgados na Nota 12.

Os processos judiciais, avaliados como de perda possível, movidos contra a Companhia e, portanto, não provisionados, montam R$ 1.647.034 atualizados em 31 de dezembro de 2020 (R$ 1.441.553 em 31 de dezembro de 2019), sendo R$ 984.771 de processos de natureza trabalhista (R$ 906.361 em 31 de dezembro de 2019), R$ 122.537 de ações tributárias (R$ 120.352 em 31 de dezembro de 2019), R$ 299.717 de ações cíveis (R$ 414.839 em 31 de dezembro de 2019) e R$ 240.009 de ações ambientais.

Dentre as ações de causas prováveis e possíveis e que apresentam valores avaliados com perda superiores a 1% da Receita Operacional Líquida até dezembro de 2020, ou seja, acima de R$ 30.772, destacam-se:

a) Ação Trabalhista n. 0064500-25.1989.5.01.0029	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - [29ª] Vara do Trabalho da Capital do Rio de Janeiro
Partes	Sindicato do Engenheiros do Estado do RJ – SENGE (Substituindo cerca de 245 empregados e ex-empregados) x ELETRONUCLEAR (Reclamada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 574.020
Objeto:	URP/1989 – Plano Econômico. A controvérsia principal do processo reside na interpretação da coisa julgada que delimitou o pagamento do índice da Unidade de Referência de Plano -URP apenas do mês de fevereiro de 1989. Contudo, em fase de liquidação a outra parte alegou que deve ser aplicado o índice de 26,05% mês a mês até sua incorporação na remuneração dos substituídos ou até sua demissão. Há possibilidade de ter decisão judicial homologando o valor histórico de R$ 359.671, calculado pelo perito judicial em 2014. Ressalte-se que a Advocacia Geral da União – AGU ingressou nos autos. A AGU tem tese jurídica que se alinha à defesa da ELETRONUCLEAR, ao explicitar que: [1] a decisão em fase de liquidação/execução que estabelece direito à incorporação da URP de 1989 na remuneração dos substituídos ofende a decisão já transitada em julgado; [2] o valor exigido com base na decisão transitada em julgado, ou seja, o pagamento da URP relativa apenas ao mês de fevereiro de 1989, já foi adimplido, por conta da existência de Acordo Coletivo pactuado em 1989, entre as partes da presente ação judicial, cujo conteúdo trata especificadamente da quitação da URP/1989. No momento há laudo emitido pelo perito do Juízo. Em 24 de novembro de 2017, foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem em relação ao laudo pericial que respondeu os quesitos apresentados pela Companhia. Nesse laudo o Perito do Juízo, por amostragem, destacou que os valores indicados no acordo coletivo especifico da URP de fevereiro de 1989 foram pagos. A última decisão publicada em diário oficial é a do dia 16 de março de 2018, destinada à parte autora (SENGE) para que oferte manifestação em relação a petição apresentada pela parte Ré. Há outros andamentos processuais que constam no sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, são eles: [1] autos enviados à contadoria da Vara; [2] homologada a liquidação; [3] petição da União Federal; [4] petição do SENGE com impugnação aos cálculos, todos atos processuais aos quais a Companhia ainda não foi intimada para tomar ciência. Em 29 de janeiro de 2019, foi publicada decisão para a Companhia pagar o débito ou ofertar defesa, o que inaugurou a fase de execução do processo. De toda forma, na decisão a Companhia foi isentada de ofertar bens à penhora para ajuizar eventual defesa. Foram interpostos embargos de declaração pela ELETRONUCLEAR, sem decisão de julgamento publicada. Foi publicada decisão em 19 de julho de 2019 para a Companhia pagar honorário do perito do Juízo, o que já foi realizado.
Expectativa de Perda	Possível

b) Ação Tributária/ Fiscal n. 0003767-29.2009.8.19.0001	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - [11ª] Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do RJ
Partes	Estado do Rio de Janeiro (Exequente) x ELETRONUCLEAR (Executada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 121.569
Objeto:	No auto de infração nº 01.134725-9 é exigida a certidão n. 2008/027.141-2, crédito tributário exigido na presente execução fiscal. Em síntese, a Receita Estadual descreve que a Companhia realizou creditamento indevido do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte - ICMS, por utilizar documentação incorreta e inidônea. Em contraponto a Companhia argumenta que os documentos utilizados para o creditamento são idôneos, já que por ser Furnas responsável pela importação antes da cisão, por sucessão universal de direitos e obrigações, a Companhia passou a ser detentora do crédito, de toda forma, assevera também que não utilizou tais créditos. Foram ajuizados os embargos à execução de n. 0404842-28.2015.8.19.0001 pela ELETRONUCLEAR. Há um seguro garantindo o Juízo, o que possibilita a emissão da certidão tributária estadual e o impedimento de penhora on line das contas da Companhia. Em 31 de agosto de 2018, foi publicada decisão judicial para as partes se manifestarem quanto ao laudo emitido pelo perito judicial. O perito do Juízo destacou que a Companhia não realizou o aproveitamento do crédito fiscal indicado pelo Fisco Estadual. A Companhia manifestou-se quanto àquele laudo e juntou documentos. O processo foi remetido à Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro em 10 de outubro de 2018. Em 24 de abril de 2019, foi publicada sentença de procedência dos embargos à execução, com a consequente extinção da execução. O Juízo considerou a tese da Companhia no sentido de que os créditos foram estornados. O Estado do Rio de Janeiro apelou da sentença e a Companhia ofertou suas contrarrazões, com encaminhamento do processo em 14 de outubro de 2019 para a instância superior do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ. O TJRJ julgou improcedente o recurso de apelação do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a decisão de 1º instância. A decisão, favorável à Companhia, transitou em julgado em julho de 2020. Com o trânsito em julgado nos autos dos embargos à execução n. 0404842-28.2015.8.19.0001 da decisão que nulificou o título exigido na execução fiscal n. 0003767-29.2009.8.19.0001, o Estado do Rio de Janeiro foi intimado nos autos daqueles embargos para o cumprimento do acordão. Dessa forma, o Estado do Rio de Janeiro informou nos autos dos embargos à execução que cancelou o título executivo nº CDA nº 2008/027.141-2, culminando com a extinção do crédito tributário. A Companhia informou nos autos sobre o levantamento do seguro garantia. Considerando o trânsito em julgado da decisão favorável à Companhia nos autos dos embargos à execução fiscal n. 0404842-28.2015.8.19.0001, o Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do RJ julgou extinta a dívida exigida nos autos da execução fiscal n. 0003767-29.2009.8.19.0001. No momento, nos autos dos embargos à execução fiscal n. 0404842-28.2015.8.19.0001, a Companhia exige contra o Estado do Rio de Janeiro à devolução das custas judiciais.
Expectativa de Perda	Possível

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

c) Ação Trabalhista n. 0010788-47.2015.5.08.0116	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Vanderley Costa Oliveira e outros x ELETRONUCLEAR (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 153.220
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da ELETRONUCLEAR, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido dos reclamantes para ressarcimento de danos materiais/ morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. Processo em fase de 1º grau, houve o encerramento da instrução processual. Leitura de sentença para o dia 22 de janeiro de 2021.
Expectativa de Perda	Possível

d) Ação Cível nº 5028541-56.2018.4.02.5101	
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [19ª] Vara Federal - RJ
Partes	Tecnatom S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 70.656
Objeto:	Mandado de segurança requerendo o cancelamento da Concorrência Internacional DAI.A/CI-004.18. Houve apresentação de defesa pela ELETROUCLEAR e decisão denegando a ordem. Há recurso de apelação da Tecnatom pendente de julgamento.
Expectativa de Perda	Possível

e) Ação Cível nº 0022780-32.2018.4.02.5101	
Instância /Juízo	[1ª] Instância – [10ª] Vara Federal - RJ
Partes	Andrade Gutierrez S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 165.042
Objeto:	Trata-se de ação declaratória e condenatória, para (i) reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e recomposição de prejuízos, impedindo-se o enriquecimento ilícito da ELETRONUCLEAR; (ii) revogação da decisão que declarou a nulidade do Contrato e seus aditamentos; (iii) reconhecimento de rescisão contratual por inadimplemento da ELETRONUCLEAR; (iv) cobrança dos serviços prestados pela Andrade Gurierrez e não pagos pela ELETRONUCLEAR. Contestação apresentada pela ELETRONUCLEAR em 16 de maio de 2018. Réplica pela Andrade Gutierrez em 10 de agosto de 2018. Despacho do juiz determinando às partes que especifiquem as provas a serem produzidas. Em 07 de janeiro de 2020, o juiz proferiu despacho determinando a suspensão do processo até a decisão final da ação de ressarcimento proposta pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez. Em 27 de janeiro de 2020, a Andrade Gutierrez ofereceu embargos de declaração requerendo o acolhimento do seu recurso para que a ação movida pela ELETRONUCLEAR em face da Andrade Gutierrez seja suspensa alegando que a ação que move contra a ELETRONUCLEAR é prejudicial àquela. Em 17 de dezembro de 2020: Despacho Saneador. Determinação de prova pericial.
Expectativa de Perda	Possível

f) Ação Trabalhista n. 0011346-38.2013.5.01.0066	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - [66ª] Vara do Trabalho da Capital do Rio de Janeiro
Partes	Sindicato do Engenheiros do Estado do RJ – SENGE (Substituindo cerca de 500 empregados e ex-empregados) x ELETRONUCLEAR (Reclamada)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 32.694
Objeto:	Trata-se de Ação Coletiva ajuizada pelo Sindicado dos Engenheiros do Rio de Janeiro –SENGE, com sentença já transitada em julgado, em que a ELETRONUCLEAR foi condenada ao pagamento das diferenças de horas extras decorrentes da adoção do divisor 220, ao invés 200. A liquidação estende-se desde 2015, envolvendo a controvérsia entre as partes acerca da lista de substituídos. Por um lado, o sindicato autor apresentando lista com mais de 500 (quinhentos) nomes, enquanto a ELETRONUCLEAR alegando que diversos trabalhadores não se enquadrariam na coisa julgada. Diante das dificuldades no prosseguimento da liquidação de forma coletiva, o juízo houve por bem decidir que a execução deveria prosseguir de forma individual, para que cada trabalhador propusesse, individualmente, sua ação de execução, por meio de livre distribuição. Irresignado, o sindicato interpôs recurso de agravo de petição, que foi provido pelo Tribunal Regional do Trabalho - TRT no sentido de dar prosseguimento à execução coletiva. A empresa interpôs recurso de revista, por entender recomendável a limitação do número de substituídos na execução, pendente de julgamento.
Expectativa de Perda	Provável

g) Ação Trabalhista n. 0010787-62.2015.5.08.0116	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Leilson Souza Lima e outros x ELETRONUCLEAR (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 153.220
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da ELETRONUCLEAR, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido do Reclamante para ressarcimento de danos materiais/ morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. Processo em fase de 1º grau, houve o encerramento da instrução processual. Leitura de sentença para o dia 22 de janeiro de 2021.
Expectativa de Perda	Possível

h) Ação Trabalhista n. 0010786-77.2015.5.08.0116	
Instância /Juízo	[1ª] Instância - 1ª Vara do Trabalho de Paragominas
Partes	Maria Raimunda Viana de Oliveira e outros (Autores) x ELETRONUCLEAR (Reclamada) e Outros
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 43.777
Objeto:	Trata-se de demanda ajuizada por ex-empregados da Companhia Bauxita Brasileira, que foi subcontratada, sem a autorização da ELETRONUCLEAR, pela empresa Interamerican Ltda para a realização dos serviços de destinação final de aproximadamente 10.000 Kg (dez mil quilogramas) de resíduos Industriais provenientes de sobra da construção da Usina de Angra 2, no município de Angra dos Reis- RJ, o que gerou pedido do Reclamante para ressarcimento de danos materiais/ morais decorrentes do exercício de atividade laboral sem o uso de equipamentos adequados. Há aproximadamente setenta e cinco reclamadas. Além do exposto acima, há alegação de prescrição quanto ao direito dos reclamantes. Processo em fase de 1º grau, houve o encerramento da instrução processual. Leitura de sentença para o dia 22 de janeiro de 2021.
Expectativa de Perda	Possível

i) Ação Ambiental n. 5000859-28.2020.4.01.5111	
Instância /Juízo	
Partes	MPF- Ministério Público Federal
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atualizado: R$ 240.009
Objeto:	ACP proposta pelo Ministério Público Federal em face da ELETRONUCLEAR, Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama objetivando a declaração de nulidade das licenças concedidas à 1ª RÉ para o desenvolvimento da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco - UAS da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA. Em 21 de Janeiro de 2021: Apresentação de contestação pela ELETRONUCLEAR. Realizada audiência em 03 de fevereiro de 2021, sem acordo. Em 18 de fevereiro de 2021, a liminar que impedia a transferência dos elementos combustíveis usados para a UAS foi revogada. Os autos foram encaminhados para saneamento.
Expectativa de Perda	Possível

Os processos de contingência ativa com expectativa de ganho provável para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR referentes a processos tributários federais e outros de natureza cível, e não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentam o montante de R$ 1.651.

b) Movimentação

MOVIMENTAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS - R$ MIL					
Composição	SALDO EM 31/12/2019	ATUALIZAÇÃO EM 31/12/2020	MOVIMENTAÇÃO		SALDO EM EM 31/12/2020
			BAIXAS	INCLUSÕES	
Trabalhistas	177.998	24.904	(14.021)	28.485	217.366
Tributárias	17.146	310	-	52	17.508
Cíveis	6.416	46	(5.265)	7	1.204
Ambiental	32.605	154	(24.119)	-	8.640
TOTAL	234.165	25.414	(43.405)	28.544	244.718

NOTA 24 – OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Descomissionamento

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

a) Constituição do Passivo para Descomissionamento

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento referentes à desmontagem e à remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento e o cronograma de desembolsos, descontado a uma taxa que represente o risco do passivo para descomissionamento.

No exercício de 2020, foi registrado a atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2 em função da revisão do fluxo de pagamentos por conta de mudança na estratégia de descomissionamento. Com o estudo, concluiu-se por aumentar a mencionada estimativa do custo para descomissionamento para R$ 6.475.093, sendo R$ 3.017.913 para a Usina Angra 1 e R$ 3.457.180 para a Usina Angra 2, mas o montante da obrigação a valor presente em 31 de dezembro 2020 apresentou-se menor quando comparado ao exercício anterior. O ajuste a valor presente correspondente, registrado no passivo foi de R$ 3.435.082, perfazendo um reconhecimento líquido da obrigação na data base de 31 de dezembro de 2020 de R$ 3.040.011. A provisão foi estimada a preços correntes e com base no fluxo de caixa projetado utilizando a taxa de desconto nominal média de 7,57% a.a, taxa formada pelo spread da NTN-B Principal na data de 30 de dezembro de 2020, com *maturity* mais próxima da próxima da data de início da atividade de cada rubrica somado à inflação projetada medida pelo Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA.

O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo de desmobilização de ativos:

DESCOMISSIONAMENTO - R$ MIL				
USINA	31/12/2020			31/12/2019
	ESTIMATIVA TOTAL DE CUSTO	AJUSTE A VALOR PRESENTE	ESTIMATIVA A VALOR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	3.017.913	(1.300.090)	1.717.823	1.791.971
ANGRA 2	3.457.180	(2.134.992)	1.322.188	1.337.408
TOTAL	6.475.093	(3.435.082)	3.040.011	3.129.379

NOTA 25 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em 17 de junho de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Resolução nº RES-412/2019 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº DEL-135/2019, em 27 de junho de 2019, de seu Conselho de Administração, a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de até R$ 500.000, com recursos destinados ao ressarcimento dos gastos já incluídos e para gerenciamento de obrigações referentes ao Empreendimento de Angra 3.

O valor do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento. Cabe à ELETRONUCLEAR submeter à Eletrobras, prévia e tempestivamente, à Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada com a finalidade de aprovar a operação, as condições para o aumento de capital e a concordância da mesma. A ELETRONUCLEAR também deverá obter a manifestação prévia e favorável da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -SEST, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e do Ministério da Economia - ME, para realização da Assembleia Geral para aprovação do aumento de capital. Caso o prazo para efetivação do aumento de capital, com a respectiva capitalização, seja superior ao prazo de um ano, haverá atualização do valor pela taxa do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC.

O AFAC foi formalizado por meio do contrato nº ECF 3381/19, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras em 31 de julho de 2019.

Em 29 de setembro de 2019, a Eletrobras aprovou, por meio da Deliberação nº DEL-207/2019, de seu Conselho de Administração, consubstanciado pela Resolução nº RES-412/2019 de 17 de junho de 2019, e pela Deliberação nº DEL-135/2019 de 27 de junho de 2019, a concessão de recursos à ELETRONUCLEAR sob a forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC no valor de até R$ 350.000, com recursos destinados ao ressarcimento dos gastos já incluídos e para gerenciamento de obrigações referentes ao empreendimento de Angra 3. O valor atualizado do AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento. A formalizado deste AFAC ocorreu por meio do contrato nº ECF 3384/19, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras em 05 de dezembro de 2019.

Ao final do exercício de 2019, a Eletrobras ainda tinha R$ 150.000 a liberar do contrato nº ECF 3384/2019.

Em 07 de fevereiro de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da segunda parcela, no valor de R$ 88.716, do contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 18 de março de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da terceira parcela, no valor de R$ 10.000, do contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 15 de abril de 2020, a Eletrobras efetuou a liberação da quarta parcela, no valor de R$ 30.000, do Contrato nº ECF 3384/19, mediante solicitação de desembolso enviada pela ELETRONUCLEAR.

Em 20 de maio de 2020, ocorreu a liberação da última parcela do contrato nº ECF 3384/19, no montante de R$ 21.284, completando a linha total prevista no referido contrato de AFAC.

Com o objetivo de iniciar o processo de conversão em capital dos contratos de AFAC nº ECF 3381/19 e nº ECF 3384/19, que a ELETRONUCLEAR possui com a Eletrobras e que totalizam R$ 850.000, a Diretoria Executiva da companhia aprovou em 15 de maio de 2020, por meio da RDE nº 1516.004/20, a conversão dos referidos valores em capital da ELETRONUCLEAR. O Conselho de Administração referendou a decisão em 19 de maio de 2020, por meio da Deliberação nº DCA 418.007/20.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

A Eletrobras também já realizou a aprovação da conversão do valor dos AFACs em capital da ELETRONUCLEAR em suas instâncias de governança, por meio da Resolução de sua Diretoria Executiva nº RES-351/2020 de 15 de junho de 2020, que foi ratificada pelo Conselho de Administração da *holding* em 25 de junho, por meio da Deliberação nº DEL-106/2020.

Em 17 de Julho de 2020, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o Plano de Aceleração da Linha Crítica do empreendimento de Angra 3, que prevê o aporte pela *holding* na ELETRONUCLEAR, por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de cerca de R$ 1.052.000 no ano de 2020 e de aproximadamente R$ 2.447.000 em 2021, para viabilizar a retomada das obras de construção da Usina de Angra 3. O referido plano de aceleração do empreendimento foi aprovado nas instâncias de governança internas da ELETRONCULEAR pela sua Diretoria Executiva em 15 de maio e pelo seu Conselho de Administração em 19 de maio de 2020.

Em 05 de Agosto de 2020, foi formalizado o contrato nº ECF 3387/20, assinado pelas diretorias da ELETRONUCLEAR e da Eletrobras, com a previsão de aportes na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, previstos no Plano de Aceleração da Linha Crítica de Angra 3 em 2020 e 2021.

Conforme cláusulas contratuais, assim como, os contratos anteriores da mesma natureza, o valor do AFAC será capitalizado, por meio de aumento de capital, após a ELETRONUCLEAR ter cumprido todas as disposições necessárias para a formalização do instrumento.

Em 26 de Agosto de 2020, houve a realização da primeira liberação no âmbito do contrato nº ECF 3387/20 no valor de R$ 371.000.

Em 30 de setembro de 2020, foi registrada variação monetária no valor de R$ 11.349, referente à atualização pela taxa SELIC da primeira liberação do contrato de AFAC nº ECF-3381/19, ocorrida em 01 de agosto de 2019, conforme cláusula contratual que previa atualização do valor concedido pela taxa SELIC caso o prazo para efetivação do aumento de capital fosse superior a um ano.

Em 21 de outubro de 2020, a 99ª assembleia geral extraordinária da ELETRONUCLEAR aprovou a conversão de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R$ 850.000 em capital social da companhia. Na mesma data, a Companhia registrou as obrigações referente a variação monetária no valor de R$ 273, reminiscente à atualização pela SELIC no período de 30 de setembro de 2020 a 21 de outubro de 2020 da primeira liberação do Contrato de AFAC nº ECF-3381/19, ocorrida em 01 de agosto de 2019, em atendimento à cláusula contratual que previa atualização do valor concedido pela SELIC, caso o prazo para efetivação do aumento de capital fosse superior a um ano, bem como a variação monetária no montante de R$ 6.261, também relacionada à atualização pela SELIC, da segunda liberação do contrato ECF-3381/19, ocorrida em 11 de outubro de 2019.

Em 07 de dezembro de 2020, houve a realização da segunda liberação no âmbito do Contrato nº ECF 3387/20 no valor de R$ 681.180, totalizando o valor de R$ 1.052.180, inicialmente previsto para ser liberado no ano de 2020. Considerando que os custos dessa 2ª tranche seriam utilizadas, basicamente, em despesas com fornecedores estrangeiros, com necessidade de remessas para o exterior, parte dos recursos captados foram aplicados em um Fundo Cambial no Banco do Brasil como forma de proteção para possíveis variações da taxa de câmbio ao longo do período de pagamento das faturas em aberto.

NOTA 26 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

A adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 foi em 01 de janeiro de 2019 numa abordagem retrospectiva modificativa, com uma taxa incremental de 8,82% a.a.

O quadro abaixo apresenta os saldos contábeis após a adoção da norma:

IFRS 16		
SALDOS LÍQUIDOS	R$ MIL	
	31/12/2019	31/12/2020
ATIVO - IFRS 16 - Direito de Uso Imóveis	24.846	14.323
ATIVO - IFRS 16 - Direito de Uso Veículos	29.749	15.990
Total Direito de Uso	54.595	30.313
PASSIVO - IFRS 16 - Arrentamento Mercantil a Pagar	(56.336)	(31.998)
Total Passivo de Arrendamento	(56.336)	(31.998)
TOTAL DE SALDOS LÍQUIDOS	(1.741)	(1.685)

Movimentação dos ativos e passivo de arrendamento mercantil – IFRS 16:

ATIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16				
	31/12/2019	Novos Contratos	Depreciação	31/12/2020
Direito de Uso de Imóveis	24.846	-	(10.522)	14.324
Direito de Uso de Veículos	29.749	-	(13.760)	15.989
TOTAL	54.595	-	(24.282)	30.313

PASSIVOS DE ARRENDAMENTO - IFRS 16						
	31/12/2019	Novos Contratos	Amortização do Principal	Transferência	Encargos (Juros, Variações monetária)	31/12/2020
Circulante	24.338	-	(28.185)	22.459	3.847	22.459
Imóveis	10.338	-	(12.136)	8.436	1.799	8.437
Veículos	14.000	-	(16.049)	14.023	2.048	14.022
Não circulante	31.998	-	-	(22.459)	-	9.539
Imóveis	15.531	-	-	(8.436)	-	7.095
Veículos	16.467	-	-	(14.023)	-	2.444
TOTAL	56.336	-	(28.185)	-	3.847	31.998

NOTA 27– RESSARCIMENTO DE CLIENTE

RESSARCIMENTO DE CLIENTES - DESVIO NEGATIVO		
BALANÇO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Desvio negativo 2020 - Circulante	244.852	-
Desvio negativo 2020 - Não Circulante	22.259	-
TOTAL	267.111	-

O desvio negativo (ressarcimento) de R$ 267.111 registrado em dezembro de 2020, é em decorrência de a energia fornecida ter sido menor que a energia garantida para o período, visto que o tempo de parada de manutenção da Usina de Angra 2 foi superior ao programado para o ano (vide nota 4d e nota 29). Ele corresponde à quantidade de energia entregue a menor em 2020 valorado ao máximo entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD médio do ano de referência e deverá ser ressarcido a todas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, em parcelas duodecimais a partir de fevereiro de 2021.

NOTA 28– PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição acionária

ACIONISTA	QUANTIDADE DE AÇÕES				CAPITAL SOCIAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	%	VALOR - R$ mil
Centrais Elétr. Brasil. S.A - ELETROBRAS	37.651.029.535	10.528.730.390	48.179.759.925	99,95	8.487.026
Depto de Águas E. Elétrica Est. SP - DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,03	3.477
LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A.	-	5.058.993	5.058.993	0,01	1.316
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,01	1.217
TOTAL	37.658.166.491	10.544.698.994	48.202.865.485	100,00	8.493.036

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal, sendo as ordinárias com direito a voto.

As ações preferenciais não se podem converter em ações ordinárias e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- Prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- Dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem, depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;
- Direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre a alteração do Estatuto.

Também, de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual, calculado na base de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

NOTA 29 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica		
Receita Fixa	3.726.445	3.409.341
Parcela Variável	(267.111)	110.244
Suprimento líquido de energia elétrica	3.459.334	3.519.585
Outras receitas	280	74
Tributos sobre vendas:		
Pis/PASEP	(57.079)	(58.073)
Cofins	(262.909)	(267.489)
Outros:		
Taxa de Fiscalização	(8.154)	(7.895)
	3.131.472	3.186.202
Reserva global de reversão - RGR	(95.626)	(97.692)
TOTAL	3.035.846	3.088.510

- Suprimento de energia elétrica

O suprimento líquido de energia elétrica das Usinas Nucleares Angra 1 e 2 de 12.866.462 MWh* em dezembro de 2020 (15.206.313 MWh* em dezembro de 2019), corresponde a uma receita de R$ 3.459.334 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 3.519.585 em 31 de dezembro de 2019).

A receita fixa do exercício de 2020 no montante de R$ 3.726.445 foi definida pela Resolução Homologatória Aneel nº 2.661 de 17 de dezembro de 2019. E a receita fixa do exercício de 2019 no montante de R$ 3.409.341, pela Resolução Homologatória nº 2.509 de 18 de dezembro de 2018.

a) Modalidade de comercialização

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530, da Resolução Homologatória nº 1.405 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013 a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 passa a ser rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN.

b) Apuração do Pis/PASEP e da Cofins

A apuração do Programa de Interação Social - Pis/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins é feita com base no método não cumulativo utilizando a alíquota de 9,25%.

NOTA 30 – CUSTO OPERACIONAL

CUSTO OPERACIONAL		
DESCRITIVO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Encargos de uso da rede de transmissão	132.146	120.127
Encargos de uso do sistema de distribuição (a)	47.764	52.534
Pessoal	357.009	390.158
Pessoal - plano médico incentivo desligamento (b)	3.150	5.561
Material	53.254	30.279
Serviços de terceiros	147.212	150.854
Depreciação e amortização	575.964	546.584
Combustível para produção de energia elétrica	445.273	430.406
Aluguéis	2.851	2.103
Tributos	2.030	2.158
Seguros	22.905	20.609
Anuidade e contribuições	8.486	82
Comunicação	412	309
Luz e força	-	31
Contribuições CCEE/.ONS	256	1.412
Outros	1.386	1.154
TOTAL	1.800.098	1.754.361

a) Redução com custo de pessoal relativo a plano médico e alocação de horas em projetos.
b) Aumento em 2020 devido aos materiais e serviços executados durante parada das Usinas Angra 1 e Angra 2.
c) Aumento da depreciação em função do incremento da base de ativos.
d) Aumento do consumo de combustível nuclear em função da utilização de 80 elementos combustíveis nucleares no último ciclo de Angra 2, quando o normal são 52 (cinquenta e dois) elementos de combustíveis, além da atualização de preço.

NOTA 31 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS OPERACIONAIS		
DESCRITIVO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	210.661	265.808
Pessoal - Incentivo Desligamento realizado	3.063	6.031
Pessoal - Provisão Incentivo Desligamento	(25.786)	(10.409)
Material	4.393	4.794
Serviços de terceiros	154.618	148.271
Depreciação e amortização	6.810	5.606
Depreciação direito de uso - IFRS 16	24.283	23.327
Aluguéis	6.518	5.137
Provisões para risco (a)	10.553	(9.912)
Provisões benefício pós-emprego (b)	(14.983)	4.320
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	3.332	6.197
Constituição (reversão) *Impairment* de Angra 3 (c)	-	462.122
Outras provisões	61	262
Tributos	46.543	42.134
Seguros	2.738	1.914
Recuperação de despesa	(282)	(2.777)
Anuidades e contribuições	2.421	808
Comunicação	1.665	2.099
Luz e força	6.446	7.590
Condenações judiciais	12.733	26.202
Doação COVID	723	-
Desativação de bens	29.308	14
Outras	5.520	18.828
TOTAL	491.338	1.008.366

a) Reversão de provisão para risco em 2019.
b) Reversão de provisão benefícios pós-emprego.
c) Constituição de *Impairment* em 2019.
**Não revisado pelo auditor independente*

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

NOTA 32 – RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimento sobre títulos e valores mobiliários de curto prazo	16.333	6.748
Ganho sobre tít. e val. Mobiliários de LP para descomissionamento - (Nota 11)	405.281	119.006
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	11.663	27.681
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	-	251
Var. monetárias diversas	2.377	1.451
Var. monetárias Empréstimo	82	1.462
Outras receitas financeiras	3.200	37.915
	438.936	194.514
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos s/ financiamentos	(554.956)	(613.302)
Ajuste a valor presente da obrigação para desmobilização de ativos	(136.441)	(153.539)
Ajuste a valor presente da obrigação para arrendamento mercantil - IFRS 16	(3.847)	(5.468)
Var. cambiais s/ dívidas com fornecedores e outros	(156.077)	(30.031)
Var. monetárias s/ dívidas com fornecedores e outros	(250)	(15.100)
Var. monetárias diversas	-	(11.884)
Var. monetária Empréstimo	(13.011)	(16.003)
Var. monetária AFAC	(17.883)	-
Outras despesas financeiras	(5.789)	(32.930)
	(888.254)	(878.257)
TOTAL	(449.318)	(683.743)

NOTA 33 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

A apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado dos períodos findos em 2019 e 2020 segue demonstrada:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES NO RESULTADO	R$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	295.092	(357.960)	295.092	(357.960)
Adições				
Ajuste a valor presente - obrigação p/desmobilização	136.441	153.539	136.441	153.539
Despesa com juros - IFRS 16	3.847	5.468	3.847	5.468
Ajustes nas depreciações pelos CPCs	349.816	319.396	349.816	319.396
Dotação à Fundação de Assist.Médica - permanente	39.650	31.661	39.650	31.661
Provisão atuarial benefício pós-emprego	(14.983)	4.320	(14.983)	4.320
Provisões diversas	61	262	61	262
Provisão Impairment Angra 3	-	462.122	-	462.122
Provisão para Devedores Duvidosos	3.424	6.275	3.424	6.275
Provisão plano incentivo - PSPE/PAE/PDC	(25.787)	(10.410)	(25.787)	(10.410)
Provisão para risco	10.553	(9.912)	10.553	(9.912)
Provisão para PLR dos empregados	-	42.983	-	42.983
Multas Indedutíveis	706	11.515	706	-
Gastos com Associações	10.907		10.907	
Outras	1.170	1.494	1.029	1.217
	515.809	1.018.715	515.664	1.006.921
Exclusões				
Reversão de provisão para devedores duvidosos	95	78	95	78
Reversão de provisão para PLR	86	22.046	86	22.046
Pgto Arr. Mercantil Aluguel e Transp. Contratados	27.054	25.924	27.054	25.924
Outros	20	-	20	-
	27.254	48.048	27.255	48.048
Lucro real / Base positiva da contribuição social antes das compensações	783.647	612.707	783.501	600.912
Compensação de prejuízos fiscais de períodos anteriores	235.094	183.812	235.050	180.274
Lucro real / Base positiva da contribuição social após compensações	548.553	428.895	548.451	420.638
Alíquotas dos tributos	15% + 10	15% + 10	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social - anteriores	-	(16.793)	-	(6.113)
Imposto de renda e contribuição social - efeito líquido no resultado do período	137.114	90.407	49.361	31.744

NOTA 34 - SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações de comercialização de energia com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões e preços estabelecidos pelo órgão regulador ou baseados em contratos próprios do Setor Elétrico.

Segue abaixo, quadro do saldo e transações com as empresas consideradas partes relacionadas:

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
(em milhares de reais)

SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - R$ MIL

SALDOS	31 DE DEZEMBRO DE 2020							31/12/2019 TOTAL
	Eletrobras	Furnas	Chesf	CGTEle-trosul	Eletro-norte	Amazonas GT	TOTAL	
Ativo								
Concessionárias - Distribuidoras	-	-	-	-	-	-	-	7.951
Fundo descomissionamento	1.753.827	-	-	-	-	-	1.753.827	1.222.393
Outras contas a receber	86.752	2.516	-	-	19	-	89.287	30.204
Passivo							-	
Fornecedores	-	(3.161)	(1.524)	(479)	(974)	(14)	(6.152)	(5.817)
Devolução tarifa RH 1406/12	-	(278.356)	-	-	-	-	(278.356)	(266.852)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(1.070.064)	-	-	-	-	-	(1.070.064)	(700.000)
Financiamentos captados	(706.647)	-	-	-	-	-	(706.647)	(1.805.901)
Saldo Líquido	63.868	(279.001)	(1.524)	(479)	(955)	(14)	(218.105)	(1.518.022)

TRANSAÇÕES	31 DE DEZEMBRO DE 2020							31/12/2019 TOTAL
	Eletrobras	Furnas	Chesf	CGTEle-trosul	Eletro-norte	Amazonas GT	TOTAL	
Receita								
Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	23.852
Juros e multa	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração do fundo financeiro	405.281	-	-	-	-	-	405.281	119.006
Despesa							-	
Variação monetária - AFAC	(17.883)	-	-	-	-	-	(17.883)	-
Variação monetária - Empréstimo	(969)						(969)	(780)
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1585/13	-	(11.505)	-	-	-	-	(11.505)	(8.239)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1585/13	-	(21.925)	-	-	-	-	(21.925)	(16.045)
Encargos uso da rede elétrica	-	(23.553)	(17.746)	(6.520)	(11.527)	(164)	(59.510)	(54.052)
Encargos financeiros	(107.137)	-	-	-	-	-	(107.137)	(142.204)
Despesas reembolsáveis	450	26	-	-	(1.900)	-	(1.424)	(2.443)
Auditoria externa	(1.119)	-	-	-	-	-	(1.119)	-
Teste COVID	-	(1.129)	-	-	-	-	(1.129)	-
Saldo Líquido	1.247.731	(58.086)	(17.746)	(6.520)	(13.427)	(164)	1.151.788	(80.905)

- **Concessionárias e Permissionárias:** corresponde a valores a receber referentes a faturamento vinculado à receita anual determinada. A tarifa praticada nessas transações entre partes relacionadas é definida em resoluções da Aneel (nota 6).
- **Fundo de descomissionamento:** o fundo de descomissionamento de usinas nucleares se refere à obrigação para desmobilização dos ativos das usinas nucleares, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas (notas 11 e 24).
- **Outras contas a receber:** as contas a receber junto a Eletrobras está composto por Imposto de Renda sobre o fundo de descomissionamento no montante de R$ 86.852 e cessão de pessoal no montante de R$ 100. As contas a receber junto a Furnas está composto por Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (R$ 1.289), taxa residencial/ocupação (R$ 813) e etc.
- **Fornecedores:** refere-se a valores a pagar vinculado, principalmente a Uso de Rede de Transmissão.
- **Devolução de Tarifa RH 1.406/12:** diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e a tarifa de referência a ser repassado para Furnas. (Parágrafo 4º do art. 12, da Lei 12.111/2009 e no art. 2º da Resolução Homologatória da Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012).
- **Financiamentos captados:** a Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos firmados com a Eletrobras. O detalhamento das operações e taxas de juros são apresentadas na nota 17.
- **Encargos Financeiros**: encargos financeiros líquidos apropriados no resultado referentes a financiamentos da Eletrobras.

Como patrocinadora da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes, a ELETRONUCLEAR apresenta os saldos e movimentação de valores que envolvem essas entidades na nota 21.

34.1 – Remuneração dos Administradores e Empregados

A maior e a menor remuneração pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, foram de R$ 63 e R$ 4 (R$ 63 e R$ 4, em dezembro de 2019), respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior e menor honorário atribuídos a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020, corresponde a R$ 40 e R$ 4 (R$ 40 e R$ 4, em dezembro de 2019). Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou gastos com remuneração, encargos sociais e benefícios da alta administração conforme apresentado a seguir:

NATUREZA	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	2.452	2.317
Encargos Sociais	638	592
Benefícios	58	70
TOTAL	3.149	2.979

NOTA 35 - TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, durante o período, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

TAXAS REGULAMENTARES	R$ MIL	
	31/12/2020	31/12/2019
Reserva Global de Reversão - RGR		
classificada como retificadora da receita operacional	95.626	97.692
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS		
classificada como retificadora da receita operacional	256	210
Contribuição a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
classificada como despesa operacional - outras	-	1.221
Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE		
classificada como despesa operacional - outras	8.154	7.895
TOTAL	104.036	107.018

NOTA 36 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida para reais, pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2020, é de R$ 30.919.720 e está assim distribuído:

SEGUROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
SEGUROS - R A M OS	MOEDA - R$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO EQUIVALENTE
Riscos nucleares:	30/10/2021	**20.764.974**	**28.322**
- Danos materiais		18.967.955	20.401
- Responsabilidade civil		1.797.019	7.921
Riscos de Engenharia:	26/08/2021	**10.054.406**	**7.055**
- Construção		3.082.272	2.117
- Responsabilidade civil		30.000	170
- Armazenamento de equipamentos		6.942.134	4.768
Diversos	Diversas	**100.340**	**294**
TOTAL		30.919.720	35.671

NOTA 37 – COMPROMISSOS

Além das obrigações registradas no presente balanço, a Companhia possui outros compromissos contratados até a data do balanço, mas ainda não incorridos e cujas realizações ocorrerão nos próximos exercícios, portanto sem registros patrimoniais em 31 de dezembro de 2020. Trata-se de contratos e termos de compromissos referentes: à venda de energia elétrica, à aquisição de matéria-prima - combustível nuclear - para produção de energia elétrica, aos compromissos socioambientais vinculados ao empreendimento Angra 3 e à aquisição de bens e serviços para substituições em seu ativo imobilizado, a saber:

37.1 – Venda de energia elétrica

Com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art.11, da Lei 12.111/2009 e mediante a edição da Resolução Normativa nº 530, em 21 de dezembro de 2012, toda a receita decorrente da geração das Usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com as cotas-partes estabelecidas pela Aneel para o período de 2021 a 2028. A Resolução Homologatória Aneel nº 2.821/2020 estabeleceu a receita fixa de R$ 3.424.500 para o ano de 2021, relativa às Centrais de Geração Angra 1 e 2.

Conforme está previsto nos procedimentos estabelecidos pela Aneel, as atualizações da receita fixa das Usinas Angra 1 e 2 ocorrerão nas seguintes condições:

- Reajustes tarifários anuais, representados pela atualização inflacionária dos valores do período;
- Revisões tarifárias a cada intervalo de três anos;
- Revisões extraordinárias poderão ser realizadas por solicitação da ELETRONUCLEAR ou por iniciativa da Aneel, para cobertura de custos excepcionais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos empreendimentos.

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

CONCESSIONÁRIA	R$ MIL						
	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	TOTAL
AME - AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A	62.548	62.548	62.548	62.548	62.548	187.644	500.384
CEA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ	10.469	10.469	10.469	10.469	10.469	31.407	83.752
CEAL - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	33.577	33.577	33.577	33.577	33.577	100.731	268.616
CEB-DIS - CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.	60.790	60.790	60.790	60.790	60.790	182.370	486.320
CEEE-D - COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	77.306	77.306	77.306	77.306	77.306	231.918	618.448
CELESC-DIS - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.	176.829	176.829	176.829	176.829	176.829	530.487	1.414.632
CELG-D - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A.	118.844	118.844	118.844	118.844	118.844	356.532	950.752
CELPA - CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.	78.025	78.025	78.025	78.025	78.025	234.075	624.200
CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO	111.217	111.217	111.217	111.217	111.217	333.651	889.736
CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO	57.496	57.496	57.496	57.496	57.496	172.488	459.968
CEMIG-D - CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	265.268	265.268	265.268	265.268	265.268	795.804	2.122.144
CEPISA - COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	31.121	31.121	31.121	31.121	31.121	93.363	248.968
CERILUZ - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.*	506	1.215	1.215	1.215	1.215	3.645	9.011
CERON - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A.	29.727	29.727	29.727	29.727	29.727	89.181	237.816
CERTAJA - COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ	1.085	1.085	1.085	1.085	1.085	3.255	8.680
CHESP - COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO	1.242	1.242	1.242	1.242	1.242	3.726	9.936
COCEL - COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA	3.286	3.286	3.286	3.286	3.286	9.858	26.288
COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA	162.655	162.655	162.655	162.655	162.655	487.965	1.301.240
COPEL-DIS - COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.	243.715	243.715	243.715	243.715	243.715	731.145	1.949.720
COPREL - COPREL COOPERATIVA DE ENERGIA	4.111	4.111	4.111	4.111	4.111	12.333	32.888
COSERN - COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	46.801	46.801	46.801	46.801	46.801	140.403	374.408
COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - CPFL SANTA CRUZ	24.500	24.500	24.500	24.500	24.500	73.500	196.000
CPFL- PIRATINGA - COMPANHIA PIRATINGA DE FORÇA E LUZ	93.783	93.783	93.783	93.783	93.783	281.349	750.264
CPFL-PAULISTA - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	222.740	222.740	222.740	222.740	222.740	668.220	1.781.920
DEMEI - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ	1.257	1.257	1.257	1.257	1.257	3.771	10.056
DMED - DME DISTRIBUIÇÃO S.A.	4.070	4.070	4.070	4.070	4.070	12.210	32.560
EBO - ENERGISA BORBOREMA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	6.883	6.883	6.883	6.883	6.883	20.649	55.064
EDP ES - ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	64.243	64.243	64.243	64.243	64.243	192.729	513.944
EDP SP - SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A.	94.384	94.384	94.384	94.384	94.384	283.152	755.072
ELEKTRO - ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.	128.837	128.837	128.837	128.837	128.837	386.511	1.030.696
ELETROACRE - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	9.020	9.020	9.020	9.020	9.020	27.060	72.160
ELETROCAR - CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A.	1.690	1.690	1.690	1.690	1.690	5.070	13.520
ENEL SP - ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S. A.	369.238	369.238	369.238	369.238	369.238	1.107.714	2.953.904
ELFSM - EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.	6.023	6.023	6.023	6.023	6.023	18.069	48.184
EMG - ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	12.231	12.231	12.231	12.231	12.231	36.693	97.848
EMS - ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	45.434	45.434	45.434	45.434	45.434	136.302	363.472
EMT - ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	69.016	69.016	69.016	69.016	69.016	207.048	552.128
ENEL CE - COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	101.237	101.237	101.237	101.237	101.237	303.711	809.896
ENEL RJ - AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	101.875	101.875	101.875	101.875	101.875	305.625	815.000
EPB - ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA	37.706	37.706	37.706	37.706	37.706	113.118	301.648
ESE - ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	26.364	26.364	26.364	26.364	26.364	79.092	210.912
ESS - ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.	35.995	35.995	35.995	35.995	35.995	107.985	287.960
ETO - ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	19.966	19.966	19.966	19.966	19.966	59.898	159.728
FORCEL - FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA	531	531	531	531	531	1.593	4.248
IENERGIA - IGUAÇU DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA	2.095	2.095	2.095	2.095	2.095	6.285	16.760
LIGHT - LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.	215.528	215.528	215.528	215.528	215.528	646.584	1.724.224
MUXENERGIA - MUXFELDT MARIN & CIA. LTDA	565	565	565	565	565	1.695	4.520
RGE SUL - RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	151.953	151.244	151.244	151.244	151.244	453.732	1.210.661
UHENPAL - USINA HIDROELÉTRICA NOVA PALMA LTDA.	718	718	718	718	718	2.154	5.744
TOTAL	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	3.424.500	10.273.500	27.396.000

COMPROMISSO DE VENDA DE ENERGIA PARA O PERÍODO DE 2021 A 2028, ATUALIZADO DE ACORDO COM AS REHs 2805/2020 E 2821/2020.

*INCORPORAÇÃO AO SIN A PARTIR DE AGOSTO/2021.

37.2 – Combustível nuclear

Contratos assinados com a Indústrias Nucleares Brasileiras - INB, para aquisição de matéria-prima para produção de energia elétrica e combustível nuclear para as próximas recargas das Usinas Angra 1 e Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de Angra 3 conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR - REALIZAÇÃO	
ANO	R$ MIL
2021	387.186
2022	51.763
2023	2.023
2024	78.329
2025	177.177
2026	72.828
2027	-
Após 2027	13.015.913

37.3 – Compromissos socioambientais

Termos de compromissos assumidos com os Municípios, nos quais a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais, vinculados ao empreendimento Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama conforme quadro demonstrativo a seguir:

COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS - REALIZAÇÃO	
ANO	R$ MIL
2021	55.939
2022	70.169
2023	80.440
2024	67.007
2025	67.007
2026	56.533
2027	-
Após 2027	-
TOTAL	397.095

37.4 – Aquisições de bens e serviços

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de bens e serviços das Usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à garantia de performance operacional desses ativos conforme quadro demonstrativo a seguir:

BENS E SERVIÇOS - REALIZAÇÃO	
ANO	R$ MIL
2021	709.087
2022	644.571
2023	192.908
2024	297.935
2025	36.480
2026	-
2027	-
Após 2027	-
TOTAL	1.880.981

38 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 8 ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.2032.1, firmado entre o BNDES e a ELETRONUCLEAR, tendo a Eletrobras como interveniente, formalizando a prorrogação do prazo limite para o cumprimento da obrigação de preenchimento integral da Conta Reserva conforme previsto nos Parágrafos Primeiro, Terceiro e Quarto, da Cláusula Sétima (Garantia da Operação) para a data de 15 de junho de 2022, com o valor equivalente à soma das últimas três (3) prestações vencidas de amortização, juros e demais acessórios. Em 14 de janeiro de 2021, foi assinado o termo aditivo nº 3 ao contrato de cessão fiduciária, firmado entre ELETRONUCLEAR, BNDES e Banco do Brasil, versando também sobre a prorrogação do prazo para o preenchimento da conta reserva.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ANDRADE FIGUEIRA
Presidente do Conselho

LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES
Conselheiro

PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA JATOBÁ
Conselheiro

PEDRO DE ABREU E LIMA FLORENCIO
Conselheiro

LEONARDO DE PAIVA ROCHA
Conselheiro Independente

FABIO MALINA LOSSO
Conselheiro Independente

PAULO ARTUR PIMENTEL T. DA SILVA
Conselheiro Representante dos Empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES
Diretor-Presidente

EDVALDO LUÍS RISSO
Diretor de Administração e Finanças

JOÃO CARLOS DA CUNHA BASTOS
Diretor de Operação e Comercialização

RICARDO LUIS PEREIRA DOS SANTOS
Diretor Técnico

RONALDO NETO ALCÂNTARA
Superintendente de Finanças

BEATRIZ ALBINO DA SILVA
Contadora CRC: RJ-098.430/O-2
Chefe de Departamento de Contabilidade

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. – ELETRONUCLEAR, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social 2020 e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compostas pelo Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); Demonstração do Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados, na data de 16 de março de 2021, pelo Conselho de Administração.

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, nos exames efetuados pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício e no Relatório da Pricewaterhousecoopers - PWC Auditores Independentes, referente ao exercício de 2020, contendo ênfase a respeito da "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" da Empresa, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, com a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ELETRONUCLEAR.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

MARCOS JOSÉ LOPES
Presidente

LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Conselheira

ABDSANDRYK CUNHA DE SOUZA
Conselheiro

Continua

Continuação

ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A.

CNPJ Nº 42.540.211/0001-67

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas 1 e 4.1(d) às demonstrações financeiras, que mencionam que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 512.826 mil, que a sua posição financeira está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Companhia, e que o único e exclusivo fornecedor de combustível nuclear para as usinas Angra 1 e Angra 2, principal insumo na geração de energia elétrica termonuclear, está sob risco de interrupção do fornecimento do referido insumo devido às suas dificuldades orçamentárias. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. O plano de ação da Companhia, que considera entre outros aspectos a necessidade de suporte financeiro do acionista controlador e de terceiros, está descrito na Nota 4.1(d). Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador
CRC 1RJ056588/O-4

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 699, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Altera a pactuação dos municípios habilitados ao recebimento do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, alocados no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde do Estado do Acre e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 3 de outubro de 2017, das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 6 de outubro de 2017, das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.992 de 28 de dezembro de 2017, que trata do financiamento e das transferências dos recursos federais para ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 2017 para dispor sobre os Grupos de identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a necessidade de alteração da pactuação dos municípios habilitados ao Incentivo Financeiro de Custeio às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais do Estado do Acre e seus municípios; e

Considerando a Resolução CIB/AC nº 12/2021, de 23 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Fica alterada a pactuação dos municípios habilitados ao recebimento do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde para o Estado do Acre e seus Municípios.

Art. 2º Ficam definidos que os valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais serão transferidos em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) dos valores pactuados, para os Fundos Municipais e Estadual de Saúde do Acre, de acordo com o Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais, de cada ente federativo, implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

Art. 3º Os entes federativos beneficiados, constantes desta Portaria, que estejam com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), não farão jus aos recursos previstos nesta Portaria caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no art. 453 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nessa Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 5º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.5023.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0002 - Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST/AIDS e Hepatites Virais.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência seguinte ao da sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Anexo II da Portaria GM/MS nº 966, de 19 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 20 de maio 2014, Seção 1, página 27.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXOS

ANEXO I	
UF	Resolução CIB
AC	Resolução CIB/AC nº 12/2021 de 23/03/2021

ANEXO II				
UF	CÓD. IBGE	ENTE FEDERATIVO	VALOR ANUAL (R$)	VALOR MENSAL (R$)
AC	120010	Brasiléia	30.000,00	2.500,00
AC	120020	Cruzeiro do Sul	80.000,16	6.666,68
AC	120040	Rio Branco	200.000,94	16.666,74
AC	120050	Sena Madureira	59.652,19	4.971,01
AC	120060	Tarauacá	37.912,71	3.159,39
AC	120000	SES - Acre	304.470,00	25.372,50
TOTAL			712.036,00	59.336,32

DESPACHO Nº 138, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Processo Administrativo: Nº 25000.222461/2018-08
Interessado: PRO CRIANCA CARDIACA - RIO DE JANEIRO/RJ - CNPJ n.º 10.489.487/0001-71
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Requerimento de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.

DECISÃO:À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica nº 212/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivo Despacho de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 410, DE 9 DE ABRIL DE 2021

Exclui dispositivo da Portaria nº 108 SAES/MS, de 03 de fevereiro de 2021, que cancela o CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Santa Barbara do Oeste, com sede em Santa Bárbara d'Oeste (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica excluído, da Portaria nº 108 SAES/MS, de 03 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 27, de 9 de fevereiro de 2021, seção 1 página 47, o seguinte dispositivo:

"Considerando a Portaria nº 1.444/SAS/MS, de 18 de outubro de 2016, constante do SIPAR/SEI nº 25000.660332/2009-15 e nº 25000.236071/2014-83, que concedeu a Renovação do CEBAS, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014 e 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, respectivamente."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 416, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Defere, em Grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Ruy Barbosa, com sede em Ruy Barbosa (BA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 236/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.084018/2020-39, que conclui, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Ruy Barbosa, CNPJ nº 15.093.966/0001-98, com sede em Ruy Barbosa (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de outubro de 2020 a 23 de outubro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 169/SAES/MS, de 25 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 40, de 2 de março de 2021, Seção 1, página 115.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

CONSULTA PÚBLICA Nº 86, DE 15 DE ABRIL DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 10º da Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000 e art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.327, de 05 de janeiro de 2000, deliberou, por ocasião da 547ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 14 de abril de 2021, a realização da seguinte Consulta Pública e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º - Fica aberta, a partir de 7 (sete) dias após a data da publicação deste ato, Consulta Pública com prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre o processo de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e sobre o processo de Participação Social (PS) no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 2º - A proposta de Resolução Normativa bem como todos os documentos que a subsidiam estarão disponíveis na íntegra durante o período de consulta na página da ANS, www.gov.br/ans, em "Acesso à Informação", "Participação da sociedade", no item "Consultas Públicas em andamento", https://www.gov.br/ans/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-da-sociedade/consultas-publicas-em-andamento.

Art. 3º - As sugestões e comentários poderão ser encaminhados, por meio do endereço eletrônico mencionado no artigo anterior, através do preenchimento de formulário disponível na página da ANS.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

RESOLUÇÃO RO Nº 2.660, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora Biovida Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 14 de abril de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.003256/2020-17, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora Biovida Saúde Ltda., registro ANS nº 41.511-1 e CNPJ nº 04.299.138/0001-94.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

RESOLUÇÃO RO Nº 2.661, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora Inácio e Spanghero Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 14 de abril de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.006204/2021-83, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora Inácio e Spanghero Ltda, registro ANS nº 41.533-2 e CNPJ nº 07.260.668/0001-17, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora Inácio e Spanghero Ltda, com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

RESOLUÇÃO RO Nº 2.662, DE 14 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a determinação da alienação da carteira da operadora PROI - Plano Racional de Odontologia Integral Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 14 de abril de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.004694/2021-83, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica determinado que a operadora PROI - Plano Racional de Odontologia Integral Ltda., registro ANS nº 41.172-8 e CNPJ nº 03.763.003/0001-75, promova a alienação da sua carteira de beneficiários no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da intimação a que se refere o art. 10 da Resolução Normativa - RN nº 112, de 2005.

Art. 2º Fica suspensa a comercialização de planos ou produtos da operadora PROI - Plano Racional de Odontologia Integral Ltda., com base no art. 9º, § 4º, da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

RESOLUÇÃO RO Nº 2.663, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a instauração do regime de direção fiscal na operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 14 de abril de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.005474/2020-96, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o regime de direção fiscal na operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda., registro ANS nº 40.019-0 e CNPJ nº 02.282.844/0001-06.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

RESOLUÇÃO RO Nº 2.664, DE 14 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre o encerramento do regime de direção fiscal, com posterior cancelamento do registro da operadora Servdonto - Plano de Assistência Odontológica Ltda. ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 14 de abril de 2021, considerando os documentos constantes no processo administrativo nº 33910.011152/2020-86, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o regime de direção fiscal com o posterior cancelamento de registro da operadora Servdonto - Plano de Assistência Odontológica Ltda ME., registro ANS nº 41.470-1 e CNPJ nº 05.774.975/0001-90.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SCARABEL

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 15 DE ABRIL DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 547ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 14 de abril de 2021, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos de alegação de Doença ou Lesão Preexistente (DLP):

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Decisão
33910.022649/2019-96	Assistência Médica São Miguel Ltda.	DIDES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo decisão de 1ª instância pela improcedência da alegação de omissão de DLP.

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO DE 15 DE ABRIL DE 2021

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 547ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 14 de abril de 2021, votou pelo deferimento do pedido de parcelamento de débito - Ressarcimento ao SUS, nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro ANS	Natureza do Débito	Valor do Débito (R$)
33910.008960/2021-47	Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda	302147	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24370342	528.914,28 (pagáveis em 12 parcelas de R$ 44.076,19)
33910.010071/2021-40	Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	417599	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24493954	611.959,76 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 10.199,33)
33910.011600/2021-22	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda.	309222	Parcelamento de Débito - Ressarcimento ao SUS - RPD nº 24671783	3.084.732,07 (pagáveis em 60 parcelas de R$ 51.412,20)

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.568, DE 15 DE ABRIL DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: ULTRAFARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LIMITADA - CNPJ: 07.555.491/0001-86
Produto - Apresentação (Lote): SOLIRIS(1001490);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1445354/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: O lote 1000490 do medicamento Soliris® (eculizumabe) com validade em 07/2022 é adulterado ou falsificado, dado que o lote original possui validade de 07/2020, conforme manifestação da empresa Alexion Brasil, mediante consulta ao fabricante internacional; infringindo o art. 62 da Lei 6.360/1976.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 1.379, de 5 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 63, de 6 de abril de 2021, Seção 1, páginas 113 e 114, referente a referente à Medida Preventiva nº 1 do Anexo.

Onde se lê:

"Motivação: Comercialização de produto fabricado por empresa desconhecida, apresentando no rótulo informações falsas sobre a identificação da origem, visto que a empresa Leandro Broggio Eireli (CNPJ 72.780.653/0001-41), detentora do registro SIF/DIPOA nº 1117 do mel puro marca SMELLS, confirma nunca ter produzido o mel puro da marca VALE DO NORTE que tem em sua rotulagem o inexistente CNPJ 84.921.921/0001-22 e o local de fabricação indicado na rotulagem - Fazenda Teixeira do Sul, Zona Rural de Caxias/MA - não corresponde ao SIF nº 1117, tratando-se, portanto, de falsificação."

Leia-se:

"Motivação: Comercialização do mel puro marca VALE DO NORTE, fabricado por empresa desconhecida, visto que no rótulo constam informações falsas sobre a identificação de origem, tais como: CNPJ 84.921.921/0001-22, inexistente na Receita Federal do Brasil; SIF/DIPOA nº 1117, pertencente ao mel puro marca SMELLS fabricado pela empresa Leandro Broggio Eireli (CNPJ 72.780.653/0001-41), que confirma nunca ter produzido o mel puro da marca VALE DO NORTE; local de fabricação - Fazenda Teixeira do Sul, Zona Rural de Caxias/MA - não corresponde ao SIF nº 1117. Foram contrariados os seguintes dispositivos legais: arts. 10, 11, 29, 41, 45 e 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 e itens 6.4, 6.5 e 6.6 da Resolução - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002."

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 207, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210447 - VAMOS FALAR DE AMOR, AMOR?
ANA THOMASIA MAGALHAES GUASQUE ARTES CENICAS - ME
CNPJ/CPF: 14.687.450/0001-09
Processo: 01400000447202171
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 688.232,37
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: TEMPORADA E TURNÊ do espetáculo de teatro "Vamos Falar de Amor, Amor?". O espetáculo é uma comédia que fala sobre os limites entre amor, loucura e obsessão. O projeto consiste em TEMPORADAS DE APRESENTAÇÕES DO ESPETÁCULO, OFICINAS GRATUITAS E COMO CONTRAPARTIDA SOCIAL, ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE PLATEIAS ATRAVÉS DE PALESTRAS COM TEMÁTICA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210990 - Pianístico
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400000990202179
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 920.898,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Pianístico - Todos os Pianos do Mundo - vai reunir alguns dos mais renomados pianistasnacionais e internacionais, além de talentos locais. A programação intensa contará com recitais,debates, palestras e máster classes.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210626 - Roberto Burle Marx na Fazenda Vargem Grande (título provisório)
Beleleo Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 13.563.502/0001-72
Processo: 01400000626202117
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 900.000,95
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto visa a produção e tiragem do livro de valor artístico Roberto Burle Marx na Fazenda Vargem Grande (titulo provisório), publicação que apresenta uma das últimas obras de paisagismo realizada por Roberto Burle Marx: os jardins da Fazenda Vargem Grande, localizados em Areias, interior de São Paulo.

210631 - Livro - A Profecia dos Sete.
GILIARD GENEROZO
CNPJ/CPF: 075.466.259-47
Processo: 01400000631202111
Cidade: Santo Antônio da Platina - PR;
Valor Aprovado: R$ 70.201,17
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Com esta proposta cultural, temos a intensão de produzir o primeiro livro do escritor paranaense Giliard Generoso, sendo este seu terceiro trabalho escrito, porém o primeiro a ser impresso em livro fízico e com opção digital, para isto, solicitamos o incentivo da Lei Federal de Incentivo à Cultura, pois este trabalho será distribuído em todas as escolas pública municipais de Santo Antonio da Platina, gratuitamente aos alunos das sétimas e oitavas séries, livro impresso em quatro cores, com oitenta e sete páginas de 21/29 cmts.

210643 - Palacetes, Casarões e Vilas Operárias do Brasil
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Processo: 01400000643202146
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 449.460,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto cultural "Palacetes, Casarões e Vilas Operárias do Brasil" buscará servir, através da publicação de um livro e da realização de apresentações culturais, como um instrumento de registro e difusão de edificações históricas erguidas em diferentes períodos, apresentando também as pessoas e a cultura da época em que estas propriedades foram construídas, relatando momentos e casos da história nacional em diferentes períodos. Ao relacionar estas moradias com aspectos culturais existentes na época de construção dos locais contemplados, a ação buscará estimular a manutenção destas edificações, bem como abordar exemplos habitações que são exemplo de preservação e restauro nos dias de hoje.

210645 - Caminhos do Brasil
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Processo: 01400000645202135
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 453.681,25
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto cultural "Caminhos do Brasil" buscará servir como um completo registro e instrumento de divulgação do ser humano e das paisagens que coexistem em vias terrestres, aquáticas e aéreas, por todo o território nacional, dando origem a um livro e apresentações culturais. O intuito é o de divulgar estes caminhos logísticos, fundamentais para a economia brasileira, bem como os aspectos humanos, culturais, históricos e geográficos relacionados a eles.

210646 - PIT WALL - Na Velocidade da Luz
DIALETO POLODOC PRODUCOES SOCIO-CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 24.009.909/0001-79
Processo: 01400000646202180
Cidade: Indaiatuba - SP;
Valor Aprovado: R$ 420.011,63
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Propomos um projeto de um LIVRO documental sobre atrajetória de Beto Issa, intitulado "PIT WALL - Na Velocidade da Luz" (produto Principal) o qual pretende estabelecer laços de conhecimento entre os indivíduos e a sociedade moderna para a construção da história através da fotografia. A CONTRAPARTIDA SOCIAL se dará em forma de transformar todo o conteúdo em AUDIOLIVRO e PALESTRAS. Estamos tratando de um movimento cuja figura central é a fotografia e seus encantos, tendo a sagrada missão de escrever crônicas imaginárias que vão além do simples registro, para construir uma memória que crie sonhos, lendas e heróis.

210661 - Cultura e Economia: Educação Financeira para Jovens e Estudantes
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Processo: 01400000661202128
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 451.825,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto cultural "Cultura e Economia: Educação Financeira para Jovens e Estudantes" buscará trazer, através de diferentes roupagens e produtos culturais (livro e apresentações), uma ampla ação que abordará a representação do universo econômico e financeiro na cultura e nas artes plásticas. O intuito é o de abordar as diferentes representações do assunto em meios artísticos e culturais, para depois tratar da história do Brasil, ao longo do tempo, ressaltando questões econômicas, e apresentar dicas voltadas para o dia-a-dia de jovens e estudantes que estão tendo seu primeiro contato com o mundo financeiro.

PORTARIA N.º 208, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181526 - Merkabah
Associação Cultural Lirius
CNPJ/CPF: 12.387.427/0001-73
Cidade: Maringá - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/06/2021

181637 - Mostra Internacional de Teatro Infantil do Paraná
Cynthya Carolline Ferreira Borges
CNPJ/CPF: 999.349.301-53
Cidade: Maringá - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 30/06/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
181210 - BIENAL DE CULTURA E ARTE EM RESÍDUOS
Instituto de Referência em Residuos - IRR
CNPJ/CPF: 11.057.711/0001-19
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/05/2021

202160 - O Jardim das Maravilhas de Joan Miró
Museu Céu Aberto, Cultura, Ecologoa e Desenvolvimento
CNPJ/CPF: 04.749.009/0001-50
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/04/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
192845 - A TAGARELA - A MONA LISA BRASILEIRA
Antonio Fernando Terra Rios da Silveira
CNPJ/CPF: 323.192.076-00
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 31/03/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 209, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 176544 - Os muitos e o um, publicado na portaria nº 0659/17 de 30/10/2017, no D.O.U. de 31/10/2017, para 1981/2021: Arte Contemporânea Brasileira na Coleção Andrea e José Olympio Pereira

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

PORTARIA Nº 210, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre os critérios de priorização da análise de propostas culturais recebidas pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURADO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que conferem o art. 33, do Anexo I do Decreto nº 10.359, de 20 de maio 2020, Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020, art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, com base na Lei nº 8.313, 1991 e no art. 6º do Decreto nº 5.761 de 2006, resolve:

Art. 1º Dispor sobre os critérios de priorização da análise de propostas culturais recebidas pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19.

Art. 2º Serão priorizadas as análises das propostas culturais de que trata o art. 1º aquelas que não envolvam aglomeração presencial de pessoas, tais como de eventos virtuais, de edição de livros, e de obras de restauro do patrimônio histórico, museus e preservação do acervo.

Parágrafo único. As propostas de que trata o caput serão analisados por ordem de recebimento no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC) e serão homologadas, por meio de publicação no Diário Oficial da União, somente após concluída a fase de admissibilidade.

Art. 3º As propostas culturais que possam envolver aglomeração presencial de pessoas serão analisadas após a conclusão das análises previstas no art. 2º, desde que estejam acompanhadas de termo de compromisso assinado pelo proponente conferindo adequação da execução da proposta às medidas restritivas e sanitárias vigentes, editadas pelas autoridades competentes, decorrentes da pandemia da pandemia da Covid-19.

Art. 4º Os proponentes cujas propostas culturais não tenham sido analisadas por não cumprirem os requisitos desta Portaria, serão notificados através do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), nos termos do art. 68 da IN 02/2019.

Art. 5º Os efeitos desta Portaria valerão pelo período de trinta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria SEFIC/SECULT/MTUR nº124, de 4 de março de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIÚNCULA ALAY ESTEVES

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 24, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 405, de 19 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei n.º 8.313/1991, Decreto n.º 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínio.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GRAÇA MELO CORTES

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

211095 - FESTIVAL GREEN NATION WORLDWIDE
CIMA - Centro de Cultura, Informação e Meio-Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400001095202171
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 399.938,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/08/2021
Resumo do Projeto: O Festival Green Nation Worldwide é um desdobramento do Green Nation Fest, festival de audiovisual, agora proposto para um formato online, com 03 dias de programação. Além de uma mostra de filmes nacionais e internacionais, a serem selecionados através de uma curadoria, o projeto também prevê a realização de 02 workshops, 04 seminários e 01 mesa redonda, que abordarão temas relacionados a arte, cultura e sustentabilidade, na busca por uma melhor qualidade de vida. O projeto promove o encontro do audiovisual com assuntos ligados à sustentabilidade e à cidadania planetária com o intuito de estimular a conscientização e o engajamento das pessoas.

211096 - NOVO VIDEOCLIPE DE DENNIS VELOSO
DENIS VALTER VELOSO
CNPJ/CPF: 091.853.416-06
Processo: 01400001096202116
Cidade: Arcos - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.161,60
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo a produção de um curta metragem (videoclipe) musical, em formato Full HD, finalizado em até 10 minutos, da música autoral "Vale a Pena Amar". O projeto prevê ainda, ações de contrapartida social para alunos e professores de escolas públicas.

211097 - PROJETO ZERO ENERGY Â- CONSTRUÇÕES 100% SUSTENTÁVEIS
TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - EPP
CNPJ/CPF: 19.291.237/0001-05
Processo: 01400001097202161
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 589.593,18
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O documentário, MÉDIA METRAGEM, 1x60', finalizado em FULL HD para exibição em TV e outras mídias digitais, mostrará diversos casos finalizados no Brasil que podem ser comparados a projetos emblemáticos do exterior, evidenciando o protagonismo do Brasil no tema do combate ao Aquecimento Global.

211099 - Cine dos Campos - Festival de Cinema de Ponta Grossa
Talita Prestes Wischman Vieira
CNPJ/CPF: 009.884.119-03
Processo: 01400001099202150
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado: R$ 89.100,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 30/09/2021
Resumo do Projeto: A proposta visa a realização do Cine dos Campos - Festival de Cinema de Ponta Grossa, cidade localizada na região dos Campos Gerais, no Paraná. O objetivo é promover um evento cultural com segurança sanitária, a partir de novos moldes sociais, protocolos de distanciamento e uso de EPI´s. O festival tem o financiamento inicial do Programa Municipal de Incentivo Fiscal à Cultura (Promific) e vai aproximar o público da região dos Campos Geraisao que tem sido produzido no cinema brasileiro atual.

211100 - Parabéns Sorocaba - 367 anos
REINALDO SILVA DE LIMA
CNPJ/CPF: 149.695.078-05
Processo: 01400001100202146
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 47.685,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 15/08/2021
Resumo do Projeto: Produção de filme documentário de curta-metragem de até 15' de livre distribuição em canal aberto (YouTube) e redes sociais sobre a história de Sorocaba, que irá completar 367 anos.

211101 - Mostra Betty Faria - 80 anos
PINBALL PRODUCOES LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 10.510.499/0001-30
Processo: 01400001101202191
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.870,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 30/06/2021
Resumo do Projeto: A mostra Betty Faria - 80 anos pretende homenagear a atriz Betty Faria, uma das mais respeitadas atrizes do Brasil, a mostra traz 12 longas-metragens estrelados pela atriz que serão exibidos. Além de traçar uma retrospectiva da carreira cinematográfica, o objetivo da mostra é a formação de público para o cinema brasileiro e a cultura cinematográfica. Reforçando este compromisso, o projeto propõe a disponibilização livre de um catálogo online da mostra com textos inéditos, um debate sobre a carreira da atriz e workshops com a temática "filmografia básica do cinema brasileiro''.

211102 - Videoclipe Bagaço da Tristeza
EUGENIO LEMES ROCHA
CNPJ/CPF: 025.388.406-35
Processo: 01400001102202135
Cidade: Contagem - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.996,89
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na produção de um curta metragem (videoclipe musical), em formato Full HD, com finalização em até 10 minutos, da música autoral Bagaço da Tristeza, interpretada pela dupla Beto e Breno. O projeto prevê ainda a realização de contrapartida social.

211103 - Somos Todos Iguais
DEEPER PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 12.881.574/0001-03
Processo: 01400001103202180
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.428,40
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produção de filme gênero documentário, média metragem, com a duração de no máximo 69 minutos, finalizado em 4K, que irá abordar o tema inclusão social, mostrando o desenvolvimento e criação da modelo Maju de Araujo,que tem síndrome de Down. Sendo este o produto principal do projeto.

211104 - RITMO DE MINAS
LIMONADA AUDIOVISUAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.170.680/0001-61
Processo: 01400001104202124
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 159.962,10
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: RITMO DE MINAS é um projeto audiovisual de média metragem documental com duração aproximada de 30 minutos a ser finalizado em formato Full HD. O documentário traz como recorte, personagens que se destacam na cadeia produtiva musical em Minas Gerais. A obra documental busca atingir públicos de todas as idades e perfis socioeconômicos e será amplamente difundida em programas televisivos. O projeto também prevê um Seminário na área de Empreendedorismo Audiovisual para estudantes de ensino superior.

211105 - SOU MINEIRO
ELIAS TORRES
CNPJ/CPF: 046.001.706-36
Processo: 01400001105202179
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 198.721,60
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na produção de um curta metragem (videoclipe) musical, em formato Full HD, com finalização em até 10 minutos, da música SOU MINEIRO na voz do proponente e seu parceiro de dupla (Beto e Breno). O projeto prevê ainda a realização de contrapartida social.

211107 - Redes Criativas
ACACIA EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.043.206/0001-02
Processo: 01400001107202168
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.969,00
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Documentário de 60 minutos, em full HD, com o registro das ações e depoimentos de participantes do projeto REDES CRIATIVAS durante sua implantação nas cidades de São Gotardo, Itabirito, Juiz de Fora e Itabira (MG). Em cada cidade serão oferecidas gratuitamente oficinas de economia criativa para jovens da rede pública de ensino.

ANEXO II - Art. 26

211098 - EM ALTA FREQUÊNCIA
MINAS COMPANY EVENTOS E PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.596.244/0001-90
Processo: 01400001098202113
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 89.979,12
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Desenvolver 06 (seis) videoclipes musicais no formato HD, a serem disponibilizados em plataformas streaming visando contribuir para a democratização do acesso à cultura musical no País através da disponibilização do conteúdo musical da banda ALTA FREQUÊNCIA de forma gratuita.

211106 - Os Roqueirinhos - Websérie
Viu Cine Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 18.274.744/0001-60
Processo: 01400001106202113
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 148.943,05
Prazo de Captação: 16/04/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de obra seriada de curta duração (interprogramas) para Internet (Websérie) , chamada "Os Roqueirinhos", com 10 (dez) episódios de duração de 03 (três) minutos no gênero Animação 2D colorido, formato Full HD, que traz uma divertida banda de rock formado por três crianças, um robô e um esqueleto. Cada episódio traz uma música. E cada música aborda temas relacionados a infância. O projeto prevê também uma oficina de 20h/aula sobre a música na animação.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO SFO Nº 8-E/SEF/SFO/CEA, DE 7 DE ABRIL DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2021, mantidos os mecanismos já aprovados.

19-0137 QUEIMEM A BRUXA
Processo: 01416.002960/2019-11
Proponente: FILMES DO EQUADOR LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 73.619.637/0001-34
16-0753 O GRAMPO
Processo: 01416.009301/2016-55
Proponente: REPÚBLICA PUREZA FILMES LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 01.369.211/0001-69
17-0458 ESCOLA DE GÊNIOS - O FILME
Processo: 01416.022585/2017-56
Proponente: RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 06.998.046/0001-28
16-0665 COREOGRAFIA DA VIDA
Processo: 01416.007438/2016-75
Proponente: TV ZERO CINEMA LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 03.360.320/0001-40
17-0361 NA TRILHA DA ENERGIA III
Processo: 01416.020082/2017-46
Proponente: CANAL AZUL PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 01.613.170/0001-04
16-0771 SOCIEDADE DE FERRO
Processo: 01416.009953/2016-90
Proponente: PRODIGO FILMS LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 00.020.648/0001-20
17-0004 SEM FILTRO
Processo: 01416.014064/2016-44
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 09.180.984/0001-04
17-0439 RABO DE FOQUETE
Processo: 01416.022818/2017-11
Proponente: MELODRAMA PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 03.626.688/0001-08
16-0709 FRONTEIRA
Processo: 01416.008051/2016-36
Proponente: SIRINO E SILVESTRE LTDA-ME
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 00.487.854/00001-44

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA CAROLINA DE ANDRADE MONTEIRO DE BARROS

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 32, DE 15 DE ABRIL DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando a Lei Federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, que "dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991" e tendo em vista o constante do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.006251/2021-85, resolve:

Art. 1º O art. 7° da Portaria PGR/MPU nº 39, de 24/6/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 119, Seção 1, de 25/6/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.7º .....

Art. 7º-A. Até 31 de dezembro de 2021 ou enquanto vigorar a Lei Federal nº 14.131, de 30 de março de 2021, o percentual máximo de consignações facultativas de que tratam o artigo 7º desta Portaria e o § 2º do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como em outras leis que vierem a sucedê-las no tratamento da matéria, será de 40% (quarenta por cento), dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados exclusivamente para:

I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Art. 7º-B. Após 31 de dezembro de 2021, na hipótese de as consignações contratadas nos termos e no prazo previstos no art. 1º da Lei Federal nº 14.131, de 30 de março de 2021 ultrapassarem, isoladamente ou combinadas com outras consignações anteriores, o limite de 35% (trinta e cinco por cento) previsto no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, será observado o seguinte:

I - ficarão mantidos os percentuais de desconto previstos no art. 1º desta Lei para as operações já contratadas;

II - ficará vedada a contratação de novas obrigações.

Parágrafo único. As renegociações de dívida ocorridas após 31 de dezembro de 2021 deverão ter as parcelas reajustadas para adequação ao limite previsto no art. 7º desta Portaria e no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

..... " (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 274, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera a Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições e distribuição de processos nas Promotorias de Justiça, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 166, inciso I, alíneas "c" e "d" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o processo Tabularium nº 08191.080775/2016-38, e de acordo com a deliberação ocorrida na 298ª Sessão Ordinária, de 26 de março de 2021, , resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. (...)

XVIII - Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa - PROJID; e

XIX - Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência - PRODED." (NR)

(...)

Art. 11. (...)

II -

Parágrafo único. O acompanhamento dos inquéritos policiais e a promoção e acompanhamento das ações penais públicas decorrentes de crimes praticados contra pessoa idosa ficarão a cargo das Promotorias de Justiça de Natureza Criminal do Distrito Federal.

III -

Parágrafo único. O acompanhamento dos inquéritos policiais e a promoção e acompanhamento das ações penais públicas decorrentes de crimes praticados contra pessoa idosa ficarão a cargo das Promotorias de Justiça de Natureza Criminal do Distrito Federal." (NR)

Art. 2º Revoga-se o inciso V do artigo 10 da Resolução 90, de 14 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

ANTÔNIO MARCOS DEZAN
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

ARINDA FERNANDES
Procuradora de Justiça
Conselheira-Secretária

RESOLUÇÃO Nº 273, DE 26 DE MARÇO DE 2021

Altera a Resolução nº 121/2015, que dispõe sobre o controle externo da atividade policial, investigação criminal, fiscalização da execução penal e do cumprimento de medidas sócioeducativas no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 166, inciso I, "a", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o processo Tabularium nº 08191.102785/2020-18, e de acordo com a deliberação havida na 298ª Sessão Ordinária, de 26 de março de 2021, resolve:

Art. 1º. A Resolução nº 121/2011 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, passa a ter a seguinte redação:

"(...)

Art. 13. (...)

Parágrafo único. A adoção de providências cabíveis pela não observância do prazo para finalização do inquérito policial ou do prazo fixado para prosseguimento das investigações é de responsabilidade do Órgão do Ministério Público designado para responder pelo ofício ao tempo em que esgotado o prazo, ainda que, se tratando de procedimento policial eletrônico, ele não tenha sido movimentado pela autoridade policial competente ao final do prazo.

(...)

Art. 17. (...)

§ 1º A comunicação da prisão em flagrante será distribuída entre os Órgãos do Ministério Público que oficiam perante o Núcleo de Audiências de Custódia - NAC/TJDFT, os quais deverão se manifestar expressamente acerca da ocorrência na espécie dos requisitos para a prisão preventiva.

§ 2º Se houver expediente de plantão judiciário competirá ao Órgão do Ministério Público plantonista designado conhecer da comunicação da prisão.

§ 3º Havendo disponibilidade técnica, cópia da comunicação da prisão em flagrante será remetida para ciência e acompanhamento pelo Promotor de Justiça responsável por exercer a opinio delicti, dispensada qualquer manifestação processual até a ulterior remessa dos autos de inquérito policial pelo órgão jurisdicional competente ou pela unidade policial responsável.

§ 4º É dispensável a comunicação de prisão em flagrante ao MPDFT por meio físico, quando esta já tiver ocorrido por meio eletrônico, notadamente por meio de ofício circular juntamente com o Poder Judiciário local, via PJe, salvo nos casos de flagrante afiançado, com liberação do autuado em sede policial, em que não seja comunicado o Núcleo de Audiências de Custódia - NAC."

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

VITOR FERNANDES GONÇALVES
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

ARINDA FERNANDES
Procuradora de Justiça
Conselheira-Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA N° 246, DE 14 DE ABRIL DE 2021

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 56, inciso XV do Regimento Interno Diretivo do MPF, alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/1/2019, tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.25.000.000252/2020-66, com base em Decisão que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica City Serv Serviços Terceirizados Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.219.617/0001-04, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 30 (trinta) meses, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, c/c o item 1.1 da cláusula décima quinta do Termo de Contrato nº 2/2018 - PR/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 20/04/2021

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo NF-000280.2021.12.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DO SUL DO BRASIL - ELETROBRAS CGT ELETROSUL, NOTICIANTE: SINERGIA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE FLORIANÓPOLIS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000097.2021.19.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, NOTICIADO: VIA AMBIENTAL ENGENHARIA E SERVIÇOS SA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo IC-000883.2018.02.001/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: METALÚRGICA ÁTICA LTDA. - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo PP-000868.2020.15.002/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: GERDAU AÇOS LONGOS SA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO E ELETRO-ELETRÔNICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo PP-000105.2021.04.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: EMPRESA GAZÔMETRO DE TRANSPORTES S.A., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo NF-000018.2021.18.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo IC-003136.2020.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIAÇÃO DOS VIGILANTES DO ESTADO DE SÃO PAULO ("APVSSESP"), INQUIRIDO: GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-007169.2020.02.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO (COMGAS), NOTICIANTE: ACCÁCIO JOAQUIM DA COSTA CARDOSO, NOTICIANTE: ANTONIO DA SILVA MELLO FILHO, NOTICIANTE: DEISE AQUEROPITA CAMPANA, NOTICIANTE: DOROTHY HATSUMI NAGATO, NOTICIANTE: EMILIO BRUNORO JÚNIOR, NOTICIANTE: FRANCISCO PAOLILLO, NOTICIANTE: LEOPOLDO MACEDO NETO, NOTICIANTE: LUIZ AUGUSTO MICHELIN, NOTICIANTE: MARIA IGNÊS GASPARIN CARDOSO, NOTICIANTE: MILLO CLAUDIO VISANI JUNIOR, NOTICIANTE: PAULO SCHENBERG, NOTICIANTE: VASCO AGOSTINHO CORREIA MONTEIRO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-002530.2020.05.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: CÉSAR MONTEIRO DA SILVA, NOTICIADO: TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo PP-001730.2020.08.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO: EMPRESA ROCHA E SOUZA ENGENHARIA LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-001455.2020.15.000/3 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MARCELO BIONDI DIAS CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000037.2021.04.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: BETERSON SANTOS, NOTICIADO: SERPO - SERVICOS DE PORTARIA LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000018.2021.15.008/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PUBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SOROCABA , NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000157.2021.17.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PROVIDER ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA. , NOTICIADO: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: PROVIDER - MEDICINA OCUPACIONAL LTDA. - ME - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-001960.2020.03.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: M&K INSTALAÇÕES E PROJETOS EIRELI, NOTICIANTE: SANDRO SILVA DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo IC-000193.2020.15.001/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: BALDIN BIOENERGIA S.A., NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE BAURU - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-003616.2020.03.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: DENÚNCIA ANÔNIMA, NOTICIADO: FUNDAÇÃO DOIMO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-001544.2020.06.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO COREN PE, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE PERNAMBUCO, INQUIRIDO: MUNICÍPO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000150.2020.20.001/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SERGIPE - DETRAN/SE - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000231.2021.19.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ESTADO DE ALAGOAS - HOSPITAL GERAL DO ESTADO - HGE - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-002103.2014.01.000/0, IC-003682.2015.01.000/2, IC-000234.2015.01.007/0, IC-000867.2016.01.004/0, IC-002790.2017.01.000/0, IC-004298.2017.01.000/4, IC-006615.2017.01.000/2, IC-000716.2018.01.000/1, IC-001257.2018.01.000/0, IC-005547.2018.01.000/9, IC-000984.2018.01.004/0, IC-000472.2019.01.000/8, IC-003800.2019.01.000/2, IC-004377.2019.01.000/7, IC-000329.2019.01.003/0, IC-000204.2019.01.008/0, IC-000553.2020.01.000/7, IC-000693.2020.01.000/4, IC-002328.2020.01.000/0, IC-004759.2020.01.000/0, IC-005425.2020.01.000/6, IC-006133.2020.01.000/8, IC-006479.2020.01.000/8, IC-007657.2020.01.000/7, IC-008396.2020.01.000/3, IC-000466.2020.01.001/6, NF-000562.2020.01.001/9, NF-000638.2020.01.001/3, NF-000304.2020.01.004/4, IC-000430.2020.01.004/9, IC-000669.2020.01.006/6, IC-000186.2020.01.007/1, NF-000053.2021.01.001/3, NF-000011.2021.01.003/0, NF-000011.2021.01.005/3, NF-000016.2021.01.005/0, IC-000559.2014.01.004/6, IC-002815.2016.01.000/2, IC-001283.2018.01.000/8, IC-004659.2018.01.000/5, IC-003734.2019.01.000/6, IC-004208.2019.01.000/0, IC-001003.2020.01.000/0, IC-005169.2020.01.000/1, IC-008279.2020.01.000/0, IC-008467.2020.01.000/7, NF-000604.2020.01.005/0, IC-001494.2010.01.000/0, IC-002012.2010.01.000/7, IC-000468.2016.01.004/4, IC-000008.2016.01.007/6, IC-004226.2018.01.000/0, IC-000356.2018.01.006/3, IC-000679.2019.01.000/9, IC-002020.2019.01.000/9, IC-002332.2019.01.000/8, IC-003613.2019.01.000/0, IC-006114.2019.01.000/4, IC-006773.2019.01.000/0, IC-000210.2019.01.001/6, IC-000233.2019.01.004/2, IC-001094.2019.01.004/0, PP-001267.2020.01.000/5, IC-004344.2020.01.000/8, PP-005638.2020.01.000/3, NF-007693.2020.01.000/0, IC-000133.2020.01.001/0, IC-000970.2020.01.004/9, IC-001290.2020.01.004/9, NF-001377.2020.01.004/1, IC-001533.2020.01.004/9, IC-000025.2020.01.005/7, PP-000470.2020.01.006/0, PP-001141.2020.01.006/1, PP-001211.2020.01.006/0, IC-000107.2020.01.008/0, NF-000127.2021.01.000/0, NF-000220.2021.01.000/4, NF-000576.2021.01.000/3, NF-000071.2021.01.001/5, NF-000064.2021.01.003/2, IC-003554.2020.01.000/0, IC-004095.2020.01.000/3, IC-000594.2020.01.004/6, IC-000798.2020.01.004/8 - PRT 2ª Região-SP - IC-002908.2015.02.000/9, IC-004359.2016.02.000/0, IC-000124.2016.02.004/7, IC-001732.2017.02.000/6, IC-005575.2017.02.000/6, IC-006997.2017.02.000/7, IC-000152.2017.02.005/0, IC-000157.2017.02.005/1, IC-001562.2018.02.000/2, IC-003287.2018.02.000/7, IC-004087.2018.02.000/0, IC-007638.2018.02.000/2, IC-000275.2019.02.000/2, IC-005109.2019.02.000/8, IC-006521.2019.02.000/4, IC-006873.2019.02.000/9, IC-008145.2019.02.000/6, IC-000486.2019.02.002/4, IC-000936.2019.02.002/9, NF-000227.2019.02.003/1, IC-000218.2019.02.005/2, IC-000171.2020.02.000/8, PP-004930.2020.02.000/4, PP-005048.2020.02.000/7, PP-006455.2020.02.000/4, PP-006478.2020.02.000/3, PP-006877.2020.02.000/7, NF-007024.2020.02.000/9, IC-007047.2020.02.000/8, PP-007259.2020.02.000/0, NF-007325.2020.02.000/6, NF-007348.2020.02.000/5, NF-007445.2020.02.000/6, NF-007542.2020.02.000/7, IC-000979.2020.02.002/6, PP-000284.2020.02.005/7, PP-000442.2020.02.005/1, PP-000449.2020.02.005/6, NF-000268.2021.02.000/6, PP-000607.2021.02.000/9, NF-000715.2021.02.000/1, NF-000766.2021.02.000/4, NF-000794.2021.02.000/3, NF-000848.2021.02.000/0, NF-000962.2021.02.000/5, NF-001147.2021.02.000/8, NF-001154.2021.02.000/8, NF-001158.2021.02.000/0, NF-001214.2021.02.000/0, NF-001523.2021.02.000/2, NF-001817.2021.02.000/0, PP-000096.2021.02.001/0, NF-000163.2021.02.001/7, NF-000057.2021.02.004/0, PP-000005.2021.02.005/2, NF-000047.2021.02.005/4, NF-000054.2021.02.005/0, IC-000881.2016.02.001/6, IC-002021.2019.02.000/5, IC-002215.2019.02.000/5, IC-006571.2019.02.000/6, IC-006929.2019.02.000/7, IC-000710.2019.02.003/0, IC-000259.2019.02.004/7, PP-003202.2020.02.000/7, PP-003615.2020.02.000/9, PP-003820.2020.02.000/2, IC-000447.2020.02.002/0, NF-001004.2020.02.002/3, IC-000133.2020.02.004/5, IC-000154.2020.02.005/7, IC-000438.2020.02.005/2, NF-000185.2021.02.000/3, NF-000764.2021.02.000/1, IC-000056.2021.02.002/0, NF-000099.2021.02.002/4, IC-000775.2015.02.002/4, IC-000849.2015.02.002/6, IC-000048.2015.02.005/1, IC-000128.2016.02.005/3, IC-002565.2017.02.000/5, IC-006213.2017.02.000/3, IC-009168.2017.02.000/0, IC-000059.2018.02.004/6, IC-001322.2019.02.000/4, IC-001571.2019.02.000/5, IC-003294.2019.02.000/9, IC-004960.2019.02.000/7, IC-006036.2019.02.000/1, IC-006211.2019.02.000/6, IC-007219.2019.02.000/8, IC-000154.2019.02.002/5, IC-000504.2019.02.005/4, IC-000280.2020.02.000/7, IC-002931.2020.02.000/3, PP-003526.2020.02.000/3, NF-004319.2020.02.000/7, PP-005418.2020.02.000/7, NF-006164.2020.02.000/3, NF-006968.2020.02.000/3, NF-007425.2020.02.000/3, NF-007503.2020.02.000/7, PP-000337.2020.02.001/4, NF-000836.2020.02.002/0, NF-000910.2020.02.002/5, IC-000918.2020.02.002/6, NF-001016.2020.02.002/0, PP-000056.2020.02.004/0, PP-000319.2020.02.005/6, NF-000434.2021.02.000/5, NF-000945.2021.02.000/0, NF-001008.2021.02.000/0, NF-001060.2021.02.000/5, NF-001295.2021.02.000/6, NF-001484.2021.02.000/9, NF-001524.2021.02.000/8, NF-000070.2021.02.005/8, IC-002412.2017.02.000/0, PP-005793.2020.02.000/2 - PRT 3ª Região-MG - IC-000218.2017.03.009/2, IC-000381.2017.03.010/0, IC-002026.2019.03.000/3, IC-003430.2019.03.000/4, IC-004622.2019.03.000/1, IC-000842.2019.03.001/3, IC-000924.2019.03.001/0, IC-000302.2019.03.005/7, IC-000116.2019.03.006/4, IC-000127.2019.03.006/8, IC-000125.2019.03.007/6, IC-000408.2019.03.010/0, IC-000323.2020.03.000/2, IC-000387.2020.03.000/1, PP-003235.2020.03.000/3, PP-004034.2020.03.000/1, NF-004985.2020.03.000/4, IC-000704.2020.03.001/8, IC-000019.2020.03.003/0, IC-000260.2020.03.005/9, IC-000268.2020.03.007/1, IC-000159.2021.03.000/9, NF-000508.2021.03.000/9, NF-000834.2021.03.000/0, NF-000043.2021.03.010/0, IC-000823.2017.03.002/0, IC-000158.2017.03.005/0, IC-000008.2018.03.010/6, IC-000775.2019.03.002/7, NF-000308.2020.03.007/6, NF-000084.2021.03.000/9, NF-000021.2021.03.007/0, IC-000195.2014.03.010/8, IC-000371.2017.03.010/2, IC-004962.2018.03.000/7, IC-000121.2018.03.008/9, IC-000321.2019.03.000/0, IC-000568.2019.03.001/1, IC-000185.2019.03.008/0, IC-000231.2019.03.008/7, PP-003365.2020.03.000/0, IC-003766.2020.03.000/4, IC-003955.2020.03.000/7, NF-004726.2020.03.000/7, PP-004981.2020.03.000/2, PP-000153.2020.03.001/9, IC-000753.2020.03.001/8, NF-000228.2020.03.008/3, PP-000305.2020.03.010/1, IC-000339.2020.03.010/9, NF-000010.2021.03.000/2, NF-000309.2021.03.000/9, NF-000051.2021.03.001/4, IC-000183.2020.03.006/5 - PRT 4ª Região-RS - IC-000948.2014.04.000/3, IC-000022.2015.04.006/8, IC-000350.2017.04.004/1, IC-000627.2017.04.006/5, IC-000626.2018.04.007/2, PP-002024.2020.04.000/9, PP-002814.2020.04.000/0, PP-003323.2020.04.000/4, NF-003896.2020.04.000/0, IC-000002.2020.04.002/7, PP-000205.2020.04.002/7, PP-000218.2020.04.002/2, IC-000183.2020.04.007/5, PP-000417.2021.04.000/0, NF-000418.2021.04.000/6, NF-000045.2021.04.002/4, NF-000054.2021.04.002/5, NF-000066.2021.04.008/4, IC-000549.2018.04.007/8, IC-003413.2019.04.000/9, IC-000262.2019.04.004/3, IC-000069.2020.04.000/8, IC-001542.2020.04.000/9, PP-003475.2020.04.000/3, IC-000042.2020.04.003/0, PP-000233.2020.04.004/7, NF-000330.2020.04.006/8, NF-000377.2021.04.000/5, IC-002271.2018.04.000/0, IC-003803.2018.04.000/0, IC-004314.2018.04.000/2, IC-000266.2018.04.004/1, IC-000316.2018.04.004/3, IC-000472.2018.04.006/6, IC-000086.2018.04.007/0, IC-000784.2019.04.000/4, IC-000285.2019.04.002/6, IC-000193.2020.04.000/9, IC-000698.2020.04.000/1, IC-000832.2020.04.000/2, IC-001397.2020.04.000/3, PP-002231.2020.04.000/4, PP-002376.2020.04.000/4, PP-002377.2020.04.000/0, IC-002573.2020.04.000/1, NF-002801.2020.04.000/9, PP-002859.2020.04.000/3, IC-000018.2020.04.003/9, IC-000079.2020.04.004/6, NF-000451.2020.04.004/5, IC-000035.2020.04.008/8, NF-000309.2020.04.008/5, PP-000660.2021.04.000/8, NF-000043.2021.04.008/5, NF-000262.2020.04.002/0, IC-002532.2019.04.000/5, PP-002004.2020.04.000/6 - PRT 5ª Região-BA - IC-000069.2017.05.005/0, IC-001084.2019.05.000/4, IC-000399.2019.05.004/0, IC-000369.2019.05.006/0, IC-000468.2020.05.000/5, IC-001483.2020.05.000/4, IC-001735.2020.05.000/5, PP-001785.2020.05.000/7, IC-002677.2020.05.000/2, NF-002853.2020.05.000/2, NF-000003.2021.05.002/9, IC-000765.2020.05.000/0, IC-001112.2020.05.000/2, IC-000086.2020.05.007/8, NF-000189.2020.05.007/8, IC-000186.2015.05.005/7, IC-000504.2018.05.006/8, IC-000089.2019.05.005/4, IC-001753.2020.05.000/7, NF-002173.2020.05.000/4, IC-002444.2020.05.000/2, NF-002792.2020.05.000/5, IC-000085.2020.05.007/0, NF-000154.2020.05.007/4, NF-000200.2020.05.007/0, NF-000267.2021.05.000/5, NF-000400.2021.05.000/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-000947.2020.06.000/7, IC-001507.2020.06.000/3, PP-002667.2020.06.000/7, PP-002668.2020.06.000/2, PP-002759.2020.06.000/9, NF-

000457.2021.06.000/6, IC-001738.2020.06.000/2, PP-000214.2021.06.000/1, NF-000637.2021.06.000/8, IC-000943.2017.06.000/7, IC-002335.2019.06.000/9, IC-000041.2019.06.001/9, IC-000396.2020.06.000/8, IC-000626.2020.06.000/1, IC-001383.2020.06.000/8, IC-002043.2020.06.000/9, IC-002831.2020.06.000/0, PP-002833.2020.06.000/0, NF-003272.2020.06.000/5 - PRT 7ª Região-CE - IC-001901.2015.07.000/8, IC-000346.2017.07.000/2, IC-002147.2017.07.000/0, IC-001150.2019.07.000/3, IC-000328.2020.07.000/5, PP-001695.2020.07.000/9, PP-001865.2020.07.000/4, PP-002228.2020.07.000/0, PP-002242.2020.07.000/0, IC-000018.2020.07.000/1, IC-000618.2020.07.000/9, PP-001811.2020.07.000/0, PP-002190.2020.07.000/3, PP-000160.2020.07.002/5, PP-000007.2021.07.002/9, IC-001362.2016.07.000/9, IC-001742.2016.07.000/6, IC-001385.2017.07.000/0, IC-000367.2017.07.001/1, IC-001269.2018.07.000/4, IC-000007.2019.07.000/8, IC-000190.2019.07.000/0, IC-000269.2019.07.000/3, IC-000328.2019.07.000/6, IC-000706.2019.07.000/1, IC-000204.2020.07.000/7, IC-000277.2020.07.000/3, IC-000402.2020.07.000/0, PP-000956.2020.07.000/3, PP-001470.2020.07.000/3, NF-001908.2020.07.000/0, PP-002202.2020.07.000/3, PP-000134.2020.07.002/7, NF-000149.2020.07.002/6 - PRT 8ª Região-PA - IC-001599.2020.08.000/3, IC-001603.2020.08.000/0, PP-001796.2020.08.000/1, IC-000297.2020.08.003/2, NF-000115.2021.08.000/3, IC-000185.2018.08.002/1, IC-000765.2019.08.000/7, IC-000923.2020.08.000/0, PP-001372.2020.08.000/8, PP-001688.2020.08.000/9, IC-000069.2018.08.002/7, IC-000198.2018.08.002/5, IC-000209.2019.08.003/0, IC-000289.2019.08.003/9, IC-000333.2019.08.003/2, PP-000529.2020.08.000/6, PP-001304.2020.08.000/4, IC-001686.2020.08.000/8, NF-001904.2020.08.000/8, IC-000077.2020.08.002/6, IC-001722.2020.08.000/5 - PRT 9ª Região-PR - IC-002155.2016.09.000/4, IC-002496.2018.09.000/0, IC-000387.2018.09.008/8, IC-000109.2019.09.000/1, IC-000243.2019.09.000/0, IC-002263.2019.09.000/2, IC-002433.2019.09.000/8, IC-002889.2019.09.000/1, IC-000176.2019.09.001/4, IC-000278.2020.09.000/3, IC-001803.2020.09.000/6, NF-002320.2020.09.000/4, IC-000128.2020.09.001/0, PP-000552.2020.09.003/8, PP-000109.2020.09.004/4, IC-000301.2020.09.004/0, IC-000084.2020.09.008/6, NF-000262.2020.09.010/9, NF-000002.2021.09.000/0, PP-000071.2021.09.000/5, NF-000429.2021.09.000/2, NF-000038.2021.09.010/5, IC-000046.2013.09.006/0, IC-002854.2018.09.000/3, IC-000422.2018.09.001/4, IC-000306.2018.09.007/2, IC-000684.2019.09.000/9, IC-000842.2019.09.000/3, IC-000141.2019.09.004/3, IC-000178.2019.09.008/3, IC-000661.2020.09.000/4, PP-002266.2020.09.000/5, IC-000310.2020.09.001/8, IC-000320.2020.09.001/5, PP-000160.2020.09.003/0, IC-000270.2020.09.003/5, IC-000061.2020.09.004/0, IC-000146.2020.09.008/8, NF-000028.2021.09.004/2, IC-000343.2018.09.001/7, IC-000377.2018.09.005/8, IC-000610.2019.09.001/3, IC-000333.2019.09.004/5, IC-000719.2020.09.000/7, IC-000973.2020.09.000/9, PP-000982.2020.09.000/0, IC-001402.2020.09.000/1, IC-001409.2020.09.000/0, PP-001473.2020.09.000/1, PP-001785.2020.09.000/0, PP-001938.2020.09.000/0, PP-002017.2020.09.000/4, NF-002113.2020.09.000/0, PP-002193.2020.09.000/0, NF-002874.2020.09.000/4, NF-003038.2020.09.000/0, NF-003089.2020.09.000/8, NF-003102.2020.09.000/6, PP-003260.2020.09.000/0, IC-000069.2020.09.003/7, PP-000384.2020.09.003/6, NF-000217.2020.09.006/9, IC-000249.2020.09.009/6, IC-000146.2020.09.010/1 - PRT 10ª Região-DF - IC-000386.2018.10.000/0, IC-001334.2019.10.000/0, IC-002141.2019.10.000/4, IC-002512.2019.10.000/0, IC-001258.2020.10.000/4, IC-001347.2020.10.000/0, IC-002134.2020.10.000/0, IC-002201.2020.10.000/2, IC-002247.2020.10.000/0, IC-002601.2020.10.000/1, NF-000007.2021.10.001/3, IC-000346.2019.10.000/3, IC-001823.2020.10.000/1, IC-002015.2020.10.000/6, IC-002032.2020.10.000/2, IC-000169.2013.10.000/4, IC-000618.2018.10.000/6, IC-001901.2019.10.000/9, IC-002648.2019.10.000/9, IC-000224.2019.10.001/6, IC-000582.2020.10.000/2, PP-002407.2020.10.000/0, IC-000142.2020.10.001/9, IC-000016.2020.10.002/9, NF-000078.2021.10.001/5, IC-000025.2021.10.002/3 - PRT 11ª Região-AM - IC-000550.2014.11.000/6, IC-000959.2017.11.000/4, IC-001376.2017.11.000/1, IC-000091.2019.11.000/6, PP-000384.2020.11.000/0, NF-000015.2021.11.000/5, IC-000018.2011.11.000/2, IC-000801.2018.11.000/1, NF-000218.2021.11.000/9, NF-000220.2021.11.000/5 - PRT 12ª Região-SC - IC-000227.2011.12.005/8, IC-000269.2015.12.005/1, IC-000571.2018.12.000/9, IC-000345.2018.12.002/2, IC-000060.2018.12.004/6, IC-000655.2019.12.000/0, PP-000996.2020.12.000/0, NF-001352.2020.12.000/5, NF-000267.2020.12.003/1, NF-000127.2021.12.000/2, NF-000307.2021.12.000/4, NF-000064.2021.12.003/3, IC-000434.2014.12.005/1, IC-001180.2019.12.000/2, NF-000360.2020.12.005/1, NF-000048.2021.12.001/4, NF-000054.2021.12.003/5, IC-000345.2010.12.005/5, IC-000448.2016.12.005/0, IC-000705.2017.12.001/5, IC-000486.2018.12.000/0, IC-000323.2019.12.000/1, NF-000446.2020.12.000/2, NF-000616.2020.12.000/7, IC-000629.2020.12.000/3, PP-000769.2020.12.000/0, NF-001475.2020.12.000/1, NF-000157.2021.12.000/4 - PRT 13ª Região-PB - IC-000829.2011.13.000/0, IC-000266.2014.13.000/9, IC-000118.2015.13.000/0, IC-001661.2016.13.000/4, IC-000491.2018.13.001/4, IC-000562.2019.13.000/1, IC-000446.2020.13.000/3, IC-000374.2020.13.001/2, IC-000044.2020.13.002/4, IC-000825.2015.13.000/5, IC-001550.2016.13.000/5, IC-001530.2017.13.000/4, PP-000738.2020.13.000/3, IC-001013.2020.13.000/1, IC-000641.2014.13.000/5, IC-000234.2014.13.002/0, IC-001297.2015.13.000/5, IC-000113.2019.13.001/7, IC-000869.2020.13.000/0, PP-001064.2020.13.000/9, IC-001543.2020.13.000/7, NF-001653.2020.13.000/0, IC-000384.2020.13.001/0, NF-000786.2020.13.001/5, IC-000061.2020.13.002/9, IC-000103.2020.13.002/7 - PRT 14ª Região-RO - IC-000562.2017.14.000/7, IC-000452.2019.14.002/3, IC-000322.2020.14.000/6, NF-000422.2020.14.000/4, IC-000170.2020.14.002/0, IC-000300.2020.14.002/5, NF-000436.2020.14.002/3, IC-000029.2020.14.000/4, IC-000313.2020.14.002/1, IC-000079.2010.14.000/0, IC-000048.2020.14.000/3, IC-000017.2020.14.002/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-003598.2019.15.000/2, IC-003756.2019.15.000/0, IC-000460.2019.15.001/0, IC-000449.2019.15.002/1, IC-001127.2019.15.002/1, IC-000355.2019.15.003/3, IC-000289.2019.15.006/7, IC-001055.2019.15.008/6, IC-001116.2019.15.008/3, IC-000901.2020.15.000/5, IC-001390.2020.15.000/4, PP-002857.2020.15.000/1, PP-002958.2020.15.000/4, PP-002976.2020.15.000/6, PP-003420.2020.15.000/3, PP-003641.2020.15.000/6, PP-003807.2020.15.000/8, IC-004102.2020.15.000/8, PP-004243.2020.15.000/6, NF-004391.2020.15.000/4, NF-004465.2020.15.000/4, PP-000168.2020.15.006/7, IC-000181.2020.15.006/7, IC-000230.2020.15.006/2, NF-000076.2021.15.000/9, NF-000177.2021.15.000/1, NF-000928.2021.15.000/7, PP-000058.2021.15.003/0, PP-000093.2021.15.003/6, NF-000121.2021.15.007/4, NF-000004.2021.15.008/5, IC-000200.2018.15.004/2, IC-000531.2018.15.008/8, IC-001189.2018.15.008/2, IC-001014.2019.15.008/5, IC-000342.2020.15.000/1, IC-001122.2020.15.000/6, IC-002916.2020.15.000/8, NF-004262.2020.15.000/3, IC-000221.2020.15.005/3, NF-000323.2021.15.000/6, IC-003184.2016.15.000/0, IC-000510.2018.15.007/9, IC-000475.2018.15.008/4, IC-004095.2019.15.000/8, IC-000730.2019.15.001/3, IC-000105.2020.15.000/5, IC-000183.2020.15.000/0, IC-000364.2020.15.000/9, IC-000451.2020.15.000/0, IC-000646.2020.15.000/1, PP-002073.2020.15.000/4, IC-002840.2020.15.000/7, PP-002977.2020.15.000/1, PP-002990.2020.15.000/6, PP-003162.2020.15.000/8, NF-003817.2020.15.000/4, IC-000205.2020.15.001/1, NF-000482.2020.15.001/7, PP-000485.2020.15.001/6, PP-000625.2020.15.001/9, PP-000709.2020.15.001/8, PP-000469.2020.15.006/8, PP-000269.2020.15.007/0, PP-000569.2020.15.007/4, IC-000369.2020.15.008/6, NF-000461.2020.15.008/3, NF-000125.2021.15.000/2, NF-000565.2021.15.000/4, NF-000684.2021.15.000/0, NF-000033.2021.15.007/0, PP-002286.2020.15.000/1, IC-000248.2020.15.005/2 - PRT 16ª Região-MA - IC-000614.2018.16.000/6, IC-000107.2019.16.001/8, PP-000830.2020.16.000/3, PP-000897.2020.16.000/1, PP-000129.2020.16.002/2, NF-000016.2021.16.000/1, NF-000212.2021.16.000/5, IC-000393.2018.16.000/3, IC-000447.2014.16.000/0, IC-000541.2019.16.000/3, PP-000966.2020.16.000/1, PP-001147.2020.16.000/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-000349.2018.17.000/6, PP-000921.2020.17.000/1, PP-001206.2020.17.000/9, IC-000352.2020.17.001/9, PP-000199.2020.17.003/2, NF-000008.2021.17.002/2, NF-001429.2020.17.000/2, PP-000321.2020.17.000/2, NF-001310.2020.17.000/0, NF-001395.2020.17.000/8, IC-000329.2020.17.001/1, IC-000361.2020.17.001/0, NF-000248.2021.17.000/6 - PRT 18ª Região-GO - IC-000993.2011.18.000/5, IC-000540.2019.18.000/9, IC-000294.2019.18.002/2, IC-000250.2019.18.003/6, PP-001081.2020.18.000/6, IC-001495.2020.18.000/3, IC-000628.2020.18.000/0, IC-001921.2020.18.000/3, NF-000212.2020.18.001/2, NF-000286.2021.18.000/3, NF-000014.2021.18.002/2, IC-002179.2017.18.000/9, NF-000246.2021.18.000/4, IC-000274.2018.18.003/3, PP-000287.2020.18.000/7, NF-000757.2020.18.000/6, IC-001136.2020.18.000/9, IC-001745.2020.18.000/3, NF-001895.2020.18.000/2, IC-001908.2020.18.000/9, IC-000309.2020.18.003/4, IC-000053.2021.18.000/6, NF-000043.2021.18.002/0, NF-000027.2021.18.000/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-001607.2018.19.000/1, IC-000158.2019.19.000/5, IC-000798.2019.19.000/3, IC-001083.2020.19.000/5, IC-001796.2020.19.000/9, PP-002379.2020.19.000/1, NF-002502.2020.19.000/3, IC-002518.2020.19.000/2, IC-002566.2020.19.000/3, IC-000188.2021.19.000/9, IC-002043.2019.19.000/1, IC-000504.2020.19.000/5, IC-000811.2020.19.000/8, IC-001506.2020.19.000/7, NF-002291.2020.19.000/3, IC-001313.2018.19.000/4, IC-001538.2018.19.000/9, IC-000981.2019.19.000/8, IC-000017.2020.19.000/0, PP-001287.2020.19.000/1, PP-001481.2020.19.000/3, PP-001605.2020.19.000/9, PP-002225.2020.19.000/0, PP-002532.2020.19.000/2, PP-002568.2020.19.000/4, PP-000327.2020.19.001/0, PP-000015.2021.19.000/0, NF-000150.2021.19.000/6, NF-000206.2021.19.000/6 - PRT 20ª Região-SE - IC-002769.2016.20.000/0, IC-000676.2020.20.000/0, NF-001517.2020.20.000/6 - PRT 21ª Região-RN - IC-000590.2017.21.000/5, IC-001497.2018.21.000/0, IC-000464.2019.21.000/6, IC-000537.2019.21.000/1, PP-000483.2020.21.000/3, IC-000609.2020.21.000/0, IC-000754.2020.21.000/2, IC-001416.2019.21.000/5, IC-000181.2020.21.000/6, PP-001569.2020.21.000/7, PP-000128.2021.21.000/0, IC-000625.2015.21.000/9, IC-001502.2018.21.000/2, IC-000747.2019.21.000/5, IC-000639.2020.21.000/1 - PRT 22ª Região-PI - IC-001104.2019.22.000/4, IC-000686.2020.22.000/0, IC-001105.2019.22.000/0, IC-001295.2019.22.000/4, IC-001296.2019.22.000/0, IC-000215.2020.22.000/0, IC-000960.2020.22.000/1, IC-001194.2020.22.000/8, IC-000034.2021.22.000/9 - PRT 23ª Região-MT - IC-000132.2015.23.004/0, IC-000507.2018.23.000/9, IC-000874.2019.23.000/8, IC-000005.2020.23.004/0, NF-000029.2021.23.000/9, NF-000098.2021.23.000/9, PP-000140.2020.23.003/7, IC-000652.2018.23.001/0, IC-000088.2020.23.000/7, IC-000473.2020.23.000/8, IC-000856.2020.23.000/5, NF-000956.2020.23.000/3, NF-000969.2020.23.000/0, IC-000237.2020.23.001/6 - PRT 24ª Região-MS - IC-000229.2019.24.001/3, IC-000235.2019.24.002/3, IC-000499.2020.24.000/1, PP-000897.2020.24.000/1, PP-000028.2021.24.000/3, NF-000054.2021.24.001/0, IC-000022.2020.24.000/6, PP-000557.2020.24.000/8, IC-000676.2020.24.000/4, PP-000867.2020.24.000/0, IC-000038.2020.24.002/0, IC-000243.2019.24.000/1, IC-000206.2020.24.000/0, NF-000878.2020.24.000/3, IC-000879.2020.24.000/0, PP-000103.2020.24.001/1, PP-000198.2020.24.001/9, NF-000288.2020.24.001/0, IC-000964.2020.24.000/9.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Coordenadora da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA N° 61, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Aplica a sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União à empresa DROGARIA CENTER FARMA EIRELI ME

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do art. 147 da Resolução n° 20/1971,

Considerando que a DROGARIA CENTER FARMA EIRELI ME, com domicílio na Quadra CL 216, Lote A, loja 2/3, Setor Norte, Santa Maria - Brasília (DF), inscrita no CNPJ sob o n° 29.970.656/0001-19, falhou na execução do Pregão Eletrônico n° 116/2018, conforme relatado no Processo n° 258.986/2020 (ref. Processo n° 312.095/2017), resolve:

Art. 1° Aplicar à empresa DROGARIA CENTER FARMA EIRELI ME a sanção administrativa de impedimento de licitar e de contratar com a União, com descredenciamento no SICAF, pelo período de 6 (seis) meses, com fundamento nos arts. 49 do Decreto n° 10.024/2019 e 7° da Lei n° 10.520/2002.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE BARROS CORREIA NETO

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

Certidão de julgamento - 0212098
Processo:
0000810-81.2021.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
12/04/2021 09:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de normativo que revoga a Resolução CJF n. 531/2019, de 27 de março de 2019, em decorrência da atual estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 12 a 14 de abril de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0212099
Processo:
0002286-93.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
12/04/2021 09:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de normativo que dispõe sobre a alteração da Resolução n. 2, de 20 de fevereiro de 2008, e a revogação da Resolução CJF n. 30, de 22 de outubro de 2008, da Resolução CJF n. 409, de 29 de junho de 2016, e da Resolução n. 694, de 24 de fevereiro de 2021, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 12 a 14 de abril de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA (art. 5º, § 2º, da Resolução CJF n. 627/2020), SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA

(Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0212100
Processo:
0003927-36.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
12/04/2021 09:00:00
Relator:
Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU RECEBER os Embargos Declaratórios como recurso e, no mérito, REJEITÁ-LO, por não vislumbrar elementos que justifiquem o aprimoramento da norma do Conselho da Justiça Federal, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 12 a 14 de abril de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0212101
Processo:
0001428-96.2020.4.90.8000 - CGE - Inspeção
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
12/04/2021 09:00:00
Relator:
Ministro JORGE MUSSI
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o relatório da inspeção realizada, no período 15 de junho a 10 de julho de 2020, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 12 a 14 de abril de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA (art. 5º, § 2º, da Resolução CJF n. 627/2020), SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Certidão de julgamento - 0212102
Processo:
0002414-00.2019.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
12/04/2021 09:00:00
Relator:
Ministro JORGE MUSSI
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE o Pedido de Providências, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 12 a 14 de abril de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, MESSOD AZULAY NETO, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 015 de 23 de março de 2021 - 2T. PA CFMV nº 276/2021. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Olízio Claudino da Silva.

Acórdão nº 017 de 23 de março de 2021 - 2T. PA CFMV nº 3139/2020. Origem: CRMV-RN. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Olízio Claudino da Silva.

Acórdão nº 018 de 23 de março de 2021 - 2T. PA CFMV nº 480/2021. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Olízio Claudino da Silva.

Acórdão nº 021 de 23 de março de 2021 - 2T. PA CFMV nº 2471/2020. Origem: CRMV-ES. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Olízio Claudino da Silva.

Acórdão nº 023 de 23 de março de 2021 - 2T. PA CFMV nº 3056/2020. Origem: CRMV-TO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Olízio Claudino da Silva.

Acórdão nº 025 de 23 de março de 2021 - 2T. PA CFMV nº 136/2021. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Olízio Claudino da Silva.

HELIO BLUME
Presidente da 2ª Turma
Em exercício

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.185, DE 6 DE ABRIL DE 2021

Normatiza a concessão de diárias e do auxílio representação no âmbito do Sistema Confere/Cores.

O CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS - CONFERE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o cumprimento da finalidade institucional das Entidades fiscalizadoras do exercício profissional exige, eventualmente, o deslocamento de conselheiros, funcionários e colaboradores eventuais para outras regiões do país;

CONSIDERANDO que os Conselheiros componentes das Entidades integrantes do Sistema Confere/Cores não possuem vínculo empregatício com a Entidade, exercendo trabalho não remunerado, de dedicação à classe e de caráter voluntário;

CONSIDERANDO que o § 3º, art. 2º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, estabelece que os Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas estão autorizados a normatizar a concessão de diárias e auxílio representação, fixando o valor máximo que poderá ser praticado pelas Entidades do Sistema Confere/Cores;

CONSIDERANDO que no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, a norma pertinente autoriza o pagamento de diárias, aos conselheiros, servidores e colaboradores eventuais;

CONSIDERANDO que a deliberação do Plenário do Conselho Federal é um ato administrativo legítimo, dele decorrendo a autoexecutoriedade;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFERE em reunião realizada nos dias 24 e 25 de março do corrente ano, resolve:

Art. 1º A concessão de diária e do auxílio representação, no âmbito do Sistema Confere/Cores, ficam regulamentados por esta Resolução.

Art. 2º Os delegados do Conselho Federal, os conselheiros dos Conselhos Regionais, os funcionários, assessores e colaboradores eventuais das Entidades que, a serviço, deslocarem-se dos seus domicílios ou da sua sede respectiva, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, farão jus às passagens e à percepção de diárias destinadas a indenizar as despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, de acordo com os seguintes valores:

I- para delegados e conselheiros, até R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais);

II- para funcionários, assessores e colaboradores eventuais, até R$ 712,00 (setecentos e doze reais);

Art. 3º As diárias serão concedidas por dia de afastamento, incluindo-se os dias da partida e do retorno, observando os seguintes critérios:

I - valor integral quando o deslocamento exigir pernoite fora do domicílio;

II - o valor da diária será reduzido à metade, nos seguintes casos:

a) quando o afastamento não exigir pernoite;

b) no dia do retorno ao domicílio ou à sede do serviço.

III- sempre que o funcionário ou o colaborador eventual acompanhar um conselheiro terá direito à mesma diária deste, caso tenha que se hospedar no mesmo local;

IV- o funcionário do Conselho Federal designado para função de Interventor em um dos Conselhos Regionais, fará jus à diária igual àquela fixada para os Conselheiros do Confere;

V- quando o deslocamento ocorrer dentro da região metropolitana ou Municípios limítrofes, o conselheiro, o funcionário ou colaborador eventual, será ressarcido das despesas realizadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes, desde que aprovadas pelo contador e pelo presidente da Entidade;

VI - considera-se Região Metropolitana devidamente instituída aquela que foi regulamentada pela Assembleia Legislativa nos respectivos Estados ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, em ato próprio, contendo seus municípios integrantes;

VII- os participantes das Reuniões de Trabalho promovidas pelo Conselho Federal, designados pelos Conselhos Regionais, na condição de empregado ou prestador de serviço, quando se deslocarem de outro ponto do território nacional à sede do Confere, receberão diárias de acordo com o limite fixado no inciso II, artigo 2°, desta Resolução, ou quando, eventualmente, do comparecimento ao Confere, em atendimento à convocação deste.

Parágrafo único. A critério de cada Conselho Regional, o funcionário designado para substituir, temporariamente, funcionário de Delegacia Regional em outro Município da mesma base territorial, durante o período de férias ou licença, em vez da diária, fará jus ao adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário que recebe, da forma prevista no § 3º, art. 469 da CLT, além do ressarcimento das despesas realizadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes.

Art. 4º As Entidades integrantes do Sistema Confere/Cores, por meio de instrumento próprio, fixarão os valores que serão praticados no âmbito interno de cada Core, dentro dos limites estabelecidos nesta Resolução, com rígida observância da sua capacidade financeira e ao princípio constitucional da economicidade.

Art. 5º Fica autorizado o pagamento de auxílio representação no valor máximo de 50% (cinquenta por cento) da importância fixada a título de diária praticada em cada Entidade, para cobrir despesas com alimentação e deslocamento urbano no exercício de atividades externas de representação institucional junto a terceiros, realizadas por conselheiros ou representantes designados pelo diretor-presidente do Regional, na forma de ressarcimento.

§ 1° São eventos passíveis de ressarcimento com o auxílio representação as despesas realizadas para representação do Conselho em congressos, seminários, conferências, palestras, formaturas, encontros e eventos análogos, realizados fora das dependências do Conselho, porém, no próprio município de sua sede ou região metropolitana, ou seja, quando não for devida a diária.

§ 2° Não será concedido auxílio representação em razão de atividades internas e rotineiras no âmbito do próprio Conselho.

§ 3º O recebimento das importâncias correspondentes ao auxílio representação fica condicionado à comprovação da efetiva participação em eventos externos, conforme previsto no § 1º, deste artigo, sendo desnecessária a comprovação dos gastos efetuados.

Art. 6º. O auxílio representação tem caráter indenizatório e não pode ser pago cumulativamente com a diária.

Art. 7º. Para aquisição de passagens e concessão de diárias, faz-se necessário que haja compatibilidade entre os motivos do deslocamento e o interesse institucional do Sistema Confere/Cores e correlação entre o objeto do deslocamento e a capacitação técnica da pessoa executora do serviço, que deverá ter conhecimentos específicos para as atividades a serem desempenhadas.

Art. 8º. As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade concedente: I - quando a solicitação for de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas no decorrer do afastamento; II - quando o afastamento compreender período superior a 05 (cinco) dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente.

§ 1º - As diárias, inclusive as que se referem ao seu próprio afastamento, serão concedidas pelo diretor-presidente do Conselho, ou no seu impedimento eventual, pelo conselheiro que o substituir, na forma do Regimento Interno da Entidade.

§ 2º - À exceção dos dias de realização de Reuniões Plenárias do Confere, as propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se a partir da sexta-feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, deverão estar expressamente justificadas pelo proponente e autorizadas pelo ordenador da despesa.

§ 3º - Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação pelo diretor-presidente, o agente fará jus às diárias correspondentes ao período prorrogado, a ser processada em caráter emergencial, conforme inciso I deste artigo.

Art. 9º. Na reserva e emissão dos bilhetes de passagens aéreas serão observados, os seguintes procedimentos: I - A solicitação da emissão do bilhete de passagem aérea deve ser ao menor preço, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional em classe econômica; II - A reserva deverá ser realizada tendo como parâmetro o horário e o período da participação do agente no evento ou compromisso, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho a ser executado.

Art. 10. São elementos essenciais do ato de concessão de diárias, as informações constantes do Anexo I: I - nome, cargo ou função do proponente; II- nome, cargo ou função do agente; III- descrição objetiva do serviço a ser executado; IV- indicação dos locais onde o serviço será realizado; V- período provável do afastamento; VI-valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga; VII - autorização de pagamento pelo ordenador de despesas.

Art. 11. Serão restituídas pelo beneficiado, em até cinco dias contados da data do retorno à sede originária de serviço, as diárias recebidas em excesso ou quando por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento da sede de origem.

Art. 12. Para a prestação de contas das despesas com diárias e passagens, é necessário que o beneficiado apresente, no prazo de 10 (dez) dias do retorno à sede, os seguintes documentos:

a) Relatório de viagem, conforme modelo estabelecido no Anexo II;

b) Comprovantes de embarque de todos os trechos, anexados ao Relatório.

Parágrafo único. Quando a viagem tiver como finalidade a participação em Reuniões Plenárias do Conselho Federal dos Representantes Comerciais, o Relatório de viagem é dispensável à vista da consignação do nome do beneficiado no Livro de Presença.

Art. 13. Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta Resolução o proponente, o ordenador de despesas e o beneficiado que houver recebido as diárias e passagens.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições anteriores quanto aos assuntos, especialmente as Resoluções n° 955/2014, n° 1.115/2018 e n° 1.131/2019 - Confere.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

Anexo I ☐ Ativo

CONCESSÃO DE DIÁRIAS				
PROPONENTE				
Sr. Presidente: Solicito autorizar a viagem à serviço do agente abaixo identificado, para a execução dos serviços descritos.				
Descrever: evento, atividade, local, etc.				
Agente:				
		Cargo/Função		
		Valor (R$)		
Período da viagem	Nº	Unit.	Total	
Início / Término	Diárias			
Nome do Proponente:	Data	Assinatura:		
		Valor (R$)		
Período da viagem	Nº	Unit.	Total	
Início / Término	Diárias			
AUTORIZAÇÃO				
Presidente Autorizo a concessão das diárias acima descritas e o respectivo pagamento.		Data:		Assinatura:
RESPONSÁVEL PELA(S) PASSAGEM(NS)				
Nº do bilhete e cia transportadora.	Traj eto ↔	Data:	Valor da passagem.	
Soma das despesas:	Valor dos Bilhetes R$ =	Valor das Diárias	Total:	
Em caso de depósito em contato agente.	Banco	Agência		
RECIBO DE PAGAMENTO POR CHEQUE NOMINAL				
Recebi as diárias acima Comprometendo-me à prestação de contas da viagem.		Banco:	Valor:	
	Data:	Assinatura:		
Contabilidade:				
Observações:				

Anexo II

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS	CONCESSÃO Nº	
Nome do Agente:	Cargo / Função:	
	Data da Ida →	Data da Volta ←
Instituições/Eventos Visitados:		
Objetivo da Viagem:		
Relatório de Viagem: Descrição sucinta das atividades desenvolvidas.		
Assinatura do Agente:	Data	
Observações: A) Anexar os bilhetes de passagem utilizados ou cartão de embarque – Ida e Volta. B) A prestação de contas deverá ser efetuada até no máximo, 5 (cinco) dias após o regresso do agente.		
Observações:		

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO Nº 10, DE 1º DE MARÇO DE 2021

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Espírito Santo, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei n°. 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, conforme Resolução Cofen nº. 421/2012, de 15 de fevereiro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar a Abertura de Créditos Adicionais no valor total de R$ 57.100,91 (cinquenta e sete mil, cem reais e noventa e um centavos), sendo R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) de Crédito Adicional Suplementar e R$ 11.100,91 (onze mil e cem reais e noventa e um centavos) de Crédito Adicional Especial.

Art. 2º Os recursos existentes disponíveis para ocorrer a cobertura dos créditos são os provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial dos Exercícios Anteriores, no valor de R$ 57.100,91 (cinquenta e sete mil, cem reais e noventa e um centavos), nos termos preceituados no artigo 43, § 1º, incisos I e II da Lei nº. 4.320/1964.

Art. 3º O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações apresentadas, será de R$ 10.268.928,91 (dez milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa e um centavos).

Art. 4º A despesa realizada passará a vigorar de acordo com as seguintes classificações: I - Pessoal e Encargos Sociais R$ 4.068.896,06; II - Outras Despesas Correntes R$ 5.987.420,08; III - Despesas Correntes: R$ 10.056.316,14; IV - Investimentos R$ 112.612,77; V - Inversões Financeiras R$ 0,00; VI - Amortização da Dívida R$ 0,00; VII - Despesas de Capital: R$ 112.612,77; VIII - Reserva de Contingência: R$ 100.000,00; e IX - Crédito Disponível: R$ 10.268.928,91.

Art. 5º Esta decisão produzirá seus efeitos na data de sua publicação, após ser submetida à homologação do Conselho Federal de Enfermagem.

ANDRESSA BARCELLOS DE OLIVEIRA
Conselheira Presidente

LEONARDO CAMPAGNANI DA SILVA FERREIRA
Conselheiro Tesoureiro

